

Universidade do Minho

Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Paris I – Sorbonne

Laboratoire de Médiévisique Occidentale de Paris
(Université de Paris 1 – CNRS)

Isabel Maria M. Alves Pedrosa Franco

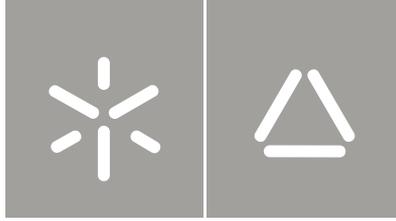
**Antroponímia e Sociabilidade através dos
“pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto
(século XIV)**

Com o apoio financeiro da
FCT **Fundação para a Ciência e a Tecnologia**
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

e do



FSE (Fundo Social Europeu),
no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio



Universidade do Minho

Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Paris I – Sorbonne

Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris
(Université de Paris 1 – CNRS)

Isabel Maria M. Alves Pedrosa Franco

Antroponímia e Sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)

Ramo de Doutoramento: História
Área de Conhecimento: Idade Média

Trabalho efectuado sob a orientação de

Professora Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira
Universidade do Minho

Professora Doutora Monique Bourin
Universidade de Paris I – Sorbonne

RESUMO

Almejou-se promover um estudo de antropologia histórica que fizesse descobrir, aproximar e conhecer aqueles que constituíam as redes de sociabilidade da cidade do Porto, no século XIV, a última centúria do senhorio eclesiástico sobre a urbe. A pesquisa centra-se nos *Livros de Originais* do Cabido da Igreja do Porto que, em grande parte, se encontram reproduzidos nos designados *Livros de Sentenças*.

A esteira metodológica é orientada por dois pólos interactivos e transversais: a antroponímia e a prosopografia. Estes consentem a identificação e individualização de indivíduos e, através da elaboração de configurações relacionais interactivas, a restauração de alguns trilhos de vida.

Por conseguinte, é possível um *fiat lux* sobre a sociabilidade das *gentes* da cidade.

Em primeiro lugar, na sequência de uma análise crítica das fontes, fazem-se escutar ecos da *voce* eclesiástica que dominava sobre a cidade, permitindo delinear três grandes esferas de acção da instituição capitular: a salvaguarda de privilégios; a ampliação de riqueza; a gestão do património.

De seguida, o enfoque é dado aos comportamentos antroponímicos e a algumas das suas sinaléticas sociais. Deste modo, além da variedade e flexibilidade das formas de identificação, é interessante apurar como a generalidade da população em observação privilegia um sistema antroponímico composto por um nome próprio, um patronímico e uma designação complementar. Tal parece apelar, por um lado, a uma espécie de “igualdade social”, tendo como referência os onomatos mais comuns (*João, Martim* ou *Martinho, Domingos, Afonso e Pedro*, no *stock* masculino, e *Maria, Margarida, Catarina, Clara e Domingas*, no *stock* feminino) e a família, na figura do pai. Por outro lado, parece apelar também a uma diferenciação em função do posicionamento social do indivíduo na dinâmica do espaço urbano, no qual se observa um diálogo entre coordenadas espaciais, sócio-económicas e políticas, papel atribuído sobretudo à dita designação complementar. É neste contexto que, em simultâneo, se aproxima e se diferencia a identidade de homens e mulheres, laicos e eclesiásticos, gente que se destaca socialmente e gente que cai numa espécie de anonimato, esboçando alguns dos vectores que terão contribuído para a sua individualização. As traves-mestras são, na

verdade, a família e a esfera do privado, evidenciados em especial no seio do feminino, as coordenadas geográficas e os posicionamentos sócio-económicos, bem mais presentes no universo masculino.

Desta feita, paulatinamente, a *voce* laica faz-se também escutar, acedendo, por meio da identificação dos indivíduos, na recolha e reconstituição de alguns fragmentos de vidas e de laços. Fragmentos únicos de vivências únicas que, em tempos que se mostram difíceis, acabam por desenhar traços de cumplicidades na e com a família, na e com a cidade.

Assim, na última etapa do presente estudo, dá-se então conta de inquietudes, anseios, reacções de certos destinos humanos, que não terão deixado de viver e sentir uma espécie de “dor sem nome”, ao serem confrontados com a morte e a perda. A morte do cônjuge, a morte dos pais, a morte dos filhos, sem esquecer a do próprio indivíduo. Destinos humanos que terão sido obrigados a reagir e a reajustar os seus trilhos à mudança e à necessidade de sobrevivência. Sobrevivência ao nível económico e social, mas também, certamente, ao nível emocional, afectivo e existencial. É neste enquadramento que se observam, por exemplo, certas mulheres, sobretudo viúvas, a envolverem-se em actos económicos, saindo, desta forma, do domínio do privado, envolvendo-se numa espécie de gestão do património e rompendo um pouco a sombra masculina.

Dá-se conta ainda de algumas dialécticas tecidas entre os indivíduos e a cidade, nas quais se desenham não somente vestígios de relações de dependência, mas também se detectam sintonias em função de uma residência, do desempenho de um certo labor ou de um ofício público numa determinada rua ou praça, da posse de um determinado prédio e/ou de vizinhanças.

É assim que o dito *fiat lux* se vai entremostrando e incidindo sobre a cidade do Porto e as suas gentes, fazendo escutar, delinear e sentir, ainda que indirectamente e através de fragmentos, traços da sua voz e das suas pulsações.

RESUME

L'objectif était d'effectuer une étude d'anthropologie historique de façon à découvrir, approcher et connaître ceux qui ont constitué les réseaux de sociabilité de la ville du Porto, pendant le XIV^{ème} siècle, dernier siècle de la seigneurie ecclésiastique. La recherche est centrée sur les *Livros de Originais* du Chapitre de la Cathédrale du Porto qui sont, dans leur majeure partie, reproduits dans les *Livros de Sentenças*.

Le chemin méthodologique est orienté par deux pôles interactifs et transversaux: l'anthroponymie et la prosopographie. Ceux-ci ont permis l'identification et l'individualisation des personnes et, à travers l'élaboration de configurations relationnelles interactives, la restauration de certains fragments de destins humains.

On détient ainsi un *fiat lux* sur la sociabilité des *gens* de la ville.

Premièrement, après une analyse critique des sources, des échos de la *voce* ecclésiastique qui dominait sur la ville se font entendre, permettant de discerner trois grandes sphères d'action du Chapitre: sauvegarder les privilèges et droits acquis, agrandir le pouvoir économique; faire la gestion du patrimoine.

Ensuite, l'attention tombe sur les comportements anthroponymiques et leurs signalétiques sociales. De cette façon, au-delà de la variété et de la flexibilité des formes anthroponymiques, il est intéressant d'attester comment l'ensemble de la population observée privilégie un système anthroponymique composé par un nom propre, un patronymique et une désignation complémentaire. Un tel système semble faire appel, d'un côté, à une espèce d'« égalité sociale », tenant comme référence les onomats les plus communs (*João, Martim* ou *Martinho, Domingos, Afonso* et *Pedro*, au sein du stock masculin, *Maria, Margarida, Catarina, Clara* et *Domingas*, dans le stock féminin) et la famille, à travers de la figure du père. De l'autre côté, l'appel est fait à une différenciation en fonction du positionnement social de l'individu dans la dynamique de l'espace urbain, où on observe un dialogue entre les cordonnées spatiales, socio-économiques et politiques, visible dans la désignation complémentaire. C'est dans ce contexte que, simultanément, s'approche et se distancie l'identité des hommes et des femmes, des laïcs et ecclésiastiques, de ceux qui se différencient socialement et ceux qui tombent dans un certain anonymat, ébauchant quelques vecteurs qui ont contribué à son

individualisation. Les piliers sont, en réalité, la famille et les cordonnées géographiques et les positionnements socioprofessionnels. Le premier souligné d'une façon spéciale au sein de la population féminine. Les derniers plus connectés à l'univers masculin.

De cette façon, peu à peu, la *voce* laïque se fait aussi entendre, permettant, à travers l'identification des individus, de recueillir et de reconstituer quelques fragments de vies et de liens. Fragments uniques d'expériences de vie uniques qui, en des temps difficiles, ont fini par dessiner des traits de complicités dans la famille et dans la ville.

De ce fait, à la fin, on rend compte d'inquiétudes, anxiétés, réactions de certains destins humains, qui n'ont pas laissé de vivre et sentir une espèce de « douleur sans nom » parce que confrontés avec la mort et la perte. La mort du conjoint, la mort des parents, la mort des enfants, sans oublier la mort de soi. Destins humains qui ont été obligés de réagir et de reconstruire leurs vies, de façon à faire face aux changements et à continuer à survivre. Survivre au niveau économique et social, mais aussi, certainement, au niveau émotionnel, affectif et existentiel. C'est dans cet encadrement qu'on entrevoit, par exemple, quelques femmes sortant un peu du domaine privé et à prenant un rôle de nature économique, se mêlant à une espèce de gestion du patrimoine et rompant un peu l'ombre masculine.

On rend compte encore de quelques dialectiques tissées entre les individus et la ville, dans lesquelles se dessinent non seulement des vestiges de rapports de dépendance, mais aussi se détectent des syntopies en fonction d'une résidence et/ou de l'exercice d'une certaine occupation professionnelle ou d'un office publique dans un certain quartier, de la possession d'une certaine propriété e/ou des voisinages.

C'est ainsi que le *fiat lux* se fait entrevoir, attirant le regard sur la ville du Porto et ses gens, faisant écouter, crayonner et sentir, bien qu'indirectement et à travers des fragments, des esquisses de sa voix et de ses pulsations.

ABSTRACT

The purpose of this work is to achieve a historic anthropologic study in order to discover and meet those who belonged to the city of Porto sociability ties, in the XIVth century, the last century of the ecclesiastic seigniorial power. A research study focused on the Chapter's documentation of Porto's Cathedral – *Livros de Originais* –, that also is reproduced in a document named *Livros de Sentenças*, is carried out.

Two interactive and transversal poles orient the methodology: anthroponomy and prosopography. They allow the identification and individualisation of individuals and, in the course of the establishment of interactive and related configurations, offer the possibility to restore some of life's fragments.

Therefore, it is possible to have a *fiat lux* of the sociability of the people of Porto. First, in the context of the critical analysis of the sources, it is possible to perceive some *echos* of ecclesiastical *voce* that dominated the city, which also allow us to identify three great spheres of action of capitular's institution: the safeguard for its privileges; richness amassment and patrimonial management.

Afterwards, the attention is focused on the anthroponomic behaviours and some of their social signs. Hence, beyond the variety and generality of forms of identification, it is interesting to scrutinize how the population under observation prefer the anthroponomical system that is constituted by a personal name, a patronymic surname and a complementary indication. This seems to appeal, on the one hand, to a certain "social equality", inferred by the reference to ordinary personal names (*João, Martim* or *Martinho, Domingos, Afonso* and *Pedro*, among men; *Maria, Margarida, Catarina, Clara* and *Domingas*, among women). On the other hand, it seems to appeal to a differentiation of the individual's social place in the urban dynamic, where a dialogue between spatial, socioeconomic and political co-ordinates is visible, mainly on the complementary indication. It is in this perspective, that the identity of men and women, laics and ecclesiastics, people who had been socially determinate and people who had fallen in a certain anonymity is approached, making clear some of the vectors that contributed to their individualisation. The crossbars are, in reality, family, geographic

and social coordinates. While the domestic sphere is specially empathised in the feminine world, the latter universes are more associated with the masculine population.

As a result, progressively, a laic *voce* is also understandable from the individual's identification, as well as some ties and life fragments. Singular fragments of singular lives that, at a difficult time, end up establishing links of complicity in and within the family, in and within the city.

So, in the last part, the restlessness, anxiety and reactions of a certain human fate, which didn't give up living and feeling a kind of "nameless pain" when facing death and loss, are noticeable: the sponsor's loss, the parent's loss, the children's loss or the loss of one's life. The focus rests on human destinies that had been obliged to react and to adapt to change and had to survive not only economically and socially, but also in emotional, affective and existential terms. It is in this framing that a few women, in particular widows, exit from the domestic sphere and are implicated in a few economic documents, penetrating, a little, in the masculine shadow.

Furthermore, some dialectics are perceptible, especially those weaved between the people and the city, and there is evidence not only of relationships of dependence, but also of some synchronies that result from the residence, the professional or the administrative occupation in a certain urban street or quarter, as well as from the ownership of some houses or neighbourhoods.

Thus, a *fiat lux* is brought back, bit by bit, to Porto and to its people, making it possible to listen, to outline and to feel, although indirectly and through fragments, marks of its voice and beatings.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | V |
| RESUME | VII |
| ABSTRACT | IX |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | XV |
| LISTA DE GRÁFICOS | XVII |
| LISTA DE QUADROS | XIX |
| LISTA DE APÊNDICES | XXIII |
| | |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| | |
| PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO..... | 17 |
| | |
| 1. Contexto Epistemológico | 19 |
| 1.1 As Lides Antroponímicas | 19 |
| 1.1.1 Um autêntico documento histórico..... | 19 |
| 1.1.2 Um documento para a História Social..... | 21 |
| 1.1.3 Um documento para a história dos sistemas sociais, da religiosidade, da espiritualidade e da cultura | 22 |
| 1.2 As Lides Prosopográficas | 29 |
| 1.3 Portugal: o que se tem feito? | 32 |
| 1.4 Caminhos de Pesquisa | 35 |
| 1.5 O Contributo de outras Ciências | 37 |
| 1.5.1 A conceptualização do “réseau” egocêntrico | 38 |
| 1.5.2 Os <i>réseaux</i> egocêntricos e a história social medieval | 41 |
| 1.5.3 Configurações relacionais não egocêntricas, mas sim interactivas | 43 |
| | |
| 2. Corpus Documental | 47 |
| 2.1 Os Documentos | 47 |
| 2.1.1 O estado de conservação | 49 |
| 2.1.2 Os tipos de documentos | 50 |
| 2.1.3 Os tipos de discurso | 52 |
| 2.1.4 A diversidade geográfica..... | 55 |
| 2.1.5 Documentos fora dos limites cronológicos..... | 56 |
| 2.1.6 A parcialidade | 58 |
| 2.2 Os Documentos e o Cabido da Igreja do Porto..... | 60 |
| 2.2.1 Três esferas de acção | 60 |
| | |
| Conclusão – Parte I | 97 |

PARTE II – ANTROPONÍMIA E SOCIABILIDADE99

| | |
|---|------------|
| 3. A Tela Antroponímica | 101 |
| 3.1 Contornos Gerais | 101 |
| 3.1.1 Critérios de análise | 101 |
| 3.1.2 Formas antroponímicas | 104 |
| 3.1.3 Coordenadas espaciais e temporais | 105 |
| 3.1.4 Contexto dos documentos | 109 |
| 3.1.5 Contexto sócio-demográfico | 112 |
| 3.2 Sistemas | 116 |
| 3.2.1 Tipologia | 119 |
| 3.2.2 Traços diacrónicos | 123 |
| | |
| 4. Os Elementos da Tela Antroponímica | 129 |
| 4.1 Primeiro Designativo | 130 |
| 4.1.1 Stock feminino | 131 |
| 4.1.2 Stock masculino | 134 |
| 4.1.3 Stock laico e eclesiástico | 139 |
| 4.1.4 Renovação dos stocks onomásticos? | 140 |
| 4.1.5 Que significado a atribuir? | 146 |
| 4.2 Segundo Designativo | 150 |
| 4.2.1 Função patronímica | 151 |
| 4.2.2 Um patronímico autêntico? | 153 |
| 4.2.3 Duas gerações, dois stocks antroponímicos diferentes? | 158 |
| 4.2.4 Natureza do segundo designativo não antroponímico | 161 |
| 4.3 Terceiro Designativo | 164 |
| 4.4 Quarto Designativo | 168 |
| 4.5 Designações Complementares | 170 |
| 4.5.1 Morfologia | 171 |
| 4.5.2 Universos referenciais | 173 |
| 4.5.3 Um nutriente da antroponímia | 176 |
| 4.5.4 Um nutriente de vínculos sociais | 179 |

| | |
|--|------------|
| 5. As Representações Antroponímicas, os Documentos e o Geográfico | 183 |
| 5.1 A Antroponímia e as Fontes..... | 184 |
| 5.1.1 Conexões com os actos escritos | 184 |
| 5.1.2 Diferentes tipos de participação..... | 188 |
| 5.1.3 Tendências antroponímicas dos tipos de participação | 192 |
| 5.2 A Antroponímia e o Espaço Geográfico | 199 |
| 5.2.1 Designativos geográficos..... | 202 |
| 5.2.2 Designações complementares e coordenadas geográficas..... | 204 |
| 5.2.3 Referências geográficas e dinâmicas sociais | 207 |
| | |
| 6. As Representações Antroponímicas e o Espaço Social..... | 215 |
| 6.1 Feminino <i>versus</i> Masculino..... | 216 |
| 6.1.1 Participação nos documentos | 217 |
| 6.1.2 Peculiaridades da antroponímia feminina | 220 |
| 6.1.3 Na sombra e em torno do masculino | 222 |
| 6.1.4 Laços consanguíneos | 223 |
| 6.1.5 Laços de aliança | 226 |
| 6.2 Eclesiásticos <i>versus</i> Laicos | 234 |
| 6.2.1 Papel desempenhado nos documentos | 236 |
| 6.2.2 Especificidades antroponímicas..... | 238 |
| 6.2.3 Na esteira de uma “igualdade” social..... | 241 |
| 6.2.4 Diferenciação em torno de um desempenho eclesiástico | 247 |
| 6.3 Laicos e Categorias Sociais | 252 |
| 6.3.1 Os <i>determinados</i> | 253 |
| 6.3.2 Os <i>indeterminados</i> | 261 |
| 6.3.2.1 Entre o anonimato social e a família | 264 |
| | |
| Conclusão – Parte II | 269 |

| | |
|---|------------|
| Parte III – Sociabilidade..... | 271 |
| 7. Fragmentos de Cumplicidades na e com a Família..... | 273 |
| 7.1 Emoção, Sentimento e Reacção..... | 273 |
| 7.2 Morte do Cônjuge: começar de novo | 279 |
| 7.2.1 Romper a sombra masculina | 283 |
| 7.3 Conviver com a Morte ou Inexistência de Filhos..... | 292 |
| 7.4 Prevenir o Futuro dos mais Jovens..... | 298 |
| 7.4.1 O papel da antroponímia..... | 304 |
| 8. Fragmentos de Cumplicidades na e com a Cidade..... | 309 |
| 8.1 Dependências e Clientelas | 309 |
| 8.2 Categorias Sócio-Profissionais | 311 |
| 8.4 Desempenho Profissional, Toponímia e Antroponímia | 314 |
| 8.4 Vizinhanças..... | 320 |
| 8.5 Indivíduos e Prédios Urbanos | 323 |
| 8.6 Espaço Urbano e Gentes de Fora..... | 327 |
| Conclusão – Parte III | 329 |
| | |
| CONCLUSÃO FINAL | 331 |
| | |
| APÊNDICES..... | 337 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 623 |
| ÍNDICE ANALÍTICO..... | 649 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto

Cf. – conferir

Cit. por – citado por

CRI – configuração relacional interactiva

Ex: – exemplo

Fl. – fólio

Ig^a – Igreja

L. O. – Livro dos Originais

L. S. – Livro das Sentenças

p. – página

Vid. (vide) – ver

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Tipos de documentos em análise (Cabido da Igreja do Porto)..... | 51 |
| Gráfico 2 – Distribuição cronológica dos documentos (Cabido, séc. XIV)..... | 57 |
| Gráfico 3 – Distribuição cronológica das procurações (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 61 |
| Gráfico 4 – Distribuição cronológica das públicas-formas (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 62 |
| Gráfico 5 – Os tipos de documentos sobre os quais incidem as públicas-formas (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 63 |
| Gráfico 6 – Distribuição cronológica dos documentos, em função dos seus objectivos (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 64 |
| Gráfico 7 – Distribuição das sentenças régias conservadas pelo Cabido do Porto, em função dos diferentes reinados (1301-1406)..... | 69 |
| Gráfico 8 – Distribuição cronológica dos documentos relativos a doações e testamentos (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 75 |
| Gráfico 9 – Distribuição cronológica das cartas de venda associadas à ampliação de bens (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 79 |
| Gráfico 10 – Distribuição cronológica dos autos de posse (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 82 |
| Gráfico 11 – As motivações dos autos de posse (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 83 |
| Gráfico 12 – Distribuição cronológica dos documentos relativos à gestão de património (Cabido do Porto, séc. XIV)..... | 84 |
| Gráfico 13 – A localização dos <i>objectos</i> dos contratos de locação (1301-1406)..... | 91 |
| Gráfico 14 – As cartas de locação e o tipo de <i>foros</i> (Cabido do Porto, 1301-1406)..... | 93 |
| Gráfico 15 – Relação entre o total de formas antropónicas e o total de indivíduos identificados, considerando as respectivas coordenadas espaciais..... | 104 |
| Gráfico 16 – Distribuição cronológica dos documentos (Porto, séc. XIV)..... | 106 |
| Gráfico 17 – Distribuição cronológica das formas antropónicas registadas nos documentos (Porto, séc. XIV)..... | 107 |
| Gráfico 18 – Distribuição das formas antropónicas (FA), em função dos três grandes objectivos dos documentos (Porto, séc. XIV)..... | 109 |
| Gráfico 19 – Comparação da distribuição do total das formas antropónicas do Porto (FA) com a das relativas aos diferentes objectivos dos documentos, no decorrer do século XIV..... | 110 |
| Gráfico 20 – Distribuição espacial e cronológica das formas antropónicas (Porto, séc. XIV)..... | 111 |
| Gráfico 21 – Distribuição do total de formas antropónicas do Porto e dos diferentes sistemas antropónicos em que se enquadram, no decorrer do séc. XIV..... | 125 |
| Gráfico 22 – O segundo designativo (2ºD) de natureza geográfica (Porto, séc. XIV)..... | 162 |
| Gráfico 23 – Natureza do terceiro designativo (3ºD) (Porto, séc. XIV)..... | 166 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 24 – Proporção das Formas Antroponímicas (FA) constituídas com um quarto designativo (4ºD) (Porto, séc. XIV). | 168 |
| Gráfico 25 – Comparação da proporção e natureza dos diferentes designativos que podem constituir as formas antroponímicas (Porto, séc. XIV). | 169 |
| Gráfico 26 – Proporção das designações complementares (DC) no cômputo total das formas antroponímicas (FA) (Porto, séc. XIV). | 171 |
| Gráfico 27 – As designações complementares (DC) em função do seu posicionamento no sistema antroponímico (Porto, séc. XIV). | 172 |
| Gráfico 28 – Os universos referenciais das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV). | 174 |
| Gráfico 29 – Distribuição das formas antroponímicas em função do tipo de participação nos documentos (Porto, séc. XIV). | 189 |
| Gráfico 30 – Distribuição dos indivíduos em função dos tipos de participação nos documentos (Porto, séc. XIV). | 189 |
| Gráfico 31 – Distribuição temporal dos indivíduos em função do tipo de participação (Porto, séc. XIV). | 190 |
| Gráfico 32 – Os tipos de participação e os sistemas antroponímicos (SA) simples e complexos (Porto, séc. XIV). | 195 |
| Gráfico 33 – Tipos de participação e recurso às designações complementares – DC (Porto, séc. XIV). | 196 |
| Gráfico 34 – As indicações geográficas na identificação dos 967 indivíduos identificados (Porto, séc. XIV). | 200 |
| Gráfico 35 – Os designativos com referência geográfica e sua relação com a cidade do Porto (Porto, séc. XIV). | 202 |
| Gráfico 36 – As designações complementares com referência geográfica e a sua relação com a cidade do Porto (Porto, séc. XIV). | 205 |
| Gráfico 37 – As indicações conectadas com residência, no conjunto das referências geográficas dos sistemas antroponímicos (Porto, séc. XIV). | 206 |
| Gráfico 38 – Proporção de indivíduos em função da dicotomia feminino-masculino (Porto, séc. XIV). | 217 |
| Gráfico 39 – A distribuição temporal da participação feminina e masculina (Porto, séc. XIV). | 220 |
| Gráfico 40 – Proporção de indivíduos do sexo masculino, em função da dicotomia eclesiásticos-laicos (Porto, séc. XIV). | 235 |
| Gráfico 41 – Distribuição cronológica dos indivíduos de sexo masculino, considerando dicotomia eclesiásticos-laicos (Porto, séc. XIV). | 237 |
| Gráfico 42 – O recurso às designações complementares (DC) na identificação dos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV). | 239 |
| Gráfico 43 – A proporção de títulos honoríficos no conjunto das referências sócio-profissionais das designações complementares (DC), dos indivíduos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV). | 250 |
| Gráfico 44 – Distribuição dos indivíduos laicos, em função de posicionamentos sócio-económicos (Porto, séc. XIV). | 253 |
| Gráfico 45 – Os indivíduos laicos, o posicionamento social e o tipo de participação nos documentos (Porto, séc. XIV). | 254 |
| Gráfico 46 – Os indivíduos laicos associados a um desempenho e o tipo de participação que conhecem nos documentos (Porto, séc. XIV). | 258 |
| Gráfico 47 – Confronto entre os indivíduos laicos <i>indeterminados</i> e os <i>determinados</i> socialmente, considerando o tipo de participação (Porto, séc. XIV). | 261 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 Distribuição cronológica de todos os documentos em análise. | 57 |
| Quadro 2 – Distribuição cronológica de todos os documentos consultados, em função dos seus objectivos (Cabido do Porto)..... | 64 |
| Quadro 3 – Os diferentes documentos consultados relativos à salvaguarda de privilégios, direitos e bens (Cabido do Porto)..... | 65 |
| Quadro 4 – As cartas de sentença, partes e <i>objecto</i> da respectiva contenda (Cabido do Porto, 1301-1406). | 66 |
| Quadro 5 – Os diferentes documentos consultados relativos à ampliação de património (Cabido do Porto). | 74 |
| Quadro 6 – Os diferentes documentos consultados relativos à gestão de património (Cabido do Porto, 1301-1406). ... | 84 |
| Quadro 7 – Duração dos contratos de locação (Cabido do Porto, 1301-1406). | 86 |
| Quadro 8 – Os outorgantes das cartas de locação consultadas (Cabido da Igreja do Porto). | 88 |
| Quadro 9 – As cartas de emprazamento e as datas de pagamento das foros (Cabido do Porto, 1301-1406). | 93 |
| Quadro 10 – A documentação e as formas antroponímicas (Cabido do Porto, séc. XIV). | 102 |
| Quadro 11 – Tipologia dos sistemas antroponímicos dos indivíduos do Porto, no decorrer do século XIV, a partir dos <i>pergaminhos</i> do Cabido do Porto. | 120 |
| Quadro 12 – Frequência da utilização dos sistemas antroponímicos dos indivíduos associados ao Porto, (Cabido do Porto, séc. XIV). | 124 |
| Quadro 13 – A natureza do primeiro designativo (1ºD) (Porto, séc. XIV). | 130 |
| Quadro 14 – O primeiro designativo (1ºD) na identificação da população feminina (Porto, séc. XIV). | 132 |
| Quadro 15 – O primeiro designativo (1ºD) na identificação da população masculina, considerando o estado eclesiástico e laico (Porto, séc. XIV). | 135 |
| Quadro 16 – A natureza do segundo designativo (2ºD) (Porto, séc. XIV). | 151 |
| Quadro 17 – Avaliação do grau de homonímia entre os indivíduos do século masculino, associando os seis designativos dominantes nas duas gerações (Porto, séc. XIV). | 156 |
| Quadro 18 – Comparação dos <i>stocks</i> de nomes próprios entre duas gerações (pais e filhos) a partir dos primeiro e segundo designativos patronímicos dos indivíduos (Porto, séc. XIV). | 159 |
| Quadro 19 – Comparação entre duas gerações do número de ordem dos seis dominantes, a partir da colação de patronímicos (P) e nomes próprios (NP) dos indivíduos (Porto, séc. XIV). | 160 |
| Quadro 20 – Morfologia das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV). | 173 |
| Quadro 21 – Os universos referenciais das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV). | 174 |
| Quadro 22 – A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV). | 175 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 23 – Relação entre as referências das designações complementares (DC) e os respectivos sistemas antroponímicos dos indivíduos (Porto, séc. XIV)..... | 177 |
| Quadro 24 – Comparação dos universos referenciais dos diferentes designativos com os das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV)..... | 178 |
| Quadro 25 – Relação entre os sistemas antroponímicos (SA) e os três grandes objectivos dos documentos, considerando os efectivos de formas antroponímicas e não os dos indivíduos (Porto, séc. XIV)..... | 185 |
| Quadro 26 – Os tipos de participação e os sistemas antroponímicos (Porto, séc. XIV)..... | 193 |
| Quadro 27 – Os sistemas antroponímicos (SA) e os seus elementos que apelam a referências geográficas (Porto, séc. XIV)..... | 205 |
| Quadro 28 – Tipos de indicações geográficas conectadas com residência, nas designações complementares das formas antroponímicas (Porto, séc. XIV)..... | 207 |
| Quadro 29 – A participação feminina e masculina nos documentos do Cabido (Porto, séc. XIV)..... | 218 |
| Quadro 30 – Os sistemas antroponímicos (SA) e a diferenciação sexual (Porto, séc. XIV)..... | 221 |
| Quadro 31 – As designações complementares (DC) consanguíneas em função do género (Porto, séc. XIV)..... | 225 |
| Quadro 32 – Morfologia das designações complementares (DC) em função do género (Porto, séc. XIV)..... | 227 |
| Quadro 33 – As referências das designações complementares (DC) em função do género (Porto, séc. XIV)..... | 227 |
| Quadro 34 – A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC), em função do género (Porto, séc. XIV)..... | 227 |
| Quadro 35 – As designações complementares (DC) de aliança em função do género (Porto, séc. XIV)..... | 228 |
| Quadro 36 – O tipo de participação feminino e os seus sistemas antroponímicos (SA) (Porto, séc. XIV)..... | 232 |
| Quadro 37 – A participação dos indivíduos do sexo masculino, em função da dicotomia eclesiásticos-laicos, nos documentos do Cabido (Porto, séc. XIV)..... | 236 |
| Quadro 38 – O emprego dos sistemas antroponímicos (SA) em função da dicotomia eclesiásticos – laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV)..... | 239 |
| Quadro 39 – Os sistemas antroponímicos (S.A.), considerando os tipos de participação dos eclesiásticos do sexo masculino (Porto, séc. XIV)..... | 240 |
| Quadro 40 – Os sistemas antroponímicos (S.A), considerando os tipos de participação dos indivíduos laicos do sexo masculino (Porto, séc. XIV)..... | 241 |
| Quadro 41 – Morfologia das designações complementares (DC) em função da dicotomia eclesiásticos-laicos (Porto, séc. XIV)..... | 247 |
| Quadro 42 – As referências das designações complementares (DC) em função da dicotomia eclesiásticos-laicos, do género masculino (Porto, séc. XIV)..... | 248 |
| Quadro 43 A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) utilizadas na identificação dos indivíduos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV)..... | 249 |
| Quadro 44 – Os sistemas antroponímicos (S.A) dos indivíduos laicos de acordo com a categoria social em que são inseridos (Porto, séc. XIV)..... | 255 |
| Quadro 45 – Os sistemas antroponímicos (S.A) dos indivíduos laicos, em função do exercício de uma actividade (Porto, séc. XIV)..... | 260 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 46 – Os sistemas antroponímicos (S.A.) dos indivíduos laicos, distinguindo os <i>indeterminados</i> dos <i>determinados</i> socialmente (Porto, séc. XIV)..... | 263 |
| Quadro 47 – Morfologia das designações complementares (DC), distinguindo os <i>indeterminados</i> dos <i>determinados</i> socialmente (Porto, séc. XIV)..... | 264 |
| Quadro 48 – As referências das designações complementares (DC)), distinguindo os <i>indeterminados</i> dos <i>determinados</i> socialmente (Porto, séc. XIV)..... | 265 |
| Quadro 49 – A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) utilizadas na identificação dos indivíduos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV). | 266 |
| Quadro 50 – As referências familiares das designações complementares (DC), na identificação dos <i>indeterminados</i> socialmente (Porto, séc. XIV)..... | 267 |

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|--|-----|
| Apêndice 1 – Inventário dos <i>pergaminhos</i> do Cabido do Porto compulsados, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 339 |
| Apêndice 2 – Inventário dos alvarás do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 340 |
| Apêndice 3 – Inventário dos autos de posse do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 341 |
| Apêndice 4 - Inventário das cartas de avença do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 343 |
| Apêndice 5 - Inventário das cartas de confirmação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 345 |
| Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 346 |
| Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 352 |
| Apêndice 8 – Inventário das cartas de escambo do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 358 |
| Apêndice 9 – Inventário cartas de venda compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 361 |
| Apêndice 10 – Inventário das procurações compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 364 |
| Apêndice 11 – Inventário das públicas-formas compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 368 |
| Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 371 |
| Apêndice 13 – Inventário dos testamentos compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 381 |
| Apêndice 14 – Inventário dos testamentos – cláusulas – compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 384 |
| Apêndice 15 – Inventário de documentos avulsos consultados, do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406..... | 385 |
| Apêndice 16 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) feminino (Porto, séc. XIV)..... | 387 |
| Apêndice 17 – Distribuição cronológica do primeiro designativo (1ºD) feminino (Porto, séc. XIV)..... | 388 |
| Apêndice 18 – Comparação dos treze nomes próprios femininos mais preferidos em diferentes coordenadas espaciais, temporais e sociológicas, no reino de Portugal, na Idade Média..... | 389 |
| Apêndice 19 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) masculino, por ordem decrescente (Porto, séc. XIV)..... | 390 |
| Apêndice 20 – Distribuição cronológica do primeiro designativo (1ºD) masculino (Porto, séc. XIV)..... | 391 |

| | |
|--|-----|
| Apêndice 21 – Comparação dos treze nomes próprios masculinos mais preferidos em diferentes coordenadas espaciais, temporais e sociológicas, no reino de Portugal, na Idade Média..... | 393 |
| Apêndice 22 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) na população masculina eclesiástica (Porto, séc. XIV)..... | 394 |
| Apêndice 23 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) na identificação da população masculina laica (Porto, séc. XIV)..... | 395 |
| Apêndice 24 – Frequência dos patronímicos (Porto, séc. XIV)..... | 396 |
| Apêndice 25 – Distribuição cronológica dos patronímicos (Porto, séc. XIV)..... | 397 |
| Apêndice 26 – Identificação de filhos e pais (Porto, séc. XIV)..... | 399 |
| Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)..... | 402 |
| Apêndice 28 – O terceiro designativo (3ºD) e a sua frequência (Porto, séc. XIV)..... | 407 |
| Apêndice 29 – Tipos, frequência e distribuição cronológica das designações complementares (Porto, séc. XIV)..... | 411 |
| Apêndice 30 – Relação entre a frequência dos primeiros designativos (1ºD) e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos de sexo masculino (Porto, séc. XIV)..... | 413 |
| Apêndice 31 – Relação entre a frequência do primeiro designativo (1ºD) e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)..... | 415 |
| Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD) e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos (Porto, séc. XIV)..... | 416 |
| Apêndice 33 – A designação <i>morador no/do Porto</i> , considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos escrivães (Porto, séc. XIV)..... | 421 |
| Apêndice 34 – A menção <i>vizinho do Porto</i> , considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos escrivães (Porto, séc. XIV)..... | 437 |
| Apêndice 35 – A menção <i>morador e vizinho do Porto</i> , considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos escrivães (Porto, séc. XIV)..... | 440 |
| Apêndice 36 – A menção <i>cidadão do Porto</i> , considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos escrivães (Porto, séc. XIV)..... | 442 |
| Apêndice 37 – A menção <i>cidadão e morador do Porto</i> , considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos escrivães (Porto, séc. XIV)..... | 447 |
| Apêndice 38 – As diferentes menções <i>morador do Porto</i> , <i>vizinho do Porto</i> e <i>cidadão do Porto</i> entrosadas com outras referências sociais (Porto, séc. XIV)..... | 448 |
| Apêndice 39 – Colaço dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)..... | 449 |
| Apêndice 40 – Colaço dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)..... | 457 |
| Apêndice 41 – Os indivíduos laicos e o exercício de uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)..... | 475 |
| Apêndice 42 – Colaço prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)..... | 476 |
| Apêndice 43 – Colaço prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)..... | 485 |
| Apêndice 44 – Colaço prosopográfica dos indivíduos associados desempenho de <i>procurador de</i> ou <i>testamenteiro(a) de, tutor de</i> ... (Porto, séc. XIV)..... | 493 |

| | |
|--|-----|
| Apêndice 45 – Colaçon prosopográfica dos indivíduos identificados, tendo como referência uma relaçaõ de dependência (<i>homem de</i> ou <i>mancebo de</i>) ou uma relaçaõ de protecçaõ (<i>criado de</i>) (Porto, séc. XIV). | 496 |
| Apêndice 46 – Colaçon prosopográfica dos indivíduos associados a mais do que um vector sócio-profissional (mistos) (Porto, séc. XIV). | 499 |
| Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)..... | 501 |
| Apêndice 48 – Configurações Relacionais Interactivas (CRI) (Porto, 1301-1406). | 507 |
| Apêndice 49 – Colaçon prosopográfica através dos <i>pergaminhos</i> do Cabido do Porto (1301-1406). | 563 |

INTRODUÇÃO

O *objecto* de estudo

É acreditando no quanto a antroponímia pode ser fecunda à história, nas suas mais diversas áreas de investigação, que esta dissertação de Doutoramento foi sendo moldada, articulando o que até então, na historiografia estrangeira e nacional, se tem feito, com o que falta e se pode fazer, de maneira a aceder a um melhor conhecimento das populações urbanas, das suas formas de consciência familiar e de sociabilidade, na Idade Média. De facto, como se salientará adiante, desde os anos 80 e especialmente nos anos 90, que os medievalistas têm vindo a conceder à pesquisa antroponímica um importante desempenho no conhecimento e interpretação de fenómenos sociais, quer numa perspectiva diacrónica como sincrónica, já que, paulatinamente, ela se tem assumido como um autêntico documento histórico, um "témoignage – non seulement pour l'histoire sociale mais aussi pour l'histoire religieuse, l'histoire des mentalités, l'anthropologie historique et pour autres directions de notre discipline"¹.

Assim, o actual estudo incide sobre dois pólos interactivos e transversais. O primeiro pólo contempla os sistemas, os elementos e representações sociais antroponímicas. O segundo considera os indivíduos e as dinâmicas sociais em que são enquadrados e com as quais têm de viver e sobreviver. Com efeito, constituem a matéria central desta pesquisa as estruturas e sinaléticas antroponímicas, por um lado, e os indivíduos e as suas relações, por outro. Estruturas e sinaléticas antroponímicas porque um dos feixes de luz centrar-se-á nos elementos onomásticos, na sua natureza, na sua composição e, por fim, nas suas dinâmicas internas. Indivíduos e suas relações porque se alumiará as gentes que se escondem por trás dos antropónimos, de forma a esclarecer o grau de intimidade que teceram com os documentos e averiguar os seus posicionamentos e interacções no espaço geográfico e social. De facto, o objectivo último é o de tentar situar os indivíduos identificados e individualizados nas suas dinâmicas de parentesco (tipo de família e papéis desempenhados pelo homem, pela mulher, pelos filhos, pelos tios e sobrinhos, entre outros) e de solidariedades ou melhor,

¹ Mitterauer, 1996, 296.

de cumplicidades, sejam elas decorrentes de laços familiares, do exercício de uma ocupação, de vizinhanças, entre outros vectores. Cumplicidades essas nas quais se almejará, ainda, perscrutar algo que, apesar de esquivo e de tratamento muito delicado e sensível, palpita e se revela indispensável ao estudo e compreensão dos trilhos humanos: as emoções.

Tudo isto na cidade do Porto. Uma cidade que, como é sabido, se encontrava entre o rio e o mar e se achava dividida entre o poder eclesiástico e o poder municipal. Uma cidade que, não tendo, na opinião de Armindo de Sousa², ultrapassado, durante a Idade Média, os 4000 habitantes, constituía, em afinidade com outras cidades medievais europeias, como por exemplo Avignon³, um mosaico social onde fervilhavam pescadores, mareantes, mercadores, funcionários régios, cambistas, armadores, homens de ofícios, judeus, braceiros, serviçais, entre outros. Uma sociedade, como sublinha aquele autor, “complexa, de muito ricos e muito pobres, de ganha-dinheiros proletários e opulentíssimos mercadores internacionais”⁴.

Na cidade do Porto, no século XIV, acrescente-se, mais especificamente entre 1301 e 1406. Sendo os limites cronológicos um “mal necessário” a qualquer investigação histórica, dado correrem sempre o risco de alguma artificialidade e de merecerem sempre alguma elasticidade, em função da evolução da recolha de dados e do interesse da auscultação de outros actos escritos, o ano 1406 afigurou-se como um limite cronológico possível, atendendo a que, embora não signifique o fim do exercício de poder da dita elite eclesiástica na cidade e muito menos o fim das querelas com o poder municipal⁵, não deixa de simbolizar, na sequência das concórdias entre D. Gil Alma bispo do Porto e D. João I, de 1405 a 1406, a passagem da cidade do senhorio eclesiástico para o senhorio régio, o fim de um “período de três séculos de senhorio episcopal sobre a cidade”⁶. Contudo, é de referir que esta data teve valor apenas na recolha de dados e nas análises qualitativas, pois, nos tratamentos dos dados apresentados em quadros e gráficos, por questão prática, deixou de ser considerada, para se ter unicamente em conta a centúria de Trezentos. *O terminus a quo* é apontado para 1301 e não para 1306, uma vez que corresponde ao início do século e porque é a data mais recuada da referida centúria, no núcleo documental seleccionado.

² Sousa, 1995, 189-193.

³ Hayez, 1985, 136-137.

⁴ Sousa, 1995, 196.

⁵ Peres, 1962-1965, 78-97; Sousa, 1995, 224; Sousa, 1983, 10, 45-48, 60-63; Dias, 2003, 425; Cortesão, 1984, 99-101, 132.

⁶ Freitas, 1962-1965, 294-297; Amaral, 1985, 9, 14.

De facto, é de conhecimento geral que o burgo portuense, desde 1120, constituía um couto eclesiástico, sendo gerido por uma elite senhorial segundo critérios e mecanismos feudais e canónicos⁷. Esta elite correspondia a uma hierarquia religiosa e a uma hierarquia política, onde se encontravam os poderosos da Sé (bispos, vigários-gerais, dignidades, cónegos), que dispunha de uma notável riqueza móvel e fundiária, sendo, como refere Armindo de Sousa⁸, detentora das letras e das ciências ao mesmo tempo que inculcava valores, dominando as consciências, aplicando uma justiça rigorosa (interditos, excomunhões⁹) que, por sua vez, alimentava a submissão e procurava seduzir e fascinar. Garantiam-se assim clientelas no sentido de promover a sua afirmação e dificultar a oposição da elite burguesa que, gradualmente, vinha a conquistar terreno, no período em estudo, laicizando o concelho¹⁰. Tratava-se, portanto de uma “minoría distintíssima”¹¹ enraizada na vida política, administrativa, económica, social, cultural do Porto medievo.

Neste contexto, abusos de fidalgos, acordos, alvarás, apelações, capítulos régios, cartas de compra, de venda, de emprazamentos, de sentenças, excomunhões, confirmações, contendas, violências, doações, escambos, inquirições, interditos, privilégios, testamentos, sepulturas, entre outros, motivaram a feitura de actos escritos e/ou a sua preservação, enriquecendo o espólio documental diocesano.

O corpus documental

Ora, é precisamente o referido espólio, mais especificamente o do Cabido da Igreja do Porto¹², que alimenta este estudo, pois os seus testemunhos assumem-se como uma

⁷ Soares, 1989, 31-40; Reis, 1991, 84-87; PERES, 1962-1965; Soares, 1962-1965a, 305-310; Sousa, 1995, 131-132.

⁸ Sousa, 1995, 220, 225-226.

⁹ Tem-se em mente, por exemplo, o longo interdito lançado pelo bispo D. Pedro Afonso sobre a cidade, em 1345 e que só foi retirado com o acordo entre o bispo D. Gil Alma e D. João I (1406). De lembrar, igualmente, o anátema lançado sobre D. Afonso IV (1351) (Freitas, 1962-1965, 253, 257, 260, 264; Sousa, 1995, 241-242).

¹⁰ Soares, 1962-1965b, 334-371; Sousa, 1995, 238-242.

¹¹ Sousa, 1995, 230.

¹² De referir, ainda, a existência de outros núcleos documentais igualmente importantes, como: na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Censual do Cabido da Sé do Porto – Códice Membranáceo Existente na Biblioteca do Porto. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924; Santos, Cândido Augusto Dias dos (1973), Censual da Mitra da Sé do Porto – Subsídios para o Estudo da Diocese nas Vésperas do Concílio de Trento. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto; no Fundo da Contadoria da Comarca do Porto, um documento relativo à Capela dos Alvarinhos, pertencente à Sé do Porto, datado, no entanto, de 1498. Não obstante as suas potencialidades, tendo em conta o fito, as balizas cronológicas e espaciais da actual pesquisa e o prazo estipulado para o seu desenvolvimento e conclusão, optou-se por, não compulsar a referida documentação e cingir a pesquisa ao espólio composto pelos ditos “pergaminhos” do Cabido do Porto.

verdadeira janela aberta sobre a cidade. Não é, como se sabe, a única¹³, mas é valiosa e, até então, pouco explorada.

Ao percorrer o referido *corpus* documental é-se confrontado com indivíduos que, directa ou indirectamente, tiveram uma relação, uma intervenção no assunto do documento em que se inserem. São indivíduos que, por diversas razões, se relacionaram com o Cabido da Sé do Porto e que adquirem posicionamentos diferentes nos documentos em função do tipo de envolvimento que têm com as circunstâncias dos mesmos: clérigos, cónegos, dignidades, oficiais, criados, mercadores, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tanoeiros, cordoeiros, pescadores, entre outros. Gente do Porto medieval. Homens e mulheres, eclesiásticos e laicos.

Gente que se fará escutar através de outros, através dos referidos documentos, através, como se referiu, das análises antroponímica e prosopográfica. Incide-se, portanto, em fontes indirectas, considerando que as motivações/interesses dos respectivos autores são alheios à realidade que aqui se procura apreender. Assim, trata-se de um espólio documental que, não obstante a sua riqueza, pode facilmente oferecer uma “imagem conotada, subjectiva e irrealista”¹⁴ daqueles que davam vida à cidade.

A análise

Por conseguinte, mergulhar nas entranhas dos diferentes documentos, decifrar a sua lógica discursiva e fazer emergir todas as referências e informações constituiu a primeira e urgente etapa deste trabalho. Somente depois é que se ergueu o segundo patamar do actual estudo, consistindo na recolha de todas as formas antroponímicas diferentes relativas a cada indivíduo, fazendo-as acompanhar por todo o tipo de informações que o ajudavam a identificar e contextualizar. Por fim, a impreterível lide prosopográfica, por outras palavras, a identificação dos indivíduos e reconstituição dos fragmentos das dinâmicas sociais, oferecidos pela documentação, nos quais eles se enquadravam.

Aspirou-se, portanto, promover um estudo de antropologia histórica que fizesse descobrir, aproximar, conhecer e compreender os indivíduos e as suas redes de

¹³Cf. ponto 2 do presente estudo, a partir da página 47.

¹⁴Sousa, 1995, 200-201.

sociabilidade na cidade do Porto, no século XIV, individualizando as gentes, restaurando o que ficou dos seus trilhos de vida, tornando um pouco mais visíveis as suas dinâmicas familiares e sociais e os seus anseios.

Mas seria esta análise antroponímica, prosopográfica e antropológica, possível? Foi a questão com a qual se defrontou, de imediato, esta pesquisa. Em função do prazo oferecido para a concretização da mesma, tinham-se definido o *objecto* de estudo, as coordenadas temporais e espaciais, tinham-se seleccionado as fontes, mas não seriam as metas uma mera ilusão?

Uma análise possível

Efectivamente, a análise antroponímica e prosopográfica sentiu a necessidade de se nutrir de instrumentos de trabalho que facilitassem a recolha, a sistematização, a análise, a leitura e interpretação das informações a recolher. Tal não teria sido possível sem a elaboração de bases de dados no sistema informático Microsoft Access 2000¹⁵ que se adaptassem bem aos objectivos, à documentação em análise e aos diferentes tipos de dados recolhidos¹⁶, sem, como é óbvio, os simplificar, esterilizar ou adulterar.

Elas – as bases de dados – exigiram, sobretudo, um equilíbrio entre a formalização e estandardização que lhes são inerentes e a variedade e riqueza de informações que brotavam dos documentos. O que, aliás, segundo Monique Ornato, é uma condição *sine qua non* no desenvolvimento do diálogo entre a informática e a pesquisa histórica¹⁷. Contudo, conseguir este equilíbrio não se revelou nada fácil. Muito pelo contrário, tratou-se de um propósito que, por natureza, era tão delicado e frágil quanto exigente. Tal só foi possível por meio de variadas aproximações e reformulações, sempre conscientes de que o recenseamento de toda a informação seria impossível e que as fases da recolha e exploração dos dados são interdependentes¹⁸.

¹⁵ A elaboração das referidas bases de dados contou com o contributo de um colega de trabalho, César Neves, cuja tese de mestrado incidiu em mecanismos de trabalho semelhantes, embora pertencentes a áreas científicas diferentes (Neves, César A. T. (2002). A Utilização de Ferramentas Analíticas Assistidas por Computador no Estudo da Ictiofauna Dulciaquícola; Estudo do caso particular da Ictiofauna do Parque Nacional da Peneda Gerês. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado policopiada)).

¹⁶ Neithard Bulst é categórico ao afirmar que não existe um método prosopográfico e que cada investigador deverá, em função do carácter da sua pesquisa, definir o caminho que lhe é mais apropriado. (Bulst, 1996, 477-478).

¹⁷ Ornato, 1996, 80.

¹⁸ Neithard Bulst defende que na prosopografia a recolha de dados e a sua exploração não se podem separar. Isto porque que o tipo de exploração que se pretende define as regras da recolha de dados da mesma forma que a maneira como se recolheram os dados determina os caminhos da sua exploração (Bulst, 1996, 474-475).

Por fim, elas exigiram que se definissem, em pormenor, as principais orientações das grelhas de análise que foram as seguintes: identificar, localizar e caracterizar o contexto de cada documento; localizar no tempo e no espaço todas as informações recolhidas; recolher todas as formas antroponímicas; individualizar, identificar os indivíduos que se encontravam imersos nas múltiplas formas antroponímicas, considerando todas as informações úteis cedidas pelos contextos documentais, relações sociais; caracterizar o indivíduo (sexo, estado civil, laico/eclesiástico, naturalidade, residência, actividade profissional, estatuto); identificar os documentos em que se encontrava cada indivíduo; relacionar o tipo de documento com o tipo de participação do indivíduo nesse mesmo documento; entrelaçar tipos de participação com formas antroponímicas e tipos de documentos; restaurar possíveis laços do indivíduo com outros nomeados no mesmo documento ou em outros documentos; identificar as diferentes relações desenhadas de forma explícita ou implícita pelos documentos, em relação a cada indivíduo, sejam elas familiares ou extra-familiares, como, por exemplo, as relações de vizinhança, de dependência, de tutoria, entre outras.

Com efeito, para que a análise a que se propunha o actual estudo fosse possível, as bases de dados deveriam permitir fitar, de forma sistemática e estandardizada, o documento, as formas antroponímicas, os indivíduos e as suas relações, situando-os sempre que possível nas suas coordenadas espaciais, temporais e sociais. Elaboraram-se, assim, duas bases de dados, uma primeira, orientada pela lide antroponímica, uma segunda guiada pela prosopográfica. Duas bases de dados interdependentes.

Não obstante, tal não significa que todos os campos de análise obtiveram uma resposta cabal, atendendo ao carácter variado, disperso e fragmentário das informações cedidas pelos documentos. Todavia, as respostas obtidas eram as possíveis e, por serem limitadas, não mereciam ser descuradas, tendo em conta a sua riqueza. Exigia-se então que se explorasse, na íntegra, o seu potencial. Ora, o facto de as susoditas bases de dados constituírem tabelas relacionais, acedendo, não somente a uma recolha sistemática e estandardizada dos dados, mas também a um cruzamento e confronto dos mesmos e ao estabelecimento de relações entre eles¹⁹, permitiu restabelecer elos que, *a priori*, de outra forma, passariam despercebidos, ao abrir caminho a um aperfeiçoamento das referidas leituras e ao oferecer maior sustentação às interpretações.

¹⁹ A atestar esta necessidade dos prosopografos se socorrerem da informática é de lembrar, por exemplo, A. M. Hayez (Hayez, 1985, 140).

O que, na realidade, é precioso quando se alveja identificar e conhecer indivíduos num universo antroponímico onde parece predominar uma cristalização das escolhas onomásticas, onde a identificação dos indivíduos parece adquirir um carácter aleatório e variar em função das vivências, das preocupações momentâneas de quem redige e tem interesse nos actos escritos e dos percursos dos humanos identificados. Onde, porque distanciadas, as informações assumem um carácter retalhado e parecem diluir-se ou desfocar-se na longevidade do tempo, correndo o risco de adquirirem formas diferentes em função do modo como, sobre elas, se faz incidir a parca luz que resta.

Por conseguinte, ter como instrumento de trabalho bases de dados relacionais, quando se lida com informações que são efectivamente fragmentárias e parcelares, tornou a análise do actual estudo possível, mesmo que ela se mostre *imperfeita*, utilizando os termos de Armando Luís de Carvalho Homem no que diz respeito à análise prosopográfica²⁰.

Uma análise possível, mas “imperfeita”

De facto, desde a *natura* da população em enfoque, à documentação e respectivas leitura e interpretação, à feitura e preenchimento das referidas bases de dados, à definição dos melhores instrumentos trabalho, variadas foram as dúvidas e dificuldades que se desenharam, de tal forma que, embora sejam clássicas, não podem ser escamoteadas sob pena de boicotar a compreensão desta dissertação.

- A heterogeneidade da população

Na verdade, centrado no mosaico social que constitui o espaço urbano portuense na centúria de Trezentos, o *objecto* de análise revelou-se, de acordo com o que se mencionou acima, amplo, heterogéneo, dinâmico e interactivo. O que, por um lado, incentiva à recolha de um leque de informações mais variado e rico e oferece a

²⁰ Homem, 1996, 32.

possibilidade de espreitar o espaço social da cidade de uma forma mais abrangente e dinâmica. Por outro lado, as informações recolhidas mostram-se mais dispersas, mais parcelares e aleatórias, díspares de indivíduo para indivíduo, pois, se para um se recolhem, por exemplo, alguns dados sobre os seus laços familiares, para outro pode-se obter simplesmente informações relativas à sua residência ou ocupação, entre outros aspectos da sua vivência, enquanto que os outros podem cair num quase absoluto anonimato.

Subsequentemente, a *natura* da população em estudo determinou, à partida, a amplitude dos resultados, em virtude de que jamais se conseguirá reconstituir na íntegra, jamais se conseguirá obter respostas cabais, pois não se possui senão algumas peças, umas mais esclarecedoras do que outras. Peças essas que, por serem variadas e dispersas, revelam-se escorregadias e, por vezes, pouco contextualizadas, não parecendo existir qualquer relação entre si. Peças escorregadias que estão, por sua vez, conectadas com o perfil da documentação.

- A escassez dos dados

Com efeito, como refere Oliveira Marques²¹, a documentação que se possui para as cidades medievais é escassa e não oferece senão informações parcelares quanto aos indivíduos e aos seus relacionamentos. Na realidade, a maior parte dos dados registados nos actos escritos em análise, relativos aos portuenses do século XIV, resultam da sua própria identificação, tal como acontece no estudo da cidade de Avignon²², e/ou da identificação de prédios urbanos que, com assiduidade, se apoiava em confrontações. Elas resumem-se ao registo de esboços de relações que podem remeter para o contexto familiar ou decorrer de uma residência, da posse de uma determinada propriedade, do exercício de uma actividade laboral, de um ofício público ou de uma incumbência temporária, do nível de cidadania em que o indivíduo se enquadra e/ou do seu estatuto social. Assim, os dados obtidos não são, como se sublinhou acima, iguais e completos para todos os indivíduos, já que, fundindo-se, com frequência, com a identificação do indivíduo ou prédio, eles alternam-se em

²¹ Marques, 1994, 106.

²² Hayez, 1985, 139.

função do contexto em que estes últimos se integram, do enquadramento social e das circunstâncias do documento em que se inserem.

- A relatividade dos contornos do *objecto* de estudo

Por conseguinte, o carácter da população em enfoque e o tipo de informações oferecidas pela documentação em estudo, articulados entre si, levaram a questionar os próprios contornos desta pesquisa, não somente em termos de representatividade e em termos temporais, mas também em termos geográficos e sociais.

Qual o grau de representatividade da população em estudo?²³ Até que ponto o *objecto* de estudo constitui, de facto, uma realidade vivida no século XIV, ou até que ponto é ele uma realidade construída e, por tal razão, artificial? A cidade existiu e existe. A sua população também. Contudo, teria ela a consciência de constituir um grupo social com uma identidade e espírito próprio? Teria ela consciência de que o facto de se movimentar, viver e possuir riqueza na cidade do Porto lhe oferecia uma determinada identidade?

No quotidiano, à semelhança dos nossos dias, cada indivíduo envolver-se-ia nos seus afazeres, nas suas solidariedades e nas suas querelas, entrosando-se e confrontando-se com os diferentes grupos e subgrupos sociais que constituíam a cidade, tecendo e alimentando as suas redes de sociabilidade. Nesta perspectiva, a população em estudo pode adquirir um carácter um pouco artificial, em sintonia com o que é alertado por Michelle Luzatti, relativamente à cidade de Pisa²⁴, já que, por um lado, a sua coesão parece advir dos critérios de análise do investigador. Por outro lado, as vozes que se fazem ouvir são essencialmente as dos grupos sociais ditos de elite²⁵.

Em termos temporais, é evidente que a necessidade de delimitar cronologicamente a análise (1301-1406) acabou, como se indicou acima, por lhe inculcar alguma artificialidade, já que os percursos individuais não se compadecem com estas barreiras, podendo frequentemente remeter para tempos que lhes são anteriores ou posteriores. Assim se compreende que, em certos momentos desta análise se tenha tido em consideração documentos cujas datas extravasam os referidos limites cronológicos, situados tanto no quartel imediatamente anterior como posterior ao período em estudo,

²³ Klapisch-Zuber, 1986, 30-31.

²⁴ Bulst, 1986.

²⁵ Sousa, 1990, vol. I, 206-212.

por oferecerem informações sobre os indivíduos identificados²⁶. Não se pode olvidar que a época em análise é “pré-estatística”²⁷, não sendo legadas quaisquer listas de baptismo, como acontece, por exemplo, para a cidade de Pisa no século XV, e muito menos quaisquer listas de casamentos ou de óbitos, sendo que o primeiro censo surge apenas entre 1527-1532²⁸. Uma época em relação à qual somente a muito custo e com alguma sorte é que se consegue situar, com rigor, o período de vida de uma determinada pessoa.

Desta maneira, os indivíduos que se identificaram podem ter nascido antes ou durante a época em estudo, tal como podem ter falecido durante ou após aqueles anos²⁹. Aliás, tornou-se abrolhoso e impossível estabelecer com rigor os marcos temporais relativos à vivência de cada indivíduo, na medida em que eles não são dados a conhecer pela documentação. Os anos que se encontram registados correspondem, portanto, à primeira e última vez em que os registos mostram que o indivíduo ainda não se encontrava falecido.

O mesmo acontece com o local de nascimento dos mesmos. Eles são entrosados com a cidade do Porto, ora porque nela residem, ora porque nela possuem propriedades. Mas seriam todos eles naturais da cidade do Porto? A vida fluvial, marítima, piscatória e comercial desta urbe leva a lembrar que a mobilidade de gentes seria uma das tónicas desta cidade, tendo em conta o estudo de Iria Gonçalves³⁰, que mostra como a cidade do Porto era um importante pólo de atracção das populações. Num contexto em que, passo a passo, a dinâmica social e económica do reino tendia a convergir na orla marítima³¹, a cidade do Porto não constituiu uma excepção. Muito pelo contrário, já que, durante o século XIV, foi palco de afluência de muitas gentes, em particular da região Norte³², como, por exemplo, da cidade de Guimarães, na medida em que encontram alguns indivíduos com origens naquela cidade³³. Gentes estas que vieram para ficar e tentar a sua sorte na urbe. Em concomitância, alguns dos seus habitantes ter-se-ão deslocado por diferentes regiões, nomeadamente os que faziam sua actividade a mercancia. Mas não só. Também os procuradores e certos funcionários, fossem eles emissários da Igreja, fossem eles representantes do concelho ou da autoridade régia. Deste modo, no âmago

²⁶ Cf. parte III deste estudo, a partir da página 271. Cf. apêndice 49.

²⁷ Sousa, 1995, 189; Rau, 1986, 99, 101-105.

²⁸ Dias, 1998, 13.

²⁹ Luzzati, 1985, 147.

³⁰ Rau, 1982, 94-95; Coelho, 1993, 11-13; Gonçalves, 1996, 147-152.

³¹ Oliveira, 1986, 8-9, 11; Moreno, 1995, 76-77; Cortesão, 1984, 79-83, 90-95; 101-103.

³² Gonçalves, 1996, 149-151.

³³ Consultar parte II, ponto 5.2

da população portuense, encontram-se certamente gentes que vieram para ficar, gentes que saíram, mas voltaram, e gentes que saíram para não voltar.

Como resultado, os contornos geográficos desta mesma população podem assumir uma certa ambiguidade, atendendo sobretudo a que nem todos seriam naturais da cidade e que existia um entrosamento da cidade do Porto com a região que a circunda.

No que diz respeito aos contornos sociais da população em estudo, a sua definição afigura-se tão ou mais delicada. Como defini-los se, como se alegou acima, a massa que os constitui é heterogénea, abrangente e dinâmica? Seria certamente muito mais fácil centrar apenas a análise num dos seus grupos sociais específicos como, por exemplo, os mercadores ou os que exerciam um ofício. As contrapartidas seriam, porém, bastante mais restritas, pois ficar-se-ia muito aquém do tecido social que se aspira reconstituir. Onde se encontram então os elementos de unicidade de um magma como este, tão rico em termos sociais? Encontram-se no campo magnético que resulta do ser, do viver e do sobreviver na e através da cidade do Porto. Um campo, aliás, cujo magnetismo se fez sentir cada vez mais à medida que se avançou neste labor científico, sobretudo a partir do tratamento prosopográfico e antropológico das múltiplas formas antroponímicas encontradas nos documentos. Uma etapa de trabalho que, de acordo com o que se esperava, se revelou suficientemente cativante e aliciante, pois, com ela, os antroponíomos adquiriram de forma paulatina uma identidade, como que sentindo o perfume de uma vida que há muito os parecia ter abandonado.

Não se confie contudo que se tratou de uma etapa de trato fácil. Pelo contrário, ela afigurou-se árdua, principalmente ao focar-se a tarefa de identificar os indivíduos.

- A identificação dos indivíduos, uma tarefa longe de ser linear e gratuita

A tarefa de identificação dos indivíduos assentou, sobretudo, no confronto de estruturas antroponímicas entrelaçado com as disposições dos respectivos documentos. Tal esteve longe de ser linear e gratuito, na medida em que os registos antroponímicos, ora completos ora abreviados, e as informações dos documentos, que ofereciam muito mais indícios do que certezas, constituíram vectores que, aliados, por vezes, ao mau estado da documentação, complicaram muito o acesso a determinados registos e resultaram, na verdade, em impasses e sérias dificuldades.

Assim, tornou-se evidente que o grau de objectividade da análise iria depender do grau de clareza das informações que se recolheram.

Várias foram as questões que surgiram, como, por exemplo, a que se prende com a forma de actuar face às formas antroponímicas iguais, cujas coordenadas espaciais temporais são idênticas, e em relação aos quais os documentos em que estão inseridos poucos esclarecimentos oferecem. Corresponderão elas ao mesmo indivíduo ou a indivíduos diferentes? O que fazer com um registo antroponímico mais completo e um outro registo mais abreviado³⁴, cujas as informações apenas indiciam que correspondem ao mesmo indivíduo?³⁵ As informações indiciam, mas não oferecem evidências. O dilema foi sempre o mesmo e foi constante. Com celeridade se verificou que, em sintonia com o que se referiu acima, as respostas não seriam categóricas, e que parte das fichas prosopográficas seriam fruto não de certezas, mas sim de interpretações e aproximações.

Trata-se, portanto, de uma análise imbuída de subjectividade, pois quer o próprio acto escrito³⁶, quer as leituras e interpretações efectuadas constituíram uma espécie de filtro. A informação fragmentária, cedida pelos actos escritos, em relação aos indivíduos que nomeiam³⁷, fez com que as subsequentes identificação e individualização dos indivíduos constituíssem a análise possível com os tipos de dados consultados e disponíveis. Ela não assume, deste modo, um carácter exacto, mas sim aproximativo, fruto de interpretações e de opções.

Contudo, tal não implica que a referida tarefa não se tenha socorrido de critérios de análise objectivos e rigorosos, manifestamente cruciais.

Numa primeira fase, optou-se por fazer corresponder cada forma antroponímica a uma ficha prosopográfica, considerando que a simples existência de formas antroponímicas idênticas com o mesmo enquadramento espacial e temporal não implicava, por si só, que correspondessem à mesma pessoa.

³⁴ Isto para não se nomear as diferentes grafias para o mesmo nome. De facto, nos documentos, o registo dos mesmos antropónimos e topónimos nem sempre é feito da mesma forma e podem conhecer diferentes variantes (ex: *João, Jonannes, Joham, ...*). O que oferece uma segunda dificuldade. Atendendo a que o foco de interesse não é de natureza linguística, mas sim social, optou-se por não se considerar estas diferenças e por normalizar o mais possível os nomes.

³⁵ São muitas as situações em que a identificação dos indivíduos conhece várias formas, podendo metamorfosear-se em registos ora abreviados, privilegiando apenas alguns dos elementos de identificação, em detrimento de outros, ora mais ricos em informação. E isto em função de certas circunstâncias, algumas delas associadas ao discurso do documento, outras vezes associadas a outros vectores (cf. na parte II, a partir da p. 99). Outrossim não são de esquecer os erros de leitura encontrados nas cópias que frequentemente e sempre que possível fomentaram o confronto dos textos originais com as respectivas cópias.

³⁶ Cf. ponto 2 deste estudo, a partir da p. 47.

³⁷ Estas dificuldades fazem-se sentir, aliás, em toda a pesquisa prosopográfica que tem por base o período medieval. (Bulst, 1996, 474).

Depois, procedeu-se à convergência de formas antroponímicas numa só ficha prosopográfica, isto é, num só indivíduo, apenas quando as informações recolhidas estabeleçam, explícita ou implicitamente, elos de ligação, remetendo para relações familiares ou de vizinhança, de clientelas, do desempenho sócio-profissional. Os elos que, na realidade, oferecem maior segurança na individualização e identificação de um indivíduo, distinguindo-o mais facilmente de outros.

Todas as fichas prosopográficas aspiraram, deste modo, sustentar-se e sintonizar-se com o conteúdo dos diferentes documentos onde o respectivo indivíduo se enquadrava³⁸. Assim, o papel atribuído às coordenadas espaciais, temporais e às formas antroponímicas variou em função da riqueza do conteúdo da documentação, podendo decair claramente quando elas emergiam como pistas isoladas. Foi neste preciso momento da pesquisa que as dúvidas menos se fizeram rogadas. Não foram, obviamente, ignoradas. Pelo contrário, foram registadas e sinalizadas, de modo a manterem-se em aberto³⁹ e a terem a possibilidade de, numa etapa posterior, com a recolha e cruzamento de novos dados, virem a ser esclarecidas.

Poder-se-á então afirmar que o número de indivíduos obtido pode não corresponder de todo à realidade. É verdade, mas convém sublinhar que se a análise prosopográfica não fosse fiel aos susoditos critérios, cair-se-ia no risco de apresentar indivíduos e dinâmicas sociais que nunca teriam existido, ao mesmo tempo que o número de indivíduos nunca seria o real, o exacto. O importante é que as dificuldades sentidas e os critérios e opções de análise definidos não sejam desprezados no momento das interpretações dos resultados e que se avalie o grau da sua influência⁴⁰.

Por conseguinte, as análises antroponímica e prosopográfica tornaram-se possíveis e cruciais. Por entre múltiplas formas antroponímicas, elas permitiram a identificação e apresentação de alguns indivíduos da cidade do Porto, distinguindo-os de outros e configurando alguns dos seus traços e posicionamentos sociais bem como algumas das suas relações.

³⁸ Se os documentos em questão se encontram ligados entre si (ex: uma carta de doação e um auto de posse), a tarefa sai beneficiada, na medida em que pode ser uma boa oportunidade de confronto de informações e de formas de identificação do indivíduo, ajudando a esclarecer algumas dúvidas.

³⁹ Todas as fichas que suscitam dúvidas foram sinaladas de forma a não impedir que se encontrem respostas em análises e pesquisas futuras.

⁴⁰ Uma das dificuldades que Neithard Bulst nomeia em relação à exploração prosopográfica é que a avaliação do nível de influência das questões e critérios orientadores pode afectar os resultados. (Bulst, 1996, 474, 480-481.)

Uma análise possível, “imperfeita”⁴¹, mas fecunda

Este é, de facto, o último e grande óbice que acompanhou esta dissertação. Com efeito, pode-se questionar como é que se pode reconstituir relações se o labor prosopográfico se revela possível, mas *imperfeito* e incapaz de responder cabalmente a todas as questões. Como desenhar, por exemplo, de forma completa e clara os laços de parentesco de um determinado indivíduo, se os documentos não oferecem senão algumas pistas e se estas, por sua vez, se revelam parcelares, dispersas quando não são omissas? Como é que os dados recolhidos permitem proceder a uma coagulação completa de certas práticas relacionais do espaço social do Porto, no século XIV?

Na verdade é por demais evidente que este estudo não acederá a configurações relacionais absolutas, mas sim retalhadas. O que se obterá será pura e simplesmente a reconstituição de alguns fragmentos do tecido social portuense que de outra forma se perderiam na névoa do tempo.

Não obstante, por serem fragmentos, não merecem ser desprezados, antes, pelo contrário, eles deviam ser tratados e rentabilizados, atendendo à sua raridade.

O caminho encontrado foi o de procurar a reconstituição das referidas relações, não de uma forma isolada, mas entrosadas entre si, de modo a captar paralelismos e dinâmicas de relacionamentos. Assim, em vez de se tentar reconstituições de configurações relacionais egocêntricas ou genealógicas única e simplesmente, privilegiou-se o restauro de configurações relacionais interactivas⁴², na medida em que, se, no caso das primeiras, os dados recolhidos se revelavam extremamente esguios e incompletos, nas segundas estes mesmos dados tornavam-se mais férteis. Isto porque, embora as configurações relacionais interactivas se revelem incompletas ou hipotéticas⁴³, com elas certos relacionamentos parecem assumir um maior significado quando, em vez de serem isolados entre si, são entrelaçados. Assim, com elas, as análises antroponímica e prosopográfica que se assumiram como imperfeitas e incompletas, tornaram-se não somente possíveis, como se afirmou acima, mas também claramente fecundas⁴⁴.

Uma trabalho que, contudo, contou com o contributo, apoio e compreensão de muitos aos quais não se pode deixar de expressar aqui um amplo reconhecimento.

⁴¹ Seguindo de perto o que Armando Luís de Carvalho Homem afirma no que diz respeito à lide prosopográfica (Homem, 1996, 32).

⁴² *Vid.*, no presente estudo, na parte I, o ponto 1, a partir da p. 19, e a parte III, a partir da p. 273. Cf. apêndice 48.

⁴³ À semelhança de certas reconstituições genealógicas (Thornton, 1997, 23-24 e 27).

⁴⁴ *Vid.* as considerações de Homem, 1996, 32.

Em primeiro lugar, às pessoas da Professora Doutora Conceição Falcão (Universidade do Minho) e da Professora Doutora Monique Bourin (Universidade de Paris 1 – Sorbonne), orientadoras científicas deste projecto, a mais sincera gratidão e amizade por terem acreditado, acolhido e estimulado esta pesquisa, com uma atitude científica crítica, construtiva e diligente.

Nesta sequência, é de agradecer, igualmente, por um lado, à Universidade do Minho e à Universidade de Paris 1 – Sorbonne o acolhimento e a facilitação das condições necessárias à execução deste trabalho. Por outro lado, o apoio sustentado pela Direcção dos Serviços de Gestão dos Recursos Humanos, do Ministério da Educação e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

De seguida, é de realçar o interesse e amparo que, deste o início, o Professor Doutor Robert Durand manifestou por este trabalho, bem como a preciosa colaboração obtida do Doutor Pascal Chareille que, pacientemente, me ajudou a pensar, a concretizar, a reformular e interpretar as diferentes entradas das bases de dados e os respectivos dados. De registar ainda uma palavra de amizade ao Mestre César Neves pela sua disponibilidade e paciência aquando da elaboração das bases de dados.

Reitera-se ainda aqui um público agradecimento à formação que obtive na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde, quer na minha licenciatura, quer na preparação da dissertação de mestrado, obtive o ónus científico, a amizade e estímulo, merecendo-me particular gratidão o falecido Professor Doutor Armindo de Sousa que, desde cedo me estimulou a não menosprezar os caminhos da investigação, e, com amizade, me acompanhou e orientou. Uma palavra de apreço não pode faltar também aos Professores Doutores Armando Luís de Carvalho Homem e José Marques, aos Doutores Luís Miguel Duarte e Inês Amorim, sublinhando, em particular, o acompanhamento e a amizade do Dr. Luís Amaral, que não deixou que as lides científicas que acabaram por resultar neste trabalho caíssem por terra, encaminhando-as e estimulando-as através de conversas e sugestões.

No Arquivo Distrital do Porto, uma palavra de reconhecimento ao Dr. Silvestre Lacerda, actual director do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, pela sua diligência no sentido de facilitar a consulta da documentação.

Aos meus pais e, em especial, ao meu marido, gostaria de expressar o meu sincero reconhecimento por toda a compreensão, amparo e paciência que me ofereceram no decorrer deste estudo, indispensáveis à concretização deste projecto.

E, por fim, a todos os que, directa ou indirectamente contribuíram para a concretização deste estudo científico, o meu mais sincero “Bem hajam”.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO

1.1 As Lides Antroponímicas

1.1.1 Um autêntico documento histórico

Até à década de setenta, a antroponímia constituiu, sobretudo, um palco de trabalho de filólogos e linguistas, mas, a partir daquele período, ela começa a seduzir os historiadores que se dedicam ao estudo da Idade Média, nomeadamente aqueles que se interessam pelo campo social. De facto, múltiplos foram os estudos que brotaram na Europa. O seu inventário exaustivo, quer ao nível da filologia e linguística, quer ao nível da análise histórica, seria uma tarefa que se revelaria interminável e fastidiosa, já que, nos dias que correm, as pesquisas nas mais diversas áreas científicas se multiplicam desenfreadamente e, concomitantemente, as novas tecnologias de comunicação facilitam, cada vez mais, o acesso a índices bibliográficos e temáticos. Assim, o objectivo aqui não é mencionar todos os trabalhos de antroponímia até ao momento realizados, mas antes proceder a um ponto de situação, identificando os principais núcleos e facetas da investigação antroponímica que gradualmente foram brotando, proliferando, na Europa Ocidental e que, de variadas formas e em diferentes momentos, constituíram pontos de referência e emolduraram este projecto de trabalho.

Desta feição, sem querer menosprezar os trabalhos da equipa de investigação alemã composta por linguistas e historiadores⁴⁵, merecem aqui particular vulto as investigações antroponímicas que se desenvolveram, sobretudo nas décadas de 80 e 90, do século XX, e que fizeram da antroponímia uma conseqüente aliada da história social, nas suas mais variadas abordagens historiográficas. Tem-se em consideração os encontros realizados no castelo de Azay-le-Ferron, sob a égide de Monique Bourin e colaboração de Pascal

⁴⁵ Geuenich, 1997.

Chareille⁴⁶ e as consequentes pesquisas alimentadas pela Escola Francesa de Roma⁴⁷ e pelo intercâmbio entre as Universidades de Santiago de Compostela e Valladolid⁴⁸. Alude-se ainda às pesquisas implementadas por Katharine Keats-Rohan e David Thornton, que agraciaram o famigerado *Domesday Book* com um tratamento onomástico e prosopográfico⁴⁹, bem como aos trabalhos apresentados no Colóquio "Personal Names Studies and the History of the Family", organizado por George T. Beech, Monique Bourin e Pascal Chareille⁵⁰.

Neste mesmo contexto dos anos 90, da anterior centúria, além dos referidos projectos que aglomeraram e fizeram interagir equipas de investigadores, não se pode deixar de lembrar o conjunto de trabalhos desenvolvidos a título individual, que a actual dissertação não deixou de contemplar. É o caso de Christiane Klapisch-Zuber⁵¹, que, apoiada nos livros de famílias florentinas privilegiadas – *ricordanze* – e centrando a sua atenção nas estruturas, na ideologia e imaginário da família e do parentesco e papéis desempenhados pelos respectivos elementos, mostrou como os mecanismos de atribuição dos nomes se imbricam em estratégias familiares de reprodução de linhagens paternas, nas devoções e tradições familiares. É o caso também das análises levadas a cabo por M. Del C. Pallares⁵², de M. Zimmermann⁵³, de Garcia de Cortázar⁵⁴, Suárez Beltrán⁵⁵, L. Martínez Teixidó⁵⁶, Moreu Rey⁵⁷ e Maria Asenjo Gonzalez⁵⁸.

Esta plêiade de investigadores contribuiu, assim, para que, nos anos 90 do século XX, a antroponímia se assumisse, de forma categórica e irreversível, como um autêntico documento histórico.

⁴⁶ Bourin, 1990a; Bourin, 1992a; Bourin, 1992b; Bourin, 1995a; Beck, 1997a; Bourin, 2002a; Bourin, 2002b.

⁴⁷ Bourin, 1996a.

⁴⁸ Martínez Sopena, 1995a.

⁴⁹ Keats-Rohan, 1997b; Keats-Rohan, 1997c; Keats-Rohan, 1999.

⁵⁰ Beech, 2002.

⁵¹ Klapisch-Zuber, 1990, particularmente as páginas 81-107.

⁵² Pallares Méndez, 1993a.

⁵³ Zimmermann, 1995.

⁵⁴ Garcia De Cortazar, 1991, 175-191.

⁵⁵ Beltran Suarez, 1991.

⁵⁶ Martínez I Teixidó, 1991.

⁵⁷ Moreu-Rey, 1991. Este autor já tinha evidenciado anteriormente o seu interesse pela antroponímia com o trabalho "«Martin». Problème Philologique et Historique" (Moreu-Rey, 1973).

⁵⁸ Asenjo Gonzalez, 1994.

1.1.2 Um documento para a História Social

Um autêntico documento histórico? De que modo? Durante as décadas de 80 e de 90, a equipa de investigação que insuflou os encontros de Azay-le-Ferron desempenhou um papel *pivôt*, ao proceder a um plantio, sistemático e criterioso, de metodologias e análises antroponímicas, cujas sementes encontraram terreno fértil num colmeal de investigadores de diferentes nacionalidades, nomeadamente franceses, italianos e espanhóis. As referidas pesquisas e análises antroponímicas que se desenterraram permitiram então traçar uma evolução do sistema antroponímico medieval, centrando particular atenção no momento em que, à escala da Europa Ocidental, de forma faseada, os *stocks* antroponímicos mudaram profundamente⁵⁹ e o sistema antroponímico constituído por dois elementos se sobrepôs a outros sistemas, nomeadamente o do nome único⁶⁰.

É desembuçado um processo evolutivo que está longe de ser uniforme e contínuo. Realmente, centrada no período que medeia entre o século X e o século XIII, a referida evolução conheceu dessincronias espaciais e cronológicas, quer ao nível da intensidade e ritmo, como ao nível dos diferentes grupos e estatutos sociais. Concluiu-se, desta maneira, que, no susodito período, um novo elemento antroponímico ganhou consistência, assumindo, contudo, em função dos referidos contrastes, a faceta de um indicativo de lugar, ora como um sinal de posse senhorial entre os nobres, ora como uma referência a uma origem/morada entre os não nobres, de um indicativo de filiação (patronímico) ou de função/ofício, podendo ainda retratar características físicas, comportamentais, morais da pessoa que identifica. As últimas centúrias da Idade Média conviveram assim com uma crescente complexidade das formas de designação individual que fizeram brotar, em função das coordenadas espaciais, os apelidos, os nomes de família⁶¹. Por conseguinte, em busca dos diferentes processos evolutivos na antroponímia medieval, os referidos estudos viram na antroponímia um testemunho fidedigno e indispensável à história social.

⁵⁹ As principais mudanças incidem numa retração progressiva do stock de nomes próprios, numa convergência das preferências onomásticas num número reduzido de apelativos e cristianização dos nomes próprios (Bourin, 1990a; Bourin, 1992a; Bourin, 1992b; Garcia De Cortazar, 1991, 191; Dauzat, 1946, 36).

⁶⁰ A identificação assente no nome único coadunava-se com os hábitos dos povos germânico, hebraico e muçulmano, mas vinha sucumbindo à companhia de indicações complementares de profissão e/ou de parentesco, anunciando, desta forma, segundo Monique Bourin, uma evolução no sentido da denominação dupla, ao serem passo a passo substituídas pelos nomina paterna declinados. (Bourin, 1990d, 234 -240; Chedeville, 1992, 27-29 e 31).

⁶¹ Bourin, 1990a; Bourin, 1992a; Bourin, 1992b; Dauzat, 1946, 33-51; Garcia De Cortazar, 1991, 184 e 191. Moreu-Rey, 1991, 111-113. Beltran Suarez, 1991, 59.

As análises antroponímicas conquistaram então definitivamente um lugar no universo historiográfico, entrosando as referidas análises com tratamentos informáticos, estatísticos, prosopográficos e genealógicos, correlacionando-se com dinâmicas sociais. Nesta sequência, com celeridade se fez sentir o desejo de apreciar os funcionamentos individuais e familiares do sistema antroponímico medieval, recorrendo-se a pesquisas prosopográficas e a reconstituições de fragmentos genealógicos que procuravam sobretudo situar o indivíduo numa lógica familiar⁶².

Mas não só. Vislumbrou-se também a necessidade de correlacionar as análises antroponímicas com os diferentes tipos de documentos, fossem eles conceptuais, normativos ou narrativos⁶³. Entretanto, as referidas análises continuaram a alargar os seus horizontes de pesquisa, pois importava também considerar a antroponímia dos clérigos⁶⁴ e das mulheres, uma vez que quase todos os grupos sociais já tinham sido abordados, principalmente os nobres e, numa escala menor, os camponeses, e proceder, da mesma forma, a uma análise sistemática da antroponímia dos servos, que se encontrava envolvida pelo crepúsculo⁶⁵. Por fim, em plena actualidade, é de referir o projecto de investigação *Antroponímia e Migrações*⁶⁶ acautelado pelo CNRS que procura, no domínio da História, detectar dinâmicas entre movimentos migratórios, estruturas antroponímicas e sociais e perscrutar até que ponto a antroponímia, desde a época carolíngia até ao século XV, pode traduzir processos de integração ou não de populações, apoiando-se sempre em métodos informáticos e estatísticos.

1.1.3 Um documento para a história dos sistemas sociais, da religiosidade, da espiritualidade e da cultura

Em concomitância, não são menos importantes as pesquisas antroponímicas levadas a cabo pela Escola Francesa de Roma que, no seguimento dos trabalhos de Azay-le-Ferron, encetou, similarmente, na década de noventa, um estudo dos mecanismos de identificação italianos durante a Idade Média⁶⁷, constituindo uma capital etapa na

⁶² Bourin, 1995a.

⁶³ Beck, 1997a.

⁶⁴ Sante Bortolami refere que, dos recentes estudos da onomástica medieval referente aos clérigos, a conclusão que se pode retirar é que esta onomástica não usufruiu de uma regra antroponímica própria. Pode-se falar sim de um sistema de designação diferenciado do sistema antroponímico dos laicos (Bortolami, 1996, 452).

⁶⁵ Bourin, 2002a; Bourin, 2002b.

⁶⁶ A coordenação desta investigação é de Monique Bourin, Pascal Chareille e Patrice Beck e a sua conclusão encontra-se agendada para Maio de 2007.

⁶⁷ Bourin, 1996a.

germinação e robustecimento das análises antroponímicas e suas repercussões nas relações de parentesco, ao mesmo tempo que cultivaram outras ramificações das análises antroponímicas e consideraram não somente comunidades cristãs, mas também populações islâmicas, árabes e judias.

Na verdade, os referidos estudos vieram fertilizar, enriquecer e aperfeiçoar as metodologias de análise antroponímicas, seja através de um esforço de comparação de processos e ritmos evolutivos de diferentes grupos sociais⁶⁸, espaços e regiões e povos⁶⁹, seja pelo amadurecimento das análises e das reflexões no domínio da antroponímia. Entre estas últimas, mereceram particular atenção os artigos de Olivier Guyotjeannin⁷⁰, Patrice Beck⁷¹, George Beech⁷², Robert Durand⁷³ e, mais uma vez, de Christiane Klapisch-Zuber⁷⁴, que se preocuparam, essencialmente, com as diferentes formas e cuidados a ter nas tentativas de aceder às estruturas e dinâmicas familiares através da antroponímia. Isto quer no que diz respeito à relação masculino – feminino, às estruturas de parentesco e evolução e papel da família no processo de identificação do indivíduo, quer, também, no enfoque dado à necessidade de enquadrar os núcleos onomásticos nos procedimentos e condições da sua selecção, precisando sempre os ritmos regionais nas suas vertentes cronológicas e identificando os mecanismos presentes na origem das evoluções locais.

Em simultâneo, em concordância com o o supramencionado, as pesquisas da Escola Francesa de Roma aviventaram também o alargamento da plantação da análise antroponímica noutros terrenos de abordagem histórica. Centrando o olhar na Europa Ocidental Mediterrânica, os estudos nelas compilados mostraram, por exemplo, como a detecção de sintonias antroponímicas entre quarteirões, espaços urbanos e identidades sócio-económicas e culturais específicas pode ajudar no destrinçamento das diversidades e contrastes que se podem desenhar, no universo urbano, seja entre diferentes tipos de cidades, seja no seu próprio interior⁷⁵. A este mesmo tipo de diversidades e contrastes não parecem também escapar os meios rurais, quando se confrontam sobretudo os menos privilegiados e as elites⁷⁶.

⁶⁸ Bourin, 1996b, 179-196; Hubert, 1996, 313-347; Menant, 1996b, 349-363; Hubert, 1996, 313-347.

⁶⁹ Menant, 1996a; Martin, 1996; Cursente, 1996; Martínez Sopena, 1996; Shatzmiller, 1996; Sublet, 1996; Guichard, 1996; Nef, 1996.

⁷⁰ Guyotjeannin, 1996.

⁷¹ Beck, 1996, 365-381.

⁷² Beech, 1996, 401-411.

⁷³ Durand, 1996, 413-420.

⁷⁴ Klapisch-Zuber, 1996, 474-476.

⁷⁵ Hubert, 1996, 313-347.

⁷⁶ Menant, 1996b, 358-363.

Assim, esta nova abordagem apresenta a antroponímia como um potencial instrumento de observação e de detecção das dinâmicas que se estabeleceriam entre urbanos e rurais, entre as elites e os mais pobres de uma determinada comunidade indiciando, por exemplo, o estatuto social das famílias. A pesquisa antroponímica assumiu-se, deste modo, como um verdadeiro indicador do tipo de consciência social que o indivíduo tinha de si próprio e dos outros e vice versa, ao entretecer-se com domínios relativos à riqueza económica, às posses fundiárias, ao poder ou à convivência com meios ricos e poderosos⁷⁷.

Neste seguimento, associando o fenómeno antroponímico de identificação dos indivíduos a partir de nomes de príncipes com a evolução e expansão do sistema feudal, Michael Mitterauer mostrou como não é de todo despropositada a procura de dialécticas entre sistemas de denominação e sistemas sociais. Dialécticas essas que podem mesmo implicar reformulações nas interpretações históricas até então aceites pela comunidade científica de historiadores⁷⁸. Por seu lado, não obstante a antroponímia apresentar raramente dados de natureza espiritual no seu estado puro, Sante Bortolami veio defender como o testemunho antroponímico pode constituir uma verdadeira sinalética, não somente da evolução dos sistemas sociais, mas também da história da religiosidade, da espiritualidade e da cultura da Europa medieval⁷⁹. Com efeito, na sua opinião, o fenómeno do recuo da onomástica germânica e da espectacular concentração das preferências onomásticas nos nomes religiosos, designadamente apostólicos, está articulado não somente com a afirmação do sistema feudal, mas também com um novo ordenamento social e com uma reacção contra a aliança entre Igreja e o poder político, inerente ao movimento de reforma dos sécs. XI e XII.

Mas se as diferentes práticas antroponímicas podem estar associadas à implantação do feudalismo ou a determinados sistemas de espiritualidade, Lluís To Figueras tem vindo a demonstrar, igualmente, que elas podem entrelaçar-se na evolução dos sistemas de sucessão e herança de bens⁸⁰. Aliás muitos dos estudos dos investigadores espanhóis que não deixaram de acarinhar a antroponímia caminham nesse sentido. É que, em sintonia com o que foi referido, os esforços de investigação levados a cabo em França e em Itália não deixaram também de contagiar, no mesmo período, a historiografia medieval espanhola que desencadeou um conjunto de pesquisas antroponímicas

⁷⁷ Menant, 1996b, 358-363.

⁷⁸ Mitterauer, 1996, 295-311.

⁷⁹ Bortolami, 1996.

⁸⁰ To Figueras, 1996, 421-433.

centradas nos séculos IX a XIII, quer integrando as equipas de investigação internacionais já nomeadas, quer promovendo um intercâmbio entre as Universidades de Santiago de Compostela e de Valladolid, sob a coordenação de Pascual Martinez Sopena. Como resultado destas últimas iniciativas, foi traçada a evolução do sistema antroponímico simples para um sistema mais complexo nos reinos ibéricos cristãos, incluindo Portugal⁸¹, tendo em consideração as suas particularidades⁸² e as suas conexões com dinâmicas sociais⁸³, como a consolidação de famílias nucleares, as migrações e movimentos colonizadores, as mutações feudais e o desenvolvimento urbano do séc. XII⁸⁴.

A pesquisa antroponímica como documento da história conquistou então as comunidades científicas de França, Itália, Alemanha, Áustria, Espanha, mas também a Grã-Bretanha e os EUA, considerando que a antroponímia esteve longe de ser alheia às historiografias britânica e americana. De facto, com o apoio da Universidade de Oxford, Katharine Keats-Rohan e David Thornton⁸⁵ delinearão e implementaram um projecto de investigação que se revelou deveras importante, na medida em que teve como preocupação identificar, a partir da antroponímia do *Domesday Book*, em termos familiares e de origens continentais, cada um dos *landholders* registados no *Domesday Book*, entre 1066-1166. Do cruzamento de métodos informáticos⁸⁶ com análises prosopográficas e leituras de outros documentos contemporâneos, ditos "satélites", resultaram três índices alfabéticos de pessoas enquanto proprietários de terras registados no *Domesday Book*. O primeiro índice tem por base o nome próprio, o segundo o sobrenome e o terceiro os nomes de lugares. Trata-se portanto de uma pesquisa de particular interesse, pois, apesar da complexidade e dificuldades das suas análises, contribuiu para a *manorial history*, permitiu efectuar reconstruções genealógicas rigorosas e tecer considerações sobre a grande mobilidade e liberdade dos normandos, confirmando a diversidade das origens continentais dos que foram responsáveis pela *Norman Conquest of England*, no século XI. Assim, este núcleo de investigação mostrou como a antroponímia, articulada com a prosopografia, pode ajudar a esclarecer

⁸¹ Durand, 1995a, 103-120.

⁸² Veja-se, por exemplo, o contraste que se desenha, no Norte de Espanha, entre a região da Catalunha e a região central pirenaica abraçada por Navarra, Rioja e Aragão. (Laliena Corbera, 1995, 309-310).

⁸³ Martínez Sopena, 1995a.

⁸⁴ Garcia De Cortazar, 1995c.

⁸⁵ Keats-Rohan, 1997c; Keats-Rohan, 1999. Este projecto é antecedido por alguns estudos, da autoria de Katharine S. B. Keats-Rohan, sobre a mesma temática: Keats-Rohan, 1994, 3-37; Keats-Rohan, 1993; Keats-Rohan, 1997a, 13-56.

⁸⁶ As compilações apoiaram-se extensivamente na Base de Dados COEL Domesday Book, da responsabilidade de Katharine S. B. Keats-Rohan e David E. Thornton (Keats-Rohan, 1997c).

diferentes realidades históricas, nomeadamente as que se prendem com relações entre indivíduos e entre estes e a terra (propriedade), com as práticas senhoriais e as relações de sucessão senhorial e com os movimentos migratórios.

Em paralelo, o Colóquio realizado em Kalamazoo, no ano de 1997⁸⁷, não tardou a desenhar novos caminhos para a antroponímia. Entre os trabalhos apresentados, a atenção centrou-se, sobretudo, nas reflexões tecidas por George T. Beech, Monique Bourin, Pascal Chareille, Lluís To Figueras, Patrice Beck e Joseph Morsel. Estes estudos assumiram uma tripla utilidade. Em primeiro lugar, constituíram um ponto de situação relativamente às análises antroponímicas até então efectuadas. Depois, identificaram dificuldades e áreas que ainda carecem de abordagens aprofundadas. Por fim, anunciaram novos caminhos de investigação. Assim, dedicando-se a uma análise da evolução antroponímica espanhola, entre os sécs. X, XI e XII, e à sua comparação em diferentes regiões (Navarra e Rioja, Catalunha e Aragão, Astúrias e Galiza) e em diferentes grupos sociais (nomeadamente entre famílias nobres e camponesas), Lluís To Figueras consolidou as já referidas conexões que se podiam estabelecer entre as práticas antroponímicas e a evolução dos direitos de sucessão e de herança⁸⁸ vivenciadas por um determinado grupo social. Por seu lado, Patrice Beck⁸⁹ ofereceu um contributo para o estudo da antroponímia das comunidades rurais em França nos últimos tempos da Idade Média. E, desviando a atenção para a distância que existe entre a identidade definida nas fontes oficiais e a identidade experimentada socialmente, Joseph Morsel concede um testemunho do quanto o entrosamento entre a antroponímia das fontes textuais, os selos e as inscrições epigráficas⁹⁰ pode ser crucial na avaliação do grau de representatividade das formas antroponímicas. Com efeito, na opinião deste autor, o referido entrosamento pode contribuir para um maior esclarecimento das dinâmicas sociais contemporâneas, assumindo-se não somente como um simples resultado do entretecimento e evolução de diferentes sistemas sociais, mas também como um motor central de mudança. A antroponímia, no referido colóquio, é, assim, apresentada como um verdadeiro marcador social.

Todavia, não se pense, neste seguimento, que a antroponímia deixou de ser campo de trabalho de filólogos e linguistas. Muito pelo contrário, paralelamente ao referido "Groupe de recherches Européen sur l'histoire de l'Anthroponymie Médiévale

⁸⁷ Beech, 2002.

⁸⁸ To Figueras, 2002, 53-66.

⁸⁹ Beck, 2002, 143-156.

⁹⁰ Morsel, 2002, 157-180.

(G.R.E.H.A.M.)", que desenvolveu as suas pesquisas em torno da *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne*, o domínio da linguística conheceu irremediavelmente importantes iniciativas, como testemunha o projecto de investigação *PatRom* (Patronymica Romanica), tutelado por Didier Kremer e sustentado numa colaboração colectiva e internacional que abraçou muitos investigadores. O seu fito era efectuar um levantamento e tratamento linguístico e lexical sistemático e exaustivo de repertórios onomásticos, em variadas regiões da Europa, partindo da Idade Média e abraçando os tempos modernos e contemporâneos, tendo como meta final a elaboração de um *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane*. Um fito que se apoiou em variadíssimos colóquios, desde 1987 até ao ano de 2000⁹¹. Embora a leitura efectuada destes trabalhos tenha sido transversal, é de todo o interesse destacar o estudo da antroponímia dos povoadores e escravos do arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI⁹². Uma pesquisa que constitui, sem dúvida, um importante contributo para um estudo consistente da onomástica portuguesa. Com efeito, procedendo a uma leitura, classificação, informatização e análise estatística dos dados fornecidos pelos documentos mais antigos da ilha da Madeira (sécs. XV e XVI)⁹³, Naidea Nunes Nunes e Dieter Kremer possibilitaram um "melhor conhecimento da história da língua portuguesa" e procederam a uma abordagem essencialmente fonética, morfológica, sintáctica, semântica e lexical do núcleo antroponímico que era *objecto* de estudo⁹⁴, sem deixar, no entanto, de lhe reconhecer uma importância sócio-onomástica.

Finalmente, este enquadramento bibliográfico da temática antroponímica não se compadeceria com a omissão de um estudo etnológico de particular interesse que se centrou no confronto dos sistemas de identidade vigentes em diferentes regiões no interior da Grécia e da ilha de Djerba (Tunísia) com o que vigora em França. Alvejando fazer interagir os sistemas de identificação com os sistemas de percepção das semelhanças físicas e psicológicas entre parentes e os sistemas de parentesco, este estudo constitui um alerta para as diferentes tonalidades que a referida interacção pode adquirir em função da sociedade em que se enquadra.

De facto, esta pesquisa levada a cabo por Bernard Vernier⁹⁵ mostra, por exemplo, a importância que a homonímia pode ter na estruturação das relações de parentesco em

⁹¹ Kremer, 1997, XXV.

⁹² Nunes, 1999.

⁹³ Nunes, 1999, 1.

⁹⁴ Nunes, 1999, 2-5.

determinadas sociedades, sejam elas consanguíneas, de aliança ou fictícias⁹⁶. Defende que a homonímia permite um conjunto de manipulações das relações de parentesco⁹⁷, sejam elas de natureza económica, simbólica e/ou afectiva, podendo ainda simbolizar a transferência de qualidades pessoais entre indivíduos epónimos e estabelecer relações de amizade e de parentesco que poderiam desaparecer. Efectivamente, não obstante ser muito difícil avaliar a forma e o grau de influência da homonímia nas relações de parentesco, a sua análise revela que ela podia determinar os sentimentos e condutas parentais e/ou assumir a função de ressuscitar uma pessoa à qual a família se sentia ligada, considerando o carácter *fetichista* que o nome poderia adquirir.

Para além destes dados, Bernard Vernier destaca ainda que, nas sociedades em que as relações de parentesco influenciam as escolhas matrimoniais, o cálculo da frequência relativa das escolhas de cônjuges homónimos de parentes próximos pode ser utilizado "comme instrument pour mieux connaitre les rapports de parenté réels et pour accéder à l'économie des échanges affectifs qui leur est associée"⁹⁸. O autor adianta ainda que esta técnica pode ser utilizada no estudo de sociedades de outros tempos, bastando que se possuam registos escritos sobre as escolhas matrimoniais, o que, desafortunadamente, para o período medieval, é, senão impossível, bastante difícil. Contudo, com esta investigação reforça-se ainda mais a dialéctica que deve existir entre estudos dos nomes e análises antropológicas/etnológicas, para os quais as lides prosopográficas podem constituir um forte aliado.

⁹⁶ Vernier, 1999.

⁹⁷ Vernier, 1999, 129.

⁹⁸ Vernier, 1999, 132.

1.2 As Lides Prosopográficas

Fazendo penetrar as suas raízes mais profundas no Humanismo, com a descrição dos feitos de pessoas ilustres, somente com Theodor Mommsen, segundo Karl Ferdinand Werner⁹⁹, é que as lides prosopográficas começaram a ser, deveras, orientadas por uma atitude crítica e sistemática.

Centrando-se nos três primeiros séculos após o nascimento de Cristo, Theodor Mommsen preocupou-se em reunir criticamente não somente todos os nomes de pessoas presentes nas obras da antiguidade greco-romana, mas também os múltiplos nomes de pessoa encontrados nas inscrições, que se faziam, por vezes, acompanhar com as datas das respectivas carreiras e com alguns laços de parentesco. Uma pesquisa que não tardou em contagiar outros núcleos científicos como a *British Academy*¹⁰⁰, que teve o mérito de incluir, nas suas recolhas prosopográficas, tanto os chefes bárbaros como também os do Império. Entretanto, outras pesquisas prosopográficas assumiram importante relevo, complementando os estudos da referida *British Academy* (PLRE). É o caso das explorações desenvolvidas por S. J. B. Barnish e Martim Heizelmann e dos projectos da *Prosopografia Cristã e The Prosopography of the Byzantine Empire*, para a época após 641, o primeiro *dirigido por* Henri Irénée Marrou e J. R. Palanque, o segundo orientado por J. R. Martindale¹⁰¹.

Assim, de acordo com o que expõem Karl Ferdinand Werner¹⁰² e Neithard Bulst¹⁰³, não restam dúvidas que foi com o contributo dos historiadores da Antiguidade Clássica que a prosopografia abandonou gradualmente os catálogos filológicos de heróis e de personagens ilustres e alcançou um carácter científico, conquistando, cada vez mais, a atenção dos estudiosos da Idade Média. Efectivamente, beneficiando do crescente emprego de métodos quantitativos e de tentativas de adaptação dos métodos informáticos às ciências humanas, à semelhança das lides antroponímicas, a exploração

⁹⁹ Werner, 1997, 3-4.

¹⁰⁰ Prosopography of the later Roman Empire (PLRE), 1971, citado por Werner, 1997, 3-4. A British Academy foi inaugurada em 1971 por A. H. M. Jones e outros, tendo conhecido o entusiasmo dos seus seguidores como J. R. Martindale.

¹⁰¹ Werner, 1997, 5, 17.

¹⁰² Werner, 1997, 3-5.

¹⁰³ Bulst, 1996, 467-468.

prosopográfica, conheceu uma particular projecção a partir das décadas de 70 e 80¹⁰⁴, tendo concorrido para tal, entre outros, as reflexões de Claude Nicolet¹⁰⁵, de André Chastagnol¹⁰⁶ e de Lawrence Stone¹⁰⁷, assim como a revista *Medieval Prosopography*, ao dar testemunho das múltiplas pesquisas prosopográficas medievais encetadas em diferentes países (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, França, Alemanha, Áustria, Suíça)¹⁰⁸. Neste contexto, Claude Nicolet defendeu então que a prosopografia deveria "servir l'histoire des groupes, éléments de l'histoire politique et sociale, en isolant des séries de personnages qui ont en commun telle caractéristique sociale ou politique"¹⁰⁹.

Por conseguinte, desde as últimas décadas do século XX até aos nossos tempos, as pesquisas prosopográficas têm vindo a ganhar terreno na historiografia europeia, ao revelar-se como uma autêntica forma de entrosar a História Política e Institucional com a História Social, ao colocar a tónica no *indivíduo*, no *homem*, tal como refere e atesta Karl Ferdinand Werner¹¹⁰. A sua pesquisa prosopográfica, em conjunto com os trabalhos desenvolvidos por Matthias Gelzer, Sir Ronald Syme, Alexander Demandt, Stefan Krautschick, relativamente à Alta Idade Média, mostraram claramente o quão útil pode ser a prosopografia, possibilitando, por exemplo, novas abordagens de temas conhecidos e consequentes reformulações do conhecimento científico, como a visão de continuidade e de unidade da nobreza europeia: "un seul monde politico-social de l'empire romain chrétien à l'empire franc avec une seule hiérarchie européenne des rangs de la NOBILITAS"¹¹¹. É nesta linha de trabalho que se encontram também os projectos de investigação da Sociedade Internacional *Onomastics and Kinships Studies Society/Onomastique and Parenté*, iniciada em Leeds IMC 2000, sob a égide de Martin Heitzelmann¹¹², e da equipa de investigação orientada por Katharine Keats-Rohan. De acordo com o que se mencionou atrás, esta última investigadora tem-se dedicado, nos últimos tempos, ao estudo, promoção e desenvolvimento de disciplinas e métodos de prosopografia deste a Antiguidade Clássica até ao século XV em relação a toda a Europa, almejando sobretudo, conhecer as origens continentais dos proprietários

¹⁰⁴ Peter Becker (Becker, 1996) evidencia os múltiplos trabalhos desenvolvidos nesta área nas décadas de 70 e 80 do século XX.

¹⁰⁵ Nicolet, C., "Prosopographie et histoire sociale: Rome et Italie à l'époque républicaine" in *Annales E.S.C.*, 25, 1970, p. 1209-1228, cit. por Bulst, 1996, 468.

¹⁰⁶ Chastagnol, A., "La prosopographie, méthode de recherche sur l'histoire du Bas Empire" in *Annales E.S.C.*, 25, 1970, p. 1229-1235, cit. por Bulst, 1996, 468.

¹⁰⁷ Stone, L., "Prosopography" in *Daedalus*, 100, 1971, p. 46-79, cit. por Bulst, 1996, 468.

¹⁰⁸ Bulst, 1996, 468-469.

¹⁰⁹ Citação de Karl Ferdinand Werner (1997, p. 5).

¹¹⁰ Werner, 1997, 3.

¹¹¹ Werner, 1997, 7; Werner, 1998.

¹¹² De acordo com Karl Ferdinand Werner, Martin Heitzelmann mostrou a importância da prosopografia "pour démontrer la continuité des familles sénatoriales dans l'épiscopat de la Gaule franque" (Werner, 1997, 17).

fundiários de Inglaterra entre 1066 e 1220¹¹³. Neste seguimento, não se pode também omitir a criação do *New Prosopography Centre*¹¹⁴, em Oxford, que tem aspirado à promoção e desenvolvimento da cooperação internacional entre investigadores.

Numa outra perspectiva de trabalho, mas não somenos importante, merecem particular distinção os estudos desenvolvidos por duas equipas de investigação, uma dirigida por Günther Lottes, e a outra conduzida inicialmente por Bernard Guenée, e posteriormente por Jean-Philippe Genet. Dois núcleos de pesquisa científica e sistemática que vieram mostrar que a prosopografia não somente é útil no estudo da História Antiga, mas também na compreensão do período que vai desde a segunda metade século XIII aos inícios do século XVIII. Com as referidas duas equipas, a prosopografia assumiu-se então como um método fidedigno de compreender os mecanismos inerentes ao nascimento do Estado Moderno, perscrutando e descrevendo os grupos sociais associados ao Estado e respectivas instituições¹¹⁵, envolvendo e aplicando reconstituições genealógicas, análises onomásticas e demográficas na compreensão dos documentos de história política e de história social.

Deste modo, após um longo percurso de amadurecimento, não restam dúvidas de que, nestes primeiros tempos do século XXI, as lides prosopográficas se assumiram como um percurso epistemológico nodal na compreensão do(s) tecido(s) humano(s) que constitui(em) os Estados, as instituições, as economias, as sociedades, a cultura, desenvolvendo pesquisas historiográficas centradas nos grupos sociais e procurando perscrutar fenómenos de continuidade e de descontinuidade¹¹⁶.

Um percurso de análise, cujo contributo na referida aproximação e compreensão das realidades históricas depende, em larga medida, não se esqueça, de um largo conjunto de métodos especificamente históricos mas também de outras áreas do conhecimento humano, como a Demografia¹¹⁷, a Sociologia a Informática, entre outras¹¹⁸. Um percurso cujo trajecto de análise pode ser diverso e aflorar novas questões e novos caminhos de pesquisa, em função do *objecto* de estudo, das questões orientadoras, do estado das fontes¹¹⁹ e tipo de informações que elas fornecem.

¹¹³ Keats-Rohan, 1997b.

¹¹⁴ <http://www.linacre.ox.ac.uk/proso.html>.

¹¹⁵ Genet, 1996.

¹¹⁶ Bulst, 1996, 478-479; Crouzet-Pavan, 1997, 13-14; Millet, 1997; Le Goff, 1997, 455-456.

¹¹⁷ Quanto a um intercâmbio entre a prosopografia e a demografia, veja-se Klapisch-Zuber, 1986.

¹¹⁸ Bulst, 1996, 474-475.

¹¹⁹ Bulst, 1996, 474-475.

1.3 Portugal: o que se tem feito?

Em sintonia com o que se ia desenrolando em Espanha¹²⁰ e na restante Europa Ocidental¹²¹ desde os inícios do século passado, a antroponímia não foi e não é de todo estranha à comunidade científica portuguesa. Efectivamente, desde inícios do século XX que foram levados a cabo eruditos estudos etimológicos e filológicos dos nomes que se difundiram no país, quer sejam de origem germânica, latina ou árabe, associando, com alguma frequência, a antroponímia à etnografia. Amadeu Ferraz de Carvalho¹²², José Leite de Vasconcelos¹²³, J. J. Nunes¹²⁴ e Alexandre de Carvalho e Costa¹²⁵ fizeram, de facto, emergir a antroponímia da penumbra. O filólogo José Leite de Vasconcelos merece aqui um particular apreço, na medida em que, já numa perspectiva histórica, mostrou o quanto as pesquisas onomásticas podiam ser úteis à linguística e à filologia, comparando a origem, o significado e a evolução dos diferentes elementos onomásticos (nomes próprios, sobrenomes e apelidos) usados desde a Idade Média até aos tempos contemporâneos. A antroponímia assumia-se assim como um instrumento útil ao conhecimento humano.

Mas somente na área estritamente linguística? Não. Na realidade, a partir destes tempos, o valor das análises antroponímicas não parou de crescer. Imbricando-se em fenómenos da vivência humana da mais variada natureza, como deslocações e encontros de povos, evoluções de sistemas sociais, económicos, políticos, culturais, espirituais, costumes, tradições, crenças, a antroponímia foi conquistando a atenção da História, nomeadamente da História Social, mas não só, como se aferiu. Ora, Portugal não constitui uma excepção, não obstante as pesquisas nesta área ficarem aquém do desejado.

Iria Gonçalves é o nome que incontestavelmente se ergue ao pretender-se falar de antroponímia na historiografia portuguesa. Os seus estudos apresentam análises concisas da antroponímia dos foreiros das terras alcobacenses e da onomástica dos privilegiados de Évora, nos finais da Idade Média¹²⁶, apelando assim para o interesse

¹²⁰ Relativamente aos estudos antroponímicos desenvolvidos desde os últimos tempos do século XIX, Cf. Martínez Sopena (1996, 64)

¹²¹ Centrando-nos a atenção na primeira metade do século XX, avançando até à década de 60, as diversas consultas bibliográficas efectuadas oferecem particular ênfase a variados autores, entre os quais se podem destacar Marc Bloch, H. Bosley Woolf, Albert Dauzat, Olof Brattö, Albert Carnoy, Odo Leys, Paul Lebel, A. Castellani, J. Adigard des Gauteries, Erich Poppe, Benjamin Kedar.

¹²² Carvalho, 1927.

¹²³ Vasconcelos, 1923 e Vasconcelos, 1928.

¹²⁴ Nunes, 1933.

¹²⁵ Carvalho, 1950; Costa, 1982.

¹²⁶ Gonçalves, 1974; Gonçalves, 1988a, 69-70; Gonçalves, 1996.

dos elementos e formas antroponímicas. Mais recentemente e integrado no já mencionado projecto de investigação de Azay-le-Ferron, Robert Durand¹²⁷ procurou as peculiaridades portuguesas na evolução do sistema antroponímico medieval europeu, contribuindo para que Portugal não ficasse de todo à margem de uma importante e contagiante vaga de estudos, dos anos 80 e 90 do séc. XX, que tinha como intuito, como já se apontou, esclarecer a «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne».

Na sequência destes trabalhos e seguindo as suas metodologias, desenvolveram-se ainda alguns ensaios de antroponímia que incidiram sobre as comunidades de foreiros do Mosteiro de Sto. Tirso, uns camponeses, os do couto de Santo Tirso, outros pescadores, os do couto de S. João da Foz (Porto)¹²⁸. Entretanto, foi possível, no âmbito do projecto PACO¹²⁹, evidenciar o papel que a antroponímia e a prosopografia podem ter no estudo de contextos sócio-profissionais, evidenciando, por exemplo, a não linearidade entre o total de referências antroponímicas e o total de indivíduos¹³⁰.

Já no final do século XX, uma outra iniciativa científica internacional fez com que, mais uma vez, Portugal não ficasse à margem dos projectos de investigação europeia. Com efeito, enquadrados no já referido projecto de investigação *PatRom*, Naidea Nunes e Dieter Kremer encetaram um estudo da antroponímia do arquipélago da Madeira, numa perspectiva essencialmente linguística e antroponímica, que, no entanto, em sintonia com o que já foi referido, não deixou de concorrer para a historiografia portuguesa¹³¹.

No que diz respeito às lides prosopográficas, é de referir que, à semelhança dos estudos antroponímicos, elas não são estranhas à comunidade científica portuguesa. De facto, é de notar aqui os estudos encetados por Armindo de Sousa¹³², Conceição Falcão¹³³, por Adelaide Lopes Pereira Millan da Costa¹³⁴ e, particularmente, a investigação desenvolvida por Armando Luís de Carvalho Homem sobre a burocracia régia nos séculos XIV e XV, a partir dos documentos da Chancelaria Régia, ofereceu à análise prosopográfica um importante papel no traçar das carreiras dos oficiais régios da Administração Central, não obstante se ter assistido, a partir de 1430, a uma

¹²⁷ Durand, 1990. Durand, 1995b.

¹²⁸ Franco, 1995; Franco, 2003a, 519-538.

¹²⁹ Projecto de Análise e Classificação das Ocupações (PRAXIS XXI / PCSH /175 / 96), coordenado pelo Prof. Nuno Madureira (ISCTE).

¹³⁰ Melo, 2002.

¹³¹ Nunes, 1999, 26.

¹³² Sousa, 1983, 14-20.

¹³³ Ferreira, 1989, 119-216; 1993, 63-89.

¹³⁴ Costa, 1993.

multiplicação das actas e a um conseqüente empobrecimento tipológico das mesmas¹³⁵. Ainda nesta perspectiva de pesquisa, pode-se referir um outro projecto de investigação orientado por António Manuel Hespanha com a colaboração de Carla Araújo e Ângela X. Barreto: *Storia iurisprudentiae lusitanae antiquae*. Trata-se de um projecto que elaborou uma base de dados prosopográfica dos juristas portugueses no Antigo Regime, sustentada por uma contextualização social, atendendo ao carácter multidimensional e mutável das redes sociais e ao imaginário que se produz e reproduz em torno dos grupos sociais em estudo¹³⁶.

De referir ainda os projectos de investigação de Hermínia Vilar e de Maria João Branco, que acalentam a utilidade da prosopografia na pesquisa científica. Hermínia Vilar, em conjunto com Ana Jorge, Ana Maria Rodrigues, Sandra Lopes e Pedro Henriques, tem contribuído para o projecto de construção e exploração de uma base de dados prosopográfica normalizada, de forma a permitir o estudo do clero catedralício português na Idade Média, nomeadamente entre 1071 e 1325, no qual se encontra envolvida uma plêiade de investigadores como, por exemplo, Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís Carvalho Homem, entre outros. Por seu lado, inserida nas áreas de investigação da História Política e Institucional, Maria João Branco integra, em conjunto com António Emiliano, Ana Paula Banza e Susana Pedro, o projecto *Fontes Medievais para a História da Língua Portuguesa*, que alveja, simultaneamente, aprofundar o conhecimento do Português Antigo e disponibilizar, em suporte informático, um importante conjunto de documentos notariais medievais.

Efectivamente, graças às referidas iniciativas, a antroponímia e a prosopografia têm um lugar e um desempenho na historiografia portuguesa¹³⁷, embora não possam ser alvo de comparação com o percurso das pesquisas antroponímicas e prosopográficas conhecido na restante Europa, como por exemplo, na França, na Alemanha ou no Grã-Bretanha, dado que, num ápice, se assevera que, não obstante o interesse e oportunidade das referidas iniciativas em Portugal, estas não constituem senão gotas de água num oceano de pesquisas que entretanto ganhou forma na restante Europa Ocidental. Muito há a fazer, portanto.

¹³⁵ Homem, 1996, 31-32; 1990, 17, 257-394.

¹³⁶ Hespanha, 1996, 47-50.

¹³⁷ De lembrar aqui muitos outros importantes trabalhos científicos portugueses que se terão sustentado de explorações prosopográficas, só que de forma implícita e não tão explícita, como por exemplo os trabalhos de Maria da Conceição Falcão Ferreira (1997), de José Augusto Pizarro (1995).

1.4 Caminhos de Pesquisa

Muito há a fazer em Portugal, mas também na restante Europa. De facto, concluída a apresentação dos estudos de antroponímia que de forma mais próxima acompanharam esta pesquisa, facilmente se verifica que, apesar das férteis investigações antroponímicas que se desenrolaram nas últimas décadas, a maior parte dos estudos de antroponímia à escala europeia não privilegiaram de todo as duas últimas centúrias da Idade Média.

Com efeito, situando-se à margem do período em que pela primeira vez se recorre a um sistema de identificação apoiado em dois elementos (sécs. XI, XII e XIII), os séculos XIV e XV não usufruíram, portanto, da mesma atenção e dedicação, da mesma proliferação de estudos, ainda que não fossem de todo marginalizados e se sublinhasse a riqueza dos seus sistemas antroponímicos¹³⁸. Realmente, ainda que estes derradeiros tempos medievais não marquem a génese dos sistemas de identificação modernos, a compreensão dos seus fenómenos antroponímicos é tão crucial como a dos fenómenos marcadores da referida *revolução* ou *evolução* antroponímica, já que conhecem, segundo François Menant e Christiane Klapisch-Zuber, uma crescente complexidade e variedade das formas de identificação, em concomitância com processos evolutivos nos domínios económico e social.

Christiane Klapisch-Zuber refere que, enquanto o segundo elemento do sistema antroponímico continua a centrar a nossa atenção no *Ego*, ajudando na sua identificação, o nome de família, que apareceu precocemente – no final do século XII – em diversas regiões da Itália, sublinha a pertença do indivíduo a um grupo, apelando a solidariedades de natureza patrimonial e religiosa, militar e política entre familiares¹³⁹. E esta é apenas uma das manifestações antroponímicas que se verificam nas últimas centúrias da Idade Média, pois outros processos evolutivos podem ser nomeados, como por exemplo, uma maior importância dos nomes dos familiares antepassados aliada a uma multiplicação dos nomes próprios na identificação de um só indivíduo, como aconteceu na Toscana, no século XIV¹⁴⁰, e uma maior diferenciação nas modalidades de

¹³⁸ Patrice Beck, actualmente Professor na Universidade de Paris 1 – Sorbonne, desenvolveu um conjunto de estudos que contemplam o século XIV (Beck, 1992a; Beck, 1992b; Beck, 1995; Beck, 1997b). Pierre Henri Billy – membro do CNRS – Toulouse (Billy, 1995), Pierre André Sigal, da Universidade de Montpellier III (Sigal, 1995, 211-215) interessaram-se também pelos sistemas antroponímicos do século XIV. Christiane Klapisch-Zuber não deixa, como já se observou, de tecer considerações sobre a importância da abordagem antroponímica nos finais da Idade Média (Klapisch-Zuber, 1996, 474-476).

¹³⁹ Klapisch-Zuber, 1996, 478-479.

¹⁴⁰ Klapisch-Zuber, 1996, 477.

identificação feminina¹⁴¹. Seguindo ainda a óptica de Christiane Klapisch-Zuber¹⁴², os estudos centrados nos séculos XIV e XV, com base em documentação notarial e listas administrativas, poderão ainda facultar, com os devidos cuidados, comparações dos *stocks* onomásticos medievais com os da Idade Moderna, visto que aquela documentação se situa numa posição intermédia entre os documentos estudados para a Idade Média dos séculos X a XIII (apoiada no registo de nomes próprios de uso quotidiano que podem ou não traduzir-se em diminutivos e/ou alcunhas, entre outros) e as fontes da Idade Moderna (sustentada, por exemplo, em registos paroquiais que fazem emergir os nomes atribuídos no nascimento do indivíduo).

Desta feita, a multiplicação dos estudos antroponímicos das últimas centúrias da Idade Média revela-se, portanto, inadiável e extremamente útil no estudo da evolução dos sistemas de identificação dos indivíduos, que não termina com os séculos XII e XIII, antes, pelo contrário, continua. E se esta necessidade se faz sentir ao nível da investigação da Europa Ocidental, o que dizer então em relação às pesquisas antroponímicas em território português?

Com efeito, há muito a fazer. Estima-se que é fulcral que os estudos desenvolvidos em Portugal não caiam por terra, antes continuem a inspirar e proliferar pesquisas sistemáticas que não olvidem a antroponímia como um documento histórico. Pois, à semelhança do que acontece noutras regiões da Europa Ocidental, o estudo da paisagem social das cidades e comunidades rurais da Idade Média, nas suas mais variadas componentes e tonalidades, pode encontrar na antroponímia e na prosopografia um efectivo manancial de informações para uma história social. Devidamente entrosadas com vectores de natureza demográfica, económica, social e cultural, as lides antroponímicas e a subsequente identificação e individualização das gentes têm vindo a subsidiar os estudos de vertente etnológica das sociedades em que se enquadra, esboçando estruturas e dinâmicas familiares, posicionando o indivíduo num conjunto de relações de parentesco, horizontais ou verticais, unilineares e/ou colaterais e enfatizando mecanismos de solidariedades familiares de natureza diversa, patrimonial e religiosa, militar e política. Logo, desempenham um importante papel no estudo das redes de solidariedades familiares. Mas não só. Pode-se fazer muito mais se a pesquisa estabelecer, igualmente, como meta, a identificação de movimentos migratórios de

¹⁴¹ Klapisch-Zuber, 1996, 479-480.

¹⁴² Klapisch-Zuber, 1996, 473-475.

populações e abrir-se às reconstituições de redes de relações intra e extra familiares, com particular destaque para as relações de vizinhança e/ou de clientela.

Ora, é precisamente neste contexto que assume um papel nodal o entrosamento das análises antroponímica e prosopográfica. Estas são precisamente as pedras basilares deste projecto de investigação, perspectivadas não como um fim em si mesmas, mas sobretudo como um meio de aproximação do espaço e dinâmicas sociais do Porto piscatório, marítimo e comercial da centúria de Trezentos. Um meio de identificar e conhecer indivíduos do espaço social do Porto, de reconstituir os fragmentos relacionais fornecidos pela documentação.

Nesta sequência, afiança-se, por sua vez, cada vez mais útil e premente o diálogo e intercâmbio a estabelecer com outros domínios científicos, nomeadamente os das ciências humanas, sem, porém, ferir as especificidades intrínsecas às diferentes áreas científicas.

1.5 O Contributo de outras Ciências

A análise antroponímica e prosopográfica, cruzada com as disposições da documentação do Cabido do Porto, constituiu, de facto, a matéria prima da reconstituição das redes de relações dos indivíduos do Porto. Todavia, a exploração prosopográfica não se teria tornado tão magnânima se os percursos epistemológicos e metodológicos seguidos por outras ciências humanas, nomeadamente a sociologia e antropologia, sem esquecer, obviamente, o contributo do diálogo entre a neurologia¹⁴³ e psicologia e a fisiologia¹⁴⁴, tivessem sido ignorados, pois como sublinha Thierry Dutour, o estudo da realidade social pressupõe uma preocupação com a pludisciplinaridade¹⁴⁵. Assevera-se, portanto, capital tecer aqui algumas considerações teóricas relativamente aos desafios que a perspectiva interdisciplinar trouxe a este estudo.

¹⁴³ Damásio, 1998; Damásio, 2001; Damásio, 2003.

¹⁴⁴ Como, por exemplo, Goleman, 2005.

¹⁴⁵ Dutour, 2003, 19-20, 26-27.

1.5.1 A conceptualização do “réseau” egocêntrico

Não pretendendo discorrer aqui sobre os percursos desbravados pela sociologia e pela antropologia, o actual estudo centrou a sua atenção na pesquisa levada a cabo por M. Gribaudi¹⁴⁶ e pela sua equipa de investigação, pois, com as suas reflexões sobre o estatuto e valor heurístico dos laços e redes sociais, no estudo das formas de coesão e estratificação social, ela ofereceu importantes pistas e orientações metodológicas ao nível da análise de espaços sociais.

Gribaudi tem em consideração três importantes correntes epistemológicas representadas, por um lado, pela escola estruturalista-funcionalista¹⁴⁷, por outro lado, pela escola de Manchester¹⁴⁸, e, por fim, pelas escolas das ciências sociais alemãs¹⁴⁹. Porque a primeira corrente – a *structural analysis* – apoia-se nos conceitos de sistema e de dinâmica de grupo, Gribaudi considera que a análise estruturalista e mecanismos de formalização e análise matemática esvaziam as redes de relações (*réseau*) do seu contributo heurístico, "en le ramenant à un cadre d'analyse purement formel et synchronique", e oferece uma ideia redutora da estratificação social, postulando uma contiguidade directa entre formas e conteúdos¹⁵⁰. Em contrapartida, desde finais do século XIX e princípios do século XX, embora distanciadas entre si, as outras duas correntes têm vindo a contribuir para o enraizamento dos conceitos de *liens* e *réseau* sociais. A escola de Manchester contribuiu de uma forma efectiva para a ideia da diferenciação e singularidade de cada prática social, para a necessidade de deslocar o *objecto* de análise das formas para os mecanismos de interacção e de construção do espaço social e para a importância do conjunto de laços tecidos pelo indivíduo – *réseau egocentrique* – como instrumento de trabalho da referida análise. Estes conceitos são igualmente partilhados pelas ciências sociais alemãs, que, por sua vez, desenvolveram ainda interrogações sobre a natureza contextual e relativa das representações de fenómenos e "sur l'action de l'individu concret dans la perception, la construction et la modification des chaines de sens"¹⁵¹. Sob a égide da fisiologia e da psicologia, as

¹⁴⁶ Gribaudi, 1998. Com Maurizio Gribaudi faz-se acompanhar de uma equipa de investigadores constituída por Michael Eve, Risto Alapuro, Gabriela Gribaudi, Florence Maillachon, Giuliana Mandich, Nelly Askouni, Zacarias Moutoukias, Anna Maria Gatti.

¹⁴⁷ Com particular destaque para os estudos de R. S. Burt, Berkowitz e Wellman e J. Scott. (Gribaudi, 1998).

¹⁴⁸ Assumem aqui particular importância as considerações de Max Gluckman e os seus discípulos J. A. Barnes, J. C. Mitchell, Epstein A. C. Mayer, P. Mayer, J. Boissevain, Turner, Van Velsen) (Gribaudi, 1998, 16 e 17).

¹⁴⁹ Com particular atenção para as reflexões de Simmel, W. Dilthey (Gribaudi, 1998, 23-24).

¹⁵⁰ Gribaudi, 1998, 8.

¹⁵¹ Gribaudi, 1998, 23.

escolas alemãs perspectivaram então o indivíduo na sua dupla natureza – psicológica e fisiológica –, concentrando nela a essência da historicidade.

É no trilho destas duas últimas correntes epistemológicas – a da escola antropológica de Manchester e a da escola alemã ¹⁵², que Gribaudi propõe uma análise mais complexa e mais articulada dos mecanismos e dinâmicas sociais, defendendo que as interações de um determinado grupo de indivíduos só são compreensíveis quando consideradas à luz do conjunto de laços que cada um desses indivíduos tece fora do espaço comum. Deste modo, com Gribaudi, o indivíduo assume-se como um centro nodal de práticas relacionais. De forma sintética, pode-se apresentar aqui os principais pilares epistemológicos que enquadraram as reflexões de Gribaudi e respectiva equipa e que, indirectamente, acabaram por influenciar um pouco esta dissertação:

- a emergência do indivíduo na prática social, mostrando-se esta singular e diferenciada;
- a dinâmica interactiva do espaço social;
- a centralidade dos mecanismos generativos;
- a importância do "réseau" egocêntrico;
- a conceptualização de um sistema de relações dinâmicas e configuracionais;
- a variação e não a estabilidade, como norma das práticas sociais.

No enquadramento destes esteios epistemológicos, o *réseau* egocêntrico constituiu uma pedra angular na análise do espaço social de diferentes cidades europeias como Paris, Nápoles, Turim, Atenas, Cagliari, Helsínquia, S. Petersburgo e Madrid, ao reconstituir os laços, a rede e a configuração das relações tecidas por cada indivíduo ¹⁵³. Com e através do *réseau* egocêntrico foi possível:

- a detecção de fenómenos e dinâmicas específicas a determinados espaços sociais;
- a verificação de que os mesmos dados, activados pelos mesmos mecanismos, podem aglutinar formas diferentes em função das zonas da sociedade e segundo as cidades estudadas;
- a constatação de que as práticas relacionais se diferenciam em função do indivíduo e que a referida diferenciação evolui de acordo com as

¹⁵² Em particular as reflexões de K Lewin e os trabalhos de G. Simmel (Gribaudi, 1998, 25, 26).

¹⁵³ Gribaudi, 1998, 29-33.

modalidades dos recursos disponíveis (desde os de natureza económica até aos de natureza simbólica)¹⁵⁴;

- a detecção da existência de "formes de coagulation des pratiques et des ressources relationnelles" que definem o tecido/textura de uma mesma sociedade e que lhe oferecem características específicas;
- a afirmação de uma natureza profundamente descontínua dos fenómenos sociais e a variabilidade das formas de coerência resultante do facto de que cada parâmetro social (família, ocupação, tipo de habitação...) não ter valor por si só, mas somente quando conectado com outros parâmetros, adquirindo significações específicas e diferenciadas em cada momento.

Além deste importante contributo, as configurações das relações tecidas pelo Ego remetiam ainda para a dialéctica que se tece entre as práticas relacionais, as imagens normativas e as representações categóricas do espaço social em que o indivíduo está inscrito, bem como sublinham a subjectividade dos testemunhos, atendendo a que estes são filtrados pelo próprio indivíduo e pelas pressões do quotidiano.

Uma subjectividade que adquire similarmente um papel importante na análise do espaço social, na medida em que ela é, em si, um produto social, pois as modalidades da referida filtragem "ne sont pas indépendantes de la densité des pratiques relationnelles des témoins et du contexte social plus large"¹⁵⁵.

Deste modo, o *réseau* egocêntrico permite avaliar toda a complexidade das dinâmicas existentes entre, por um lado, as representações, os modelos e as categorias interpretativas do real, e, por outro lado, as formas de relação desenhadas nas práticas próprias de um determinado contexto. Isto é, permite avaliar o impacto das imagens normativas e representações categóricas sobre as práticas relacionais. Por fim, ele estaria ainda conectado com o projecto de vida do indivíduo, pois, segundo Gribaudi, ele reflecte as negociações que o indivíduo promove entre os seus projectos individuais e os quadros relacionais nos quais ele se inscreve, ao registar um momento de um percurso contínuo de crescimento e de adaptação do indivíduo, agindo sobre os recursos e relações que ele herda, sobre as que ele encontra ou que espera, e sobre os seus projectos de vida. Assim, a configuração dos laços estabelecidos por cada indivíduo

¹⁵⁴ Gribaudi, 1998, 33.

¹⁵⁵ Gribaudi, 1998, 37.

adquire uma dupla faceta, a de enquadramento e a de *objecto* da acção social, visto que esta tanto determina como é determinada pelas práticas relacionais individuais¹⁵⁶.

Deste modo, fica claro como com os estudos de Gribaudi e da sua equipa, o *réseau* egocêntrico adquiriu um importante valor heurístico na investigação sociológica.

1.5.2 Os *réseaux* egocêntricos e a história social medieval

Na realidade, o que importa a este trabalho é averiguar se a referida contribuição heurística é viável numa história social medieval. Será que as reconstituições de *réseaux* egocêntricos são viáveis no estudo do espaço social do Porto da centúria de Trezentos? Até que ponto é que é possível, a partir da base epistemológica de Gribaudi, utilizar os seus instrumentos de trabalho?

Não é nenhuma novidade esta busca de interdisciplinaridade entre as ciências ditas sociais. À partida, a utilização do *réseau* egocêntrico não parece apresentar grandes entraves, pois o que se pretende é a análise das práticas relacionais de um conjunto de indivíduos, de forma a conhecer as suas dinâmicas e mecanismos generativos.

Todavia, ao avaliar-se, de forma mais profunda, a viabilidade de tal colaboração interdisciplinar, em relação à cidade do Porto, no século XIV, ela não se afigura assim tão linear e espontânea. Os objectivos podem ser muito próximos, mas os recursos que os historiadores, mais especificamente os medievalistas têm são bem diferentes, quer ao nível quantitativo como ao nível qualitativo, ao mesmo tempo que não se partilha da mesma proximidade relativamente ao *objecto* de estudo. É, obviamente, o preço da especificidade da análise histórica.

Ao estudar os homens, não somente num determinado espaço, mas também num determinado período de tempo, a história incute, nas suas análises, a perspectiva diacrónica. E com ela vem a erosão dos testemunhos e o distanciamento maior ou menor entre o *objecto* e o sujeito de conhecimento. Ora, o actual estudo situa-se no século XIV, o que, portanto, obsta à utilização do *réseau* egocêntrico como instrumento de trabalho, atendendo aos óbices que as análises antroponímica e prosopográfica conheceram.

¹⁵⁶ Gribaudi, 1998, 39-40.

Com efeito, os testemunhos recolhidos são, de facto, bem diferentes daqueles da equipa de Gribaudi. Eles pertencem ao Cabido da Igreja do Porto e os seus registos não são efectuados pelos próprios indivíduos, mas sim pelos notários dos documentos e em função de interesses e objectivos que não têm qualquer ligação com a actual pesquisa¹⁵⁷. Não são os próprios indivíduos que se nomeiam e se situam numa determinada rede de laços, mas sim outros que o fazem por eles. Assim, não é um olhar do Ego que se obtém, mas sim o olhar do outro. Lida-se, portanto, não com a subjectividade do Ego, mas sim com a do outro que os vê e os enquadra no interior de determinadas práticas relacionais.

Logo, trabalha-se com testemunhos indirectos. Por conseguinte, estes testemunhos fazem emergir indivíduos e práticas relacionais, de acordo, não com as percepções, representações e modelos do espaço relacional destes, mas sim de acordo com os intuitos dos documentos em que se inserem, que estão conectados, directa ou indirectamente, com os interesses do Cabido e da Mitra do Porto¹⁵⁸.

Em concomitância, é importante lembrar que, como é óbvio, não se teve a possibilidade de orientar protocolarmente os ditos testemunhos com um questionário. Antes pelo contrário, o nosso questionário surge num período muito posterior e, directa ou indirectamente, responde aos anseios e vivências das sociedades contemporâneas. A matéria-prima oferecida pela documentação é portanto absolutamente alheia às preocupações heurísticas deste estudo. E isto devido, como já se sublinhou, à especificidade da análise histórica que lida com a coordenada do tempo e, consequentemente, com o seu desgaste.

Fruto deste desgaste, observou-se já que os elementos formais dos laços e de relações são escassos, dispersos e pouco homogêneos, incidindo sobre indivíduos de estados e estatutos sociais diversos, ligados a actividades profissionais diferentes e com níveis de riqueza e de prestígio diversos. Lida-se, portanto, de acordo com o que foi dito, com dados que nem sempre oferecem informações sobre as práticas relacionais dos indivíduos que apresentam, e, quando o fazem, fazem-no, como já se acendrou, de forma parcelar e fragmentária o que dificulta a detecção dos denominadores comuns e, em consequência, dos respectivos mecanismos generativos. Por fim, é importante não esquecer que estes elementos correspondem, não a testemunhos centrados num período

¹⁵⁷ Como se verificará mais adiante, no ponto 2, do presente estudo, p. 73.

¹⁵⁸ Cf. na parte I, no ponto 2.2., deste estudo, a partir da p. 60.

de quinze dias de um determinado ano, mas sim, também já se referiu, distribuem-se num intervalo de tempo bem mais largo, um intervalo de tempo equivalente a uma centúria.

São estas, de facto, as limitações dos testemunhos da análise histórica e antropológica que se desenvolvem neste trabalho.

Elas levam a reflectir sobre o seu significado. Dever-se-á então afastar desta análise a base epistemológica e as metodologias de trabalho desenvolvidas por Gribaudi?

A resposta é positiva, se o propósito é transportá-las no seu estado puro para nossa área de pesquisa. É negativa, se o intuito é trilhar um caminho próprio e tentar descobrir quando e como aqueles critérios e métodos podem facilitar o percurso da observação, análise e interpretação desta investigação.

1.5.3 Configurações relacionais não egocêntricas, mas sim interactivas

Efectivamente, a base epistemológica e as metodologias da equipa de Gribaudi são as primeiras a oferecer pistas sobre qual o caminho metodológico a percorrer. Elas mostram o quanto os testemunhos obtidos são diferentes. Logo os instrumentos de observação, de análise e interpretação deverão também eles ser diferentes, deverão ajustar-se. É importante valorizar e respeitar as características dos dados que se têm em mão, procurando e descobrindo as operações e categorias de análise que melhor se adaptam à sua realidade.

Deste modo, numa primeira reflexão, não se pode deixar de ver até que ponto as limitações apontadas não transportam com elas algumas contrapartidas. E estas, na realidade, não se fazem rogadas.

Primeiro, o facto de a filtragem e a subjectividade inerente a estes testemunhos corresponderem, como se referiu, ao *outro* e não ao *ego*, oferece uma outra perspectiva de análise. É que se os testemunhos egocêntricos trazem consigo as imagens que o *ego* tem das suas práticas relacionais, eles também estão imbuídos das suas conceptualizações e da imagem de si que procura impor aos que o rodeiam.

Segundo, se os testemunhos do *outro* interagem com as condicionantes do tipo de registo e do enquadramento social do indivíduo, eles também podem oferecer uma visão mais sincrética das práticas relacionais, entrosando o percurso dos laços e relações de

cada um dos indivíduos nomeados com os seus próprios conceitos e imagens dos espaços sociais e com os que se pretendem, consciente ou inconscientemente, fazer perdurar ou inculcar no espaço social, não podendo nunca descurar, por completo, as práticas relacionais em que o indivíduo nomeado se integra. O testemunho do *outro* apresenta portanto a contrapartida de uma perspectiva diferente daquela que o *ego* poderia oferecer e que acaba por se restringir aos elementos das formas relacionais do indivíduo que nomeia.

Por um lado, o testemunho do *outro* interage com o *ego*, com as disposições dos documentos e com os mecanismos generativos do espaço social: parentesco, vizinhança, espaço físico, clientela, entre outros.

Por outro lado, embora obedeçam aos intuitos dos documentos, os testemunhos recolhidos nesta pesquisa revelam uma maior espontaneidade, pois, por razões óbvias, não foram sujeitos e determinados por um questionário protocolar. Eles acabam por obedecer não às directrizes desta dissertação, mas sim às suas próprias. O que, não se deslembre, vem intrincar esta análise, exigindo que ela seja muito mais árdua, atenta e criativa ao nível dos seus instrumentos e operações de observação. Contudo, vem diminuir, igualmente, a intervenção do observador, contribuindo para um maior grau de objectividade da mesma. E esta mesma objectividade é activada pela espiral do tempo, não obstante o seu efeito erosivo sobre os testemunhos.

Com efeito, ao distanciar o *objecto* do sujeito de conhecimento e das operações lógicas que este desencadeia para proceder à observação, à análise e à interpretação do primeiro, a coordenada do tempo permite uma alternância talvez um pouco mais equilibrada entre os respectivos níveis de objectividade e de subjectividade desses processos de conhecimento da realidade humana. Paralelamente, à semelhança das restantes ciências sociais, o elo chave entre o *objecto* e o sujeito de conhecimento mantém-se: a partilha da essência da natureza humana, ao mesmo tempo tão diferentes e tão próximas.

O que permite ao observador colocar-se no lugar do observado e, de acordo com as suas categorias teóricas e com sua sensibilidade, reconstituir algumas das vivências passadas, nunca esquecendo, evidentemente, que se trata, única e somente, de reconstituições e que muito das referidas vivências continuam a pertencer aos mistérios e segredos da dita espiral do tempo.

A escassez e dispersão dos dados acaba por remeter, por sua vez, como já se apontou, não somente para um determinado grupo da malha urbana – mercadores, por exemplo –, mas toca os diferentes e principais estados e estatutos sociais do espaço social urbano. Assim, se os testemunhos são escassos e dispersos, eles também são abrangentes e enriquecem o espaço social que é *objecto* deste estudo. Por fim, o enquadramento deste espaço social em limites temporais alargados transporta para um percurso evolutivo, fazendo vislumbrar a possibilidade de desenhar uma configuração histórica dos laços e redes de relações, detectando as interações que se terão desenvolvido entre categorias como a "permanência" e "inovação", entre o passado e o futuro.

Por conseguinte, os testemunhos dos documentos do Cabido do Porto podem constituir um importante contributo na análise do espaço social do Porto, na centúria de Trezentos, ao fornecer indícios e ao permitir vislumbrar laços e redes de relações individuais que então foram tecidos.

Não obstante, é absolutamente necessário identificar os instrumentos de observação e de análise que permitam a sua exploração num expoente máximo. É precisamente neste patamar que algumas das conceptualizações da pesquisa encetada por Gribaudo oferecem um importante contributo a este estudo. Não se pode desenhar configurações egocêntricas das práticas relacionais dos indivíduos, do espaço social portuense, no século XIV, mas é possível e fecundo desenhar e descrever os laços e a rede de relações em que os documentos, directa ou indirectamente, inscrevem os indivíduos. E isto por duas importantes razões.

Primeiro, porque como se observou já, os testemunhos que se recolheram não são egocêntricos, não foram fornecidos pelo próprio indivíduo, mas sim resultam das contingências dos contextos documentais em que ele se insere.

Segundo, porque atendendo ao já sobejamente referenciado carácter fragmentário dos dados, as ditas configurações ganham maior sentido se promoverem uma interacção entre os indivíduos identificados que se relacionam entre si e entre os diferentes laços que podem ser vislumbrados.

Deste modo, as configurações das práticas relacionais elaboradas neste estudo não são egocêntricas, mas sim interactivas¹⁵⁹. A sua leitura e a união dos pontos cardeais das

¹⁵⁹ Cf., no apêndice 48, as diferentes configurações relacionais interactivas (CRI) que os testemunhos da documentação permitiram restaurar.

referidas práticas ajudaram a delinear indícios dos mecanismos generativos do espaço social portuense medieval, entre os quais, como se apurará, não se deixaram de fazer sentir as emoções e sentimentos. Assim, é possível ir além das listas de indivíduos e das reconstituições genealógicas que, no período em estudo, se revelam extremamente incompletas. Evidentemente que a envergadura desta pesquisa ficará muito aquém daquilo que é feito nas análises sociológicas, mas, no campo de trabalho em que ela se situa, revela-se fulcral, pois permitirá melhorar a focagem sobre fragmentos do tecido e da textura sócio-emocional do Porto na centúria de Trezentos, tornando a análise antroponímica e prosopográfica, não somente possível, mas também fecunda¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Em concordância com o que se sublinhou na Introdução do presente estudo, a partir da p. 27.

2. CORPUS DOCUMENTAL

2.1 Os Documentos

No Arquivo Distrital do Porto acha-se a *Colecção de Pergaminhos do Cabido e da Mitra da Sé do Porto*, constituída por 30 livros designados de *Originais*. Estes livros congregam uma diversidade de actos escritos consubstanciados em contratos de locação, cartas de escambo, de compra e venda, testamentos, cartas de doações, cartas apostólicas, avenças, apelações, notificações, cartas de privilégios, sentenças, cartas de provisão, de petição, entre outras. Desde logo se afigurou como um espólio documental muito rico e diversificado, com a potencialidade de oferecer, como diz José Gaspar de Almeida¹⁶¹, temas diversos, informações variadas relativas à toponímia, à economia, à administração e justiça, à gestão e aplicação do poder, à antropónimia e à sociabilidade, entre outras, que, espera-se, ao serem alvo de uma análise sistemática, certamente agraciaram a história medieval portuense, nas suas variadíssimas facetas.

Com efeito, para além da já referenciada dedicação que mereceu de José Gaspar de Almeida¹⁶², este acervo documental não atraiu ainda uma leitura e análise profundas e sistemáticas, pois os estudos desenvolvidos, até ao momento, para o burgo portuense de Trezentos e Quatrocentos, privilegiaram mormente esta última centúria¹⁶³ e os actos escritos emergentes da *voce* da governação municipal, os sobejamente conhecidos *Livros de Vereações*¹⁶⁴ e os nove cadernos de contas da gestão municipal portuense da segunda metade do século XV, reunidos nos Livros I e II do *Cofre dos Bens do Concelho*¹⁶⁵, guardados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. A referida

¹⁶¹ Almeida, 1935, C e D.

¹⁶² Almeida, 1935.

¹⁶³ Oferece-se particular destaque aos seguintes estudos: Cruz, 1943; Cruz, 1953; Ferreira, 1960; Fonseca, 1982; Sousa, 1983; Duarte, 1984; Gonçalves, 1987; Gonçalves, 1996; Amaral, 1987; Moreno, 1985; Silva, 1990; Costa, 1993.

¹⁶⁴ A.H.M.P. (Arquivo Histórico Municipal do Porto), *Livro 3 de Vereações (1412-1461)*. Fontes publicadas: Basto, Artur de Magalhães (Ed.). (1937). *Vereações, anos de 1390-1395. Documentos e Memórias para a História do Porto*, 2. Porto: Câmara Municipal; Machado, João Alberto & Duarte, Luís Miguel (1985) (leitura, índices e notas). "*Vereações*" 1431-1432, livro 1. Porto: Câmara Municipal. Arquivo Histórico; "*Vereações*" *Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo com nota prévia de J. Pinto Ferreira Director do Gabinete de História da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980 (*Documentos e Memórias para a cidade do Porto*; vol. 40).

¹⁶⁵ Cf. Gonçalves, 1987, 45.

compilação de documentos do Cabido da Sé do Porto faz emergir, por seu lado, a *voce* eclesiástica, não deixando, porém, de constituir, como já se anunciou, uma potencial janela aberta sobre a vida do burgo portuense, dado que acede num *fiat lux* sobre a diversidade e riqueza da sua sociabilidade quotidiana por meio de um olhar antroponímico, prosopográfico e antropológico.

Efectivamente, os estudos até agora desenvolvidos relativos ao burgo medieval portuense têm, entre outras qualidades, a virtude de mostrar que ainda há muito a fazer, a estudar e interpretar e a reinterpretar¹⁶⁶. É tempo então de continuar a reforçar e a contribuir para essa façanha, esperando que estudos vindouros anunciem outros tratamentos desta documentação, seja na mesma ou em diferentes temáticas como, por exemplo, a urbanística, a política, a gestão económica, pois "il est assez évident, quelle que soit l'époque, qu'un document ne porte jamais un témoignage univoque; qu'avant de parler du «fait» il parle d'abord de lui même; qu'en outre le témoignage» n'est jamais spontané, pas même prévisibe, mais qu'il ne s'anime que sous la question de l'historien. [...]"¹⁶⁷.

É conveniente, contudo, não cair numa espécie de deslumbramento com a natureza rica, variada e heterogénea deste fundo documental. Assim, de acordo com o que se anunciou atrás, afigura-se importante a observação crítica das fontes seleccionadas por meio de um entrosamento da sua forma e do seu conteúdo, concebidos como um todo, como um sistema que interage com coordenadas espaciais, temporais e sociais¹⁶⁸.

Esta perspectiva de análise assume-se indispensável a uma avaliação dos limites e das potencialidades da documentação que, evidentemente, será apreciada e esmiuçada em sintonia com o desenvolvimento deste trabalho. Efectivamente, em função do modo de exposição do manuscrito, das motivações e intuítos de cada acto escrito, o acervo documental em análise acarreta consigo alguns abrolhos que se prendem com o seu estado de conservação, o tipo de discurso apresentado, a sua diversidade geográfica, com certos documentos situados fora dos limites cronológicos definidos e com a sua parcialidade¹⁶⁹.

¹⁶⁶ *Vid.* Introdução do presente estudo.

¹⁶⁷ Guyotjeannin, 1998, 27-28.

¹⁶⁸ Guyotjeannin, 1998, 28.

¹⁶⁹ *Vid.* Bourin, 1992f, 151 e Beck, 1990, 63.

2.1.1 O estado de conservação

Uma parte substancial dos actos escritos do Cabido do Porto encontram-se num estado de avançada debilidade. Consumidos pelo tempo, rotos e manchados, parte destes documentos oferece sérias dificuldades à leitura integral e segura do seu conteúdo, quando não a impossibilita. Expô-los a um trabalho de leitura integral e completo seria uma atitude leviana porque aceleraria a deterioração de informações que se vislumbram tão preciosas. O que fazer, então?

José Gaspar de Almeida¹⁷⁰ dá a conhecer os *Livros das Sentenças* que, contrariamente ao que a designação indicia, contêm não somente sentenças, mas igualmente documentos de natureza diversa, tratando de quase todos os assuntos de interesse para a Igreja do Porto e reproduzindo, na sua maior parte, os documentos contidos nos chamados *Livros dos Originais*¹⁷¹.

Assim, o trabalho de leitura e tratamento da informação foi orientado para os referidos *Livros de Sentenças*. Em consequência, trabalhou-se sobretudo, não com os documentos ditos *Originais*, mas sim com reproduções dos mesmos, portanto, com cópias. Estas, como se aferirá, constituirão uma grossa fatia do acervo documental. Foram efectuadas na cidade do Porto, durante o século XVIII, nomeadamente nos anos de 1760 e 1769, pelo tabelião Luís José Coelho de Almeida, e nos anos 1760, 1769, 1781, 1782 e 1783, pelo tabelião João José de Almeida, na sequência de requerimentos apresentados pelo Cabido, que foram devidamente deferidos por meio de um despacho.

Esta re-orientação da leitura delineou de imediato uma questão fulcral relativa ao carácter fidedigno da documentação.

Efectivamente, uma cópia é afectada imediatamente a um intermediário. Este, por sua vez, poderá ou não ter deformado o original. Vários riscos tomam forma, como, por exemplo, a sua dificuldade de leitura e de compreensão de certas palavras ou abreviaturas, a tendência para modernizar certos termos ou palavras utilizados ou uma transcrição resumida que nos impede de aceder de uma forma absolutamente fidedigna ao original¹⁷².

Neste contexto, compreendem-se assim alguns dos contratemplos detectados. Estes fazem-se sentir, na maioria dos casos, ao nível das designações toponímicas e

¹⁷⁰ Almeida, 1935, C e D.

¹⁷¹ Almeida, 1935, 97-98.

¹⁷² Cf. Guyotjeannin, 1998, 75-77.

antroponímicas, ou porque as formas de identificação se encontravam abreviadas ou porque o original estava deteriorado e, logo, a leitura seria difícil. Em certas certidões tem-se mesmo o esmero de dizer que se avançou algumas linhas em virtude do estado miserável do documento original. Obviamente que, sempre que possível, procurou-se esvanecer as referidas dificuldades através do confronto entre a cópia e o documento dito *original* ou, à falta do *original* minimamente legível, entre diferentes públicas-formas do mesmo *original*. O facto de certos documentos conhecerem mais do que uma cópia obrigou a cuidados redobrados, atendendo a que foi necessário cruzar os conteúdos dos respectivos, de forma a identificar todas as repetições de cada documento para não duplicar realidades e para que os resultados das análises quantitativas e qualitativas não sejam construções ocas e artificiais.

Não obstante os riscos que as cópias acarretam, elas não deixam, porém, de se mostrar fidedignas. Os referidos confrontos com os originais e entre diferentes cópias do mesmo documento revelaram que as referidas cópias procuravam ser verdadeiras, embora incorressem em variações e erros de leitura e transcrição. Todavia, o conteúdo está lá. Não pretendendo escamotear as suas adversidades, não se pode, portanto, deixar de salientar a importância destas certidões como meio de se aceder a informações que, considerando o avançado estado de deterioração dos *pergaminhos*, como se referiu, se teriam certamente esfumado nas vicissitudes do tempo. As leituras centraram-se então nas referidas cópias realizadas no século XVIII que, ao todo, sob a orientação das directrizes deste estudo, se restringem a 143 actos escritos.

Quando os documentos dos *Livros dos Originais*, de interesse para este estudo, não tinham correspondência nos referidos *Livros das Sentenças*, procedeu-se à consulta directa de tal documentação, abraçando ainda 43 documentos. Assim, na sua totalidade, foram perscrutados 186 unidades documentais. Retenha-se, então, um pouco mais de atenção a esta documentação.

2.1.2 Os tipos de documentos

Com efeito, se se observar os referidos actos escritos, perspectivando-os ao nível da sua feitura, eles adquirem, *a priori*, duas feições: as públicas-formas e os ditos *originais*. Assim, é tempo de recordar que os *Livros dos Originais*, à semelhança dos *Livros das Sentenças*, têm uma “designação imprópria”, utilizando palavras de José

Gaspar Dias, visto que tais documentos, em grande parte, contêm certidões ou públicas-formas¹⁷³. Assim, embora o indiciem, os documentos ditos *Originais*, nem sempre o são. Consequentemente, as cópias do século XVIII, ao tentarem reproduzir, na íntegra, os documentos dos *Livros dos Originais*, nem sempre incidiram sobre o original. Deste modo, das leituras efectuadas dos referidos actos escritos – públicas-formas e *originais* – emergiram outras certidões, públicas-formas, redigidas entre 1301 e 1406 ou em anos próximos destes limites¹⁷⁴.

Porém, estas últimas públicas-formas alimentam no seu interior algumas dificuldades, na medida em que trasladam, por vezes, não somente um acto escrito, mas vários, no intuito de fundamentar e sustentar o que se pretende atestar. Por exemplo, a pública-forma de uma carta de partição não transcreve unicamente a referida carta, mas também as procurações dos procuradores das partes envolvidas, que procedem à respectiva repartição de bens.

Como considerar, então, todos estes actos escritos? O que fazer com eles?

Relativamente à primeira questão, acata-se facilmente que as ditas públicas-formas não são mais do que cópias oficiais e, portanto, devem ser assim consideradas; os documentos que são por elas trasladados não poderão ser perspectivados senão como trasladados.

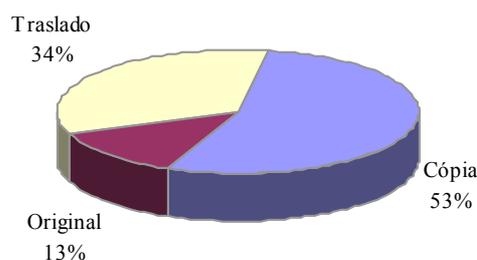


Gráfico 1 – Tipos de documentos em análise
(Cabido da Igreja do Porto).

A segunda questão merece um pouco mais de cuidado, pois nem sempre os documentos trasladados, agregados nas referidas públicas-formas, são transcritos na

¹⁷³ Almeida, 1935, 181-182.

¹⁷⁴ A consideração de documentação que extravasa as balizas temporais deste estudo resulta, por um lado, do facto de algumas daquelas certidões incidirem em documentos com datas anteriores a 1301. Por outro lado, certas públicas-forma da primeira metade do século XIV transportam consigo actos escritos que remontam ao período em estudo.

íntegra. Contudo, é possível, na maior parte dos casos, atribuir-lhes uma unidade individual, atendendo a que, na realidade, os respectivos conteúdos têm uma estrutura, datas, espaços, testemunhas e redactores próprios.

Assim, entre fazer corresponder a pública-forma a apenas um documento, não obstante as diferentes unidades documentais que a podem constituir, e proceder a uma individualização da pública-forma e um esmiudar dos seus traslados, optou-se pela segunda possibilidade, o que, como resultado, fez ampliar o total de actos escritos de 186 para 265. Esta opção mereceu, porém, algumas precauções, que consistiram principalmente em submeter os referidos traslados, não obstante nem sempre constituírem reproduções completas, a um tratamento ligeiramente diferente, de forma a serem facilmente identificados e relacionados com o documento onde estão inseridos¹⁷⁵.

Nesta sequência, os actos escritos alvo desta abordagem adquiriram uma terceira feição, quanto à sua feitura. Aos originais e às cópias do século XVIII acrescentam-se mais 83 documentos que se encontram trasladados naqueles e que serão aqui designados de *traslados*. Desta forma, a base documental do estudo que aqui se pretende desenvolver é constituída por 265 documentos (gráfico 1): originais, públicas-formas e os seus traslados.

2.1.3 Os tipos de discurso

O acervo documental aqui privilegiado permite-nos ainda olhá-lo sob a perspectiva das suas estruturas e lógicas discursivas, já que os seus diferentes e diversos documentos apresentam e obedecem a discursos divergentes, em função dos intuitos a que se propõem. Não obstante a maior parte, se é que não todos, dos actos escritos compilados defenderem os interesses da Mitra e Cabido da Sé do Porto, os objectivos e interesses que os propulsionam divergem um pouco.

Realmente, o discurso de uma sentença, por exemplo, é diferente do de uma carta de emprazamento, de venda ou de escambo. A maioria dos documentos consiste numa descrição narrativa de um contrato de locação, uma venda, uma doação, uma tomada de

¹⁷⁵ Atribuiu-se a estes traslados, quer na base de dados, quer nas colações dos diferentes géneros de documentos, em apêndice, o código "00", que separa o número do documento onde se encontra e a sua própria numeração. Assim, à excepção dos números 100 e 200, todos os documentos identificados com "00", correspondem a traslados integrados em outros documentos. Por exemplo, o documento 114001 corresponde a um traslado do documento 114 e é o traslado número 1 deste documento; o documento 2070011 corresponde a um traslado que se enquadra no documento 207001 que, por sua vez, integra o conteúdo do documento 207.

posse, uma sentença, constituindo, assim, actas de diferentes tipos de situações, apresentando, portanto, um çãodiscurso indirecto.

Em contrapartida, as cartas régias (sentenças, alvarás, por exemplo), os testamentos, as doações, redigidos na primeira pessoa do singular, e as cartas de locação, lavradas na primeira pessoa do plural¹⁷⁶, apoiam-se num discurso directo.

Esta falta de unicidade na forma do discurso desencadeia alguma atenção, pois poderá suscitar diferenças a outros níveis, seja na identificação dos indivíduos, seja nas referências a lugares ou no tipo de argumentos/lógicas utilizados.

Deste modo, a questão que se define é a de averiguar se, de facto, essas diferenças existem e, em caso afirmativo, até onde vão e qual o seu grau de interferência na apreensão e análise do conteúdo dos referidos documentos, pois tanto podem facilitá-las, possibilitando o confronto de informações, como podem embaraçá-las, indiciando realidades diferentes, quando, na prática só existe, por exemplo, uma. Acredita-se, porém, que as formas de identificação do mesmo indivíduo possam conhecer algumas variações em função do tipo de redacção. Assim, é importante que, no mínimo, se esteja atento à probabilidade de os dois tipos de discurso identificados influenciarem o conteúdo dos actos escritos, nomeadamente as formas de identificação dos indivíduos, visto que elas constituem um dos pilares deste trabalho. Ao identificar indivíduos, a análise prosopográfica permitirá experimentar uma comparação das formas de identificação do mesmo indivíduo quando nomeado numa acta e quando ele procede à sua própria identificação. Desta feita, ao entrosar-se as análises antroponímica e prosopográfica com o tipo de discurso e a natureza do documento, aflorar-se-á uma apreciação de até onde o tipo de discurso influencia as estruturas antroponímicas de certos indivíduos.

É óbvio que o tipo de discurso não será o único vector que interferirá na identificação dos indivíduos, atendendo a que a natureza do acto escrito e o papel que determinado sujeito desempenha no respectivo conteúdo serão, indubitavelmente, outros dois vectores a não menosprezar e, portanto, também presentes nas referidas análises antroponímica e prosopográfica que, mais à frente, seguramente despertarão interesse.

¹⁷⁶ Somente uma carta de emprazamento se encontra no discurso indirecto, na terceira pessoa do singular: João Vicente, tabelião público do rei na cidade do Porto relata que, na sequência de uma manda de Gonçalo Gonçalves, chantre, feita no Porto, no dia 15 de Maio de 1282, Rodrigo Eanes, chantre, emprazou a João Pestana, abade de Sanguinhedo, na cidade do Porto, aos 28 de Janeiro da era de 13(?), umas casas, situadas no Porto (*L. O.*, VIII, fl. 32). Este documento encontra-se bastante deteriorado.

Não obstante, ainda que nem sempre obedeça ao mesmo tipo de discurso, em termos diplomáticos, esta documentação, na sua generalidade, apresenta uma estrutura idêntica, apoiada num discurso indirecto dividido em três partes: protocolo, texto e escatocolo.

Verifica-se, porém, que alguns documentos se apresentam mais completos do que outros, que são um pouco mais sucintos. É o que acontece, por exemplo, com os contratos de locação, nomeadamente no que diz respeito às condições, que, por serem largamente conhecidas e implícitas, não são mencionadas¹⁷⁷. Contudo, a preocupação em situar no espaço e no tempo¹⁷⁸ o documento é constante e também não se descarta em absoluto a identificação dos outorgantes e dos destinatários. Isto para além da descrição do *objecto* patente no corpo central do documento (texto).

De salientar, porém, que nem todos os actos escritos permitem conhecer as testemunhas e/ou o redactor do respectivo documento, por variadas razões. Ou porque o estado de conservação do documento se encontra bastante danificado (roto/manchado)¹⁷⁹, ou porque a natureza do documento permite que o escatocolo da carta se apresente muito limitado¹⁸⁰, ou, ainda, porque o documento constitui um traslado truncado, com omissão das testemunhas e redactor, o que ocorre quando está inserido no *corpus* de outro documento¹⁸¹. Quando o escatocolo se apresenta completo, revela-se manifestamente mais enriquecedor, patenteando então outros géneros de participação no acto escrito: aqueles que testemunham e certificam a veracidade do respectivo documento; o que é responsável pela escrita do respectivo documento.

As testemunhas e subscritores do acto escrito são nomeados e correspondem a indivíduos de variadas origens e relações, podendo ou não ter uma relação próxima com as partes e/ou objectos directamente envolvidos na documentação. Os redactores são oficiais da administração central ou local¹⁸², designados ora de tabeliães, ora de escrivães, ora de notários.

Assim, os documentos com um escatocolo completo permitem ampliar o leque de indivíduos, o que constitui duplamente um óbice e uma vantagem.

¹⁷⁷ Por exemplo, o pagamento de foros e direituras ou a multa a pagar no caso de desrespeito de uma das partes pelas cláusulas da carta de empraçamento. Cf. apêndice 7.

¹⁷⁸ A datação ora é feita no protocolo ora constitui o escatocolo da carta de empraçamento.

¹⁷⁹ É o que acontece, por exemplo, com os documentos: *L. O.*, XXIX, fl. 12 e 53; *L. O.* XXIII, fl. 27; *L. S.*, LXXVI, fl. 125-128v.; *L. O.*, XIX, fl. 24.

¹⁸⁰ Confirmando apenas as partes que se envolvem no contrato de empraçamento e a respectiva data. É o caso dos seguintes documentos: *L. S.*, LXXXVI, fl. 148v-156v, *L. S.*, LXXXI, fl. 109-113, fl. 156-162, 176-179, *L. S.*, LXXXVI, fl. 161-168; *L. S.*, XCVIII, fl. 195-20; *L. O.*, XXIV, fl. 4, *L. S.*, XCVI, fl. 183-188; 189-197.

¹⁸¹ É o que acontece, a título de exemplo, com o conteúdo dos documentos seguintes: *L. S.*, LXXVI, fl. 39-15v; *L. S.*, LXXV, fl. 178-183; *L. S.*, LXXXVIII, fl. 152-160.

¹⁸² Ferreira, 1993, 23-25, 27-38.

Um óbice porque nem sempre a quantidade é sinónimo de qualidade, uma vez que muitas das referências se limitam pura e simplesmente a registos antroponímicos simples e arredados de quaisquer laços.

Uma vantagem porque, relativamente a certos indivíduos, se especificam algumas relações, quer sejam de natureza geográfica, quer sejam de natureza social, alargando, deste modo, as pistas para a identificação de categorias de indivíduos e para a detecção de teias de relações e de dinâmicas sociais. O trabalho prosopográfico com os registos antroponímicos das testemunhas é, portanto, árduo, mas com algumas benesses.

Conclui-se então que o acervo documental em estudo não é geral, mas sim específico, na medida em que direcciona para determinados assuntos, indivíduos, espaços e tempos.

2.1.4 A diversidade geográfica

Do que foi dito, imediatamente se pressente que, decerto, nem todos os documentos em análise foram elaborados no Porto e nem todos eles versam em absoluto sobre a cidade e a sua população. Efectivamente, constata-se que, enquanto uma boa parte dos actos escritos arquivados no Cabido da Igreja do Porto foram elaborados na cidade do Porto (Cabido, casa do bispo, câmara, e em certas casas situadas nas ruas mais importantes da cidade), outros brotaram dos seus arredores, do seu termo e, mesmo, um pouco mais longe, noutras cidades, por exemplo. A maioria destes documentos lavrados em lugares mais longínquos (Alenquer, Coimbra, Évora, Lisboa, Montemor-o-Novo, Santarém) correspondem a cartas régias, a actas do foro eclesiástico (apelações, visitações) ou a procurações para vender, comprar, trocar bens localizados no Porto ou em outras regiões. Além desta contingência, verificar-se-á, da mesma forma, que o *objecto* tratado em cada documento nem sempre diz respeito à cidade e ao seu termo, remetendo, por vezes, a atenção para localidades ora pertencentes ao bispado do Porto, ora pertencentes a outros bispados. Tudo parece depender das matérias tratadas.

O referido acervo documental apresenta, portanto, uma diversidade geográfica que, por seu lado, oferece algumas dificuldades. Estas convergem no facto de poderem nomear e referir-se a indivíduos que pouco ou nada têm a ver com a sociabilidade portuense, como por exemplo, testemunhas, procuradores, oficiais do Desembargo régio, indivíduos naturais de outros lugares do país, mas com bens e interesses na

cidade, entre outros. É certo que também na documentação produzida no Porto o mesmo pode acontecer. Contudo, crê-se que em menor grau.

Por conseguinte, o risco de considerar indivíduos forasteiros ao Porto é real e pode oferecer a este estudo um carácter pouco rigoroso, atribuindo àquele burgo medieval dinâmicas antroponímicas e antropológicas inflacionadas e confusas. Se a realidade vivenciada não se deixa apreender, muito menos a realidade histórica se deixará construir se não se tomarem as devidas cautelas em relação a tais contingências.

Deste modo, mais do que as ignorar, cuidou-se sim de identificá-las e tratá-las com uma atenção redobrada. Neste sentido, todas as estruturas antroponímicas registadas foram, em sintonia com o que foi referido anteriormente¹⁸³, acompanhadas do máximo de informações que lhes são respeitantes, para depois se proceder a uma triagem apoiada nas análises prosopográfica e antropológica encarregues de filtrar os indivíduos do Porto e seu termo, os de fora do Porto e aqueles cuja naturalidade e/ou residência se desconhece. Só por este meio se chegará a saber de quem se fala e qual a teia de relações a que cada indivíduo pertence.

Em contrapartida, a diversidade nas referências geográficas poderá permitir auscultar até onde iam as relações e interesses do Cabido do Porto, até onde ia a sua área de influência, como também poderá contribuir para a identificação de alguns dos indivíduos com interesses na área do burgo portuense.

2.1.5 Documentos fora dos limites cronológicos

A par de uma distribuição geográfica diversificada, apura-se que esta documentação apresenta uma repartição não muito regular no período que medeia entre 1301 e 1406. Realmente, um significativo núcleo (50,94%) de actos escritos localiza-se na primeira metade do século XIV, enquanto que a segunda metade do referido século agrega um número menor de documentos (34,71%). Interessante é aferir que mais de um quarto (28,30%) dos referidos documentos é abraçado no segundo quartel da centúria de Trezentos (quadro 1 e gráfico 2).

O intervalo de tempo 1401-1406 merece algum cuidado na nossa análise, atendendo a que abrange um número muito reduzido de anos, em comparação com os outros

¹⁸³ *Vid.* Introdução do presente estudo.

intervalos aqui definidos. Realmente, em apenas 6 anos agrupam-se 13 (4,9%) actos escritos (quadro 1).

Quadro 1
Distribuição cronológica de todos os documentos em análise.

| Intervalos de anos | Total de documentos | % |
|---------------------|---------------------|------------|
| 1275 - 1300 | 5 | 1,89 |
| 1301 - 1325 | 60 | 22,64 |
| 1326 - 1350 | 75 | 28,30 |
| 1351 - 1375 | 43 | 16,23 |
| 1376 - 1400 | 49 | 18,49 |
| 1401 - 1425 | 20 | 7,55 |
| 1426 - 1450 | 2 | 0,75 |
| ? | 11 | 4,15 |
| Total global | 265 | 100 |

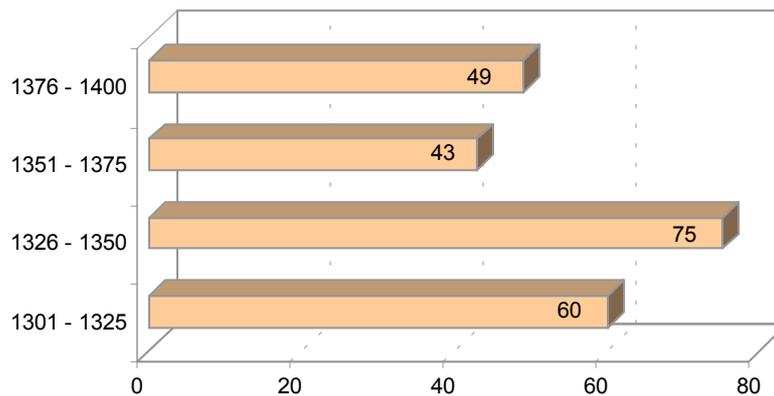


Gráfico 2 – Distribuição cronológica dos documentos (Cabido, séc. XIV).

Assevera-se ainda importante alertar aqui para um novo óbice que consiste no facto de se encontrarem, neste espólio documental, certos documentos¹⁸⁴ cujas datas se desconhecem ou então que extravasam os limites cronológicos definidos para este estudo¹⁸⁵. O que fazer com eles? Ignorá-los, pura e simplesmente? Ou, antes pelo

¹⁸⁴ Ao todo encontram-se 13 documentos cuja data se desconhece, ou porque ela não é referida, ou porque o documento encontra-se em mau estado, o que terá impossibilitado a sua leitura. Os documentos em questão são os seguintes: carta de doação (ADP, L.O, XXIV, fl. 1); testamento (cláusula) (ADP, L. S., LXXIX, fl. 70-78); auto(s) de contenda (ADP, L. S., LXXXIV, fl. 234-286); testamento (cláusula) (ADP, L. S., LXXXII, fl. 24-29v); carta de apelação (ADP, L. S., LXXXIV, fl. 49-55); pública forma – procuração/carta régia (ADP, L. S., XCI, fl. 1-16); mandado de cumprimento de sentença (ADP, L. S., XCIXI, fl. 5-9v); carta de privilégios (ADP, L. S., XCV, fl. 79-87); pública forma – procuração (ADP, L. S., LXXV, fl. 8-12); carta de venda (ADP, L. S., LXXIX, fl. 44- 48); (?) (ADP, L. S., LXXXIV, fl. 188-194v); mandado de cumprimento de sentença (ADP, L. S., LXXXIV, fl. 117-137v).

¹⁸⁵ Com efeito, as leituras efectuadas foram confrontadas com outros 13 documentos que não se enquadravam na amplitude cronológica deste estudo. Contudo, porque o seu conteúdo nos fornece algumas informações que não devem ser desprezadas, optou-se por os considerar. São documentos que nomeiam alguns indivíduos com vivência no século XIV e que fornecem dados relativos a

contrário, chamá-los a este estudo? Defende-se que, nestes casos, o seu conteúdo é que deve identificar o melhor caminho. Assim, foram considerados apenas aqueles documentos cujas informações se articulam e ajudam a esclarecer os dados da documentação que se insere no período em estudo. Estes documentos exigiram, porém, um tratamento individualizado, que permitisse a sua fácil identificação, e o averiguar desembaraçado do seu contributo nas diferentes análises em que se apoia este trabalho. Conquanto, nos quadros e gráficos posteriores os referidos documentos não serão contabilizados, de forma a facilitar as leituras.

2.1.6 A parcialidade

Cabe agora situar o enfoque na perspectiva de quem seria o principal interessado nestes actos escritos, quem é que eles favoreciam. Já se acendrou que o universo documental em análise orienta o olhar para os assuntos de interesse da Igreja do Porto¹⁸⁶, bispo e Cabido, apresentando, portanto, uma elite.

Uma elite eclesiástica que, como já se referiu, exercia, desde o século XII, um poder senhorial sobre a cidade do Porto¹⁸⁷ e que no seu interior conhecia uma hierarquia religiosa e política constituída pelos bispos, vigários-gerais e cónegos. Estes últimos constituíam o Cabido da Sé do Porto¹⁸⁸, que, à semelhança de outras dioceses¹⁸⁹, conhecia um conjunto de categorias que se hierarquizavam: as dignidades (prior ou deão, chantre, mestre-escola, tesoureiro, arcediagos), os presbíteros, os diáconos, os subdiáconos e os minoristas. Era inquestionável o poder deste escol eclesiástico¹⁹⁰ bem como os seus cuidados no que diz respeito aos seus bens, direitos e privilégios, que, nos últimos cem anos do referido senhorio, foram constantemente questionados, quer pelo

conteúdos de outros documentos, estes últimos *devidamente* situados nas referidas balizas temporais, correspondendo alguns a públicas-formas: sentença régia ((1285-06-02) ADP, *L. S.*, CI, fl. 346-353); carta de doação ((1296-10-01) ADP, *L. S.*, LXXV, fl. 20v-22v); carta de escambo ((1300-12-22) ADP, *L. S.*, LXXIII, fl. 243-245); sentença régia ((1300-04-10) ADP, *L. O.*, VI, fl. 72-37); carta de empraçamento (1409-01-15) ADP, *L. S.*, LXXXVI, fl. 54-59); 118-128); carta de avença ((1409-12-01) ADP, *L. O.*, XXIX, fl. 6); carta de doação ((1410-08-18) ADP, *L. S.*, LXXIX, fl. 70-78); pública-forma ((1417-09-22) ADP, LXXX, fl. 303-311v); mandado de cumprimento de sentença ((1420-12-07) ADP, XXX, fl. 144-146v), auto de posse e pública-forma ((1425-01-18) LXXXII, fl. 24-29v.); pública-forma de uma carta de avença ((1428-07-03) ADP, *L. S.*, XCVII, fl. 141-154); carta de escambo (1428-07-03) ADP, *L. S.*, XCVII, fl. 118-128). A dúvida que surge aqui é se a integração destes documentos poderá afectar as conclusões futuras. Considerou-se que não, se se estiver atento à sua presença que, por sua vez, mostra-se diminuta, correspondendo a menos de 5% do total de documentos.

¹⁸⁶ Almeida, 193598.

¹⁸⁷ Sousa, 1995, 219. Consulte-se, igualmente, López Carreira, 1999, 190-193.

¹⁸⁸ A cisão Cabido e Mitra data do bispado de D. Martinho Peres (1186-1189) (Sousa, 1995, 223).

¹⁸⁹ Costa, 1997, 306-309; Marques, 1998, 321-327, 330, 332, 338, 342-359.

¹⁹⁰ Sousa, 1995, 225-226, 230.

fortalecimento/centralização do poder régio¹⁹¹, quer pelo crescente poder e intervenção da elite concelhia¹⁹².

Assim se compreende a preocupação em registar, através da escrita, tudo o que testemunhasse, fundamentasse, confirmasse o poder do Igreja do Porto. Desta forma, tal preocupação é a tónica central e transversal de todas os actos escritos da referida colecção. A parcialidade é, portanto, uma das suas características.

Com efeito, tudo o que é dito não poderia ferir nunca, pelo menos directamente, a Igreja do Porto, mas antes engrandecê-la. Uma limitação? Sim. Mas nunca um impedimento. Se, por exemplo, este estudo versasse sobre o poder da Igreja do Porto ou sobre as interacções deste poder eclesiástico com outros poderes, tais como o central, o senhorial e o concelhio, a parcialidade seria, certamente, omnipresente, podendo, no caso de não se ser diligente, adulterar em parte as análises e interpretações. Todavia, se estas temáticas são aqui referenciadas, elas não são, em absoluto, as directrizes deste estudo. O que se pretende, de facto, como já se sublinhou, é chegar aos indivíduos da cidade do Porto e suas relações, de maneira que todas as informações, desde que fiáveis, são bem-afortunadas. Obviamente que corresponderão a uma parte da sociabilidade portuense, mas, como já se asseverou, não é objectivo desta dissertação captar, de uma só vez, o todo, atendendo a que tal compromisso seria impossível, pois todo o conhecimento é fruto de etapas, de aproximações científicas, juntando peças de um *puzzle* que certamente nunca se chegará a conhecer na sua totalidade. O que se afigura, sim, indispensável, neste estudo, é a consciência dos limites, dos obstáculos, de maneira a considerá-los sempre e a averiguar o seu grau de influência nos diferentes tipos de análise.

Feito o alerta para alguns dos abrolhos desta documentação, chegou o momento de se investir toda a atenção no núcleo documental (265 actos escritos) que nutre este trabalho (originais, públicas-formas e traslados), considerando as balizas cronológicas de 1301 e 1406 e tendo como referência central a centúria de Trezentos. Ambicionando conhecer os indivíduos deste burgo e a sua área de influência, quer ao nível familiar,

¹⁹¹ Entre as diferentes medidas no sentido do fortalecimento do poder régio (criação dos juizes de «fora parte» (antes de 1331), ordenação dos besteiros do conto (após 1331), reformas processuais, repressão à jurisdição senhorial, regulamentação dos corregedores, inquirições no Minho, Trás-os-Montes e Beira (1301-1343)), entre outras medidas merece destaque, por serem inéditas, as inquirições de 1339-48, que incidiram sobre o senhorio do bispo do Porto (Marques, 1985, 157; Marques, 1987, 497). Vários são os estudos que testemunham o processo de robustecimento do poder régio, podendo-se nomear os de Torcato Brochado de Sousa Soares (1989, 41, 75-76, 82, 106, 110-111, 116-120, 123, 133-134; 1962-1965b, 344-345, 347-348, 364-365, 369-371), Damião Peres (1962-1965, 79, 97-100), Carvalho Homem (1990, 17, 257-394), Maria Helena da Cruz Coelho (1990, I, 61-63, 208, 211), José Mattoso (1992, 295-297, 307), Armindo de Sousa (1993a, 371-373), Avelino de Jesus da Costa (1996, 71-76), e Maria da Conceição Falcão Ferreira (2000, 17).

¹⁹² Cf. Soares, 1989, 81-95, 105-136; Sousa, 1983, 9-10.

quer ao nível económico e financeiro, vislumbra-se que considerar todos estes actos escritos, independentemente das suas contingências era, numa fase inicial, inevitável. Só efectuando uma leitura e tratamento exaustivo de todos eles é que se poderia proceder, *a posteriori*, a uma triagem, seleccionando apenas aqueles que directa ou indirectamente nos fornecem informações. Urge, então, no seguimento destas observações, redireccionar o enfoque para as motivações e finalidades dos documentos.

2.2 Os Documentos e o Cabido da Igreja do Porto

2.2.1 Três esferas de acção

À medida que as leituras se foram desenvolvendo, reforçou-se a ideia de que, de facto, os diferentes tipos de actos escritos¹⁹³ em análise giram em torno dos interesses do magnate Cabido da Igreja do Porto. Começam por ser testemunho disso as procurações reunidas no presente estudo (gráfico 3).

No seu conjunto, correspondem a vinte e duas cartas¹⁹⁴, que apresentam uma distribuição que seria, ao longo da centúria de Trezentos, relativamente equilibrada, se o segundo quartel não se destacasse ao abraçar cerca de metade (42,85%) das susoditas procurações. Estas têm como objectivo fundamentar a acção dos respectivos procuradores em situações ora movidas por contenda, ora movidas pelo fito de rentabilizar certas propriedades. Situações que, obviamente, envolvem sempre duas partes, o que faz com que os ditos actos escritos não se esgotem em si mesmos, mas sim em outro tipo de documentos, já que o seu intuito é representar o Cabido ou outra entidade numa determinada situação em que os respectivos interesses estão directamente implicados. Essa situação podia então ser de variada natureza. Na realidade, uma determinada demanda¹⁹⁵, uma avença¹⁹⁶, uma venda, uma troca¹⁹⁷, uma

¹⁹³ Cf. apêndice 1.

¹⁹⁴ Uma das referidas procurações data de 1405 (*L. S.*, XXX, 303-311v; *L. O.*, XXIX, fl. 6), daí não ser contabilizada no gráfico 3. Cf., no apêndice 10, o número 22.

¹⁹⁵ Cf., no apêndice 10, os números 7, 8, 14, 15, 16, 17.

¹⁹⁶ Cf., no apêndice 10, o número 22.

¹⁹⁷ Cf., no apêndice 10, os números 20 e 21.

doação¹⁹⁸, um testamento¹⁹⁹, um auto de posse²⁰⁰, um emprazamento²⁰¹, entre outras situações, podiam fazer girar em seu torno uma ou várias procurações respeitantes às partes envolvidas.

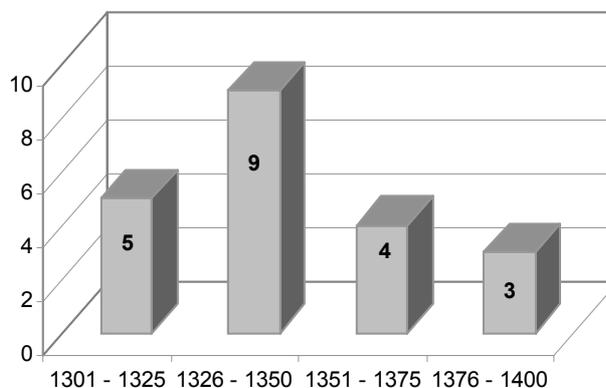


Gráfico 3 – Distribuição cronológica das procurações
(Cabido do Porto, séc. XIV).

Deste modo, encontram-se procurações que incidem sobre os mais variados assuntos. Por exemplo, nos anos que medeiam entre 1301 e 1325, três²⁰² procurações dizem respeito a uma partilha de bens que culminou numa carta de venda²⁰³. Efectivamente, como se indicou acima, nem todas as cartas de procuração, guardadas pelo Cabido, são outorgadas por esta instituição, encontrando-se algumas que são concedidas por outras entidades religiosas²⁰⁴ ou por particulares²⁰⁵. O que não obsta a que todas elas, directa ou indirectamente, despertassem algum interesse junto daquela instituição capitular, pois, caso contrário, não teriam sido, por ela, ciosamente guardadas. Nomeando procuradores, os outorgantes das procurações identificam também aqueles que mereciam a sua confiança, o que se adivinha bastante enriquecedor, na medida em que poderá ajudar a detectar redes de relações, redes de clientelas, como se acendrará posteriormente. Por conseguinte, as procurações confirmam e legitimam os actos de certos procuradores e constam no espólio documental em estudo ora de forma isolada, ora apenas nos mais diversos documentos. Mas, com que intuítos?

¹⁹⁸ Cf., no apêndice 10, o número 11.

¹⁹⁹ Cf., no apêndice 10, o número 13.

²⁰⁰ Cf., no apêndice 10, o número 19.

²⁰¹ Cf., no apêndice 10, os números 5, 6, 9, 12, 18.

²⁰² Cf., no apêndice 10, os números 1, 3.

²⁰³ Cf., no apêndice 9, o número 5.

²⁰⁴ Cf., no apêndice 10, os números 10,15,17, 21.

²⁰⁵ Cf., no apêndice 10, os números 1, 2, 3, 9, 11, 13, 18.

Os intuitos que perpassam toda a documentação em análise, interagindo entre si e ambulando em torno de três grandes esferas de acção do Cabido da Igreja do Porto: salvaguardar, ampliar e gerir os seus privilégios, direitos e bens adquiridos ou em via de serem adquiridos.

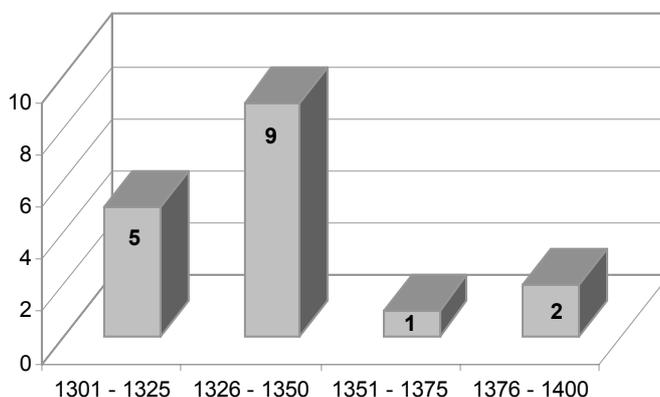


Gráfico 4 – Distribuição cronológica das públicas-formas (Cabido do Porto, séc. XIV).

O mesmo pode ser apontado às públicas-formas²⁰⁶, atendendo a que também elas destacam o segundo quartel da centúria (gráfico 4) e também elas são transversais às diferentes preocupações do Cabido da Sé do Porto. Assim, no conjunto de vinte e quatro, nove (quase 40%) convergem em sentenças régias e cartas de avença relativas a certas situações de demanda/contenda, enquanto que uma fatia idêntica é atribuída a cartas de venda, de doação ou testamentos (gráfico 5). Ainda que de forma mais ocasional, encontram-se públicas-formas de outro tipo de documentos, como, por exemplo, dois escambos e um contrato de locação.

²⁰⁶ Cf. apêndice 11.

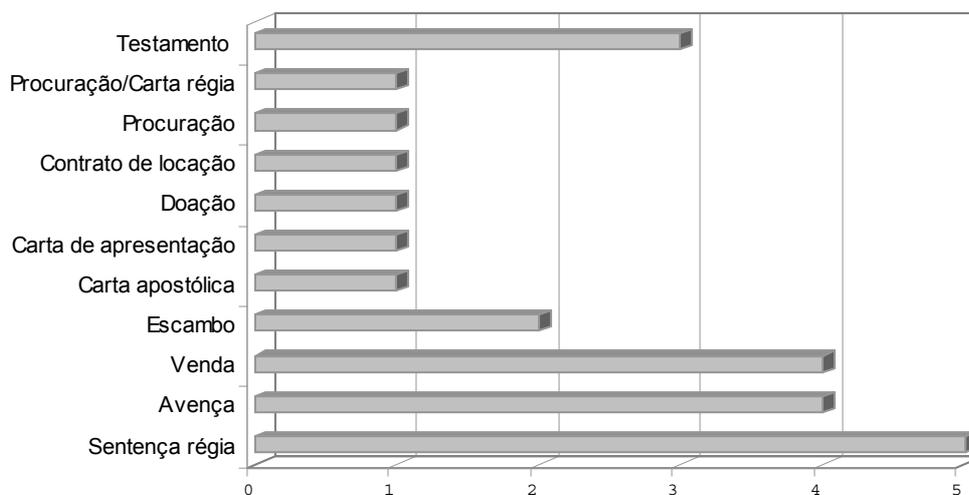


Gráfico 5 – Os tipos de documentos sobre os quais incidem as públicas-formas (Cabido do Porto, séc. XIV).

Deste modo, as motivações que se prendiam quer com as procurações quer com as públicas-formas não se cingiam a apenas um dos três intuitos, bem, pelo contrário, elas encontram-se ao seu serviço de uma forma transversal, entrosando-se as três grandes inquietações do Cabido, pois, como se referiu acima, elas tanto corroboram actos de venda, contratos de locação e escambos, como se orientam para doações ou convergem em contendas. Assim, curiosamente, as procurações e as públicas-formas acabam por sumariar e apresentar os três intuitos que mais se fazem sentir no acervo documental em análise (quadro 2).

Por conseguinte, é interessante aferir que as duas primeiras esferas de acção – *salvaguardar e ampliar* – são as que mais documentos envolvem, enquanto que a gestão dos bens parece constituir uma preocupação menor, embora, no último quartel, se mostre bem mais presente, atingindo níveis percentuais ligeiramente acima dos atribuídos ao primeiro quartel (quadro 2). É interessante, ainda, observar que, enquanto os documentos conectados com a salvaguarda privilegiam sobretudo a primeira metade do século XIV, para depois conhecerem uma quebra, a documentação relativa à ampliação, ainda que privilegie o segundo quartel, transcorre de forma relativamente equilibrada toda a centúria.

Quadro 2
Distribuição cronológica de todos os documentos consultados,
em função dos seus objectivos (Cabido do Porto)²⁰⁷.

| Anos | Salvaguardar | % | Ampliar | % | Gerir | % | Total global | % |
|--------------|--------------|-------|---------|-------|-------|-------|--------------|-------|
| 1275 - 1300 | 2 | 1,61 | 1 | 1,16 | 2 | 3,64 | 5 | 1,89 |
| 1301 - 1325 | 31 | 25,00 | 14 | 16,28 | 15 | 27,27 | 60 | 22,64 |
| 1326 - 1350 | 42 | 33,87 | 24 | 27,91 | 9 | 16,36 | 75 | 28,30 |
| 1351 - 1375 | 16 | 12,90 | 18 | 20,93 | 9 | 16,36 | 43 | 16,23 |
| 1376 - 1400 | 13 | 10,48 | 20 | 23,26 | 16 | 29,09 | 49 | 18,49 |
| 1401 - 1425 | 11 | 8,87 | 6 | 6,98 | 3 | 5,45 | 20 | 7,55 |
| 1426 - 1450 | 1 | 0,81 | | | 1 | 1,82 | 2 | 0,75 |
| ? | 8 | 6,45 | 3 | 3,49 | | | 11 | 4,15 |
| Total global | 124 | 100 | 86 | 100 | 55 | 100 | 265 | 100 |

Não obstante, também é visível que, implícita ou explicitamente, todos estes documentos se encontram juntos num único fito, o de favorecer o Cabido da Igreja do Porto. Isto porque, com abordagens diferentes, diferentes tipos de documentos incidem ora sobre o mesmo litígio, ora sobre a posse de um determinado prédio, ora sobre a mesma reivindicação de direitos²⁰⁸. É o que se asseverará *en avant*, ao demorar-se um pouco o olhar sobre cada um dos susoditos objectivos.

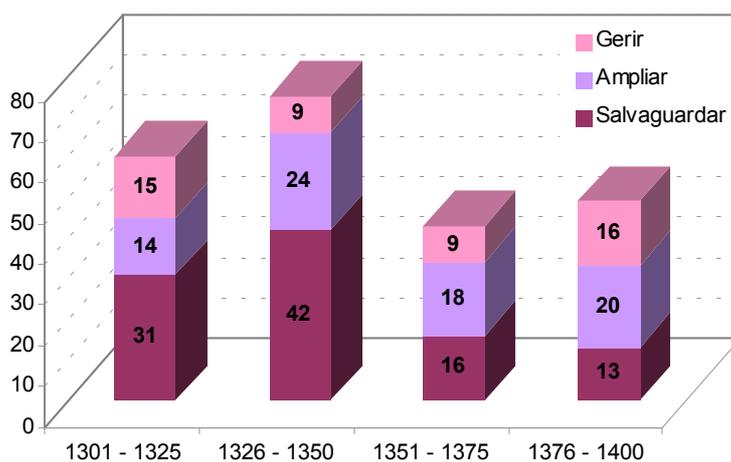


Gráfico 6 – Distribuição cronológica dos documentos²⁰⁹, em função dos seus objectivos (Cabido do Porto, séc. XIV).

²⁰⁷ De forma a simplificar as leituras, daqui em diante ter-se-á em consideração para contabilização apenas os documentos cujas coordenadas temporais se enquadram no século XIV.

²⁰⁸ Por exemplo, um auto de posse poderá estar associado a procurações, a uma partilha de bens, a uma venda e a uma doação. Uma sentença pode estar entrosada com diferentes mandados de cumprimento.

²⁰⁹ Cf. apêndice I.

2.2.1.1 Salvarguardar privilégios, direitos e bens

Não se pense, contudo, que a documentação compulsada (quadro 3) fornece gratuitamente informações sobre a defesa, salvaguarda das posses e direitos do Cabido e da Igreja do Porto. Com efeito, não se desfruta de documentos que anunciam, de forma clara e directa, tal preocupação. Desfruta-se, sim, de actos escritos que, ao incidirem sobre uma questão concreta, fazem perpassar para o leitor uma inquietação, um certo desconforto por parte da instituição capitular relativamente às suas prerrogativas²¹⁰. E, ao que parece, com razão, pois, de acordo com os mesmos documentos, estas prerrogativas eram frequentemente assoladas por investidas tanto do poder senhorial como do poder concelhio e mesmo do poder régio.

Quadro 3
Os diferentes documentos consultados relativos à salvaguarda de privilégios, direitos e bens (Cabido do Porto)²¹¹.

| Objectivo | Documentos | Total | % |
|---------------|---|-------|-------|
| Salvarguardar | Alvarás | 5 | 4,03 |
| | Cartas de avença | 7 | 5,65 |
| | Documentos variados | 16 | 12,90 |
| | Procurações | 22 | 17,74 |
| | Públicas-formas | 15 | 12,10 |
| | Sentenças, sentenças régias e mandados de cumprimento | 59 | 47,58 |
| | Total | 124 | 100 |

Efectivamente, explícita ou implicitamente, todos os actos escritos acima nomeados indiciam inquietude, uma necessidade premente da instituição capitular do Porto de segurar, de não abrir mão dos seus prédios, sejam eles rústicos ou urbanos, e dos direitos jurisdicionais, económicos e financeiros.

²¹⁰ Uma inquietação que, de acordo com Oliveira Marques, perpassa as diferentes instituições do reino, no século XIV (Marques, 1987, 72).

²¹¹ Tendo em consideração o apêndice I.

As cartas de sentença, por serem mais abundantes, são disso um claro testemunho (quadro 4), mas o mesmo acontece, por exemplo, com outros actos escritos, como as cartas de avença²¹², de confirmação²¹³, de petição²¹⁴ e de desembargo²¹⁵.

Quadro 4
As cartas de sentença, partes e *objecto* da respectiva contenda (Cabido do Porto, 1301-1406)²¹⁶.

| Partes envolvidas | Objecto de contenda | Sentenças régias | % | Outras sentenças ²¹⁷ | % | Total global | % |
|--------------------------------------|---|------------------|-------|---------------------------------|-------|--------------|-------|
| Cabido/Rei | Foros | 2 | 8,70 | | | 2 | 3,39 |
| Cabido/Lavradores | Terras | | | 4 | 11,11 | 4 | 6,78 |
| Cabido/Instituições Religiosas | Terras | | | 4 | 11,11 | 4 | 6,78 |
| Cabido/Fidalgos | Terras, bens | 7 | 30,43 | 6 | 16,67 | 13 | 22,03 |
| Cabido/Oficiais concelhios ou régios | Impostos (sisa), foros, bens, direitos jurisdicionais e financeiros | 12 | 52,17 | 6 | 16,67 | 17 | 28,81 |
| Cabido/Testamenteiros | Foros | | | 5 | 13,89 | 6 | 10,17 |
| Cabido/Enfiteutas | Foros e serviços | 1 | 4,35 | 6 | 16,67 | 7 | 11,86 |
| Cabido/Particulares | Casas, herdade, portagens | 1 | 4,35 | 3 | 8,33 | 4 | 6,78 |
| Cabido/? | ? | | | 2 | 5,56 | 2 | 3,39 |
| Total global | | 23 | 100 | 36 | 100 | 59 | 100 |

Desta maneira, defendem-se e reclamam-se propriedades que foram apropriadas e utilizadas indevidamente por lavradores, uns por moto próprio²¹⁸, outros sob a alçada de outras instituições religiosas (Mosteiro de Rio Tinto)²¹⁹, e por fidalgos que cometiam, com alguma assiduidade, violações, abusos e malfeitorias²²⁰. Defendem-se também privilégios, direitos e foros²²¹ de usurações e embargos efectuados pelos funcionários

²¹² Cf., apêndice 4.

²¹³ Cf. apêndice 5.

²¹⁴ Cf., no apêndice 15, o número quinze.

²¹⁵ Cf., no apêndice 15, o número catorze.

²¹⁶ Considerando os dados do apêndice 12.

²¹⁷ Incluindo mandados de cumprimento de sentença. Cf. com o apêndice 12.

²¹⁸ Como testemunham, no apêndice 12, os números cinco, quinze, vinte, vinte e dois, trinta e dois e vinte e seis.

²¹⁹ Cf., no apêndice 12, os números dezassete, dezoito, dezanove, vinte e um.

²²⁰ Várias são as situações que podem ser citadas, como se pode apurar, consultando, no apêndice 12, os números três, catorze, vinte e nove, trinta, trinta e um, trinta e quatro, quarenta e seis, quarenta e oito e quarenta e nove. Por fim, não são de olvidar as cartas de avença que testemunham um conflito de interesses entre o Cabido da Igreja do Porto e o Mosteiro de Grijó. Consulte-se então, no apêndice 4, os números um e dois.

²²¹ Cf., no apêndice 4, os números seis e sete. Cf., sobre este assunto, Cruz, 1953, 228-229, 232-233, 236; Freitas, 1962-1965, 254.

concelhios e régios²²², pelos testamenteiros, acusados de desrespeitar a vontade do testador²²³, pelos familiares, que se obstam à vontade do testador²²⁴, e pelos enfiteutas, em virtude de não cumprirem, na íntegra ou em parte, determinadas condições das respectivas cartas de locação, nomeadamente o pagamento de foros ou serviços²²⁵.

Por conseguinte, é interessante verificar como em todos os actos escritos acima nomeados, a comunidade capitular, ou um dos seus elementos, constitui parte envolvida e os seus interesses são sempre salvaguardados, ao restituírem-lhes e fundamentarem²²⁶ os direitos que dizem possuir. Somente cinco dos documentos conservados levantaram algumas questões.

Trata-se dos cinco alvarás coligidos²²⁷. Um outorgado por Dona Beatriz, filha do rei D. Sancho²²⁸, dois por D. Dinis e os outros dois por D. Afonso IV. Toma-se então conhecimento que, em 1319, D. Dinis permitiu aos frades pregadores e menores do Porto continuarem a fazer sepulturas no seu mosteiro²²⁹ e, em 1323, acedeu nas compras de *D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa*, de certas propriedades a *Dona Marinha Afonso*²³⁰. *D. Afonso IV, por seu lado*, lança, em 1331, o pregão sobre propriedades que a Fazenda régia pretendia aforar²³¹, enquadrando-se na conjuntura que o emoldura, pois é sabido que, nas décadas de 1320 e 1330, a documentação régia conheceu um incremento das cartas de aforamento²³². Em 1351 autoriza D. João, mestre-escola da cidade de Lisboa e cónego do Porto, a comprar uns quartos de casas, situadas na cidade do Porto²³³. Esta documentação mostra que determinados actos económicos necessitavam da autorização, fosse do rei ou do proprietário dos bens que entretanto constituíam *objecto* de transacção. É, portanto, uma documentação que, numa primeira abordagem, parece esgueirar-se das directrizes dos outros actos escritos – salvar guardar os bens, direitos e privilégios do Cabido do Porto –, na medida em que parecem beneficiar outras instituições ou apenas certos indivíduos.

²²² Como testemunham as situações descritas de agravos do concelho sobre os direitos da Igreja do Porto, no apêndice 12, os números um, sete, nove, dez, doze, treze, trinta e oito e quarenta e dois. Cf.: Cruz, 1953, 235, 239, 245; Freitas, 1962-1965, 250-252, 256.

²²³ Cf., no apêndice 12, os números vinte e cinco, vinte e oito, trinta e seis e quarenta e um.

²²⁴ Cf., no apêndice 12, o número quarenta e um e no apêndice 15, o número catorze.

²²⁵ Evidenciam-se variadas situações, como testemunham, no apêndice 2, os números trinta e quatro, trinta e sete, quarenta e seis, cinquenta, cinquenta e dois e cinquenta e três; e no apêndice 4, nos números quatro e cinco.

²²⁶ Cf., no apêndice 15, o número dezasseis.

²²⁷ *Vid.* o apêndice 2.

²²⁸ Cf., no apêndice 2, o número um.

²²⁹ Cf., no apêndice 2, o número dois.

²³⁰ Cf., no apêndice 2, o número três.

²³¹ Cf., no apêndice 2, o número quatro.

²³² Homem, 1990, 67.

²³³ Cf., no apêndice 2, o número cinco.

Contudo, existem outros dados a ter em conta, atendendo a que, por um lado, os alvarás das referidas compras beneficiam elementos da instituição capitular (*D. João, mestre-escola da cidade de Lisboa e cónego do Porto*²³⁴), o que permite afirmar que, de uma forma indirecta, estavam também a favorecer o Cabido. Por outro lado, ao enquadrar-se as restantes cartas no contexto documental em que se inserem, verifica-se que elas estão associadas a outros documentos que, por sua vez, vão de encontro aos interesses do Cabido.

Na realidade, os referidos alvarás constituem essencialmente um instrumento de reivindicação de direitos. Por exemplo, em relação às sepulturas a efectuar pelos frades pregadores e menores do Porto, a carta de D. Dinis está entrosada com um outro documento, a carta de cumprimento de obrigações devidas à Igreja do Porto. Ora, esta exige o pagamento à Igreja do Porto dos seus direitos pelos frades pregadores e menores que, por sua vez, não deixam de os reconhecer e de se comprometer a proceder ao seu pagamento²³⁵. Isto na sequência de uma demanda entre a Igreja do Porto e as Ordens religiosas Menores de S. Francisco e de S. Domingos sobre os direitos de sepultura²³⁶. No que diz respeito à carta régia que lança o pregão sobre determinadas propriedades, ela tem sobretudo o intuito de fundamentar uma carta de provisão, através da qual a Igreja do Porto reivindica a posse dos prédios que, como se viu, foram mandados apregoar por D. Afonso IV²³⁷.

Daqui se depreende que as situações evidenciadas por todos os actos escritos em análise, sem excepção, giram, *maxime*, em torno de duas palavras-chave: prédios (terras/casas) e direitos/foros. De quem? Do Cabido, obviamente.

Depreende-se outrossim que a referida documentação não somente salvaguardava, como assumia também, ainda que de uma forma indirecta, o papel de uma carta de confirmação, já que, escudando e testemunhando determinados direitos ou privilégios do Cabido em relação a outros concorrentes, ele acabava por lembrá-los, confirmá-los e favorecê-los.

Assim, o conjunto dos documentos em análise, incluindo os sobreditos alvarás, acaba por desnudar, de uma forma mais ou menos explícita, o quanto o Cabido da Sé do Porto estava atento aos seus bens e direitos e de como procedia para acautelar as suas prerrogativas. Uma preocupação que, como se viu, se conecta claramente com a

²³⁴ Cf., no apêndice 2, o acto escrito número três e *vid* apêndice 49.

²³⁵ Cf., no apêndice 11, o número quatro; no apêndice 15, o documento seis. *Vid* o apêndice 49.

²³⁶ Cf., no apêndice 2, o número dois.

²³⁷ Cf., no apêndice 15, o número doze.

primeira metade da centúria, nomeadamente com os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV.

2.2.1.1. a) Salva-guardar, porquê?

Ao centrar-se a atenção nas sentenças, afere-se que aqueles reinados se mostram bastante profícuos em sentenças régias, pois mais de metade (56,52%) das cartas de sentença do poder central são atribuídas àqueles tempos. Com efeito, não se pode esquecer aqui todas as desavenças que envolveram D. Afonso IV e a Igreja do Porto – nomeadamente o bispo D. Pedro Afonso –, que acusava aquele rei de desrespeitar os direitos do senhorio eclesiástico sobre a referida cidade, quer em relação à jurisdição²³⁸, quer no que diz respeito à delimitação do couto²³⁹.

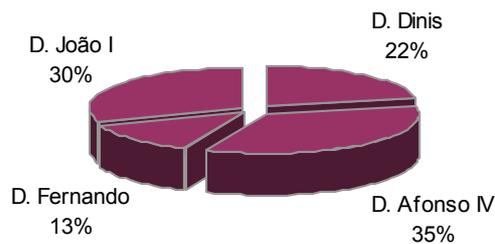


Gráfico 7 – Distribuição das sentenças régias conservadas pelo Cabido do Porto, em função dos diferentes reinados (1301-1406).

No entanto, independentemente da sua origem, é interessante verificar que as cartas de sentença respeitantes a estes dois reinados partilham da mesma natureza, constituindo sobretudo respostas a queixas, descontentamentos, acusações apresentados pela Igreja do Porto. Tal não é de estranhar, atendendo a que este período é sobejamente associado a uma crescente centralização do poder central e, conseqüentemente, a inquirições e confirmações sobre os bens e propriedades dos senhorios da nobreza e do clero. A primeira metade da centúria de Quatrocentos assume-se, portanto, como uma época propícia²⁴⁰ a querelas entre senhorios²⁴¹ que se acotovelavam, procurando manter

²³⁸ Fazendo lembrar, em parte, por exemplo, a contenda entre o mosteiro de Alcobaça e D. Afonso IV (Gonçalves, 1989, 422-423).

²³⁹ Freitas, 1962-1965, 249-265.

²⁴⁰ É de lembrar aqui o processo de centralização e reforço do poder régio e as constantes investidas do rei e da burocracia régia

os seus direitos e, se possível, alargá-los à custa do prejuízo de outros. Assim, as referidas cartas de sentença e restantes documentos associados ao objectivo da “salvaguardar” emolduram-se numa época em que o Cabido terá reforçado a sua preocupação com a posse e administração dos seus bens, sentindo a necessidade de se certificar de que todas as suas propriedades se encontravam nas suas mãos e de deter documentos que o atestassem (gráfico 7). Se tal não acontecia, empunhar-se-iam medidas nesse sentido, nem que para tal se desencadeassem demandas, se apresentassem queixas e agravos e se pedisse aos juízes que respeitassem e cumprissem o que as respectivas cartas de sentença ordenavam.

Ao abandonar-se os reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, é de notar que, no que diz respeito a sentenças régias, não se compilando cartas do reinado de D. Pedro, são atribuídos apenas a D. Fernando três documentos, igualmente favoráveis ao Cabido, mandando aos rendeiros da sisa que não cobrem ao deão e Cabido o imposto da sisa nem portagens sobre os vinhos que lhes são dados por outras pessoas²⁴². Assim, à medida que se avança para a segunda metade da centúria, anota-se²⁴³ uma subtracção da feitura de documentos (gráfico 7), verificando-se, em simultâneo, que os actos escritos redigidos começam a fazer recair as suas motivações, sobretudo, no incumprimento das condições de contratos de locação²⁴⁴, seja pelo não pagamento de foros, seja pela degradação de casas, seja pela não prestação de serviços, entremostrando, deste modo, a conjuntura difícil que se abateu no país, no decurso do século XIV²⁴⁵, da qual a Pragmática de 1340, de D. Afonso IV, é um claro indicador. Com os primeiros anos do reinado de D. João I, o número de sentenças reunido no Cabido volta a aumentar (gráfico 7). De facto, entre 1351 e 1406, reuniram-se dez sentenças régias, das quais sete pertencem ao reinado D. João I, incidindo sobre os direitos da Igreja do Porto, relativos à dízima²⁴⁶, a foros²⁴⁷ e a propriedades²⁴⁸.

É curioso, então, observar que o Cabido se apresenta sempre como alguém que foi ou que poderá vir a ser lesado e a quem acaba por ser restituída justiça, alguém que tem

sobre o poder senhorial que caracterizou as últimas centúrias medievais (Marques, 1987, 279, 286-287, 296, 305).

²⁴¹ De lembrar aqui, por exemplo, as inquirições efectuadas em Trás-os-Montes e Beira e ao bispo do Porto que datam respectivamente de 1335 e 1339. (Marques, 1987, 495-509).

²⁴² Cf., no apêndice 12, o número trinta e cinco.

²⁴³ De acordo com o que se observou no gráfico 6.

²⁴⁴ Uma das cartas de avença, já nomeada, é relativa ao incumprimento das condições de um prazo de umas casas térreas casas do Cabido, situadas na cidade do Porto a par da Igreja de S. Nicolau, na rua Pública dos Ferreiros, remetendo-nos para o ano de 1351. Cf., no apêndice 4, o número cinco.

²⁴⁵ Marques, 1987, 20-30.

²⁴⁶ Cf., no apêndice 12, os documentos número quarenta e quatro, quarenta e cinco e cinquenta e seis.

²⁴⁷ Cf., no apêndice 12, os documentos número cinquenta e quatro e cinquenta e cinco; no apêndice 4, o número sete.

²⁴⁸ Cf., no apêndice 12, o número cinquenta.

sempre a razão do seu lado, alguém que é inóquo. O que, por sua vez, confere um alcance mais alargado aos referidos documentos, nomeadamente às cartas de sentença, ao perspectivá-las, por exemplo, não apenas como uma tentativa de resolução de conflito, uma salvaguarda e confirmação de direitos, como já se aludiu, mas ainda como um acto de carácter admoestatório, na medida em que servia de ensinamento para todos os que atentassem contra os bens e direitos do Cabido.

2.2.1.1. b) Poder ou fragilidade do Cabido do Porto?

É importante acautelar aqui o facto de se lidar apenas com os documentos conservados pelo Cabido e que acabaram por resistir às vicissitudes do tempo.

Outras cartas de sentenças foram certamente escritas e nem sempre auspiciosas à instituição capitular do Porto, como testemunham, por exemplo, as já referidas contestações do monarca D. Afonso IV aos agravos enunciados pelo bispo D. Pedro Afonso²⁴⁹. De facto, detectam-se algumas situações que indigam descontentamento, não apenas do Cabido, mas também da outra parte contendente.

Em 1305, por exemplo, uma sentença deriva de um pleito em que ambas as partes (Cabido e escudeiros) se acusavam mutuamente de roubar e ocupar, através dos seus lavradores, algumas terras situadas em Vilar de Dona Ema e em Tarouquela²⁵⁰. Entretanto, como já se referiu, num mandado de cumprimento de sentença datado de 1327, a abadessa do Mosteiro de Rio Tinto recusa-se a acatar a sentença dada pelo bispo relativa à posse de terras, apelando ao Papa²⁵¹. Em 1332, redige-se ainda uma sentença cuja contenda não foi despontada pelo Cabido, mas sim por um particular (João de Matosinhos)²⁵², conquanto ter sido, no final, favorável ao Cabido. De alegar ainda um mandado de cumprimento de sentença, datado de 1307, que, embora concorra numa tomada de posse favorável ao Cabido, tinha sido desencadeado por uma sentença contra o Cabido, que teria de restituir terras a Fernão Martins (lavrador)²⁵³. Logo, estes casos alimentam a suspeita de que a instituição capitular não resistiria mesmamente à tentação de violar os direitos de outros. Uma suspeita *non liquet*, em todo o caso.

²⁴⁹ Cruz, 1962-1965, 233-248; Freitas, 1962-1965, 249-260.

²⁵⁰ Cf., no apêndice 12, o número três.

²⁵¹ Cf., no apêndice 12, os documentos número dezanove e vinte.

²⁵² Cf., no apêndice 12, o número vinte e sete.

²⁵³ Cf., no apêndice 12, o número cinco.

Todavia, porque não eram favoráveis ao Cabido, não interessaria a esta instituição guardar cópias de tais sentenças. Com efeito, independentemente de ser eclesiástica ou laica, cada instituição seria ciosa com os documentos que, directa ou indirectamente, escudassem os respectivos interesses, direitos, privilégios, menosprezando, por sua vez, os que não lhes diziam respeito ou os que em nada apadrinhavam a salvaguarda ou alargamento das mesmas prerrogativas. Uma diligência que, sem dúvida, seria bem acalentada pelo Cabido, atendendo a que, implicitamente, ela se converte numa das tónicas não apenas das cartas de sentença, mas também de todo o acervo documental em estudo.

Não obstante, se as sentenças conservadas agraciam os interesses do Cabido, elas não deixam, em simultâneo, de desnudar a incapacidade desta comunidade eclesiástica em acautelar e impedir as violações e malfeitorias de fidalgos, os abusos de lavradores e de outras instituições religiosas, os embargos efectuados pelos funcionários concelhios e/ou régios de rendimentos ou de direitos jurisdicionais e fiscais da Igreja do Porto, os arrendamentos régios de propriedades que não pertencem à Fazenda do rei, mas sim à Igreja do Porto. Logo, ganha sentido uma nova questão. As cartas de sentença atestam o poder da Igreja do Porto ou, antes pelo contrário, a contestação ao seu poder e as suas dificuldades na manutenção do mesmo?

É evidente que os documentos em estudo constituem uma clara manifestação de poder, pois, como já se aludiu, a parcialidade é uma das características do acervo documental em estudo. Uma parcialidade cujo grau é difícil de avaliar, ainda que todas as cartas de sentença estudadas indiciem que ela é absoluta.

Na realidade, em função do seu conteúdo, esta documentação identifica diferentes interesses: os do Cabido, os dos agressores às prerrogativas do Cabido e os dos árbitros (rei, bispo e respectivos juízes). Declaradamente, os interesses da instituição capitular sobrepõem-se.

Todavia, não se pode deslembrar, por um lado, as situações em que as decisões não eram bem aceites pelas partes não beneficiadas, como testemunham alguns mandados de cumprimento de sentença. De facto, esta documentação está associada a sentenças que conheceram maiores dificuldades de aplicação, em que, por vezes, a parte constrangida não acata nem se submete facilmente à autoridade que perspira da sentença²⁵⁴, recusando-se a respeitá-la e recorrendo a apelações²⁵⁵. Aliás, algumas das

²⁵⁴ Cf., no apêndice 12, os documentos número sete e vinte.

sentenças emergem do mesmo tipo de demanda, testemunhando reincidências dos constrangidos no mesmo tipo de acção²⁵⁶.

Por outro lado, é de sublinhar que mais de metade das sentenças recolhidas são de proveniência régia ou então são outorgadas pelos seus meirinhos, e não pelo bispo ou vigário, podendo subentender-se aqui uma certa fragilidade do senhorio eclesiástico.

Uma dupla fragilidade, aliás. Uma fragilidade face ao poder central que lhe confirma e salvaguarda prerrogativas, reforçando assim o processo de centralização do Estado monárquico português que, no período em estudo, era já irreversível²⁵⁷. Uma fragilidade também face a outros poderes rivais: os da nobreza e os do concelho. De facto, as cartas de sentença²⁵⁸ mostram, sobretudo, a forma como a elite eclesiástica do Porto sentia as suas prerrogativas ameaçadas, quer pelo poder senhorial, quer pelo concelhio e/ou central e os argumentos e meios de que se socorria para proceder ao seu amparo. As agressões de fidalgos ou de oficiais concelhios e/ou régios despoletavam mais facilmente o recurso à justiça régia, enquanto que os atritos com outras instituições religiosas, com lavradores ou enfiteutas conheciam uma resolução um pouco mais “doméstica”, fosse através do bispo ou vigário ou através da arbitragem de juízes nomeados para tal efeito.

Assim, os referidos actos escritos esboçam mais do que uma faceta da mesma realidade, parecendo constituir um paradoxo. Se, na teoria, através da decisão final, a sentença mostra um Cabido forte, na prática, descrevendo a contenda, ela entremostra um Cabido inquieto, envolto em dificuldades, arreliado pelos frequentes ataques ao seu poder senhorial. Ora, é precisamente parte deste poder que é alienado da cidade em 1405²⁵⁹. Após um longo período de interdito²⁶⁰ sobre a cidade do Porto, o poder

²⁵⁵ É o caso de Afonso Rodrigues Ribeiro (fidalgo) e seus filhos, que apelaram à infante Dona Branca, face à decisão do juiz da Feira, que os condenara, em virtude da demanda que lhes fora posta pelo abade da igreja de Válega. A dita infante não lhes deu razão e corroborou a sentença dada pelo juiz da terra de Santa Maria da Feira que, por sua vez, foi ainda reforçada por Estêvão Eanes meirinho. ((1324-12-11) *L. S.*, LXXXVII, fl. 34-65). Cf., no apêndice 12, o número catorze.

²⁵⁶ É o que acontece, por exemplo, com os direitos do Cabido do Porto sobre certos produtos comercializados na cidade, como testemunham, no apêndice 12, os documentos número sete, oito, onze e cinquenta e seis. Estas situações testemunham claramente como era difícil fazer cumprir as sentenças régias e daí a multiplicação de mandados relativos à mesma sentença, atendendo a que elas reincidem.

²⁵⁷ Mattoso, 1985, 65-66.

²⁵⁸ As cartas de sentença coligidas são provenientes de autoridades diversas: umas são emanadas pelo poder central, outras são outorgadas por juízes, representando ora a autoridade da Igreja do Porto, ora a do rei, ora a do poder concelhio. Algumas destas cartas metamorfoseiam-se em mandados de cumprimento da sentença, constituindo estes últimos uma vertente mais prática da sentença, ao alvejar a sua consubstanciação. Fundamentando-se nela, os mandados ordenam aos juízes que a respeitem e materializem, constrangendo a parte que foi contrariada. Os mandatos pressupõem, portanto uma deliberação, uma sentença. Cf. o apêndice 12.

²⁵⁹ Cf., no apêndice 4, o número sete, no apêndice 12, o número cinquenta e quatro.

²⁶⁰ Na sequência de contendas aceras entre a Igreja do Porto e o rei D. Afonso IV, que era acusado de perseguir a mitra portuense no que diz respeito à jurisdição, delimitação e direitos do senhorio portuense, uma excomunhão e interdito são lançados ao rei e cidade, no ano de 1353. Esta censura eclesiástica conheceu o seu termo, após variadas tentativas de acordo, no dia 13 de Fevereiro de 1405, em Montemor-o-Novo, com a avença concretizada entre D. João I, de uma parte, e o bispo D. Gil Alma e o Cabido, marcando o terminus do senhorio episcopal (Freitas, 1962-1965, 257-297; Sousa, 1983, 10, 12; 1995, 238-244).

eclesiástico abdica do seu senhorio sobre o burgo a favor do poder régio, recebendo, em troca, foros.

2.2.1.2 Ampliar a riqueza

Continuando a análise da documentação, não se pode omitir a que remete, directa ou indirectamente, para os actos escritos que atestam a aquisição de riqueza – prédios e/ou foros²⁶¹ (quadro 5) –, sem dúvida uma das preocupações centrais da comunidade capitular do Porto, considerando que, tal como refere Oliveira Marques²⁶², as leis de desamortização²⁶³ constituíram um óbice na aquisição de bens. Um óbice que, no entanto, podia muito bem ser contornado, recorrendo-se a outras estratégias e vias de ampliação de bens fundiários, como, por exemplo, as doações.

Quadro 5

Os diferentes documentos consultados relativos à ampliação de património (Cabido do Porto).

| Objectivo | Documentos | Total global | % |
|-----------|------------------|--------------|-------|
| Ampliar | Autos de posse | 20 | 23,26 |
| | Cartas de doação | 29 | 33,72 |
| | Cartas de venda | 15 | 17,44 |
| | Públicas-formas | 8 | 9,30 |
| | Testamentos | 14 | 16,28 |
| | Total global | 86 | 100 |

As doações, os testamentos constituem metade (50%) da documentação entrosada com a ampliação de património (quadro 5) e oferecem a possibilidade de se mergulhar um pouco nos meios utilizados pelo Cabido para ampliar o seu património de bens fundiários e de foros.

²⁶¹ De lembrar que, no reinado de D. João I que se instituiu que bens fossem deixados apenas a leigos, ficando estes com a obrigação de reverter à Igreja os foros necessários para o cumprimento dos serviços espirituais relativos à salvação das almas dos parentes defuntos (Rodrigues, 1995, 384). Contudo, considera-se que, seja através da doação de propriedades, seja através da atribuição de foros perpétuos, as doações e os testamentos constituíam um mecanismo que possibilitava à Igreja aumentar o seu poder económico, a sua riqueza.

²⁶² Marques, 1984, 288.

²⁶³ São bem conhecidas as leis de desamortização do século XIII e XIV, nomeadamente as do reinado de D. Dinis, impedindo todos os eclesiásticos e corporações religiosas de realizarem compras de bens de raiz, tendo que vender todos os bens adquiridos a partir do início do reinado (1286); definindo que as ordens religiosas não poderiam herdar dos seus professos, limitando a uma terça parte do total dos bens próprios o que se poderia vender para sufrágios da própria alma (1291); proibindo aos tabeliães "que lavrassem escrituras de venda de propriedades a religiosos", fazendo depender de licença régia a alienação para aniversários (1292), "facultando nomeadamente às ordens a herança de bens fundiários, desde que traduzidos em moeda" (1308/1309) (Marques, 1984, 287-288).

Um ampliação que podia igualmente entrelaçar-se, se bem que de forma mais esporádica, com certas cartas de venda e algumas públicas-formas (quadro 5). Como ponto de chegada desta aquisição de bens encontram-se os autos de posse.

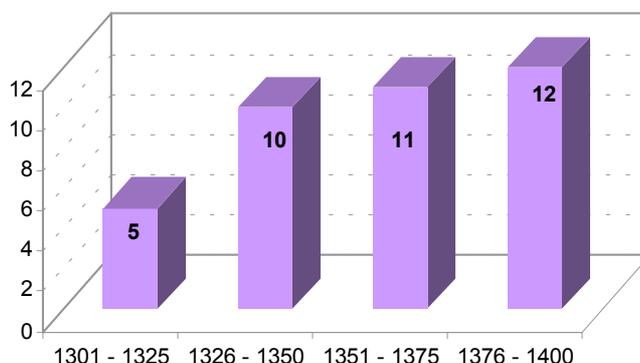


Gráfico 8 – Distribuição cronológica dos documentos relativos a doações e testamentos (Cabido do Porto, séc. XIV).

Assim, cerca de 32,45% do acervo documental que nutre o actual estudo está direccionado, em particular, para a ampliação do património, da riqueza e poder da instituição capitular, abraçando, de forma equitativa, as duas metades dos século XIV, embora se ofereça especial importância aos dois quartéis da centúria de Trezentos, por envolverem cerca de metade (48,83%) dos documentos em análise, tal como se aferiu no quadro 2 e gráfico 6. Não obstante, ao centrar-se a atenção no conjunto de documentos constituído por doações e testamentos, verifica-se que, à excepção do primeiro quartel do século, a sua distribuição é muito próxima e estável nos três quartéis seguintes (gráfico 8).

Foram, então, doadas, no decorrer do século XIV, ao Cabido, variadas propriedades, desde casas (muitas delas situadas na cidade do Porto)²⁶⁴, casais, quintas, herdades²⁶⁵ a fornos e foros²⁶⁶, fazendo com que a instituição capitular do Porto adquirisse variados tipos de riqueza, nomeadamente bens de raiz. Desta forma, o património eclesiástico ampliava-se, contornando as leis de desamortização que se encontravam em pleno vigor

²⁶⁴ Cf., no apêndice 6, os documentos números doze, catorze, vinte, vinte e um, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e oito e vinte e nove.

²⁶⁵ Cf., no apêndice 6, os documentos números treze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e vinte e dois.

²⁶⁶ Cf., por exemplo, no apêndice 6, os documentos números dez e vinte e sete.

e aproveitando o facto de a *administração administranda*²⁶⁷ do poder central permitir, "nomeadamente às ordens, a herança de bens fundiários desde que traduzidos em moeda"²⁶⁸. Na susodita documentação praticam-se, portanto, benesses, agraciando não os indivíduos ou instituições mais necessitados, mas sim o magnate Cabido da Igreja do Porto. Com que interesse?

Cair nas boas graças da Igreja do Porto, certamente. Afinal de contas, é importante não esquecer que a Igreja Católica assumia-se como a grande e única detentora do poder espiritual, do poder de salvar almas, tal como refere Florence Bayard²⁶⁹.

2.2.1.2. a) Ampliar somente, ou uma troca de favores?

Com efeito, buscava-se algo em troca. Não bens materiais, mas sim bens e serviços espirituais, que deveriam ser eternos e cuidar das almas. Com efeito, à excepção de algumas doações em que as condições não foram explícitas, embora possam estar subentendidas²⁷⁰, e independentemente das particularidades de cada um dos respectivos actos escritos, o Cabido ficava comprometido a fazer, todos os anos e para sempre, em conjugação ou de forma alternada, o aniversário das almas doadoras e de alguns dos familiares nomeados²⁷¹, rezando, cantando missas²⁷² em determinados dias e altares ou capelas, pedindo pela salvação das respectivas almas, a ir junto das sepulturas e rezar orações, com cruz, sírios, castiçais e água benta²⁷³, a manter um determinado altar iluminado durante a noite até à missa prima²⁷⁴, a reservar sepulturas em locais sagrados²⁷⁵ ou a colocar os corpos em jazigos como, por exemplo, no Claustro da Sé²⁷⁶.

²⁶⁷ Homem, 1990, 20-21.

²⁶⁸ Marques, 1984, 288.

²⁶⁹ Bayard, 1999, 120-121, 136-137, 167-168. Cf. também DuBruck, 1999, 21 e Wilde, 1999, 177. Cf., igualmente, Le Goff, 1999a, 787-788. Veja-se ainda o que é apresentado por Elisabeth Kübler-Ross, sobre o papel da religião na vivência da morte (Kübler-Ross, 2000, 125-142, 264).

²⁷⁰ Cf., por exemplo, no apêndice 6, os documentos números dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove. As cartas de doação aqui nomeadas estão entrosadas com a que corresponde ao número 15 que, por sua vez, define condições. Por outro lado, encontram-se as cartas de doação respeitantes aos números 6, 7, 8 e 9 que incidem sobre o Mosteiro de S. Pedro de Canedo, cujos padroado e direitos foram doados, não somente por D. Dinis e seus descendentes, mas também por Dona Maria Mendes viúva de Estêvão Coelho, cavaleiro e pelo filho destes – João Coelho, cavaleiro –, que renunciou e doou todos os seus direitos de herança sobre o referido Mosteiro. Assim, a doação do filho confirma e reforça a doação realizada pela mãe, garantindo à comunidade capitular que, mais tarde, o filho herdeiro não reclamará direitos. Estas doações parecem encontrar-se entrelaçadas com a do número 5 da referida colação (apêndice 6). Assim, embora, por vezes, as condições não sejam esclarecidas, elas existem, só que de uma forma implícita. O mesmo certamente terá acontecido com os número um e onze da referida colação de cartas de doação.

²⁷¹ Cf., por exemplo, no apêndice 13, o número dois.

²⁷² Cf., por exemplo, no apêndice 6, os números dois, três, treze, catorze, quinze, vinte, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis e vinte e nove; e, no apêndice 14, os números dois e três.

²⁷³ *Vid.*, por exemplo, no apêndice 6, os documentos números doze, vinte e um e vinte e três; e, no apêndice 14, os números quatro e cinco.

²⁷⁴ Cf., no apêndice 6, o número doze.

²⁷⁵ Cf., no apêndice 13, os documentos número um, três, cinco e seis e, no apêndice 6, o número cinco.

²⁷⁶ Cf., no apêndice 6, os documentos número cinco, treze, vinte e sete e, no apêndice 13, o número sete.

Por conseguinte, os referidos actos escritos também acarretam consigo uma vertente espiritual²⁷⁷, ao entremostrarem o recurso da instituição capitular à exploração de bens espirituais como instrumento de obtenção de riqueza. As cartas de doação e os testamentos e/ou cláusulas doam ou mandam doar ao Cabido²⁷⁸ uma determinada propriedade e/ou o respectivo foro em troca de mercês espirituais²⁷⁹ – censo *pro anima* –, procurando afiançar a purificação da alma após a morte²⁸⁰, em tempos tão austeros como os do século XIV²⁸¹, nomeadamente a partir do deflagrar da Peste por toda a Europa²⁸² e, subsequentemente, por todo o reino de Portugal.

Eles assumem-se então como verdadeiros termómetros da ansiedade vivida nestes tempos que, como é sabido, era accionada por variadíssimos fenómenos *virulentos*, como, por exemplo, a escassez de produtos e consequente miséria, epidemias, guerras, revoltas internas, insegurança, morte, discursos apocalípticos, medos, entre outros. Desconhece-se ainda como é que a cidade, enquanto espaço urbano, se comportou face aos *ventos* ceifadores de vidas humanas. Não obstante, os susoditos documentos, nomeadamente as cartas de doação e os testamentos ou cláusulas não deixam de evidenciar, em similitude ao apontado para Torres Vedras²⁸³ e Évora²⁸⁴, uma certa ansiedade e inquietude das almas, dos indivíduos enquanto tal. Uma inquietude que levou, no final da vida, a procurar a salvação da alma, negociando-a, de acordo com o que sublinha Armindo de Sousa, em relação à elite portuense, no século XV²⁸⁵.

Assim, as doações e os testamentos assumiram claramente uma dupla faceta. Por um lado, constituíram um meio do Cabido da Igreja do Porto adquirir bens, mesmo que eles se traduzissem em foros²⁸⁶. Por outro lado, eram uma forma de tranquilizar os espíritos

²⁷⁷ Coelho, 1996, 293-294, 296.

²⁷⁸ Em sintonia com o que é referido por António Cruz (Cruz, 1973, 56-57), alguns dos testamentos compulsados não deixaram também de beneficiar alguns indigentes. É o caso, por exemplo, do testamento de Gil Martins das Tendas (consultar CRI XIII).

²⁷⁹ Costa, 1961, 36-37, 49; Merêa, 1936; Ferreira, 1989, 108-110.

²⁸⁰ Uma prática que, aliás, vinha a ser encorajada pela Igreja desde o século XII, pois permitiria a diminuição das penas do indivíduo no purgatório. Cf.: Lorcin, 1993, 145-146; Pallares Mendéz, 1993a, 81; Florence Bayard (1999, 12, 136); Edelgard E. DuBruck, 1999, 3, 20-21; Le Goff, 1999a, 1071, 1163-1164; Lett, 2000, 227-228, 230-231; Le Goff, 2003, 160-161.

²⁸¹ Por exemplo, João Eanes de Teiso (sic), mercador, morador na dita cidade, na Rua Chã, e Senhorinha Lourenço, sua mulher, doam, um foro (12 maravedis) que recebiam de casas situadas na cidade do Porto em cada ano, por prazo de três *vidas*. O Cabido e o deão comprometem-se a reservar-lhes, na Clastra, duas sepulturas. Por seu lado, os ditos enfiteutas prometem tentar adquirir a outra metade das casas que pertenceram a Clara do Sal para, depois de suas mortes, ser dada ao Cabido de forma a que este também lhes faça aniversário pelas suas almas. Caso eles não consigam adquirir a referida metade das casas de Clara do Sal, o Cabido receberá a quantia de cinco maravedis, quando um deles morrer, e dez maravedis quando os dois já tiverem falecido. Cf., no apêndice 6, o número vinte e sete. Outras situações são vislumbreadas, como se verá adiante, com algumas cartas de emprazamento – apêndice 7, documentos número quatro e dez. *Vid* Coelho, 1990, I, 60-61, 64-68; 1990, II, 34-35; 1996, 180-181, 293-294, 296; Marques, 1987, 30-32, 72, 502-503, 514, 538; Martín Martín, 1996, 131-135.

²⁸² Vovelle, 1983, 89-99; Bayard, 1999, 14, 18.

²⁸³ Rodrigues, 1995, 376-377.

²⁸⁴ Beirante, 1995, 159.

²⁸⁵ Armindo de Sousa refere que, no século XV, os testamentos dos mais abastados da cidade do Porto constituíam, na realidade, um negócio: “Duma penada cuidavam sanar os erros de toda a *vida* e morriam em paz – a paz do negociante que sabe estar em condições de poder enfrentar incólume os fícais da fazenda divina.” (Sousa, 1983, 35-36, 39).

²⁸⁶ Cf. o que é apontado por Maria Helena da Cruz Coelho (1990, I, 61-63). A este respeito, é de notar que o mesmo foi já

em tempos tão inquietantes, pois precavam a salvação da alma ao mesmo tempo que acautelavam o futuro da família e do património, como refere Marie-Thérèse Lorcin²⁸⁷. Os espíritos mais abastados, entenda-se, já que, dos outros, as notícias são bem parcas. De facto, quem emerge é uma elite eclesiástica (chantre, cônego, abade)²⁸⁸ e uma *gente urbana*²⁸⁹ que, embora se conheça pouco sobre ela, certamente deteria algum poder económico (dinheiro, prédios).

2.2.1.2. b) Diferentes vertentes da ampliação de bens

Neste contexto, porque é que se inseriram aqui, no seio dos documentos relativos à ampliação de bens por parte do Cabido, cartas de venda?

Com efeito, compilaram-se igualmente aqui quinze actos de venda de bens imóveis (quadro 6), todos eles, à excepção de um, cuja data se mantém na incógnita, enquadrados nos limites temporais do século XIV (gráfico 9).

Muito mais presentes na primeira metade da centúria do que na segunda, as referidas cartas de venda incidem sobre casais, quintas, leiras e cortinhas, casas e pardieiro. Enquanto estes dois últimos tipos de propriedades se situam sempre na cidade do Porto, especificando-se quase sempre a sua localização através da referência a algumas ruas (rua da Bainharia²⁹⁰, rua das Eiras²⁹¹, rua Nova²⁹², rua da Sapataria²⁹³, rua do Souto²⁹⁴), as

evidenciado por Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, em relação a Torres Vedras, ao apontar a Igreja como a “principal beneficiária de doações e legados” (Rodrigues, 1995, 371-375).

²⁸⁷ Lorcin, 1993, 149-150. Cf., também: Fossier, 1981, 350-351; Coelho, 1990, I, 60-68; Duby, 1993, 227-228, 237-238; Guy Bois (2000, 122-125); Le Goff, 2003, 158-160.

²⁸⁸ Como por exemplo, Vicente Domingues, chantre da Sé do Porto ((1312-08-23; 1316-11-10) *L. S.*, LXXXII, fl. 120-135; *L. S.*, LXXIV, fl. 144-153v); D. Pedro Peres cônego ((1316-03-18) *L. O.*, XXVIII, fl. 6); Pedro Eanes, abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira do Bispado do Porto e cônego da Sé do Porto ((1337-03-8; 1337-05-15) *L. O.*, XX, fl. 28); Afonso Esteves, porteiro ((1389-03-24) *L. S.*, LXXXII, fl. 1-5); D. Martim abade ((1402-06-28) *L. S.*, LXXIX, fl. 70-78). Cf., no apêndice 13, os documentos número dois, três, quatro, cinco e, no apêndice 14, os documentos número dois e cinco. No seio destes documentos, é de salientar duas cartas de testamento (números 2 e 4 da colação dos testamentos) do mesmo indivíduo, Vicente Domingues, chantre da Sé do Porto, sendo uma lavrada aos 23 de Agosto de 1312 e a outra, três anos depois, aos 10 dias de Novembro de 1316. Duas cartas de testamento que não correspondem ao mesmo documento, atendendo a que, ainda que algumas cláusulas sejam as mesmas, as datas são diferentes e detectam-se algumas diferenças que consistem sobretudo numa redistribuição dos bens a oferecer, que se caracterizou por um alargamento do número de beneficiados, uma diminuição de algumas das quantias a dar e um acréscimo de outros bens, como, por exemplo, missais e uma cruz de prata. De referir ainda que os dois testamentos contemplam não somente o Cabido e os clérigos do Coro, mas igualmente os frades pregadores, as freiras de S. Nicolau, as confrarias da cidade do Porto, os gafos do Porto e de Gaia e de Alfena, seus familiares e abades de diferentes igrejas e conventos. Reservam também algum do dinheiro para acções beneméritas, como, por exemplo, indulgências, cruzadas, resgate de cativos e criação de meninos enjeitados. Com estes dois testamentos, são-nos oferecidas algumas pistas sobre o poder económico e preocupações do testador quando confrontado com a sua própria morte.

²⁸⁹ Pode-se citar, por exemplo, Paio Martins Carneiro (1301-10-28); Maria Afonso, mulher de João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros no Cimo de Vila (1387-11-02); Gil Martins das Tendas (1390-11-15); Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes (1392-12-01); Joana Vasques, mulher que foi de Afonso Martins Merceiro (1391-05-19); Senhorinha Eanes (desconhece-se a data) Domingos Peres das Eiras (1392-08-??). Cf., no apêndice 49 e no apêndice 13, os documentos número um, seis, sete, oito e, no apêndice 14, os documentos número um, três e quatro.

²⁹⁰ Casas situadas na Bainharia do Porto. Cf., no apêndice 9, os documentos números sete e oito.

restantes localizam-se fora da cidade, nos limites do termo do Porto²⁹⁵, e algumas chegam mesmo a situar-se fora deles, mas sempre no espaço da diocese do Porto²⁹⁶.

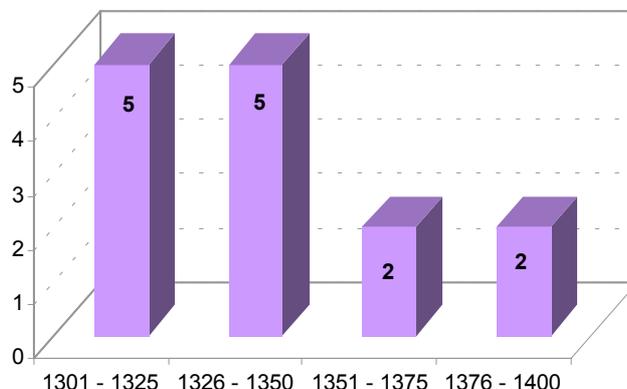


Gráfico 9 – Distribuição cronológica das cartas de venda associadas à ampliação de bens (Cabido do Porto, séc. XIV).

À partida, a designação desta documentação – cartas de venda – parece entremostrar situações em que o Cabido teria optado pela venda de propriedades, desfazendo-se de alguns dos seus bens, em vez de os ampliar.

Todavia, é exactamente o oposto o que se observa. Com efeito, os actos de venda aqui em análise não são atribuídos ao Cabido, mas sim a particulares²⁹⁷, que pessoalmente ou através de um procurador²⁹⁸ vendem bens imóveis, nomeadamente casais, quintas, leiras e cortinhas, casas e pardieiro. Vendem a quem? Ao Cabido? Não. Na realidade, constata-se que o acto da compra não é atribuído ao Cabido, mas sim, na maior parte dos casos, a particulares, ora vizinhos e/ou cidadãos da cidade do Porto, ora

²⁹¹ Casas de pedra situadas na rua das Eiras e casas situadas na Bainharia do Porto. Cf., no apêndice 9, por um lado, os números doze e catorze e, por outro lado, os documentos números sete e oito.

²⁹² Pardieiro na Rua Nova e direitos que tinha em outras casas junto a umas casas que eram do Cabido. Cf., no apêndice 9, o número um.

²⁹³ Casas situadas na rua da Sapataria. Cf., no apêndice 9, o número treze.

²⁹⁴ Um quarto de casas situado na rua do Souto da cidade do Porto. Cf., no apêndice 9, o número quatro.

²⁹⁵ Leira e cortinha situadas em Gaia, quatro casais situados em Oliveira junto a Avintes, a cabeça da quintã dos ditos casais, as adeganhas e portagens e condado do rio do Douro, herdades situadas na aldeia de Rio Meão. Cf., no apêndice 9, os documentos números três, cinco e dez.

²⁹⁶ Herdamento (quinta e casais) situado na paróquia de Valadares, terra de Santa Maria, diocese do Porto. Cf., no apêndice 9, o número dois.

²⁹⁷ À excepção da venda realizada por Frei Arias(?) Menores que, com a licença de seu guardião, vende a João de Freitas o pardieiro situado na Rua Nova e os direitos que tinha em outras casas junto a umas casas que eram do Cabido (*L. S.*, LXXIX, 44- 48). Cf., no apêndice 9, o número um.

²⁹⁸ Pode-se nomear a carta da infante Dona Beatriz, filha do rei D. Sancho, que manda a Estêvão Peres, seu porteiro, proceder à penhora e constrangimento e venda dos foros a que tem direito das suas vilas de Gaia e de Vila Nova. Cf., no apêndice 9, o número três.

vizinhos de Gaia. Apenas quatro cartas de venda apresentam elementos da Igreja do Porto a envolverem-se no papel de compradores²⁹⁹.

Qual seria então o interesse destas cartas de venda para o Cabido se, na maioria destes documentos, não desempenha parte activa, seja como vendedor, seja como comprador?

Não é fácil definir com clareza a natureza desse interesse, atendendo à precariedade dos esclarecimentos que estas cartas de venda oferecem. Todavia, admite-se que, com o escopo de emparcelar propriedades, o Cabido estivesse atento aos actos de compra ou venda de propriedades de forma a avaliar as diferentes possibilidades de escambos, como se aferirá mais adiante³⁰⁰. Pelo que seria prudente identificar e registar os novos possidentes das propriedades que poderiam interessar ao Cabido e que poderiam vir a constituir *objecto* de troca.

Para além deste interesse, vislumbra-se ainda um outro, de natureza diversa, que remete para a possibilidade de o Cabido beneficiar com os referidos actos de alienação. Muito raramente é dado a conhecer as motivações que activaram tais cartas de venda. No entanto, é interessante apurar que, sempre que tal é possível, associa-se a venda com a necessidade de se saldar dívidas ou com heranças e/ou testamentos. De facto, alguns dos vendedores assumem-se como testamenteiros, ainda que não seja oferecido qualquer outro esclarecimento que permita estabelecer uma conexão entre a venda e o cumprimento de um testamento ou cláusula de testamento. Apenas uma carta de venda refere explicitamente que o montante auferido da venda seria dado pelas almas dos testadores³⁰¹. Dado a quem? Possivelmente ao Cabido. Esta carta aponta a probabilidade de certas quantias de dinheiro, provenientes dos actos de venda³⁰², terem sido canalizadas para a Igreja do Porto, em troca, à partida, dos já enfocados favores espirituais³⁰³: cuidar das almas.

²⁹⁹ Pedro Eanes, cónego do Porto e abade do Mosteiro de Ferreira, raçoero do Cabido (1317-09-09); D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa (à sua pessoa e não como bispo de Lisboa) (1323-07-07); João Redondo, cónego da Sé do Porto ((1339-03-17); D. João Palmeiro, mestre-escola da cidade de Lisboa e cónego do Porto, com autorização régia (carta de D. Afonso), outorgando-lhe a compra de quartos de casas na cidade do Porto (1358-10-01). Cf., no apêndice 9, os números dois, seis, nove e doze. *Vid.* apêndice 49.

³⁰⁰ Cf. na alínea 2.2.1.3 Efectuar a gestão dos bens.

³⁰¹ Cf., no apêndice 9, o número quinze.

³⁰² Em particular, aquelas cartas de venda em que os vendedores se assumem também como testamenteiros.

³⁰³ À semelhança do que se observou em outros tipos de documentos: cartas de emprazamento, doações, testamentos.

2.2.1.2. c) O culminar de uma aquisição

Para finalizar, é de referir os autos de posse que, de acordo com o que se disse, constituem um ponto de chegada num processo de aquisição de prédios, como testemunham as cartas de doação que explicitamente se concretizam numa tomada de posse³⁰⁴. Ao todo coligiram-se vinte autos de posse. Representando cerca de um quarto da documentação em análise, eles constituem, na sua essência, escrituras que atestam e asseguram a tomada de posse, por parte do Cabido, de determinados prédios. De facto, em sintonia com a restante documentação, todos eles benfeitorizam aquela mesma instituição, à excepção de quatro, que se destinam não ao Cabido, mas a determinados indivíduos em particular³⁰⁵. Contudo, mesmo nestes casos, os interesses da referida instituição capitular não deixam de ser salvaguardados, pois, com os respectivos documentos, o Cabido mantém actualizada a identificação dos vizinhos das suas propriedades³⁰⁶ ou garante a recuperação e manutenção de determinadas propriedades que se encontravam distantes³⁰⁷.

O Cabido faz-se representar, nomeando para o efeito procuradores que são, regra geral, seus constituintes, dignidades eclesiásticas ou então cónegos³⁰⁸. Através dos seus procuradores, o Cabido e/ou os dignidades eclesiásticas recebem a posse de bens imóveis com os direitos/foros que lhes são apensos. Assim, as tomadas de posse constituem um claro testemunho da dilatação da riqueza imobiliária do Cabido, albergando herdamentos de terras, herdades, uma quinta, casais e casas. Um património cobiçado por muitos, uma vez que todos estes prédios se situam na cidade do Porto ou

³⁰⁴ Cf., no apêndice 6, os documentos número vinte e dois e vinte e oito.

³⁰⁵ Somente em quatro tomadas de posse o Cabido não é o sujeito beneficiário. *Vid.*, no apêndice 3, o número sete, nove e onze da colação dos autos de posse. Cf., igualmente, o apêndice 49.

³⁰⁶ Vicente Domingues do Souto, morador na cidade do Porto, recebe a posse de umas casas situadas na rua da Sapataria, da cidade do Porto, na sequência de uma compra que fez a Clara Eanes, representada pelo seu procurador. As referidas casas situavam-se na rua da Sapataria, na cidade do Porto, e partiam, de uma parte, com casas do Cabido e, da outra parte, com um pardieiro de Lourenço Domingues das Eiras e por diante com a rua Pública ((1368-05-28). Cf., no apêndice 3, o número onze. *Vid.* o apêndice 49.

³⁰⁷ Aos 9 dias do mês de Abril de 1339, Fernão Domingues do Rego, clérigo raçoeiro da Sé do Porto, como procurador do Cabido, deu posse a João Esteves, clérigo raçoeiro da Igreja de S. Lourenço de Santarém, da quinta de pertencente ao Cabido do Porto e situada no termo de Santarém. Atendendo a que é referido que as casas da referida quinta estavam em mau estado, presume-se que, deste modo, o Cabido garantia a sua recuperação, continuando a dita propriedade na posse de alguém eclesiástico dependente do Cabido do Porto. Cf., no apêndice 3, o número sete. *Vid.* o apêndice 49.

³⁰⁸ João Galdes e Estêvão Domingues, cónego do Porto (1307-09-28); o deão por meio do seu procurador João Esteves (1321-12-09); D. Rodrigues Eanes, deão do Porto, e João Redondo e Martim Esteves, cónegos da cidade do Porto (1328-03-03); o abade de Ferreira (1332-01-26); João do Couto procurador do deão e Cabido (1335-02-23); Martim Esteves, cónego (1340-03-20); Rui Vasques, cónego (1370-08-02); João Amado, cónego na Igreja do Porto (1386-06-30); D. João Martins, mestre-escola da Sé do Porto (1389-04-03; 1397-04-04; 1405-07-21); Pedro Eanes, cónego da cidade do Porto (1403-04-01); João de Santa Maria, cónego ((1425-01-09). Cf., no apêndice 3, os documentos números um, dois, três, cinco, seis, oito, doze, treze, catorze, dezoito e vinte. *Vid.* o apêndice 49.

no seu termo, à excepção do Mosteiro de Canedo, localizado um pouco mais distante. As casas adquiridas, essas, situam-se todas na cidade do Porto: rua Chã, rua das Eiras, rua da Lada, rua da Sapataria, rua da Bainharia e lugar de S. Nicolau.

Ao considerar-se a distribuição temporal dos autos de posse, conclui-se facilmente que, ao longo da centúria de Trezentos, as aquisições de prédios por parte do Cabido da Igreja do Porto não pararam, distribuindo-se de forma relativamente equitativa (gráfico 10), um pouco à semelhança, aliás, do conjunto de doações e testamentos.

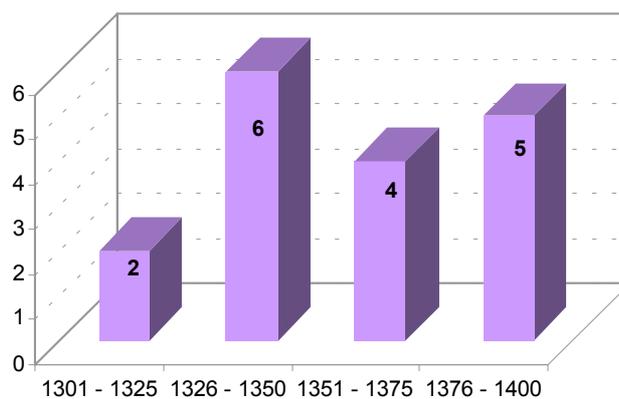


Gráfico 10 – Distribuição cronológica dos autos de posse (Cabido do Porto, séc. XIV).

De facto, tanto a primeira como a segunda metade da centúria de Trezentos reúne um número muito próximo de tomadas de posse. Quer isto dizer que a capacidade de aquisição de bens de raiz se manteve idêntica durante, pelo menos, os três últimos quartéis do século? De facto, não oferece dúvidas que o Cabido continuou a adquirir bens imóveis. Fruto, não de actos de compra, claramente interditados, mas sobretudo de donativos³⁰⁹, que benfeitorizam o Cabido da Sé do Porto³¹⁰, em troca, como já se referiu de certos serviços, as tão inócuas mercês espirituais, baluartes da salvação eterna da alma, fazendo com que a conjuntura se mostre favorável à Igreja do Porto, ao permitir-lhe a obtenção e ampliação do seu poder económico e financeiro, precisamente numa época em que o poder central procurava coarctar o engrandecimento da elite eclesiástica.

³⁰⁹ À excepção de um auto de posse que resulta de uma situação de escambo. Cf., no apêndice 3, o número dezassete e, no apêndice 8, o número dez.

³¹⁰ Várias situações podem ser patenteadas. Cf., por exemplo, no apêndice 6, os documentos números quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove e, no apêndice 3, os documentos treze, quinze, dezasseis, dezanove e vinte.

Contudo, não se fique com a ideia de que as doações e testamentos eram os únicos vectores a engendrar as tomadas de posse. Efectivamente, as cartas de sentença e/ou mandados de cumprimento de sentença³¹¹ não se escusaram a legitimar actos de posse por parte da instituição capitular. Por outro lado, encontra-se também um auto de posse associado a uma carta de escambo. Por fim, convém não esquecer os actos de posse do Cabido cuja motivação não é claramente decifrável, limitando-se apenas a relatar a tomada de posse³¹². Estes documentos poderiam certamente ser entrosados com actos donativos. A ausência de informação, impede contudo de o afirmar categoricamente. É o caso, por exemplo, da tomada de posse material e espiritual do Mosteiro de S. Pedro de Canedo que, embora não seja esclarecida, está seguramente relacionada com uma doação de D. Dinis³¹³.

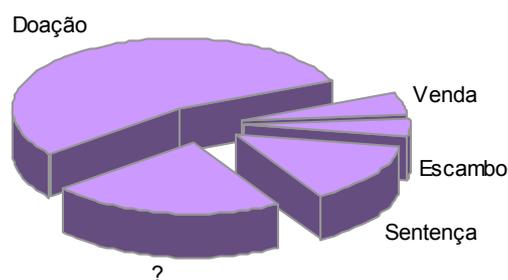


Gráfico 11 – As motivações dos autos de posse
(Cabido do Porto, séc. XIV).

Daqui se depreende que os autos de posse podem ser interpretados como a vertente prática de outro tipo de actos – as doações, os testamentos e/ou cláusulas, as sentenças e mandados de cumprimento de sentença e os escambos – favorecendo e abrindo caminho para a gestão dos respectivos bens.

³¹¹ Cf., no apêndice 3, os documentos número um, doze e dezoito.

³¹² É o caso das situações evidenciadas, no apêndice 3, os documentos número quatro, cinco e sete.

³¹³ Cf., no apêndice 6, os documentos número dois, cinco, seis, sete e oito.

2.2.1.3 Efectuar a gestão dos bens

Por fim, na documentação é apresentado ainda um Cabido entregue à lides da gestão. De facto, além de salvaguardar o património, era, igualmente, conveniente torná-lo rentável, cuidar dele, tomar medidas que facilitassem a sua administração e garantissem a sua rentabilização e valorização. Como?

As cartas de locação³¹⁴ e de escambo³¹⁵ compiladas são, na realidade, os actos escritos que mais se evidenciam em relação ao empenho do Cabido da Igreja do Porto. Predominam essencialmente as primeiras, representando cerca de 80% da documentação entrosada com a gestão de bens (quadro 6).

Quadro 6
Os diferentes documentos consultados³¹⁶ relativos à gestão de património
(Cabido do Porto, 1301-1406).

| Objectivo | Documentos | Total | % |
|-----------|-----------------------------------|-------|-------|
| Gerir | Cartas de locação | 39 | 70,91 |
| | Cartas de escambo | 11 | 20,00 |
| | Cartas de partição ³¹⁷ | 4 | 7,27 |
| | Públicas-formas ³¹⁸ | 1 | 1,82 |
| | Total | 55 | 100 |

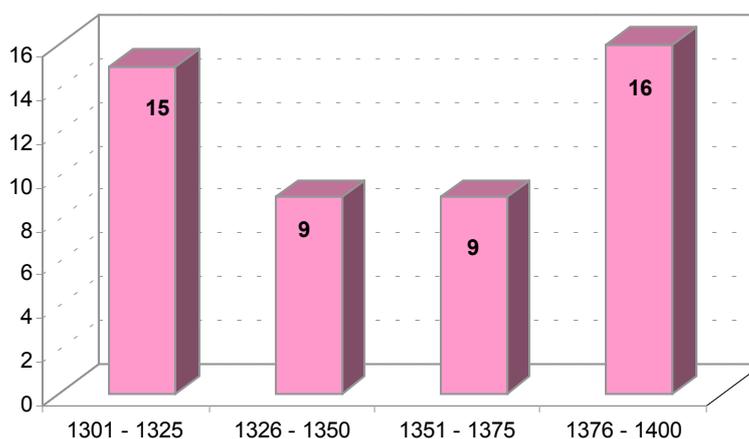


Gráfico 12 – Distribuição cronológica dos documentos relativos à gestão de património (Cabido do Porto, séc. XIV).

³¹⁴ Cf. apêndice 7.

³¹⁵ Cf. apêndice 8.

³¹⁶ Cf. apêndice 1.

³¹⁷ Cf. apêndice 15.

³¹⁸ Cf. apêndice 15.

Efectivamente, enquadrados, na sua maioria, entre 1301 e 1400 (gráfico 12), esta documentação, nomeadamente as cartas de locação, constitui um dos testemunhos mais evidentes de uma actuação real e concreta no sentido da organização e exploração de bens materiais, na medida em que consiste num meio do Cabido garantir uma parte dos seus rendimentos e a manutenção dos seus prédios urbanos e rurais, em particular casas, leiras e pardieiros, sítos no Porto, e casais, quintas, *herdamentos*, localizados dentro e fora do termo da cidade.

2.2.1.3 a) Através de escambos

Por vezes, a referida gestão vislumbrava-se mais eficaz e fácil ao proceder-se ao emparcelamento³¹⁹ ou aproximação de certas propriedades³²⁰, adquirindo novos prédios em troca de outros que o Cabido possuía. É o que testemunham as cartas de escambo.

De facto, as cartas de escambo mostram a comunidade capitular a efectuar trocas de alguns prédios com uma outra parte que, por sua vez, ora se identifica com uma instituição eclesiástica³²¹, ora corresponde a indivíduos não pertencentes à Igreja, sendo estes cidadãos do Porto ou vizinhos de Gaia³²². Um dos escambos realiza-se ainda entre o Cabido e o bispo da Igreja do Porto, incidindo sobre dinheiros e direitos³²³. Assim, uma das partes envolvidas é sempre o Cabido, tendo-se o cuidado de identificar alguns dos seus elementos, nomeadamente as dignidades (chantre, deão, mestre-escola, tesoureiro)³²⁴. Observam-se, porém, alguns casos em que não é o Cabido, mas sim alguém que pertence a esta instituição ou às suas relações³²⁵. Na realidade, de forma isolada, as cartas de escambo adquirem pouco sentido, dado que as suas motivações não

³¹⁹ Cf., no apêndice 8, os números um, dez e 11.

³²⁰ Cf., por exemplo, no apêndice 8, os números dois, três, cinco, seis, sete, oito. Nestes escambos o Cabido troca certas propriedades por casas situadas no burgo portuense. Apenas num escambo se verifica o contrário, na medida em que se trata de uma troca já referida na qual o Cabido troca um portal e casas situadas na cidade do Porto, recebendo em troca um casal situado na freguesia de Avintes, terra de Vila Nova de Gaia. É interessante verificar que esta carta de escambo é a que identifica um maior número de elementos do Cabido, Dignidades e cônegos (apêndice 8, número nove).

³²¹ Cf., no apêndice 8, números dois, quatro e dez.

³²² Afonso Eanes, cidadão do Porto (1300-12-22); Domingos Geraldês, com outorgamento de sua mulher, Joana Peres, cidadãos do Porto (1307-08-19); Martim Soares, vizinho e morador na vila de Gaia (1337-03-03); Vicente Eanes (1347-03-20), João Afonso e Maria Eanes, sua mulher ((1364-07-04); Gonçalo de Sá, filho de João Rodrigues de Sá, em seu nome e de sua mulher, Inês Vasques (que no mesmo dia foi notificada e outorgou o escambo) (1431-08-31). Cf., no apêndice 8, os números um, três, cinco, sete, oito e onze. *Vid.*, igualmente, o apêndice 49.

³²³ *Vid.* apêndice 8, número nove.

³²⁴ Gonçalo Pereira, deão, e o Cabido do Porto (1300-12-22); D. Vicente Domingues, chantre, Luís Vasques, cônego, D. Gonçalo Pereira, deão, e Cabido do Porto ((1305-01-29); Cabido (1307-08-19; 1343-05-15); Domingues Eanes, deão, e o Cabido da Igreja do Porto (1337-03-03); Gonçalo Pereira, deão, Vicente D. chantre e o Cabido (1364-07-04); D. Afonso Martins, deão; D. João Afonso, chantre, D. João Martins, Mestre-escola, Afonso Eanes, tesoureiro e os cônegos Diogo Henriques e André Geraldês, Martim Esteves, Lourenço Eanes, Pedro Sanches e Pedro Eanes e Vasco Peres, cônegos da Sé do Porto (1398-05-08). Cf. no apêndice 8.

³²⁵ É o caso de Martim Domingues, raçoeiro da Sé (1333-01-23).

são explícitas, mas quando acompanhados por outro tipo de cartas, como por exemplo as de locação, acabam por ganhar outro alcance.

2.2.1.3 b) Através de contratos de locação

Observa-se que esta documentação abunda mais na segunda metade do século do que na primeira, dado que cerca de 63% destes actos escritos situam-se na segunda metade da centúria de Trezentos, *máxime* ao último quartel. Apenas dois (quadro 7)³²⁶ destes contratos de locação assumem a forma de perpétuo – aforamento -, não se detectando a presença de contratos de arrendamento por um certo número de anos. De facto, a maioria dos contratos de locação compulsados são definidos em vidas³²⁷ – emprazamentos -, concedendo-se ao destinatário(s) o usufruto de propriedades durante um período de tempo limitado que geralmente correspondia a três vidas (marido, mulher e filho(a) ou outra pessoa a nomear)³²⁸ ou, mais raramente, a duas (marido e mulher).

Quadro 7
Duração dos contratos de locação (Cabido do Porto, 1301-1406).

| Duração | Vidas Separadas | % | Casal | % | Casal + Filho ou pessoa a nomear (a) ³²⁹ | % | Duplo casal | % | Total global | % |
|--------------|------------------|-------|------------------|-----|---|-----|------------------|-----|-------------------|-------|
| 1 vida | 4 ³³⁰ | 44,44 | | | | | | | 4 | 10,81 |
| 2 vidas | | | 2 ³³¹ | 50 | | | | | 2 | 5,41 |
| 3 vidas | 5 ³³² | 55,56 | | | 22 ³³³ | 100 | | | 27 | 72,97 |
| Perpétuo | | | 2 ³³⁴ | 50 | | | 2 ³³⁵ | 100 | 4 | 10,81 |
| Total global | 9 | 100 | 4 | 100 | 22 | 100 | 2 | 100 | 37 ³³⁶ | 100 |

³²⁶ Consultar a este respeito Maria Helena da Cruz Coelho (1989, 296-304).

³²⁷ Consulte-se, a este respeito, Sousa de Lobão, 1814, 77-90; Teles, 1851, 1-4; Merêa, 1943; 1948; Costa, 1957, 25-27; Godinho, 1978, 00; Sousa, 1981, 101-103; Coelho, 1989, 295-297; Ferreira, 1989, 98-105; 1997, III, 759-760; Amaral, 1994, 72.

³²⁸ Um hábito, aliás, enraizado nas práticas contratuais do reino, como sublinham, por exemplo, Armindo de Sousa (1981, 101), Maria Helena da Cruz Coelho (1989, 291-304); Maria da Conceição Falcão Ferreira (1989, 101; 1997, III, 759-760); Iria Gonçalves (1989, 191-195) e Ana Maria Rodrigues (1995, 429-431).

³²⁹ A nomear numa fase posterior.

³³⁰ D. Gonçalo Martins, mestre-escola, em sua *vida*; Lourenço Gonçalves, sobrejuiz do rei na cidade de Coimbra; Lourenço Miguel, abade da Igreja de S. Cosmade [Cosme] da terra de Gondomar; Afonso Gonçalves, morador na freguesia de Santo André de Canidelo, julgado de Gaia, do Bispado do Porto. Cf., no apêndice 7, respectivamente, os documentos número doze, dezanove, vinte e quatro e trinta e seis.

³³¹ Cf., no apêndice 7, respectivamente, os documentos número dezassete e vinte e cinco da locação das cartas de emprazamento.

³³² Cf., no apêndice 7, os documentos número um, trinta, trinta e um, trinta e dois, trinta e oito da locação das cartas de emprazamento.

³³³ Cf., no apêndice 7, os documentos números dois, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezoito, vinte, vinte e dois, vinte e seis, vinte e sete, trinta e três, trinta e quatro, trinta e cinco, trinta e sete e trinta e nove.

³³⁴ Cf., no apêndice 7, os documentos números três e onze.

³³⁵ Cf., no apêndice 7, os documentos números vinte e três e vinte e oito.

³³⁶ De referir que só se contabilizam aqui 37 cartas de emprazamento, e não 39, porque duas cartas de emprazamento correspondem, na realidade, a uma simples nomeação da terceira pessoa de um prazo efectuado anteriormente. Cf., no apêndice 7, os documentos número vinte e um e vinte e nove.

Neste contexto, imbricam-se ainda dois documentos que, não constituindo verdadeiros emprazamentos, têm, no entanto, o objectivo de oferecer continuidade a um contrato, nomeando a terceira pessoa³³⁷. Sendo a duração, na maioria dos contratos, de três vidas, compreende-se que, por vezes, os contratos de emprazamento acabassem por deixar em aberto quem seria o seu terceiro titular, pois certamente dependeria muito das condicionantes que a vida lhes ofereceria, como por exemplo, o número de filhos, as relações familiares, umas mais próximas do que outras, o percurso vivencial de cada filho ou filha, entre outras³³⁸. Compreende-se então que, *a posteriori*, se nomeassem os terceiros titulares do prazo, podendo coincidir esta nomeação com os tempos seguintes à morte do primeiro titular. A nomeação é efectuada pelo titular sobrevivente, tendo-se sempre o cuidado de descrever, ainda que de forma abreviada, o teor da carta de emprazamento a que se refere. Deste modo, oferecia-se continuidade às ditas cartas de locação, cortejando as suas cláusulas.

- Os outorgantes

A generalidade das situações de emprazamento são concretizadas no Cabido da Igreja do Porto³³⁹, reunido, como de costume³⁴⁰, por som de campa tangida³⁴¹, e as referências aos outorgantes incorrem, naturalmente, na instituição capitular que, por vezes, é acompanhada por um ou mais dignidades: deão e/ou chantre e/ou mestre-escola (quadro 7). Encontram-se dois contratos em que o outorgante é um cônego que parece intervir como testamenteiro³⁴² e três em que quem concede o prazo é um particular³⁴³. Nestes últimos contratos em que não é o Cabido o outorgante, constata-se que a referência ao local de feitura pode ser vaga, localizando-a no Porto sem mais informações, ou então nomeia-se uma rua ou a residência do outorgante³⁴⁴.

³³⁷ Cf., no apêndice 7, os documentos número vinte e um e vinte e nove.

³³⁸ Cf., no apêndice 7, os documentos número vinte e um e vinte e nove.

³³⁹ Como se pode apurar no apêndice 7, mais de três quartos das cartas e emprazamento são elaboradas no Cabido da Igreja do Porto, especificando-se, por vezes, que se encontram no Cabido Velho ou no Cabido Novo.

³⁴⁰ O mesmo é apontado, por exemplo, por Armindo de Sousa, em relação ao Mosteiro de Santo Tirso (1981, 102) e Maria da Conceição Falcão Ferreira, em relação ao Cabido de Guimarães (1989, 100).

³⁴¹ Com excepção dos períodos em que a cidade era privada dos benefícios espirituais e temporais da Igreja. De destaque o período que envolve os anos situados entre 1353 e 1405 (Freitas, 1962-1965, 257-297).

³⁴² Diogo Henriques, cônego do Porto, como testamenteiro de Pedro Rodrigues, escudeiro, já finado (1400-05-09), e Domingos Eanes, cônego da Igreja do Porto, [testamenteiro (?) de Martim Soares] (1376-08-23). Relativamente a este último é de referir que o documento se encontra deteriorado, desconhecendo-se, assim, parte do seu conteúdo. Comparando-se os dois documentos, admite-se que existe a possibilidade deste cônego actuar também como testamenteiro de Martim Soares, mas é uma possibilidade que não é passível de confirmação (*L. O. XXIII*, fl. 27). Cf., no apêndice 7, os documentos número trinta e cinco e vinte e dois.

³⁴³ Cf., por exemplo, no apêndice 7, os números vinte e oito, onze e dezassete.

³⁴⁴ Cf., no apêndice 7, os documentos números dezassete, vinte e dois e vinte e oito.

Quadro 8
Os outorgantes das cartas de locação consultadas (Cabido da Igreja do Porto)³⁴⁵.

| Outorgantes | Total global | % |
|--|--------------|-------|
| Cabido | 17 | 43,59 |
| Chantre | 2 | 5,13 |
| Deão, chantre e Cabido | 2 | 5,13 |
| Deão e Cabido | 4 | 10,26 |
| Particulares | 3 | 7,69 |
| Chantre e Cabido | 6 | 15,38 |
| Cónego | 2 | 5,13 |
| Deão, chantre, mestre-escola e Cabido (com a autorização do bispo) | 1 | 2,56 |
| Mestre-escola e Cabido | 2 | 5,13 |
| Total global | 39 | 100 |

- Os destinatários

No que diz respeito aos destinatários do prazo, os contratos oferecem poucas informações sobre estes indivíduos, mantendo uma certa incógnita sobre a residência e/ou estatuto destes indivíduos. Obviamente que a identificação do *objecto* do contrato poderá constituir uma pista, mas não muito fiável, pois o empraçamento não implica de imediato residência no respectivo objecto. Realmente, detectam-se casos em que as pessoas recebem o prazo de uma propriedade onde moram, mas também se verifica a situação contrária, encontrando-se prazos respeitantes a prédios que não estão associados à residência dos seus destinatários³⁴⁶. É possível, no entanto, verificar que, das situações de locação em que se registam informações sobre a localização dos indivíduos que se obrigam aos contratos, verifica-se que oito são associados à cidade do Porto³⁴⁷, merecendo a identificação de dois deles um maior enriquecimento ao permitir concluir que um deles era vinhateiro e o outro tendeiro. Em função do *objecto* referido na carta de empraçamento, outros indivíduos se poderiam nomear como estando associados à cidade do Porto³⁴⁸.

³⁴⁵ Cf. o apêndice 7.

³⁴⁶ A tarefa de identificar e localizar com rigor estes indivíduos nem sempre é fácil e somente a leitura transversal de todos os tipos de documentos, apoiada na análise prosopográfica subsequente poderá oferecer maiores esclarecimentos.

³⁴⁷ Podem ser apontados os seguintes indivíduos: Afonso Migueis, vinhateiro, morador na cidade do Porto, e a Maria Lourenço, sua mulher; Pedro Martins de Valongo, trapeiro e a sua mulher Sancha Peres, vizinhos da cidade do Porto; Francisco Eanes, mercador e Maria Eanes, sua mulher, vizinhos da cidade do Porto, moradores na Ribeira; João Esteves, morador na Rua da Bainharia, e Clara Martins, sua mulher; João Afonso, morador na cidade do Porto, e a Guiomar Gonçalves, sua esposa; Miguel Peres, dito Perro, e a sua mulher, Inês Martins, cidadãos da cidade do Porto. Cf., no apêndice 7, os documentos número vinte e oito, sete, onze, vinte e sete, vinte e cinco e dez. *Vid.* apêndice 49.

³⁴⁸ É o caso, por exemplo, de Bartolomeu Domingues, carniceiro e a sua mulher Margarida, durante as suas *vidas* que, aos 21 dias de

Os restantes emprazam prédios que, como se verificará posteriormente, não se localizam na cidade propriamente dita, mas sim no seu termo ou mesmo fora dele. De facto, referenciando a residência, a identificação de alguns destinatários remete-nos para Gaia, Santa Maria de Campanhã, Valongo, Viseu e Santarém. Alguns contratos permitem ainda verificar que alguns dos indivíduos que recebem o prazo são eclesiásticos (mestre-escola, cônego, abade) e um deles tem uma relação de dependência com um cônego³⁴⁹. Os restantes são todos laicos, considerando que constituem, frequentemente e à semelhança de outras regiões do país³⁵⁰, um agregado familiar: marido e mulher.

- **O objecto emprazado**

No que diz respeito aos bens emprazados (gráfico 13), desperta algum interesse o facto de as propriedades (casas e pardieiros) situadas na cidade do Porto merecerem, na generalidade³⁵¹, uma descrição mais minuciosa, recorrendo, frequentemente a confrontações de vizinhança com outras casas e/ou ruas/praças³⁵², o que poderá permitir algumas reconstituições, embora estreitas, das relações de vizinhança. Tendo-se como referência os limites da cidade e termo que definem o perfil do Porto medieval, nos finais da Idade Média³⁵³, observa-se que mais de metade das referidas cartas de locação dizem respeito a prédios que se enquadram dentro dos referidos limites. Do total dos trinta e nove documentos³⁵⁴, onze (28,20%) incidem sobre propriedades (casas e pardieiros) situadas no interior da cidade³⁵⁵ (gráfico 13), nos espaços ditos mais

Março de 1357, recebem prazo de umas casas situadas em Cimo de Vila, na cidade do Porto. Cf., no apêndice 7, os documentos número três, quatro, quinze, dezassete, vinte e três, trinta e cinco e trinta e oito.

³⁴⁹ Por exemplo, Álvaro Dias, criado de Diogo Henriques cônego na dita Igreja, que empraza, em pessoa de Martim Esteves, no dia 25 de Julho de 1404, umas casas de pedra em que morou Joana Domingues com seu exido situados ao fundo da Rua Escura – cidade do Porto. Cf., no apêndice 7, o número trinta e oito.

³⁵⁰ Em consonância com os contratos de locação de outras regiões do país (Coelho, 1989, 293-294; Gonçalves, 1989, 194-195. Amaral, 1994, 84-86; Melo, 1995; Ferreira, 1997, III, 759-760).

³⁵¹ Apenas a localização de uma propriedade emprazada suscita algumas dúvidas (pardieiro dado pelo bispo D. Sancho), embora pareça situar-se na cidade do Porto, nas proximidades da rua Pública. De facto a referida carta de emprazamento apoia-se apenas em confrontações com outras propriedades associadas a certos indivíduos. Cf., no apêndice 7, o número três.

³⁵² Ex: "[...] o qual herdamento a par das casas de João de Freitas e de sua mulher Maria Martins de uma parte e da outra parte com as casas que foram de Elvira Bicos nas quais ora moram Martim Silvestre rasoeiro do Porto e sa sobrinha Margarida Silvestre [...]" (L. S., LXXVI, fl. 39-51v; LXXV, fl. 178-183).

³⁵³ Concluído com o alargamento efectivo do seu alfoz nos reinados de D. João I e de D. Duarte. D. João I confirmou todas as concessões de D. Fernando e concede Gaia (1384/04/12) e Vila Nova (1384/04/13) e também Azurara e Pindelo (1384/04/12), pertencentes à terra da Maia, que serão confirmadas em 1386. No reinado de D. Duarte (1437) assiste-se à "autonomia da cidade face aos bispos" e à integração de Gaia e Vila Nova na corregedoria comarcã de Entre Douro e Minho em com do Porto. (Sousa, 1995, 143-148, 172).

³⁵⁴ Cf. apêndice 7.

³⁵⁵ Amaral, 1985, 15; Sousa, 1995, 143-147; Basto, 1962-1965, 116-158.

fervilhantes: rua de Cimo de Vila³⁵⁶, rua do Redemoinho³⁵⁷, rua Escura³⁵⁸, rua do Souto³⁵⁹, rua dos Mercadores³⁶⁰, rua da Lada³⁶¹, praça da Ribeira³⁶², rua Pública³⁶³, rua Nova³⁶⁴, S. Nicolau³⁶⁵.

Por sua vez, os empraçamentos de propriedades situadas no termo do Porto (gráfico 13) nomeiam Miragaia³⁶⁶, Monchique³⁶⁷ e as freguesias de Santa Marinha de Vila Nova³⁶⁸, de Gaia³⁶⁹ (Outeiro), Santa Maria de Campanhã³⁷⁰, Igreja do Paraíso (Vilar de Dona Ema)³⁷¹, Melres³⁷², Crestuma³⁷³, Golpilhares-Francelos³⁷⁴. Os restantes actos escritos incidem sobre propriedades que se localizam fora do termo, umas mais próximas (Valongo³⁷⁵, Arcozelo³⁷⁶, Canedo³⁷⁷, Sto. André de Sever), outras mais distantes, como Viseu (S. Pedro do Sul – Negrelos³⁷⁸, Outeiro – Santiago de Carvalhais³⁷⁹, Santa Maria da Várzea³⁸⁰, Santa Maria de Ventosa³⁸¹), Coimbra³⁸² e Santarém³⁸³.

Nesta sequência, o núcleo de cartas de locação que aqui se vislumbra parece contrastar com o propósito deste estudo, atendendo a que abarca documentos que remetem não somente para a cidade do Porto em *stricto sensu*, mas também para o seu termo e regiões mais afastadas (gráfico 13).

³⁵⁶ L. S., LXXVI, fl. 39-51v. As notícias desta rua remontam a 1247 (Basto, 1962-1965, 140).

³⁵⁷ L. S., LXXVI, fl. 125-128v. Artur de Magalhães Basto refere que esta rua chamou-se depois dos cônegos, rua de Trás da Sé e da Catedral. Em 1940, passou a designar-se de rua de D. Hugo. (Basto, 1962-1965, 147).

³⁵⁸ L. S., LXXXVIII, fl. 27-32. (Basto, 1962-1965, 142).

³⁵⁹ L. S., LXXXVIII, fl. 152-160; L. O., XXIV, fl. 4. É, segundo Artur de Magalhães Basto, uma das ruas mais antigas, recolhendo-se notícias dela em 1295 (Basto, 1962-1965, 138, 143).

³⁶⁰ L. O., XXII, fl. 4.

³⁶¹ L. O., XXIX, fl. 53. Rua antiga que, embora anterior a ele, acompanhava o muro da cidade a partir da praça da Ribeira (Basto, 1962-1965, 131; Amaral, 1985, 15).

³⁶² L. S., LXXXVIII, fl. 126-130v.

³⁶³ L. O., VIII, fl. 32, L. S., LXXVI, fl. 39-51v. (Basto, 1962-1965, 128).

³⁶⁴ A “jóia da cidade”, no século XV (Sousa, 1995, 145-147; Amaral, 1985, 15; Basto, 1962-1965, 131).

³⁶⁵ L. S., LXXIX, fl. 203-216.

³⁶⁶ L. S., LXXXVIII, fl. 1-5. Miragaia não resistiu ao crescimento da cidade do Porto que, nos inícios do século XIV (1324), já tinha definitivamente anexado o concelho de Miragaia até Monchique. (Sousa, 1995, 166-167).

³⁶⁷ L. S., LXXIX, fl. 166-174.

³⁶⁸ L. S., XCVIII, fl. 195-201.

³⁶⁹ L. S., XCVI, fl. 183-188.

³⁷⁰ L. S., LXXIII, fl. 14-18; 75-79v; L. O., XXIX, fl. 12.

³⁷¹ L. S., XCVI, fl. 189-197.

³⁷² L. S., LXXXI, fl. 95-100. Melres passou a integrar o concelho do Porto, em conjunto com Massarelos, Bouças, Maia, Gondomar, Refojos do Ave, Aguiar de Sousa e Penafiel, no reinado de D. Fernando, em 1369 (Sousa, 1995, 167).

³⁷³ L. S., XCVI, fl. 49-54.

³⁷⁴ L. O. XXIII, fl. 27; L. S., XCVI, fl. 152-157.

³⁷⁵ L. S., XC, fl. 148-154; 161-166v.

³⁷⁶ L. S., XCVI, fl. 37-42.

³⁷⁷ L. O., XXIII, fl. 34.

³⁷⁸ L. S., LXXXI, fl. 156-162; 176-179; 215-219v.

³⁷⁹ L. S., LXXXVI, fl. 54-59.

³⁸⁰ L. S., LXXXI, fl. 109-113.

³⁸¹ L. S., LXXXVI, fl. 148v-156v.

³⁸² L. S., LXXXVI, fl. 161-168.

³⁸³ L. O., XIX, fl. 24.

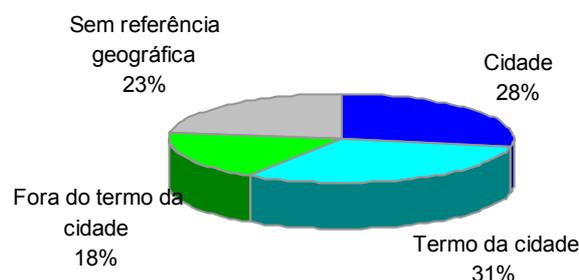


Gráfico 13 – A localização dos *objectos* dos contratos de locação (1301-1406).

Tendo em conta então os destinatários e os prédios emprazados, assume-se pertinente a indagação se este estudo não deveria contemplar apenas os prazos de prédios situados na cidade e concedidos a portuenses. Considerou-se que não, na medida em que é importante não esquecer, por um lado, que este estudo incide sobre as gentes da cidade do Porto e não sobre as propriedades, conquanto estas possam oferecer algumas pistas sobre os indivíduos a que estão associadas, enriquecendo a sua identificação, o seu enquadramento social: poder económico, estatuto, relações familiares (ex: hereditariedade, sucessão) e comunitárias (ex: relações de vizinhança). Por outro lado, alguns habitantes do Porto teriam interesses dentro e/ou fora do termo da cidade³⁸⁴, ou não fosse o Porto uma cidade mercantil por excelência. É muito provável que alguns indivíduos tecessem uma teia de interesses que extravasasse o burgo e se sustentasse de laços familiares e económicos³⁸⁵.

Por conseguinte, optou-se, nesta análise, por contemplar todos os referidos documentos. Somente após a subsequente análise prosopográfica e consequente identificação dos indivíduos é que se poderá proceder a uma distinção entre os que são entrosados com a cidade do Porto e aqueles cujas coordenadas geográficas remetem para fora da cidade.

³⁸⁴ Cf. Gonçalves, 1996, 233.

³⁸⁵ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte alertam para as alterações de residência que se observavam no Porto Quatrocentista e, subsequentemente, para a mobilidade regional entre a cidade do Porto e as povoações vizinhas (Amaral, 1985, 35-39; Marques, 1987, 186; Coelho, 1996, 174-175, 287-288, 509, 515; Gonçalves, 1996, 145-152).

- **As condições estipuladas**

Em troca do usufruto de uma propriedade, à semelhança de outros contratos enfitêuticos³⁸⁶, o foreiro obrigava-se ao pagamento de um foro³⁸⁷ e de um conjunto de obrigações³⁸⁸ definidas pelo outorgante, no sentido da boa benfeitoria³⁸⁹ e manutenção do *objecto* emprazado, além do pagamento de jeiras e ltuosas. O foro era mormente pago em dinheiro³⁹⁰, podendo, no entanto, embora raramente, ser em géneros (gráfico 14). Quando tal acontecia, o produto exigido era o trigo³⁹¹, o que não é de estranhar, atendendo a que os cereais, sem esquecer o vinho³⁹², eram “a base da alimentação do homem medieval”³⁹³, sendo o trigo “o cereal panificável por excelência”³⁹⁴, e considerando que os solos portugueses não eram fartos em trigo³⁹⁵, tendo a sua escassez fomentado, no período em estudo, uma instabilidade dos preços³⁹⁶. O montante em numerário podia ainda ser complementado com direituras³⁹⁷: o pagamento anual de um cabrito e/ou de uma libra em cera. Algumas cartas de locação definiam outrossim um reajustamento do foro, aumentando-o quando o prazo passava do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro titulares³⁹⁸, respondendo, assim, à referida instabilidade económica e financeira, na medida em que permitia uma actualização em relação à inflação³⁹⁹.

O saldar do foro em dinheiro podia realizar-se de uma só vez, num só dia do ano ou de forma fragmentada, em diferentes épocas do ano, coincidindo, geralmente, com dias de festas religiosas que exigiam, tal como refere Maria Helena da Cruz Coelho⁴⁰⁰, maiores despesas: terças do ano (Natal, Páscoa e S. João Baptista), por dias da Páscoa e do Corpo de Deus, por dias da Páscoa e de Sto. Estêvão, por dias de Corpo de Deus e de S. Miguel de Setembro.

³⁸⁶ Coelho, 1996, 472-473. *Vid* também Gonçalves, 1989, 143-144, 313-316; Amaral, 1994, 101, 106-135; Melo, 1995.

³⁸⁷ Merêa, 1947, 485-494; 1948; Ferreira (1989, 100).

³⁸⁸ Coelho, 1996, 472-473. *Vid* igualmente Iria Gonçalves (1989, 143-144).

³⁸⁹ Cf., no apêndice 7, os documentos número vinte, vinte e cinco, vinte e sete e trinta e seis das cartas de emprazamento.

³⁹⁰ Em Portugal, o pagamento dos foros em dinheiro foi aumentando ao longo da Idade Média (Marques, 1981, 133), estando, no entanto, mais conectado com os espaços urbanos do que com os espaços rurais, nos quais o pagamento em géneros abundava (Cf., por exemplo, Maria Helena da Cruz Coelho, 1989, 316-317; Iria Gonçalves, 1989, 201, 203).

³⁹¹ Cf., no apêndice 7, os documentos número trinta e um, trinta e quatro, trinta e seis e trinta e sete.

³⁹² Gonçalves, 1989, 284-285

³⁹³ Coelho, 1996, 404.

³⁹⁴ Marques, 1978, 62, 66, 73; Coelho, 1996, 404; Amaral, 1994, 101, 106-135; Melo, 1995.

³⁹⁵ Marques, 1987, 96, 159.

³⁹⁶ Marques, 1978, 62, 218-219; Marques, 1987, 217-218; Coelho, 1989, 286, 427-429; Gonçalves, 1989, 316.

³⁹⁷ Cf., no apêndice 7, os documentos número cinco e vinte e seis. Cf. Torres, 1984b, 324; Coelho, 1989, 312-313; Gonçalves, 1989, 201, 283-285, 293-295.

³⁹⁸ Cf., no apêndice 7, os documentos número dois, dezasseis, trinta e trinta e sete.

³⁹⁹ Marques, 1987, 93; Coelho, 1989, 286-287.

⁴⁰⁰ Coelho, 1989, 318; 1994, 17-18, 20. Cf. também: Marques, 1981, 133; Sousa, 1981, 100; Coelho, 1996, 471-472; Amaral, 1994, 101, 106-135; Sousa, 1981, 98-100; Melo, 1995.

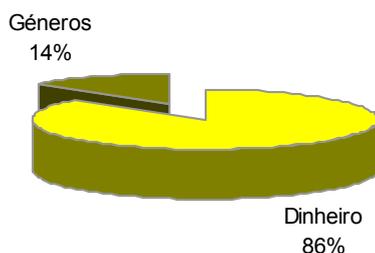


Gráfico 14 – As cartas de locação e o tipo de foros (Cabido do Porto, 1301-1406).

Apesar de se desconhecer a data de pagamentos de quatro cartas de emprazamento⁴⁰¹, é curioso aferir que uma parte substancial (51,28%) dos pagamentos em dinheiro saldava-se de uma só vez, pelo dia de S. Miguel de Setembro⁴⁰². Este dia é também o dia escolhido para o pagamento dos foros em géneros, o que não é de estranhar já que se trata de um período de colheitas. Outros dias eram, no entanto, nomeados de forma isolada, como o Natal, o dia de S. Lucas e o dia de Sto. Estêvão (quadro 9).

Quadro 9
As cartas de emprazamento e as datas de pagamento das foros
(Cabido do Porto, 1301-1406).

| Datas | Total global | % |
|---------------------------|--------------|------------|
| S. Miguel de Setembro | 20 | 51,28 |
| Terças do Ano | 3 | 7,69 |
| Todos os Santos e Páscoa | 3 | 7,69 |
| Corpo de Deus e S. Miguel | 2 | 5,13 |
| Sto. Estêvão | 2 | 5,13 |
| Natal | 1 | 2,56 |
| S. Lucas | 1 | 2,56 |
| Sto. Estêvão e Páscoa | 1 | 2,56 |
| ? | 6 | 15,38 |
| Total global | 39 | 100 |

⁴⁰¹ A incógnita sobre o dia de pagamento dos foros em numerário persiste em seis cartas de locação, em virtude de se encontrar pouco explícita ("dia do aniversário") na respectiva carta de aforamento (*L. S.*, XC, fl. 148-154) ou por o documento se encontrar em mau estado (manchado/roto), impedindo a leitura (*L. O.*, VIII, fl. 32 e *L. O.*, XIX, fl. 24). Cf., no apêndice 7, os documentos número um e cinco.

⁴⁰² À semelhança do que acontecia no Baixo Mondego, entre 1300 e 1450, onde, segundo Maria Helena da Cruz Coelho, os pagamentos em moeda a efectuar por S. Miguel iam de encontro com os interesses dos rendeiros de menores haveres, na medida em que lhe possibilitava "colher, vender e depois pagar" (Coelho, 1989, 317). Consultar igualmente Maria da Conceição Falcão Ferreira (1989, 109).

Os foros eram, regra geral, entregues ao outorgante do prazo que, como já se verificou, era, na maior parte dos casos, o Cabido. Todavia, as condições das cartas de locação nem sempre parecem ser devidamente respeitadas pelos enfiteutas, pois, em sintonia com o que se apontou quanto aos documentos imbricados com a salvaguarda do património, lida-se com documentos, no espólio documental em análise, que denunciam situações de incumprimento das condições e obrigações de um determinado aforamento. Esses documentos encontram-se mormente, como se referiu atrás, entre as cartas de sentença. Contudo, não se restringem a elas, como se verificou acima⁴⁰³ com a carta de petição motivada pelo mesmo tipo de situação, através da qual se reforça, mais uma vez, a ideia de que o Cabido não hesitaria em averiguar situações em que se sentia lesado – incumprimento de compromissos que lhe garantiam direitos – e em tomar medidas para que o mesmo não voltasse a acontecer, à semelhança, aliás, do que acontecia com as sentenças.

- **Censos *pro-anima***

Por fim, é interessante sublinhar que, não obstante a sua vertente material, alguns emprazamentos adquirem uma faceta espiritual, na medida em que o decorrente foro ou parte dele era dado ao Cabido em troca de orações *pro anima*⁴⁰⁴, tendo em conta que tais contratos resultavam de cláusulas de testamentos⁴⁰⁵ que doavam ao Cabido uma propriedade ou unicamente um censo para pagar missas e outras cerimónias⁴⁰⁶. O mesmo parece acontecer, por vezes, com alguns escambos, considerando que, num deles, o Cabido recebe uma propriedade com um valor superior àquela que dá, sendo, no entanto, compensado com o compromisso, determinado pelo bispo, em rezar uma missa pela parte menos beneficiada – *Vicente Eanes* – e, após a sua morte, em rezar para sempre uma missa por sua alma no dia de aniversário da sua morte⁴⁰⁷. Assim, também os serviços espirituais prestados pela Igreja do Porto entravam, a par dos bens materiais, na *administração administrante* do Cabido⁴⁰⁸, podendo mesmo ser avaliados. Neste caso, rezar uma missa e comprometer-se a rezar, para sempre, uma missa pelo

⁴⁰³ Cf. o que foi referido acima, em relação aos documentos entrosados com o objectivo “Salvaguardar privilégios, direitos e bens”.

⁴⁰⁴ Sousa de Lobão, 1815, 2-9, 17-23, 25-27; Costa, 1961, 36-37, 49; Merêa, 1936; Costa, 1997. Cf., no apêndice 7, os documentos número quatro e trinta e cinco.

⁴⁰⁵ Merêa, 1936; Ferreira, 1989, 108-110.

⁴⁰⁶ Cf., no apêndice 7, o número dez. Consultar, a este respeito, Maria da Conceição Falcão Ferreira (1989, 109).

⁴⁰⁷ Cf., no apêndice 8, o número sete.

⁴⁰⁸ Utilizando termos de Armando Luís de Carvalho Homem relativamente à Administração Central (Homem, 1990, 20-21).

aniversário da morte equivalia, *à peu près*, cem libras, a diferença de valor entre as propriedades escambadas.

Por conseguinte, algumas cartas de emprazamento, de escambo e de doação e/ou testamentos parecem entrelaçar-se com a obtenção de ofícios litúrgicos tão importantes na protecção e salvação da alma, em tempos que facilmente deixavam o corpo sucumbir como eram os da centúria de Trezentos.

CONCLUSÃO – PARTE I

O objectivo que aqui se patenteou foi o de esclarecer, por um lado, o contexto epistemológico e, por outro, o espólio documental que, em permanente diálogo, nutriram o presente estudo, o primeiro com suas perspectivas e metodologias de análise, o segundo com os seus dados.

Assim, asseverou-se que, em sintonia com múltiplas e variadas pesquisas historiográficas levadas a cabo na Europa Ocidental, nas últimas décadas do século XX, as análises antroponímica e prosopográfica constituem as duas pedras angulares deste estudo.

Um estudo que assenta nos dados fornecidos pela *Colecção de Pergaminhos do Cabido e da Mitra da Sé do Porto – Originais* -, cujos documentos se encontram, na sua maior parte, reproduzidos, nos designados *Livros de Sentenças*. Uma documentação muito rica e diversificada e que, em consequência, acede num *fiat lux* sobre a sociabilidade quotidiana da cidade invicta medieval, não obstante o avançado estado de deterioração dos ditos *Originais*, os tipos de discurso apresentados, a sua diversidade espacial e temporal e, por último, a sua parcialidade.

Parcialidade sim, já que as motivações e finalidades do referido espólio documental se conectam directamente com os interesses da elite eclesiástica da Igreja do Porto, que, em tempos de fortalecimento do poder régio e de lutas constantes de emancipação do poder municipal, se parece centrar em três esferas de acção: a salvaguarda de privilégios; a ampliação de riqueza e a gestão do património. Uma parcialidade que se traduz, portanto, em ecos de uma *voce* eclesiástica.

Ecos de uma *voce* eclesiástica, mas não só, na medida em que, em permanente diálogo com outros domínios científicos como a sociologia, a antropologia e a neurologia, as explorações antroponímica e prosopográfica não constituíram um fim em si mesmas, mas sobretudo um meio de aceder a um conjunto de dados que de outra forma permaneceriam submersos na cinza do tempo. Dados esses que contribuem para uma melhor compreensão do tecido e textura sócio-emocional do espaço urbano do Porto, no século XIV, permitindo, deste modo, escutar também ecos de uma *voce* não somente eclesiástica, mas também e predominantemente laica.

PARTE II – ANTROPONÍMIA E
SOCIABILIDADE

3. A *TELA* ANTROPONÍMICA

3.1 Contornos Gerais

O *objecto* de análise do presente trabalho incide sobre os indivíduos e as suas dinâmicas relacionais e é reconhecendo as implicações sociais da antroponímia que se alveja, no momento, individualizar os comportamentos antroponímicos relativos ao espaço social do Porto, na centúria de Trezentos, numa tentativa de evidenciar as suas conexões.

3.1.1 Critérios de análise

Deste modo, o estudo das diversas formas antroponímicas que figuram nos documentos do Cabido da Igreja do Porto privilegiou essencialmente os actos escritos que faziam referência a indivíduos associados, directa ou indirectamente, à cidade do Porto, nos limites cronológicos definidos, salvo algumas excepções, como se aludirá adiante. Como corolário, aqueles documentos direccionados para assuntos de carácter estritamente eclesiástico⁴⁰⁹, com referências antroponímicas muito restritas e praticamente alheias à dinâmica social do burgo portuense (ex: apelações), foram praticamente colocados à margem desta análise. De referir que a esmagadora maioria desta documentação se encontra escrita em latim, distinguindo-se da restante consultada, que se encontra em língua vernácula. Em contrapartida, todos aqueles documentos cujas coordenadas espaciais e temporais são desconhecidas ou suscitam dúvidas foram devidamente assinalados, atendendo a que o seu conteúdo poderia

⁴⁰⁹A D. P., L. O , I, 34 e segs., 45 e segs.; VI, 72 e segs.; VIII, 5; XII, 7, 41, 44, 48, XIV, 2, 9, 14, 51, 55; XVI, 3, XVII, 6; XVIII, 7, 33; XXI, 1; XXII, 3, 12; XXV, 8-41; XXVII, 9, 30; XXIX, 15, 33, 47, 55, 56; XXX, 5-23.

fornecer algumas pistas para o esclarecimento do conteúdo de outros, embora nos quadros e gráficos de análise que se apresentarão eles não sejam contemplados.

Assim, seleccionados os documentos em função das suas coordenadas espaciais, temporais e sociais, a sua leitura permitiu aceder a múltiplos e diversos registos antroponímicos relativos a diferentes ou aos mesmos indivíduos (quadro 10). Por conseguinte, não obstante o seu nítido entrosamento, dois *objectos* de análise distintos ganharam forma. De um lado, os registos antroponímicos. Do outro, os indivíduos.

Foi então na mira destes dois enfoques que, como se referiu atrás, esta pesquisa se sustentou de duas bases de dados, uma centrada na análise antroponímica, outra destinada à análise prosopográfica.

Quadro 10
A documentação e as formas antroponímicas (Cabido do Porto, séc. XIV).

| Natureza da documentação ⁴¹⁰ | Total de Documentos | Total de Formas Antroponímicas |
|---|---------------------|--------------------------------|
| Alvarás | 5 | 27 |
| Autos de posse | 20 | 277 |
| Cartas de avença | 7 | 97 |
| Cartas de confirmação | 4 | 48 |
| Cartas de doação | 29 | 530 |
| Cartas de locação | 39 | 383 |
| Cartas de escambo | 11 | 204 |
| Cartas de venda | 15 | 239 |
| Procurações | 22 | 198 |
| Públicas-formas | 24 | 339 |
| Sentenças | 59 | 865 |
| Testamentos (ou cláusulas) | 14 | 313 |
| Documentos avulsos | 16 | 267 |
| Total global | 265 | 3787 |

Focalizando, neste momento, a atenção na primeira – análise antroponímica -, já que a segunda será abordada *a posteriori*, é de notar que, não obstante os diferentes e diversos documentos apresentarem e obedecerem a estruturas e lógicas discursivas divergentes, em função dos intuitos a que se propunham, ela, a base de dados antroponímica, constituiu um questionário único, isto é, normalizado e uniformizado⁴¹¹.

⁴¹⁰ Cf. apêndice 1.

⁴¹¹ De sublinhar aqui que, em função das metas a atingir, a referida base de dados foi elaborada no programa Microsoft Access por César Neves que, incansavelmente, se mostrou sempre receptivo a aperfeiçoamentos e ajustamentos necessários à recolha de dados

Tendo merecido a colaboração estreita de Pascal Chareille⁴¹², este questionário preocupou-se não somente com a recolha e tratamento dos dados antroponímicos, mas também com as disposições dos documentos e com o indivíduo, considerando os seus dados individuais, a sua participação nos actos escritos e as suas relações, de acordo com o que se acendrou anteriormente⁴¹³. De facto, foi necessário criar uma base de dados que não permitisse uma análise antroponímica insensível às dinâmicas da documentação e do espaço social em que os indivíduos eram enquadrados. Foi ainda necessário uma plataforma de dados antroponímicos capaz de nutrir, numa fase ulterior, uma outra de natureza prosopográfica. Foi necessário, portanto, garantir o entrosamento entre as duas análises – a antroponímica e a prosopográfica –, de maneira a que elas se enriquecessem mutuamente.

No que diz respeito à recolha dos dados antroponímicos, é de salientar essencialmente que, à semelhança da metodologia seguida pela equipa de Azay-le-Ferron⁴¹⁴, nem todas as ocorrências foram inventariadas, mas somente aquelas que correspondiam, em cada documento⁴¹⁵, a modos diferentes de designar o mesmo indivíduo, pois, caso contrário, observar-se-ia uma inflação desnecessária dos registos, sendo muitos deles a repetição de outros. Por vezes, procedeu-se, sim, à reconstituição das formas antroponímicas de indivíduos que, em função das circunstâncias descritas no documento ou/e do tipo de participação, são identificados em grupo e, frequentemente, de forma mais simplificada. Estas situações aconteceram sobretudo com algumas testemunhas que, por vezes, eram agrupadas em função, por exemplo, de um mester ou de uma residência. Nestes casos pontuais, optou-se por não omitir os respectivos elementos de identificação na forma antroponímica de cada um dos indivíduos, procedendo-se à sua reconstituição⁴¹⁶. O mesmo aconteceu com as expressões simples “mulher de” que eram precedidas da identificação do marido ou de

a desenvolver. (Neves, César A. T. *A Utilização de Ferramentas Analíticas Assistidas por Computador no Estudo da Ictiofauna Dulciaquícola; Estudo do caso particular da Ictiofauna do Parque Nacional da Peneda Gerês*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, 2002, policopiada).

⁴¹² Professor Doutor no Departamento de História, da Universidade de Tours.

⁴¹³ *Vid.* Introdução do presente estudo.

⁴¹⁴ Bourin, 1990b, 10-11.

⁴¹⁵ No interior dos 265 documentos consultados, múltiplos e variados são os registos antroponímicos, atendendo a que, enquanto uns são relativos a um só indivíduo, outros identificam vários, enquanto que uns se mostram recheados, outros são mais contidos, mais abreviados. Múltiplos e variados, mas também repetitivos, em função do tipo de participação e posicionamento social do indivíduo em causa. Assim, este critério ajuda a não inflacionar, de forma desmesurada, as denominações, nomeadamente as dos indivíduos de maior destaque e que aparecem frequentemente nos documentos.

⁴¹⁶ Ex: “[...] Antoninho Martins, Afonso Eanes, João Eanes, sapateiros, moradores na cidade do Porto na rua da Sapataria” (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162). As formas antroponímicas destes indivíduos foram consideradas da seguinte forma: Antoninho Martins, [sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da sapataria]; Afonso Eanes, [sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da sapataria], João Eanes, [sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da sapataria].

outro familiar. De forma a não perder a informação, reconstituiu-se a sua identificação, acrescentando o nome do marido.

3.1.2 Formas antroponímicas

Na sequência do referido percurso metodológico, os 265 documentos consultados permitiram recuperar uma tela antroponímica composta por 3787 formas antroponímicas que, por sua vez, corresponderam a 1896 indivíduos (gráfico 15).

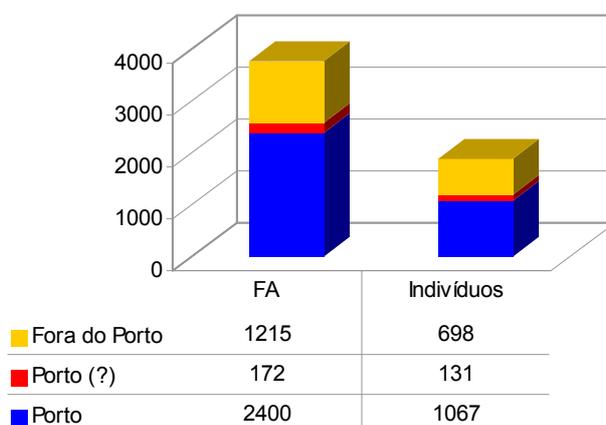


Gráfico 15 – Relação entre o total de formas antroponímicas e o total de indivíduos identificados, considerando as respectivas coordenadas espaciais.

Obteve-se, portanto, aproximadamente o dobro das formas antroponímicas em relação ao número de indivíduos, à semelhança, aliás, do que se verifica com a pesquisa levada a cabo por Robert Durand⁴¹⁷. Com efeito, o número de formas antroponímicas diferentes registadas num documento raramente corresponde ao efectivo de indivíduos nele participantes, pois, no decurso do acto escrito, alguns indivíduos são designados de forma bem mais frequente do que outros. Assim, é-se confrontado com indivíduos que são mencionados uma única vez ou então são nomeados mais do que uma vez no mesmo documento. Mas não só. Identificaram-se ainda indivíduos que, não obstante participarem uma ou mais do que uma vez em cada documento, são designados também

⁴¹⁷ Durand, 1995a, 104.

em diferentes documentos. Desta maneira, é compreensível que as formas antroponímicas se multipliquem em relação ao número de indivíduos abraçados pelas fontes em estudo.

De salientar, ainda, que, como se referirá depois, nem sempre a identificação e individualização dos referidos indivíduos se revelou fácil, o que implicou que se socorresse de confrontos de dados e de sucessivas aproximações. Assim, elas não podem assumir um carácter absoluto e definitivo, pois estiveram, estão e estarão abertas ao amadurecimento das aproximações e reflexões efectuadas. Todavia, se elas não assumem um carácter absoluto, elas não deixam, no entanto, de se revelar fidedignas, atendendo a que representam a análise possível com os dados possíveis e considerando que todos os casos duvidosos não foram escamoteados, antes pelo contrário, foram devidamente assinalados⁴¹⁸. Como se tem vindo a sublinhar, o referido retrato antroponímico coloca, assim, a descoberto dois núcleos de informações interactivas que não podem nem serão apartados nesta análise: o antroponímico e o prosopográfico. De momento, por uma questão de sistematização, continuará a oferecer-se uma atenção especial ao primeiro núcleo.

3.1.3 Coordenadas espaciais e temporais

Não se pense, porém, que todos os referidos indivíduos identificados e correspondentes formas antroponímicas são associados à cidade do Porto⁴¹⁹. Com efeito, ainda que alguns casos continuem a merecer algumas dúvidas, encontra-se naqueles quantitativos indivíduos que são situados fora da cidade. Deste modo, ao focalizar a atenção unicamente nos casos que directa ou indirectamente remetem para a urbe portuense, os totais de formas antroponímicas e de indivíduos retraem-se para 2400 formas antroponímicas e 1067 indivíduos. Ora, esta retracção dos cálculos iniciais será ainda accionada ao passar a considerar não apenas a sua distribuição espacial, mas igualmente a cronológica.

⁴¹⁸ Como se pode verificar no apêndice 49, todos os casos que suscitam dúvidas foram assinalados com um ponto de interrogação.

⁴¹⁹ No que diz respeito à identificação dos indivíduos no seio das numerosas e variadas formas antroponímicas, é de sublinhar que a tarefa de situar no espaço (“Porto” ou “fora do Porto”), os indivíduos nem sempre decorreu com facilidades. De facto quando os documentos eram a esse respeito pouco explícitos ou omissos, a solução encontrada foi a de recorrer ao cruzamento de todas as informações obtidas após a identificação dos indivíduos. O que, por vezes, implicou que a susodita definição de coordenadas geográficas para cada indivíduo se apoiasse nas suas relações com a família e/ou com certas propriedades sitas na urbe. Assim, esta análise revelou-se morosa e delicada e apoiou-se em aproximações sucessivas, à medida que se lidava e aprofundava o conhecimento relativo a cada indivíduo e suas relações. Por conseguinte, os cálculos apontados em função da localização espacial das formas antroponímicas e dos indivíduos que elas identificam resultam não somente de dados directos, mas também indirectos.

De referir que os gráficos 16 e 17 reflectem a distribuição temporal dos documentos e do respectivo número de formas antroponímicas, considerando períodos de vinte e cinco anos e cingindo-se ao século XIV. Embora tivessem sido contabilizados, os documentos cuja datação não é explícita e, conseqüentemente, suscita algumas dúvidas, ao todo onze, não foram contemplados no referido gráfico. Em harmonia com o objectivo deste trabalho, os documentos cujas coordenadas temporais extravasavam o século XIV não foram também considerados nesta análise antroponímica, pois o seu número acabou por se revelar escasso e a sua distribuição dispersa. Realmente, como já se referiu⁴²⁰, foi prestada atenção somente àqueles documentos que pudessem fornecer informações acrescidas aos indivíduos cujos trilhos de vida se enquadraram no século XIV⁴²¹.

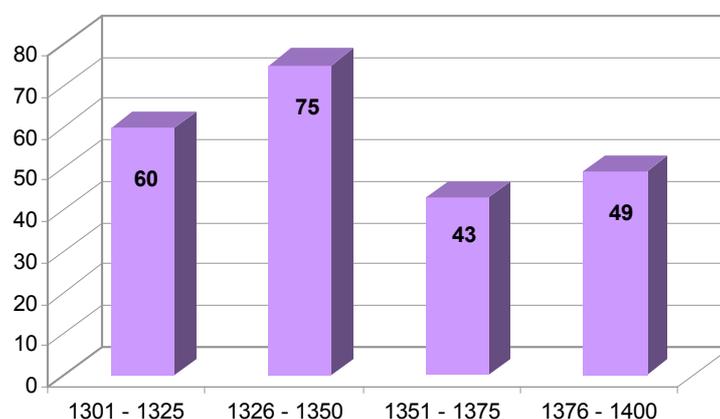


Gráfico 16 – Distribuição cronológica dos documentos (Porto, séc. XIV).

No seu conjunto, os actos escritos que extravasam o séc. XIV são vinte e sete⁴²², cinco deles relativos a anos anteriores a 1301 (1285, 1296, 1300) e vinte e dois respeitantes a datas posteriores a 1400, localizando-se treze entre 1401 e 1406 – o ano que marca a passagem do Porto do senhorio eclesiástico para o senhorio régio – e nove em outros anos (1409, 1410, 1417, 1420, 1425). Outros documentos cujas datas extravasavam os referidos limites cronológicos foram mantidos à margem deste estudo, pois as informações que cediam em pouco ajudavam a identificar e a enriquecer o espaço social portuense do séc. XIV.

⁴²⁰ Vid. o ponto 2 deste estudo, a partir da p. 47.

⁴²¹ É o caso, por exemplo, de Gonçalo Gonçalves, chantre em outro tempo na Igreja do Porto (D.); Martim Domingues tesoureiro ?; Afonso Martins, deão; Afonso Martins Monteiro; Joana Domingues Amada, entre outros. Cf. apêndice 49.

⁴²² Como se pode confirmar no quadro 2. Vid. o ponto 2.2. deste estudo, a partir da p. 60.

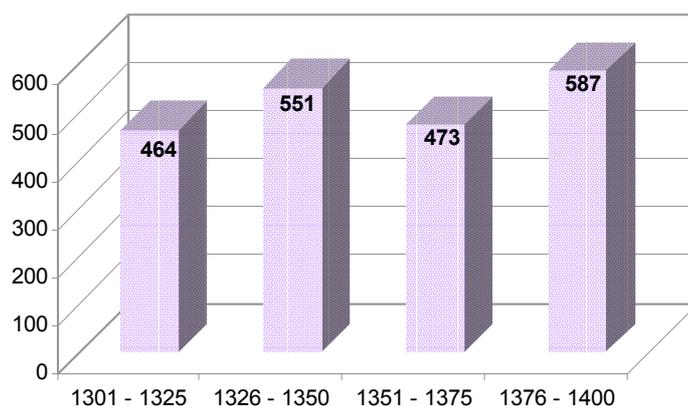


Gráfico 17 – Distribuição cronológica das formas antroponímicas registadas nos documentos (Porto, séc. XIV).

Por conseguinte, o propósito que ditou a inclusão dos referidos documentos neste estudo, o seu número reduzido e a sua distribuição temporal dispersa levaram a que não fossem considerados nesta análise antroponímica, pois correr-se-ia o risco de adulterar as conclusões, para além de que, por uma questão de coerência, obrigaria a alargar os limites cronológicos a, pelo menos, dois quartéis – 1276-1300 e 1401-1425 –, e a contemplar não simplesmente os susoditos documentos, mas também os outros, levando a que se introduzissem neste estudo outras realidades prosopográficas e sociais. Não é que esta dilatação não se adivinhe interessante, mas fugiria certamente ao enquadramento inicial definido para este trabalho, ao qual se procura ser fiel. Desta maneira, no patamar de procedimentos e opções descritos, ao abraçar estritamente os documentos cujas coordenadas se localizam entre 1301 e 1406, o total de documentos diminuiu de 265 para 240⁴²³ e, em simultâneo, o cômputo de formas antroponímicas voltou a contrair-se um pouco mais (2112), ao acatar a coordenada espacial do Porto em articulação com a respectiva distribuição temporal. Considerando apenas os indivíduos associados ao Porto e a centúria de Trezentos, o referido cômputo abraça então 2075 formas antroponímicas. É precisamente este total que sustentará, de forma a facilitar as leituras, a maioria dos quadros e gráficos elaborados.

⁴²³ De acordo com o que se referiu acima, duzentos e vinte e sete documentos situados entre 1301 e 1400 e treze documentos relativos aos anos 1401-1406.

Ora, é curioso verificar que, embora o núcleo de documentos conheça, na segunda metade do século uma retracção⁴²⁴, a soma de formas antroponímicas é ligeiramente maior entre 1351 e 1400, sendo o último quartel o que envolve maior número de registos. Com efeito, é patente que não existe uma correlação absolutamente linear entre o número de documentos e o número de formas antroponímicas em cada quartel do século, já que, por exemplo, o período que envolve mais documentos (1326-1350) não é aquele que é mais rico em formas antroponímicas (1376-1400). Na realidade, enquanto que o *stock* de documentos é mais abundante na primeira metade da centúria e depois conhece uma retracção, a distribuição das formas antroponímicas desenha maiores variações, conhecendo uma quebra do segundo para o terceiro quartéis, para depois atingir um total ligeiramente superior ao que conheceu entre 1326-1350⁴²⁵. Não obstante, a distribuição dos documentos também não foi de todo apática à passagem do segundo para o terceiro quartéis. Aliás, foi precisamente nessa passagem que o *stock* de documentos se retraiu. Só que retraiu-se, mas não voltou, como já se apurou, a envolver totais como os registados para a primeira metade do século (gráficos 16 e 17).

Atesta-se, então, que, da primeira para a segunda metade do século XIV, a média de formas antroponímicas por documento aumenta ligeiramente, pois se, entre 1301 e 1350, cerca de doze a treze documentos ofereciam, em média, cem formas antroponímicas, nos quartéis seguintes é necessário apenas oito ou nove documentos para abraçar um total de cem formas antroponímicas. Deste modo, desenha-se que os cálculos de formas antroponímicas parecem estar muito mais imbricadas com o tipo de documentos que as acalentam. Caso contrário, como explicar que o máximo de formas antroponímicas associadas ao Porto seja atingido entre 1376-1400, um período durante o qual o número de documentos obtido é mais retraído que os da primeira metade do século. Precisamente o período em que os documentos que permitem a ampliação e gestão de propriedades se impõem aos que procuram a salvaguarda de direitos e prerrogativas.

⁴²⁴ Ao todo, reúnem-se, entre 1301 e 1350, cento e trinta e cinco actos escritos, enquanto que entre 1351 e 1400, coligem-se noventa e dois documentos.

⁴²⁵ *Vid.* o ponto 2 deste estudo, a partir da p. 60.

3.1.4 Contexto dos documentos

Em sintonia com o que já se sublinhou⁴²⁶, apura-se que, na primeira metade do século XIV, foi possível reunir um maior número de documentos dedicados à salvaguarda de prerrogativas, a grande preocupação do Cabido da Igreja do Porto nestes tempos, já que, como se referiu anteriormente, pareciam encontrar-se constantemente ameaçadas pelas violações e abusos de diferentes poderes (gráfico 18). Num nível inferior, não é de descurar também os documentos orientados para a gestão de bens.

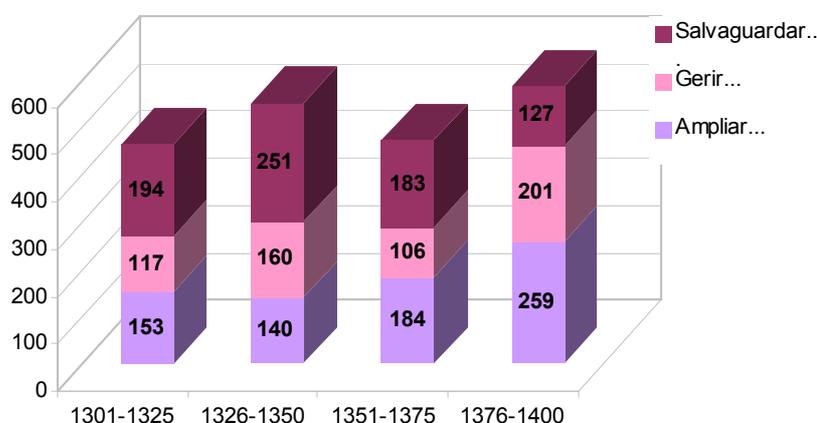


Gráfico 18 – Distribuição das formas antroponímicas (FA), em função dos três grandes objectivos dos documentos (Porto, séc. XIV)⁴²⁷.

Contudo, é interessante verificar que entre o segundo e o terceiro quartéis, as formas antroponímicas encontradas em documentos para a salvaguarda de prerrogativas, a par das dos documentos relativos à gestão, entram em queda acentuada. Não obstante, se os primeiros não recuperaram dessa queda, os segundos, entre 1376 e 1400 recuperam de forma visível, contribuindo com cerca de 34% das formas antroponímicas recolhidas nesse período. Entretanto, observa-se que as formas antroponímicas relativas a documentos que sustentam a ampliação de riqueza (doações e testamentos) conhecem uma evolução contrária à das anteriores, visto que, desde o segundo quartel do século XIV, desenham uma linha de crescimento notória, oferecendo, na segunda metade do século, cerca de 41% do total das formas antroponímicas compiladas nesses cinquenta anos. Deste modo, detecta-se que os dois períodos em que se acumula maior número de

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ Este gráfico foi elaborado em paralelo com o gráfico 6. *Vid.* o ponto 2 deste estudo, a partir da p. 60.

formas antroponímicas (1326-1350 e 1376-1400) estão associados ao predomínio de documentos com objectivos e naturezas diferentes, o primeiro à salvaguarda de privilégios, o segundo à ampliação e gestão de bens, ainda que o cômputo destes revele algumas variações. Contudo, não é de menosprezar o facto de cerca de 64% do total (2075) das formas antroponímicas recolhidas advir do segundo bloco de documentos, enquanto que a contribuição do primeiro – o da salvaguarda – ronda apenas os 36% . Em concomitância, é de frisar que, mesmo, entre 1326 e 1350 – o período que aglomera maior número de formas antroponímicas associadas a documentos relativos à salvaguarda – cerca de metade delas encontram-se no segundo bloco de documentos (gráfico 18).

Na sequência desta descrição minuciosa, questiona-se o motivo do ênfase oferecido a estes dados. Porque é que eles são tão importantes? Porque, na realidade, são estes os documentos que mais referências fazem aos indivíduos do Porto. Porque os seus outorgantes e/ou destinatários eram indivíduos do Porto. Porque, na sua maioria, eles incidiam sobre prédios que se situavam na cidade do Porto, cuja localização exigia frequentemente a descrição de confrontações, identificando os indivíduos e/ou prédios vizinhos. Porque, finalmente, em sintonia com os indivíduos outorgantes e/ou destinatários e/ou com o seu *objecto*, aqueles actos escritos abraçavam, com mais abundância, testemunhas cujas coordenadas espaciais eram as da cidade.

Não é, aliás, por acaso que a linha de distribuição das formas antroponímicas de indivíduos do Porto, no século XIV, segue a linha de distribuição daquelas que resultam de documentos cuja finalidade é a gestão de bens (gráfico 19).

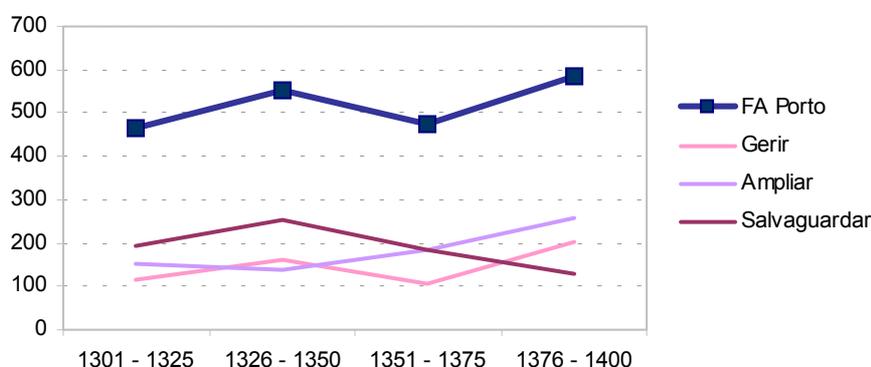


Gráfico 19 – Comparação da distribuição do total das formas antroponímicas do Porto (FA) com a das relativas aos diferentes objectivos dos documentos, no decorrer do século XIV.

Efectivamente, ao comparar os totais de formas antroponímicas relativas a indivíduos do Porto com as que dizem respeito a indivíduos de fora da urbe, verifica-se que é a primeira metade da centúria que contribui com a maioria (80%) das formas antroponímicas de indivíduos de fora do Porto, verificando-se uma quebra bem frisada das mesmas a partir da segunda metade do século XIV (gráfico 20). O mesmo não acontece com as formas onomásticas concernentes ao Porto, atendendo a que a sua presença é inequívoca em qualquer um dos intervalos de tempo da centúria de Trezentos, detectando-se, como já se apurou, uma quase imperceptível quebra, entre 1351 e 1375, para depois se desenhar uma recuperação e crescer acima dos valores até então recolhidos. De advertir que a grande quebra que se atesta, ao nível do total de formas antroponímicas, a partir da segunda metade do século XIV, dá-se sobretudo à custa de uma diminuição drástica do quantitativo de formas antroponímicas relativas a indivíduos de fora do Porto (gráfico 20).

Neste seguimento, define-se que a distribuição das formas antroponímicas de indivíduos do Porto, no decorrer da centúria de Trezentos, está, na realidade, associada aos objectivos e natureza dos documentos, ainda que, como se apurou, a abundância de formas antroponímicas esteja correlacionada com documentos de natureza diferente.

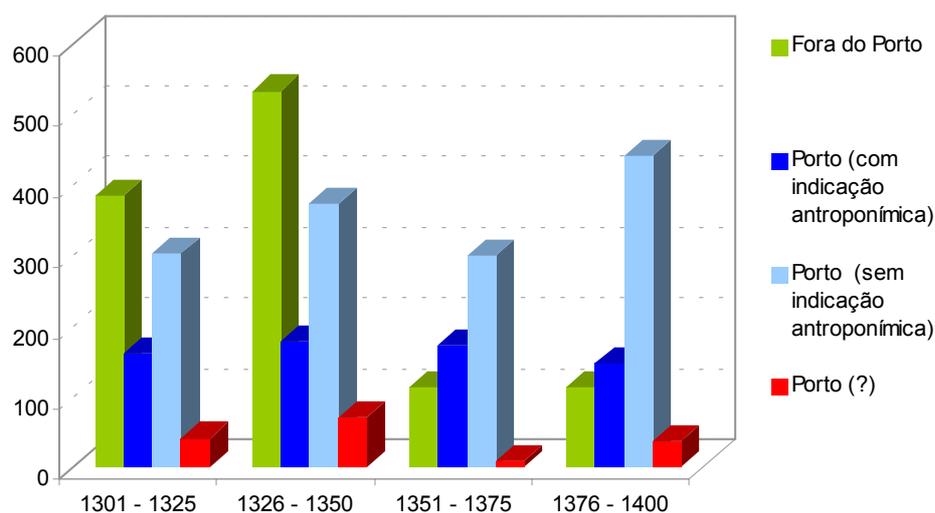


Gráfico 20 – Distribuição espacial e cronológica das formas antroponímicas (Porto, séc. XIV).

Constituirá, no entanto, a natureza dos documentos o único vector a ter em consideração? Com efeito, no curso da interpretação dos gráficos anteriores, assevera-se que o total e distribuição das referidas formas antroponímicas prende-se não apenas com um só vector, mas sim com vários, entre os quais não é de descurar o contexto sócio-demográfico.

3.1.5 Contexto sócio-demográfico

Por fim, é importante não descurar o contexto sócio-demográfico de onde as formas antroponímicas recolhidas emergem. Tem-se admitido que, nos finais do século XIII e princípios do século XIV, em sintonia com outras regiões europeias⁴²⁸, o reino português lidava já com dificuldades, testemunhadas por um clima pouco favorável à produção agrícola, por períodos de fomes e de evasões dos campos, pela gradual proletarização dos centros urbanos onde proliferavam a mendicidade, a criminalidade, a insegurança, pelos conflitos sociais dos quais as guerras civis⁴²⁹ constituíram um claro exemplo⁴³⁰. Tem-se admitido, portanto, que, desde os inícios do século XIV, a população e a economia foram atravessadas por uma crise geral. Uma crise que, porém, carece de análises sistemáticas aprofundadas de micro-história, de maneira a conhecer como é que ela foi vivida e sentida pelos diferentes espaços geográficos, económicos e sociais do reino em diferentes regiões, nomeadamente nas cidades. É que, apesar das dificuldades que existem na avaliação rigorosa dos efeitos desta crise, novas perspectivas de análise têm vindo a ser avançadas pela historiografia anglo-saxónica⁴³¹ e, mais recentemente, pela historiografia franco-espanhola⁴³², ao conduzirem à definição de uma nova geografia para a crise, na qual a mobilidade das gentes deve ser um vector a ser

⁴²⁸ Fourquin, 1986, 327-344; Fossier, 1981, 339-343; Bois, 2000; Dyer, 2003, 228-263; 271-297; Duby, 1993, 187-188.

⁴²⁹ Tenha-se em consideração, por exemplo, o apoio dado pela cidade do Porto ao rei D. Afonso IV, na sequência da morte de D. Inês de Castro, que se traduziu numa resistência às investidas das tropas de D. Pedro e de seus aliados (Sousa, 1995, 137; Costa, 2003, 1225).

⁴³⁰ Cf., a respeito dos testemunhos de crise do século XIV, os seguintes autores: Oliveira, 1984, 74-76; Marques, 1987, 21, 30-32, 72, 502-503, 514, 538; Coelho, 1989, 17-26; 1990, I, 60-61, 64-68; II, 34-35; 1996, 180-181, 293-294, 296; Sousa, 1993, 340; Rodrigues, 1995, 76-89, 235, 595; Beirante, 1995, 157-164; Martín Martín, 1996, 131-135; Ferreira, 1997, III, 732; López Carreira, 1999, 232-234.

⁴³¹ Nos últimos quinze anos, os historiadores anglo-saxões encetaram novas interpretações da conjuntura económica e social dos finais do século XIII e princípios do século XIV, colocando a tónica, não tanto no desequilíbrio entre produtividade do solo e demografia, como sublinharam os trabalhos de Michael Postan e Georges Duby, mas sim na reorientação da produção agrícola em função da intensidade e necessidades dos mercados e das cidades (Bourin, 2004, 5).

⁴³² Partindo da historiografia anglo-saxónica, um grupo de medievalistas (Colóquio Postan et Duby realizado na Universidade do Québec, em Montréal – Outubro de 2002) desenvolveu um projecto de investigação de forma a verificar se os modelos propostos para a Europa do Noroeste podiam ser aplicados na Europa mediterrânea ocidental, questionando se, de facto, houve crise nesta parte da Europa e, no caso afirmativo, como é que ela se manifestou, promovendo, assim, novas leituras da conjuntura de 1300 (Bourin, 2004, 5, 8-10).

ênfatisado⁴³³. Os espaços urbanos da Galiza⁴³⁴, como, por exemplo, Pontevedra ou Ourense, e a região do Vale do Ebro⁴³⁵, são disso um claro testemunho, ao detectar-se um aumento demográfico em resultado de movimentos migratórios. Qual foi então o comportamento demográfico da cidade do Porto, no período em estudo? Até que ponto é que a imigração rural contrabalançou os efeitos dos surtos epidémicos na cidade? Os dados mostram-se lacónicos. Não obstante, considerando que, de acordo com a historiografia portuguesa, os efeitos da Peste Negra na demografia nacional constituem um fenómeno de capital importância⁴³⁶ e tendo em conta os dados apontados para outros centros urbanos, como Guimarães⁴³⁷, Braga⁴³⁸, Coimbra⁴³⁹, Torres Vedras⁴⁴⁰, Lisboa⁴⁴¹, Évora⁴⁴², admite-se⁴⁴³ que a população do Porto não terá sido poupada ao alvoroço humano provocado pelo deflagrar de epidemias como a peste pulmonar⁴⁴⁴. É certo que, na documentação em estudo não se encontram referências directas a tal epidemia. Todavia, à semelhança do que se observou em Guimarães⁴⁴⁵, ela não deixa de se insinuar e fazer pressentir, pois, como afirma Maria Helena da Cruz Coelho⁴⁴⁶, ela manifesta-se “sobretudo, pelas suas consequências e não pelos relatos da mesma”⁴⁴⁷.

Um “alvoroço” que, dizimando de forma aleatória e inesperada inúmeros vidas humanas, não terá deixado de provocar, como aconteceu em Guimarães⁴⁴⁸, um choque nos trilhos individuais, na medida em que terá confrontado os indivíduos e a instituições, nomeadamente o Cabido da Igreja do Porto, cujos documentos são aqui *objecto* de estudo, a conviverem com a perda daqueles que lhes eram queridos e/ou úteis. Não obstante, terá obrigado também a reagir e procurar, entre outras ansiedades, a

⁴³³ Como testemunha, por exemplo, o trabalho de Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues ao apontar, em relação à evolução demográfica das povoações torrienses, “[...] o desaparecimento, depois de 1309, dos aglomerados populacionais mais pequenos, e o surgimento de novos povoados de maiores dimensões.” (Rodrigues, 1995, 65 e 66-71, 73, 94). Cf. ainda: Oliveira, 1986, 37; Amaral, 1985, 35-36; Martín Martín, 1996, 131-135.

⁴³⁴ López Carreira, 1999, 185-186; Armas Castro, 1992, 192

⁴³⁵ Fourquin, 1986, 335; Laliena Corbera, 2004, 21-23.

⁴³⁶ Oliveira, 1984, 74-76; Marques, 1987, 21, 30-32, 72, 502-503, 514, 538; Coelho, 1996, 180-181, 293-294, 296; 1989, 17-26; 1990, I, 60-61, 64-68; 1990, II, 34-35; Sousa, 1993, 340; Beirante, 1995, 157-164; Rodrigues, 1995, 76-89, 235; 595; Martín Martín, 1996, 131-135; Ferreira, 1997, III, 732.

⁴³⁷ Ferreira, 1997, III, 731-740.

⁴³⁸ Marques, 1987, 24; Sousa, 1993, 341.

⁴³⁹ Marques, 1987, 24; Sousa, 1993, 341.

⁴⁴⁰ Rodrigues, 1995, 77-89, 94.

⁴⁴¹ Marques, 1987, 24; Sousa, 1993, 341.

⁴⁴² Beirante, 1995, 157-160.

⁴⁴³ *Vid.* o ponto 2, a partir da p. 60.

⁴⁴⁴ Sousa, 1993, 334, 339-341. Maria da Conceição Falcão Ferreira refere que em Guimarães, na década de vinte do século XIV, já se faziam sentir alguns sintomas de crise (Ferreira, 1997, III, 728-729).

⁴⁴⁵ Ferreira, 1997, III, 725.

⁴⁴⁶ Coelho, 1989, 17-18, 21.

⁴⁴⁷ Maria da Conceição Falcão Ferreira, relativamente a Guimarães, fala, por exemplo, da mingua de tabeliães, da morte de juizes, de almoxarifes, de mercadores, de cônegos e camponeses que se reflectia na falta de trabalhadores braçais, das sentenças relativas, por exemplo, a tutorias e partilhas, de órfãos, entre outros aspectos (Ferreira, 1997, III, 732-740). Oliveira, 1984, 74-76; Marques, 1987, 21; Coelho, 1989, 17-26; Sousa, 1993, 340.

⁴⁴⁸ Ferreira, 1997, III, 740.

salvação da alma, efectuando doações, redigindo testamentos⁴⁴⁹, praticando alguma caridade, lembrando as suas dívidas e as dos outros, amparando os destinos de outros, numa tentativa de colmatar possíveis vazios afectivos criados pela perda daqueles que, inesperadamente, sucumbiram à morte. É, de facto, o que evidenciam certos actos escritos como as cartas de doação, testamentos, cartas de locação, autos de posse, entre outros – o tipo de documentos que, como se apurou, são os mais abundantes no espólio documental recolhido para a segunda metade da centúria de Trezentos. O gráfico 18 testemunha claramente, o “choque” e a “reação”⁴⁵⁰ que parecem ter caracterizado estes tempos, marcando, a partir de meados do século, uma viragem nas preocupações do Cabido.

Uma viragem nos comportamentos e atitudes dos indivíduos e das instituições, mas não da crise que assolava o reino que, tendo-se mostrado tão “calamitosa” e “trágica”⁴⁵¹, vinha para ficar e continuar. Como se aferiu, enquanto, os documentos e respectivas formas antroponímicas relativos à salvaguarda e gestão de direitos e bens diminuem inequivocamente entre o segundo e o terceiro quartel, os actos escritos que permitiam a ampliação aumentaram paulatinamente, fruto das susoditas doações e testamentos de indivíduos da cidade do Porto que ansiavam por garantir a salvação da sua alma e, por vezes, dos familiares mais próximos, na maior parte das vezes, já falecidos⁴⁵². É bem patente, aliás, uma distribuição inversa da linha dos documentos e respectivas formas antroponímicas, relativos à salvaguarda, e da linha dos que dizem respeito à “ampliação”, indiciando que, confrontada com um período de aumento da aquisição de prédios, a instituição capitular centrou muito mais a sua atenção, não na defesa de direitos e bens, mas na dilatação e gestão dos bens entretanto adquiridos. É justamente o que testemunha o quartel (1376-1400) a seguir ao dito “alvorço” demográfico, no qual os actos escritos respeitantes à gestão dos bens voltam à ribalta, procurando acompanhar, ainda que sempre com valores inferiores, o referido crescimento dos documentos relativos ao alargamento de bens e respectivas formas antroponímicas. De facto, defrontado com a aquisição de novos prédios, o Cabido não podia agora descuidar

⁴⁴⁹ O mesmo é apontado por Maria Helena da Cruz Coelho, relativamente à região de Coimbra (1989, 25) e por Maria Ângela Rocha Beirante, no que diz respeito a Évora (1995, 159).

⁴⁵⁰ Em sintonia com o que se aferirá mais adiante (cf. parte III, ponto 7, a partir da p. 273).

⁴⁵¹ Sousa, 1993, 340.

⁴⁵² *Vid.* o ponto 2 deste estudo, a partir da p. 60.

a sua gestão e manutenção, outorgando, sobretudo, como já se aferiu⁴⁵³, cartas de locação e autos de posse.

Deste modo, a ansiedade demográfica, social, económico e espiritual em que terão caído as gentes e instituições da cidade não foi, de todo, prejudicial ao Cabido do Porto. É certo que o compeliu a reformular as suas prioridades, mas também é certo que o brindou com a oportunidade de ampliar o património que, como se mencionou anteriormente⁴⁵⁴, na primeira metade do século, parecia tão ameaçado, como testemunhavam as inúmeras cartas de sentença e respectivos mandados de cumprimento, cujos conflitos incidiam em propriedades que, maioritariamente, se localizavam fora da cidade do Porto e, por conseguinte, envolviam indivíduos de fora da mesma.

Não foi, de todo, prejudicial ao Cabido do Porto. Mas será que se pode tomar como certo que o foi em relação à cidade?

Afirma-se que a Peste Negra afectou quer as cidades, nomeadamente as portuárias, quer as comunidades rurais dos mosteiros⁴⁵⁵, quer o litoral quer o interior⁴⁵⁶. Bastava para tal que os indivíduos estivessem aglomerados. Neste contexto, a questão que se coloca é se a cidade do Porto terá constituído uma excepção? A resposta é não. Como se aferirá adiante, a documentação consultada não deixa grandes dúvidas de que as gentes *tripeiras* viveram, no século XIV, momentos difíceis, momentos de perda, momentos de mudança e de reestruturação das suas vidas, não tendo, assim, escapado às epidemias. Pode pensar-se, então, que, se as gentes foram afectadas, a cidade, no seu conjunto, também o terá sido. Todavia, é perceptível uma diferença, embora pareça um pouco incongruente, entre cidade-gentes e cidade num sentido mais abstracto, global, já que as susoditas cartas de locação e autos de posse não conheceriam um incremento se não existissem destinatários, gente impelida a seguir os seus destinos. Um incremento situado num período em que as dificuldades continuam, atendendo a que o reino não deixou de conviver com a epidemia, antes pelo contrário, continuou-a (1374, 1383-85, 1389, 1400)⁴⁵⁷, ao mesmo tempo que se via a braços com crises frumentárias (1374-76,

⁴⁵³ *Ibidem.*

⁴⁵⁴ *Ibidem.*

⁴⁵⁵ Coelho, 1989, 20, 24.

⁴⁵⁶ Oliveira, 1984, 74-76; Coelho, 1989, 23-24.

⁴⁵⁷ Marques, 1987, 21; Coelho, 1989, 30; Sousa, 1993, 339, 342.

1384-87, 1391-92, 1394, 1397-1400)⁴⁵⁸ e com guerras, civis e contra Castela (1381-82, 1383-1385)⁴⁵⁹. Como entender, então, o referido incremento?

Admite-se que ele seja uma reacção. Não somente da instituição capitular, mas também, possivelmente, da cidade como um corpo orgânico, que, apesar das suas enfermidades e aflições, reagia. Com efeito, considerando os movimentos migratórios do campo para cidade que caracterizaram este período, considerando a atracção que a cidade *invicta* exercia nas suas redondezas, em virtude do desenvolvimento das lides comerciais e marítimas⁴⁶⁰, considerando o que Armindo de Sousa defende relativamente aos valores populacionais do Porto, nas últimas centúrias medievais, em relação aos quais se verificou sempre uma dinâmica de crescimento, tendo a crise afectado apenas o seu ritmo⁴⁶¹, admite-se a hipótese de que o dito “alvoroço” tenha afectado muito mais as gentes, a título individual e familiar, do que a própria cidade como um todo. A distribuição cronológica e espacial das formas antroponímicas e a sua articulação com a natureza e as preocupações da documentação de onde derivam parecem ser disso um claro indício, ainda que os dados obtidos não deixem de ser esguios.

Efectuada a apresentação dos principais contornos dos dados antroponímicos adivinham-se fecundas as conexões entre os comportamentos antroponímicos, as disposições dos documentos e o colorido social que deles emerge. Elas colocarão a descoberto ou esboçarão algumas das dinâmicas que enriqueceram o espaço social do burgo medieval portuense. Mas antes é impreterível que se ofereça, numa etapa intermédia, uma especial atenção ao âmago das formas antroponímicas que constituem esta tela, analisando-se, primeiramente, os sistemas que as abraçam e, depois, a natureza dos designativos que as sustentam.

3.2 Sistemas

É do conhecimento geral que, na Europa Ocidental, a passagem do ano mil⁴⁶² promoveu uma retracção e renovação dos *stocks* de nomes próprios, uma cristalização

⁴⁵⁸ Coelho, 1989, 30; Sousa, 1993, 343.

⁴⁵⁹ Coelho, 1989, 30; Sousa, 1993, 342; Ferreira, 1997, III, 741, 743-744, 751.

⁴⁶⁰ Rau, s/d, 94-95; Marques, 1987, 186; Coelho, 1993, 11-14.

⁴⁶¹ Sousa, 1995, 191. Cf., igualmente, Ferreira, 1997, III, 687-703.

⁴⁶² Dauszat, 1946, 35-36; Cursente, 1990, 162; Beltran Suarez, 1991, 50-60.

das preferências num número muito reduzido de onomatos e, em paralelo, uma substituição progressiva do nome único pelo sistema antroponímico de dois elementos⁴⁶³. De acordo com o que é referido por variados autores, como Monique Bourin⁴⁶⁴, Ermelindo Portela e M^a Carmen Pallares⁴⁶⁵, Patrice Beck⁴⁶⁶, George T. Beech⁴⁶⁷, deve-se entender o referido fenómeno, não tanto como uma “revolução”, mas sim como um processo evolutivo que, tendo abraçado essencialmente os séculos XI, XII e XIII⁴⁶⁸, conheceu particularidades e variações de intensidade e de ritmo, em função de cada região⁴⁶⁹, em função dos diferentes espaços nela incluídos⁴⁷⁰ e em função do facto de se ser nobre ou lavrador⁴⁷¹, homem ou mulher⁴⁷², laico ou eclesiástico⁴⁷³, entre outras distinções sociais, como a dos servos e dependentes⁴⁷⁴. Uma evolução entrosada essencialmente, na opinião de Monique Bourin⁴⁷⁵, com as mutações socio-políticas, como, por exemplo, as que dizem respeito à transmissão do património no interior das famílias⁴⁷⁶, nas quais o grau de enraizamento de estruturas feudais assume um papel significativo⁴⁷⁷.

Desta feita, é de todo interessante lembrar alguns dos principais traços de evolução atribuídos ao espaço português, que, como Robert Durand⁴⁷⁸ tem vindo a sublinhar, não se distinguiu dos diferentes espaços ibéricos cristãos, antes partilhou com eles a evolução dos sistemas de denominação. Ainda que não tenha tido a possibilidade de apoiar o seu estudo numa diferenciação sociológica dos indivíduos, em virtude da ausência de títulos ou de indicações de funções nos respectivos registos onomásticos, R. Durand⁴⁷⁹ mostrou que, na região de Coimbra, o século XI revelou-se estável, não obstante ter conhecido uma efectiva concentração das preferências num número muito

⁴⁶³ Bourin, 1990b, 8.

⁴⁶⁴ Bourin, 1990d, 236-237; Bourin, 2002d, 6.

⁴⁶⁵ Portela Silva, 1995, 32.

⁴⁶⁶ Beck, 1996, 374.

⁴⁶⁷ Beech, 1996, 402.

⁴⁶⁸ Dauzat, 1946, 35; Bourin, 1990d, 234; Beltran Suarez, 1991, 59; Garcia De Cortazar, 1991, 184 e 191.

⁴⁶⁹ Bourin, 1990d, 234-240.

⁴⁷⁰ Veja-se, por exemplo, as especificidades antroponímicas apresentadas pela Toscana, em Itália, perceptíveis já nos sécs. XII e XIII e bem visíveis no século XV. Especificidades essas que consistiam, por exemplo, em formas antroponímicas múltiplas e variadas. (Menant, 1996a, 19-21).

⁴⁷¹ Bourin, 1990c, 187-188; Bourin, 1990d, 240-245.

⁴⁷² Bourlet, 1992, 15-44; Sauvage, 1992, 48-49, 59-61, 63-64; Barthélemy, 1992, 73-75; Michaud-Frejavielle, 1992b, 82-85; Beck, 1992bb, 89-98; Pascaud, 1992b, 102-106; Cursente, 1992, 111-119; Nigoul, 1992, 133-141; Bourin, 1992f, 171-177; Sigal, 1992, 187-205; Bourin, 1992g, 207-229.

⁴⁷³ Chedeville, 1992, 32-39.

⁴⁷⁴ Bourin, 2002c, 211-212.

⁴⁷⁵ Bourin, 2002d, 12-13.

⁴⁷⁶ A este respeito consulte-se, por exemplo, Bourin, 1996a, 46-61, 365-378, 390-393, 396-397, 402-403, 405-406, 408-409, 421-422, 477-478; Bourin, 1995a, 91-97, 103-110, 229, 232-233; Beech, 2002.

⁴⁷⁷ Bourin, 2002d, 12-13.

⁴⁷⁸ Durand, 2002, 78-79.

⁴⁷⁹ Durand, 1990, 220, 222-223.

reduzido de nomes⁴⁸⁰, coroada mais tarde (1160) pelo "triomphe des noms chrétiens sur les noms germaniques [...]"⁴⁸¹. Efectivamente, o sistema de denominação dupla teve de esperar, naquela região, pelos inícios do século XII, entre 1125 e 1130, para triunfar, não obstante ser utilizado desde o século X⁴⁸². A partir da segunda metade do século XII (1160), a nova forma de identificar os indivíduos, envolveu, em Coimbra, cerca de 80% das formas antroponímicas, enquanto que na França meridional ela atingia os 90%⁴⁸³. Em contrapartida, em Arouca e Grijó, a referida evolução patenteou-se claramente precoce, pois, na última década do séc. XI, é o sistema antroponímico duplo que impera e não o do nome único, pois, segundo R. Durand⁴⁸⁴, entre 1130-1160, a prática deste último caiu cerca de 26%.

Assim, na Europa Ocidental, incluindo Portugal, no decurso dos séculos X a XIII, o sistema antroponímico laico masculino conheceu um novo elemento, o sobrenome. Se em determinados espaços e tempos, ele consistiu num indicativo de lugar, sinal de posse senhorial entre os nobres⁴⁸⁵ e de origem e/ou morada entre os não nobres⁴⁸⁶, noutros, como a Península Ibérica, onde, como refere Pascual Martinez Sopena⁴⁸⁷, a tradição visigótica se enraizou claramente, nomeadamente na Galiza⁴⁸⁸ e em Portugal Setentrional⁴⁸⁹, o sobrenome traduziu-se num indicativo de filiação (patronímico). A mesma tendência foi esboçada em Veneza, fazendo desta cidade um caso único no Norte de Itália, já que, na região da Toscana, por exemplo, a referida linha evolutiva para o sistema duplo foi mais lenta e orientou-se para os nomes hereditários⁴⁹⁰. Noutras regiões europeias, o segundo elemento onomástico converteu-se ainda num indicativo de função/ofício⁴⁹¹, podendo ainda basear-se nas características físicas, comportamentais, morais do indivíduo⁴⁹². O mesmo já não se pode desenhar para as antroponímias eclesiástica⁴⁹³ e feminina⁴⁹⁴, na medida em que elas se mantiveram

⁴⁸⁰ A mesma evolução é detectada em Navarra no período em consideração (Garcia De Cortazar, 1991, 191).

⁴⁸¹ Durand, 1990, 220, 222-223.

⁴⁸² Bourin, 1990d, 234-236; Garcia De Cortazar, 1991, 183-184.

⁴⁸³ Bourin, 1990d, 235.

⁴⁸⁴ Durand, 1995a, 104.

⁴⁸⁵ Michaud-Frejaville, 1990, 97; Neveux, 1990, 129-130; Cursente, 1990, 161; Bourin, 1990d, 240 e 243.

⁴⁸⁶ Bourin, 1990d, 243; Menant, 2002, 103-104.

⁴⁸⁷ Martínez Sopena, 1996, 78-79.

⁴⁸⁸ Portela Silva, 1995, 35, 46-47.

⁴⁸⁹ Durand, 1982, 110, 116; 1990, 223; Bourin, 1990d, 237 e 242; Garcia De Cortazar, 1991, p. 184.

⁴⁹⁰ Menant, 2002, 99.

⁴⁹¹ Uma constante entre os não nobres (Barthélemy, 1990, 38-40; Trottignon, 1990, 113-114; Neveux, 1990, 129; Cursente, 1990, 161; Bourin, 1990c, 199 e 204; Bourin, 1990d, 245).

⁴⁹² Mais comum entre os não nobres (Barthelemy, 1990, 97; Cursente, 1990, 161; Bourin, 1990c, 199 e 204; Bourin, 1990d, 245).

⁴⁹³ Bourin, 1992a.

⁴⁹⁴ Bourin, 1992e, 2.

durante mais tempo, a primeira menos e a segunda mais⁴⁹⁵, arregaçadas ao nome único e às designações complementares. Enquanto estas remetiam, no seio dos eclesiásticos, para uma função que, desde meados do século XI, era articulada com uma referência geográfica⁴⁹⁶, na antroponímia feminina apelavam ao universo familiar⁴⁹⁷.

Com efeito, é sabido que, à medida que se calcorreia as últimas centúrias da Idade Média, as formas de designação individual conheceram uma transformação no sentido de uma maior complexificação e variação⁴⁹⁸. Assim, a partir das últimas décadas do século XV e princípios do século XVI, sobretudo, de acordo com Iria Gonçalves⁴⁹⁹, nos principais centros populacionais, começaram a experimentar-se e a enraizar-se os apelidos que, por sua vez, deram origem aos nossos nomes de família⁵⁰⁰.

A centúria de Trezentos, período abraçado por este estudo, situa-se a meio caminho entre os tempos do aparecimento e enraizamento do sistema antroponímico de dois elementos e os tempos dos nomes de família. A meio caminho de um processo evolutivo cujos traços, na opinião de Christiane Klapisch-Zuber⁵⁰¹, se encontram ainda pouco estudados quando se centra a atenção nos séculos XIV e XV. A questão que nasce aqui é a de saber como é que a população da cidade do Porto se comportou nessa *démarche* antroponímica. Que tipo de sistemas onomásticos são utilizados na sua identificação? Qual a importância do sistema duplo e como se caracteriza ele? Quais as respostas que as fontes do Cabido permitem tecer?

3.2.1 Tipologia

No intuito de obter respostas àquelas questões, tornaram-se essenciais a organização e a sistematização das formas antroponímicas recolhidas dos documentos. As tipologias dos sistemas antroponímicos, quer masculinos (laicos)⁵⁰², quer femininos, que orientaram os estudos realizados, sob a égide de Monique Bourin e colaboração de Pascal Chareille⁵⁰³, afiguraram-se como um verdadeiro patamar de análise, já que facilitam o estudo comparativo não apenas entre espaços, mas igualmente entre tempos

⁴⁹⁵ Nas regiões do Baixo Languedoque, da Borgonha, em França a antroponímia feminina teve de penetrar no século XV para que o sistema duplo se enraizasse definitivamente (Beck, 1992bb, 90-92, 97-98; Martin, 1996, 35, 38).

⁴⁹⁶ Bourin, 1992a.

⁴⁹⁷ Bourin, 1992b.

⁴⁹⁸ Menant, 1996a, 23-24; Klapisch-Zuber, 1996, 476-477.

⁴⁹⁹ Gonçalves, 1988a, 70-71.

⁵⁰⁰ Dauzat, 1946, 33-51; Moreu-Rey, 1991, 111-113. Cf., igualmente, Brito, 1997, 409-411.

⁵⁰¹ Klapisch-Zuber, 1996, 473-474.

⁵⁰² Cf.: Bourin, 1990b, 11-12; Bourin, 1992e, 7-8.

⁵⁰³ Bourin, 1990a; Bourin, 1992a; Bourin, 1992b; Bourin, 1995a; Beck, 1997a; Bourin, 2002a; Bourin, 2002b.

medievais diferentes. Todavia, num ápice, o *stock* antroponímico recolhido assumiu-se extraordinariamente variado, de tal maneira que, numa primeira abordagem, cada forma antroponímica parecia ser específica a cada indivíduo, pois mostrava-se maleável às circunstâncias dos documentos e dos próprios indivíduos. Por conseguinte, à semelhança do percurso metodológico das equipas de pesquisa espanholas⁵⁰⁴ e italianas⁵⁰⁵, havia que partir do referido patamar tipológico, mas havia também que reformulá-lo e adaptá-lo à realidade antroponímica e social encontrada. Um esforço de organização e de sistematização que não deixou de se revelar árduo, na medida em que obrigou a etapas sucessivas de aproximação.

Aspirou-se essencialmente a circundar todos os sistemas antroponímicos aplicados na identificação dos indivíduos, fossem eles homens ou mulheres, fossem eles eclesiásticos ou laicos, sem, no entanto, se exigir um levantamento exaustivo de todas as formas antroponímicas nas suas múltiplas facetas, atendendo a que estas decorriam sobretudo da natureza dos elementos que as constituíam.

Quadro 11

Tipologia dos sistemas antroponímicos dos indivíduos do Porto, no decorrer do século XIV, a partir dos *pergaminhos* do Cabido do Porto.

| |
|---|
| <p>I – Sistema constituído por um único designativo</p> |
| <p>II - Sistema constituído por um único designativo e por uma designação complementar que lhe é apensa. Este complemento apresenta-se de dois modos:</p> <p>II.1 Simples, oferecendo indicações de natureza:</p> <p>II.1.1 - familiar: (ex: filho(a) de, sobrinho(a) de, mulher de, marido de, genro de, entre outros);</p> <p>II.1.2 - sócio – profissional e/ou honorífica⁵⁰⁶;</p> <p>II.1.3 - geográfica (ex: morador em).</p> <p>II.2 Composto: a designação complementar associa mais do que um tipo de características do indivíduo, cruzando, em parte ou cabalmente, as susoditas indicações (IIa1 + IIa2 + IIa3)⁵⁰⁷.</p> |
| <p>III – Sistema antroponímico constituído por dois designativos, em que o sobrenome pode ser:</p> <p>III.1 um nome:</p> <p>- um patronímico⁵⁰⁸ (ex: <i>J. Martins</i>⁵⁰⁹);</p> |

⁵⁰⁴ Martínez Sopena, 1995a.

⁵⁰⁵ Menant, 1996a, 19-20; Cursente, 1996, 61.

⁵⁰⁶ Agruparam-se aqui todas as indicações de títulos e/ou estatutos/funções que, por vezes, precedem a identificação (ex: D. ou Dona, Infante, frei, bispo, mestre-escola, tabelião, entre outros). Pode-se referir os seguintes exemplos: J. licenciado em Direito Canónico (ADP, *L. S.*, LXXX, 303-311v); D. mancebo de Lourenço Peres (ADP, *L. S.*, LXXIII, 103-109v); E. homem de Rui Vasques cónego (ADP, *L. O.*, XII, 51 e *L. S.*, LXXXVIII, 94-103); bispo Dom M. (ADP, *L. S.*, LXXIV, 144-153v).

⁵⁰⁷ Ex: A. V., tendeiro do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175); J. A., juiz na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 94-103); J. P, mulher de Domingos Gerales, cidadã do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172); M. G. mulher de Lourenço Peres Melacho, vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros (ADP, *L. S.*, LXXIX, 49-53v); J. A., filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVI, 39-51v); J. A., escudeiro do dito João Coelho (ADP, *L. S.*, LXXXIV, 42-48, 182-187); M. D., meio-cónego que foi na Sé do Porto, irmão de Domingos Eanes Grainho (cónego da Sé do Porto) (ADP, *L. O.*, XX, 23; XXIII, 3, 8; *L. S.*, XCVI, 25-30); J. M., escolar em direito canónico, morador na cidade do Porto e juiz ordinário pelo senhor rei, na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXX, 144-146v, 303-311v; LXXXII, 24-29v), entre muitos outros. *Vid.* apêndice 49.

- um apelido (ex: D. *Falcão*⁵¹⁰).

III. 2 um indicativo sócio – profissional (ex: D. *Ferreiro*)⁵¹¹;

III. 3 um indicativo geográfico (ex: M. *da Maia*)⁵¹²;

III. 4 um indicativo diverso (ex: A. *Pequeno*)⁵¹³.

IV - Sistema antroponímico complexo, já que o sobrenome passa a conectar dois ou mais dos diferentes elementos nomeados no sistema III, mas também sistema II. Deste modo, neste sistema, o sobrenome pode conhecer múltiplas modalidades que se podem agrupar da seguintes maneira:

IV.1 sobrenome constituído por um elemento e uma designação complementar simples ou composta (ex: IIIa + IIa ou IIb)⁵¹⁴;

IV.2 sobrenome constituído por dois elementos (ex: IIIa + IIIb⁵¹⁵; IIIa + IIIc⁵¹⁶; IIId + IIIb⁵¹⁷; IIIc + IIId⁵¹⁸);

IV.3 sobrenome constituído por dois elementos e uma designação complementar simples ou composta (ex: IIIa + IIIb + IIa ou IIb⁵¹⁹; IIIa + IIIa + IIa ou IIb⁵²⁰; IIId + IIIb + IIa ou IIb⁵²¹; IIIa + IIIc + IIa ou IIb⁵²², entre outros);

IV.4 sobrenome constituído por três elementos (ex: IIIa + IIIa + IIIb⁵²³; IIIa + IIIc + IIIb⁵²⁴; IIIa + IIIb + IIIb⁵²⁵; IIIa + IIIc + IIId⁵²⁶, entre outros);

IV.5 sobrenome constituído por três elementos e uma designação complementar simples ou composta (ex: IIIa + IIIc + IIIb + IIa ou IIb⁵²⁷; IIIa + IIIb + IIIc + IIa⁵²⁸; IIIa + IIIb + IIIb + IIb⁵²⁹; IIIa + IIIa + IIIb + IIa⁵³⁰).

V - Sistema antroponímico “anónimo” porque deixa na incógnita todos os elementos onomásticos acima referidos e resume-se a uma designação complementar que, à semelhança dos sistemas anteriores, pode apresentar-se de forma simples⁵³¹; ou composta⁵³².

⁵⁰⁸ De referir que se seguiu a opção de Iria Gonçalves ao considerar como patronímico todos os nomes que revelam o nome próprio do pai, independentemente de se encontrarem ou não no genitivo, pois, tal como refere aquela investigadora, todos eles têm a mesma função (Gonçalves, 1988a, 90).

⁵⁰⁹ João Eanes (ADP, *L. S.*, LXXXI, 60-66): João Eanes é filho de João Peres Pirrigoto da Ferreira. *Vid.* apêndice 49.

⁵¹⁰ Domingos Falcão (*vid.* apêndice 49). Acredita-se que o nome deste indivíduo não corresponde a um patronímico, mas sim a um possível nome hereditário, considerando o facto de o nome “Falcão” ser pouco vulgar e a partilha entre irmão e irmã do mesmo nome: Domingos Falcão era irmão de Margarida Falcão. (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 218-224v). Não obstante, estes dois vectores não são senão um indicio, já que não afastam a hipótese de aquele nome constituir, na mesma, um patronímico. Em todo o caso, optou-se por considerar esta alínea, de forma a visualizar ou detectar possíveis situações de nomes hereditários, já que estes são encontrados, embora em reduzido número, noutros sistemas antroponímicos.

⁵¹¹ Domingues, ferreiro (ADP, *L. S.*, LXXIV, 230-235). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹² André da Maia (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 83-86v). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹³ André Pequeno (ADP, *L. S.*, XCVIII, 48-54). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹⁴ Ex: J. Afonso, filho de Afonso Rodrigues Ribeiro (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 34-65, 183-188; CI, 346-353) ou J. Vicente, tabelião público do rei na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, VIII, 32; XXX, 32; ADP, *L. S.*, LXXIII, 46-50; LXXIX, 55-61v; 203-216).

⁵¹⁵ Ex: A. Martins mercador (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 94-103). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹⁶ Ex: A. Martins da Agrela (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹⁷ Ex: J. de Sousa, notário (ADP, *L. O.*, XII, 51; XXIV, 1; *L. S.*, LXXIV, 250-259; LXXXVIII, 88-93). *Vid.* apêndice 49.

⁵¹⁸ Ex: D. Eanes, o Grainho, de Rio Meão (ADP, *L. O.*, XX, 23; XXIII, 3, 8; *L. S.*, XCVI, 25-30).

⁵¹⁹ Ex: M. Domingues, sapateiro, filho de Diogo Esteves sapateiro (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 218-224v) ou João Pesado, advogado, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XC, 100-111v). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁰ Ex: D. Peres Repicalhos, clérigo do coro (ADP, *L. S.*, LXXIX, 55-61v; LXXX, 133-140; XC, 148-154) ou J. Vicente Pinto, tabelião do rei na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

⁵²¹ Ex: F. da Guarda, mercador, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224) ou J. de Santa Maria, clérigo, procurador do Cabido (ADP, *L. S.*, LXXXII, 24-29v; XCVII, 118-128, 141-154). *Vid.* apêndice 49.

⁵²² Ex: M. Peres dito Perro, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXIV, 1; *L. S.*, LXXIX, 203-216; *L. S.*, LXXXI, 169-175) ou D. Domingues o Codero, clérigo do coro da Sé do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172). *Vid.* apêndice 49.

⁵²³ Ex: J. Domingues, Navarro, Notário (ADP, *L. S.*, LXXXVI, 54-59; LXXXVIII, 94-103; XCVII, 141-154; XCVIII, 132-146v). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁴ Ex: J. Eanes de Válega, raçoeiro (ADP, *L. O.*, XX, 28; XXIII, 16; XXVI, *L. S.*, LXXIX, 55-61v; LXXXI, 238-244; LXXXII, 114-118v; LXXXVI, 92-108v; LXXXVII, 34-65; CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁵ Ex: L. Domingos, coreiro, clérigo (ADP, *L. S.*, LXXXVI, 92-108v). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁶ Ex: D. Eanes o Grainho de Rio Meão (ADP, *L. O.*, XX, 23; XXIII, 3, 8; *L. S.*, XCVI, 25-30). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁷ Ex: P. Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XC, 161-166v). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁸ Ex: G. Martins, contador, dito Corvoeiro, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 152-160). *Vid.* apêndice 49.

⁵²⁹ Ex: L. Gonçalves, tendeiro, mercador, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204-224). *Vid.* apêndice 49.

⁵³⁰ Ex: J. Afonso Rodrigues, escudeiro, filho de Afonso Rodrigues Ribeiro (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 34-65, 183-188; CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

⁵³¹ Ex: chantre (dito) (ADP, *L. O.*, XXVIII, 6; *L. S.*, LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172, LXXV, 20v-22v, 178-183; LXXVI, 39-51v; LXXXII, 120-135; XCV, 120-124); mulher que foi de Afonso Eanes (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175); irmã de Gil Martins das Tendas (ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v). *Vid.* apêndice 49.

⁵³² Ex: caseiros e lavradores (ditos) (ADP, *L. S.*, XCVIII, 48-54) e D. abade (dito) (ADP, *L. O.*, XIV, 53, *L. S.*, LXXIX, 70-78). *Vid.* apêndice 49.

Comparada com a da equipa de Azay-le-Ferron⁵³³, a tipologia elaborada para este estudo assume-se não muito diferente, mas claramente mais complexa (quadro 11). De facto, como já se mencionou, também no Porto da centúria de Trezentos se contemplam múltiplas e variadas formas antroponímicas, nomeadamente ao nível do sistema antroponímico complexo (IV), já que se consideram as formas de identificação constituídas não unicamente por designativos, mas também por designações complementares que, como se pode verificar nos diferentes patamares da tipologia, podiam apresentar-se de forma simples ou composta, para além de ocasionar o sistema V⁵³⁴. É de todo conveniente afirmar que as designações complementares suscitaram algumas questões.

O facto de, tal como se frisarà adiante, não serem mais do que meras designações, meras informações com vista a caracterizar e posicionar o indivíduo, não assumindo, assim, o carácter de uma verdadeira denominação⁵³⁵, levou a que se questionasse se a tipologia elaborada deveria ou não considerá-la. As opções metodológicas da equipa de Azay-le-Ferron não a deixaram de considerar, entendendo-a como uma variante do sistema antroponímico de nome único. Contudo, no que diz respeito às formas antroponímicas complexas, as designações complementares não são contempladas de forma explícita. Como proceder então? Seguir de perto as referidas opções, considerando apenas o seu papel no seio dos sistemas simples? Ou, pelo contrário, adaptá-las à tela antroponímica restituída pelos documentos consultados, concedendo-lhe um lugar em cada variante da tipologia, de maneira a aquilatar o seu valor?

Como se pode atestar na referida tipologia (quadro 11), optou-se pela segunda possibilidade, atendendo a que, embora próximos em termos temáticos e metodológicos, o objecto de estudo, as plataformas temporais e espaciais do estudo multicêntrico levado a cabo pela equipa de Azay-le-Ferron⁵³⁶ e a pesquisa da qual resultou este testemunho apontam para realidades antroponímicas que, não sendo opostas, se revelam diferentes. E realidades antroponímicas diferentes exigem tipologias maleáveis que, embora obedeçam a uma estrutura comum, contemplem as variantes.

⁵³³ Bourin, 1990b, 11-12.

⁵³⁴ Sistema antroponímico “anónimo”.

⁵³⁵ Dominique Barthélemy destaca a dificuldade que existe em distinguir a designação que caracteriza o indivíduo e a denominação constituída por nomes, podendo a primeira promover uma denominação mais sucinta (Barthélemy, 1990, 36-37). Ermelindo Portela e M^a Carmen Pallares seguem esta mesma óptica, afirmando que as designações complementares que encontraram nos documentos do Mosteiro do Sobrado, entre os séculos IX e XIII, não assumem senão o carácter de uma designação própria, individual, distanciando-se assim da denominação (Portela Silva, 1995, 35).

⁵³⁶ A pesquisa desenvolvida pela equipa orientada por Monique Bourin teve como objectivo avaliar a amplitude e alcance espacial e social da evolução dos sistemas antroponímicos na Europa Ocidental, entre os séculos X e XIV, com particular incidência nos séculos XI, XII e XIII (Bourin, 1990b, 7-12).

É neste seguimento de ideias que se enquadra a tipologia elaborada, pois se no período privilegiado pelo objecto de estudo da equipa de Monique Bourin, as designações complementares conheciam um papel sobretudo no seio dos sistemas antroponímicos simples, na cidade do Porto, na centúria de Trezentos, aquele elemento adquire, como se apurará, um carácter nodal nos sistemas de identificação complexos, pelo que não podia ser ignorado. Assim, em coerência com os patamares definidos para o sistema antroponímico simples, foi-lhes reservado um lugar entre as diferentes variantes dos ditos sistemas complexos. Na realidade, como se confirmará à medida do desenvolvimento desta análise, embora, como o nome indica, constituam mais uma designação do que uma denominação, as designações complementares são constantemente utilizadas na identificação dos indivíduos, mostrando-se praticamente imprescindíveis e lembrando que, neste estudo, elas não poderiam ser omitidas, pois tal opção tornaria a referida tipologia redutora, desbotando a tela antroponímica e sonogando-lhe parte da sua expressividade social, utilizando os termos de Ermelindo Portela e M. Carmen Pallares⁵³⁷. Com efeito, o quadro que se segue (quadro 12) mostra como as designações complementares se encontram bem presentes na tela antroponímica em estudo, abraçando mais de metade (61, 88%) das formas de denominação recolhidas, uma fatia bem mais superior do que aquela encontrada em terras alentejanas, no século XV, onde pouco mais de ¼ do total dos nomes são acompanhados por um elemento identificativo que lhe é apenso⁵³⁸.

3.2.2 Traços diacrónicos

Considerando, deste modo, a tipologia elaborada, é interessante observar que é precisamente o sistema antroponímico complexo e respectivas variantes (em particular os sistemas IV.1, IV.2 e IV.3) que imperam na cidade *invicta*, em todo o século XIV, não se verificando linhas evolutivas de nota, mas sim um enraizamento e manutenção das práticas de denominação em vigor, ainda que as percentagens que lhes são atribuídas no decorrer da centúria nem sempre sejam rigorosamente as mesmas. E isto tanto na antroponímia masculina como na feminina, como se asseverará numa etapa ulterior.

⁵³⁷ Portela Silva, 1995, 29.

⁵³⁸ Gonçalves, 1988a, 71.

No total das 2075 formas antroponímicas respeitantes à cidade do Porto e à centúria de Trezentos (quadro 12), mais de três quartos (76,28%) das formas de identificação são abraçadas por um sistema antroponímico complexo, apesar de os sistemas IV.4 e IV.5 se revelarem extremamente exíguos. O sistema de denominação composto por um sobrenome simples ao qual é apensa uma designação complementar (IV.1) destaca-se, com clareza, em relação aos outros, embora não deixe de abrir caminho a outras opções antroponímicas, como os sistemas IV.2 ou IV.3. Não obstante, a antroponímia do Porto do século XIV parece mostrar-se um pouco distante dos níveis de complexidade e de variedade esboçados pelas cidades comunais do Norte de Itália, desde o século XIII até ao final da Idade Média, como Bolonha, Parma e Florença⁵³⁹, que, por sua vez, quer ao nível político, quer ao nível económico e social, adquiriam, como é sabido, características muito próprias⁵⁴⁰.

Quadro 12
 Frequência da utilização dos sistemas antroponímicos⁵⁴¹ dos indivíduos
 associados ao Porto, (Cabido do Porto, séc. XIV)⁵⁴².

| Sistemas | 1301 - 1325 | % | 1326 - 1350 | % | 1351 - 1375 | % | 1376 - 1400 | % | Total global | % |
|---------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------------------|------------|
| I | 4 | 0,86 | | | 6 | 1,27 | 7 | 1,19 | 17 | 0,82 |
| II | 28 | 6,03 | 12 | 2,18 | 16 | 3,38 | 19 | 3,24 | 75 | 3,61 |
| III | 80 | 17,24 | 95 | 17,24 | 94 | 19,87 | 127 | 21,64 | 396 | 19,08 |
| IV. 1 | 165 | 35,56 | 214 | 38,84 | 171 | 36,15 | 195 | 33,22 | 745 | 35,90 |
| IV. 2 | 78 | 16,81 | 103 | 18,69 | 70 | 14,80 | 101 | 17,21 | 352 | 16,96 |
| IV. 3 | 38 | 8,19 | 50 | 9,07 | 64 | 13,53 | 62 | 10,56 | 214 | 10,31 |
| IV. 4 | 6 | 1,29 | 3 | 0,54 | 4 | 0,85 | 4 | 0,68 | 17 | 0,82 |
| IV. 5 | 7 | 1,51 | | | 1 | 0,21 | 3 | 0,51 | 11 | 0,53 |
| V | 58 | 12,50 | 73 | 13,25 | 47 | 9,94 | 66 | 11,24 | 244 | 11,76 |
| ? | | | 1 | 0,18 | | | 3 | 0,51 | 4 | 0,19 |
| Total global | 464 | 100 | 551 | 100 | 473 | 100 | 587 | 100 | 2075 ⁵⁴³ | 100 |

A sua linha de distribuição cronológica acaba por reflectir em grande parte a das formas antroponímicas no seu conjunto, já sobejamente conhecida: crescimento entre o primeiro quartel e o segundo; quebra evidente entre 1351-1375 e recuperação nos

⁵³⁹ Menant, 1996a, 21-23; Menant, 2002, 99-102, 108; Klapisch-Zuber, 1996, 474-476.

⁵⁴⁰ Menant, 2002, 108.

⁵⁴¹ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

⁵⁴² Não se consideraram aqui as coordenadas temporais que mereciam dúvidas.

⁵⁴³ Este total tem em consideração única e simplesmente a coordenada espacial do Porto e apenas a centúria 1301-1400, deixando à parte os anos situados entre 1401 e 1406, de forma a simplificar a leitura do quadro. Se estes anos fossem considerados, o cômputo de formas antroponímicas não seria de 2075, mas sim, como já se apontou, de 2112. Cf. os gráficos 17 e 18.

últimos vinte cinco anos (gráfico 21). É interessante apurar que, embora conheçam níveis de utilização bastante mais baixos, o sistema antroponímico de três designativos (IV.2) e o que se resume a apenas uma designação complementar (V) acompanham de perto aquela mesma linha de distribuição. A linha de distribuição que, aliás, é correspondente à das formas antroponímicas oferecidas pelos documentos que procuram gerir o património.

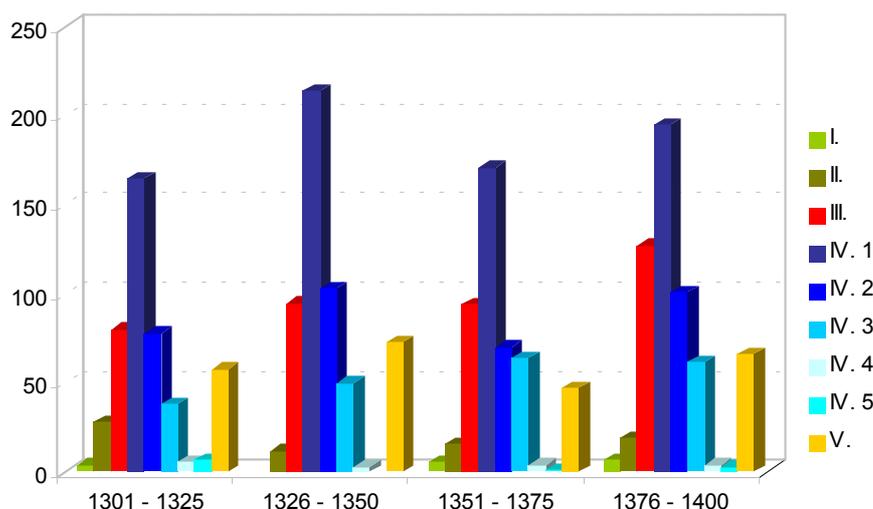


Gráfico 21 – Distribuição do total de formas antroponímicas do Porto e dos diferentes sistemas antroponímicos⁵⁴⁴ em que se enquadram, no decorrer do séc. XIV.

Relativamente ao sistema de denominação dupla (III), o segundo mais utilizado, é de referir que ele desperta duplamente o nosso interesse.

Em primeiro lugar, porque os seus níveis de utilização e os do sistema com três designativos (IV.2) encontram-se muito próximos, chegando mesmo a enfiar-se no segundo quartel do século, para depois se afastarem ligeiramente, crescendo o primeiro e decaindo um pouco o segundo, entre 1351-1375 (gráfico 21). Como consequência, no último quartel, em que ambos os sistemas crescem, acompanhando, aliás, o aumento do número de formas antroponímicas compiladas, a utilização do sistema III sobrepõe-se ligeiramente ao sistema IV.2. Vislumbra-se então aqui uma espécie de braço de ferro entre identificar os indivíduos com um sobrenome composto apenas por um elemento ou com um sobrenome composto por dois elementos. Entretanto, o sistema IV.1

⁵⁴⁴Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

impera⁵⁴⁵ (gráfico 21) e parece estar entre aqueles dois, já que possui um sobrenome constituído apenas por um designativo, acompanhado por uma designação complementar, que poderá levar ou não, em função dos indivíduos, ao enriquecimento do sobrenome com um segundo elemento⁵⁴⁶.

Em segundo, porque a sua linha de distribuição é muito semelhante à linha desenhada pela distribuição das formas antroponímicas compiladas a partir de documentos que permitiam ampliar a riqueza. Se, na primeira metade do século XIV, ela se revela relativamente estável, na segunda metade ela contraria a queda que o conjunto das formas antroponímicas conheceu, entre 1351 e 1376, acompanhando, na mesma, embora de forma suave, o crescimento que a generalidade das formas antroponímicas conheceu no último quartel (gráfico 21).

Entretanto, é de notar que os sistemas II e IV.4, representando, em parte, os extremos dos sistemas de identificação, já que um é mais simples e o outro é mais complexo, apresentam níveis de sucesso francamente baixos, ainda que o primeiro consiga estar um pouco acima do segundo. De acusar ainda que, não obstante a sua debilidade, o sistema II não deixa de conhecer uma quebra, não no terceiro quartel, como seria de esperar, mas logo nos primeiros tempos da centúria, estabilizando depois em níveis mais baixos que aqueles que inicialmente o caracterizavam (gráfico 21).

Por fim, não é de omitir o sistema antroponímico dito “anónimo” (V.), cujos níveis de utilização estão longe de um verdadeiro enraizamento, dado que representa uma fatia muito frágil (11,76%) no conjunto dos sistemas antroponímicos, embora a sua presença seja mais clara na primeira metade do século do que na segunda (gráfico 21), o que, como se aferirá adiante, está um pouco conectado com o tipo de documentos.

Assim, à excepção do sistema IV.1, os sistemas antroponímicos identificados registam níveis de utilização próximos e variações bastante ligeiras, pois, no decorrer do século não chegam a abraçar, no total de 2075, mais de cem formas antroponímicas, à excepção do sistema III que, em virtude do crescimento descrito acima, ultrapassa ligeiramente aquele nível, entre 1376-1400, abraçando 127 formas antroponímicas (quadro 12). Com efeito, ao contrário da realidade antroponímica da região do Alentejo, no séc. XV⁵⁴⁷, na urbe portuense é a primeira variante do sistema antroponímico complexo (IV.1) que domina, inequivocamente, no *stock* onomástico oferecido pelos

⁵⁴⁵ De acordo com o que se apurou acima.

⁵⁴⁶ *Vid.*, na parte II, pontos 4.3 e 4.4 deste estudo, a partir da p. 164.

⁵⁴⁷ De acordo com os dados disponibilizados, é possível verificar-se que o sistema aqui definido de IV.1 abraça, no almoxarifado de Évora, apenas 24, 8% do total de nomes apresentado (Gonçalves, 1988a, 71-72).

documentos. Em níveis claramente inferiores encontra-se um “braço de ferro” entre o sistema duplo simples (III) e uma outra variante do sistema duplo complexo, caracterizada pelo recurso a um sobrenome composto por dois designativos (IV.2), do qual o primeiro parece conseguir ter alguma vantagem. Contudo, se como se, acendrou acima, se proceder à combinação das diferentes variantes do sistema complexo, concluir-se-á que, de facto, no século XIV, a antroponímia portuense sente-se muito mais atraída pelo sistema complexo, denotando uma preferência explícita pelo susodito sistema IV.1⁵⁴⁸. Este parece assim ser impulsionado pela interacção de duas “placas tectónicas” antroponímicas da Baixa Idade Média: o sistema duplo simples e o sistema duplo complexo. De facto, aquele – IV.1 – não é nem simples, nem complexo, mas constitui uma espécie de equilíbrio entre os dois pólos, embora o sistema complexo, com todas as suas variantes, apresente uma clara vantagem (76,28%), perscrutando-se uma tendência para a variedade das formas de identificação. Uma tendência que se distancia da antroponímia característica dos finais do século XII e do século XIII, nos quais predominava o sistema duplo simples⁵⁴⁹. Uma tendência anunciadora do sobrenome composto que, segundo J. Leite de Vasconcelos, passou a vigorar no século XVI⁵⁵⁰. Na realidade, se o sistema IV.1 é o mais utilizado, tal não significa que ele domine, na íntegra, a identificação dos indivíduos, pois, como se pode atestar no quadro, ele não chega nunca a abraçar 40% do total de formas antroponímicas em análise. O que expressa que mais de metade das formas antroponímicas se dispersam e dividem por outros sistemas. A variedade e flexibilidade impõem-se, assim, à uniformidade das opções antroponímicas, centrando-se, um pouco mais, como se viu, nos sistemas complexos do que nos sistemas mais simples, I, II ou III: o que aliás se coaduna com o ambiente que envolve esta tela antroponímica. Um ambiente urbano que, porque é mais dinâmico, porque, por natureza, é mais multifacetado ao nível social, “hesita”, seguindo o pensamento de Benoit Cursente em relação ao espaço urbano do século XIII⁵⁵¹, entre vários sistemas de designação, tornando a antroponímia bem mais elástica⁵⁵².

Importa, portanto, ter cuidados com os personagens, isto é, com os elementos que podiam constituir e adornar os referidos sistemas, já que é por meio da sua natureza e da

⁵⁴⁸ Sistema antroponímico complexo com um sobrenome constituído por um elemento e uma designação complementar.

⁵⁴⁹ Cf. supra, p. 127.

⁵⁵⁰ Vasconcelos, 1928, 145.

⁵⁵¹ Cursente, 1990, 163.

⁵⁵² Bourin, 1990c, 191.

sua interacção que esta tela adquire “cor” e “alma”. Importa, portanto, conhecer, de forma mais próxima, os designativos e as designações complementares utilizados na identificação dos indivíduos da cidade do Porto, no século XIV. O que constituirá a próxima etapa da análise em curso.

4. OS ELEMENTOS ⁵⁵³ DA TELA ANTROPONÍMICA

Antes de mais, é de sublinhar que, à semelhança do que refere Carlos Laliena Corbera⁵⁵⁴, este tipo de aproximação exigiu que o enfoque fosse centrado não em todas as formas antroponímicas diferentes utilizadas na identificação dos indivíduos do Porto, no século XIV, como se fez até aqui, mas sim, única e simplesmente, nas formas de identificação mais completas⁵⁵⁵ e complexas⁵⁵⁶ que os identificaram, pois, caso contrário, este tipo de análise sustentar-se-ia de uma realidade antroponímica demasiado inflacionada. Deste modo, nesta etapa analítica, a atenção recairá, não sobre o total de formas antroponímicas – 2112⁵⁵⁷ –, mas sim sobre o total de indivíduos – 967 – identificados e enquadrados no espaço social do Porto e no espaço temporal da centúria de Trezentos⁵⁵⁸.

⁵⁵³ Pretende-se, a partir daqui, perspectivar individualmente os diferentes elementos que integraram as formas de denominação colhidas dos documentos. Deste modo, em sintonia com o que foi referido acima em relação à integração das designações complementares na tipologia antroponímica, enquadram-se nesta análise os nomes e as designações complementares, independentemente da sua natureza mais ou menos denominativa.

⁵⁵⁴ Laliena Corbera, 1995, 299.

⁵⁵⁵ Por exemplo, o indivíduo Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto, é referenciado mais do que uma vez, no mesmo documento e em documentos diferentes, reunindo nove formas antroponímicas na sua ficha prosopográfica: Lourenço Domingues das Eiras Mercador na cidade do Porto ((1365 – carta de emprazamento) ADP, *L. S.*, XCVIII, fl. 195-201); Lourenço Domingues das Eiras ((1367 – carta de venda) ADP, *L. S.*, LXXVI, fl. 156-162); Lourenço Domingues das Eiras ((1368 – auto de posse) ADP, *L. S.*, LXXVI, fl. 156-162); Lourenço Domingues das Eiras ((1369 – carta de doação) ADP, *L. S.*, LXXXVIII, fl. 94-103); Lourenço Domingues das Eiras morador em outro tempo na cidade [do Porto]; Lourenço Domingues (dito); Lourenço Domingues das Eiras já passado; Lourenço Domingues (dito) e Lourenço Domingues das Eiras ((1370 – sentença e auto de posse) ADP, *L. S.*, LXXXVIII, fl. 94-103). Como agora se pretende conhecer e avaliar a natureza e frequência dos elementos que os diferentes sistemas antroponímicos utilizados na identificação dos indivíduos, importa centrar a atenção na forma antroponímica mais completa respeitante a cada indivíduo, pois, por um lado, na esmagadora maioria dos casos, ela acaba por abraçar todos os elementos utilizados na identificação do indivíduo. Por outro lado, impede uma multiplicação desmesurada dos diferentes elementos onomásticos que reflectiria, não tanto a maior ou menor frequência de um certo designativo, mas sobretudo a maior ou menor frequência de referências a um determinado indivíduo num documento ou em vários documentos.

⁵⁵⁶ Por vezes, o mesmo indivíduo é identificado com formas antroponímicas muito semelhantes, alternando no tipo de informações que cedem e na forma como as apresentam. Por exemplo, Álvaro Peres, cônego, vigário da Igreja do Porto é também identificado da seguinte maneira: Álvaro Peres, cônego do Porto, procurador do Cabido (ADP, *L. S.*, LXXV, 32-38v; XCI, 1-16; XCVII, 111-116v). O tipo de informação oferecida é muito semelhante, oferecendo apenas pequenas variações, o que nos fez optar pela primeira, já que, de acordo com a tipologia acima definida, apresenta um maior número de elementos antroponímicos, pertencendo ao sistema IVc): Álvaro (primeiro designativo – nome próprio); Peres (2º designativo); cônego (3º designativo) e vigário da Igreja do Porto (designação complementar). A segunda forma antroponímica situa-se também no sistema IV, mas não na variante IV c) e sim na IV a). Deste modo, a definição da forma antroponímica mais completa teve como critério o tipo e riqueza de informação fornecida, mas também o seu grau de complexidade.

⁵⁵⁷ De acordo com o que se referiu acima, este cômputo diz respeito às formas antroponímicas relativas a indivíduos do Porto e que envolvem não somente a centúria de Trezentos, mas também os anos compreendidos entre 1301 e 1406. Como se verificou, estes anos não foram considerados na elaboração de quadros e gráficos, fazendo com que as formas antroponímicas em análise se restringissem de 2112 para 2075.

⁵⁵⁸ De lembrar que, como se referiu atrás, além das datas que extravasam os limites cronológicos deste estudo, os anos a compreendidos entre 1401 e 1406 não foram, nesta análise, considerados, na medida em que correspondem a um período muito curto que não é passível de comparação com os quartéis do séc. XIV, pois, como é de prever, os documentos considerados são

4.1 Primeiro Designativo

O primeiro designativo corresponde, aqui, ao primeiro elemento nominativo que constitui o sistema antroponímico.

Independentemente de se tratar de um onomato feminino ou masculino, independentemente dos diferentes intervalos cronológicos definidos e apesar de alguns designativos permanecerem na incógnita, este primeiro nome adquire, na esmagadora maioria dos indivíduos, uma natureza essencialmente antroponímica, correspondendo a um nome próprio (quadro 13).

Quadro 13
A natureza do primeiro designativo (1ºD) (Porto, séc. XIV).

| Natureza do 1º D ⁵⁵⁹ | Total | % |
|---------------------------------|-------|-------|
| Antroponímica | 931 | 96,28 |
| Diversos | 6 | 0,62 |
| ? ⁵⁶⁰ | 30 | 3,10 |
| Total | 967 | 100 |

Um só nome próprio e não mais do que um como acontecia nos finais do século XIV, em Itália, na região da Toscana, como por exemplo na cidade de Florença, onde se multiplicavam os nomes próprios, correspondendo o primeiro a um nome de baptismo e sendo os restantes homónimos de parentes agnáticos anteriores ou de santos patronos⁵⁶¹, procurando-se manter vivo o património de nomes de cada família⁵⁶². Efectivamente, na antroponímia portuense da centúria de Trezentos, não se encontraram nomes próprios compostos por mais do que uma unidade⁵⁶³.

somente aqueles cujas referências antroponímicas remetem para alguns indivíduos cujos trilhos de *vida* se enquadram também nos anos da centúria de trezentos. O contributo destes anos e respectivos documentos será sim tido em conta numa fase ulterior, aquando da análise prosopográfica e reconstituição de relações, mais especificamente na parte III deste estudo.

⁵⁵⁹ De referir que nem sempre é fácil definir claramente a fronteira entre nomes com natureza antroponímica e nomes de outra natureza, pois alguns destes nomes podem ter-se enraizado na identificação dos indivíduos, funcionando como verdadeiros antroponímicos, enquanto que numa fase inicial decorriam e entrosavam-se apenas com as vivências dos respectivos indivíduos.

⁵⁶⁰ Em virtude do avançado estado de deterioração de certos documentos consultados, de acordo com o que se referiu acima (*vid*), no presente estudo, parte I, ponto 2, a partir da p. 47), alguns antroponímicos suscitam muitas dúvidas e/ou permanecem na incógnita. São estes casos os que se contabilizam neste quadro e se sinalizam com um ponto de interrogação.

⁵⁶¹ Klapisch-Zuber, 1990, 84-85, 93-94, 97; Klapisch-Zuber, 1996, 477; Beck, 2002, 151-152. De referir, no entanto, que, em França, a multiplicação dos nomes de baptismo na identificação dos indivíduos encontra-se documentada apenas a partir do séc. XVI (Beck, 2002, 152).

⁵⁶² Klapisch-Zuber, 1990, 109-130.

⁵⁶³ O mesmo continua a ser evidenciado na onomástica de Lisboa, no século XVI (Alves, 1983, 140).

Além dos nomes de baptismo⁵⁶⁴, vislumbram-se ainda, na antroponímia portuense, à semelhança do que é observado no almoxarifado de Évora⁵⁶⁵ e no arquipélago da Madeira⁵⁶⁶, algumas unidades antroponímicas delexicais que parecem substituir o nome próprio, omitindo-o, e espelhando certos aspectos das contingências de vida do próprio indivíduo ou dos seus familiares. Trata-se de nomes cujo significado é um pouco enigmático, embora pareçam remeter para topónimos (*Cabeceiras*⁵⁶⁷, *Marão*⁵⁶⁸) ou para características físicas ou psicológicas (*Dourado*⁵⁶⁹).

4.1.1 *Stock* feminino

No total de 124 mulheres associadas ao Porto, entre 1301 e 1400, somente o primeiro designativo de 113 é conhecido, tendo-se compilado 30 unidades onomásticas diferentes, o que, à partida, atribui, em média, cerca de quatro mulheres por cada unidade (quadro 14). Todavia, na prática, não é o que parece acontecer, pois, num ápice se atesta⁵⁷⁰ que 10% do total de unidades (*Maria*, *Margarida* e *Catarina*) é suficiente para denominar metade da população feminina, revelando uma concentração onomástica muito forte (quadro 14).

É evidente, portanto, que, na cidade do Porto, na centúria de Trezentos, se preferiam mais uns nomes próprios do que outros, sendo *Maria*⁵⁷¹ o onomato que cristalizava maior número de preferências, já que envolve um quarto (25,8%) da população feminina em estudo, ao contrário do que se aferiu para as cidades de Marselha, entre os séculos XIII e XIV⁵⁷², de Blois, em 1334⁵⁷³, e na região da Borgonha⁵⁷⁴, na qual, do século XIII para o século XIV, aquele onomato conheceu uma regressão nítida, acompanhando a queda dos nomes considerados tradicionais. Em contrapartida, em Florença, entre os séculos XIV e XVI, os onomatos *Maria* e *Margarida* não deixavam de merecer algum encanto, visto que continuavam a ser utilizados, se bem que numa

⁵⁶⁴ Bourin, 1997, 244.

⁵⁶⁵ Gonçalves, 1988a, 72.

⁵⁶⁶ Nunes, 1999, 26 e 39.

⁵⁶⁷ Cabeceiras, alfaiate (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 94-103).

⁵⁶⁸ Marão do Monte, chantre (ADP, *L. S.*, LXXXI, 176-179).

⁵⁶⁹ Mestre Dourado (ADP, *L. S.*, LXXIX, 166-174).

⁵⁷⁰ Cf. apêndices 16 e 17.

⁵⁷¹ Já bastante frequente na documentação relativa aos Mosteiros de Grijó e de Arouca, no período compreendido entre o séc. X e o século XIII (Durand, 1995a, 108).

⁵⁷² Sigal, 1992, 204-205 e Bourin, 1992g, 227.

⁵⁷³ Sauvage, 1992, 61-62.

⁵⁷⁴ Beck, 1992bb, 98.

posição secundária, considerando que, como já se referiu, naquela cidade se recorria a mais do que um nome próprio⁵⁷⁵.

Quadro 14

O primeiro designativo (1ºD) na identificação da população feminina (Porto, séc. XIV)⁵⁷⁶.

| Parâmetros de Análise | Total |
|---|--------|
| Número total de indivíduos do sexo feminino | 124 |
| Número total de indivíduos do sexo feminino com 1ºD (T) | 113 |
| Número de unidades onomásticas diferentes (D) | 30 |
| Stock por 100 indivíduos ((D*100):T) | 25,54 |
| Nome mais frequente: | |
| - número de indivíduos por ele identificados | 32 |
| - % de indivíduos no total da população feminina (com 1º D) | 28,31% |
| Nomes dominantes: | |
| - número ⁵⁷⁷ | 3 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 10% |
| - número de indivíduos por eles identificados | 54 |
| - % de indivíduos por ele identificadas, em relação ao total da população feminina (com 1º D) | 47,78% |
| Nomes raros (utilizados apenas uma vez): | |
| - número | 15 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 50% |
| Número mínimo de nomes diferentes necessários para designar 50% da população feminina (com 1ºD) | 3 |

Assim, comparada com as cidades francesas acima nomeadas, ao sentir-se tão seduzida pelo onomato *Maria*, a antroponímia feminina portuense mostra-se pouco moderna e conservadora, já que é sabido que o referido antropónimo dominou, em períodos anteriores, noutras cidades europeias, como em Nápoles⁵⁷⁸, a partir do século X, em Agde⁵⁷⁹, no séc. XII, em Montpellier⁵⁸⁰, a partir de 1200. O mesmo se verificou no reino português⁵⁸¹, como testemunha a antroponímia de Coimbra⁵⁸², nos sécs. XII e XIII, e a da linhagem dos *Sousa*, entre os séculos XI, XII e XIII, ainda que aqui, segundo Robert Durand, o referido domínio seja mais tardio e acompanhe o declínio de prestígio da própria linhagem⁵⁸³. A referida preferência é também detectada em Alcobça, no crepúsculo do séc. XIV, onde, de acordo com Iria Gonçalves, aquele

⁵⁷⁵ Klapisch-Zuber, 1990, 92-93.

⁵⁷⁶ A elaboração deste quadro seguiu de muito perto as orientações metodológicas de Monique Bourin e de Pascal Chareille (Bourin, 1992f, 180). Cf. apêndice 16.

⁵⁷⁷ A definição do número de nomes dominantes teve como critério o patamar onde se verifica uma ruptura na utilização dos nomes.

⁵⁷⁸ Martin, 1996, 36.

⁵⁷⁹ Bourin, 1992f, 175.

⁵⁸⁰ Dalenne, Anne, L'anthroponymie languedocienne du XIème siècle d'après de Maguelone, Mémoire de maîtrise dactylographié, Université de Montpellier III, 1988, p. 127-131 (cit. por Sigal, 1992, 205).

⁵⁸¹ Cf. apêndice 18.

⁵⁸² Rumeur, O., Les systèmes anthroponymiques dans la région de Coimbre aux Xème-XIIème siècles. Mémoire de maîtrise dactylographié, 1986, p. 60 e 66 (cit. por Durand, 1995b, 51 e Durand, 1995a, 108).

⁵⁸³ Durand, 1995b, 51.

antroponímico chegava a identificar cerca de 40% das mulheres inventariadas⁵⁸⁴, uma fatia bem mais substancial do que a obtida no Porto. No século XV, aquele onomato continua a dominar claramente no seio das comunidades piscatória e rural do couto de S. João da Foz do Mosteiro de Sto. Tirso. Nestes espaços, o onomato *Maria* associado ao nome *Catarina* chegam a aglutinar, não um quarto, como acontece no Porto trecentista, mas metade da população feminina⁵⁸⁵. Em contrapartida, no arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI, quer entre os povoadores, quer entre os escravos, os nomes femininos que aglutinam maior número de ocorrências são *Catarina*, *Isabel* e *Beatriz*, conhecendo o onomato *Maria* o quarto lugar, entre os povoadores, enquanto que, no seio dos escravos, é o nome mais querido, demonstrando, segundo Naidea Nunes Nunes, que a sua eleição foi crescendo do século XV para o século XVI⁵⁸⁶.

Para que abrace mais de metade da população feminina, na urbe do Porto, no século XIV, é necessário associar o antroponímico *Maria* não apenas a dois onomatos, mas sim a mais quatro unidades onomásticas – *Margarida*⁵⁸⁷, *Catarina*⁵⁸⁸, *Clara*⁵⁸⁹ e *Domingas*⁵⁹⁰. Estes quatro antroponímicos, juntos, conseguem identificar cerca de 29% das mulheres. Quatro apelativos que, à exceção de *Clara*, se encontravam entre os oito primeiros lugares da onomástica feminina alcobacense, quer entre 1370-1400, quer entre 1430-1460⁵⁹¹. Quatro nomes que, em contrapartida, se distinguem claramente dos que seguiam o onomato *Maria* na antroponímia feminina da já referida linhagem dos *Sousa*, entre os séculos XII e XIII. De facto, esta família aristocrática centrava as suas preferências em nomes principescos – *Teresa*, *Urraca* e *Sancha* –, diferenciando-se, assim, da antroponímia da população em geral do Baixo Douro, no mesmo período⁵⁹².

⁵⁸⁴ Gonçalves, 1988b, 115.

⁵⁸⁵ Franco, 2002a; Franco, 1995, 17.

⁵⁸⁶ Nunes, 1999, 39. Cf. o apêndice 18, embora nele se apresente os dados em termos de população global e não em função do estatuto dos indivíduos.

⁵⁸⁷ Nome de origem latina, segundo Leite de Vasconcelos (1928, 46), tornado nome santificado: Santa Margarida, que foi mártir, no início do cristianismo, no século III, e nasceu na Antióquia, Ásia Menor. Foi decapitada por não abjurar sua fé cristã. A Igreja Grega honrou-a com o nome de Santa Marina e celebra seu dia em 13 de Julho. Nos países latinos é chamada de Santa Margarida e é representada, algumas vezes, pastoreando ovelhas, em outras, dominando um dragão acorrentado, também carregando uma pequena cruz. Santa Margarida é venerada em várias partes da Europa e, durante muito tempo, foi padroeira das mulheres grávidas.

⁵⁸⁸ Nome derivado do grego, sinónimo de "pura", "casta", que já nos séculos III e IV constituía nome de santa, de acordo com o que refere Leite de Vasconcelos (1928, 56). Na espiritualidade do século XIV, como é sabido, merece particular destaque a Santa Catarina de Siena, célebre pelos seus êxtases e revelações e pela sua luta no sentido de terminar com o Cisma do Ocidente (Gajano, 1999, 1032).

⁵⁸⁹ Feminino de "Clarus", cognome romano tornado nome de várias santas, como refere Leite de Vasconcelos (1928, 55). Na Baixa Idade Média, destaca-se a Santa Clara de Assis (séc. XIII), fundadora da Ordem das religiosas de S. Francisco, designada de "clarissas" (Gajano, 1999, 1032).

⁵⁹⁰ Domingas é o correspondente feminino de "Domingos" que, tal como refere Leite de Vasconcelos (1928, 45), é também um nome de santo: S. Domingos – santo castelhano (1170-1221) – o fundador da Ordem Dominicana.

⁵⁹¹ Gonçalves, 1988b, 115. Cf. apêndice 18.

⁵⁹² Durand, 1995b, 52. Cf. apêndice 18.

Cinco nomes próprios são, portanto, suficientes para denominar mais de metade da população feminina, na cidade do Porto Trecentista, à semelhança do que acontecia, por exemplo, na cidade de Blois, em 1334⁵⁹³, mas em oposição ao que se verificava, no Baixo Languedoque, no séc. XII⁵⁹⁴.

Para abraçar $\frac{3}{4}$ da população feminina, é preciso combinar os antropónimos acima nomeados com mais nove onomatos: *Inês, Joana, Branca, Elvira*⁵⁹⁵, *Aldonça, Guiomar, Maior, Senhorinha e Florença*⁵⁹⁶. Na realidade, o *stock* de nomes próprios por cada 100 mulheres é de cerca de 24, o que permite vislumbrar uma notória concentração dos onomatos femininos. Uma característica antroponímica medieval que, em França, se prolongou e acelerou nos séculos XIII e XIV, mais especificamente nos espaços urbanos de Marselha, no final do século XIII, e de Blois, por volta de 1330⁵⁹⁷.

4.1.2 Stock masculino

Quanto ao primeiro designativo masculino, é importante referir que, de acordo com o que se sublinhará mais adiante, a população masculina em análise é substancialmente maior (841) que a feminina (124), resultando daí um *stock* de primeiro designativo mais consistente, embora só tenha sido possível conhecer 824 designativos⁵⁹⁸. Estes, por sua vez, distribuem-se também⁵⁹⁹, no século XIV, de forma bem mais equilibrada que os nomes femininos, embora, tal como acontece na onomástica feminina, e em sintonia com a distribuição global dos dados, o segundo e o último quartéis do século XIV conheçam núcleos onomásticos mais avantajados.

No total de 824 indivíduos, cujo primeiro designativo não é incógnito, reuniu-se apenas 62 unidades onomásticas (quadro 15). Tal equivale, em média, a 13 indivíduos por cada unidade e revela, em simultâneo, um *stock* onomástico bem mais restrito que o feminino, em similitude com o verificado em terras alentejanas, no século XV⁶⁰⁰. Cerca de metade das referidas unidades são mencionadas uma só vez, 9 são utilizadas entre duas a cinco vezes, 5 entre seis e dez vezes, 4 entre onze e quinze vezes, 5 entre vinte a

⁵⁹³ Sauvage, 1992, 61-62.

⁵⁹⁴ Bourin, 1992f, 161.

⁵⁹⁵ É o onomato feminino de origem germânica (1928, 40, 48) que Robert Durand cita no que diz respeito aos nomes de baptismo femininos mais frequentes na documentação relativa aos actos escritos do Mosteiro de Grijó e do Mosteiro de Arouca (Durand, 1995a, 108).

⁵⁹⁶ Cf. Leite de Vasconcelos (1928, 39-52).

⁵⁹⁷ Bourin, 1992g, 226.

⁵⁹⁸ Cf. apêndice 19.

⁵⁹⁹ Cf. apêndice 20.

⁶⁰⁰ Gonçalves, 1988a, 78.

trinta vezes, 1 é utilizada trinta e duas vezes, 5 entre sessenta e cem vezes e apenas uma é empregue mais de 150 vezes⁶⁰¹.

Quadro 15

O primeiro designativo (1ºD) na identificação da população masculina, considerando o estado eclesiástico e laico (Porto, séc. XIV)⁶⁰².

| Parâmetros de análise | Eclesiásticos | Laicos | Total |
|---|---------------|--------|--------|
| Número total de indivíduos do sexo masculino | 248 | 593 | 841 |
| Número total de indivíduos do sexo masculino com 1ºD (T) | 247 | 577 | 824 |
| Número de unidades onomásticas diferentes (D) | 32 | 54 | 62 |
| <i>Stock</i> por 100 indivíduos ((D*100):T) | 12,95 | 9,35 | 7,52 |
| Nome mais frequente: | | | |
| - número de indivíduos por ele identificados | 41 | 118 | 159 |
| - % de indivíduos no total da população masculina (com 1ºD) | 16,59% | 20,45 | 19,29% |
| Nomes dominantes: | | | |
| - número | 4 | 6 | 6 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 12,5 | 11,11% | 9,67 |
| - número de indivíduos por eles identificados | 125 | 352 | 510 |
| - % de indivíduos por ele identificadas, em relação ao total da população masculina (com 1ºD) | 50,60% | 61% | 61,89% |
| Nomes raros (utilizados apenas uma vez): | | | |
| - número | 8 | 26 | 32 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 25% | 48,14% | 51,61% |
| Número mínimo de nomes diferentes necessários para designar 50% população masculina (com 1ºD) | 4 | 5 | 5 |

Deste modo, a antroponímia da cidade do Porto parece ir ao encontro da condensação que os *stocks* de nomes próprios masculinos conheceram na Europa Ocidental, entre os séculos XI e XIII⁶⁰³, continuando em pleno séc. XIV (quadro 15). Uma condensação que interage com uma cristalização das preferências onomásticas já que cerca de 7 nomes são suficientes para identificar 100 indivíduos. Porque cerca de 3% do total de unidades onomásticas diferentes, inventariadas naquela cidade, na centúria de Trezentos, identificavam aproximadamente 30% da população masculina. Porque mais de três quartos (76,21%) da população masculina são identificados apenas com 11 unidades onomásticas (*João*, *Martim* ou *Martinho*⁶⁰⁴, *Domingos* ou

⁶⁰¹ Cf. apêndice 19.

⁶⁰² À semelhança dos outros dois quadros elaborados para a antroponímia feminina e masculina, a elaboração deste quadro seguiu de muito perto as orientações metodológicas de Monique Bourin e de Pascal Chareille (Bourin, 1992f, 180). Cf. apêndices 19, 22 e 23.

⁶⁰³ Durand, 1990, 220-223; Bourin, 1990d, 235.

⁶⁰⁴ De referir que, na cidade de Florença, a partir de meados do século XIII, este nome próprio (Martinus) tornou-se insultuoso no seio das gentes urbanas que preferiam os onomatos *Filippo* ou *Giacomo* (Menant, 2002, 103).

*Domingues*⁶⁰⁵, *Afonso, Pedro, Gonçalo, Estêvão*⁶⁰⁶, *Lourenço, Vasco* ou *Vasques, Fernando* ou *Fernão, Vicente* ou *Vicentais*).

Uma condensação do *stock* onomástico e uma cristalização dos gostos que se encontrava, aliás, em conformidade com o que se verificava na linhagem dos *Sousa*, entre os séculos XII e XIII⁶⁰⁷, nas regiões de Grijó e Arouca⁶⁰⁸ e de Coimbra⁶⁰⁹, a partir do séc. XII, e com o foi observado em terras alentejanas⁶¹⁰ e alcobacenses⁶¹¹, no século XV.

Com efeito, a par da onomástica feminina, também na antroponímia masculina existe um nome próprio que merece destaque particular. Não obstante a existência de alguns designativos que se mantêm na incógnita, afere-se que a antroponímia masculina do Porto, ao longo da centúria de Trezentos, cristaliza uma parte das suas preferências (19%) num só antropónimo – *João*. Este nome era, de facto, o mais utilizado, quer na identificação dos indivíduos eclesiásticos, quer na dos laicos. À semelhança, aliás, do que acontecia, em períodos precedentes, com outros espaços europeus, como as regiões das Astúrias⁶¹², de Navarra⁶¹³, da Bretanha⁶¹⁴, Gasconha⁶¹⁵, Paris⁶¹⁶, no final do século XIII, Vendômois⁶¹⁷, em 1335 e Florença, entre os séculos XIV e XVI, que, tal como o Porto, tinha como patrono S. João Baptista⁶¹⁸. A mesma liderança já não se verificava, contudo, na Franconia⁶¹⁹, nos séculos XIV e XV e em Barcelona⁶²⁰, no século XV. Na realidade, o nome próprio *João* era, no período medieval, em sintonia com uma boa

⁶⁰⁵ Este nome era considerado um nome não nobre, de acordo com José Mattoso (1985, 348-349). De lembrar ainda que este mesmo nome constituiu um dos nomes novos que permitiu, em Itália, nos séculos XIII e XIV, uma mudança no *stock* dos nomes próprios. De facto, na cidade em Orvieto, a maior parte dos homens eram designados por nomes novos como *Dominicus, Franciscus, Matheus, Ângelo, Andrea*, ao lado dos nomes *Jonh, Peter e James* (Menant, 2002, 106). Não deixa de ser interessante, portanto, que Domingos ou Domingues, um dos nomes considerados modernos em Itália, no mesmo período, ocupe o 2º lugar das preferências portuenses. Christiane Klapisch-Zuber refere que, em Florença, entre os séculos XIV e XVI, numerosas crianças nascidas ou baptizadas num Domingo tinham como segundo nome próprio Domingos, sendo assim colocados sob a protecção de S. Domingos (Klapisch-Zuber, 1990, 92-93).

⁶⁰⁶ Este nome fez parte do conjunto de onomatos que renovaram os *stocks* onomásticos nas comunas italianas nas duas últimas centúrias medievais (Menant, 2002, 107).

⁶⁰⁷ Não obstante as ligeiras discrepâncias entre as preferências onomásticas da família aristocrática dos *Sousa* e as da restante população, entre os séculos XI e XIII. Com efeito, entre as preferências onomásticas daquela família, os nomes *João, Pedro* e *Martim* eram os mais preferidos, envolvendo a identificação de 35% dos indivíduos de sexo masculino. Acompanhados pelos onomatos *Fernão* e *Rodrigo* ou *Rui*, o conjunto dos referidos antropónimos identificavam cerca de 50% da população masculina. Se, no final do século XII, o onomato *Pedro* liderou as preferências familiares, nos tempos posteriores, ele foi ultrapassado, primeiro por *João* e depois por *Martim*. Segundo Robert Durand, no seio da linhagem dos *Sousa*, no século XIII, o líder não era *João*, mas sim *Martim*. (Durand, 1995b, 49).

⁶⁰⁸ Durand, 1995a, 120.

⁶⁰⁹ Durand, 1990, 220-223.

⁶¹⁰ Gonçalves, 1988a, 73-74.

⁶¹¹ Gonçalves, 1988b, 107-110.

⁶¹² Beltran Suarez, 1991, 68.

⁶¹³ Moreu-Rey, 1973.

⁶¹⁴ Chedeville, 1992, 21.

⁶¹⁵ Cursente, 1992, 115-116.

⁶¹⁶ Bourlet, 1992, 13.

⁶¹⁷ Barthelemy, 1990, 47-49.

⁶¹⁸ Klapisch-Zuber, 1990, 92, 120.

⁶¹⁹ Morsel, 1995, 97-99.

⁶²⁰ Moreu-Rey, 1973; Moreu-Rey, 1991, 90-91, 98.

parte da Europa Ocidental, um nome muito querido à população portuguesa⁶²¹, como revelam as práticas antroponímicas da linhagem dos *Sousa*, entre os séculos XI e XIII⁶²², as do couto de Sto. Tirso⁶²³, do couto de S. João da Foz⁶²⁴, das terras alcobacenses⁶²⁵ e alentejanas⁶²⁶, no século XV, e ainda, do Arquipélago da Madeira⁶²⁷, nos séculos XV e XVI. Mas não com a mesma intensidade em todos os lados, em todos os tempos e com todas as gentes, como testemunha a antroponímia global de Coimbra e Baixo Douro, nos princípios do século XIII⁶²⁸. Nas últimas centúrias da Idade Média portuguesa, aquele onomato domina claramente as preferências da população do reino, independentemente de se tratar um meio urbano, rural, piscatório ou de privilegiados⁶²⁹.

O protagonismo do nome próprio *João* não é, porém, tão forte como o conhecido pelo onomato *Maria*. Comparando com o território francês, ele conquistou Portugal um pouco tardiamente⁶³⁰ – século XII –, mas, de acordo com o que se acabou de atestar, veio para ficar e enraizar-se na antroponímia portuguesa nos últimos tempos da Idade Média. Contudo, à semelhança da antroponímia feminina, apura-se⁶³¹ que, na onomástica masculina, para abarcar mais de metade (52,67%) dos indivíduos, é necessário articular aquele nome próprio com mais quatro antropónimos *Martim* ou *Martinho*, *Domingos*, *Afonso* e *Pedro*. Numa posição um pouco mais intermédia encontram-se os onomatos *Estêvão*, *Lourenço*, *Vicente*, *Rui* ou *Rodrigo*, *Diogo*, *António* e *Antoninho*, para depois se penetrar no universo dos nomes próprios mais invulgares na identificação da população masculina do Porto como, por exemplo, *Abril*⁶³², *Ângelo*, *Garcia*⁶³³, *Egas*, entre outros. De notar que entre os povoadores do Arquipélago da Madeira, muitos deles oriundos do Norte de Portugal, a antroponímia masculina revela algumas diferenças, já que os segundo, terceiro, quarto e quinto lugares são preenchidos

⁶²¹ Cf. apêndice 21. À semelhança do apêndice 18, o quadro comparativo do apêndice 21 foi elaborado tendo em conta os dados disponíveis nos seguintes trabalhos de Robert Durand (1995a 108; 1995b, 51), Iria Gonçalves (1988a, 77-78; 1988b, 114), Isabel Franco (1995, 17-19; 2002a) e Naidea Nunes Nunes (1999, 312-313).

⁶²² Durand, 1995b, 49.

⁶²³ Franco, 1995, 14-17.

⁶²⁴ Franco, 2002a.

⁶²⁵ Gonçalves, 1988a, 70.

⁶²⁶ Gonçalves, 1988b, 107-110.

⁶²⁷ Nunes, 1999, 31-34, 36-38.

⁶²⁸ Durand, 1995b, 50-51.

⁶²⁹ Cf. no apêndice 21.

⁶³⁰ Bourin, 1990d, 245.

⁶³¹ Cf. apêndice 19.

⁶³² Abril Martins Pernetos, mercador, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224). Leite de Vasconcelos refere que, se, na sua origem, este nome correspondia ao nome de um mês, passou, entretanto, a ser um antropónimo (Vasconcelos, 1928, 45). De notar que este mesmo designativo é encontrado na antroponímia leonesa, já no século XII, sendo enquadrado no seio dos nomes de base latina de romance (Martínez Sopena, 1995b, 160).

⁶³³ De referir que o nome próprio “Garcia” era um dos nomes mais dominantes na antroponímia em toda a região setentrional dos Pirinéus, em Navarra, em Rioja (Garcia de Cortazar, 1991, 292, 294, 296), no montanhoso e alto Aragão (Laliena Corbera, 1995, 303), como também na Gasconha (Cursente, 1990, 147), não esquecendo que, na região do vale do Ebro, consegue sobreviver face ao êxito dos nomes apostólicos como Pedro e João (Laliena Corbera, 1995, 318).

pelos onomatos *Pedro, António, Diogo e Francisco*, verificando-se que *Gonçalo e Manuel* ocupam o 6º e 7º lugares respectivamente⁶³⁴.

É interessante verificar que se as cidades do Porto, no séc. XIV, e de Paris, nos finais do séc. XIII, estavam em sintonia no que diz respeito ao nome próprio masculino mais utilizado – *João* –, como se mencionou acima, o mesmo já não se verifica quanto aos nomes subsequentes. Com efeito, a referida sintonia esvai-se quando se centra a atenção nos onomatos que imediatamente lhe seguem, entre os quais *Pedro* (Pierre) é o único a ser partilhado entre aquelas duas cidades⁶³⁵. De facto, os *stocks* onomásticos masculinos daquelas cidades, em tempos relativamente próximos, mostram-se bem diferentes, já que é sabido que, na cidade parisiense, a seguir ao nome próprio *João*, os nomes mais privilegiados eram *Guillaume, Pierre, Robert, Richart, Thomas, Nicolas, Raoul e Etienne*⁶³⁶. *João e Pedro*, os dois nomes de baptismo que, justamente, coroaram, tanto em França⁶³⁷ como em Portugal, a cristianização dos nomes próprios nos séculos XI e XII, sublimando a Igreja apostólica e universal⁶³⁸, são, portanto, entre os antropónimos mais em voga, os únicos partilhados por aquelas duas cidades, o que acaba por denunciar realidades antroponímicas bem distintas. Os mesmos nomes, acompanhados pelo onomato *Jaime (James)*, lideram igualmente as preferências nas comunas italianas, não obstante ter-se verificado aqui uma renovação dos *stocks* onomásticos, nas últimas centúrias da Idade Média⁶³⁹.

Em contrapartida, apura-se que, no que diz respeito aos nomes próprios masculinos mais preferidos, o Porto trecentista não se diferenciava muito do espaço urbano de Burgos, entre os séculos X a XII, onde quatro daqueles onomatos – *Pedro, João, Domingos e Martim* – dominavam já a antroponímia masculina⁶⁴⁰. Aliás, ao considerar-se os oito nomes mais utilizados em Burgos, nas centúrias centrais da Idade Média, e os oitos onomatos mais mencionados nos documentos do Cabido, no séc. XIV⁶⁴¹, verifica-

⁶³⁴ Nunes, 1999, 36. Cf. o apêndice 21.

⁶³⁵ Bourlet, 1992, 13.

⁶³⁶ Bourlet, 1992, 13.

⁶³⁷ Veja-se, por exemplo, a região da Borgonha onde os nomes de pia bíblicos e das grandes figuras do Cristianismo ganham cada vez mais terreno nos séculos XI e XII (Beck, 1990, 66-71).

⁶³⁸ Durand, 1990, 220-221; Bourin, 1990d, 245.

⁶³⁹ Menant, 2002, 105-106.

⁶⁴⁰ Na cidade de Burgos, entre os séc. X a XII, os nomes próprios masculinos mais preferidos eram: *Pedro, João, Domingo, Gonçalo, Martim, Garcia e Fernando* (Garcia De Cortazar, 1995b, 241). Assim, não obstante a distância temporal, a onomástica masculina da cidade do Porto, na centúria de Trezentos, não se encontra muito distante da verificada na cidade de Burgos. Detectam-se sim variações nas preferências, como, por exemplo, as relativas aos onomatos *Pedro e João*.

⁶⁴¹ Cf. apêndice 19.

se que cinco são comuns, embora conheçam variação no posicionamento hierárquico das preferências: *Domingos, Gonçalo, João*⁶⁴², *Martim e Pedro*.

Ao ter-se em conta, entretanto, o espaço português medieval, os traços dos *stocks* antroponímicos conhecidos mostram-se próximos, ainda que revelem, também eles, algumas variações regionais e temporais⁶⁴³. Por um lado, em Coimbra, no século XII, os quatro nomes próprios masculinos mais preferidos eram *Pelágio, Pedro, João e Martim*, nomes que, à excepção do primeiro, correspondiam, como se apurou acima, aos mais preferidos no Porto trecentista. Por outro lado, entre os privilegiados do almoxarifado de Évora, na centúria seguinte, cerca de 52,59% da população masculina estudada é identificada com os antropónimos *João, Fernão* ou *Fernando, Afonso, Rui* ou *Rodrigo*, e *Diogo*⁶⁴⁴, correspondendo dois deles (*João e Afonso*) aos nomes mais predilectos e situando-se os restantes entre os 10º e 15º lugares das preferências onomásticas portuenses. Em Alcobaça, entre 1370-1400, os nomes mais em voga eram *João, Domingos, Afonso e Estêvão*⁶⁴⁵. Precisamente, à excepção do último, os nomes próprios que ocupavam, respectivamente, os primeiro, terceiro e quarto lugares na lista de preferências do Porto trecentista, onde, por sua vez, o onomato *Estêvão* conhecia o sétimo lugar. Entre 1430 e 1460, as práticas onomásticas alcobacenses⁶⁴⁶ continuam a acarinharem os onomatos *João e Afonso*, mas indiciam alterações, distanciando-se das práticas portuenses, visto que os outros dois nomes mais empregues na identificação masculina passaram a ser *Pedro e Fernão*. Os antropónimos que, na lista da cidade do Porto, ocupam respectivamente os quarto, quinto e décimo lugares.

4.1.3 *Stock* laico e eclesiástico

Ao considerar, nesta *tela* antroponímica, a dicotomia eclesiásticos-laicos, o panorama mantém-se, embora o *stock* onomástico dos primeiros se revele ligeiramente mais alargado, atendendo a que, para identificar cem indivíduos, não são suficientes nove, como entre os laicos, mas sim cerca de treze unidades onomásticas (quadro 15). Todavia, no que diz respeito aos nomes dominantes, os efectivos revelam-se próximos

⁶⁴² De sublinhar que, em Burgos, no séc. XII, o onomato *João* conheceu uma forte utilização, sendo, no entanto, mais preferido no alfoz da cidade, onde é utilizado com frequência desde o séc. X (García De Cortazar, 1995b, 245).

⁶⁴³ Cf. apêndice 21.

⁶⁴⁴ Gonçalves, 1988a, 73-74.

⁶⁴⁵ Gonçalves, 1988b, 110-111.

⁶⁴⁶ Gonçalves, 1988b, 110-111.

bem como o grau de concentração das preferências onomásticas é relativamente próximo.

O que, de facto, parece diferenciar a antroponímia eclesiástica da laica⁶⁴⁷ é a tendência para um maior conservadorismo por parte da antroponímia eclesiástica, considerando que o recurso a nomes raros é claramente mais reduzido que no seio dos laicos. Entretanto, são ainda visíveis algumas alternâncias entre os *stocks* eclesiásticos e laicos à medida que se desce no patamar das escolhas onomásticas, na medida em que, se o onomato *Martim* não gera discrepância, os outros nomes ocupam posições diferentes em função do estado social a que os respectivos indivíduos pertencem. Assim, enquanto a antroponímia dos eclesiásticos oferece aos nomes *Domingos* e *Afonso* os terceiro e quarto lugares, a dos laicos coloca naqueles patamares *Pedro* e *Gonçalo*. Estas mesmas alternâncias tornam-se bem mais visíveis quanto mais se desloca o olhar para os onomatos com um grau de utilização menor.

Não obstante as referidas *nuances*, verifica-se que os nomes próprios dos eclesiásticos não se diferenciam muito dos utilizados na identificação dos laicos, em afinidade com o que se verificava nas diferentes regiões francesas, nomeadamente no Baixo Languedoque⁶⁴⁸, já que, no seu conjunto, as preferências onomásticas relativamente aos nomes próprios mostram-se correlativas, centralizando-se num número estreito de onomatos.

4.1.4 Renovação dos *stocks* onomásticos?

Relativamente à distribuição dos onomatos no século XIV, é possível verificar que, embora as preferências onomásticas gravitem muito mais em torno de um núcleo cerrado de nomes próprios, tal como acontecia noutras cidades europeias, nos finais do século XIII e princípios do séc. XIV, como Paris⁶⁴⁹ e Marselha, embora nesta última se verificasse uma variedade de unidades onomásticas⁶⁵⁰, desenha-se, em paralelo, uma forte tendência para a renovação do *stock* antroponímico (quadros 14 e 15), pois é de notar que metade do *stock* onomástico, seja ele feminino, seja ele masculino, seja ele

⁶⁴⁷ Cf. os apêndices 22 e 23.

⁶⁴⁸ Bourin, 1992c, 124-132, 141; Bourin, 1992d, 148-149.

⁶⁴⁹ Bourlet, 1992, 12-14.

⁶⁵⁰ Sigal, 1992, 204-205.

laico ou eclesiástico, é constituído por nomes raros⁶⁵¹, por nomes que são empregues simplesmente uma vez (ex: *Ana, Constança, Francisca, Geralda, Gonzia, Graça*, entre as mulheres; *Ângelo, Antão, Lopo, Manuel, Raimundo, Salomão, Tristão*, entre os homens).

Por um lado, os onomatos *Maria, Margarida* e *João* destacam-se, como já se apurou, no seio das preferências antroponímicas ao longo de toda a centúria. De lembrar que o nome *Maria* imperava já, nos séculos XII e XIII, na onomástica feminina dos reinos cristãos hispânicos, na sequência do conhecido processo de cristianização dos nomes e de cristalização das preferências onomásticas, fomentado pela reforma gregoriana dos finais do séc. XII⁶⁵². Um domínio que não é tão visível na antroponímia parisiense, nos anos 1292, 1297 e 1300, e é contrariado pela antroponímia de terras alentejanas, no século XV. Efectivamente, em Paris dominava o nome *Joana* e os antropónimos *Maria* e *Margarida* ocupavam, respectivamente o 2º e o 8º lugares⁶⁵³, enquanto que na região alentejana, as preferências onomásticas femininas privilegiavam os nomes *Beatriz, Catarina, Isabel, Inês* e *Leonor*, remetendo *Maria* e *Margarida*, respectivamente, para as sexta e décima posições⁶⁵⁴. A antroponímia do espaço urbano portuense parece então mostrar-se mais conservadora do que, por exemplo, a cidade de Paris ou as terras rurais de Alcobaça e do Alentejo, situadas no Sul do reino.

Por outro lado, os restantes nomes próprios femininos e masculinos não deixam de, à medida que se desce de patamar hierárquico, conhecer, no Porto, níveis de preferências que variam no decorrer da centúria.

É o que se pode aferir no *stock* antroponímico feminino⁶⁵⁵, no qual se apura que, à excepção dos nomes dominantes, os restantes apelativos femininos não são contemplados sempre da mesma forma na centúria de Trezentos. Nos primeiros cinquenta anos, os onomatos *Domingas, Elvira, Maior, Florença, Estêvão* ou *Estevainha e Francisca* mostram-se mais preferidos. Na segunda metade do século, os nomes próprios *Catarina, Clara, Inês, Joana, Branca* e *Aldonça*, entre outros, pouco preferidos anteriormente, merecem um maior destaque, nomeadamente nos últimos vinte e cinco anos, em concordância com o que Iria Gonçalves atestou nas terras alcobacenses, onde

⁶⁵¹ Estas quinze unidades identificam apenas 12,09% da população feminina, enquanto que a outra metade do stock identifica 75%.

⁶⁵² Portela Silva, 1995, 41; Rodríguez González, 1995, 94; Suárez Beltrán, 1995, 130; Martínez Sopena, 1995b, 166-167. Montenegro Valentín, 1995, 195; Garcia De Cortazar, 1995a, 213; Garcia De Cortazar, 1995b, 238, 241, 243. Também no Alto Aragão, nos finais do séc. XII, o onomato *Maria* se impôs claramente (Laliena Corbera, 1995, 323).

⁶⁵³ Bourlet, 1992, 14.

⁶⁵⁴ Gonçalves, 1988a, 77-78.

⁶⁵⁵ Cf. apêndice 16 e 17.

o nome de baptismo *Catarina* constava entre os mais queridos⁶⁵⁶, quer entre 1370 e 1400, quer entre 1430 e 1460. Estas alternâncias ao nível do posicionamento dos diferentes nomes indiciam então que, durante o século XIV, as preferências onomásticas na identificação das mulheres não se terão mantido totalmente estáticas, nomeadamente ao nível dos designativos raros, como, por exemplo, *Ana, Constança, Francisca, Graça, Leonor, Sancha, Susana, Teresa e Vicenta*.

É o que se acendra na antroponímia masculina⁶⁵⁷, na qual é perceptível que, se o nome *João* não deixou nunca, no burgo portuense, ao longo da centúria de Trezentos, de ocupar o primeiro lugar, enlaçando entre 15% a 20% dos indivíduos identificados, o mesmo já não se observava com os outros nomes acima nomeados, pois eles revezaram-se um pouco, em sintonia com o que já foi referido em relação à antroponímia alcobacense⁶⁵⁸ e alentejana⁶⁵⁹ no século XV. Pode-se observar, por exemplo, que na primeira metade do século o nome *Pedro*⁶⁶⁰ era bem mais preferido que *Afonso*, enquanto que *Domingos* se enquadrava entre os três onomatos mais queridos. Em contrapartida, na segunda metade do século, verifica-se que o onomato *Afonso* toma a dianteira de *Pedro* e que *Domingos* entra em decadência, em sintonia, aliás, com que é apurado na antroponímia alcobacense, do final do século XIV (1370-1400) para o século XV (1430-1460), onde aquele nome próprio deixou de estar na moda⁶⁶¹. É interessante notar ainda que, não sendo muito abundantes no primeiro quartel do século, os nomes *Afonso, Gonçalo, Vasco* vão aglutinando, paulatinamente, um maior número de formas antroponímicas, atingindo níveis de utilização francamente superiores relativamente aos do início do século⁶⁶². O mesmo acontece com *Gil*⁶⁶³ e *Álvaro*⁶⁶⁴ que,

⁶⁵⁶ Gonçalves, 1988b, 114-115.

⁶⁵⁷ Cf. apêndice 19 e 20.

⁶⁵⁸ Gonçalves, 1988b, 106-113.

⁶⁵⁹ Gonçalves, 1988a, 73-75.

⁶⁶⁰ De referir que este onomato, em períodos anteriores (sécs. XI a XIII) dominava claramente as preferências na antroponímia masculina dos documentos relativos aos Mosteiros de S. Pedro de Montes, em Bierzo, do Sobrado e de S. Julião de Samos, na Galiza, de S. Vicente de Oviedo, nas Astúrias, nos quais se destacavam sobretudo os nomes cristãos *Pedro, João e Pelaio*, sem referir, relativamente à Galiza, os nomes *Martim e Domingos* (Rodríguez González, 1995, 91-92; Portela Silva, 1995, 37-38; González Vásquez, 1995, 63; Suárez Beltrán, 1995, 130). Precisamente os nomes próprios que, à excepção do segundo, dominam na antroponímia dos actos escritos do Cabido do Porto, do século XIV, embora com uma hierarquia diferente que oferece ao nome *João* e não ao *Pedro* um particular destaque. De referir também que na área de Leão, na primeira metade século XI, o grupo de nomes próprios mais preferidos não se distancia muito das áreas geográficas vizinhas acima referidas, sendo constituído por *Pedro, Martim, Pelaio, Rodrigo e Miguel* (Martínez Sopena, 1995b, 159). Por seu lado, na Cantábria, enquanto que os nomes *Pedro, João, Nuno* (“Muño”) e *Domingos* constituíram uma constante na antroponímia masculina entre os séculos IX e XII, o onomato Miguel e Pelaio conheceram uma clara difusão no séc. XI (Montenegro Valentín, 1995, 194). Entre a Cantábria e o rio Ebro, os nomes mais utilizados foram *Pedro, Nuno (Nunõ/Munio), Martim, Diogo, João, Gonçalo e Lopo* (García De Cortazar, 1995a, 213). Também em Burgos, como já se referiu, o onomato Pedro era o mais preferido (García De Cortazar, 1995b, 238, 243). Protagonismo semelhante é oferecido ao nome *Pedro* nas terras férteis do Vale do Ebro, em Aragão, entre 1125 e 1200, onde se verificaram importantes movimentos migratórios (Laliena Corbera, 1995, 317) e nos condados da Cataluña (To Figueras, 1995, 382-383).

⁶⁶¹ Gonçalves, 1988b, 112.

⁶⁶² Cf. no apêndice 19.

⁶⁶³ Nome de origem francesa (Vasconcelos, 1928, 46).

⁶⁶⁴ Nome de origem talvez germânica, segundo Leite de Vasconcelos (1928, 33).

constituindo nomes raros naqueles primeiros anos, começam a reunir um maior número de preferências, no decorrer do século. De referir que se detecta mais uma vez uma afinidade com as terras de Alcobaça, nos períodos acima aludidos, pois também nelas se atesta uma crescente popularidade dos antropónimos *Vasco*, *Diogo*, e *Álvaro*⁶⁶⁵. O inverso acontece com outros onomatos cuja importância vai decrescendo à medida que se avança no século XIV, chegando mesmo, em certos casos, a não constarem no *stock* de 1376-1400. É o caso, como se indicou acima, do nome *Pedro*, que conhece uma quebra acentuada entre 1326-1350, embora recupere um pouco nos anos seguintes. É irmãmente o caso do onomato *Nicolau* que deixa de ser mencionado na última década da centúria, enquanto que na primeira reúne 6 registos. A preferência pelo antropónimo *Francisco* conhece também uma quebra, entre o início e o fim da centúria.

Por fim, não é de negligenciar, igualmente, não obstante o seu carácter frágil, uma visível abertura da cidade do Porto às práticas “modernas” de feminização de nomes masculinos⁶⁶⁶, como testemunha, por exemplo, o nome *Joana*, que em Paris, no finais do século XIII⁶⁶⁷, em Blois (1334)⁶⁶⁸, e na região da Borgonha, no séc. XIV,⁶⁶⁹ constituía o nome próprio feminino mais em voga, à semelhança do que acontecia com a antroponímia masculina. Encontram-se ainda, no Porto, outros nomes masculinos feminizados como *Estêvão* ou *Estevainha*, *Francisca*, *Geralda* e *Vicenta*. De referir que também na família aristocrática dos *Sousa*, nos séculos anteriores, se encontravam algumas, embora raras, práticas de feminização de nomes masculinos: *Joana*, *Sancha*, *Estevainha*⁶⁷⁰. É curioso, no entanto, acrisolar que estes onomatos nem sempre correspondem aos mais preferidos, pois, como se aferiu, se *João* e *Domingos* são antropónimos que cristalizam preferências no interior da população masculina, os onomatos *Francisco* ou *Vicente* não ocupam um patamar de destaque. Em afinidade com Itália⁶⁷¹, estas práticas revelam-se tardias relativamente à Europa Ocidental, nomeadamente em relação à região da Catalunha ou ao território francês, considerando

⁶⁶⁵ Gonçalves, 1988b, 112.

⁶⁶⁶ No Sul de França, a feminização dos nomes próprios masculinos é detectada desde o final do século XI e avançou, mais tarde, para o Norte, onde se ofereceu, no séc. XIV, uma clara predominância ao nome Joana que abraçava cerca de um terço das mulheres. De referir que, no Baixo Languedoque, no século XII, as referidas práticas antroponímicas eram um reflexo da influência exercida pela antroponímia dos estratos mais elevados da aristocracia local (Bourin, 1992f, 165, 175 e Bourin, 1992h, 301-302). O mesmo é apontado para a Itália centro-septentrional entre os fins do séc. XII e durante o séc. XIII (Guyotjeannin, 1996, 386, 389).

⁶⁶⁷ Bourlet, 1992, 14.

⁶⁶⁸ Quer se trate do espaço urbano ou rural de Blois, quer se trate de mulheres nobres ou não nobres pertencentes à elite urbana (Sauvage, 1992, 55-56).

⁶⁶⁹ Beck, 1992bb, 98.

⁶⁷⁰ Durand, 1995b, 51.

⁶⁷¹ Guyotjeannin, 1996, 388-389.

que, em pleno século XIV, não parecem constituir ainda prática comum no espaço urbano portuense.

Conclui-se portanto que, no século XIV, a antroponímia do burgo portuense conheceu uma forte concentração das preferências, ao mesmo tempo que evidenciava também uma forte tendência para a renovação dos *stocks* onomásticos.

Uma renovação dos gostos que não deixa de ser visível quando, no interior do reino, se procura confrontar os resultados dos diferentes estudos antroponímicos para a o período medieval português⁶⁷². Com efeito, é interessante apurar que onomatos como *Pelágio* e *Mem ou Mendo* conheceram uma queda de importância no decorrer do período medieval, embora o segundo ainda conhecesse, esporadicamente, nos séculos XIV e XV, algum uso. Por seu lado, não é de menosprezar o facto de o nome *Pedro* ter conhecido uma maior relevância no período que medeia entre os séculos X e XIII, no qual surgiu e dominou, ocupando o primeiro lugar, do que nos séculos seguintes, nomeadamente no século XIV, ao ser preterido pelos nomes *João*, *Domingos*, *Afonso*, *Gonçalo*, *Fernão*. Outrossim, é interessante verificar que o nome próprio *Gonçalo* se encontrava aos lugares primeiros entre o século X e XIII, mas depois, nos tempos subsequentes, em diferentes áreas geográficas, à excepção do couto de Sto. Tirso, que lhe oferece um segundo lugar, não avança além da sexta posição, sendo ultrapassado, alternadamente, por outros antropónimos. O nome *Martim* ou *Martinho* raramente ia além da 5ª posição, situando-se entre o quinto e o décimo patamar, à excepção das terras aristocráticas de Aguiar de Sousa e do espaço urbano portuense, que lhe ofereciam respectivamente um terceiro e 2º lugar nas preferências. Em contrapartida, o nome *Afonso* é bem mais querido nos séculos XIV e XV do que no período anterior. Já o recurso ao onomato *Fernando* ou *Fernão* é visível entre os séculos X e XIII como também entre os séculos XIV e XV, se bem que conhecendo altos e baixos: ocupa um quarto lugar em terras aristocráticas de Aguiar de Sousa (séc. XIII), em terras do Mosteiro de Alcobaça (séc. XV) e um segundo lugar entre os privilegiados do almoxarifado de Évora (séc. XV).

No que diz respeito aos *stocks* femininos em comparação⁶⁷³, confrontando os séculos X e XIII e as últimas centúrias do período medieval, verifica-se que a preferência pelos nomes *Catarina* e *Margarida* se impôs, de tal forma que foi transportada para o

⁶⁷² Cf. apêndices 18 e 21.

⁶⁷³ Cf. apêndice 18.

Arquipélago da Madeira e se manteve no século subsequente, embora, na ilha, o nome *Margarida* tenha perdido alguma importância a favor do onomato *Isabel*. É interessante verificar que precisamente este nome se encontrava entre os treze mais preferidos nas populações estudadas relativas ao século XV, mas no que diz respeito ao século XIV – Porto e Mosteiro de Alcobaça – ele não identifica sequer uma única mulher. Na realidade, em conjunto com o onomato *Inês*, aquele nome – *Isabel* – ofereceu alguma especificidade à antroponímia dos privilegiados de Évora, na qual se concedia o primeiro lugar ao onomato *Beatriz*, em detrimento dos nomes *Maria* e *Margarida*. Aliás, este último antropónimo parece ter maior visibilidade no século XIV do que no século XV, já que, se, no Porto e nas terras do Mosteiro de Alcobaça, ele era um dos mais preferidos, nos tempos seguintes, à excepção das susoditas terras de Alcobaça, ele já não ocupava os três primeiros lugares das escolhas onomásticas, quer a atenção se centre no continente, quer se desloque para a Madeira.

Todavia, não obstante as dinâmicas verificadas, é inquestionável a existência de um núcleo de nomes que constituem um denominador comum na antroponímia medieval portuguesa, nomeadamente nas últimas centúrias, independentemente de se tratar de um meio urbano ou rural. Na população masculina, evidenciam-se *João*, *Pedro*, *Martim* ou *Martinho*, *Gonçalo*, *Fernão* ou *Fernando*. Na feminina, o destaque é oferecido, em sintonia com o que se referiu acima, aos apelativos *Maria*, *Catarina*, *Margarida* e *Inês*, não sendo de descurar igualmente que a cidade do Porto e os privilegiados da região de Évora constituem os *stocks* onde se encontram, com mais abundância, os nomes encontrados em terras de Aguiar de Sousa, entre os séculos X e XIII. De facto, nos três *stocks* onomásticos, entre os treze nomes próprios mais utilizados, encontram-se *Aldonça*, *Guiomar*, *Maior ou Mor* e *Maria*. Outros nomes são ainda partilhados pelos diferentes espaços, ainda que alternadamente, como os nomes *Elvira*, *Constança* e *Sancha*. Por outro lado, não se é indiferente ao facto de, em todos os *stocks* masculinos em colação, se encontrarem, entre os treze primeiros, os nomes *Fernando* ou *Fernão*, *Gonçalo*, *João*, *Martim* ou *Martinho* e *Pedro*, à excepção do núcleo onomástico da Madeira onde não se destaca o nome *Martim* ou *Martinho*.

Por conseguinte, estabilidade e renovação dos gostos entrelaçam-se, não escondendo, sobretudo, uma dinâmica evolutiva na qual se desenhariam, não somente uma renovação dos gostos, mas também algumas especificidades locais e sociais que não deixam de se indiciar, ainda que não permitam generalizações.

Resta tentar compreender estes comportamentos antroponímicos e revesti-los de alguma significação histórica.

4.1.5 Que significado a atribuir?

Da análise do primeiro designativo resulta que a antroponímia portuense, quer feminina, quer masculina, parece conectada com uma devoção religiosa, cristã, à semelhança do que acontecia, por exemplo, no seio das poderosas famílias de Florença, entre os séculos XIV e XVI⁶⁷⁴. Com efeito, num ápice se apura que uma boa parte dos nomes mais frequentes correspondem a nomes de importantes personagens do Cristianismo – Virgem Maria, Santa Margarida, Santa Catarina, S. João Baptista, S. Martinho⁶⁷⁵, S. Domingos⁶⁷⁶ – apelando-se a uma identidade moral e virtuosa⁶⁷⁷ e, consciente ou inconscientemente, à salvação da alma⁶⁷⁸, ao mesmo tempo que se seguia o anseio de cristianização dos nomes através dos santos universais que, como é sabido, perdurou até ao século XIII. Deste modo, verifica-se que, tal como acontecia com as igrejas⁶⁷⁹, oferecia-se, também, ao indivíduo a protecção e amparo de um patrono celeste.

Ao considerar-se os oragos das paróquias da diocese de Braga inventariados pelo Padre Avelino de Jesus da Costa⁶⁸⁰, é interessante notar que, não obstante a proximidade da referida diocese, não se detecta uma correspondência directa entre os seus oragos mais comuns e os nomes próprios mais frequentes na cidade do Porto. Realmente, se o consenso reinava relativamente à importância da Virgem Maria, mãe de Cristo, mãe sofredora, mãe dos cristãos⁶⁸¹, no que diz respeito às outras personagens celestes, apura-se algumas discrepâncias, já que, a seguir a Maria, as santas mais nomeadas são Santa Eulália, Santa Marinha e Santa Cristina. O mesmo é observado na identificação masculina. Predominando o Divino Salvador, os oragos que mais se destacam são S.

⁶⁷⁴ Klapisch-Zuber, 1990, 92-93, 107, 109-110.

⁶⁷⁵ Cf. Padre Avelino de Jesus da Costa (1997, 470-471, 494-496).

⁶⁷⁶ O fundador da ordem dominicana (1217).

⁶⁷⁷ Klapisch-Zuber, 1990, 107.

⁶⁷⁸ Bourin, 1997, 243. Cf. também Duby, 1993, 235-237.

⁶⁷⁹ Centrando-se na diocese de Braga, o Padre Avelino de Jesus da Costa refere que, desde o fim do séc. VI que se generalizou a prática de atribuir a todas as igrejas e capelas um patrono celeste (Costa, 1997, 468).

⁶⁸⁰ Costa, 1997, 470-471.

⁶⁸¹ Leite de Vasconcelos (1928, 34). De facto, nas últimas centúrias da Idade Média, o culto mariano estava plenamente enraizado na devoção popular (Vovelle, 1983, 63; Marques, 1987, 372-373; Coelho, 1994, 17-18; Gonçalves, 1996, 155; Dalarun, 1993, 54-56; Duby, 1993, 237; 292-293; Pallares Méndez, 1993a, 24-26; Costa, 1997, 468, 470-471, 488-492).

Martinho, S. Miguel, Santiago e, somente depois, Pedro, S. Paio e S. João Baptista⁶⁸². Num patamar inferior encontra-se S. Mamede, S. Cristóvão, Santo André, Santo Estêvão, S. Lourenço, S. Romão e S. Julião⁶⁸³. Datando do século VI a prática de atribuir um patrono celeste às igrejas e capelas, a maior parte dos oragos evidenciados remetem para uma devoção espiritual relativamente distante da dos finais da Idade Média, considerando que, nos primeiros séculos, a Igreja só prestou culto aos mártires⁶⁸⁴.

Com efeito, é sabido⁶⁸⁵ que, nos séculos XII e XIII, os principais santuários do reino localizavam-se em Entre-Douro-e-Minho e na Beira, destacando-se um conjunto de santos milagreiros: S. Geraldo de Braga, Santa Maria de Bouro, Senhora da Peneda, Santa Maria de Pombeiro, S. Salvador de Valongo, Santo Eleutério, S. Mamede, Santa Maria do Lago, S. Servando, Santa Senhorinha de Basto. É sabido também⁶⁸⁶ que, ao longo dos séculos XII, XIII e XIV novos santos foram introduzidos, como, por exemplo, S. Jorge, S. Martinho, Sto. António, S. Francisco, S. Domingos, Santa Isabel. Além destes santos, outros eram ainda venerados, como, por exemplo, S. Sebastião, S. Bartolomeu, Santa Clara, Santa Catarina e o já referido S. Miguel Arcanjo, que, segundo um *Regimento* das procissões de D. João II, ocupavam, na procissão do Corpo de Deus⁶⁸⁷, popularizada rapidamente a partir do reinado de D. Afonso III, um lugar de destaque. Por sua vez, não é de descurar a importância da Imaculada Conceição, muito acarinhada no reino durante o século XIV⁶⁸⁸. É sabido ainda que alguns destes santos eram patronos de certas povoações ou de certas actividades laborais. Por exemplo, S. João Baptista não correspondia somente, no reino português, ao “percursor de Cristo”⁶⁸⁹, mas era e é também o santo padroeiro de muitas localidades portuguesas, sobretudo no Norte de Portugal, constituindo, como se referiu já, a data da festa religiosa e popular um marco nas actividades económicas e administrativas, pois era o dia de S. João em conjunto com o Natal e a Páscoa, um dos momentos medievais de pagamento de foros, em diferentes domínios senhoriais, como, por exemplo, o couto de Santo Tirso⁶⁹⁰ e era, também, naquele dia que as assembleia municipal procedia, em cada ano, à eleição dos

⁶⁸² De notar, no entanto, que, além do Natal, Páscoa, Corpo de Deus e Todos os Santos, S. João Baptista constituía uma das festas mais importantes do reino (Marques, 1987, 483; Costa, 1997, 470, 484).

⁶⁸³ Costa, 1997, 470-521.

⁶⁸⁴ *Idem*, 470-471.

⁶⁸⁵ Marques, 1981, 157.

⁶⁸⁶ *Idem*, 160.

⁶⁸⁷ Marques, 1987, 373-374; Coelho, 1994, 19-20; Gonçalves, 1996, 153-154, 160.

⁶⁸⁸ Marques, 1981, 161.

⁶⁸⁹ Vasconcelos, 1928, 39.

⁶⁹⁰ Melo, 1995.

juízes e procuradores da cidade⁶⁹¹. O mesmo acontecia com S. Miguel Arcanjo, festejado em Setembro, e ainda com Sto. Estêvão e S. Lucas, como se aferiu anteriormente. Por fim, é sabido que, segundo Oliveira Marques⁶⁹², nos séculos XIV e XV, além dos cultos locais, por todo o reino português se respeitavam as celebrações dos santos S. Vicente, S. Brás, Santa Catarina, Santo Antão, S. Jorge, Santo António, S. João, S. Pedro e S. Paulo, Santa Maria Madalena, Santiago, Santa Maria de Agosto e S. Lourenço.

Um conjunto de nomes de santos que não deixam de se encontrarem presentes no *stock* antroponímico em estudo, à excepção de alguns, como, por exemplo, *Paulo*, *Madalena*, *Santiago*, *Eleutério*, *Sebastião*, *Isabel* ou *Conceição*. Assevera-se, portanto, que os nomes próprios masculinos e femininos mais frequentes na cidade do Porto se encontravam imbuídos de uma profunda espiritualidade e devoção religiosa, visto que parecem entrosar-se com santos que, à partida, terão sido acolhidos e acarinhados pela população⁶⁹³. Contudo, a intensidade desse mesmo entrelaçamento varia e não é linear, à semelhança do que acontece na onomástica de Lisboa, no século XVI⁶⁹⁴.

De facto, embora no seio da onomástica masculina, S. João, S. Martinho e S. Domingos pareçam ter constituído referência numa boa parte da identificação dos indivíduos de sexo masculino, S. Bartolomeu, S. Miguel, S. Brás e S. Jorge inspiraram, raramente, as escolhas onomásticas. A meio termo, encontram-se os nomes que remetem para Santo António, S. Francisco, S. Vicente, S. Lourenço e Santo Estêvão. No espólio onomástico feminino, apura-se algo de semelhante, na medida em que os nomes mais frequentes, à excepção de *Margarida*, podem ser associados aos cultos mais queridos do reino português: o culto da Virgem, Santa Catarina e Santa Clara. O nome *Domingas* poderá remeter para o culto de S. Domingos. O mesmo terá acontecido com os nomes *Estevã*, *Francisca*, *Geralda* e *Vicenta*. Estes nomes exerceram, contudo, muito menos influência, tal como aconteceu com o onomato *Senhorinha*, que parece ter caído em desuso nas últimas centúrias medievais⁶⁹⁵, não obstante a importância dada, em tempos mais recuados, a Santa Senhorinha de Basto por D. Sancho I⁶⁹⁶.

Neste seguimento, afere-se, então, que nem todos os nomes de santos terão influenciado os *stocks* onomásticos em análise. Aliás, alguns terão ficado longe de

⁶⁹¹ Soares, 1962-1965b, 346, 368.

⁶⁹² Marques, 1981, 146-147.

⁶⁹³ Sobre este assunto, Cf. Duby, 1993, 235-237.

⁶⁹⁴ Alves, 1983, 131-135.

⁶⁹⁵ Cf. apêndices 16, 17 e 18.

⁶⁹⁶ Marques, 1981, 157.

contagiar as práticas antroponímicas em estudo, como parece ser o caso de Santo Eleutério, S. Mamede, S. Servando, Santa Isabel, S. Sebastião, Imaculada Conceição, S. Lucas, Santa Maria Madalena e de S. Paulo.

É interessante reter que, debruçando-se este estudo sobre um espaço urbano, no qual a presença das ordens mendicantes não deixou de se fazer sentir, o nome *Domingos* toma uma dianteira clara relativamente ao onomato *Francisco*, ocupando, respectivamente, como se observou acima, o terceiro e o décimo-segundo lugares das preferências onomásticas masculinas. Dois nomes que parecem oferecer alguma especificidade à antroponímia portuense, atendendo a que é no Porto onde a utilização daqueles onomatos se revela mais evidente, na medida em que é apenas nesta cidade que o nome Francisco se encontra entre os treze nomes mais preferidos e que, além do Porto, somente nas terras do mosteiro de Alcobaça, nos finais do século XIV, é que se encontra o nome *Domingos* entre os treze nomes mais em voga⁶⁹⁷.

No que diz respeito à especificidade da antroponímia portuense, é ainda de notar, na antroponímia feminina, que os nomes *Clara*, *Elvira* e *Aldonça* contribuem também, no grupo dos treze nomes próprios mais utilizados, com alguma especificidade⁶⁹⁸, verificando-se, em simultâneo, que certos nomes abraçados por diferentes meios rurais não merecem particular atenção das práticas antroponímicas do burgo do Porto, já que não constam entre os treze nomes mais preferidos⁶⁹⁹. Trata-se dos nomes *Leonor* e *Isabel*, sempre presentes na onomástica, quer nas proximidades do Porto – couto de S. João da Foz –, quer um pouco mais a Norte, no couto de Sto. Tirso, quer mais a Sul, nas terras do Mosteiro de Alcobaça, quer, ainda, no seio da população do Arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI⁷⁰⁰. Algo de semelhante se passa com os nomes *Beatriz* e *Constança*. O primeiro, claramente querido à antroponímia feminina da comunidade piscatória e rural dos coutos de S. João da Foz e de Sto. Tirso, no século XV, é inexistente no *stock* antroponímico em estudo relativo à cidade do Porto. O segundo, presente na antroponímia das terras de Alcobaça e do Alentejo, no século XV, encontra-se entre os nomes invulgares no Porto trecentista. O mesmo parece acontecer, na antroponímia masculina, com o nome Luís, que é um dos treze nomes mais preferidos nos meios piscatório e rural, como o couto de S. João da Foz, as terras alentejanas e as

⁶⁹⁷ Cf. apêndice 21.

⁶⁹⁸ Cf. apêndice 21.

⁶⁹⁹ Cf. apêndice 21.

⁷⁰⁰ Cf. apêndice 21.

comunidades de colonos da Madeira no século XV, enquanto que na urbe portuense ele é remetido para um vigésimo segundo lugar⁷⁰¹.

Desta feita, o espaço urbano portuense da centúria de Trezentos parece desenhar algumas particularidades onomásticas em relação a núcleos populacionais ditos rurais ou piscatórios, especificando algumas preferências.

Não obstante estas especificidades e a influência exercida pelas devoções espirituais e religiosas, locais e domésticas, é interessante averiguar que, por exemplo, na onomástica feminina, alguns dos nomes encontrados, uns mais frequentes, outros mais raros, podem também entrosar-se com o universo principesco. É o caso dos onomatos *Maria, Inês, Joana, Branca, Constança, Leonor, Sancha e Teresa*⁷⁰². O mesmo acontece com os nomes masculinos *Martim, Afonso, Pedro, Fernando, Vicente, Gil, Rodrigo e Lopo*⁷⁰³.

Por conseguinte, entrelaçando-se os *stocks* onomásticos em análise com a devoção e espiritualidade cristã e a família de sangue real, depreende-se que eles terão interagido entre si, tornando uns onomatos mais vulgares do que outros em função não exclusivamente das coordenadas temporais, mas também das populações em estudo.

4.2 Segundo Designativo

Em concordância com o que se referiu acima em relação ao primeiro designativo, o segundo designativo é aquele que ocupa uma segunda posição na estrutura antroponímica do indivíduo e é, segundo Pierre-Henri Billy, ao contrário do nome de baptismo, um nome concedido pela e na família, não numa cerimónia baptismal, como acontecia com o nome próprio, mas quando o indivíduo saía da sua família e entrava na vida social⁷⁰⁴. Assim se compreende que, nos finais da Idade Média, tal como refere Iria Gonçalves, a identificação por meio de um nome próprio simples e isolado diga respeito essencialmente às crianças⁷⁰⁵.

⁷⁰¹ Cf. apêndice 21.

⁷⁰² Marques, 1985.

⁷⁰³ *Ibidem*.

⁷⁰⁴ Billy, 1995:178.

⁷⁰⁵ Gonçalves, 1988a, 70.

Primeiramente, é de referir que, no total das 967 indivíduos, desconhece-se o segundo designativo de 77 (7,96%), em virtude do tipo de sistema antroponímico utilizado ou como resultado de omissões ou das dificuldades de leitura anteriormente evidenciadas⁷⁰⁶.

Quadro 16
A natureza do segundo designativo (2ºD) (Porto, séc. XIV)⁷⁰⁷.

| Natureza do 2º D | Total | % |
|-------------------------|-------|------|
| Antroponímica | 759 | 79 |
| Geográfica | 51 | 5,27 |
| Diversa | 66 | 6,83 |
| Sócio-profissional | 14 | 1,45 |
| <u>?</u> ⁷⁰⁸ | 77 | 7,96 |
| Total | 967 | 100 |

Em sintonia com o que se apurou relativamente aos sistemas de identificação, o segundo elemento onomástico encontra-se inequivocamente enraizado nas práticas antroponímicas em estudo, sendo nutrido, na sua pluralidade (79%), por nomes de pessoas, isto é, por antropónimos (quadro 16). Importa portanto conhecer a sua natureza e desempenho.

4.2.1 Função patronímica

Nesta sequência, averigua-se que a maioria dos referidos antropónimos patenteiam um carácter e função patronímicos⁷⁰⁹, indicando o nome próprio do pai, sublinhando laços de sangue⁷¹⁰, tal como acontecia em tempos anteriores (séculos X a XIII)⁷¹¹ noutras regiões portuguesas (terras aristocráticas entre os rios Sousa e Tâmega⁷¹², comunidades rurais de Grijó e Arouca⁷¹³, e o espaço de Coimbra⁷¹⁴) e, entre os séculos X e XI, noutros

⁷⁰⁶ Cf., no presente estudo, na parte I, o ponto 2, a partir da p. 47.

⁷⁰⁷ De referir que os nomes judaicos são praticamente inexistentes entre os segundos designativos, pois, no espaço do Porto e entre 1301 e 1400, apenas se compilou um: Baru (Salomão Baru (ADP, *L. S.*, LXXIX, 166-174)). *Vid* apêndice 49. Neste quadro, não se contabilizam os onomatos cujas datas não são totalmente precisas, embora se enquadrem no século XIV. Ao todo correspondem a 24 formas antroponímicas/indivíduos.

⁷⁰⁸ Um conjunto de designativos permanece na penumbra em resultado do avançado estado de deterioração de certos documentos.

⁷⁰⁹ Na esteira de Iria Gonçalves, optou-se também aqui por não considerar a definição de patronímico dada por J. Leite de Vasconcelos, considerando como patronímicos todos os nomes que indicam ou reproduzem o nome próprio do pai, independentemente de se encontrarem ou não no genitivo. (Gonçalves, 1988a, 70 e 90; Vasconcelos, 1928, 101-102, 127, 129). Trata-se de nomes que, sendo derivados de prenomes, têm uma “origem e função puramente antroponímicas” (Nunes, 1999, 40).

⁷¹⁰ Bourin, 1997, 241.

⁷¹¹ Durand, 1982, 110-111; Durand, 2002, 77, 79-80, 85.

⁷¹² Durand, 1995b, 46.

⁷¹³ Durand, 1995a, 104.

espaços cristãos ibéricos⁷¹⁵ (Galiza⁷¹⁶, Bierzo⁷¹⁷, Asturias⁷¹⁸, Leão⁷¹⁹, Cantábria⁷²⁰, Burgos⁷²¹, Navarra e Rioja⁷²², Aragão⁷²³ Catalunha⁷²⁴), com particular destaque para as regiões ocidentais que se mostraram bem mais arreigadas ao *nomen paternum*. Esboça-se, portanto, uma continuidade entre os séculos anteriores do Noroeste peninsular e a cidade do Porto trecentista na utilização de patronímicos que, no entanto, como refere Robert Durand⁷²⁵, não deixa também de imperar na centúria seguinte, como testemunham a comunidade rural de Sto. Tirso⁷²⁶, o núcleo piscatório do couto de S. João da Foz⁷²⁷, as populações do Alentejo⁷²⁸ e de Alcobaça⁷²⁹ e ainda no seio dos povoadores do arquipélago da Madeira. Aqui, é de notar, no entanto, que no século XVI surgiram formas patronímicas cristalizadas nas quais a função de indicar a filiação paterna deixara de existir⁷³⁰. De facto, os estudos de antroponímia portuguesa⁷³¹ têm revelado, em uníssono, que a cristalização dos patronímico e/ou nomes geográficos em apelidos de família mostrou-se tardia em Portugal, atendendo a que a desagregação dos patronímicos só se terá iniciado no século XVI e a partir dos principais centros populacionais⁷³². Assim, em sintonia com o que já foi referido, além da homogeneização das práticas antroponímicas em torno dos patronímicos, é de reter o conservadorismo de Portugal medieval relativamente a outras regiões europeias. De facto, nas últimas centúrias da Idade Média, Portugal distinguia-se, claramente, da região da Catalunha, do Baixo Languedoque e das regiões italianas onde o *nomen paternum* foi abandonado, cedendo o passo aos nomes de lugar e apelidos de família⁷³³. Assim, de Norte a Sul, fossem elas rurais, piscatórias ou urbanas, as gentes do reino português, nos últimos tempos da Idade Média não prescindiam do patronímico, mergulhando, deste modo,

⁷¹⁴ Durand, 1990, 223; Bourin, 1990d, 237.

⁷¹⁵ O mesmo já não se pode apontar para as diferentes regiões francesas, onde, como diz Monique Bourin, a referência do sobrenome deixa de ser gradualmente o nome próprio do pai e passa a constituir essencialmente uma referência a um lugar. (Bourin, 1990d, 240). A este respeito é de consultar Martínez Sopena (1996, 68-69) e To Figueras (2002, 61-62).

⁷¹⁶ Portela Silva, 1995, 35, 43; González Vásquez, 1995, 60.

⁷¹⁷ Rodríguez González, 1995, 89, 98.

⁷¹⁸ Beltran Suarez, 1991, 66, 128.

⁷¹⁹ Martínez Sopena, 1995b, 161, 165, 167.

⁷²⁰ Montenegro Valentín, 1995, 196.

⁷²¹ Garcia De Cortazar, 1995b, 246-249, 252.

⁷²² Garcia De Cortazar, 1991, 183-184.

⁷²³ Laliena Corbera, 1995, 306-307.

⁷²⁴ Zimmermann, 1995, 355-356; To Figueras, 1996, 432-433.

⁷²⁵ Durand, 2002, 81; 1982, 111.

⁷²⁶ Franco, 1995, 24-26.

⁷²⁷ Franco, 2002a.

⁷²⁸ Gonçalves, 1988a, 70-77.

⁷²⁹ Gonçalves, 1988b, 105-113.

⁷³⁰ Vasconcelos, 1928, 117; Gonçalves, 1988b, 40-43.

⁷³¹ Nunes, 1999, 41-42.

⁷³² A este respeito, consulte-se Alves, 1983, 140-141; Brito, 1997, 409-411.

⁷³³ Martínez Sopena, 2002, 75-76; Durand, 2002, 78-79, 80.

numa espécie de “igualdade social”, visto que, sendo imprescindível na identificação dos indivíduos, acabava⁷³⁴ por não distinguir socialmente o indivíduo.

4.2.2 Um patronímico autêntico?

Contudo, neste contexto, é conveniente questionar a autenticidade dos referidos patronímicos. Encontrar-se-ão eles, na Baixa Idade Média, em pleno vigor? Ou, pelo contrário, não deturparão eles a tela antroponímica em análise, não correspondendo já, na prática, ao nome próprio do pai?

A solução é proceder a um confronto entre a denominação do pai e do filho. Os dados que se reuniram não permitem confrontar a identificação de todos os indivíduos com a dos respectivos pais. Todavia, à semelhança do estudo de Naidea Nunes Nunes⁷³⁵, reuniram-se todas as situações em que é possível conhecer os nomes do filho e do pai, tendo-se verificado que era quase uma constante o segundo designativo apontar o nome próprio do pai, isto é, ser constituído por um patronímico⁷³⁶.

Todavia, tal não significa que aquele elemento onomástico não pudesse assumir outro papel⁷³⁷, considerando que também se identificaram alguns casos em que aqueles nomes podiam despontar como apelidos, à semelhança do que se verificava com alguns dos sobrenomes da aristocracia portuguesa⁷³⁸ e do Baixo Languedoque⁷³⁹, em tempos anteriores (sécs. X-XIII). Este desempenho foi detectado quando, nas susoditas situações em que os dados permitiam comparar a identificação do filho com a do pai, se verificou que o segundo elemento de identificação do filho era o mesmo que o do pai, como por exemplo: ex: *João Martins, filho de Nuno Martins*⁷⁴⁰ ou *Senhorinha Eanes, filha que foi de Domingos Eanes*⁷⁴¹. Assim, em similitude com o que se verificava na

⁷³⁴ *Vid.* o que se aferirá mais adiante, na parte II, ponto 6.2., a partir da p. 234.

⁷³⁵ Nunes, 1999, 42.

⁷³⁶ Consulte-se, para o efeito, o apêndice 26. Nos casos em que é possível conhecer os nomes do pai e dos filhos, verifica-se que, frequentemente, o sobrenome simples ou complexo, é constituído por um designativo que indica o nome próprio do pai, encontrando-se, com alguma frequência, na forma genitiva, como por exemplo: **Afonso Lourenço**, filho que foi de **Lourenço** Domingues das Eiras morador em outro tempo na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 94-103; XCVII, 141-154); João Alvarinho, filho que foi de Alvarinho de Golpilharinhos [...], morador em Francelos (ADP, *L. O.*, XXIII, 27); Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcã, irmã que foi de Domingos Falcão (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 218-224v); Constança Eanes, filha de João Botelho (ADP, *L. S.*, XCVI, 204- 224), Gabriel **Gonçalves**, filho do dito **Gonçalo** Louredo, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXX, 312-316), entre outros. *Vid.* apêndice 49.

⁷³⁷ Tal como aponta J. Leite de Vasconcelos para o século XV (Vasconcelos, 1928, 114).

⁷³⁸ Durand, 1982, 111; 1995b, 47.

⁷³⁹ Bourin, 1995b, 196-197.

⁷⁴⁰ ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v; *L. S.*, XCVI, 204- 224.

⁷⁴¹ ADP, *L. O.*, XXIII, 3. No apêndice 26, outras situações semelhantes podem ser detectadas. *Vid.* apêndice 49. Casos idênticos são enunciados por J. Leite de Vasconcelos (1928, 132-133).

região da Provença, entre os séculos XIII e XIV⁷⁴², detectava-se também, no Porto, alguns traços de uma “fossilización (esto es, la conversión en apellido) del *nomen paternum*”⁷⁴³, indiciando traços da antroponímia que viria a ganhar terreno, como se referiu acima, em Portugal, no século XVI. Desta maneira, o segundo designativo parece mostrar-se aberto a assumir o desempenho de um apelido de família, embora reste saber, em afinidade com o que se verificou com o estudo antroponímico e genealógico da família aristocrática *Sousa*, entre os séculos X e XIII⁷⁴⁴, se estes nomes continuaram ou não a ser transmitidos nas gerações seguintes, pois é muito possível que tal herança se tenha efectuado apenas de uma geração para outra, à semelhança dos patronímicos. De notar ainda que, no conjunto de casos em que se identifica o pai e o filho, raramente o filho é denominado com o mesmo nome próprio que o do pai e, se tal acontece, a partilha faz-se não somente do primeiro designativo, mas sim do primeiro e segundo designativos (ex: *Afonso Rodrigues, escudeiro* filho de *Afonso Rodrigues Ribeiro escudeiro*⁷⁴⁵; *Gonçalo Peres, filho de Gonçalo Peres das Eiras*⁷⁴⁶; *Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres, morador na cidade do Porto*⁷⁴⁷) ou do primeiro, segundo e terceiro designativos em simultâneo (ex: *Domingos Eanes Grainho, cónego da Sé do Porto que é filho de Domingos Eanes Grainho*⁷⁴⁸). Estas situações peculiares coexistem com os patronímicos, mas são declaradamente exíguas, esporádicas.

Contudo, não deixam de lembrar certos traços antroponímicos do Baixo Languedoque, entre os séculos XI e XIII⁷⁴⁹, onde no caso do nome próprio ser transmitido de pai para filho, o sobrenome também o era, atendendo a que constituía um elemento essencial na identificação do indivíduo. Monique Bourin⁷⁵⁰ interpreta a referida prática antroponímica como uma “promesse de droits et de fonctions. Une promesse qui en régle générale va à l’aîné, avec exceptions”. Pascual Martínez Sopena⁷⁵¹ encontrou algo de semelhante, no século XIII, nas dinâmicas antroponímicas e sociais aristocráticas espanholas, interpretando-as como sinais de uma mudança no sentido da concepção linhagística da família que, não obstante, se revelou, em Castela, lenta, prolongando-se pelas duas últimas centúrias da Idade Média.

⁷⁴² Sigal, 1995, 212-215.

⁷⁴³ Martínez Sopena, 1995b, 162; Barthélemy, 1990, 42.

⁷⁴⁴ Durand, 1995b, 44, 47.

⁷⁴⁵ ADP, L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; CI, 346-353. *Vid.* apêndice 49.

⁷⁴⁶ ADP, L. S., CI, 346-353. *Vid.* apêndice 49.

⁷⁴⁷ ADP, L. O., XXIV, 40; L. S., XCVI, 204- 224. *Vid.* apêndice 49.

⁷⁴⁸ ADP, L. O., XX, 23. *Vid.* apêndice 49.

⁷⁴⁹ Bourin, 1995b, 198

⁷⁵⁰ Bourin, 1995b, 198-199; Bourin, 2002d, 5-8, 11.

⁷⁵¹ Martínez Sopena, 2002, 75.

Como interpretar então, num espaço urbano como o Porto, aquelas formas de transmissão de nomes entre pai e filho? Identificariam elas, à semelhança, por exemplo, do que foi dito relativamente ao Baixo Languedoque, o primogénito, o que teria direito à herança? Constituiriam elas os primeiros traços de uma tendência para diferenciar os irmãos em relação aos seus direitos de hereditariedade, apontando para um conceito de linhagem?⁷⁵² Poder-se-á tecer alguma proximidade entre elas e as práticas antroponímicas desenhadas na cidade de Toledo, no século XIV, onde se transmitia o nome próprio e patronímico, em conjunto, de geração em geração⁷⁵³?

É de referir que numa das referidas situações⁷⁵⁴ é possível conhecer as denominações de outros irmãos, verificando-se que a referida partilha de onomatos entre pai e filho já não se concretiza entre eles, pois a sua identificação enquadra-se plenamente na prática comum: a de identificar os filhos com um patronímico⁷⁵⁵. É o caso do já nomeado *Domingos Eanes Grainho, cónego da Sé do Porto que é filho de Domingos Eanes Grainho*⁷⁵⁶, cujos irmãos são identificados com um segundo designativo de natureza patronímica: *Martim Domingues meio cónego que foi na Sé do Porto, irmão de Domingos Eanes Grainho* (cónego da Sé do Porto)⁷⁵⁷ e *Margarida Domingues, filha que foi de Domingos Eanes Grainho de Rio Meão*⁷⁵⁸. Assim, o filho que herdou o nome completo do pai corresponderia, possivelmente, ao mais velho, mas daí a adiantar algo mais ou tecer analogias com cidades fortemente arabizadas como a de Toledo, existe uma grande distância, considerando que os dados são muito esquivos na oferta de respostas.

Paralelamente, é de apontar ainda alguns casos antroponímicos insólitos. Casos em que, através do referido confronto, se constata que a identificação do filho e do pai não possui qualquer elo de ligação⁷⁵⁹. Casos insólitos, mas presentes. É possível que eles possam resultar de algumas dificuldades de leitura de quem elaborou a maior parte das cópias. É possível também que eles correspondessem a matronímicos ou então a nomes

⁷⁵² Bourin, 1995b, 196-198; Bourin, 1995c, 240-241; Bourin, 1996b, 186; Martínez Sopena, 2002, 75-76.

⁷⁵³ Em Toledo, no século XIV, o indivíduo era identificado por dois blocos antroponímicos. O primeiro constituído pelo nome próprio e um patronímico, o segundo constituído com a identificação do pai, do avô e, raramente, por uma indicação profissional. Entre os séculos XIV e XV, Jean Pierre Molénat defende que certamente o primeiro bloco era transmitido de uma geração a outra. (Molénat, 1996, 173-174).

⁷⁵⁴ Cf. apêndice 26.

⁷⁵⁵ Cf. a este respeito Bourin, 1995b, 196, 198, 208.

⁷⁵⁶ ADP, *L. O.*, XX, 23.

⁷⁵⁷ ADP, *L. O.*, XX, 23; XXIII, 3, 8; *L. S.*, XCVI, 25-30.

⁷⁵⁸ ADP, *L. O.*, XXIII, 3

⁷⁵⁹ Veja-se, a título de exemplo, no apêndice 26, os seguintes casos: **Afonso Domingues**, mercador morador na cidade do Porto – filho de **Vicente Martins** e pai de Maria **Eanes** neta de Maior Domingues das Eiras (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175; XCVIII, 72-80v); **Diogo Soares** de Degarei é pai de **Miguel Martins**, morador no lugar de Degarei (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 34-65); **Gonçalo Mendes**, filho de **Afonso Domingues** (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 183-188).

de familiares anteriores, à semelhança do que se verificou no arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI⁷⁶⁰. É possível ainda que eles correspondam a práticas, conscientes ou inconscientes, de combate a possíveis situações de homonímia. Um conjunto de possibilidades que os dados recolhidos não permitem confirmar.

Quadro 17
Avaliação do grau de homonímia entre os indivíduos do século masculino, associando os seis designativos dominantes nas duas gerações (Porto, séc. XIV).

| | Associação entre o 1º D e o 2º D | Total de Indivíduos | % |
|----|----------------------------------|---------------------|--------------|
| 1 | João Eanes | 17 | 2,02 |
| 2 | Afonso Martins | 17 | 2,02 |
| 3 | João Domingues | 16 | 1,90 |
| 4 | Domingos Eanes | 15 | 1,78 |
| 5 | João Martins | 13 | 1,55 |
| 6 | Domingos Martins | 12 | 1,43 |
| 7 | Afonso Domingues | 12 | 1,43 |
| 8 | Pedro Eanes | 11 | 1,31 |
| 9 | Martim Domingues | 11 | 1,31 |
| 10 | Pedro Martins | 11 | 1,31 |
| 11 | Afonso Eanes | 8 | 0,95 |
| 12 | João Peres | 8 | 0,95 |
| 13 | Martim Peres | 8 | 0,95 |
| 14 | João Afonso | 7 | 0,83 |
| 15 | Domingos Peres | 7 | 0,83 |
| 16 | Pedro Afonso | 7 | 0,83 |
| 17 | Martim Eanes | 6 | 0,71 |
| 18 | Martim Afonso | 6 | 0,71 |
| 19 | Afonso Peres | 5 | 0,59 |
| 20 | Domingos Domingues | 4 | 0,48 |
| 21 | Martim Martins | 4 | 0,48 |
| 22 | Pedro Domingues | 2 | 0,24 |
| | Total | 207 | 24,61 |
| | Total da população masculina | 841 | 100 |

Contudo, é de reter a atenção na homonímia? De facto, ela é indiciada não somente pelo primeiro designativo, mas também pelo segundo designativo, de acordo com o que se apurará adiante, mas, na prática, seria ela efectiva, constituiria ela um verdadeiro problema na identificação dos indivíduos? Na realidade, ao tentar avaliar o grau de

⁷⁶⁰ Nunes, 1999, 43.

homonímia no seio dos indivíduos de sexo masculino do Porto, na centúria de Trezentos, verifica-se que os níveis de homonímia, entremostrados individualmente pelos ditos primeiro e segundo designativos, caem claramente. A associação daqueles dois primeiros designativos faz esvanecer os riscos de confusão onomástica. É o que se pode aferir no quadro 17, no qual, tendo em consideração os seis primeiros e segundos designativos dominantes, se procura contabilizar o número de indivíduos identificados por cada combinação, no conjunto da população masculina identificada.

Efectivamente, a associação dos seis primeiros e segundos designativos mais comuns resulta em 24 possibilidades de identificação, das quais duas são excluídas (*Afonso Afonso* e *Pedro Peres*) por não se encontrar nenhum indivíduo assim designado. Ora, a referida conexão permite identificar não metade, mas apenas $\frac{1}{4}$ (24,61%) da população masculina do Porto em estudo, sendo que aquelas que mais se repetem (ex: *João Eanes*) correspondem a uns míseros 2%. Deste modo, se a homonímia poderia constituir um risco, ela não parece ter-se manifestado de uma forma efectiva e real. Não se encontra, então, aqui, um possível vector explicativo para os referidos casos insólitos em que a identificação de pai e filho não revela nenhum elo de ligação. Uma prática não enraizada fruto certamente de um conjunto de circunstâncias que, no momento, se mostram cabalmente evasivas. Não obstante, de acordo com os exemplos acima evidenciados, admite-se que a função patronímica do segundo designativo se encontrava, de facto, claramente activa na antroponímia portuense do século XIV, embora sejam detectadas algumas excepções, como se apurou acima. Uma função patronímica que, aliás, continuava a verificar-se na centúria seguinte, quer em regiões do Norte⁷⁶¹, quer nas do Sul⁷⁶² do reino. Por conseguinte, tendo sido precoce e original⁷⁶³ em Portugal – Coimbra, nos séculos XII e XIII⁷⁶⁴ –, relativamente às diferentes regiões francesas, mas solidário, como já se mencionou, com as práticas das regiões ocidentais da Península Ibérica, o *nomen paternum* continuava, nas últimas centúrias da Idade Média, a revelar-se autêntico e em plena forma⁷⁶⁵, colocando, por sua vez, a descoberto

⁷⁶¹ Franco, 1995, 24-26; Franco, 2002a.

⁷⁶² Gonçalves, 1988a, 70, 90; Gonçalves, 1988b, 106-113.

⁷⁶³ De lembrar que, em França, a implementação do sistema antroponímico duplo passou pela restrição progressiva do recurso a um *nomen paternum* e pelo triunfo do nomes geográficos, fazendo referência, na antroponímia nobre, ao domínio senhorial, e na antroponímia de camponeses, indicando a residência ou a posse de uma determinada propriedade (Bourin, 1990d, 236-237, 243). Por exemplo, na região de Sainte Marie d'Auch, no século XIII, os sobrenomes topográficos triunfam de forma inequívoca apresentados com a preposição “de”, ao mesmo tempo que se assiste a um primeiro arranque dos sobrenomes de carácter profissional (Cursente, 1990, 157, 159-160, 162).

⁷⁶⁴ Durand, 1990, 222-223; Bourin, 1990d, 236-237, 242-243.

⁷⁶⁵ J. Leite de Vasconcelos refere que a decadência do patronímico em Portugal “principia depois dos meados do sec. XV, e que o sistema já estava desorganizado no século XVI (Vasconcelos, 1928, 117).

um certo arcaísmo da antroponímia portuense. Ele apontava, como se tem vindo a sublinhar, uma relação patrilienar que teimava em constituir uma referência, inserindo o indivíduo no ambiente familiar.

4.2.3 Duas gerações, dois *stocks* antroponímicos diferentes?

A função patronímica atribuída à maioria dos segundos designativos de natureza antroponímica permite investir numa tentativa de comparação dos nomes próprios da geração dos filhos com a geração dos pais, procurando, em simultâneo, os traços que caracterizam, na essência, o *stock* antroponímico em análise e aqueles que parecem esboçar uma dinâmica evolutiva, mantendo sempre presente, como se acaba de sublinhar, que alguns dos nomes considerados com uma função patronímica possam, na realidade, não ter conhecido esse desempenho, tal como não deixa de alertar Monique Bourin⁷⁶⁶. Apure-se, então, com a ajuda do quadro 18⁷⁶⁷ até que ponto a referida colação vai ao encontro ou não da referida função patronímica do segundo designativo, já que, quanto mais as preferências onomásticas das duas gerações se revelarem próximas, mais elas constituem um verdadeiro testemunho de tal desempenho.

Em primeiro lugar, é interessante verificar que os *stocks* relativos ao primeiro designativo e o do segundo designativo patronímico têm amplitudes relativamente próximas e sustentam-se de um cômputo de unidades onomásticas não muito distante: 59 na geração dos pais e 62 na dos filhos.

Em média, cada unidade onomástica poderia identificar cerca de 12 a 14 indivíduos, mas, de facto, tal não acontecia, visto que, nas duas gerações, para designar 100 indivíduos bastava cerca de 8 nomes. Na realidade, as preferências onomásticas das duas gerações revelam-se próximas e privilegiam muito mais uns onomatos em relação a outros, tal como testemunham os nomes dominantes ao abraçarem mais de metade da respectiva população.

O nome próprio *João* é assim abraçado pelas duas gerações, identificando, na geração dos pais, cerca de 17%, e, na geração dos filhos, 19%. De facto, nas duas gerações, o onomato *João* é o mais querido. Mas não é o único. Realmente, como

⁷⁶⁶ Bourin, 1990c, 201.

⁷⁶⁷ E também dos dados do apêndice 27.

testemunha o quadro-síntese 19, elaborado em sintonia com os estudos de Iria Gonçalves⁷⁶⁸, assevera-se inquestionável a convergência das preferências das duas gerações num número reduzido de unidades onomásticas, já que, para contemplar mais de metade (55,36%) das respectivas populações, as duas gerações recorrem a apenas 4 ou 6 nomes próprios⁷⁶⁹. E o que é interessante é que, à excepção de *Pedro* que, na 2ª geração, é substituído por *Afonso*, aqueles onomatos são os mesmos na geração dos pais e na geração dos filhos. Na realidade, não obstante ligeiras oscilações no decorrer do século, tanto numa geração como noutra, *João*, *Martim* ou *Martinho* e *Domingos* dominam as preferências onomásticas, alternando entre si os três primeiros lugares, embora, em certos períodos tenham descido a patamares de utilização inferiores, como se pode aferir no susodito quadro.

Desta maneira, com clareza se verifica que as práticas antroponímicas das duas gerações se encontravam enraizadas e revelam uma estabilidade e concentração das escolhas em determinados nomes próprios, confirmando e reforçando, em simultâneo, o papel do *nomen paternum* evidenciado acima.

Quadro 18
Comparação dos *stocks* de nomes próprios entre duas gerações (pais e filhos)
a partir dos primeiro e segundo designativos patronímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)⁷⁷⁰.

| Parâmetros de Análise | Pais | Filhos |
|---|--------|--------|
| Número total de indivíduos (T) | 748 | 824 |
| Número de unidades onomásticas diferentes (D) | 59 | 62 |
| <i>Stock</i> por 100 indivíduos ((D*100):T) | 7,88 | 7,52 |
| Nome mais frequente: | | |
| - número de indivíduos por ele identificados | 126 | 159 |
| - % de indivíduos no total da população masculina | 16,84% | 19,29% |
| Nomes dominantes: | | |
| - número | 4 | 6 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 6,77% | 9,67 |
| - número de indivíduos por eles identificados | 415 | 510 |
| - % de indivíduos por ele identificadas, em relação ao total da população masculina | 55,48% | 61,89% |
| Nomes raros (utilizados apenas uma vez): | | |
| - número | 27 | 32 |
| - % em relação ao número de unidades onomásticas diferentes | 45,76 | 51,61% |
| Número mínimo de nomes diferentes necessários para designar 50% população masculina | 4 | 5 |

⁷⁶⁸ Gonçalves, 1988a, 73-76, 79; Gonçalves, 1988b, 106-112.

⁷⁶⁹ Cf. apêndice 27.

⁷⁷⁰ À semelhança dos outros dois quadros elaborados para a antroponímia feminina e masculina, a elaboração deste quadro seguiu de muito perto as orientações metodológicas de Monique Bourin e de Pascal Chareille (Bourin, 1992f, 180).

Continuando a cotejar as preferências antroponímicas das duas gerações (quadros 18 e 19) apura-se que, à medida que se desce na hierarquia onomástica, os *stocks* começam a distinguir-se um pouco mais. Ao optar-se por considerar não os quatro ou seis mais preferidos, mas sim, por exemplo, os dez mais utilizados, vislumbram-se logo algumas variações no número de ordem oferecido a cada unidade onomástica. É o que acontece com as unidades onomásticas *Estêvão* e *Fernando* que decaem ligeiramente de uma geração para outra, enquanto que *António* ou *Antoninho*, *Luís* e *Nuno* começam a ser utilizados.

Ao descer-se um pouco mais de forma a atingir um patamar mais mediano, as diferenças entre as duas gerações manifestam-se de forma mais clara. Vejam-se os onomatos *Francisco*, *Gil*, *Diogo* ou *Dias*, *Álvaro*, *Nicolau* e *Bartolomeu*, que são ligeiramente mais preferidos na segunda do que na primeira geração. O inverso acontece com *Geraldo*, *Miguel*, *Paio*, *Mendes* e *Sanches*, que se revelam muito mais queridos à primeira geração, chegando, alguns deles, a não serem empregues na segunda.

Quadro 19
 Comparação entre duas gerações do número de ordem dos seis dominantes,
 a partir da colação de patronímicos (P) e nomes próprios (NP) dos indivíduos
 (Porto, séc. XIV)⁷⁷¹.

| Anos | | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total | |
|------|--------------------|-----------|----|-----------|----|-----------|----|-----------|----|-------|----|
| | | P | NP | P | NP | P | NP | P | NP | P | NP |
| 1 | João | 1º | 1º | 1º | 1º | 2º | 1º | 1º | 1º | 1º | 1º |
| 2 | Martim ou Martinho | 2º | 3º | 2º | 2º | 4º | 4º | 2º | 2º | 2º | 2º |
| 3 | Domingos | 3º | 2º | 2º | 3º | 1º | 5º | 3º | 6º | 3º | 3º |
| 4 | Afonso | 6º | 8º | 6º | 6º | 5º | 2º | 4º | 5º | 6º | 4º |
| 5 | Pero ou Pedro | 4º | 4º | 4º | 4º | 3º | 3º | 7º | 6º | 4º | 4º |
| 6 | Gonçalo | 7º | 5º | 8º | 5º | 8º | 3º | 5º | 4º | 6º | 6º |

Se, entretanto, se fixar a atenção nos designativos mais invulgares, as variações revelam-se então axiomáticas. Ainda que as duas gerações comunguem alguns nomes invulgares (ex: *Paio*, *Garcia*, *Pascoal* e *Silvestre*), é interessante verificar que, se, por um lado, em ambos os *stocks*, cerca de metade das unidades onomásticas só são utilizadas uma vez, por outro lado, essas mesmas unidades divergem de um *stock* para o

⁷⁷¹ Este quadro foi elaborado a partir do apêndice 27.

outro. Observa-se, de facto, que a maioria das unidades raras presentes no *stock* da geração dos filhos (ex: *Ângelo, Egas, Garcia, Jorge, Tristão*, entre outros) não se encontra no *stock* da geração dos pais e vice-versa. Com efeito, antropónimos como *Abrães, Brandão, Carrazedo, Durão* ou *Durães, Henriques, Pereira, Ramalho, Soares, Teixeira, Vieira*, entre outros, não se encontram no *stock* da geração dos filhos.

Deste modo, ainda que os *stocks* onomásticos das duas gerações revelem uma grande comunhão de preferências, eles mostram também que os gostos podiam diversificar-se um pouco e que uma boa parte das unidades onomásticas raras numa geração não se repetiam na outra, revelando que *Francisco, Gil, Diogo* ou *Dias*, e, nomeadamente, *António* ou *Antoninho* constituíram novidades onomásticas na segunda geração, pois passam a constar ou reforçam o seu posicionamento no *stock* onomástico, quando se passa de uma geração para outra. Assim, a par da estabilidade e concentração das preferências onomásticas das duas gerações, desenha-se também algum espaço de manobra, alguma liberdade para as preferências onomásticas. Realmente, a existência de uma fatia significativa de nomes invulgares nas duas gerações testemunha, mais uma vez, a estabilidade das práticas antroponímicas, não porque partilhassem esses mesmos nomes invulgares, mas porque tinham a possibilidade de os escolher. O que mostra que, embora o *nomen paternum* pudesse abrir caminho à perpetuação de um determinado nome, a geração seguinte podia sempre optar por escolher um outro.

4.2.4 Natureza do segundo designativo não antroponímico

Não obstante a existência de um *stock* onomástico relativamente diversificado (quadro 16), o espaço para elementos que se distanciem do universo antroponímico mostra-se escasso, quer em relação a indicativos geográficos (5,27%), quer no que diz respeito a indicativos sócio-profissionais (1,44%), ainda que não mereçam ser descurados, tal como acontece na região do Baixo Douro, nas centúrias anteriores⁷⁷². Antes de mais, convém recordar que este tipo de designativos de carácter geográfico e sócio-profissional remetem para outros aspectos da vivência dos indivíduos⁷⁷³, já que, seguindo de perto a opinião de Pierre-Henri Billy⁷⁷⁴, são apelativos que são atribuídos pelos *outros* ao indivíduo, no decorrer da sua vida em função das suas características e

⁷⁷² Durand, 1995a, 106-107.

⁷⁷³ Bourin, 1995c, 221; Beck, 1996, 378-379.

⁷⁷⁴ Billy, 1995:178.

vivências pessoais, dificultando a distinção entre o designativo que funcionou como um verdadeiro antropónimo – nome de família – e aquele que terá correspondido directamente a uma circunstância de vida do respectivo indivíduo, sem se cristalizar.

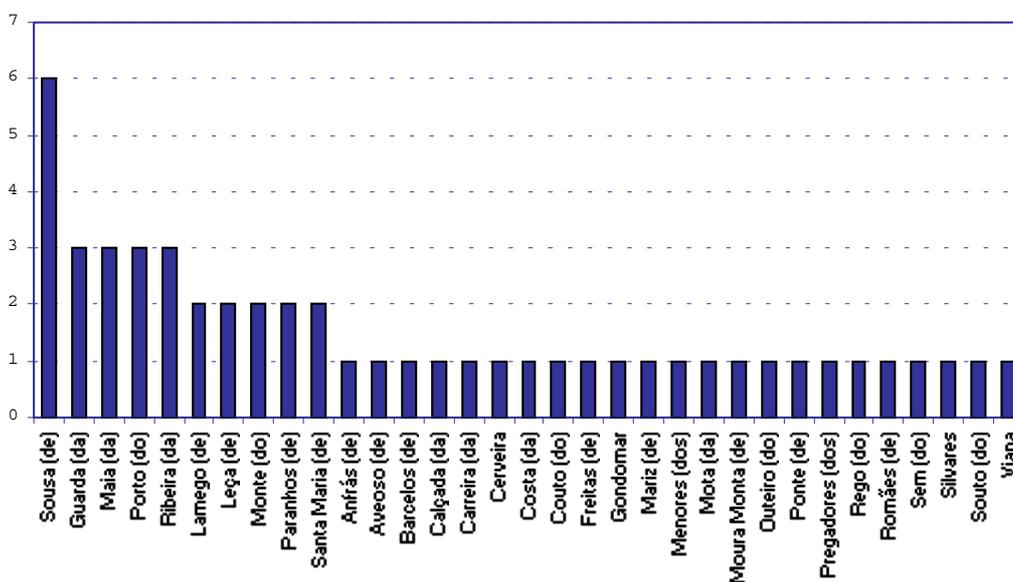


Gráfico 22 – O segundo designativo (2ºD) de natureza geográfica (Porto, séc. XIV).

Independentemente da utilização da preposição “de”, os designativos de carácter geográfico remetem para um topónimo (gráfico 22) que parece querer lembrar, como refere Iria Gonçalves, uma “proveniência do próprio ou de um antepassado”⁷⁷⁵ (ex: *Sousa* ou *de Sousa*, *da Guarda*, *da Maia*, *do Porto*, *de Lamego*, *de Leça*, *do Monte*, *de Paranhos*, entre outros)⁷⁷⁶, ou então uma residência (ex: *da Ribeira*, *do Souto*)⁷⁷⁷. Por seu lado, os de natureza sócio-profissional, bastante mais exíguos, ora apontam para um estatuto (ex: *clérigo*, *colaço*, *escolar*)⁷⁷⁸ ou para variadas actividades profissionais (ex: *alfaiate*, *das botas*, *cambeador*, *ferreiro ou ferrador*, *carreiro*, *cirurgião*, *panos*, *do sal*)⁷⁷⁹.

⁷⁷⁵ Gonçalves, 1988a, 79; Gonçalves, 1996, 147 e 150.

⁷⁷⁶ Ex: Domingos do Porto, advogado que foi na rua dos Mercadores (ADP, *L. O.*, XVIII, 11; XXI, 3; XXX, 32; *L. S.*, LXXXIV, 90-94v, 166-172; LXXXVII, 119-126; XCVI, 204- 224; XCVII, 141-154); Domingos de Paranhos, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXX, 269-278; LXXXII, 120-135); Domingos de Paranhos, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXX, 269-278; LXXXII, 120-135); André da Maia (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 83-86v); Domingos de Leça, ferrador (ADP, *L. O.*, IX, 29), Martim de Sousa, clérigo do coro (ADP, *L. S.*, LXXXIV, 94-97); Estêvão de Lamego, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXX, 133-140); Domingos da Guarda, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 278-282); Domingos Gondomar, escrivão numerado na audiência da Igreja do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 114-118v); Francisco Silvares, morador na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXIV, 40). *Vid.* apêndice 49.

⁷⁷⁷ Domingos Peres da Ribeira (ADP, *L. S.*, LXXX, 269-278); Pedro do Souto, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXIII, 150-153; CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

⁷⁷⁸ Ex: Gonçalo escolar (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 90-96). *Vid.* apêndice 49.

⁷⁷⁹ Ex: Cabeceiras, alfaiate (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 94-103); Nicolau Panos (ADP, *L. O.*, XXIV, 40); Clara do Sal, mulher que foi

Os designativos de natureza diversa remetem para animais (ex: *Boi*, *Bezerro*, *Carneiro*⁷⁸⁰, *Coelho*)⁷⁸¹ que, curiosamente, eram os que mais se conectavam com as actividades económicas, nomeadamente o tratamento, comércio e transformação de peles⁷⁸². Os referidos designativos podiam ainda remeter para certas características físicas (ex: *Alvo*, *Redondo*, *Pesado*, *Pequeno*, *Velho*)⁷⁸³, certos traços psicológicos ou emocionais (ex: *Amado*, *Amiga*, *Bravo*)⁷⁸⁴, podendo, ainda que raramente, apontar para um determinado mês do ano (ex: *Abril*)⁷⁸⁵, para um vegetal (ex: *Alho*)⁷⁸⁶ ou então adquirir uma tonalidade religiosa (ex: *de Cristo*)⁷⁸⁷, sem falar daqueles cujo significado se parece ter perdido totalmente no tempo. Corresponderam certamente a apodos⁷⁸⁸, mas como saber se eles traduzem a realidade do indivíduo ou se, entretanto, se enraizaram na antroponímia, perdendo sentido? A modicidade dos referidos designativos poderá testemunhar que são de facto alcunhas, peculiaridades individuais que eram sublinhadas, por vezes, de forma mordaz, como refere Iria Gonçalves⁷⁸⁹, ao contrário do que acontecia, por exemplo, na região de Agde, em França, onde as alcunhas surpreendem pela sua conotação positiva⁷⁹⁰.

Com efeito, em função do que foi dito, assevera-se que, embora o patronímico se encontrasse claramente enraizado na tela antroponímica do Porto trecentista, ele não era o elemento onomástico que mais e melhor distinguia os indivíduos laicos da urbe portuense. Partilhado por todos, o *nomen paternum* não marcava socialmente o indivíduo e, portanto, havia que apelar e considerar outras referências que, como se

de Martim Barbo (ADP, *L. S.*, LXXIV, 132-138). *Vid.* apêndice 49.

⁷⁸⁰ De sublinhar aqui a importância que a família Carneiro adquiriu nos séculos XV e XVI, constituindo a primeira grande família portuense (Brito, 1997, 34-37).

⁷⁸¹ Pode-se nomear os seguintes casos: João Boi (ADP, *L. S.*, LXXX, 269-278); João Bezerro Roquedo, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIII, 150-153); Gonçalo Carneiro (ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v); João Coelho (ADP, *L. O.*, XXVII, 18). Referências semelhantes são encontradas também, por exemplo, nos trabalhos de D. José Godoy Alcântara (1994, 190-191) e de J. Leite de Vasconcelos não deixa apontar este tipo de designativos (Vasconcelos, 1928, 239-240). *Vid.* apêndice 49.

⁷⁸² Cf., por exemplo: Coelho, 1996, 430-435, 441; Marques, 1987, 105-109, 121; Franco, 2002b, 148.

⁷⁸³ Trata-se de João Redondo, cônego da cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XII, 48; XVII, 11; *L. S.*, LXXIV, 65-68; LXXXVIII, 83-86v; LXXXIX, 55-61v) e João Pesado, advogado, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XC, 100-111v); André Pequeno (ADP, *L. S.*, XCVIII, 48-54); Gonçalo Velho, tabelião da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVIII, 54-57v). *Vid.* apêndice 49. O mesmo tipo de referências são encontradas também, por exemplo, nos trabalhos de D. José Godoy Alcântara (1994, 172) e de J. Leite de Vasconcelos não deixa apontar este tipo de designativos (Vasconcelos, 1928, 190-192).

⁷⁸⁴ Domingos Amado, cônego (ADP, *L. O.*, XII, 51); Estêvão Amado, meio cônego (ADP, *L. S.*, LXXIV, 250-259); João Amado, cônego na Igreja do Porto, “nosso companheiro” e procurador [...] (ADP, *L. O.*, XII, 51; XIV, 53; *L. S.*, LXXIV, 250-259; LXXXVI, 39-51v; XCVII, 141-154; XCVIII, 72-80v, 132-146v); Maria Amiga (ADP, *L. S.*, LXXIV, 230-235); João Bravo (ADP, *L. O.*, IX, 29). *Vid.* apêndice 49. J. Leite de Vasconcelos refere também este tipo de designativos (Vasconcelos, 1928, 190-192).

⁷⁸⁵ Ex: Lourenço Abril, corretor (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162). *Vid.* apêndice 49. De referir que este mesmo nome é também encontrado em terras alcobacenses, entre 1370 e 1400, com índices escassos de utilização (Gonçalves, 1988b, 107 e 113).

⁷⁸⁶ É o caso de Afonso Alho, irmão de Joana Martins (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 211-218v). *Vid.* apêndice 49. D. José Godoy Alcântara (1994, 174) e J. Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1928, 260) não deixam também apontar este tipo de designativos

⁷⁸⁷ Trata-se de João de Cristo, criado de Diogo Henriques (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 1-5). *Vid.* apêndice 49. J. Leite de Vasconcelos não deixa também de fazer referência a este tipo de nomes, desde o séc. XII (Vasconcelos, 1928, 137).

⁷⁸⁸ Gonçalves, 1988b, 45-46.

⁷⁸⁹ Gonçalves, 1988a, 79-80; Gonçalves, 1988b, 119. Ver também, por exemplo: Godoy Alcântara, 1994, 180-188; Vasconcelos, 1928, 8; Dauzat, 1946; Carvalho, 1950, 164; Costa, 1982.

⁷⁹⁰ Bourin, 1990c, 193.

atestará posteriormente, estavam entrosadas com a actividade económica dos indivíduos e/ou com o seu estatuto, enquanto habitantes da cidade, tal como testemunha a natureza dos terceiro e quarto designativos.

4.3 Terceiro Designativo

Como o nome indica, o terceiro designativo surge em terceiro lugar na forma de identificação do indivíduo, sendo de sublinhar que ele é utilizado somente na identificação de alguns dos indivíduos que se associaram ao Porto, dado que, no cômputo das 967 formas antroponímicas em estudo, somente 317 (32,78%) são compostas por um terceiro designativo. Todavia, é interessante constatar que o número de unidades inventariadas afasta-se extraordinariamente dos totais de unidades onomásticas apontados para os primeiro e segundo designativos. Enquanto que estes dois elementos recolhiam, como se referiu acima, cerca de 50 unidades, o terceiro designativo conhece um núcleo bem mais rico, abraçando 158 unidades diferentes, das quais as duas mais predominantes são *clérigo* e *mercador*⁷⁹¹, seguidas de *tabelião*, *cónego* e *alfaiate*.⁷⁹² As mesmas menções, à excepção de *clérigo* e *cónego*, que testemunham a presença dos membros da Igreja na documentação em análise, ocupavam também os primeiros lugares no seio do terceiro designativo dos povoadores do arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI⁷⁹³. Deste modo, este elemento onomástico que ocupa a terceira posição assumia um carácter bem mais individual, atendendo a que uma parte significativa das suas unidades (74,05%) ocorrem uma só vez⁷⁹⁴. Deste modo, à semelhança das antroponímias alcobacense, nos finais do século XIV e no século XV⁷⁹⁵, e alentejana, no século XV⁷⁹⁶, da Madeira, nos séculos XV e XVI⁷⁹⁷, pode-se afirmar que o terceiro designativo é bem mais rico e multifacetado,

⁷⁹¹ De referir que também entre os povoadores do arquipélago da Madeira, nos séculos XV e XVI, a menção mercador era a mais frequente. As menções escrivão e alfaiate ocupavam respectivamente os segundo e terceiro lugares.

⁷⁹² Cf. no apêndice 28.

⁷⁹³ Aqui, os três primeiros nomes que mais ocorriam como 3º designativos eram: mercador, escrivão e alfaiate (Nunes, 1999, 54-55). De referir que alfaiate aparece em 5º lugar na lista de 3º designativos elaborada (consultar o apêndice 28).

⁷⁹⁴ Cf. no apêndice 28.

⁷⁹⁵ Gonçalves, 1988b, 117.

⁷⁹⁶ Gonçalves, 1988a, 78-80.

⁷⁹⁷ Nunes, 1999, 54-55.

distinguindo um determinado indivíduo relativamente a outros. Ele assume, então, a função de diferenciar socialmente os indivíduos⁷⁹⁸.

Indivíduos que conheçam um posicionamento de alguma relevância, em resultado de um estatuto (ex: *clérigo, cónego, mestre-escola, sochantre*)⁷⁹⁹, e/ou exercício de uma função eclesiástica (ex: *vigário, abade*)⁸⁰⁰, de um ofício público (ex: *almoxarife, juiz, tabelião*)⁸⁰¹ ou de uma ocupação laboral (ex: *alfaiate, carniceiro, carpinteiro, ferreiro, mercador, marinheiro*)⁸⁰². Com efeito, à semelhança da antroponímia da Madeira dos séculos XV e XVI⁸⁰³, são os designativos de índole sócio-profissional os mais abundantes, já que envolvem mais de metade (66%) das formas antroponímicas com terceiro designativo (gráfico 23). De referir que também em Paris, nos finais do século XIII, a já referida evolução do sistema III para o sistema IV.1 apoiou-se essencialmente nas menções profissionais. Não obstante, na urbe portuense, o terceiro designativo não se esgotava no universo sócio-profissional, pois não é de negligenciar as formas antroponímicas compostas por terceiro designativo que funcionam como indicativos geográficos, referentes, à semelhança do que se disse em relação ao segundo designativo, a proveniências ou à residência dos respectivos indivíduos, como, por exemplo, *de Cimo de Vila, das Eiras, da rua Chã, das Tendas, do Souto, da Ribeira, do Porto, da Agrela, de Barcelos, de Valongo*, entre outros⁸⁰⁴.

⁷⁹⁸ De lembrar que aqui o exemplo da cidade de Dijon, o final da Idade Média, onde a *atividade* e a origem de cada indivíduo eram vectores a ter em conta numa identificação social precisa dos indivíduos, contribuindo para a definição do “degré d’estime sociale des individus” (Dutour, 1997, 312).

⁷⁹⁹ Ex: Lourenço Barrego, clérigo (ADP, *L. O.*, VIII, 32); Afonso Domingues, cónego (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v); Afonso Domingues, sochantre, clérigo do coro (ADP, *L. O.*, XIV, 53; ADP, *L. S.*, LXXIV, 132-138); João Domingues, mestre-escola (D.) (ADP, *L. S.*, XCVIII, 72-80v). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁰⁰ Ex: Martim Afonso, vigário (ADP, *L. O.*, XII, 51); Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XIV, 53, *L. S.*, LXXIX, 70-78; LXXXVIII, 27-32, 126-130v). *Vid.* apêndice 49. J. Leite de Vasconcelos faz também referência a este tipo de designativos (Vasconcelos, 1928, 187).

⁸⁰¹ Ex: Vicente Martins, almoxarife (ADP, *L. S.*, LXXIX, 203-216); Pedro Fernandes, tabelião, morador na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXIV, 40); Domingos Esteves, juiz. *Vid.* apêndice 49. (ADP, *L. S.*, LXXXII, 67-72v).

⁸⁰² Ex: João Miguéis, alfaiate (ADP, *L. O.*, XVII, 11); Bartolomeu Domingues, carniceiro (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v); João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto (ADP, *L. S.*, LXXIX, 7-12; LXXXVIII, 152-160); Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175; XCVIII, 72-80v); Francisco Peixoto, marinheiro (ADP, *L. S.*, XCVI, 204- 224). *Vid.* apêndice 49. Casos semelhantes são citados por D. José Godoy Alcántara (1994, 173-178), Leite de Vasconcelos (1928, 187-188), Amadeu Ferraz de Carvalho (1950, 164), Iria Gonçalves (1988a, 84; 1988b, 122) e por Naideia Nunes Nunes (1999, 47-48).

⁸⁰³ Nunes, 1999, 55.

⁸⁰⁴ Ex: Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162; LXXXVIII, 94-103; XCVIII, 195-201); Afonso Martins, das Tendas (ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v); Lourenço Eanes de Cimo de Vila (ADP, *L. S.*, XCVII, 8-19); Francisco Peres da Rua Chã (ADP, *L. S.*, XCVII, 8-19); Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162); Domingos Peres da Ribeira (ADP, *L. S.*, LXXX, 269-278); Álvaro Pais do Porto, criado de João Afonso Aranha (ADP, *L. S.*, XCI, 55-61v); Afonso Martins da Agrela (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v); Domingos Peres de Barcelos, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 120-135); Pedro Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XC, 161-166v). *Vid.* apêndice 49.

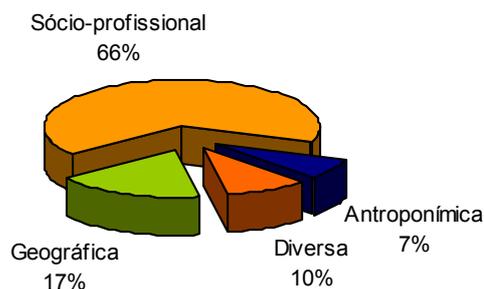


Gráfico 23 – Natureza do terceiro designativo (3ºD) (Porto, séc. XIV).

Além dos indicativos sócio-profissionais e geográficos, o gráfico permite atestar que apenas uma magra fatia (7%) dos terceiros designativos era constituída por nomes que, embora possam, alguns deles, ser originários de outros contextos, parecem assumir uma natureza antroponímica como, por exemplo, *Barreiros*⁸⁰⁵, *Eanes*⁸⁰⁶, *Ferraz*⁸⁰⁷, *Melacho*⁸⁰⁸. Entre estes nomes foi possível identificar quatro designativos a exercer a função de nomes de família: *Cadernos*, *Grainho* e *Carneiro*⁸⁰⁹. Estes casos foram detectados quando, ao cotejar nomes de irmãos, se deparou com indivíduos identificados por meio de uma antroponímia composta por um terceiro designativo comum, aberta à omissão do patronímico (por exemplo: *Estêvão Peres Cadernos* podia ser identificado apenas por *Estêvão Cadernos*⁸¹⁰; *João Amado cónego* era irmão de *Roque Martim Amado*⁸¹¹; *Paio Martins Carneiro, cidadão do Porto* podia ser designado simplesmente *Paio Carneiro*⁸¹²). Desconhece-se, porém, tal como acontece com os casos semelhantes evidenciados aquando da análise do segundo designativo, se a referida herança de um nome terá continuado nas gerações seguintes, pois não foi

⁸⁰⁵ É o caso de Martim Vicente Barreiros, mercador do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v; XCVI, 25-30). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁰⁶ Trata-se de Martim Peres Eanes, cónego da Igreja do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁰⁷ É o caso de Pedro Esteves Ferraz, cónego da Sé do Porto (ADP, *L. S.*, XXXI, 409-417). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁰⁸ Trata-se de Lourenço Peres Melacho, vizinho do Porto, morador na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros (ADP, *L. S.*, LXXIX, 49-53v). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁰⁹ Tem-se em mente Domingos Eanes Grainho, cónego da Sé do Porto é filho de Domingos Eanes Grainho e de Maria Fernandes (ADP, *L. O.*, XX, 23); Estêvão Peres dito Cadernos, marido que foi noutro tempo da dita Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto é irmão de Margarida Eanes Cadernos (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 278-282); Paio Martins Carneiro, cidadão do Porto é irmão de Pedro Carneiro (ADP, *L. S.*, LXXIV, 230-235). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹⁰ Tem-se em consideração Estêvão **Cadernos**, vizinho da cidade do Porto (dito) era portanto um indivíduo que podia ser também identificado da seguinte forma: Estêvão Peres dito **Cadernos**, marido que foi noutro tempo da dita Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto. Ele era irmão de Margarida Peres dita **Cadernos**, irmã e testamenteira do dito Estêvão **Cadernos**, vizinhos da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 278-282). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹¹ ADP, *L. S.*, LXXIV, 230-235. *Vid.* apêndice 49.

⁸¹² ADP, *L. S.*, LXXIV, 230-235. De referir ainda, os irmãos Margarida **Falcão**...; Catarina **Falcão** e Domingos **Falcão** cuja natureza do designativo “Falcão” é duvidosa, pode corresponder a um patronímico, como a um nome de família que, entretanto, levou à omissão do patronímico (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 218-224v). *Vid.* apêndice 49.

possível proceder a uma reconstituição genealógica que permitisse acompanhar o percurso da família em questão. O que foi possível foi, como se verá adiante, reconstituir os retalhos de vida que os documentos preservaram sobre estes indivíduos, mas os dados nela recolhidos pouco nos adiantam sobre a transmissão, no interior das famílias, de certos apelativos. Neste enquadramento, existe a possibilidade de outros nomes terem exercido o papel de nome de família, hereditário, mas muito dificilmente são detectáveis, na medida que é vital que sejam confrontados com as formas de identificação dos respectivos familiares.

Por fim, reúne-se um conjunto de formas antroponímicas constituídas por terceiros designativos que nos remetem para o mundo animal (*Aranha, Ferrão, Galo*)⁸¹³, verificando-se que estas menções já não parecem tão conectadas com as actividades económicas, como acontecia com o segundo designativo. Outras vezes, remetem ainda para o domínio dos vegetais e frutos (*Papoila, Melão*)⁸¹⁴, para aspectos religiosos (*Fariseu*)⁸¹⁵, para possíveis características físicas e psico-emocionais (*Novo, Amada*)⁸¹⁶, entre outros, cujo significado é difícil de descobrir, como *Borrvalho*⁸¹⁷ e *Caldo Amarelo*⁸¹⁸. A natureza destes designativos levam a aceitar que, como já se indicou acima, na sua maioria, eles corresponderam a alcunhas, como acontece, por exemplo, com os designativos *a Papoila, o Trope, do Olho*⁸¹⁹. Com efeito, segundo Iria Gonçalves, este tipo de denominações começou por constituir alcunhas para depois se enraizarem na identificação do indivíduo e, em alguns casos, virem a ser transmitidas no interior da família⁸²⁰. Todavia, quando não são precedidos pelo artigo definido com valor individualizante (*o* ou *a*), com alguma dificuldade se faz a fronteira entre uma alcunha nascida num determinado contexto e, portanto, detentora de um significado pleno, e a sua cristalização na identificação do indivíduo, o que levou a apelidá-los, não de alcunhas, mas sim simplesmente de designativos, atendendo a que é uma questão

⁸¹³ As formas antroponímicas são as seguintes: João Afonso Aranha, cónego da Igreja do Porto (ADP, L. S., XCI, 55-61v; XCVI, 49-54); Vasco Fernandes Ferrão, juiz ordinário na cidade do Porto (ADP, L. S., XCVII, 8-19); Francisco Lourenço Galo (ADP, L. S., LXXV, 170-176v). *Vid.* apêndice 49. J. Leite de Vasconcelos não deixa apontar este tipo de designativos (Vasconcelos, 1928, 204-206, 222, 236, 239-240).

⁸¹⁴ Tem-se em consideração João Peres Papoila, cidadão do Porto (ADP, L. S., LXXXI, 60-67); João Eanes Melão, corregedor do rei D. Afonso d'Aquém Douro (ADP, L. S., CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹⁵ É o caso de Martim Eanes Fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto (ADP, L. S., LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹⁶ Identificaram-se os seguintes casos: Martim Gonçalves Novo (ADP, L. S., LXXVI, 125-128v); Joana Domingues Amada (ADP, L. O., XIV, 53; ADP, L. S., LXXXII, 1-5; ADP, L. S., LXXXVIII, 27-32). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹⁷ Trata-se de Aparício Domingues Borrvalho, falecido (ADP, L. S., XCI, 55-61v). *Vid.* apêndice 49.

⁸¹⁸ Domingos Eanes Caldo Amarelo (ADP, L. S., LXXIX, 49-53v, 203-216; LXXXVIII, 218-224v).

⁸¹⁹ Ex: Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto (ADP, L. S., LXXXVIII, 83-86v); Pedro Martins o Trope, clérigo, procurador do Cabido do Porto (ADP, L. S., XC, 100-111v); Gonçalo Martins do Olho (ADP, L. O., XII, 51). *Vid.* apêndice 49.

⁸²⁰ Gonçalves, 1988a, 80.

delicada, podendo estar, também, conectada com os hábitos de escrita dos redactores, como sublinha Naidea Nunes Nunes⁸²¹.

4.4 Quarto Designativo

Por fim, o último elemento denominativo que pode interagir no sistema antroponímico. Quanto a este designativo, é de referir que, no cômputo geral das formas antroponímicas mais completas dos indivíduos associados ao Porto, ele mostra-se exíguo, correspondendo a cerca de 2% (gráfico 24).

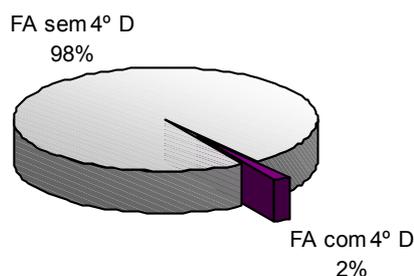


Gráfico 24 – Proporção das Formas Antroponímicas (FA) constituídas com um quarto designativo (4ºD) (Porto, séc. XIV).

É um elemento que, sempre que é utilizado, apresenta fundamentalmente uma natureza sócio-profissional, à semelhança, aliás, dos quartos designativos utilizados na Madeira, nos séculos XV e XVI⁸²², constituindo um indicativo ocupacional, nomeadamente quando se trata de um indivíduo que é *mercador*⁸²³. Além desta profissão, recolhem-se ainda indicativos que apontam para um mester (ex: *trapeiro*⁸²⁴),

⁸²¹ Nunes, 1999, 47.

⁸²² *Idem*, 55.

⁸²³ As formas antroponímicas identificadas são as seguintes: Abril Martins Pernetos, **mercador**, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224); Afonso Martins, *merceiro*(?), **mercador** e morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCI, 37-41); Estêvão Eanes Gostir, **mercador**, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224); Fernando Afonso, *peliteiro*, **mercador**, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204- 224); João Eanes de Teiso (sic), **mercador**, morador na cidade do Porto, na rua Chã (ADP, *L. S.*, LXXIV, 132-138); João Gerales de Oliveira, **mercador**, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224); Lourenço Gonçalves, *tendeiro*, **mercador**, cidadão da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204 – 224) e Vicente Domingues do Souto, **mercador**, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162). *Vid.* apêndice 49.

⁸²⁴ Trata-se da seguinte forma antroponímica: Pedro Martins de Valongo, **trapeiro**, vizinho da cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XC,

um ofício público (ex: *tabelião*⁸²⁵) e para o estatuto⁸²⁶ de certos indivíduos. Deste modo, este quarto designativo tão escasso parece exercer uma função muito semelhante à do designativo que o precede, ao posicionar e distinguir socialmente o indivíduo em relação a outros.

Por conseguinte, afigura-se do que foi dito que, bem menos presentes do que os primeiro e segundo designativos no conjunto das formas antroponímicas, os terceiro e quarto elementos parecem imbricar-se um no outro e assumem conjuntamente o papel de precisar um pouco mais a identidade do indivíduo, centrando-se no próprio indivíduo.

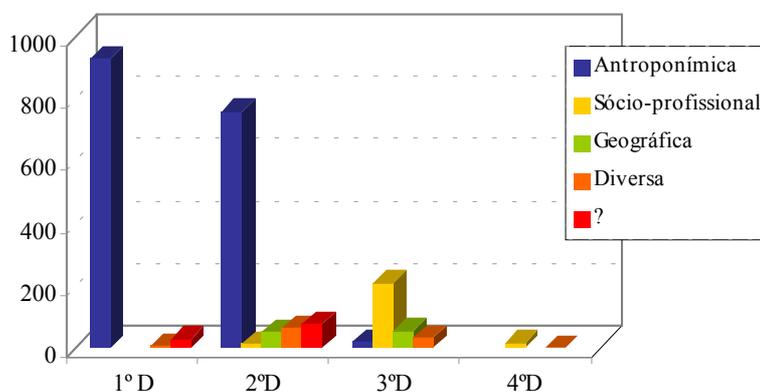


Gráfico 25 – Comparação da proporção e natureza dos diferentes designativos que podem constituir as formas antroponímicas (Porto, séc. XIV).

Com facilidade se verifica que estes designativos se sustentam fundamentalmente dos universos geográfico e sócio-profissional (gráfico 25), ao contrário dos dois primeiros designativos. Estes nutrem-se de elementos que, na generalidade, têm por base o universo antroponímico propriamente dito. No núcleo do primeiro designativo abundam os nomes próprios. No do segundo designativo, imperam os patronímicos, mas não só, pois, como se viu atrás, identificam-se também alguns nomes de família e

161-166v). Vid. apêndice 49.

⁸²⁵ Identificou-se o seguinte caso: Pedro Martins da Ribeira, *tabelião* (ADP, L. S., LXXXI, 169-175). Vid. apêndice 49.

⁸²⁶ Compilaram-se três formas antroponímicas, todas elas referentes a clérigos. Lourenço Domingos, coreiro, *clérigo* (ADP, L. S., LXXXVI, 92-108v); Pedro Martins o Trope, *clérigo*, procurador do Cabido do Porto (ADP, L. S., XC, 100-111v); Silvestre João de Moura, *clérigo* (ADP, L. S., LXXXVII, 29v-33). Vid. apêndice 49.

algumas alcunhas, não obstante o seu número se revelar escasso. Deste modo, ganham forma dois blocos de designativos com amplitudes divergentes. O primeiro e quase omnipresente, constituído pelos primeiro e segundo designativos, de natureza predominantemente antroponímica. O segundo, com uma presença tímida, composto pelos terceiro e quarto, com um carácter fundamentalmente geográfico e/ ou sócio-profissional. Dois blocos independentes? Ou dois blocos interdependentes?

De notar que os designativos que remetem para o domínio geográfico não são exclusivos do terceiro designativo, mas também nutrem, como já se apurou, o segundo designativo, embora em proporções diferentes⁸²⁷. Ao mesmo tempo, é de lembrar que o referido segundo elemento não era totalmente fechado ao universo de designativos de natureza sócio-profissional.

Nesta sequência, é interessante verificar que a diferença que resulta, quer ao nível quantitativo quer ao nível qualitativo, da comparação entre os diferentes designativos permite uma dinâmica interna, um diálogo entre eles, porque os primeiro e segundo designativos mostram-se mais abundantes, mas também mais comuns, porque, embora mais restritivos, os terceiro e quarto designativos são mais individualizantes, conectando o indivíduo com a sua vivência social⁸²⁸. Dois blocos antroponímicos que parecem, portanto, complementarem-se e enriquecer-se mutuamente, oferecendo um carácter mais ou menos individual a cada forma antroponímica, tornando-a, subsequentemente, mais complexa. Ora é exactamente no interior desta dinâmica interna das formas antroponímicas que se destacam as designações complementares.

4.5 Designações Complementares

Ainda que as designações complementares não sejam mais do que descrições ou complementos apensos à identificação, ainda que elas sejam alheias ao carácter denominativo dos designativos até aqui abordados, ainda que elas possam assumir uma faceta circunstancial⁸²⁹, a sua exclusão tornaria a tela antroponímica que se pretende

⁸²⁷ No total de 215 formas antroponímicas com terceiro designativo, identificam-se 48 (22,32%) designativos de natureza geográfica, enquanto que, no total de 680 formas antroponímicas com segundo designativo, encontram-se 42 (6,76%) designativos de índole geográfica.

⁸²⁸ Bourin, 1997, 241.

⁸²⁹ Como já se mencionou, a forma de identificar o mesmo indivíduo podia conhecer variações em função das circunstâncias por ele

aqui reconstituir desfocada e esbatida, atendendo a que, como veremos de seguida, elas são feitas de uma matéria maleável que se adapta facilmente à natureza de cada designativo, tornando-se omnipresentes ao abraçar mais de metade (68%) das formas antroponímicas aqui em evidência (gráfico 26).

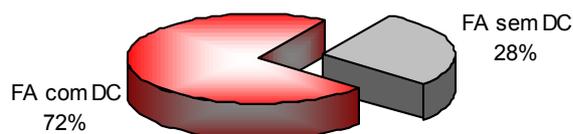


Gráfico 26 – Proporção das designações complementares (DC)⁸³⁰ no cômputo total das formas antroponímicas (FA) (Porto, séc. XIV).

Com efeito, neste quadro antroponímico, elas fazem brilhar cores puras, cintilantes, que se transformam de acordo com as particularidades das circunstâncias vividas por cada indivíduo. Mas se elas incitam a diversidade, elas não são, como se acaba de atestar, escassas nem demasiado dispersas, como acontece, por exemplo, nos séculos precedentes, nos actos escritos galegos⁸³¹ e na documentação dos Mosteiros de Arouca e Grijó, onde as designações complementares são utilizadas muito raramente⁸³².

4.5.1 Morfologia

As referidas descrições ou complementos apensos à identificação ocupam, na esmagadora maioria das formas antroponímicas, uma posicionamento final, em jeito de

vividas ou dos próprios documentos, fazendo, por exemplo, com que nem sempre as designações fossem utilizadas. Carlos Laliena Corbera faz alusão precisamente a este carácter conjuntural que as designações complementares poderiam conhecer fruto de circunstâncias de momento ou de um determinado período, no que diz respeito à evolução dos sistemas antroponímicos do vale do Ebro, em Aragão, entre 1125-1200 (Laliena Corbera, 1995, 320).

⁸³⁰ De acordo com o que foi referido, contemplam-se aqui todas as designações complementares, quer elas precedam os designativos, quer elas se intercalem ou finalizem a identificação dos indivíduos. Cf. apêndice 29.

⁸³¹ Portela Silva, 1995, 34-35; González Vásquez, 1995, 55.

⁸³² Durand, 1995a, 105. Idêntica situação é encontrada, por exemplo, na região das Astúrias, onde não se detectam praticamente soluções de continuidade entre o sistema de nome único e o duplo, nas quais poderiam constar as designações complementares (Suárez Beltrán, 1995, 125). O mesmo já não é perceptível em regiões francesas como Normandia, Vendômois, onde as designações adquirem um nítido papel de transição entre o sistema antroponímico simples e o duplo (Neveux, 1990, 128; Barthélemy, 1990, 36-37).

remate. Não obstante, é conveniente não descurar aqui a existência, embora escassa⁸³³, de indicações complementares, geralmente simples que não concluem, mas sim precedem a identificação propriamente dita (gráfico 27), remetendo, à semelhança do que acontecia em terras alentejanas no século XV⁸³⁴ para títulos honoríficos⁸³⁵ ou apontando para uma função eclesiástica (ex: abade) ou ofício público (ex: almoxarife) ou estatuto (ex: mestre) exercido pelo indivíduo. São usualmente denominados de prenomes, assumindo, portanto, um carácter honorífico ou sócio-profissional ou, então, simultaneamente honorífico e sócio-profissional.

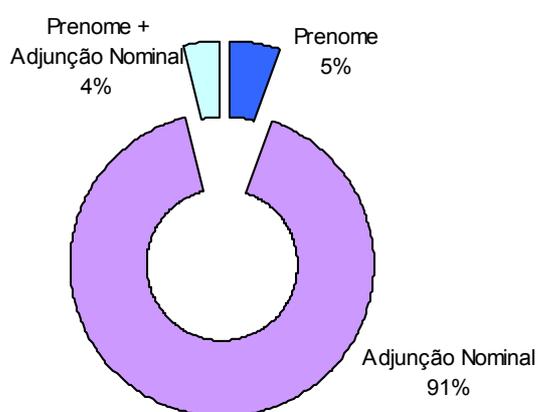


Gráfico 27 – As designações complementares (DC) em função do seu posicionamento no sistema antroponímico (Porto, séc. XIV).

Assim, se, numa fase inicial de recolha de dados, os prenomes foram devidamente identificados, nesta fase de análise e colação dos diferentes elementos onomásticos, considerou-se, na esteira dos critérios da pesquisa desenvolvida pela equipa de Azay-le-Ferron, que os ditos prenomes e as ditas adjunções nominais constituíam ambos géneros de complementos da identificação do indivíduo, uns precedendo-a (prenomes), outros arrematando-a (adjunções nominais). Desta forma, ambos os complementos foram enquadrados no núcleo das designações complementares, como se teve já oportunidade de verificar na tipologia dos sistemas antroponímicos acima descrita.

⁸³³ No conjunto das formas antroponímicas em análise, compilaram-se apenas 66 (6,82%) com este tipo de designação complementar – prenome.

⁸³⁴ Gonçalves, 1988a, 70.

⁸³⁵ Ex: **D.** Afonso, bispo do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 88-103; XCVII, 189-196; XCVIII, 72-80v, 132-146v); **D.** Afonso Esteves, chantre (ditos) (ADP, *L. O.*, XX, 23; *L. S.*, LXXVI, 125-128v; LXXIX, 166-174); **D.** João Domingues, mestre-escola (ADP, *L. S.*, XCVIII, 72-80v). *Vid.* apêndice 49.

Todavia, os referidos complementos não se apresentam sempre da mesma maneira, pois elas ora conhecem uma forma simples (58%) ou uma forma composta (42%) que faz dialogar entre si complementos de natureza diferente, apontando para mais do que um universo referencial (quadro 20).

Quadro 20
Morfologia das designações complementares (DC) ⁸³⁶ (Porto, séc. XIV) ⁸³⁷.

| DC | 1301 - 1325 | % | 1326 - 1350 | % | 1351 - 1375 | % | 1376 - 1400 | % | Total global | % |
|-------------------------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|--------------|-------|
| Simples ⁸³⁸ | 101 | 59,41 | 79 | 47,59 | 82 | 56,55 | 120 | 60,91 | 382 | 56,34 |
| Composta ⁸³⁹ | 69 | 40,59 | 87 | 52,41 | 63 | 43,45 | 77 | 39,09 | 296 | 43,66 |
| Total global | 170 | 100 | 166 | 100 | 145 | 100 | 197 | 100 | 678 | 100 |

4.5.2 Universos referenciais

De facto, não obstante os seus caracteres morfológicos, a riqueza das designações complementares revela-se sobretudo, à semelhança do que acontecia no Alentejo, uma centúria depois ⁸⁴⁰, nas esferas referenciais em que se encaixam, na medida em que estabelecem relações, promovendo, à semelhança dos complementos encontrados em Florença, entre os séculos XIV e XVI ⁸⁴¹, um entrosamento entre coordenadas sócio-profissionais (estatuto, relações de dependência, ofícios públicos, ocupações laborais, entre outros desempenhos), geográficas (naturalidade, residência, local de exercício de uma actividade ou estatuto) ⁸⁴² e familiares ⁸⁴³ (quadro 21).

Assim, ao considerar-se todas as formas antroponímicas que se enriquecem com complementos, sejam estes simples ou compostos, é interessante aferir que, no decorrer

⁸³⁶ De acordo com o que foi referido, consideram-se aqui todas as designações complementares, quer elas precedam os designativos, quer elas se intercalem ou finalizem a identificação dos indivíduos.

⁸³⁷ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical. *Vid.* apêndice 29.

⁸³⁸ Ex: Maria Martins, **mulher de Vicente Domingues** (ADP, *L. O.*, XXIX, 53); Fernão Martins, **homem de D. Pedro Peres** (deão) (ADP, *L. O.*, XVII, 11).

⁸³⁹ Ex: Afonso Domingues de Freitas, **juiz da cidade do Porto** (ADP, *L. S.*, LXXV, 170-176v), Gonçalo, **natural de Guimarães, homem de Estêvão Eanes** (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 211-218v); Egas Lourenço, **cónego na Sé do Porto** (D.) (ADP, *L. S.*, LXXXI, 238-244; ADP, *L. S.*, LXXXVI, 92-108v). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁴⁰ Gonçalves, 1988a, 72.

⁸⁴¹ Klapisch-Zuber, 1990, 84-85.

⁸⁴² Ex: mercador do Porto, tabelião público do Porto, cónego da Igreja do Porto, entre outros.

⁸⁴³ Em sintonia com a tipologia dos sistemas antroponímicos, pode-se citar os seguintes exemplos: *filho(a) de, sobrinho(a) de, mulher de, irmã(o) de*, entre outras possibilidades.

do século XIV, foram os universos sócio-profissional e/ou geográfico que se assumiram, alternando-se, como duas grandes traves-mestras das designações complementares correspondendo eles, no cômputo geral, respectivamente, a 45% e 41% dum total de 1038 referências (gráfico 28).

Quadro 21
Os universos referenciais das designações complementares (DC)⁸⁴⁴ (Porto, séc. XIV)⁸⁴⁵.

| Designações Complementares (DC) | 1302 - 1325 | % | 1326- 1350 | % | 1351- 1375 | % | 1376- 1400 | % | Total global | % |
|--|-------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|--------------|-------|
| Sócio-profissional (SP) ⁸⁴⁶ | 113 | 37,67 | 133 | 51,95 | 89 | 42,58 | 132 | 48,35 | 467 | 44,99 |
| Familiar (F) ⁸⁴⁷ | 42 | 14,00 | 24 | 9,38 | 30 | 14,35 | 47 | 17,22 | 143 | 13,78 |
| Geográfica (G) ⁸⁴⁸ | 145 | 48,33 | 99 | 38,67 | 90 | 43,06 | 94 | 34,43 | 428 | 41,23 |
| Total global | 300 | 100 | 256 | 100 | 209 | 100 | 273 | 100 | 1038 | 100 |

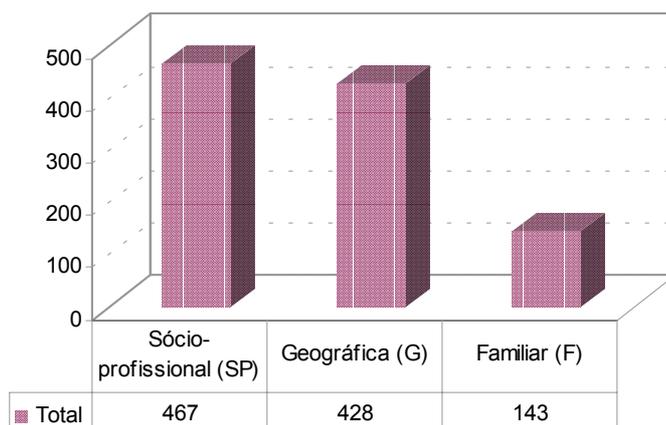


Gráfico 28 – Os universos referenciais das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV).

Em função do trilho de vida de cada indivíduo, a maioria das designações complementares procuravam, essencialmente, conectar o indivíduo com um desempenho sócio-profissional (ex: sapateiro, tabelião) e/ou um estatuto⁸⁴⁹, ao mesmo tempo que situava o indivíduo num espaço geográfico. Neste contexto, o universo familiar acabou por constituir a fatia mais singela, em oposição ao que se verificou, em

⁸⁴⁴ De acordo com o que foi referido, consideram-se aqui todas as designações complementares, quer elas precedam os designativos, quer elas se intercalem ou finalizem a identificação dos indivíduos.

⁸⁴⁵ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical. *Vid.* apêndice 29.

⁸⁴⁶ Ex: *tendeiro de, homem de, criado de*, entre outras indicações.

⁸⁴⁷ Ex: *filho de, mulher de*, entre outras relações familiares.

⁸⁴⁸ Ex: *morador em, natural de, vizinho de, cidadão de*.

⁸⁴⁹ Ex: *criado de, escudeiro de*.

tempos mais recuados, na região da Cantábria⁸⁵⁰, onde as designações complementares apontavam essencialmente para vínculos familiares. Delineia-se, portanto, de forma axiomática, um diálogo entre as indicações de natureza sócio-profissional e as de natureza geográfica.

Por conseguinte, são as referências sócio-profissionais, geográficas e familiares que interagem entre si no momento de recorrer a designações complementares na identificação do indivíduo. É interessante, então, reter que as referências à família são bem mais presentes nos complementos simples do que nos compostos (quadro 22). O que, obviamente, estaria relacionado com as circunstâncias de vida específicas de cada indivíduo, como, por exemplo, o facto de se pertencer ao género masculino ou feminino, como se apurará mais adiante.

Quadro 22
A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) (Porto, séc. XIV)⁸⁵¹.

| Morfologia das DC | Referências das DC | 1301 - 1325 | % | 1326 - 1350 | % | 1351 - 1375 | % | 1376 - 1400 | % | Total global | % |
|-------------------|---|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| Simples | Sócio-profissional e/ou honorífica (SP) | 52 | 30,59 | 47 | 28,31 | 30 | 20,69 | 61 | 30,96 | 190 | 28,02 |
| | Familiar (F) | 35 | 20,59 | 18 | 10,84 | 24 | 16,55 | 39 | 19,80 | 116 | 17,11 |
| | Geográfica (G) | 21 | 12,35 | 14 | 8,43 | 29 | 20,00 | 21 | 10,66 | 85 | 12,54 |
| | Total | 108 | 63,53 | 79 | 47,59 | 83 | 57,24 | 121 | 61,42 | 391 | 57,67 |
| Composta | SP/G | 55 | 32,35 | 81 | 48,80 | 56 | 38,62 | 68 | 34,52 | 260 | 38,35 |
| | F/SP/G | 6 | 3,53 | 3 | 1,81 | 2 | 1,38 | | | 11 | 1,62 |
| | F/G | 1 | 0,59 | 1 | 0,60 | 3 | 2,07 | 5 | 2,54 | 10 | 1,47 |
| | F/SP | | | 2 | 1,20 | 1 | 0,69 | 3 | 1,52 | 6 | 0,88 |
| | Total | 62 | 36,47 | 87 | 52,41 | 62 | 42,76 | 76 | 38,58 | 287 | 42,33 |
| Total global | | 170 | 100 | 166 | 100 | 145 | 100 | 197 | 100 | 678 | 100 |

Por seu lado, embora estejam presentes no seio das designações complementares simples, as referências geográficas enquadram-se preferencialmente nas compostas, sobretudo naquelas que as entrosam com uma referência sócio-profissional (ex: *tabelião público da cidade do Porto*⁸⁵², *tendeiro na cidade do Porto*⁸⁵³, *pregoeiro da cidade do*

⁸⁵⁰ Garcia de Cortazar, 1995a, 211.

⁸⁵¹ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical. Cf. apêndice 29.

⁸⁵² É o caso de Gonçalo Martins, tabelião público da cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXVIII, 6; *L. S.*, LXXIV, 144-153v; LXXX, 133-140; LXXXII, 120-135; XC, 100-111v; XCV, 120-124; XCVII, 105-110). *Vid.* apêndice 49.

*Porto*⁸⁵⁴). O mesmo acontece com as referências sócio-profissionais que, não obstante, constituem o vector mais comum, quer nas designações simples quer nas compostas, constituindo uma referência em cerca de 69% do total de designações complementares (678). A alternância ou entrosamento entre os universos sócio-profissional e o geográfico assume-se, de facto, como uma constante, dado que os dois abraçam mais de três quartos (82%) das designações complementares inventariadas (678), relegando para um plano bem inferior os outros tipos de associações que se assumem, assim, verdadeiras excepções à regra (quadro 22).

4.5.3 Um nutriente da antroponímia

Não obstante serem apenas à identificação do indivíduo e não partilharem do mesmo carácter dos designativos, as designações complementares não deixam de assumir, na antroponímia dos indivíduos do Porto da centúria de Trezentos, um papel crucial. Tal como refere Iria Gonçalves, elas desempenham “[...] na prática, as funções de mais uma denominação [...]”⁸⁵⁵. Elas oferecem múltiplas e variadas tonalidades às formas antroponímicas, pelo tipo de informações que fornecem, pela forma como as combinam e pela maneira como elas entrelaçam e se articulam com os diferentes elementos de identificação do indivíduo.

De acordo com o que se apurou na tipologia dos sistemas antroponímicos, a sua presença enriquece e torna mais complexas as formas de identificação, avultando os sistemas antroponímicos e as suas variantes.

Com efeito, como já se apurou, o recurso às designações complementares envolve mais de metade dos indivíduos identificados e, embora não deixem de estar presente em sistemas antroponímicas simples, através do sistema II⁸⁵⁶, elas encontram-se essencialmente no seio dos sistemas complexos, nomeadamente no sistema IV.1⁸⁵⁷, onde se encontram cerca de 73% do total de referências (quadro 23).

Elas chegam mesmo, em certas circunstâncias, a ser suficientes na identificação do indivíduo, implicando a omissão de elementos verdadeiramente onomásticos, como

⁸⁵³ Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XII, 51).

⁸⁵⁴ Gonçalo Geraldes, pregoeiro da cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXIV, 5).

⁸⁵⁵ Gonçalves, 1988a, 72.

⁸⁵⁶ Cf. quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

⁸⁵⁷ *Ibidem.*

acontece com o sistema V⁸⁵⁸. Sistema este que, curiosamente, atrai mais de metade (65,5%) das referências familiares, pois, como se verificará adiante, é um sistema que, frequentemente, se encontra associado à antroponímia feminina e às suas relações de aliança.

Quadro 23
Relação entre as referências das designações complementares (DC)⁸⁵⁹
e os respectivos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV).

| Referências das Designações Complementares | Sistemas antroponímicos | | | | | | | | | | Total global | |
|--|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----|-------|--------------|-------|
| | II. | % | IV. 1 | % | IV. 3 | % | IV. 5 | % | V. | % | | % |
| Familiar (F) | 9 | 25,00 | 107 | 15,48 | 9 | 4,95 | | | 19 | 65,52 | 144 | 15,16 |
| Geográfica (G) | 14 | 38,89 | 254 | 36,76 | 94 | 51,65 | 10 | 83,33 | 2 | 6,90 | 374 | 39,37 |
| Sócio-profissional (SP) | 13 | 36,11 | 330 | 47,76 | 79 | 43,41 | 2 | 16,67 | 8 | 27,59 | 432 | 45,47 |
| Total global | 36 | 100 | 691 | 100 | 182 | 100 | 12 | 100 | 29 | 100 | 950 | 100 |

Curioso é verificar também que, enquanto os sistemas complexos IV.1 e IV.3 recorrem aos universos sócio-profissional e geográfico em percentagens relativamente próximas, o mesmo já não se observa com o invulgar sistema IV.5, que privilegia fortemente as referências geográficas. O que, de certa forma não surpreende, atendendo a que, sendo um sistema composto por quatro designativos e uma designação complementar, é natural que os dois designativos subsequentes não tenham deixado de apontar para o universo sócio-profissional, como acontece, por exemplo, com a identificação dos indivíduos *Pedro Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto*⁸⁶⁰ ou com *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto*⁸⁶¹.

Deste modo, afigura-se que a maior ou menor presença, nos diferentes sistemas, dos três universos de referências das designações complementares encontra-se conectada

⁸⁵⁸ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

⁸⁵⁹ De acordo com o que foi referido, consideram-se aqui todas as designações complementares, quer elas precedam os designativos, quer elas se intercalem ou finalizem a identificação dos indivíduos.

⁸⁶⁰ ADP, L. S., XC, 161-166v. *Vid.* apêndice 49.

⁸⁶¹ ADP, L. S., LXXVI, 156-162. *Vid.* apêndice 49.

não somente com o sistema, mas também e sobretudo com os referenciais de cada designativo envolvido na identificação de cada indivíduo.

Observando o quadro 24, compreende-se sem dificuldade porque é que é no sistema IV.1⁸⁶² que as designações complementares mais se concentram. De facto, sendo este sistema constituído por apenas dois designativos (IV.1)⁸⁶³ que, por sua vez, apresentam uma natureza essencialmente antroponímica, ele seria o que mais necessidade tinha de outro tipo de referências. Assim, a importância das designações complementares neste retrato antroponímico é testemunhada pelo facto de envolver, como já se referiu, mais de metade das formas antroponímicas e porque constituem um verdadeiro nutriente antroponímico. À semelhança dos terceiro e quarto designativos, ao apoiarem-se nas circunstâncias sócio-profissionais, geográficas e familiares específicas a cada indivíduo, as designações complementares assumem, de forma clara, uma natureza específica que lhes permite contrabalançar com o peso antroponímico de que são imbuídos os primeiro e segundo designativos. É visível, portanto, entre os diferentes designativos e designações complementares, uma relação de complementaridade e de cumplicidade, facilitando, assim, a individualização e identificação de cada indivíduo.

Quadro 24
Comparação dos universos referenciais dos diferentes designativos
com os das designações complementares (DC)
(Porto, séc. XIV).

| Universos referenciais | 1º D | % | 2ºD | % | 3ºD | % | 4ºD | % | DC | % | Total global | % |
|-------------------------|------|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|------|-------|--------------|-------|
| Antroponímica | 930 | 99,25 | 759 | 85,28 | 22 | 6,92 | | | | | 1711 | 53,44 |
| Sócio-profissional (SP) | | | 14 | 1,57 | 209 | 65,72 | 16 | 84,21 | 467 | 44,99 | 706 | 22,05 |
| Geográfico (G) | | | 51 | 5,73 | 55 | 17,30 | | | 428 | 41,23 | 534 | 16,68 |
| Familiar (F) | | | | | | | | | 143 | 13,78 | 143 | 4,47 |
| Diversos | 7 | 0,75 | 66 | 7,42 | 32 | 10,06 | 3 | 15,79 | | | 108 | 3,37 |
| Total global | 937 | 100 | 890 | 100 | 318 | 100 | 19 | 100 | 1038 | 100 | 3202 | 100 |

⁸⁶² Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

⁸⁶³ *Ibidem.*

4.5.4 Um nutriente de vínculos sociais

É certo que o risco de homonímia se mostra aquém do que, *a priori*, se poderia pensar, na medida em que ele é bem inferior aos níveis de concentração dos *stocks* onomásticos apresentados, individualmente, pelos primeiro e segundo designativos⁸⁶⁴.

Contudo, não deixa de ser curioso verificar⁸⁶⁵ que os seis nomes próprios masculinos que mais designações complementares abraçam são precisamente aqueles que envolvem maior número de formas antroponímicas: *João, Martim* ou *Martinho, Domingos* ou *Domingues, Afonso, Pedro* e *Gonçalo*. Algo de semelhante é observável na antroponímia feminina⁸⁶⁶, com os nomes próprios *Maria, Margarida, Catarina* e *Clara*. O mesmo se desenha ainda no que diz respeito ao segundo designativo, pois mais de três quartos (80,18%) das designações complementares dizem respeito a formas de identificação com segundo designativos de natureza antroponímica (quadro 24) e, entre estes, são os mais vulgares que aglutinam maior número de adjunções nominais – *Eanes* ou *João, Martins* ou *Martim, Domingues* ou *Domingos, Peres, Afonso, Esteves* ou *Estêvão*⁸⁶⁷.

Assim, é incontestável que as designações complementares interagem particularmente com os antropónimos mais frequentes. Constituirão elas, então, um indício da existência do risco de homonímia? Constituiriam elas um vector de distinção em potenciais situações de risco de confusão onomástica? Acredita-se que sim, dado que elas contribuiriam para uma melhor identificação dos indivíduos.

Não obstante, considerando que o número de indivíduos designados com primeiro e segundo designativos homónimos é ínfimo (quadro 17⁸⁶⁸), questiona-se se aquele contributo das designações complementares seria único e ubíquo. Não estariam elas muito mais entrosadas com outros escopos?

É realmente o que se observa. Com efeito, se tal não se verificasse, como se poderia explicar que cerca de 40% dos nomes próprios, utilizados uma única vez, constituam formas antroponímicas com designações complementares? Como se poderia explicar que metade das vezes que onomatos de frequência baixa ou média são utilizados não dispense uma designação complementar? Como se poderia explicar que algo de semelhante aconteça no *stock* do segundo designativo, no qual cerca de 38% dos

⁸⁶⁴ Cf., no presente estudo, na parte II, os pontos 4. 1 e 4.2., a partir das páginas 130 e 150 respectivamente.

⁸⁶⁵ Cf. apêndice 32.

⁸⁶⁶ Cf. apêndice 30.

⁸⁶⁷ Cf. apêndice 32.

⁸⁶⁸ Cf. , no presente estudo, na parte II, o ponto 4.2, a partir da p. 150.

onomatos de natureza diversa e cerca 66% dos designativos com inspiração toponímica são associados a designações complementares? Como se poderia explicar, por fim, que, entre as unidades onomásticas assumidas como invulgares no *stock* do segundo designativo, metade não deixe de ser acompanhada por uma designação complementar?

Combater a confusão onomástica não seria certamente o único e ubíquo motivo do recurso a um complemento onomástico, pois, se assim fosse, a sua presença seria muito menos importante. A detecção de designações complementares, quer em formas antroponímicas com designativos francamente comuns, quer com designativos menos frequentes ou singulares, revela que elas se conectavam com um objectivo que, embora se pudesse aliar a um combate a possíveis confusões onomásticas, estava longe de se esgotar na antroponímia. Um objectivo que se traduzia em identificar, mas também e sobretudo em distinguir socialmente certos indivíduos relativamente a outros, posicionando-o, como se apurou, quer em termos sócio-profissionais, onde a família podia ou não ter alguma importância, quer em termos geográficos⁸⁶⁹. Tal como refere Monique Bourin, a designação complementar precisa a identidade de um indivíduo⁸⁷⁰ e, utilizando palavras de Garcia de Cortazar e de seus colaboradores, ela permite aos indivíduos “individualizarse o de reconocerse vinculados”⁸⁷¹. No entanto, é importante lembrar, que, no espaço social do Porto, no século XIV, os vínculos são estabelecidos, não tanto em função da família, como acontecia, por exemplo, na Cantábria, entre os séculos IX et XII, mas em função dos universos socio-profissional e geográfico

Compreende-se, então, que também o sistema antroponímico constituído por três designativos (sistema IV.3), no qual o terceiro designativo se assume um pouco mais definidor do indivíduo, não deixe de apegar a si cerca de 20% das designações complementares inventariadas (quadro 23).

Com efeito, elas são apenas, elas não constituem uma denominação, mas elas parecem, no entanto, sublinhar os traços que mais distinguem e, subsequentemente, individualizam os indivíduos no espaço social em que interagem. Distinguem, esclarecendo, reforçando e/ou complementando os outros elementos antroponímicos⁸⁷².

⁸⁶⁹ Já na região de Bierzo, entre os séculos X e XIII, as designações complementares estavam mais conectadas com a categoria social do indivíduo do que com laços de parentesco (Rodríguez González, 1995, 94).

⁸⁷⁰ Bourin, 1990c, 191.

⁸⁷¹ Em relação à região entre a Cantábria e o Ebro, é referido que, antes de 950, a forma antroponímica constituída por um nome e uma designação complementar (sistema antroponímico II, de acordo com a tipologia atrás descrita) supera claramente a que é somente composta por um nome (sistema I), indiciando que “[...] hombres e mujeres buscaran en esa designación, familiar, social, profesional, una forma de individualizarse, antes de entrar en los dominios de las «formas antroponimicas de dos elementos»”. Uma forma de individualizar ou, de acordo com os autores, de se reconhecerem vínculos, nomeadamente, vínculos familiares (Garcia de Cortazar, 1995a, 211).

⁸⁷² Esta mesma atribuição é assimilada, por exemplo, pelas designações complementares que acompanhavam os raros nomes únicos,

Distinguem, reconhecendo e apelando igualmente vínculos. E porque esclarecem e distinguem, as designações complementares assumem uma notória expressividade social.

Desta maneira, atendendo ao carácter e intuitos adstritos às designações complementares, verifica-se que elas são de facto uma seiva que obrigatoriamente conecta o indivíduo com o espaço social, nutrindo-os e reforçando as suas identidades em simultâneo.

Por conseguinte, a tela antroponímica restituída pela documentação do Cabido da Igreja do Porto não se esgota nos elementos verdadeiramente antroponímicos, antes pelo contrário, ela funde-se nos universos geográfico, familiar e sócio-profissional, de forma a desenhar o posicionamento do indivíduo no espaço social do Porto. Na realidade, os referidos universos são claramente perceptíveis, com maior ou menor subtilidade, nas formas de identificação, quer se centre a atenção nos primeiro e segundo designativos, quer se considere os terceiro, quarto designativos e as designações complementares. A natureza destas últimas assume-se como uma espécie de seiva na tela, na medida em que circula nela, serve-lhe de nutriente e oferece-lhe cor, colmatando as fraquezas do primeiro e segundo designativo e/ou metamorfoseando-se nos terceiro e quarto designativos e/ou ganhando forma através dos elementos que marcariam, distinguiriam um determinado indivíduo num determinado espaço social, reconhecendo-lhe vínculos, não somente familiares, mas essencialmente sociais.

Deste modo, os diferentes elementos onomásticos parecem segregar entre si, tocar-se e complementar-se, de forma a interagirem e a permitir identificar e distinguir um pouco melhor os respectivos indivíduos. O enraizamento do sistema antroponímico complexo, nomeadamente o do sobrenome composto por um nome e por uma designação complementar (sistema IV.1), testemunha claramente o quanto a antroponímia se imbricava no espaço social.

Logo, será de todo interessante imaginar um «jeu de miroirs»⁸⁷³, e tentar avaliar a sua mútua influência, isto é, tentar avaliar como é que o espaço social se reflectiu na antroponímia e como é que esta terá interferido na sua dinâmica. Este tipo de análise propõe, então, que, de seguida, se tente escutar o diálogo, nem sempre claro, entre os diferentes sistemas e componentes antroponímicos e as fontes, o espaço geográfico e

na cidade de Oviedo, no século XIII. (Peña Solar, 1995, 140).

⁸⁷³ Bourin, 2002c, 193.

social dos indivíduos, tendo em conta a diferenciação sexual e o posicionamento social dos indivíduos identificados.

5. AS REPRESENTAÇÕES ANTROPONÍMICAS, OS DOCUMENTOS E O GEOGRÁFICO

Aviventar um conhecimento mais próximo dos sistemas e elementos antroponímicos, sempre com a atenção centrada muito mais nos indivíduos do que nas múltiplas formas antroponímicas inventariadas, não constitui uma etapa que tenha chegado ao seu desfecho, pois é importante não esquecer o contexto que os envolve. Com efeito, este pode ainda ajudar a identificar e a oferecer um pouco mais de luz aos traços, às cores e matizes da tela antroponímica que se descreveu.

É importante, então, descodificar as *representações* da referida tela, como é que ela revela, como é que ela representa a realidade que a enquadra, sem se esperar, no entanto, uma descrição absoluta do espaço social que a abraçou.

É importante descodificar como o referido contexto a influenciou e como é que ela terá exercido a sua influência. Dito desta forma, poder-se-á admitir que estas duas abordagens são independentes e fáceis de apreender de um modo isolado. Mas tal não seria mais do que um erro de apreciação, considerando que, bem pelo contrário, na maior parte deste trabalho de descodificação, verifica-se que as referidas abordagens não são apreensíveis a não ser quando elas são entrosadas. Isto significa que se desenha, não dois processos individuais de influência – um, o da tela; outro, o do contexto –, como, à partida, se poderia crer, mas sim um jogo de interacção, cuja essência desaparece quando se tenta separar e individualizar as susoditas abordagens. Assim, situar a tela antroponímica, ainda em análise, no seu contexto, seja ele o das fontes, seja ele o do espaço geográfico, seja ele o do espaço social, requer que se analisem os referidos processos de interactividade como partes de um corpo orgânico, dinâmico e interactivo, cujos contornos adquirem um carácter bem mais impressionista que realista⁸⁷⁴.

⁸⁷⁴ Tal como sublinham Danièle Alexandre-Bidon e Cecile Treffort quando apelam à necessidade de a História, a Arqueologia e a Iconografia reunirem esforços no sentido de irem ao encontro da imagem medieval que «[...] n'est pas une photographie. Ses représentations ne sont pas toujours réalistes. [...]» (Alexandre-Bidon, 1993a, 12).

5.1 A Antroponímia e as Fontes

Começar-se-á, portanto, a análise das *representações* da tela antroponímica a partir dos documentos que permitiram a sua reconstituição. Aqui, é preciso ter em conta não meramente as fontes e os seus objectivos, mas também os tipos de participação oferecidos aos indivíduos que nelas se encontram registados. É preciso avaliar, assim, até que ponto aqueles vectores – os dos objectivos e os do tipo de participação – são aflorados na tela antroponímica.

Encetar-se-á, primeiro, uma aquilatação do grau de influência dos documentos e respectivos tipos de participação na tela antroponímica em estudo, não olvidando, porém, que os seus traços são os que mais se liquidificam nesta tela, na medida em que são eles que a fizeram aflorar.

5.1.1 Conexões com os actos escritos

O cruzamento efectuado anteriormente entre os actos escritos, os seus objectivos e os efectivos das formas antroponímicas relativas ao espaço social do Porto, recolhidas ao longo do séc. XIV, permitiu concluir que não existe entre eles uma correlação directa, embora os documentos que procuram a salvaguarda de prerrogativas e do património se encontrem conectados com um maior número de indivíduos não associados ao Porto. A questão que se pretende definir aqui é de outra natureza, na medida em que se alveja assinalar possíveis conexões entre os três grandes objectivos dos actos escritos e os sistemas antroponímicos, ambos já evidenciados e apurados⁸⁷⁵. De maneira a contemplar todas as variantes de identificação dos indivíduos, é importante reter aqui o total de formas antroponímicas coligidas.

Atesta-se, então, que todos os sistemas são experimentados nos diferentes tipos de documentos (quadro 25). É certo, no entanto, que, em sintonia com o que se disse em relação à frequência dos diferentes sistemas antroponímicos, uns são bastante mais

⁸⁷⁵ *Vid.* parte I, ponto 2, a partir da p. 47 e parte II, ponto 3 e 4, a partir das páginas 101 e 129, respectivamente.

utilizados do que outros. Deste modo, é interessante apurar que o sistema IV.1 é abraçado com uma intensidade muito semelhante pelos diferentes tipos de diplomas, não obstante aqueles que dizem respeito à salvaguarda e ampliação de prerrogativas e património se mostrarem mais abundantes do que os que procuram a *gestão*⁸⁷⁶. De seguida, não é de desatender à dinâmica das preferências que rodam em torno do sistema III e do sistema IV.2, merecendo este último um pouco mais de atenção por parte da documentação direccionada para a gestão do património. Não se esqueçam ainda os outros sistemas que, sendo mais raros, é certo, não deixam, contudo, de estar presentes. Em particular o sistema V, dito “anónimo”, pois é, como se pode verificar no quadro, o segundo mais utilizado entre os actos escritos relativos à *salvaguarda*, chegando a envolver 16,47% do total de formas antroponímicas utilizadas na identificação dos indivíduos da cidade do Porto . A que é que se deve esta *mise en scène* do sistema V?

Quadro 25
Relação entre os sistemas antroponímicos (SA)⁸⁷⁷ e os três grandes objectivos dos documentos, considerando os efectivos de formas antroponímicas e não os dos indivíduos (Porto, séc. XIV).

| SA | Salvaguardar | % | Ampliar | % | Gerir | % | Total global | % |
|--------------|--------------|-------|---------|-------|-------|-------|---------------------|-------|
| I. | 3 | 0,40 | 8 | 1,06 | 6 | 1,01 | 17 | 0,81 |
| II. | 38 | 5,01 | 15 | 1,99 | 23 | 3,87 | 76 | 3,61 |
| III. | 117 | 15,42 | 166 | 22,05 | 97 | 16,30 | 380 | 18,04 |
| IV. 1 | 274 | 36,10 | 283 | 37,58 | 225 | 37,82 | 782 | 37,11 |
| IV. 2 | 113 | 14,89 | 127 | 16,87 | 123 | 20,67 | 363 | 17,23 |
| IV. 3 | 82 | 10,80 | 79 | 10,49 | 53 | 8,91 | 214 | 10,16 |
| IV. 4 | 6 | 0,79 | 4 | 0,53 | 7 | 1,18 | 17 | 0,81 |
| IV. 5 | 1 | 0,13 | 8 | 1,06 | 2 | 0,34 | 11 | 0,52 |
| V. | 125 | 16,47 | 63 | 8,37 | 59 | 9,92 | 247 | 11,72 |
| Total global | 759 | 100 | 753 | 100 | 595 | 100 | 2107 ⁸⁷⁸ | 100 |

Com efeito, o dito sistema “anónimo” é mais utilizado nos documentos que procuram defender as prerrogativas e direitos do Cabido do Porto, nomeadamente, como já se referiu, as sentenças e respectivos mandados de cumprimento. Ora, em

⁸⁷⁶ Cf. parte I, ponto 2, a partir da p. 47.

⁸⁷⁷ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

⁸⁷⁸ O total aqui apresentado não tem em consideração as formas antroponímicas que suscitam dúvidas quanto ao sistema antroponímico em que se enquadram. Assim, no total de 2112 formas antroponímicas, subtraíram-se 5 situações, o que resultou no total apontado (2107).

concordância com o que se apurou de antemão⁸⁷⁹, estes documentos lidam com situações de conflito entre a instituição capitular e/ou a Mitra, por um lado, e a acção perpetrada sobretudo por funcionários régios ou municipais. Assim, na referida documentação abundam as referências àqueles intervenientes. Um conjunto de referências que remete para indivíduos que tanto pertencem às elites da Igreja, como se inserem no exercício da justiça que, em certas situações, era exercida directamente pelo rei ou pelos seus altos funcionários. Aliás, quando as sentenças são de emanação régia, as referências antroponímicas cingem-se às partes envolvidas, aos funcionários régios envolvidos e aos subscritores da carta. Desta forma, nestes documentos os títulos honoríficos multiplicam-se e, frequentemente, a identificação dos susoditos indivíduos é apresentada de forma abreviada, omitindo quase completamente os seus componentes onomásticos, resumindo-se a um só (ex: *bispo (dito)*⁸⁸⁰ ou *almoxarife (dito)*⁸⁸¹, entre outros). Após uma identificação mais completa, sita no protocolo do documento, era considerado natural aligeirar depois a identificação do mesmo indivíduo, restringindo o redactor a susodita identificação à referência, combinada ou não, a um determinado título, dignidade, função eclesiástica ou ofício público exercido, omitindo o nome próprio e sobrenome dos referidos indivíduos. Por consequência, é natural que, nos ditos actos escritos, as formas antroponímicas enquadradas no sistema V sejam mais visíveis. Verifica-se então que o referido sistema é associado à presença de elementos nos documentos que pertencem a grupos de elite. Uma elite eclesiástica, mas também urbana.

Todavia, a utilização do sistema V mostra-se bastante mais tímida noutra documentação, na qual a participação dos ditos indivíduos é mais restrita. Tem-se em mente, por exemplo, as cartas de venda, de locação, de doação, os testamentos e os autos de posse. Uma documentação que faz incidir o olhar sobre determinados bens e cujas menções dizem respeito a vendedores e compradores, a outorgantes e destinatários de emprazamentos, a doadores, a testadores, testamenteiros, e testamentários, a procuradores, entre outros. Indivíduos que são, directa ou indirectamente, associados a um prédio ou que tem laços com os indivíduos que participam na parte principal. Indivíduos cuja identificação não se coadunaria tão facilmente com o sistema V. Porquê? Porque, possivelmente, o seu posicionamento e estatuto social era diferente.

⁸⁷⁹ Cf. parte I, ponto 2, a partir da p. 47.

⁸⁸⁰ É o caso de João, bispo do Porto (D.) (ADP, *L. O.*, VI, 72-37; XII, 48; XVII, 6; ADP, *L. S.*, XC, 100-111v; XCVIII, 9-12v; 234). *Vid.* apêndice 49.

⁸⁸¹ Trata-se de Nicolau Pais, almoxarife do rei no Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175). *Vid.* apêndice 49.

Porque o número de vezes que eram referenciados no decurso daqueles documentos não alimentava nem multiplicava as situações de simplificação da sua designação. Assim, é compreensível que o recurso a apenas uma designação complementar (sistema V) ou a um único nome (sistema I) seja mais escasso no seio destes diplomas. O que poderá ajudar a compreender, por exemplo, a maior utilização do sistema III nos documentos relativos à ampliação do património do Cabido.

De facto, parece ser geral a tendência para se identificar de forma mais cabal os indivíduos enquadrados na parte principal. Em concordância com o que se referiu acima, nesta parte protocolar recorria-se a sistemas antroponímicos mais complexos, para depois, no decorrer do corpo do texto, se proceder à sua abreviação ou simplificação⁸⁸² que, com frequência, se apoiava no sistema III, mas não desprezava de todo o sistema V, em função do estatuto e posicionamento social dos respectivos indivíduos, fazendo-os preceder assiduamente pelas expressões *susodito* ou *dito*. A identificação dos redactores, por exemplo, constitui um claro testemunho das diferentes formas de identificação encontradas nos documentos, em função do desenvolvimento do texto. Assim, vislumbra-se que a tendência para abreviar a designação de indivíduos identificados, com a estrutura e desenvolvimento dos documentos e um esforço do tabelião no sentido de sistematizar e simplificar a escrita e, neste caso, a identificação dos indivíduos, sem defraudar, no entanto, o essencial. O que, todavia, só era possível se as circunstâncias de vida de cada indivíduo e respectivo estatuto não fossem ignorados.

Por conseguinte, não se pode abjurar que algumas tonalidades da tela antroponímica em alusão se conectam com os intuítos e natureza dos documentos e sua redacção. Conquanto, elas não parecem ter dificuldade em se impor de forma convincente, visto que, no conjunto, os diferentes documentos e seus objectivos e o quadro antroponímico em análise definem as mesmas hierarquias antroponímicas. De facto, as susoditas tonalidades parecem, então, prender-se sobretudo com vectores circunstanciais, não exclusivamente dos documentos, mas também dos indivíduos. Elas convidam a que se focalize o tipo de participação dos indivíduos nos documentos e a forma como é apreendida por quem os redige. De facto, como se verá de seguida, o tipo de

⁸⁸² Ex: Afonso Lourenço cidadão e morador na cidade do Porto ou Afonso Lourenço das Eiras ou Afonso Lourenço (dito) (ADP, L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVII, 141-154); Afonso Eanes Tabelião do rei na cidade do Porto ou Tabelião (eu, sobredito) (ADP, L. O., IX, 29, XIV; XX, 28, 3; XXVI, 7; L. S., LXXIII, 14-18, LXXIV, 90-94v, 166-172; LXXV, 178-183; LXXX, 279-282v; LXXXIV, 94-97; CI, 346-353); Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto ou Afonso Domingues (dito) (ADP, L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v). *Vid.* apêndice 49.

participação assume, na referida tela, um papel mais fulcral do que os objectivos a que se propõem os documentos. A atenção passará, portanto, a estar centrada não nos objectivos da documentação e suas formas antroponímicas, mas nos indivíduos e sua participação nos referidos actos escritos.

5.1.2 Diferentes tipos de participação

Em analogia com outros estudos⁸⁸³, independentemente da finalidade da documentação, foi possível identificar nela diferentes tipos de participação dos indivíduos. De facto, no conjunto dos 967 indivíduos identificados, enquanto uns esclarecem e confirmam o *objecto* do acto escrito, outros assumem um papel bem mais crucial no documento, conhecendo, em função do tipo e objectivos dos respectivos diplomas, uma variedade de situações: outorgantes, destinatários, procuradores, vendedores, compradores, renunciantes.

Destacaram-se assim os *principais*, aqueles que protagonizam os actos escritos, os *nomeados* no corpo do texto, que funcionam como referências na identificação de propriedades e/ou de indivíduos, e as *testemunhas*, que confirmam o conteúdo do documento. Três tipos de participação que se coadunam com as três partes que, regularmente, constituem o acto escrito: o protocolo, o corpo do texto e o escatocolo.

De facto, com constância, os *principais* são identificados no protocolo, os *nomeados* no corpo do texto e as *testemunhas* no escatocolo. Todavia, é importante lembrar que, apesar de serem identificados no protocolo, os *principais* podem ser referidos ao longo do documento, podendo ser encontrados quer no corpo quer no escatocolo do documento. O mesmo acontece com os *nomeados*, que, embora sejam referidos geralmente no decorrer do texto, podem também encontrar-se no protocolo ou então entre as *testemunhas*, de forma a, na maioria das situações, ajudar a identificar um ou outro indivíduo. No que diz respeito às *testemunhas*, estas encontram-se, efectivamente, na esmagadora maioria dos actos escritos, no escatocolo.

Além dos *principais*, *nomeados* e *testemunhas* não é de omitir os *redactores* – os responsáveis pela redacção do documento –, cuja identificação é geralmente efectuada

⁸⁸³ Martínez Sopena, 1995a.

quer no início, quer na conclusão do documento, em concordância com o que foi referido acima.

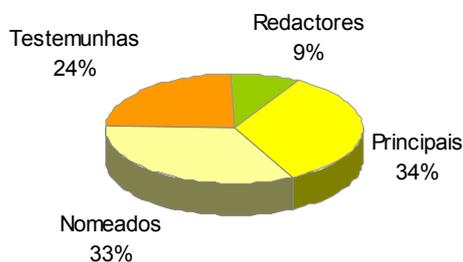


Gráfico 29 – Distribuição das formas antroponímicas em função do tipo de participação nos documentos (Porto, séc. XIV).

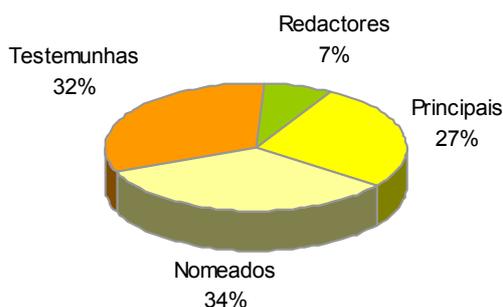


Gráfico 30 – Distribuição dos indivíduos em função dos tipos de participação nos documentos (Porto, séc. XIV).

De sublinhar que alguns dos indivíduos identificados participaram em diferentes documentos, umas vezes com o mesmo tipo de participação, outras vezes com posicionamentos nos actos escritos diferentes. Assim, se compreende que o total de participações não corresponda ao total de indivíduos identificados. De facto, no conjunto de 967 indivíduos com raízes na cidade do Porto, no século XIV, recolheram-se 1553 participações, o que, por sua vez oferece ligeiras alterações nos efectivos de cada tipo de participação (gráficos 29 e 30), já que eles assumem proporções distintas em função do nosso *objecto* de análise: as formas antroponímicas ou os indivíduos e respectiva participação nos documentos.

Ao considerar os tipos de participação nos documentos em função das formas antroponímicas, apura-se um certo equilíbrio entre os *principais* – outorgantes e destinatários do documento – e os *nomeados*, pois ambas as partes envolvem, *à peu près*, entre 33% a 34% das formas antroponímicas em análise, sendo reservado às *testemunhas* uma fatia equivalente a 24% (gráfico 29). Contudo, ao centrar-se a atenção nos indivíduos e não nas formas antroponímicas (gráfico 30), observa-se que os cálculos atribuídos a cada tipo de participação variam ligeiramente a favor das *testemunhas* e a desfavor dos *principais*. Isto porque, ao considerar-se todas as diferentes formas antroponímicas utilizadas na designação dos indivíduos, os dados facilmente são inflacionados, especialmente os registos antroponímicos dos *principais* que se repetem com alguma frequência no desenvolvimento do acto escrito, enquanto que as *testemunhas* são referenciadas apenas uma só vez.

A atenção será, então, centrada nos indivíduos.

Desta feita, procedendo à sua distribuição cronológica em função dos respectivos tipos de participação no conjunto dos actos escritos, é de sublinhar a quebra dos efectivos que se observa da primeira metade do séc. XIV, que, por sua vez, poderá estar associada tanto à conjuntura demográfica, como ao tipo de documentos que prevaleceu na primeira metade da centúria.

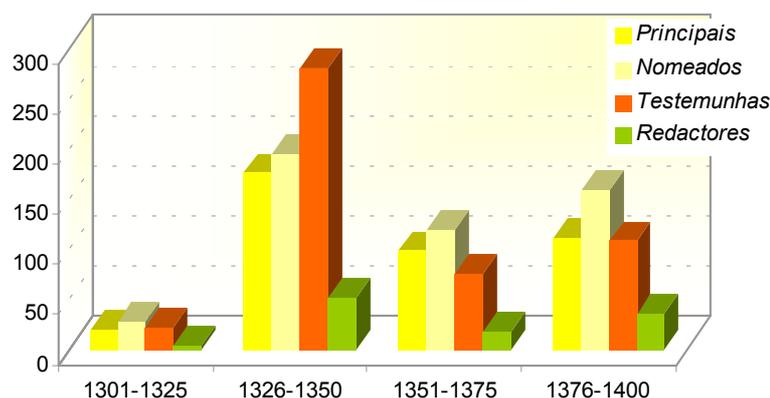


Gráfico 31 – Distribuição temporal dos indivíduos em função do tipo de participação (Porto, séc. XIV).

De facto, é curioso atestar que todos os tipos de participação são afectados pela referida quebra, mas o que mais sofre é o cálculo das *testemunhas*, dado que, entre 1326-1350, o núcleo das *testemunhas* assume proporções bastante superiores às atribuídas aos *principais* e *nomeados*, para depois caírem brutalmente nos quartéis

seguintes. Enquanto que, naquele quartel, as *testemunhas* representavam cerca de 40% do total de participações nos documentos, no quartel seguinte, entre 1351 e 1375, elas passam a congregar apenas cerca de 25%, estando longe de recuperar totalmente no quartel seguinte (gráfico 31). Ora, esta quebra poderá estar associada a uma tendência real para a diminuição do número de *testemunhas*, mas também poderá estar entrosada com os tipos de documentos, na medida em que o período que reúne um maior número de testemunhas é precisamente aquele em congrega maior número de documentos relativos à salvaguarda dos direitos, prerrogativas e património do Cabido do Porto.

Os outros tipos de participação sentem a referida quebra, mas em menor escala (gráfico 31). Em consequência, atesta-se que, na segunda metade do séc. XIV, principalmente no último quartel, os tipos de participação, designadamente as *testemunhas* e os *principais* mostram-se mais equilibrados⁸⁸⁴ do que no segundo quartel, embora a proporção dos *principais* se encontre sempre aquém da que respeita à dos indivíduos intervenientes na parte secundária – *nomeados e testemunhas* –, lembrando um pouco o que acontecia na documentação galega, entre os séculos IX a XII.

Entretanto, porque eram os responsáveis pela elaboração do documento, os *redactores* assumem um carácter específico, pois partilhavam um pouco da natureza de cada um dos outros tipos de participação. Isto porque, ainda que eles não se envolvessem directamente no conteúdo que sustenta o acto escrito, eram eles os que o redigiam, ao mesmo tempo que, porque se encontravam presentes, testemunhavam o próprio diploma. Os *redactores* acabam, no entanto, por abraçar uma ínfima parte do cômputo de formas antroponímicas, representando, ao longo da centúria de Trezentos, aproximadamente 7% (gráficos 30 e 31).

Eles identificam-se recorrendo sobretudo (77,39%) ao sistema IV.1 (ex: *João Afonso, tabelião da cidade do Porto*⁸⁸⁵) e, algumas vezes, ao sistema IV.2 (ex: *Domingues Eanes, tabelião*⁸⁸⁶). Deste modo, a amostra dos *redactores* adquire um carácter muito próprio, já que é bastante reduzida e sucinta nos sistemas antroponímicos empregues na sua identificação.

⁸⁸⁴ Na Galiza, entre os sécs. IX e XII, na documentação dos Mosteiros do Sobrado (Portela Silva, 1995, 27) e de S. Julião de Samos (González Vázquez, 1995, 53-54), a parte principal abraça percentagens de registos inferiores às das testemunhas ou da parte secundária.

⁸⁸⁵ ADP, L. S., LXXXII, 24-29v. Vid. apêndice 49.

⁸⁸⁶ ADP, L. S., LXXXI, 60-67. Vid. apêndice 49.

Por conseguinte, à semelhança dos estudos sobre a antroponímia hispânica medieval⁸⁸⁷, centrar-se-á, particularmente, o olhar nos três grandes tipos de participação: *principais*, *nomeados* e *testemunhas*.

É de recordar, antes de mais, que, ao contrário do que aconteceu até ao momento, esta análise apadrinhará agora as formas antroponímicas mais completas relativas a cada indivíduo, em cada documento, na medida em que, no momento, a questão crucial, já evidenciada⁸⁸⁸, é a de procurar averiguar até que ponto é que os diferentes tipos de participação, nomeadamente os *principais*, os *nomeados* e as *testemunhas*, influenciaram na forma de identificar os respectivos indivíduos, até que ponto eles interferiram numa maior ou menor utilização de um determinado sistema antroponímico. A atenção incidirá, sobretudo, nos indivíduos e na forma de denominação mais completa que os identifica, do que em todas as formas antroponímicas diferentes utilizadas na sua identificação.

5.1.3 Tendências antroponímicas dos tipos de participação

Avaliando a proporção de utilização dos sistemas antroponímicos em função dos tipos de participação, num ápice se acendra que o sistema IV.1 é, de longe, o mais enraizado, pois, conforme o que já foi referido, é o que, entre todos os sistemas, conhece uma maior percentagem de utilização na identificação dos indivíduos, independentemente do tipo de participação (quadro 26). De facto, embora a presença do sistema IV.1 na identificação dos *principais*, *nomeados* e *testemunhas* seja inequívoca, tal não significa que não existam variações entre as formas de identificar os diferentes intervenientes dos documentos e que não sejam perceptíveis tendências antroponímicas mais específicas a um certo tipo de participação do que a outro.

É que, se, por um lado, é patente que o sistema IV.1 é mais preferido na identificação dos *principais* do que na identificação dos *nomeados* e *testemunhas*, por outro lado, fica claro também que, enquanto que a identificação dos *nomeados* contribui para a manutenção do sistema III, a das *testemunhas* favorece os sistemas IV.2 e IV.3.

Com efeito, é a designação dos *principais* que mais colabora no domínio do sistema IV.1, enquanto que a dos *nomeados* e a das *testemunhas* consagram ao retrato

⁸⁸⁷ Martínez Sopena, 1995a.

⁸⁸⁸ *Vid.*, no presente estudo, parte II, pontos 3 e 4, a partir da p. 101 e 129, respectivamente.

antroponímico maior variedade e colorido, em virtude de quase metade (45,5%) das *testemunhas* ser identificadas com o sistema IV.2 e IV.3, e cerca de 35% dos *nomeados* serem identificados com os sistemas III e IV.2, ainda que uma considerável fatia das *testemunhas* e dos *nomeados* não deixe de continuar a privilegiar o sistema IV.1.

De referir igualmente que mais de metade (58,12%) do total de formas antroponímicas enquadradas nos sistemas antroponímicos ditos simples resulta da identificação dos *nomeados*, enquanto que o registo do sistema V, como forma de identificação mais cabal de um indivíduo, é também praticamente exclusivo dos *nomeados*.

Quadro 26
Os tipos de participação e os sistemas antroponímicos⁸⁸⁹ (Porto, séc. XIV).

| SA | Principais | % | Nomeados | % | Testemunhas | % | Redactores | % | Total global | % |
|--------------|------------|-------|----------|-------|-------------|-------|------------|-------|---------------------|-------|
| I. | 9 | 2,17 | 17 | 3,28 | 1 | 0,20 | 2 | 1,74 | 29 | 1,87 |
| II. | 19 | 4,58 | 36 | 6,94 | 10 | 2,00 | | | 65 | 4,20 |
| III. | 23 | 5,54 | 108 | 20,81 | 50 | 10,00 | 2 | 1,74 | 183 | 11,81 |
| IV.1 | 226 | 54,46 | 200 | 38,54 | 197 | 39,40 | 89 | 77,39 | 712 | 45,97 |
| IV.2 | 50 | 12,05 | 77 | 14,84 | 154 | 30,80 | 15 | 13,04 | 296 | 19,11 |
| IV.3 | 78 | 18,80 | 51 | 9,83 | 74 | 14,80 | 6 | 5,22 | 209 | 13,49 |
| IV.4 | 2 | 0,48 | 5 | 0,96 | 9 | 1,80 | | | 16 | 1,03 |
| IV.5 | 5 | 1,20 | 2 | 0,39 | 4 | 0,80 | | | 11 | 0,71 |
| V. | 3 | 0,72 | 23 | 4,43 | 1 | 0,20 | 1 | 0,87 | 28 | 1,81 |
| Total global | 415 | 100 | 519 | 100 | 500 | 100 | 115 | 100 | 1549 ⁸⁹⁰ | 100 |

Deste modo, ainda que o domínio dos sistemas classificados como complexos seja evidente entre os *nomeados*, a identificação destes não deixa igualmente de mostrar uma tendência para um certo conservadorismo, atendendo a que é ela que maior destaque oferece aos sistemas antroponímicos simples, adquirindo aqui especial relevo o sistema III, isto apesar de a identificação de alguns *principais* e de algumas *testemunhas* não os ignorar por completo.

Mas se tal acontece com os *nomeados*, o inverso é claramente visível na identificação das *testemunhas*. Com efeito, ao contrário do que se verifica na

⁸⁸⁹ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

⁸⁹⁰ À semelhança do quadro 25, o total aqui apresentado não tem em consideração as formas de designação de indivíduos que suscitam dúvidas quanto ao sistema antroponímico em que se enquadram. Assim, no total de 1553 participações, subtraíram-se 4 situações que não são explícitas o que resulta o total apontado (1549).

documentação galega, nos séculos anteriores⁸⁹¹, na antroponímia das *testemunhas* desenha-se uma tendência que parece anunciar tempos vindouros, na medida em que mais de três quartos das *testemunhas* (87,82%) são identificados com sistemas complexos, merecendo particular destaque não somente o sistema IV.1, que abraça, como se viu, cerca de 39,32% das *testemunhas*, mas também, embora em patamares diferentes, os IV.2 e IV.3 ao envolverem 48,50% do total de registos antroponímicos relativos a *testemunhas*. Por conseguinte, é a identificação destas que mais contribui, no quadro geral das formas antroponímicas, para existência de outros sistemas complexos além do sistema IV.1. Desta maneira, mais do que se apresentar simples e abreviada, a identificação das *testemunhas* denota uma clara preocupação em clarificar o posicionamento social do indivíduo, à semelhança, aliás, do que é apontado nos comportamentos antroponímicos das *testemunhas* em actos escritos relativos à Catalunha, entre os sécs. X e XI, cujo valor jurídico e perpetuidade dependiam de uma identificação clara e completa dos que testemunhavam⁸⁹².

A par da identificação das *testemunhas*, encontra-se a identificação dos *principais*, atendendo a que ambas contribuem com uma percentagem idêntica de formas antroponímicas para o afinco dos sistemas complexos. Todavia, se as formas antroponímicas respeitantes às *testemunhas* não deixam de acarinhar sistemas como o IV.2 e o IV.3, as dos *principais* privilegiam muito mais o IV.1, não deixando de recorrer, ainda que de forma bastante mais tímida, aos sistemas IV.3 e IV.2. A identificação dos *principais* e das *testemunhas* é, assim, a que menos concorre para a manutenção dos sistemas antroponímicos simples.

Desta maneira, três tipos de participação desenharam aqui três tendências na identificação dos indivíduos. Uma, a dos *nomeados*, mostrando-se mais simples e, portanto, mais conservadora, outra, a dos *principais*, bastante mais arreigada ao sistema IV.1, e por, fim, a das *testemunhas*, assumindo-se um pouco mais vanguardeira, mas todas elas conectadas com o referido retrato antroponímico, no qual, como se apurou já, os sistemas complexos imperam, assumindo-se o sistema IV.1, um sistema intermédio, como já se afirmou anteriormente⁸⁹³, o mais privilegiado (gráfico 32).

⁸⁹¹ Nos estudos sobre a antroponímia hispânica medieval, centrados nos séculos IX-XIII, período no qual se processa gradualmente a evolução do sistema de nome único para o sistema duplo, é comum a designação das *testemunhas* ser feita de forma incompleta ou abreviada, adulterando um pouco a referida evolução ao preservar mais fortemente as denominações simples. É o que acontece, por exemplo, com os actos escritos da Galiza (Portela Silva, 1995, 26; González Vásquez, 1995, 52).

⁸⁹² Zimmermann, 1995, 365.

⁸⁹³ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 3, a partir da p. 101.

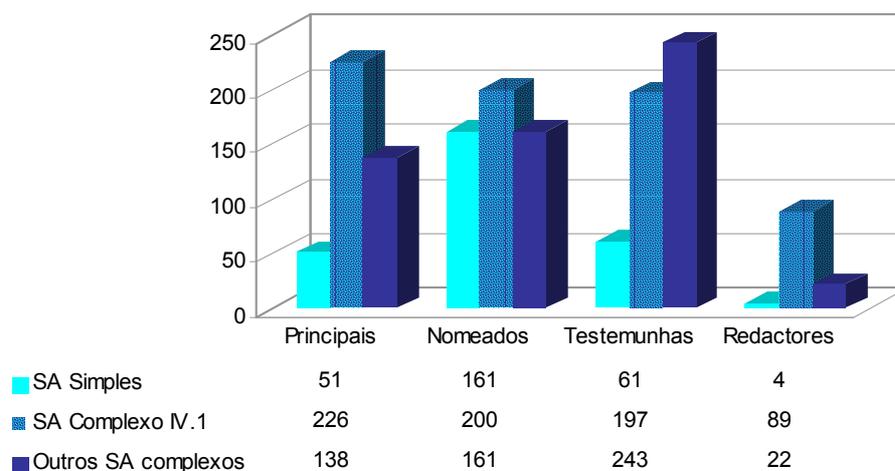


Gráfico 32 – Os tipos de participação e os sistemas antroponímicos (SA) simples e complexos⁸⁹⁴ (Porto, séc. XIV).

Nesta sequência, é natural que sejam, não o universo antroponímico dos *principais*, mas os dos *nomeados* e das *testemunhas* a contribuírem para um maior colorido do retrato antroponímico, já que são eles que apostam mais frequentemente nos designativos, seja através de um sistema antroponímico simples (III), seja por meio de um sistema complexo (ex: IV.2, IV.3). Na realidade, ao considerar-se como é que os tipos de participação influem mais ou menos no recurso a designações complementares, afere-se que, ainda que estas indicações abracem sempre mais de metade de cada um dos tipos de participação, elas são bem mais utilizadas na identificação dos *principais* (79,75%), onde claramente imperam, pois os sistemas complexos mais utilizados são, sem sombra de dúvida, o IV.1⁸⁹⁵ e, numa percentagem inferior, o IV.3, precisamente os sistemas que se sustentam de designações complementares (gráfico 33).

⁸⁹⁴ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

⁸⁹⁵ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 3.2.1., a partir da p. 119.

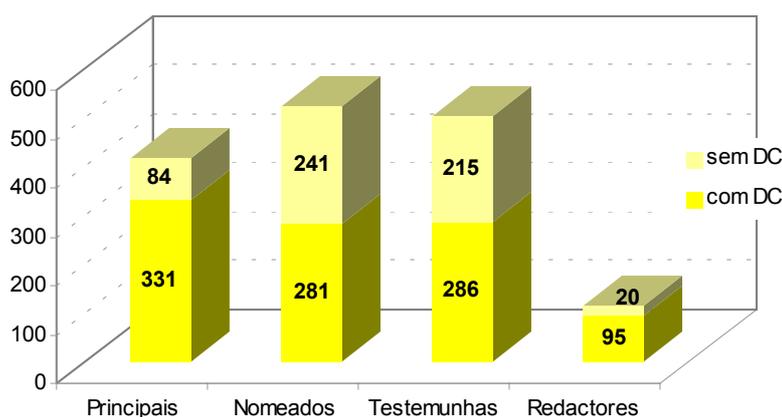


Gráfico 33 – Tipos de participação e recurso às designações complementares – DC (Porto, séc. XIV).

Neste seguimento, uma questão vai ganhando forma em busca dos vectores que terão motivado as referidas variações entre a identificação dos *principais*, dos *nomeados* e das *testemunhas*.

Os *principais* correspondem, como se referiu, a indivíduos directamente envolvidos no *objecto* do documento, indivíduos que desempenham, portanto, um papel activo e crucial no conteúdo e desenlace do acto escrito. Logo, em sintonia com os estudos de antroponímia hispânica medieval⁸⁹⁶, a identificação dos respectivos indivíduos deveria ser cuidada e o mais completa possível, de forma a que não surgissem dúvidas. Logo, era importante identificá-los, situá-los num espaço social e geográfico. Desta maneira, raramente se poderia dispensar uma designação complementar, pois não havia outro elemento onomástico que se revelava tão rico e conciso, isto é, tão individuante como ela se mostrava. Compreende-se, assim, o peso que ela adquire junto das formas antroponímicas dos *principais*. Por conseguinte, depreende-se então que uma boa identificação era aquela que se socorria de uma designação complementar. Daí também a sua utilização em mais de metade dos *nomeados* e das *testemunhas*.

Os *nomeados* remetem para indivíduos com um papel secundário no documento, necessário, sem dúvida, porque constituíam pontos de referência, mas não tão crucial como o dos *principais*. De facto, os *nomeados* eram essencialmente indivíduos que, não

⁸⁹⁶ No estudo da evolução dos sistemas de identificação, na região da Galiza e de Bierzo, entre os séculos IX e XIII, defende-se que as estruturas antroponímicas dos indivíduos que participam na parte principal da documentação são mais completas do que os dos outros tipos de participação, sendo, portanto, mais fidedignas para definir o processo evolutivo, ainda que, por vezes, a identificação dos da parte secundária se aproxime dos primeiros (Portela Silva, 1995, 32-33; González Vásquez, 1995, 54-59; Rodríguez González, 1995, 82).

participando directamente no acto escrito, ajudavam a esclarecer o conteúdo do documento, quer no que diz respeito aos indivíduos, quer no que diz respeito aos bens materiais que constituem *objecto* central no acto escrito. Por esta razão, a sua identificação parece mostrar alguns traços de menor preocupação, já que ela se anuncia um pouco mais conservadora que a identificação dos outros participantes⁸⁹⁷. Atendendo à condensação do *stock* onomástico, à cristalização das preferências onomásticas verificadas entre os primeiro e segundo designativos que com facilidade deslizariam para a homonímia e considerando, igualmente, a existência de muitas outras formas de identificar mais completas, defende-se que identificar alguém com um sistema antroponímico simples seria deveras arriscado. Seria arriscado porque facilmente poderia fazer cair o indivíduo no anonimato, a não ser que os designativos utilizados fossem de tal forma invulgares que, naturalmente, distinguissem o indivíduo de outros. Algo, que, aliás, não acontecia com muita frequência. Assim, ao mostrar-se um pouco mais conservadora, a identificação dos *nomeados* atesta que estes desempenhavam, com efeito, um papel secundário nos documentos. Convém, porém, lembrar que uma boa parte destes indivíduos se enquadrava numa dinâmica de confrontações, o que, de uma forma indirecta, os localizava espacial e, por vezes, socialmente, coadjuvando, por sua vez, o uso de sistemas de denominação simples. Uns mais do que outros, como é evidente, pois, como se asseverou acima, nem todos os *nomeados* eram identificados com aqueles sistemas. Aliás, mais de metade dos *nomeados* é identificada com sistemas complexos. Entre estes, embora o sistema IV.1 conheça a dianteira, os restantes sistemas são utilizados numa intensidade semelhante à dos sistemas simples.

Por seu lado, as *testemunhas* correspondem a indivíduos que, porque confirmavam o acto escrito, ofereciam, essencialmente, crédito ao documento, parecendo assumir, no entanto, um papel mais neutral em relação aos *principais* e aos *nomeados*, se bem que se detecte uma certa proximidade social e geográfica com os *principais*⁸⁹⁸. Desta maneira, as *testemunhas* parecem adquirir um papel cuja importância ficaria entre os *principais* e os *nomeados*. Não seriam tão cruciais como os *principais*, mas eram elas que garantiam a sua salvaguarda, quando o conteúdo do acto escrito fosse negado ou desrespeitado. Assim, a sua importância era real, ainda que intermédia. É precisamente esta realidade que é indiciada pelo carácter da sua identificação, pois, tal como entre os

⁸⁹⁷ Como se tem vindo a observar.

⁸⁹⁸ *Vid.*, no presente estudo, parte III, ponto 8, a partir da p. 309.

principais, a sua identificação favorece claramente os sistemas antroponímicos complexos, mas deprecia, ao contrário da identificação dos *nomeados*, os sistemas simples⁸⁹⁹. Em simultâneo, enquanto abraça o sistema complexo intermédio IV.1, a identificação das *testemunhas* acarinha de forma clara os outros sistemas complexos, os que se revelam mais inusitados, fazendo com que estes, juntos, cheguem a ultrapassar a utilização dos outros sistemas: o simples (III) e o complexo intermédio (IV.1). Deste modo, ao contrário do que se observava em séculos anteriores, na Galiza⁹⁰⁰, existia um certo cuidado com a identificação das *testemunhas*, não com a mesma intensidade verificada entre os *principais*, mas de forma a que identificação e individualização dos respectivos indivíduos não fosse de todo difícil. Recorde-se que quase metade (48,5%) das *testemunhas* é identificada com sistemas antroponímicos pouco vulgares, o que facilita a sua identificação.

Depreende-se então que o tipo e grau de importância da participação dos indivíduos no documento influía na respectiva identificação, fazendo com que ela não se concentrasse toda num só sistema antroponímico, mas se dispersasse por variados sistemas, embora, como se tem sublinhado com frequência, o sistema IV.1 seja sempre o mais avultado. Assim, é perceptível uma espécie de diálogo entre o tipo de participação e os sistemas antroponímicos. Não obstante, seria gratuito conectar, de forma categórica e linear, um sistema antroponímico com um tipo de participação, já que, de uma forma mais ou menos assídua a maior parte dos sistemas são visíveis nos núcleos dos diferentes tipos de participação e não existe um sistema que seja totalmente característico no universo de um determinado tipo de participação. Admite-se que os tipos de participação tiveram, como se afirmou acima, uma certa influência sobre as formas de identificação dos indivíduos. Contudo, admite-se também que é impossível avaliar com rigor essa mesma influência e aferir até que ponto ela foi exercida de forma isolada ou de forma combinada com outros vectores. Efectivamente, é de questionar se os distintos tipos de participação não se concertaram com os diferentes e variados posicionamentos geográfico e sócio-profissional dos respectivos indivíduos na influência que exerceram sobre a identificação dos mesmos. Sim, porque identificar era também, como se acendrará adiante, um meio de individualizar e distinguir o indivíduo.

⁸⁹⁹ De acordo com o que se atestou acima.

⁹⁰⁰ Ermelindo Portela e M^a Carmen Pallares mostram, a partir dos documentos do Mosteiro do Sobrado, entre os séculos X a XIII, como as *testemunhas* eram designadas com formas antroponímicas abreviadas ou incompletas, com recurso ao sistema de nome único, acompanhado, com alguma frequência, por designações complementares. A identificação das *testemunhas* diferenciava-se então das formas de identificação dos indivíduos que participavam na parte principal, onde a utilização do sistema duplo era bem mais intensa (Portela Silva, 1995, 26).

5.2 A Antroponímia e o Espaço Geográfico

No evoluir do sistema duplo na Europa Ocidental, nos séculos XI e XII, desde cedo os nomes de lugares se afirmaram, oferecendo coordenadas espaciais e senhoriais e tomando, de acordo com o que já se mencionou, em certas regiões, como França⁹⁰¹, a dianteira relativamente a outros designativos como, por exemplo, o *nomen paternum*⁹⁰², na antroponímia laica masculina, mas também no seio da identificação dos eclesiásticos. Realmente, como se aludirá *a posteriori*, é sabido que, em território francês, a partir de meados do século XI, também a designação dos clérigos não resistiu à alusão a uma referência toponímica⁹⁰³. O que, segundo Monique Bourin, é testemunho de uma “[...] nouvelle manière de penser l’espace et la société [...]”⁹⁰⁴.

Também o território português se mostrou fértil em nomes geográficos, em nomes de origem que, gradualmente, se transformaram em apelidos⁹⁰⁵. Assim, o entrosamento entre o geográfico e a antroponímia não deixou, também ele, de ser visível nos documentos do Cabido do Porto relativos ao século XIV, nos quais a identificação de alguns indivíduos recorre, por vezes, a topónimos ou ao estabelecimento explícito de elos de ligação com determinados lugares (gráfico 34). Contudo, à semelhança do estudo daquela investigadora, no qual, numa lista de quinhentos nomes, somente 21% continham um nome de origem, o retrato antroponímico acima descrito apresenta uma fatia muito singela de designativos geográficos (16,43%) e são essencialmente as designações complementares que sublinham a importância do “geográfico” na antroponímia.

Ao considerar-se estes complementos de forma isolada atesta-se que, quer de uma forma simples (ex: *morador no Porto*), quer de uma forma composta (ex: *tabelião da cidade do Porto*), mais de ¼ (30,88%) deles sustentam-se de coordenadas geográficas, contribuindo assim para uma maior representatividade das coordenadas espaciais na antroponímia. É certo que, para tal, foi essencial desdobrar as designações complementares compostas, na medida em que, como se apurou já, elas conectavam informações de natureza diversa. Assim, apreciando não somente os designativos, mas

⁹⁰¹ Considere-se, por exemplo, a região da Borgonha, entre 900 e 1280, onde passaram os nomes geográficos dominaram mais claramente no meio aristocrático, mas também entre os camponeses (Beck, 1990, 80-81).

⁹⁰² Bourin, 1990d, 240, 243, 246.

⁹⁰³ Fiévê, 1992, 63-64, 80; Pascaud, 1992a, 109-110; Bourin, 1992c, 135-138; Bourin, 1992d, 156.

⁹⁰⁴ Bourin, 1992d, 156 e Bourin, 1992c, 136.

⁹⁰⁵ Vasconcelos, 1928, 155-176; Gonçalves, 1988a, 81; Gonçalves, 1988b, 121; Gonçalves, 1996, 143; Nunes, 1999, 43.

também as designações complementares, no conjunto dos 967 indivíduos, cerca de metade deles não dispensa uma indicação geográfica (gráfico 34).

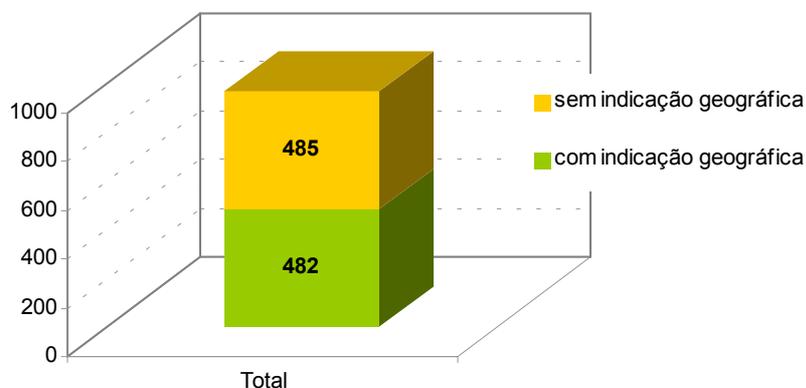


Gráfico 34 – As indicações geográficas na identificação dos 967 indivíduos identificados (Porto, séc. XIV).

Qual o significado e importância, então, a oferecer a estas indicações?

Atentando no livro mais antigo de vereações da câmara do Porto (1390-1395), Iria Gonçalves⁹⁰⁶ sublinhou já o papel decisivo destes nomes no estudo da proveniência dos homens bons da cidade do Porto e das áreas sobre as quais a cidade exerceu de forma mais intensa o seu magnetismo, durante todo o século XIV, período caracterizado por fortes movimentos migratórios⁹⁰⁷. Não o fez, evidentemente, sem enunciar os abrolhos com que este tipo de estudo lida constantemente⁹⁰⁸, como, por exemplo, a dificuldade que existe em localizar geograficamente os referidos designativos, já que muitos lugares partilham o mesmo topónimo. Pierre-Henri Billy distinguiu os nomes de lugar, referindo que uns remetem para origens⁹⁰⁹, outros para uma residência, outros para um domínio senhorial, outros para os lugares de exercício de uma função⁹¹⁰. Mas como distingui-los na identificação do indivíduo? Suárez Beltran⁹¹¹, Iria Gonçalves⁹¹², Monique Bourin⁹¹³ e Naidea Nunes Nunes⁹¹⁴ falam, por sua vez, da dificuldade que

⁹⁰⁶ Gonçalves, 1996, 146.

⁹⁰⁷ Também no séc. XII, na cidade Burgos, se verifica que os topónimos que constituem as formas antroponímicas testemunham essencialmente proveniências, dado que aquela cidade era um importante centro comercial e político e era uma etapa o «camino francés» com destino a Santiago de Compostela (García De Cortazar, 1995b, 250, 252).

⁹⁰⁸ Gonçalves, 1988a, 82-84; Gonçalves, 1988b, 120-121; Gonçalves, 1996, 143.

⁹⁰⁹ Por exemplo, no estudo antroponímico dos povoadores portugueses do arquipélago da Madeira, os segundos e terceiros nomes de natureza toponímica são interpretados como sendo de origem, proveniência, naturalidade dos respectivos povoadores (Nunes, 1999, 14-15).

⁹¹⁰ Billy, 1995, 180-182.

⁹¹¹ Suárez Beltrán, 1995, 124.

⁹¹² Gonçalves, 1996, 147 e 150; Gonçalves, 1988a, 81.

⁹¹³ Bourin, 1995c, 221.

⁹¹⁴ Nunes, 1999, 14-15.

existe em definir quando é que o topónimo transformado em antropónimo traduz efectivamente uma proveniência, do próprio ou familiar, uma etapa da sua migração⁹¹⁵, uma estadia um pouco mais demorada de uma viagem que efectuou⁹¹⁶ ou, ainda, uma residência⁹¹⁷. Na realidade, é aqui que reside o grande óbice à análise dos nomes de lugar que, no entanto, não deve ser abandonada, pois, por um lado, eles não deixam de testemunhar uma certa consciência do espaço envolvente⁹¹⁸. Por outro lado, os designativos toponímicos assumem particular importância no estudo das populações urbanas, tal como sublinha Iria Gonçalves, pois, atendendo a que uma boa parte da antroponímia portuguesa é constituída por nomes de origem que gradualmente se transformaram em nomes de família, eles podem ser interpretados como indicadores de proveniência⁹¹⁹.

Mas o que dizer das referências que apontam para o interior da cidade? É certo que, na maioria das formas antroponímicas, elas não são utilizadas. O que, aliás, não surpreende, considerando que, se os indivíduos se encontravam entrosados no burgo, aquele tipo de indicação não seria, *per se*, um factor de distinção dos indivíduos. O que suscita sim alguma curiosidade é o facto de alguns indivíduos serem identificados sublinhando, de forma explícita, o laço com a cidade do Porto, seja através de um designativo (*do Porto*), seja através de uma designação complementar que descreve, como se atestará de seguida, o referido laço: *morador do Porto*, *vizinho do Porto*, *cidadão do Porto*. Estes elementos de identificação, serão eles um testemunho de um enraizamento recente na cidade que merece ser sublinhado, de maneira a combater possíveis confusões onomásticas? Ou serão eles um meio de fazer uma distinção

⁹¹⁵ Gonçalves, 1988a, 83. Foi o que aconteceu com alguns colonizadores francos da cidade de Oviedo, no século XII. Embora num contexto bem distante e diferente daquele que enquadra este estudo, J. Ignacio Ruiz de la Peña Solar defende que algumas formas antroponímicas com um segundo elemento de natureza geográfica podia indicar, no que diz respeito aos susditos colonizadores, residências prévias em outros lugares que precederam a fixação a cidade de Oviedo, como por exemplo, a cidade de Leão. Desta maneira, o referido autor mostra como os dados antroponímicos podem testemunhar fenómenos de mobilidade geográfica interregional (Peña Solar, 1995, 145-146).

⁹¹⁶ Gonçalves, 1988a, 82.

⁹¹⁷ A título de exemplo, o designativo do Souto tanto remete para a rua do Souto, na cidade do Porto, testemunhando certamente uma residência (ex: Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162), como pode apelar a uma proveniência (ex: Martim Gonçalves de Souto (ADP, *L. O.*, XXIV, 37; *L. S.*, LXXXVIII, 226-230v); Martim Gerales do Souto (ADP, *L. O.*, XVII, 11) ou Pedro do Souto, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIII, 150-153; ADP, *L. S.*, CI, 346-353), já que existe mais do que um lugar, na região circunvizinha da cidade, com o topónimo “Souto”. Veja-se o mapa apresentado por Iria Gonçalves relativo à proveniência dos imigrantes na cidade do Porto (Gonçalves, 1996, 147 e 150). Os referidos indivíduos constam no apêndice 49.

⁹¹⁸ José Angel García de Cortázar defende que o progresso verificado, quer entre os nobres quer entre os não nobres, em Navarra e Rioja, entre os séculos X a XII, da forma antroponímica composta por um nome próprio, um patronímico e um topónimo revela um domínio progressivo das coordenadas do tempo e do espaço. “[...] Del tiempo, a través de la conservación de la memoria de la familia y aun del linaje. Del espacio, con la incorporación del topónimo a la forma antroponímica. Constituiría así un nuevo modelo de denominación de las personas, correlato de un nuevo modelo de organización social de las mismas. (García de Cortazar, 1991, 291-292). Bourin, 1995c, 221.

⁹¹⁹ Gonçalves, 1988b; Gonçalves, 1988a, 82-83; Gonçalves, 1996, 143. Cf., igualmente, Cruz, 1973, 126-127.

daqueles cuja vida se fundia com a vida do burgo? Ou, ainda, testemunharão eles mecanismos de distinção social no interior da cidade?

5.2.1 Designativos geográficos

Ao reter o olhar sobre estes designativos geográficos (gráfico 35) e ao tentar, à semelhança do que fez Iria Gonçalves, a sua localização, afere-se que mais de $\frac{1}{4}$ (29,24%) destes designativos remete para espaços no interior do próprio burgo do Porto, já nomeados acima: *de Cimo de Vila, das Eiras*⁹²⁰, *da Rua Chã, do Souto, das Tendas, da Ribeira, do Porto, dos Menores*⁹²¹. O recurso a estes topónimos para identificar determinados indivíduos mostra sobretudo um forte enlaçamento entre eles e os respectivos indivíduos⁹²². Enlaçamento esse que adviria certamente de uma residência e/ou do exercício de uma ocupação, pois que outras situações poderiam fomentar tal associação? Acredita-se, então, que os susoditos designativos, mais do que representarem uma proveniência, testemunhavam uma residência ou presença assídua, estável, nos espaços nomeados.

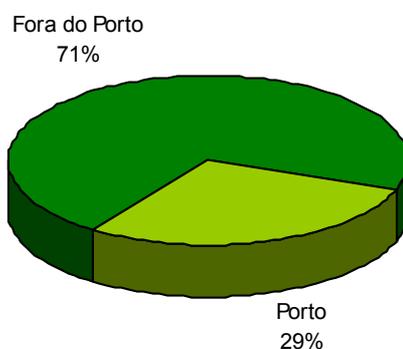


Gráfico 35 – Os designativos com referência geográfica e sua relação com a cidade do Porto (Porto, séc. XIV).

⁹²⁰ De referir que, à semelhança do designativo *Souto*, os nomes *Eiras* e *Ribeira* tanto nos podem remeter para a rua das Eiras e praça da Ribeira respectivamente, como para o lugar das Eiras e o lugar da Ribeira nas imediações da cidade do Porto (Consulte-se o mapa apresentado por Iria Gonçalves relativo à proveniência dos imigrantes na cidade do Porto (Gonçalves, 1996, 150)).

⁹²¹ Cf. Amaral, 1985, 14-16.

⁹²² *Vid.*, no presente estudo, na parte III, o ponto 8, a partir da p. 309. Cf. apêndice 47.

Os restantes designativos fazem menção a outras localidades, umas mais próximas (ex: *de Paranhos, de Sousa* ou *Sousa*⁹²³, *de S. João da Pesqueira, de Leça, da Maia, de Gondomar, Valongo*), outras um pouco mais afastadas ou longínquas (ex: *de Barcelos, de Guimarães, de Lamego, de Viana, de Cerveira, da Guarda*, entre outras). Alguns dos referidos designativos são de difícil localização⁹²⁴, atendendo a que, como já se mencionou, alguns dos topónimos repetem-se numa determinada região e também porque alguns deles evoluíram, tendo uns desaparecido e outros conhecido uma progressão linguística. Como se incide apenas a atenção sobre as formas antroponímicas de indivíduos situados na cidade do Porto, presume-se que estes designativos, ao remeterem para espaços fora do Porto (gráfico 35), colocam particularmente a nu as proveniências dos respectivos indivíduos ou de suas famílias ou, então, como já se aludiu atrás, uma determinada viagem.

Por conseguinte, não obstante a sua fraca representatividade (gráfico 35), pois envolvem apenas 7,67% das indicações geográficas, os referidos designativos constituem, efectivamente, mais um testemunho em como a cidade do Porto exercia uma certa atracção, seduzindo as suas gentes, principalmente aquelas que se encontravam a um dia de jornada⁹²⁵, aquelas que se situavam entre o Douro e o Vouga e entre o mar e o Tâmega. A região que, como refere Armindo de Sousa⁹²⁶, passou a constituir, a partir de 1369, o espaço concelhio da cidade⁹²⁷. Porém, não se pense que não se encontram gentes oriundas de outros espaços.

Na realidade, embora o seu número seja reduzido, inventariaram-se alguns designativos que conduzem as regiões mais distantes, como as terras de Santa Maria da Feira, Lamego, Viana, Vila Nova de Cerveira e Guarda, ao mesmo tempo que alguns indivíduos tinham relações com Guimarães⁹²⁸. Entretanto, é curioso verificar que não se

⁹²³ O designativo *Sousa* remete-nos para o rio Sousa, um afluente do Tâmega, que, como Iria Gonçalves explicita, deu origem a vários topónimos na região das suas margens, tendo sido também frequentemente utilizado na antroponímia, tal como testemunha a família aristocrata dos Sousa, nos séculos XI e XIII cujo prestígio, segundo Robert Durand, advinha, não tanto da importância da terra, mas sim pela proximidade que os seus elementos tinham com o poder central (Gonçalves, 1996, 147; Durand, 1995b, 44, 48).

⁹²⁴ Esta mesma dificuldade é enfatizada por Naidea Nunes Nunes (Nunes, 1999, 14-15).

⁹²⁵ Coelho, 1996, 494; Gonçalves, 1996, 148. *Vid* também Mattoso, 1985, 305; Amaral, 1985, 36-39.

⁹²⁶ Sousa, 1995, 167.

⁹²⁷ Algo de semelhante é apontado por Maria Ângela Rocha Beirante em relação a Évora (1995, 176-177). Thierry Dutour (2003, 149-150) refere, também, que, em relação à generalidade das cidades medievais europeias, no século XIV, os novos cidadãos eram oriundos da área circunvizinha situada num raio de 15 a 40km em relação à cidade. De referir ainda que do mesmo modo os designativos geográficos, recolhidos na documentação relativa ao Mosteiro de S. Pedro de Montes (Bierzo), entre os séculos IX a XIII, apontam para localidades próximas (Rodríguez González, 1995, 98-99).

⁹²⁸ É o caso de João Afonso de Guimarães, procurador do concelho do Porto ((1317) ADP, *L. S.*, LXXX, 303-311v); Gonçalo, natural de Guimarães, homem de Estêvão Eanes ((1392) ADP, *L. S.*, LXXXVII, 211-218v); João Lourenço de Guimarães ((1404) ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 27-32); Beatriz Lourenço, tia de Gil Martins das Tendas, moradora em Guimarães ((1394) ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v). As formas antroponímicas destes indivíduos não foram aqui contempladas, pois como já se mencionou, a análise antroponímica levada a cabo neste estudo considerou apenas as formas antroponímicas dos indivíduos que se enquadravam directamente no espaço urbano do Porto e nas coordenadas temporais entre 1301 e 1400. *Vid*. apêndice 49. É de referir ainda, em relação a Guimarães, a partir de dados cedidos por Conceição Falcão, outros exemplos de indivíduos do Porto a actuarem naquela

encontra um único nome alusivo às regiões estrangeiras, nomeadamente mais a Norte, com as quais a cidade do Porto se encontrava plenamente entrosado ao nível comercial, como é o caso da Normandia, de Inglaterra e Flandres⁹²⁹, para não mencionar as cidades da liga hanseática⁹³⁰ ou bem mais próximo as regiões peninsulares da Galiza⁹³¹, de Castela e de Aragão⁹³², revelando, em sintonia com o que é referido por Thierry Dutour⁹³³ em relação às cidades medievais, que a presença no Porto de imigrantes de origem longínqua seria certamente minoritária, restrita, embora os dados que se possuem, por si só, não permitam negá-la⁹³⁴. Deste modo, em concordância com o que foi traçado por Iria Gonçalves⁹³⁵ relativamente à área de influência do Porto, os nomes geográficos em análise mostram que o centro de gravidade do Porto se fazia sentir sobretudo nas regiões circunvizinhas a Norte do Douro, começando a atenuar-se à medida que as distâncias aumentam.

5.2.2 Designações complementares e coordenadas geográficas

De acordo com o que foi tecido na análise dos diferentes elementos que constituem os sistemas antroponímicos, as referências geográficas desempenham um papel crucial no conjunto das designações complementares, constituindo, como já se referiu, uma das suas “trave-mestra”. Na realidade, as designações complementares apoiadas em coordenadas espaciais mostram-se bastante mais abundantes, pois abraçam cerca de 78% do total de referências geográficas, mas também se mostram bastante mais específicas e concisas do que os designativos da mesma natureza.

Consistindo numa descrição, os referidos complementos são, de facto, os que mais se nutrem de coordenadas espaciais, contribuindo para que seja o sistema antroponímico

vila: João Martins de Guimarães, vizinho do Porto ((1300) IAN-TT, Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares, maço 17, nº 5); Vasco Domingues do Porto e Teresa Eanes sua mulher ((1321) IAN-TT, Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares, maço 22, nº 16); Martim Peres Pequeno cidadão do Porto e Maria Domingues ((1324, , 1327, 1329, 1331, 1333, 1344) IAN-TT, Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares, maço 22, nº 22; maço 25, nº 28; maço 29, nº 15, 19 e 38); Margarida Eanes, moradora no Porto ((1348) DP, 30, 9); Martim Afonso e Domingas do Porto ((1353) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Nota Antiga, livro 1, fl. 34); João Fernandes, porteiro da obra do Porto ((1370) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Nota Antiga, livro , fl. 2, 7); Lopo Fernandes, almoxarife do Porto ((1384) Chancel. de D. João I, Livro 1, fl. 48v°); Gonçalo Pais, tosador do Porto ((1387) IAN-TT, Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares, maço 38, nº 24).

⁹²⁹ Peres, 1962-1965, 48, 53; Oliveira, 1986, 17-20, 29-30, 32, 36; Moreno, 1995, 76-77; Sousa, 1993, 380-381.

⁹³⁰ Oliveira, 1986, 21-22; Sousa, 1993, 380-381.

⁹³¹ Relativamente às relações da cidade do Porto com a Galiza, consulte-se, por exemplo, o estudo de Amândio Jorge Morais Barros (1998, 191-193).

⁹³² Oliveira, 1986, 25-26.

⁹³³ Dutour, 2003, 190-191.

⁹³⁴ De facto, a presença de estrangeiros na cidade do Porto, nas últimas centúrias da Idade Média é inquestionável (Oliveira, 1986, 27-30; Amaral, 1985, 12). Desconhece-se, no entanto, até que ponto ela correspondia a a uma verdadeira fixação e enraizamento na cidade ou a estadias de curta duração e periódicas.

⁹³⁵ Gonçalves, 1996, 151. Cf., mesmamente: Amaral, 1985, 34-39; Marques, 1987, 150.

IV.1 o que mais recorre àquele tipo de informações, abraçando mais de metade delas (quadro 27).

Quadro 27
Os sistemas antroponímicos (SA)⁹³⁶ e os seus elementos que apelam a referências geográficas (Porto, séc. XIV).

| SA | 2ºD Geográfico | % | 3ºD Geográfico | % | DC Geográfica | % | Total global | % |
|--------------|----------------|-------|----------------|-------|--------------------|-------|--------------|-------|
| II. | | | | | 15 | 3,98 | 15 | 3,11 |
| III. | 9 | 17,65 | | | | | 9 | 1,86 |
| IV. 1 | 30 | 58,82 | | | 256 | 67,90 | 286 | 59,21 |
| IV. 2 | 7 | 13,73 | 19 | 34,55 | | | 26 | 5,38 |
| IV. 3 | 5 | 9,80 | 30 | 54,55 | 94 | 24,93 | 129 | 26,71 |
| IV. 4 | | | 2 | 3,64 | | | 2 | 0,41 |
| IV. 5 | | | 4 | 7,27 | 10 | 2,65 | 14 | 2,90 |
| V. | | | | | 2 | 0,53 | 2 | 0,41 |
| Total global | 51 | 100 | 55 | 100 | 377 ⁹³⁷ | 100 | 483 | 100 |

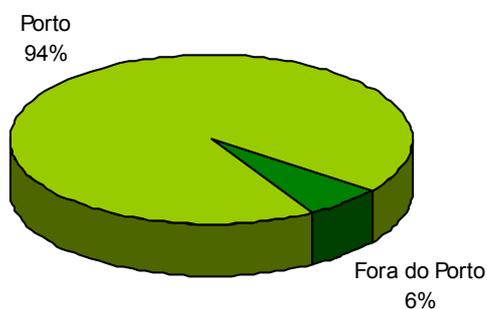


Gráfico 36 – As designações complementares com referência geográfica e a sua relação com a cidade do Porto (Porto, séc. XIV).

É interessante então aferir que as designações complementares estão muito mais conectadas com a cidade do Porto do que os designativos. De facto apenas 29% dos designativos remetem para a cidade (gráfico 36), enquanto que, no caso das referidas

⁹³⁶ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

⁹³⁷ O total de designações complementares que contém uma referência geográfica corresponde a 378, embora neste quadro se contabilize 377, pois, numa das designações, desconhece-se qual o sistema antroponímico que a envolve. Assim, em vez de 378, é registado 377.

designações, quase todas elas entrosam o indivíduo com a cidade, tal como se pode atestar no gráfico. No conjunto das designações complementares, verifica-se ainda que mais de um quarto (33%) delas remete para um patamar conectado com uma residência na urbe – *morador(a) na cidade do Porto, vizinho(a) do Porto, cidadão(ã) do Porto* –, embora as respectivas expressões possam conhecer, como se acendrará adiante, uma vertente simultaneamente geográfica e social (gráfico 37).

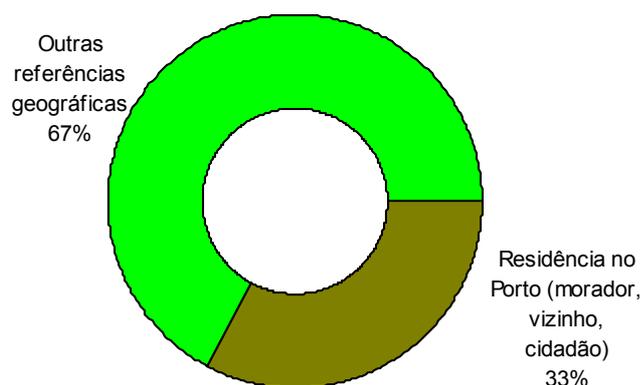


Gráfico 37 – As indicações conectadas com residência, no conjunto das referências geográficas dos sistemas antroponímicos (Porto, séc. XIV).

As restantes designações oferecem uma coordenada espacial que procura, como já se evidenciou, localizar geograficamente o exercício do desempenho sócio-profissional e/ou do estatuto do indivíduo, transportando, explicitamente, em quase todas as situações (84,09%), para o interior da cidade do Porto (ex: *tendeiro na cidade do Porto, juiz na cidade do Porto, clérigo do coro da Sé do Porto*, entre outros). Entretanto, não deixando de mencionar a urbe, algumas menções fazem-no de forma indirecta, aludindo a espaços que se situam no seu interior (ex: *advogado que foi na rua dos Mercadores, tesoureiro da Sé, cozinheiro da Sé*, entre outros). Outras, esporadicamente, fazem referências a espaços que se localizam fora do Porto, mas cujos indivíduos fazem parte do tecido social da cidade (ex: *natural de Guimarães, homem de Estêvão Eanes; tabelião da Feira*, entre outros).

Por conseguinte, reforça-se, mais uma vez, que a identificação dos indivíduos do Porto trecentista estava longe de descurar as coordenadas geográficas que, na sua

maioria (81,74%), remetiam, seja na forma de designativos, seja na forma de designações complementares, não tanto para o exterior, mas sim para o interior da urbe, centrando a atenção bem no meio dos mecanismos que diferenciam os indivíduos⁹³⁸. É o que se verifica com as designações complementares que, apontando um desempenho sócio-profissional e/ou estatuto, não prescindem da coordenada geográfica *do Porto*. É o que se apura, igualmente, com os complementos *morador do Porto*, *vizinho do Porto*, *cidadão do Porto*.

5.2.3 Referências geográficas e dinâmicas sociais

No seguimento do que foi explanado, importa, portanto, questionar os fundamentos e mecanismos que fomentaram tal dinâmica antroponímica. Porque é que metade das formas antroponímicas inventariadas se apoiam em coordenadas geográficas?

Com facilidade se obteria uma resposta se a maioria das indicações remetesse para fora da cidade do Porto, pois, como se referiu acima, elas testemunhariam, sobretudo, proveniências e/ou deslocamentos, distinguindo facilmente os indivíduos. Mas o que se acendra é precisamente o contrário, a maioria das indicações geográficas situam os indivíduos no interior da cidade.

Quadro 28
 Tipos de indicações geográficas conectadas com residência,
 nas designações complementares das formas antroponímicas
 (Porto, séc. XIV)⁹³⁹.

| Tipos de indicações geográficas – residência | Total global | % |
|---|--------------|-------|
| <i>Morador(a) na cidade do Porto</i> | 87 | 54,72 |
| <i>Cidadão(ã) da cidade do Porto</i> | 37 | 23,27 |
| <i>Vizinho(a) da cidade do Porto</i> | 24 | 15,09 |
| <i>Vizinho(a) e morador(a) na cidade do Porto</i> | 9 | 5,66 |
| <i>Cidadão(ã) e morador(a) na cidade do Porto</i> | 2 | 1,26 |
| Total global | 159 | 100 |

⁹³⁸ Cf. apêndices 28 e 30.

⁹³⁹ A feitura deste quadro teve por base as colações de todos os indivíduos e respectivas formas antroponímicas, cuja identificação recorre às susoditas menções – *morador(a) na cidade do Porto*; *cidadão(ã) da cidade do Porto*; *vizinho(a) da cidade do Porto*; *cidadão(ã) e morador(a) na cidade do Porto* e *vizinho(a) e morador(a) na cidade do Porto* –, tendo em consideração as coordenadas cronológicas. Cfr. apêndices 33, 34, 35, 36, 37 e 38.

Porquê, então, identificar, no coração da cidade, os indivíduos, enlaçando-os com a própria cidade ou com espaços no interior da mesma, especificando, por exemplo, uma residência ou o exercício de uma ocupação? Sendo todas as formas antroponímicas inventariadas respeitantes a indivíduos enraizados no Porto, todos eles teriam um elo com a cidade, quer pela residência, quer pela sua actividade sócio-profissional e/ou estatuto. Então porquê sublinhar esse elo em relação a certos indivíduos, omitindo-o na identificação de outros? Não seria suficiente fazer referência apenas à referida actividade ou estatuto, sem referir explicitamente a cidade ou um espaço da cidade?

Esta sequência de questões encontra uma resposta ao considerar-se que os referidos nomes de lugares e designações complementares imbuídas de uma componente toponímica não se esgotam na identificação do indivíduo enquanto ser singular, mas sim enquanto ser social e, conseqüentemente, enquanto ser colectivo. Com efeito, elas parecem assumir um objectivo duplo, procurando situar o indivíduo, não somente num espaço geográfico, mas também num espaço social, imbricando-os, de forma a que os indivíduos e a urbe se prestigiassem mutuamente. Realmente, não é de olvidar que a maioria das indicações incidiriam sobre indivíduos que terão ocupado patamares de relevo nos planos económico, administrativo, judicial e religioso do espaço urbano portuense, como por exemplo, a elite eclesiástica (por exemplo: *Martim Gonçalves, cônego de Cedofeita, morador na cidade do Porto*⁹⁴⁰; *Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto*⁹⁴¹), os oficiais públicos (por exemplo: *João Martins, escolar em Direito Canónico, morador na cidade do Porto e juiz ordinário pelo senhor rei na cidade do Porto*⁹⁴²; *João Bicorro, notário, morador na cidade do Porto*⁹⁴³) e alguns mercadores, (por exemplo: *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto*⁹⁴⁴; *João Martins, mercador, cidadão do Porto*⁹⁴⁵; *Vicente Martins, mercador, vizinho da cidade do Porto*⁹⁴⁶), entre outras ocupações, como, por exemplo, alfageme, alfaiate, almocreve, ferreiro, ourives, sapateiro, vinhateiro⁹⁴⁷. É justamente neste contexto que as menções *morador(a) do Porto, cidadão(ã) do Porto* e *vizinho(a)*

⁹⁴⁰ ADP, L. S., LXXXII, 36-45v. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴¹ ADP, L. O., XIV, 53; ADP, L. S., LXXIV, 250-259; LXXXVII, 25-33; XCVI, 7-17v. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴² ADP, L. S., LXXX, 144-146v, 303-311v; LXXXII, 24-29v. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴³ ADP, L. S., XC, 27v-29. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴⁴ ADP, L. S., LXXXVI, 156-162. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴⁵ ADP, L. S., LXXXIII, 32-36. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴⁶ ADP, L. S., XC, 100-111v. *Vid.* apêndice 49.

⁹⁴⁷ Cf. apêndices 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42 e 49.

do Porto parecem ganhar sentido⁹⁴⁸ (quadro 28), embora as ocupações dos indivíduos inventariados se mantenham na incógnita.

No cômputo geral, reúnem-se 159 indivíduos entrosados com aquelas três menções (quadro 28). Elaborada uma colação dos indivíduos designados por cada uma daquelas menções e suas variantes, tendo em consideração, sempre que possível, as diferentes formas antroponímicas utilizadas na identificação de cada indivíduo, apura-se que as ditas menções nem sempre se repetem, pois o que predomina é a variabilidade na forma de designar o indivíduo. Uma variabilidade cujos vectores se desconhecem, pois vislumbra-se que documentos diferentes, coordenadas e redactores diferentes convergem em diferentes formas de designar o mesmo indivíduo, umas vezes próximas (abreviadas), outras vezes distantes. É o que acontece, por exemplo, com *Afonso Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria, Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto, Domingos de Paranhos, cidadão do Porto* ou *Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado*⁹⁴⁹. Não obstante, não se deixam de observar, ainda que raramente, situações em que, independentemente do redactor, o indivíduo é identificado da mesma maneira⁹⁵⁰. Daqui resulta que o recurso às susoditas menções não assumem um carácter definitivo, pois não se encontravam enraizadas na identificação do respectivo indivíduo, podendo ou não ser omitidas, dependendo, certamente, de variadas circunstâncias.

Não obstante, é inquestionável que as referidas indicações remetem para homens e mulheres apegados à cidade do Porto, gente que se terá enraizado na cidade, residindo e subsistindo nela e com ela. Mas qual o significado exacto da cidade na identificação destes indivíduos?

A dificuldade em conhecer e avaliar o papel da cidade na identificação e individualização dos indivíduos não nega que o burgo do Porto ajudaria na referida identificação, dado que situava o indivíduo, oferecendo-lhe uma coordenada geográfica e social. A questão que surge é como era ela vista, sentida pelos que constituíam o tecido urbano e porque é que ela só envolve alguns indivíduos. Admite-se a existência de um elo recíproco entre a cidade e os que a nutrem. A cidade oferece aos indivíduos coordenadas, os indivíduos oferecem à cidade uma espécie de prestígio. Na realidade, verifica-se que cerca de 64% dos indivíduos identificados com as menções *morador do*

⁹⁴⁸ Cf. apêndices 33, 34, 35, 36, 37, 38, 49.

⁹⁴⁹ Cf. apêndice 33 e 49.

⁹⁵⁰ No apêndice 33, é o caso, por exemplo, de Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto ou de Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto. *Vid.* apêndice 49.

Porto e 41% dos que são designados com a menção *cidadão do Porto* são também identificados com outro tipo de referências, nomeadamente as que remetem para as actividades económicas (ex: *mercador, tendeiro, sapateiro, alfaiate, ourives*). O mesmo já não se afere em relação aos indivíduos identificados como sendo *vizinhos do Porto*⁹⁵¹, pois somente 16,7% deles são designados com uma referência sócio-profissional: *mercador, advogado, tendeiro*. Deste modo, os dados recolhidos parecem indiciar que as referidas menções, em particular as *morador do Porto* e *cidadão do Porto*, estariam conectadas com o posicionamento do indivíduo. Um posicionamento económico e, subsequentemente, social. No entanto, teriam elas a mesma significação? Seriam aquelas menções sinónimas?

Armindo de Sousa⁹⁵² defende que elas não o eram, pois indiciavam posicionamentos sociais e estatutos políticos diferenciados e hierarquizados.

A expressão *morador do Porto* é a mais frequente e remete para uma residência, para um indivíduo que morava na cidade, o que, obviamente, o distinguiu daqueles que nela não residiam. Se, inicialmente, foi sinónima de *vizinho*, paulatinamente os dois termos – *morador do Porto* e *vizinho do Porto* – foram-se distanciando para, nos finais da Idade Média, de acordo com Armindo de Sousa, a primeira referência se revestir de uma “vulgaridade sociológica”⁹⁵³, já que era comum recorrer àquele tipo de indicação na designação de alguém. Um indivíduo identificado como sendo *morador do Porto* corresponderia, portanto, a alguém que pura e simplesmente residia na cidade do Porto e que ainda não teria tido ou não teria aproveitado a oportunidade de se enraizar na cidade e de se afirmar económica e socialmente no espaço urbano do Porto, de tal forma que lhe pudesse abrir as portas do governo da cidade e conhecer um outro estatuto. Aquela expressão distingue assim os respectivos indivíduos daqueles que são identificados com as expressões *vizinho de* ou *cidadão de*. Maria Ângela Beirante⁹⁵⁴ refere que, em Évora, exactamente no mesmo período em que se enquadra esta pesquisa, as novas correntes migratórias promoveram uma distinção clara entre aqueles que eram apenas moradores na cidade, que ainda não tinham criado nela raízes, dos habitantes cujo arraigamento era bem mais profundo: os *vizinhos*.

A questão que se coloca é se a referida distinção entre as expressões *morador do Porto* e *vizinho do Porto* ou *cidadão do Porto* deve ser conectada com o magnetismo

⁹⁵¹ Cf. apêndices 33, 34 e 36.

⁹⁵² Sousa, 1995, 231. Cf. igualmente Durand, 1982, 144.

⁹⁵³ Sousa, 1995, 231.

⁹⁵⁴ Beirante, 1995, 578-579.

que a cidade do Porto exercia sobre a região circundante, atraindo gentes, ou se, ao contrário, deve ser imbricada na própria dinâmica social da cidade, entendida como “[...] l’organisme où confluent, se forment et se transforment toutes les élites”⁹⁵⁵

É uma questão de resposta agreste, já que é arduo traçar as correntes migratórias⁹⁵⁶ que tiveram como destino o Porto e é arduo, também, traçar os trilhos de vida dos indivíduos migrantes e os efeitos que a sua chegada e instalação na cidade provocaram na organização social da cidade⁹⁵⁷. É conveniente, no entanto, apurar o significado das expressões: *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto*.

Vizinho de é um termo associado aos diplomas dos séculos XII e XIII e é conotado com as cartas de foral, com as comunidades vicinais nas quais os “[...] moradores – os vizinhos do concelho – são dotados de maior ou menor autonomia administrativa”⁹⁵⁸. Trata-se de uma expressão que se imbrica em princípios de igualdade e de liberdade, já que a carta de foral de um burgo concedia aos moradores do respectivo território igualdade de direitos e de deveres, independentemente da sua condição social anterior, ao mesmo tempo que, ainda que sujeitos ao pagamento de um censo anual e a prestar serviços e pagar direitos senhoriais⁹⁵⁹, eram considerados homens livres. Numa comunidade concelhia, os *vizinhos* eram os que nela moravam⁹⁶⁰ e contribuíam e que, assim, procuravam garantir a paz e a “segurança dos seus bens, da sua família, da sua pessoa”⁹⁶¹. Estes – os *vizinhos* – diferenciavam-se dos simples *moradores*, os *não arreigados*⁹⁶², pois constituíam o grémio municipal e detinham, portanto, o direito de participar no governo⁹⁶³, embora, tal como refere Maria Helena Cruz Coelho⁹⁶⁴, nem todos conseguissem deliberar nas assembleias concelhias, somente aqueles com capacidade económica, militar e social. Ora, desde o século XII que, à semelhança de outros espaços urbanos⁹⁶⁵, o burgo portuense é uma comunidade de vizinhos e, na centúria em estudo, *vizinho da cidade do Porto* correspondia àquele que “podia comprar e vender livremente dentro do burgo sem ter de pagar imposto ao bispo [...], era todo o

⁹⁵⁵ Dutour, 2003, 178 e 187.

⁹⁵⁶ Cf., por exemplo, sobre este assunto, López Carreira, 1999, 183-189.

⁹⁵⁷ De lembrar aqui os ressentimentos colocados a nú nas vereações de 10 de Junho de 1402, de acordo com os quais a boa ordem pública assente nos laços de parentesco tendia a desaparecer fruto da fixação de estrangeiros na cidade, como era o caso de Pedro Álvares da Galiza (Cruz, 1973, 178-179).

⁹⁵⁸ Soares, 1984, 137. Cf., igualmente, Coelho, 1990, I, 209-211.

⁹⁵⁹ Soares, 1984, 137; Mattoso, 1985, 348-349; Coelho, 1996, 558-559, 565.

⁹⁶⁰ Gonçalves, 1989, 359-360, 362-405.

⁹⁶¹ Coelho, 1996, 560.

⁹⁶² Torres, 1984, 340-341.

⁹⁶³ Soares, 1962-1965b, 342.

⁹⁶⁴ Coelho, 1996, 562. Veja-se também o que aponta Cruz, 1973, 102-103.

⁹⁶⁵ Como, por exemplo, os espaços urbanos da Galiza (López Carreira, 1999, 189-192).

que gozasse dos privilégios do foral⁹⁶⁶. Em contrapartida, o *vizinho* tinha de ter casa manteúda na cidade e residir nela, no mínimo, durante três meses no ano, como refere Torcato Soares⁹⁶⁷. Assim, quando se encontra, nos documentos do Cabido, a expressão mista *vizinho e morador no Porto*, parece que se é confrontado com uma redundância, considerando que no termo *vizinho* estaria implícita a residência. Aquela indicação – *vizinho e morador no Porto* – mostra simplesmente que nem sempre tal correspondia à realidade, pois é conhecido o descontentamento de Gaia e Vila Nova, que acusavam o Porto de aceitar como *vizinhos* indivíduos que não eram residentes na cidade, para já não falar dos *vizinhos de fora* ou *de soldo*⁹⁶⁸. O que certamente estaria associado à vocação marítima e comercial da cidade *do Porto*, que não somente atraía gentes como, por sua vez, dificultaria a alguns *vizinhos* a fixação na urbe⁹⁶⁹. A indicação composta *vizinho e morador do Porto* acaba por se aproximar da expressão *cidadão do Porto*, dado que, segundo Armindo de Sousa, a segunda correspondia ao *vizinho morador*⁹⁷⁰, apesar de se identificar um casal que é designado com a menção mista *cidadão morador (Afonso Lourenço e Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadãos e moradores na cidade do Porto*⁹⁷¹).

Considerando as matizes sociais que caracterizavam a comunidade de *vizinhos* e o facto de que, num concelho, havia uns que mereciam maior estima social⁹⁷² do que outros, aos quais era concedido o poder político⁹⁷³, considera-se que *cidadão do Porto* corresponderia ao *vizinho morador* na cidade, àquele que não tinha somente direitos civis, mas também direitos políticos⁹⁷⁴ efectivos. É certo que não foi detectada nenhuma situação em que o mesmo indivíduo tenha sido designado, alternadamente, *vizinho* e *cidadão*, indiciando que as duas menções seriam próximas. Contudo, é inequívoco que um *cidadão do Porto* seria, efectivamente, um habitante da cidade do Porto⁹⁷⁵. Um habitante que, no entender de Armindo de Sousa, constituiria uma oligarquia burguesa⁹⁷⁶, uma elite entre as variadas “elites” urbanas medievais da Europa cristã⁹⁷⁷, cuja supremacia se sustentava no entrosamento entre capacidade e sucesso económico,

⁹⁶⁶ Sousa, 1995, 231.

⁹⁶⁷ Soares, 1962-1965b, 341.

⁹⁶⁸ Sousa, 1995, 233; Soares, 1962-1965b, 341.

⁹⁶⁹ Em sintonia com o que afirma Ruy de Abreu Torres (Torres, 1984, 340-341). *Vid.* também Torcato Soares (1962-1965b, 341).

⁹⁷⁰ Sousa, 1995, 231.

⁹⁷¹ ADP, L. S., LXXXVIII, 94-103; XCVII, 141-154. Cf. apêndice 48, CRI V.

⁹⁷² Dutour, 1997, 312-313, 317-318; Armas Castro, 1992, 197.

⁹⁷³ Coelho, 1996, 561-562; Braunstein, 1997, 30-31.

⁹⁷⁴ Silva, 2002, II, 184.

⁹⁷⁵ No que diz respeito a Évora, Maria Ângela Rocha Beirante refere que, desde o século XIII, se vê emergir, no interior dos homens bons da cidade dois grupos sociais dominantes: os fidalgos e os cidadãos (Beirante, 1995, 565).

⁹⁷⁶ Sousa, 1993, 397, 408-409

⁹⁷⁷ Cf. a este respeito, Le Goff, 1997, 448, 450-453.

prestígio social e exercício do poder político⁹⁷⁸, tal como testemunham as fichas biográficas dos homens de poder municipal portuense na centúria seguinte de Quatrocentos⁹⁷⁹. Assim, a referida expressão – *cidadão do Porto* – definiria não somente um estatuto económico e fiscal, sublinhado por Damião Peres⁹⁸⁰, como também atribuiria ao indivíduo uma capacidade e responsabilidade política, abrindo-lhe as portas ao exercício do governo da cidade⁹⁸¹, promovendo o que Adelaide Costa refere como “selecção natural dos portuenses”⁹⁸². Tratar-se-ia, portanto, de um habitante com capacidade política que podia assistir e votar nas assembleias municipais e que seria capaz de exercer, diligentemente, o governo da cidade, cuidando do bem comum⁹⁸³, dos interesses e destinos da cidade como se fossem os seus⁹⁸⁴, garantindo, por exemplo, o bom abastecimento da cidade e a manutenção da ordem pública, duas das suas maiores preocupações⁹⁸⁵. Alguém que certamente se encontrava enraizado na comunidade e cujo desafogo económico, em pleno século XIV, despertaria e cativaria a atenção e interesses da mesma, permitindo-lhe a urdidura de teias, de clientelas⁹⁸⁶, à semelhança do espaço urbano eborense⁹⁸⁷. Alguém, afinal, que podia muito bem vir a ser designado de *homem bom*⁹⁸⁸ e que, pela sua idoneidade e honradez, podia ser nomeado nos livros de vereações para desempenharem os diferentes ofícios municipais, como mandava D. João I, em 1391⁹⁸⁹. Seria, portanto, alguém que podia vir a beneficiar amplamente das diferentes oportunidades oferecidas pelo espaço urbano, como sublinha Thierry Dutour⁹⁹⁰, em relação às elites urbanas.

⁹⁷⁸ Sousa, 1995; Sousa, 1983, 11, 20, 23-24, 40-41, 62, 68; Sousa, 1993, 403, 412; Homem, 1988, 132; López Carreira, 1999, 266-268; Crouzet-Pavan, 1997, 14-15; Braunstein, 1997, 31-32; Jansen, 1997, 209; Dutour, 1997, 310-311; Le Goff, 1997, 445.

⁹⁷⁹ Costa, 1993, 121-169.

⁹⁸⁰ Peres, 1962-1965, 41-45.

⁹⁸¹ Maria Helena da Cruz Coelho sublinha o facto de as cidades medievais portuguesas serem governadas por homens que, por sua vez, acumulavam um poder económico, político e social (Coelho, 1990, I, 38). Cf. também, Jaime Cortesão (Cortesão, 1984, 132), Armindo de Sousa (1983, 12) e Philippe Braunstein (1997, 31-32); Oliveira Marques (1987, 265).

⁹⁸² Costa, 1993, 32.

⁹⁸³ A defesa do bem comum é, segundo Jacques le Goff, a tónica central da ideologia urbana em relação ao comportamento das elites urbanas (Le Goff, 1997, 446).

⁹⁸⁴ A este respeito, é interessante reter aqui como, nas cidades alemãs, no final da Idade Média, os interesses e destinos dos indivíduos que pertenciam às elites urbanas se entrelaçavam com os da cidade, como é o caso, em Augsburg, de Burkard Kirk e, em Nuremberga, de Ulman Stromer. Ambos, o primeiro, por meio de uma autobiografia, o segundo, redigindo uma espécie dos livros de recordança italianos, fundiram os destinos da cidade com os seus ou, no caso de Ulman Stromer, com os da sua linhagem. (Moeglin, 1997, 351-357. Cf., igualmente, Armas Castro, 1992, 195).

⁹⁸⁵ Cruz, 1973, 101-105; Moreno, 1986, 178-179.

⁹⁸⁶ Em relação a este assunto, importa lembrar as reflexões de Thierry Dutour (2003, 58-59, 149), quando afirma que, entre os múltiplos critérios de distinção social dos indivíduos nas cidades medievais, se encontra a detenção de riqueza económica associada, por sua vez, ao crescimento da dinâmica urbana.

⁹⁸⁷ Beirante, 1995, 566-567, 569-570.

⁹⁸⁸ Oliveira, 1962-1965, 164; Soares, 1962-1965a, 340-341; Peres, 1962-1965, 99, 102; Durand, 1982, 144-146; Marques, 1987, 266, 275; Gonçalves, 1989, 417-418, 422-423; Sousa, 1983, 64; Sousa, 1993, 408-410; Sousa, 1995, 208-209; Costa, 1993, 32; Beirante, 1995, 565, 569-570; Armas Castro, 1992, 193-194; López Carreira, 1999, 255, 264; Crouzet-Pavan, 1997, 18; Le Goff, 1997, 448.

⁹⁸⁹ Soares, 1962-1965b, 369; Peres, 1962-1965, 98.

⁹⁹⁰ Dutour, 2003, 201-202, 209-210 e Dutour, 1997, 310-311.

Nesta sequência de ideias, depreende-se então que a expressão *morador do Porto* adquire uma acepção distinta e mais vulgar que os termos *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto*. Enquanto a primeira surge isolada ou em associação com as outras, estas últimas não aparecem nenhuma vez combinadas entre si⁹⁹¹. Pressente-se, assim, que estas indicações, embora conhecessem uma significação próxima, acabam por especificar não apenas hierarquias, mas também um processo evolutivo. No Porto trecentista elas tocam-se, entrelaçam-se, mas enquanto uma vem de tempos anteriores (sécs. XII e XIII), a outra parece assumir, no séc. XIV, os seus primeiros contornos. Elas parecem constituir sobretudo um ponto de chegada e um ponto de partida.

Ponto de chegada e ponto de partida que captariam o “momento” a partir do qual, gradualmente, as cartas de foral foram perdendo sentido, o poder senhorial foi gradualmente confrontado com o fortalecimento e maior organização do poder central⁹⁹², os municípios lutaram pelos seus direitos e emancipação, os espaços sociais urbanos se tornaram mais complexos com o desenvolvimento das actividades mesterais e comerciais⁹⁹³ e com a organização e afirmação do poder municipal⁹⁹⁴. Deste modo a expressão *cidadão do Porto* seria, no século XIV, uma versão “moderna” da expressão *vizinho do Porto*, porque anunciava a organização social portuense dos tempos subsequentes, na qual, gradualmente se falava, não tanto de *vizinhos*, mas sim de *cidadãos* que, gozando de múltiplos privilégios, na prática, pouco se distinguiam dos *fidalgos*⁹⁹⁵.

Assim, incidindo o nosso olhar sobre a cidade do Porto, as expressões *morador do Porto*, *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto*, entrosadas na antroponímia, acabam por indiciar traços da organização social daquela urbe, esboçando hierarquias de prestígio e de poder que estariam entrosadas com o desempenho político, administrativo e económico dos indivíduos no burgo. Deste modo, paulatinamente, a atenção foi sendo deslocada do universo geográfico para o universo das dinâmicas sociais, centrando a atenção sobre elas e anunciando a próxima etapa de análise.

⁹⁹¹ Cf. apêndices 33, 34, 35, 36, 37 e 38.

⁹⁹² Mattoso, 1985, 99-119, 132-151.

⁹⁹³ Cf.: Soares, 1989, 81-95, 105-136, 145-180; Soares, 1962-1965a, 322-333; Soares, 1962-1965b, 334-371; Coelho, 1996, 282-285; López Carreira, 1999, 218-225.

⁹⁹⁴ Sousa, 1983, 10-12, 20; López Carreira, 1999, 197-199, 277-279, 285-295; Cortesão, 1984, 99-103, 132.

⁹⁹⁵ Sousa, 1993, 397; Rodrigues, 1994, p. 158-159; Silva, 1995, 322-327; Peres, 1962-1965, 41-42; Barros, 2003, 123; Brito, 1997, 409-410; López Carreira, 1999, 190, 197-199, 273; Crouzet-Pavan, 1997, 18-19, 25; Le Goff, 1997, 446.

6. AS REPRESENTAÇÕES ANTROPONÍMICAS E O ESPAÇO SOCIAL

A leitura da tela antroponímica em análise depende em muito das matizes difundidas pelo espaço social que a envolve, na medida em que nele se encontra todo um colorido que não podia deixar de se manifestar na identificação dos indivíduos, emprestando à antroponímia variadas e múltiplas tonalidades. Importa, portanto, apreciar até que ponto os posicionamentos e categorias sociais, isolados ou em articulação com os vectores documentais ou geográficos, se entrosam no seio da referida tela.

Como se teve já oportunidade de mencionar, a exploração prosopográfica permitiu que os indivíduos saíssem um pouco do anonimato em que se encontravam mergulhados, conduzindo, num total de 2112 formas antroponímicas, à individualização de 967 indivíduos com raízes no Porto, na centúria de Trezentos. Tendo em conta as estimativas da população do Porto nas últimas centúrias da Idade Média, que apontam para um núcleo urbano que não terá ultrapassado os 4000 habitantes⁹⁹⁶, poder-se-á, então, afirmar que o conjunto daqueles indivíduos corresponderia, aproximadamente, a um quarto da referida população que, por sua vez, não obstante a cumplicidade que a unia à cidade, conhecia, no seu interior, múltiplos posicionamentos sociais. Um conjunto de pessoas que tem muito a dizer e cuja riqueza e clareza do seu discurso depende, em parte, também da forma como se posiciona o *olhar* perscrutador.

Ora, de acordo com o que se já delineou e em concordância com o que se atestará nas etapas de análise que se seguem, este estudo tem vindo a propor, paulatinamente, mais do que um determinado tipo de abordagem. Perspectivaram-se aquelas pessoas no enquadramento dos documentos, perspectivaram-se, também, aquelas pessoas em conexão com um espaço geográfico. Mas, como já se deixou nas entrelinhas, existem ainda outras perspectivas de observação que, aliás, não se esgotarão na análise antroponímica que aqui se desenvolve.

⁹⁹⁶ Sousa, 1995, 159-160, 188-193.

Sem deixar de ter presente o carácter enriquecido e fragmentário dos dados, propõe-se, neste momento, que se incida o *olhar* na tela antroponímica em estudo em função de uma dualidade; a que coloca frente a frente os indivíduos do sexo feminino e os do sexo masculino. É certo que este confronto já foi considerado, aquando do estudo do primeiro designativo, mas, agora, ele pode ir um pouco mais além, procurando, nos outros elementos onomásticos e nas suas dinâmicas, as *representações* antroponímicas dos posicionamentos e relações entre o feminino e o masculino.

6.1 Feminino⁹⁹⁷ versus Masculino

Em primeiro lugar, é de reter o androcentrismo da documentação que deixa muito pouco espaço à presença feminina, atendendo a que, a proporção de mulheres fica inequivocamente aquém da dos homens (gráfico 38), correspondendo, por exemplo, à percentagem encontrada nos documentos fiscais de Paris nos últimos anos do século XIII (1292, 1297 e 1300)⁹⁹⁸. Este protagonismo do masculino não é, aliás, de todo estranho à documentação medieval⁹⁹⁹, seja ela portuguesa continental, como a de Guimarães¹⁰⁰⁰, Grijó-Arouca¹⁰⁰¹, Alcobaça¹⁰⁰² e Alentejo¹⁰⁰³, seja ela portuguesa insular, nos séculos XV e XVI¹⁰⁰⁴, seja ela de outras regiões europeias, como os espaços ibéricos¹⁰⁰⁵ ou o território francês¹⁰⁰⁶. Contudo, é importante tê-lo em consideração já que, à semelhança do apontado por Iria Gonçalves para as terras alcobacenses¹⁰⁰⁷ e

⁹⁹⁷ Cf. apêndice 39.

⁹⁹⁸ Bourlet, 1992, 11.

⁹⁹⁹ Fossier, 1981, 171, 173; Klapisch-Zuber, 1989, 193-194; Labarge, 1989, 13; Klapisch-Zuber, 1990, 8, 10-11, 54-57; Klapisch-Zuber, 1993a, 16-20; Opitz, 1993, 353-354; Cannon, 1999, 156-157.

¹⁰⁰⁰ Ferreira, 1989, 195-197.

¹⁰⁰¹ Na documentação de Grijó e a Arouca a presença feminina é bastante inferior à da masculina (Durand, 1995a, 107).

¹⁰⁰² Gonçalves, 1988b, 114.

¹⁰⁰³ Gonçalves, 1988a, 77.

¹⁰⁰⁴ Nunes, 1999, 3.

¹⁰⁰⁵ É, na realidade, o que acontece com os documentos medievais de toda a Espanha, quer na Galiza (Portela Silva, 1995, 24-25; González Vásquez, 1995, 52) quer noutras regiões como na área de Bierzo (Rodríguez González, 1995, 79-80), nas Astúrias (Suárez Beltrán, 1995, 123), em terras leonesas (Martínez Sopena, 1995b, 157), em Burgos (García De Cortazar, 1995b, 236; 251, 257), em Aragão (Laliena Corbera, 1995, 324), na Cantábria (Montenegro Valentín, 1995, 184, 201) e entre a Cantábria e o Ebro, (García De Cortazar, 1995a, 210, 227). De referir, por exemplo, que, na Galiza, nos documentos do Mosteiro do Sobrado (entre os séculos X e XIII), a proporção de masculinidade dos documentos é de 7 para 1, equivalendo a participação feminina a 12% (Portela Silva, 1995, 24-25), enquanto que nos actos escritos relativos ao Mosteiro de Samos, a apresenta feminina equivale a 18% contra os 84% da presenta masculina (González Vásquez, 1995, 52). Consultar igualmente Maria Carmen Pallares Méndez (1993a, 9-13).

¹⁰⁰⁶ O mesmo protagonismo é visível na documentação de diversas regiões francesas, como, por exemplo, na Bretanha, entre os séculos XI e XIII (Chedeville, 1992, 38), em Paris, nos finais do século XIII (Bourlet, 1992, 11), em Blois, em 1334 (Sauvage, 1992, 46-47), na Borgonha, entre o séc. X e XIV (Beck, 1990, 63; Beck, 1992bb, 89) e no Baixo Languedoc (Bourin, 1992f, 152).

¹⁰⁰⁷ Gonçalves, 1988b, 114.

alentejanas¹⁰⁰⁸, ele resulta em amostras bastantes díspares, limitando, logo à partida, o confronto feminino – masculino.

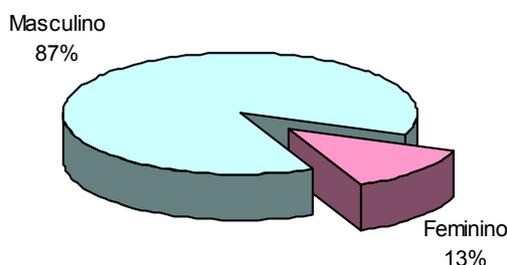


Gráfico 38 – Proporção de indivíduos em função da dicotomia feminino-masculino (Porto, séc. XIV).

Limita, mas não impede¹⁰⁰⁹ uma aproximação aos comportamentos antroponímicos femininos, pois a amostra recolhida, ainda que frágil, é passível de alumiar algumas particularidades. É preciso, no entanto, tal como refere Monique Bourin, alguns cuidados, como o de avaliar a proporção das mulheres relativamente aos homens, o de analisar o tipo de participação nos documentos em que elas se enquadram e o de averiguar se elas participam sozinhas ou acompanhadas¹⁰¹⁰.

6.1.1 Participação nos documentos

Em sintonia com a realidade apresentada pelos actos escritos dos Mosteiros do Sobrado (Galiza) e de S. Pedro de Montes (Bierzo), nos quais é visível, entre os séculos X e XIII, uma evolução no sentido de um afastamento das mulheres da participação como testemunhas¹⁰¹¹, observa-se que, nos actos escritos do Cabido da Igreja do Porto, na centúria de Trezentos, as mulheres jamais participavam como *testemunhas* e muito menos como *redactores*. De facto, as quatro mulheres *testemunhas* contabilizadas no quadro 29 não são, na prática, testemunhas do respectivo acto escrito, mas antes

¹⁰⁰⁸ Gonçalves, 1988a, 77.

¹⁰⁰⁹ Michaud-Frejaville, 1990, 101; Chareille, 1992, 249.

¹⁰¹⁰ Bourin, 1992e, 5.

¹⁰¹¹ Portela Silva, 1995, 41-42; Rodríguez González, 1995, 95-96.

testemunhas inquiridas¹⁰¹². O mesmo afastamento das mulheres era também visível, segundo S. Suárez Beltrán¹⁰¹³, nas Astúrias, nos séculos X, XI e XII, e estava conectado com a diminuta importância que as mulheres conheciam nos actos jurídicos que, como se sabe, eram protagonizados essencialmente por homens. Estima-se que, em terras castelhanas, o desaparecimento da participação feminina no desempenho de testemunha, entre os séculos X e XIII, esteve associado, entre outros vectores, aos códigos de leis como *Las Partidas*, *El Fuero Real* ou *El Espéculo*, que iam no sentido de uma sociedade profundamente masculina¹⁰¹⁴.

Quadro 29

A participação feminina e masculina nos documentos do Cabido (Porto, séc. XIV).

| Tipos de Participação | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|-----------------------|----------|-------|-----------|-------|----------------------|-------|
| <i>Principais</i> | 54 | 35,76 | 361 | 25,79 | 415 | 26,76 |
| <i>Nomeados</i> | 93 | 61,59 | 427 | 30,5 | 520 | 33,53 |
| <i>Testemunhas</i> | 4 | 2,65 | 497 | 35,5 | 501 | 32,30 |
| <i>Redactores</i> | | | 115 | 8,21 | 115 | 7,41 |
| Total global | 151 | 100 | 1400 | 100 | 1551 ¹⁰¹⁵ | 100 |

A fraca presença das mulheres no seio das *testemunhas* sublinha, de acordo com Monique Bourin¹⁰¹⁶, por um lado, o carácter público daquele tipo de participação e, por outro, o enquadramento das mulheres, não na vida pública, mas sim no ambiente privado¹⁰¹⁷. Não obstante em Portugal desconhecer-se quais os vectores conjunturais que potenciaram o afastamento das mulheres do papel de testemunhas, se se considerar que, à semelhança de Castela, a legislação régia terá contemplado algumas daquelas directrizes, poder-se-á admitir que o referido afastamento é uma realidade na documentação em análise.

¹⁰¹² A 10 de Abril de 1319, o Nicolau Pais, almoxarife do rei na cidade do Porto manda a Martinho Domingues, procurador do concelho, que não embargue ao bispo e Cabido a posse das colheiras que serviam para medir o pão que entrava na cidade pela foz. Este mandato é documentado por uma carta de D. Dinis e uma Inquirição, na qual um grupo de testemunhas nomeadas pelo deão é inquirido, constando nele quatro mulheres: Maria Peres, mulher de João Eanes Gago; Maria Pota(?); Francisca Gonçalves, mulher de Domingos Soletto(?); Marinha Peres a colheira (ADP, Livro das Sentenças, LXXX, fls. 269-278). *Vid.* apêndice 12, número onze e Cf. apêndice 49.

¹⁰¹³ Suárez Beltrán, 1995, 123.

¹⁰¹⁴ Portela Silva, 1995, 42; González Vásquez, 1995, 66; Rodríguez González, 1995, 95; Pallares Méndez, 1993^a, 15-21. Cf., a este respeito, ainda, Klapisch-Zuber, 1993b, 27.

¹⁰¹⁵ Identificaram-se dois casos em que se desconhece se é um indivíduo do sexo masculino ou feminino. Assim, em vez de, neste quadro, se contabilizarem 1553 indivíduos, reúne-se 1551.

¹⁰¹⁶ Bourin, 1992f, 153; Bourin, 1992g, 207.

¹⁰¹⁷ Coelho, 1990, I, 37-38, 47, 50; Régner-Bohler, 1990, 88-89; Casagrande, 1993, 135-136; Pallares Méndez, 1993a, 91-108; Klapisch-Zuber, 1996, 479; Goldeberg, 1999, 66-69; Dronzek, 2003, 65-66, 71.

Verifica-se, então, que, nos actos escritos do Cabido do Porto, mais de metade da participação feminina é enquadrada entre os *nomeados* (quadro 29), assumindo sobretudo a função de ajudar a identificar um indivíduo ou a localizar uma determinada propriedade, ao contrário do que se apurou na documentação de Grijó e de Arouca¹⁰¹⁸, ou da região do Baixo Languedoque, em França¹⁰¹⁹, nos quais a participação feminina se resumia praticamente à parte principal. Constata-se que as restantes mulheres desempenharam, igualmente, um papel na parte principal (quadro 29), protagonizando sobretudo em cartas de locação, doação, venda, escambo e cláusulas de testamentos.

Efectivamente, a sua presença é realmente bem mais forte entre o referido tipo de documentos de natureza económica¹⁰²⁰ do que nos actos escritos de natureza mais jurídica, sendo de lembrar que, enquanto os primeiros procuravam, sobretudo, a gestão e ampliação do património, os segundos, como, por exemplo, as sentenças, incidiam na salvaguarda de direitos, prerrogativas e património do Cabido. O que, em parte, justifica o ligeiro aumento dos níveis de participação feminina nos actos escritos dos últimos 25 anos da centúria de Trezentos, precisamente o período, em que, como já se salientou¹⁰²¹, corresponde a uma maior incidência daqueles actos escritos (gráfico 39). Não é que os documentos respeitantes à salvaguarda não possuam referências a mulheres, o que acontece é que a participação delas revela-se neles bem mais parca. Um indício, portanto de que, embora a presença feminina fosse ofuscada pela masculina, a mulher se encontrava presente e não era excluída dos actos de carácter económico, em sintonia, aliás, com os variados testemunhos que a historiografia portuguesa tem vindo a recolher em relação à participação da mulher na criação de riqueza, isto é, no trabalho, nomeadamente no abastecimento da cidade e no artesanato¹⁰²².

É possível ainda observar como, independentemente do número reduzido de registos antroponímicos femininos, o seu cômputo vai variando ao longo do século, sendo os segundo e último quartéis os que conhecem efectivos mais elevados. Estes, no decorrer do século, parecem entremostrear uma tendência para crescer, ainda que, no terceiro quartel – os anos do “alvoroço” –, eles não deixem de sentir também uma quebra (gráfico 39).

¹⁰¹⁸ Durand, 1995a, 107-108.

¹⁰¹⁹ Bourin, 1992f, 155.

¹⁰²⁰ De referir que, à medida que se avançou na Baixa Idade Média, o papel as mulheres cidadinas, na vida económica, conheceu uma importância crescente (Coelho, 1990, I, 38-48; Opitz, 1993, 377, 390-393, 395-397; Leyser, 1995, 173-174).

¹⁰²¹ *Vid.*, no presente estudo, na parte I, o ponto 2, a partir da p. 47.

¹⁰²² Coelho, 1990, I, 37-38, 40-43, 44-47, 49-50; Melo, 2003, 253-269.

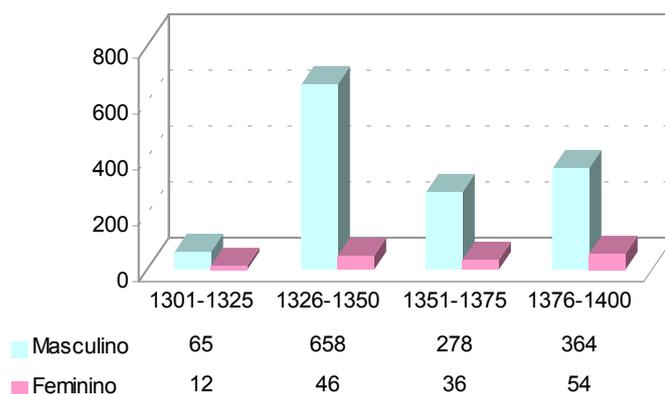


Gráfico 39 – A distribuição temporal da participação feminina e masculina¹⁰²³
(Porto, séc. XIV).

Os últimos vinte e cinco anos constituem o período em que as mulheres parecem ter participado um pouco mais nos documentos. Todavia, relativamente à participação masculina, a proporção de mulheres é sempre bastante inferior, sendo o primeiro e o último quartéis os que registam níveis ligeiramente mais elevados, equivalendo, respectivamente, a 15,5% e a 13% do total de participações.

6.1.2 Peculiaridades da antroponímia feminina

Ao contrário dos séculos anteriores – entre os sécs. IX e XIII, nos quais, salvo algumas exceções e variações regionais, os sistemas antroponímicos femininos da Europa ocidental se diferenciavam dos masculinos, ao sustentar-se de um único nome acompanhado por uma indicação familiar¹⁰²⁴ –, apura-se, neste estudo que, apesar do forte desequilíbrio entre a participação feminina e masculina, a identificação das mulheres vai ao encontro da tela antroponímica em estudo e, extraordinariamente, parece seguir de muito perto a identificação dos homens. Realmente tal como na antroponímia masculina, um substancial conjunto de mulheres é identificado com o sistema antroponímico mais em voga, o sistema IV.1¹⁰²⁵. Este chega a merecer um maior relevo na identificação feminina, já que envolve cerca de 67% das mulheres,

¹⁰²³ De notar que, neste gráfico, não foram considerados os casos que continuam a merecer dúvidas, no que diz respeito quer à localização temporal, quer à definição se o indivíduo é do sexo feminino ou masculino. Equivalendo os primeiros a 38 e os últimos a 2 casos, os totais apresentados correspondem, não ao total de participações inventariadas (1553), mas sim ao total de participações em que foi possível a localização temporal e a diferenciação sexual (1513).

¹⁰²⁴ Bourin, 1992e, 2, 7; Bourin, 1992f, 167.

¹⁰²⁵ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

enquanto que, no seio dos homens, não chega a designar metade dos indivíduos (44%). Assim, tanto na onomástica feminina como na masculina, a identificação era sustentada na sua esmagadora maioria pelos sistemas antroponímicos ditos complexos, e, entre estes, o sistema IV.1¹⁰²⁶ não deixa ser o mais favorecido (quadro 30).

Quadro 30
Os sistemas antroponímicos (SA) e a diferenciação sexual (Porto, séc. XIV).

| SA ¹⁰²⁷ | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|--------------------|----------|-------|-----------|-------|---------------------|-------|
| I. | 2 | 1,63 | 7 | 0,84 | 9 | 0,94 |
| II. | 8 | 6,50 | 28 | 3,34 | 36 | 3,75 |
| III. | 12 | 9,76 | 110 | 13,13 | 122 | 12,70 |
| IV. 1 | 82 | 66,67 | 370 | 44,15 | 452 | 47,03 |
| IV. 2 | 6 | 4,88 | 159 | 18,97 | 165 | 17,17 |
| IV. 3 | 2 | 1,63 | 131 | 15,63 | 133 | 13,84 |
| IV. 4 | | | 8 | 0,95 | 8 | 0,83 |
| IV. 5 | | | 11 | 1,31 | 11 | 1,14 |
| V. | 11 | 8,94 | 14 | 1,67 | 25 | 2,60 |
| Total global | 123 | 100 | 838 | 100 | 961 ¹⁰²⁸ | 100 |

A antroponímia feminina da cidade do Porto, no século XIV, apoiava-se, portanto, fortemente, na articulação entre dois designativos – um nome próprio e um patronímico – e uma designação complementar¹⁰²⁹. Verifica-se assim que, na antroponímia feminina, os sistemas I¹⁰³⁰ e II¹⁰³¹ eram esporádicos. Em contrapartida, de acordo com o que foi referido, mais de três quartos (82,25%) das mulheres eram identificadas com um segundo designativo. Deste modo, a antroponímia feminina da cidade do Porto mostra-se bem mais simples e conservadora que a masculina, pois, se omitirmos o sistema mais em voga (IV.1)¹⁰³², a proporção de utilização dos sistemas complexos é bem mais visível entre os homens (36,74%) do que entre as mulheres (15,32%). A denominação feminina seria, realmente, menos receptiva a práticas antroponímicas mais variadas e complexas. Idênticos traços de resistência à mudança e novidade foram também observados na antroponímia feminina, em séculos anteriores, aquando da evolução do

¹⁰²⁶ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

¹⁰²⁷ *Ibidem*.

¹⁰²⁸ O cômputo aqui apresentado não tem em consideração os casos que suscitam dúvidas, quer no que diz respeito ao género do indivíduo, quer em relação ao sistema. Deste modo, em vez dos 967 indivíduos identificados, apresentam-se aqui 961.

¹⁰²⁹ Cf. apêndice 39.

¹⁰³⁰ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

¹⁰³¹ *Ibidem*.

¹⁰³² *Ibidem*.

sistema simples para o duplo, como, por exemplo, na Cantábria¹⁰³³, na Catalunha¹⁰³⁴, e em França¹⁰³⁵, onde, não obstante algumas variações regionais e temporais, o sistema duplo feminino parece afirmar-se apenas durante o século XIII. Tal conservadorismo está essencialmente entrosado com o facto de, ao contrário do que se atestou no universo antroponímico masculino, a identificação feminina ser enquadrada na família, na esfera do privado onde a figura masculina é uma referência.

6.1.3 Na sombra e em torno do masculino

Tal como acontece, por exemplo, na documentação da Bretanha, entre os sécs. XI e XIII¹⁰³⁶, é de sublinhar que as mulheres raramente se encontram sozinhas, dado que, como se verá adiante, na maioria dos casos elas actuam na sombra do marido¹⁰³⁷, constituindo, nas palavras de Monique Bourin, uma “partie principale secondaire”¹⁰³⁸. É verdade que, à semelhança do que acontece, por exemplo, no Mosteiro de S. Pedro de Monte (Bierzo)¹⁰³⁹, se detectam algumas situações em que as mulheres – viúvas na maior parte dos casos –, participam sozinhas e, portanto, constituem a “partie principale première”¹⁰⁴⁰. Todavia, mesmo nestes casos, são sempre referenciadas em função das suas relações de parentesco, identificando-se o marido defunto¹⁰⁴¹ e, no caso de se terem

¹⁰³³ Embora num contexto antroponímico e social distante do que aqui se apresenta, a antroponímia feminina da Cantábria nos séculos IX a XII, mostrava-se também ela simples e avessa à evolução e à complexidade das formas antroponímicas (Montenegro Valentín, 1995, 190-191).

¹⁰³⁴ A evolução dos comportamentos antroponímicos da Catalunha, entre os sécs. X e XII, mostra que a denominação dupla foi essencialmente masculina e laica (Zimmermann, 1995, 362 e 363). Luís To Figueras aponta no mesmo sentido ao centrar a atenção na evolução do sistema antroponímico nos condados da Catalunha (To Figueras, 1995, 379).

¹⁰³⁵ Bourin, 1992g, 208-217.

¹⁰³⁶ Chedeville, 1992, 38-39.

¹⁰³⁷ É o que acontece, a título de exemplo, com Maria Martins, mulher de Afonso Domingues (mercador morador na cidade do Porto) (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175; ADP, *L. S.*, XCVIII, 72-80v); Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 83-86v); Aldonça Eanes, filha que foi de João Cabraes e de Aldonça Mateus (cidadãos que foram da cidade do Porto) (ADP, *L. S.*, LXXIV, 65-68; 187-192); Maria Afonso, mulher de João Gomes (corretor, morador na rua dos Trapeiros, em Cimo de Vila) (ADP, *L. S.*, LXXXII, 30-35); Senhorinha Lourenço, mulher de Teiso (sic) (mercador) (ADP, *L. S.*, LXXIV, 132-138); Maria Eanes, mulher de João Afonso (filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto) (ADP, *L. S.*, LXXVI, 39-51v); Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melacho], vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros (ADP, *L. S.*, LXXIX, 49-53v); Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, XCVII, 141-154); Joana Peres, mulher de Domingos Geraldês, cidadã do Porto (ADP, *L. S.*, LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172); Inês Afonso, esposa de Rui Peres (ADP, *L. S.*, XCIX, 15-20v), entre outras situações, como as mulheres destinatárias das cartas de emprazamento sempre precedidas pelos seus maridos. *Vid.* apêndice 49.

¹⁰³⁸ Bourin, 1992f, 155.

¹⁰³⁹ Rodríguez González, 1995, 95.

¹⁰⁴⁰ Bourin, 1992f, 155-156.

¹⁰⁴¹ Pode-se nomear as seguintes situações: Inês Francisca que foi mulher de [Gonçalo Martins], Guiomar Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho, moradora na cidade do Porto, e Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins (tendeiro), moradora na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XII, 51); Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses (ADP, *L. S.*, LXXIV, 250-259; LXXIX, 70-78; LXXXVIII, 126-130v; LXXXI, 11-16v); Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres dito do Cabido (já passado), moradores na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XXIV, 1; ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 88-93); Clara Pais, mulher que foi de Aparício Domingues Borrvalho (falecido) (ADP, *L. S.*, XCI, 55-61v). *Vid.* apêndice 49.

casado outra vez, o novo marido¹⁰⁴², ou então o(s) marido(s) defuntos e outras relações¹⁰⁴³. Deste modo, umas vezes mais, outras vezes menos, a participação feminina é, sem equívocos, envolvida pela sombra masculina, e era nela e com ela que a mulher ia participando na gestão de bens do Cabido.

Era nela e com ela, aliás, que a mulher era identificada.

6.1.4 Laços consanguíneos

Com efeito, é interessante verificar como, à semelhança da antroponímia masculina, o segundo designativo era indispensável na identificação das mulheres, correspondendo, em função do que já foi explorado, a verdadeiros *nomina paterna*. Com efeito, em concordância com o que refere Robert Durand¹⁰⁴⁴, independentemente de serem do sexo masculino ou feminino, a identificação dos indivíduos raramente abdicava do patronímico, apelando para uma espécie de igualdade entre eles. Um princípio de igualdade entre homens e mulheres que se manifesta pela preferência em relação ao sistema antroponímico mais comum – sistema IV.1¹⁰⁴⁵.

Desta feita, a denominação feminina portuense trecentista distanciava-se das práticas antroponímicas observadas em algumas regiões ou cidades francesas. No Baixo Languedoque¹⁰⁴⁶, por exemplo, no século XII, o segundo designativo empregue na identificação das mulheres não equivalia a um patronímico, mas sim ao sobrenome do marido, colocado no feminino. Esta prática é detectada, por volta de 1300, quer nas regiões setentrionais, quer nas meridionais de França, tal como testemunham as cidades de Paris¹⁰⁴⁷, Blois¹⁰⁴⁸ (1334) e Marselha¹⁰⁴⁹, onde se destacaram dois modos de identificação das mulheres¹⁰⁵⁰. Um correspondia ao sistema III¹⁰⁵¹, no qual o segundo designativo consistia num nome masculino declinado, com frequência, no feminino¹⁰⁵². No caso de uma mulher solteira, esse nome equivaleria ao do pai. No caso de ser uma

¹⁰⁴² É o caso de Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres dito do Cabido (já passado), moradores na cidade do Porto (casada com Vicente Eanes) (ADP, *L. O.*, XXIV, 1; ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 88-93). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁴³ É o que acontece, como se verá adiante, com Joana Martins, moradora [...na rua das Eiras], mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros (ADP, *L. S.*, LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v) ou então com Joana Vasques, irmã de Rui Vasques [...], mulher que foi de Afonso Martins (merceiro, mercador e morador na cidade do Porto) (ADP, *L. S.*, XCI, 37-41). Cf. apêndices 39 e 49.

¹⁰⁴⁴ Durand, 2002, 80.

¹⁰⁴⁵ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹⁰⁴⁶ Bourin, 1992f, 173-174; Bourin, 1992g, 211.

¹⁰⁴⁷ Bourlet, 1992, 30; Beck, 2002, 145.

¹⁰⁴⁸ Sauvage, 1992, 49-51, 63.

¹⁰⁴⁹ Sigal, 1992, 205.

¹⁰⁵⁰ Bourin, 1992g, 209-211.

¹⁰⁵¹ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹⁰⁵² Beck, 2002, 145.

mulher casada, o referido elemento onomástico remetia para o do marido. O outro modo de identificação feminina recorria não a um segundo designativo, mas sim a uma menção de parentesco, sendo o parente nomeado o único com sobrenome. Enquanto o primeiro modo de denominação se mostrou mais frequente em Marselha e em Blois, um pouco mais tardiamente (primeira metade do século XIV), o segundo envolveu um maior número de mulheres em Paris. De referir ainda que, em Toulouse¹⁰⁵³, no século XIV, tornou-se também prática corrente as viúvas passarem a ser identificadas por um segundo designativo que era igual ao do marido falecido, mas declinado no feminino.

Em contrapartida, no Porto, identificam-se apenas três mulheres com um segundo designativo posto no feminino¹⁰⁵⁴ que, contudo, não correspondia ao nome dos maridos, mas sim, como se tem vindo a sublinhar, ao nome do pai.

Na realidade, a antroponímia feminina portuense raramente prescindia da referência paterna, o que parece não constituir novidade no Noroeste da Península Ibérica, atendendo a que, nesta região, desde finais do século XII, o patronímico se enraizou na antroponímia feminina, contrastando, por exemplo, como se tem vindo a recordar, com as regiões do Este ibérico¹⁰⁵⁵.

É interessante observar, no entanto, que, por vezes, no Porto, a filiação paterna de algumas mulheres chegava a ser reforçada por uma designação complementar consanguínea que explicita a filiação paterna (quadro 31). Trata-se, porém, no conjunto da população feminina, de casos esporádicos (6,45%)¹⁰⁵⁶, verificando-se, em simultâneo, que outras relações consanguíneas podiam também ser nomeadas além da filiação paterna, como, por exemplo, *irmã de*¹⁰⁵⁷, *sobrinha de*¹⁰⁵⁸, *mãe de*¹⁰⁵⁹, entre outros, todas elas com um carácter excepcional e conectadas, com frequência, com as contingências da documentação¹⁰⁶⁰. Com efeito, admite-se que o facto de os actos

¹⁰⁵³ Billy, 1995, 175.

¹⁰⁵⁴ Trata-se das três irmãs Guiomar Francisca mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho, moradora na cidade do Porto, Inês Francisca que foi mulher de [Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto] e Maria Francisca irmã da dita Inês Francisca (ADP, L. O., XII, 51). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁵⁵ To Figueras, 2002, 61-62.

¹⁰⁵⁶ Cf., na colação prosopográfica, apêndice 49, as situações seguintes: Aldonça Eanes, filha que foi de João Cibrães e de Aldonça Mateus, cidadãos que foram da cidade do Porto (ADP, L. S., LXXIV, 65-68; 187-192); Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão (irmã que foi de Domingos Falcão) (ADP, L. S., LXXXVIII, 218-224v); filha que foi de Miguel Perro (ADP, L. O., XXIV, 1); Maior [filha de João Peres] (ADP, L. O., XXVIII, 6); Margarida, filha de Domingos do Porto (já passado) (ADP, L. S., LXXXVII, 119-126); Maria Afonso, filha de Afonso Lourenço e mulher que foi de Vasco Palos, mercador (ADP, L. S., XCVII, 141-154); Maria Martins, filha de Elvira Domingues [irmã] de Vicente Domingues, chantre (ADP, L. S., LXXIV, 144-153v; LXXX, 133-140; LXXXII, 120-135); Maria Miguéis, filha que foi de Martim Gil do Porto (ADP, L. S., LXXXVIII, 88-93); Sobrinha de Gil Martins das Tendas e filha da irmã [de Gil Martins das Tendas] (ADP, L. S., LXXXII, 36-45v).

¹⁰⁵⁷ Cf., por exemplo, no apêndice 49: Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão (ADP, L. S., LXXXVIII, 218-224v).

¹⁰⁵⁸ Cf., por exemplo, no apêndice 49: Margarida Silvestre, sobrinha de Martim Silvestre (ADP, L. S., LXXXV, 178-183; LXXXVI, 39-51v).

¹⁰⁵⁹ Cf., por exemplo, no apêndice 49: Branca Lourenço, mãe de Gil Martins das Tendas (ADP, L. S., LXXXII, 36-45v).

¹⁰⁶⁰ Por exemplo, Margarida Silvestre, sobrinha de Martim Silvestre (raçoeiro do Porto) e o seu tio (Martim Silvestre...) são nomeados numa carta de emprazamento (1308) um pardieiro vizinho de umas casas que tinham pertencido a Elvira Bicos e nas

escritos envolverem indivíduos parentes promoveria a explicitação dos respectivos laços. Todavia, tal poderia não acontecer e verificar-se igualmente a referência a certos laços familiares em virtude não de contextos explícitos nos actos escritos, mas sim implícitos que se desconhecem¹⁰⁶¹.

Quadro 31
As designações complementares (DC) consanguíneas em função do género (Porto, séc. XIV)¹⁰⁶².

| DC consanguíneas | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|--|----------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| <i>Filho(a) de</i> | 8 | 9,20 | 20 | 39,22 | 28 | 20,29 |
| <i>Sobrinho(a) de</i> | 5 | 5,75 | 9 | 17,65 | 14 | 10,14 |
| <i>Irmão(ã) de</i> | 7 | 8,05 | 6 | 11,76 | 13 | 9,42 |
| <i>Pai/mãe de</i> | 5 | 5,75 | 4 | 7,84 | 9 | 6,52 |
| <i>Avó de</i> | 1 | 1,15 | 1 | 1,96 | 2 | 1,45 |
| <i>Neta de</i> | 2 | 2,30 | | | 2 | 1,45 |
| <i>Prima de</i> | 1 | 1,15 | | | 1 | 0,72 |
| Total global | 29 | 33,33 | 40 | 78,43 | 69 | 50,00 |
| Total global de DC com referência familiar | 87 | 100 | 51 | 100 | 138 | 100 |

Já no que diz respeito às designações complementares da antroponímia masculina, a realidade esboçada parece diferenciar-se, atendendo a que a filiação paterna assume uma maior envergadura, pois, no seio dos complementos de referência familiar, envolve 40% das situações. Outras referências, à semelhança das designações femininas, são consideradas como, por exemplo, *sobrinho de*¹⁰⁶³, *irmão de*¹⁰⁶⁴, *pai de*¹⁰⁶⁵ e, ainda, *avó de*¹⁰⁶⁶ (quadro 31).

quais eles – sobrinha e tio – moravam. (ADP, *L. S.*, LXXV, 178-183; LXXVI, 39-51v). Cf. CRI XXIX (apêndice 48). Outro exemplo é o de Margarida Afonso, sobrinha de Joana Martins, filha que foi de Afonso Alho (irmão de Joana Martins) que é nomeada, em conjunto com o seu marido, no testamento (1392) da dita tia como sua testamenteira, ao mesmo tempo que, numa carta de venda (1392), ela é compradora de propriedades pertencentes à tia. Cf. CRI II (apêndice 48).

¹⁰⁶¹ É o caso, por exemplo, de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão que é nomeada numa carta de venda (1331) de sua filha, Clara Domingues. Esta é identificada com o sistema antroponímico IV.1 (1^oD+2^oD+DC), no qual a designação complementar identifica os pais (Domingos Martins e Margarida Falcão), mas também, de forma indirecta, o tio materno, através da identificação da mãe que tem como referência o irmão (Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão). Desconhece-se as motivações de tal designação, mas provavelmente estaria relacionado como o posicionamento social ou relacionamentos implícitos que o dito tio (Domingos Falcão) usufruiria e/ou manteria com os intervenientes no dito documento (ADP, *L. S.*, LXXXVIII, 218-224v). Cf. CRI LIV (apêndice 48).

¹⁰⁶² A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹⁰⁶³ Cf., por exemplo, no apêndice 49: João Eanes, sobrinho de D. Pedro Peres (cónego) (*L. O.*, XXVIII, 6). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁶⁴ Cf., por exemplo, no apêndice 49: Afonso Alho, irmão de Joana Martins (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 211-218v). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁶⁵ Cf., por exemplo, no apêndice 49: Bartolomeu Martins, pai de Gil Martins das Tendras (ADP, *L. S.*, LXXXII, 36-45v). *Vid.*

De notar ainda que, no seu conjunto, as relações consanguíneas de referência tanto incidem nos laços familiares verticais (pais e filhos, avós e netos) como nos horizontais (irmãos, tios e sobrinhos, primos), embora nos primeiros não se verifique uma grande profundidade nos laços, envolvendo apenas três gerações (quadro 31). No que diz respeito às horizontais, mais especificamente as relações entre tios e sobrinhos, sublinhe-se que, nas situações identificadas, não é possível aferir e comparar o grau de importância das relações avunculares uterinas e agnáticas. Apenas duas situações permitem estabelecer a relação estabelecida entre o tio(a) e pais do indivíduo, aferindo-se que, numa, a atenção incide sobre a irmã do pai¹⁰⁶⁷ e, noutra, sobre o irmão da mãe¹⁰⁶⁸ (quadro 31).

Não obstante a precariedade dos dados relativamente às relações consanguíneas, é interessante acendrar que as relações consanguíneas parecem ter constituído um vector de maior referência na identificação da população masculina do que na feminina. Esta, por sua vez, privilegia, como se verá de seguida, um outro tipo de relação familiar.

6.1.5 Laços de aliança

Continuando a prestar um pouco de atenção aos elementos onomásticos que dinamizam os sistemas antroponímicos femininos da cidade *do Porto*, *máxime* as designações complementares, não se fica indiferente ao facto de, na sua maioria, a identificação das mulheres ser centrada nos laços de parentesco, tendo como referência praticamente constante a figura masculina, confirmando e apelando à hegemonia masculina que tanto caracterizava as sociedades medievais¹⁰⁶⁹.

Realmente, as designações complementares que, como se atestou, têm um papel crucial na identificação da população em análise, desempenham um papel ainda mais decisivo na identificação das mulheres da urbe do Porto¹⁰⁷⁰.

apêndice 49.

¹⁰⁶⁶ Cf. no apêndice 49: Domingos Peres das Eiras, avô de Rui Gonçalves (cónego) (ADP, L. S., LXXXVII, 25-33).

¹⁰⁶⁷ É o caso já nomeado de Margarida Afonso, sobrinha de Joana Martins, filha que foi de Afonso Alho (irmão de Joana Martins). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁶⁸ É o caso do já referido Domingos Falcão, irmão de Catarina Falcão e de Margarida Falcão mãe de Clara Domingues (ADP, L. S., LXXXVIII, 218-224v). Cf., no apêndice 48, CRI LIV. *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁶⁹ Labarge, 1989, 12-15; Duby, 1990, 88-89, 91; Klapisch-Zuber, 1990, 249-250; L’Hermite-Leclercq, 1993, 300; 304, 325; Opitz, 1993, 354; Cannon, 1999, 170.

¹⁰⁷⁰ Cf. apêndice 39.

Quadro 32
Morfologia das designações complementares (DC) em função do género
(Porto, séc. XIV)¹⁰⁷¹.

| DC | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|--------------|----------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| Composta | 21 | 20,39 | 278 | 50,00 | 299 | 45,37 |
| Simple | 82 | 79,61 | 278 | 50,00 | 360 | 54,63 |
| Total global | 103 | 100 | 556 | 100 | 659 | 100 |

Quadro 33
As referências das designações complementares (DC) em função do género
(Porto, séc. XIV)¹⁰⁷².

| Referências das DC | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|-------------------------|----------|-------|-----------|-------|---------------------|-------|
| Sócio-profissional (SP) | 28 | 21,37 | 428 | 51,07 | 456 | 47,06 |
| Geográfica (G) | 16 | 12,21 | 360 | 42,96 | 376 | 38,80 |
| Familiar (F) | 87 | 66,41 | 50 | 5,97 | 137 | 14,14 |
| Total global | 131 | 100 | 838 | 100 | 969 ¹⁰⁷³ | 100 |

Quadro 34
A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC), em função do género
(Porto, séc. XIV)¹⁰⁷⁴.

| Morfologia | Referência | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|------------------|-------------------------|----------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| Simple | Sócio-profissional (SP) | 12 | 11,65 | 154 | 27,70 | 166 | 25,19 |
| | Geográfica (G) | 2 | 1,94 | 83 | 14,93 | 85 | 12,90 |
| | Familiar (F) | 68 | 66,02 | 41 | 7,37 | 109 | 16,54 |
| Simple - Total | | 82 | 79,61 | 278 | 50,00 | 360 | 54,63 |
| Composta | SP/G | 2 | 1,94 | 269 | 48,38 | 271 | 41,12 |
| | F/G | 5 | 4,85 | 4 | 0,72 | 9 | 1,37 |
| | F/SP/G | 7 | 6,80 | 4 | 0,72 | 11 | 1,67 |
| | F/SP | 7 | 6,80 | 1 | 0,18 | 8 | 1,21 |
| Composta - Total | | 21 | 20,39 | 278 | 50,00 | 299 | 45,37 |
| Total global | | 103 | 100 | 556 | 100 | 659 | 100 |

Privilegiando, ao contrário da antroponímia masculina, os complementos morfologicamente simples, quase três quartos (66%) dos respectivos sistemas antroponímicos femininos, oferecem uma especial atenção às relações familiares (quadro 32 e 33).

¹⁰⁷¹ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹⁰⁷² A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹⁰⁷³ Aqui contabilizam-se todas as referências de natureza familiar, geográfica e sócio-profissional, independentemente de constituírem designações complementares simples ou compostas. A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹⁰⁷⁴ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

A primazia é assim dada, na antroponímia feminina, à família, mas em benefício não tanto das relações consanguíneas, em sintonia com o que se referiu acima, mas sim e de forma inequívoca, das de aliança, mais especificamente das que incidem no laço matrimonial – *mulher de* ou *mulher que foi de* (quadro 34).

Assim, é precisamente neste patamar que a antroponímia feminina se distingue claramente da masculina, pois, no cômputo de 68 designações complementares que remetem para relações de aliança, 85,29% pertencem à onomástica feminina (quadro 35).

Quadro 35
As designações complementares (DC) de aliança em função do género (Porto, séc. XIV)¹⁰⁷⁵.

| DC de aliança | Feminino | % | Masculino | % | Total global | % |
|--|----------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| <i>Marido/mulher de</i> | 36 | 41,38 | 2 | 3,92 | 38 | 27,54 |
| <i>Marido/mulher que foi (viúvo(a))</i> | 22 | 25,29 | 1 | 1,96 | 23 | 16,67 |
| <i>Genro de</i> | | | 5 | 9,80 | 5 | 3,62 |
| <i>Cunhado de</i> | | | 2 | 3,92 | 2 | 1,45 |
| Total global | 58 | 66,67 | 10 | 19,61 | 68 | 49,28 |
| Total global de DC com referência familiar | 87 | 100 | 51 | 100 | 138 | 100 |

Por conseguinte, se no seio das mulheres da cidade do Porto, no século XIV, o laço de filiação era visível sobretudo no *nomen paternum*, tal não significava então que a relação de aliança fosse descurada, pois ela encontrava-se sublimada por meio das designações complementares (quadro 35). Desta feita, pelo segundo designativo patronímico¹⁰⁷⁶, as mulheres eram “filhas”, mas, pela designação complementar, elas eram essencialmente *mulheres de* ou *viúvas de*¹⁰⁷⁷.

Assim, em sintonia com o que se verificava, por exemplo, na antroponímia feminina da Bretanha¹⁰⁷⁸, entre os séculos XI e XIII, de Marselha¹⁰⁷⁹, nos inícios do séc. XIV, nas *representações* da identidade feminina na Francónia¹⁰⁸⁰, no século XIV, nas famílias privilegiadas de Florença¹⁰⁸¹, entre os séculos XIV e XVI, as formas de identificação

¹⁰⁷⁵ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical. Cf. apêndice 39.

¹⁰⁷⁶ O mesmo acontecia com a antroponímia feminina na linhagem dos Sousa e na região da Francónia, entre os sécs. X-XIII, onde homens e mulheres eram identificados com um nome paterno (Durand, 1995b, 46; Morsel, 1995, 91-94).

¹⁰⁷⁷ Consulte-se a este respeito Labarge (1989, 15) e Pallares Méndez (1993a, 17-18, 43).

¹⁰⁷⁸ Chedeville, 1992, p. 39.

¹⁰⁷⁹ Embora aqui se observe, nas práticas antroponímicas, que o sobrenome (2º designativo) feminino não corresponde a um patronímico, mas sim ao sobrenome do pai ou do marido. Esta última opção não se encontrava na Provença – Marselha -, entre os séculos XIII e XIV, totalmente generalizada, mas é evidente e era, com alguma frequência, preferida à designação complementar de filiação ou de aliança. (Sigal, 1992, 191-194, 205).

¹⁰⁸⁰ Morsel, 2002, 174-175.

¹⁰⁸¹ Klapisch-Zuber, 1990, 250.

portuenses da centúria de Trezentos situavam a mulher no interior da família, entre a figura do pai e a figura do marido, neutralizando-a simbolicamente, nos termos de Joseph Morsel¹⁰⁸², e lembrando um pouco o que Christiane Klapisch-Zuber, apontou relativamente ao Centro e Norte de Itália, na Baixa Idade Média:

“La désignation des femmes dans l’Italie du Centre-nord rappelle un peu le nom arabe décrit par J. Sublet, en ce sens qu’elle évoque leur parcours, un parcours non pas professionnel, intellectuel ou géographique, mais un va-et-vient entre des identités référentielles masculines qui s’accumulent dans leur nom au gré de leurs changements d’état civil.»¹⁰⁸³

Eram, portanto, aquelas duas figuras masculinas que concediam, em conjunto, identidade à mulher casada ou viúva. A relação de aliança não permitia, de facto, a omissão da relação consanguínea, o que indica que, à semelhança do que ocorria em Florença¹⁰⁸⁴, entre os séculos XIV e XVI, a mulher casada mantinha o seu elo com a família de origem. Contudo vislumbra-se que seria, sobretudo, a relação de aliança e a identidade do marido, frequentemente apoiada em vectores sócio-profissionais¹⁰⁸⁵, que, de facto, distinguiria uma mulher entre tantas outras, quer pelo facto de se encontrar entre as casadas, quer pela identidade do marido, fazendo lembrar as palavras de Carla Casagrande, em relação ao posicionamento social da mulher medieval:

“[...] A relação das mulheres laicas com a sociedade passa portanto pela família, e os critérios sociais que lhes dizem respeito estão em primeiro lugar ligados aos papéis familiares que assumem. [...]”¹⁰⁸⁶.

Não obstante, não se pode menosprezar alguns casos excepcionais, já que, embora em reduzido número, foram identificadas situações que fazem alusão a mulheres solteiras que parecem corresponder a crianças ou a jovens¹⁰⁸⁷. Estas não deixam, porém,

¹⁰⁸² No que diz respeito à nobreza da Francónia, nas últimas centúrias da Idade Média, Joseph Morsel fala de uma “neutralisation symbolique de la femme entre son lignage de naissance et son lignage de mariage”, na sequência de um sistema duplo de sucessão dos bens que distinguia sexualmente os indivíduos e diferenciava dois níveis de estruturação da aristocracia: um que se apoiava nos bens patrimoniais, aos quais a mulher casada não tinha direito; outro que se nutria dos bens matrimoniais. Isto ao mesmo tempo que se detecta duas práticas antroponímicas diferentes e complementares decorrentes da combinação entre documentos sigilográficos e escritos que, por sua vez, posicionavam a mulher entre os elos consanguíneos que a ligavam à linhagem do pai e os elos matrimoniais que a integravam na parentela do marido (Morsel, 1995, 91-94, 106).

¹⁰⁸³ Klapisch-Zuber, 1996, 479. Cf., igualmente, Klapisch-Zuber, 1989, 197-198.

¹⁰⁸⁴ Klapisch-Zuber, 1990, 254.

¹⁰⁸⁵ De acordo com o que se aferirá mais adiante (*Vid.* parte II, ponto 6.3, a partir da p. 252).

¹⁰⁸⁶ Casagrande, 1993, 106. O mesmo não deixa de ser sublinhado por Christopher Cannon (Cannon, 1999, 156-159, 170).

¹⁰⁸⁷ Identificaram-se os seguintes casos: Maior, filha de João Peres (ADP, *L. O.*, XXVIII, 6); Margarida filha de Domingos do Porto já passado (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 119-126); Sobrinha de Gil Martins das Tendias e filha da irmã [de Gil Martins das Tendias]

de ser enquadradas no seio da familiar, só que remetendo para as relações consanguíneas (*filha de, sobrinha de, neta de*). Mas outras situações foram ainda detectadas, apresentando mulheres que se encontrariam na idade adulta e em relação às quais o estado civil se mantém na incógnita¹⁰⁸⁸. Trata-se de algumas mulheres que, podendo ser casadas, são identificadas em função de outros vectores além dos laços familiares, remetendo para os universos geográfico e sócio-profissional que, ocasionalmente, se combinavam¹⁰⁸⁹, à semelhança do que se verifica na antroponímia masculina, ainda que em níveis de utilização declaradamente inferiores. Apesar de serem fortuitos, os referidos casos mostram que a onomástica feminina não estava de todo fechada a outro tipo de referências. Estas, à excepção da que apela ao estatuto de criada que, tal como refere Maria Helena da Cruz Coelho, não deixa de remeter para a esfera doméstica¹⁰⁹⁰, eram conectadas com a dinâmica da vida urbana, na qual a residência e/ou estatuto (*moradora, vizinha, cidadã*), a ocupação (*forneira, almuinheira*), constituíam vectores a ter em conta. Aliás, é interessante apurar que o facto de se enquadrar a mulher na sua relação matrimonial não impedia que ela fosse também identificada com um dos vectores sócio-geográficos acima referidos¹⁰⁹¹, tal como testemunham, também, as referências explícitas a ocupações encontradas nos *Livros de Vereações* da cidade do Porto que resistiram ao tempo (1339-1449) e nos *Livros de Pergaminhos* do Arquivo Municipal do Porto (1338-1424)¹⁰⁹².

Salvo, portanto, algumas excepções, no universo feminino, a atenção é centrada, de forma inequívoca, na relação conjugal, revelando, deste modo, a importância do matrimónio nos trilhos de vida femininos, na Idade Média, sobretudo a partir do século

(ADP, L. S., LXXXII, 36-45v). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁸⁸ É o caso de Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão que vende, aos 22 de Março de 1331, a Manuel Soares, morador em Gaia, pelo preço de 40 libras de dinheiros portugueses, umas casas situadas na rua da Bainharia, herdadas de seus pais (nomeadamente de sua mãe Margarida Falcão) e de sua tia Catarina Falcão (irmã de sua mãe) (ADP, L. S., LXXXVIII, 218-224v). O mesmo acontece com a filha que foi de Miguel Perro, nomeada numa carta de doação, de forma a ajudar a localizar umas casas e pardieiro, situados na cidade do Porto, doados por Maria Martins e Vicente Eanes ao Cabido do Porto (ADP, L. O., XXIV, 1). O estado civil de Maria Miguéis, filha que foi de Martim Gil Porto, nomeada numa carta de sentença como sendo possuidora de propriedades, é também desconhecido (ADP, L. S., LXXXVIII, 88-93). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁸⁹ Identificam-se as seguintes situações: Estêvã que mora em Miragaia (ADP, L. S., LXXIV, 144-153v; LXXXII, 120-135), Maria Domingues, moradora no Porto (ADP, L. S., XC, 54-61), Branca Domingues, almuinheira da dita almuinha (ADP, L. S., LXXXII, 67-72v); Margarida Domingues, forneira da rua Chã (ADP, L. S., LXXXII, 36-45v); Aldonça Mateus, cidadã que foi da cidade do Porto (ADP, L. S., LXXIV, 65-68; 187-192); Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade [do Porto] (ADP, L. S., LXXXVIII, 83-86v); Inês Afonso, criada de Afonso Esteves, porteiro que foi do Cabido [do Porto] (ADP, L. S., LXXXII, 1-5). *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁹⁰ Coelho, 1990, I, 39. *Vid.* também Klapisch-Zuber, 1989, 205-207.

¹⁰⁹¹ É o caso, por exemplo, de Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins, tendeiro, moradora na cidade do Porto (ADP, L. O., XII, 51), de Graça Mendes, mulher de Martim Esteves, tendeiro, cidadãos do Porto (ADP, L. S., XCVI, 204-224), de Senhorinha Eanes, cidadã [da cidade do Porto], mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses (ADP, L. S., LXXIV, 250-259; LXXIX, 70-78; LXXXVIII, 126-130v; LXXXI, 11-16v), entre outras. *Vid.* apêndice 49.

¹⁰⁹² Melo, 2003, 253-262.

XII, período a partir do qual os pensadores da Igreja lhe oferecem uma nova e grande dimensão¹⁰⁹³.

Não é que a relação de aliança fosse totalmente colocada à margem da identificação dos indivíduos de sexo masculino¹⁰⁹⁴ (quadro 35), só que a frequência com que ela era empregue concedia-lhe um carácter decididamente excepcional, envolvendo apenas 1,18% do total da população masculina em estudo e privilegiando não tanto a aliança matrimonial propriamente dita, mas sim os laços que nasceram com ela: *genro de, cunhado de*¹⁰⁹⁵.

Por conseguinte, embora a antroponímia feminina do Porto se revista de características que lhe oferecem alguma especificidade, ela não deixa de se encontrar em sintonia com o espaço europeu ocidental, pois, em afinidade com as cidades de Burgos, entre os séculos X e XII, Paris¹⁰⁹⁶, nos finais do século XIII, Marselha¹⁰⁹⁷, nos inícios do séc. XIV e Blois¹⁰⁹⁸, em 1334, o sistema de denominação dupla estava claramente enraizado na urbe portuense e encontrava-se longe de descurar a relação matrimonial que, por sua vez, ainda que por meio de uma designação complementar, constituía um pilar fundamental na identificação feminina, expressamente quando a mulher era posicionada na parte principal no acto escrito. De facto, mais de três quartos das mulheres agrupadas neste tipo de participação são identificadas tendo como referência o matrimónio, mesmo quando se trata de mulheres viúvas, como se indicou acima¹⁰⁹⁹.

Na realidade, a forma como elas aparecem nos actos escritos em estudo terá influenciado a forma como são identificadas, já que, em sintonia com a documentação medieval¹¹⁰⁰, na maior parte das vezes em que são citadas, elas surgem na sequência dos maridos, na sombra da participação masculina, como se sublinhou acima. A mesma preocupação é detectada na identificação das mulheres *nomeadas* (quadro 36), na medida em que, embora se observe entre elas alguns casos (22,82%) que dispensam a designação complementar familiar de aliança (sistemas I¹¹⁰¹, III¹¹⁰², IV.2¹¹⁰³), na maior

¹⁰⁹³ Klapisch-Zuber, 1989, 197-199; Klapisch-Zuber, 1990, 137-246, 250-251; L'Hermite-Leclercq, 1993, 286-300; Opitz, 1993, 360, 361-366, 375-377; Leyser, 1995, 106-122; Brooke, 1994, 56-57, 63-64; Lett, 2000, 103-107.

¹⁰⁹⁴ Como aponta Maria Helena da Cruz Coelho (1990, I, 46).

¹⁰⁹⁵ Como se sublinhará adiante, na parte III, a partir da p. 299.

¹⁰⁹⁶ Bourlet, 1992, 27-29.

¹⁰⁹⁷ Sigal, 1992, 191-194, 205.

¹⁰⁹⁸ Aqui a referência ao marido é uma constante, seja por meio da feminização do sobrenome do marido seja por meio de uma designação complementar conjugal (Sauvage, 1992, 49-51, 55).

¹⁰⁹⁹ Cf. apêndice 39.

¹¹⁰⁰ É o que acontece, por exemplo, em Aragão, entre os séculos XI e XII (Laliena Corbera, 1995, 323-324) e na Catalunha, entre os séculos X e XII (To Figueras, 1995, 379).

¹¹⁰¹ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

parte dos casos (77,17%) a sua identificação não o faz, chegando mesmo, num esforço de simplificação, a restringir-se à referida indicação “mulher de” (sistema V¹¹⁰⁴) (quadro 36). Nesta sequência, assevera-se que a presença feminina nos documentos não só era diminuta, como já se alertou, como também quase se restringia a mulheres casadas e/ou viúvas, tal como acontece com a documentação fiscal de Blois, em 1334¹¹⁰⁵.

Quadro 36
O tipo de participação feminino e os seus sistemas antroponímicos (SA)
(Porto, séc. XIV).

| SA | Principais | % | Nomeadas | % | Total global | % |
|--------------|------------|-------|----------|-------|--------------|-------|
| I. | | | 3 | 3,26 | 3 | 2,05 |
| II. | 4 | 7,41 | 4 | 4,35 | 8 | 5,48 |
| III. | 2 | 3,70 | 12 | 13,04 | 14 | 9,59 |
| IV. 1 | 45 | 83,33 | 55 | 59,78 | 100 | 68,49 |
| IV. 2 | 1 | 1,85 | 6 | 6,52 | 7 | 4,79 |
| IV. 3 | 1 | 1,85 | 1 | 1,09 | 2 | 1,37 |
| V. | 1 | 1,85 | 11 | 11,96 | 12 | 8,22 |
| Total global | 54 | 100 | 92 | 100 | 146 | 100 |

Verifica-se, portanto, que a antroponímia feminina portuense situava duplamente a mulher na sombra do masculino, pois ela não somente perseguia os principais traços da antroponímia masculina, enfatizando a importância do sistema de identificação mais usado, como, quando chega o momento de se diferenciar, ela fá-lo tendo como referência central a figura masculina, nomeadamente a do marido, em afinidade com o que é descrito por Patrice Beck¹¹⁰⁶ em relação à Borgonha medieval. Na sequência de um nome próprio e de um sobrenome composto apenas por um nome de natureza patronímica, surge uma designação complementar¹¹⁰⁷ que colocava a mulher em conexão com o marido e, em casos menos comuns, com o pai, um tio, um avô, isto sem descuidar as raras situações em que se faz menção aos familiares femininos (mãe, tia ou avó).

¹¹⁰² *Ibidem.*

¹¹⁰³ *Ibidem.*

¹¹⁰⁴ *Ibidem.*

¹¹⁰⁵ Sauvage, 1992, 48.

¹¹⁰⁶ Beck, 1992b, 96-97. Cf., igualmente, Klapisch-Zuber, 1989, 205-206; Lett, 2000, 167-168.

¹¹⁰⁷ Embora o sistema antroponímico feminino predominante ainda não recorresse à denominação dupla, idêntica situação é visível, por exemplo, na região do Baixo Languedoque, já no séc. XII, onde a designação complementar de natureza familiar é anexa ao nome único na identificação das mulheres (Bourin, 1992f, 167-168, 173, 175).

É neste seguimento que a antroponímia do Porto e a de outros espaços europeus tendem a aproximar-se, na medida em que, quer nas diferentes regiões ibéricas, em séculos anteriores (ex: Astúrias¹¹⁰⁸, Leão¹¹⁰⁹, cidade de Burgos¹¹¹⁰, Aragão¹¹¹¹, no condado de Pallars¹¹¹², Cantábria¹¹¹³), quer no Norte, como no Sul de França, entre os séculos XIII e XIV (ex: Paris¹¹¹⁴, Blois¹¹¹⁵, Borgonha¹¹¹⁶, Marselha¹¹¹⁷), quer no Norte e Centro de Itália¹¹¹⁸, quer mesmo na Alemanha, no final da Idade Média (Francónia e Germânia)¹¹¹⁹, a identificação da mulher não parece deixar de girar em torno do masculino e de ser enquadrada no seio da família, apelando, em simultâneo ou não, aos laços consanguíneos e matrimoniais. O mesmo, aliás, continua a verificar-se, no século XV, na antroponímia feminina do couto de Sto. Tirso¹¹²⁰, do couto de S. João da Foz¹¹²¹ e no Alentejo¹¹²².

Por conseguinte, por um lado, as formas de identificação femininas fundem-se na tela antroponímica em estudo, pois, na sua maioria, recorrem ao sistema IV.1¹¹²³. Por

¹¹⁰⁸ Embora com níveis de utilização visivelmente inferiores aos verificados na documentação do Cabido do Porto, nas Asturias, entre os séculos X e XII, as designações complementares são mais utilizadas na identificação das mulheres do que nas dos homens e apelam sobretudo às relações familiares (Suárez Beltrán, 1995, 125-126).

¹¹⁰⁹ Não obstante a evolução do sistema antroponímico ocidental para o a denominação dupla, a identificação das mulheres leonesas até ao século XIII não abandonou totalmente as formas antroponímicas simples e, em mais de metade dos casos (58%), socorriam-se de complementos que, embora não finalizassem a identificação, como acontece no Porto, no séc. XIV, precediam a identificação e apontavam para laços de parentesco, predominando os de aliança (Martínez Sopena, 1995b, 168).

¹¹¹⁰ De facto, na cidade de Burgos e seu alfoz, mais de metade da antroponímia feminina é constituída pelo sistema simples II – nome próprio + designação complementar -, verificando-se que a designação complementar é essencialmente de natureza familiar, apontando, com frequência, para a relação de aliança: «uxor de», «mulier de». De notar ainda que, enquanto, na antroponímia masculina, o emprego de designações complementares decaiu nas décadas centrais do séc. XI para dar lugar ao sistema de denominação duplo (III), na antroponímia feminina as designações complementares continuam a ocupar um lugar relevante. (García De Cortazar, 1995b, 236-238, 253, 255).

¹¹¹¹ De referir que aqui, embora a identificação feminina seja feita em função das relações de parentesco com homens, ela é integrada na identificação masculina “[...] aparecen siempre en contextos del tipo ego ... et mea uxore ..., vobis ... et uxore vestra ..., y, en defecto del marido, el padre o hermanos.” Formas antroponímicas como “X uxor (o filia) Y” são raras (Laliena Corbera, 1995, 323-324).

¹¹¹² No Condado de Pallars, entre os sécs. XI e XII, a identificação das mulheres nobres era imbricada nos homens da família (Martínez I Teixidó, 1995, 329, 342, 345).

¹¹¹³ Na região situada entre a Cantábria e o Ebro, sublinhou-se que, antes de 950, a forma antroponímica constituída por um nome e uma designação complementar (sistema antroponímico II, de acordo com a tipologia anteriormente descrita) supera claramente a que é somente composta por um nome (sistema I). Essa designação complementar, na antroponímia feminina, apoia-se na indicação de “mulher de” (uxor). (García De Cortazar, 1995a, 211).

¹¹¹⁴ Bourlet, 1992, 30; Beck, 2002, 145.

¹¹¹⁵ Sauvage, 1992, 49-51, 63.

¹¹¹⁶ Aqui, no século XIV, as referências ao parentesco eram cruciais na identificação das mulheres, assumindo a relação matrimonial um peso ligeiramente maior do que o da relação de filiação (Beck, 1992b, 96-97).

¹¹¹⁷ Sigal, 1992, 205.

¹¹¹⁸ Menant, 1996a, 21; Klapisch-Zuber, 1996, 479.

¹¹¹⁹ Distinguindo a evolução antroponímica da evolução da identidade e colocando a tónica nos diferentes códigos de identidade que os actos escritos, os selos, as armaduras e os túmulos podem oferecer, Joseph Morsel aponta algo de semelhante, sobretudo no seio das mulheres burguesas da Francónia, no século XIV. É que, se nos documentos escritos não se detecta diferença entre as mulheres burguesas e nobres, na medida em que ambas são identificadas como mulher de ou viúva de, nos selos elas diferenciam-se. Pelo código sigilográfico, as mulheres burguesas, quando comparadas com as de estirpe aristocrática, são caracterizadas por oferecerem maior ênfase à relação matrimonial, na medida em que 40% dos selos estudados fazem única e simplesmente referência à relação de aliança, colocando a mulher burguesa essencialmente na dependência do marido e descurando os laços de nascimento. Por seu lado, ainda que representação da identidade das mulheres da baixa nobreza, nos selos, seja situada entre os laços consanguíneos e os laços matrimoniais, é visível uma tendência para as tornar “progressively independent from their husbands”. (Morsel, 2002, 171-172, 161).

¹¹²⁰ Franco, 1995, 78.

¹¹²¹ Franco, 2003b, 277-283.

¹¹²² Gonçalves, 1988a, 72.

¹¹²³ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

outro lado, oferecem à referida tela alguma luminosidade que, embora não seja multicolor, garante a cor da família¹¹²⁴, nomeadamente a das relações de aliança. Estas constituem assim, de uma forma indirecta, um prolongamento da identificação da mulher, considerando que, de acordo com cada situação em particular, a identificação do marido podia, por sua vez, oferecer-lhe coordenadas geográficas e sociais. O que acaba por incitar a olhar mais demoradamente as formas de denominação masculinas, procurando descobrir as texturas sociais das cores que elas oferecem ao quadro antroponímico da cidade do Porto que é, neste estudo, *objecto* de apreciação. Este merece então que, agora, seja perspectivado sob a égide de uma outra dualidade: a que conduz à distinção entre aqueles que se encontram ao serviço de Deus – os eclesiásticos – e aqueles que lidam com as coisas profanas – os laicos.

6.2 Eclesiásticos¹¹²⁵ versus Laicos

Com alguma frequência se alimentou a ideia de que a antroponímia clerical, nomeadamente a dos monges¹¹²⁶, conhecia regras claramente diferentes das que regiam a onomástica laica. Assim, com frequência, o seu estudo foi retardado ou então colocado à parte dos laicos¹¹²⁷. As pesquisas levadas a cabo pela equipa de Azay-le-Ferron constituíram assim um importante contributo, atendendo a que, como já se referiu, não deixaram de procurar desenhar e caracterizar a evolução antroponímica no seio dos eclesiásticos, em diferentes regiões francesas, entre os séculos X e XIII, em comparação com a dos laicos. De acordo com as alusões que se efectuarão mais adiante, apesar das diferenças ao nível dos tipos de fontes, dos intervalos cronológicos e dos estabelecimentos religiosos enfocados¹¹²⁸, a referida equipa verificou que as práticas

¹¹²⁴ De lembrar ainda aqui as considerações tecidas Carla Casagrande relativamente aos níveis sociais e papéis familiares desempenhados pelas mulheres, tendo em conta os pregadores e moralistas medievais, nomeadamente Humberto de Romans e Francisco de Barberino (sécs. XIII e XIV), que individualizam as mulheres “[...] partir dos critérios, dos valores e das hierarquias da sociedade dos homens. As mulheres são vistas na função do seu desempenho familiar: “[...] esposas, filhas e mães de homens que exercem o poder ou o suportam, que combatem ou trabalham, que possuem bens e dinheiro ou vivem pobremente.” (Casagrande, 1993, 106-108).

¹¹²⁵ Cf. apêndice 40.

¹¹²⁶ J. Leite de Vasconcelos refere, por exemplo, referindo-se ao século XVIII, que com frequência “[...] os frades e as freiras trocavam muitas vezes o apelido ou sobrenome secular por um sobrenome religioso e às vezes também o nome próprio por outro [...]” (Vasconcelos, 1928, 139).

¹¹²⁷ Gonçalves, 1988b, 105; Bourin, 1990b, 7; Bourin, 1992d, 43-44.

¹¹²⁸ Bourin, 1992d, 147.

antroponímicas dos eclesiásticos apresentavam, de facto, traços específicos, mas não tão distantes das dos laicos¹¹²⁹ como, à partida se poderia esperar.

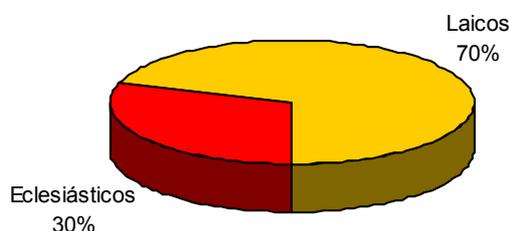


Gráfico 40 – Proporção de indivíduos do sexo masculino, em função da dicotomia eclesiásticos-laicos (Porto, séc. XIV).

Neste seguimento, o facto de a documentação compulsada pertencer ao fundo documental da Igreja do Porto e o facto de nela se encontrarem alguns elementos pertencentes à comunidade clerical acabaram por motivar um cotejo entre aqueles que eram eclesiásticos e aqueles que eram laicos, perscrutando as respectivas especificidades e significados da antroponímia no seio dos respectivos quotidianos e hierarquias. Poder-se-ia admitir, *a priori*, que num espólio pertencente à Igreja, os eclesiásticos, maioritariamente do sexo masculino¹¹³⁰, seriam bem mais representados e mais bem identificados do que os indivíduos laicos do sexo masculino, permitindo assim uma fácil diferenciação entre eles. Mas, na realidade em sintonia com o que é referido por Monique Bourin em relação ao Cabido de Agde¹¹³¹, os laicos mostram-se claramente majoritários, fruto, em parte, dos propósitos deste estudo, da correspondente selecção efectuada ao nível da documentação consultada e da natureza patenteada nesta última, sem esquecer que, à semelhança, por exemplo, das cidades galegas¹¹³², o sector

¹¹²⁹ Fiévé, 1992, 62, 80; Michaud-Frejaville, 1992a, 91-93, 97; Beck, 1992a, 99; Pascaud, 1992a, 108-110; Bourin, 1992c, 132-133, 141; Bourin, 1992d, 153-154.

¹¹³⁰ Apesar de continuarem a suscitar algumas dúvidas relativamente às suas raízes geográficas, identificaram-se apenas dois casos de indivíduos do estado eclesiástico, do sexo feminino: Ana Lourenço, freira de Santa Clara de Coimbra, nomeada numa carta de doação (2 de Julho de 1397), como sendo possuidora de umas casas na rua Chã, na cidade do Porto (ADP, L. S., LXXIV, fl. 132-138); Maria Eanes Abadinha, testamentária no testamento de D. Vicente Domingues, chantre do Cabido do Porto e prior da Igreja de Azambuja (10 de Novembro de 1316) (ADP, L. S., LXXXII, 120-135). Assim, é de referir que quase todos os eclesiásticos são constituídos fundamentalmente por indivíduos do sexo masculino, tal como acontecia com nos documentos relativos ao Mosteiro de S. Pedro de Montes (Rodríguez González, 1995, 96-97). Neste seguimento, tendo em consideração que confronto entre géneros já foi abordado anteriormente, optou-se por restringir esta análise dos eclesiásticos-laicos aos indivíduos de género masculino, de forma a não repetir e adulterar os dados.

¹¹³¹ Bourin, 1992c, 123.

¹¹³² López Carreira, 1999, 192-195.

eclesiástico corresponderia, no Porto, a um grupo que, embora poderoso e privilegiado, seria francamente minoritário (gráfico 40).

De facto, é importante não deslembrar que, como já se mencionou¹¹³³, os documentos de foro estritamente eclesiástico (ex: bulas, apelações, apresentações, entre outros), nos quais, à partida, primavam os elementos da comunidade clerical, não constituíram *objecto* de estudo. Todavia, por seu lado, quer sejam associados à salvaguarda de direitos e prerrogativas, quer permitam a ampliação do património e das riquezas, quer procurem a gestão do património, os 233 documentos seleccionados para análise situam sempre alguns eclesiásticos entre os *principais* porque eles ora assumiam o papel de contendores, ora se assumiam como outorgantes, ora eram procuradores e representantes do Cabido e da Igreja do Porto.

6.2.1 Papel desempenhado nos documentos

Desta feita se compreende porque é que, embora minoritários, a presença dos eclesiásticos na documentação é mais forte entre os *principais* do que nos outros tipos de participação (quadro 37). Com efeito, atesta-se que quase metade (42,78%) dos eclesiásticos se encontra no seio da parte principal, enquanto que não chega a um quarto (14,18%) o total de laicos encontrado naquele tipo de participação.

Quadro 37

A participação dos indivíduos do sexo masculino, em função da dicotomia eclesiásticos-laicos, nos documentos do Cabido (Porto, séc. XIV)¹¹³⁴.

| Tipo de participação | Eclesiástico(a) | % | Laico(a) | % | Total global | % |
|----------------------|-----------------|-------|----------|-------|--------------|-------|
| <i>Principais</i> | 243 | 42,78 | 118 | 14,18 | 361 | 25,79 |
| <i>Nomeados</i> | 138 | 24,30 | 289 | 34,74 | 427 | 30,50 |
| <i>Testemunhas</i> | 184 | 32,39 | 313 | 37,62 | 497 | 35,50 |
| <i>Redactores</i> | 3 | 0,53 | 112 | 13,46 | 115 | 8,21 |
| Total global | 568 | 100 | 832 | 100 | 1400 | 100 |

Em contrapartida, os laicos encontram-se bem mais presentes entre os *nomeados* e as *testemunhas*. No seio destas, a proporção de laicos e eclesiásticos é muito próxima e

¹¹³³ *Vid.*, no presente estudo, na parte I, o ponto 2, a partir da p. 47.

¹¹³⁴ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

equilibrada. No que diz respeito aos *redactores*, apura-se que estes são, na sua maioria, laicos, embora se identifiquem alguns eclesiásticos.

É de anotar ainda que o período mais abundante em indivíduos eclesiásticos (1326-1350) é precisamente aquele em que se viu abraçar maior número de documentos associados à salvaguarda dos direitos, prerrogativas e património do Cabido da Igreja do Porto (gráfico 41). Os actos escritos relativos à dilatação e administração do património não envolviam tantos membros eclesiásticos como os que diziam respeito à sua salvaguarda, ao mesmo tempo que nutriam mais a presença de laicos.

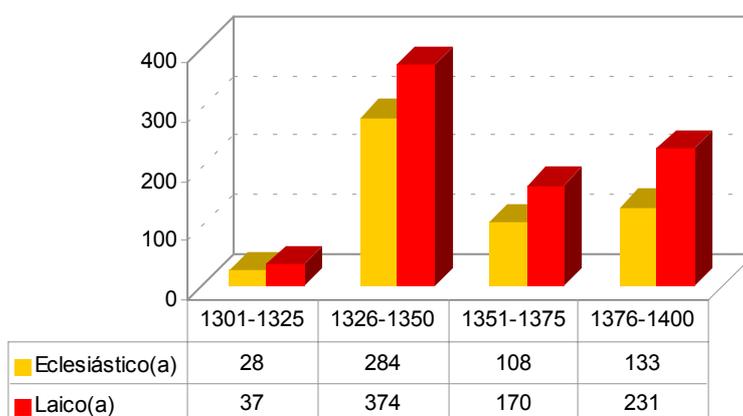


Gráfico 41 – Distribuição cronológica dos indivíduos de sexo masculino, considerando dicotomia eclesiásticos-laicos (Porto, séc. XIV)¹¹³⁵.

Entretanto, não se pode omitir, igualmente, um pouco em afinidade com o cartulário de Borgonha¹¹³⁶, que os documentos do Cabido do Porto, datados do séc. XIV, faziam sobretudo alusão aos seus elementos que directa ou indirectamente representavam e defendiam os interesses da instituição. Assim, embora a documentação em análise estivesse aberta à comunidade envolvente, os eclesiásticos estão sempre presentes e entram nela com assiduidade. Todavia, é importante não esquecer que, enquanto eles são envolvidos, com alguma frequência, mais do que uma vez na documentação (255 indivíduos, do sexo masculino, eclesiásticos participam 568 vezes), uma boa fatia dos laicos participa unicamente uma vez (588 indivíduos do sexo masculino laicos resumem-se a apenas 832 presenças), tal como ocorre, por exemplo, com a

¹¹³⁵ Não se contabilizaram aqui todos os casos que suscitaram dúvidas, quer no que diz respeito às coordenadas cronológicas (35), quer em relação ao género (2).

¹¹³⁶ Beck, 1992a, 99.

documentação do Cabido de Agde¹¹³⁷. Assim, embora conheça uma fatia mais substancial que a atribuída às mulheres, a presença clerical constitui, de facto, à semelhança delas, uma minoria no conjunto dos indivíduos identificados, resumindo-se a apenas a pouco mais de uma quarta parte (26,37%) do total de indivíduos, mas, simultaneamente tem um destaque particular ao nível da participação nos documentos.

6.2.2 Especificidades antroponímicas

É interessante então constatar que a identificação dos eclesiásticos privilegia, de uma forma inequívoca, os sistemas complexos, manifestando particular preferência pelo sistema IV.1, em sintonia, aliás, com o retrato antroponímico em estudo, sem, no entanto, negligenciar os sistemas IV.2 e IV.3, atendendo a que estes dois, juntos, abraçam cerca de 33% dos referidos indivíduos. Em consequência, os restantes sistemas correspondem, na antroponímia eclesiástica, a casos excepcionais, já que se situam entre as percentagens irrisórias de 1% a 7% (quadro 38).

Entretanto, não deixa de ser de todo interessante apurar que, independentemente do sistema antroponímico utilizado, a identificação de mais de três quartos¹¹³⁸ da população eclesiástica masculina (78,26%) em estudo não prescinde da designação complementar (gráfico 42), consistindo em expressões que posicionam o indivíduo numa hierarquia eclesiástica e/ou indicam, como já se mencionou, as funções exercidas¹¹³⁹, em afinidade com o que se observava em Bayeux, no final do séc. XII e inícios do séc. XIII¹¹⁴⁰.

De referir, aliás, que análoga preocupação é desenhada nas formas de denominação dos clérigos leoneses, desde o século X até ao século XIII, da cidade de Burgos, entre os séculos X a XII, e da Bretanha, entre os sécs. XI e XIII¹¹⁴¹, nas quais, quer na forma antroponímica do nome único, quer num sistema de denominação dupla, as designações complementares sempre foram uma constante, apontando comumente¹¹⁴² para uma função e/ou para a hierarquia eclesiástica¹¹⁴³.

¹¹³⁷ Bourin, 1992d, 123.

¹¹³⁸ Num total de 253 indivíduos eclesiásticos, contabilizaram-se 198 identificados com o recurso a uma designação complementar.

¹¹³⁹ Ex: Afonso Martins, clérigo do coro da Sé do Porto (ADP, L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172); Afonso Martins, tesoureiro da Sé (ADP, L. S., LXXIV, 250-259). Cf. apêndice 40.

¹¹⁴⁰ Neveux, 1990, 128-129.

¹¹⁴¹ Chedeville, 1992, 39.

¹¹⁴² Como se apurará mais adiante.

¹¹⁴³ Martínez Sopena, 1995b, 164-165; Garcia De Cortazar, 1995b, 255.

Quadro 38
O emprego dos sistemas antroponímicos (SA) em função da dicotomia eclesiásticos – laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV)¹¹⁴⁴.

| SA ¹¹⁴⁵ | Eclesiásticos | % | Laicos | % | Total global | % |
|--------------------|---------------|-------|--------|-------|---------------------|-------|
| I. | | | 7 | 1,20 | 7 | 0,84 |
| II. | 17 | 6,72 | 11 | 1,88 | 28 | 3,34 |
| III. | 4 | 1,58 | 105 | 17,95 | 109 | 13,01 |
| IV. 1 | 142 | 56,13 | 228 | 38,97 | 370 | 44,15 |
| IV. 2 | 47 | 18,58 | 112 | 19,15 | 159 | 18,97 |
| IV. 3 | 37 | 14,62 | 95 | 16,24 | 132 | 15,75 |
| IV. 4 | 4 | 1,58 | 4 | 0,68 | 8 | 0,95 |
| IV. 5 | 1 | 0,40 | 10 | 1,71 | 11 | 1,31 |
| V. | 1 | 0,40 | 13 | 2,22 | 14 | 1,67 |
| Total global | 253 | 100 | 585 | 100 | 838 ¹¹⁴⁶ | 100 |

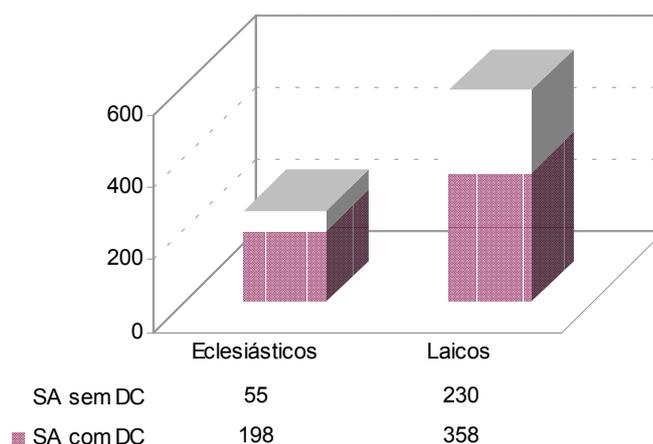


Gráfico 42 – O recurso às designações complementares (DC) na identificação dos eclesiásticos¹¹⁴⁷ e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV).

Algo de semelhante se passa com os leigos, mas com proporções ligeiramente inferiores, na medida em que a utilização do sistema IV.1 não chega a envolver metade dos indivíduos e o sistema III acaba por merecer, entre eles, alguma atenção, pois é

¹¹⁴⁴ As percentagens lêem-se na vertical.

¹¹⁴⁵ Consultar, no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120-121) ou a tabela avulsa.

¹¹⁴⁶ Este quadro não contempla todos os casos que suscitam dúvidas, quer no que diz respeito aos sistemas antroponímicos, quer no que diz respeito ao género. Assim, em vez de se contabilizar 843 indivíduos, registam-se 836. A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹¹⁴⁷ Como se referiu acima, identificaram-se apenas dois casos de indivíduos do estado eclesiástico, do sexo feminino.

ainda empregue na identificação de cerca de 18% dos indivíduos. Neste seguimento, a antroponímia laica revela traços ligeiramente mais conservadores, pois os sistemas ditos simples chegam a envolver cerca de 21% dos respectivos indivíduos (quadro 40), enquanto que, entre os eclesiásticos, identificam cerca de 13,5% da população, sendo de notar uma tendência geral para empregar mais o sistema antroponímico II em relação ao III (quadro 39).

Quadro 39
Os sistemas antroponímicos (S.A.), considerando os tipos de participação dos eclesiásticos do sexo masculino (Porto, séc. XIV)¹¹⁴⁸.

| SA ¹¹⁴⁹ | Eclesiásticos | | | | | | | | Total global | % |
|--------------------|---------------|-------|----------|-------|-------------|-------|------------|-------|--------------|-------|
| | Principais | % | Nomeados | % | Testemunhas | % | Redactores | % | | |
| I. | 7 | 2,88 | 6 | 4,35 | | | 1 | 33,33 | 14 | 2,46 |
| II. | 12 | 4,94 | 27 | 19,57 | 3 | 1,63 | | | 42 | 7,39 |
| III. | 11 | 4,53 | 6 | 4,35 | 4 | 2,17 | | | 21 | 3,70 |
| IV.1 | 124 | 51,03 | 61 | 44,20 | 94 | 51,09 | 2 | 66,67 | 281 | 49,47 |
| IV.2 | 44 | 18,11 | 14 | 10,14 | 55 | 29,89 | | | 113 | 19,89 |
| IV.3 | 42 | 17,28 | 21 | 15,22 | 22 | 11,96 | | | 85 | 14,96 |
| IV.4 | 1 | 0,41 | 1 | 0,72 | 6 | 3,26 | | | 8 | 1,41 |
| IV.5 | 1 | 0,41 | | | | | | | 1 | 0,18 |
| V. | 1 | 0,41 | 2 | 1,45 | | | | | 3 | 0,53 |
| Total global | 243 | 100 | 138 | 100 | 184 | 100 | 3 | 100 | 568 | 100 |

Uma tendência que quase se esbate ao ter-se em conta o tipo de participação que eles têm nos actos escritos, nomeadamente o dos *principais*, no qual aqueles sistemas de identificação (II e III) passam a conhecer níveis de utilização muito próximos. Em simultâneo, é de sublinhar que, quando participam como *nomeados*, a identificação clerical concede alguma atenção ao sistema II, que conhece níveis de emprego um pouco superiores aos sistemas IV.2 e IV.3. Como *testemunhas*, a seguir ao IV.1, o sistema IV.2 ganha particular relevância, na medida em que a sua percentagem atinge os 30%. Deste modo, se não se contemplar o sistema antroponímico mais predilecto – IV.1 –, detectam-se algumas variações na identificação dos eclesiásticos, consoante eles participam como *principais*, como *nomeados* ou *testemunhas* (quadro 39).

¹¹⁴⁸ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

¹¹⁴⁹ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

Quadro 40
Os sistemas antroponímicos (S.A), considerando os tipos de participação dos indivíduos laicos do sexo masculino (Porto, séc. XIV)¹¹⁵⁰.

| SA ¹¹⁵¹ | Laicos | | | | | | | | Total global | % |
|--------------------|------------|-------|----------|-------|-------------|-------|------------|-------|---------------------|-------|
| | Principais | % | Nomeados | % | Testemunhas | % | Redactores | % | | |
| I. | 2 | 1,69 | 8 | 2,77 | 1 | 0,32 | 1 | 0,89 | 12 | 1,45 |
| II. | 3 | 2,54 | 5 | 1,73 | 7 | 2,24 | | | 15 | 1,81 |
| III. | 10 | 8,47 | 90 | 31,14 | 45 | 14,42 | 2 | 1,79 | 147 | 17,73 |
| IV.1 | 57 | 48,31 | 84 | 29,07 | 101 | 32,37 | 87 | 77,68 | 329 | 39,69 |
| IV.2 | 5 | 4,24 | 57 | 19,72 | 98 | 31,41 | 15 | 13,39 | 175 | 21,11 |
| IV.3 | 35 | 29,66 | 29 | 10,03 | 52 | 16,67 | 6 | 5,36 | 122 | 14,72 |
| IV.4 | 1 | 0,85 | 4 | 1,38 | 3 | 0,96 | | | 8 | 0,97 |
| IV.5 | 4 | 3,39 | 2 | 0,69 | 4 | 1,28 | | | 10 | 1,21 |
| V. | 1 | 0,85 | 8 | 2,77 | 1 | 0,32 | 1 | 0,89 | 11 | 1,33 |
| Total global | 118 | 100 | 287 | 100 | 312 | 100 | 112 | 100 | 829 ¹¹⁵² | 100 |

No que diz respeito aos laicos, ainda que o sistema IV.1 seja o predominante no conjunto da população e, entre os *principais*, se encontre muito mais arraigado, é curioso observar que, à medida que se desloca a atenção para os *nomeados* e *testemunhas*, são esboçadas algumas assimetrias na forma de identificar os indivíduos (quadro 40). Entre os primeiros – os *nomeados* –, o sistema III adquire um particular destaque, em sintonia com o que já se referiu¹¹⁵³. No âmago das *testemunhas*, entre as quais se esboçou já uma tendência mais inovadora, os sistemas IV.1 e IV.2 conhecem níveis de emprego extraordinariamente próximos, enquanto que, numa escala inferior, os sistemas III e IV.3 apresentam níveis de utilização relativamente semelhantes.

6.2.3 Na esteira de uma “igualdade” social

Já se teve ocasião de asseverar que, no que diz respeito ao primeiro designativo, salvo ligeiras variações, eclesiásticos e laicos não denotam diferenças notórias, privilegiando ambos os mesmos nomes e primando pela condensação e cristalização dos *stocks* e preferências onomásticas.

¹¹⁵⁰ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

¹¹⁵¹ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹¹⁵² Não são contabilizados aqui os casos que suscitam dúvidas em relação ao sistema antroponímico em prática (3).

¹¹⁵³ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 5.1., a partir da p. 184.

No que diz respeito ao segundo designativo, atestou-se também que, não obstante alguns casos esporádicos, ele partilha de uma natureza essencialmente patronímica. De facto, a fraca proporção atribuída aos sistemas I e II acaba por sublinhar que todos os indivíduos masculinos, sejam eles eclesiásticos, sejam eles laicos, são identificados sem abdicar da referência paterna consubstanciada no *nomen paternum*. A questão que se coloca repousa sobre os sinais que se podem retirar desta prática antroponímica que tanto caracterizou o Noroeste ibérico, no séc. XII, e diferentes regiões do reino português¹¹⁵⁴, no séc. XIII. Será o culminar de uma evolução antroponímica que, na Europa Ocidental, se iniciou no séc. X?

É sabido que a evolução do sistema antroponímico eclesiástico, em França¹¹⁵⁵, nos séculos XI e XII, se revelou discrepante da dos laicos, porque mais lenta e regular¹¹⁵⁶, ainda que se tenha mostrado precoce quando comparada com a da antroponímia feminina, na Borgonha¹¹⁵⁷. Nesta região francesa, por exemplo, somente a partir da segunda metade do século XIII é que metade dos clérigos estudados era identificada com um sobrenome¹¹⁵⁸. Não obstante a referida assimetria, a localização geográfica conheceu o mesmo nível de importância na denominação quer dos laicos quer dos eclesiásticos, já que, no sistema antroponímico destes últimos, a designação complementar que o apoia modifica-se, a partir de meados do séc. XI, para associar a função clerical ao nome de um lugar onde ela era exercida¹¹⁵⁹. Isto enquanto a identificação dos laicos recorria cada vez mais a um sobrenome geográfico. O tipo de utilização oferecido à designação complementar na identificação eclesiástica e laica não era exactamente o mesmo: o laço familiar, essencialmente filial, definia o laico, sobretudo no séc. XI; o eclesiástico deixava de pertencer à sua linhagem¹¹⁶⁰.

Regressando ao Porto da centúria de Trezentos, o que se vê é que, quer se trate de um eclesiástico, quer se trate de um laico, independentemente do sistema antroponímico em uso, a denominação raramente prescinde de um nome próprio e de um patronímico, não correspondendo este último, como se teve oportunidade de aferir¹¹⁶¹, a um *nomina paterna* falso, uma mera reminiscência de um passado remoto. Bem pelo contrário, ele

¹¹⁵⁴ Durand, 1996, 413 e 415.

¹¹⁵⁵ Fiévé, 1992, 62; Michaud-Frejavielle, 1992a, 93, 97; Beck, 1992a, 101; Pascaud, 1992a, 108-109.

¹¹⁵⁶ Fiévé, 1992, 80; Michaud-Frejavielle, 1992a, 91-93, 97; Beck, 1992a, 99; Pascaud, 1992a, 108-110; Bourin, 1992c, 132-133, 141; Bourin, 1992d, 153.

¹¹⁵⁷ Beck, 1992a, 100-101.

¹¹⁵⁸ Bourin, 1992d, 154.

¹¹⁵⁹ Fiévé, 1992, 80; Pascaud, 1992a, 109.

¹¹⁶⁰ Fiévé, 1992, 80.

¹¹⁶¹ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 4.2, a partir da p. 150.

encontrava-se no seu pleno vigor, indicando, claramente, o nome próprio do pai e, testemunhando, em simultâneo, que as perspectivas de linhagem e de primogenitura estavam longe de se encontrarem enraizadas na urbe portuense. Assim, o eclesiástico, tal como o laico, mantém, no quadro antroponímico, o laço com o seu pai, coadunando-se com a evolução antroponímica apontada para os laicos, nos séculos anteriores, no Noroeste da Península Ibérica. O que, seguindo a opinião de Lluís To Figueras¹¹⁶², coloca a descoberto traços de uma herança de tradições visigóticas que, é conhecido, sustentavam a igualdade de todos os irmãos e irmãs relativamente aos direitos de hereditariedade. Um legado visigótico que, segundo aquele autor, se encontrava muito mais enraizado nas regiões ibéricas cristãs ocidentais¹¹⁶³, em relação às quais o Porto não constituiria, certamente, uma exceção.

Corresponderá então o uso sistemático do *nomen paternum* na cidade do Porto, a uma dinâmica familiar, na qual todos os filhos eram tratados de forma igual?

De acordo com Robert Durand¹¹⁶⁴, o patronímico coloca a tónica numa família segmentada em duas gerações, oferecendo não uma leitura vertical da família, mas sim horizontal, através da qual todos os irmãos são identificados e posicionados de forma equitativa¹¹⁶⁵. Por seu lado, o próprio ambiente económico e social que se fazia sentir no Porto trecentista parece apontar, também ele, para uma menor importância dos direitos de hereditariedade e de sucessão patrimonial e da riqueza. De facto, num espaço social dominado economicamente pelas fainas fluviais e marítimas, pelos mesteres, pelo pequeno e grande comércio, como era a cidade do Porto, onde um indivíduo tanto podia enriquecer como cair, precipitadamente, na indigência¹¹⁶⁶, seria, sobretudo, por meio do poder económico que os seus habitantes conquistariam clientelas, prestígio social, e reuniam condições para integrar o governo da cidade. Uma boa razão, então, poder-se-á admitir, para se prestar uma atenção especial e reforçada à família, ao seu património e às suas linhas sucessórias, à semelhança do que acontecia com as famílias privilegiadas de Florença, entre os séculos XIV e XVI, apoiadas nas linhagens, nas *case*¹¹⁶⁷. Com efeito, seria demasiado arrojado afirmar que, no Porto trecentista, a família era descurada, já que, de acordo com Armindo de Sousa, “família, riqueza e poder andaram

¹¹⁶² To Figueras, 2002, 61-62.

¹¹⁶³ Cf., também, Martínez Sopena, 2002, 74-76; Durand, 1982, 116-117.

¹¹⁶⁴ Durand, 1996, 413 e 415; Durand, 2002, 82.

¹¹⁶⁵ Bourin, 2002d, 10; Durand, 2002, 83-85.

¹¹⁶⁶ Veja-se, a este propósito, os exemplos oferecidos por Armindo de Sousa em relação a indivíduos, situados cronologicamente no séc. XV, que foram arrastados para a pobreza (Sousa, 1995, 208-209).

¹¹⁶⁷ Klapisch-Zuber, 1990, 9.

conexos”¹¹⁶⁸, como se fará alusão mais adiante, podendo identificar-se, entre 1306 e 1364, o cruzamento de três importantes famílias: os Escadas, os Caldelas e os Bicos¹¹⁶⁹. O mesmo indiciam algumas das configurações relacionais interactivas que, como se verificará adiante, sustêm este trabalho e nas quais é possível, por vezes, reconstituir traços de estratégias familiares na organização e transmissão de riqueza e/ou de património, girando em torno de certos indivíduos, como é o caso de:

- *Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu (morador na Rua das Eiras da cidade do Porto)*¹¹⁷⁰;
- *Vicente Martins Barreiros e sua mulher Maior Domingues das Eiras*¹¹⁷¹;
- *Francisco Eanes, mercador e sua mulher Maria Eanes, vizinhos e moradores na cidade do Porto*¹¹⁷²;
- *Joana Domingues Amada*¹¹⁷³;
- *João Cabraes e sua mulher Aldonça Mateus, cidadãos que foram do Porto*¹¹⁷⁴;
- *Gil Martins das Tendas, morador entre os açougues e sua mulher Margarida Rodrigues*¹¹⁷⁵;
- *Estêvão Peres dito Cadernos, marido que foi noutro tempo de Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto*¹¹⁷⁶.

Contudo, considera-se que, num ambiente daqueles, mais do que a família da qual se era oriundo, mais do que a herança a que se teria direito, seria sublimada essencialmente a capacidade do indivíduo de fazer render essa mesma herança, a capacidade de ele vingar nas intempéries de uma vida que se revelava precária e sinuosa¹¹⁷⁷. Assim, mais importante do que a família, seria, possivelmente, a real posse de riqueza e/ou o exercício de uma actividade económica, de um ofício, de uma função que, de acordo com a sua importância social, distinguiria e posicionaria o indivíduo, pois se tal não acontecesse, segundo Armindo de Sousa, o indivíduo cairia na falência e,

¹¹⁶⁸ Sousa, 1995, 210.

¹¹⁶⁹ Sousa, 1995, 210; Soares, 1962-1965b, 335.

¹¹⁷⁰ Cf., no apêndice 48, a CRI II.

¹¹⁷¹ Cf., no apêndice 48, a CRI III.

¹¹⁷² Cf., no apêndice 48, a CRI V e VI.

¹¹⁷³ Cf., no apêndice 48, a CRI X.

¹¹⁷⁴ Cf., no apêndice 48, a CRI XI.

¹¹⁷⁵ Cf., no apêndice 48, a CRI XIII.

¹¹⁷⁶ Cf., no apêndice 48, a CRI XIII.

¹¹⁷⁷ *Vid.*, no presente estudo, parte III, ponto 7, a partir da p. 273.

com ele, a sua linhagem¹¹⁷⁸. É neste tipo de *habitat* social onde os indivíduos têm de construir os seus próprios destinos que, embora incidam sobre um espaço social diferente, as palavras de Patrice Beck¹¹⁷⁹ ganham sentido relativamente às condições que mais propiciavam, nos séculos XI e XIII, a proliferação, não de apelidos de família, mas sim dos patronímicos:

« [...] le surnom est certes transmissible et se transmet dès son apparition au sein du milieu aristocratique dans la seconde moitié du XI^{ème} siècle. Mais au XIII^{ème} siècle, pas davantage aux XIV^{ème} et XV^{ème} siècles, il n'est encore fixé pour tous, surtout dans le milieu roturier et pour ceux qui ne perpétuent pas le patrimoine: ceux qui n'héritent pas et doivent, à l'extérieur du noyau familial, se faire un nom comme une fortune, acquérir un fief par exemple dont ils pourront prendre le nom pour en jouir, le fixer et le transmettre. Ce sont ceux-là qui entretiennent dans nos sources la fluidité patronymique enregistrée. »

Assim, não é de todo descabido lembrar também Étienne Hubert, quando defende que, entre os séculos X e XIII, a perspectiva linhagística poderia encontrar algum terreno fértil entre os notáveis dos grandes centros urbanos europeus, como acontecia com a cidade de Roma, mas nos centros de densidade populacional menor mais facilmente imperaria a segmentação das famílias por par de gerações¹¹⁸⁰.

Ora, em pleno século XIV, ao contrário da cidade de Florença renascentista¹¹⁸¹, o Porto era ainda uma pequena cidade quando comparada com a envergadura demográfica dos centros urbanos mais importantes da Europa. É sabido que entre os séculos XII e XIV, sob o domínio senhorial eclesiástico, a cidade do Porto foi crescendo em direcção à “zona ribeirinha”, dilatando-se junto ao rio, abraçando o Monte do Olival, anexando Miragaia até Monchique¹¹⁸², denotando uma tendência geral de crescimento e progresso¹¹⁸³, tal como testemunha a construção de novas muralhas, a partir do reinado de D. Afonso IV e à semelhança de outras cidades portuárias como Setúbal, Aveiro, Vila do Conde, entre outras. Contudo, segundo Oliveira Marques, em termos de área amuralhada, ela não deixou nunca de ser, no interior do reino português, nos últimos

¹¹⁷⁸ Sousa, 1995, 208.

¹¹⁷⁹ Beck, 1995, 127.

¹¹⁸⁰ Hubert, 1996, 324.

¹¹⁸¹ Klapisch-Zuber, 1990, 9

¹¹⁸² Sousa, 1995, 159-160, 166-167.

¹¹⁸³ Marques, 1987, 186; Coelho, 1990, I, 38.

tempos da Idade Média, uma cidade de dimensões médias¹¹⁸⁴, próxima de Évora e de Santarém, ficando claramente aquém dos grandes centros urbanos medievais, já que Lisboa era, ao nível da Europa Ocidental, a única cidade portuguesa passível de comparação com Salamanca, Dijon, Siena ou Danzig¹¹⁸⁵.

Na esteira do pensamento de Étienne Hubert, o espaço urbano portuense estaria então muito mais aberto à perspectiva horizontal da família, o que favorecia, por sua vez, a continuação e o enraizamento do patronímico na identificação dos indivíduos.

Os laços com a figura paterna mantêm-se, portanto, praticamente intocáveis, quer se trate de mulheres, de homens¹¹⁸⁶, de eclesiásticos, ou de laicos. O que não significa, tal como refere Robert Durand¹¹⁸⁷, que os laços maternos se percam totalmente, considerando, como se apurou acima, que as mulheres, mesmo depois de casadas, continuam a ser identificadas com um patronímico, remetendo, assim, para o seu próprio pai – o avô materno de seus filhos.

Deste modo, a tela antroponímica em estudo acaba por esboçar uma família, na qual os avôs e tios, quer do lado paterno, quer do lado materno, seriam facilmente identificados, o pai constituiria uma figura central, enquanto a mulher, como se verificou acima, era situada entre a sua família consanguínea e a de aliança, e os filhos e filhas deteriam direitos iguais sobre a herança. Uma família essencialmente horizontal, onde os filhos e as filhas, os irmãos e irmãs, os tios e as tias, os sobrinhos e sobrinhas poderiam ter um papel a desempenhar, sobretudo, numa conjuntura que, com frequência, amputava e desamparava os núcleos familiares, levando para sempre alguns dos seus membros e obrigando a uma reestruturação. Uma conjuntura de sobressaltos demográficos, como previamente se sublinhou, que terá alimentado o vigor dos patronímicos. Com efeito, num momento de necessária reestruturação da vida familiar, no qual se exigiria um “começar de novo”, a perspectiva de uma família horizontal seria uma mais-valia, na medida em que ela facilitava muito mais a identificação daqueles que podiam amparar ou que deviam ou mereciam ser amparados, num esquema de troca de afectos¹¹⁸⁸ e de amparo económico e social¹¹⁸⁹. O que seria extraordinariamente importante num tempo em que se enterravam os mortos e se procurava cuidar dos

¹¹⁸⁴ Marques, 1994, 106-107; Marques, 1987, 184.

¹¹⁸⁵ Marques, 1994, 106-107.

¹¹⁸⁶ Em concordância com o que afirma Robert Durand (2002, 80, 82).

¹¹⁸⁷ Durand, 2002, 83, 85.

¹¹⁸⁸ Monique Bourin defende que, no estudo das relações familiares, é importante que os medievalistas considerem e analisem a evolução do vocabulário relativo ao parentesco e, em simultâneo, procurem estudar os tipos de afectividade que prevaleciam no interior das famílias (Bourin, 2002d, 8).

¹¹⁸⁹ *Vid.*, no presente estudo, a parte III, ponto 7, a partir da p. 273.

destinos dos vivos, num tempo em que, decerto, consciente ou inconscientemente, se procuraria preencher alguns “vazios emocionais”, como testemunham, por exemplo, as configurações relacionais interactivas relativas a *Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto*¹¹⁹⁰ e de *Gil Martins das Tendras, morador entre os açougues e sua mulher Margarida Rodrigues*¹¹⁹¹.

6.2.4 Diferenciação em torno de um desempenho eclesiástico¹¹⁹²

Além dos patronímicos, é de todo interessante, em afinidade com o que se desenvolveu em relação à dicotomia masculino-feminino, reparar no papel decisivo atribuído à designação complementar no cenário antroponímico e como ela pode manifestar a dicotomia eclesiásticos-laicos.

Quadro 41
Morfologia das designações complementares (DC)
em função da dicotomia eclesiásticos-laicos
(Porto, séc. XIV)¹¹⁹³.

| DC | Eclesiásticos | % | Laicos | % | Total global | % |
|--------------|---------------|-------|--------|-------|---------------------|-------|
| Composta | 135 | 68,18 | 143 | 39,94 | 278 | 50,00 |
| Simple | 63 | 31,82 | 215 | 60,06 | 278 | 50,00 |
| Total global | 198 | 100 | 358 | 100 | 556 ¹¹⁹⁴ | 100 |

Com efeito, atesta-se que, no conjunto dos eclesiásticos identificados com designações complementares, procura-se, em quase três quartos (68,18%) dos indivíduos, associar mais do que um tipo de referência, contribuindo assim para um domínio dos complementos morfologicamente compostos¹¹⁹⁵, não descurando, porém os simples¹¹⁹⁶. Precisamente o inverso acontece no seio dos laicos cuja

¹¹⁹⁰ Cf. a CRI II.

¹¹⁹¹ Cf. a CRI XIII.

¹¹⁹² Cf. apêndice 40.

¹¹⁹³ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹¹⁹⁴ De referir que aqui contabilizam-se 556, e não 554, porque foram contemplados os sistemas antroponímicos incógnitos, mas com uma designação complementar (2).

¹¹⁹⁵ Ex: Álvaro Gonçalves, cónego Sé do Porto (ADP, L. S., XCI, 55-61v). *Vid.* apêndice 49.

¹¹⁹⁶ Ex: João Eanes, clérigo do coro (ADP, L. S., LXXV, 20v-22v). *Vid.* apêndice 49.

identificação denota uma clara favoritismo pelas designações simples¹¹⁹⁷ relativamente às compostas¹¹⁹⁸ (quadro 41).

Contudo, se, quanto à forma das designações complementares, a dualidade eclesiásticos-laicos ganha alguma visibilidade, quando se contemplam os universos de referências das mesmas, verifica-se que as diferenças se dissipam, pois em ambas as populações em análise se apela ao desempenho destes na comunidade envolvente, privilegiando, principalmente, os vectores sócio-profissionais e geográficos, as duas traves-mestra que alimentam e amparam o conjunto das designações complementares. Consequentemente, é de sublinhar, então, o exíguo espaço oferecido à família nas designações complementares quer dos eclesiásticos quer dos laicos, embora nos primeiros ele seja quase inexistente (quadro 42). As designações complementares que se alimentam de dinâmicas familiares estão, de facto, como já se acendrou, entrosadas com a população feminina.

Quadro 42
As referências das designações complementares (DC) em função da dicotomia eclesiásticos-laicos, do género masculino (Porto, séc. XIV)¹¹⁹⁹.

| Referências das DC | Eclesiásticos | % | Laicos | % | Total global | % |
|-------------------------|---------------|-------|--------|-------|---------------------|-------|
| Sócio-profissional (SP) | 196 | 58,51 | 231 | 45,92 | 427 | 50,95 |
| Geográfica (G) | 136 | 40,60 | 224 | 44,53 | 360 | 42,96 |
| Familiar (F) | 3 | 0,90 | 48 | 9,54 | 51 | 6,09 |
| Total global | 335 | 100 | 503 | 100 | 838 ¹²⁰⁰ | 100 |

Não obstante, ao entrosar-se a morfologia e os universos referenciais das designações complementares, constata-se que a antroponímia dos eclesiásticos volta a adquirir alguma especificidade. De facto, denota-se que, em afinidade com o que se verificou em diferentes regiões francesas¹²⁰¹ a partir do séc. XI e durante o séc. XII (em Touraine¹²⁰², em Grenoble¹²⁰³, no Baixo Languedoque¹²⁰⁴), a antroponímia dos

¹¹⁹⁷ Ex: Álvaro Pais do Porto, criado de João Afonso Aranha (ADP, *L. S.*, XCI, 55-61v) ou João Rodrigues, ourives, morador no Porto (ADP, *L. S.*, LXXIII, 32-36, 154-157). *Vid.* apêndice 49.

¹¹⁹⁸ Ex: Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXVI, 156-162; LXXXVIII, 94-103; XCVIII, 195-201). *Vid.* apêndice 49.

¹¹⁹⁹ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹²⁰⁰ Contabilizam-se aqui todas as referências, independentemente da morfologia das designações complementares.

¹²⁰¹ Bourin, 1992d, 156.

¹²⁰² Fiévé, 1992, 63-64, 80.

¹²⁰³ Pascaud, 1992a, 109-110.

eclesiásticos mostra uma clara preferência pelo entrelaçamento de indicações de natureza sócio-profissional, nomeadamente um estatuto (ex: deão de¹²⁰⁵, chantre de¹²⁰⁶, cónego de¹²⁰⁷, clérigo de¹²⁰⁸) ou uma função ou incumbência (ex: abade de¹²⁰⁹, procurador de¹²¹⁰), com uma referência geográfica¹²¹¹ (quadro 43).

Quadro 43

A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) utilizadas na identificação dos indivíduos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV)¹²¹².

| Morfologia | Referência | Eclesiásticos | % | Laicos | % | Total global | % |
|------------------|-------------------------|---------------|-------|--------|-------|---------------------|-------|
| Simples | Sócio-profissional (SP) | 61 | 30,81 | 93 | 25,98 | 154 | 27,70 |
| | Geográfica (G) | 1 | 0,51 | 82 | 22,91 | 83 | 14,93 |
| | Familiar (F) | 1 | 0,51 | 40 | 11,17 | 41 | 7,37 |
| Simples - Total | | 63 | 31,82 | 216 | 60,34 | 278 | 50,00 |
| Composta | SP/G | 133 | 67,17 | 135 | 37,71 | 268 | 48,20 |
| | F/G | | | 5 | 1,40 | 5 | 0,90 |
| | F/SP/G | 2 | 1,01 | 2 | 0,56 | 4 | 0,72 |
| | F/SP | | | 1 | 0,28 | 1 | 0,18 |
| Composta - Total | | 135 | 68,18 | 143 | 39,94 | 278 | 50,00 |
| Total global | | 198 | 100 | 358 | 100 | 556 ¹²¹³ | 100 |

De referir ainda que no interior das designações complementares simples utilizadas na identificação dos eclesiásticos, as indicações sócio-profissionais são praticamente exclusivas. Ora, de acordo com o que foi já referido¹²¹⁴, estas indicações correspondem,

¹²⁰⁴ Embora seja conveniente referir que aqui – Baixo Languedoque – nem sempre a menção a uma função eclesiástica era utilizada na identificação dos eclesiásticos, em virtude, por exemplo, de a situação vivida pertencer mais à área do privado. A gradual imposição do sobrenome na antroponímia dos clérigos pode ter feito com que alguns deles não fossem identificados com uma menção à função, como acontecia por volta de 1200 (Bourin, 1992c, 135-138).

¹²⁰⁵ Ex: D. Rodrigo Eanes, deão do Porto (ADP, *L. O.*, XX, 28; XXIII, 16; *L. S.*, LXXX, 279-282v; LXXXVIII, 83-86v). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁰⁶ Ex: D. Gonçalo Gonçalves, chantre em outro tempo na Igreja do Porto (ADP, *L. O.*, VIII, 32; XXX, 32, *L. S.*, LXXV, 178-183; LXXVI, 39-51v; LXXIX, 203-216). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁰⁷ Ex: D. Martim Vasques, cónego da Sé do Porto (ADP, *L. S.*, XXX, 141-143v; LXXX, 133-140; LXXXVI, 92-108v). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁰⁸ Ex: Domingos Peres Repicalhas, clérigo do coro da Sé (ADP, *L. S.*, LXXIX, 55-61v; LXXX, 133-140; XC, 148-154). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁰⁹ Ex: Afonso Martins, abade de Silva Escura (ADP, *L. O.*, XVII, 11; XXIV, 37; *L. S.*, LXXXVIII, 226-230v). *Vid.* apêndice 49.

¹²¹⁰ Ex: Afonso Martins, abade de Ferreira, cónego, procurador do bispo (ADP, *L. S.*, XCVIII, 132-146v). *Vid.* apêndice 49.

¹²¹¹ Por exemplo: João Afonso Aranha, cónego da Igreja do Porto (ADP, *L. S.*, XCI, 55-61v; ADP, *L. S.*, XCVI, 49-54); João Eanes, cónego na Sé da cidade do Porto, abade da Igreja de Válega do Bispado do Porto (ADP, *L. O.*, XX, 28; XXIII, 16; XXVI, 7; *L. S.*, LXXIX, 55-61v; LXXXI, 238-244; LXXXII, 114-118v; LXXXVI, 92-108v; LXXXVII, 34-65; XC, 161-166v; CI, 346-353). *Vid.* apêndice 49.

¹²¹² A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹²¹³ De referir que aqui contabilizam-se 556, e não 554, porque foram contemplados os sistemas antroponímicos incógnitos, mas com uma designação complementar (2).

¹²¹⁴ *Vid.*, no presente estudo, na parte II, o ponto 3.2.1., a partir da p. 119.

por vezes, a títulos honoríficos (ex: *D.*¹²¹⁵) que, para além de serem raros, são utilizados quase exclusivamente (84,74%) na identificação dos eclesiásticos (gráfico 43).

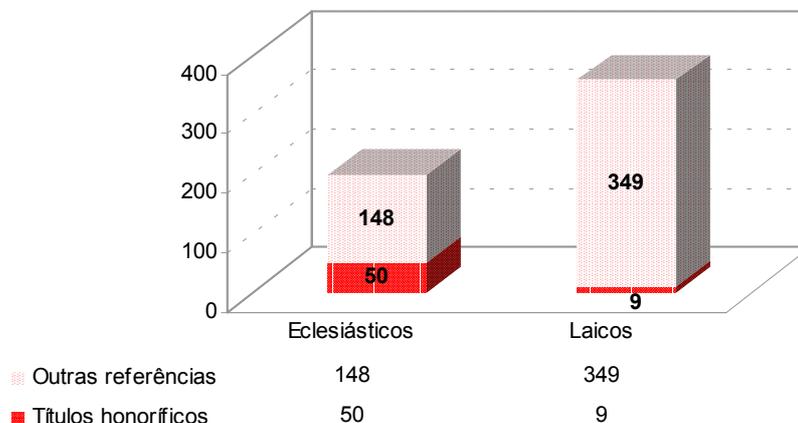


Gráfico 43 – A proporção de títulos honoríficos no conjunto das referências sócio-profissionais das designações complementares (DC), dos indivíduos eclesiásticos e leigos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV).

No que diz respeito aos leigos, o entrosamento entre a forma e as referências das designações complementares mostra uma maior variedade de possibilidades já que, embora não se descure as designações compostas que associam os patamares sócio-profissional e geográfico, os complementos simples têm um papel notório e abrem a possibilidade de alternar entre aqueles dois universos de referências, não se fechando de todo ao de natureza familiar (quadro 43).

Deste modo, fazendo interagir os diferentes elementos (designativos e designações complementares) que podem constituir os sistemas antroponímicos, constata-se que os indivíduos eclesiásticos são identificados tendo como referência três universos: a família (segundo designativo patronímico¹²¹⁶), a vida eclesiástica e o espaço onde ela é trilhada (designação complementar composta – funções, estatuto com localização geográfica). Neste contexto, a designação complementar continua a revelar o seu papel crucial na identificação dos indivíduos, pois, à semelhança do que acontecia na antroponímia feminina, é ela que, na Igreja do Porto, verdadeiramente diferencia um indivíduo eclesiástico em relação a outro, focalizando a atenção na função exercida. Era sobretudo o tipo de desempenho, o estatuto que, de facto, identificava e distinguia o

¹²¹⁵ Ex: D. João Domingues, mestre-escola (A.D.P., *L. S.*, XCVIII, fl. 72-80v).

¹²¹⁶ De referir que, no Baixo Languedoque, a partir de 1060, os primeiros sobrenomes na antroponímia dos clérigos constituíam essencialmente nomina paterna. (Bourin, 1992c, 133, 142 e Bourin, 1992d, 156).

indivíduo eclesiástico, lembrando o que se observava na Espanha cristã¹²¹⁷, em França (Touraine e Grenoble¹²¹⁸, como também em Nevers ou Orléans¹²¹⁹) e na Itália Meridional¹²²⁰, entre os sécs. XI e XIII.

Não esquecendo que a tela antroponímica é predominantemente masculina e laica, é interessante observar que ela ganha sobretudo cor quando se considera não a influência directa e isolada de um determinado tipo de participação ou de uma das dicotomias até agora enunciadas, mas sim quando se promove o entrosamento entre os referidos núcleos, na medida em que, como se verificou, eles, em uníssono, oferecem primazia ao sistema IV.1, girando em torno dele, ao mesmo tempo que se distinguem entre si, nos níveis de emprego que oferecem aos outros sistemas antroponímicos e na natureza dos elementos onomásticos, nomeadamente na morfologia e referenciais das designações complementares. Ora, sem descurar o universo geográfico, já explorado¹²²¹, tem-se vindo a frisar que estas indicações complementares, apenas à identificação do indivíduo, colocam a tónica nas categorias sócio-profissionais que, é sabido, desde tempos anteriores, têm vindo a oferecer à antroponímia urbana alguma especificidade¹²²², como testemunha, por exemplo, o predomínio dos nomes profissionais na cidade de Paris, nos finais do século XIII¹²²³.

Assim, é premente que se continue no universo social, centrando agora a atenção nas hierarquias, posicionamentos e desempenhos sócio-profissionais. É premente, portanto, que se mude de perspectiva de análise, fazendo-a agora incidir sobre um terceiro e último cotejo. Aquele que, no seio dos laicos, colaciona os que são diferenciados e os que, no *olhar* de agora, parecem ter caído no anonimato.

¹²¹⁷ Martínez Sopena, 1996, 67, 72.

¹²¹⁸ Fjévé, 1992, 63-64, 80; Pascaud, 1992a, 109-110.

¹²¹⁹ Michaud-Frejaville, 1992a, 92, 96.

¹²²⁰ Martin, 1996, 35.

¹²²¹ *Vid.*, neste estudo, na parte II, o ponto 5.2, a partir da p. 199.

¹²²² Bourin, 1990d, 240, 245; Cursente, 1990, 158.

¹²²³ Bourlet, 1992, 20-21.

6.3 Laicos e Categorias Sociais

Perscrutar o núcleo dos laicos que pouco tem de estático e procurar distingui-los socialmente não é tarefa fácil¹²²⁴ e daí a espessa fatia (48,31%) de *indeterminados* visível no gráfico 44. Realmente, como já se aludiu, é sabido que, no espaço social urbano portuense dos finais da Idade Média, eram sobretudo as circunstâncias e percursos de vida que faziam ou desfaziam os homens¹²²⁵. Por conseguinte, a atenção centrar-se-ia mais no que cada um tinha e fazia do que no seio familiar onde cada um nascia se bem que ele poderia estar conectado com o que o indivíduo detinha. Não porque se descursasse a filiação de cada indivíduo, pois os patronímicos continuavam em voga¹²²⁶, mas sim porque estes mesmos se terão tornado vulgares, atendendo à elevada concentração das preferências num número reduzido de nomes e, conseqüentemente, terão deixado a porta aberta a outros elementos bem mais coloridos.

De facto, à exceção da antroponímia feminina que é inserida no seio da relação matrimonial¹²²⁷, na dinâmica antroponímica, os laços familiares são remetidos para segundo plano e assumem cores mais esbatidas. E isto certamente porque a urbe portuense era uma cidade do rio e do mar, era uma cidade rendida ao comércio fluvial e marítimo, era uma cidade em torno da qual girava um colorido de gentes que conheciam posicionamentos e papéis diversificados. Do conjunto de indivíduos laicos identificados neste estudo, uma parte mergulha num anonimato social, dado que os dados obtidos não permitem determinar o seu posicionamento sócio-económico. São designados, neste estudo, de *indeterminados* e correspondem a quase metade da população masculina laica. Os outros, merecem um destaque particular por serem conectados com um estatuto e/ou com um tipo de desempenho na comunidade envolvente, permitindo, deste modo, determinar um pouco o seu posicionamento sócio-económico. Um colorido de

¹²²⁴ As dificuldades inerentes a este tipo de análise têm vindo a ser sublinhadas por diferentes investigadores, entre os quais se pode referir Patrice Beck, Benoit Cursente, Monique Bourin (Beck, 1990, 63; Cursente, 1990, 144; Bourin, 1990c 180-181).

¹²²⁵ Sousa, 1995, 208.

¹²²⁶ Como já se apurou anteriormente (*Vid.* parte II, ponto 4.2, a partir da p. 150).

¹²²⁷ Cf. na parte II, do presente estudo, no ponto 6.1, a partir da p. 216.

gentes que, embora de forma fragmentária, não deixa de ser espelhado pela antroponímia.

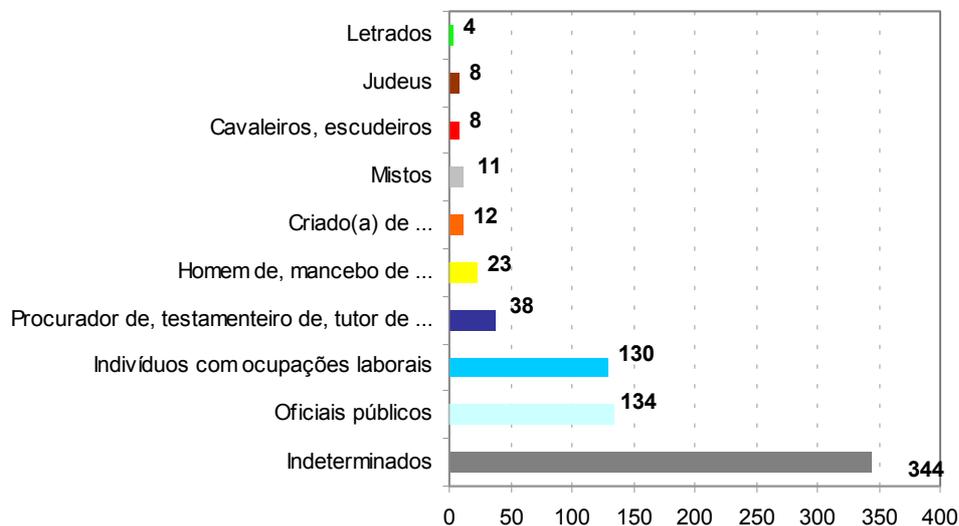


Gráfico 44 – Distribuição dos indivíduos laicos, em função de posicionamentos sócio-económicos (Porto, séc. XIV)¹²²⁸.

6.3.1 Os *determinados*

6.3.1.1 Indivíduos entrosados com um estatuto

Estes indivíduos, entrosados explicitamente com um estatuto, representam uma magra fatia no conjunto da população laica em estudo, verificando-se, em simultâneo, que são raras (1,54%) as situações em que se tem como referência mais do que um vector sócio-económico, apelidadas, no presente estudo, de *mistos*¹²²⁹.

De notar, desde logo, no espaço profano do Porto, a exígua presença de cavaleiros e escudeiros¹²³⁰, facto que não surpreende, considerando o quanto a nobreza era *persona*

¹²²⁸ Cf. apêndices 41, 42, 43, 44, 45, 46.

¹²²⁹ Ex: Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na rua das Eiras (L. S., LXXXVII, 211-218v). Cf. apêndice 46.

¹²³⁰ Os indivíduos com este estatuto são os seguintes: Diogo Rodrigues, escudeiro de D. Martinho (ADP, L. S., LXXIV, 219-224); D. Maior Eanes, mãe de João Redondo (cónego da Igreja do Porto) (ADP, L. S., LXXIV, 65-68; ADP, L. S., LXXIX, 55-61v(?)); Fernão Eanes, advogado, cavaleiro (ADP, L. O., XVII, 12; XX, 28; L. S., LXXV, 178-183; LXXXVI, 39-51v); Fernão Gonçalves, escudeiro de Nuno Fernandes de Marões (escudeiro da cidade do Porto) (ADP, L. S., LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v); Gonçalo Eanes, escudeiro do deão (ADP, L. S., LXXXII, 114-118v); Lourenço Eanes, escudeiro de D. Martim Vasques (cónego do Porto) (ADP, L. S., LXXXVI, 92-108v); Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto (ADP, L. S., LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v); Pedro Alvelo, escudeiro (ADP, L. S., LXXXIV, 202-205); Pedro Rodrigues, escudeiro, já finado (ADP, L. S.,

*non grata*¹²³¹ no burgo portuense e que os referidos casos corresponderiam a indivíduos da cidade enobrecidos. A mesma exiguidade¹²³² na documentação é apontada para os judeus¹²³³ (1,12%).

A maioria dos referidos indivíduos – cavaleiros e escudeiros, judeus, mistos – é remetida, em termos de participação nos actos escritos, para um plano secundário, atendendo a que, à excepção dos judeus, a sua presença é bem mais evidente no seio dos *nomeados* e das *testemunhas* do que entre os *principais*. A presença judaica é, de facto, mais notória no seio dos *principais* (gráfico 45).

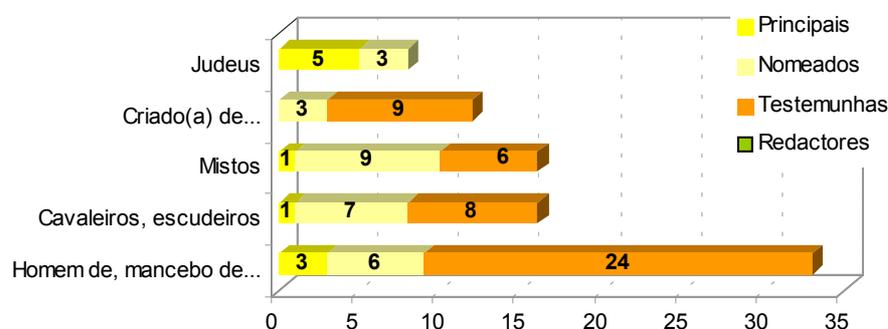


Gráfico 45 – Os indivíduos laicos, o posicionamento social e o tipo de participação nos documentos (Porto, séc. XIV).

Por seu lado, aqueles surgem enquadrados numa relação de dependência – *homem de, mancebo de* – ou de protecção – *criado de* – não constituem excepção à regra, pois, não deixando de constituir, também eles, uma minoria (4,91%), no conjunto dos *determinados*, são bem mais notados no seio dos *nomeados* e, em particular, no das *testemunhas* (gráficos 44 e 45).

De registar ainda que a categoria social dos indivíduos em análise é revelada não por informações extras, oferecidas pelos documentos, mas sim pela própria antroponímia.

LXXXVIII, 1-5). De notar aqui que não são considerados neste gráfico dois indivíduos cujo posicionamento social suscitou dúvidas. Como se pode atestar, a maioria destes indivíduos são conotados sobretudo com estratos de uma baixa nobreza urbana, pois são essencialmente escudeiros. *Vid.* apêndice 49.

¹²³¹ Soares, 1962-1965b, 342-343, 349-357; Peres, 1962-1965, 30-40; Cortesão, 1984, 101-103.

¹²³² De referir que nas cidades medievais da Galiza, a comunidade judaica representava uma fatia muito magra da população (López Carreira, 1999, 200-201).

¹²³³ De lembrar que, em resultado do anti-judaísmo espanhol, se assistiu, em Portugal, no século XIV, a um crescimento da população judaica, ao qual, embora a presença judaica remonte ao tempo de D. Hugo, a cidade do Porto não foi alheia, como testemunha a instituição da judiaria do Olival por D. João I (1386). Acerca da presença dos judeus na cidade do Porto, consultar: Barros, 1936, 168-171, 187-195; Ferro, 1970, 21, 23, 26, 45-57, 60-65; Marques, 1987, 35-39; Sousa, 1993, 352; Sousa, 1995, 132-133, 143, 215-217; Coelho, 1996, 351; Dias, 2003, 425-426, 431-437.

É, na realidade, o universo onomástico que os permite distinguir, observando-se que os sistemas antroponímicos ditos simples são mais utilizados na identificação dos judeus e *mistos*¹²³⁴ do que nas outras categorias, o que, no caso dos judeus, poderá prender-se com a singularidade dos seus nomes no *stock* onomástico que já se descreveu¹²³⁵.

Por seu lado, a designação quer dos cavaleiros e/ou escudeiros, quer dos que são designados em função de uma relação de dependência ou de protecção, privilegia claramente os sistemas complexos, com particular incidência, mais uma vez, no sistema IV.1, embora, entre os primeiros se esteja longe de negligenciar os sistemas IV.3 e IV.4 (quadro 44). Curioso é apurar que os sistemas IV.2 e IV.5 têm um aproveitamento praticamente nulo.

Quadro 44
Os sistemas antroponímicos (S.A) dos indivíduos laicos de acordo com a categoria social em que são inseridos (Porto, séc. XIV)¹²³⁶.

| SA ¹²³⁷ | <i>Criado de...</i> | % | <i>Homem de, mancebo de</i> | % | Cavaleiros, escudeiros | % | <i>Mistos</i> | % | Judeus | % | Total global | % |
|--------------------|---------------------|--------|-----------------------------|--------|------------------------|-------|---------------|-------|--------|-------|--------------------|-------|
| I | | | | | | | | | 2 | 25,00 | 2 | 3,077 |
| II. | | | 4 | 18,18 | | | | | 5 | 62,50 | 9 | 13,85 |
| III. | | | | | | | | | 1 | 12,50 | 3 | 4,615 |
| IV. 1 | 10 | 76,92 | 15 | 68,18 | 5 | 62,50 | 6 | 54,55 | | | 36 | 55,38 |
| IV. 2 | | | | | 1 | 12,50 | | | | | 2 | 3,077 |
| IV. 3 | 3 | 23,08 | 2 | 9,09 | 2 | 25,00 | 3 | 27,27 | | | 10 | 15,38 |
| IV. 4 | | | | | | | 1 | 9,09 | | | 1 | 1,538 |
| IV.5 | | | | | | | | | | | | |
| V. | | | 1 | 4,55 | | | 1 | 9,09 | | | 2 | 3,077 |
| com DC | 13 | 100,00 | 22 | 100,00 | 7 | 87,50 | 10 | 90,91 | 5 | 62,50 | 57 | 87,69 |
| sem DC | | | | | 1 | 12,50 | 1 | 9,09 | 3 | 37,50 | 8 | 12,31 |
| Total global | 13 | 100 | 22 | 100 | 8 | 100 | 11 | 100 | 8 | 100 | 65 ¹²³⁸ | 100 |

Os dados obtidos relativamente aos susoditos estatutos sociais são, porém, demasiado frágeis para que se possa tecer outras considerações¹²³⁹. No seu conjunto, é interessante aferir que os sistemas antroponímicos complexos eram basilares na identificação do indivíduo e, igualmente, importantes no espaço social que o envolvia, pois não somente integravam o indivíduo na dinâmica social, como ofereceriam

¹²³⁴ Cf. apêndice 46.

¹²³⁵ Os indivíduos identificados como sendo judeus são os seguintes: Jacob (mestre) e Jona, mulher de mestre Jacob (D.); Dourado (mestre) e Palomba, mulher de Mestre Dourado (D.); Salomão Baru; Veirianes; Vicenta e Sol (D.) (ADP, L. S. , LXXIX, 166-174). Cf. apêndice 49. Ver as considerações tecidas por Dias, 2003, 431.

¹²³⁶ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

¹²³⁷ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹²³⁸ Contabilizam-se aqui 65 e não 66 indivíduos porque o sistema de identificação de um deles encontra-se incompleto, não permitindo a sua identificação cabal: [...] homem de Rui Vasques (cónego da Sé da cidade do Porto).

¹²³⁹ Cf. sobre este assunto Ana Rodrigues (Rodrigues, 1994). *Vid.*, no presente estudo, a parte III, ponto 8.2, a partir da p. 311.

decididamente coordenadas à comunidade, imbuindo-a de uma existência concreta e singular. E isto porque os sistemas de denominação são constituídos não apenas por antropónimos, mas também, como já se teve oportunidade de apurar, por designativos de natureza geográfica ou sócio-profissional.

É precisamente neste contexto que se identificam e se distinguem os indivíduos laicos entrelaçados, nos documentos, com o desempenho de uma determinada actividade na sociedade, seja ela de natureza económica ou de natureza administrativa.

6.3.1.2 Indivíduos entrosados com um desempenho sócio-profissional

Com efeito não se pode omitir aqui, nos registos antroponímicos, um pouco à semelhança do que acontecia em Paris, nos últimos anos do século XIII¹²⁴⁰, as menções a variados tipos de ocupações laborais¹²⁴¹ que, por vezes imbricadas umas nas outras, aludem à construção civil (pedreiro, *obradeiro*¹²⁴²) ao abastecimento da cidade (ex: pescador¹²⁴³, almuinheiro(a)¹²⁴⁴, carneiro¹²⁴⁵, forneira¹²⁴⁶), aos mesteres de diversos sectores como o dos couros e peles¹²⁴⁷ (ex: sapateiro¹²⁴⁸, bainheiro¹²⁴⁹), das madeiras (ex: carpinteiro¹²⁵⁰), do têxtil (tosador¹²⁵¹, *dos panos*¹²⁵², alfaiate¹²⁵³), da cestaria (esteireiro¹²⁵⁴), do fabrico de armas e trabalho dos metais (ex: ferrador¹²⁵⁵ ou ferreiro¹²⁵⁶, couteiro¹²⁵⁷, açagador¹²⁵⁸, esporeiro¹²⁵⁹, ourives¹²⁶⁰), da vitivinicultura (ex:

¹²⁴⁰ Bourlet, 1992, 20-22.

¹²⁴¹ Como assinala Simone Roux, a generalidade das actividades económicas evidenciadas estão intimamente conectadas com o consumo directo da população urbana (Roux, 1994, 75). Cf., igualmente, Rodrigues, 1995, 305-324. Cf. apêndices 41 e 42.

¹²⁴² Geraldos Domingues que foi obradeiro (A.D.P., *L. O.*, VIII, 32). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁴³ Franco, 2001, 95-126

¹²⁴⁴ Cf. Monteiro, 2002, 58.

¹²⁴⁵ Cf. Almeida, 2002a.

¹²⁴⁶ Cf. Almeida, 2002d.

¹²⁴⁷ De lembrar que este sector, em conjunto com têxtil, constituiu uma das actividades económicas com mais peso em Torres Vedras, nas últimas centúrias medievais (Rodrigues, 1995, 283-284, 305-308).

¹²⁴⁸ Marques, 1987, 115-116, 120-121, 164, 194-197, 217.

¹²⁴⁹ Marques, 1987, 121.

¹²⁵⁰ Cf. Almeida, 2002b.

¹²⁵¹ Cf. Melo, 2001, 126-130.

¹²⁵² Polónia, 2001, 225-227.

¹²⁵³ Marques, 1987, 115-121, 164, 194-197, 217, 270-271.

¹²⁵⁴ Cf., por exemplo, Marques, 1987, 122, 147 e 439.

¹²⁵⁵ Cf. Almeida, 2002c.

¹²⁵⁶ Cf. Almeida, 2002e.

¹²⁵⁷ Marques, 1987, 122, 147, 339.

¹²⁵⁸ Cf. Ferreira, 1989, 192.

¹²⁵⁹ De referir que as esporas eram um dos produtos importados que passavam pela alfândega do Porto entre 1417 e 1435 (Marques, 1987, 164).

¹²⁶⁰ Marques, 1987, 43, 120-122, 146, 209, 262, 271.

tanoeiro¹²⁶¹, jaspeiro, vinhateiro¹²⁶²), sem esquecer ainda a actividade mercantil¹²⁶³ tão arreigado ao burgo portuense (mercador, tendeiro, almocreve, *cambeador*¹²⁶⁴, corretor, regateiro).

Este grupo de ocupações, nas quais se destacam claramente os mesterais e os mercadores, corresponde a 18,25% do conjunto dos indivíduos laicos¹²⁶⁵ (gráfico 44).

Uma outra fatia, idêntica em proporção (18,82%), é composta pelos indivíduos com um desempenho profissional imbricado no funcionalismo público¹²⁶⁶: *tabelião*, *juiz*, *escrivão*, *notário*, *almoxarife*, *ouvidor*, *corregedor*, *sobrejuiz*¹²⁶⁷.

A indicação a outro tipo de desempenhos, como *procurador de*, *testamenteiro de*, *tutor de*, é uma excepção na medida em que correspondem a apenas a cerca de 5% dos indivíduos identificados¹²⁶⁸.

Raras são, igualmente, as menções a letrados: *escolar*¹²⁶⁹, *doutor*¹²⁷⁰, *bacharel*¹²⁷¹.

Averigua-se, portanto, que cerca de 43% dos indivíduos laicos são identificados com uma indicação que remete a atenção para o seu desempenho, podendo, no entanto, enquadrar-se no universo multifacetado das actividades laborais (ex: *sapateiro*), nos ofícios públicos (ex: *tabelião*), no desempenho de uma determinada incumbência (ex: *procurador de*) ou na vivência de um grau académico (ex: *escolar*).

Coloca-se, porém, a questão se os respectivos designativos ou designações complementares corresponderiam, de facto, à realidade vivida pelo próprio indivíduo. Com efeito, em relação a este tipo de designativos, Iria Gonçalves não deixou de alertar para o referido escolho¹²⁷². Não obstante, na sequência do que foi dito e lembrando que a maioria das referidas menções ocorrem como terceiros designativos e como designações complementares¹²⁷³, defende-se que, numa parte substancial das situações identificadas, elas traduzem, efectivamente, a realidade sócio-profissional do indivíduo,

¹²⁶¹ Cf. Martins, 2002b, 339-342.

¹²⁶² Cf. Martins, 2002a, 124-126.

¹²⁶³ Oliveira, 1986, 20, 23-24, 28-31.

¹²⁶⁴ A.D.P., *L. O.*, XXIV, 1; *L. S.*, LXXXVIII, 88-93.

¹²⁶⁵ Cf. apêndice 42.

¹²⁶⁶ Ferreira, 1993, 23-36.

¹²⁶⁷ Cf. apêndice 43.

¹²⁶⁸ Cf. apêndice 44.

¹²⁶⁹ Os casos encontrados são os seguintes: Aires Lourenço, *escolar* (ADP, *L. S.*, XCVII, 141-154); Gonçalo *escolar* (ADP, *L. S.*, LXXXVII, 90-96); Martinho, *escolar* (ADP, *L. S.*, LXXIV, 65-68). Cf. apêndice 49.

¹²⁷⁰ Identificou-se a seguinte situação: Gil do Sem, *doutor*, filho de Constança Martins e de Pedro Sem (ADP, *L. O.*, XX, 23). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁷¹ Inventariaram-se os seguintes casos: Afonso Peres, *bacharel em leis e em degredos, vassalo e sobrejuiz do rei* (*L. S.*, LXXV, 170-176v) e Bartolomeu Martins, *bacharel em degredos vassalo e sobrejuiz do rei D. João I* (*L. S.*, LXXV, 170-176v). Cf. apêndice 46.

¹²⁷² Gonçalves, 1988a, 84-85.

¹²⁷³ De referir que Iria Gonçalves defende que, quando o nome proveniente de profissão surge imediatamente a seguir ao nome próprio, ele deve ser considerado como parte integrante do antroponímico, como um apelido (Gonçalves, 1988a, 85).

pois é de recordar que estas menções seriam mais espontâneas e se, tal como refere Iria Gonçalves, alguém desempenhava uma actividade, nada seria mais natural do que os outros designarem-no, considerando essa mesma especificidade¹²⁷⁴. A mesma prática parece ser vislumbrada nas cidades italianas, só que com ligeiras discrepâncias, na medida em que, nelas, os pequenos mercadores e mesterais eram, ao contrário das elites urbanas, designados com sistemas de identificação mais simples, nos quais o segundo elemento onomástico podia consistir num designativo de natureza profissional¹²⁷⁵.

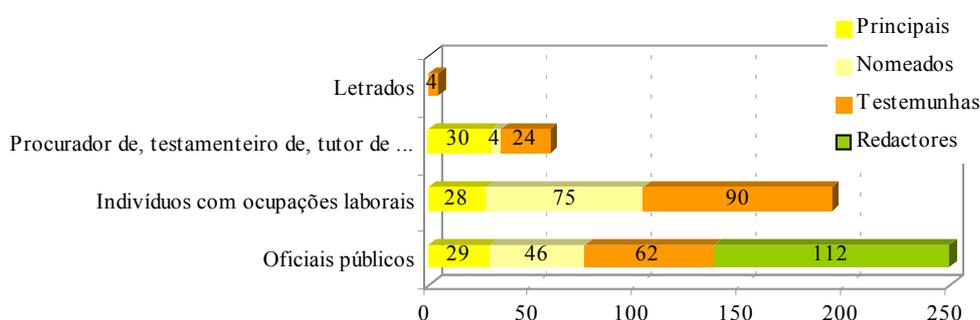


Gráfico 46 – Os indivíduos laicos associados a um desempenho e o tipo de participação que conhecem nos documentos (Porto, séc. XIV).

As referidas indicações acabam por colocar a tónica na competência¹²⁷⁶ do indivíduo, sublinhando a forma como os respectivos indivíduos são úteis e contribuem para o enriquecimento, para a administração, dinâmica e prestígio da cidade. Revelam assim um reconhecimento social, um certo grau da estima social inerente à hierarquia social, segundo Thierry Dutour¹²⁷⁷, pois trata-se de indivíduos activos, intervenientes na dinâmica económica, administrativa, judicial e social do espaço urbano do Porto. Porém, somente 22% destes indivíduos¹²⁷⁸ é que participam na documentação como *principais*, já que a maioria, à excepção dos oficiais públicos, encontram-se entre os *nomeados* e as *testemunhas*. Cerca de metade (44,97%) dos que são enlaçados com o funcionalismo público corresponde substancialmente aos *redactores* dos actos escritos,

¹²⁷⁴ Gonçalves, 1988b, 117; Hubert, 1996, 346-347.

¹²⁷⁵ Menant, 2002, 104.

¹²⁷⁶ Dutour, 2003, 212-213 e Dutour, 1997, 312-313. Cf. também Moeglin, 1997, 351.

¹²⁷⁷ Dutour, 1997, 312-313, 317-318.

¹²⁷⁸ Os indivíduos identificados em função do desempenho sócio-profissional (oficiais públicos, ocupacionais laborais, procuradores de... e letrados) recolhem 87 participações num conjunto dos 415 indivíduos laicos determinados socialmente que participam entre os principais.

enquanto que a outra fatia é igualmente oferecida sobretudo pelos núcleos das *testemunhas e nomeados* (gráfico 46).

É interessante verificar que, independentemente da desigualdade verificada entre os seus cálculos, indivíduos com ocupações laborais, oficiais públicos e os que são associados ao desempenho de *procurador de* ou *testamenteiro de* ou *tutor de* contribuem em proporções muito idênticas para o grupo dos *principais*, enquanto que o mesmo já não se verifica em relação aos outros tipos de participação, como o dos *nomeados* entre os quais os indivíduos que desempenham o papel de *procurador de* ou *testamenteiro de* ou *tutor de* são praticamente inexistentes. Isto porque, na generalidade das situações encontradas, eles participam como *principais* em documentos que procuram a defesa e respeito dos interesses e vontades de quem representam.

Observa-se que, ainda que os sistemas antroponímicos simples conheçam, entre os indivíduos em análise – os que se conectam com o desempenho social –, níveis de utilização irrisórios, a sua identificação partilha dos traços gerais apresentados pela tela antroponímica. Não obstante, participando muito mais como *testemunhas e nomeados*, são precisamente alguns daqueles indivíduos os que lhe oferecem maior variedade e colorido.

De facto, ao focalizar o olhar sobre os sujeitos, em função do desempenho a que são associados, apura-se que são especialmente os que se enquadram no mundo do trabalho¹²⁷⁹ aqueles cuja antroponímia assume contornos algo inovadores. Na verdade é possível afirmar que, ao assentar no sistema complexo, a sua designação privilegia, não o sistema IV.1, como seria de esperar, em função do que tem vindo a ser delineado, mas sim e essencialmente os sistemas IV.2 e IV.3, averiguando-se que os sistemas com e sem designações complementares apresentam percentagens mais próximas do que as apontadas no seio dos outros indivíduos associados a um desempenho social (quadro 45).

Com efeito, o mesmo já não se verifica com a antroponímia dos oficiais públicos ou com a dos que têm o papel de *procurador de*, *testamenteiro de*, *tutor de*, pois a sua onomástica sustenta-se sobretudo do sistema IV.1, reservando aos outros sistemas um fraco aproveitamento e beneficiando particularmente as designações complementares.

¹²⁷⁹ Cf. apêndice 42.

Quadro 45
Os sistemas antroponímicos (S.A)¹²⁸⁰ dos indivíduos leigos, em função do exercício de uma actividade (Porto, séc. XIV)¹²⁸¹.

| SA ¹²⁸² | Oficiais públicos | % | Indivíduos com ocupações laborais | % | Procurador de, testamenteiro de, tutor de | % | Letrados | % | Total global | % |
|--------------------|---------------------|-------|-----------------------------------|-------|---|------|----------|-----|--------------|-------|
| I. | | | | | | | | | | |
| II. | | | 1 | 0,77 | | | | | 1 | 0,33 |
| III. | | | 6 | 4,62 | | | 2 | 50 | 8 | 2,62 |
| IV. 1 | 89 | 66,92 | 16 | 12,31 | 25 | 65,8 | | | 130 | 42,62 |
| IV. 2 | 21 | 15,79 | 53 | 40,77 | 8 | 21,1 | 1 | 25 | 83 | 27,21 |
| IV. 3 | 16 | 12,03 | 44 | 33,85 | 5 | 13,2 | 1 | 25 | 66 | 21,64 |
| IV. 4 | 2 | 1,50 | 1 | 0,77 | | | | | 3 | 0,98 |
| IV. 5 | | | 9 | 6,92 | | | | | 9 | 2,95 |
| V. | 5 | 3,76 | | | | | | | 5 | 1,64 |
| SA com DC | 110 | 82,71 | 70 | 53,85 | 30 | 78,9 | 1 | 25 | 211 | 69,18 |
| SA sem DC | 23 | 17,29 | 60 | 46,15 | 8 | 21,1 | 3 | 75 | 94 | 30,82 |
| Total global | 133 ¹²⁸³ | 100 | 130 | 100 | 38 | 100 | 4 | 100 | 305 | 100 |

Deste modo, desenha-se que os sistemas antroponímicos mais complexos são utilizados especialmente na identificação dos indivíduos que, participando com mais frequência como *testemunhas*¹²⁸⁴, são mais conectados com a actividade e dinâmica económica da cidade, na qual se enquadram os sectores mesteiral e mercantil. São elas que oferecem traços próprios às cidades medievais, como refere Anselmo López Carreira¹²⁸⁵. São elas também que, aqui, oferecem à antroponímia da cidade do Porto contornos mais específicos. E é precisamente esta especificidade que permite identificar e individualizar os que pertencem ao mundo do trabalho, na medida em que, no total dos 130 indivíduos identificados, quase todos eles (98,46%)¹²⁸⁶ têm, na sua identificação, um elemento que remete de forma explícita para a ocupação económica¹²⁸⁷. Em sintonia com o que já foi dito¹²⁸⁸, esse elemento ora assume a forma

¹²⁸⁰ Não se consideram aqui os sistemas antroponímicos e as coordenadas cronológicas que suscitem dúvidas.

¹²⁸¹ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

¹²⁸² Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹²⁸³ Contabilizam-se aqui 133 indivíduos e não 134 oficiais públicos porque o sistema de um destes indivíduos encontra-se incompleto, não permitindo identificá-lo: João ..., juiz ordinário na cidade do Porto.

¹²⁸⁴ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 5.1, a partir da p. 184.

¹²⁸⁵ López Carreira, 1999, 215-218.

¹²⁸⁶ No total de 130 indivíduos associados às ocupações laborais, 128 (94,81%) têm na sua designação a referência directa à actividade. Os restantes (6) têm uma referência indirecta no seu sistema de identificação, a partir da qual se coloca a possibilidade de eles se encontrarem inseridos no mundo do trabalho. Ex: Estêvão Eanes das Tendas, cidadão do Porto (ADP, *L. O.*, XXVIII, 6).

¹²⁸⁷ Ex: Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175; XCVIII, 72-80v); Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto (ADP, *L. O.*, XII, 51). *Vid.* apêndice 49.

de terceiro designativo¹²⁸⁹, ora integra uma designação complementar¹²⁹⁰ que, com alguma frequência, o articula com outro tipo de informações de natureza geográfica ou social.

A antroponímia assume-se, então, em relação a estes indivíduos, como um verdadeiro marcador social, considerando que eles representam apenas cerca de 19%¹²⁹¹ do conjunto de indivíduos laicos e cerca de 13%¹²⁹² do total de indivíduos que se conseguiram identificar e associar à cidade do Porto, na centúria de Trezentos. A antroponímia não somente os identifica como os distingue e diferencia de outros que, na documentação, conhecem um posicionamento social indeterminado (gráfico 47).

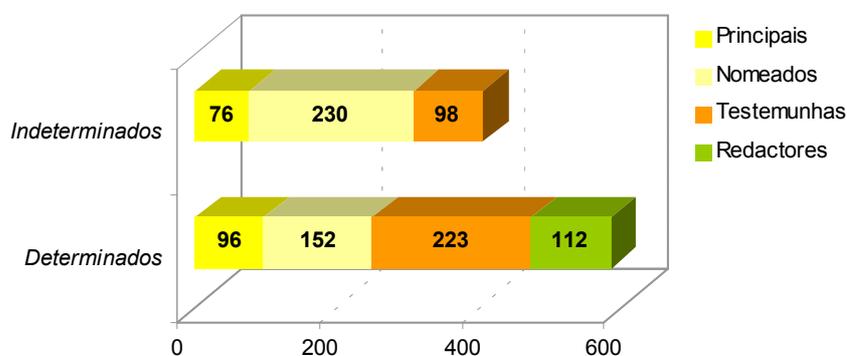


Gráfico 47 – Confronto entre os indivíduos laicos *indeterminados* e os *determinados* socialmente, considerando o tipo de participação (Porto, séc. XIV).

6.3.2 Os *indeterminados*

Foi referido já que, participando nos diferentes actos escritos, mais como *nomeados* do que como *principais* ou *testemunhas* (gráfico 47), os *indeterminados* abraçam um conjunto de indivíduos, ao todo 344 (gráfico 44), que, no seio da referida documentação, caíram numa espécie de anonimato social, na medida em que são

¹²⁸⁸ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, pontos 3. e 4., a partir das páginas 101 e 129, respectivamente.

¹²⁸⁹ Ex: Afonso Bartolomeu, ourives (ADP, *L. S.*, LXXIV, 65-68), Afonso Eanes, sapateiro morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria (ADP, *L. O.*, XII, 51, *L. S.*, LXXVI, 156-162; *L. S.*, LXXXVIII, 94-103), Domingos Fernandes, tanoeiro morador na cidade do Porto (ADP; *L. S.*, LXXXII, 30-35). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁹⁰ Ex: Álvaro Vicente, tendeiro do Porto (ADP, *L. S.*, LXXXII, 161-175) ou Francisco da Guarda, mercador, cidadão do Porto (ADP, *L. S.*, XCVI, 204-224). *Vid.* apêndice 49.

¹²⁹¹ Um conjunto de 130 indivíduos, no total dos 712 indivíduos laicos em estudo.

¹²⁹² Um conjunto de 130 indivíduos, no total de 967 indivíduos identificados.

acompanhados por dados extremamente exíguos relativamente ao seu estatuto e/ou desempenho no espaço económico e social portuense. Não se podendo, portanto, recolher grandes informações, os *indeterminados* equivalem a indivíduos cuja categoria social permanece na incógnita. Todavia, importa lembrar que entre eles se encontram mulheres que, porque são laicas e porque, na sua generalidade, como se aferiu já, não são acompanhadas por referências sociais, além da identidade do marido, acabam por cair no anonimato, já que são pouco entrosadas com o espaço público. Cerca de 32,26%¹²⁹³ dos ditos *indeterminados* correspondem, assim, a mulheres, o que não pode ser omitido, já que, em sintonia com o que foi dito anteriormente, a presença do género feminino acaba por oferecer à tela antroponímica uma tónica familiar. Considerando, agora, apenas os indivíduos laicos *indeterminados* do sexo masculino (238), importa ainda lembrar que, também no âmago destes, se encontram indivíduos que mereceram ser identificados com menções que, conectadas com referências geográficas, indiciam, paralelamente, como já se referiu, estatutos e posicionamentos económicos, sociais e políticos dos indivíduos. Ao todo, correspondem a cerca de 17,73%¹²⁹⁴ dos susoditos *indeterminados*. Ora, quer estes indivíduos, quer os do género feminino já foram amplamente *objecto* de análise, pelo que, se eles fossem envolvidos nesta análise poderiam adulterar um pouco o estudo dos *indeterminados*, que agora se pretende efectuar.

Desta feita, ao lembrar-se que, no seio dos ditos *indeterminados*, se encontram as mulheres laicas sem referências sócio-profissionais (111) e os indivíduos de sexo masculino que são diferenciados com as susoditas menções geográficas (63), verifica-se que, afinal, o cômputo que lhes é atribuído (170) não é tão substancial quanto se afigurava inicialmente (344).

A atenção centrar-se-á, portanto, nestes 170 *indeterminados* que, por sua vez, correspondem praticamente a um quarto (23,87%)¹²⁹⁵ dos laicos e a apenas 17,58%¹²⁹⁶ do conjunto da população em análise.

Neste seguimento, é interessante apurar que é identificada cerca de metade dos indivíduos *indeterminados* socialmente não com o sistema antroponímico que se revelou mais vulgar (IV.1), mas sim com o sistema simples III, contrariando, assim, os

¹²⁹³ No total de 344 laicos indeterminados, 111 (31,71%) indivíduos pertencem ao género feminino.

¹²⁹⁴ No total de 344 laicos indeterminados, 63 (18,31%) correspondem a indivíduos do sexo masculino.

¹²⁹⁵ No conjunto 712 indivíduos laicos, os indeterminados, sem contemplar as mulheres e os que usufruem das referências morador do Porto, vizinho do Porto e cidadão do Porto (174, no total), envolvem apenas 170 (23,70%) indivíduos.

¹²⁹⁶ No total de 967 indivíduos, os indeterminados, sem considerar as mulheres e os que usufruem das referências morador do Porto, vizinho do Porto e cidadão do Porto, envolvem apenas 170 (17,58%) indivíduos.

traços gerais da tela antroponímica. Tal não implica, porém, que os sistemas complexos sejam descurados, atendendo a que os sistemas IV.1 e IV.2, juntos, com níveis de utilização próximos, identificam cerca de 33% dos indivíduos. Os restantes sistemas de identificação constituem claras excepções, verificando-se mesmo que os sistemas IV.4 e IV.5 não são utilizados, ao mesmo tempo que o sistema V é suficiente para designar cinco indivíduos (quadro 46).

Quadro 46
Os sistemas antroponímicos (S.A.) dos indivíduos laicos,
distinguindo os *indeterminados* dos *determinados* socialmente
(Porto, séc. XIV)¹²⁹⁷.

| SA ¹²⁹⁸ | <i>Indeterminados</i> ¹²⁹⁹ | % | <i>Determinados</i> ¹³⁰⁰ | % | Total global | % |
|--------------------|---------------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|--------------|-------|
| I | 6 | 3,55 | 2 | 0,54 | 8 | 1,49 |
| II. | 4 | 2,37 | 10 | 2,72 | 14 | 2,61 |
| III. | 96 | 56,8 | 9 | 2,45 | 105 | 19,55 |
| IV. 1 | 25 | 14,79 | 166 | 45,11 | 191 | 35,57 |
| IV. 2 | 30 | 17,75 | 84 | 22,83 | 114 | 21,23 |
| IV. 3 | 3 | 1,78 | 75 | 20,38 | 78 | 14,53 |
| IV. 4 | | | 4 | 1,09 | 4 | 0,74 |
| IV.5 | | | 9 | 2,45 | 9 | 1,68 |
| V. | 5 | 2,96 | 17 | 4,62 | 22 | 4,10 |
| SA com DC | 37 | 21,89 | 269 | 73,10 | 306 | 56,98 |
| SA sem DC | 132 | 78,11 | 99 | 26,90 | 231 | 43,02 |
| Total global | 169 ¹³⁰¹ | 100 | 368 | 100 | 537 | 100 |

Por conseguinte, a antroponímia dos ditos *indeterminados* revela traços bem diferentes da dos ditos *determinados*, pois o terceiro designativo e as designações complementares têm uma fraca expressão entre os *indeterminados* (quadro 46), justificando, desta maneira, o anonimato em que os respectivos indivíduos mergulharam. De facto, enquanto que não chega a um quarto (25%) os *indeterminados* identificados com sistemas que fazem uso de uma designação complementar, quase três quartos (73%) dos *determinados* não prescindem daquele elemento.

Assim, é interessante apurar que as designações complementares estão associadas à identificação de indivíduos cujo posicionamento e desempenho económico, social e

¹²⁹⁷ A leitura das percentagens deve ser feita na vertical.

¹²⁹⁸ Cf., no presente estudo, o quadro 11 (pp. 120 e 121) ou tabela avulsa.

¹²⁹⁹ Laicos indeterminados abraçam os indivíduos laicos que, nos documentos, não são acompanhados de qualquer tipo de referências. Deste modo, de acordo o que foi referido, não são contabilizados aqui as mulheres laicas sem referências sócio-profissionais (111) e os indivíduos de sexo masculino que são diferenciados com menções geográficas (63).

¹³⁰⁰ Laicos determinados dizem respeito, neste quadro, aos indivíduos laicos com referências a um estatuto ou desempenho sócio-profissional.

¹³⁰¹ Neste cômputo não se consideram os sistemas que suscitaram dúvidas (1).

político merece, no contexto dos documentos, ser realçado, conhecendo, essencialmente, uma morfologia simples na identificação da generalidade dos indivíduos *indeterminados* identificados com o referido complemento (quadro 47).

Quadro 47
Morfologia das designações complementares (DC),
distinguindo os *indeterminados* dos *determinados* socialmente
(Porto, séc. XIV)¹³⁰².

| DC | <i>Indeterminados</i> | % | <i>Determinados</i> | % | Total global | % |
|--------------|-----------------------|-------|---------------------|-------|--------------|-------|
| Simple | 34 | 91,89 | 146 | 54,28 | 180 | 58,82 |
| Composta | 3 | 8,11 | 123 | 45,72 | 126 | 41,18 |
| Total global | 37 | 100 | 269 | 100 | 306 | 100 |

Mais uma vez as designações complementares revelam, assim, o papel crucial que cumprem, não somente nas práticas antroponímicas, mas também na identificação e posicionamento social do indivíduo.

6.3.2.1 Entre o anonimato social e a família

Ao focalizar a atenção, nos universos de referência dos complementos relativos à identificação dos *indeterminados* (quadro 49), é curioso observar que, se as referências sócio-profissionais se mostram exíguas e ambíguas como, por exemplo, *caseiro que morava em a dita casa*¹³⁰³ ou *já finado*¹³⁰⁴, o mesmo já não acontece com as relações familiares.

Com efeito, mais de três quartos (82,5%) das menções utilizadas na identificação dos *indeterminados* têm como universo de referência a família, ao invés, precisamente, dos *determinados*. Apela-se quer às relações consanguíneas (*filho de*¹³⁰⁵, *pai de*¹³⁰⁶,

¹³⁰² A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹³⁰³ ADP, L. S., LXXXVIII, 83-86v.

¹³⁰⁴ Ex: Aparício Domingues Borralho, falecido (ADP, L. S., XCI, 55-61v).

¹³⁰⁵ Ex: Domingos Calvo, filho que foi de Domingos Domingues, irmão de Vicente Domingues, chantre do Porto (ADP, L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; LXXXII, 120-135). Vid. apêndice 49.

¹³⁰⁶ Ex: Pai de Martinho (ADP, L. S., LXXXII, 36-45v). Vid. apêndice 49.

*irmão de*¹³⁰⁷, *sobrinho de*¹³⁰⁸, *avô de*¹³⁰⁹), quer aos laços resultantes de uma aliança matrimonial (*genro de*¹³¹⁰, *cunhado de*¹³¹¹, *marido de*¹³¹²) (quadros 48, 49 e 50).

Quadro 48
As referências das designações complementares (DC),
distinguindo os *indeterminados* dos *determinados* socialmente
(Porto, séc. XIV)¹³¹³.

| Referências das DC | <i>Indeterminados</i> | % | <i>Determinados</i> | % | Total global | % |
|-------------------------|-----------------------|-------|---------------------|-------|---------------------|-------|
| Sócio-profissional (SP) | 5 | 12,50 | 216 | 54,96 | 221 | 51,04 |
| Geográfica (G) | 2 | 5,00 | 167 | 42,49 | 169 | 39,03 |
| Familiar (F) | 33 | 82,50 | 10 | 2,54 | 43 | 9,93 |
| Total global | 40 | 100 | 393 | 100 | 433 ¹³¹⁴ | 100 |

Assim, verifica-se que, à falta de referências sócio-profissionais e geográficas que merecessem destaque e permitissem uma fácil identificação do indivíduo, a família podia constituir um pilar de apoio e de referência para identificar e distinguir o indivíduo entre outros, através do qual o *indeterminado* absorveria parte do posicionamento e desempenho do familiar evocado. O que é essencialmente curioso é que, nestes casos, as relações de aliança desempenham um papel escasso e fazem chamamento, não tanto à relação de matrimónio propriamente dita – marido de –, mas sim às relações de aliança paralelas: *genro de*, *cunhado de*. Também aqui a referência parece privilegiar a figura masculina (quadro 50).

Desta maneira, ao contrário das mulheres, a identificação dos indivíduos de sexo masculino, cujas referências sócio-profissionais não existem ou não merecem, na documentação, serem sublinhadas, quando têm como referência a família, oferece maior ênfase às relações consanguíneas e à figura masculina, nomeadamente o pai.

Nesta sequência, questiona-se se estes indivíduos não seriam de tenra idade e, conseqüentemente, ainda teriam tido a possibilidade de se enraizar e moldar o seu posicionamento e desempenho na comunidade ao ponto de o distinguir e identificar socialmente. Contudo, os dados obtidos não adiantam respostas e o que se pode pensar é

¹³⁰⁷ Ex: Mateus Peres, irmão de Manuel Mateus (morador na aldeia de Campanhã de SobreDouro) (ADP, L. S., LXXIII, 75-79v). Vid. apêndice 49.

¹³⁰⁸ Ex: Fernão Martins, sobrinho de Fernão Eanes (advogado, cavaleiro) (ADP; L. O., XX, 28). Vid. apêndice 49.

¹³⁰⁹ Ex: Domingos Peres das Eiras, avô de Rui Gonçalves (cônego) (ADP; L. S., LXXXVII, 25-33). Vid. apêndice 49.

¹³¹⁰ Ex: Estêvão Domingues, genro de Maria Bugia (ADP, L. S., XCVII, 141-154). Vid. apêndice 49.

¹³¹¹ Ex: Afonso Miguéis, cunhado de D. Pedro Peres (ADP, L. O., XXVIII, 6).

¹³¹² Ex: Vicente Eanes, marido de Maria Martins (ADP, L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93).

¹³¹³ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹³¹⁴ Aqui contabilizam-se todas as referências de natureza familiar, geográfica e sócio-profissional, independentemente de constituírem designações complementares simples ou compostas.

que certamente os *indeterminados* colhidos da documentação resultariam da convergência e interacção de vectores de natureza diplomática (ex: tipo de participação e de envolvimento no conteúdo do acto escrito), individual (ex: percurso de vida do indivíduo), familiar (estatuto da família) e sócio-profissional (posicionamento e desempenho geográfico e social).

Quadro 49
A morfologia e os universos referenciais das designações complementares (DC) utilizadas na identificação dos indivíduos eclesiásticos e laicos, do sexo masculino (Porto, séc. XIV)¹³¹⁵.

| Morfologia | Referência | <i>Indeterminados</i> | % | <i>Determinados</i> | % | Total global | % |
|------------------|-------------------------|-----------------------|-------|---------------------|-------|--------------|-------|
| Simples | Sócio-profissional (SP) | 3 | 8,11 | 93 | 34,57 | 96 | 31,37 |
| | Geográfica (G) | | | 45 | 16,73 | 45 | 14,71 |
| | Familiar (F) | 31 | 83,78 | 8 | 2,97 | 39 | 12,75 |
| Simples - Total | | 34 | 91,89 | 146 | 54,28 | 180 | 58,82 |
| Composta | SP/G | 1 | 2,70 | 121 | 44,98 | 122 | 39,87 |
| | F/G | 1 | 2,70 | | | 1 | 0,33 |
| | F/SP/G | | | 1 | 0,37 | 1 | 0,33 |
| | F/SP | 1 | 2,70 | 1 | 0,37 | 2 | 0,65 |
| Composta - Total | | 3 | 8,11 | 123 | 45,72 | 126 | 41,18 |
| Total global | | 37 | 100 | 269 | 100 | 306 | 100 |

Do que foi dito, assevera-se, então, que a margem dada aos indivíduos *indeterminados* era estreita e que o espaço social onde as actividades laborais proliferavam – um espaço dinâmico, activo, vivo – assumiria um papel fulcral nas práticas antroponímicas, ao conceder-lhe uma parte da sua vivacidade e ao emprestar-lhe tonalidades diferentes. Deste modo, as práticas antroponímicas diversificavam um pouco as suas opções, sobretudo ao nível dos sistemas de denominação e, conseqüentemente, ao nível dos respectivos elementos onomásticos. Tal acontece quer com os terceiro e quarto designativos, de vocação essencialmente sócio-profissional, como se apurou anteriormente¹³¹⁶, quer com as designações complementares que, ainda que presentes na identificação da maior parte dos indivíduos, não deixam de conhecer traços mais específicos, em função categoria social dos respectivos indivíduos no seio da comunidade envolvente. À falta de referências sócio-profissionais de relevo, recorria-se, por vezes, às relações familiares que poderiam ajudar a situar os indivíduos.

¹³¹⁵ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹³¹⁶ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 4, a partir da p. 129.

Quadro 50
As referências familiares das designações complementares (DC),
na identificação dos *indeterminados* socialmente
(Porto, séc. XIV).

| Relações Familiares | DC | Total global | % |
|-------------------------|--------------------|--------------|-------|
| Consanguinidade | <i>Filho de</i> | 15 | 45,45 |
| | <i>Pai de</i> | 4 | 12,12 |
| | <i>Irmão de</i> | 4 | 12,12 |
| | <i>Sobrinho de</i> | 4 | 12,12 |
| | <i>Avô de</i> | 1 | 3,03 |
| Consanguinidade - Total | | 28 | 84,85 |
| Aliança | <i>Genro de</i> | 3 | 9,09 |
| | <i>Cunhado de</i> | 1 | 3,03 |
| | <i>Marido de</i> | 1 | 3,03 |
| Aliança - Total | | 5 | 15,15 |
| Total global | | 33 | 100 |

Em contrapartida, a antroponímia assume-se, assim, como um autêntico revelador social, já que não é de uma maneira objectiva que os documentos fornecem os dados sobre a actividade profissional ou outros vectores do posicionamento dos indivíduos no espaço social, mas sim através das e nas práticas antroponímicas. Assim, a tela antroponímica, que até aqui se foi insinuando e entremostrando, não deixa de marcar socialmente os indivíduos.

CONCLUSÃO – PARTE II

O objectivo que presidiu esta segunda parte do trabalho consistiu em individualizar os comportamentos antroponímicos, tendo em conta os sistemas, os seus elementos constituintes e respectivas interacções, e as suas *representações*, aspirando, em última análise, a detectar e avaliar o diálogo estabelecido com o contexto diplomático, geográfico e social. Tudo isto tendo em conta sempre e apenas os dados relativos ao espaço social do Porto, na centúria de Trezentos.

Assim, na sequência de uma organização e sistematização das formas antroponímicas, apurou-se que, a par de uma tendência para a variedade e flexibilidade das formas de identificação, o sistema de denominação composto por um nome próprio e um sobrenome simples ao qual é apensa uma designação complementar (IV.1) era o que imperava, tanto na antroponímia masculina como feminina, tanto na relativa a eclesiásticos como a laicos.

Uma antroponímia que, por sua vez, privilegiava mais uns nomes próprios do que outros, em particular aqueles que apelavam a uma devoção e espiritualidade cristã da cidade e/ou à família de sangue real. Do que resultou uma condensação do *stock* onomástico, não obstante se detectar uma tendência para a renovação, em especial no que diz respeito aos nomes menos comuns.

Uma antroponímia que, de forma um pouco paradoxal, promoveu uma espécie de “igualdade social” entre a maioria dos indivíduos, ao assentar de uma forma, quase absoluta, no recurso a um segundo designativo de natureza patronímica, ao indicar o nome próprio paterno, privilegiando, em simultâneo, o universo das relações familiares

Os laços com a figura paterna eram como que intocáveis, quer se tratasse de mulheres, de homens, de eclesiásticos, ou de laicos, desnudando, deste modo, uma perspectiva horizontal da família. Avós e tios, quer do lado paterno, quer do lado materno, seriam facilmente identificados, na medida em que o pai era uma figura central, fazendo girar em seu torno os filhos e filhas, remetendo-lhes, à partida, direitos iguais sobre a herança.

A mulher, essa, era situada bem no meio desta dinâmica doméstica ao ser *enclausurada* entre o pai e o marido¹³¹⁷, pois, se pelo patronímico, era *filha de*, pela designação complementar era passava a ser a *mulher* de e/ou a *viúva de*.

Por fim, uma antroponímia que estava longe de descurar os vectores de referência, que o espaço e o pulsar social ofereciam, em particular as coordenadas geográficas e o posicionamento social do indivíduo, em função da sua competência económica e política. Prova disso é o recurso, por vezes, aos terceiro e quarto designativos, e, em especial, o recurso às designações complementares.

Os primeiros identificavam e distinguiam, em especial, as testemunhas dos documentos e aqueles que se encontravam entrosados com o desempenho de uma profissão e/ou com um certo enraizamento na cidade, nomeadamente numa das suas ruas mais dinâmicas. As segundas, as menções descritivas apenas à identificação do indivíduo, acabavam por identificar e distinguir, por meio do seu conteúdo e dinâmica interna, os *principais* em relação aos *nomeados* e às *testemunhas*, aqueles que, à partida, detinham determinados direitos civis e políticos em relação àqueles em que tal não acontecia, o feminino face ao masculino e, por fim, os eclesiásticos face aos laicos.

Designativos e designações complementares que identificavam, distinguiam e, como resultado, acabariam por marcar socialmente certos indivíduos, ao destacar aqueles que eram moradores e aqueles que eram vizinhos e cidadãos da cidade do Porto, ao posicionar a mulher na esfera do privado, ao distinguir os eclesiásticos de acordo com o seu estatuto, a sua função e o lugar específico, ao fazer vir ao de cima, no seio dos laicos, aqueles que se revelavam úteis e contribuía para o abastecimento e dinamismo administrativo, judicial, económico e comercial da cidade ao desempenharem um ofício público ou uma ocupação laboral, na qual sobressaem sobretudo os mesteres e a actividade mercantil.

Por conseguinte, com e pelas análises antroponímica e prosopográfica abriu-se uma janela, através da qual foi possível não apenas revelar alguns dos vectores da dinâmica social do espaço urbano portuense, predominantemente laica, mas também aceder e recolher a alguns dos fragmentos que dela ainda subsistem. Fragmentos de vidas únicas foi o que se acabou por ter em mão e é, enfim, o que se acabará, em última análise, por fazer despertar e ecoar.

¹³¹⁷ Consultar a este respeito Maria Carmen Pallares Méndez (1993a) .

PARTE III – SOCIABILIDADE

7. FRAGMENTOS DE CUMPLICIDADES NA E COM A FAMÍLIA

7.1 Emoção, Sentimento e Reacção

Até ao momento, foi oferecido um enfoque interaccionista entre as fontes compulsadas, as dinâmicas antroponímicas e os indivíduos identificados, tendo em consideração diferentes vectores, como o tipo de documentos, o tipo de discurso, os seus intuitos, o tipo de participação dos indivíduos na documentação e os diferentes escalonamentos e dinâmicas sociais em que eles foram integrados. Tudo isto, tendo como tónicas o género, o estado e o posicionamento sócio-profissional de cada indivíduo.

Agora, pretende-se fazer incidir o feixe de luz sobre os fragmentos dos trilhos de vida dos indivíduos do Porto identificados e individualizados na documentação compulsada. Estes fragmentos, vistos de uma forma isolada, pouco parecem oferecer ou adiantar. Porém, quando, sempre que possível, se consegue recuperar um pouco do seu contexto e restaurar algumas das suas interacções, cintilam algumas partículas de reacções individuais e de interacções sociais que, ao serem observadas de forma laboratorial e microscópica, deixam no ar um envolvente perfume. O perfume das emoções humanas.

Consideradas inimigas da razão¹³¹⁸, porque não seriam mais do que puras sensações, paixões que ludibriavam o espírito e a mente, as emoções humanas foram menosprezadas pela ciência, até há relativamente pouco tempo, quer como *objecto* quer como meio de conhecimento. Na realidade, somente na década de noventa do século XX é que elas, as emoções, conheceram um novo alento. Para tal concorreu em muito a

¹³¹⁸ Como tradicionalmente acontecia, tanto na filosofia como nas diferentes áreas científicas, pois, como refere António Damásio, “a emoção não era racional, e estudá-la também não era.” (Damásio, 2001, 59). Cf., igualmente: Goleman, 2005, 71; Deploige, 2005, 3-4.

teoria sobre o “cérebro emocional”¹³¹⁹ do neurologista António Damásio¹³²⁰ que, em conjunto com outras importantes contribuições científicas, da área da psicologia¹³²¹ e da psicopatologia¹³²², como da área da sociologia e antropologia¹³²³, concedeu novos horizontes às emoções¹³²⁴, ao negar-lhes um carácter fugaz e diáfano, ao distingui-las dos sentimentos e, em simultâneo, ao reconhecer-lhes um papel fundamental no processo cognitivo, no qual o corpo e a mente, o biológico e sócio-cultural se fundem e se nutrem mutuamente, como se tratasse de uma sinfonia¹³²⁵. Desenharam-se, assim, novos horizontes, alicerçados na ideia de que a aprendizagem de novas práticas leva o cérebro humano e o sistema nervoso a reformularem-se, atendendo a que o ser humano não processa somente conhecimento inato, mas também conhecimentos sociais experimentados. Tudo isto tendo como pano de fundo a sobrevivência¹³²⁶. Novos horizontes, portanto, para as emoções humanas no seio da comunidade científica interdisciplinar, desafiando esta a adquirir uma nova postura.

Uma nova postura que a historiografia europeia e americana não quis ignorar, mostrando-se atenta, curiosa e receptiva, como testemunham as pesquisas levadas a cabo nos últimos anos. Com efeito, várias são as contribuições, no crepúsculo do século XX e dealbar do XXI, para o conhecimento histórico das emoções, podendo destacar-se, aqui, em particular, o colóquio de Gent, *Fever running in the centuries: feeling and representing emotions in the hearth of the town (XIVth-XVIth centuries)*, organizado por Elodie Lecuppre-Desjardin & Anne-Laure Van Bruaene¹³²⁷ e particularmente direccionado para a “reconstitution du contexte émotionnel d’un certain nombre de révoltes urbaines de la fin du Moyen Age”¹³²⁸.

Por conseguinte, no seguimento do que foi dito, seria tudo menos descabido não deixar de se tentar focalizar aqui, também, as emoções dos indivíduos identificados. Contudo, tal não poderá acontecer senão de uma forma implícita e indirecta. Não é que não se reconheça a sua importância e interesse, muito pelo contrário. Mas é porque não

¹³¹⁹ Deploige, 2005, 13-15.

¹³²⁰ Damásio, 1998, 142-145; 202-206; 210-211, 254-256; Damásio, 2001; Damásio, 2003.

¹³²¹ Por exemplo, Goleman, 2005.

¹³²² Segundo Jeroen Deploige, é de fazer particular referência a Keith Oatley e Jennifer Jenkins (Deploige, 2005, 14).

¹³²³ De acordo com Jeroen Deploige, destaca-se o nome de Caroline Lutz (Deploige, 2005, 14).

¹³²⁴ Prevenier, 2005, 280.

¹³²⁵ Damásio, 1998, 13, 131, 133, 144-157, 166-168, 171-173, 177, 231-233, 235-236, 251-253 e Damásio, 2001, 35, 39-40, 59; Goleman, 2005, 55-56, 72-73; Lecuppre-Desjardin, 2005, VII.

¹³²⁶ Damásio, 1998, 17, 130-132, 138, 140-141, 236-237; Damásio, 2001, 5, 74-75, 77, 264-265, 344-346; Goleman, 2005, 22-28.

¹³²⁷ Lecuppre-Desjardin, 2005. De acordo com Walter Prevenier, nos finais do século XX e primeiros anos do século XXI, são vários os estudos que se centraram nas emoções, como, por exemplo, as pesquisas levadas a cabo por Barbara Rosenwein, Peter Stearns e Carol Stearns, por William Harris, pela conferência internacional na Universidade de Illinois, pelo colóquio organizado pela École française de Rome (La vengeance, 600-1200), pelo projecto orientado por Ingrid Kasten “Emotion in der Literatur des Mittelalters” (Prevenier, 2005).

¹³²⁸ Crouzet-Pavan, 2005, 28.

se pode olvidar o quanto é difícil o seu estudo na pesquisa histórica, considerando a dialéctica que é tecida entre elas, a mente e as subjacentes representações mentais. Estas, como refere Jeroen Deploige¹³²⁹, constituem, efectivamente, um duplo problema para o historiador. Primeiro porque é difícil, tal como acontece na antropologia, avaliar com exactidão o grau de “sinceridade” e “espontaneidade” das expressões emocionais de que se tem notícia. Segundo, porque é igualmente difícil de avaliar o grau de influência das representações emocionais inerentes aos documentos sobre as representações emocionais sociais apontadas. Na realidade, sem cuidados acrescidos, a análise histórica das emoções e sentimentos pode facilmente cair em malentendidos e anacronismos¹³³⁰ e imbuir-se de artificialidade. Desta feita, como refere Walter Prevenier¹³³¹, o estudo das emoções não se poderá ancorar única e simplesmente na empatia que se sente com o *objecto* de investigação, ele só poderá ser útil, de facto, se for corroborado por evidências.

No que diz respeito ao presente estudo, não se caia então na ilusão. De facto, na documentação compulsada, as evidências sobre emoções e sentimentos, além de duplamente indirectas, de acordo com o que se acabou de enunciar, mostram-se fragmentárias e ténues, de tal maneira que elas estão longe de ser apreendidas de forma cabal. Elas única e simplesmente se insinuem.

Insinuem-se, fazem-se sentir apenas por meio das dinâmicas interpessoais vislumbradas nas configurações relacionais interactivas nas quais ganham tonalidade fragmentos de fios de vidas. A sua leitura e análise minuciosa fazem com que as ditas dinâmicas interpessoais assumam paulatinamente a forma não de emoções, mas de reacções. Reacções a um tempo que, à luz dos dias que correm, se assume particularmente cruel ao confrontar a existência humana com a tragédia de se ser frágil, perecível e finito¹³³². Com efeito, no período em estudo, a escassez de alimentos e consequente má nutrição¹³³³, as epidemias¹³³⁴, as revoltas, as guerras civis e contra os castelhanos¹³³⁵, enquadradas no contexto alargado da Guerra dos Cem Anos¹³³⁶,

¹³²⁹ Deploige, 2005, 18.

¹³³⁰ Deploige, 2005, 14 e Braunstein, 1990, 526-527.

¹³³¹ Prevenier, 2005, 283.

¹³³² Fossier, 1981, 350-351; Duby, 1993, 239-240.

¹³³³ Marques, 1987, 30; Sousa, 1993, 342-343.

¹³³⁴ Guy Bois fala de um «cortège d'épidémies» que assolou a Europa, desde meados do século XIV a meados do século XV (Bois, 2000, 81-82). Cf., igualmente: Vovelle, 1983, 89-99; Fourquin, 1986, 333-336; Sousa, 1993, 339-342; Dyer, 2003, 274-275; López Carreira, 1999, 185-187.

¹³³⁵ Marques, 1987, 498-500, 505, 511-516, 520-522, 528-538; Sousa, 1993, 343.

¹³³⁶ Marques, 1987, 167, 321, 328, 512-543.

caminharam a par e par, culminando numa abundante e aleatória ceifa de vidas¹³³⁷ em todo o país, assumindo esta o carácter de “fenómeno colectivo”¹³³⁸, como sublinha Maria Helena da Cruz Coelho. Deste modo, compreende-se que, de uma forma mais ou menos próxima, a morte não deixe de espreitar na maior parte das configurações relacionais interactivas elaboradas, principalmente naquelas que se apresentam mais complexas. É precisamente no interior destas interacções e/ou reacções que se sente a fragrância das emoções – primárias, sociais e de fundo –, dos sentimentos e, subsequentemente, das consciências humanas¹³³⁹ que nelas se envolveram. Com efeito, se é verdade que não se possuem registos explícitos e directos de expressões emocionais, algo que, aliás, se revela inatingível, no ofício do historiador, também é verdade que seria um erro crasso ficar insensível à aura emocional que exala das configurações relacionais que sustentam este estudo.

Morte e dor que, tendo abraçado os que sobreviveram, terão acabado, igualmente, de acordo com os testemunhos recolhidos, por “obrigá-los” a refazer e a reconstruir os seus trilhos de vida, por uma questão de sobrevivência. Sobrevivência económica e social, mas também certamente emocional e afectiva, enfim existencial¹³⁴⁰. Nem todos o terão conseguido e raros, aliás, terão sido os que o conseguiram de forma cabal, pois, como refere Manuela Fleming, a noção de dor não se restringe a uma função de defesa e protecção do ser humano, na medida em que ela tem uma relação muito íntima com o “universo de construções religiosas, artísticas e culturais”¹³⁴¹, de tal forma que o maior ou menor grau de sensibilidade do indivíduo à sua própria dor varia de acordo com os seus contextos de vida, o seu percurso individual e as suas “organizações psíquicas internas”¹³⁴². Contudo, a perspectiva da morte que se encontra nos documentos e nas respectivas configurações relacionais interactivas que foram possíveis reconstituir aparece claramente associada a uma reacção, fazendo lembrar o que refere António Damásio:

“A dor e o prazer são as alavancas de que o organismo necessita para que as estratégias instintivas e adquiridas actuem com eficácia. Muito

¹³³⁷ Vários são os estudos e as perspectivas que, desde a década de 60 do século XX, têm vindo a abordar este tema na Idade Média, podendo-se oferecer particular ênfase aos trabalhos de Thomas S. R. Boase e Joël Saugnieux, Philippe Ariès, Michel Vovelle, Alois M. Haas, Danièle Alexandre-Bidon, Cécile Treffort, Steven Bassett, Daniel Schäfer, Colin Platt, Edelgard E. Dubruck, entre outros. De salientar, ainda, a síntese efectuada por este último investigador relativamente às investigações e análises efectuadas, na qual é apresentada uma sinopse dos argumentos das principais contribuições científicas (DuBruck, 1999, 1-26). Cf. igualmente: Fossier, 1981, 339-343; Bois, 2000, 65-72; Lett, 2000, 151-164; Dyer, 2003, 228-263, 271-297.

¹³³⁸ Coelho, 1990, I, 64, 66, 68; 1996, 177-178. É de ter em conta também: Amaral, 1985, 40-41; Sousa, 1993, 340-342.

¹³³⁹ Damásio, 1998, 146-153, 161-168, 173-177, 234, 242-250; Damásio, 2001, 71-73, 323-325.

¹³⁴⁰ Bois, 2000, 84-85, 122-123; Lett, 2000, 156-158.

¹³⁴¹ Fleming, 2003, 23-24.

¹³⁴² *Ibidem*.

provavelmente, foram também estes instrumentos que controlaram o desenvolvimento das estratégias sociais de tomada de decisão. Quando muitos indivíduos, em grupos sociais, experienciaram as consequências dolorosas de fenómenos psicológicos, sociais e naturais, tornou-se possível o desenvolvimento de estratégias culturais e intelectuais para fazer face à experiência de dor e para conseguir reduzi-la.”¹³⁴³

Porque desfez e obrigou a refazer, a morte do século XIV terá confrontado os indivíduos com as suas próprias emoções, através das quais, de acordo com os recentes estudos neurológicos¹³⁴⁴, o ser humano acaba por sentir e conhecer sentimentos. Assim, a morte terá levado os indivíduos que com ela lidaram a reformularem, de forma consciente ou inconsciente, o “sentimento de si”¹³⁴⁵ e dos outros e a verem-se no passado ao mesmo tempo que se projectavam num futuro que, como se aludiu, estava longe de excluir o Além¹³⁴⁶. A presença da morte e dos seus efeitos terá, portanto, fomentado reprocessamentos cerebrais e, conseqüentemente, novas aprendizagens, numa arte tão sinuosa quanto preciosa aos destinos humanos: a arte de viver¹³⁴⁷.

De facto, o que palpita nas ditas configurações é que a morte obrigou a uma redistribuição dos bens e riqueza, em função dos interesses económicos e sociais, dos afectos e da crença. A conjuntura em estudo revela-se então fértil à redistribuição de laços e, dependendo de cada caso, certamente de afectos, orientando os indivíduos para novos laços matrimoniais ou/e para os filhos de familiares próximos, em particular os sobrinhos¹³⁴⁸, entregando crianças órfãs ao cuidado de tutores e curadores. Deste modo, a proximidade da morte não terá deixado de assumir também, nos trilhos de vida individuais e pessoais, um carácter regenerador. Com efeito, os ventos que semeava, ao trazerem a perda e a dor¹³⁴⁹, traziam também as necessidades de, por um lado, protecção e segurança, por outro, regeneração, isto é, o desafio de se encontrar respostas, fazendo-se frente às possíveis inseguranças e medos¹³⁵⁰. Traziam consigo o desafio da mudança, da adaptação às novas circunstâncias, enfim, o desafio inerente à própria sobrevivência.

¹³⁴³ Damásio, 1998, 266.

¹³⁴⁴ Damásio, 2001, 322-325.

¹³⁴⁵ Damásio, 2001, 174, 259, 264-265; Damásio, 1998, 234-235, 245-246. Cf., igualmente, Bayard, 1999, p. 115, 122, 171.

¹³⁴⁶ Coelho, 1996, 291-296. Consultar também Le Goff, 1989, 26; 1999a, 771-789; 2003, 158-160; Duby, 1993, 238.

¹³⁴⁷ Damásio, 2001, 51, 74-75, 77. Consultar igualmente Elisabeth Kübler-Ross (2000).

¹³⁴⁸ De referir que, em Évora, no século XIII e primeira metade do século XIV, a relação entre tio e sobrinho assume, também, um particular destaque, sublinhando o carácter cognático e horizontal nas relações de parentesco (Beirante, 1995, 583-584).

¹³⁴⁹ Cf. as considerações de António Damásio acerca da dor e do prazer (Damásio, 1998, 266-271; Damásio, 2001, 93-102).

¹³⁵⁰ De sublinhar aqui as considerações tecidas por Christopher Dyer, ao sustentar que a hemorragia de vidas que caracterizou o século XIV não se traduziu, de acordo com os testemunhos da época, numa paralisia das comunidades, verificando-se que os sobreviventes procuraram tirar partido de novas oportunidades (Dyer, 2003, 273-275). De ter em conta ainda as considerações tecidas por Georges Duby (1993, 237-241).

Esta é aceirada, no âmago das configurações relacionais interactivas, com e nos laços familiares e com as cumplicidades tecidas pelos indivíduos com e na cidade.

Na realidade, os laços familiares¹³⁵¹ constituem, nas ditas interacções, uma pedra angular. É certo que as configurações interactivas em análise não permitem que se discorra abundantemente sobre estruturas, papéis e hierarquias familiares, atendendo ao carácter evasivo da documentação em relação a estes campos de análise. Contudo, no seguimento do que foi acima explanado, permitem discorrer sobre os actos que determinados indivíduos perpetraram no seio de uma dinâmica familiar específica e sobre as ansiedades que esses mesmos actos parecem emanar. De facto, é precisamente neste domínio de análise que as configurações relacionais interactivas desempenham o seu melhor papel, contribuindo para um melhor entendimento e compreensão dos laços familiares que emergem entre as disposições dos documentos escrutinados.

Apesar de a documentação em estudo ser claramente lacónica relativamente à forma como a morte deflagrou e foi vivida e sentida pelos moribundos e seus familiares¹³⁵², é deveras interessante observar como o seu “fantasma” não somente espreita, como parece impor-se, quer ao olhar de quem observa, quer ao olhar daqueles que interagem nas referidas configurações relacionais. A morte do marido e/ou morte da esposa¹³⁵³, a morte de filhos¹³⁵⁴ e/ou dos pais¹³⁵⁵ e, entre outras situações, a morte do “próprio si”¹³⁵⁶, nos termos de António Damásio¹³⁵⁷. Um fantasma macabro que no século XIV, de acordo com o que vários autores têm afirmado¹³⁵⁸, terá tornado os indivíduos ainda mais inquietos e inseguros, ao colocar a nu a fragilidade e precariedade dos seus destinos.

Viver e sentir a morte, a sua própria morte e a dos outros, está longe de ser uma vivência fácil para o ser humano. Não o é nos dias de hoje¹³⁵⁹, nos quais a morte é arredada para um segundo plano do quotidiano humano e as vidas são prolongadas o mais possível, procurando deslembrar-se o quanto a natureza dos organismos vivos é perecível. Não o seria, certamente, no período em estudo, no qual, ao contrário do

¹³⁵¹ Bois, 2000, 83, 91; Lett, 2000, 151-161.

¹³⁵² Tenha-se em atenção as considerações tecidas por Elisabeth Kübler-Ross relativamente aos efeitos da morte de um indivíduo no seio da família mais chegada (Kübler-Ross, 2000, 163-185).

¹³⁵³ Cf., no apêndice 48, com as configurações (CRI) II, VI, IX, X, XII, XIII, XV, XVI, XXVIII, XXXII, L, LIV.

¹³⁵⁴ Ver, no apêndice 48, a CRI V.

¹³⁵⁵ Cf., no apêndice 48, as configurações (CRI) II, III, V, XI, XIII, XVII, XXVIII, XXX, XLV, XLIX, LIV.

¹³⁵⁶ Cf., por exemplo, as configurações (CRI) II e XIII.

¹³⁵⁷ Damásio, 2001, 265; Kübler-Ross, 2000, 13, 91-161. A preocupação do indivíduo com a sua própria morte é testemunhada sobretudo pelos testamentos, nos séculos XIV e XV (Lorcin, 1993, 155; Bayard, 1999, 122, 135; DuBruck, 1999, 2, 6).

¹³⁵⁸ São vários os estudos que atestam a presença quotidiana e multifacetada da morte nas últimas centúrias medievais, merecendo particular destaque os de Michel Vovelle (1983), Bassett (1992), Marie-Thérèse Lorcin (1993), Florence Bayard (1999, 14, 21, 115). De referir ainda o contributo de Guy Bois (2000, 80-84); Didier Lett (2000, 151-153); Dyer, 2003, 228-263; 271-297.

¹³⁵⁹ Kübler-Ross, 2000.

agora, o espectro da morte era uma constante nas vidas e trilhos humanos que se revelavam frágeis e breves. De facto, embora possa variar e assumir feições e intensidades diferentes, de acordo com os tempos e ambientes sociais, mentais e culturais, o viver e sentir a morte leva o ser humano a experimentar emoções que nem sempre são fáceis de gerir, principalmente se ela diz respeito ao próprio indivíduo ou àqueles com os quais se teceram laços afectivos fortes¹³⁶⁰. Procure-se, então, através das configurações relacionais interactivas, em estudo, aproximar o olhar, presentir, sentir e conhecer como alguns indivíduos do Porto, no século XIV, terão vivido e sentido os vazios criados pela passagem do espectro da morte.

7.2 Morte do Cônjuge: começar de novo

Independentemente da proximidade afectiva do casal¹³⁶¹, é inquestionável que a morte de um cônjuge constituía definitivamente uma mudança no percurso de uma vida, convidando ou obrigando o ser humano – o cônjuge – a reestruturar e reajustar o seu destino, de forma a lutar e a garantir a sua sobrevivência económica, social, emocional e, por vezes, espiritual. Má fortuna foi a daqueles que foram ceifados pela morte, mas também má fortuna a daqueles que tiveram de sobreviver à perda¹³⁶².

Má fortuna então, olhando agora para as configurações interactivas, a de *Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu* (morador na Rua das Eiras da cidade do Porto)¹³⁶³, irmã de *Afonso Alho*, um dos grandes mercadores da cidade e do reino que, como se sabe, celebrou um acordo comercial com o rei de Inglaterra, a 20 de Outubro de 1353¹³⁶⁴, representando os interesses dos mercadores portugueses.

De acordo com os dados reunidos, *Joana Martins* era uma mulher que pertencia a uma família que conheceu um importante posicionamento económico, social e político,

¹³⁶⁰ Aqueles que não eram chegados não se sentiriam muito afectados, tal como demonstra o comportamento do segundo marido de Maria Martins, moradora no Porto, ao tentar omitir o testamento do primeiro marido de sua mulher, possivelmente com o interesse de continuar com as ditas casas e pardião situados no Porto, não se preocupando muito com a necessidade de respeitar o referido testamento e com a salvação das almas dos já referidos Martim Peres, Domingas Canida e Maria Martins. Para quê preocupar-se se os indivíduos falecidos não lhe eram chegados, a sua mulher ainda era viva e se podia, entretanto, usufruir da posse dos sobreditos bens? (ADP, L. S., LXXXVIII, fls. 88-93 e L. O., XXIV, fl. 1). Cf. apêndice 48, CRI XVI.

¹³⁶¹ As células conjugais não equivaleriam apenas a espaços de afectos, mas também a espaços nos quais se alimentavam animosidades, resultantes de variadas situações, como o adultério, a violência conjugal, que poderiam culminar na separação do casal (Lett, 2000, 175-186).

¹³⁶² Coelho, 1990, I, 68. Cf. também Elisabeth Kübler-Ross (2000, 163-165).

¹³⁶³ Cf., no apêndice 48, a CRI II.

¹³⁶⁴ Peres, 1965-1965b, 47; Oliveira, 1986, 24, 28, 30; Sousa, 1993b, 485; Cortesão, 1984, 102-103.

integrando a elite urbana da cidade e do reino. Uma mulher que duas vezes se casou, duas vezes se encontrou viúva¹³⁶⁵. O primeiro casamento foi com *Martim Vicente Barreiros*, também ele mercador do Porto. Sabe-se que, deste casamento, ela herdou bens. O segundo matrimónio foi com *Martim Eanes Fariseu*, residente no Porto, na rua das Eiras, localizada a nordeste da catedral¹³⁶⁶ e, por ele, *Joana Martins* herdou também umas casas de pedra situadas na referida rua. No ano de 1392, *Joana Martins* encontrase viúva, a residir numas casas de pedra na dita rua das Eiras, o que, por sinal, era prestigiante, já que a rua detinha privilégios, à semelhança da rua dos Mercadores¹³⁶⁷, e a pedra – um material de construção caro¹³⁶⁸ – distinguia e oferecia prestígio aos respectivos edifícios. Ora, adivinha-se que viver a morte dos seus dois maridos não terá decerto correspondido aos melhores momentos de sua vida, independentemente dos afectos nutridos por eles. Não corresponde nos nossos dias, muito menos na centúria de Trezentos, onde, como se sabe, a viuvez, a solidão eram, com frequência, sinónimo de perda de capacidade económica, perda de prestígio social, pois podia acarretar dificuldades de sobrevivência no mesmo *status quo*¹³⁶⁹.

Uma sobrevivência difícil para um homem, mas sobretudo para uma mulher. A morte de seus maridos terá confrontado certamente *Joana Martins* consigo própria, tê-la-á obrigado a reorientar e a reavaliar a sua vida, as suas limitações bem como as suas capacidades, tê-la-á confrontado com as suas próprias emoções e afectos. Um estado de espírito que com certeza se acentuaria com a proximidade da morte que, neste período, se deixava passear pelas ruas e casas, levando consigo, de forma arbitrária, os que as possuíam e/ou moravam, os que nelas desenvolviam as suas ocupações e procuravam a sua riqueza e/ou os que nelas circulavam.

Vida ingrata esta que parecia deixar tudo e todos à mercê da morte.

Neste contexto, havia que reagir, havia que reorganizar a vida, havia que procurar refúgio, o que nem sempre seria fácil. Embora a vida não pareça ter sido muito sorridente, *Joana Martins* era uma viúva com certas posses, já que, como se pode aferir

¹³⁶⁵ Cf., no apêndice 48, a CRI II.

¹³⁶⁶ Amaral, 1985, 15; Sousa, 1995, 132.

¹³⁶⁷ Basto, 1962-1965, 141, 143; Soares, 1962-1965b, 351; Sousa, 1995, 132, 143, 205. De notar ainda que, de acordo com o que afirma Jacques Le Goff, as elites urbanas medievais desenham uma tendência para se fixarem e agruparem no centro da cidade, nas ruas e praças mais proeminentes do espaço urbano (Le Goff, 1997, 451).

¹³⁶⁸ Ferreira, 2003, 363-364; López Carreira, 1999, 149, 153; Rodrigues, 1995, 166-167; Roux, 1994, 78-79.

¹³⁶⁹ É de conhecimento geral como na Idade Média os indivíduos podiam facilmente cair numa situação de miséria, mesmo aqueles que pareciam ter a sua sobrevivência assegurada, tal como refere Maria Ângela Rocha Beirante (1995, 573). Veja-se também os trabalhos: Amaral, 1985, 40-42; Coelho, 1990, I, 40; Franco, 2003b, 282-283, 290. De notar aqui as mudanças nas dinâmicas urbanas inglesas da masculinidade evidenciadas por J. P. Goldeberg nos finais da Idade Média, nas quais se destaca o facto de as mulheres viúvas serem, à medida que se deixa o século XV, afastadas gradualmente das actividades diárias económicas e comerciais, ao mesmo tempo que era cada vez mais difícil a uma mulher sozinha vingar e garantir o seu sustento. Mudanças estas no sentido de afirmar ainda mais a identidade masculina, restringindo a mulher ao espaço privado (Goldeberg, 1999, 68-69).

na dita configuração II, a morte dos seus dois maridos permitiu-lhe a herança de alguns bens¹³⁷⁰. Uma oportunidade que nem todas as viúvas teriam. Na posse desses bens, *Joana Martins* refugiou-se num testamento¹³⁷¹, no qual procurou a salvaguarda de sua sepultura e de sua alma, mas também, ao que parece, da sua sobrevivência económica, pois nomeou a sua sobrinha e respectivo marido herdeiros dos bens que possuía do primeiro marido – *Martim Vicente Barreiros* –, ao mesmo tempo que, após uma semana, ela lhes vendeu as casas de pedra que tinham pertencido ao segundo marido – *Martim Eanes Fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto*. Neste contexto, é interessante lembrar que *Joana Martins* morava numas casas de pedra situadas na dita rua das Eiras. Seriam as mesmas casas?

Os dados que se possuem em relação às ditas casas são profundamente lacónicos. Conceição Falcão Ferreira¹³⁷² sublinhou já a dificuldade em conhecer o verdadeiro significado das expressões *casa* e *casas* e o facto de existirem variadas e múltiplas excepções, afirmando, no entanto, que o termo *casas* remete para uma morada com vários repartimentos (sala, câmara, cozinha, entre outros)¹³⁷³. Deste modo, o mais provável é que as casas em que *Joana Martins* morava e as que por ela foram vendidas correspondessem ao mesmo imóvel, tendo, possivelmente, *Joana Martins* reservado o usufruto. É certo que a documentação em análise não é explícita em relação à cláusula do usufruto, mas se as ditas casas tivessem sido partidas em duas moradas, o contrato de venda faria certamente referência a tal facto, procurando definir bem as propriedades, socorrendo-se da identificação dos indivíduos a elas associadas e das suas confrontações. A ausência desta preocupação pode acusar que, na realidade, as casas de pedra herdadas e vendidas por *Joana Martins* seriam as mesmas onde ela residia. O que é digno de nota, pois, deste modo, tia e sobrinha ficaram conectadas com as mesmas casas. A tia porque nelas residia, a sobrinha porque, entretanto, tinha adquirido sobre elas um direito de posse. Isto para não se ir mais longe, admitindo-se que elas terão apostado na coabitação. Uma solução que, aliás, não foi de todo menosprezada por

¹³⁷⁰ É interessante verificar que parece ter havido uma preocupação de *Joana Martins* e/ou da família no sentido de os casamentos efectuados manterem o estatuto económico e social, já que ela, irmã de um grande mercador do Porto, se casou com um mercador e depois com um indivíduo associado à prestigiante e dinâmica rua das Eiras. O mesmo tipo de preocupação parece estar inerente à CRI L, no apêndice 48. Uma preocupação, aliás, que faz lembrar as estratégias familiares da grande nobreza em relação aos casamentos. Cf. a este respeito, Maria Ângela Rocha Beirante (1995, 583-587).

¹³⁷¹ Cf., no apêndice 13, o número oito.

¹³⁷² Ferreira, 2003, 361-362; López Carreira, 1999, 146-156, Rodrigues (1995, 155-163).

¹³⁷³ Consulte-se, a este respeito, Simone Roux (1994, 78) e Pallares Mendéz (1993a, 94-97).

variadas famílias de algumas regiões europeias, como as da comuna de Bolonha, da Toscana, em Itália, da Savoia e da Bretanha, em França¹³⁷⁴.

Deste modo, na configuração II¹³⁷⁵, ganham vida fragmentos do trilho percorrido por *Joana Martins*, nos quais se desenha uma conexão entre tia e sobrinha. Uma conexão que parece garantir à primeira algum amparo e, porventura, algum afecto da parte dos seus sobrinhos, num período de vida no qual era possível que o sentimento de perda e de solidão a acompanhassem¹³⁷⁶ e no qual o envelhecimento, que começava com os cinquenta anos¹³⁷⁷, equivalia, como refere Miriam Müller¹³⁷⁸, a uma nova fase de dependência.

É neste contexto que se compreende a preocupação de *Gil Martins das Tendas dos açougues*¹³⁷⁹ com a viuvez de sua mulher – *Margarida Rodrigues* –, ao reservar-lhe, no seu testamento, os direitos sobre as casas que ambos possuíam na rua dos Trapeiros.

Não obstante, aligeirar o sentimento de perda e de solidão e garantir algum amparo económico e social podia também ser conseguido com um segundo casamento¹³⁸⁰. É o que desvenda não somente o trilho de vida de *Joana Martins* que, como se aferiu, se casou, no mínimo, duas vezes, mas também o de *Maior Domingues*¹³⁸¹ e o de *Maria Martins*¹³⁸². A primeira – *Maior Domingues* –, sendo viúva de *Estêvão Peres o Cadernos, vizinho da cidade do Porto*, casou-se com *Afonso Eanes dito Rol vizinho da cidade do Porto*. A segunda, ao encontrar-se viúva do dito *Martim Peres*, casou de novo com *Vicente Eanes*. Não se pense, porém, que casar de novo era uma solução unicamente para as mulheres viúvas, pois, na realidade essa mesma via não era também negada aos homens viúvos, como testemunha o fragmento de vida de *Martim Peres*,

¹³⁷⁴ Lett, 2000, 154.

¹³⁷⁵ Cf. apêndice 48.

¹³⁷⁶ Bois, 2000, 83; Lett, 2000, 156-158; 162-163, 209.

¹³⁷⁷ Marques, 1987, 22-23; Sousa, 1993, 358-359.

¹³⁷⁸ Müller, 2003, 325. Cf. também Leyser, 1995, 181-183.

¹³⁷⁹ ADP, L. S., LXXXII, fls. 36-45v.

¹³⁸⁰ Constituída sobretudo por indivíduos que remetem para terras de Santa Maria da Feira, nomeadamente Rio Meão, aldeia de Santiago e S. João de Ver e Rio Meão, a configuração XXX (apêndice 48) não deixa de evidenciar situações de indivíduos que concretizaram um segundo casamento, pois as suas mulheres tinham entretanto falecido. É o caso de Domingos Eanes o Grainho de Rio Meão, que parece ter tido duas filhas com a primeira mulher – Domingas Eanes – e dois filhos com a segunda mulher – Maria Fernandes: Martim Domingues raçoeiro e meio cônego do Porto, Domingos Eanes Grainho, cônego da Sé do Porto. É o caso outrossim de Domingos Domingues o Paoto. A facilidade com que se encontra dados sobre segundos casamentos mostra como eles eram quotidianos e constituíam uma resposta à viuvez, em sintonia com o que se observava em anos subsequentes, no Porto (Amaral, 1985, 42-43) e nas suas proximidades, nomeadamente, no couto de S. João da Foz (Franco, 2003b, 290). O mesmo é evidenciado por P. J. .P. Goldeberg em relação às viúvas dos artesãos nas dinâmicas urbanas inglesas que, no século XV, se viam, por vezes, obrigadas a casar com os aprendizes do seu marido falecido de forma a manter algum controlo sobre os negócios herdados (Goldeberg, 1999, 69). Cf., outrossim, Claudia Opitz (1993, 361-366); Leyser, 1995, 177-178; Dyer, 2003, 277).

¹³⁸¹ Cf. apêndice 48, CRI XV.

¹³⁸² Cf. apêndice 48, CRI XVI.

*homem do Cabido*¹³⁸³, que, achando-se viúvo de *Domingas Canida*, se casou, de novo, com a susodita *Maria Martins*.

Por conseguinte, para lá dos afectos, é inquestionável que a morte de um cônjuge constituía definitivamente uma mudança no percurso de uma vida, convidando ou obrigando o ser humano – o cônjuge – a reestruturar e reajustar os seu o seu destino. Uns agarraram-se aos bens que possuíam e procederam à sua gestão por meio de testamentos, doações e cartas de venda e de compra, de forma a salvaguardar a própria alma, a reforçarem-se laços familiares e, possivelmente, afectivos, de forma a acautelar algum amparo económico e aligeirar um possível vazio emocional e solidão. Outros, porque se encontravam ainda em idade de casamento, terão optado por agarrar-se a um novo matrimónio, quer se tratasse de mulheres, quer se tratasse de homens¹³⁸⁴. Daqui emerge uma preocupação central – a gestão de bens – que, por seu turno, terá permitido a algumas mulheres romperem um pouco a sombra masculina.

7.2.1 Romper a sombra masculina

Conhecendo a mulher um posicionamento económico e social mais frágil do que o homem¹³⁸⁵, a viuvez seria certamente bem mais sentida pela mulher que pelo homem. Não obstante, em sintonia com o que se expôs até ao momento, é de pensar que, além das potenciais dificuldades e inseguranças que a morte do cônjuge acarretava, ela “convidava” a mulher viúva a reagir e a refazer os seus percursos de vida, desempenhando papéis que, à partida, nomeadamente entre as famílias burguesas¹³⁸⁶, eram atribuídos à figura masculina. Deste modo, é legítimo questionar até que ponto a omnipresença da morte terá apelado, ao nível dos destinos humanos individuais, a uma maior participação da mulher na gestão das suas vidas e, subsequentemente, dos seus bens materiais, numa luta pela sobrevivência económica, social e espiritual. Até que ponto a morte do marido não terá deixado a porta entreaberta à mulher de forma a que ela saísse um pouco da sombra da figura masculina? É certo que a morte levava com ela familiares, amigos, vizinhos, gente conhecida, mas não ofereceria ela, conjuntamente,

¹³⁸³ Cf. apêndice 48, CRI XVI.

¹³⁸⁴ Cf. apêndice 48, as CRI II, XV e XVI.

¹³⁸⁵ Coelho, 1990, I, 38-40; Durand, 1982, 126-129.

¹³⁸⁶ Coelho, 1990, I, p. 39; Pallares Mendéz, 1993a, 100-101, 126-129; Labarge, 1989, 15-17, 191, 202.

em função da intensidade e importância dos laços tecidos com os defuntos, a possibilidade de moldar de novo os destinos?

Com efeito, a documentação compulsada oferece relatos de situações em que mulheres, nomeadamente viúvas, desempenham um papel de natureza económica, ao envolverem-se numa espécie de gestão do património¹³⁸⁷, emergindo um pouco da sombra masculina¹³⁸⁸ que teimava em se fazer sentir, de acordo com as “representações” antroponímicas evidenciadas anteriormente.

É o caso da susodita *Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu* que, como se aferiu, detém na respectiva configuração um papel central, pois, além de denotar um certo prestígio económico e social, é testadora e vendedora, envolvendo-se directamente na gestão dos bens nomeados.

Um outro testemunho é o de *Maior Domingues*¹³⁸⁹ e de sua cunhada – *Margarida Peres Caderna, irmã do dito Estêvão Peres Cadernos* –, que, no papel de testamenteiras do falecido *Estêvão Peres Cadernos* (marido da primeira e irmão da segunda), vendem¹³⁹⁰ a *Florença Domingues* – viúva de *Nicolau Miguéis, cidadão da cidade do Porto* – um quarto de casas, situadas na rua do Souto, que, por certo, corresponderiam a uma morada para uma família¹³⁹¹. Com a morte do susodito *Estêvão Peres o Cadernos*, o referido direito sobre a dita parte das casas (1/4) teria sido herdado pela viúva e pela irmã. Estas, como testamenteiras de *Estêvão Peres o Cadernos*, em conjunto com *Afonso Eanes dito Rol, vizinho da cidade do Porto*, outorgaram então a respectiva carta de venda, de forma a, com os montantes dela resultantes, cuidarem da alma do falecido, cumprindo assim, depreende-se, a vontade explícita no testamento de *Estêvão Peres o Cadernos*. Assiste-se, deste modo, à união de duas mulheres – cunhadas –, na gestão de bens que pertenceram ao marido/irmão já falecido, delineando-se um paralelismo entre laços familiares e uma gestão de bens herdados, não obstante estes terem sido vendidos de maneira a contribuir para a salvação da alma do falecido. Qual o motivo de tal união? As duas são cunhadas e ambas, à semelhança de *Senhorinha Eanes*¹³⁹², são nomeadas testamenteiras do falecido – *Estêvão Peres o Cadernos* – e é possível que ambas tivessem direitos de posse sobre o *objecto* da carta de venda: um quarto de casas

¹³⁸⁷ Simone Roux afirma que, no interior das estratégias familiares urbanas, as mulheres, nomeadamente as viúvas adquiriam um papel activo nas actividades económicas, intervindo no mercado imobiliário (Roux, 1994, 74-76, 83). O mesmo é apontado por Christopher Cannon (1999, 162-163) e por Christopher Dyer (2003, 280-281).

¹³⁸⁸ Idênticas situações são apontadas por Maria Carmen Pallares Méndez, em relação à Galiza (1993a, 128-131).

¹³⁸⁹ Cf. apêndice 48, CRI XV.

¹³⁹⁰ Cf. apêndice 9, número quatro.

¹³⁹¹ Cf. Ferreira, 2003, 361-362; López Carreira, 1999, 146-156.

¹³⁹² Cf. apêndice 48, CRI IX.

situadas na rua do Souto. Importa, no entanto, lembrar que a dita carta de venda apresenta um terceiro outorgante: o segundo marido da dita *Maior Domingues – Afonso Eanes dito Rol vizinho da cidade do Porto*. Porquê? Primeiro, porque era o marido e, em consequência, teria, ainda que de forma indirecta, algum direito sobre os bens e propriedades dela e não tanto porque fosse próximo de *Estêvão Peres o Cadernos*, o que, aliás, não seria de todo impossível. Segundo, porque, de acordo com os dados antroponímicos¹³⁹³, tudo parece girar em torno da figura masculina. Não obstante, as referências às figuras masculinas não negam o facto de serem as mulheres as principais personagens do acto de venda e compra. De mais a mais, é de notar aqui o facto de serem duas mulheres a actuarem como testamenteiras, o que lhes confere alguma confiança na gestão de bens e cuidados a ter com as almas, oferecendo-lhes um papel activo, no mínimo, nos assuntos familiares.

Mulheres viúvas, diga-se, pelo menos duas. Duas delas vendem e uma outra compra. E isto nas casas – situadas no Porto – da própria compradora – *Florença Domingues* – que, sendo mulher viúva de *Nicolau Miguéis, cidadão da cidade do Porto*, compra, sozinha, a dita parte das casas. A questão que surge de imediato incide sobre o tipo de relação existente entre as susoditas três mulheres. Seriam elas familiares, vizinhas, amigas ou simplesmente conhecidas? Qual o elo existentes entre elas? O que se atesta é um elo estritamente económico, embora o sobrenome “Domingues” partilhado por *Florença Domingues* e *Maior Domingues*, as duas viúvas, recorde-se, possa indiciar um elo familiar. Um indício que, contudo, de acordo com a parte II deste estudo, perde força, atendendo à frequência da utilização do nome próprio “Domingos” e do patronímico “Domingues”¹³⁹⁴. Interessante é verificar que a referida interacção entre mulheres viúvas acaba por se alargar à rua do Souto, onde moravam outras duas viúvas que, ainda que se desconheça a sua identidade, sabe-se que tinham uma relação de vizinhança com as casas que constituíam o *objecto* da dita carta de venda. Desta maneira, associadas à rua do Souto, encontravam-se, pelo menos quatro mulheres que, num determinado momento de suas vidas, foram vizinhas e que partilharam entre si o infortúnio da viuvez, sem considerar *Margarida Peres Caderna, irmã do dito Estêvão Peres Cadernos*, que se desconhece se seria ou não viúva, pois não se faz qualquer referência ao seu possível marido.

¹³⁹³ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 6.1, a partir da p. 216

¹³⁹⁴ *Vid.*, no presente estudo, parte II, pontos 4.1 e 4.2., a partir das páginas 130 e 150, respectivamente.

Na posse de alguma riqueza identifica-se igualmente uma outra viúva, homónima da susodita *Florença Domingues*¹³⁹⁵ e viúva de *Gonçalo Eanes Belagua*, herdeira de *Joana Domingues Amada*. Esta última, residente numas casas de pedra sitas no fundo da rua Escura, encontrava-se já falecida no ano 1398 e era identificada sem quaisquer referências a uma figura ou à existência de filhos. É possível que estas duas mulheres fossem viúvas e sem filhos. Mas é apenas uma hipótese, já que o único dado recolhido remete para uma herança, sendo uma herdeira da outra. Qual seria então o tipo de relação que terá existido entre estas duas mulheres? A partilha do segundo designativo – *Domingues* – poderia, mais uma vez, insinuar que poderiam ser familiares, nomeadamente irmãs, conquanto, mais uma vez a cinza do tempo não acede numa confirmação. É sabido ainda que o marido de *Florença Domingues* possuía algumas propriedades situadas no Porto que teriam com certeza algum peso económico – um canavial, um pedral e um exido na Albergaria de Santa Clara –, dado que eram propriedades associadas a actividades económicas de relevo, como a produção de linhaça e a construção civil. Deste modo, sendo *Joana Domingues Amada* moradora em casas de pedra e *Florença Domingues* associada a propriedades que parecem ter um valor extraordinário, admite-se que estas duas mulheres terão conhecido um estatuto económico e social de relevo e próximo, mesmo sendo as duas viúvas, indiciando um certo papel na vida económica da cidade.

Envolvida num acto económico, mais especificamente, num acto de venda, encontra-se também *Aldonça Eanes, filha que foi de João Cabraes e de Aldonça Mateus* (cidadãos que foram da cidade do Porto)¹³⁹⁶, tendo em consideração que, em 1339, ela vendeu uma parte de um conjunto de casas de pedra que tinha herdado dos pais e que se situavam, também elas, à semelhança das casas da susodita *Joana Martins*, na rua das Eiras. Convém adiantar que, cerca de vinte anos depois, em 1358, o seu filho vende uma outra parte – bem mais pequena – das mesmas casas de pedra. Uma parte que certamente ele terá herdado, revelando que, naquele espaço de tempo, a sua mãe terá falecido, pois assim se justificaria o direito adquirido sobre a referida parte de casas de pedra. O que é interessante reter é que essas casas de pedra estavam destinadas ao Cabido do Porto, em concreto, a alguns dos seus elementos: *João Redondo, cónego da Sé do Porto* (1339) e *João Palmeiro, mestre-escola de Lisboa e cónego da Sé do Porto*

¹³⁹⁵ Cf. apêndice 48, CRI X.

¹³⁹⁶ Cf. apêndice 48, CRI XI.

(1358). É plausível que se trate de uma mulher viúva, na medida em que não se faz qualquer referência ao marido, quer no acto de venda da dita *Aldonça Eanes*, quer no acto de venda de seu filho. Uma mulher viúva que, em similitude com os casos anteriores, deteria, em termos económicos, uma situação folgada, dado que, à semelhança do que foi referido acima, em relação a *Joana Martins*¹³⁹⁷, é associada a casas edificadas com pedra e situadas na importante rua das Eiras¹³⁹⁸.

Por sua vez, *Senhorinha Eanes, cidadã do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses* (mercador e cidadão que foi da cidade do Porto)¹³⁹⁹, não deixa também de conhecer uma posição de destaque social, porque, em simultâneo, era viúva de um mercador, possuía propriedades na praça da Ribeira e era testamenteira de *Martim Gonçalves, abade*. Depreende-se, portanto, que ela era uma mulher viúva detentora de riqueza e merecedora de confiança. Os seus testamenteiros eram *Martim Esteves, cônego*, *Mestre Frei João Vieira* e João Vasques primo e criado da dita *Senhorinha Eanes*. Não deixa de ser curioso apurar que ela dispunha, em conjunto com o dito *Martim Gonçalves, abade*, de quem era testamenteira, um quarto e um oitavo de pardieiro situado na praça da Ribeira. Após a morte de *Senhorinha Eanes*, o testamenteiro e sobrinho de *Martim Gonçalves, abade* – *Afonso Domingues* –, em conjunto com o testamenteiro de *Senhorinha Eanes* – *Martim Esteves, cônego* – doaram ao Cabido propriedades que pertenciam aos dois falecidos¹⁴⁰⁰. As propriedades parecem assim ter sido destinadas ao Cabido da Igreja do Porto. Qual o tipo de relação existente entre *Senhorinha Eanes* e *Martim Gonçalves, abade*? Seria ela de natureza familiar? Remeteria ela para laços de confiança e de amizade? Por desventura, não se possuem respostas. O que se sabe é que eles partilham a posse de propriedades e são cúmplices na doação ao Cabido. Do que foi dito, assevera-se que *Senhorinha Eanes* emerge nos documentos em estudo como uma mulher activa, dinâmica ao ser apresentada como vendedora e testamenteira. Uma mulher viúva que, como se referiu, terá conhecido um importante estatuto económico e social, que, aliás, é explícito na profissão atribuída ao marido falecido (mercador) e no estatuto a que são associados: *cidadãos do Porto*¹⁴⁰¹.

¹³⁹⁷ Cf. apêndice 48, CRI II.

¹³⁹⁸ Basto, 1962-1965, 141, 143; Soares, 1962-1965b, 351; Sousa, 1995, 132, 143.

¹³⁹⁹ Cf. apêndice 48, CRI IX.

¹⁴⁰⁰ Cf. apêndice 6, número 29.

¹⁴⁰¹ De acordo com as considerações tecidas, na parte II, ponto 5.2, p. 199.

Por último, é de focar a atenção em *Clara Pais, mulher que foi de Aparício Domingues Borralho*¹⁴⁰² que, no dia 3 do mês de Abril de 1389, fez uma doação¹⁴⁰³ ao Cabido do Porto do direito e foros que tinha do lugar de Massarelos, com a condição dos cônegos rezarem uma missa pela sua alma e a de seu marido – *Aparício Domingues* –, no dia a seguir à Nossa Senhora de Março. Na mesma data, *D. João Martins, mestre-escola da Sé do Porto* toma a posse¹⁴⁰⁴, em nome do Cabido, do referido lugar, dizendo a *Francisco Gonçalves*, que trazia o dito lugar de Massarelos, que passasse a pagar os respectivos foros ao Cabido. Com efeito, também com a susodita *Clara Pais* se vê uma mulher viúva a gerir bens, ainda que preocupada não tanto com uma possível sobrevivência de um estatuto económico, mas com a sobrevivência e paz espiritual da sua alma e da do seu marido, recorrendo, para tal, aos préstimos da Igreja cujo património e seus foros¹⁴⁰⁵ seriam ampliadas por meio da referida doação.

Por conseguinte, as configurações relacionais interactivas esboçam alguns indícios de que o estado de viuvez, sinónimo na maior dos casos de fragilidade e insegurança, pode ter constituído para certas mulheres, nomeadamente para aquelas que detinham algum poder económico, uma oportunidade para se mostrarem e assumirem um papel mais activo, herdando, doando, vendendo e comprando bens, conquistando, deste modo, um lugar na dinâmica económica dos bens a que se encontravam associadas e, subsequentemente, na da própria cidade, em busca possivelmente de um suporte económico e social e da salvação espiritual, a sua e a dos que lhe eram mais chegados. Mulheres que, portanto, embora tivessem perdido os seus maridos e, algumas delas, os filhos, se mostravam muito mais activas e interactivas do que indigentes e indiligentes, rompendo, desta forma, um pouco a sombra masculina.

Não obstante, não se pode concluir que somente as mulheres que se encontravam sozinhas, sem o amparo da presença masculina, nomeadamente viúvas, é que conheciam essa oportunidade. A viuvez seria certamente uma vivência que mais facilmente terá impulsionado certas mulheres a emergirem da sombra, por encabeçarem um património e talvez por terem adquirido, com a idade, um pouco mais de maturidade, mas não era a única.

¹⁴⁰² Cf. apêndice 48, CRI XII.

¹⁴⁰³ Cf. apêndice 6, número vinte e seis.

¹⁴⁰⁴ Cf. apêndice 3, número catorze.

¹⁴⁰⁵ Em sintonia com o que foi apontado na parte I, ponto 2., a partir da p. 47.

Isto porque, não é aqui de descurar, em paralelo, o papel desempenhado por *Clara Eanes*¹⁴⁰⁶ que, não sendo viúva, foi procuradora do marido no acto de venda¹⁴⁰⁷ que outorgou a *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto*, e à sua mulher – *Catarina Fernandes* –, de umas casas que possuía, em conjunto com o seu marido, na rua da Sapataria, no Porto. É possível que o marido, sendo mercador, se encontrasse ausente¹⁴⁰⁸, atendendo a que ele elaborou uma procuração¹⁴⁰⁹, na qual nomeou seus procuradores a sua mulher e *Domingos Avelhoso*, com o intuito de que estes pudessem representá-lo em actos de natureza económica. É o que acontece na referida carta de venda, outorgada única e simplesmente por *Clara Eanes*. Importa, neste seguimento, não deslembrar que o marido era mercador, o que, à partida, exigiria uma constante liquidez de dinheiros, e também o facto de os dois serem moradores na Maia, o que os distancia um pouco da propriedade vendida. Por sua vez, o comprador é outrossim um mercador e era morador na cidade do Porto. É bem possível que vendedores – *Clara Eanes* e seu marido – e compradores – *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto* e *Catarina Fernandes* – conhecessem, em analogia com as situações acima descritas, outros elos relacionais, não somente de natureza económica e financeira, mas também familiar, atendendo a que *Reimão Fernandes* – o comprador – e *Catarina Fernandes* – a vendedora – partilham o segundo designativo (*Fernandes*). Os dados reunidos não permitem, é certo, à semelhança de outras situações nomeadas, nenhuma conclusão, na medida em que, tendo em conta a cristalização de nomes que se verificava nestes tempos¹⁴¹⁰, aqueles dois – comprador e vendedora – tanto podiam ser irmãos como não o ser, para além de que, se o fossem, na realidade era provável que tais laços fossem apontados.

Não obstante, ainda que se desconheçam os mecanismos que geraram e envolveram a feitura da procuração e a carta de venda, a figura e acção de *Clara Eanes* reveste-se de particular importância, na medida em que se é confrontado com uma mulher capaz de representar o marido em actos económicos, vendendo bens que, por sua vez, não eram somente sua pertença, mas sim do casal, assumindo assim a total responsabilidade. Uma

¹⁴⁰⁶ Cf. apêndice 48, CRI VII.

¹⁴⁰⁷ Cf. apêndice 9, número treze.

¹⁴⁰⁸ Um pouco à semelhança do que é apontado por Maria Helena da Cruz Coelho, relativamente à mulher de João Ramalho, mercador do Porto, nos finais do século XIV, que “na ausência do marido em Roma, deu execução ao privilégio real que lhe outorgava a faculdade de exportar cereal.” (Coelho, 1990, I, 39). Cf. também Damião Peres (1965-1965b, 52, 62).

¹⁴⁰⁹ Cf. apêndice 10, número dezoito.

¹⁴¹⁰ De acordo com o capítulo dedicado à antroponímia, o nome próprio Fernando não era o nome mais frequente, mas era comum, ao fazer parte do agrupamento de onze unidades onomásticas que identificava mais de três quartos da população estudada. *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 4.1, a partir da p. 130.

mulher na qual o marido depositou a sua confiança, senão inteira, em parte, ao nomeá-la sua procuradora. Seria este tipo de intervenção feminina prática quotidiana no espaço urbano do Porto de Trezentos?

Os dados recolhidos não permitem uma resposta cabal. Todavia, o testemunho de *Clara Eanes*, em conjunto com o das mulheres viúvas acima nomeadas revelam que a mulher podia intervir e responsabilizar-se por certos actos económicos. É de lembrar, no entanto, que tal intervenção se enquadra num conjunto de interacções nas quais as mulheres parecem deter algum protagonismo económico e social e encontrar-se num estado de viuvez ou então, numa situação em que, presume-se, o marido se encontraria ausente. Caso contrário, a mulher poderia participar nos referidos actos, mas seria precedida pelo marido.

É, pelo menos, o que entremostra o desempenho, na configuração II, não, obviamente de *Joana Martins*, mas de sua sobrinha *Margarida Afonso*. Como já se referiu, no testamento¹⁴¹¹ e na carta de venda¹⁴¹² de *Joana Martins*¹⁴¹³, os laços centrais são os de tia e sobrinha, tendo sido com base neles que a sobrinha – *Margarida Afonso* – e seu marido se tornaram testamenteiros, herdeiros e compradores de bens pertencentes à susodita *Joana Martins*. Porém, ao contrário do que se apontou para *Clara Pais*¹⁴¹⁴, a primeira pessoa que se nomeia, quer como testamenteiro e herdeiro, quer como comprador, é sempre a figura masculina, o marido da sobrinha – *Nuno Fernandes de Marões escudeiro da cidade do Porto* –, somente depois, num segundo plano, é que a sobrinha é nomeada, verificando-se, deste modo que, a força dos laços familiares, tecidos entre as referidas *Joana Martins* e *Margarida Afonso*, não impediu que o marido desta última conhecesse uma posição de relevo. *Margarida Afonso* é posicionada na sombra de sua tia e de seu marido. Embora seja ela a detentora do laço familiar, hereditário e económico, *Margarida Afonso* é colocada em segundo plano, nos documentos. Desta feita, ainda que, volta-se a sublinhar, tia e sobrinha sejam os verdadeiros agentes das interacções relacionais vislumbradas na configuração II, insinua-se uma linha sucessória e hereditária masculina, ao enfatizar não somente os laços consanguíneos, que têm como figura de referência o tio – *Afonso Martins Alho* –, mas também os laços matrimoniais que destacam os respectivos maridos, tanto os da tia como os da sobrinha.

¹⁴¹¹ Cf. apêndice 13, número oito.

¹⁴¹² Cf. apêndice 9, número catorze.

¹⁴¹³ Cf. no apêndice 48, CRI II.

¹⁴¹⁴ Cf. apêndice 48, CRI VII

Entretanto, no seguimento do que vem a ser dito, convém realçar que, mesmo nas situações em que as mulheres chamam a si a responsabilidade dos actos escritos, elas raramente são desconectadas das suas relações de aliança, em sintonia com o que se aferiu anteriormente¹⁴¹⁵. De facto, o matrimónio continua a funcionar como referência indispensável na identificação daquelas mulheres, mesmo quando os maridos se encontravam falecidos. É o que acontece, por exemplo, com *Joana Martins*, ao ser entrelaçada com os dois maridos já falecidos. Um entrelaçamento que não deixa, por sua vez, de estar intrincado com o facto de eles terem sido os anteriores proprietários dos bens que por ela foram herdados e que, por sua vez, constituem *objecto* de herança e de venda.

Assim, acabam por se entremostrear duas dinâmicas. A primeira consiste no facto de que, embora outorgante do testamento e da carta de venda, *Joana Martins* era uma mulher viúva que continuava a viver na sombra da identidades dos seus dois maridos, já falecidos. A segunda radica na situação de que a alusão aos laços matrimoniais não deixou, no entanto, de lhe oferecer um estatuto económico e social de destaque, já que o primeiro marido era mercador e o outro tinha morado numa das ruas importantes da cidade – rua das Eiras –, possuindo nela casas de pedra nas quais a dita *Joana Martins*, como se aferiu já, continuava a residir.

Do exposto resulta que, quando a mulher assumia um papel na gestão de bens, nem sempre ela se libertava da sombra de uma figura masculina¹⁴¹⁶. Não obstante, torna-se claro que elas, as mulheres, ou então certas mulheres, na ausência do marido, o que seria mais frequente no estado de viuvez, podiam desempenhar um papel activo nas lides económicas e financeiras da família e, subseqüentemente, da cidade, fazendo-a sair um pouco da alçada da esfera do privado que era tão enfatizada pelos dados antroponímicos¹⁴¹⁷.

¹⁴¹⁵ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, pontos 6.1.4 e 6.1.5, a partir das páginas 223 e 226, respectivamente.

¹⁴¹⁶ Cf., a este respeito, Henrietta Leyser (1995, 160-163).

¹⁴¹⁷ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 6, a partir da p. 215.

7.3 Conviver com a Morte ou Inexistência de Filhos

Se a perda do cônjuge se podia associar, dependendo da intensidade dos afectos envolvidos, a um sentimento de perda e de solidão, a perda de um filho(a) assume-se como uma experiência dolorosa¹⁴¹⁸, para já não falar da perda de todos os filhos. Desconhece-se como terá ela sido vivida e sentida pelos homens e mulheres portuenses da centúria de Trezentos. Decerto seriam muitas as emoções e reacções em função da natureza e sensibilidade de cada espírito humano e das redes sociais que a vivenciavam, admitindo-se, porém que a dor seria mais ligeira quanto mais tenra fosse a idade do filho defunto¹⁴¹⁹. Contudo, admite-se que o vazio não deixaria de se manifestar, pelo menos, num determinado momento da vida, mesmo que fosse silenciado, escamoteado ou desprezado em virtude da crueza dos tempos vividos¹⁴²⁰.

De facto, a dor da perda é, em termos emocionais, o equivalente a uma ferida que, em função do grau de maturidade e inteligência emocional¹⁴²¹, em função do grau de imunidade e de resistência do ser humano, pode curar ou tornar-se crónica, ou ainda conduzir à morte¹⁴²². Assim, não pode ser ignorada pela análise histórica, por muito que o terreno seja escorregadio e labiríntico.

Com efeito, ao atentar-se nas configurações relacionais interactivas, verifica-se, por exemplo, que o posicionamento social de *Francisco Eanes, mercador*, e de *Maria Eanes, vizinhos do Porto*, de *Afonso Lourenço das Eiras, cidadão e morador no Porto*, e de sua mulher *Teresa Rodrigues*¹⁴²³ não os impediu de viver aquela que é considerada, nos dias de hoje, como uma das maiores dores que o ser humano pode sentir. A dor de ver o(s) seu(s) filho(s) morrerem primeiro¹⁴²⁴. É, de facto, o que indicia a configuração V, onde se observa um entrosamento entre laços familiares e heranças e onde se é apresentado a dois casais que foram confrontados com a morte de seus filhos. Como se pode atestar, a referida configuração fundamenta-se em dois núcleos distintos de laços

¹⁴¹⁸ Kübler-Ross, 2000, 99, 114-115; Pallares Mendéz, 1993a, 114.

¹⁴¹⁹ Cf. Duby, 1990, p. 224-227.

¹⁴²⁰ Sousa, 1993, 359-360, 339-343; Lett, 2000, 203-206.

¹⁴²¹ Goleman, 2005, 19- 35, 57-79.

¹⁴²² Fleming, 2003, 15.

¹⁴²³ Cf. apêndice 48, CRI V, na qual é possível concluir que os pais de Afonso Lourenço das Eiras seriam abastados, pois, para além de serem associados à profissão de “mercador”, à rua das Eiras, possuíam ainda outras propriedades, como um pardieiro na rua da Sapataria e vinha e herdade em Vila Nova, freguesia de Santa Marinha (Gaia). Desconhece-se, todavia, se os referidos bens foram herdados pelos filhos. Cf. também apêndice 48, CRI VII.

¹⁴²⁴ Henrietta Leyser refere que, em Inglaterra, nos últimos tempos do século XIV e durante o século XV, cerca de 30% dos pais viram os seus filhos morrerem primeiro que eles (Leyser, 1995, 183). Desconhece-se, em absoluto, qual seria a percentagem na cidade do Porto, no mesmo período. Contudo, admite-se que aquela situação não terá deixado de ser experimentada pelos pais portuenses, tendo em conta os indícios recolhidos.

familiares e de linhas sucessórias relativamente ao mesmo património, que conhecem, por sua vez, uma natureza jurídica diferente.

Num dos núcleos encontra-se os que detêm os direitos de posse e, conseqüentemente, recebem foros.

No outro núcleo, é-se apresentado aos que detêm direitos de usufruto, em virtude de um aforamento, isto é, um contrato perpétuo¹⁴²⁵.

Em ambos os núcleos familiares coteja-se uma linha sucessória. Ao incidir-se então o feixe de luz sobre os detentores do prazo perpétuo, desenha-se uma linha sucessória de avós para netas, sem quaisquer referências aos filhos dos ditos *Francisco Eanes, mercador* e *Maria Eanes, sua mulher, vizinhos da cidade do Porto, moradores na Ribeira*. Nesta interacção familiar é evidente a existência de laços entre avós e netas. Laços económicos, porque as netas são herdeiras. Laços sociais porque a referência das netas centra-se nos avós. Laços afectivos e emocionais, porque se insinua um amparo mútuo, uma cohabitação. *Francisco Eanes, mercador, e Maria Eanes, sua mulher, vizinhos da cidade do Porto, moradores na Ribeira* terão sido confrontados com a morte dos seu filho(a) ou filhos(as) que, conseqüentemente, terá deixado órfãos os netos existentes. Desconhece-se se *Maria Eanes e Margarida Eanes* seriam as únicas netas. No entanto, é de registar que são elas que herdaram o prazo perpétuo da herdade de Vila Cova de Brojalhas, situada na freguesia de Sto. André de Sever.

Duas netas, duas órfãs¹⁴²⁶, duas mulheres (raparigas) solteiras¹⁴²⁷, depreende-se, por fim, duas herdeiras. Pressente-se assim que avós e netas se ligaram entre si, numa troca mútua de amparo e segurança, numa troca mútua de afectos. Os avós terão suavizado a sua dor, a sua perda, a sua fragilidade, investindo nas duas netas, preenchendo o vazio deixado pelos filhos, em virtude de terem falecido, ou, então, porque, como refere Didier Lett, em virtude de terem preferido não residir com as filhas¹⁴²⁸. Em concomitância, as netas terão recebido dos avós o amparo de que tanto necessitariam, ao nível económico, social e, decerto, afectivo, como se tem vindo a enfatizar.

Sintomas em como, na época em análise, a vida e a morte, entrosadas entre si, defrontavam os indivíduos sobreviventes com mudanças nas interacções relacionais que

¹⁴²⁵ Cf. apêndice 7 e a parte I, ponto 2.2.1., a partir da p. 60.

¹⁴²⁶ Não há qualquer referência ao pai ou à mãe, o que indicia que estes terão falecido. Esta situação, em sintonia com uma forte presença dos avós, terá dispensado a identificação dos pais.

¹⁴²⁷ Considera-se que se trata de duas mulheres solteiras, atendendo a que não existe nenhuma referência a relações de aliança, o que, não seria omitido se, efectivamente, elas fossem casadas, como acontece na maioria dos casos de mulheres casadas identificadas não somente com dois designativos, mas também com uma designação complementar que especifica a relação de aliança (“mulher de”). *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 6.1, a partir da p. 216.

¹⁴²⁸ Lett, 2000, 159.

se afiguram avassaladoras, nomeadamente nos seios familiares, e terão obrigado à reestruturação das mesmas.

Tempos dolorosos estes que fazem os pais herdarem os bens dos filhos, como se pode apurar na outra linha de sucessão da configuração V¹⁴²⁹. Esta relativa não ao prazo perpétuo, mas sim aos ditos direitos de posse. Como se terão sentido *Afonso Lourenço das Eiras, cidadão e morador no Porto*, e *Teresa Rodrigues* ao verem a sua filha – *Maria Afonso* – morrer primeiro? A sua filha e o seu genro – *Vasco Palos, mercador*. Uma filha que, deduz-se, não teria filhos. Como se terão sentido aqueles pais ao herdarem os bens da própria filha?

Os dados são silenciosos, não oferecem respostas. Não obstante, é interessante aferir que os bens nomeados, herdados pelos pais – a dita herdade de Vila Cova de Brojalhas –, na sequência da morte da filha, foram doados por eles ao Cabido, com o intuito de obter favores espirituais. Por alma de quem? Paradoxalmente, pela alma não da filha (*Maria Afonso*), como, à partida, se poderia pensar, mas sim pelas suas próprias almas. O que parece testemunhar que a dor daquela perda não teria sido tão intensa como se tem vindo a pressentir, já que os pais parecem mostrar-se mais preocupados com a sua alma do que com a de sua filha. O que concluir então? Que o facto de a doação não considerar a alma da filha significa que a dor da perda foi ligeira para os pais? Que a filha era ainda muito nova, o que terá aligeirado o possível sofrimento? Ou, por fim, que não existe relação directa entre as referidas condições da doação e a intensidade da dor sentida? As respostas a estas questões terão de ficar, naturalmente, em aberto. Todavia, é importante recordar que ser-se confrontado com a perda de um filho podia fazer-se acompanhar, à semelhança do que acontecia com os cônjuges viúvos, de um sentimento de grande insegurança, inquietude e ansiedade, já que a morte, tendo levado os filhos, também podia, a qualquer momento, ceifar a vida dos pais. A morte Trecentista primava pela surpresa, pelo inesperado, desmoronando tudo aquilo que, à partida, parecia garantido. Ela surpreendia e questionava os destinos humanos, levando o homem, em sintonia com os valores da época, a preocupar-se, não somente com a sua sobrevivência, mas também com a salvação da própria alma. Os recém-nascidos ou os que se encontravam ainda na idade infantil, esses, acreditava-se, teriam o paraíso garantido¹⁴³⁰. Não era o caso de *Maria Afonso*, que se encontrava já casada. A proximidade da morte

¹⁴²⁹ Cf. apêndice 48.

¹⁴³⁰ Alexandre-Bidon, 1993b, p. 31-32, 41.

e todas as suas exigências de reestruturação terá mergulhado os sobreviventes numa espécie de "pânico anímico"¹⁴³¹ que, por sua vez, terá conduzido os espíritos da época a preocuparem-se com uma boa morte e a salvarem a alma, já que não se podia salvar o corpo. Uma preocupação que se traduziu, entre aqueles que tinham algumas posses, em testamentos e doações que alvejavam, entre outras coisas, garantir que o próprio corpo fosse sepultado num espaço sagrado, como fizeram os susoditos *Afonso Lourenço das Eiras* e *Teresa Rodrigues*, pois, como refere Florence Bayard, em relação ao século XV, de acordo com a Igreja, a boa morte seria aquela que não surpreendia o indivíduo, aquela que era esperada, preparada e aceite de forma atempada e pacífica¹⁴³².

Faça-se agora incidir a luminosidade sobre outra configuração. Porque foram um casal estéril ou porque perderam os seus filhos, *Gil Martins das Tendas*, morador entre os açougues, e *Margarida Rodrigues*¹⁴³³ constituem um outro casal confrontado com a inexistência de filhos, tendo em consideração que no testamento do susodito *Gil Martins das Tendas* não lhes é feita nenhuma menção, nem mesmo no que diz respeito ao cuidado a ter com almas de indivíduos falecidos. Teria *Gil Martins das Tendas* beneficiado os seus sobrinhos se tivesse filhos, nomeadamente atribuindo a um sobrinho – *Afonso* – as casas dos açougues onde o próprio *Gil Martins*, à partida, residia? A resposta afigura-se negativa, já que, se existissem filhos, estes seriam, no mínimo, mencionados de forma a salvaguardar a vontade explícita no testamento. Assim, as interacções relacionais desnudadas na respectiva configuração apresentam um casal sem filhos que, admite-se, em certos momentos, não terá deixado de experimentar uma espécie de vazio emocional, uma espécie de desamparo, sentindo a continuidade da sua família, a sucessão de seus bens e riqueza um pouco à deriva. Um casal que terá então sentido a necessidade de reagir e gerir. Gerir emoções, gerir afectos, gerir o seu património social e económico, centrando a atenção naqueles que lhes seriam, à partida, mais chegados – familiares –, nomeadamente nos sobrinhos, ou em alguns deles, com certeza os mais chegados. Deste modo, permitiam aos sobrinhos que preenchessem um pouco o vazio emocional deixado pelos filhos que o casal esperava ter e não teve ou que entretanto perdeu. De facto, no susodito testamento, é visível a preocupação do testador com um sobrinho (*Afonso*) e uma sobrinha. Nomeia-os seus testamentários, mantendo um paralelismo entre certos laços familiares e a sucessão e herança de bens e

¹⁴³¹ Cf., a este respeito, Sousa, 1993, 340-341.

¹⁴³² Bayard, 1999, 8, 13, 15, 166-167, 176.

¹⁴³³ Cf. apêndice 48, CRI XIII.

contribuindo, como se verá mais adiante, para a salvaguarda do seu futuro, não obstante outros beneficiarem também do dito testamento.

O mesmo sentimento de perda e solidão não deixou de ser vivido irmãmente pela já nomeada *Joana Martins*¹⁴³⁴, não apenas porque assistiu à morte de seus dois maridos, mas também porque parece ter sido uma mulher sem filhos, atendendo a que, como se sublinhou acima, num entrosamento entre os laços familiares e linhas sucessórias, seria natural a referência a filhos¹⁴³⁵, quanto mais não fosse para abdicarem dos seus possíveis direitos, em sintonia com os critérios de validação dos testamentos definidos por D. Afonso IV¹⁴³⁶. O que na realidade não acontece, pois os documentos em análise são totalmente omissos relativamente à existência de filhos. *Joana Martins* seria, em 1394, ano do nascimento do quinto filho de D. João I – Infante D. Henrique¹⁴³⁷ – uma mulher sem filhos. Sem filhos porque estes sucumbiram precocemente à presença nefasta e familiar da morte ou então porque a esterilidade¹⁴³⁸ assolou o casal. Ter de assistir às mortes dos seus dois maridos não terá sido fácil, mas viver a morte de seus filhos¹⁴³⁹ ou, então, ser uma mulher sem filhos faz adivinhar-lhe uma vida ingrata¹⁴⁴⁰, tendo em conta que o valor do feminino, no período medieval, radicava, inexoravelmente, no dom da maternidade¹⁴⁴¹. Uma vida que, no entanto, terá fortalecido e/ou endurecido o seu carácter, pois senão de que outra forma encontraria ela o seu equilíbrio, se é que o encontrou? De acordo com os fragmentos relacionais recuperados e descritos acima¹⁴⁴², *Joana Martins*, viúva e sem filhos, centrou a sua atenção ou parte dela na sua sobrinha – *Margarida Afonso* – filha que foi de seu irmão *Afonso Martins Alho*, que já se

¹⁴³⁴ Cf. apêndice 48, CRI II.

¹⁴³⁵ Como acontece no testamento de um tabelião de Coimbra – João Lourenço (Coelho, 1990, I, 67, 73-77). Consulte-se, igualmente, Wray, 2003, 210, 212, 214.

¹⁴³⁶ Coelho, 1990, I, 61-63.

¹⁴³⁷ Peres, 1962-1965d, 111; Amaral, 1985, 9.

¹⁴³⁸ Consultar Maria Carmén Pallares Méndez, 1993a, 57-59.

¹⁴³⁹ Paulette Leclercq não deixa de fazer referência aos sentimentos que uniriam os pais aos filhos que tanto podiam consistir numa relação íntima de afectos, como podiam também pautar-se pela indiferença, sublinhando que esses mesmos sentimentos variariam certamente em função do meio cultural, social e em função das épocas (L’Hermite-Leclercq, 1993, 282; Pallares Méndez, 1993a, 55-56; Lett, 2000, 203-205, 209-211). É certo que a intensidade da dor que uma mãe poderia sentir quando confrontada com a morte de um filho variaria em função da idade do mesmo, quanto mais velho, mais difícil seria de aceitar, atendendo à elevada taxa de mortalidade infantil característica do período medieval, de acordo com os dados para Inglaterra, nos séculos XVI e XVII, onde cerca de 20% das crianças com idade inferior a cinco anos falecia (Leyser, 1995, 125-126; 130-132). Consulte-se, em relação à mortalidade infantil em Portugal, na Idade Média, os dados relativos a Fão e S. João de Almedina de Coimbra (Coelho, 1996, 180-181). Ter em conta ainda as considerações de: Fossier, 1981, 178-179, 360-361; Vovelle, 1983, 34-36, 98; Klapisch-Zuber, 1989, 203-203; Pallares Méndez, 1993a, 59-60, 114; Bois, 2000, 81-82; 97; Lett, 2000, 224; Dyer, 2003, 276.

¹⁴⁴⁰ Sendo as tarefas principais atribuídas à mulher medieval “dar à luz e criar os filhos” uma mulher que não tivesse filhos teria, certamente, os olhos da comunidade postos sobre ela, questionando o seu desempenho familiar e social, pois, como refere Claudia Opitz, para além dos laços afectivos que poderiam ser tecidos, o dever de assegurar a procriação e a velhice ficava em aberto (Opitz, 1993, 377 e 378-382). Ler, igualmente: Klapisch-Zuber, 1989, 203-207; L’Hermite-Leclercq, 1993, 277-278.

¹⁴⁴¹ De acordo com o que é sublinhado por Christiane Klapisch-Zuber (1989, 198, 200-205; 1993b, 27). Cf., igualmente: Thomasset, 1993, 90-91; Vechio, 1993, 154, 161-164; L’Hermite-Leclercq, 1993, 277, 286-288, 315; Opitz, 1993, 377-390; Pallares Méndez, 1993a, 19, 41-43, 45, 49, 55-59, 61, 91; Dronzek, 2003, 74; Leyser, 1995, 122-123, 183-184; Lett, 2000, 220-224; Le Goff, 1997, 445.

¹⁴⁴² Cf., no apêndice 48, a CRI II.

encontrava falecido, e casada com um escudeiro da cidade – *Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto*. Na configuração II, os laços entre duas mulheres saem assim reforçados e é em torno delas que todas as interações parecem girar.

Com efeito, ambas, como se mencionou acima, estão intimamente ligadas à mesma figura masculina¹⁴⁴³ – *Afonso Martins Alho* – e, seja por herança, seja por carta de venda/compra, *Margarida Afonso* e seu marido são, como também já se sublinhou, em concomitância, os sobrinhos, os herdeiros, os testamenteiros e os compradores das referidas herdades, bens e casas de pedra que *Joana Martins* herdou, na sequência da morte de cada um dos seus dois maridos¹⁴⁴⁴. A sobrinha e respectivo marido assumem assim, na configuração em análise, um papel crucial já que, no seguimento do que foi explorado na respectiva configuração, parecem preencher, inteira ou parcialmente, alguns dos espaços vazios que foram sulcados no trilho de vida de *Joana Martins*.

Igualmente sem filhos é apresentada *Senhorinha Eanes, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses, mercador, cidadãos do Porto*¹⁴⁴⁵, atendendo a que, nos respectivos documentos – cartas de doação e de locação de propriedades pertencentes ao marido falecido –, não é feita qualquer alusão à existência de filhos, o que seria natural que acontecesse, em virtude da natureza dos referidos actos escritos. A confirmar esta ideia, continua-se, em 1410, data em que ela já se encontrava falecida, a não se fazer referência à existência de filhos, doando¹⁴⁴⁶ os testamenteiros da dita *Senhorinha Eanes* ao Cabido da Sé uma parte de um pardieiro, situado na praça da Ribeira onde vendem o pescado, onde já foram feitas casas, com o fito de se rezar as horas e se fazer aniversário pelas almas deles.

Por seu lado, *Estêvão Peres, o Cadernos*, e *Maior Domingues*¹⁴⁴⁷ parecem, também eles, ter vivido um matrimónio sem filhos, na medida em que, em afinidade com as configurações entretanto analisadas, não há qualquer referência à existência de filhos. O destaque dado à irmã – *Margarida Peres, a Cadernos* – permite pensar igualmente que se *Estêvão Peres, o Cadernos* tinha irmãos do sexo masculino, estes já se encontrariam

¹⁴⁴³ Em sintonia com o que se referiu (*vid.* parte II, ponto 6.1., a partir da p. 216).

¹⁴⁴⁴ No dia 1 de Dezembro de 1392, fez o seu testamento, mandando, entre outras coisas, que os frades de S. Domingos e de S. Francisco lhe façam honra no dia da sua sepultura e nomeando os sobreditos Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto e Margarida Afonso seus testamenteiros e herdeiros dos bens e herdades que ela herdou do seu primeiro marido: Martim Vicente Barreiros. Em contrapartida, eles deveriam cumprir a sua vontade e as cláusulas do testamento de seu marido, recorrendo, para o efeito, aos ditos aos bens e herdades. Passada uma semana, no dia 8 do mesmo mês e ano, a dita Joana Martins vendeu aos ditos Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da dita cidade e a Margarida Afonso e a todos seus herdeiros e sucessores, as casas de pedra que tinham pertencido ao segundo marido – Martim Eanes Fariseu – em que morava e que se situavam na cidade do Porto, na rua das Eiras, pelo preço de seis mil libras da moeda antiga (ADP, L. S., LXXIV, fls. 219-224; LXXXVII, fls. 211-218; XCVI, fls. 25-30).

¹⁴⁴⁵ Cf. apêndice 48, CRI IX.

¹⁴⁴⁶ Cf. apêndice 6, número 29.

¹⁴⁴⁷ Cf. apêndice 48, CRI XV.

falecidos ou então não se encontrariam na cidade, pois, caso contrário, a irmã teria caído num certo anonimato. A não ser que os laços entre os susoditos dois irmãos fossem especiais e, por tal razão, merecessem um tratamento especial, de tal forma que a irmã foi nomeada testamenteira, em conjunto com a sua cunhada.

Desta feita, das configurações relacionais em estudo resulta que, convivendo e ou vivendo o vazio deixado pelos filhos, certos pais agarraram-se aos netos, com os quais acabaram por tecer laços económicos, sociais e, certamente, afectivos. Alguns acabaram por herdar os bens dos próprios filhos, preocupando-se em particular com a salvação da própria alma, demonstrando um estado de espírito inquieto, ansioso e inseguro. Outros geriram os afectos, o seu património social e económico, centrando a atenção nos sobrinhos¹⁴⁴⁸ e preenchendo, assim, um pouco, o vazio emocional deixado pelos filhos. Tudo isto, além de se desenhar a possibilidade de entregar os bens ou parte deles nas mãos do poder espiritual¹⁴⁴⁹.

7.4 Prevenir o Futuro dos mais Jovens

Falou-se, até aqui, de fragmentos que entremostam uma gestão de emoções, de afectos, do património social e económico. Uma gestão centrada naqueles que certamente seriam mais chegados e/ou mais úteis. Uma gestão que não se coibiu de contribuir, irmãmente, para a salvaguarda da vida futura daqueles que certamente se mostrariam mais frágeis, como, por exemplo, as crianças e os jovens sobreviventes. Com efeito, é interessante atestar, em algumas das configurações em análise, o cuidado e preocupação com certos jovens, uns solteiros, outros casados, de forma a oferecer-lhes algum amparo económico e social e, subsequentemente, alguma tranquilidade espiritual¹⁴⁵⁰.

É o que se vislumbra, por exemplo, nos testamentos de *D. Vicente Domingues, Chantre, Prior de Azambuja*¹⁴⁵¹. Cruzando as disposições dos seus dois testamentos,

¹⁴⁴⁸ Estudando um conjunto de testamentos da cidade de Bolonha, antes e depois do deflagrar da praga, Shona Kelly Wray verificou que a mortalidade resultante da epidemia alterou as práticas relativas às heranças, fazendo com que os testadores, não somente as mulheres, mas também os homens, centrassem mais a sua atenção nos seus familiares, beneficiando as mulheres que passaram a ser nomeadas entre o primeiro nível de herdeiros (Wray, 2003, 208, 211, 214-215).

¹⁴⁴⁹ Cf. apêndice 48, CRI IX e XV.

¹⁴⁵⁰ Bayard, 1999, 122-123; Lett, 2000, 232-233.

¹⁴⁵¹ Cf. apêndice 48, CRI XVII ou XLV.

apura-se que o dito *D. Vicente Domingues* beneficia, por um lado, os seus sobrinhos – *Pedro Durão, cónego do Porto e Julião Peres, abade da Igreja de Coronado, da terra da Maia, raçoeiro da Igreja do Porto* (clérigo do coro da Sé) –, por outro lado, os filhos de sua sobrinha *Maria Martins, filha da sua irmã Elvira Domingues*, e os do seu sobrinho *Domingos Calvo, filho de Domingos Domingues* (seu irmão). É curioso como os sobrinhos e respectivos filhos assumem, nos referidos documentos, um papel de destaque, ora participando como testamenteiros, ora como testamentários. O que revela, claramente, a tendência para um entrosamento íntimo e frequente entre laços familiares e herança e gestão de bens e riqueza, apadrinhando, deste modo, o percurso de vida dos mais jovens da família, ao mesmo tempo que se procurava a salvação da própria alma, a vitória sobre a morte¹⁴⁵². Assim, em sintonia com a generalidade dos testamentos das últimas centúrias medievais, a preocupação central é, tal como refere, Marie-Thérèse Lorcin, o futuro:

“[...] L’acte à «cause de mort» se préoccupe avant tout de l’avenir: celui des membres de la famille et du patrimoine en ce monde, celui de l’âme du testateur dans l’autre.»¹⁴⁵³

Em paralelo, é de sublinhar que se a morte do cônjuge obrigaria a uma reestruturação da vida, a morte dos pais não seria de todo uma situação fácil para os filhos, principalmente se estes eram crianças ou jovens e ainda não tinham a sua vida minimamente estruturada ou se não tinham atingido a maturidade e sabedoria suficientes para gerir da melhor forma os bens que entretanto herdavam¹⁴⁵⁴.

É o que entremostam os testemunhos que restam da vida de *Afonso Vicente*¹⁴⁵⁵ que, sendo órfão de pai e mãe, conheceu como tutor um mercador – *Afonso Domingues, mercador, morador no Porto* – que, por sua vez, não o soube acautelar de apuros financeiros, mais especificamente, da contracção de dívidas. Isto, tendo em consideração que o tutor acabou por adquirir as propriedades de *Afonso Vicente*, de forma a saldar as dívidas deste último. Aceitando os indícios do documento¹⁴⁵⁶ em análise, que levam a acreditar que os credores eram seus irmãos, admite-se que o susodito *Afonso Domingues* não somente terá sido seu tutor e credor, como também era

¹⁴⁵² Bayard, 1999, 14, 21, 139, 140.

¹⁴⁵³ Lorcin, 1993, 149. Cf., igualmente, Bayard, 1999, 125.

¹⁴⁵⁴ Cf., a este respeito, Lett, 2000, 231-233.

¹⁴⁵⁵ Cf., no apêndice 48, as CRI II e III.

¹⁴⁵⁶ De acordo com o que já se referiu, parte das relações destrinchadas nas configurações relacionais interactivas (CRI), mais especificamente nas III e IV, não são totalmente explícitas pelos documentos e continuam a suscitar algumas questões e dúvidas que continuam em aberto.

seu irmão. Deste modo, compreende-se um pouco que o dito *Afonso Domingues* tenha reunido, de forma gradual, na sua posse, um conjunto de propriedades que tinham pertencido a *Maria Domingues das Eiras* e *Vicente Martins Barreiros* que, depreende-se, seriam também seus pais, para depois fazer delas doação ao Cabido, por alma de *D. Martim Viegas chantre*¹⁴⁵⁷. A razão de tal procedimento permanece desconhecida. O que se sabe é que o dito *Afonso Domingues* era também testamenteiro do dito *D. Martim Viegas chantre*. Qual a relação entre esta atribuição e a incumbência e procedimento acima descritos? Terá ele agido de boa fé? Terá ele descuidado um pouco os interesses de *Afonso Vicente*? Haveria alguma relação entre *D. Martim Viegas chantre* e os ditos *Maria Domingues das Eiras* e *Vicente Martins Barreiros*? Por infortúnio, estas questões necessitam de ficar em aberto, atendendo a que a documentação coligida remete-se ao silêncio.

Ao contrário de *Afonso Vicente*, que se envolveu em apuros e parece não ter conhecido do tutor a melhor orientação, *Margarida, filha de Domingos do Porto, advogado da rua das Eiras* que, em 1341, já se encontrava falecido, parece ter conhecido um curador diligente¹⁴⁵⁸. Com efeito, o referido curador – *André Domingues tabelião do Porto* – em conjunto com *Nicolau Esteves, tabelião de Gaia e Vila Nova* e com *João Esteves, tabelião do rei em Gaia e Vila Nova*, estes dois testamenteiros do susodito *Domingos do Porto*, não hesitaram em entrar numa situação de querela com *João Peres, abade da Igreja de Santa Marinha de Gaia e de Vila Nova*, de forma a defender e a salvaguardar o património do pai – testador – falecido e, subsequentemente, de sua filha¹⁴⁵⁹. *Margarida*, uma criança¹⁴⁶⁰, órfã de pai¹⁴⁶¹, vê assim os seus interesses a serem defendidos por um curador que, com o falecimento do pai, terá sido nomeado de forma a gerir o património e riqueza, à partida, herdados por ela. Seria ele um elemento da família de *Margarida*, nomeadamente irmão do pai, em razão de partilharem o mesmo sobrenome – Domingues? Ou seria ele, à semelhança dos

¹⁴⁵⁷ Cf. apêndice 6, números quinze a dezanove.

¹⁴⁵⁸ Cf. apêndice 48, CRI XLX.

¹⁴⁵⁹ Numa carta de sentença datada de 18, 19 e 22 de Maio de 1341, somos confrontados com uma querela entre os ditos testamenteiros de Domingos do Porto, advogado na rua das Eiras, já falecido, e o curador de sua filha – Margarida –, de uma parte, e João Peres, abade da Igreja de Santa Marinha de Gaia e de Vila Nova da outra parte, sobre a posse verdadeira da herdade do dito Domingos da Porta e da Igreja de Santa Marinha e de S. Marcos. A referida querela implicou a realização de uma inquirição de testemunhas de forma conhecer os verdadeiros limites geográficos da dita propriedade. Depois de conhecidos os testemunhos da inquirição, a parte constituída pelos testamenteiros de Domingos do Porto e pelo dito curador aceitou que a dita herdade pertencia à Igreja de S. Marcos. Cf. apêndice 12, número 22.

¹⁴⁶⁰ Os sinais que permitem afirmar que Margarida era, em 1341, uma criança são constituídos pelo facto de ela ser identificada apenas com o nome próprio, ao mesmo tempo que uma designação complementar identifica o pai falecido, e também pela existência de um curador que cuida dos seus interesses. Cf. Iria Gonçalves (1988, 70).

¹⁴⁶¹ Não se pode afirmar categoricamente que Margarida era, em 1341, órfã de pai e de mãe, pois os documentos não oferecem nenhum dado explícito relativo à mãe. Todavia, o facto de não existir qualquer referência à mãe e de ter sido nomeado um curador para Margarida indicia a possibilidade de também a sua mãe se encontrar falecida naquele ano.

testamenteiros, alguém próximo e que mereceu a confiança do pai, atendendo à proximidade das actividades profissionais atribuídas: tabeliães; advogado. Acredita-se que não seria irmão do pai de *Margarida*, pois, além deste documento, ele é nomeado em documentos datados de 1317. É provável que fosse antes alguém de confiança da família e com alguma capacidade de gestão.

A anterior configuração em análise¹⁴⁶² e esta¹⁴⁶³ colocam a tónica no tutor e no curador¹⁴⁶⁴, revelando uma certa preocupação com as crianças órfãs cuja fragilidade poderia aumentar se aqueles não fossem de confiança e cuidadosos, visto que a seu cargo tinham o crescimento e desenvolvimento da criança e a gestão dos respectivos bens.

Também de confiança parece ter sido o tutor de *João, filho que foi de Lourenço Domingues Irmão do dito Afonso Lourenço*¹⁴⁶⁵, na medida em que, à semelhança do susodito *André Domingues, tabelião do Porto*, não hesitou em entrar em conflito com *Martim Peres, morador na cidade do Porto* e testamenteiro do já nomeado *Afonso Lourenço das Eiras*. Efectivamente, neste conflito, o referido tutor – *Vasco Martins Parada*¹⁴⁶⁶ – manifestou-se contra a entrega de um terço das casas da rua da Bainharia que *Afonso Lourenço das Eiras* tinha deixado ao Cabido. Possivelmente, cumprir a vontade de *Afonso Lourenço das Eiras* iria contra os interesses do seu irmão *João* e daí a demanda entre os ditos tutor e testamenteiro. À semelhança de *Margarida*, em 1341, *João* seria ainda, em 1369, uma criança¹⁴⁶⁷. Uma criança órfã de pai e mãe que, por conseguinte, desde cedo foi confrontada com a perda. A presença de um tutor parece procurar colmatar esse vazio, mas tê-lo-á conseguido? De sublinhar contudo que se trata de uma criança bem nascida, em razão do pai ter merecido estima social, pois tinha sido mercador e tinha sido associado à rua das Eiras, sendo referenciado pelo seu poder económico, já que possuiu variados prédios, como, por exemplo, um pardieiro na rua da Sapataria. *João* foi, realmente, uma criança bem nascida. Contudo era também órfão num tempo no qual, recorde-se, os destinos humanos podiam, num ápice, conhecer infortúnios, deixando os que se afiguravam afortunados de o ser.

¹⁴⁶² Cf. apêndice 48, CRI V.

¹⁴⁶³ Cf. apêndice 48, CRI XLIX.

¹⁴⁶⁴ *Vid.*. Ordenações Afonsinas, livro IV, título XXXI, 159-162.

¹⁴⁶⁵ Cf. apêndice 48, CRI V.

¹⁴⁶⁶ Vasco Martins Parada seria um homem sério, de confiança já que também existem referências dele na CRI VI, desta vez como testamenteiro de Afonso Domingues, tabelião que foi do Porto.

¹⁴⁶⁷ À semelhança do que se disse acima em relação a Margarida, considera-se que João seria uma criança, na medida em que, também ele, é identificado apenas com o nome próprio e com a ajuda de uma adjunção nominal que identifica o pai falecido, e usufrui dos cuidados de um tutor.

Por seu lado, os destinos das susoditas *Maria Eanes* e *Margarida Eanes*, ambas netas de *Francisco Eanes*, também elas órfãs de pais, de acordo com os testemunhos recolhidos¹⁴⁶⁸, não parecem ter tido a orientação de um tutor, mas sim, como se referiu acima, o amparo de seus avós que se encontravam ainda vivos e, portanto, ao que parece, acabaram por ser eles a assegurarem o seu futuro, nomeando-as herdeiras de um aforamento – prazo perpétuo – que detinham, o que, à partida, lhes terá oferecido, como se referiu já, alguma segurança, atendendo a que corresponderiam, certamente, a duas jovens órfãs e solteiras.

Um amparo e salvaguarda que os dois sobrinhos de *Gil Martins das Tendas* não deixaram tal-qualmente de merecer, como se apurou. Como se pode observar na respectiva configuração¹⁴⁶⁹, *Gil Martins das Tendas* era detentor de um estatuto económico de relevo, na medida em que é apontado como sendo possuidor de muitos bens, entre os quais casas de pedra e de madeira, vinhas, emprazamentos, propriedades, peles, couros, ao mesmo tempo que parecia ter capacidade financeira robusta o suficiente para ser credor. Ao remeter para "Tendas", o terceiro designativo parece confirmar e reforçar esta ideia, pois admite-se que seria alguém detentor de uma tenda ou tendas, alguém que se dedicaria ao comércio e/ou alguém que residiria na rua das Tendas. É bem possível que *Gil Martins* fosse um dos mercadores, considerando ainda que outros indivíduos com o designativo "das Tendas" são apontados como sendo mercadores (ex: *João das Tendas Mercador*¹⁴⁷⁰). O facto de *Gil Martins das Tendas* ter possuído, junto aos açougues de carne, casas de pedra e de madeira e das dívidas inventariadas na referida configuração falarem de couros curtidos e de peles de cabra, permite aventar a hipótese de que ele terá lidado com o comércio e abastecimento da cidade de carnes e de couros/peles, produtos que eram indispensáveis¹⁴⁷¹. Uma actividade e um poder económicos que deixam entrever que, à volta de *Gil Martins das Tendas*, girariam muitos indivíduos, tal como a complexidade da referida configuração relacional deixa antever.

Com efeito, *Gil Martins das Tendas* teceu em seu torno uma teia relacional muito rica e motivada pelas mais diversas razões, embora as dívidas, os emprazamentos, a vizinhança, a caridade sejam as motivações mais afloradas no seu testamento. Uma teia

¹⁴⁶⁸ Cf. apêndice 48, CRI V.

¹⁴⁶⁹ Cf. apêndice 48, CRI XIII.

¹⁴⁷⁰ Cf. a colação prosopográfica do apêndice 49.

¹⁴⁷¹ Peres, 1965-1965b, 49-50; Marques, 1987, 121, 142-143.

relacional, na qual, como se aferiu já, a mulher – *Margarida Rodrigues* – merece particular atenção. Contudo, não é a única a ser alvo de cuidados.

Na realidade, no referido testamento, é concedido um esmero especial a dois sobrinhos que seriam ainda, decerto, crianças, atendendo às disposições do documento e ao facto de um ser identificado somente pelo seu nome próprio – *Afonso* – e o outro – uma menina – se manter no anonimato, referindo-se apenas que é uma sobrinha.

Afirma-se um “esmero especial” porque o lote de herança a eles atribuído terá sido crucial nos seus trilhos de vida, ainda que seja visível uma distinção entre os dois. Enquanto que à sobrinha se procura oferecer um patamar económico e financeiro seguro (quinze libras pelo casamento e uma pesqueira), ao sobrinho reserva-se não somente um bom estatuto económico, mas também a aprendizagem da escrita. Desta forma, o tio garantia o futuro do sobrinho ao destinar-lhe a aquisição de uma competência, a da escrita, e, conseqüentemente, um desempenho no oficialismo do município¹⁴⁷², fazendo lembrar assim o pensamento de Raymond Lulle em 1283, citado por Thierry Dutour, ao afirmar que aquele que adquire uma competência “peut toujours vivre, quel que soit le pays où il se trouve [...] Si la fortune vient à manquer à celui-ci, il peut au moins vivre grâce à son métier [...] On enrichit plus sûrement son fils en lui procurant un métier qu’en lui léguant des biens »¹⁴⁷³.

Deste modo, *Gil Martins das Tendras* conhecia as linhas que alimentavam as dinâmicas económicas, mas também sociais, manifestando uma preocupação com a aquisição de competências e subsequente valor social¹⁴⁷⁴.

Uma preocupação que é direccionada, no entanto, apenas para o sobrinho. Porquê acautelar apenas o futuro de *Afonso* com a aprendizagem da escrita e não conceder à sobrinha a mesma oportunidade? Será que se trata de uma autêntica diferenciação sexual e/ou simplesmente de uma gestão de afectos? De notar o facto de ser dado a conhecer o nome próprio do sobrinho, enquanto que o da sobrinha permanece na sombra. A aprendizagem da escrita associada à outorga de direitos e bens (emprazamentos e casas nos açougues) destinados ao sobrinho tinha sem dúvida um peso económico e social muito maior que a pesqueira e as 15 libras para o casamento que seriam dadas à sobrinha, pois não era deteriorável, não era volátil como o dinheiro ou os bens que dependeriam, em muito, tal como nos dias que correm, da boa ou má

¹⁴⁷² Sousa, 1990, vol. I, 220-222.

¹⁴⁷³ Dutour, 2003, 214-215.

¹⁴⁷⁴ *Idem*, 208-215.

gestão que deles se fazem, podendo perder-se para sempre. Não obstante esta diferenciação, considera-se que, como ambos são beneficiados pelo testamento, *Gil Martins das Tendras* se preocupou com os seus futuros, com as suas vidas, alvejando garantir-lhes alguma segurança, apesar da diferenciação sexual.

Um anseio que, embora não seja explícito, parece subjacente à configuração II. De facto, não obstante usufruírem já de um posicionamento social de destaque, *Margarida Afonso* e seu marido vêm o seu património e poder económico reforçado e fortalecido, para além de, nos documentos em estudo, constituírem o centro das atenções de *Joana Martins*. Encontrar-se-iam eles no começo da sua vida de casal? Uma coisa é certa. Ao ampliar o seu património, as aquisições descritas nos respectivos documentos ampliariam também as suas responsabilidades e, possivelmente, o respeito que os outros lhes mereceriam. Deste modo, tia e sobrinha parecem ajudar-se mutuamente. Por um lado, como se referiu acima, *Joana Martins* terá salvaguardado os seus últimos tempos de vida e/ou retribuído os serviços prestados pela sobrinha e marido, enquanto seus testamentários. Por outro lado, fez com que as propriedades que constam no seu testamento e carta de venda se mantivessem na família, oferecendo, em concomitância, aos sobrinhos condições para uma maior independência económica¹⁴⁷⁵.

O entrosamento destes testemunhos mostram como os destinos das crianças e jovens nomeados eram alvo de preocupação de alguns dos seus familiares, de tal forma que procurava-se salvaguardar as suas vidas, precavendo o seu futuro com, por exemplo, a herança de bens, a aprendizagem da escrita, o acompanhamento quotidiano que, nos casos específicos analisados, foi atribuído a avós ou a tutores e curadores. No seio destas preocupações, a antroponímia parece ter tido o seu papel.

7.4.1 O papel da antroponímia

De facto, a preocupação com os trilhos de vida dos mais jovens não foi de todo estranha à antroponímia, a qual, como se apurou claramente, se socorreu de laços familiares para identificar o melhor possível certos indivíduos, em tempos em que facilmente as vivências punham a nu as suas fragilidades e as dependências dos indivíduos. Sublinhou-se o predomínio dos patronímicos, mas a atenção centra-se aqui

¹⁴⁷⁵ Admite-se que as unidades familiares portuenses da centúria de Trezentos conheceriam algo de semelhante ao que José Mattoso evidenciou em relação às famílias nobres, em tempos anteriores, nas quais, centrando a atenção nos núcleos familiares restritos, somente as heranças e partilhas permitiam às células familiares adquirir verdadeira autonomia (Mattoso, 1987, 408-409).

particularmente nas designações complementares que, como se atestou anteriormente, ora apelavam às alianças matrimoniais na antroponímia feminina, ora se sustentavam da consanguinidade, no seio da onomástica masculina.

Na realidade, é o que acontece, por exemplo, com *Fernão Gonçalves, sobrinho de Gonçalo Afonso, abade de Lousada*¹⁴⁷⁶, embora pouco se possa adiantar, pois os dados revelam-se escassos. A referência ao relacionamento de tio e sobrinho estabelece um laço entre eles, ao mesmo tempo que entremostra um posicionamento social relativamente frágil e dependente por parte do susodito *Fernão Gonçalves*, ao contrário de seu tio, que, em virtude do seu trilha de vida, nomeadamente do facto de ser abade de Lousada, apresenta um posicionamento social mais enraizado, mais estável. Assim, não surpreende a referência a este elo familiar. Um questão surge, no entanto, indagando porque é que se fez referência ao tio e não ao pai. Talvez porque o pai, ao contrário do tio, não conhecesse um posicionamento social que o permitisse sair do anonimato; talvez porque os pais já se encontrassem falecidos; talvez, finalmente, porque tio e sobrinho terão conhecido uma relação muito próxima e mais profunda que a generalidade das outras relações. Curioso é verificar que nem sempre a identificação de *Fernão Gonçalves* recorre ao laço com o seu tio, dado que, numa segunda vez, a sua identificação privilegia um outro tipo de laço. O que remete para uma dependência: escudeiro do já referido *Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto*, o que aventa que, neste caso, o laço familiar de tio e sobrinho não seria totalmente indispensável, já que podia recorrer-se a um outro núcleo de relações.

Convém alertar ainda que não são de todo negligenciáveis os nomes do tio e do sobrinho, na medida em que o sobrenome patronímico de "Fernão Gonçalves" indica que o nome próprio de seu pai seria igual ao de seu tio "Gonçalo". Resta saber se o tio é paterno ou materno. No caso de ser um tio paterno, ter-se-ia dois irmãos com nomes próprios iguais. Não obstante, atendendo a que se trata de um eclesiástico – *abade* – não se pode descurar a possibilidade de *Gonçalo Afonso* não ser o tio, mas sim o pai de *Fernão Gonçalves*. Uma relação de pai e filho escamoteada por uma relação horizontal, avuncular que seria aceite por todos? É uma possibilidade que, no entanto, não pode ser confirmada, atendendo a que os documentos consultados são também a este respeito omissos.

¹⁴⁷⁶ Cf. apêndice 48, CRI II.

É-se assim confrontado com um indivíduo designado com o mesmo sistema antroponímico, mas com *nutrientes* diferentes que não deixam de revelar um indivíduo dependente. Dependente do tio, dependente de um escudeiro para ser devidamente identificado, revelando que os laços que o dito *Fernão Gonçalves* alimentava eram mais fortes que o seu próprio percurso de vida, o seu próprio desempenho económico e social. Todavia, foram esses mesmos laços que, ao contrário de muitos que se apresentam sem referências, o salvaram da neblina do anonimato.

Outra particularidade antroponímica que enriquece a análise dos laços sociais e o amparo, consciente ou não, dos mais velhos sobre os mais jovens, é visível entre *Gil Martins das Tendras* e o seu pai – *Bartolomeu Martins*¹⁴⁷⁷. Ambos partilham o mesmo sobrenome – *Martins* –, o que faz com que este segundo designativo adquira um carácter, não patronímico, mas sim semelhante ao de um apelido de família¹⁴⁷⁸. O mesmo já não acontece com a sua mãe e tia – *Branca Lourenço* e *Beatriz Lourenço, moradora em Guimarães* –, que partilham um segundo designativo patromímico – *Lourenço* –, indicando assim o nome próprio do pai – *Lourenço Tomás*. O facto de a tia do dito *Gil Martins* ser moradora em Guimarães e de uma das mulheres beneficiadas no testamento – *Margarida Eanes, moradora em Guimarães* – ser também associada a Guimarães pode indiciar que ele – *Gil Martins* – e, pelo menos, parte de sua família – a linha materna – teria laços com Guimarães, constituindo, deste modo, como se enfatizará mais adiante, um testemunho do já sublinhado magnetismo do Porto sobre a região circunvizinha¹⁴⁷⁹.

Uma curiosidade surge nesta sequência. Será que *Gil Martins das Tendras* é irmão de *Afonso Martins das Tendras*? Os dados que podem indicar tal relação é a partilha do segundo e do terceiro designativos – *Martins* e *das Tendras* – e o facto de ambos possuírem casas nos açougues. Casas essas que se encontravam juntas. Não restam dúvidas de que eles foram vizinhos e que, presumivelmente, partilharam o mesmo tipo de actividade económica. Mas seriam eles irmãos? Será que não se trata apenas de um caso de coincidência ou de trilhos de vida semelhantes? Considera-se que, se, de facto, aqueles indivíduos fossem irmãos, haveria, certamente, uma referência no documento a indicar tal relação. Isto é, admite-se que a relação consanguínea não teria passado

¹⁴⁷⁷ Cf. apêndice, CRI XIII.

¹⁴⁷⁸ Em sintonia com o que foi já referido. *Vid.*, no presente estudo, a parte II, pontos 4.2.1 e 4.2.2, a partir das páginas 130 e 150, respectivamente.

¹⁴⁷⁹ *Vid.*, no presente estudo, a parte II, ponto 5.2, a partir da p. 199.

despercebida se ela de facto existisse. É porém uma questão em aberto, visto que os dados obtidos não adiantam mais pistas.

Laços desvendados e laços por desvendar é o que a antroponímia, enquanto documento histórico, vai oferecendo.

É o que continua a acontecer ao focalizar a atenção na partilha de nomes entre familiares, como acontece com *Aldonça Mateus* (mãe) e *Aldonça Eanes* (filha)¹⁴⁸⁰. A filha tem um nome próprio igual ao da mãe e um sobrenome patronímico, indicando o nome próprio do pai – *João Cabraes, cidadão que foi do Porto*. Outro caso é a partilha, entre dois irmãos – *Estêvão Peres o Cadernos* e *Margarida Peres a Cadernos*¹⁴⁸¹ –, do segundo e terceiro designativos, o primeiro patronímico – *Peres* – e o segundo, assumindo um papel misto de alcunha e apelido – o (a) *Cadernos*. Por fim, não se pode escamotear a partilha entre avós e netas¹⁴⁸² do mesmo sobrenome – *Eanes* – e a identificação da avó e de uma das netas com o mesmo nome próprio: *Maria*. Decididamente que estas partilhas revelam práticas onomásticas absolutamente cristalizadas¹⁴⁸³. Não obstante, não se pode negligenciar, por exemplo, no último caso descrito, que os ditos avós mereceriam decerto um posicionamento social importante na cidade, atendendo ao seu estatuto (vizinhos da cidade do Porto), à profissão (mercador) e à residência (praça da Ribeira). Tal poderia fomentar a tendência para fixar um nome na família, transformando um sobrenome patronímico num nome de família, reforçando a proximidade, que já se sublinhou, entre estes avós e netas, ao mesmo tempo que poderá ser entendido como tendências, traços antroponímicos que se tenderiam a diferenciar e a anunciar os tempos futuros.

Assim, na intempérie demográfica do período em estudo, além dos cuidados que se procuravam oferecer a um “fim de carreira”, utilizando termos de Iria Gonçalves¹⁴⁸⁴, também se esboçam alguns cuidados com o “início de carreira”, cujos alicerces económicos e sociais se alvejava reforçar. Anseios estes a que a antroponímia não parece ter sido totalmente alheia¹⁴⁸⁵, visto que, por vezes, a identificação se socorria dos laços familiares para identificar o melhor possível certos indivíduos, ao recorrer a

¹⁴⁸⁰ Cf. apêndice 48, CRI XI.

¹⁴⁸¹ Cf. apêndice 48, CRI XV.

¹⁴⁸² Cf. apêndice 48, CRI V.

¹⁴⁸³ Como se apurou na parte II (*Vid.* ponto 4.1, p. 130), é importante ter em conta que os nomes Maria e Margarida eram muito comuns e que era bem possível que Maria Eanes e Margarida Eanes fossem irmãs e que o pai delas fosse identificado com o nome próprio João. Assim, se justificaria a partilha do sobrenome Eanes. Trata-se, no entanto, de uma hipótese, já que elas poderiam não ser irmãs e já que se desconhece a identidade de seus pais.

¹⁴⁸⁴ Gonçalves, 1996, 177-178.

¹⁴⁸⁵ Wray, 2003, 134-135.

designações complementares que, na onomástica masculina, se sustentavam sobretudo da consanguinidade e da partilha de sobrenomes entre filhos e pais¹⁴⁸⁶ ou entre avós e netas¹⁴⁸⁷.

Até ao momento, o enfoque situou-se na e com a família. Todavia, se as dinâmicas familiares assumem uma importância extraordinária nos trilhos de vida individuais, as interações do próprio indivíduo na e com a cidade evidenciam-se como tendo desempenhado de forma idêntica um papel de relevo, ao desnudar diferentes espécies de cumplicidades.

¹⁴⁸⁶ Cf. apêndice, CRI XI e XIII.

¹⁴⁸⁷ Cf. apêndice 48, CRI V.

8. FRAGMENTOS DE CUMPLICIDADES NA E COM A CIDADE

8.1 Dependências e Clientelas

Dependências e clientelas constituíam um meio eficaz de garantir apoios e de ostentar estima social¹⁴⁸⁸. Os fragmentos recolhidos não se inibem de oferecer sobre elas alguns testemunhos. Na verdade, as referências a indivíduos que vivem na dependência ou protecção (*homem de, mancebo de criado(a) de, clérigo de, escudeiro de*) de outro não são estranhas à documentação em estudo, embora, de acordo com o que já se aferiu¹⁴⁸⁹, elas constituam uma minoria. As informações sobre a sua natureza e o seu papel nas redes de relações da cidade são parcas o que, ainda que não mereçam ser negligenciadas, impede que se vá muito além de acusar a sua presença¹⁴⁹⁰.

Do conjunto de laços de dependência e de clientelismo recolhidos, atesta-se que eles são duplamente importantes, atendendo a que, se, por um lado, desnudam situações de dependência propriamente ditas, por outro lado, eles acabam por oferecer alguma distinção aos respectivos *senhores*, pois podem constituir um medidor do grau de influência destes na comunidade envolvente¹⁴⁹¹.

Assim, é de notar que a maioria dos *senhores* identificados encontram-se, na sua generalidade, entrosados com a Igreja do Porto, nomeadamente com elementos constituintes do Cabido, em sintonia com o que é referido por Armindo de Sousa¹⁴⁹² e à semelhança do que é apontado para Torres Vedras, no séc. XIV¹⁴⁹³. Observa-se, no entanto, que alguns dos *senhores* encontram-se no seio dos oficiais públicos (tabelião, juiz e almoxarife)¹⁴⁹⁴, enquanto que outros são conotados com algum poder económico,

¹⁴⁸⁸ Marques, 1987, 263, 267-268, 274; Sousa, 1995, 224-225.

¹⁴⁸⁹ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 6.3, p. 252.

¹⁴⁹⁰ Cf. apêndice 45 e apêndice 48.

¹⁴⁹¹ Rodrigues, 1994, p. 149.

¹⁴⁹² Sousa, 1995, 224-225.

¹⁴⁹³ Rodrigues, 1994, p. 158.

¹⁴⁹⁴ Cf. apêndice 45, números doze, vinte e seis.

ao doarem propriedades ao Cabido, ao serem entrosados com prédios sitos na cidade¹⁴⁹⁵ e/ou ao serem conectados com a profissão de mercador¹⁴⁹⁶. *Gente* esta com condições para ter algumas clientelas, *gente* com alguma estima social, mas sobretudo com riqueza suficiente para alimentar as dependências.

No que diz respeito aos dependentes e/ou protegidos, é importante lembrar que a maioria destas relações são dadas a conhecer no seio das testemunhas e que uma boa parte dos respectivos *senhores* constitui parte interessada, directa ou indirectamente¹⁴⁹⁷ envolvida naqueles actos escritos. O que acaba por entremostrear não somente uma certa cumplicidade entre *testemunhas* e os *principais*, como se aferiu acima, mas, em concomitância, entre dependentes/protegidos e *senhores*, de tal forma que os primeiros teriam que, no mínimo, ser da confiança dos segundos.

Um claro exemplo desta cumplicidade é a configuração XXV¹⁴⁹⁸, na qual se observa que três indivíduos, registados no seio das testemunhas de uma carta de doação¹⁴⁹⁹, têm uma relação de dependência para com *Domingos Geraldês, cônego* que participava no dito documento como *procurador do deão e Cabido*. Algo de análogo se observa com os dependentes que participam nos documentos como *nomeados*, na medida em que constituem apenas referências nos actos escritos em que os seus senhores participam directamente. De destacar, porém, os casos de *Inês Afonso, criada de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido do Porto)* e de *Diogo, criado de Afonso Esteves (porteiro do Cabido)*, por serem *nomeados* não para corroborarem os actos escritos em que os respectivos senhores são envolvidos, mas por serem testamentários no testamento do seu *senhor*. O que pode adiantar que, para lá da relação de protecção, existiria uma relação de proximidade e de amizade recíprocas¹⁵⁰⁰.

Deste modo, as relações de dependência e de protecção ter-se-ão sustentado de uma desigualdade e sujeição sociais¹⁵⁰¹ de certos indivíduos em relação a outros ao mesmo tempo que não terão ficado à margem de sentimentos como os da confiança e da amizade mútuas. Assim, terá sido nesta plataforma que os membros da Igreja do Porto

¹⁴⁹⁵ Cf. apêndice 45, números dois, onze, doze, dezanove, vinte, vinte e um, vinte e oito.

¹⁴⁹⁶ Cf. apêndice 45, número quinze. Estas situações avolumam-se em Torres Vedras, no século XV (Rodrigues, 1994, p. 158).

¹⁴⁹⁷ É o caso, por exemplo, da carta de escambo na qual o Cabido escambou o seu casal situado no lugar de Azevedo com o casal situado no lugar do Pinheiro, de Pedro Lourenço, abade da Igreja de Campanhã, por um maravedi e meio, entre outras condições (15-05-1343). Nesta carta, três das testemunhas têm uma relação de dependência de Lourenço Peres cônego do Porto – Domingos, mancebo de Lourenço Peres, Pedro João Gil, homem de Lourenço Peres, Domingos Martins, clérigo de Lourenço Peres (cônego do Porto...) – que, embora não seja directamente nomeado, tinha interesse, como elemento do Cabido, no dito acto escrito. Cf. apêndice 45.

¹⁴⁹⁸ Cf. apêndice 48.

¹⁴⁹⁹ Cf. apêndice 6, número 4.

¹⁵⁰⁰ Cf. apêndice 45.

¹⁵⁰¹ Sobre este assunto, Cf. a definição de “clientelismo” apresentada por Ana Rodrigues (Rodrigues, 1994, p. 150).

sustentaram as suas clientelas, na medida em que, segundo Armindo de Sousa¹⁵⁰², elas terão sido uma garantia do apoio ou então do silenciamento da população da cidade perante as querelas que foi mantendo com a elite municipal.

8.2 Categorias Sócio-Profissionais

Na documentação compulsada é possível vislumbrar algumas identidades sociais próximas entre os diferentes intervenientes, nomeadamente os *principais* e as *testemunhas*. É o que se verifica na configuração II¹⁵⁰³, onde existe uma certa sintonia das *testemunhas*¹⁵⁰⁴ com o estatuto sócio-profissional daqueles que constam no seio dos *principais*, com particular destaque para *Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto* e *Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu* (morador na Rua das Eiras da cidade do Porto) e de *Martim Vicente Barreiros, mercador no Porto*. O mesmo tipo de sintonia é detectado igualmente entre as próprias testemunhas, verificando-se situações em que elas ou algumas delas são conectadas com ocupações económicas consideradas importantes e tipicamente urbanas – *mercador, ferreiro, esteireiro* – ou então mantêm uma relação de clientela/dependência (*escudeiro de ou homem de*)¹⁵⁰⁵, visível aliás não somente na referida configuração II, mas também na configuração I. Esta última, sustentada por um mandado de cumprimento de sentença¹⁵⁰⁶, elaborado no Armazém da cidade do Porto, no dia 1 de Abril de 1405, mostra com clareza um elo forte entre as testemunhas, já que todas elas são abraçadas pelo facto de residirem na cidade. O que, aliás, vai ao encontro com o conteúdo do mesmo documento, já que o referido mandado tocava nos interesses e vida da cidade, visto que que, através dele, *Lourenço Vasques, almoxarife da cidade do Porto* informou *Luís Geraldês, procurador de D. Gil bispo do Porto* e *Martim Vasques cônego da Igreja do Porto, procurador do Cabido*, que cumpriria e guardaria o alvará de D. João I, datado de 21 de Fevereiro de 1405¹⁵⁰⁷, no qual, de forma a pagar as três mil libras que se

¹⁵⁰² Sousa, 1995, 225.

¹⁵⁰³ Cf. apêndice 48, configuração II.

¹⁵⁰⁴ O mesmo é verificado no testamento de um tabelião de Coimbra – João Lourenço – de 5 de Novembro de 1348 (Coelho, 1990, I, 60-61, 64-68; II, 63, 73-77).

¹⁵⁰⁵ ADP, L. S., LXXIV, fls. 219-224; LXXXVII, fls. 211-218v; XCVI, fls. 25-30.

¹⁵⁰⁶ ADP, L. S., LXXX, fls. 312-316.

¹⁵⁰⁷ Cf. apêndice 12, número cinquenta e quatro.

comprometeu a dar ao bispo em cada ano, o rei canaliza, de Abril a Outubro, os foros e direitos que detinha de umas casas sitas na cidade. Além das referidas sintonias soció-profissionais, é visível ainda uma cumplicidade entre pai e filho, atendendo a que, no mesmo documento, *Gonçalo Louredo, escrivão do Armazém da cidade* participa num documento como *nomeado* – procurador do concelho do Porto –, enquanto que o seu filho é registado entre as testemunhas – *Gabriel Gonçalves, filho de Gonçalo Louredo, escrivão do Armazém da cidade e morador na mesma*¹⁵⁰⁸.

Continuando na detecção de vestígios de cumplicidades sócio-profissionais, a configuração XIV permite verificar uma certa proximidade social entre os indivíduos que foram indagados sobre as medidas do pão entrado na cidade¹⁵⁰⁹. Estes, para serem inquiridos, seriam certamente moradores na cidade do Porto, pois caso contrário o seu testemunho não teria muito fundamento já que incide sobre assuntos relativos à dinâmica económica e fiscal da urbe e, portanto, de grande importância para a mesma. Alguns dos designativos que constituem as respectivas estruturas antroponímicas reforçam esta ideia, ao remeter para ocupações urbanas (ex: *colhereiro(a)* e *canhador*), ou para espaços da cidade (ex: *Eiras, Ribeira*) ou sítos no termo velho da cidade (ex: *Paranhos*)¹⁵¹⁰. No mesmo sentido afigura-se a configuração XV¹⁵¹¹, por ela apresentar uma interacção no seio de um conjunto de indivíduos que são, todos eles, identificados como sendo *vizinhos* da cidade do Porto, à excepção de *Gonçalo Barriga* e de *Martim Lopo*, que se encontravam falecidos e em relação aos quais não se possui qualquer informação, o que não impede que, em vida, eles comungassem daquele mesmo estatuto. Uns participam como *principais* no documento, os restantes encontram-se entre as testemunhas. Consultando a referida configuração, verifica-se que *Estêvão Peres o Cadernos* e *Afonso Eanes dito Rol vizinho da cidade do Porto* se encontram no seio dos *principais*. Como *nomeados* e *testemunhas*, é de designar¹⁵¹² *Domingos Palos, vizinho do Porto, Domingos da Guarda, vizinho do Porto, João Peres das Tendas, vizinho do Porto, João Juceiro, vizinho do Porto, Salvador Pivida, corretor, vizinho do Porto, João Vicente, vizinho da cidade do Porto* e *João Abrães, vizinho da cidade do Porto*. Apenas *Nicolau Miguéis* – marido falecido de *Florença Domingues* – é identificado como sendo *cidadão* e não *vizinho* da cidade do Porto. De notar que esta

¹⁵⁰⁸ Cf. apêndice 49 – colação prosopográfica.

¹⁵⁰⁹ Cf. apêndice 12, número onze.

¹⁵¹⁰ Sousa, 1995, 130 e 158; Silva, 1995, 258.

¹⁵¹¹ Cf. apêndice 48.

¹⁵¹² Cf. apêndice 49.

diferenciação explícita no documento vem reforçar a diferenciação que se delineou relativamente às expressões *morador do Porto*, *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto*¹⁵¹³. Na configuração XLX¹⁵¹⁴ assevera-se identicamente uma interacção entre indivíduos que pertencem ao mesmo posicionamento social, dado que correspondem a gente letrada e são associados a uma profissão liberal (*advogado*) e ao desempenho de ofícios públicos: *tabelião do Porto*, *tabelião de Gaia e Vila Nova*. Seriam seguramente considerados como gente competente e, portanto, merecedores de estima social, o que certamente ofereceria e reforçaria a legitimidade e credibilidade dos respectivos actos escritos ao serem apontados como testemunhas¹⁵¹⁵. Assim se compreende a participação de *Domingos do Porto*, *advogado que foi da rua dos Mercadores*, nos anos de 1321, 1329, 1332, 1335 e 1338¹⁵¹⁶, como atestam os diferentes tipos de documentos: pública-forma¹⁵¹⁷, sentença¹⁵¹⁸, carta de locação¹⁵¹⁹. O mesmo acontece com *André Domingues*, *tabelião do Porto*¹⁵²⁰, que morou na rua dos Mercadores e nomeou como seus testamenteiros *Nicolau Esteves*, *tabelião de Gaia* e de *Vila Nova* e *João Esteves*. De facto, o dito *André Domingues* é nomeado também como testemunha, à excepção de 1341, em diferentes documentos¹⁵²¹. De recordar aqui que este *André Domingues* foi o curador de *Margarida*¹⁵²², filha que foi do sobredito *Domingos do Porto*, *advogado que foi da rua dos mercadores*. Por fim, é de acarinhar a configuração LI, em que *Domingos Domingues* e o seu escrivão *Afonso Domingues* participam juntos, como testemunhas de uma carta na qual, no papel de testamenteiro de *D. Martim Viegas*, *chantre que foi da Sé do Porto*, *Afonso Domingues*, *mercador e morador na cidade do Porto*, e *Maria Martins* sua mulher doaram, no dia 30 de Setembro de 1364, ao Cabido, um conjunto de propriedades com a condição desta instituição fazer e dizer pela alma do dito chantre, em cada um ano doze aniversários¹⁵²³.

É certo que, na maioria dos documentos é abrolhoso desenhar elos sociais entre os indivíduos nomeados. É provável que fossem mais fortes e presentes do que, à partida, eles parecem esboçar, mas os dados de que se dispõe não anuem em ir mais longe nas

¹⁵¹³ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 5.2.3., p. 207.

¹⁵¹⁴ Cf. apêndice 48.

¹⁵¹⁵ Algo de semelhante é observado por Maria Helena da Cruz Coelho (1990, I, 63).

¹⁵¹⁶ Cf. apêndice 49.

¹⁵¹⁷ Cf. apêndice 11, números cinco, nove e treze.

¹⁵¹⁸ Cf. apêndice 12, números vinte e seis, trinta e um e trinta e dois.

¹⁵¹⁹ Cf. apêndice 7, número onze.

¹⁵²⁰ Cf. apêndice 49.

¹⁵²¹ Cf. apêndice 12, números nove, trinta e dois e vinte e seis; apêndice 11, número nove; apêndice 15, número onze.

¹⁵²² ADP, L. S., LXXV, fls. 32-38v; LXXXVII, fls. 119-126. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵²³ Cf. apêndice 6, número quinze.

considerações. Não obstante, o testemunho das referidas configurações relacionais interactivas não se limita a oferecer rasgos de possíveis cumplicidades sócio-profissionais entre os diferentes intervenientes dos actos escritos em estudo. Elas não se inibem também de oferecer indícios, ainda que parcos, de cumplicidades entre as gentes e os diferentes espaços da topografia urbana e as dinâmicas antroponímicas.

8.4 Desempenho Profissional, Toponímia e Antroponímia

Na realidade, em sintonia com o que foi apontado na parte II deste estudo, um olhar transversal às configurações relacionais em análise permite detectar uma dinâmica entre os diferentes espaços urbanos, as actividades económicas neles desenvolvidas e os respectivos indivíduos¹⁵²⁴.

Começa-se por detectar algumas cumplicidades entre certos indivíduos e os diferentes espaços da topografia urbana, nomeadamente aqueles núcleos que terão merecido alguma coesão e dinâmica, em particular, e que interagiram com o exercício de uma profissão ou várias profissões. De facto, não é por acaso que se encontram pontos da cidade do Porto cuja identidade tendia a associar-se à desempenho ou desempenhos económicos neles exercidos. É o que faz lembrar, por exemplo, os topónimos das ruas dos Banhos, da Ourivesaria, dos Mercadores, da Bainharia, da Sapataria¹⁵²⁵, entre outras. Mas será que estes topónimos seriam verdadeiros indicadores de uma certa especialização profissional?

Ao considerar-se as referências que os documentos permitiram recolher, atesta-se que, efectivamente, em certos pontos da cidade, existiria uma conexão, implícita ou explícita, entre o topónimo e a actividade económica neles exercida. É o caso dos açougues da cidade que, designando mercado diário, revelam aqui uma certa especialização¹⁵²⁶, atendendo a que seriam açougues de carnes, pois nos documentos são entrosados com indivíduos que lidavam com carnes e coiros, tendo particular destaque o susodito *Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os*

¹⁵²⁴ Cf., a este respeito, Coelho, 1994, 22-24.

¹⁵²⁵ Basto, 1962-1965, 148. Cf., igualmente, Leguay, 1984, p. 95.

¹⁵²⁶ Marques, 1987, 143, 146-147.

*açougues*¹⁵²⁷, que, lembre-se, era detentor de casas de madeira e de pedra na rua dos açougues e na rua dos Trapeiros. É o que acontece também na praça da Ribeira com a qual a identificação de certos indivíduos se entrelaça, como testemunha a designação de *Francisco Eanes, mercador, vizinho na cidade do Porto morador na Ribeira* e, indirectamente, da sua mulher e netas¹⁵²⁸. A rua da Sapataria parece revelar uma situação semelhante, ao ser conectada com o mester de sapateiro. Entre outros indivíduos associados a esta rua encontram-se *Afonso Eanes, João Eanes e Antoninho Martins*, os três identificados como sendo sapateiros e *moradores na cidade do Porto*, precisamente, *na rua da Sapataria*¹⁵²⁹. Os três testemunhas de um auto de posse de *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto*, das casas, situadas justamente na rua da Sapataria, compradas, em conjunto com a sua mulher Catarina Fernandes, a *Clara Eanes, mulher de Reimão Fernandes* (morador na terra da Maia)¹⁵³⁰, como se aferiu acima. A rua da Sapataria seria, efectivamente, uma rua onde se encontrariam sapateiros. Sapateiros e tendeiros, como testemunha a identificação dos indivíduos *Vasco Domingues, tendeiro e Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto*, ambos entrosados com casas sitas naquela rua¹⁵³¹.

Todavia, é interessante questionar se estas actividades – sapateiros, tendeiros, mercadores – eram específicas aos espaços nomeados ou se, pelo contrário, elas não se encontrariam igualmente presentes noutros pontos da cidade.

Na realidade, o que se afere é que, embora pudessem entrosar-se mais com um determinado espaço da urbe em relação a outros, as diferentes actividades pulverizavam-se por diferentes núcleos, fazendo com que a especialização profissional de uma certa rua não fosse absoluta¹⁵³². É o que acontece sobretudo com os tendeiros e mercadores, já que tendas e tendeiros existiriam e pulverizavam-se nas mais diversas ruas da cidade, não obstante a existência de uma rua especificamente designada de *Mercadores*. De facto, a maioria dos espaços em relação aos quais se recolheram referências – ruas Chã, Cimo de Vila, Eiras e praça da Ribeira –, não deixam de, implícita¹⁵³³ ou explicitamente, desenhar laços com aquela profissão. Resta saber se com as outras profissões algo de semelhante ocorria.

¹⁵²⁷ Cf. apêndice 47, os dados relativos aos açougues, e apêndice 48, CRI XIII.

¹⁵²⁸ Cf. apêndice 47, os dados relativos à praça da Ribeira, e apêndice 48, CRI V.

¹⁵²⁹ *Vid.* apêndice 49.

¹⁵³⁰ Cf. no apêndice 3, o documento vinte e dois; no apêndice 47, a rua da Sapataria, e no apêndice 48, a CRI VII.

¹⁵³¹ Cf. apêndice 47, os dados relativos à rua da Sapataria.

¹⁵³² *Vid.*, por exemplo, Ferreira, 1989, 148-198. Consulte-se também Roux, 1994, 74.; Leguay, 1984, 95, 127-128, 130-131.

¹⁵³³ É o caso de Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os açougues e de Afonso Martins das Tendas,

Apesar da escassez de informações, é de reter que a rua de Cimo de Vila¹⁵³⁴, por exemplo, é identificada, na documentação¹⁵³⁵, como sendo a rua onde moravam ferreiros e existiam fornos. Contudo, tal não impedia que, conforme o que se acabou de referir, nela se encontrassem mercadores¹⁵³⁶ e, igualmente, corretores, como é o caso de *Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto*¹⁵³⁷. É interessante notar que também em relação à rua dos Trapeiros, situada perto de Cimo de Vila, existe uma referência à ocupação de corretor¹⁵³⁸. Em simultâneo, a rua Chã é outrossim entrelaçada com indivíduos cuja identificação aponta para variadas profissões¹⁵³⁹, como o exercício dos ofícios públicos de *escrivão do biscoito* e de *juiz*, como as ocupações de *forneira* e de *ferreiro*, este associado à posse de um forno, para além da actividade de *mercador*, revelando, por exemplo, que o mester dos ferreiros não se circunscrevia à susodita rua de Cimo de Vila. Pelo contrário, ela é irmãmente detectada na movimentada e estratégica rua do Souto¹⁵⁴⁰, a qual não deixa de ser conectada com a dinâmica mercantil. De referir ainda que a privilegiada rua dos Mercadores não é unicamente associada a mercadores, como testemunha a referência na identificação de *Domingos do Porto, advogado que foi na rua dos mercadores*, ao entrelaçá-la com outra profissão, a de advogado.

Por seu lado, no que diz respeito à rua das Eiras, ressalta, mais uma vez, a aura de prestígio que a envolve e que já foi sublinhada anteriormente, tendo em conta que muitos dos indivíduos agremiados nela possuem casa de pedra, são apontados como sendo cidadãos do Porto¹⁵⁴¹ ou são associados à profissão de mercador¹⁵⁴², entre outros posicionamentos sociais¹⁵⁴³.

Por último, a rua da Bainharia¹⁵⁴⁴, “a artéria mais movimentada do Porto”¹⁵⁴⁵, merece aqui uma atenção especial. O nome Bainharia remete, como é sabido, para a feitura de

conectados com os açougues da cidade. Cf. apêndice 47, os dados relativos aos açougues.

¹⁵³⁴ Cf. apêndice 48, CRI IV.

¹⁵³⁵ ADP, L. S., LXXIX, fls. 49-53v.

¹⁵³⁶ É o caso de Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras. Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua de Cimo de Vila. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵³⁷ Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua Chã.

¹⁵³⁸ É o caso de João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵³⁹ Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua Chã.

¹⁵⁴⁰ Sousa, 1995, 143. Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua do Souto.

¹⁵⁴¹ É o caso de Domingos Geraldês, cidadão do Porto, Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto, Aldonça Mateus, cidadã que foi da cidade do Porto, João Cabraes, cidadão que foi da cidade do Porto, Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto. Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua das Eiras. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵⁴² É o caso de Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras; Mercador na vila do Porto, já passado; João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto; Martim Gonçalves, mercador; Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto. Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua das Eiras. De lembrar que os mercadores tinham tendência para residir nas ruas com maior prestígio (Marques, 1987, 267).

¹⁵⁴³ Como, por exemplo, Vasco Lourenço de Lamego, prebendeiro que foi do Cabido do Porto, Pedro do Sem, homem de Martim Esteves (cónego do Porto). Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua das Eiras.

¹⁵⁴⁴ Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua da Bainharia.

bainhas, isto é, de forros onde se guardam armas brancas, como espadas ou facas. Assim, admite-se que seria uma rua conectada com aquele mester. Todavia, entre os poucos indivíduos identificados e enlaçados com a referida rua, nenhum é apontado como sendo banheiro¹⁵⁴⁶. Encontram-se, isso sim, na identificação dos indivíduos com ela conectados, referências mesteres de *alfaiate*, *açagador*¹⁵⁴⁷ e *esporeiro*. Mesteres estes, nomeadamente os dois primeiros, que se encontrariam conectados com a bainharia. O que pode indicar que o topónimo “bainharia” anunciaria que, nessa rua, encontrar-se-iam não banheiros, mas sim um conjunto de actividades que concorreriam, no seu conjunto, para a bainharia, deslindando, deste modo, uma certa especialização do trabalho¹⁵⁴⁸.

Mas se a diversidade e dinâmica profissional dos indivíduos impediam a conexão unívoca entre uma rua e, por exemplo, uma ocupação desempenhada pelos indivíduos nela enraizados, já determinadas ruas eram bem mais generosas para com os indivíduos. Isto porque acediam a que alguns dos indivíduos se entrelaçassem com elas, constituindo uma menção crucial na identificação e posicionamento social dos mesmos e anuindo numa intimidade especial, enfim numa certa cumplicidade entre a antroponímia e a toponímia, já entremostrada em parte, numa outra perspectiva de análise¹⁵⁴⁹. É, realmente, o que se afigura na configuração V¹⁵⁵⁰, na qual pai e filho¹⁵⁵¹ compartilham o mesmo terceiro designativo “Eiras”, enlaçando-os com a respectiva rua – rua das Eiras. É certo que se desconhecem quais teriam sido os seus mecanismos generativos, na medida em que tanto podiam ter sido de carácter familiar, como podem ter derivado de cruzamentos entre percursos individuais promotores, independentemente dos laços familiares, de um enraizamento naquela rua em virtude de uma residência ou de direitos de posse sobre determinadas propriedades ou, ainda, do exercício de uma actividade na referida rua. Independentemente dos mecanismos generativos em acção, importa sublinhar que, através daquela situação, torna-se evidente que o topónimo de uma rua da cidade podia transformar-se, à semelhança de muitos outros topónimos, num antropónimo que, habitualmente, ocuparia a terceira posição na estrutura antroponímica

¹⁵⁴⁵ Sousa, 1995, 143.

¹⁵⁴⁶ Marques, 1987, 221.

¹⁵⁴⁷ Açagador é sinónimo de açacalador (o que açacala), de alfageme ou espadeiro (Silva, 2002, I, 41-42).

¹⁵⁴⁸ Cf., a este respeito, Coelho, 1996, 481-482 e López Carreira, 1999, p. 215-225.

¹⁵⁴⁹ *Vid.*, no presente estudo, parte II, ponto 5.2, p. 199.

¹⁵⁵⁰ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁵¹ Lourenço Domingues das Eiras, mercador do Porto (pai) e Afonso Lourenço, cidadão e morador no Porto (filho), designado, em 1428, da seguinte forma seguinte forma: Afonso Lourenço das Eiras. ADP, *L. S.*, XCVII, fls. 141-154; XCVIII, fls. 195-201; LXXVI, fls. 156-162; LXXXVIII, fls. 94-103. *Vid.* apêndice 49.

dos indivíduos, esboçando a possibilidade de desempenharem ou virem a desempenhar a função de apelidos, embora não se possuam dados suficientes para o confirmar. É o que se verifica não somente com os susoditos *Lourenço Domingues das Eiras, mercador do Porto* (pai) e *Afonso Lourenço, cidadão e morador no Porto* (filho), mas também com *Martim Domingues das Eiras, vizinho da cidade do Porto*, *Fernão Domingues das Eiras*¹⁵⁵², *Gonçalo Peres das Eiras*¹⁵⁵³, *Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto*, *Maior Domingues das Eiras* e *Domingos Peres das Eiras*, avô de *Rui Gonçalves cónego do Porto*¹⁵⁵⁴. Ainda que de forma muito tímida, algo de semelhante se afigura com a rua do Souto¹⁵⁵⁵, cujo topónimo acaba por se metamorfosear, também ele, em antropónimo, como atesta a identificação de *Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto*, casado com *Catarina Fernandes*, os dois compradores de casas na rua da Sapataria, e de *Pedro do Souto, cidadão do Porto*¹⁵⁵⁶. Um topónimo que se torna num antropónimo ao adquirir a forma de terceiro designativo, colocando a nu um elo entre a dita rua e o indivíduo e/ou família.

Atesta-se, portanto, que certos indivíduos e, por vezes, certas famílias estariam associadas a certos espaços da cidade. Apesar de as informações serem parcas para uma identificação e associação de espaços a grupos familiares, é interessante aferir, nomeadamente nas configurações V¹⁵⁵⁷ e VI¹⁵⁵⁸, que, entre os indivíduos conectados com a rua das Eiras¹⁵⁵⁹, alguns são identificados com o designativo *Domingos*, como nome próprio ou como sobrenome, adquirindo este a forma genitiva (*Domingues*). Outrossim não é de negligenciar o papel que *Vasco Martins da Parada* assume nas referidas configurações V e VI, uma vez como testamenteiro de *Afonso Domingues, tabelião que foi do Porto*, outra vez, como tutor de *João, filho de Lourenço Domingues das Eiras, mercador do Porto*¹⁵⁶⁰. O que indicia que, no seio de alguns indivíduos da rua das Eiras, *Vasco Martins da Parada* inspiraria alguma confiança e credibilidade.

Importa ainda salientar que os susoditos *Lourenço Domingues das Eiras* e *Vicente Domingues do Souto* detinham, em simultâneo, laços com outros espaços da cidade, além dos que constam na sua identificação. De facto, ambos são identificados com um

¹⁵⁵² Cf. apêndice 48, CRI XIX e apêndice 49.

¹⁵⁵³ Cf. apêndice 48, CRI XIX e apêndice 49.

¹⁵⁵⁴ Cf. apêndice 48, CRI XLII e apêndice 49.

¹⁵⁵⁵ Cf. apêndice 48, CRI VII.

¹⁵⁵⁶ Cf. apêndice 47, os dados relativos à rua do Souto. Cf. apêndice 49.

¹⁵⁵⁷ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁵⁸ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁵⁹ Cf. apêndice 45.

¹⁵⁶⁰ ADP, L. S., LXXXVIII, fls. 94-103. *Vid.* apêndice 49.

terceiro designativo que remete para uma determinada rua, como se referiu acima, e ambos são associados a propriedades – um pardieiro e umas casas – situadas na rua da Sapataria, como se pode verificar nas configurações V e VII. O mesmo acontece, na configuração IX, com *Senhorinha Eanes, viúva de Gil Lourenço de Canaveses mercador, cidadão que foi da cidade do Porto*, ao ser entrelaçada com prédios que se situavam em espaços diferentes na cidade. De recordar, um pardieiro na praça da Ribeira e umas casas na rua Chã. Assim, um pouco à semelhança do que se cotejou para os diferentes espaços e actividades profissionais da cidade, também nos indivíduos se apura que eles não se confinavam a um só núcleo do espaço urbano, podendo residir num ponto e possuir, por exemplo, casas noutra, como aconteceu com *Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os açougues* e sua mulher *Margarida Eanes*, residentes, como o sistema antroponímico indica, na rua entre os açougues e possuidores de casas na rua dos Trapeiros, ou com *Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses*, possuidora de prédios quer na praça da Ribeira quer na rua Chã¹⁵⁶¹.

Por conseguinte, partindo dos dados oferecidos pelas configurações relacionais, conclui-se que o espaço urbano do Porto da centúria de Trezentos parece assemelhar-se a uma manta social de retalhos, muito colorida, onde as diferentes cores, provavelmente as primárias, aquelas que constituíam a seiva da dinâmica económica, social, administrativa e política do município, seriam mais intensas em determinados pontos, sem com isso deixarem de se difundir e fundir com muitas outras. Neste ambiente, as cumplicidades nasciam e cultivavam-se, tecendo elos não apenas entre os diferentes espaços da cidade, mas também entre os diferentes desempenhos profissionais e certas ruas e entre estas e os indivíduos e vice-versa, registando-se que a posse de bens em determinados núcleos da urbe poderia, ainda, constituir um meio de avaliação do posicionamento económico e social ocupado pelo indivíduo¹⁵⁶² ao mesmo tempo que promoveria e valorizaria as relações vicinais.

¹⁵⁶¹ Cf., no apêndice 47, os dados relativos à rua Chã e à praça da Ribeira; no apêndice 48, a CRI IX e X e, no apêndice 49, a colação prosopográfica.

¹⁵⁶² A este respeito, Cf. Jacques le Goff (1997, 451).

8.4 Vizinhanças

Apesar de fortuitas na documentação¹⁵⁶³, as interações decorrentes de vizinhanças não devem ser menosprezadas, pois certamente que as ruas estreitas da cidade portuense tê-las-ão dinamizado, para o bem e para o mal, isto é, quer tenham gerado apoio mútuo quer tenham gerado arrufos e discórdias, à semelhança, aliás, da generalidade dos espaços urbanos medievais¹⁵⁶⁴. Com efeito, elas – as vizinhanças – não passam despercebidas nos actos escritos compulsados, designadamente quando é necessário identificar indivíduos e/ou propriedades, atendendo a que elas constituíam verdadeiros marcos de orientação na localização e identificação de indivíduos e de bens imobiliários. Por conseguinte, ao considerar e confrontar os referidos marcos, as configurações relacionais interactivas reconstituídas não deixaram, por essa via, de esboçar alguns traços de laços vicinais entre certos indivíduos. Fruto dos trilhos de vida de cada indivíduo, as referidas interações assumem, não tanto um carácter perpétuo, mas sim dinâmico. É certo que a intensidade desses mesmos laços seria bem diferente dos dias que correm, nos quais, sobretudo nas cidades, a tendência é cada vez mais para não se reconhecer os vizinhos. Na realidade, uma residência, uma posse ou um simples emprazamento, mesmo, no período medieval, podiam não ser estáveis, podiam não resistir à mudança que torneava constantemente os trilhos humanos. Sendo assim, é importante ter em conta que uma determinada vizinhança com facilidade se alteraria com uma simples mudança de residência ou, por exemplo, com um simples acto de venda ou de escambo, ou então com o falecimento dos próprios indivíduos.

Repare-se, então, no facto de que uma boa parte dos indivíduos em interacção na já bem conhecida configuração II¹⁵⁶⁵ têm um elo com a rua das Eiras, seja porque nela residem, seja porque nela herdaram ou compraram ou emprazaram bens. Com efeito, constata-se que as casas de pedra vendidas por *Joana Martins* se situavam na rua das Eiras e eram vizinhas da rua pública e de casas que tinham pertencido a *Afonso Alfoses*, a *Luís Afonso* e a *Dona Maria Domingues a Forragoa*¹⁵⁶⁶. O mesmo elo com a rua das Eiras é detectado na configuração XI¹⁵⁶⁷, na qual as relações de vizinhança em torno de umas casas situadas na referida rua alteram-se em virtude dos actos de venda realizados

¹⁵⁶³ Vislumbram-se laços vicinais apenas nas CRI VII, II, XI, XIV, XV, XXVIII, XXIX, XLII, , XLV, e LIII (Cf. apêndice 48).

¹⁵⁶⁴ Coelho, 1994, 22-23; Beirante, 1995, 578-579; Rossiaud, 1989, 108-110, 114; Dutour, 2003, 184-185, 191; Roux, 1994, 72; Jansen, 1997, 210-211.

¹⁵⁶⁵ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁶⁶ ADP, L. S. , LXXIV, fls. 219-224; LXXXVII, fls. 211-218v; XCVI, fls. 25-30. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵⁶⁷ Cf. apêndice 48.

por *Aldonça Eanes* e pelo seu filho – *João Barreiros*¹⁵⁶⁸. Atente-se, em simultâneo, nos laços vicinais que se teceram na rua da Sapataria entre *Clara Eanes*, *Reimão Fernandes*, *morador na Maia* e *Lourenço Domingues das Eiras*, *mercador do Porto*¹⁵⁶⁹, em virtude de direitos de posse sobre certas propriedades e/ou de residência, datado de 1368, e entre o referido *Lourenço Domingues das Eiras* e *Vicente Domingues do Souto*, *mercador*, *morador na cidade do Porto* e sua mulher *Catarina Fernandes*¹⁵⁷⁰, na sequência de um acto de venda¹⁵⁷¹.

Merecem, igualmente, destaque os elos vicinais entre *Florença Domingues*, *viúva de Nicolau Miguéis*, *cidadão da cidade do Porto*, e as viúvas de *Gonçalo Barriga* e *Martim Lopo*, cuja identidade se desconhece¹⁵⁷². Com efeito, como se pode apurar na dita representação gráfica, *Florença Domingues* comprou a *Maior Domingues*, *vizinha da cidade do Porto* e a *Margarida Peres a Cadernos* um quarto de casas situadas na rua do Souto¹⁵⁷³. Estas casas eram vizinhas das casas onde residiam as referidas viúvas de *Gonçalo Barriga* e *Martim Lopo*. Desta feita, encontra-se, na rua do Souto, laços vicinais que unem um grupo de mulheres que, curiosamente, como se sublinhou acima, partilham entre si o estado de viuvez. Considera-se provável que também as casas de *Florença Domingues* se situassem na rua do Souto e/ou que constituíssem uma outra parte das ditas casas cujo um quarto é por ela comprado, o que indicaria uma possível relação de vizinhança entre, pelo menos, uma das vendedoras – *Maior Domingues*, *vizinha da cidade do Porto* –, e a compradora.

Embora a configuração XXVIII pareça complexa, é de todo o interesse centrar nela alguma atenção, na medida em que nela se expõe um conjunto de relações de vizinhança tecidas em torno de casas situadas na rua das Eiras e em Cimo de Vila (entre a Albergaria de Santildefonso), resultante de uma relação de posse/emprazamento ou de residência em relação às respectivas propriedades. Algo de semelhante acontece com as configurações XXIX¹⁵⁷⁴ e XLII¹⁵⁷⁵. Na primeira, predominam laços vicinais que giram em torno de uma carta de locação¹⁵⁷⁶, outorgada pelo Cabido a *Domingos Eanes* e a *Maria Martins*. Na segunda, as relações de vizinhança têm como enfoque metade de

¹⁵⁶⁸ ADP, L. S., LXXIV, fls. 65-68; LXXIV, fls. 187-192. *Vid.* apêndice 49.

¹⁵⁶⁹ Cf. apêndice 48, CRI V e VII.

¹⁵⁷⁰ Cf. apêndice 48, CRI VII.

¹⁵⁷¹ Cf., no apêndice 9, número treze.

¹⁵⁷² Cf. apêndice 48, CRI XV.

¹⁵⁷³ De lembrar aqui a importância económica da rua e da cruz do Souto que, segundo diz Armindo de Sousa, constituía o “grande pivot” da rede viária da cidade (Sousa, 1995, 143).

¹⁵⁷⁴ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁷⁵ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁷⁶ Cf. apêndice 7, número três.

uma casa também ela situada na rua das Eiras, que foi entregue¹⁵⁷⁷ ao Cabido por *Rui Gonçalves, cônego do Porto*, como testamenteiro de seu avô *Domingos Peres das Eiras*. A referida metade de casa tinha estado na posse de *João Gonçalves* e era vizinha de uma casa que pertencia a *Domingos Eanes da Maia* e de uma outra casa que pertenceu a *Vicente Esteves* e a *Margarida Gil, viúva de João Gil*.

De salientar ainda os fragmentos de redes de vizinhança que se teciam em torno do herdamento do Bairro¹⁵⁷⁸ que *D. Pedro Peres, deão* possuía e deu, no seu testamento (1316)¹⁵⁷⁹, ao seu testamenteiro e cunhado *Afonso Miguéis*. Este herdamento não pertencia inteiramente ao susodito *D. Pedro Peres, deão*, pois outros indivíduos são associados a esta propriedade como sendo possuidores ou ex-possuidores de partes do respectivo herdamento: *Domingos, Estevainha, Domingos Domingues, João Peres* (já falecido) e sua filha *Maior*.

Por seu turno, a configuração relacional XLIII¹⁵⁸⁰ mostra como era suficiente associar um prédio a um indivíduo para o localizar, já que umas casas situadas na cidade do Porto, cuja localização se desconhece, são identificadas pelo indivíduo que com elas se relaciona: umas casas do Porto que estavam na posse de *Domingos Vasques* e que eram vizinhas de umas outras casas que se encontravam emprazadas a *João Pestana, abade de Sanguinhedo*. O mesmo acontece na configuração XIV¹⁵⁸¹, na qual a relação de vizinhança entre *André da Maia, Branca Pais* e *D. Ângelo*, o primeiro porque residente, os dois últimos porque possuidores de casas na rua da Lada, se altera, na sequência de uma doação¹⁵⁸² realizada a favor do Cabido do Porto. Nesta rede de relações, é visível que *Vicente Eanes* e *Maria Martins, moradora no Porto*, têm uns prédios – casa e pardieiro – que ficam juntos à casa e exido do Portal que pertencia a *João das Tendas, mercador* e a sua mulher. É notório que esta representação gráfica se apresenta assaz incompleta, à semelhança, aliás, de outras, mas os dados fornecidos decerto eram suficientes para aqueles que se encontravam directamente interessados no documento, visto que se apoiava numa descrição de elos de vizinhança.

Na configuração LIII¹⁵⁸³, a simples associação de casas a indivíduos já não parece ser bastante. Situadas na rua dos Mercadores¹⁵⁸⁴, umas casas são identificadas em função

¹⁵⁷⁷ Cf. apêndice 3, número quinze.

¹⁵⁷⁸ Cf. apêndice 48, CRI XLV.

¹⁵⁷⁹ Cf. apêndice 13, número três.

¹⁵⁸⁰ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁸¹ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁸² Cf. apêndice 3, número três.

¹⁵⁸³ Cf. apêndice 48.

não apenas dos indivíduos que nelas moraram ou moravam, mas também com as suas confrontações: rua Pública e viela do muro velho.

Por conseguinte, ainda que se desconheça a tonalidade e intensidade das interações vicinais, é inquestionável, por um lado, o papel que elas desempenharam, no mínimo como referências, na localização e identificação de indivíduos e propriedades no seio dos actos escritos, como, por exemplo, actos de compra e venda ou relativos a escambos ou emprazamentos. Por outro lado, a dinâmica que as imbui, atendendo a que, em virtude das vivências económicas e sociais, elas não eram estáveis, acabando por constituir um reflexo da dinâmica económica e social da cidade. A par delas é de não descurar, ainda, as cumplicidades que decorrem dos laços de dependência.

8.5 Indivíduos e Prédios Urbanos

No desenlace deste presente estudo, tem-se discorrido sobre a estima e posicionamento social dos indivíduos no espaço urbano, tem-se discorrido sobre como eles são intrínsecos e caminhariam de mãos dadas com um certo poder económico. Ora, uma das formas de ostentar a riqueza e predomínio social passava também pela detenção de certas propriedades, como, por exemplo, de casas de pedra sobradadas, nos espaços nevrálgicos da cidade. De facto, como já se sublinhou acima, possuir casas de pedra situadas, por exemplo, na rua das Eiras, seria um sinal claro de um elevado estatuto económico e social, atendendo ao papel angular que aqueles mesmos espaços desempenhavam na economia e dinâmica social e política da cidade, no período em estudo¹⁵⁸⁵. Desta forma, os indivíduos enlaçados com aquele tipo de prédios e espaços teriam, no mínimo, capacidade económica, pois, caso contrário, muito dificilmente teriam construído, adquirido, herdado ou emprazado as ditas casas, sendo sabido que alguns deles seriam mercadores.

De facto, à semelhança da rua das Eiras, outros espaços sobressaem, como se teve oportunidade de acendrar acima. Entre estes, a praça da Ribeira adquiriu, ao longo da Idade Média, uma particular relevância¹⁵⁸⁶, como testemunha a configuração IX. Aqui, a

¹⁵⁸⁴ Como já se referiu, esta rua constituía uma das artérias com mais prestígio e dinâmica económica (Sousa, 1995, 132).

¹⁵⁸⁵ Marques, 1987, 193-194, 196-197; Sousa, 1995, 132-133, 143-145.

¹⁵⁸⁶ Amaral, 1985, 11-12.

atenção centra-se no já nomeado pardieiro, situado na Ribeira, que pertenceu a *Martim Gonçalves, abade, morador que foi do Porto* e à susodita *Senhorinha Eanes* que era sua testamenteira. De acordo com o que é exposto pela dita configuração, o referido pardieiro foi emprazado não a um só a *João Domingues Santos, tabelião geral no reino de Portugal* e sua mulher *Margarida Afonso*, mas também a *Afonso Miguéis, vinhateiro e Maria Lourenço*. Os dois casais deveriam pagar os respectivos foros ao Cabido da Igreja do Porto. Deste modo, é-se confrontado com dois casais detentores de um posicionamento sócio-profissional de relevo que, por sua vez, são associados à Ribeira, confirmando o poder atractivo que esta praça exercia na urbe o que, à semelhança da rua das Eiras ou da rua do Souto, podia reflectir-se na transformação do topónimo em designativo antroponímico, como acontece com *Domingos Peres da Ribeira*¹⁵⁸⁷.

Além da rua das Eiras e da praça da Ribeira, os espaços da cidade mais enfatizados nos documentos em estudo são, efectivamente, como se já se atestou¹⁵⁸⁸, as ruas Chã, da Sapataria, da Bainharia, do Souto, podendo-se nomear ainda a rua Escura¹⁵⁸⁹ e a rua da Lada¹⁵⁹⁰, nas quais se faz referência à existência de casas de pedra e sobradadas. *Joana Domingues Amada* constitui um elo central na identificação de umas casas de pedra que se situavam ao fundo na dita rua Escura, pois tinha morado nelas e tinha direito de posse sobre um quarto delas. Estas casas eram vizinhas de casas pertencentes ao já referido *Martim Gonçalves, abade* de quem, como se apurou acima, *Senhorinha Eanes* foi testamenteira¹⁵⁹¹, e a *Martim Malha*. Contornam-se laços de vizinhança entre estes últimos e a susodita *Joana Domingues Amada* e respectivos sucessores. As referidas casas assumem, então, uma particular projecção, visto que foi nelas que, em 1389, *Afonso Esteves, porteiro do Cabido do Porto* elaborou o seu testamento¹⁵⁹², e foram essas mesmas casas (três quartos) que, em 1398, *Afonso Eanes, cónego e tesoureiro da Sé da cidade do Porto*, como testamenteiro de *João Palmeiro, deão*, doou¹⁵⁹³ ao deão e Cabido do Porto. Foram essas mesmas casas que, em 1404, o Cabido emprazou¹⁵⁹⁴, por três vidas, a *Álvaro Dias, criado de Diogo Henriques (cónego da Igreja do Porto)*, representado pelo seu procurador *Martim Esteves, cónego do Porto*. O que é curioso reter daqui é que, ao Cabido, foram doados três quartos das ditas casas, mas, na susodita

¹⁵⁸⁷ Cf. apêndice 48, a CRI XIX.

¹⁵⁸⁸ *Vid.*, neste estudo, parte I, ponto 2, p. 47 e parte II, 5.2, p. 199.

¹⁵⁸⁹ Cf., no apêndice 47, as informações relativas à rua Escura.

¹⁵⁹⁰ Cf., no apêndice 47, as informações relativas à rua da Lada.

¹⁵⁹¹ Cf. apêndice 48, CRI IX

¹⁵⁹² Cf. apêndice 14, número dois e, apêndice 48, CRI XXXIV.

¹⁵⁹³ Cf. apêndice 6, número vinte e oito.

¹⁵⁹⁴ Cf. apêndice 7, número trinta e oito.

carta de locação, o Cabido outorga um *objecto* composto não somente pelos referidos três quartos, mas também pelo outro quarto, que pertencia, por herança, a *Florença Domingues*, como se pode confirmar na susodita configuração¹⁵⁹⁵. O *objecto* da carta de locação é ainda constituído por um exido que pertenceria aos herdeiros de *João Lourenço de Guimarães* e de sua mulher *Clara Eanes*. Em contrapartida, estes últimos e a referida *Florença Domingues* tinham direito a que o dito *Álvaro Dias* lhes pagasse um foro¹⁵⁹⁶. Com o enredo que é dado a conhecer sobre as referidas casas desenha-se aqui uma preocupação em manter a unidade de uma casa de pedra que se encontrava dividida em partes. O que revela que a posse de casas de pedra era importante¹⁵⁹⁷, principalmente quando se procurava a preservação da sua indivisibilidade, mesmo se, anteriormente, mais do que um indivíduo tivessem tido direitos de posse sobre elas.

A confirmar o quanto era importante a posse de casas em certos espaços da cidade do Porto, encontra-se também a situação de contenda¹⁵⁹⁸ que envolveu, por um lado, *Vasco Vicente, escrivão do biscoito do rei, morador na cidade do Porto, na rua Chã*, e *Vasco Peixoto, mercador, morador na cidade do Porto* e, por outro lado, o Cabido do Porto. *Vasco Peres, cónego do Porto, procurador de D. Afonso Martins deão* e do Cabido do Porto, desenvolveu uma demanda contra o dito *Vasco Vicente, escrivão do biscoito* porque ele não pagava o foro (23 maravedis de moeda antiga) que lhes devia, pois, como se observa na configuração IX¹⁵⁹⁹, as ditas casas tinham sido doadas, como já se referiu, ao Cabido pela *Senhorinha Eanes*, para que aquela instituição rezasse aniversários pela sua alma e a de seu marido. *Vasco Vicente* defendeu-se, argumentando que deixou de corresponder com o referido foro, a partir de S. Miguel de Setembro de 1392, porque o dito *Vasco Peixoto, mercador*, afirmava que as casas eram suas e retinha o dito foro. Ao ser interrogado pelo cónego, *Vasco Peixoto* defendeu-se que estava sob a jurisdição do rei e não sob a do bispo.

Assim, entre outros tipos de testemunhos, esta situação mostra o quão preciosa era a posse de casas na cidade do Porto e os respectivos foros. Mostra também que, por tal razão, se atropelavam, com algum desembaraço, os direitos adquiridos, se os proprietários não fossem ciosos dos seus bens, ao ponto de se assistir a uma oposição

¹⁵⁹⁵ Cf. apêndice 48.

¹⁵⁹⁶ O montante do foro era de trinta libras "da moeda que agora corre" (ADP, L. S. , LXXXVIII, fls. 27-32). Desconhece-se se esta quantia seria dividida entre Florença Domingues, de uma parte, e João Lourenço de Guimarães e sua mulher Clara Eanes, da outra parte. Ou, se pelo contrário, cada parte receberia trinta libras. Cf. apêndice 7, número trinta e oito.

¹⁵⁹⁷ Cf., a este respeito: Rodrigues, 1995, 166-167; Beirante, 2003, 940-94; López Carreira, 1999, 149, 153; Ferreira, 2003, 363-364.

¹⁵⁹⁸ Cf. apêndice 12, número quarenta e seis.

¹⁵⁹⁹ Cf. apêndice 48.

declarada de um mercador ao poder exercido pela Igreja sobre a cidade. Uma oposição que confrontou, mais uma vez, as jurisdições do rei e a do bispo, sendo ainda a cidade, nestes tempos, um senhorio episcopal. O susodito *Vasco Peixoto* não reconhece a autoridade da Igreja do Porto, insinuando a vitória do poder civil sobre o episcopal e subsequente laicização do município do Porto, no decorrer do século XIV e adivinhando os tempos próximos da passagem da cidade para senhorio régio¹⁶⁰⁰.

Não é difícil, portanto, de aferir que os espaços urbanos nomeados terão merecido certamente um protagonismo económico e social e terão exercido um poder atractivo, nos quais os mercadores desempenhavam um papel importante, bem como os indivíduos que exerciam ofícios públicos (tabelião) – um deles com origens fora do Porto: *Gil Lourenço de Canaveses*¹⁶⁰¹.

¹⁶⁰⁰ Soares, 1962-1965b, 351; Sousa, 1995, 238-244.

¹⁶⁰¹ Cf. apêndice 48, CRI IX.

8.6 Espaço Urbano e Gentes de Fora

Uma atracção, que, como se apurou anteriormente¹⁶⁰², estimulou movimentos migratórios e interacções do Porto com outros espaços, como parece testemunhar *André da Maia*, residente na rua da Lada¹⁶⁰³, *Gonçalo de Guimarães, homem de Estêvão Eanes*¹⁶⁰⁴, *João Lourenço de Guimarães* e *Clara Eanes, detentores de direitos de posse sobre propriedades no Porto*¹⁶⁰⁵, *Beatriz Lourenço, moradora em Guimarães*¹⁶⁰⁶, de *Margarida Eanes, moradora em Guimarães*¹⁶⁰⁷, de *Ramos Peres de Guimarães, residente em Gaia, mas procurador do Cabido da Igreja do Porto* relativamente a propriedades próximas ou situadas em Gaia – um homem da confiança do Cabido do Porto¹⁶⁰⁸. É também o caso de *Pedro Eanes, pescador em Santarém, criado de D. João Martins*¹⁶⁰⁹, de *Vicente Castro* e do seu procurador *João Fernandes, cavaleiro, ambos vizinhos de Leiria*¹⁶¹⁰, cuja atenção gira em torno da posse e usufruto de propriedades que se localizam fora do termo do Porto: herdade de Vila Cova de Brojalhas – freguesia de Sto. André de Sever. É o caso ainda do susodito *André da Maia*, residente na rua da Lada¹⁶¹¹, onde detinha uma casa sobradada. De referir que esta rua era uma das mais caras da cidade, equivalendo à praça da Ribeira em Lisboa¹⁶¹², o que indica que os indivíduos a ela associados seriam gente de posses, podendo pertencer a uma nobreza endinheirada ou a uma burguesia enobrecida¹⁶¹³.

Deste modo, certos prédios urbanos estimularam o estabelecimento de elos entre a cidade e gentes de fora da cidade, testemunhando que também a cidade do Porto não terá escapado às migrações que caracterizaram a centúria de Trezentos, ainda que os documentos sejam, a este respeito, muito lacónicos.

¹⁶⁰² *Vid.*, neste estudo, parte II, ponto 5.2.1, p. 202.

¹⁶⁰³ Cf. apêndice 48, CRI XIV.

¹⁶⁰⁴ Este último era procurador de Nuno Martins Vasques, mercador e morador na rua das Eiras. Cf. apêndice 48, CRI II.

¹⁶⁰⁵ Desconhece-se se este casal morava em Guimarães, possuindo direitos de posse sobre propriedades no Porto, ou se entretanto se tornaram moradores na cidade do Porto. Cf., no apêndice 48, a CRI X.

¹⁶⁰⁶ Tia e testamentária de Gil Martins das Tendas, morador entre os açougues. Cf. apêndice 48, CRI XIII.

¹⁶⁰⁷ Testamentária de Gil Martins das Tendas, morador entre os açougues. Cf. apêndice 48, CRI XIII.

¹⁶⁰⁸ Cf. apêndice 48, CRI XX.

¹⁶⁰⁹ Cf. apêndice 48, CRI IX.

¹⁶¹⁰ Cf. apêndice 48, CRI V.

¹⁶¹¹ Cf. apêndice 48, CRI XIV.

¹⁶¹² Ferreira, 1989, 96-97.

¹⁶¹³ Como indiciam as referências, na configuração XIV (apêndice 48), a D. Branca Pais e D. Ângelo.

CONCLUSÃO – PARTE III

Fragmentos de vidas e de cumplicidades constituíram, então, a matéria-prima que se procurou manusear, trabalhar e despertar. Com eles almejou-se, sem anacronismos nem artificios, perseguir o fio de vida que terá conduzido alguns dos *dramas* humanos da cidade do Porto, no século XIV, tentando perscrutar os seus anseios e preocupações, as suas dinâmicas relacionais, enfim o seu sentido ou sentidos. Nem sempre esse fio de vida se deixou captar, mas, ainda que parcelares e incompletas, a colação prosopográfica e subsequentes configurações relacionais interactivas assumiram um importante sustentáculo. Nelas encontram-se os tais fragmentos de vidas reconstruídos e enlaçados entre si, na medida do possível. Fragmentos esses que, mais do que vividos por todos os que viveram e sobreviveram na cidade, terão sido sentidos por todos, de uma forma directa ou indirecta, de uma forma mais ou menos intensa, mais ou menos próxima, dependendo das contingências e vectores circunstanciais que os envolveram.

Por conseguinte, observou-se e sentiu-se a presença da malfadada morte e os fortes ventos de mudança que com ela sopraram, ao ceifar vidas de forma aleatória, colocando os destinos humanos à deriva, obrigando-os, por um lado, a sentir a “dor sem nome”¹⁶¹⁴, e, por outro, a reagir, a reestruturarem-se na medida do possível. Reestruturarem-se por fora e, depreende-se, por dentro, numa busca incessante pela sobrevivência, quer ao nível económico e social, quer ao nível emocional e afectivo, quer ao nível espiritual, combatendo o pior de todos os sentimentos. O sentimento que resulta da perda, do vazio, da solidão e do desamparo.

Desta feita, identificando os indivíduos e percorrendo com minúcia as interacções em que foram inscritos pelos documentos, atestou-se que aquele fio de vida espiralou em torno da morte, da reformulação de destinos e da mudança. Espiralando entre a morte e a vida, detectou-se então uma ansiedade no sentido de uma boa gestão de patrimónios e riquezas, e, ainda que de forma escamoteada, de emoções e de afectos, ganhando envergadura um conjunto de proximidades, reciprocidades relacionais chamadas de cumplicidades.

Cumplicidades no interior da família, no seio da qual, confrontados com a perda, viúvas e viúvos, pais e filhos, tios e sobrinhos interagem entre si, de forma a salvaguardar vidas que começam e vidas que *acabam*, a acautelar estatutos e

¹⁶¹⁴ Fleming, 2003.

posicionamentos económicos e sociais e a preencher ou escamotear vazios emocionais. Foi neste sentido, então, que se geriram e se doaram bens e/ou se concretizaram novas alianças, que se destinou a um rapazinho a aprendizagem da escrita e se nomearam herdeiros certos sobrinhos e certos netos.

Cumplicidades no interior de uma cidade. Uma cidade que acabou por nutrir a seiva dos trilhos individuais, ao estimular e engendrar interacções que, além de assentarem em dependências e laços de confiança mútua, desnudam sintonias sócio-profissionais por meio de entrosamentos complexos que envolviam múltiplos e variados vectores, como o desempenho de certas profissões, os diferentes espaços urbanos e respectivos topónimos, a posse ou não deles de determinados prédios, sem esquecer as dinâmicas antroponímicas. Cumplicidades que terão cultivado no espaço urbano a capacidade de estabelecer intra e inter relações, nas quais as vizinhanças e os entrelaçamentos entre a cidade e as gentes de fora constituem um claro testemunho. Com essa capacidade a cidade terá gradualmente aprendido a sentir o seu pulsar e a projectar-se no futuro, num esforço contínuo e sem tréguas, de crescimento económico e de emancipação municipal.

Deste modo, a cidade do penhasco, a cidade do rio e do mar, a cidade da ribeira e das ruas sinuosas e estreitas foi ganhando uma nova cor. Ganhou uma cor palpitante, quente, intensa, mas esquiva. A cor de tudo o que é humano. A cor das gentes que sentiram, viveram, sobreviveram e, assim, procuraram cumprir os seus *destinos*.

CONCLUSÃO FINAL

Chegado o momento de concluir este estudo, importa não deslembrar o seu escopo. Almejava-se, em última análise, à luz de um contexto europeu ocidental, descobrir, aproximar, conhecer e compreender um pouco as *gentes* e redes de sociabilidade no espaço urbano do Porto, num tempo em que se fazia ecoar o “canto do cisne” do senhorialismo episcopal sobre a cidade. Para tal propôs-se uma análise antroponímica e prosopográfica dos dados que se encontravam nos designados *Livros dos Originais* do Cabido do Porto e, depois, uma reconstituição de alguns fragmentos de redes relacionais interactivas .

Com efeito, para as presentir, sentir e descobrir recorreu-se a uma leitura e a uma análise que assumiram uma tonalidade pluridisciplinar, transversal e cumulativa, na medida em que as informações foram recolhidas e perscrutadas num labor que se desenrolou e cresceu sob diferentes ângulos de análise – antroponímico e prosopográfico, mas também sociológico, antropológico, neuro-psicológico – e em forma de espiral, atendendo a que elas se foram sustentando e crescendo a partir das informações recolhidas, mas também dos sucessivos tratamentos e apreensões que se desenrolando. Não será de admirar portanto, no seu decorrer, a sensação, por vezes, de um certo *déjà vu*. Uma sensação que, no entanto, é ludibriosa porque fruto apenas da intimidade inerente aos diferentes ângulos de análise e também do pano de fundo no qual se enquadrou o presente estudo: a sociabilidade, um *objecto* de análise intricado de múltiplas facetas. De facto, o conhecimento e compreensão da população da cidade *invicta* de Trezentos, do milénio anterior, não se compadeceu com uma só perspectiva de análise e muito menos com um só tipo de abordagem, pois ela assumiu-se, ao longo deste trabalho, como uma tela multicolor e enriquecida por uma múltiplos traços e formas que acabavam por se enlaçar e entrelaçar, ao mesmo tempo que se embebiam de devoções religiosas, dinâmicas familiares, sócio-económicas e políticas, movimentos demográficos, estados de alma e cumplicidades.

Uma tela humana que fez sobressair cores quentes, cores que fazem lembrar um pouco as de Frida Kahlo, e formas e movimentos que acabam por oferecer uma

perspectiva impressionista da realidade. Desta feita, algo não podia deixar de ser dito sobre ela.

Retenha-se então o que foi dito.

Quanto aos comportamentos antroponímicos, asseverou-se que, não obstante a variedade e flexibilidade das formas de identificação, a maioria da população, mulheres ou homens, eclesiásticos ou laicos, era identificada por meio de um sistema antroponímico complexo composto por dois designativos que, salvo algumas excepções, correspondiam a um nome próprio e a um patronímico, aos quais era apenas uma designação complementar. Um sistema antroponímico complexo que, no entanto ficava a meio caminho entre os sistemas considerados mais simples, no qual se destacava o que era composto apenas por dois designativos, assinalado como sistema III, e aqueles que parecem anunciar tempos futuros, mostrando-se estes bem mais complexos ao abraçarem três ou, por vezes, quatro designativos, aos quais, por sua vez, podiam ou não juntar-se designações complementares. Sistemas estes que, na documentação em estudo, foram utilizados com maior frequência na identificação daqueles que participavam como testemunhas e/ou eram conectados com o desempenho de uma profissão.

No âmago destas práticas antroponímicas, é de realçar sobretudo a condensação do *stock* onomástico entrosada com uma cristalização das preferências num número restrito de nomes entre os quais se abrilhantavam, no seio das mulheres, *Maria*, *Margarida*, *Catarina*, *Clara* e *Domingas* e, no seio dos homens, *João*, *Martim* ou *Martinho*, *Domingos* ou *Domingues*, *Afonso* e *Pedro*. Nomes estes que acabavam por desnudar sobretudo uma devoção religiosa cristã que, não obstante, não se parecia relacionar, pelo menos de forma directa, com os oragos mais comuns da região, à excepção do onomato *João*. Um *stock* onomástico que, contudo, não deixou de evidenciar uma certa tendência para uma renovação, na qual é de evidenciar uma abertura, ainda que estreita, às práticas “modernas” de feminização de nomes masculinos (ex: *Joana*). De realçar igualmente o carácter patronímico dos segundos designativos e, ao mesmo tempo, o dos restantes designativos (terceiro e quarto) que, quando utilizados, se imbuíam dos vectores geográfico e sócio-profissional. De realçar, por fim, a seiva que as designações complementares constituíam na dinâmica antroponímica, por serem maleáveis e ajustáveis aos designativos que compunham a identificação de cada indivíduo, mas também por se sustentarem do geográfico e do social, as suas duas traves mestras,

embora os laços familiares não deixassem de ser considerados, sobretudo na antroponímia feminina.

No que diz respeito às sinaléticas antroponímicas, sobressaiu, em particular, o diálogo que foi estabelecido entre os susoditos três universos de referência: o da família, o do espaço geográfico e o da sociabilidade. Os três tentáculos do indivíduo no tecido urbano portuense.

Assim, apurou-se que, pela alternância e complementaridade dos dois últimos universos – posicionamentos espaciais e sociais –, muitos indivíduos, laicos e sobretudo do sexo masculino, eram identificados e individualizados, senão marcados socialmente, por serem originários de certas regiões que mereciam ser referenciadas, por serem conectados com o espaço ou espaços da cidade, por deterem ou não determinados direitos civis e políticos, por desempenharem uma profissão, por deterem uma certa competência que certamente era útil ao bom dinamismo administrativo, mas sobretudo económico e comercial do Porto. Isto enquanto os eclesiásticos eram *marcados* de acordo com o seu posicionamento na hierarquia eclesiástica, vislumbrando-se uma clara preocupação em intrincar o estatuto e função com o lugar onde eram exercidos.

Pelo primeiro universo, o da família, o indivíduo era situado numa dinâmica doméstica perspectivada de forma horizontal onde o pai era, efectivamente, a figura central e onde se parece atribuir aos filhos e filhas um posicionamento igualitário, concluindo-se então que as práticas antroponímicas no interior da família não suscitavam grandes alternâncias. Por meio do patronímico, irmãos, avós e tios eram facilmente identificáveis, indiciando que todos eles teriam um papel a desempenhar. Uma dinâmica doméstica e privada na qual era situada a mulher não somente como a *filha de* (patronímico), mas igualmente como a *mulher* ou *viúva de* (designação complementar). O androcentrismo da documentação e a restrição da participação das mulheres aos núcleos dos *principais* e, por vezes, dos *nomeados* e o seu posicionamento em função da figura masculina, na globalidade das situações, corroboram a referida domesticidade da mulher.

Deste modo, passo a passo, foi-se acedendo aos indivíduos e suas relações, foi-se revelando os tentáculos e células sociais com os quais eles interagiram. O que se disse então sobre as respectivas redes de sociabilidade?

De facto, porque se identificaram e individualizaram gentes, porque se recolheram, reconstituíram e configuraram alguns fragmentos das suas interações, pode-se afirmar

que se vislumbraram, a partir da janela aberta, algumas cumplicidades. Estas mostram-se fragmentárias, parcelares, incompletas ou, se assim se preferir, “imperfeitas”. Contudo, não deixam de ser singelas, com conteúdo, e perfumadas por uma fragrância sócio-emocional, denotando reacções e raízes dos indivíduos.

Cumplicidades como reacções. Reacções de uma população urbana ao desafio de mudança que o *fantasma* da morte deixou por onde passou. Um desafio que, por sua vez, embora pudesse fazer com que certos indivíduos caíssem facilmente nas teias de uma “dor sem nome”, obrigava os destinos humanos a reagir, ansiando por amparar vidas e por preencher ou escamotear possíveis vazios emocionais decorrentes do sentimento de perda. Uns porque perderam os cônjuges e/ou, os filhos, outros porque perderam os pais e/ou irmãos, entre outros. Gente frágil porque se sentia sozinha e/ou porque entrava na idade da velhice, e/ou porque era demasiado jovem ou encontrava-se no começo de uma nova vida. Gente que, no entanto, reagiu, por meio de cumplicidades, em busca de uma sobrevivência económica, social, emocional e espiritual. Contraíram-se novos matrimónios, geriram-se bens, encomendaram-se almas, e fomentaram-se amparos. Amparos entre cônjuges, entre tios e sobrinhos, entre avós e netas, entre tutores, curadores e indivíduos órfãos. De sublinhar, sobretudo, como, no engendrar destas cumplicidades familiares, o feminino sobressai numa linha de acção que parece romper a sombra masculina e ir além da esfera doméstica, ao efectuar directamente a gestão de bens, outorgando actos económicos, aqueles documentos em que a presença da mulher se fazia sentir um pouco mais.

Cumplicidades como raízes. Raízes dos indivíduos com o espaço e dinâmica urbanos. De facto, além das susoditas cumplicidades familiares, outras foram evidenciadas pelas configurações relacionais interactivas. Desnudaram-se algumas cumplicidades decorrentes de laços de dependências e clientelas, mas também de entrosamentos entre os indivíduos e a cidade, seja em virtude de competências económicas e políticas, seja em virtude de intimidades tecidas entre indivíduos e certas ruas ou espaços da cidade, nos quais as gentes se movimentavam, exerciam as suas actividades e, pela sua presença, alimentavam vizinhanças.

Uma cidade que terá sido palco de cruzamento de ventos pelo conservadorismo e ventos pela mudança. Conservadorismo visível tanto na utilização de um só nome próprio, na fraca abertura ao uso de nomes masculinos feminizados que, apesar de se atestar a sua presença, eram invulgares, como no enraizamento profundo do

patronímico, nas menções da identificação dos eclesiásticos que cruzavam o estatuto/função eclesiástica e o geográfico. Mudança através da variabilidade das formas antroponímicas, do predomínio de sistemas antroponímicos complexos, do uso, embora tímido, de nomes de família, do confronto e reformulação que parecem envolver as menções *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto*, da presença clara dos ofícios públicos. Mudança, ainda, importa não esquecer, através da sinuosa presença da morte que tê-la-á acelerado, ao desafiar certos indivíduos e certas famílias a reformularem, a reestruturarem as suas atribuições, os seus destinos e, provavelmente, a “consciência do si”.

Por conseguinte, considerando os dois pólos interactivos e transversais que presidiram e orientaram o presente estudo – comportamentos antroponímicos e suas sinaléticas, por um lado, indivíduos e dinâmicas sociais, pelo outro –, conclui-se que, com o que foi dito, este estudo permitiu obter algumas respostas e pistas sobre espaço social do Porto medieval, enquadrando-o, na medida do possível, no contexto do reino português, da Península Ibérica e, por fim, do ocidente europeu. Mas, é tempo de o reconhecer, muito também ficou por dizer.

Com efeito, muitas foram as questões que ficaram sem resposta ou que brotaram e se robusteceram, acabando, no entanto, por ficar em aberto. Quais as motivações e intuítos inerentes aos comportamentos antroponímicos? Como se desenrolaram os movimentos migratórios e demográficos que caracterizaram a cidade e os seus efeitos na dinâmica social? Como foram recebidos e integrados os recém-chegados? Que laços continuaram estes a manter com as suas origens geográficas? A distinção entre *vizinho do Porto* e *cidadão do Porto* era propositada e, portanto, consciente? E os núcleos familiares? Qual a sua verdadeira estrutura? Quais os comportamentos e desempenhos quotidianos de cada elemento no interior da família e na comunidade? Ter-se-ão preferido uns filhos, uns netos, uns sobrinhos em relação a outros, em virtude da sua ordem de nascimento ou da existência ou inexistência de semelhanças físicas e psicológicas ou dos laços afectivos e emocionais tecidos? Qual o papel das parentelas espirituais? As dinâmicas eram diferentes ou próximas nos diversos núcleos familiares, em função do respectivo posicionamento sócio-económico? Este posicionamento era herdado e/ou fruto de competências económicas, sociais e políticas? De que famílias provinham os eclesiásticos identificados? Em que circunstâncias estes optaram pela via eclesiástica? Como se desenrolavam as vizinhanças? As relações eram cordiais ou

abundavam os arrufos? Teriam as ruas sonoridades próprias em função dos indivíduos que nelas residiam e do que *faziam pela vida*? E, por fim, a morte. Como foi ela vivida no seio das famílias? Como foram os momentos antes e depois do falecimento de um familiar chegado? Ter-se-á procurado sinais dele num recém-nascido? Houve tempo e disponibilidade emocional para viver o luto ou ter-se-á optado pelo “faz-se de conta”?

Muitas interrogações em relação às quais a que documentação se silencia, em virtude do tipo de tratamento e apreensão a que foi sujeita ou em virtude do seu laconismo. Talvez algumas delas pudessem encontrar alguns indícios se outras fontes fossem manuseadas por meio da iconografia ou da arqueologia. Pena é que estas fontes não abundem e acabem por mergulhar o estudo do Porto medieval num vazio e silêncio que têm perdurado no tempo. Talvez os resultados fossem mais robustos se igualmente se tivessem tido em conta os *Livros de Vereações* do Porto relativos a 1390-1395 ou se os limites cronológicos tivessem sido alargados à centúria seguinte, abraçando outros núcleos documentais e promovendo o cruzamento de dados. Ou, ainda, se a pesquisa efectuada tivesse abraçado outros espaços urbanos medievais, como Braga, por exemplo, partindo de *corpus* documentais semelhantes e fomentando, deste modo, um estudo comparativo que muito enriqueceria a compreensão das dinâmicas sociais não de uma só cidade, mas das duas em simultâneo.

Em súpula, com a presente dissertação decerto algo foi dito sobre a cidade do Porto e decerto muito ficou por dizer porque muitos outros caminhos podem ser trilhados. Caminhos de investigação que, admitamo-lo, não cabiam nas metas em que se enquadrou este projecto, mas que, na verdade, não deixam de animar e de ficar à mercê de pesquisas vindouras. Assim se chegou a um porto de chegada, assim se chegou a um porto de partida.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Inventário dos *pergaminhos* do Cabido do Porto compulsados, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Documentação ¹⁶¹⁵ | 1275 - 1300 | 1301 - 1325 | 1326 - 1350 | 1351 - 1375 | 1376 - 1400 | 1401 - 1425 | 1426 - 1450 | ? | Total global |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----|--------------|
| Alvarás | | 3 | 1 | 1 | | | | | 5 |
| Autos de posse | | 2 | 6 | 4 | 5 | 3 | | | 20 |
| Cartas de avença | | 2 | 2 | 2 | | 1 | | | 7 |
| Cartas de confirmação | | | 3 | 1 | | | | | 4 |
| Cartas de doação | 1 | 1 | 9 | 11 | 6 | 1 | | | 29 |
| Cartas de locação | 1 | 9 | 4 | 8 | 14 | 3 | | | 39 |
| Cartas de escambo | 1 | 2 | 4 | 1 | 2 | | 1 | | 11 |
| Cartas de venda | | 5 | 5 | 2 | 2 | | | 1 | 15 |
| Procurações | | 5 | 9 | 4 | 3 | 1 | | | 22 |
| Públicas-formas | | 5 | 9 | 1 | 2 | 4 | 1 | 2 | 24 |
| Sentenças | 2 | 14 | 18 | 7 | 9 | 6 | | 3 | 59 |
| Testamentos (ou cláusulas) | | 4 | 1 | | 6 | 1 | | 2 | 14 |
| Documentos avulsos | | 8 | 4 | 1 | | | | 3 | 16 |
| Total global | 5 | 60 | 75 | 43 | 49 | 20 | 2 | 11 | 265 |

¹⁶¹⁵ Consultar apêndices 2 a 15.

Apêndice 2 – Inventário dos alvarás do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Motivo | Sumário | ADP | Tipo ¹⁶¹⁶ | Id |
|----|------------|----------------------|---|--|----------------------------|----------------------|----------|
| 1 | 1318-10-10 | Torres Vedras | Endividamento | Dona Beatriz filha do rei D. Sancho manda a Estêvão Peres, seu porteiro, que proceda à penhora, constrangimento e venda dos foros a que tem direito das suas vilas de Gaia e de Vila Nova ¹⁶¹⁷ . | L. S., XCVIII, fl. 172-177 | T | 130001 |
| 2 | 1319-12-28 | Vila Nova de Miranda | Sepulturas nas Ordens de S. Francisco e S. Domingos | O rei D. Dinis envia uma carta a Gomes Martins, seu meirinho-mor Entre Douro e Minho, e a Rui Mendes, seu juiz no Porto, dizendo que, em virtude da demanda que entre os frades pregadores e os menores do Porto e o Cabido do Porto se desenvolvia por razão das sepulturas em seus mosteiros, os primeiros lhe pediram que os deixassem cumprir uma sentença dada pelo Papa no dia 16 de Outubro. Sentença esta que lhes permitia continuar a fazer sepulturas em seus mosteiros. O rei acede a este pedido. | L. S., XC, fl. 110-111v | T | 2020011 |
| 3 | 1323-07-04 | Lisboa | Venda de propriedades a D. Gonçalo Pereira (venda de casas na rua da Sapataria (Porto)) | O rei D. Dinis dá a sua autorização a D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa, a realizar a compra de propriedades a Dona Marinha Afonso. | L. S., XCI, fl. 1-6 | T | 20700112 |
| 4 | 1331-03-02 | Évora | Emprazamento de terreiros marinhos régios | O rei D. Afonso manda ao juiz e tabelião de Gondomar que, em virtude de João Rodrigues, ourives do Porto, lhe ter enviado dizer que ele quer aforar os terreiros marinhos do rei que jazem sobre a azenha da Colmeieira, que façam apregoar as ditas propriedades entre três e nove dias, de forma a obter os melhores foros. | L. S., LXXIII, fl. 32-36 | T | 45001 |
| 5 | 1351-05-30 | Porto | Compra de casas na cidade do Porto | O rei D. Afonso outorga a D. João Palmeiro, mestre-escola da cidade de Lisboa e cônego do Porto, a compra de quartos de casas na cidade do Porto. | L. S., LXXIV, fl. 187-192 | T | 37001 |

¹⁶¹⁶ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

¹⁶¹⁷ Consultar, em apêndice, o documento número três da colação das cartas de venda.

Apêndice 3 – Inventário dos autos de posse do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Beneficiário | Objecto | Localização do objecto | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Tipo ¹⁶¹⁸ | Id |
|----|------------|--|--|---|---|----------------------------------|----------------------|-------------|
| 1 | 1307-09-28 | Maia (terra da) – S. Romão de Vermoim | Cabido do Porto (João Geraldes, procurador do Cabido do Porto, e Estêvão Domingues, cônego do Porto) | Uma herdade, situada na freguesia de S. Romão de Vermoim, terra da Maia, em virtude de um mandado de cumprimento de sentença. | Freguesia de S. Romão de Vermoim, terra da Maia | L.S., LXXXI, fl. 60-67 | C | 89 |
| 2 | 1321-12-09 | Porto - Cabido | Deão Gonçalo Pereira, através do seu procurador, João Esteves | Mosteiro de S. Pedro de Canelo (tomada de posse espiritual e temporal) | Mosteiro de S. Pedro de Canelo | L.S., LXXXIV, fl. 222-226 | C | 186 |
| 3 | 1328-03-03 | Porto | Cabido do Porto (D. Rodrigues Eanes, Deão do Porto, e João Redondo e Martim Esteves, cônegos da dita cidade) | Uma casa situada na rua da Lada deixada por Branca Pais, mulher de D. Ângelo, e um prazo de uma casa sobradada onde morava André da Maia, para por elas auferirem um maravedi velho, de maneira a que se faça um aniversario pela alma da dita Branca Pais e seu marido | Situada na rua da Lada | L.S., LXXXVIII, fl. 83-86v | C | 158 |
| 4 | 1331-05-19 | Gondomar (julgado) - Aldeia de Gontomil | Cabido do Porto | Propriedades (casas) que pertenceram a D. Rodrigo Eanes, chantre que foi do Porto | Porto | L.S., LXXIII, fl. 46-50 | C | 48 |
| 5 | 1332-01-26 | Porto - Cabido | Cabido do Porto - abade de Ferreira | Uma casa situada no lugar de S. Nicolau | Lugar de S. Nicolau | L.S., LXXIX, fl. 55-61v | C | 102 |
| 6 | 1335-02-23 | Porto(?) | Deão e Cabido, através do seu procurador João do Couto | Uma meia jeira (herdade) e de um terreu, que também era herdade, situados na aldeia de Cristelo. Nota: Consultar o número 5 da colação das cartas de doação. | Aldeia de Cristelo | L.S., LXXXVII, fl. 15-20v | C | 231 |
| 7 | 1339-04-09 | Santarém (quinta) | João Esteves, clérigo raçoiro da Igreja de S. Lourenço de Santarém(?) | Quinta que é do Cabido do Porto e se situa no termo de Santarém | Santarém | L.S., LXXV, fl. 188-191 | C | 73 |
| 8 | 1340-03-20 | Sta. Maria da Feira (terra de) - Degarei | Martim Esteves, em nome do Cabido, como seu cônego e procurador | Propriedade do casal [em Degarei] - terra de Sta. Maria da Feira -, no casal que foi de Geraldes Mourinho | Degarei (terra de Sta. M ^a da Feira) | L. O., XXVI, fl. 7 | O | 190 |
| 9 | 1364-10-08 | Sá - Casal | Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto | Casal de Sá em que morava João Domingues | Casal de Sá | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121001 1 |
| 10 | 1364-10-08 | Sta. Maria de Silva Escura (freq.) - Lugar de Sá | Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto | Herdade que trazia Domingas de Sá | Lugar de Sá, freguesia de Santa Maria de Silva Escura | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121002 1 |
| 11 | 1368-05-28 | Porto - rua da Sapataria | Vicente Domingues do Souto, morador na cidade do Porto | Casas situadas na dita cidade, na rua da Sapataria | Porto - rua da Sapataria | L.S., LXXVI, fl. 156-162 | C | 26 |

¹⁶¹⁸ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 3 – Inventário dos autos de posse do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Beneficiário | Objecto | Localização do objecto | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Tipo ¹⁶¹⁸ | Id |
|----|------------|--------------------------|--|---|---|--|----------------------|----------|
| 12 | 1370-08-02 | Porto | Rui Vasques, cónego e procurador do Cabido da Igreja do Porto | Terça parte de casas situadas na rua da Bainharia (Porto) | Rua da Bainharia (Porto) | L.S., LXXXVIII, fl. 94-103 | T | 160003 |
| 13 | 1386-06-30 | Porto | João Amado, cónego na dita Igreja do Porto – procurador do Cabido | Parte que o dito Gil Lourenço, que foi seu marido tinha nas casas em que morava Vasco Vicente, que as trazia emprazadas, por alma do dito Gil Lourenço para lhe fazerem seis aniversários em cada um ano e ainda de mais metade das casas em que morou em Martim, as quais lhe deixou seu marido Gil Lourenço em sua vida | Porto? | L.S., LXXIV, fl. 250-259 | C | 41 |
| 14 | 1389-04-03 | Porto - Massarelos | D. João Martins, mestre-escola da Sé do Porto, toma a posse, em nome do Cabido | Lugar de Massarelos [direito e foros] | Lugar de Massarelos. | L.S., XCI, fl. 55-61v | T | 210001 |
| 15 | 1392-08- | Porto - rua das Eiras | Cabido do Porto | Metade de casas situadas na Rua das Eiras, entre Domingos Eanes da Maia e a casa que foi de Vicente Esteves e de Margarida Gil, mulher que foi de João Gil. Em troca, o Cabido teria de acender uma fânпада. | Rua das Eiras (Porto). | L.S., LXXXVII, fl. 25-29v; L.S., LXXXVII, fl. 29v-33 | C | 219, 220 |
| 16 | 1397-04-04 | Porto - Rua Chã | João Martins, mestre-escola da cidade do Porto, como procurador do Cabido da Igreja do Porto | Quarto das casas situadas na rua Chã | Na cidade do Porto, na rua Chã. | L.S., LXXIV, fl. 132-138 | T | 32001 |
| 17 | 1398-05-12 | Porto - Sé | Cabido do Porto | Casal da Quintã, onde moravam Martim Eanes e sua mulher Margarida Gonçalves, que se comprometeram, a partir deste dia, a pagar ao Cabido o foro e a pensão que deviam do dito casal ¹⁶¹⁹ . | Casal da Quintã – Freguesia de Avintes – Vila Nova de Gaia. | L.S., XCVI, fl. 7-17v | C | 140 |
| 18 | 1403-04-01 | Porto - rua da Sapataria | Pedro Eanes, cónego da cidade do Porto, como procurador do Cabido da dita Igreja do Porto | Casas situadas na rua da Sapataria, junto às casas do deão. | Rua da Sapataria, na cidade do Porto. | L.S., XC, fl. 27v-29 | C | 199 |
| 19 | 1405-07-21 | Porto - praça da Ribeira | Cabido, através do seu mestre-escola | Quarto e oitavo das casas do pardieiro, em virtude das cláusulas dos testamentos de D. Gil (18 de Julho de 1402) e de D. Senhorinha Eanes, de quem Martim Esteves, cónego, e Afonso Domingues eram testamentários. | Na cidade do Porto (praça da Ribeira). | L.S., LXXIX, fl. 70-78 | T | 104003 |
| 20 | 1425-01-09 | Sto. Ildéfonso | João de Santa Maria, cónego e procurador do Cabido | Uma propriedade (quarto do exido e casas que foram de Gonçalo Domingues, almocreve), dadas numa cláusula do testamento. | Porto? | L.S., LXXXII, fl. 24-29v | T | 114001 |

¹⁶¹⁹ Consultar, no apêndice, o número dez da colação dos escambos.

Apêndice 4 - Inventário das cartas de avença do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Parte I | Parte II | Objecto da avença | Avença | ADP | Tipo ¹⁶²⁰ | Id |
|----|------------|--|---|--|--|---|---------------------------|----------------------|--------|
| 1 | 1321-04-07 | Mosteiro de Grijó | Cabido do Porto | Prior crasteiro e Convento do Mosteiro de Grijó | Acordo amigável entre D. Martinho, prior do dito Mosteiro e o Cabido da Sé do Porto, representado por João Eanes da Válega, Domingos Geraldês, abade de Fermelão, e mestre Estêvão, cidadão do Porto, relativamente às contendas que entre as duas partes existiam por razão de divisão de maninhos e termos da Igreja de Perosinho, pertencente ao dito Mosteiro, de herdades situadas em Negrelos. | As partes comprometeram-se a respeitar o referido acordo. | L.S., LXXXVI, fl. 92-108v | T | 108002 |
| 2 | 1321-04-24 | Porto | Cabido do Porto | Prior de Grijó, João Eanes, raçoiro da Igreja do Porto, e Domingos Geraldês, prior de Fermelão, e mestre Estêvão Francisco(?), cidadão do Porto. | Contenda entre o prior de Grijó e o Cabido do Porto, em virtude de umas propriedades. | As partes acordaram que se fosse aos lugares que motivavam a contenda e se averiguasse quais eram as propriedades que pertenciam ao dito prior e quais eram as propriedades que pertenciam ao Cabido. Todos eles se comprometeram a respeitar o que fosse decidido com essa averiguação. | L.S., LXXXVI, fl. 92-108v | T | 108001 |
| 3 | 1328-03-14 | Porto | D Pedro, Deão do Porto | Rui Gomes de Azevedo | Querela que havia entre eles, em virtude do contrato de locação que o dito Deão fez ao Rui Gomes. | Definiu-se uma data para se chegar a uma sentença/conclusão sobre o referido feito. A parte que não aparecer, com a sua ausência, beneficiará a outra parte. | L.S., LXXXIV, fl. 202-205 | C | 182 |
| 4 | 1338-06-07 | Gaia | Martim Soares | Pedro Domingues e sua mulher, Catarina Peres | Contenda que entre eles existia por razão de um vale e de uma ribeira que se situava entre a vinha do dito Martim Soares e a vinha do casal de Pedro Domingues. | Definem-se e colocam-se marcos nas demarcações feitas. | L.S., XCVII, fl. 183-188 | C | 195 |
| 5 | 1351-09-03 | Porto - junto à Igreja de S. Nicolau, na rua Pública dos Ferreiros | Cabido do Porto, através de Domingos Eanes, abade da Lagoa, seu procurador (autores) de uma parte | Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto, e sua mulher, Senhorinha Domingues, (réus) da outra parte | Incumprimento das condições de um prazo relativo a umas casas térreas do Cabido, situadas na cidade do Porto, a par da Igreja de S. Nicolau, na rua pública dos Ferreiros. | Pedro Afonso, corregedor do rei em Entre Douro e Minho, dá conhecimento da avença a que as partes envolvidas acordaram, a favor do Cabido, que define que os ditos réus devem adubar as ditas casas e alçar, no prazo de quatro anos, um sobrado, de acordo com as condições/obrigações definidas no prazo que tinha daquelas casas, feito no mês de Setembro de 1345(?). Devem ainda pagar, de foro, em cada ano, por S. Miguel de Setembro, 1 maravedi, com excepção do primeiro ano que se seguia em que ele tinha que refazer as ditas casas. | L.O., XXVII, fl. 18 | O | 203 |

¹⁶²⁰ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 4 - Inventário das cartas de avença do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Parte I | Parte II | Objecto da avença | Avença | ADP | Tipo ¹⁶²⁰ | Id |
|----|------------|-------|-------------------------|---|---|---|--|----------------------|----------------|
| 6 | 1366-11-07 | Porto | Bispo e Cabido | Frades dos Mosteiros de S Domingos e de S Francisco | Demanda que existiu entre o bispo e Cabido e os frades dos Mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco | As ditas partes acordaram que, enquanto durar o interdito sobre a cidade do Porto, o bispo, Cabido, pessoas e cônegos da Igreja do Porto tivessem, pela quarta parte que a Igreja do Porto tem direito, 60 libras de dinheiros portugueses em cada um ano: 30 libras de cada mosteiro às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João). Se o referido interdito for suspenso, o Bispo e Cabido deverão receber a quarta parte, deixando os mosteiros de pagar a referida pensão. Se o interdito voltar a ser posto, os frades dos ditos mosteiros voltarão a pagar a referida pensão. O bispo e o Cabido quitaram os mosteiros de todos os encargos e demandas e deram tudo o que os frades receberam até a data deste acordo e todas as apelações que da parte dos frades foram feitas e publicadas em razão desta demanda foram guardadas e reservadas. | L.S., XCVIII, fl. 132-146v | C | 129 |
| 7 | 1405-02-13 | Porto | Bispo e Cabido do Porto | D. João I | Interdito sobre a cidade do Porto – Senhorio da cidade. | Nesta avença, D. João acede em dar, durante a construção da rua Nova na cidade do Porto, três mil libras ao bispo e Cabido do Porto (representado pelo seu procurador D. João, chantre e mestre-escola) a receber por determinados foros e possessões e estes comprometem-se a dar-lhe o senhorio e jurisdição da cidade. | L.S., XXXI fl. 303-311v; L.O., XXIX, fl. 6 | T | 78001 e 237001 |

Apêndice 5 - Inventário das cartas de confirmação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Sumário | ADP | Tipo ¹⁶²¹ | Id |
|----|------------|--|---|----------------------------|----------------------|--------|
| 1 | 1326-07-12 | ? | (O documento encontra-se deteriorado, com palavras/letras safasadas e manchadas) | L.O., XXIX, fl. 34 | O | 213 |
| 2 | 1334-12-19 | Coimbra - Sé | Martim Gonçalves da Penha, por si e em nome de sua mulher, Dona Sancha (filha de Dona Aldonça Esteves filha que foi de Estêvão Pais que foi de Estêvão de Trotem(?)), Tomé Afonso e Afonso Rodrigues, escudeiros, filhos dos ditos Aldonça Esteves e de Afonso Rodrigues Ribeiro, declaram aceitar como firme e estável para sempre a doação que a mãe - Aldonça Esteves - fez ao Cabido do Porto, com outorgamento de Afonso Rodrigues (seu marido e pai), de todo o direito e padroado que tinha na Igreja de Sta. Maria de Válega. | L.S., LXXXVII, fl. 183-188 | C | 229 |
| 3 | 1340-04-30 | Alenquer | A Infante Dona Branca informa que João Eanes, cónego do Porto e abade de Válega, lhe enviou a dizer que ele e João Domingues, seu antecessor, ganharam cartas dos reis D. Dinis e D Afonso (seu pai) que mandavam que, na Igreja de Válega, não pousasse nem filhasse ninguém. | L. S., LXXXVII, fl.43-65 | T | 222004 |
| 4 | 1354-07-19 | Porto - rua dos Mercadores, praça da Ribeira (?) | Em virtude de uma contenda entre Vicente Domingues, tendeiro e morador na cidade do Porto e Nicolau Panos, por razão de uma herdade de Sá, situada em Marinhos, Vicente Domingues, na presença de Lourenço | L.O., XXIV, fl. 40 | O | 166 |

¹⁶²¹ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|----------------|--|--|---|--|---|----------------------------|-----------|--------|
| 1 | 1296-10-01 | Porto - Cabido | Bispo D. Sancho | D. Gonçalo Pereira deão e Cabido da Igreja do Porto | Afonso Martins cônego promete respeitar sempre a doação que o bispo D. Sancho fez ao D. Gonçalo Pereira deão e ao Cabido da quinta e das casas de Santarém | | L.S., LXXV, fl. 20v-22v | C | 67 |
| 2 | 1304-03-28 | Lisboa | D. Dinis, com sua mulher a rainha D. Isabel e seu filho D. Afonso | Bispo do Porto D. Geraldo | Mosteiro de Canedo e seu padroado, com todas as suas honras, direitos, casais, herdades, possessões... Esta doação é feita à pessoa de D. Geraldo e não como bispo do Porto. | Que se cante uma missa, em cada ano, no dito mosteiro, em honra a Deus e a Santa Maria, pela alma de seu pai, pela sua alma e dos seus descendentes. O Cabido deveria, no primeiro Sábado depois do dia da festa de S. Martinho, do mês de Novembro, dizer uma missa oficiada que pedindo pela salvação de sua alma. Depois da morte do Arcebispo, o Cabido deveria ainda dizer uma missa oficiada, no altar mor de Santa Maria, no dia de aniversário de sua morte pela sua alma. | L.S., XXXI, fl. 570-573 | C | 18 |
| 3 | 1334 - 11 - 9 | Porto - Paços do bispo do Porto | Gonçalo, Arcebispo de Braga | Cabido da Igreja do Porto | Dois casais que já possuía antes de ser Arcebispo. Os casais localizam-se em Riba de Sousa, no lugar de Novelos. | | L.S., LXXXII, fl. 114-118v | C | 118 |
| 4 | 1335-02-05 | Vouga (terra de) - Salgueiral de Sequeiros | Rui Peres do Avelal, escudeiro, e Inês Afonso | Rui Peres de Cristelo o Maior e a Gerálida Eanes | O direito que tinham sobre uma herdade situada no lugar de Cristelo. Isto porque eles a tinham devolvido a, por falta de riqueza, para pagar o preço certo dessa mesma herdade. Receberam, então, 50 libras por terem construído, no referido terreno, uma casa que tiveram de desfazer, e confirmando o direito do Cabido da Sé do Porto sobre ela, atendendo a que o referido Rui Peres de Cristelo a teria dado ao Cabido ¹⁶²³ | | L.S., XCIX, fl. 15-20v | T | 231001 |
| 5 | 1336 - 03 - 17 | Porto | Dona Maria mulher de Estêvão Coelho, com o acordo de seus filhos, filhas, genros e noras | Cabido da Igreja do Porto | Todos os seus bens móveis e de raiz do padroado do Mosteiro de S. Pedro de Canedo, salvo a quinta da Mata(?). Se não cumprir esta doação até ao dia de Santa Maria de Agosto, com o outorgamento dos referidos herdeiros, pagará ao Cabido, de pena, 1000 libras de dinheiros portugueses. | O Cabido compromete-se a guardar "alojamento" para a dita Dona Maria, no dito mosteiro. | L.S., LXXXIV, fl. 37-40v | C | 170 |

¹⁶²² Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

¹⁶²³ Consultar o documento número seis da colação dos autos de posse.

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|----------------|-------------------------------|---|----------------------------------|---|---|---------------------------|--------------|-----|
| 6 | 1336-01-25 | Vileia | João Coelho | Cabido da Igreja do Porto | <p>Todo o direito que tinha do padroado do Mosteiro de S. Pedro de Canedo, prometendo respeitar, para sempre, o escambo que sua mãe Dona Maria fez com o Cabido. Escambo esse que implicou a quinta da Mata, pertencente à quinta de Santarém com todos seus direitos e pertenças e testamentos que o dito Mosteiro possui.</p> | | L.S., LXXXIV, fl. 174-177 | C | 178 |
| 7 | 1336 - 03 - 25 | S. Pedro de Canedo - Mosteiro | João Coelho filho que foi de Estêvão Coelho cavaleiro e de Dona Maria | Cabido da Igreja do Porto | <p>Todo o direito que tinha no Mosteiro de S. Pedro de Canedo e suas pertenças, com excepção da quinta da Mata(?), de forma a que ele seja livre e isento. João Coelho desiste, portanto, dos seus direitos sobre o Mosteiro de S. Pedro de Canedo, por si e pelos seus sucessores e herdeiros.</p> | | L.S., LXXXIV, fl. 182-187 | C | 180 |
| 8 | 1336 - 03 - 26 | S. Pedro de Canedo - Mosteiro | Dona Maria Mendes, viúva de Estêvão Coelho, mãe de João Coelho, cavaleiro, e João Domingues, tio de João Coelho | Cabido da Igreja do Porto | <p>Todo o direito que aquele e seus herdeiros tinham no padroado do Mosteiro de S. Pedro de Canedo, nas suas herdades e pertenças.</p> | | L.S., LXXXIV, fl. 42-48 | C | 171 |
| 9 | 1336-06-03 | Porto | D. Domingos Martins, deão do Porto | Cabido da Igreja do Porto | <p>Mosteiro de S. Pedro de Canedo com todas suas pertenças. (De notar que é a mesma data em que Dona Maria Mendes doou o padroado do Mosteiro de Canedo ao cabido).</p> | | L.S., LXXXIV, fl. 94-97 | C | 175 |
| 10 | 1341 - 11 - 24 | Porto | Lourenço Peres Melacho e sua mulher Maria Gonçalves, vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila onde moram os ferreiros. | deão e Cabido da Igreja do Porto | <p>Uma metade de forno que tinham comprado a Gil Martins, corretor, e a Guiomar Mendes, vizinhos e moradores na cidade do Porto.</p> | <p>O deão e o cabido deveriam manter o altar de S. Pedro iluminado durante a noite até à missa prima com uma lâmpada na Sé.</p> | L.S., LXXIX, fl. 49-53v | C | 101 |

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|----------------|-----------------------------|--|---------------------------|---|--|---------------------------|-----------|--------|
| 11 | 1346 - 06 - 26 | Braga - Câmara do Arcebispo | D. Gonçalo, Arcebispo de Braga | Cabido da Igreja do Porto | Dois casais situados no lugar de Novelos. D. Gonçalo, Arcebispo de Braga, fez ler e publicar perante Francisco Domingues seu cónego e Vigário Geral um documento no qual é dito que com a outorga do rei, o bispo de Lisboa D. Gonçalo Pereira comprou, em 1323, a Marinha Afonso, mulher que foi de João Rodrigues Redondo, herdades situadas nos julgados da Maia, Gondomar e Penafiel, no valor de 1700 libras. Destas herdades constam os ditos dois casais situados no lugar de Novelos que foram doados pelo dito Arcebispo de Braga, D. Gonçalo. | | L.S., XCI, fl. 1-16 | C | 207 |
| 12 | 1360 - 12 - 9 | Porto - Cabido | Pedro Vicente, filho que foi de Vicente Eanes, canhador, e de Geralda Peres, já falecidos, moradores que foram na cidade do Porto. | Cabido da Igreja do Porto | Umhas casas situadas na rua do Remoinho (Porto). | O Cabido terá de fazer três aniversários (um em dia de S. Vicente pela alma do dito Vicente Eanes (pai), outro em dia de S. Pedro, por sua alma, e outro em dia de S. Geraldo de Braga, que é no mês de Dezembro, pela alma da dita Geralda Peres (mãe)) e, no dia dos seus aniversários, terá de ir rezar orações sobre as respectivas campas com sírios, castiçais e água benta. | L.S., LXXVI, fl. 100-104 | C | 23 |
| 13 | 1362-11-16 | Porto | Afonso Lourenço das Eiras e sua mulher Teresa Rodrigues | Cabido da Igreja do Porto | Toda a sua herdade que possuíam em Vila Cova de Brojalhas(?), freguesia de Sto. André de Sever, que obtiveram do falecimento de Maria Afonso, sua filha, mulher que foi de Vasco Palos mercador. Estas herdades estavam emprazadas, perpetuamente, por Margarida Eanes e Maria Eanes, netas de Francisco Eanes, mercador, morador que foi na Ribeira do Porto, que pagavam, por foro, doze libras e meia. Esta quantia passará a ser entregue ao Cabido, em cada ano, por dia de S. Miguel de Setembro. | O Cabido do Porto acede em conceder, a Afonso Lourenço e sua mulher Teresa Rodrigues, duas sepulturas para os seus corpos, no interior do corpo da Igreja, em frente ao Crucifixo Maior. Deverá ainda rezar uma missa, todos os anos, pelas suas almas, no dia de Sto. Ildefonso e de fazer uma procissão com água benta, incenso e sírios sobre as ditas sepulturas. | L.S., XCVII, fl. 141-154 | T | 194001 |
| 14 | 1364 - 08 - 29 | Porto - Cabido | Bispo D. João | Cabido da Igreja do Porto | Duas casas que comprou a Nicolau Barreiros, abaixo dos seus panos. | O Cabido do Porto deverá fazer aniversário por D. João, bispo, em cada ano no dia em que falecer. | L.S., LXXVI, fl. 21-24 | C | 21 |
| 15 | 1364 - 09 - 30 | Porto | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto, como | Cabido da Igreja do Porto | A quinta de Sá e umas herdades (quinta, casais, vinha, devesas, azenha...) situadas no lugar de Sá (freguesia de Silva Escura), | O Cabido deveria fazer e dizer pela alma do dito chantre, em cada um ano, doze aniversários: uma missa | L.S., XCVIII, fl. 72- 80v | C | 128 |

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|----------------|--|--|---------------------------|--|---|-----------------------------|-----------|--------|
| | | | testamenteiro de D. Martim Viegas, chantage que foi da Sé do Porto, e Maria Martins sua mulher. | | na aldeia de Nogueira (freguesia de S. Pedro de Aveoso), no lugar de Bonval, Pinheiro, Miraflores e Luzezeres (freguesia de Santa Maria de Campanhã. | oficiada com suas vésperas e matinas. | | | |
| 16 | 1364 - 10 - 8 | Sta. Maria de Silva Escura (freg.) - Igreja | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto, e sua mulher Maria Martins | Cabido da Igreja do Porto | Casal de Sá onde mora o dito João Domingues, com todas suas pertenças. | | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121001 |
| 17 | 1365 - 01 - 12 | Sta. Maria de Silva Escura (freg.) - Lugar de Sa | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto, e sua mulher Maria Martins | Cabido da Igreja do Porto | Herdade que trazia de Domingas de Sá (Domingas Domingues mulher que foi de Domingos Peres Neto) (casas, vinhas, devesas) e que, entretanto tomou posse, e o pardeiro que possuía na aldeia de Frazão, situada na mesma freguesia de Silva Escura. | | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121002 |
| 18 | 1365 - 01 - 12 | Maia (terra) - Lugar de Cidadelhe | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto, e sua mulher Maria Martins | Cabido da Igreja do Porto | Lugar Cidadelhe que foi de Pedro de Aveoso, mercador que foi no Porto. | | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121003 |
| 19 | 1365 - 01 - 12 | S. Pedro de Aveoso | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto, e sua mulher Maria Martins | Cabido da Igreja do Porto | Casal em que Domingos Gonçalves morou. | | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | T | 121004 |
| 20 | 1366 - 09 - 20 | Porto | Maria Martins viúva de Martim Martins e casada com Vicente Eanes | Cabido da Igreja do Porto | Casas e de um pardeiro, situados na cidade do Porto. | O Cabido terá de fazer aniversário, em cada ano, pela alma do marido falecido (Martim Peres) pela sua alma, depois de sua morte. | L.O., XXIV, fl. 1 | O | 153 |
| 21 | 1369-09-03 | Porto - Casas de Pascoal Eanes | Afonso Lourenço, filho de Lourenço Domingues das Eiras | Cabido da Igreja do Porto | Parte das casas que possuía, situadas na Bainharia. Estas casas estavam emprazadas a Cabeceiras, alfaiate, e o dito Cabido possui nelas 1/3 terço que lhe foi doado pela avó do dito Afonso Lourenço. | O Cabido deveria ir, pelas almas do pai, mãe e avó (Catarina Nunes), para sempre, em cada ano, no dia do seu aniversário sobre à sua sepultura com a cruz e água benta. | L. S., LXXXVIII, fl. 94-103 | T | 160001 |
| 22 | 1373 - 4 - 24 | Porto - Rua das Eiras | Vasco Martins da Parada morador na cidade do Porto, como testamenteiro do dito Afonso Domingues (tabelião que foi da cidade do Porto) com o outorgamento da mulher-viúva (Inês Eanes). | Cabido da Igreja do Porto | Terça parte de almuinha que trazia emprazada Branca Domingues, almuinheira da dita almuinha. O Cabido, através do seu procurador Rui Vasques, tomou a posse da dita terça parte, passando a dita Branca Domingues a pagar o respectivo foro ao Cabido. | O Cabido deveria fazer os aniversários pelas almas do dito Afonso Domingues e de sua mulher Inês Eanes. | L.S., LXXXII, fl. 67-72v | C | 117 |

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|----------------|---------------------|---|--|---|---|---------------------------|-----------|-----|
| 23 | 1379 - 03 - 9 | Porto - Cabido Novo | Domingos Eanes Grainho, cônego do Porto | D. Afonso Martins deão e Cabido da Igreja do Porto | Doação de variadas propriedades: - Cortinha do Castanhal (vila de Gaia - S. Martinho); - o campo que chamam de Fairão(?); casas sitas na vila de Gaia - umas sobradadas (Ribeira de Gaia) e outras situadas na vila de Gaia, junto à Igreja de Sta. Marinha a Velha; - o casal situado na aldeia de Rio Meão, freguesia de Santiago (terra de Sta. Maria); - um pardeiro situado na cidade do Porto, no lugar que chamam Sinagoga, por cima da Rua das Aldas. | O Cabido deveria fazer oração (com cruz e água benta), em cada ano, pela alma de Martim Soares, morador que foi na vila de Gaia, aquando do aniversário da sua morte. Deverá ainda fazer, em cada ano, para sempre, aniversário pelas almas de Domingos Eanes Grainho e de Maria Fernandes sua mulher e dos ditos Martim Domingues e Domingos Eanes que foram seus filhos, fazendo oração, com cruz e água benta, junto às suas sepulturas. | L. O., XX, fl. 23 | O | 120 |
| 24 | 1387 - 04 - 30 | Porto | Guiomar Francisca mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho e Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins, tendeiro, testamenteiros do dito Gonçalo Martins, moradores na cidade do Porto | Cabido da Igreja do Porto | Umhas casas que se situam na cidade do Porto, na viera de palhaões, que se situa na Sapataria do Cabido. | O Cabido deveria rezar uma missa, em cada ano, por alma do dito Gonçalo Martins e de Inês Francisca, pelo dia de Sto. André. | L. O., XII, fl. 51 | O | 59 |
| 25 | 1387 - 04 - 30 | Porto | Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins tendeiro, como testamenteira de Inês Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins, tendeiro do Porto. | Cabido da Igreja do Porto | Umhas casas situadas em Penaventosa. | O Cabido deveria rezar uma missa oficiada pela alma da dita Inês Francisca e de sua irmã Maria Francisca (após a sua morte), na véspera de Santo André. | L. O., XII, fl. 51 | O | 233 |
| 26 | 1389-04-03 | Porto | Clara Pais | Cabido da Igreja do Porto | Direito e foros que tinha do lugar de Massarelos. | O Cabido deveria rezar uma missa, no dia a seguir à Nossa Senhora de Março, pela alma de seu marido Aparício Domingues e pela sua alma. | L. S., XCI, fl. 55-61 | C | 210 |
| 27 | 1397 - 07 - 2 | Porto - Cabido | João Eanes de Leão, mercador, morador na dita cidade, na Rua Chã e Senhorinha Lourenço, sua mulher | deão e Cabido da Igreja do Porto | Enquanto forem vivos, um foro (12 maravedis) que João Eanes de Leão, mercador morador na dita cidade, na Rua Chã e Senhorinha Lourenço, sua mulher recebiam de casas situadas na cidade do Porto em cada ano, por prazo de três vidas. Após as suas mortes, uma metade de casa que foi de Clara do Sal (um quarto | O deão e o Cabido acedem em dar aos respectivos outorgantes, na Clastra, duas sepulturas para os seus corpos depois das suas mortes. Deverão ainda rezar aniversário pelas suas almas, depois das suas mortes. | L. S., LXXIV, fl. 132-138 | C | 32 |

Apêndice 6 - Inventário das cartas de doação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante | Destinatário | Objecto | Condições | ADP | Tipo 1622 | Id |
|----|---------------|----------------|--|---------------------------|--|---|------------------------|--------------|-----|
| 28 | 1398 - 5 - 16 | Porto - Cabido | Afonso Eanes, cônego e Tesoureiro da Sé da cidade do Porto, como testamenteiro de João do Porto Palmeiro, deão que foi da dita Igreja | Cabido da Igreja do Porto | das ditas casas pela morte de cada um) ou então a quantia de 5 maravedis, pela morte de um deles morrer, e 10 maravedis quando os dois já tiverem falecido. Três quartos da casa da pedra em que morava Joana Domingues Anada. João Martins, mestre-escola, tomou a posse dos ditos três quartos de casas, em nome do Cabido. | | L.O., XIV, fl. 53 | O | 76 |
| 29 | 1410-08-18 | Porto | Martim Esteves cônego, testamenteiro de Senhorinha Eanes, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses (cidadão que foi da cidade do Porto), já falecida, e Afonso Domingues, sobrinho de Martim abade, executor do testamento do dito Martim abade | Cabido da Igreja do Porto | O quarto e oitavo de um pardeiro, onde já foram feitas casas, que os seus testadores possuíam na cidade do Porto, na praça da Ribeira onde vendem o pescado, de forma a que se reze as horas, se faça aniversário pelas almas deles. Os caseiros das ditas casas devem dar o foro ao Cabido tal como a pagavam aos ditos Martim abade e Senhorinha Eanes em tempo de sua vida. No dia 21 de Julho de 1405, o Cabido através do seu procurador João Martins, mestre-escola, em pessoa de João Brás que trazia as ditas casas alugadas, toma a posse das referidas propriedades. | O Cabido deveria rezar as horas e fazer aniversário pelas almas dos ditos testadores. | L.S., LXXIX, fl. 70-78 | C | 104 |

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|---------------------|---|--|----------------|---|--|-----------------------------------|------------------------------|--|----------------------|-------|
| 1 | 13?-01-28 | Porto | Rodrigo Eanes, chantre | João Pestana, abade de Sanguinheiro. | Três vidas | Casas no Porto, próximas da rua Pública. | Dinheiro | ? | | L.O., VIII, fl. 32 | O | 27 |
| 2 | 1306-04-14 | Porto - Cabido Novo | Cabido | João Martins, morador em Negrelos, presenté, e sua mulher Joana Domingues. | Três vidas | Casal do Outeiro (onde moram) - lugar de Negrelos, freguesia de S. Pedro do Sul, no julgado de Lafões. Bispado de Viseu. | Dinheiro | Sto. Estêvão | | L.S., LXXXI, fl. 215-219v | C | 96 |
| 3 | 1308-12-11 | Porto - Cabido | Gonçalo Pereira deão e D. Vicente, chantre e o Cabido | Domingos Eanes e sua mulher Maria Martins. | Perpétuo | Pardieiro dado pelo Bispo D. Sancho, situado na cidade do Porto. (Ver doc. 72001) | Dinheiro | Corpo de Deus e de S. Miguel | | L. S., LXXVI, fl. 39-15v; L. S., LXXV, fl. 178-183 | T | 22001 |
| 4 | 1315-?-?-? | Porto - Cabido? | Gonçalo Pereira, deão e o Cabido | Vicente Domingues e sua mulher Maria Marcos. | Três vidas | Casa que se situa na cidade do Porto, na rua da Lada. | Dinheiro | Aniversário de D. Maria (Outubro) | | L.O., XXIX, fl. 53 | O | 216 |
| 5 | 1316-09-29 | Porto - Cabido | Cabido | Domingos Martins e sua mulher Maria Peres, moradores em Valongo de Surão(?). | Três vidas | Casal do Bairro, situado no lugar de Valongo. | Dinheiro + Direitas (cinco maravedis velhos, uma libra de cera e um cabrito) | Dia do aniversário | | L.S., XC, fl. 148-154 | C | 204 |
| 6 | 1318-01-18 | Porto - Cabido | Cabido | Martim Eanes e sua mulher Susana Peres | Três vidas | Casal de Vilar de Dona Ema no qual moram | Géneros | S. Miguel | | L. S., LXXV fl. 164-168v | T | 69001 |
| 7 | 1319-10-20 | Porto - Cabido | Cabido | Pedro Martins de Valongo, trapeiro e sua mulher Sancha Peres, vizinhos da cidade do Porto. | Três vidas | Casais, herdades, possessões, foros e direitos (casas, vinhas, pomares, árvores hortas, águas, fontes, caminhos, entradas e saídas, campos e matos) que se situam no lugar de Valongo, do Bispado do Porto. | Dinheiro | S. Lucas | | L.S., XC, fl. 161-166v | C | 205 |
| 8 | 1322-04-30 | Porto - Cabido | Cabido | Domingos Martins dito Almodão (?) e sua mulher Elvira Peres. | Três vidas | Casal que se situa em Negrelos, na freguesia de São Pedro do Sul, no julgado de Lafões. Bispado de Viseu | Dinheiro | Todos os Santos e Páscoa | | L.S., LXXXI, fl. 176-179 | C | 94 |
| 9 | 1322-04-30 | Porto - Cabido | Cabido | Domingos Eanes dito do Casal e sua mulher Maria Soares. | Três vidas (?) | Casal da Ventosa no qual moram, freguesia de Sta. Maria de Ventosa, julgado de Lafões do Bispado de Viseu | Dinheiro | Todos os Santos e Páscoa | Lutuosa (como de costume) | L.S., LXXXVI fl. 148v-156v | C | 110 |
| 10 | 1329-05-17 | Porto - Sé | Rodrigo Eanes, chantre | Miguel Peres dito Perro e sua mulher Inês Martins, cidadãos da cidade do Porto. | Três vidas | Casas (11) a par de S. Nicolau, na rua Nova, que eram da capela do chantre Gonçalo Gonçalves (já falecido) situado no Altar de Sta. Margarida. O Cabido terá de | Dinheiro | S. Miguel | | L.S., LXXIX, fl. 203-216 | C | 106 |

¹⁶²⁴ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|--------------------------------|---|--|------------|---|--------------|------------------------------------|--|---------------------------------|----------------------|-------------|
| 11 | 1329-08-05 | Porto | Vicente Crasto Vizinho de Leiria como procurador de João Fernandes, cavaleiro, vizinho de Leiria e sua mulher Margarida Peres. | Francisco Eanes, mercador e Maria Eanes, sua mulher, vizinhos da cidade do Porto, moradores na Ribeira. | Perpétuo | fazer o aniversário do chantre D. Gonçalo Gonçalves e a capela de Sta. Margarida terá missa quotidiana | Dinheiro | S. Miguel | | L. S., XCVII, fl. 141-154 | T | 194001 1 |
| 12 | 1332-12-31 | Porto - Cabido | Cabido | D. Gonçalo Martins, mestre- escola, em sua vida | Uma vida | Lugar da Leveda(?), com todas suas casas e casais, herdades e foros, pertenças, entradas e saídas novas e antigas "a montes e fontes arrotos e por romper", que se situa na freguesia de Sta. Maria de Campanhã. | Dinheiro | Terças do ano | | L.S., LXXIII, fl. 14- 18 | C | 44 |
| 13 | 1350-05-12 | Porto | Martim Viegas, chantre e o Cabido do Porto | Martim Geraides e sua mulher Domingas Eanes. | Três vidas | Casal que chamam "Buchaco", pertencente ao Mosteiro de Canedo, situado na freguesia do Mosteiro de Canedo | Dinheiro | Terças do ano | Dar 4 libras ao Mosteiro de Canedo, entre outras obrigações | L.O., XXIII, fl. 34 | O | 149 |
| 14 | 1351-12-13 | Porto - Cabido | Cabido | Domingos Jordão e sua mulher Clara Esteves. | Três vidas | Casal situado em Quinteina, freguesia de Sta. Maria da Várzea, no julgado de Lafões, Bispado de Viseu, o qual casal tinha sido emprazado a Pais Esteves e depois a Pedro Pais, seu filho. | Dinheiro | Sto. Estêvão | | L.S., LXXXI, fl. 109-113 | C | 91 |
| 15 | 1355-09-22 | Porto - Cabido Velho | Martim Viegas, chantre e Cabido | Gonçalo Martins, corvoeiro, sapateiro e a Maria Martins, sua mulher. | Três vidas | Casas situadas na rua do Souto, cidade do Porto. | Dinheiro | S. Miguel | Fazer, adubar e manter as ditas casas | L. S., LXXXVIII, fl. 152-160 | T | 163001 1 |
| 16 | 1356-07-04 | Porto - Cabido Novo | Cabido | João Martins, filho que foi de Martim Cabeça e sua mulher Silvestra Martins. | Três vidas | Casal que se situa em Negreiros, na freguesia de São Pedro do Sul, no julgado de Lafões, Bispado de Viseu, no qual casal, em outro tempo, morou e trazia emprazado o dito pai de João Martins | Dinheiro | Sto. Estêvão e Páscoa | | L.S., LXXXI, fl. 156-162 | C | 92 |
| 17 | 1357-03-21 | Porto - Rua Fonte Aurina | João Afonso filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | Bartolomeu carniceiro e sua mulher Margarida, durante as suas vidas. | Duas vidas | Umhas casas situadas em Cimo de Vila, na cidade do Porto. | Dinheiro | Corpo de Deus e de S. Miguel | | L. S., LXXVI, fl. 39-51v | T | 22002 |
| 18 | 1359-07-26 | Porto - Cabido | João Domingues, deão e o Cabido | Manuel Mateus e sua mulher Catarina Domingues. | Três vidas | Casal novo situado na aldeia de Campanhã, sobre o Douro, em que morou Romão Peres, freguesia da Igreja de Sta. | Dinheiro | Terças do ano | Eles próprios deviam morar, manter e lavrar o | L.S., LXXIII, fl. 75- 79v | C | 49 |

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|---|---|--|----------------------|---|--------------|------------------|--|--|----------------------|-----|
| 19 | 1360-06-27 | Porto - Cabido | Chantre e Cabido da Sé do Porto | Lourenço Gonçalves, sobrejuiz do rei na cidade de Coimbra. | Uma vida | Maria de Campanhã. A parte de casais e herdades situados em Coimbra e respectivo Bispado. | Dinheiro | S. Miguel | ditto objecto | L.S., LXXXVI, fl. 161-168 | C | 112 |
| 20 | 1365-08-25 | Porto - Cabido | Gil Peres, mestre-escola e Cabido | Francisco Eanes e sua mulher Aldonça Simão. Susana Peres mulher de Martim Eanes, por poder do emprazamento que fez com seu marido, 57 anos antes (18 de Janeiro de 1318) do casal de Vilar de Dona Ema no qual morava, como segunda pessoa, nomeou, para terceira filho Pedro Martins, que presente estava, pedindo ao tabelião que lhe desse uma certidão. | Três vidas | Lugar e pardieiro de Fervença situados em Vila Nova junto a Gaia, freguesia da Igreja de Sta. Marinha de Vila Nova (tem como condição a construção, no prazo de um ano, de uma casa). | Dinheiro | S. Miguel | Fazer, no prazo de um ano, um pardieiro | L.S., XCVIII, fl. 195-201 | C | 131 |
| 21 | 1375-07-19 | Porto - Cabido | ? | João Alvarinho, filho que foi de Alvarinho de Golpilharinhos e a sua mulher Domingas Peres, moradores na aldeia de Francelos. | (Três vidas) 1625 | Casal de Vilar de Dona Ema no qual moram. | ? | ? | | L.S., LXXV, fl. 164-168v | C | 69 |
| 22 | 1376-08-23 | Porto - Pousada do dito Domingues Eanes | Domingues Eanes, cônego da Igreja do Porto | João Alvarinho, filho que foi de Alvarinho de Golpilharinhos e a sua mulher Domingas Peres, moradores na aldeia de Francelos. | Três vidas | Casal situado em Francelos, freguesia da Igreja(?) de Golpilharinhos | Dinheiro | S. Miguel | | L.O., XXIII, fl. 27 | O | 147 |
| 23 | 1380-04-11 | Porto - Cabido | Alonso Martins deão, Afonso Esteves, chantre, João Martins, mestre-escola e o Cabido (com a autorização do bispo) | Mestre Jacob e a Dona Jona sua mulher, Mestre Dourado e dona Palomba, sua mulher, e Dona Sol, judeus. | Perpétuo | Campos e terras situados em Monchique, a par de Miragaia, que são na herdade do Cabido e pertencem à mesa da Igreja | Dinheiro | S. Miguel | Fazer, nos ditos campos e terras, casas, no prazo de um ano (até ao S. Miguel seguinte). Morar, manter e refazer | L.S., LXXIX, fl. 166-174 ¹⁶²⁶ | C | 105 |
| 24 | 1382-03-07 | Porto - Cabido | Afonso Esteves chantre e Cabido | Lourenço Miguel, abade da Igreja de S. Cosmade, da terra | Uma vida | Umhas casas situadas na rua do Redemoinho, entestando no adro da dita | Dinheiro | S. Miguel | Fazer sempre toda a boa | L.S., LXXVI, fl. 125-128v. | C | 24 |

¹⁶²⁵ Consultar, neste apêndice, o número 6.

¹⁶²⁶ Consultar o estudo: DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade” in Os Reinos Ibéricos na Idade Média – Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno (coord. Luis Adão da Fonseca, Luis Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), vol. I, Livraria Civilização Editora, Porto, 2003 (p. 425-440), p. 431.

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|---|--|--|--------------|--|----------------------------------|---|---|------------------------------|----------------------|--------|
| 25 | 1387-??-?? | Porto - Cabido | Afonso Soares chantre e o Cabido | de Gondomar. João Afonso, morador na cidade do Porto e a Guiomar Gonçalves sua esposa. Gonçalo Lourenço e sua mulher Maria Esteves moradores, na freguesia da Igreja de Sta. Maria de Campanhã. João Esteves, morador na rua da Balmaria e Clara Martins sua mulher. | Duas vidas | rua. As casas são emprazadas com o seu balcão. Meias casas situadas na rua dos Mercadores. | Dinheiro | S. Miguel | beneficência nas ditas casas e mantê-las em bom estado, a custa dos destinatários. Construir e reconstruir as ditas meias casas. | L.O., XXII, fl. 4 | O | 134 |
| 26 | 1387-07-?? | Porto - Cabido | Afonso(?) deão(?) e Cabido | Gonçalo Lourenço e sua mulher Maria Esteves moradores, na freguesia da Igreja de Sta. Maria de Campanhã. | Três vidas | Um casal situado na freguesia da Igreja de Sta. Maria de Campanhã | Dinheiro + Direituras (carneiro) | S. Miguel (15 libras) e primeiro dia de Maio (carneiro) | | L.O., XXIX, fl. 12 | O | 211 |
| 27 | 1389-08-04 | Porto - Cabido Novo | Cabido | João Esteves, morador na rua da Balmaria e Clara Martins sua mulher. | Três vidas | Duas casas, situadas na cidade do Porto, na rua do Souto. | Dinheiro | S. Miguel | Refazer as ditas casas | L.O., XXIV, fl. 4 | O | 155 |
| 28 | 1390-02-21 | Porto - Casas da morada de Senhorinha Eanes | Senhorinha Eanes mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses cidadão que foi da cidade do Porto, já falecido, por ela e como testamentaria de Martim Gonçalves dito Abade já falecido morador que foi na cidade do Porto | Afonso Migueis, vinhateiro, morador na cidade do Porto e a Maria Lourenço, sua mulher, a João Dias Santos, tabelião geral no reino de Portugal e a Margarida Afonso sua mulher. | Perpétuo (?) | O quarto e o oitavo que Senhorinha Eanes, viúva Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, e Martim abade possuíam num pardeiro situado na cidade do Porto a sobre a praça da Ribeira onde vendem pescado. | Dinheiro | S. Miguel | L.S., LXXXVIII, fl. 126-130v | C | 162 | |
| 29 | 1390-08-20 | Porto - Rua da Bainharia | Chantre e Cabido do Porto | Gonçalo Martins, contador, dito conveiro, morador na cidade do Porto, e João Fernandes, ferreiro, morador na dita cidade, apresentaram um documento que consistia no prazo que o dito Gonçalo Martins e sua mulher Maria Viegas receberam de Martim Porto, de umas casas situadas na rua do Souto. O referido Gonçalo Martins nomeia então | (Três vidas) | Um as casas situadas na rua do Souto. | ? | ? | | L. S., LXXXVIII, fl. 152-160 | T | 163001 |

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|---------------------|--|---|------------|---|--------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|----------------------|-----|
| 30 | 1393-??-?? | Porto - Cabido | Cabido | o dito João Fernandes Ferreira como a terceira pessoa do referido prazo. Pedro Eanes, pescador em Santarém. | Três vidas | Uma quinta situada também em Santarém. | Dinheiro | ? | | L.O., XIX, fl. 24 | O | 111 |
| 31 | 1394-12-31 | Porto - Cabido Novo | Deão e Cabido | Margarida Fernandes, mulher que foi de Diogo Giães, morador na freguesia da Igreja de Golpehates, terra de Gaia. | Três vidas | Casal situado na freguesia Francelos em que ela mora, que lhe foi dado pelo marido | Géneros | S. Miguel | | L.S., XCVI, fl. 152-157 | C | 148 |
| 32 | 1395-01-04 | Porto - Cabido Novo | Cabido | João Afonso Aranha, cónego da Igreja do Porto. Afonso Eanes (estava presente) a sua mulher Estêvão Lourenço (não estava presente), moradores em Molves(?), freguesia de Pinho do Bispado de Viseu. | Três vidas | Uma devesa situada em Crestuma | Dinheiro | S. Miguel | | L.S., XCVI, fl. 49-54 | C | 145 |
| 33 | 1396-04-14 | Porto - Cabido | Cabido | | Três vidas | Um casal situado no dito lugar de (Molves(?)) | Dinheiro | Todos os Santos e Páscoa | | L.S., LXXXI, fl. 95-100 | C | 90 |
| 34 | 1398-12-04 | Porto - Cabido Novo | João Martins mestre-escola e o Cabido | João Eanes morador na freguesia do Paraiso, terra de Santa Maria do Julgado de Gaia e à sua mulher Clara Esteves | Três vidas | Dois casais que possuíam na aldeia de Viar de Dona Ema (freguesia da Igreja do Paraiso) | Géneros | S. Miguel | | L.S., XCVI, fl. 189-197 | C | 151 |
| 35 | 1400-05-09 | Porto | Diogo Henriques, cónego do Porto, como testamenteiro de Pedro Rodrigues (escudeiro já finado). | Rodrigo Eanes, filho que foi do abade de Nogueira e a sua mulher Catarina Mateus | Três vidas | Metade de umas casas situadas a par da Porta Nova de Miragaia | Dinheiro | S. Miguel | | L.S., LXXXVIII, fl. 1-5 | C | 154 |
| 36 | 1400-03-03 | Porto - Cabido Novo | João Martins, mestre-escola e o Cabido | Afonso Gonçalves, morador na freguesia de Sto. André de Canideio, julgado de Gaia, do Bispado do Porto | Uma vida | Dois casais situados na freguesia do Outeiro. Este deve morar um dos casais (aquele em que o pai morou), deve fazer casas e currais para gado, deve lavar os ditos casais e fazer uma vinha num dos casais. | Géneros | S. Miguel | | L.S., XCVI, fl. 183-188 | C | 150 |

Apêndice 7 – Inventário das cartas de locação do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Destinatário(s) | Duração | Objecto | Tipo de foro | Pagamento (data) | Outras obrigações explícitas | ADP | Tipo ¹⁶²⁴ | Id |
|----|------------|---------------------|-------------------------------|--|------------|---|--------------|------------------|------------------------------|---------------------------|----------------------|-----|
| 37 | 1402-11-14 | Porto - Cabido Novo | Cabido | Miguel Domingues e sua mulher Senhorinha Lourenço | Três vidas | Dois casais que chamam de Mira, em que morou Antoninho, situados na freguesia de Arcozelo | Gêneros | S. Miguel | Pagar jeiras e lutuosa. | L.S., XCVI, fl. 37-42 | C | 143 |
| 38 | 1404-07-25 | Porto - Cabido Novo | João Afonso, chantre e Cabido | Alvaro Dias, criado de Diogo Henriques, cônego na dita Igreja, em pessoa de Martim Esteves | Três vidas | Um cas de pedra em que morou Joana Domingues com seu exido situados ao fundo da rua Escura. | Dinheiro | S. Miguel | | L.S., LXXXVIII, fl. 27-32 | C | 157 |
| 39 | 1409-01-15 | Porto - Cabido | Cabido | João Martins chamado d'Elvas e sua mulher Branca Domingues | Três vidas | Dois casais situados em Mourel, Freguesia de Santiago de Carvalhães, julgado de Lafões, do Bispado de Viseu | Dinheiro | Natal | Pagar lutuosa acostumada | L.S. LXXXVI, fl. 54-59 | C | 107 |

Apêndice 8 – Inventário das cartas de escambo do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | ANO | Partes envolvidas | | Objecto dos escambos | | Localização | | ADP | Tipo ¹⁶²⁷ | NID |
|----|----------------|--|---|---|---|---|---|--|----------------------|-------------------|
| | | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | | | |
| 1 | 1300 - 12 - 22 | Gonçalo Pereira, deão, e o Cabido do Porto outorgaram o escambo efectuado por Domingos Esteves. "nosso homem e nosso vigário na terra de Gondomar", e Pedro Francisco. "nosso homem na cidade do Porto". | Afonso Eanes, cidadão do Porto. | Umhas leiras localizadas no lugar que chamam "tramfontao" ao pé do pranto. | Umhas leiras situadas na igreja de Valbom, junto à igreja, tal como foi demarcado e mandado por Pedro Martins, mestre escola, e Diogo Soares, cônego. | Lugar que chamam "tramfontao" o pé do pranto" | Igreja de Valbom, junto à igreja. | L.S., LXXIII, fl. 243-245 | C | 60 |
| 2 | 1305 - 01 - 29 | D. Vicente Domingues, Chantre, Luis Vasques, cônego, D. Gonçalo Pereira, deão, e Cabido do Porto. | Igreja de Canidelo, de que Afonso Esteves é reitor. | Dois casais que possuíam em terra de Sta. Maria. | Dois casais situados em Canidelo. | Terra de Santa Maria. | Canidelo. | L.S., XCV, fl. 120-124 | C | 139 |
| 3 | 1307 - 08 - 19 | Domingos Geraldés, com outorga de sua mulher, Joana Peres, cidadãos do Porto. | Cabido. | Herdade: uma meia de casa que havia na cidade do Porto, na rua das Eiras. Desta casa, João Pais deu a outra metade. | O Cabido deu um monte por herdade que se situa a par de um seu lugar que chamam Trem(?). | Parte com a casa que foi de Pedro Durão, de uma parte, e com casa que foi de Gueidoar, da outra parte. Cidade do Porto, na rua das Eiras. | Lugar que chamam Tremões. | L.S., LXXIV, fls. 102-105, 166-172, 90-94v | C, T | 31, 340011, 30001 |
| 4 | 1333 - 01 - 23 | Frei Afonso, freire na Ordem do Hospital de Rio Meão, através de uma procuração, feita por frei Alvaro Gonçalves Amuldosa, procurador na Balia de Leça. | Martim Domingues, raçoeiro da Sé. | Umhas herdades. | Casal e terço de casal e maninhos do dito Martim Soares situados na aldeia de Ver, freguesia de S. João de Ver, terra de Santa Maria. | Vilar de Dona Marinha(?). | Aldeia de Ver, freguesia de S. João de Ver, terra de Santa Maria. | L.S., XCVI, fl. 25-30 | C | 142 |
| 5 | 1337 - 03 - 03 | Domingos Eanes, deão, e o Cabido da Igreja do Porto. | Martim Soares, vizinho e morador na vila de Gaia. | Casal, situado na aldeia que chamam Vilar de Dona Marinha(?). | Casal, situado na aldeia de Ver, freguesia de S. João de Ver, terra de Santa Maria. | Vilar de Dona Marinha(?). | Aldeia de Ver, freguesia de S. João de Ver, terra de Santa Maria. | L. O., XXIII, fl. 16 | O | 146 |

¹⁶²⁷ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 8 – Inventário das cartas de escambo do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | ANO | Partes envolvidas | | Objecto dos escambos | | Localização | | ADP | Tipo ¹⁶²⁷ | NID |
|--------------------|----------------|---|--|--|---|---|--|----------------------------|----------------------|--------------------|
| | | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | | | |
| 6 | 1343 - 05 - 15 | | Pedro Lourenço, Abade da Igreja de Campanhã. | Casal situado no lugar de Azevedo (freguesia de Campanhã). Fica a receber o foro de um maravedi e meio. | Casal situado no lugar do Pinheiro (freguesia de Campanhã). Este casal estava emprazado a um cônego do Cabido. Enquanto o cônego fosse vivo, o valor do emprazamento manter-se-á em três maravedis e meio. Depois da sua morte, passará a ser de sete maravedis de moeda velha herdade. | Lugar de Azevedo (freguesia da Campanhã). | Lugar do Pinheiro (freguesia da Campanhã). | L.S., LXXIII, fl. 103-109v | C | 51 |
| 7 | 1347 - 03 - 20 | Capela de Durantes (?) | Vicente Eanes | Dois casais | Como esta herdade tem o valor de mais cem libras que os ditos casais, o bispo manda que, na dita capela, se reze uma missa pelo dito Vicente Eanes e, quando este morrer, rezem para sempre uma missa por sua alma no dia de aniversário da sua morte. | As propriedades referidas neste documento parecem situar-se na diocese da Guarda. | | L.O., XII, fl. 33 | O | 54 |
| 8 | 1364 - 07 - 04 | Gonçalo Pereira, deão, Vicente D. Chantre e o Cabido. | João Afonso e Maria Eanes, sua mulher. | Parocho da Capela de D. Gonçalo, Chantre, (emprazado a Domingos João e Maria Martins sua mulher (11/12/1308) e umas casas. | Casas: casas situadas na rua das Eiras, nas quais morou Vasco Lourenço de Lamego, prebendeiro do Cabido do Porto; outras situadas no Cimo de Vila, entre a albergaria de Santo Ilderfonso, na cidade do Porto e foram emprazadas a Bartolomeu Domingues, carnicheiro, e sua mulher Margarida. | | Rua das Eiras (Porto) | L.S., LXXVI, fl. 39-51v | C | 22 |
| 9 | 1398-03-13 | Cabido. | D. João, bispo da Igreja do Porto. | Padroado da Igreja de S. Jacob de Lobão. | Cem morabitinos que recebia das Igrejas de S. Pedro de Miragaia, de Sta. Mª Madalena e de Sta. Cruz. | Lobão | Freguesia de Avintes, terra de Vila Nova de Gaia | L.S., XC, fl. 70-77 | C | 201 |
| 10 ¹⁶²⁸ | 1398 - 05 - 08 | D. Afonso Martins, deão, D. João Afonso, Chantre, D. João | Mosteiro de Paços de Sousa, que se fez | Portal e casas que estão entre as casas do | Casal da Quinta (freguesia de Avintes, terra de Vila | Rua dos Trapeiros | Freguesia de Avintes, terra | L.S., XCVI, fl. 7-17v | T | 140001 (consultar) |

¹⁶²⁸ Consultar, no apêndice 3 o documento número dezassete.

Apêndice 8 – Inventário das cartas de escambo do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | ANO | Partes envolvidas | | Objecto dos escambos | | Localização | | ADP | Tipo ¹⁶²⁷ | NID |
|----|----------------|---|---|--|---|---------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------|-----------|
| | | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | Parte I | Parte II | | | |
| | | Martins, mestre-escola, Afonso Eanes, Tesoureiro, e os cônegos Diogo Henriques e André Geratides, Maritim Esteves, Lourenço Eanes, Pedro Sanches e Pedro Eanes e Vasco Peres, cônegos da Sé do Porto. | representar por Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto – procurador de D. Fernando bispo desta Igreja e Regedor e Provedor do Mosteiro de Paço de Sousa e do Mosteiro (através de duas procurações). | Mosteiro situadas na cidade do Porto, na Rua dos Trapeiros. | Nova de Gaia). | (Porto). | de Vila Nova de Gaia. | | | doc. 140) |
| 11 | 1431 - 08 – 31 | D. Antão Gonçalves, D. João Afonso Chantre, o Cabido (o deão, Chantre e Cabido). | João Rodrigues de Sá, filho de em seu nome e de sua mulher, Inês Vasques (que no mesmo dia foi notificada e outorgou o escambo). | Duas leiras de herdade que levam duas teigas de trigo de sementeira e que parecem localizar-se entre propriedades do dito Gonçalo de Sá. | Gonçalo de Sá e sua mulher dão em troca uma leira de trigo que leva três teigas de trigo de sementeira. | Valadares, termo de Gaia. | Valadares, termo de Gaia. | L.S., XCVII, fl. 118-128 | C | 193 |

Apêndice 9 – Inventário cartas de venda compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Vendedor(es) | Comprador(es) | Objecto | Localização do objecto | Motivação | ADP | Tipo | Id |
|----|-------------------|---|--|--|---|---|--|--------------------------|------|--------------|
| 1 | ? ¹⁶²⁹ | Porto | Frei Arias(?) Menores, com licença do seu guardião. | João de Freitas | Pardeiro na rua Nova e direitos que tinha em outras casas junto a umas casas que eram do Cabido. | Rua Nova, no Porto. | ? | L.S., LXXIX, 44-48 | C | 99 |
| 2 | 1317-09-09 | Vila Nova | Gonçalo Martins e sua mulher Maria Eanes, filha de João Fernandes, dito Bicado, cavaleiro (milites), e de Teresa Fernandes. | Pedro Eanes, cônego do Porto e abade do Mosteiro de Ferreira, raçoero do Cabido(?) | Herdade (quinta e casais) por 200 libras portuguesas. | Paróquia de Valadares, terra de Santa Maria, diocese do Porto. | ? | L.S., XCVII, 105-110 | C | 191 |
| 3 | 1318-12-24 | Porto - Casa de Florence Domingues viúva de ... | Estêvão Peres, porteiro de Dona Beatriz, filha do rei D. Sancho, com o outorgamento de Francisco Pivida e sua mulher Urraca Migueis, que se encontravam endividados e deviam 20 libras à Infante Dona Beatriz. ¹⁶³¹ | Martim Soares, vizinho de Gaia. | Leira e cortinha, por vinte libras de dinheiros portugueses. | Gaia. | Divida de Francisco Domingues (?) Pivida e de sua mulher Urraca Migueis, de 20 libras, a Infante Dona Beatriz, filha de D. Sancho. | L.S., XCVIII, 172-177 | C | 130 |
| 4 | 1319-03-19 | Porto | Afonso Eanes, dito "Roof", e sua mulher Maior Domingues, testamenteira de Estêvão Peres, dito Cadernas, que foi seu marido, e Margarida Peres, dita Cadernas, irmã e testamenteira do dito Estêvão Cadernos, vizinhos da cidade do Porto. | Florença Domingues, mulher que foi Nicolau Migueis, cidadão da cidade do Porto | Um quarto de casas que possuíam na rua do Souto da cidade do Porto, pelo preço de 31 libras de Portugal. | Rua do Souto da cidade do Porto. | ? | L.S., LXXXVIII, 278-282 | C | 167 |
| 5 | 1320-11-01 | Santarém - Casas de Marinha Afonso | Com base nas procurações de suas irmãs (Aldonça Eanes e Constança Eanes) e de sua mulher (Constança Fernandes), após a repartição de bens efectuada, Gonçalo Eanes Botelho, Cavaleiro (filho de João Martins Botelho). | Vicente Pires e sua mulher Maria Afonso; Martim Esteves, tendeiro e sua mulher Graça Mendes, cidadãos do Porto | Quatro casais situados em Oliveira, junto a Avintes, a cabeça da Quintã dos ditos casais, as adeganhas e portagens e condado do rio do Douro. | Oliveira de Avintes, rio do Douro. | ? | L.S., XCVI, 204-224 | T | 15200 1 |
| 6 | 1323-07-07 | Vila Nova - Gaia | Marinha Afonso, mulher que foi de Fernão Rodrigues Redondo (a venda é antecedida por uma procuração de D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa, feita a Francisco Gonçalves, seu clérigo, para tratar dos assuntos relacionados com esta venda, e por uma carta de D. Dinis a autorizar o dito D. Gonçalo Pereira a realizar esta compra). | D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa (à sua pessoa e não como bispo de Lisboa). | Conjunto de propriedades, pelo preço de 1700 libras de dinheiros portugueses: cinco casais situados em Vale de Quintela (terra da Maia), dois casais chamados Novelos no julgado de Penafiel, bens e possessões situados em Gondomar. | Vale de Quintela – terra da Maia; Novelos – Julgado de Penafiel e Gondomar. | ? | L.S., XCI, 1-16 | T | 20700 113 |
| 7 | 1327-03-25 | Porto - Casas de Vicente Eanes | Diogo Domingues, dito Navarrada(?), abade de S. Julião de Parada, do Arcebispado de Braga (sobrinho do dito Manuel Soares). | Manuel Soares, vizinho de Gaia (tio do vendedor). | Casa que tinha na Banheira do Porto, que tinha pertencido a seus pais Domingos Eanes e Domingos Soares | Rua da Banheira – Porto. | ? | L.S., LXXXVIII, 218-224v | T | 16400 1 |

¹⁶²⁹ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).¹⁶³⁰ Documento escrito em latim que impossibilitou a leitura. As parcas informações que aqui se retêm resultam de um pequeno resumo que consta no índice geral dos documentos.¹⁶³¹ Consultar apêndice 2, documento número um.

Apêndice 9 – Inventário cartas de venda compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Vendedor(es) | Comprador(es) | Objecto | Localização do objecto | Motivação | ADP | Tipo | Id |
|----|----------------|--|--|--|--|------------------------------------|----------------------------|--------------------------|------|------------|
| | | Cambiador | | | (falecidos), pelo preço de 200 libras de prata. | | | | | |
| 8 | 1331 - 03 - 22 | Porto | Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão. | Manuel Soares, morador em Gaia. | Umhas casas situadas na Bainhiana (cidade do Porto), herdadas de seus pais (nomeadamente de sua mãe Margarida Falcão) e de sua tia Catarina Falcão (irmã de sua mãe), pelo preço de 40 libras de dinheiros portugueses. | Rua da Bainharia – Porto. | ? | L.S., LXXXVIII, 218-224v | T | 16400 2 |
| 9 | 1339 - 03 - 17 | Sta. Maria da Feira (terra de) - Vila da Feira | Aldonça Eanes, filha de João Cabraes (?) e de Aldonça Mateus. | João Redondo, cônego da Sé do Porto. | A parte da casa da pedra e quinhão que lhe pertence, que herdou de seu pai, pelo preço de trezentos e cinquenta libras. | Casa da pedra. | ? | L.S., LXXIV, 65-68 | C | 29 |
| 10 | 1345 - 01 - 09 | Sta. Maria da Feira (terra de) - Lourosa | Domingos Martins da Lougora(?), filho de Margarida Domingues, filha que foi de Grainho de Rio Meão, em conjunto com sua mulher Domingos e Domingos Domingues, o Paoto (viúvo de Senhorinha Eanes filha que foi do dito Domingos Eanes), em conjunto com sua mulher Maria Domingues, moradores em S. João de Ver. | Martim Domingues, filho que foi de Domingos Eanes, o Grainho de Rio Meão. | Todas as herdades que possuíam na aldeia de Rio Meão, herdadas por via de Domingos Eanes e de Domingos Eanes, que foi sua mulher, pelo preço de quarenta soldos. | Rio Meão. | Herança(?) | L.O., XXIII, 3 | O | 141 |
| 11 | 1347 - 02 - ? | Porto | Pedro Eanes (morador em ?) e sua mulher Margarida Lourenço. | Martim Domingues, filho que foi de Domingos Eanes, dito Grainho de Rio Meão. | As herdades que possuíam em Rio Meão e seus termos e que foram herdadas por via da mãe de Pedro Eanes, Margarida Eanes, e que foram compradas a Francisco Domingues e Margarida(? documento deteriorado) Eanes, sua mulher, pelo preço de 10 libras. | Rio Meão. | ? | L.O., XXIII, 8 | O | 144 |
| 12 | 1358 - 10 - 01 | Porto | João Barreiros, filho que foi de Aldonça, filha que foi de João Cabraes(?) e de Aldonça Mateus. | D. João Palmeiro, mestre-escola da cidade de Lisboa e cônego do Porto. ¹⁶³² | O quinhão que tinha de direito numas casas de pedra, situadas na rua das Eiras, por 50 libras. | Rua das Eiras, na cidade do Porto. | ? | L.S., LXXIV, 187-192 | C | 37 |
| 13 | 1367 - 07 - 13 | Porto | Clara Eanes, com uma procuração de seu marido, em que o seu marido Reimão Fernandes, morador na terra da Maia, nomeia seus procuradores a referida sua mulher e Domingos Peres de Avelhoso. | Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto, e a vossa mulher Catarina Fernandes. | Umhas casas que ela e seu marido tinham na rua da Sapateira, no Porto, pelo preço de 45 libras de dinheiros. | Rua da sapataria, no Porto. | ? | L.S., LXXVI, 156-162 | T | 26002 |
| 14 | 1392 - 12 - 08 | Porto | Joana Martins, moradora na cidade do Porto, na rua das Eiras, mulher que foi de Martim Vicente Barreiros e mulher "que depois foi de Martim Eanes | Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da dita cidade, e a | As casas de pedra em que ela morava, que se situam na cidade do Porto, na rua das Eiras, pelo preço de seis mil | Rua das Eiras, na cidade do Porto. | Cumprimento de testamento. | L.S., LXXIV, 219-224 | C | 39 |

¹⁶³² Esta carta de venda é feita na sequência de uma carta régia (carta de D. Afonso) a outorgar a Dom João Primeiro mestre-escola da cidade de Lisboa e cônego do Porto a compra de quartos de casas na cidade do Porto.

Apêndice 9 – Inventário cartas de venda compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Vendedor(es) | Comprador(es) | Objecto | Localização do objecto | Motivação | ADP | Tipo | Id |
|----|-------------------|-------|--|--|---|---|--|---------------|------|------------|
| 15 | 1393 - 10 - 06 | | Fariseu". Pedro Martins da Poda(?) e João Domingues, bairheiro, testamenteiros de Aldonça Eanes e de Afonso Martins de Bicas(?), seu marido (já falecidos). | Margarida Afonso, sua mulher. Gonçalo Domingues e a sua mulher Leonor Afonso. | Três quartos das casas que lhes pertenciam, situadas na cidade do Porto, pela quantia de três mil e trezentas e quarenta e cinco libras da moeda corrente (o outro quarto das casas pertencia ao Cabido). | Porto (próximo de um exido de Sta. Clara e da rua Pública). | Cumprimento de testamento (os dinheiros seriam dados pela alma do testador). | L.O., XXIV, 5 | T | 15600 1 |

Apêndice 10 – Inventário das procurações compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Procuradores | Outorgantes | Objectivo | ADP | Tipo 1633 | Id |
|----|----------------|---|---|--|--|--------------------------|-----------|----------|
| 1 | 1319 - 09 – 18 | Outeiro - casa de Lourenço Rodrigues | João Vasques e Martim Romeu Peixotas. | Constança Eanes, filha de João Botelho | Tratar de todos os assuntos relacionados com os bens herdados do pai situados Entre Vouga e Minho. | L.S., XCVI, 204- 224 | T | 15200112 |
| 2 | 1320 - 08 – 10 | Santarém - casas de Gonçalo Eanes Botelho | Gonçalo Eanes Botelho, marido de Constança Fernandes. | Constança Fernandes, mulher de Gonçalo Eanes Botelho | Tratar dos assuntos relacionados com os bens situados Entre Vouga e Minho que o seu marido herdou do pai (João Martins Botelho). | L.S., XCVI, 204- 224 | T | 15200113 |
| 3 | 1320-09-18 | Outeiro - casa de Lourenço Rodrigues | Lourenço Rodrigues (d'Afonsea, cavaleiro), marido de [da dita Aldonça Eanes]. | Aldonça Eanes, filha de João Botelho e de Dona Maria | Com base nas procurações de suas irmãs (Aldonça Eanes e Constança Eanes) e de sua mulher (Constança Fernandes), após a repartição de bens efectuada, Gonçalo Eanes Botelho, cavaleiro (filho de João Martins Botelho), pretende vender quatro casais situados em Oliveira, junto a Avintes, a cabeça da Quinta dos ditos casais, as adeganhas e portagens e condado do rio do Douro, a Vicente Pires e sua mulher Maria Afonso e a Martim Esteves, tendeiro, e a sua mulher Graça Mendes, cidadãos do Porto. | L.S., XCVI, fl. 204- 224 | T | 15200111 |
| 4 | 1323-07-06 | Lisboa | Francisco Gonçalves, Clérigo [de D. Gonçalo Bispo de Lisboa]. | D. Gonçalo Pereira, Bispo de Lisboa | Tratar com Dona Marinha Afonso dos bens móveis e imóveis [a comprar]; herdades situadas nos julgados da Maia, Gondomar e Penafiel, no valor de 1700 libras. Destas herdades constam dois casais situados no lugar de Novelos que foram doados ao Cabido do Porto, após a compra, pelo Bispo de Lisboa D. Gonçalo Pereira. | L.S., XCI, fl. 1-16 | T | 20700111 |

¹⁶³³ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 10 – Inventário das procurações compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Procuradores | Outorgantes | Objectivo | ADP | Tipo 1633 | Id |
|----|----------------|----------------|---|--|--|--------------------------|-----------|---------|
| 5 | 1323 - 01 - 08 | Porto – Cabido | D. Gonçalo Martins, mestre-escola, com Martim Domingues, Domingos Martins e Francisco Pais, cônegos da Sé do Porto. | Pedro Pais, Deão, e Cabido da Sé do Porto | Emprazar, arrendar os bens que pertencem à quinta situada no termo de Santarém, Bispaço de Lisboa. | L.S., LXXV, fl. 8-12v | T | 63001 |
| 6 | 1326 - 12 - 11 | Coimbra | D. Francisco Domingues, tesoureiro da Igreja do Porto. | Pedro Eanes, clérigo do Rei, Abade de Viana | Emprazar uma quinta que tem em Santarém. | L.S., LXXV, fl. 8-12v | T | 63002 |
| 7 | 1327 - 01 - 23 | Porto | Gonçalo Domingues e Martim Milhaco (?). | Gonçalo Domingues, cônego da Sé do Porto | Representar o Deão e Cabido numa contenda com João Nogueira da Pena e sua mulher Madre(?) Domingues, Martim Geraldês do Souto e sua mulher Maria Lourenço, lavradores, de outra parte, em virtude de duas arroteias, situadas em Vermoim da Maia, que estes traziam e diziam ser suas. | L.O., XVII, fl. 11 | T | 87002 |
| 8 | 1328 - 07 - 12 | Porto | João Geraldês, abade do Pudão, clérigo do Cabido. | Deão e o Cabido | Representar o Deão e Cabido numa contenda com João Nogueira da Pena e sua mulher Madre(?) Domingues, Martim Geraldês do Souto e sua mulher Maria Lourenço, lavradores, em virtude de duas arroteias, situadas em Vermoim da Maia, que traziam e diziam ser suas. | L.O., XVII, fl. 11 | T | 87001 |
| 9 | 1329 - 07 - 08 | Leiria | Vicente do Crasto, vizinho de Leiria. | João Fernandes, vizinho Cavaleiro, vizinho de Leiria, e sua mulher Margarida Peres | Emprazar ou vender a quinta de Almedas, o casal da Macieira e a parte (quinhão) da Quinta que se situava na freguesia de Santo André de Sever que foi herdada pela morte de Estêvão Eanes. | L.S., XCVII, fl. 141-154 | T | 1940012 |
| 10 | 1333 - 07 - 08 | Bailio de Leça | Frei Afonso, Freire na Ordem do Hospital, de Rio Meão. | Frei Álvaro Gonçalves Amulidosa | | L.S., XCVI, fl. 25-30 | T | 142001 |

Apêndice 10 – Inventário das procurações compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Procuradores | Outorgantes | Objectivo | ADP | Tipo 1633 | Id |
|----|----------------|----------------------------------|--|--|--|----------------------------|-----------|--------|
| 11 | 1336 - 03 - 05 | S. Pedro de Canedo – Mosteiro | Dona Maria Mendes, viúva de Estêvão Coelho, e seu filho João Domingues, mãe de João Coelho, cavaleiro. | João Coelho, cavaleiro | Fazer doação ao Cabido do Porto do padroado do Mosteiro de Canedo. | L.S., LXXXIV, fl. 42-48 | T | 171001 |
| 12 | 1339 - 03 - 20 | Porto – Cabido | Pedro Fernandes, raçoeiro da Sé. | Cabido | Arrendar, empraçar, vender propriedades situadas na vila de Santarém ou para penhorar, demandar dívidas. | L.O., XIV, fl. 3 | O | 65 |
| 13 | 1340 - 03 - 19 | ? | Cristovão (?) e Pedro de Sem, homem de Martim Esteves, cónego do Porto. | Lourenço Peres, testamenteiro de João Eanes, Cónego que foi da Igreja do Porto e Abade que foi de Válega | Cumprir o testamento do referido João Eanes, Abade, que foi de Válega, nomeadamente dar a posse ao Cabido de um casal situado no lugar de Degarei. | L.O., XXVI, fl. 7 | T | 190001 |
| 14 | 1344 - 04 - 12 | Porto – Cabido | Ramos Peres de Guimarães e Domingos Martins. | Afonso Martins, Deão, e Cabido da Sé do Porto | Representar o Deão e o Cabido em todos os preitos e demandas apresentadas ao juiz de Gaia e também sobre as outras herdades situadas além da Tracoeira. | L.S., LXXV, fl. 32-38v | T | 66001 |
| 15 | 1366 (?) | Porto - Mosteiro de S. Francisco | Frei Pedro, guardião, Frei Nuno, custódio e Frei Afonso do Porto. | Frei Pedro do Porto, guardião, Frei Nuno Custódio e os frades do Mosteiro de S. Francisco da cidade do Porto | Representar os frades do Mosteiro de S. Francisco na demanda que tinham com o Cabido e Bispo do Porto. | L.S., XCVIII, fl. 132-146v | T | 129003 |
| 16 | 1366 - 09 - 25 | Crestuma (couto de) | Afonso Martins, abade de Ferreira, e João Domingues, abade de Pena Maior, cónegos da Igreja do Porto. | Bispo e Cabido do Porto | Estabelecer e nomear um juiz álviro, que possam julgar e determinar por sentença a demanda entre o Cabido e os frades dos mosteiros de S. Francisco e de S. Domingos da cidade do Porto. | L.S., XCVIII, fl. 132-146v | T | 129001 |

Apêndice 10 – Inventário das procurações compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Procuradores | Outorgantes | Objectivo | ADP | Tipo 1633 | Id |
|----|----------------|---------------------------------|--|---|--|---|-----------|--------------------|
| 17 | 1366 - 11 - 04 | Porto – Mosteiro de S. Domingos | Pedro de Sousa, Prior das Donas do Mosteiro de S. Domingos de Vila Nova. | Frei António da Ribeira, Prior, Frei Gonçalo da Caiçada, Doutor, e Frei Martinho de Leça, Superior, e os frades e convento do dito Mosteiro | Representar o Mosteiro de S. Domingos de Vila Nova na demanda que tinha com o Cabido e o Bispo do Porto. | L.S., XCVIII, fl. 132-146v | T | 129002 |
| 18 | 1367 - 07 - 13 | Sta. Maria da Feira (terra de) | Clara Eanes, sua mulher, e Domingos Peres de Avelhoso. | Reimão Fernandes, morador na terra da Maia | Cobrar, receber e mandar fazer carta de quitação. arrendar ou emprazar todas as suas herdades ou parte delas. | L.S., LXXVI, fl. 156-162 | T | 26001 |
| 19 | 1390 - 06 - 28 | Porto – Cabido | João Amado, cônego na dita Igreja do Porto | Afonso Martins, Deão, e o Cabido do Porto | Receber a posse das casas dadas por Senhorinha Eanes, cidadã do Porto, pela alma de Gil Lourenço, seu marido, e sua alma, de forma a que se rezem aniversários em cada ano por suas almas. | L.S., LXXIV, fl. 250-259 | T | 41001 |
| 20 | 1398 - 04 - 24 | Porto – rua dos Trapeiros | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto. | D. Fernando, Bispo da Igreja do Porto e Regeedor e Provedor do Mosteiro de Paços de Sousa | Trocar, escambar herdades do Mosteiro de Paços de Sousa. | L.S., XCVI, fl. 7-17v | T | 1400011 |
| 21 | 1398 - 05 - 04 | Paços de Sousa (Mosteiro) | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto e procurador de D. Fernando, Bispo da Igreja do Porto. | João Eanes, Prior, e o Convento do Mosteiro de Paços de Sousa | Escambar o casal de Avintes, situado fora da Quintã e que é trazido por prazo por Antoninho Lourenço, pelo portal e casas que estão entre as casas do Mosteiro situadas na cidade do Porto e que pertencem ao Cabido da Sé do Porto. | L.S., XCVI, fl. 7-17v | T | 1400012 |
| 22 | 1405 - 01 - 10 | Porto - Cabido | D. João Afonso, chantre | Cabido do Porto | Representar o Cabido no tratamento da avença que houve entre D. João I e o Bispo D. João que foi da cidade do Porto e entretanto era Arcebispo da cidade de Lisboa, por razão de jurisdições e direitos que o dito senhor arcebispo (?) tinha embargado à dita cidade, e, por outro lado, para receber, em virtude da dita avença, a posse e possessões por terras que valessem três mil libras de moeda antiga. | L.S., XXX, fl. 303-311v; L.O., XXIX, fl. 6 | | 78002 e 2370011 |

Apêndice 11 – Inventário das públicas-formas compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Requeredor | Notário | Assunto | ADP | Tipo ¹⁶³⁴ | Id |
|----|-------------|------------------|--|--|--|----------------------------|----------------------|---------|
| 1 | ? | Porto – Cabido | | Afonso Eanes, tabelião público do rei na terra ... | Procurações (duas) para tratar de emprazamento, arrendamento dos bens (quinta situada no termo de Santarém, bispado de Lisboa) | L. S., LXXV, fl. 8-12 | C | 63 |
| 2 | ? | ? | Francisco Gonçalves, clérigo de D. Gonçalo, bispo de Lisboa | João Domingues, tabelião público de Santarém | Procuração e um alvará relativos a uma compra efectuada por D. Gonçalo, bispo de Lisboa. | L. S., XCI, fl. 1-16 | T | 2070011 |
| 3 | ? | Porto | D. Pedro Pais, deão, Gonçalo Martins mestre-escola, Rodrigo Eanes, chantre, e Pedro Eanes, abade de Ferreira, e o cônego da cidade do Porto, em seu nome e do Cabido | Martim Quaresma, tabelião público do rei no Porto | Umhas cartas régias (D. Afonso IV - 1 de Dezembro e 29 de Julho de 1317) nas quais o rei manda que o Cabido continue a nomear um cônego ou racoeiro para exercer, com o vizinho nomeado pelo concelho, as funções do fisco e almotaçaria e que a venda de vinhos na cidade seja alvo de almotaçaria | L. S., LXXXI, fl. 169- 175 | C | 93 |
| 4 | 1320-01- 09 | Porto | Rui Mendes, juiz de D. Dimis na cidade do Porto, D. frei Pedro Esteves, prior da Ordem de S. Domingos dos Frades Pregadores e D. Frei Rodrigo, guardião da Ordem de S. Francisco por si e por seus conventos | | Comprometimento dos mosteiros de S. Francisco e de S. Domingos em pagar o direito que o bispo tem sobre as sepulturas efectuadas neste Mosteiro (doc. 202001) e por uma carta régia de D. Dinis (doc. 2020011) que confirma o direito destas Ordens em fazer sepulturas nos seus mosteiros, dado pelo Papa na sequência de uma demanda entre estas Ordens e a Igreja do Porto. | L. S., XC, fl. 100-111v | C | 202 |
| 5 | 1321-08-19 | Porto | João Fernandes, filho que foi de Fernando Afonso, peiteiro, mercador e morador na cidade do Porto, e Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres, morador na cidade do Porto | Francisco Lourenço, tabelião do rei no Porto | Carta de venda acompanhada por um documento constituído por três procurações ¹⁶³⁵ | L. S., XCVI, fl. 204- 224 | C | 152 |
| 6 | 1322-06-28 | Porto | D. Martim Vasques, cônego da Sé do Porto | Francisco Eanes, tabelião público do Porto | Carta do rei D. Dimis que isenta os mercadores de Guimarães de pagarem portagem quando se deslocam ao Porto para venderem as suas mercadorias. | L. S., XXX, fl. 141-143v | C | 13 |
| 7 | 1324-04-13 | Braga | D. João Bombeiro(?) deão de Braga, como procurador de D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga | Afonso Peres, tabelião de Braga | Três documentos (doc. 20700111, 20700112 e 20700113) cujo teor central é compra de propriedades que D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa, fez a Marinha Afonso. | L. S., XCI, fl. 1-16 | T | 207001 |
| 8 | 1327-07-29 | Porto – Vila Chã | | Lourenço Parol(?) da Vila Chã | D. João bispo do Porto nomeia, em Junho de 1322, Martim Domingues, clérigo do coro, vigário da Igreja de Santa Marinha de Vila Nova de Roze, de parte da Vila Nova de Gaia. | L. S., LXXXVII, fl. 90-96 | C | 224 |

¹⁶³⁴ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

¹⁶³⁵ Consultar apêndice 9 e 10.

Apêndice 11 – Inventário das públicas-formas compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Requeredor | Notário | Assunto | ADP | Tipo ¹⁶³⁴ | Id |
|----|------------|--|---|---|--|------------------------------|----------------------|-------|
| 9 | 1329-05-15 | Porto | Rodrigo Eanes, chantre da Igreja do Porto | João Vicente, tabelião público do rei no Porto | Testamento de D. Gonçalo Gonçalves, chantre (de 18 de Maio de 1282), pois este encontrava-se já deteriorado. | L.O., XXX, fl. 32 | O | 239 |
| 10 | 1334-04-26 | Santarém | Martim Afonso filho do rico homem(?), morador no Porto, em nome de João Eanes, cónego do Porto, abade de Válega | Martim Eanes de Évora | Carta do rei D. Afonso IV. | L. S., CI, fl. 346-353 | T | 42003 |
| 11 | 1336-01-22 | Porto | João Eanes, cónego na Sé do Porto, abade da Igreja de Válega, do bispado do Porto | João Vicente, tabelião do rei no Porto | Conjunto de cartas de privilégios dadas pelo rei D. Dinis (1285), D. Afonso (1331, 1334, 1325) e pela Infante Dona Branca (1334) | L. S., CI, fl. 346-353 | C | 42 |
| 12 | 1337-05-15 | Porto – Cabido | Rodrigo Eanes deão | Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Testamento de Pedro Eanes, abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira do bispado do Porto e cónego da Sé do Porto, e identificação dos respectivos testamenteiros. | L.O., XX, fl. 28 | O | 122 |
| 13 | 1338-01-10 | Porto | D. Martim Esteves, Cónego do Porto | Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Carta de escambo. | L. S., LXXIV, fl. 166-172 | T | 34001 |
| 14 | 1339-12-24 | Porto | D. Lourenço Peres, cónego do Porto | Afonso Eanes, tabelião do rei cidade do Porto | Carta de escambo. | L.S., LXXIV, fl. 166-172 | C | 34 |
| 15 | 1342-02-19 | Gaia | Manuel Soares de Gaia (morador e vizinho de Gaia) | Nicolau Eanes tabelião de Gaia e de Vila Nova | Duas cartas de venda que lhe foram feitas de umas casas situadas na Bainharia (Porto). | L.S., LXXXVIII, fl. 218-224v | C | 164 |
| 16 | 1350-12-24 | Porto – Cabido | Lourenço Peres, cónego da Sé do Porto | Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Carta de locação. | L.S., LXXV, fl. 178-183 | C | 72 |
| 17 | 1365-01-31 | Sta. Maria da Silva Escura | Rui Vasques, cónego do Porto, Procurador do Cabido | António Domingues, tabelião na Maia, Bouças, Gondomar | Cartas de doações, feitas ao Cabido, por Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto, e sua mulher Maria Martins | L.S., LXXXII, fl. 161-175 | C | 121 |
| 18 | 1393-10-06 | Porto – paços do Concelho | Gonçalo Domingues e de sua mulher Leonor Afonso | João (?) Eanes, tabelião | Carta de venda | L.O., XXIV, fl. 5 | O | 156 |
| 19 | 1396-05-01 | Porto – Vila Chã – casas de Vasco Fernandes Ferrão, Juiz | Esteve Eanes, procurador do número na cidade do Porto e procurador geral do deão e Cabido da Sé | João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto | Uma sentença régia de D. João I de 30 de Setembro 1394, relativamente a abusos e constrangimentos (usurpação de pão, vinho, carne, roupas de cama e de vestir, lenha, madeira, palha, cevada, bois, carros, terras) feitos por João Rodrigues de Sá Cavaleiro em cinco casais do Cabido, situados em Vilar de Dona. Ema. | L.S., XCVII, fl. 8-19 | C | 189 |
| 20 | 1406-05-14 | Porto | | André Geraldes, cónego e vigário de D. Gil bispo do Porto | Leitra do Arcebispo de Lisboa do mesmo ano (1406) em que se procede a relaxação do Interdito. | L.S., XCV, fl. 21-31v | C | 136 |
| 21 | 1409-12-01 | Porto – junto da Sé | | André Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Carta de avença entre o rei D. João e o bispo e Cabido do Porto | L.O., XXIX, fl. 6 | O | 237 |
| 22 | 1417-09-22 | Porto | João Martins, mestre-escola da Igreja do Porto, em nome do deão e do Cabido | Fernão Eanes, notário | Carta de avença entre o bispo do Porto e Cabido e o rei D. João I acerca dos foros e possessões que o rei teria de dar a eles para poderem obter foros no valor de três mil libras da moeda antiga. Desta forma, o rei asseguraria o seu senhorio e justiça em relação à cidade | L.S., LXXX, fl. 303-311v | C | 78 |

Apêndice 11 – Inventário das públicas-formas compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Requeredor | Notário | Assunto | ADP | Tipo ¹⁶³⁴ | Id |
|----|------------|---------------------------|---|--|--|--------------------------|----------------------|-----|
| 23 | 1425-01-18 | Porto – paços do Concelho | João de Santa Maria, clérigo, procurador do Cabido da Igreja da Sé do Porto | João Martins, escolar em direito e ouvidor no Porto, em lugar de Alvaro Dias juiz ordinário e Alvaro Gonçalves, tabelião do rei no Porto e seu termo | do Porto. Cláusula do testamento de João Martins, almocreve, morador junto de Santo Ildefonso e da tomada de posse das propriedades deixadas à Sé. Na referida cláusula do testamento, o dito João Martins, almocreve deixou à Sé do Porto o quarto do exido e casas que foram de Gonçalo Domingues, almocreve (?). | L.S., LXXXII, fl. 24-29v | C | 114 |
| 24 | 1428-07-03 | Porto | João de Santa Maria, procurador e recebedor do Cabido da Igreja do Porto | João Domingues Navarro, notário Jurado ...da Igreja | Acordo que foi feito entre o Cabido e Afonso Lourenço das Eiras e sua mulher Teresa Rodrigues. | L.S., XCVII, fl. 141-154 | C | 194 |

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteuda | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|--------------------------|---|--|--|---|--|-----------|-------|
| 1 | 1285-06-02 | Lisboa | D. Dinis | João Domingues reitor da Igreja Válega e cavaleiros e escudeiros | Abusos e malfetorias de cavaleiros e escudeiros nas propriedades da Igreja de Válega. | Ordenação a Domingos Soares seu Meirinho d' Aquém Douro, ou àquele que andar por Meirinho em terra de Santa Maria, que respeite a sua vontade, defendendo os direitos de João Domingues reitor da Igreja de Válega que é da dependência do mosteiro de S. Pedro de Ferreira, de forma a que cavaleiros, fidalgos, não cometam abusos, violações sobre o dito reitor e Igreja. | L. S. Cl. fl. 346-353; L. S., LXXXVII, fl. 34-65 | T | 42001 |
| 2 | 1300-04-10 | Sabugal | D. Dinis | Vigário da Igreja do Porto e juizes do concelho do Porto | Competências jurisdicionais. | Restituição à Igreja e bispo do Porto do direito de os vigários e/ou juizes pela Igreja do Porto manterem os seus direitos relativos aos agravos. | L. O., VI, fl. 72-73v | T | 16001 |
| 3 | 1305-07-20 | Sta. Mª da Feira (terra) | Corregedor de Entre Douro e Minho | Cabido e escudeiros | Mútua acusação de roubar e ocupar, pelos seus lavradores, as terras de cada parte envolvida: Cabido (possuidor de Vilar de Dona Erna e de Tarouqueia) e os escudeiros (detentores da quinta de Valadares). | Delimitação pormenorizada dos limites das propriedades, mandando-se que as partes envolvidas e respectivos lavradores os respeitem; caso os Escudeiros não concordem com sentença deverão pagar ao Cabido 100 libras, pelos danos que sofreram. | L. S., XCVII, fl. 111-116v | C | 192 |
| 4 | 1307-08-25 | ? | Juiz da Maia | Cabido e Fernão Martins | Apropriação de terras de Fernão Martins, localizadas na freguesia de Vermoim (terra da Maia), por parte do Cabido. ¹⁶³⁷ | Mandado a João Peres seu Meirinho Entre Cávado e Douro, ou a qualquer um que ocupar o seu lugar na terra da Maia que cumpra a carta do de Estêvão Migueis, juiz da Maia, que lhe é enviada, de forma a permitir ao cabido a entrega das ditas terras. Deste mandado resultou um auto de posse a favor do Cabido (apêndice 3, o documento número 1). | L. S., LXXXI, fl. 60-67 | T | 89001 |
| 5 | 1307-09-27 | Porto | Meirinho Maior do rei Entre Douro e Minho | Cabido e Fernão Martins | Apropriação de terras de Fernão Martins, localizadas na freguesia de Vermoim (terra da Maia), por parte do Cabido. ¹⁶³⁸ | Mandado a João Peres seu Meirinho Entre Cávado e Douro, ou a qualquer um que ocupar o seu lugar na terra da Maia que cumpra a carta do de Estêvão Migueis Juiz da Maia que lhe é enviada, de forma a permitir ao cabido a entrega das ditas terras. Deste mandado resultou um auto de posse a favor do Cabido (apêndice 3, o documento número 1). | L. S., LXXXI, fl. 60-67 | T | 89002 |

¹⁶³⁶ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

¹⁶³⁷ Ver documento 6 deste apêndice (12) e no apêndice 3, o documento número 1.

¹⁶³⁸ Ver documento 6 deste apêndice (12).

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|--------------------|---|---|---|---|--|-----------|--------------|
| 6 | 1316-09-11 | Lisboa | D. Dinis | bispo e Cabido do Porto e procuradores concelhios | Embargo, por parte do concelho, dos foros dos açougues, das colheres, das ancoragens e das mordomias, quebrando as medidas, que antes haviam e recebiam o bispo e Cabido do Porto | Ordenação a Nicolau Pais, almoxarife e ao escrivão do rei na cidade do Porto que mandem aos procuradores do concelho que não voltem a roubar e embargar os referidos foros e que entreguem ao bispo e Cabido tudo o que embargaram e tomaram ¹⁶³⁹ . | L. S., LXXX, fl. 133-140; L. S., LXXX, fl. 269-278 | T | 12001, 82001 |
| 7 | 1316-09-18 | Porto – adro da Sé | Nicolau Pais, almoxarife e ao escrivão do rei D. Dinis na cidade do Porto | bispo e Cabido do Porto e procuradores concelhios | Embargo, por parte do concelho, dos foros dos açougues, das colheres, das ancoragens e das mordomias, “britando medidas”, que antes haviam e recebiam o bispo e Cabido do Porto | Manda-se cumprir a carta de D. Dinis de 10 de Setembro de 1316, ordenando aos procuradores do concelho que não voltem a “filhar” e embargar os foros dos açougues, das colheres, das ancoragens e das mordomias que antes haviam e recebiam o bispo e Cabido do Porto, pedindo aos procuradores do bispo D. Fernando e do Cabido que lhes apresentassem contas do quanto os procuradores do concelho já lhes tinham embargado, para depois proceder ao seu pagamento. | L. S., LXXX, fl. 133-140 | C | 12 |
| 8 | 1317-07-29 | Coimbra | D. Dinis | Cabido e juizes do Porto | Desrespeito dos juizes do Porto da carta régia relativa à venda dos vinhos no Porto, favorável ao Cabido, que defendia que se devia continuar a nomear um cônego ou raçoeiro para exercer, com o vizinho nomeado pelo concelho, as funções do fisco e almotaçaria e que a venda de vinhos na cidade seja alvo de almotaçaria. | Ordenação aos juizes do Porto que cumpram a carta régia (D. Dinis) relativa à venda dos vinhos no Porto ¹⁶⁴⁰ . | L. S., LXXXI, fl. 169-175 | T | 93003 |
| 9 | 1317-12-01 | Coimbra | D. Afonso | Cabido e juizes do Porto | Desrespeito dos juizes do Porto pelo direito que o Cabido da Sé tinha de nomear um cônego seu ou raçoeiro para exercer, com o vizinho nomeado pelo concelho, as funções do fisco e almotaçaria. | Ordenação aos juizes do Porto para que respeitem o referido direito do Cabido. | L. S., LXXXI, fl. 169-175 | T | 93001 |
| 10 | 1317-12-01 | Coimbra | D. Afonso | Cabido e juizes do Porto | Os juizes do Porto vendem os vinhos de fora do Porto na cidade sem os submeter à almotaçaria, vendendo-os como querem e fazendo subir os preços. | Ordenação aos juizes do Porto para que os vinhos de fora do Porto vendidos na cidade sejam alvo de almotaçaria. | L. S., LXXXI, fl. 60-67(?) | T | 93002 |
| 11 | 1319-04-10 | Porto | Nicolau Pais almoxarife do rei na cidade do Porto | Cabido e concelho do Porto | O concelho embargava e roubava o que o Cabido tinha nos açougues, as colheres, as ancoragens, roubando nas medidas, e que lhes tirava também os foros das mordomias. Assim, o rei D. Dinis mandou ao seu | Com base na sentença de D. Dinis e numa Inquirição, Nicolau Pais almoxarife do rei na cidade do Porto manda a Martinho Domingues, procurador do concelho, que não embarque ao bispo e Cabido a posse das | L. S., LXXX, fl. 269-278 | C | 82 |

¹⁶³⁹ Sobre este assunto consultar Cruz, 1965, 224-225.

¹⁶⁴⁰ Sobre este assunto consultar Cruz, 1965, p. 227.

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|-----------------|---|--|--|---|---|-----------|----------------|
| 12 | 1322-06-07 | Lisboa | D. Dinis | Cabido do Porto e vizinhos de Guimarães | almozarife que faça o concelho respeitar os direitos do bispo e Cabido. Não pagamento dos vizinhos da vila de Guimarães da portagem quando vêm ao Porto com as suas mercadorias, mostrando uma do rei (D. Dinis) em que lhes faz mercê de não pagarem portagem no seu senhorio. | colheres que serviam para medir o pão que entrava na cidade pela foz trazido por homens de fora. Ordenação para que os vizinhos do Porto paguem a dita portagem à dita Igreja e não façam uso da mercê que lhes foi dada, em virtude de não ser intenção do rei prejudicar os direitos da Igreja do Porto. | L. S., XXX, fl. 141-143v | T | 13001 |
| 13 | 1323-12-10 | Lisboa | D. Dinis | D. João, bispo do Porto e procuradores do concelho do Porto | Pretensão do concelho do Porto de que fosse o rei, e não o bispo, a nomear os juizes da cidade para os crimes de natureza civil, pois os criminaes eram da alçada do rei. | Restituição a D. João bispo do Porto do referido direito. | L. O., VI, fl. 72-38 | T | 16002 |
| 14 | 1324-12-11 | Coimbra | Infante Dona Branca (filha do Infante D. Pedro filho do rei D. Sancho) | João Eanes, abade de Válega e por João Afonso, Afonso Rodrigues, escudeiros e Martim Gonçalves de Penha, cavaleiro | Abusos cometidos por João Afonso, Afonso Rodrigues Escudeiros e Martim Gonçalves de Penha, cavaleiro, contra João Eanes, abade de Válega e possibilidade do juiz os absolver. | O juiz da terra de Santa Maria da Feira manda que se faça cumprir a sua sentença contra os referidos abusos. | L. S. LXXXVII, fl. 34-65 | T | 222001 |
| 15 | 1324-08-21 | Maia – Vermoim | Juizes alvidros | Cabido e lavradores | Apropriação de arroteias pertencentes ao Cabido por lavradores de Vermoim | Atribuição da posse das arroteias ao Deão e Cabido. | L. O., XXVI, fl. 37 | O | 236 |
| 16 | 1325-02-05 | Santarém | D. Afonso | Abade da Igreja de Válega e fidalgos | Desrespeito de fidalgos direitos da Igreja de Válega, nomeadamente que nenhum fidalgo possa pousar nela ou roubar qualquer bem (Igreja, herdades, gado,...) a ela pertencente. | Ordenação aos juizes de Santa Maria da Feira para que respeitem defendam a Igreja da Válega, os seus gados, herdades, possessões, de abusos e do uso da força | L. S., CI, fl. 346-353 | T | 42004 |
| 17 | 1326-06-02 | Porto | Juiz dado por D. João bispo do Porto (Fernando Afonso Abade de Fomelos e Vigário Geral na Igreja do Porto) | Cabido e a Abadessa de Rio Tinto | Arroteias que pertenciam ao cabido e que foram lavradas por homens de Vila Cova do Couto de Rio Tinto. | Determinação de que os homens de Vila Cova do couto de Rio Tinto não voltem a fazer as arroteias entre a aldeia de Vila Cova e a aldeia de Gontomil que pertenciam ao Cabido. | L. S., XCVIII, fl. 9-12v | C | 124 |
| 18 | 1327-05-05 | Porto | bispo do Porto (D. João) | Igreja do Porto e o Mosteiro de Rio Tinto | Terras, posses, termos da aldeia de Gontomil que o Cabido afirmava pertencer-lhe e que a dita Abadessa as tinha tomado, não respeitando tais limites. | Entrega da posse das propriedades ao Deão e Cabido. As religiosas deste Mosteiro deverão respeitar as terras e possessões que o Cabido tem na aldeia de Gontomil. | L. O., XII, fl. 48; XVII, fl. 6; | T | 234001 e 58001 |
| 19 | 1327-05-23 | Maia – S. Romão | Meirinho em terra da Maia da mão de Vasco Pereira Meirinho Maior Entre Douro e Minho | Igreja do Porto e o Mosteiro de Rio Tinto | Negação da Abadessa de Rio Tinto a cumprir a sentença de D. João bispo do Porto, tendo enviado ao Papa uma apelação. | Mandado de cumprimento de sentença à Abadessa que cumpra a sentença de D. João bispo do Porto (5 do mês de Maio de 1327), na qual se dá a posse das referidas propriedades ao Deão e Cabido. | L. O., XII, fl. 48; XVII, fl. 6; L. S., LXXIII, fl. 230-235 | C O | 58 e 234 |

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Contenda | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|----------|---|---|--|--|---|-----------|------------|
| 20 | 1329-03-17 | Maia | (Gil Garcia) Abade de Silva Escura (Afonso Martins) e Abade da Agrela (Bartolomeu Eanes) | Demanda entre o Deão, o Cabido e Estêvão Domingues Cónego, de uma parte, e dois casais de lavradores, da outra parte. | Duas arroteias, situadas em Vermoim que os ditos lavradores traziam e diziam ser suas. | Determinação de que as duas arroteias situadas em Vermoim devem pertencer ao ditos Deão, Cabido e Cónego. Ao mesmo tempo, fazem prazo de três vidas das referidas arroteias e um mato aos ditos lavradores. | L. O., XVII, fl. 11 (Consultar os seguintes docs.: Livro XXIV, fl. 37; deste Livro (XVII), fl. 12.) | O | 87 |
| 21 | 1329-12-10 | Gondomar | Juiz de Gondomar (Pedro Afonso) | Demanda entre o Cabido e a Abadessa de Rio Tinto | Posse de um mato (devesa) que se situa entre o agro do Leixo e a leira do Sovereiro | Atribuição da posse do referido mato ao Cabido. | L. S., LXXIII, fl. 150-153 | C | 52 |
| 22 | 1330-12-31 | Gueifães | Juizes Álvridos | Cabido e lavradores | Arroteias e matos que se situam no termo da freguesia de S. Romão de Vermoim. | Entrega da posse das referidas propriedades ao Cabido. | L. O., XVII, fl. 12; L. S., LXXXI, fl. 55-59 | O C | 235; 88 |
| 23 | 1331-01-09 | Santarém | D. Afonso | Abade da Igreja de Válega e fidalgos | Receio de João Eanes Cónego do Porto Abade da Freguesia de Válega de que os filhos de Afonso Ribeiro e outros fidalgos cometam abusos contra a dita Igreja. Assim, D. Afonso manda ao referido Corregedor João Eanes | Ordenação a João Eanes Melão seu Corregedor d'Aquem Douro ou qualquer um que andar por Meirinho em terra de Santa Maria que garanta e faça respeitar os direitos de João Eanes Cónego do Porto e Abade da Igreja de Válega de forma a que cavaleiros e fidalgos não cometam abusos sobre o dito reitor e Igreja | L. S., Cl, fl. 346-353; L. S., LXXXVII, fl. 34-65 | T | 42002 |
| 24 | 1331-03-19 | Porto | Deão de Braga e Vigário Geral do bispo do Porto (João Palmeiro) | João de Sousa clérigo e Julião Peres, abade da Igreja de Coronado, da terra da Maia | Cumprimento do testamento de D. Vicente Domingues Chantre que foi da Sé do Porto (10 de Novembro de 1316), relativamente às duas capelas que o referido Chantre mandava cantar. | Sentença que determina que João de Sousa cante a capela que faltava cantar e manda a Julião Peres que lhe dê as 50 libras de salário definidas no testamento e que entregue as ditas capelas aos seus capelães, o cálice, o livro e a vestimenta tal como está outorgado no testamento cujo teor faz parte desta sentença. (Ver doc. 119001) | L. S., LXXXII, fl. 120-135 | C | 119 |
| 25 | 1331-04-03 | ? | D. Afonso | Abade da Igreja de Válega e fidalgos | Desrespeito de fidalgos pelos direitos da Igreja de Válega, nomeadamente que nenhum fidalgo possa pousar nela ou filhar qualquer bem (Igreja, herdades, gado...) a ela pertencente. | Ordenação a todas as justiças para que se cumpram os direitos de não aposentadoria de fidalgos outorgados por D. Dinis à Igreja de Válega, de forma a que os filhos de Afonso Rodrigues Ribeiro e outros fidalgos não cometam tais abusos. | L. S., LXXXI, fl. 346-353 | T | 420031 |
| 26 | 1332-02-07 | Porto | Juizes da cidade do Porto | Igreja do Porto e João de Matosinhos | Petição apresentada por João Matosinhos contra o Cabido, por razão de uma casa situada em S. Nicolau. | Decisão dos juizes favorável ao Cabido ao considerarem que a petição que João de Matosinhos tinha apresentado contra o Cabido, não tinha valor e que ele teria de pagar as custas devidas | L. O., XVIII, fl. 11 | O | 103 |

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|--------------------------|--|--|---|--|-----------------------------|-----------|-------|
| 27 | 1332-03-02 | Évora | D. Afonso | Cabido do Porto e fidalgos | Pedido de segurança/protecção do Deão do Cabido do Porto em relação aos direitos do Mosteiro de Canedo (livre da aposentadoria e de outros direitos de fidalgos). Acordo que define que o Cabido tem direito a receber, de acordo com o testamento de Domingos Francisco, tesoureiro, em cada ano, por aniversário, 5 maravedis velhos, 5 libras de dinheiros portugueses por dia de Santa Clara, para fazer procissão. O Cabido dá o senhorio das ditas casas ao dito testamenteiro com a condição de este refazer as casas e pagar as referidas pensões ao Cabido. | Ordenação para que se cumpram os referidos direitos do Cabido. | L. S., LXXXIV, fl. 178-180v | C | 179 |
| 28 | 1332-06-15 | Porto | Vigário da Igreja do Porto | Cabido e João Bravo (testamenteiro de Domingos Francisco, tesoureiro) | | Sentença de confirmação do acordo. | L. O., IX, fl. 29 | O | 35 |
| 29 | 1334-04-30 | Alenquer | Infante Dona Branca ¹⁶⁴¹ | Abade da Igreja de Válega e fidalgos | Abusos, uso da força sobre as suas possessões e herdades da Igreja de Válega. | Mandado a todas as suas justanças para que se cumpram as cartas de privilégios dadas por D. Dinis e D. Afonso à Igreja de Válega, defendendo-a de abusos, uso da força sobre as suas possessões e herdades. Confirmação do direito que a Igreja de Sta. Maria de Válega tem em não dar pousada, estadia a fidalgos; obrigação dos respectivos fidalgos pagarem, a João Eanes Cônego do Porto e abade da Igreja de Santa Maria da Válega, no dobro toda a malfetoria que fizeram na dita Igreja, que se fez corresponder a oito libras e meia. | L. S., CI, fl. 346-353 | T | 42005 |
| 30 | 1334-11-04 | Sta. Mª da Feira (terra) | Juiz do concelho de Vila da Feira, terras de Santa Maria da Feira (Afonso Peres) | Abade da Igreja de Válega e fidalgos | Queixa feita por João Eanes Cônego do Porto e abade da Igreja de Sta. Maria da Válega contra fidalgos, acusando-os de fazer malfetoria nas propriedades da dita Igreja. | Confirmação do direito que Rui Peres, escudeiro, numa herdade junto a casais do Deão e Cabido | L. S., LXXXVII, fl. 34-65 | C | 222 |
| 31 | 1335-02-24 | Vouga | Juiz na terra de Vouga | Contenda entre o Cabido e Rui Peres (fidalgos) | Casa construída por Rui Peres, escudeiro, numa herdade junto a casais do Deão e Cabido | Ordenação da destruição da casa edificada, determinando-se também que Rui Peres, escudeiro não voltasse a construir lá nenhuma casa/morada. | L. O., XXI, fl. 3 | O | 125 |
| 32 | 1341-05-22 | Gaia (Sta. Marinha) | | Abade da Igreja de Sta. Marinha e de S. Marcos e os testamenteiros de Domingos da Porta e o curador de Margarida filha de Domingos da Porta. | Posse verdadeira da herdade do dito Domingos da Porta e da Igreja de Sta. Marinha e de S. Marcos. | Atribuição, após inquirição de testemunhas no sentido de conhecer os verdadeiros limites geográficos da dita propriedade, a dita herdade a Igreja de S. Marcos. | L. S., LXXXVII fl. 119-126 | C | 132 |
| 33 | 1344-07-29 | ? | Corregedor do rei no Meirinhado da Beira (Afonso Eanes) e Juiz de | Cabido e Escudeiros | Embargo feito pelos ditos escudeiros à propriedade do Cabido de ir entestar ao Mar. | Sentença no sentido de garantir o direito embargado. | L. S., LXXV fl. 32-38v | C | 66 |

¹⁶⁴¹ Presume-se que seja filha de D. Afonso III e de D. Beatriz de Guillén; Abadessa de Lorvão e de Huelgas (Marques, vol. I, 209).

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|----------|---|-------------------------------------|---|--|----------------------------|-----------|--------|
| | | | Gaia (Domingos Esteves) | | | | | | |
| 34 | 1350-03-13 | Santarém | D. Afonso | Maria Rodrigues e frei Afonso | Apropriação de frei Afonso alguns bens dos casais que Maria Rodrigues trazia emprazados. Sentença dos juizes de Gaia a favor de Maria Rodrigues. Recurso ao rei por parte de Frei Afonso. | Sentença régia que considera que os juizes de Gaia julgaram mal, absolvendo o dito Frei Afonso da maioria do que lhe exigia a dita Maria Domingues, mas obrigando-o a entregar alguns bens que ele filhou por luitosa e condenando ambas as partes ás respectivas custas. | L. S., XC, fl. 54-61 | C | 200 |
| 35 | 1364-12-29 | Évora | D. Fernando | Deão, Cabido e rendeiros da sisa | Cobrança, por parte dos rendeiros da sisa, da sisa sobre as, ofertas de vinho que o Cabido recebia pelas almas de algumas pessoas | Ordenação aos rendeiros da sisa para que não cobrem ao Deão e Cabido a sisa dos vinhos que vendem em virtude de lhes ter sido oferecido por outras pessoas e lhes voltassem a dar as quantias que já tinham cobrado. | L. S., XCV, fl. 15-20 | T | 133001 |
| 36 | 1366-09-18 | Porto | Abade da Igreja de S. Pedro de Miragaia Ouidor geral de D. Afonso Bispo do Porto (Lourenço Domingues) | Testamento | Queixa de Fernão Peres Cônego do Porto procurador do Cabido contra Vicente Eanes (marido de Maria Martins), dizendo que este não mostrava o testamento do marido falecido de sua mulher. Nas clausulas desse testamento, Martim Peres manda que se dê ao Cabido depois de sua morte dois florins, e um quarto e metade de casas que possuia para aniversário de sua morte e de sua mulher Maria Martins quando falecer e de outra sua mulher já falecida – Domingas Canida. | Autorização para se trazer, ler e tomar conhecimento e fazer traslado em publica forma do testamento do dito Martim Peres já falecido, marido que foi de Maria Martins casada entretanto com Vasco (ou Vicente) Eanes. O marido de Maria Martins Vicente Eanes pediu entretanto perdão ao Cabido. | L. S., LXXXVIII, fl. 88-93 | C | 159 |
| 37 | 1367-10-29 | Porto | Abade da Igreja de Varzea d'Ovelha e Vigário Geral do de D. Afonso bispo do Porto (Gil Peres) | Cabido e concelho de Gaia | Recusa do procurador do concelho de Gaia a pagar 4 libras ao Cabido dos últimos dois anos, pela vinha e árvores do Cabido situados ao lado da Igreja de Sta. Marinha de Vila Nova a par de Gaia. (Apelou à Igreja de Braga, mas esta apelação é anulada e a dita sentença fica firme.) | Sentença contra o concelho de Gaia sob pena de excomunhão, mandando ao procurador deste concelho que pague as 4 libras que deve ao Cabido. | L. S., XCVII, fl. 189-196 | C | 196 |
| 38 | 1368-07-05 | Santarém | D. Fernando | Igreja do Porto e rendeiros da sisa | Pagamento da sisa e portagens que incidia sobre os vinhos que desciam o rio Douro. | Ordenação régia no sentido de se cumprir as cartas favoráveis ao Cabido e que este seja reembolsado das quantias que o conselho tomou a partir da data das referidas cartas. Para tal deve vender bens móveis de forma a pagar as referidas quantias e custear os gastos do processo ¹⁶⁴² . | L. S., XXXI, fl. 409-417 | C | 9 |

¹⁶⁴² Sobre este assunto consultar Freitas, 1965, 278.

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|---------------------------|---|---|--|---|-----------------------------|-----------|--------|
| 39 | 1370-06-20 | Porto | Juiz | Martim Peres, testamenteiro de Afonso Lourenço e Vasco Martins, tutor de João filho que foi de Lourenço Domingues | Cláusula do testamento de Afonso Lourenço que desembargava ao Cabido a parte das casas que estão na Bainharia onde mora Cabeceiras. | Sentença que declara a entrega ao Cabido a parte das casas que estão na Bainharia onde mora Cabeceiras que lhe foi doada por o dito Afonso Lourenço no seu testamento. | L. S., LXXXVIII, fl. 94-103 | T | 160002 |
| 40 | 1370-08-02 | Porto | Fernão Peres mestre-escola na igreja do Porto e Vigário Geral de D. Afonso bispo do Porto | Cabido e testamenteiro, de uma parte, e tutor do filho do testador, da outra parte | Cláusula do testamento de Afonso Lourenço que desembargava ao Cabido a parte das casas que estão na Bainharia onde mora Cabeceiras. | Manda-se que se faça uma pública forma da cláusula do testamento, da sentença de João Afonso Juiz e que o Cabido tome a posse da referida parte das casas que estão na Bainharia onde mora Cabeceiras. | L. S., LXXXVIII, fl. 94-103 | C | 160 |
| 41 | 1375-02-12 | Porto – paços do Concelho | Gonçalo Esteves Juiz do rei no Porto (João Afonso Juiz) | Igreja do Porto e rendeiros da sisa | Pagamento da sisa e portagens que incidia sobre os vinhos que desciam o rio Douro. | Ordenação no sentido de se não cobrar sisa do rei aos vinhos oferecidos à Igreja do Porto e de se reembolsar a dita Igreja das cobranças já efectuadas. | L. S., XCV, fl. 15-20. | C | 133 |
| 42 | 1380-02-12 | Évora | D. Fernando | Igreja do Porto e rendeiros da sisa | Pagamento da sisa e portagens que incidia sobre os vinhos que desciam o rio Douro. | Ordenação aos juizes do rei da cidade do Porto que não cobrem nem consintam aos rendeiros e cobradores da sisa do rei o cobrar de entrada e de portagem ao bispo e clerezia do Porto, relativamente aos vinhos que vêm pelo rio Douro para os abastecer ou que lhes são dados por outras pessoas, salvo se eles os comercializarem. | L. S., XXXI, fl. 418-420 | C | 10 |
| 43 | 1388-03-07 | Real de Sobremelgosa | D. João I | Bispo e Cabido e Mercadores | Negação dos mercadores, que comercializavam (panos, dinheiros, ferro, madeira...comeres) com França, Medelburgo(?) e Inglaterra, a pagar ao bispo e Cabido do Porto o direito de dizima de todos os panos, dinheiros, ferro, madeira e de outras mercadorias que estão no Armazém do rei, argumentando que pagavam a dizima ao rei. Somente se lhe fosse apresentado um mandado especial do rei é que eles pagariam tal direito. | Ordenação a Martim da Maia Vedor da Fazenda do rei para que se pague ao bispo e Cabido da cidade do Porto a quantia a que eles têm direito, por dizima, do que os mercadores deram aos recebedores do rei pelas mercadorias. | L. S., XXX, fl. 284-286v | C | 80 |
| 44 | 1390-03-11 | Coimbra | D. João I | Cabido e almoxarife do rei | Incumprimento de a Lopo Fernandes, almoxarife do rei do Armazém na cidade do Porto das cartas do rei em relação ao direito de dizima sobre as mercadorias que chegam ao Armazém do rei. | Ordenação a Lopo Fernandes, almoxarife do rei do Armazém na cidade do Porto e aos escrivães desse ofício que cumpram as suas cartas e dêem à Igreja do Porto todo o direito que tem sobre as mercadorias do Armazém. Se o almoxarife assim não fizer esses direitos serão pagos com os bens dele. | L. S., LXXX, fl. 144-146v | | 14 |
| 45 | 1394-07-21 | Porto | D. João I | Cabido e João Rodrigues | Violações efectuadas por João Rodrigues em dois casais de pão no lugar de Vilar de Dona Ema, freguesia de S. Pedro do Bispado, pertencentes ao Cabido. João Rodrigues construiu um acude e levada que pertencia | Sentença régia com a absolvição de João Rodrigues de pagar três mil libras (pedidas pelo Cabido) a que foi condenado pelos referidos Juizes do Porto, ordenando-lhe, no entanto pague cinquenta e duas libras de | L. S., LXXV, fl. 170-176v | C | 70 |

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Contenda | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|---------------------------|--|--|--|---|--|-----------|-----------------|
| 46 | 1394-12-14 | Porto | Cónego e Ouvidor geral de D. João bispo do Porto | Deão e Vasco Vicente, escrivão do Biscoito | aos ditos casais, tirando-lhe as entradas e saídas e danificando as herdades | custas do tempo em que ele possuiu a água e pague também as custas da escritura e salário do procurador e inquiridor e ida, foro, estadia e despesas da carta e conta do contador delas. | L. S., LXXXI, fl. 11-16v | C | 85 |
| 47 | 1394-09-30 | Porto | D. João I | Cabido e João Rodrigues de Sá | dos ditos casais com o represamento águas. Não pagamento do foro por parte de Vasco Vicente, escrivão do Biscoito ao Deão e Cabido pelas casas em que morava e que se situavam na rua Chá. | Sentença que defende que o Cabido deverá continuar a receber o foro que lhe era devido por Vasco Vicente e que este se prontificava a pagar. | L. S., XCVIII, fl. 48-54; L. S., XCVII, fl. 8-19 | C T | 126 e 189001 |
| 48 | 1396-05-30 | Porto – paços do Concelho | Gil Vasques de Sousa Juiz Ordinário na cidade do Porto | Cabido e João Rodrigues de Sá | Violações efectuadas por João Rodrigues de Sá em casais e caseiros moradores do lugar de Viar de D. Ema que pertenciam ao Cabido da Sé do Porto. | Sentença régia que ordena a João Rodrigues de Sá a não voltar a efectuar as ditas violações e que pague todas as custas resultantes deste processo. | L. S., XCVIII, fl. 54-57v | C | 127 |
| 49 | 1396-08-14 | Lisboa | D. João I Chantre e Vigário Geral de D. João | bispo e Cabido do Porto e almoxarife | Apropriação, para o rei, pelos almoxarifes ao Cabido do Porto e caseiros de herdades, vinhas, casas, casais, argumentando que pertenciam ao rei, sem pagar os foros e tributos que deviam e/ou sem mostrar os títulos dos reis anteriores. | Gil Vasques de Sousa Juiz Ordinário na cidade do Porto manda, no dia 28 de Maio de 1396, executar a sentença do rei D. João I dada a 30 de Setembro de 1394, de forma a João Rodrigues de Sá pagar as custas do processo da demanda. (Este documento está relacionado com o doc. 126) | L. S., XCIV, fl. 98-104v | C | 215 |
| 50 | 1397-08-13 | Porto | bispo do Porto | Cabido e João Fernandes, ferreiro | Petição do Deão e Cabido contra João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto, dizendo que este vivia e morava numa pousada do dito Cabido e, por tal razão, devia mostrar o título de posse. Se tal não se verificasse, o referido João Fernandes, ferreiro deveria deixar as respectivas pousadas e entregá-las ao Cabido. | Ordenação a todos os almoxarifes, oficiais, sacadores e inquiridores do rei nas cidades, vilas, lugares e reguengos que verifiquem a quem é que pertence as ditas propriedades/bens e se descobrirem que elas de facto pertencem ao bispo e Cabido que lhes entreguem de imediato, até que seja determinada, por direito, a respectiva posse. | L. S., LXXXVIII, fl. 152-160 | C | 163 |

¹⁶⁴³ Consultar no apêndice 7, os documentos número 15 e 20.

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Conteúdo | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|---------------------------|---|---|--|---|---|-----------|-----|
| 51 | 1402-11-15 | Porto | Cónego e Vigário Geral de D. Gil bispo do Porto (Vasco Peres) | Contenda entre o Deão e Cabido e Gonçalo Esteves Vigário de Morassa | Demanda em que o Deão e Cabido acusam o dito Gonçalo Esteves de não pagar o foro que devia desde há dois anos. Gonçalo Esteves negou e afirmou que tinha pago os foros que devia ¹⁶⁴⁴ | Ordenação no sentido de Gonçalo Esteves continuar a ter o prazo das casas situadas na rua do Remoinho e se obrigue a pagar o foro que deve na moeda antiga | L. S., XC, fl. 13-18 | C | 197 |
| 52 | 1403-03-17 | Porto | Cónego e Ouvidor Geral de D. Gil bispo do Porto | Degradação de casas na Rua da Sapataria | Degradação de casas que estão juntas com uma casa onde mora o Deão. A referida perda e dano originou um preito e demanda entre o Cabido e Gonçalo Martins morador em Oliveira da Arda, Bispo de Lamego | Entrega da posse de casas situadas na Rua da Sapataria, na cidade do Porto, ao Cabido. | L. S., XC, fl. 18-27 | C | 198 |
| 53 | 1405-02-21 | Montemor-o-Novo | (André Geraídes) D. João I | bispo da cidade do Porto e rei | Interdito na cidade do Porto. Avença entre as duas partes. Esta avença consistiu no compromisso do rei D. João I dar, em cada um ano, para que não haja interdito, três mil libras de moeda antiga até que sejam feitas as casas da Rua Nova da cidade do Porto. Para pagamento desta quantia, o rei deu ao bispo os foros e direitos de umas suas casas que receberia entre os meses de Abril e Outubro daquele ano ¹⁶⁴⁵ | Ordenação a Lourenço Vasques, almoxarife do rei na cidade do Porto para que respeite o referido compromisso e pague as referidas quantias ao bispo do Porto. | L. S., LXXIX, fl. 7-12; L. S., LXXX, fl. 312-316 | C | 98 |
| 54 | 1405-04-01 | Porto – Armazém da cidade | | D. João I e bispo da cidade do Porto | Interdito na cidade do Porto. Avença entre as duas partes. Esta avença consistiu no compromisso do rei D. João I dar, em cada um ano, para que não haja interdito, três mil libras de moeda antiga até que sejam feitas as casas da Rua Nova da cidade do Porto. Para pagamento desta quantia, o rei deu ao bispo os foros e direitos de umas suas casas que receberia entre os meses de Abril e Outubro daquele ano ¹⁶⁴⁶ | Carta de cumprimento. No Armazém, da cidade do Porto, no dia 1 de Abril de 1405, Lourenço Vasques, almoxarife da cidade do Porto disse a Luis Geraídes, procurador de D. Gil bispo do Porto, e a Martim Vasques, cónego da Igreja do Porto, procurador do Cabido, que cumpriria e guardaria o alvará de D. João I. Este alvará acompanha este documento, datando de 21 de Fevereiro de 1405 ¹⁶⁴⁷ . | L. S., LXXX, fl. 312-316 | C | 79 |
| 55 | 1406-01-15 | Porto | D. João I | D. João I e bispo da cidade do Porto | Interdito na cidade do Porto. Avença entre as duas partes. Esta avença consistiu no compromisso do rei D. João I dar, em cada um ano, para que não haja interdito, três mil libras de moeda antiga até que sejam feitas as casas da Rua Nova da cidade do Porto. Para pagamento desta quantia, o rei deu ao bispo os foros e direitos de umas suas casas que receberia entre os meses de Abril e | Ordenação a Tomé Martins seu Contador que faça com que os seus tabeliães, nomeadamente Lourenço Vasques, paguem ao bispo e Cabido as quantias em libras que faltam pagar e que o rei tinha mandado pagar entre o dia 1 de Abril e o dia 1 de Outubro. | L. S., LXXX, fl. 317-320 | C | 161 |

¹⁶⁴⁴ Consultar documento seguinte (52) e, no apêndice 3, o documento número dezoito.

¹⁶⁴⁵ Consultar os dois documentos seguintes (54, 55) e, no apêndice 11, o documento número 22.

¹⁶⁴⁶ Freitas, 1965, p. 293-295; Amaral, 1985, 14.

¹⁶⁴⁷ Consultar os dois documentos seguintes (54, 55) e, no apêndice 11, o documento número 22.

Apêndice 12 – Inventário das sentenças compiladas pelo Cabido da Igreja do Porto

| Nº | Data | Local | Outorgante(s) | Contendedores | Contenda | Sentença | ADP | Tipo 1636 | Id |
|----|------------|-------|--|--|-------------------------------------|--|-----------------------------|-----------|---------|
| | | | | | Outubro daquele ano ¹⁶⁴⁸ | | | | |
| 56 | 1420-12-07 | Porto | João Martins Escolar em Degredos, ouvidor na Correição Entre Douro e Minho | bispo da cidade do Porto e rei | | No dia 7 de Dezembro de 1420, João Martins Escolar em Degredos, ouvidor na Correição Entre Douro e Minho, no lugar de João Fernandes, corregedor do rei em dita Correição, manda cumprir o mandado do rei D. João, escrito aos onze dias de Março de 1390, no qual o rei manda a Lopo Fernandes, seu almoxarife, do Armazém na cidade do Porto, e aos escrivães desse ofício que cumpram as suas cartas e dêem à Igreja do Porto todo o direito que tem. | L. S., LXXX, fl. 144-146v | T | 14001 |
| 57 | ? | ? | ? | Abade do Mosteiro de Canedo e a Sé do Porto... | Direitos sobre o Mosteiro de Canedo | ? | L. S., LXXXIV, fl. 188-194 | C | 181 |
| 58 | ? | ? | ? | Abade do Mosteiro de Canedo e a Sé do Porto | Direitos sobre o Mosteiro de Canedo | ? | L. S., LXXXIV, fl. 117-137v | T | 1760021 |
| 59 | ? | ? | ? | Abade do Mosteiro de Canedo e a Sé do Porto | Direitos sobre o Mosteiro de Canedo | ? | L. S., XCIX, fl. 5-9v | C | 225 |

¹⁶⁴⁸ O conteúdo deste documento também se encontra no documento 79001 (L. S., LXXX, fl. 312-316) que entretanto foi eliminado (7 de Abril de 2003). (Este doc. está relacionado com o doc. 78, 79 e com o doc. 161). Freitas, 1965, 296-297.

Apêndice 13 – Inventário dos testamentos compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Testador | Testamenteiro | Testamentário | Objecto | Contrapartidas | ADP | Tipo 1649 | Id |
|----|----------------|---|--|--|---|--|-------------------------------|-----------|------------|
| 1 | 1301 - 10 - 28 | Paio Martins Carneiro | - Domingas Peres mulher de Paio Martins Carneiro. - Domingos Diogo sobrinho de Paio Martins Carneiro. | 1. Cônegos e clérigos 2. Confraria de Santa Clara e de Santo Espírito de Santo 3. Abade da Sé do Porto, aos frades pregadores, às Donas de S. Nicolau, às gaífas e gaífos de Gaia, e por outras pessoas, algumas familiares 4. sua mulher, Domingas Peres, 5. seu sobrinho, Domingos Diogo | 1. Dinheiros 2. Dinheiros 3. Dinheiros 4. Bens 5. Bens | 1. Irem até à sua sepultura 2. Rezar missas 3. 4. 5. 6. Manda que a sua sepultura seja feita no cemitério da casa de Sta. Maria | L.S., LXXIV , fl. 230-235 | C | 40 |
| 2 | 1312 - 08 - 23 | Vicente Domingues, chantre | | 1. Cabido, entre outras instituições religiosas e particulares | - Dinheiro ou casas cujos foros financiarão os serviços a prestar. - Acções beneméritas. | - Enterro do corpo de forma a cabeça ficar junto do crucifixo grande; - Orações junto da sepultura; - Duas missas quotidianas a dizer no altar que estiver mais perto do seu jazigo - Feitura do aniversário da sua alma; - Missas; - Missa por alma do bispo d. Martim e por seus pais; - Procissões que devem fazer em dia de s. Vicente Trasladação por alma do dito bispo e da sua deverá ser feita por capelães da sua linhagem que deverão rezar as "oras" de nossa senhora e de defuntos com o cabido. | L.S., LXXIV , fl. 144-153v | C | 33 |
| 3 | 1316 - 03 - 18 | D. Pedro Peres (cônego) | Afonso Migueis e Vicente Martins | | Três maravedis das casas que possui na cidade do Porto onde mora Pedro Esteves, situadas atrás da obra do Cabido. | Manda que o soterrm no claustro(?) Da sé, que lhe cantem missas e lhe façam aniversário no primeiro dia, mês de cada ano | L.O., XXVIII, fl. 6 | O | 208 |
| 4 | 1316 - 11 - 10 | Vicente Domingues, chantre da Sé do Porto | | | Dinheiros | - Encomendando a sua alma e dos seus pais e irmãos e amigos. - Que lhe cantem duas capelas em cada dia, na sé do porto e digam as orações por ele indicadas. | L. S., LXXXII, 120-135 | T | 11900 1 |

¹⁶⁴⁹ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 13 – Inventário dos testamentos compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Testador | Testamenteiro | Testamentário | Objecto | Contrapartidas | ADP | Tipo 1649 | Id |
|----|----------------|---|---|---|--|---|-------------------------|-----------|------------|
| 5 | 1337 - 03 - 8 | D. Pedro Eanes, abade deste Mosteiro e cônego da Sé do Porto (Mosteiro de S. Pedro de Ferreira) | - Fernão Eanes seu irmão - Rodrigo Eanes, deão da Sé do Porto. | Cabido | Seis libras que receberia através da herdade de Valadares | - Que o seu corpo seja enterrado junto ao altar de s. Pedro. - Que o cabido faça u aniversário em cada ano. | L.O., XX, fl. 28 | T | 12200 1 |
| 6 | 1387 - 11 - 02 | Maria Afonso, mulher de João Gomes corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros no Cimo de Vila | João Gomes, seu marido | 1. Igreja [de Santa Maria da Sé do Porto] 2. Igreja [de Santa Maria da Sé do Porto] 3. 4. os clérigos do Coro de Santa Maria da Sé 5. S. Francisco 6. S. Domingos 7. Catarina Lourenço, sua comadre 8. 9. aos pobres ou para se cantar missas 9. seu marido João Gomes seja seu único herdeiro e testamenteiro, apartando todos os seus parentes | 1. Dinheiro (15 libras) 2. Dinheiro (3 libras por dizimas que não pagou) 3. Dinheiro (15 libras) 4. Dinheiro (20 soldos) 5. Dinheiro (20 soldos) 6. A sua saia e alfaias 7. Os vestidos que ela e o marido têm 8. - 9. A sua direita parte das casas dadas pelo dito Estêvão Peres, clérigo Quando o dito seu marido morrer, se vendam as casas. | 1. Que o seu corpo seja enterrado em santa Maria da Sé do Porto. 2. Saldo de dívidas (?) 3. Que lhe façam honra e façam vigília com missa oficiada no dia do seu enterro. 4. Por sua alma e pela alma de Estêvão Peres clérigo "seu sobrinho do dito meu marido" 5. /dem 6. - 7. - 8. - 9. Revertam a favor da sua alma e do dito clérigo, de maneira a que se rezem, em cada ano, quatro missas. 10. Cuidar pelas almas dos três. | L.S., LXXXII, fl. 30-35 | C | 115 |

Apêndice 13 – Inventário dos testamentos compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Testador | Testamenteiro | Testamentário | Objecto | Contrapartidas | ADP | Tipo 1649 | Id |
|----|----------------|--|--|---|--|---|--------------------------------|--------------|-----|
| 7 | 1390 - 11 - 15 | Gil Martins das Tendas | - Margarida Rodrigues sua mulher. - João Abril, Cônego do Porto - João Domingues d'Anta | - Cabido do Porto | As suas casas de pedra e de madeira. | - Rezar duas missas por ano (uma no aniversário da sua morte e outra na véspera de Sta. Maria de Agosto) pelas suas almas e dos seus familiares, deverá colocar os seus corpos em jazigos. | L.S., LXXXII, fl. 36-45v | C | 116 |
| 8 | 1392 - 12 - 1 | Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes | - Nuno Fernandes de Marão, escudeiro. - Margarida Afonso, sua sobrinha. | - Nuno Fernandes de Marão, escudeiro - Margarida Afonso, sua sobrinha | Bens e herdades que foram de seu marido e que agora possui | - Cumprir a sua vontade e as cláusulas do testamento de seu marido. - Que os frades de s. Domingos e de s. Francisco Ihe façam honra no dia da sua sepultura. | L.S., LXXXVII, fl. 211-218v | C | 232 |

Apêndice 14 – Inventário dos testamentos – cláusulas – compilados pelo Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Ano | Testador | Testamenteiro | Testamentário | Objecto | Contrapartidas | ADP | Tipo 1650 | Id |
|----|----------------|---|-----------------------------------|--|---|---|---------------------------|-----------|-----------------------------|
| 1 | | Senhorinha Eanes | Martim Esteves Cónego | Cabido da Sé | O quarto e oitavo de um pardiello, onde já foram feitas casas, que os seus testadores possuíam na cidade do Porto, na praça da Ribeira onde venderem o pescado. | De forma a que se reze as horas e se faça aniversário pelas almas deles. | L.S., LXXIX, fl. 70-78 | T | 104002 |
| 2 | 1389 - 03 - 24 | Afonso Esteves, porteiro | | Inês Afonso, sua criada. Depois da sua morte, se ela tiver filhos, o testamento torna-se perpétuo. Caso contrário, o beneficiário passará a ser Diogo, seu Criado [do testador]. Se este criado morresse sem filhos, 2/3 das propriedades passariam para as mãos dos cônegos do Porto e 1/3 para o Mosteiro de Cedofeita | Que todas as suas casas que tinha no Porto e herdadas que tinha na Maia e em Alvalinhos e em Arcos. | Os cônegos teriam de rezar 4 missas de aniversário por sua alma e pela alma de Estêvão Nicolas; o Mosteiro de Cedofeita teria de rezar 3 missas de aniversário em cada ano. | L.S., LXXXII, fl. 1-5 | C | 113 |
| 3 | 1391 - 05 - 19 | Joana Vasques, mulher que foi de Afonso Martins Merceiro | | Cabido do Porto | Cinco maravedis, por cada ano. | Que o Cabido lhe faça, em cada ano, um aniversário com missa oficiada e responso na véspera do dia de Nossa Senhora de Agosto. | L.S., XCI, fl. 37-41 | C | 209 |
| 4 | 1392-08-?? | Domingos Peres das Eiras. | | Cabido do Porto | Metade da casa que estava nas Eiras, entre Domingos Eanes da Maia e a casa que foi de Vicente Esteves e de Margarida Gil, mulher que foi de João Gil. | O Cabido teria de acender uma lâmpada. | L.S., LXXXVII, fl. 25-29v | C | 219 |
| 5 | 1402 - 06 - 28 | D. Martin, abade João Martins, almocreve, morador junto de Santo Ildelfonso | Afonso Domingues, seu sobrinho | | Bens, herdades e dividas do dito Martin, abade. | De forma a cuidar da sua alma [do abade finado] | L.S., LXXIX, fl. 70-78 | T | 104001 ? ¹⁶⁵¹ |
| 6 | ? | | | Cabido do Porto | Um quarto do exido e casas que foram de Gonçalo Domingues, almocreve. | | L.S., LXXXII, fl. 24-29v | T | 114002 |

¹⁶⁵⁰ Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).
¹⁶⁵¹ Tem-se dúvidas relativamente à classificação da natureza deste documento: testamento; testamento – cláusula.

Apêndice 15 – Inventário de documentos avulsos consultados, do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Assunto | Notário | ADP | Tipo ¹⁶⁵² | Id |
|----|------------|---|---|--|-------------------------------|----------------------|---------|
| 1 | 1302-09-27 | Canedo – Mosteiro de S. Pedro de Canedo | Apelação de Martim Domingues, abade do Mosteiro de S. Pedro de Canedo. D. Pais, vizinho de Gaia e procurador do dito Martim Domingues, abade de Canedo, deu a Nicolau Eanes, tabelião de Gaia e de Vila Nova a apelação de Martinho Domingues, abade do Mosteiro de Canedo, na qual ele é nomeado seu procurador. | Nicolau Eanes, tabelião de Gaia e de Vila Nova | L. S., LXXXIV, fl. 49-55 | T | 172002 |
| 2 | 1302-10-03 | Porto | Apelação de Martim Domingues, abade do Mosteiro de S. Pedro de Canedo, em relação à contenda que tinha com a Sé do Porto. | Nicolau Eanes, tabelião de Gaia e de Vila Nova | L. S., LXXXIV, fl. 49-55 | C | 172 |
| 3 | 1302 | ? | Apelação de Martinho Domingues, abade do Mosteiro de Canedo, em relação à contenda que tinha com a Sé do Porto. | João Martins, tabelião na Feira | L. S., LXXXIV, fl. 49-55 | T | 172001 |
| 4 | 1302 | ? | Contenda entre o Abade do Mosteiro de Canedo e a Sé do Porto, em relação à contenda que tinha com a Sé do Porto. | ? | L. S., LXXXIV, 234-286 | C | 188 |
| 5 | 1313 | ? | Compilação de documentos sobre visitasões (Mosteiro de s. Pedro de Canedo) | ? | L. S., LXXXIV, fl. 147-167 | C | 177 |
| 6 | 1320-01-09 | Porto – Crasta de S. Francisco | Carta de cumprimento de obrigações: Nicolau Martins, tabelião público da cidade do Porto, relata que D. Frei Pedro Esteves, Prior da Ordem de S. Domingos do Porto, dos pregadores, e D. Frei Rodrigo, Guardião do Mosteiro de S. Francisco Ordem, dos frades menores, sepultaram Maria Domingues, mulher de Pedro Geraldes, falecida, no leito do coro do Mosteiro. Fundamentaram tal acto, mostrando a carta de D. Dinis (doc. 2020011) que confirma este direito dado pelo Papa, em virtude da demanda que existia entre estas Ordens e a Igreja do Porto. Nesta sequência, Fernão Barvas, mercador, cidadão do Porto, procurador do bispo do Porto, disse que respeitava as vontades do Papa e do rei, mas que exigia que as ditas Ordens pagassem o direito que devem ao bispo do Porto (a quarta parte). Os referidos frades confirmam a existência desse direito e comprometem-se a proceder ao seu pagamento. Carta de partição. Em virtude de uma contenda entre o Cabido e os proprietários do lugar de Negrelos (jugado de Lafões, Bispado de Viseu), estas partes nomearam, mandaram, aceltaram, através dos seus procuradores, que João Eanes de Válega, raçoero da dita Sé, Domingos Eanes de Taipão e Domingos Martins de Tarouqueira fossem ao dito lugar fazer uma repartição das respectivas propriedades de forma igual e justa. Esta foi realizada e foi aceite pelas partes interessadas. | Nicolau Martins, tabelião público do Porto | L. S., XC, fl. 100-111 | T | 202001 |
| 7 | 1320-01-20 | Negrelos | Carta de partição. Lourenço Rodrigues, João Vasques e Gonçalo Eanes Botelho mostraram umas procurações (docs. 15200111, 15200112, 15200113) e com elas fizeram uma repartição (partilha), definindo que o dito Gonçalo Eanes e sua mulher houvessem para sempre a herdade de Oliveira de Fradelo. | Nicolau Esteves, tabelião público do rei em Gaia | L. S., LXXXI, fl. 238-244 | C | 97 |
| 8 | 1320-10-12 | Paços de Sandim | Carta de partição. Lourenço Rodrigues, João Vasques e Gonçalo Eanes Botelho mostraram umas procurações (docs. 15200111, 15200112, 15200113) e com elas fizeram uma repartição (partilha), definindo que o dito Gonçalo Eanes e sua mulher houvessem para sempre a herdade de Oliveira de Fradelo. | Estêvão Domingues, tabelião | L.S., Livro XCVI, fl. 204-224 | T | 1520011 |

¹⁶⁵² Tipo de documento. De acordo com o que foi explanado, individualizaram-se três tipos de documentos: os originais (O), as cópias (C) e os trasladados (T).

Apêndice 15 – Inventário de documentos avulsos consultados, do Cabido da Igreja do Porto, tendo como referência os limites cronológicos 1301-1406

| Nº | Data | Local | Assunto | Notário | ADP | Tipo ¹⁶⁵² | Id |
|----|------------|-----------|---|--|--------------------------------|----------------------|--------|
| 9 | 1321-07-23 | | Carta de partição. Os juizes louvados em Negrelos e em Perosinho fizeram uma inquirição para procederem à demarcação/divisão dos termos daqueles lugares, em virtude de uma contenda entre o Prior e Convento de Grijó e o Cabido da Sé do Porto. (Ver doc 108001 e 108002). | Nicolau Esteves, tabelião | L.S., LXXXVI, fl. 92-108 | C | 108 |
| 10 | 1321-11-08 | Gondomar? | Face a uma demanda/contenda, por um lado, os homens de Colmeira e os de Fonte Areada, e por outro lado, os homens de Campanhã, sobre os limites das herdades que são na vila, Domingos Domingues, juiz de Gondomar, procedeu a um inquérito e à demarcação dos respectivos limites. | Pedro Eanes, tabelião de Gondomar | L.S., LXXIII, fl. 158-161 | C | 55 |
| 11 | 1329-12-20 | Porto | Carta de protesto. Protesto do Cabido e procuradores do concelho contra a jurisdição dos Corregedores que têm autoridade em nome do rei, porque iam contra a jurisdição interna da cidade | Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | L.S., Livro LXXX, fl. 279-282v | C | 135 |
| 12 | 1332-07-02 | Gondomar | Carta de provisão. Domingos Martins, Deão do Porto pelo bispo, e os procuradores do Mosteiro de Rio Tinto e de Cedofeita e o abade de Campanhã, face a um pregação do rei sobre a azenha da Colmeira (1331), afirmam que os terrenos da dita azenha e pertença dos termos das aldeias de Colmeira e de Pinheiro e de Gondomarinho e da Corniga lhes pertencem. Por seu lado, a azenha que traz Pedro Fernandes e Geraides Eanes é pertença da aldeia da Colmeira e dos casais da Bailia de Fonte Areada. A outra Azenha além do rio é do rei e do termo de S. Miguel do Hermo e é trazida por João Martins, cidadão do Porto. | Martim Domingues, tabelião de Gondomar | L.S. LXXIII, fl. 32-36 | C | 45 |
| 13 | 1332-06-11 | Gondomar | Carta de provisão. O Cabido, face à possibilidade de João Rodrigues, ourives do Porto, ter ganhado uma carta régia que lhe permite "aforar e tomar a foro" certas terras junto à azenha da Colmeira, afirma que tais terras pertencem-lhe e são trazidas por Geraldo Eanes e Pedro Fernandes, cidadãos do Porto. | Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar | L.S., LXXIII, fl. 154-157 | C | 53 |
| 14 | 1335-05-27 | Porto | Carta de desembargo. Pedro Peres, cônego que foi de Évora, sobrinho de Domingos Peres, raçoero e juiz que foi do Porto, deixou para aniversário, em cada ano, dois maravedis ao Cabido e um maravedi ao coro, pelas casas que estão face à feira da cidade do Porto, sobre o muro da Sapataria e partem com o muro da dita cidade. Como até então o Cabido e coro não recebera essas quantias, Afonso Rodrigues, Corregedor de Novo do rei, Entre Douro e Minho deu a posse das ditas casas e respectivos alugueres ao Cabido. Pedro Afonso disse então ao Cabido do Porto que Pedro Peres, cônego que foi da Sé de Évora deixara a Gomes Peres, filho do dito Pedro Afonso de quem ele era tutor as ditas casas. Assim, pediu que lhe desembargassem as casas do dito seu filho, garantindo que a pensão seria paga. | João... | L.S. LXXVI, fl. 151-155 | C | 25 |
| 15 | 1351-09-03 | Porto | Carta de petição. Petição feita por Domingos Eanes, abade da Lagoa, procurador de Martim Viegas, Chantre, e do Cabido, na qual se pede a Pedro Afonso, Corregedor do rei, Entre Douro e Minho, que obrigue Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto, e sua mulher Senhorinha Domingues, a cumprir com as condições/obrigações definidas no prazo que tinham de umas casas situadas na cidade do Porto (realizado no mês de Setembro de 1345). Nomeadamente a obrigação de adubar as respectivas casas e alçar, no período de quatro anos, um sobrado de uma parte. O sobredito Pedro Domingues, tendeiro e sua mulher deveriam pagar, de foro, em cada ano, por S. Miguel de Setembro, 1 maravedi, com exceção do primeiro ano que se seguia em que ele tinha que refazer as ditas casas. | ? | L. O., XXVII, fl. 18 | T | 203001 |
| 16 | ? | ? | Registam-se um conjunto de privilégios outorgados e confirmados pelos reis (D. Afonso Henriques, D. Afonso II, D. Sancho, D. Dinis, D. Fernando) e pelos Papas, nos quais se dá testemunho em como a cidade do Porto pertence ao bispo e Igreja do Porto. Fundamentam-se tais privilégios e direitos com o testamento e a doação de Dona Teresa que devem ser respeitados pelos cidadãos do Porto. Diz-se ainda que o bispo da Igreja do Porto tem a jurisdição civil da cidade, pertencendo ao rei os feitos de natureza criminal, e que os clérigos não seriam chamados a participar em batalhas, com exceção de batalhas contra os mouros. | ? | L. S., XCV, fl. 79-87 | C | 138 |

**Apêndice 16 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) feminino
(Porto, séc. XIV)**

| | 1º D Feminino | Total | % |
|----|----------------------|------------|------------|
| 1 | Maria | 32 | 28,32 |
| 2 | Margarida | 12 | 10,62 |
| 3 | Catarina | 10 | 8,85 |
| 4 | Clara | 5 | 4,42 |
| 5 | Domingas | 5 | 4,42 |
| 6 | Inês | 5 | 4,42 |
| 7 | Joana | 5 | 4,42 |
| 8 | Branca | 4 | 3,54 |
| 9 | Elvira | 4 | 3,54 |
| 10 | Aldonça | 3 | 2,65 |
| 11 | Guiomar | 3 | 2,65 |
| 12 | Mor ou Maior | 3 | 2,65 |
| 13 | Senhorinha | 3 | 2,65 |
| 14 | Estêvã ou Estevainha | 2 | 1,77 |
| 15 | Florença | 2 | 1,77 |
| 16 | Ana | 1 | 0,88 |
| 17 | Co...(?) | 1 | 0,88 |
| 18 | Constança | 1 | 0,88 |
| 19 | Francisca | 1 | 0,88 |
| 20 | Geralda | 1 | 0,88 |
| 21 | Gonzia | 1 | 0,88 |
| 22 | Graça | 1 | 0,88 |
| 23 | Leonor | 1 | 0,88 |
| 24 | Marinha | 1 | 0,88 |
| 25 | Palomba | 1 | 0,88 |
| 26 | Sol | 1 | 0,88 |
| 27 | Sancha | 1 | 0,88 |
| 28 | Susana | 1 | 0,88 |
| 29 | Teresa | 1 | 0,88 |
| 30 | Vicenta | 1 | 0,88 |
| | Total | 113 | 100 |

Apêndice 17 – Distribuição cronológica do primeiro designativo (1ºD) feminino (Porto, séc. XIV)

| 1ºD Feminino ¹⁶⁵³ | | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|------------------------------|----------------------|-----------|------|-----------|-----|-----------|-------|-----------|-------|--------------|-------|
| 1 | Maria | 13 | 40,6 | 4 | 24 | 10 | 43,48 | 5 | 12,50 | 32 | 28,57 |
| 2 | Margarida | 2 | 6,25 | 2 | 12 | 2 | 8,7 | 6 | 15,00 | 12 | 10,71 |
| 3 | Catarina | | | 1 | 5,9 | 4 | 17,39 | 4 | 10,00 | 9 | 8,04 |
| 4 | Clara | | | 1 | 5,9 | | | 4 | 10,00 | 5 | 4,46 |
| 5 | Domingas | 1 | 3,13 | 3 | 18 | 1 | 4,35 | | | 5 | 4,46 |
| 6 | Inês | | | 1 | 5,9 | 1 | 4,35 | 3 | 7,50 | 5 | 4,46 |
| 7 | Joana | 1 | 3,13 | | | | | 4 | 10,00 | 5 | 4,46 |
| 8 | Branca | | | 1 | 5,9 | 1 | 4,35 | 2 | 5,00 | 4 | 3,57 |
| 9 | Elvira | 4 | 12,5 | | | | | | | 4 | 3,57 |
| 10 | Aldonça | | | 2 | 12 | | | 1 | 2,50 | 3 | 2,68 |
| 11 | Guiomar | | | 1 | 5,9 | | | 2 | 5,00 | 3 | 2,68 |
| 12 | Maior | 2 | 6,25 | 1 | 5,9 | | | | | 3 | 2,68 |
| 13 | Senhorinha | | | | | 1 | 4,35 | 2 | 5,00 | 3 | 2,68 |
| 14 | Estêvã ou Estevainha | 2 | 6,25 | | | | | | | 2 | 1,79 |
| 15 | Florença | 1 | 3,13 | | | 1 | 4,35 | | | 2 | 1,79 |
| 16 | Ana | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 17 | Co... | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 18 | Constança | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 19 | Francisca | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 20 | Geralda | | | | | 1 | 4,35 | | | 1 | 0,89 |
| 21 | Gonzia | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 22 | Graça | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 23 | Leonor | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 24 | Marinha | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 25 | Palonha | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 26 | Salria | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| 27 | Sancha | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 28 | Susana | 1 | 3,13 | | | | | | | 1 | 0,89 |
| 29 | Teresa | | | | | 1 | 4,35 | | | 1 | 0,89 |
| 30 | Vicenta | | | | | | | 1 | 2,50 | 1 | 0,89 |
| Total global | | 32 | 100 | 17 | 100 | 23 | 100 | 40 | 100 | 112 1654 | 100 |

¹⁶⁵³ A leitura das percentagens deve efectuar-se na vertical.

¹⁶⁵⁴ As coordenadas cronológicas que continuam a merecer dúvidas não foram aqui consideradas. Assim a discrepância entre o cômputo aqui apresentado (112) e o do apêndice – Frequência dos nomes próprios femininos (Porto, séc. XIV) – que colige 113 indivíduos do sexo feminino. O antroponímio aqui visado é Catarina que, em vez de se contabilizarem dez indivíduos, apenas se reúnem nove.

Apêndice 18 – Comparação¹⁶⁵⁵ dos treze nomes próprios femininos mais preferidos em diferentes coordenadas espaciais, temporais e sociológicas, no reino de Portugal, na Idade Média

| Espaço ¹⁶⁵⁶ | Baixo Douro | Terras de Aguiar de Sousa | Porto | Terras do Mosteiro de Alcobaça | Terras do Mosteiro de Alcobaça | Couto de S. João da Foz | Couto de Sto. Tirso | Terras alentejanas | Arq. da Madeira |
|------------------------|-------------|------------------------------|-----------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------------|------------------------|------------------|
| Séculos | X-XIII | X-XIII | XIV | XIV | XV | XV | XV | XV | XV-XVI |
| Comunidades | Mista | Aristocrática: família Sousa | Urbana | Rural | Rural | Piscatória | Rural | Privilegiados de Évora | População global |
| Indivíduos (total) | 413 | 188 | 113 | 239 | 189 | 80 | 102 | 51 | 587 |
| | % | % | % | % | % | % | % | % | % |
| 1 | Elvira | Maria 18,09 | Maria 28,32 | Maria 38,91 | Maria 34,92 | Maria 42,50 | Maria 29,41 | Beatriz 17,65 | Maria [18,90] |
| 2 | Maria | Teresa 16,49 | Margarida 10,62 | Catarina 11,72 | Catarina 13,76 | Catarina 25,00 | Catarina 23,53 | Catarina 17,65 | Catarina [15,16] |
| 3 | Godina | Sancha 9,04 | Catarina 8,85 | Margarida 11,30 | Margarida 9,52 | Inês 8,75 | Inês 15,69 | Isabel 9,80 | Isabel [10,73] |
| 4 | Adosinda | Urraca 10,64 | Clara 4,42 | Domingas 7,53 | Leonor 6,88 | Beatriz 5,00 | Margarida 8,82 | Inês 7,84 | Breitis [6,81] |
| 5 | Toda | Elvira 7,98 | Domingas 4,42 | Constança 5,86 | Beatriz 6,35 | Isabel 3,75 | Mícia 4,90 | Leonor 7,84 | Ana [6,47] |
| 6 | Urraca | Constança 3,72 | Inês 4,42 | Joana 4,18 | Inês 4,76 | Margarida 3,75 | Beatriz 2,94 | Maria 5,88 | Joana [5,28] |
| 7 | Teresa | Guiomar [3,72] | Joana 4,42 | Inês 2,93 | Constança 4,23 | Senhorinha 3,75 | Leonor 2,94 | Maior ou Mor 5,88 | Leonor [5,11] |
| 8 | | Estevainha 3,19 | Branca 3,54 | Marinha 2,51 | Domingas 3,17 | Leonor 2,50 | Domingas 2,94 | Constança 3,92 | Francisca [4,42] |
| 9 | | Mor ou Maior 3,19 | Elvira 3,54 | Iria 1,67 | Isabel 2,65 | Ana 1,25 | Isabel 1,96 | Guiomar 3,92 | Inês [4,08] |
| 10 | | Aldonça [1,60] | Aldonça 2,65 | Leonor 1,67 | Branca 2,12 | Guiomar 1,25 | Graca 1,96 | Margarida 3,92 | Antónia [3,91] |
| 11 | | Froilhe [1,60] | Guiomar 2,65 | Sancha 1,67 | Violante 1,59 | Joana 1,25 | Iria 1,96 | Aldonça 1,96 | Bárbara [3,74] |
| 12 | | Mecia [1,60] | Maior 2,65 | Branca 1,26 | Cecilia 1,06 | Mícia 1,25 | Branca 0,98 | Ana 1,96 | Filipa [2,38] |
| 13 | | Aldara [0,53] | Senhorinha 2,65 | Teresa 1,26 | Guiomar 1,06 | Guiomar 0,98 | Guiomar 0,98 | Brígida 1,96 | Margarida [2,38] |

¹⁶⁵⁵ Observações: A elaboração deste quadro comparativo procurou considerar de forma o mais rigorosa possível os dados fornecidos por cada estudo, à excepção da pesquisa levada a cabo por Ana Maria Alves sobre a onomástica de Lisboa, na segunda metade do século XVI (Alves, 1983), que em virtude das suas coordenadas cronológicas, bem distantes do presente estudo acaba por se entrosar com contextos bem diferenciados, onde se cruzam influências tridentinas, humanistas, jesuíticas, entre outras. Sempre que possível, procedeu-se ao cálculo das percentagens. Tal tarefa foi mais difícil para o período anterior ao século XIV, pelo que procedeu-se a uma estimativa em função dos dados fornecidos, indicando-se as percentagens-chave na evolução da utilização do respectivo nome. Assim, se justificam as percentagens em parênteses rectos, pois resultam de uma construção em função dos dados disponíveis. De forma a sistematizar, optou-se pelos 13 nomes mais utilizados em cada área e período, considerando que é precisamente este número que Robert Durand propõe na análise antroponímica da região do Baixo Douro. O mesmo foi aplicado no apêndice 21.

Apêndice 19 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) masculino, por ordem decrescente (Porto, séc. XIV)

| 1º D | Total | % | 1º D (cont.) | Total | % |
|-------------------------|-------|-------|---------------|-------|------|
| 1 João | 159 | 19,30 | 33 Ângelo | 1 | 0,12 |
| 2 Martim ou Martinho | 90 | 10,92 | 34 Antão | 1 | 0,12 |
| 3 Domingos | 71 | 8,62 | 35 Arão | 1 | 0,12 |
| 4 Afonso | 64 | 7,77 | 36 Bernal | 1 | 0,12 |
| 5 Pedro | 64 | 7,77 | 37 Brás | 1 | 0,12 |
| 6 Gonçalo | 62 | 7,52 | 38 Cabeceiras | 1 | 0,12 |
| 7 Estêvão | 32 | 3,88 | 39 Dias | 1 | 0,12 |
| 8 Lourenço | 28 | 3,40 | 40 Dourado | 1 | 0,12 |
| 9 Vasco | 26 | 3,16 | 41 Durão | 1 | 0,12 |
| 10 Fernando ou Fernão | 25 | 3,03 | 42 Egas | 1 | 0,12 |
| 11 Vicente ou Vicentais | 25 | 3,03 | 43 Garcia | 1 | 0,12 |
| 12 Francisco | 24 | 2,91 | 44 Gueidoar | 1 | 0,12 |
| 13 Gil | 15 | 1,82 | 45 Ildefonso | 1 | 0,12 |
| 14 Rui ou Rodrigo | 15 | 1,82 | 46 Jacob | 1 | 0,12 |
| 15 Diogo | 13 | 1,58 | 47 Jorge | 1 | 0,12 |
| 16 António ou Antoninho | 11 | 1,33 | 48 Julião | 1 | 0,12 |
| 17 Álvaro | 10 | 1,21 | 49 Lopo | 1 | 0,12 |
| 18 Nicolau | 10 | 1,21 | 50 Manuel | 1 | 0,12 |
| 19 Geraldo | 9 | 1,09 | 51 Paio | 1 | 0,12 |
| 20 André | 7 | 0,85 | 52 Pascoal | 1 | 0,12 |
| 21 Bartolomeu | 6 | 0,73 | 53 Raimundo | 1 | 0,12 |
| 22 Luís | 4 | 0,49 | 54 Romão | 1 | 0,12 |
| 23 Miguel | 4 | 0,49 | 55 Roque | 1 | 0,12 |
| 24 Nuno | 4 | 0,49 | 56 Salomão | 1 | 0,12 |
| 25 Mateus | 3 | 0,36 | 57 Salvos | 1 | 0,12 |
| 26 Salvador | 3 | 0,36 | 58 Semnho(?) | 1 | 0,12 |
| 27 Aparício | 2 | 0,24 | 59 Silvestre | 1 | 0,12 |
| 28 Gomes | 2 | 0,24 | 60 Tristão | 1 | 0,12 |
| 29 Marão | 2 | 0,24 | 61 Veirianes | 1 | 0,12 |
| 30 Tomé | 2 | 0,24 | 62 Vidal | 1 | 0,12 |
| 31 Abril | 1 | 0,12 | | | |
| 32 Aires | 1 | 0,12 | Total | 824 | 100 |

Apêndice 20 – Distribuição cronológica do primeiro designativo (1ºD) masculino (Porto, séc. XIV)

| 1ºD | 1301 - 1325 | % | 1326 - 1350 | % | 1351 - 1375 | % | 1376 - 1400 | % | Total global global | % |
|------------------------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|---------------------------|-------|
| 1 Abril | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 2 Afonso | 7 | 3,66 | 15 | 6,91 | 16 | 9,70 | 25 | 10,87 | 63 | 7,85 |
| 3 Aires | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 4 Álvaro | 1 | 0,52 | | | 2 | 1,21 | 7 | 3,04 | 10 | 1,25 |
| 5 André | 2 | 1,05 | 3 | 1,38 | | | 2 | 0,87 | 7 | 0,87 |
| 6 Ângelo | | | 1 | 0,46 | | | | | 1 | 0,12 |
| 7 Antão | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 8 António ou Antoninho | 2 | 1,05 | 2 | 0,92 | 4 | 2,42 | 3 | 1,30 | 11 | 1,37 |
| 9 Aparício | | | | | 1 | 0,61 | 1 | 0,43 | 2 | 0,25 |
| 10 Arão | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 11 Bartolomeu | 2 | 1,05 | 1 | 0,46 | 1 | 0,61 | 2 | 0,87 | 6 | 0,75 |
| 12 Bernal | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 13 Brás | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 14 Cabeceiras | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 15 Dias | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 16 Diogo | 5 | 2,62 | 2 | 0,92 | 3 | 1,82 | 3 | 1,30 | 13 | 1,62 |
| 17 Domingos | 28 | 14,66 | 23 | 10,60 | 9 | 5,45 | 10 | 4,35 | 70 | 8,72 |
| 18 Dourado | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 19 Durão | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 20 Egas | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 21 Estêvão | 8 | 4,19 | 9 | 4,15 | 6 | 3,64 | 9 | 3,91 | 32 | 3,99 |
| 22 Fernando ou Fernão | 7 | 3,66 | 9 | 4,15 | 4 | 2,42 | 4 | 1,74 | 24 | 2,99 |
| 23 Francisco | 6 | 3,14 | 10 | 4,61 | 4 | 2,42 | 3 | 1,30 | 23 | 2,86 |
| 24 Garcia | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 25 Geraldo | 2 | 1,05 | 4 | 1,84 | 2 | 1,21 | | | 8 | 1,00 |
| 26 Gil | 1 | 0,52 | 1 | 0,46 | 5 | 3,03 | 7 | 3,04 | 14 | 1,74 |
| 27 Gomes | 1 | 0,52 | 1 | 0,46 | | | | | 2 | 0,25 |
| 28 Gonçalo | 8 | 4,19 | 18 | 8,29 | 13 | 7,88 | 19 | 8,26 | 58 | 7,22 |
| 29 Gueidoar | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 30 Ildefonso | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 31 Jacob | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 32 João | 32 | 16,75 | 41 | 18,89 | 31 | 18,79 | 49 | 21,30 | 153 | 19,05 |
| 33 Jorge | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 34 Julião | | | 1 | 0,46 | | | | | 1 | 0,12 |
| 35 Lopo | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 36 Lourenço | 8 | 4,19 | 6 | 2,76 | 6 | 3,64 | 7 | 3,04 | 27 | 3,36 |
| 37 Luís | 1 | 0,52 | | | | | 3 | 1,30 | 4 | 0,50 |
| 38 Manuel | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 39 Marão | 1 | 0,52 | 1 | 0,46 | | | | | 2 | 0,25 |
| 40 Martim ou Martinho | 24 | 12,57 | 26 | 11,98 | 11 | 6,67 | 27 | 11,74 | 88 | 10,96 |
| 41 Mateus | | | 2 | 0,92 | 1 | 0,61 | | | 3 | 0,37 |
| 42 Miguel | 1 | 0,52 | 2 | 0,92 | 1 | 0,61 | | | 4 | 0,50 |
| 43 Nicolau | 4 | 2,09 | 3 | 1,38 | 3 | 1,82 | | | 10 | 1,25 |
| 44 Nuno | | | | | 1 | 0,61 | 3 | 1,30 | 4 | 0,50 |
| 45 Paio | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| 46 Pascoal | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |

Apêndice 20 – Distribuição cronológica do primeiro designativo (1ºD) masculino (Porto, séc. XIV)

| 1ºD | 1301 - 1325 | % | 1326 - 1350 | % | 1351 - 1375 | % | 1376 - 1400 | % | Total global global | % |
|-------------------------|----------------|------|----------------|------|----------------|------|----------------|------|---------------------------|------|
| 47 Pedro | 19 | 9,95 | 20 | 9,22 | 13 | 7,88 | 12 | 5,22 | 64 | 7,97 |
| 48 Raimundo | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 49 Romão | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 50 Roque | | | | | 1 | 0,61 | | | 1 | 0,12 |
| 51 Rui ou Rodrigo | 3 | 1,57 | 5 | 2,30 | 4 | 2,42 | 2 | 0,87 | 14 | 1,74 |
| 52 Salomão | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 53 Salvador | 2 | 1,05 | | | | | | | 2 | 0,25 |
| 54 Salvos | | | 1 | 0,46 | | | | | 1 | 0,12 |
| 55 Semho(?) | | | 1 | 0,46 | | | | | 1 | 0,12 |
| 56 Silvestre | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 57 Tomé | 1 | 0,52 | | | | | 1 | 0,43 | 2 | 0,25 |
| 58 Tristão | | | 1 | 0,46 | | | | | 1 | 0,12 |
| 59 Vasco | 1 | 0,52 | 4 | 1,84 | 5 | 3,03 | 16 | 6,96 | 26 | 3,24 |
| 60 Veiranes | | | | | | | 1 | 0,43 | 1 | 0,12 |
| 61 Vicente ou Vicentais | 7 | 3,66 | 4 | 1,84 | 9 | 5,45 | 5 | 2,17 | 25 | 3,11 |
| 62 Vidal | 1 | 0,52 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| Total global | 191 | 100 | 217 | 100 | 165 | 100 | 230 | 100 | 803 ¹⁶⁵⁷ | 100 |

¹⁶⁵⁷ De lembrar que aqui não se encontram contabilizados as datas que, embora se enquadrem no século XIV, não são totalmente precisas (21 datas). O que justifica a discrepância dos totais (803 e não 824) quando se confronta o total de 1ºD masculinos coligidos em função da frequência e da distribuição cronológica.

Apêndice 21 – Comparação dos treze nomes próprios masculinos mais preferidos em diferentes coordenadas espaciais, temporais e sociológicas, no reino de Portugal, na Idade Média

| Espaço | Coimbra | Baixo Douro | Terras de Aguiar de Sousa | Porto | Terras do Mosteiro de Alcobaça | Terras do Mosteiro de Alcobaça | Terras do Mosteiro de Alcobaça | Couto de S. João da Foz | Couto de Sto. Tirso | Terras alentejanas | | Arq. da Madeira |
|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------|
| | | | | | | | | | | X-XIII | XIV | |
| Séculos | X-XIII | X-XIII | X-XIII | XIV | XIV | XV | XV | XV | XV | XV | XV | XV-XVI |
| Comunidades | Mista | Mista | Aristocrática: família Sousa | Urbana | Rural | Rural | Rural | Piscatória | Rural | Privilegiados de Évora | População global | |
| Indivíduos [total] | 2587 | 1509 | 330 | 819 | 1049 | 1191 | 162 | 119 | 119 | 962 | 7421 | % |
| 1 | <i>Petrus</i> [1-15] | <i>Petrus</i> [0-20-10] | João [13,64] | João 19,41 | João 22,59 | João 29,47 | João 28,40 | João 42,02 | João 42,02 | João 21,10 | João [17,62] | % |
| 2 | <i>Pelagius</i> [1-15-10] | <i>Gundisalvus</i> [5-10] | Pedro [11,21] | Martim ou Martinho 10,99 | Domingos 18,40 | Afonso 8,56 | Afonso 12,96 | Gonçalo 21,85 | Gonçalo 21,85 | Fernão ou Fernando 10,50 | Pedro [8,94] | % |
| 3 | <i>Menendus</i> [10-5] | <i>Pelagius</i> [2-10-0] | Martim [10,61] | Domingos 8,67 | Afonso 8,58 | Pero ou Pedro 8,06 | Pedro 9,88 | Afonso 18,49 | Afonso 18,49 | Afonso 7,48 | Diogo [5,03] | % |
| 4 | <i>Gundisalvus</i> [3-10-5] | <i>Menendus</i> [2-10-0] | Fernando ou Fernão [6,97] | Afonso 7,81 | Estêvão 8,01 | Fernando ou Fernando 6,55 | Luis 6,17 | Pedro ou Pero 15,13 | Pedro ou Pero 15,13 | Rui ou Rodrigo 6,86 | Francisco [4,85] | % |
| 5 | <i>Johannes</i> [1-5-7] | <i>Suaris</i> [1-10-0] | Rui ou Rodrigo [6,67] | Pedro 7,81 | Pedro 6,39 | Álvaro 4,70 | Martim ou Martinho 6,17 | Álvaro 13,45 | Álvaro 13,45 | Diogo 6,65 | António [4,74] | % |
| 6 | <i>Martinus</i> [0-5-7] | <i>Johannes</i> [0-5-10] | Gonçalo [5,76] | Gonçalo 7,57 | Martim 6,01 | Gonçalo 4,20 | Gonçalo 5,56 | Fernão ou Fernando 5,88 | Fernão ou Fernando 5,88 | Pero ou Pedro 5,82 | Gonçalo [4,72] | % |
| 7 | <i>Suaris</i> [1-5-3] | <i>Martinus</i> [0-5-10] | Lourenço | Estêvão 3,91 | Vicente 4,86 | Vasco 4,11 | Álvaro 4,32 | Martim ou Martinho 5,88 | Martim ou Martinho 5,88 | Gonçalo 5,20 | Álvaro [3,57] | % |
| 8 | <i>Salvator</i> [0-5-0] | <i>Egas</i> [0-10-0] | Mem ou Mendo [4,24] | Lourenço 3,42 | Lourenço 4,58 | Diogo 3,86 | Diogo 3,70 | Vasco 4,20 | Vasco 4,20 | Martim ou Martinho 4,57 | Fernão ou Fernando [3,32] | % |
| 9 | <i>Vermudus</i> [1-3-1] | <i>Ferdinandus</i> [0-10-0] | Pelágio /Palo [3,64] | Vasco 3,17 | Vasco 3,24 | Estêvão 3,69 | Fernando ou Fernão 3,70 | Luis 2,52 | Luis 2,52 | Álvaro 4,26 | Manuel [3,26] | % |
| 10 | <i>Arias</i> [1-5-2] | <i>Didacus</i> [2-5-0] | Gil | Fernando ou Fernão 3,05 | Gonçalo 3,15 | Martim ou Martinho 3,27 | André 3,09 | Diogo 1,68 | Diogo 1,68 | Vasco 3,95 | Afonso [3,16] | % |
| 11 | <i>Fredenandus</i> [1-3-1] | <i>Gudinus</i> [0-5-0] | Nuno | Vicente ou Vicentais 3,05 | André 1,14 | Lourenço 3,11 | Vasco 3,09 | Estêvão 1,68 | Estêvão 1,68 | Luis 3,12 | Luis [2,43] | % |
| 12 | <i>Cidi</i> [0-2] | <i>Alfonsus</i> [2-5] | Soeiro | Francisco 2,93 | Fernando ou Fernão 1,14 | Vicente 3,02 | Gil 2,47 | Gil 1,68 | Gil 1,68 | Lopo 2,81 | Rui [2,02] | % |
| 13 | <i>Jacobus</i> [2-3-0] | <i>Rodericus</i> [2-5] | Egas [2,42] | Gil 1,83 | Álvaro 0,86 | Rodrigo 2,60 | Rui ou Rodrigo 2,47 | Gomes 1,68 | Gomes 1,68 | Estêvão 2,49 | Jorge [1,87] | % |

**Apêndice 22 – Frequência do primeiro designativo (1ºD)
na população masculina eclesiástica
(Porto, séc. XIV)**

| | 1º D – Eclesiásticos | Total | % |
|----|----------------------|-------|-------|
| 1 | Afonso | 23 | 9,31 |
| 2 | Álvaro | 2 | 0,81 |
| 3 | André | 2 | 0,81 |
| 4 | António ou Antoninho | 2 | 0,81 |
| 5 | Bartolomeu | 2 | 0,81 |
| 6 | Dias | 1 | 0,40 |
| 7 | Diogo | 6 | 2,43 |
| 8 | Domingos | 27 | 10,93 |
| 9 | Durão | 1 | 0,40 |
| 10 | Egas | 1 | 0,40 |
| 11 | Estêvão | 12 | 4,86 |
| 12 | Fernando ou Fernão | 9 | 3,64 |
| 13 | Francisco | 2 | 0,81 |
| 14 | Geraldo | 2 | 0,81 |
| 15 | Gil | 4 | 1,62 |
| 16 | Gonçalo | 17 | 6,88 |
| 17 | João | 41 | 16,60 |
| 18 | Julião | 1 | 0,40 |
| 19 | Lourenço | 11 | 4,45 |
| 20 | Luís | 2 | 0,81 |
| 21 | Marão | 2 | 0,81 |
| 22 | Martim ou Martinho | 34 | 13,77 |
| 23 | Miguel | 1 | 0,40 |
| 24 | Nicolau | 2 | 0,81 |
| 25 | Nuno | 1 | 0,40 |
| 26 | Pedro | 16 | 6,48 |
| 27 | Rui ou Rodrigo | 10 | 4,05 |
| 28 | Silvestre | 1 | 0,40 |
| 29 | Tomé | 2 | 0,81 |
| 30 | Vasco | 6 | 2,43 |
| 31 | Vicente ou Vicentais | 3 | 1,21 |
| 32 | Vidal | 1 | 0,40 |
| | Total | 247 | 100 |

Apêndice 23 – Frequência do primeiro designativo (1ºD) na identificação da população masculina laica (Porto, séc. XIV)

| 1º D – Laicos | | Total | % | 1º D – Laicos (cont.) | | Total | % |
|---------------|----------------------|-------|------|-----------------------|----------------------|-------|-------|
| 1 | Abril | 1 | 0,17 | 29 | João | 118 | 20,45 |
| 2 | Afonso | 41 | 7,11 | 30 | Jorge | 1 | 0,17 |
| 3 | Aires | 1 | 0,17 | 31 | Lopo | 1 | 0,17 |
| 4 | Álvaro | 8 | 1,39 | 32 | Lourenço | 17 | 2,95 |
| 5 | André | 5 | 0,87 | 33 | Luis | 2 | 0,35 |
| 6 | Ângelo | 1 | 0,17 | 34 | Manuel | 1 | 0,17 |
| 7 | Antão | 1 | 0,17 | 35 | Martim ou Martinho | 56 | 9,71 |
| 8 | António ou Antoninho | 9 | 1,56 | 36 | Mateus | 3 | 0,52 |
| 9 | Aparício | 2 | 0,35 | 37 | Miguel | 3 | 0,52 |
| 10 | Arão | 1 | 0,17 | 38 | Nicolau | 8 | 1,39 |
| 11 | Bartolomeu | 4 | 0,69 | 39 | Nuno | 3 | 0,52 |
| 12 | Bernal | 1 | 0,17 | 40 | Paio | 1 | 0,17 |
| 13 | Brás | 1 | 0,17 | 41 | Pascoal | 1 | 0,17 |
| 14 | Cabeceiras | 1 | 0,17 | 42 | Pedro | 48 | 8,32 |
| 15 | Diogo | 7 | 1,21 | 43 | Raimundo | 1 | 0,17 |
| 16 | Domingos | 44 | 7,63 | 44 | Romão | 1 | 0,17 |
| 17 | Dourado | 1 | 0,17 | 45 | Roque | 1 | 0,17 |
| 18 | Estêvão | 20 | 3,47 | 46 | Rui ou Rodrigo | 5 | 0,87 |
| 19 | Fernando ou Fernão | 16 | 2,77 | 47 | Salomão | 1 | 0,17 |
| 20 | Francisco | 22 | 3,81 | 48 | Salvador | 3 | 0,52 |
| 21 | Garcia | 1 | 0,17 | 49 | Salvos | 1 | 0,17 |
| 22 | Geraldo | 7 | 1,21 | 50 | Semnho(?) | 1 | 0,17 |
| 23 | Gil | 11 | 1,91 | 51 | Tristão | 1 | 0,17 |
| 24 | Gomes | 2 | 0,35 | 52 | Vasco | 20 | 3,47 |
| 25 | Gonçalo | 45 | 7,80 | 53 | Veirianes | 1 | 0,17 |
| 26 | Gueidoar | 1 | 0,17 | 54 | Vicente ou Vicentais | 22 | 3,81 |
| 27 | Ildefonso | 1 | 0,17 | | | | |
| 28 | Jacob | 1 | 0,17 | | | | |
| | | | | | Total | 577 | 100 |

Apêndice 24 – Frequência dos patronímicos (Porto, séc. XIV)

| Patronímicos | Total | % | Patronímicos (cont.) | Total | % |
|---------------------------|-------|-------|----------------------|-------|------|
| 1 Eanes | 126 | 16,84 | 31 Silvestre | 2 | 0,27 |
| 2 Martins ou Martim | 107 | 14,30 | 32 Vieira | 2 | 0,27 |
| 3 Domingues | 104 | 13,90 | 33 Abrãens | 1 | 0,13 |
| 4 Peres | 78 | 10,43 | 34 André | 1 | 0,13 |
| 5 Esteves ou Estêvão | 46 | 6,15 | 35 Barrego | 1 | 0,13 |
| 6 Afonso | 41 | 5,48 | 36 Bartolomeu | 1 | 0,13 |
| 7 Gonçalves | 33 | 4,41 | 37 Botelho | 1 | 0,13 |
| 8 Fernandes | 23 | 3,07 | 38 Brandão | 1 | 0,13 |
| 9 Lourenço | 20 | 2,67 | 39 Carrazedo | 1 | 0,13 |
| 10 Vicente | 20 | 2,67 | 40 Cavaco | 1 | 0,13 |
| 11 Geraledes | 19 | 2,54 | 41 Egas | 1 | 0,13 |
| 12 Vasques | 13 | 1,74 | 42 Ferraz | 1 | 0,13 |
| 13 Rodrigues | 11 | 1,47 | 43 Germudes | 1 | 0,13 |
| 14 Pais | 9 | 1,20 | 44 Jacome | 1 | 0,13 |
| 15 Mendes | 8 | 1,07 | 45 Lamela | 1 | 0,13 |
| 16 Miguéis | 8 | 1,07 | 46 Loureiro | 1 | 0,13 |
| 17 Gil | 7 | 0,94 | 47 Louvado | 1 | 0,13 |
| 18 Francisco ou Francisca | 5 | 0,67 | 48 Marcos | 1 | 0,13 |
| 19 Viegas | 5 | 0,67 | 49 Moniz | 1 | 0,13 |
| 20 Henriques | 4 | 0,53 | 50 Palmeira | 1 | 0,13 |
| 21 Mateus | 4 | 0,53 | 51 Pascoal | 1 | 0,13 |
| 22 Sanches | 4 | 0,53 | 52 Pereira | 1 | 0,13 |
| 23 Soares | 4 | 0,53 | 53 Ramalho | 1 | 0,13 |
| 24 Barreiro ou Barreiros | 3 | 0,40 | 54 Ramires | 1 | 0,13 |
| 25 Durães ou Durão | 3 | 0,40 | 55 Ramos | 1 | 0,13 |
| 26 Garcia | 3 | 0,40 | 56 Reis | 1 | 0,13 |
| 27 Gomes | 3 | 0,40 | 57 Sequeiros | 1 | 0,13 |
| 28 Álvares | 2 | 0,27 | 58 Teixeira | 1 | 0,13 |
| 29 Diogo ou Dias | 2 | 0,27 | 59 Tomás | 1 | 0,13 |
| 30 Nicolas | 2 | 0,27 | | | |
| 31 Silvestre | 2 | 0,27 | | | |
| 32 Vieira | 2 | 0,27 | | | |
| | | | Total | 824 | 100 |

Apêndice 25 – Distribuição cronológica dos patronímicos (Porto, séc. XIV)

| 2º D – Patronímico ¹⁶⁵⁸ | | 1301- 1325 | % | 1326- 1350 | % | 1351- 1375 | % | 1376- 1400 | % | Total global | % |
|------------------------------------|------------------------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|-----------------|-------|
| 1 | Eanes | 30 | 18,07 | 37 | 18,97 | 24 | 16,00 | 33 | 14,86 | 124 | 16,92 |
| 2 | Martins ou Martim | 24 | 14,46 | 34 | 17,44 | 16 | 10,67 | 31 | 13,96 | 105 | 14,32 |
| 3 | Domingues | 23 | 13,86 | 28 | 14,36 | 27 | 18,00 | 22 | 9,91 | 100 | 13,64 |
| 4 | Peres | 22 | 13,25 | 20 | 10,26 | 18 | 12,00 | 15 | 6,76 | 75 | 10,23 |
| 5 | Esteves ou Estêvão | 9 | 5,42 | 12 | 6,15 | 9 | 6,00 | 16 | 7,21 | 46 | 6,28 |
| 6 | Afonso | 6 | 3,61 | 5 | 2,56 | 9 | 6,00 | 20 | 9,01 | 40 | 5,46 |
| 7 | Gonçalves | 4 | 2,41 | 4 | 2,05 | 7 | 4,67 | 17 | 7,66 | 32 | 4,37 |
| 8 | Fernandes | 3 | 1,81 | 6 | 3,08 | 5 | 3,33 | 9 | 4,05 | 23 | 3,14 |
| 9 | Lourenço | 3 | 1,81 | 4 | 2,05 | 5 | 3,33 | 8 | 3,60 | 20 | 2,73 |
| 10 | Vicente | 5 | 3,01 | 4 | 2,05 | 8 | 5,33 | 3 | 1,35 | 20 | 2,73 |
| 11 | Geraldes | 5 | 3,01 | 7 | 3,59 | 3 | 2,00 | 4 | 1,80 | 19 | 2,59 |
| 12 | Vasques | 2 | 1,20 | | | 3 | 2,00 | 8 | 3,60 | 13 | 1,77 |
| 13 | Rodrigues | | | 3 | 1,54 | 1 | 0,67 | 7 | 3,15 | 11 | 1,50 |
| 14 | Pais | 2 | 1,20 | 2 | 1,03 | 2 | 1,33 | 3 | 1,35 | 9 | 1,23 |
| 15 | Mendes | 5 | 3,01 | 3 | 1,54 | | | | | 8 | 1,09 |
| 16 | Miguéis | 3 | 1,81 | 2 | 1,03 | 1 | 0,67 | 2 | 0,90 | 8 | 1,09 |
| 17 | Gil | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,67 | 5 | 2,25 | 7 | 0,95 |
| 18 | Francisco ou Francisca | 1 | 0,60 | 1 | 0,51 | | | 3 | 1,35 | 5 | 0,68 |
| 19 | Viegas | 1 | 0,60 | 3 | 1,54 | 1 | 0,67 | | | 5 | 0,68 |
| 20 | Henriques | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,67 | 2 | 0,90 | 4 | 0,55 |
| 21 | Mateus | | | 1 | 0,51 | 2 | 1,33 | 1 | 0,45 | 4 | 0,55 |
| 22 | Sanches | | | 1 | 0,51 | | | 3 | 1,35 | 4 | 0,55 |
| 23 | Soares | 1 | 0,60 | 2 | 1,03 | | | 1 | 0,45 | 4 | 0,55 |
| 24 | Barreiro ou Barreiros | 1 | 0,60 | | | 2 | 1,33 | | | 3 | 0,41 |
| 25 | Durães ou Durão | 3 | 1,81 | | | | | | | 3 | 0,41 |
| 26 | Garcia | 1 | 0,60 | | | 1 | 0,67 | 1 | 0,45 | 3 | 0,41 |
| 27 | Gomes | | | 2 | 1,03 | | | 1 | 0,45 | 3 | 0,41 |
| 28 | Álvares | | | 2 | 1,03 | | | | | 2 | 0,27 |
| 29 | Dias | 1 | 0,60 | | | 1 | 0,67 | | | 2 | 0,27 |
| 30 | Nicolas | | | | | 1 | 0,67 | 1 | 0,45 | 2 | 0,27 |
| 31 | Silvestre | 2 | 1,20 | | | | | | | 2 | 0,27 |
| 32 | Abrãens | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 33 | André | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 34 | Bartolomeu | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 35 | Botelho | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 36 | Brandão | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 37 | Carrazedo | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |

¹⁶⁵⁸ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

Apêndice 25 – Distribuição cronológica dos patronímicos (Porto, séc. XIV)

| 2º D – Patronímico ¹⁶⁵⁸ | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|------------------------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|---------------------|------|
| 38 Cavaco | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 39 Egas | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |
| 40 Ferraz | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |
| 41 Germudes | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 42 Jacome | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 43 Lamela | | | | | 1 | 0,67 | | | 1 | 0,14 |
| 44 Loureiro | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 45 Louvado | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 46 Marcos | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 47 Moniz | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 48 Palmeira | | | | | 1 | 0,67 | | | 1 | 0,14 |
| 49 Pascoal | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 50 Pereira | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 51 Ramalho | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |
| 52 Ramires | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 53 Ramos | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 54 Reis | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| 55 Sequeiros | 1 | 0,60 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| 56 Teixeira | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |
| 57 Tomás | | | | | | | 1 | 0,45 | 1 | 0,14 |
| 58 Vieira | | | 1 | 0,51 | | | | | 1 | 0,14 |
| Total global | 166 | 100 | 195 | 100 | 150 | 100 | 222 | 100 | 733 ¹⁶⁵⁹ | 100 |

¹⁶⁵⁹ De referir que encontram-se excluídos deste quadro todos os 2ºD que permanecem na incógnita (15). Assim se compreende que não se totalizam 748 (como se apura no apêndice 24), mas sim 733 indivíduos. Por sua vez, os designativos que correspondem a nomes herdados de pai para filho – apelidos (11).

Apêndice 26 – Identificação de filhos e pais (Porto, séc. XIV)

| Identificação do filho | Identificação do pai e/ou da mãe | CRI ¹⁶⁶⁰ | ADP |
|---|---|---------------------|---|
| <i>Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto</i> | <i>Vicente Martins e Maior Domingues das Eiras</i> | III | L. S., LXXXII, 161-175; XCVIII, 72-80v |
| <i>Afonso Eanes, filho de ...</i> | <i>João Gomes de Freitas</i> | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| <i>Afonso Lourenço, filho que foi de ...</i> | <i>Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto; morador em outro tempo na cidade do Porto</i> | V e VI | L. S., LXXXVIII, 94-103; XCVII, 141-154 |
| <i>Afonso Rodrigues, escudeiro</i> | <i>Afonso Rodrigues Ribeiro</i> | | L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; CI, 346-353 |
| <i>Afonso Vicente, filho de ...</i> | <i>Vicente Martins Barreiros e Maria Domingues das Eiras</i> | III | L. S., LXXXII, 161-175 |
| <i>Aldonça Eanes, filha que foi de ...</i> | <i>João Cabraes e de Aldonça Mateus cidadãos que foram da cidade do Porto</i> | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 |
| <i>Beatriz Lourenço, moradora em Guimarães</i> | <i>Lourenço Tomás</i> | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| <i>Branca Lourenço</i> | <i>Lourenço Tomás</i> | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| <i>Clara Domingues, filha que foi de ...</i> | <i>Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão</i> | LXIX | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| <i>Constança Eanes, filha de ...</i> | <i>João Botelho</i> | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| <i>Diogo Peres, filho de ...</i> | <i>Francisco Peres da rua Chã, morador na cidade do Porto</i> | | L. S., XCVII, 8-19 |
| <i>Domingos Calvo</i> | <i>Domingos Domingues, irmão de Vicente Domingues chantre do Porto</i> | | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; LXXXII, 120-135 |
| <i>Domingos Eanes Grainho, cônego da Sé do Porto</i> | <i>Domingos Eanes Grainho e Maria Fernandes</i> | LXV, XXVIII | L. O., XX, 23 |
| <i>Fernando, filho de ...</i> | <i>João Domingues Santos e Margarida Afonso</i> | | L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| <i>Gabriel Gonçalves, filho do..., morador na cidade do Porto</i> | <i>Gonçalo Louredo, escrivão do Armazém da cidade do Porto, procurador do concelho do Porto</i> | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| <i>Gil do Sem, doutor</i> | <i>Pedro do Sem, homem de Martim Esteves (cônego do Porto) e Constança Martins</i> | XXVIII | L. O., XX, 23 |

¹⁶⁶⁰Configuração relacional interactiva (CRI). Consultar apêndice 48, nas quais os respectivos indivíduos são inseridos no interior teia de relações restauradas.

Apêndice 26 – Identificação de filhos e pais (Porto, séc. XIV)

| Identificação do filho | Identificação do pai e/ou da mãe | CRI ¹⁶⁶⁰ | ADP |
|--|---|---------------------|---|
| Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | Bartolomeu Martins e Branca Lourenço | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Gomes Peres , filho do ... | Pedro Afonso | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Gonçalo Mendes , filho de ... | Afonso Domingues | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Gonçalo Peres , filho de... | Gonçalo Peres das Eiras | | L. S., CI, 346-353 |
| João Afonso , filho que foi de ..., mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | Afonso Martins da Agrela | XXVIII, XXIX | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Alvarinho , filho que foi de [...] | Alvarinho de Golpilharinhos, morador em Francelos | | L. O., XXIII, 27 |
| João Barreiros, filho que foi de ... | Aldonça Eanes | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| João Eanes | João Peres Pirrigoto da Ferreira | | L. S., LXXXI, 60-66 |
| João Fernandes | Fernando Afonso , peliteiro, mercador, morador na cidade do Porto | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| João filho que foi de... | Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto; morador em outro tempo na cidade do Porto | V e VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João Martins , filho de ... | Nuno Martins | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João Martins , filho que foi de ... | de Martim Cabeça | | L. S., LXXXI, 156-162 |
| João Mateus , filho do ... | Mateus Eanes do Souto , [homem do dito deão] | XLV | L. O, XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| João Redondo, cónego da cidade do Porto | Nicolau Pais e Dona Maior Eanes | XI | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 11; L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXXVIII, 83-86v; L. S., LXXIX, 55-61v |
| Julião Peres , abade da Igreja de coronado da terra da Maia | Sobrinha de Vicente Domingues , chantre ... | XXXIX | L. S., LXXX, 133-140; LXXXII, 120-135 |
| Maior | João Peres | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Margarida | Domingos do Porto , advogado que foi na rua dos mercadores | LVI | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Margarida Afonso , sobrinha de Joana Martins , filha que foi de ... | Afonso Alho irmão de Joana Martins | II | L. S., LXXIV, 219-224; LXXXVII, 211-218v |
| Margarida Domingues , filha que foi de | Domingos Eanes Grainho de Rio Meão | LXV | L. O., XXIII, 3 |
| Maria Afonso , filha de ... e mulher que foi de Vasco Palos , mercador | Afonso Lourenço | V e VI | L. S., LXXXVIII, 94-103; XCVII, 141-154 |

Apêndice 26 – Identificação de filhos e pais (Porto, séc. XIV)

| Identificação do filho | Identificação do pai e/ou da mãe | CRI ¹⁶⁶⁰ | ADP |
|---|---|---------------------|--|
| <i>Maria Eanes neta de Maior Domingues das Eiras</i> | <i>Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto</i> | | L. S., LXXXII, 161-175; XCVIII, 72-80v |
| <i>Maria Martins, filha de ...</i> | <i>Elvira Domingues [irmã] de Vicente Domingues, chantre</i> | XXXIX | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| <i>Maria Miguéis</i> | <i>Martim Gil Porto</i> | | |
| <i>Martim Afonso, filho que foi de ...</i> | <i>Afonso Martins Monteiro</i> | | L. S., LXXXVIII, 1-5; |
| <i>Martim Domingues, filho que foi de</i> | <i>Domingos Eanes Grainho e de Maria Fernandes</i> | LXV, XVIII, XXVIII | L. O., XX, 23; XXIII, 3, 8; L. S., XCVI, 25-30 |
| <i>Martim Domingues, sapateiro</i> | <i>Diogo Esteves, sapateiro</i> | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| <i>Martim Eanes, filho de...</i> | <i>João Nogueira</i> | XLV | L. O., XVII, 11 |
| <i>Miguel Martins, morador no lugar de Degarei</i> | <i>Diogo Soares de Degarei</i> | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| <i>Pedro Eanes, morador em ...</i> | <i>Francisco Domingues</i> | LXV | L. O., XXIII, 8 |
| <i>Pedro Martins, filho de</i> | <i>Martim Eanes e Susana Peres</i> | | |
| <i>Pedro Pais, filho de ...</i> | <i>Pais Esteves</i> | | L. S., LXXXI, 109-113 |
| <i>Pedro Vicente, filho que fui de ...</i> | <i>Vicente Eanes, canhador e Geralda Peres (sua mulher)</i> | | L. S., LXXVI, 100-104 |
| <i>Rodrigo Eanes, filho que foi do</i> | <i>Abade de Nogueira</i> | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| <i>Senhorinha Eanes, filha que foi do ...</i> | <i>Domingos Eanes</i> | LXV | L. O., XXIII, 3 |
| <i>Vasco Afonso, filho de ...</i> | <i>Afonso ...</i> | | L. O., XXIII, 8; |
| <i>Vicente Peres, filho que foi de ... morador na cidade do Porto</i> | <i>Vicente Peres,</i> | | L. O., XXIV, 40; L. S., XCVI, 204- 224 |

Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)

| 1º D | 2º D – Patronímico (2ºDP) ¹⁶⁶¹ | | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total global | | Total global | |
|----------------------|---|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|-------|--------------|-------|--------------|---|
| | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | % | 2ºDP | % |
| João | 32 | 30 | 41 | 37 | 31 | 24 | 49 | 33 | 153 | 18,80 | 124 | 16,92 | | |
| Martim ou Martinho | 24 | 24 | 26 | 34 | 11 | 16 | 27 | 31 | 88 | 10,20 | 105 | 14,32 | | |
| Domingos | 28 | 23 | 23 | 28 | 9 | 27 | 10 | 22 | 70 | 8,60 | 100 | 13,64 | | |
| Afonso | 7 | 6 | 15 | 5 | 16 | 9 | 25 | 20 | 63 | 7,74 | 40 | 5,46 | | |
| Pedro | 19 | 22 | 20 | 20 | 13 | 18 | 12 | 15 | 64 | 7,86 | 75 | 10,23 | | |
| Gonçalo | 8 | 4 | 18 | 4 | 13 | 7 | 19 | 17 | 58 | 7,13 | 32 | 4,37 | | |
| Estêvão | 8 | 9 | 9 | 12 | 6 | 9 | 9 | 16 | 32 | 3,93 | 46 | 6,28 | | |
| Lourenço | 8 | 3 | 6 | 4 | 6 | 5 | 7 | 8 | 27 | 3,32 | 20 | 2,73 | | |
| Vasco | 1 | 2 | 4 | | 5 | 3 | 16 | 8 | 26 | 3,19 | 13 | 1,77 | | |
| Fernando ou Fernão | 7 | 3 | 9 | 6 | 4 | 5 | 4 | 9 | 24 | 2,95 | 23 | 3,14 | | |
| Vicente ou Vicentais | 7 | 5 | 4 | 4 | 9 | 8 | 5 | 3 | 25 | 3,07 | 20 | 2,73 | | |
| Francisco | 6 | 1 | 10 | 1 | 4 | | 3 | 3 | 23 | 2,83 | 5 | 0,68 | | |
| Gil | 1 | | 1 | 1 | 5 | 1 | 7 | 5 | 14 | 1,72 | 7 | 0,95 | | |
| Rui ou Rodrigo | 3 | | 5 | 3 | 4 | 1 | 2 | 7 | 14 | 1,72 | 11 | 1,50 | | |
| Diogo | 5 | 1 | 2 | | 3 | 1 | 3 | | 13 | 1,72 | 2 | 0,27 | | |
| António ou Antoninho | 2 | | 2 | | 4 | | 3 | | 11 | 1,35 | | | | |
| Álvaro | 1 | | 2 | | 2 | | 7 | | 10 | 1,23 | 2 | 0,27 | | |

¹⁶⁶¹ Todas as formas antroponímicas cujo 2º designativo corresponde claramente a um nome de família – apelido – não foram aqui consideradas.

Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)

| 1º D | 2º D – Patronímico (2ºDP) ¹⁶⁶¹ | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total global | | | |
|------------|---|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|--------------|------|----|------|
| | | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | % | | |
| Nicolau | Nicolas | 4 | | 3 | 1 | 3 | 1 | | 1 | 10 | 1,23 | 2 | 0,27 |
| Geraldo | Geraldes | 2 | 5 | 4 | 7 | 2 | 3 | | 4 | 8 | 0,98 | 19 | 2,59 |
| André | André | 2 | | 3 | 1 | | | 2 | | 7 | 0,86 | 1 | 0,14 |
| Bartolomeu | Bartolomeu | 2 | | 1 | 1 | 1 | | 2 | | 6 | 0,74 | 1 | 0,14 |
| Luis | | 1 | | | | | | 3 | | 4 | 0,49 | | |
| Nuno | | | | | | 1 | | 3 | | 4 | 0,49 | | |
| Miguel | Miguéis | 1 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | | 2 | 4 | 0,49 | 8 | 1,09 |
| Salvador | | 2 | | | | | | | | 2 | 0,25 | | |
| Mateus | Mateus | | | 2 | 1 | 1 | 2 | | 1 | 3 | 0,37 | 4 | 0,55 |
| Aparício | | | | | | 1 | | 1 | | 2 | 0,25 | | |
| Marão | | | | 1 | | | | | | 1 | 0,25 | | |
| Tomé | | 1 | | | | | | 1 | | 2 | 0,25 | | |
| Gomes | Gomes | 1 | | 1 | 2 | | | 1 | | 2 | 0,25 | 3 | 0,41 |
| Abri | | 1 | | | | | | | | 1 | 0,12 | | |
| Aires | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 | | |
| Ângelo | | | | 1 | | | | | | 1 | 0,12 | | |
| Anião | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 | | |
| Arão | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 | | |
| Bernal | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 | | |

Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)

| 1º D | 2º D – Patronímico (2ºDP) ¹⁶⁶¹ | | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total global | |
|-----------|---|--------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|--------------|------|
| | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | % |
| Brás | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Dourado | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Ildefonso | | | 1 | | | | | | | | 1 | 0,12 |
| Jaco | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Jorge | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 |
| Julião | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0,12 |
| Lopo | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Manuel | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 |
| Raimundo | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 |
| Romão | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 |
| Roque | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0,12 |
| Salomão | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Salvos | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0,12 |
| Tristão | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0,12 |
| Veiranes | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0,12 |
| Vidal | | | | 1 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| Durão | | Durães | 1 | 3 | | | | | | | 1 | 0,12 |
| Egas | | Egas | 1 | | | | | | | 1 | 1 | 0,14 |
| Garcia | | Garcia | | 1 | | | 1 | 1 | | | 1 | 0,12 |
| | | | | | | | | | | | 3 | 0,41 |
| | | | | | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | | | | | | | | | | | 3 | 0,41 |

Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)

| 1º D | 2º D – Patronímico (2ºDP) ¹⁶⁶¹ | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total global | |
|-----------|---|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|--------------|------|
| | | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | % |
| Paio | Pais | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 1 | 0,12 |
| Pascoal | Pascoal | | | 1 | 1 | 1 | 1 | | | 1 | 0,12 |
| Silvestre | Silvestre | | 2 | | | | | 1 | 1 | 1 | 0,12 |
| | Abrãens | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Barreiro ou Barreiros | | 1 | | | 2 | 2 | | | 3 | 0,41 |
| | Botelho | | | 1 | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Brandão | | | 1 | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Carrizado | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 0,14 |
| | Cavaco | | | | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Ferraz | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 0,14 |
| | Germudes | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Henriques | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 4 | 0,55 |
| | Jacome | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Lamela | | | | | 1 | 1 | | | 1 | 0,14 |
| | Loureiro | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Louvado | | | | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Marcos | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Mendes | | 5 | 3 | 3 | | | | | 8 | 1,09 |
| | Moniz | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |

Apêndice 27 – Comparação da frequência do primeiro designativo (1ºD) e segundo designativo patronímico (2ºDP), em cada quartel do século XIV, tendo por base as formas antroponímicas mais completas dos indivíduos (Porto, séc. XIV)

| 1º D | 2º D – Patronímico (2ºDP) ¹⁶⁶¹ | 1301-1325 | | 1326-1350 | | 1351-1375 | | 1376-1400 | | Total global | |
|------|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|------------|
| | | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | 2ºDP | 1ºD | % |
| | Palmeira | | | | | 1 | | | | 1 | 0,14 |
| | Pereira | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Ramalho | | | | | | 1 | | | 1 | 0,14 |
| | Ramires | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Ramos | | | | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Reis | | | | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Sanches | | | | 1 | | 3 | | | 4 | 0,55 |
| | Sequeiros | | 1 | | | | | | | 1 | 0,14 |
| | Soares | | 1 | | 2 | | 1 | | | 4 | 0,55 |
| | Teixeira | | | | | | 1 | | | 1 | 0,14 |
| | Tomás | | | | | | 1 | | | 1 | 0,14 |
| | Viegas | | 1 | | 3 | | 1 | | | 5 | 0,68 |
| | Vieira | | | | 1 | | | | | 1 | 0,14 |
| | Total global | 189 | 166 | 216 | 194 | 164 | 150 | 229 | 221 | 798 | 100 |

Apêndice 28 – O terceiro designativo (3ºD) e a sua frequência (Porto, séc. XIV)

| 3º D ¹⁶⁶² | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % | |
|----------------------|-------------------|---|-----------|----|-----------|---|-----------|---|--------------|----|------|
| 1 | Clérigo | 6 | 8,22 | 13 | 15,12 | 1 | 1,56 | 6 | 6,74 | 26 | 8,33 |
| 2 | Mercador | 4 | 5,48 | 3 | 3,49 | 7 | 10,94 | 3 | 3,37 | 17 | 5,45 |
| 3 | Tabelião | 3 | 4,11 | 4 | 4,65 | 3 | 4,69 | 1 | 1,12 | 11 | 3,53 |
| 4 | Cónego | 2 | 2,74 | 2 | 2,33 | 4 | 6,25 | 2 | 2,25 | 10 | 3,21 |
| 5 | Alfaiate | 1 | 1,37 | 4 | 4,65 | 4 | 6,25 | | | 9 | 2,88 |
| 6 | Sapateiro | | | 3 | 3,49 | 3 | 4,69 | 3 | 3,37 | 9 | 2,88 |
| 7 | Eiras (das) | 2 | 2,74 | 3 | 3,49 | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 7 | 2,24 |
| 8 | Tendas (das) | 2 | 2,74 | | | 1 | 1,56 | 2 | 2,25 | 5 | 1,60 |
| 9 | Tendeiro | 2 | 2,74 | 1 | 1,16 | 2 | 3,13 | 2 | 2,25 | 7 | 2,24 |
| 10 | Chantre | 2 | 2,74 | 2 | 2,33 | | | 2 | 2,25 | 6 | 1,92 |
| 11 | Ourives | 1 | 1,37 | 2 | 2,33 | | | 3 | 3,37 | 6 | 1,92 |
| 12 | Procurador | 1 | 1,37 | 5 | 5,81 | | | | | 6 | 1,92 |
| 13 | Advogado | 1 | 1,37 | 3 | 3,49 | | | | | 4 | 1,28 |
| 14 | Deão | 1 | 1,37 | 1 | 1,16 | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 4 | 1,28 |
| 15 | Leigo | | | 3 | 3,49 | 1 | 1,56 | | | 4 | 1,28 |
| 16 | Porteiro | | | | | 1 | 1,56 | 3 | 3,37 | 4 | 1,28 |
| 17 | Raçoeiro | 3 | 4,11 | 1 | 1,16 | | | | | 4 | 1,28 |
| 18 | Tesoureiro | | | 1 | 1,16 | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 3 | 0,96 |
| 19 | Corretor | 1 | 1,37 | 1 | 1,16 | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 4 | 1,28 |
| 20 | Ferreiro | | | 1 | 1,16 | | | 2 | 2,25 | 3 | 0,96 |
| 21 | Juiz | | | 2 | 2,33 | 1 | 1,56 | | | 3 | 0,96 |
| 22 | Marinheiro | 2 | 2,74 | | | | | 1 | 1,12 | 3 | 0,96 |
| 23 | Notário | | | | | | | 3 | 3,37 | 3 | 0,96 |
| 24 | Rego (do) | | | 1 | 1,16 | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 3 | 0,96 |
| 25 | Tanoeiro | | | 1 | 1,16 | | | 2 | 2,25 | 3 | 0,96 |
| 26 | Açagador | | | 2 | 2,33 | | | | | 2 | 0,64 |
| 27 | Agrela (da) | | | | | 2 | 3,13 | | | 2 | 0,64 |
| 28 | Cadernos | 2 | 2,74 | | | | | | | 2 | 0,64 |
| 29 | Canhador | 1 | 1,37 | | | 1 | 1,56 | | | 2 | 0,64 |
| 30 | Cimo de Vila (de) | 1 | 1,37 | | | | | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 31 | Doutor | | | | | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 32 | Escolar | | | | | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 33 | Escudeiro | | | 1 | 1,16 | | | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 34 | Estudante | | | 2 | 2,33 | | | | | 2 | 0,64 |
| 35 | Ferrador | | | 2 | 2,33 | | | | | 2 | 0,64 |
| 36 | Ferraz | | | | | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 37 | Freitas (de) | | | | | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 38 | Pedreiro | 1 | 1,37 | | | | | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |

¹⁶⁶² A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

Apêndice 28 – O terceiro designativo (3ºD) e a sua frequência (Porto, séc. XIV)

| 3º D ¹⁶⁶² | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|----------------------|------------------|---|-----------|------|-----------|------|-----------|------|--------------|------|
| 39 | Pescador | | 2 | 2,33 | | | | | 2 | 0,64 |
| 40 | Pimentel | | 2 | 1,16 | | | | | 2 | 0,64 |
| 41 | Porto (do) | | | | 1 | 1,56 | 1 | 1,12 | 2 | 0,64 |
| 42 | Ribeira (da) | 2 | 2,74 | | | | | | 2 | 0,64 |
| 43 | Rua Chã (da) | | | | | | 2 | 2,25 | 2 | 0,64 |
| 44 | Soeiro | | 1 | 1,16 | | | | | 2 | 0,64 |
| 45 | Abade | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 46 | Abadinha | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 47 | Almoxarife | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 48 | Amada | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 49 | Amado | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 50 | Aranha | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 51 | Azevedo (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 52 | Bainheiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 53 | Balulo | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 54 | Barcelos (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 55 | Barreiros | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 56 | Beque (do) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 57 | Bicas (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 58 | Bocado | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 59 | Borrvalho | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 60 | Braveador | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 61 | Buçaqueiro | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 62 | Caldo Amarelo | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 63 | Camareiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 64 | Capelão | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 65 | Carneiro | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 66 | Carniceiro | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 67 | Carpinteiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 68 | Carreiro | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 69 | Casal (do) | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 70 | Cerdos (dos) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 71 | Cidadão | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 72 | Cidadelhe (de) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 73 | Clérigo de Missa | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 74 | Codero (dito) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 75 | Colhereira | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 76 | Colhereiro (o) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 77 | Contador | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 78 | Contos (dos) | | 1 | 1,16 | | | | | 1 | 0,32 |
| 79 | Coreiro | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |

Apêndice 28 – O terceiro designativo (3ºD) e a sua frequência (Porto, séc. XIV)

| 3º D ¹⁶⁶² | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|----------------------|---------------------------|---|-----------|---|-----------|------|-----------|------|--------------|------|
| 80 | Correio | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 81 | Cuteleiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 82 | da Agrela | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 83 | Eanes | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 84 | Escrivão | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 85 | Escrivão jurado | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 86 | Especoa | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 87 | Esporeiro | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 88 | Esteireiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 89 | Fariseu | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 90 | Feijo (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 91 | Ferrão | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 92 | Forragoa (a) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 93 | Frade | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 94 | Gago | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 95 | Galo | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 96 | Godim (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 97 | Gostir (sic) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 98 | Grainho | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 99 | Hermesedi (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 100 | Hirinha (sic) (da) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 101 | Lagoa (da) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 102 | Lamego (de) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 103 | Marões (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 104 | Maufalim (de) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 105 | Meio Cónego | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 106 | Melacho | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 |
| 107 | Melão | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 |
| 108 | Merceiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 109 | Mestre-escola | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 110 | Moura (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 111 | Navarro | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 112 | Novo | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 113 | Olho (do) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |
| 114 | Oliveira (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 115 | Ouvidor | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 116 | Papoila | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 |
| 117 | Papoila (a) | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 |
| 118 | Parada (da) | | | | 1 | 1,56 | | | 1 | 0,32 |
| 119 | Parda Ponte de Vouga (da) | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 |
| 120 | Pateiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 |

Apêndice 28 – O terceiro designativo (3ºD) e a sua frequência (Porto, séc. XIV)

| 3º D ¹⁶⁶² | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % | |
|----------------------|---------------------------------|----|-----------|----|-----------|----|-----------|------|--------------|---------------------|-----|
| 121 | Peliteiro | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 122 | Pequena (a) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 123 | Pernetos(?) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 124 | Perro | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 125 | Pinsel | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 126 | Pinto | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 127 | Porto | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 128 | Prebendeiro | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 129 | Pregoeiro | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 130 | Prior | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 131 | Repicalhas | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 132 | Rool (o) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 133 | Roquedo | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 134 | S. João da Pesqueira (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 135 | Santos | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 136 | Sapataria (da) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 137 | Saverrinho (sic) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 138 | Sequeira | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 139 | Serralheiro (ou Ferralheiro) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 140 | Sineiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 141 | Sochantre | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 142 | Sousa (de) | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 143 | Sousela (de) | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 144 | Souto (do) | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 145 | Sovereira (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 146 | Tancadinho | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 147 | Tenreiro | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 148 | Tosador | | | | | 1 | 1,56 | | 1 | 0,32 | |
| 149 | Trope (o) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 150 | Vale (do) | | | 1 | 1,16 | | | | 1 | 0,32 | |
| 151 | Valongo (de) | 1 | 1,37 | | | | | | 1 | 0,32 | |
| 152 | Vasques | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 153 | Vigário | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| 154 | Vinhateiro | | | | | | 1 | 1,12 | 1 | 0,32 | |
| | Total global | 73 | 100 | 86 | 100 | 64 | 100 | 89 | 100 | 312 ¹⁶⁶³ | 100 |

¹⁶⁶³ Não se consideraram as coordenadas cronológicas que, não obstante se situarem no século XIV, continuam a oferecer dúvidas relativamente ao ano exacto (5). Assim se compreende que se contabilize 312 e não 317 indivíduos.

**Apêndice 29 – Tipos, frequência e distribuição cronológica das designações complementares
(Porto, séc. XIV)**

| Designações complementares (tipos) ¹⁶⁶⁴ | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|--|-----------|-------|-----------|-------|-----------|------|-----------|-------|--------------|-------|
| Residência | 21 | 12,35 | 14 | 8,43 | 29 | 20 | 21 | 10,66 | 85 | 12,54 |
| Ofício/Localização | 14 | 8,24 | 25 | 15,06 | 15 | 10,3 | 25 | 12,69 | 79 | 11,65 |
| Estatuto/Localização | 28 | 16,47 | 16 | 9,64 | 16 | 11 | 16 | 8,12 | 76 | 11,21 |
| Relação consanguínea | 20 | 11,76 | 12 | 7,23 | 11 | 7,59 | 16 | 8,12 | 59 | 8,70 |
| Relação de aliança | 15 | 8,82 | 6 | 3,61 | 13 | 8,97 | 22 | 11,17 | 56 | 8,26 |
| Relação de clientela | 6 | 3,53 | 10 | 6,02 | 4 | 2,76 | 26 | 13,20 | 46 | 6,78 |
| Título honorífico | 10 | 5,88 | 12 | 7,23 | 4 | 2,76 | 9 | 4,57 | 35 | 5,16 |
| Função/Localização | 7 | 4,12 | 13 | 7,83 | 8 | 5,52 | 6 | 3,05 | 34 | 5,01 |
| Estatuto | 9 | 5,29 | 8 | 4,82 | | | 8 | 4,06 | 25 | 3,69 |
| Função | 11 | 6,47 | 4 | 2,41 | 4 | 2,76 | 5 | 2,54 | 24 | 3,54 |
| Ofício | 3 | 1,76 | 6 | 3,61 | 6 | 4,14 | 4 | 2,03 | 19 | 2,80 |
| Estatuto | 3 | 1,76 | | | 7 | 4,83 | 3 | 1,52 | 13 | 1,92 |
| Ocupação/Localização | | | 3 | 1,81 | 4 | 2,76 | 6 | 3,05 | 13 | 1,92 |
| Estatuto/Localização/Função | | | 3 | 1,81 | 3 | 2,07 | 4 | 2,03 | 10 | 1,47 |
| Dignidade Eclesiástica/Localização | 1 | 0,59 | 4 | 2,41 | 1 | 0,69 | 2 | 1,02 | 8 | 1,18 |
| Estatuto/Residência | | | 4 | 2,41 | | | 2 | 1,02 | 6 | 0,88 |
| Ocupação/Localização | 1 | 0,59 | 1 | 0,60 | 3 | 2,07 | | | 5 | 0,74 |
| Título honorífico/Estatuto | 5 | 2,94 | | | | | | | 5 | 0,74 |
| Ofício/Localização/Falecido | | | 2 | 1,20 | 1 | 0,69 | 1 | 0,51 | 4 | 0,59 |
| Relação de aliança/Estatuto/Residência | 1 | 0,59 | 2 | 1,20 | 1 | 0,69 | | | 4 | 0,59 |
| Relação de aliança/Residência | 1 | 0,59 | | | 1 | 0,69 | 2 | 1,02 | 4 | 0,59 |
| Benefício/Localização | | | 3 | 1,81 | | | | | 3 | 0,44 |
| Dignidade Eclesiástica/Localização/Função/Localiz. | 1 | 0,59 | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | | | 3 | 0,44 |
| Falecido(a) | | | | | 1 | 0,69 | 2 | 1,02 | 3 | 0,44 |
| Ocupação | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | 1 | 0,51 | 3 | 0,44 |
| Relação consanguínea/Falecido(a) | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | 1 | 0,51 | 3 | 0,44 |
| Relação consanguínea/Residência | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | 1 | 0,51 | 3 | 0,44 |
| Relação de aliança/Estatuto/Localização | 3 | 1,76 | | | | | | | 3 | 0,44 |
| Função/Localização/Estatuto | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | | | 2 | 0,29 |
| Função/Localização/Estatuto/Função | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | | | 2 | 0,29 |
| Função/Localização/Estatuto/Localização | 1 | 0,59 | | | | | 1 | 0,51 | 2 | 0,29 |
| Função/Título honorífico | 2 | 1,18 | | | | | | | 2 | 0,29 |
| Estatuto/Função | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | | | 2 | 0,29 |
| Estatuto/Função/Localização | 1 | 0,59 | | | | | 1 | 0,51 | 2 | 0,29 |
| Estatuto/Relação de clientela | 1 | 0,59 | 1 | 0,60 | | | | | 2 | 0,29 |
| Ofício/Falecido(a) | | | 1 | 0,60 | 1 | 0,69 | | | 2 | 0,29 |

¹⁶⁶⁴ Consideraram-se aqui não somente as indicações apenas à identificação do indivíduo (adjunções nominais) como aquelas que precedem a referida identificação (os pronomes). A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

Apêndice 29 – Tipos, frequência e distribuição cronológica das designações complementares (Porto, séc. XIV)

| Designações complementares (tipos) ¹⁶⁶⁴ | 1301-1325 | % | 1326-1350 | % | 1351-1375 | % | 1376-1400 | % | Total global | % |
|---|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|---------------------|------|
| Relação de aliança/Falecido(a) | | | | | 1 | 0,69 | 1 | 0,51 | 2 | 0,29 |
| Residência/Função | 1 | 0,59 | | | | | 1 | 0,51 | 2 | 0,29 |
| Função/Localização/Ofício/Localização | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Função/Localização/Relação consanguínea | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Função/Ocupação/Residência | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Dignidade Eclesiástica/Função | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Dignidade Eclesiástica/Falecido(a)/Localização | | | | | | | | | | |
| Dignidade Eclesiástica/Localização/Estatuto/Localização | | | | | 1 | 0,69 | | | 1 | 0,15 |
| Dignidade Eclesiástica/Residência | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Benefício/Localização | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Falecido(a) | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Localização/Função/Localização | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Localização/Relação consanguínea | 1 | | | | | | | | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Ofício | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Estatuto/Relação de aliança | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Falecido(a)/Residência | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Localização/Relação de clientela | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Ocupação/Falecido(a) | | | | | | | | | | |
| Ofício/Estatuto | 1 | 0,59 | | | | | | | 1 | 0,15 |
| Ofício/Localização/Função | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Relação consanguínea/Estatuto/Localização | 1 | 0,59 | | | | | | | 1 | 0,15 |
| Relação consanguínea/Falecido(a)/Relação de aliança | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Relação consanguínea/Ocupação/Residência | | | | | 1 | 0,69 | | | 1 | 0,15 |
| Relação de aliança/Estatuto | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Relação de aliança/Relação consanguínea | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Relação de clientela/Função | | | 1 | 0,60 | | | | | 1 | 0,15 |
| Relação de clientela/Residência | | | | | 1 | 0,69 | | | 1 | 0,15 |
| Relação de vassalagem | 1 | 0,59 | | | | | | | 1 | 0,15 |
| Relação paroquial | | | 1 | | | | | | 1 | 0,15 |
| Residência/Relação consanguínea | | | | | 1 | 0,69 | | | 1 | 0,15 |
| Residência/Relação de aliança | | | | | | | 1 | 0,51 | 1 | 0,15 |
| Total global | 170 | 100 | 166 | 100 | 145 | 100 | 197 | 100 | 678 ¹⁶⁶⁵ | 100 |

¹⁶⁶⁵ Não se consideraram as coordenadas cronológicas que, não obstante se situarem no século XIV, continuam a oferecer dúvidas relativamente ao ano exacto (20). Assim se compreende que se contabilize apenas 678 e não 698 casos.

**Apêndice 30 – Relação entre a frequência dos primeiros designativos (1ºD)
e
o recurso a uma designação complementar (DC)
nos sistemas antroponímicos dos indivíduos de sexo masculino
(Porto, séc. XIV)**

| 1º D masculino ¹⁶⁶⁶ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|--------------------------------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| João | 105 | 19,48 | 54 | 19,08 | 159 | 19,34 |
| Martim ou Martinho | 58 | 10,76 | 32 | 11,31 | 90 | 10,95 |
| Domingos | 42 | 7,79 | 29 | 10,25 | 71 | 8,64 |
| Afonso | 41 | 7,61 | 23 | 8,13 | 64 | 7,79 |
| Pedro | 43 | 7,98 | 20 | 7,07 | 63 | 7,66 |
| Gonçalo | 41 | 7,61 | 21 | 7,42 | 62 | 7,54 |
| Estêvão | 23 | 4,27 | 9 | 3,18 | 32 | 3,89 |
| Lourenço | 14 | 2,60 | 14 | 4,95 | 28 | 3,41 |
| Vasco | 19 | 3,53 | 7 | 2,47 | 26 | 3,16 |
| Fernando ou Fernão | 21 | 3,90 | 4 | 1,41 | 25 | 3,04 |
| Vicente ou Vicentais | 15 | 2,78 | 10 | 3,53 | 25 | 3,04 |
| Francisco | 13 | 2,41 | 11 | 3,89 | 24 | 2,92 |
| Gil | 15 | 2,78 | | | 15 | 1,82 |
| Rui ou Rodrigo | 13 | 2,41 | 2 | 0,71 | 15 | 1,82 |
| Diogo | 9 | 1,67 | 4 | 1,41 | 13 | 1,58 |
| António ou Antoninho | 8 | 1,48 | 3 | 1,06 | 11 | 1,34 |
| Álvaro | 7 | 1,30 | 3 | 1,06 | 10 | 1,22 |
| Nicolau | 5 | 0,93 | 5 | 1,77 | 10 | 1,22 |
| Geraldo | 5 | 0,93 | 4 | 1,41 | 9 | 1,09 |
| André | 3 | 0,56 | 4 | 1,41 | 7 | 0,85 |
| Bartolomeu | 4 | 0,74 | 2 | 0,71 | 6 | 0,73 |
| Luís | 2 | 0,37 | 2 | 0,71 | 4 | 0,49 |
| Miguel | 2 | 0,37 | 2 | 0,71 | 4 | 0,49 |
| Nuno | 2 | 0,37 | 2 | 0,71 | 4 | 0,49 |
| Mateus | 2 | 0,37 | 1 | 0,35 | 3 | 0,36 |
| Salvador | 2 | 0,37 | 1 | 0,35 | 3 | 0,36 |
| Aparício | 2 | 0,37 | | | 2 | 0,24 |
| Gomes | 2 | 0,37 | | | 2 | 0,24 |
| Marão | 1 | 0,19 | 1 | 0,35 | 2 | 0,24 |
| Tomé | 1 | 0,19 | 1 | 0,35 | 2 | 0,24 |
| Abril | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Aires | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Ângelo | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Antão | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Arão | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |

¹⁶⁶⁶ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

**Apêndice 30 – Relação entre a frequência dos primeiros designativos (1ºD)
e
o recurso a uma designação complementar (DC)
nos sistemas antroponímicos dos indivíduos de sexo masculino
(Porto, séc. XIV)**

| 1º D masculino ¹⁶⁶⁶ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|--------------------------------|--------|------|--------|------|---------------------|------|
| Bernal | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Brás | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Cabeceiras | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Dias | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Dourado | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Durão | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Egas | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Garcia | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Gueidoar | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Ildfonso | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Jacob | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Jorge | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Julião | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Lopo | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Manuel | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Paio | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Pascoal | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Raimundo | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Romão | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Roque | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Salomão | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Salvos | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Silvestre | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Tristão | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Veirianes | | | 1 | 0,35 | 1 | 0,12 |
| Vidal | 1 | 0,19 | | | 1 | 0,12 |
| Total global | 539 | 100 | 283 | 100 | 822 ¹⁶⁶⁷ | 100 |

¹⁶⁶⁷ Não se consideraram aqui os casos que suscitam dúvidas, quer no que diz respeito aos designativos (17 casos), quer em relação ao recurso ou não de designações complementares (1 caso). Assim, contabilizam-se não 841 indivíduos como seria de esperar, mas sim e apenas 822.

**Apêndice 31 – Relação entre a frequência do primeiro designativo (1ºD)
e
o recurso a uma designação complementar (DC)
nos sistemas antroponímicos dos indivíduos de sexo feminino
(Porto, séc. XIV)**

| 1º D feminino ¹⁶⁶⁸ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|-------------------------------|--------|-------|--------|-------|---------------------|-------|
| Maria | 25 | 27,17 | 7 | 35,00 | 32 | 28,32 |
| Margarida | 12 | 13,04 | | | 12 | 10,62 |
| Catarina | 7 | 7,61 | 2 | 10,00 | 10 | 8,85 |
| Clara | 5 | 5,43 | | | 5 | 4,42 |
| Domingas | 4 | 4,35 | 1 | 5,00 | 5 | 4,42 |
| Inês | 5 | 5,43 | | | 5 | 4,42 |
| Joana | 4 | 4,35 | 1 | 5,00 | 5 | 4,42 |
| Branca | 3 | 3,26 | 1 | 5,00 | 4 | 3,54 |
| Elvira | 2 | 2,17 | 2 | 10,00 | 4 | 3,54 |
| Aldonça | 2 | 2,17 | 1 | 5,00 | 3 | 2,65 |
| Guiomar | 3 | 3,26 | | | 3 | 2,65 |
| Maior | 3 | 3,26 | | | 3 | 2,65 |
| Senhorinha | 1 | 1,09 | 2 | 10,00 | 3 | 2,65 |
| Estêvã ou Estevainha | 1 | 1,09 | 1 | 5,00 | 2 | 1,77 |
| Florença | 2 | 2,17 | | | 2 | 1,77 |
| Ana | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Código | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Constança | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Francisca | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Geralda | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Gonzia | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Graça | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Leonor | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Marinha | | | 1 | 5,00 | 1 | 0,88 |
| Palomba | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Sol | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Sancha | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Susana | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Teresa | 1 | 1,09 | | | 1 | 0,88 |
| Vicenta | | | 1 | 5,00 | 1 | 0,88 |
| Total | 92 | 100 | 20 | 100 | 113 ¹⁶⁶⁹ | 100 |

¹⁶⁶⁸ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

¹⁶⁶⁹ Não se consideraram aqui os casos que suscitam dúvidas, quer no que diz respeito aos designativos (10 casos), quer em relação ao recurso ou não de designações complementares (1 caso). Assim, contabilizam-se não 124 mulheres como seria de esperar, mas sim e apenas 113.

**Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD)
e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)**

| 2º D ¹⁶⁷⁰ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|------------------------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| Eanes | 83 | 13,95 | 44 | 14,92 | 127 | 14,27 |
| Martins | 73 | 12,27 | 36 | 12,20 | 109 | 12,25 |
| Domingues | 70 | 11,76 | 34 | 11,53 | 104 | 11,69 |
| Peres | 59 | 9,92 | 21 | 7,12 | 80 | 8,99 |
| Esteves | 29 | 4,87 | 17 | 5,76 | 46 | 5,17 |
| Afonso | 32 | 5,38 | 9 | 3,05 | 41 | 4,61 |
| Gonçalves | 27 | 4,54 | 6 | 2,03 | 33 | 3,71 |
| Fernandes | 18 | 3,03 | 5 | 1,69 | 23 | 2,58 |
| Lourenço | 10 | 1,68 | 10 | 3,39 | 20 | 2,25 |
| Vicente | 16 | 2,69 | 4 | 1,36 | 20 | 2,25 |
| Geraldes | 15 | 2,52 | 4 | 1,36 | 19 | 2,13 |
| Vasques | 7 | 1,18 | 6 | 2,03 | 13 | 1,46 |
| Rodrigues | 11 | 1,85 | | | 11 | 1,24 |
| Pais | 6 | 1,01 | 3 | 1,02 | 9 | 1,01 |
| Mendes | 6 | 1,01 | 2 | 0,68 | 8 | 0,90 |
| Miguéis | 5 | 0,84 | 3 | 1,02 | 8 | 0,90 |
| Gil | 4 | 0,67 | 3 | 1,02 | 7 | 0,79 |
| Francisco ou Francisca | 4 | 0,67 | 1 | 0,34 | 5 | 0,56 |
| Sousa (de) | 4 | 0,67 | 1 | 0,34 | 5 | 0,56 |
| Viegas | 4 | 0,67 | 1 | 0,34 | 5 | 0,56 |
| Henriques | 4 | 0,67 | | | 4 | 0,45 |
| Mateus | 3 | 0,50 | 1 | 0,34 | 4 | 0,45 |
| Sanches | 4 | 0,67 | | | 4 | 0,45 |
| Soares | 1 | 0,17 | 3 | 1,02 | 4 | 0,45 |
| Abril | 1 | 0,17 | 2 | 0,68 | 3 | 0,34 |
| Amado | 2 | 0,34 | 1 | 0,34 | 3 | 0,34 |
| Barreiro ou Barreiros | 2 | 0,34 | 1 | 0,34 | 3 | 0,34 |
| Bicos | 1 | 0,17 | 2 | 0,68 | 3 | 0,34 |
| Durães ou Durão | 3 | 0,50 | | | 3 | 0,34 |
| Falcão | 2 | 0,34 | 1 | 0,34 | 3 | 0,34 |
| Garcia | 3 | 0,50 | | | 3 | 0,34 |
| Gomes | 3 | 0,50 | | | 3 | 0,34 |
| Guarda (da) | 3 | 0,50 | | | 3 | 0,34 |
| Maia (da) | 2 | 0,34 | 1 | 0,34 | 3 | 0,34 |
| Palos | 2 | 0,34 | 1 | 0,34 | 3 | 0,34 |
| Porto (do) | 3 | 0,50 | | | 3 | 0,34 |

¹⁶⁷⁰ A leitura das percentagens deve ser efectuada na vertical.

**Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD)
e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)**

| 2º D ¹⁶⁷⁰ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|----------------------|--------|------|--------|------|--------------|------|
| Ribeira (da) | 1 | 0,17 | 2 | 0,68 | 3 | 0,34 |
| Álvares | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Bezerro | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Carneiro | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Clérigo | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Coelho | | | 2 | 0,68 | 2 | 0,22 |
| Cristo (de) | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Dias | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Escolar | | | 2 | 0,68 | 2 | 0,22 |
| Farazão | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Lamego (de) | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Leça (de) | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Malha | | | 2 | 0,68 | 2 | 0,22 |
| Monte (do) | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Nicolas | | | 2 | 0,68 | 2 | 0,22 |
| Paranhos (de) | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Peixoto | 1 | 0,17 | 1 | 0,34 | 2 | 0,22 |
| Santa Maria (de) | | | 2 | 0,68 | 2 | 0,22 |
| Sem (do) | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Silvestre | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Vieira | 2 | 0,34 | | | 2 | 0,22 |
| Abrãens | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Alfaiate | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Alfoses | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Alho | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Alvelo | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Amiga | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| André | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Anfrás (de) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Apartem | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Aptor(?) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Aveoso (de) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Barbom | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Barcelos (de) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Barvo(?) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Barrego | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Barriga | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Bartolomeu | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Baru | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |

**Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD)
e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)**

| 2º D ¹⁶⁷⁰ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|----------------------|--------|------|--------|------|--------------|------|
| Barvas | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Boi | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Boleiro | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Botas (das) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Botelho | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Brandão | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Bravo | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Caens | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Calçada (da) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Caledo | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Calvo | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cambeador | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Canida | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Canz | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Carrazedo | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Carreira (da) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Carreiro | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cassães(?) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Cavaco | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cerveira | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cibrães | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cirurgião | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Colaço | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Colhar | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Costa (da) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Couto (do) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Cravato | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Dreste | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Egas | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Ferrador | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Ferraz | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Ferreiro | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Freitas (de) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Germudes | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Gondomar | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Jacome | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Juceiro(?) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Lamela | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Loureiro | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |

**Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD)
e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)**

| 2º D ¹⁶⁷⁰ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|----------------------|--------|------|--------|------|--------------|------|
| Louvado | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Manselinho | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Marcos | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Mariz (de) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Menores (dos) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Moniz | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Mota (da) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Moura Monta (de) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Nuges(?) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Outeiro (do) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Palmeira | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Panos | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Pascoal | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Penetas | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Pequeno | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Pereira | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Pernil | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Perro | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Pesado | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Pestana | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Pivida(?) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Ponte (de) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Pota | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Pregadores (dos) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Ramalho | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Ramires | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Ramos | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Redondo | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Rego (do) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Reis | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Romães (de) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Roxo | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Sal (do) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Salvadores | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Sequeiros | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Silvares | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Soletto | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Sousa | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Souto (do) | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |

**Apêndice 32 – Relação entre a frequência do segundo designativo (2ºD)
e o recurso a uma designação complementar (DC) nos sistemas antroponímicos dos indivíduos
(Porto, séc. XIV)**

| 2º D ¹⁶⁷⁰ | com DC | % | sem DC | % | Total global | % |
|----------------------|--------|------|--------|------|---------------------|------|
| Teixeira | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Tomás | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Tremeiro | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Vegada (?) | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Velho | 1 | 0,17 | | | 1 | 0,11 |
| Viana | | | 1 | 0,34 | 1 | 0,11 |
| Total global | 595 | 100 | 295 | 100 | 890 ¹⁶⁷¹ | 100 |

¹⁶⁷¹ Não se consideraram aqui os casos que suscitam dúvidas que envolvem o 2º designativo de 77 indivíduos. Assim, contabilizam-se não 967 indivíduos como seria de esperar, mas sim e apenas 890.

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|---|--|--|--|
| 1 | 1200 | Afonso da Mota, morador na cidade do Porto | 1387 | Afonso da Mota, [morador na cidade do Porto] | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| 2 | 1313 | Afonso de Sousa, morador na cidade [do Porto] | 1373a 1373b | Afonso de Sousa, morador na cidade [do Porto] Afonso de Sousa | Carta de doação/Tomada de posse (da1) | Estêvão Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 3 | 1367 | Afonso Domingues, sobrinho de Martim abade (morador que foi na cidade do Porto, já finado) | 1402a 1402b | Afonso Domingues, sobrinho de Martim abade, morador que foi na cidade do Porto já, finado Afonso Domingues (dito) | Testamento (t16) | ? |
| 4 | 1665 | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto | 1410a 1410b 1364a 1364b 1364c 1364d 1364e 1364f 1364g | Afonso Domingues, sobrinho de Martim abade Afonso Domingues (dito) Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto Afonso Domingues (dito) Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto Afonso Domingues (dito) Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto Afonso Domingues (dito) Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto | Carta de doação (d24) Carta de doação (d13) Auto de posse (a9) Carta de doação (d14) Auto de posse (a10) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto Martim Domingues, notário público jurado do Bispo Gonçalo Martins, tabelião do rei na terra da Maia António Domingues, tabelião na Maia Gonçalo Martins, tabelião do rei na terra da Maia |

¹⁶⁷² Para obter mais informação sobre os indivíduos, consultar os apêndices 47 e 48.

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|-----|--|-------|--|-----------------------|--|
| 5 | 727 | Afonso Eanes, capelão, morador na cidade do Porto | 1365a | Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto | Carta de doação (d17) | Gonçalo Martins, tabelião do rei na terra da Maia |
| | | | 1365b | Afonso Domingues (dito) | | |
| | | | 1365c | Afonso Domingues, mercador e morador na cidade do Porto | Carta de doação (d15) | António Domingues, tabelião na Maia |
| | | | 1365d | Afonso Domingues (dito) | | |
| | | | 1365e | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto | Carta de doação (d16) | António Domingues, tabelião na Maia |
| | | | 1365f | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto | Pública-forma (f7) | António Domingues, tabelião na Maia, Bouças, ... |
| | | | 1365g | Afonso Domingues, morador na cidade do Porto | | |
| | | | 1365h | Afonso Domingues (dito) | | |
| 6 | 720 | Afonso Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | 1405a | Afonso Eanes, capelão, [morador na cidade do Porto] | Procuração (p22) | João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1405b | Afonso Eanes, capelão | Carta de avença (n7) | Gonçalo Caldeira |
| | | | 1368 | Afonso Eanes, [sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria] | Auto de posse (a11) | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 7 | 721 | Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto | 1369 | Afonso Eanes, sapateiro | Carta de doação (d18) | ? |
| | | | 1387 | Afonso Eanes | Carta de doação (d20) | Martim Afonso, tabelião do rei |
| | | | 1386 | Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a13) | Martim Martins, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1392a | Afonso Eanes, tesoureiro | Testamento (t15) | |
| | | | 1392b | Tesoureiro (sobreditos) | | ? |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|--|--|--|
| 8 | 1648 | Afonso Gonçalves, morador na freguesia de Sto. André de Camidelo | 1392c | Afonso Eanes, tesoureiro da Sé do Porto | Auto de posse (a15) | Martim Afonso, tabelião do rei |
| | | | 1392d | Tesoureiro (dito) | | |
| | | | 1398e | Afonso Eanes, tesoureiro | Carta de escambo (b10) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1398f | Afonso Eanes, cônego, tesoureiro da Sé na cidade do Porto | Carta de doação/Tomada de posse (da1) | Afonso Rodrigues, tabelião geral do rei no Porto |
| | | | 1398g | Afonso Eanes, tesoureiro (dito) | | |
| | | | 1398h | Afonso Eanes | | |
| 9 | 64 | Afonso Martins, merceiro(?), mercador e morador na cidade do Porto | 1391a | Afonso Martins, morador na freguesia de Sto. André de Camidelo | Carta de locação (l33) | João Domingues, escrivão jurado do Cabido |
| | | | 1400b | Afonso Gonçalves (dito) | | |
| | | | 1391b | Afonso Martins (dito) | Testamento (t14) | João de Santa Maria notário |
| 10 | 1592 | Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | 1390a | Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | Carta de locação (l27) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1390b | Afonso Miguéis (ditos) | | |
| | | | 1410 | Afonso Miguéis, vinhateiro, morador no Porto | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 11 | 754 | Álvaro Eanes de Serrache, morador na cidade do Porto | 1405 | Álvaro Eanes de Serrache, morador na cidade do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m11) | Luis Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁸⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|--|--|--|
| 12 | 747 | Álvaro Pais, morador na cidade do Porto | 1405 | Álvaro Pais, morador na cidade do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m11) | Luis Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 13 | 1838 | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto, procurador de D. Fernando (bispo da Igreja do Porto e regedor do Mosteiro) | 1398a | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto | Procuração (p20) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1398b | Antão Rodrigues, procurador [de D. Fernando Bispo da Igreja do Porto e Provedor do Mosteiro de Paços de Sousa] (dito) | | |
| | | | 1398c | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto, procurador de D. Fernando Bispo da Igreja do Porto e regedor do Mosteiro | Procuração (p21) | Fernão Peres, tabelião do Julgado de Penafiel |
| | | | 1398d | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto e procurador | | |
| | | | 1398f | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto | | |
| | | | 1398g | Antão Rodrigues, procurador de D. Fernando Bispo do Porto e regedor do Mosteiro de Paços de Sousa e do Cabido do Porto | Carta de escambo (b10) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1398h | Procurador do Mosteiro [de Paços de Sousa] (dito) | | |
| | | | 1398i | Antão Rodrigues (dito) | | |
| | | | 1398j | Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a17) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | Antão Rodrigues (dito) | | | | |
| | | Procurador do Mosteiro [de Paços de Sousa] (dito) | | | | |

Apêndice 33 – A designação *morador no/do Porto*, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|--|-----------------------|--|
| 14 | 1727 | Antoninho Esteves, mercador, morador na cidade do Porto | 1366 | Antoninho Esteves, mercador, [morador na cidade do Porto] | Procuração (p17) | João Domingues Navarro, notário jurado ...da Igreja |
| 15 | 1889 | Antoninho Martins, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | 1368 | Antoninho Martins, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Auto de posse (a11) | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 16 | 1352 | Cunhado de Gil Martins das Tendras, morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues | 1390 | Cunhado de [Gil Martins das Tendras, morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues] | Testamento (t9) | Martim Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 17 | 498 | Domingos Eanes, alfaiate, morador na cidade do Porto | 1366 | Domingos Eanes, alfaiate, morador na cidade do Porto | Carta de avença (n6) | João Domingues, notário jurado na audiência do Bispo |
| 18 | 501 | Domingos Eanes, sapateiro morador na cidade do Porto | 1387 | Domingos Eanes, sapateiro, [morador na cidade do Porto] | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| 19 | 599 | Domingos Fernandes, tanoeiro morador na cidade do Porto | 1387 | Domingos Fernandes, tanoeiro, [morador na cidade do Porto] | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| 20 | 611 | Diogo Peres, filho de Francisco Peres da rua Chã, morador na cidade do Porto | 1396 | Diogo Peres, filho de Francisco Peres da rua Chã, morador na cidade [do Porto] | Pública-forma (f22) | João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 21 | 659 | Estêvão Eanes, ourives, morador na cidade do Porto | 1386 | Estêvão Eanes, ourives, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a13) | Martim Martins, tabelião do rei no Porto |
| 22 | 662 | Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na rua das Eiras | 1392b | Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na Rua das Eiras | Testamento (t10) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1392a | Estêvão Eanes (dito) | | |
| 23 | 702 | Estêvão Setuval, pregoeiro, morador na cidade do Porto | 1405 | Estêvão Setuval, pregoeiro, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a19) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1410 | Estêvão Setuval, pregoeiro | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 24 | 1076 | Fernando Afonso, peiteiro, mercador, morador na cidade do Porto | 1321 | Fernando Afonso, peiteiro, mercador, morador na cidade [do Porto] | Pública-forma (f12) | Francisco Lourenço, tabelião do rei no Porto |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|-------|--|---|--------------------------------|---|--|---|
| 25 | 1307 | Fernão Garcia, leigo, morador na cidade do Porto | 1362 | Fernão Garcia, leigo, morador na cidade do Porto | Carta de doação (d11) | João Domingues Navarrio notário jurado ...da Igreja |
| 26 | 791 | Francisco Eanes das Tendias, morador na cidade do Porto | 1364 | Francisco Eanes das Tendias Morador na cidade do Porto | Carta de doação (d13) | Martim Domingues notário público jurado do Bispo |
| 27 | 790 | Francisco Eanes dos Cerdos, morador na cidade do Porto | 1354 | Francisco Eanes dos Cerdos, morador na cidade do Porto | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 28 | 794 | Francisco Eanes, morador na cidade do Porto | 1405 | Francisco Eanes, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a19) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 29 | 789 | Francisco Silveiras, morador na cidade do Porto | 1410 | Francisco Eanes, morador na cidade do Porto | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 30 | 947 | Gabriel Gonçalves, filho do dito Gonçalo Louredo, morador na cidade do Porto | 1354 | Francisco Silveiras, morador na cidade do Porto | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 31 | 1359 | Gil Gonçalves, capelão, morador na cidade do Porto | 1405 | Gabriel Gonçalves, filho do dito Gonçalo Louredo, morador na cidade do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m11) | Luis Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 32 | 1344 | Gil Martins das Tendias, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | 1386 | Gil Gonçalves, capelão, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a13) | Martim Martins, tabelião do rei no Porto |
| 33 | 927 | Gonçalo Eanes, clérigo do tesoureiro morador na cidade do Porto | 1390a | Gil Martins das Tendias, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | Testamento (t9) | Martim Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1390b | Gil Martins (dito) | | |
| | | | 1386a | Gonçalo Eanes, clérigo, morador na [cidade do Porto] | Auto de posse (a13) | Martim Martins, tabelião do rei no Porto |
| 1386b | Gonçalo Eanes, clérigo do tesoureiro, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a15) | Martim Afonso, tabelião do rei | | | |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|--|--|--|
| 34 | 934 | Gonçalo Eanes, genro do abade de Esmoriz, morador na cidade do Porto | 1405 | Gonçalo Eanes, genro do Abade de Esmoriz, morador na cidade do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m11) | Luis Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 35 | 913 | Gonçalo Fernandes da Lagoa, morador na cidade do Porto | 1354 | Gonçalo Fernandes da Lagoa(?), morador na cidade do Porto | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 36 | 1943 | Gonçalo Gonçalves, sineiro, morador na cidade do Porto | 1387 | Gonçalo Gonçalves, sineiro, [morador na cidade do Porto] | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| 37 | 864 | Gonçalo Martins, contador, dito corveiro, morador na cidade do Porto | 1355a | Gonçalo Martins, corveiro sapateiro | Carta de locação (l15) | ? |
| | | | 1355b | Gonçalo Martins (dito) | | |
| | | | 1355c | Gonçalo (vós) | | |
| 38 | 873 | Guiomar Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho, moradora na cidade do Porto | 1390a | Gonçalo Martins, contador dito corveiro, morador na cidade do Porto | Carta de locação (l39) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| | | | 1390b | Gonçalo Martins (dito) | | |
| | | | 1397 | Gonçalo Martins, corveiro, sapateiro | | |
| 39 | 1753 | Joana Martins, moradora [...na rua das Eiras], mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros | 1387a | Guiomar Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins (nome abreviado) do Olho, moradora na cidade do Porto | Carta de doação (d20) | Martim Afonso, tabelião do rei |
| | | | 1387b | Guiomar Francisca (dita) | | |
| | | | 1392b | Joana Martins (dita) | | |
| | | | 1392a | Joana Martins, mulher que foi de Martim Eanes Fariseu (morador na Rua das Eiras da cidade do Porto) | | |
| | | | 1392c | Joana Martins, moradora [...na rua das Eiras] e mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros | Testamento (t10) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1392d | Joana Martins (dita) | | |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|--|---------------------------|---|
| 40 | 93 | João Afonso Alvos, morador na cidade do Porto | 1405 | João Afonso Alvos, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a19) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1410 | João Afonso Alvos, [morador na cidade do Porto] | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 41 | 89 | João Afonso, meio cônego, morador na cidade do Porto | 1403 | João Afonso, [meio cônego da Sé do Porto] | Auto de posse (a18) | Martim Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1404 | João Afonso, meio cônego na Igreja [do Porto] | Carta de locação (l36) | João Domingues, notário na Corte da Igreja do Porto |
| | | | 1405a | João Afonso, meio cônego, morador [...] | Carta de avença (n7) | Gonçalo Caldeira |
| | | | 1405b | João Afonso, meio cônego, morador na cidade do Porto | Procuração (p22) | João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1410 | João Afonso, meio cônego | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 42 | 79 | João Afonso, morador na cidade do Porto | 1354 | João Afonso, [morador na cidade do Porto] | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 43 | 83 | João Afonso, morador na cidade do Porto | 1387a | João Afonso, morador na cidade do Porto | Carta de locação (l24) | ? |
| 44 | 1258 | João Bicorro, notário, morador na cidade do Porto | 1403 | João Bicorro(?), notário, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a18) | Martim Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| 45 | 1245 | João de Lamego, porteiro, morador na cidade do Porto | 1390a | João de Lamego | Testamento (t9) | Martim Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1390b | João de Lamego, porteiro, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a16) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 46 | 154 | João Eanes de Leão(?), mercador, morador na cidade do Porto, na rua Chã | 1397a | João Eanes, defunto (dito) | Auto de posse (a16) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1397b | João Eanes de Leão(?), mercador, morador na cidade do Porto na Rua Chã | Carta de doação (d23) | Pedro Afonso, tabelião |
| | | | 1397c | João Eanes de Leão(?) | | |
| | | | 1397d | João Eanes (dito) | | |
| 47 | 1214 | João Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto na rua da Sapataria | 1368 | João Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Auto de posse (a11) | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|---|------------------------|---|
| 48 | 993 | João Esteves Especoa, morador na cidade do Porto | 1364 | João Esteves Especoa(?), morador na cidade do Porto | Carta de doação (d13) | Martim Domingues, notário público jurado do Bispo |
| 49 | 995 | João Esteves, morador na rua da Bainharia | 1389a | João Esteves, morador na Rua da Bainharia | Carta de locação (l26) | Gonçalo Afonso, notário jurado |
| 50 | 1079 | João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto | 1390a | João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto | Carta de locação (l39) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| | | | 1390b | João Fernandes, ferreiro | | |
| | | | 1390c | João Fernandes (dito) | | |
| | | | 1397a | João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto | Sentença (s21) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1397b | João Fernandes (dito) | Sentença régia (g22) | Bartolomeu Gomes |
| | | | 1405 | João Fernandes, ferrador | | |
| 51 | 1198 | João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila | 1387a | João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros, em Cima de Vila | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| | | | 1387b | Marido de [Maria Afonso] | | |
| | | | 1387c | João Gomes, marido de Maria Afonso | | |
| | | | 1387d | João Gomes (dito) | | |
| | | | 1387e | João Gomes, testador (sobredito) | | |
| | | | 1387f | João Gomes | | |
| | | | ? | João Martins (eu) | | |
| 52 | 162 | João Martins, almocreve, morador junto a Santidelfonso que é a par da cidade do Porto | ? | João Martins (eu) | Testamento (t12) | ? |
| 51 | 1198 | João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila | 1425a | João Martins, almocreve | Auto de posse (a20) | Álvaro Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1425b | João Martins, almocreve, morador junto a Santidelfonso que é a par da cidade [do Porto] | Pública-forma (f23) | Álvaro Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1425c | João Martins (o qual) | | |
| | | | 1425e | João Martins (eu) | | |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|---|--|---|
| | | | 1425d | João Martins (dito) | | |
| 53 | 187 | João Martins, escolar em direito canónico, morador na cidade do Porto e juiz ordinário pelo senhor rei, na cidade do Porto | 1417a | João Martins, escolar em Direito Canónico, morador na cidade do Porto e juiz ordinário pelo senhor rei na cidade do Porto | Pública-forma (f5) | Fernão Eanes notário |
| | | | 1417b | João Martins Juiz (dito) | | |
| | | | 1420 | João Martins, escolar em Direito, ouvidor na Correição Entre Douro e Minho | Mandado de cumprimento de sentença (m12) | Álvaro Fernandes |
| 54 | 180 | João Martins, tanoeiro, morador na cidade do Porto | 1425a | João Martins, escolar em Direito e ouvidor no Porto | Pública-forma (f23) | Álvaro Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1425b | Ouvidor (dito) | | |
| | | | 1387 | João Martins, tanoeiro, morador na cidade do Porto | Testamento (t8) | Álvaro Sanches, tabelião geral do rei |
| 55 | 212 | João Peres, alfageme, morador cidade do Porto | 1403 | João Peres, alfageme, morador cidade do Porto | Auto de posse (a18) | Martim Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| 56 | 1210 | João Perro, morador na cidade do Porto | 1364 | João Perro, morador na cidade do Porto | Carta de doação (d13) | Martim Domingues, notário público jurado do Bispo |
| 57 | 1008 | João Rodrigues, ourives, morador no Porto | 1332a | João Rodrigues, ourives do Porto | Alvará (j4) | João Vicente |
| | | | 1332b | João Rodrigues, ourives morador no Porto | | |
| | | | 1331a | João Rodrigues, ourives do Porto | Carta de provisão (o1) | Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar |
| | | | 1331b | João Rodrigues (dito) | Carta de provisão (o2) | Martim Domingues, tabelião de Gondomar |
| 58 | 1264 | Jorge Eanes, morador na cidade do Porto | 1405 | Jorge Eanes [morador na cidade do Porto] | Auto de posse (a19) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|---|---|---|
| | | | 1410 | Jorge Eanes | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 59 | 1055 | João Geraides, alfaiate, morador na cidade do Porto | 1367 | João Geraides, alfaiate, morador na cidade [do Porto] | Carta de venda (v13) | João Domingues tabelião do rei na cidade do Porto |
| 60 | 1057 | João Geraides, contador do rei, morador na cidade do Porto | 1405 | João Geraides, contador do Rei, morador na cidade do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m1) | Luis Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 61 | 1885 | Jorge Gonçalves, alfaiate, morador na cidade do Porto | 1367 | Jorge Gonçalves, alfaiate, morador na cidade [do Porto] | Carta de venda (v13) | João Domingues tabelião do rei na cidade do Porto |
| 62 | 1263 | Lopo Esteves, procurador, morador na cidade do Porto | 1405 | Lopo Esteves, procurador [morador na cidade do Porto] | Auto de posse (a19) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1410 | Lopo Esteves, procurador [| Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 63 | 253 | Lourenço Peres do Beque, morador na cidade do Porto | 1375 | Lourenço Peres do Beque, morador na cidade do Porto | Sentença (s19) | Garcia(?) Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| 64 | 254 | Lourenço Vasques, morador na cidade do Porto | 1375 | Lourenço Vasques, morador na cidade do Porto | Sentença (s19) | Garcia(?) Gonçalves, tabelião do rei no Porto |
| 65 | 1395 | Maria Domingues, moradora no Porto | 1350a | Maria Domingues, moradora no Porto | Sentença régia (g13) | Lourenço Migueis de Santarém |
| | | | 1350b | Maria Domingues (dita) | | |
| 66 | 875 | Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins (tendeiro), moradora na cidade do Porto | 1387a | Maria Domingues, mulher "que fui" de Martim Martins, tendeiro | Carta de doação (d21) | Martim Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1387b | Maria Domingues (dita) | | |
| | | | 1387c | Maria Domingues, mulher que foi de Martim(?) Martins, tendeiro, moradora na cidade do Porto | | |
| | | | 1387d | Maria Domingues (dita) | Carta de doação (d20) | Martim Afonso, tabelião do rei |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|---|------------------------|---|
| 67 | 1373 | Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres dito do Cabido (já passado), moradores na cidade do Porto | 1366e | [Maria Martins], mulher que foi de Martinho [Martim] Peres, moradores na cidade do Porto | Sentença (s15) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1366f | Maria Martins (dita) | | |
| | | | 1366g | Maria Martins, mulher de [Vicente Eanes] (dita) | | |
| 68 | 333 | Martim Afonso, filho do ricome[m](?), morador no Porto | 1366a | Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres, dito do cabido, já passado, moradores na cidade [do Porto] | Carta de doação (d1) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1366b | Maria Martins | | |
| | | | 1366c | Maria Martins, mulher [de Martim Peres] | | |
| 69 | 364 | Martim Eanes fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto | 1366d | Mulher de [Martim Peres] | Pública-forma (f20) | Martim Eanes de Évora |
| | | | 1392a | Martim Afonso, filho do Ricome[m](?), morador no Porto | | |
| | | | 1392b | Martim Afonso (dito) | | |
| 70 | 282 | Martim Eanes fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto | 1392a | Martim Eanes, fariseu, morador na Rua das Eiras da cidade do Porto | Testamento (t10) | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1392b | Martim Eanes, fariseu | | |
| | | | 1392c | Martim Eanes (dito) | | |
| 71 | 418 | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | 1390 | Martim Gonçalves, cónego de Cedofeita, morador na cidade do Porto | Carta de venda (v14) | Afonso Rodrigues, tabelião geral do rei no Porto |
| | | | 1390a | Martim Gonçalves, cónego de Cedofeita, morador na cidade do Porto | | |
| | | | 1390b | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | | |
| 71 | 418 | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | 1390c | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | Testamento (t9) | Martim Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1390a | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | | |
| | | | 1390b | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | | |
| 71 | 418 | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | 1390c | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | Carta de locação (l27) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1390a | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | | |
| | | | 1390b | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | | |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|-------|-----------------------|---|-------|--|---------------------------------------|---|
| 72 | 324 | Martim Peres, homem do Cabido, morador na cidade do Porto | 1398 | Martim Abade | Carta de doação/Tomada de posse (da1) | Afonso Rodrigues, tabelião geral do rei no Porto |
| | | | 1402a | Martim abade, morador que foi na cidade do Porto, já finado | Testamento (t16) | ? |
| | | | 1402b | Martim abade (dito) | | |
| | | | 1404 | Martim abade | Carta de doação (d1) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1410a | Martim abade, morador que foi na cidade do Porto, já finado | | |
| | | | 1410b | Martim Abade | Carta de locação (l36) | João Domingues, notário na corte da Igreja do Porto |
| | | | 1410c | Martim (dito) | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1402c | Finado (dito) | | |
| | | | 1402d | D. Abade (dito) | Sentença (s15) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1366a | Martim Peres, [homem] do Cabido, morador na cidade do Porto | | |
| 73 | 325 | Martim Peres, morador na cidade do Porto, sobrinho de Lourenço Domingues das Eiras (já passado) | 1366b | Martim Peres | Carta de doação (d1) | João de Sousa, público notário |
| | | | 1366c | Martim Peres, antecessor de Vicente[?] Eanes | | |
| | | | 1366d | Martinho Peres, dito do Cabido, já passado, morador na cidade do Porto | Carta de doação (d18) | ? |
| | | | 1366e | Martinho Peres | | |
| 1366f | Martim [Peres] (dito) | Sentença (s17) | ? | | | |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|----------------|---|---------------------------|---|
| | | | 1370b | Martim Peres, morador na cidade do Porto, sobrinho de Lourenço Domingues das Eiras (já passado) | Sentença (s18) | João Domingues Navarro, notário jurado ...da Igreja do Porto |
| | | | 1370d | Martim Peres, morador na cidade do Porto | | |
| | | | 1370e | Martim Peres (dito) | | |
| | | | 1370f | Martim Peres, testamenteiro (dito) | | |
| | | | 1370g | Martim Peres, morador na cidade do Porto | | |
| | | | 1370c | Testamenteiro de Afonso Lourenço | Auto de posse (a12) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto |
| 74 | 1640 | Mateus Peres, irmão de Manuel Mateus (morador na aldeia de Campanhã de SobreDouro) | 1369 | Mateus Peres, irmão de Manuel Mateus, [morador na aldeia de Campanhã de SobreDouro] | Carta de locação (l18) | ? |
| 75 | 1947 | Pedro Carreiro, morador na cidade do Porto | 1332a 1332b | Pedro Carreiro, morador na cidade do Porto Pedro Carreiro | Auto de posse (a5) | João Vicente, tabelião público do rei no Porto |
| 76 | 1540 | Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto | 1351a 1351b | Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto Pedro Domingues (dito) | Carta de petição (ç1) | ? |
| | | | 1351c 1351d | Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto Pedro Domingues (dito) | Carta de avença (n5) | Martim Afonso do Porto |
| 77 | 1548 | Pedro Fernandes, tabelião, morador na cidade do Porto | 1354 | Pedro Fernandes Tabelião Morador na cidade [do Porto] | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 78 | 1584 | Pedro Gonçalves, morador na cidade do Porto | 1366 | Pedro Gonçalves, [morador na cidade do Porto] | Procuração (p17) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto |
| 79 | 1882 | Raimundo Eanes, morador na cidade do Porto | 1354 | Raimundo Eanes, morador na cidade do Porto | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁸⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|---|---------------------------------------|---|
| 80 | 1312 | Vasco Martins da Parada, morador na cidade do Porto | 1370a | Vasco Martins da Parada, tutor de João (filho que foi do dito Lourenço Domingues) | Sentença (s17) | ? |
| | | | 1370b | Vasco Martins de Parada | Sentença (s18) | João Domingues Navarro, notário Jurado da Igreja do Porto |
| | | | 1370c | Vasco Martins, tutor de João (filho que foi de Lourenço Domingues, irmão do dito Afonso Lourenço) | | |
| | | | 1370d | Vasco Martins | | |
| | | | 1373a | Vasco Martins da Parada, morador na dita cidade | Carta de doação/Tomada de posse (da1) | Estêvão Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1373b | Vasco Martins (dito) | | |
| | | | 1373c | Vasco Martins de Parada (o dito) | | |
| | | | 1373d | Vasco Martins, testamenteiro do [marido de Inês Eanes] | | |
| 81 | 1784 | Vasco Martins, morador na cidade do Porto | 1389a | Vasco Martins, morador na cidade do Porto | Testamento (t13) | Antonio Eanes |
| | | | 1389b | Vasco Martins (esse, dito) | | |
| | | | 1389c | Vasco Martins | | |
| 82 | 1497 | Vasco Peixoto, mercador, morador na cidade do Porto | 1394a | Vasco Peixoto, mercador, morador na dita cidade | Sentença (s20) | Afonso Eanes notário |
| | | | 1394b | Vasco Peixoto (dito) | | |
| 83 | 1805 | Vasco Vicente, escrivão do Biscoito do rei, morador na cidade do Porto na rua Chã, réu | 1386 | Vasco Vicente | Auto de posse (a13) | Martim Martins, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1394a | Vasco Vicente, escrivão do Biscoito do Rei, morador na cidade do Porto na rua Chã, réu | | |
| | | | 1394b | Vasco Vicente (o dito) | Sentença (s20) | Afonso Eanes notário |

Apêndice 33 – A designação morador no/do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷² | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|---|---------------------------|---|
| 84 | 1881 | Vicente Domingues, tendeiro e morador na cidade do Porto | 1354a | Vicente Domingues, tendeiro e morador na cidade do Porto | Carta de confirmação (c5) | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1354b | Vicente Domingues (dito) | | |
| | | | 1358 | Vicente Domingues, tendeiro, morador no Porto | Carta de venda (v12) | João Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 85 | 1726 | Vicente Domingues, morador na cidade do Porto | 1366 | Vicente Domingues, [morador na cidade do Porto] | Procuração (p17) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto |
| 86 | 1883 | Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto | 1367 | Vicente Domingues do Souto, mercador morador na cidade do Porto | Carta de venda (v13) | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1368a | Vicente Domingues do Souto, morador na cidade do Porto | Auto de posse (a11) | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 87 | 24 | [...] de Sousa, morador na cidade do Porto | 1368b | Vicente Domingues (dito) | | |
| | | | 1409 | [...] de Sousa, morador na cidade do Porto | Publica-forma (f4) | André Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 34 – A menção vizinho do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷³ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|---|-----------------------|---|
| 1 | 562 | Domingos da Guarda, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Domingos da Guarda, vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 2 | 482 | Domingos Eanes Sequeira, vizinho da cidade do Porto | 1320 | Domingos Eanes Sequeira, [vizinho da cidade do Porto] | Pública-forma (f3) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 3 | 481 | Domingos Eanes, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Domingos Eanes, vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 4 | 563 | Domingos Palos, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Domingos Palos(?), vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 5 | 636 | Estêvão Peres dito Cadernas, marido que foi noutro tempo da dita Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto | 1319a | Estêvão Peres dito Cadernas, marido que foi noutro tempo da dita Mor Domingues [vizinho da cidade do Porto] | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1319b | Estêvão Cadernas, vizinho da cidade do Porto (dito) | | |
| 6 | 28 | Francisco Esteves, vizinho do Porto ? | 1317a | Francisco Esteves(?), vizinho do Porto | Pública-forma (f18) | Martim Quaresma, tabelião público do rei no Porto |
| | | | 1317b | Francisco Esteves, que foi almotacé pelo concelho | Sentença régia (g6) | João Vicente |
| 7 | 1846 | Geraldo Eanes, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Geraldo Eanes, vizinho da cidade do Porto | Carta de locação (l6) | Nicolau Martins, tabelião Público do Porto |
| 8 | 1341 | Gil Peres, vizinho do concelho do Porto e seu procurador sobestabelecido de Aparício Domingues (procurador do concelho do Porto) | 1368a | Gil Peres, vizinho do concelho do Porto e seu procurador sobestabelecido de Aparício Domingues, procurador do concelho do Porto | Sentença régia (g15) | Gil Martins |
| | | | 1368b | Gil Peres, procurador [do concelho do Porto] (dito) | | |
| | | | 1368c | Procurador do Concelho | | |

¹⁶⁷³ Para obter mais informação sobre os indivíduos, consultar os apêndices 47 e 48.

Apêndice 34 – A menção vizinho do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ⁶⁷³ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|--|---|---|
| 9 | 1847 | Gomes Moniz, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Gomes Moniz, vizinho da cidade do Porto | Carta de locação (l6) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 10 | 1092 | João Abrães, vizinho da cidade do Porto | 1319 | João Abrães, vizinho da cidade do Porto(?) | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 11 | 99 | João Domingues Soeiro, vizinho da cidade do Porto | 1320a | João Domingues Soeiro, [vizinho da cidade do Porto] | Pública-forma (f3) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| | | | 1320b | João Domingues Soeiro, [vizinho da Cidade do Porto] | Carta de cumprimento de obrigações (q1) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 12 | 1083 | João Durães, vizinho da cidade do Porto | 1317a | João Durães, vizinho da cidade [do Porto] | Pública-forma (f18) | Martim Quaresma, tabelião público do rei no Porto |
| | | | 1317b | João Durães | Sentença (s9) | Vicente Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1332 | João Durães | | |
| 13 | 1093 | João Juceiro, vizinho da cidade do Porto | 1319 | João Juceiro(?), vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 14 | 202 | João Peres das Tendias, vizinho da cidade do Porto | 1319 | João Peres das Tendias, [vizinho da cidade do Porto] | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | ? | João das Tendias, mercador | Carta de doação (d1) | João de Sousa, público notário |
| 15 | 1100 | João Pesado, advogado, vizinho da Cidade do Porto | 1320a | João Pesado, advogado, vizinho da Cidade do Porto | Carta de cumprimento de obrigações (q1) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| | | | 1320b | João Pesado, advogado, [vizinho da cidade do Porto] | Pública-forma (f3) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 16 | 29 | João Vicente, genro de João Abrães (vizinho da cidade do Porto) | 1319 | João Vicente, genro de João Abrães, vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 17 | 27 | João Vicente, vizinho da cidade do Porto ? | 1317a | João Vicente, vizinho da cidade do Porto | Pública-forma (f18) | Martim Quaresma, tabelião público do rei no Porto |

Apêndice 34 – A menção vizinho do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ⁶⁷³ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|----------------------|--|---|--|
| 18 | 1844 | Margarida Peres dita Cadernas, irmã e testamenteira do dito Estêvão Cadernos, vizinhos da cidade do Porto | 1317b | João Vicente, [que foi almoçado pelo concelho] | Sentença régia (g6) | João Vicente |
| 19 | 300 | Martim Domingues das Eiras, vizinho da cidade do Porto ? | 1316 1320 1331 | Martim Domingues das Eiras, genro de Pedro de Entes Martim Domingues das Eiras, [vizinho da cidade do Porto] Martim Domingues das Eiras, genro de Pedro de Entes | Testamento (t4) Pública-forma (f3) Sentença (s8) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto Nicolau Martins, tabelião público do Porto Gonçalo Martins, escrivão jurado da audiência |
| 20 | 1542 | Pedro Geraldes, vizinho da cidade do Porto | 1320b 1320a | Pedro Geraldes, vizinho da cidade do Porto Pedro Geraldes | Carta de cumprimento de obrigações (q1) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 21 | 1472 | Pedro Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Pedro Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto | Carta de locação (l6) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 22 | 1094 | Salvador Pivida, corretor, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Salvador Pivida(?), corretor, vizinho da cidade do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 23 | 1848 | Vicente Durães, vizinho da cidade do Porto | 1319 | Vicente Durães, [vizinho da cidade do Porto] | Carta de locação (l6) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| 24 | 1431 | Vicente Martins, mercador, vizinho da cidade do Porto | 1320a 1320b | Vicente Martins, mercador, [vizinho da cidade do Porto] Vicente Martins, mercador, [vizinho da cidade do Porto] | Carta de cumprimento de obrigações (q1) Pública-forma (f3) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto Nicolau Martins, tabelião público do Porto |

Apêndice 35 – A menção morador e vizinho do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷⁴ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|----------------------------------|---|---|--|
| 1 | 451 | Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto | 1328a 1328b | Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade [do Porto] Testamenteiros (ditos) | Auto de posse (a3) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 2 | 778 | Francisco Eanes, mercador, vizinho na cidade do Porto morador na Ribeira | 1329a 1329b 1362 | Francisco Eanes, mercador, [vizinho na cidade do Porto, morador na Ribeira] Francisco Eanes (dito) Francisco Eanes, mercador, morador que foi na cidade do Porto | Carta de locação (110) Carta de doação (d11) | Lourenço Esteves, tabelião do rei no Porto João Domingues Navarro, notário jurado...da Igreja |
| 3 | 1335 | Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto | 1341 | Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto | Carta de doação (d81) | Lourenço Esteves, tabelião do rei no Porto |
| 4 | 904 | Gonçalo Aptor, vizinho e morador na cidade do Porto | 1328 | Gonçalo Aptor, vizinho e morador na cidade do Porto | Auto de posse (a3) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 5 | 1225 | Guiomar Mendes, mulher de Gil Martins (corretor), vizinhos e moradores na cidade do Porto | 1341 | Guiomar Mendes mulher de [Gil Martins Corretor], vizinhos e moradores na cidade do Porto | Carta de doação (d8) | Lourenço Esteves, tabelião do rei no Porto |
| 6 | 80 | João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | 1357a 1357b 1364a 1364b | João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto João Afonso (dito) João Afonso, filho de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto João Afonso | Carta de locação (117) Carta de escambo (b8) | João Geraldes, escrivão dado ... a Geraldes Eanes João ...(?) Navarro, notário jurado |

¹⁶⁷⁴ Para obter mais informação sobre os indivíduos, consultar os apêndices 47 e 48.

Apêndice 35 – A menção morador e vizinho do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ⁶⁷⁴ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|----------------|---|-----------------------|--|
| 7 | 241 | Lourenço Peres Melacho, vizinho do Porto, morador na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | 1341a 1341b | Lourenço Peres Melacho, vizinho do Porto, morador na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros Lourenço Peres (sobreditos) | Carta de doação (d8) | Lourenço Esteves, tabelião do rei no Porto |
| 8 | 779 | Maria Eanes, mulher de Francisco Eanes, vizinha da cidade do Porto, moradora na Ribeira | 1329a 1329b | Maria Eanes, mulher de Francisco Eanes, vizinha da cidade do Porto, moradora na Ribeira Mulher de [Francisco Eanes] (ditos) | Carta de doação (d11) | João Domingues Navarro, notário jurado...da Igreja |
| 9 | 1406 | Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melacho], vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | 1341a 1341b | Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melacho], vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cima de Vila, onde moram os Ferreiros Maria Gonçalves (sobreditos) | Carta de doação (d81) | Lourenço Esteves, tabelião do rei no Porto |

Apêndice 36 – A menção cidadã do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | ID | Indivíduos ¹⁶⁷⁵ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|--|---|---|
| 1 | 1849 | Abril Martins Pernetos, mercador, cidadão da cidade do Porto | 1320 | Abril Martins Pernetos (?), mercador, cidadão da cidade do Porto | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 2 | 710 | Afonso Eanes, cidadão do Porto | 1300a | Afonso Eanes, cidadão do Porto | Carta de escambo (b1) | ? |
| 3 | 1672 | Afonso Peres, cidadão do Porto | 1300b | Afonso Eanes | | |
| | | | 1329 | Afonso Peres, cidadão do Porto | Sentença (s6) | Martim Domingues tabelião |
| 4 | 561 | Domingos de Paranhos, cidadão do Porto | 1316 | Domingos de Paranhos, cidadão do Porto | Testamento (t4) | Gonçalo Martins, tabelião público do Porto |
| | | | 1316 | Domingos de Paranhos | | |
| | | | 1319 | Domingos de Paranhos | Mandado de cumprimento de sentença (m6) | Afonso Romães, tabelião público do Porto |
| 5 | 474 | Domingos Geraldes, cidadão do Porto ? | 1307a | Domingos Geraldes, cidadão do Porto | Carta de escambo (b3) | Francisco André tabelião |
| | | | 1307b | Domingos Geraldes | | |
| | | | 1316 | Domingos Geraldes, cidadão do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m5) | João Domingues, tabelião público da cidade do Porto |
| | | | 1319 | Domingos Geraldes | Mandado de cumprimento de sentença (m6) | Afonso Romães, tabelião público do Porto |
| 6 | 512 | Domingos Peres de Barcelos, cidadão do Porto | 1316a | Domingos Peres de Barcelos, cidadão do Porto | Testamento (t4) | Gonçalo Martins, tabelião público do Porto |
| | | | 1316b | Domingos Peres (dito) | | |
| 7 | 674 | Estêvão de Lamego, cidadão do Porto | 1316 | Estêvão de Lamego, cidadão do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m5) | João Domingues, tabelião público da cidade do Porto |

¹⁶⁷⁵ Para obter mais informação sobre os indivíduos, consultar os 47 e 48.

Apêndice 36 – A menção *cidadão do Porto*, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | ID | Indivíduos ¹⁶⁷⁵ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|-------|--|---|--|
| 8 | 651 | Estêvão Eanes das Tendras, cidadão do Porto | 1316 | Estêvão Eanes das Tendras, cidadão do Porto | Testamento (t3) | Gonçalo Martins, tabelião público do Porto |
| 9 | 652 | Estêvão Eanes Gositr, mercador, cidadão da cidade do Porto | 1320 | Estêvão Eanes Gositr(?), mercador, cidadão da cidade do Porto | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 10 | 679 | Estêvão Francisco, cidadão do Porto (Mestre) | 1321a | Mestre Estêvão, cidadão do Porto | Carta de avença (n1) | ? |
| | | | 1321b | Mestre Estêvão Francisco(?), cidadão do Porto | Carta de avença (n2) | Estêvão Pedroso tabelião |
| | | | 1321c | Mestre Estêvão | | |
| | | | 1321d | Mestre Estêvão, cidadão do Porto | | |
| | | | 1321e | Mestre Estêvão, juiz árbitro (ditos) | Carta de partição (i3) | Nicolau Esteves tabelião |
| 11 | 643 | Estêvão Martins, buçaqueiro, cidadão do Porto | 1321f | Árbitros (os ditos) | | |
| | | | 1321g | Juizes (ditos) | | |
| | | | 1321h | Juizes árbitros (ditos) | | |
| | | | 1316 | Estêvão Martins buçaqueiro, [cidadão do Porto] | Testamento (t4) | Gonçalo Martins, tabelião público do Porto |
| 12 | 1286 | Fernão Barvas, mercador, cidadão do Porto, procurador do bispo | 1320a | Fernão Barvas, mercador, cidadão do Porto, procurador do Bispo | Carta de cumprimento de obrigações (q1) | Nicolau Martins, tabelião público do Porto |
| | | | 1320b | Procurador do Bispo | | |
| 13 | 777 | Francisco da Guarda, mercador, cidadão do Porto | 1320 | Francisco da Guarda [mercador, cidadão do Porto] | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 14 | 1546 | Geraldo Eanes, cidadão do Porto | 1331 | Geraldo Eanes, cidadão do Porto | Alvará (j4) | João Vicente |
| | | | 1332a | Geraldo Eanes, cidadão do Porto | Carta de provisão (o1) | Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar |
| | | | 1332b | Geraldo Eanes | Carta de provisão (o2) | Martim Domingues, tabelião de Gondomar |

Apêndice 36 – A menção cidadã do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | ID | Indivíduos ¹⁶⁷⁵ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|-------|---|------------------------|--|
| 15 | 1360 | Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado | 1386a | Gil Lourenço de Canaveses | Auto de posse (a13) | Martim Martins tabelião do rei no Porto |
| | | | 1386b | Gil Lourenço (dito) | | |
| | | | 1390a | Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado | Carta de locação (l27) | Antoninho Domingues, tabelião do rei no Porto |
| | | | 1390b | Gil Lourenço, marido de [Senhorinha Eanes Cidadã da cidade do Porto] | Procuração (p19) | João Domingues, notário na corte da Igreja Jurado |
| | | | 1394a | Gil Lourenço, mercador, morador na [cidade do Porto] | Sentença (s20) | Afonso Eanes notário |
| | | | 1394b | Gil Lourenço, marido de Senhorinha Eanes (dito) | | |
| | | | 1410 | Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto | Carta de doação (d24) | Pedro Afonso, tabelião do rei no Porto |
| 16 | 845 | Gonçalo Esteves, cidadão do Porto | 1329 | Gonçalo Esteves, [cidadão do Porto] | Sentença (s6) | Martim Domingues tabelião |
| 17 | 1852 | Gracia Mendes, mulher de Martim Esteves (tendeiro), cidadãos do Porto | 1320 | Gracia Mendes, mulher de [Martim Esteves, tendeiro], cidadãos do Porto | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 18 | 1084 | João Bezerro Roquedo, cidadão do Porto ? | 1329 | João Bezerro Roquedo, cidadão do Porto | Sentença (s6) | Martim Domingues, tabelião |
| 19 | 968 | João Cabraes, cidadão que foi da cidade do Porto | 1339 | João Cabraes, cidadão que foi da cidade do Porto | Carta de venda (v12) | João Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| | | | 1358 | João Cabraes já passado | Carta de venda (v9) | Gonçalo Caldeira |
| 20 | 1052 | João Geraldes de Oliveira, mercador, cidadão do Porto | 1320 | João Geraldes de Oliveira, mercador, cidadão do Porto | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 21 | 171 | João Martins, cidadão do Porto ? | 1332a | João Martins, cidadão do Porto | Carta de provisão (o1) | Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar |

Apêndice 36 – A menção *cidadão do Porto*, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | ID | Indivíduos ¹⁶⁷⁵ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|--|----------------|--|--|---|
| | | | 1332b | João Martins, cidadão do Porto | Carta de provisão (o2) | Martim Domingues, tabelião de Gondomar |
| 22 | 172 | João Martins, mercador cidadão do Porto ? | 1332 | João Martins, mercador, cidadão do Porto | Carta de provisão (o2) | Martim Domingues, tabelião de Gondomar |
| 23 | 170 | João Martins, tendeiro, [cidadão do Porto] | 1329 | João Martins, tendeiro, [cidadão do Porto] | Sentença (s6) | Martim Domingues tabelião |
| 24 | 199 | João Peres Papolla, cidadão do Porto | 1307 | João Peres Papolla, cidadão do Porto | Auto de posse (a1) | Simão Martins, tabelião do rei na terra da Mata |
| 25 | 219 | Lourenço Gonçalves, tendeiro, mercador, cidadão da cidade do Porto | 1320 | Lourenço Gonçalves, tendeiro, mercador, cidadão da cidade do Porto | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 26 | 301 | Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto ? | 1332a 1332b | Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto | Carta de provisão (o1) Carta de provisão (o2) | Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar Martim Domingues, tabelião de Gondomar |
| 27 | 348 | Martim Eanes de Godim, cidadão do Porto | 1316 | Martim Eanes de Godim, cidadão do Porto | Testamento (t4) | Gonçalo Martins, tabelião público do Porto |
| 28 | 289 | Martim Esteves, tendeiro cidadão do Porto | 1320a 1320b | Martim Esteves, tendeiro, [cidadão do Porto] Martim Esteves (ditos) | Carta de venda (v5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto |
| 29 | 317 | Martim Peres, correiro, cidadão do Porto | 1316 | Martim Peres, correiro, cidadão do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m5) | João Domingues, tabelião público da cidade do Porto |
| 30 | 1609 | Nicolau Migueis, cidadão do Porto | 1319 | Nicolau Migueis, cidadão do Porto | Carta de venda (v4) | Gonçalo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto |
| 31 | 1468 | Paio Martins Carneiro, cidadão do Porto | 1301a 1301b | Paio Martins (dito) Carneiro, cidadão do Porto Paio Carneiro (dito) | Testamento (t1) | Francisco André, tabelião público do Porto |
| 32 | 1507 | Pedro Afonso, cidadão do Porto | 1316 | Pedro Afonso, cidadão do Porto | Mandado de cumprimento de sentença (m5) | João Domingues, tabelião público da cidade do Porto |

Apêndice 36 – A menção cidadã do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | ID | Indivíduos ¹⁶⁷⁵ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor |
|----|------|---|--|---|---|--|
| 33 | 1466 | Pedro Barreiro, sobrinho de Paio Martins dito cidadão do Porto | 1301 | Pedro Barreiro, sobrinho de [Paio Martins dito Carneiro cidadão do Porto] | Testamento (t1) | Francisco André, tabelião público do Porto |
| 34 | 1465 | Pedro Carneiro, irmão de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | 1301 | Pedro Carneiro, irmão de [Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto] | Testamento (t1) | Francisco André, tabelião público do Porto |
| 35 | 1573 | Pedro do Souto, cidadão do Porto | 1329 1336 | Pedro do Souto, cidadão do Porto Pedro do Souto | Pública-forma (f21) Sentença (s6) | João Vicente, tabelião do rei no Porto Martim Domingues tabelião |
| 36 | 1545 | Pedro Fernandes, cidadão do Porto | 1331 1332a 1332b | Pedro Fernandes, [cidadão do Porto] Pedro Fernandes, cidadão do Porto Pedro Fernandes | Alvará (j4) Carta de provisão (o1) Carta de provisão (o2) | João Vicente Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar Martim Domingues, tabelião de Gondomar |
| 37 | 1851 | Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres (mercador e morador que foi na cidade do Porto) | 1320 1321a 1321b 1354a 1354b | Vicente Peres, [cidadão do Porto] Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres (sic), morador na cidade [do Porto] Vicente Peres (dito) Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres (mercador e morador que foi na cidade do Porto) Vicente Peres (dito) | Carta de venda (v5) Pública-forma (f12) Carta de confirmação (c5) | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto Francisco, Lourenço tabelião do rei no Porto João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto |

Apêndice 37 – A menção cidadão e morador do Porto, considerando as diversas formas antroponímicas dos respectivos indivíduos e os documentos e respectivos redactores (Porto, séc. XIV)

| Nº | Id | Indivíduo ¹⁶⁷⁶ | Anos | Formas Antroponímicas | Documento (código) | Redactor | |
|----|------|---|---|--|---|---|---|
| 1 | | | 1362a | Afonso Lourenço cidadão e morador na cidade do Porto | Carta de doação (d11) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto | |
| | | | 1362c | Afonso Lourenço (dito) | | | |
| | | | 1362b | Afonso Lourenço das Eiras | | | |
| | 1681 | | Afonso Lourenço, cidadão e morador na cidade do Porto | 1369a | Afonso Lourenço filho de Lourenço Domingues das Eiras | Carta de doação (d18) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto |
| | | | | 1370a | Afonso Lourenço (dito) | Sentença (s17) | |
| | | | | 1370c | Afonso Lourenço (dito) | Auto de posse (a12) | |
| | | | | 1370b | Afonso Lourenço, filho que foi de Lourenço Domingues das Eiras, morador em outro tempo na cidade do Porto | | |
| | | | | 1370e | Afonso Lourenço (dito) | Sentença (s18) | |
| | | | | 1370d | Afonso Lourenço filho de Lourenço Domingues das Eiras | | |
| | | | | 1428 | Afonso Lourenço das Eiras | Pública-forma (f6) | |
| 2 | 1682 | Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto | 1362a | Teresa Rodrigues mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto | Carta de doação (d11) | João Domingues Navarro, notário jurado da Igreja do Porto | |
| | | | 1362b | Teresa Rodrigues mulher de [Afonso Lourenço das Eiras] | | | |
| | | | 1428 | Teresa Rodrigues [Mulher de Afonso Lourenço das Eiras] | Pública-forma (f6) | | ? |

¹⁶⁷⁶ Para obter mais informação sobre os indivíduos, consultar os apêndices 47 e 48.

Apêndice 38 – As diferentes menções morador do Porto, vizinho do Porto e cidadão do Porto entrosadas com outras referências sociais (Porto, séc. XIV)

| Outras referências sociais na identificação dos indivíduos com as menções morador, vizinho, cidadão do Porto | Morador do Porto | % | Vizinho do Porto | % | Cidadão do Porto | % | Vizinho e morador no Porto | % | Total global | % |
|--|------------------|-------|------------------|-------|------------------|-------|----------------------------|-------|--------------|-------|
| Ocupação laboral | 34 | 39,08 | 4,00 | 16,66 | 13 | 35,14 | 5 | 55,66 | 56 | 35,67 |
| Incumbência/Estatuto | 11 | 12,64 | | | | | | | 11 | 7,01 |
| Ofício público | 3 | 3,45 | | | | | | | 3 | 1,91 |
| Relações familiares | 4 | 4,60 | | | 2 | 5,41 | | | 6 | 3,82 |
| Relações de dependência ou de protecção (homem de, mancebo de, criado de,...) | 2 | 2,30 | | | | | | | 2 | 1,27 |
| Outros | 2 | 2,30 | | | | | | | 2 | 1,27 |
| Total global | 56 | 64,37 | 4,00 | 16,66 | 15 | 40,54 | 5 | 55,56 | 80 | 50,96 |
| Total de indivíduos designados com as respectivas menções | 87 | 100 | 24 | 100 | 37 | 100 | 9 | 100 | 157 | 100 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de... | testamenteira de | CRI | ADP | Id |
|--|--------|----------------------|--------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|------|------------------------------|------|
| Aldonça Eanes | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | VIII | L. O., XXIV, 5 | 1920 |
| Aldonça Eanes, filha que foi de João Cabraes e de Aldonça Mateus (cidadãos que foram da cidade do Porto) | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 | 969 |
| Aldonça Mateus, cidadã que foi da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 | 970 |
| Ana Lourenço, freira de Sta. Clara de Coimbra | Porto | 1376 - 1400 | | Eclesiástico(a) | | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 1924 |
| Branca Domingues, almuineira da dita almuinha | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | Almuineira | | | VI | L. S., LXXXII, 67-72v | 1267 |
| Branca Lourenço, mãe de Gil Martins das Tendas | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1351 |
| Branca Pais, mulher que foi de D. Ângelo | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 1867 |
| Branca Peres | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | | L. S., XCVI, 7-17v | 1840 |
| Catarina ... | Porto | ? | Casado(a) | Laico(a) | | | | XVI | L. O., XXIV, 1 | 1377 |
| Catarina Cassães | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | LIII | L. O., XXII, 4 | 1739 |
| Catarina Domingues, mulher de Manuel Mateus | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIII, 75-79v | 1641 |
| Catarina Faicão, tia de [Clara Domingues Irmã que foi da mãe de Clara Domingues] | Porto | 1326 - 1350 | | Laico(a) | | | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1834 |
| Catarina Fernandes, mulher de Vicente Domingues do Souto (mercador, morador na cidade do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | | VII | L. S., LXXVI, 156-162 | 1884 |
| Catarina Lourenço, comadre de Maria Afonso | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXII, 30-35 | 1400 |
| Catarina Mateus, mulher de Rodrigo Eanes (filho que foi do abade de Nogueira) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 1643 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de... | testamenteira de | CRI | ADP | Id |
|---|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|------------------------------|------------------|-------------|--|------|
| Catarina Nicolai | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v | 1793 |
| Catarina Nuges, avó de Afonso Lourenço | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1683 |
| Clara do Sal, mulher que foi de Martim Barbo | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | Sal (do) | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 1926 |
| Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1326 - 1350 | | Laico(a) | | | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1832 |
| Clara Esteves, mulher que foi de Martim Martins (mercador) | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | | L. O., XXIV, 5 | 1921 |
| Clara Martins, mulher de João Esteves (morador na Bainharia) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. O., XXIV, 4 | 996 |
| Clara Pais, mulher que foi de Aparício Domingues Borralho (Falecido) | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | XII, XXXVII | L. S., XCI, 55-61v | 1814 |
| Código (D.) | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | II | L. S., LXXIV, 219-224 | 1759 |
| Constança Martins, mulher que foi de Pedro do Sem e [mãe de] Gil do Sem (doutor, seu filho) | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | XXVIII | L. O., XX, 23; L. S., LXXVI, 39-51v | 837 |
| Domingas Canida, mulher que foi de Martim Peres | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XVI | L. S., LXXXVIII, 88-93 | 597 |
| Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | | Laico(a) | | Testamenteira de Branca Pais | | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 451 |
| Domingas Domingues, mulher de Domingos de Leça (ferrador) | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XXIV | L. O., IX, 29 | 452 |
| Domingas Peres, mulher de Paio Martins dito Carneiro (cidadão do Porto) | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 432 |
| Domingas Soares, mãe de Diogo Domingues o Navarada, abade de S. Julião de Parada (Arcebispo de Braga) | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 455 |
| Elvira Bicos | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1827 |
| Elvira Domingues, irmã de Vicente Domingues (chantre do Porto) | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XVII e a | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 | 1416 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de..., testamentaria de | CRI | ADP | Id |
|--|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|-------------------------------------|-------|---|------|
| Elvira Domingues, mulher de Diogo Peres (alfaiate) | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | XVII | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 | 1418 |
| Elvira Peres | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 1231 |
| Estêvã que mora em Miragaia | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 | 671 |
| Estevainha | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. O., XXVIII, 6 | 1955 |
| Filha que foi de Miguel Perro | Porto | ? | | Laico(a) | | | | L. O., XXIV, 1 | 1375 |
| Floreça Domingues, mulher que foi em outro tempo de Nicolau Miguéis, cidadã da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 1610 |
| Floreça Eanes, mulher que foi de João Coelho | Porto | 1351 - 1375 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. O., XXVII, 18 | 1145 |
| Francisca Gonçalves, mulher de Domingos Soleto | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 | 1097 |
| Geralda Peres, mulher de Vicente Eanes (canhador), já passados | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXVI, 100-104 | 1601 |
| Gonzia Martins, irmã de Paio Martins dito Carneiro, cidadã do Porto | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 1467 |
| Graca Mendes, mulher de Martim Esteves (tendeiro), cidadã do Porto | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., XCVI, 204 - 224 | 1852 |
| Guilomar Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho, moradora na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | L | L. O., XII, 51 | 873 |
| Guilomar Gonçalves, esposa de João Afonso (morador na cidade do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | LIII | L. O., XXII, 4 | 1224 |
| Guilomar Mendes, mulher de Gil Martins (corretor), vizinhos e moradores na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | IV | L. S., LXXXIX, 49-53v | 1225 |
| Inês Afonso, criada de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 | 1460 |
| Inês Eanes, mulher de Afonso Domingues (tabelião) | Porto | 1351 - 1375 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | VI | L. S., LXXXII, 67-72v | 1311 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de... | testamenteira de | CRI | ADP | Id |
|---|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|-------------------|------------------|-------|---|------|
| Inês Francisca que foi mulher de [Gonçalo Martins] | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L | L. O., XII, 51 | 872 |
| Inês Martins, mulher de Miguel Peres dito Perro, cidadã da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIX, 203-216 | 1873 |
| Inês Martins, mulher que foi de Pedro Rodrigues, escudeiro, já falecido | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 1590 |
| Irmã de Gil Martins das Tendas | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1349 |
| Joana Domingues Amada | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | X, IX | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 27-32 | 72 |
| Joana Martins, moradora [...] na rua das Eiras], mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v | 1753 |
| Joana Peres, mulher de Domingos Geraldês, cidadã do Porto | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 | 1824 |
| Joana Vasques, irmã de Rui Vasques, já falecida, mulher que foi de Afonso Martins (merceiro, mercador e morador na cidade do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XXXII | L. S., XCI, 37-41 | 1918 |
| Jona, mulher de mestre Jacob (D.) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIX, 166-174 | 1235 |
| Leonor Afonso, mulher de Gonçalo Domingues | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | VIII | L. O., XXIV, 5 | 825 |
| Mãe de Martinho | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1747 |
| Mãe de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXXII, 120-135 | 1424 |
| Maior Domingues das Eiras | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | III | L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v | 1396 |
| Maior Domingues, mulher do dito Afonso Rol e testamenteira de Estêvão Peres dito Cadernas, seu marido, noutro tempo | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 1843 |
| Maior Eanes, mãe de João Redondo (D.) | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | | L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXIX, 55-61v | 1114 |
| Maior, filha de João Peres | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | XLV | L. O., XXVIII, 6 | 1062 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de..., testamenteira de | CRI | ADP | Id |
|---|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|-------------------------------------|--------|---|------|
| Margarida Afonso, mulher de João Domingues Santos (tabelião geral do reino de Portugal) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXVIII, 126-130v | 1166 |
| Margarida Afonso, sobrinha de Joana Martins, filha que foi de Afonso Alho (irmão de Joana Martins) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v | 1755 |
| Margarida Domingues, foneira da rua Chá | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | Foneira | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1748 |
| Margarida Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | V | L. S., XCVII, 141-154 | 780 |
| Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1833 |
| Margarida Fernandes, mulher que foi de Diogo Glães | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., XCVI, 152-157 | 1767 |
| Margarida Gil, mulher que foi de João Gil | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-29v | 1182 |
| Margarida Peres dita Cadernas, irmã e testamenteira do dito Estêvão Cadernos, vizinhos da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 1844 |
| Margarida Rodrigues, mulher de Gil Martins das Tendas (morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues) | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1345 |
| Margarida Silvestre, sobrinha de Martim Silvestre | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1828 |
| Margarida, filha de Domingos do Porto (já passado) | Porto | 1326 - 1350 | Solteiro(a) | Laico(a) | | | XLIX | L. S., LXXXVII, 119-126 | 1902 |
| Margarida, mulher de Bartolomeu Domingues (carniceiro) | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v | 1804 |
| Maria Afonso, filha de Afonso Lourenço e mulher que foi de Vasco Palos, mercador | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | V, VI | L. S., XCVII, 141-154 | 1409 |
| Maria Afonso, mulher de João Gomes (corretor, morador na rua dos Trapeiros, em Cimo de Vila) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXII, 30-35 | 1199 |
| Maria Afonso, mulher de Vicente Peres, cidadã do Porto | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., XCVI, 204 - 224 | 1399 |
| Maria Amiga | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXXIV, 230-235 | 1381 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de..., testamentaria de | CRI | ADP | Id |
|--|--------|----------------------|--------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|--------------|--|------|
| Maria Domingues a Forragoa (D.) | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | II | L. S., LXXIV, 219-224 | 1397 |
| Maria Domingues, moradora no Porto | Porto | 1326 - 1350 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., XC, 54-61 | 1395 |
| Maria Domingues, mulher de Pedro Geraldes | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., XC, 100-111v | 1394 |
| Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins (tendeiro), moradora na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | L | L. O., XII, 51 | 875 |
| Maria Eanes a Pequena | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 1232 |
| Maria Eanes Abadinha | Porto | 1301 - 1325 | | Eclesiástico(a) | | | XVII | L. S., LXXXII, 120-135 | 1390 |
| Maria Eanes, mulher de Francisco Eanes, vizinha da cidade do Porto, moradora na Ribeira | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | V | L. S., XCVII, 141-154 | 779 |
| Maria Eanes, mulher de João Afonso (filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | XXVIII, XXIX | L. S., LXXVI, 39-51v | 1391 |
| Maria Eanes, mulher de João Cravato | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 1000 |
| Maria Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | V | L. S., XCVII, 141-154 | 781 |
| Maria Francisca, irmã da dita Inês Francisca | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | L. O., XII, 51 | 874 |
| Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melachoj, vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros] | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | IV | L. S., LXXIX, 49-53v | 1406 |
| Maria Lourenço, mulher Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v | 1404 |
| Maria Malha | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | XI | L. S., LXXIV, 187-192 | 1408 |
| Maria Martins, filha de Elvira Domingues. [irmã] de Vicente Domingues, chantre | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 | 1379 |
| Maria Martins, mulher de Afonso Domingues (mercador morador na cidade do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | III | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v | 1380 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de..., testamentaria de | CRI | ADP | Id |
|---|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|-------------------------------------|------|--|------|
| Maria Martins, mulher de Domingos João | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1378 |
| Maria Martins, mulher de Gonçalo Martins, corvoeiro, sapateiro | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXVIII, 152-160 | 865 |
| Maria Martins, mulher de João de Freitas | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1058 |
| Maria Martins, mulher de Vicente Domingues | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. O., XXIX, 53 | 1385 |
| Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres dito do Cabido (já passado), moradores na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | XVI | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93 | 1373 |
| Maria Miguéis, filha que foi de Martim Gil Porto | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 | 1357 |
| Maria Peres, mulher de João Eanes Gago | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 | 1095 |
| Maria Peres, mulher que foi de Geraldo Lamela | Porto | 1351 - 1375 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 1384 |
| Maria Peres, sobrinha de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 230-235 | 1382 |
| Maria Pota | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 | 1098 |
| Maria Vegada | Porto | 1351 - 1375 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXVI, 100-104 | 1602 |
| Marinha Peres a Colhereira | Porto | 1301 - 1325 | | Laico(a) | Colhereira | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 | 1096 |
| Mulher de Lourenço Tomás | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1749 |
| Mulher que foi de Fernão Barós | Porto | 1351 - 1375 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXII, 67-72v | 1309 |
| Mulher que foi de Gonçalo Barriga | Porto | 1301 - 1325 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 894 |
| Mulher que foi de Martim Fernandes | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1743 |

Apêndice 39 – Colação dos indivíduos de sexo feminino (Porto, séc. XIV)

| Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Estado Civil | Estado | Ocupação laboral | Procuradora de..., testamentaria de | CRI | ADP | Id |
|--|--------|----------------------|--------------|----------|------------------|-------------------------------------|-------|---|------|
| Mulher que foi de Martim Lopo | Porto | 1301 - 1325 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 1845 |
| Palomba, mulher de Mestre Dourado (D.) | Porto | 1376 - 1400 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXIX, 166-174 | 1236 |
| Sol (D.) | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIX, 166-174 | 1241 |
| Sancha Peres, mulher de Pedro Martins, vizinha da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., XC, 161-166v | 1473 |
| Senhorinha Domingues | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v | 1348 |
| Senhorinha Domingues | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. O., XXVII, 18 | 1541 |
| Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canavases | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | IX, X | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v; L. S., LXXXI, 11-16v | 1363 |
| Senhorinha Lourenço, mulher de João Eanes de Leão (mercador) | Porto | 1376 - 1400 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 1249 |
| Sobrinha de D. Vicente Domingues (chantre da Igreja do Porto) | Porto | 1326 - 1350 | Casado(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXXII, 120-135 | 1427 |
| Sobrinha de Gil Martins das Tendias e filha da irmã de Gil Martins das Tendias | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1353 |
| Susana Peres, mulher de Martim Eanes | Porto | 1301 - 1325 | Viúvo(a) | Laico(a) | | | | L. S., LXXV, 164-166v | 1489 |
| Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | Casado(a) | Laico(a) | | | V, VI | L. S., XCVII, 141-154 | 1662 |
| Vicenta | Porto | 1376 - 1400 | | Laico(a) | | | | L. S., LXXIX, 166-174 | 1240 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|----------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|-------|--|------|
| 1 | Abade de Parceiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Abade de Parceiro(?) | | | | L. S., XCVI, 152-157 | 1768 |
| 2 | Afonso Domingues, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., IX, 29; L. S., LXXIII, 14-18 | 1656 |
| 3 | Afonso Domingues, cónego | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 1664 |
| 4 | Afonso Domingues, sochantre, clérigo do coro | Porto | 1376 - 1400 | M | Sochantre, clérigo do coro | | | | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 132-138 | 1659 |
| 5 | Afonso Eanes, frade | Porto | 1376 - 1400 | M | Frade | | | | | L. O., XII, 51 | 722 |
| 6 | Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Tesoureiro | | | | X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVII, 25-33; L. S., XCVI, 7-17v | 721 |
| 7 | Afonso Esteves, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXV, 188-191 | 1457 |
| 8 | Afonso Esteves, clérigo coreiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | Coreiro | | | | L. O., XX, 23 | 1458 |
| 9 | Afonso Esteves, porteiro do Cabido | Porto | 1376 - 1400 | M | | Porteiro do Cabido | | | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 | 1459 |
| 10 | Afonso Martins, cónego da Sé do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., XCVIII, 72-80v | 66 |
| 11 | Afonso Martins, abade de Ferreira, cónego, procurador do bispo | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | Abade de Ferreira | | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 59 |
| 12 | Afonso Martins, abade de Silva Escura | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Silva Escura; juiz | | | | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v | 51 |
| 13 | Afonso Martins, abade de Souto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Souto | | | | L. S., XCVI, 25-30 | 52 |
| 14 | Afonso Martins, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 | 50 |
| 15 | Afonso Martins, deão | Porto | 1326 - 1350 | M | Deão | | | | | L. S., LXXV, 32-38v | 56 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|-----------------|--|------------------------------|-------------------|-----|--|------|
| 16 | Afonso Martins, deão | Porto | 1301 - 1325 | M | Deão | | | | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v | 44 |
| 17 | Afonso Martins, tesoureiro da Sé | Porto | 1376 - 1400 | M | Tesoureiro | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 62 |
| 18 | Afonso Peres, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | Procurador do bispo D. Vasco | | | L. O., IX, 29; L. S., LXXX, 279-282v | 1673 |
| 19 | Afonso Soares, chantre | Porto | 1376 - 1400 | M | Chantre | | | | | L. O., XXII, 4 | 1737 |
| 20 | Afonso Vasques, porteiro | Porto | 1376-1400 | M | Cónego | | | | | | |
| 21 | Álvaro Gonçalves, cónego Sé do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., XCI, 55-61v | 737 |
| 22 | Álvaro Peres, cónego, vigário da Igreja do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | Vigário | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXV, 32-38v; L. S., XCI, 1-16; L. S., XCVII, 111-116v | 736 |
| 23 | Ana Lourenço, freira de Sta. Clara de Coimbra | Porto | 1376 - 1400 | F | Freira | | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 1924 |
| 24 | André Geraldes, cónego na Igreja do Porto e ouvidor geral e vigário geral da Sé | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | Ouvidor geral no lugar de D. Afonso Martins (deão). Ouvidor de D. João (bispo do Porto). | | | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., XC, 18-27v; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v | 1448 |
| 25 | André Peres, estudante, clérigo do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | Estudante | | L. S., LXXV, 8-12v | 1133 |
| 26 | António Miguéis, clérigo do coro | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 32-38v | 1622 |
| 27 | Bartolomeu Eanes, abade da Agrela de S. Geraldes, porteiro do Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade da Agrela de S. Geraldes, Porteiro do Cabido. | | | | L. O., XVII, 11; L. S., LXXXIV, 94-97 | 1836 |
| 28 | Martim (bispo D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Bispo | | | | | L. S., LXXIV, 144-153v | 346 |
| 29 | Vicente, bispo do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Bispo do Porto | | | | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., CI, 346-353 | 1412 |
| 30 | Nicolau (cardeal D. frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Cardeal, frei | | | | | L. O., XXVII, 18 | 1326 |
| 31 | Vidal (cardeal D. frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Cardeal, frei | | | | | L. S., XC, 100-111v | 1325 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|----------------|---|------------------------------|-------------------|-----------|---|------|
| 32 | Afonso, bispo do Porto (D.) | Porto | 1351 - 1375 | M | Bispo do Porto | | | | LI | L. S., LXXXVIII, 88-103; L. S., XCVII, 189-196; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v | 1690 |
| 33 | Afonso Esteves, chantre (D.) (ditos) | Porto | 1376 - 1400 | M | Chantre | | | | | L. O., XX, 23; L. S., LXXVI, 125-128v; L. S., LXXIX, 166-174 | 1242 |
| 34 | Afonso Martins, deão - honrados varões (D.) ? | Porto | 1376 - 1400 | M | Deão | | | | XLIV | 14, L. O., XIX, 24; L. O., XX, 23; L. O., XXIX, 12; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVI, 54-59; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 70-77; L. S., XCVI, 7-17v, 49-54; L. S., XCVIII, 48-54 | 61 |
| 35 | Afonso Peres, cônego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Cônego | | Procurador do bispo D. Vasco | | | L. O., IX, 29; L. S., LXXX, 279-282v | 1673 |
| 36 | Domingos Martins, deão do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Deão | Provisor do Bispo | | | XLIX | L. O., XXI, 3; L. S., LXXXIII, 14-18, 32-36; L. S., LXXXII, 114-118v; L. S., LXXXIV, 94-97, 178-180v; L. S., XCIX, 15-20v | 548 |
| 37 | Egas Lourenço, cônego na Sé do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Cônego | | | | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v | 1776 |
| 38 | Estêvão, vigário geral do bispo do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | | Vigário geral | | | | L. S., LXXXIV, 222-226 | 681 |
| 39 | Fernando, bispo da Igreja do Porto, provedor do Mosteiro de Paços de Sousa | Porto | 1376 - 1400 | M | Bispo do Porto | Bispo da Igreja do Porto, regedor e provedor do M ^o de Paços de Ferreira | | | LVII, LII | L. S., XCVI, 7-17v | 1837 |
| 40 | Fernando, bispo da vila do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Bispo do Porto | | | | LII | L. O., XXIX, 33; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XC, 100, 111v | 1318 |
| 41 | Francisco Domingues, tesoureiro da Igreja do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Tesoureiro | | | | XLVI | L. S., LXXXV, 8-12v; L. S., LXXIX, 55-61v | 764 |
| 42 | Francisco Peres, cônego da Sé do Porto (D.) | Porto | ? | M | Cônego | | | | | L. O., IX, 29; L. O., XX, 28 L. S., LXXXIII, 103-109v; L. S., LXXV, 8-12; L. S., LXXIX, 55-61v | 757 |
| 43 | Durão Vicente (D. frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Frei | | | | | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 | 1415 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|-------------------------------------|--|------------------|-------------------|--------------|---|------|
| 44 | Pedro Esteves, prior da ordem de S. Domingos de frades pregadores (D. frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Frade | Prior da Ordem de S. Domingos de Frades Pregadores | | | | L. S., XC, 100-111v | 1530 |
| 45 | Rodrigo, guardião do Mosteiro de S. Francisco Ordem dos Frades Menores (D. frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Frade | Guardião da Ordem de S. Francisco | | | | L. S., XC, 100-111v | 805 |
| 46 | Geraldo, bispo do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Bispo | | | | | L. S., XXXI, 570-573; L. S., LXXX, 133-140, 269-278; L. S., LXXXIV, 94-97 | 1024 |
| 47 | Gil Gonçalves, capelão, morador na cidade do Porto | Porto | 1376-1400 | M | | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 1359 |
| 48 | Gil Martins, abade de Cedofeita | Porto | 1301 | M | | | | | | L. S., LXXXVI, 92-108v | 1331 |
| 49 | Gil Peres, mestre-escola do Porto (D.) | Porto | ? | M | Mestre-escola | | | | LXI | L. O., XXIV, 1; L. S., XCVIII, 132-146v, 195-201 | 703 |
| 50 | Gonçalo, bispo do Porto (D.) | Porto | ? | M | Bispo do Porto | | | | | L. S., LXXXIV, 49-55 | 807 |
| 51 | Gonçalo Geraides, porteiro do Cabido ? | Porto | 1326-1350 | M | | Porteiro | | | | L. O., XIV, 3; L. S., LXXXVII, 34-65 | 917 |
| 52 | Gonçalo Gonçalves, chantre em outro tempo na Igreja do Porto (D.) | Porto | ? | M | Chantre | | | | XXXII, XXXIX | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32 L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXIX, 203-216 | 4 |
| 53 | Gonçalo Martins Mestre Escola do Porto e Vigário Geral do Bispo D. Vasco (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Mestre-escola | Vigário geral do bispo D. Vasco (1337, 1350) | | | | L. O., IX, 29; L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXIII, 14-18, 73-109; L. S., LXXV, 8-12, 178-183; L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 169-175, 238-244 | 855 |
| 54 | Gonçalo Pereira, deão do Porto (honrado) (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Deão | | | | LXVIII | L. O., XXIX, 53; L. S., LXXIII, 243-245; L. S., LXXV, 20v-22v, 164-168v, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXIV, 222-226; L. S., XCV, 120-124 | 839 |
| 55 | Bispo João que foi da cidade do Porto e arcebispo da cidade de Lisboa (D.) | Porto | 1376 - 1400 | M | Bispo do Porto, Arcebispo de Lisboa | | | | | L. S., LXXVI, 21-24; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 70-77; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v | 1207 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|---|---|------------------|-------------------|-------------|--|------|
| 56 | João, bispo do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Bispo do Porto | | | | LIV | L. O., VI, 72-37; L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCVIII, 9-12v, 234 | 1108 |
| 57 | João Domingues, mestre-escola (D.) | Porto | 1351 - 1375 | M | Mestre-escola | | | | | L. S., XCVIII, 72-80v | 121 |
| 58 | João Martins, chantre (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Chantre | | | | | L. O., XIV, 3 | 176 |
| 59 | João Palmeiro, mestre-escola de Lisboa e cónego da cidade de Lisboa e cónego do Porto (D.) | Porto | 1351 - 1375 | M | Mestre-escola de Lisboa e cónego de Lisboa e do Porto | | | | XI | L. S., LXXIV, 187-192 | 1019 |
| 60 | Martim do Monte, chantre (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Chantre | | | | | L. S., LXXXVI, 92-108v, 148v-156v | 386 |
| 61 | Martim Vasques, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | | | | XXII | L. S., XXX, 141-143v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXVI, 92-108v | 17 |
| 62 | Martim Viegas, chantre que foi da Sé do Porto (D.) | Porto | 1351 - 1375 | M | Chantre | | | | III | L. O., XXIII, 34; L. O., XXVII, 18; L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXXI, 109-113; L. S., XCVIII, 72-80v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XCVII, 141-154 | 393 |
| 63 | Pedro Deão do Porto (D.) ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Deão | | | | XLV, XXI | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6, 11-12; L. O., XXIV, 37; L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXV, 8-12v; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXIV, 188-194v, 202-205; L. S., LXXXVIII, 226-230v; L. S., XCVIII, 9-12v | 1529 |
| 64 | Pedro Eanes (" Reverendi Patres" (D.)) ? | Porto | 1301 - 1325 | M | | | | | | L. S., LXXXIV, 222-226 | 1513 |
| 65 | Pedro Eanes Bocado, abade de Ferreira e cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | Abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira | | | XXVI, XVIII | L. O., XX, 28; L. S., LXXIII, 154-157; L. S., LXXVI, 151-155; L. S., LXXX, 55-61v, 203-216; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 169-175, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., XCVII, 105-110 | 1073 |
| 66 | Rodrigo Eanes, chantre (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Chantre | | | | | Rodrigo Eanes, chantre (D.) | 37 |
| 67 | Rodrigo Eanes, chantre da Igreja do Porto (D.) | Porto | ? | M | Chantre | | | | XXXIII | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32; L. S., LXXXIII, 46-50; L. S., LXXX, 203-216; L. S., LXXXI, 169-175 | 2 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|-----------------|--------------------------------------|------------------|-------------------|-------------|--|------|
| 68 | Rodrigo Eanes, deão do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Deão | | | | XXVI | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXVIII, 83-86v | 36 |
| 69 | Vasco, bispo do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Bispo | | | | | L. O., XXIII, 16; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXII, 120-135 | 1428 |
| 70 | Vicente Domingues, chantre do Cabido do Porto e prior da Igreja de Azambuja (D.) | Porto | 1301 - 1325 | M | Chantre | Prior da Igreja de Azambuja | | | XXXIX, XVII | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172; L. S., LXXV, 20v-22v, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XCV, 120-124 | 604 |
| 71 | Dias Henriques, cónego da Sé | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. O., XX, 23 | 1731 |
| 72 | Diogo Afonso, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., XCVII, 141-154 | 625 |
| 73 | Diogo Afonso, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., XCVII, 141-154 | 624 |
| 74 | Diogo Garcia, porteiro do Cabido | Porto | 1301 - 1325 | M | | Porteiro do Cabido | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 612 |
| 75 | Diogo Henriques, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | X | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XCVI, 7-17v; L. S., XCVIII, 132-146v | 626 |
| 76 | Diogo Henriques, cónego na Igreja da cidade do Porto, abade do Mosteiro de Cedofeita | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 1-5 | 628 |
| 77 | Diogo Sequeiros, clérigo do coro | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 613 |
| 78 | Domingos Amado, cónego | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. O., XII, 51 | 600 |
| 79 | Domingos Clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., XC, 100-111v | 570 |
| 80 | Domingos Domingues, clérigo | Porto | ? | M | Clérigo | | | | | L. O., VIII, 32 | 13 |
| 81 | Domingos Domingues o Codero, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 | 18 |
| 82 | Domingos Domingues, porteiro do [...] senhor bispo | Porto | 1351 - 1375 | M | | Porteiro do bispo da Igreja do Porto | | | LI | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v | 19 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|-----------------|---------------------------|---|-------------------|-------------|--|-----|
| 83 | Domingos Eanes, abade da Lagoa, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Abade de Lagoa | Procurador de D. Martim Viegas (chantre) e Cabido | | | L. O., XXVII, 18 | 496 |
| 84 | Domingos Eanes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., XXVI, 7 | 492 |
| 85 | Domingos Eanes, cónego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. O., XXIII, 27 | 499 |
| 86 | Domingos Eanes Grainho, cónego da Sé do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | LXV, XXVIII | L. O., XX, 23 | 500 |
| 87 | Domingos Eanes, meio cónego do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Meio cónego | | | | | L. S., LXXXII, 161-175 | 497 |
| 88 | Domingos Esteves, capelão da Sé do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Capelão da Sé do Porto | | | | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXIV, 230-235 | 422 |
| 89 | Domingos Esteves, clérigo do coro | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., CI, 346-353 | 427 |
| 90 | Domingos Francisco, tesoureiro | Porto | 1326 - 1350 | M | Tesoureiro | | | | XXIV | L. O., IX, 29 | 585 |
| 91 | Domingos Geraldês, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., XCVI, 204-224 | 475 |
| 92 | Domingos Geraldês, cónego, procurador do deão e Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | Procurador do deão e Cabido | | XXV | L. O., XXI, 3; L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., XGIX, 15-20v | 477 |
| 93 | Domingos Martins ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego(?) | | | | | L. S., LXXIII, 154-157 | 549 |
| 94 | Domingos Martins, cónego da Sé do Porto ? | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXV, 8-12v | 540 |
| 95 | Domingos Martins, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., XXVI, 7 | 555 |
| 96 | Domingos Martins, clérigo de Lourenço Peres cónego | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | Clérigo de Lourenço Peres | | | XXVII | L. S., LXXIII, 103-109v | 556 |
| 97 | Domingos Martins, clérigo do coro ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 32-38v | 557 |
| 98 | Domingos Martins, prior de Viana, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | Prior de Viana | | | | L. O., IX, 29; L. S., LXXXII, 114-118v | 606 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|--|--------|----------------------|------|-----------------------------|---|---|-------------------|--------|--|-----|
| 99 | Domingos Martins, raçoeiro | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoeiro | | | | | L. S., LXXX, 133-140 | 530 |
| 100 | Domingos Martins Tancadinho, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | Procurador de Pedro Eanes Abade de Ferreira | | XXVI | L. S., LXXIX, 55-61v | 547 |
| 101 | Domingos Mendes, clérigo de Vicente Domingues (chantre do Porto) | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | Clérigo de Vicente Domingues (chantre do Porto) | | | XXXIX | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 | 509 |
| 102 | Domingos Peres, raçoeiro e juiz que foi do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Raçoeiro | Juiz | | | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 | 473 |
| 103 | Domingos Peres Repicalhas, clérigo do coro da Sé | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., XC, 148-154 | 511 |
| 104 | Estêvão Amado, meio cônego | Porto | 1376 - 1400 | M | Meio cônego | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 697 |
| 105 | Estêvão Domingues, cônego do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Cônego | | | | | L. S., LXXXI, 60-67 | 664 |
| 106 | Estêvão Eanes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., XXVI, 7 | 648 |
| 107 | Estêvão Eanes, da andança do bispo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | [Clérigo] da andança do Sr. bispo | | | | L. O., XII, 51 | 661 |
| 108 | Estêvão Geraldes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., IX, 29 | 691 |
| 109 | Estêvão Geraldes, porteiro do Cabido | Porto | 1351 - 1375 | M | Porteiro do Cabido do Porto | | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 694 |
| 110 | Estêvão Geraldes, prebendeiro do Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | Prebendeiro do Cabido | | | | | L. S., LXXXIV, 42-48 | 692 |
| 111 | Estêvão Gomes, cônego do Porto procurador do Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | Cônego | | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXV, 32-38v | 687 |
| 112 | Estêvão Martins, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., XXVI, 7 | 649 |
| 113 | Estêvão Peres, clérigo, sobrinho do marido de Maria Afonso - João Gomes (corretor, morador na rua dos Trapeiros no Cima) | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXXII, 30-35 | 641 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|---|--|--|-------------------|-------|---|------|
| 114 | Estêvão Vicente, meio cônego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Meio cônego | | | | | L. S., XCVII, 141-154 | 699 |
| 115 | Esteves Geraldes, prebendeiro, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Prebendeiro | | | IV | L. S., LXXIX, 49-53v | 1336 |
| 116 | Fernando Afonso, abade de Formelos, vigário geral na Igreja do Porto, juiz | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Formelos. Vigário da Igreja do Porto. Juiz. | | | | L. S., XCVIII, 9-12v | 1863 |
| 117 | Fernando Esteves, abade de Cabeceiras e vigário geral na Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Cabeceiras. Vigário geral da Igreja do Porto. | | | | L. S., LXXX, 279-282v | 1875 |
| 118 | Fernão Domingues do Rego, clérigo raçoieiro da Sé do Porto ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo raçoieiro | | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXV, 188-191 | 1296 |
| 119 | Fernão Domingues, raçoieiro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoieiro | | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 1294 |
| 120 | Fernão Peres, cônego do Porto, procurador do dicto Cabido ? | Porto | ? | M | | | Procurador do Cabido do Porto | | | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93; L. S., XCVIII, 132-146v | 1280 |
| 121 | Fernão Peres, mestre-escola na Igreja do Porto, vigário geral de D. Afonso (bispo) ? | Porto | 1351 - 1375 | M | Mestre-escola | Vigário geral de D. Afonso (bispo) | | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1282 |
| 122 | Fernão Ramires que é bispo de Geem(?) que então era bispo do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Bispo. Ex-Bispo do Porto. Bispo de "Geem" | | | | | L. O., VI, 72-37 | 1298 |
| 123 | Afonso do Porto (frei) | Porto | 1351 - 1375 | M | Frei | | Procurador do Mosteiro de S. Francisco | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 1724 |
| 124 | António da Ribeira, prior (frei) | Porto | 1351 - 1375 | M | Frei | Prior do M ^o de S. Domingos da Ordem dos Pregadores | | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 1630 |
| 125 | Bartolomeu dos Menores (frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Frei | | | | XXXIX | L. S., LXXIV, 144-153v | 1421 |
| 126 | Gonçalo da Calçada, doutor (frei) | Porto | 1351 - 1375 | M | Frei | | | Doutor | | L. O., XXIV, 5 | 921 |
| 127 | Lourenço dos Pregadores (frei) | Porto | 1301 - 1325 | M | Frei | | | | | L. S., LXXIV, 144-153v | 1420 |
| 128 | Luis, doutor de S. Francisco (frei) | Porto | 1376 - 1400 | M | Frei | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 1807 |
| 129 | Martinho de Leça, superior e procurador do prior e Convento do Mosteiro de S. Domingos da Ordem dos Pregadores, da dita cidade do | Porto | 1351 - 1375 | M | Superior do Mosteiro de S. Domingos da | | Procurador do Mosteiro de S. Domingos | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 1631 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|--|--------|----------------------|------|-----------------------------|--|--|-------------------|-------|--|------|
| | Porto (frei) | | | | Ordem dos Pregadores | | | | | | |
| 130 | Nuno, custódio da custódia de Coimbra (frei) | Porto | 1351 - 1375 | M | Frei da Custódia de Coimbra | | Procurador do convento do Mosteiro de S. Francisco | | | L. S., XCVIII, 172-177 | 1725 |
| 131 | Pedro do Porto, guardião do Mosteiro de S. Francisco da ordem dos Menores (frei) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Guardião da Ordem de S. Francisco | | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 1582 |
| 132 | Geraldo Dinis, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., IX, 29 | 1328 |
| 133 | Gil Peres, abade da Igreja da Várzea de Ovelha, vigário geral de D. Afonso (bispo do Porto), juiz alvídrio | Porto | 1351 - 1375 | M | | Abade da Igreja da Várzea. Vigário geral de D. Afonso (bispo do Porto). Juiz alvídrio. Escrivão. | Procurador do Cabido | | | L. S., XXXI, 409-417; L. S., XCVII, 189-196; L. S., XCVIII, 132-146v | 1340 |
| 134 | Gil Peres, cônego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cônego | | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 1355 |
| 135 | Gonçalo Afonso, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., XCV, 15-20 | 924 |
| 136 | Gonçalo Afonso, cônego e notário jurado na Igreja do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cônego | Notário jurado | | | | L. S., XC, 70-77; B241L. S., XCV, 21-31v; | 945 |
| 137 | Gonçalo Domingues, cônego da Sé do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Cônego | | | | XXIII | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v | 816 |
| 138 | Gonçalo Drete, clérigo | Porto | ? | M | Clérigo | | | | | L. O., VIII, 32 | 9 |
| 139 | Gonçalo Eanes, clérigo do tesoureiro morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | Clérigo do tesoureiro | | | X | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVII, 29v-33 | 927 |
| 140 | Gonçalo Esteves, capelão da Sé do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Capelão da Sé do Porto | | | | L. O., XVII, 11 | 844 |
| 141 | Gonçalo Farazão, clérigo e procurador na Audiência | Porto | 1351 - 1375 | M | Clérigo | | Procurador na audiência | | | L. S., XCVIII, 72-80v | 919 |
| 142 | Gonçalo Hermiges, raçoeiro da Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Raçoeiro | | | | | L. S., LXXXVII, 34-65 | 909 |
| 143 | Gonçalo Martins, clérigo Carreiro | Porto | 1351 - 1375 | M | Clérigo | Clérigo carreiro(?) | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 863 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|-----------------|--|----------------------|-------------------|--------|--|------|
| 144 | Gonçalo Martins, clérigo da Sé do Porto ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | IV | L. O., XVII, 11; L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXIX, 49-53v | 889 |
| 145 | Gonçalo Peres, abade de S. João de Escapeira, cónego | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | S. João de Escapeira | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 888 |
| 146 | Gonçalo Peres, camareiro [andante com o Sr. Bispo] | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | Camareiro andante com o Sr. bispo | | | | L. S., XCVI, 7-17v | 811 |
| 147 | Gonçalo Peres do Rego, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., XCVII, 141-154 | 887 |
| 148 | João Abrii, cónego da cidade do Porto, procurador "dos sobreditos reos" ? | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | Procurador | | XIII | L. O., XX, 23; L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXII, 36-45v, 67-72v; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., XCI, 37-41, 55-61v | 1215 |
| 149 | João Afonso Aranha, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | XXXVII | L. S., XCI, 55-61v; L. S., XCVI, 49-54 | 86 |
| 150 | João Afonso, chantre e vigário geral do honrado padre e senhor D. João (bispo do Porto) ? | Porto | 1376 - 1400 | M | Chantre | Vigário geral do honrado padre e senhor D. João (bispo do Porto) | | | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXVIII, 27-32, 152-160; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v; L. S., XCVII, 118-128 | 87 |
| 151 | João Amado, cónego na Igreja do Porto, "nosso companheiro" e procurador [...] | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | Procurador do Cabido | | | L. O., XII, 51; L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v | 991 |
| 152 | João de Moura Monta, clérigo do coro | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1222 |
| 153 | João de Ponte, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., XCVII, 141-154 | 1206 |
| 154 | João de Sta. Maria, clérigo, procurador do Cabido ? | Porto | ? | M | Clérigo | | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXXII, 24-29v; L. S., XCVII, 118-128, 141-154 | 956 |
| 155 | João de Sousa, clérigo ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | XXXIX | L. S., LXXXII, 120-135 | 23 |
| 156 | João Domingues, abade de Penamaior, cónego | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | Abade de Penamaior | | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 124 |
| 157 | João Domingues, deão | Porto | 1351 - 1375 | M | Deão | | | | | L. S., LXXXIII, 75-79v; L. S., LXXXI, 156-162; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 132-146v | 120 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|-----------------|---|-----------------------------|-------------------|-------|---|------|
| 158 | João Eanes, "nosso" clérigo, procurador dos ditos deão e Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | Procurador do Deão e Cabido | | LIV | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6 | 142 |
| 159 | João Eanes, clérigo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXXVII, 29v-33 | 152 |
| 160 | João Eanes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., IX, 29 | 145 |
| 161 | João Eanes, clérigo da Rainha | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Clérigo da rainha | | | LV | L. S., LXXIX, 203-216 | 143 |
| 162 | João Eanes, cónego da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 151 |
| 163 | João Eanes, cónego na Sé da cidade do Porto, abade da Igreja de Válega do bispado do Porto? | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | Abade da Igreja de Válega do bispado do Porto | | | XXVII | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. O., XXVI, 7; L. S., LXIX, 55-61v; L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXII, 114-118v; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., XC, 161-166v; L. S., CI, 346-353 | 139 |
| 164 | João Eanes, porteiro [Clérigo do Coro]? | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo do coro | Porteiro | | | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 132-138; L. S., XC, 70-77; L. S., XCVI, 7-17v | 155 |
| 165 | João Eanes, tesoureiro | Porto | 1376 - 1400 | M | Tesoureiro | | | | | L. O., XIV, 53 | 157 |
| 166 | João Egas, clérigo coreiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo coreiro | | | | | L. O., XX, 23 | 1221 |
| 167 | João Esteves, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXXIV, 49-55 | 976 |
| 168 | João Geraldes, abade de Paranhos, clérigo, procurador do deão e Cabido | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Abade de Paranhos | Procurador do Deão e Cabido | | | L. O., XVII, 11-12; L. O., XVIII, 11; L. S., LXXXIII, 150-153, 154-157; L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 60-67; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., XC, 148-154 | 1046 |
| 169 | João Gil, clérigo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 1183 |
| 170 | João Gomes, cónego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | | | | L. O., XIV, 3 | 1195 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|--|--------|----------------------|------|------------------|--|-----------------------------|-------------------|-------|--|------|
| 171 João Martins, capelão da Sé do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Capelão da Sé do Porto | | | | L. S., LXXVI, 151-155 | 175 |
| 172 João Martins, mestre-escola na dita Igreja do Porto, procurador do deão e Cabido ? | Porto | 1376 - 1400 | M | Mestre-escola | | Procurador do Deão e Cabido | | LVIII | L. O., XIV, 53; L. O., XX, 23; L. O., XXIV, 4; L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78, 166-174; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXVII, 25-33; L. S., XC, 13-18; L. S., XCI, 55-61v; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v, 37-42, 183-197 | 179 |
| 173 João Palos, cônego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cônego | | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 992 |
| 174 João Pascoal, clérigo de missa | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo da missa | | | | | L. S., LXXXVII, 34-65 | 1178 |
| 175 João Peres, clérigo da Igreja do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | L. S., XC, 70-77 | 211 |
| 176 João Peres, cozinheiro do Cabido | Porto | 1351 - 1375 | M | | Cozinheiro | | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 210 |
| 177 João Pestana, abade de Sanguinhedo | Porto | ? | M | | Abade de Sanguinhedo | | | XLIII | L. O., XVII, 11; L. O., VIII, 32 | 8 |
| 178 João Redondo, cônego da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Cônego | | | | XI | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 11; L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXXVIII, 83-86v; L. S., LXXXIX, 55-61v | 1113 |
| 179 João Rodrigues, clérigo do coro | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., XCVI, 7-17v | 1171 |
| 180 João Salvadores, clérigo e procurador do deão e Cabido | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | Procurador do Deão e Cabido | | | L. S., XCVII, 111-116v | 1044 |
| 181 João Sanches, abade de Equifães, cônego da Sé do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cônego | Abade de Equifães | | | | L. S., XCI, 55-61v | 1226 |
| 182 João Sanches, estudante, clérigo do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | Estudante | | L. S., LXXV, 8-12v | 1132 |
| 183 Julião Peres, abade da Igreja de coronado da terra da Maia | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade da igreja de coronado da terra da Maia | | | XXXIX | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 | 1419 |
| 184 Lourenço Afonso, raçoeiro | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoeiro | | | | | L. S., LXXX, 133-140 | 215 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|-----------------|---|------------------|-------------------|---------------|---|------|
| 185 | Lourenço Barrego, clérigo | Porto | ? | M | Clérigo | | | | | L. O., VIII, 32 | 5 |
| 186 | Lourenço, clérigo andante com o senhor bispo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | Clérigo andante com o senhor bispo | | | LVII | L. S., XCVI, 7-17v | 262 |
| 187 | Lourenço Domingos, coreiro, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo coreiro | | | | | L. S., LXXXVI, 92-108v | 221 |
| 188 | Lourenço Domingues, abade da Igreja de S. Pedro e ouvidor geral de D. Afonso (bispo do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Abade da Igreja de S. Pedro. Ouvidor geral de D. Afonso (bispo do Porto). | | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 | 250 |
| 189 | Lourenço Domingues, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXIX, 203-216 | 227 |
| 190 | Lourenço Eanes, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., XCVI, 7-17v | 264 |
| 191 | Lourenço Peres, cónego do Porto, procurador do Cabido ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | | | XXVII, XXVIII | L. O., XX, 28; L. O., XXVI, 7; L. S., LXXIII, 103-109v; L. S., LXXIV, 94-97, 166-172; L. S., LXXV, 32-38v, 164-168v, 178-183; L. S., LXXVI, 151-155; L. S., LXXXIV, 42-48 | 235 |
| 192 | Lourenço Viegas, cónego da Sé | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIX, 55-61v | 230 |
| 193 | Lourenço Viegas, raçoeiro | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoeiro | | | | | L. S., LXXX, 133-140 | 216 |
| 194 | Luis Vasques, cónego | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | | | | | L. S., XCV, 120-124 | 1825 |
| 195 | Marão do Monte, chantre | Porto | 1301 - 1325 | M | Chantre | | | | | L. S., LXXXI, 176-179 | 1830 |
| 196 | Marão Rodrigues, clérigo do mestre-escola do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Clérigo do mestre-escola do Porto | | | | L. S., XCI, 1-16 | 1671 |
| 197 | Maria Eanes Abadinha | Porto | 1301 - 1325 | F | | Abadinha(?) | | | XXXIX | L. S., LXXXII, 120-135 | 1390 |
| 198 | Martim Afonso, raçoeiro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoeiro | | | | | L. O., XVII, 11; L. S., LXXV, 164-168v; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., XC, 148-154, 161-166v | 331 |
| 199 | Martim Afonso, vigário | Porto | 1376 - 1400 | M | | Vigário | | | | L. O., XII, 51 | 338 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|--|--------|----------------------|------|-----------------|--------------------------|---------------------------|-------------------|--------|--|-----|
| 200 | Martim Álvares Tabelião Cónego do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | Tabelião | | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXI, 169-175 | 372 |
| 201 | Martim Botelho [...], cónego | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | | | | L. O., XXIX, 33 | 389 |
| 202 | Martim da Maia, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., XCV, 120-124 | 342 |
| 203 | Martim de Sousa, clérigo do coro | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXXIV, 94-97 | 401 |
| 204 | Martim do Outeiro, clérigo do abade Silhães | Porto | ? | M | Clérigo | Clérigo do abade Silhães | | | LXIV | L. O., VIII, 32 | 6 |
| 205 | Martim Domingues, cónego da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | | Procurador do Cabido | | | L. S., LXXV, 8-12v | 302 |
| 206 | Martim Domingues, clérigo do coro da Sé | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 144-153v | 299 |
| 207 | Martim Domingues, tesoureiro ? | Porto | ? | M | Tesoureiro | | | | | L. O., VIII, 32; L. S., LXXV, 20v-22v | 11 |
| 208 | Martim Eanes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. O., IX, 29; L. S., LXXIII, 14-18 | 363 |
| 209 | Martim Esteves, cónego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | | | | L. O., XIV, 3 | 402 |
| 210 | Martim Esteves, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., XCVII, 105-110 | 288 |
| 211 | Martim Esteves, clérigo do coro | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 132-138 | 284 |
| 212 | Martim Esteves, cónego da Igreja do Porto, procurador de Álvaro Dias ? | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | Procurador de Álvaro Dias | | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XCVI, 7-17v | 283 |
| 213 | Martim Esteves Cónego da Sé do Porto procurador do Cabido ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Cónego | | Procurador do Cabido | | XXVIII | L. O., XXVI, 7; L. S., LXXIII, 46-50; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXVIII, 83-86v | 286 |
| 214 | Martim Esteves, meio cónego da Sé do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Meio cónego | | | | | L. O., XIV, 53; L. S., XC, 27v-29 | 404 |
| 215 | Martim Faração, tesoureiro | Porto | 1351 - 1375 | M | Tesoureiro | | | | | L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v | 411 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|-----------------|--|---------------------------------------|-------------------|-------|---|------|
| 216 | Martim Gernudes, clérigo do coro | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 144-153v | 345 |
| 217 | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Abade | | | IX, X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 27-32, 126-130v | 418 |
| 218 | Martim Gonçalves, clérigo do coro | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 272 |
| 219 | Martim Gonçalves, cónego de Cedofeita, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 282 |
| 220 | Martim Loureiro, clérigo do coro | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 164-168v | 377 |
| 221 | Martim Lourenço, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., XC, 161-166v | 379 |
| 222 | Martim Peres, cónego | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 326 |
| 223 | Martim Peres Eanes, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 322 |
| 224 | Martim Peres, meio cónego do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Meio cónego | | | | | L. S., LXXXII, 161-175 | 323 |
| 225 | Martim Silvestre, raçoeiro da Sé do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Raçoeiro | | | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCV, 120-124 | 330 |
| 226 | Martinho Reis, clérigo do mestre-escola | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Clérigo do mestre-escola | | | | L. S., LXXVI, 151-155 | 1938 |
| 227 | João Vieira (mestre, frei) | Porto | ? | M | Frei, mestre | | | | IX | L. S., LXXIX, 70-78 | 963 |
| 228 | Miguel Mendes, clérigo | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXIX, 55-61v | 1946 |
| 229 | Nicolau Esteves, cónego | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXXII, 67-72v | 1617 |
| 230 | Pedro de Sousa, prior das Donas do M ^o de S. Domingos | Porto | 1351 - 1375 | M | | Prior das Donas do M ^o de S. Domingos | Procurador do Mosteiro de S. Domingos | | | L. S., XCVIII, 132-146v | 1583 |
| 231 | Pedro do Rego, raçoeiro da Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Raçoeiro | | | | | L. S., LXXXII, 114-118v | 1571 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiásticos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|--|--------|----------------------|------|------------|---------------------------|---|-------------------|-------|---|------|
| 232 | Pedro Durão, cónego do Porto, sobrinho de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Cónego | | | | XXXIX | L. S., LXXIV, 90-94v; 102-105, 144-153v; 166-172 | 1045 |
| 233 | Pedro Eanes, cónego da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | Procurador do Cabido da cidade do Porto | | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., XC, 27v-29; L. S., XCVI, 7-17v | 1259 |
| 234 | Pedro Eanes do Vale, abade de Arcozelo | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Arcozelo | Procurador de D. Vasco bispo do Porto | | | L. S., LXXX, 279-282v; L. S., XCVIII, 9-12v | 1509 |
| 235 | Pedro Esteves Ferraz, cónego da Sé do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | Procurador do Cabido do Porto | | | L. S., XXXI, 409-417 | 1342 |
| 236 | Pedro Fernandes, raçoeiro da Sé da Cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Raçoeiro | | Procurador do Cabido | | | L. O., XIV, 3 | 1197 |
| 237 | Pedro Martins, clérigo | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXX, 133-140 | 1047 |
| 238 | Pedro Martins, clérigo da Igreja do Porto, abade da Igreja de Avanca | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | Abade da Igreja de Avanca | Procurador do Cabido | | | L. S., XCVII, 105-110 | 1074 |
| 239 | Pedro Martins o Trope, clérigo, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo | | Procurador do Cabido | | | L. S., XC, 100-111v | 1474 |
| 240 | Pedro Sanches, cónego da Sé | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., XCVI, 7-17v | 1588 |
| 241 | Rodrigo Eanes, abade de Perafita, irmão de Pedro Eanes (abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira, cónego) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Abade de Perafita | | | XXVI | L. O., XX, 28; L. S., LXXIII, 32-36; 154-157; L. S., LXXIX, 203-216 | 38 |
| 242 | Rui Cerveira, cónego do Cabido do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | | L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v; 132-146v | 1567 |
| 243 | Rui Gonçalves, cónego do Cabido do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | | | XLII | L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXXII, 161-175; L. S., LXXXVII, 29v-33; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v | 1568 |
| 244 | Rui Peres, tesoureiro do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Tesoureiro | Tesoureiro do Porto | | | | L. S., LXXXVII, 183-188 | 1702 |
| 245 | Rui Teixeira, cónego | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 1916 |
| 246 | Rui Vasques, cónego, procurador do Cabido da Igreja do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | | Procurador do deão e Cabido do Porto | | XXXII | L. O., XII, 51; L. O., XX, 23; L. O., XXIII, 27; L. O., XII, 51; L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXXII, 36-45v; 67-72v, 161-175; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCI, 37- | 1689 |

Apêndice 40 – Colação dos indivíduos eclesiais (Porto, séc. XIV)

| Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estatuto | Função | Procurador de... | Formação cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|-----------------|---|--------------------------------------|-------------------|--------|--|------|
| 247 Silvestre João de Moura, clérigo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | 41; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v | 1223 |
| 248 Tomé Eanes, clérigo do coro | Porto | 1301 - 1325 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXXVII, 29v-33 | 1620 |
| 249 Tomé Gonçalves, clérigo | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo | | | | | L. S., LXXXIV, 49-55 | 1808 |
| 250 Vasco Afonso, clérigo do coro | Porto | 1376 - 1400 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXIV, 250-259 | 1948 |
| 251 Vasco Fernandes, clérigo do coro | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1624 |
| 252 Vasco Gonçalves, clérigo do coro | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo do coro | | | | | L. S., LXXV, 32-38v | 1623 |
| 253 Vasco Lourenço de Lamego, prebendeiro que foi do Cabido do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Prebendeiro do Cabido | | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v | 1356 |
| 254 Vasco Peres, cónego do Porto, procurador de D. Afonso Martins, deão e Cabido | Porto | 1376 - 1400 | M | Cónego | Vigário geral de D. Gil (bispo do Porto (1402)) | Procurador do deão e Cabido do Porto | | XLIV | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 13-27v; L. S., XCVI, 7-17v | 1496 |
| 255 Vicente Gonçalves, cónego da Igreja do Porto, vigário geral de D. Afonso (bispo do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | M | Cónego | Vigário geral do Sr. D. Afonso (bispo do Porto) | | | | L. S., LXXVI, 39-51v | 1413 |

Apêndice 41 – Os indivíduos laicos e o exercício de uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Ocupação Laboral | Total de Indivíduos laicos | % |
|----|-------------------------------------|----------------------------|-------|
| 1 | Mercador | 31 | 22,96 |
| 2 | Tendeiro ou das Tendas | 14 | 10,37 |
| 3 | Sapateiro | 11 | 8,15 |
| 4 | Alfaiate | 10 | 7,41 |
| 5 | Ferrador ou Ferreiro ou Ferralheiro | 8 | 5,93 |
| 6 | Ourives | 6 | 4,44 |
| 7 | Advogado | 5 | 3,70 |
| 8 | Corretor | 4 | 2,96 |
| 9 | Marinheiro | 3 | 2,22 |
| 10 | Tanoeiro | 3 | 2,22 |
| 11 | Açagador | 2 | 1,48 |
| 12 | Almocreve | 2 | 1,48 |
| 14 | Canhador | 2 | 1,48 |
| 16 | Pedreiro | 2 | 1,48 |
| 17 | Pescador | 2 | 1,48 |
| 25 | Colhereiro(a) | 2 | 1,48 |
| 15 | Contador, sapateiro, corvoeiro | 1 | 0,74 |
| 18 | Alcareiro | 1 | 0,74 |
| 19 | Almuinheiro(a) | 1 | 0,74 |
| 20 | Buçaqueiro | 1 | 0,74 |
| 21 | Bainhador ou Banheiro | 2 | 1,48 |
| 22 | Bicas (de) | 1 | 0,74 |
| 23 | Cambeador | 1 | 0,74 |
| 24 | Carniceiro | 1 | 0,74 |
| 26 | Carpinteiro | 1 | 0,74 |
| 27 | Carreiro(?) | 1 | 0,74 |
| 28 | Cirurgião | 1 | 0,74 |
| 29 | Correio | 1 | 0,74 |
| 30 | Cuteleiro (o que faz as adagas) | 1 | 0,74 |
| 31 | Esporeiro | 1 | 0,74 |
| 32 | Esteireiro | 1 | 0,74 |
| 33 | Forneira | 1 | 0,74 |
| 34 | Jaspeiro | 1 | 0,74 |
| 35 | Obradeiro | 1 | 0,74 |
| 36 | Panos (?) | 1 | 0,74 |
| 37 | Regateiro do pescado | 1 | 0,74 |
| 38 | Sal (do) | 1 | 0,74 |
| 39 | Serveiro(?) do Porto | 1 | 0,74 |
| 40 | Sineiro | 1 | 0,74 |
| 41 | Tendeiro-sapateiro | 1 | 0,74 |
| 42 | Tenreiro | 1 | 0,74 |
| 43 | Tosador | 1 | 0,74 |
| 44 | Vinhateiro | 1 | 0,74 |
| | Total | 135 | 100 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|------------------|-----------|---|------|
| 1 | Abri! Martins Pernetos, mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 1849 |
| 2 | Afonso Bartolomeu, ourives | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., LXXIV, 65-68 | 1193 |
| 3 | Afonso Domingues, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v | 1665 |
| 4 | Afonso Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. O., XII, 51; L. S., LXXVI, 156-162; L. S., LXXXVII, 94-103 | 720 |
| 5 | Afonso Martins de Bicas, marido de Aldonça Eanes | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Bicas (de) | Mesteiral | L. O., XXIV, 1 | 65 |
| 6 | Afonso Martins, das Tendras | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tendas (das) | Mercantil | L. S., LXXXII, 36-45v | 63 |
| 7 | Afonso Martins, mercador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 60 |
| 8 | Afonso Martins, merceiro(?), mercador e morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Viúvo(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCI, 37-41 | 64 |
| 9 | Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Vinhateiro | Vinicola | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v | 1592 |
| 10 | Álvoro Afonso, esteireiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Esteireiro | Mesteiral | L. S., LXXIV, 219-224 | 751 |
| 11 | Álvoro Esteves, ourives | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v | 750 |
| 12 | Álvoro Martins, tenreiro | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tenreiro | Mesteiral | L. S., LXXVI, 39-51v | 748 |
| 13 | Álvoro Vicente, tendeiro do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. S., LXXXII, 161-175 | 749 |
| 14 | Antoninho Esteves, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVIII, 132-146v | 1727 |
| 15 | Antoninho Martins, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., LXXVI, 156-162 | 1889 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|------------------|---------------------|--|------|
| 16 | Bartolomeu Domingues, carnicheiro | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Carniceiro | Mesteiral | L. S., LXXVI, 39-51v | 1802 |
| 17 | Bernal Dias, mercador do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXVI, 161-168 | 1908 |
| 18 | Branca Domingues, almuinheira da dita almuinha | Porto | 1351 - 1375 | F | | Laico(a) | Almuinheiro(a) | Agrícola | L. S., LXXXII, 67-72v | 1267 |
| 19 | Cabeceiras, alfaiate | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1687 |
| 20 | Clara do Sal, mulher que foi de Martim Barbo | Porto | 1376 - 1400 | F | Viúvo(a) | Laico(a) | Sal (do) | Outros | L. S., LXXIV, 132-138 | 1926 |
| 21 | Diogo Esteves, sapateiro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 615 |
| 22 | Diogo Peres, alfaiate | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXIV, 144-153v | 610 |
| 23 | Domingos de Leça, ferrador | Porto | 1326 - 1350 | M | Casado(a) | Laico(a) | Ferrador | Mesteiral | L. O., IX, 29 | 586 |
| 24 | Domingos do Porto, advogado que foi na rua dos mercadores ? | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Advogado | Profissões liberais | L. O., XVIII, 11; L. O., XXI, 3; L. O., XXX, 32; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXVII, 119-126; L. S., XCVI, 204-224; L. S., XCVII, 141-154 | 577 |
| 25 | Domingos Eanes, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., XCVIII, 132-146v | 498 |
| 26 | Domingos Eanes, sapateiro morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., LXXXII, 30-35 | 501 |
| 27 | Domingos Fernandes, tanoeiro morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tanoeiro | Mesteiral | L. S., LXXXII, 30-35 | 599 |
| 28 | Domingos Soares da Sapataria | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Sapateiro (?) | Mesteiral | L. S., LXXIV, 230-235 | 420 |
| 29 | Domingos Vicente, tendeiro do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. S., LXXXII, 161-175 | 596 |
| 30 | Domingues, ferreiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Ferreiro | Mesteiral | L. S., LXXIV, 230-235 | 435 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|------------------|-----------|----------------------------------|------|
| 31 | Estêvão Domingues, mercador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXII, 161-175 | 669 |
| 32 | Estêvão Eanes das Tendias, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tendas (das) | Mercantil | L. O., XXVIII, 6 | 651 |
| 33 | Estêvão Eanes Gostir, mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 652 |
| 34 | Estêvão Eanes, espureiro | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Espureiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 657 |
| 35 | Estêvão Eanes, ourives, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., LXXIV, 250-259 | 659 |
| 36 | Estêvão Martins, buçaqueiro, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Buçaqueiro | Mesteiral | L. S., LXXXII, 120-135 | 643 |
| 37 | Estêvão Peres, açagador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Açagador | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 639 |
| 38 | Fernando Afonso, peliteiro, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 1076 |
| 39 | Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIX, 49-53v | 1303 |
| 40 | Fernão Geraldes, banhador do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Banhador | Mesteiral | L. S., LXXXIV, 202-205 | 1300 |
| 41 | Fernão Peres, ourives | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., XC, 100-111v | 1287 |
| 42 | Francisco da Guarda, mercador, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 777 |
| 43 | Francisco Eanes das Tendias, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tendas (das) | Mercantil | L. S., XCVIII, 72-80v | 791 |
| 44 | Francisco Eanes, mercador, vizinho na cidade do Porto morador na Ribeira | Porto | 1326 - 1350 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVII, 141-154 | 778 |
| 45 | Francisco Esteves, pescador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Pescador | Marítimo | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 796 |
| 46 | Francisco Martins o colhereiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Colhereiro | Fiscal | L. S., LXXX, 269-278 | 772 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|--------------------------------|---------------------|--|------|
| 47 | Francisco Peixoto, marinheiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Marinheiro | Marítimo | L. S., XCVI, 204-224 | 783 |
| 48 | Geraldo Domingues que foi obradeiro | Porto | ? | M | | Laico(a) | Obradeiro | Mesteiral | L. O., VIII, 32 | 3 |
| 49 | Geraldo, ferrador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Ferrador | Mesteiral | L. O., IX, 29 | 1950 |
| 50 | Gil Martins das Tendás, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador (das Tendás) | Mercantil | L. S., LXXXII, 36-45v | 1344 |
| 51 | Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | Casado(a) | Laico(a) | Corretor | Mercantil | L. S., LXXIX, 49-53v | 1335 |
| 52 | Gil, cirurgião (mestre) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Cirurgião | Profissões liberais | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1322 |
| 53 | Gonçalo Carrazedo, alcaireiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Alcaireiro | Mesteiral | L. O., XXIII, 27 | 926 |
| 54 | Gonçalo Domingues, almocreve | Porto | ? | M | | Laico(a) | Almocreve | Mercantil | L. S., LXXXII, 24-29v | 813 |
| 55 | Gonçalo Eanes, ferreiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ferreiro | Mesteiral | L. S., LXXIV, 219-224 | 929 |
| 56 | Gonçalo Esteves, ourives | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 126-130v | 848 |
| 57 | Gonçalo Esteves, tosadador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tosador | Mesteiral | L. S., XCVIII, 132-146v | 846 |
| 58 | Gonçalo Gonçalves, sineiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Sineiro | Outros | L. S., LXXXII, 30-35 | 1943 |
| 59 | Gonçalo Lourenço, sapateiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. O., XXIV, 5 | 938 |
| 60 | Gonçalo Martins, contador, dito corvoeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Contador, sapateiro, corvoeiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 152-160 | 864 |
| 61 | Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. O., XII, 51 | 871 |
| 62 | Gonçalo Miguéis, pedreiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Pedreiro | Mesteiral | L. S., XCVIII, 172-177 | 880 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|---------------------------------|---------------------|---|------|
| 63 | João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXVI, 39-51v | 80 |
| 64 | João Bezerto, advogado | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Advogado | Profissões liberais | L. S., LXXXI, 169-175 | 1082 |
| 65 | João Boleiro, alfaiate | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXXIV, 37-40v | 1154 |
| 66 | João da Ribeira, marinheiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Marinheiro | Marítimo | L. S., XC, 100-111v | 1099 |
| 67 | João de Cristo, alfaiate | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXIX, 203-216 | 1150 |
| 68 | João de Mariz, marinheiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Marinheiro | Marítimo | L. S., LXXIV, 132-138 | 1248 |
| 69 | João Domingues, alfaiate | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 107 |
| 70 | João Domingues, cuteleiro, o que faz as adagas(?) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Cuteleiro (o que faz as adagas) | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 152-160 | 128 |
| 71 | João Domingues, mercador | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXVIII, 126-130v | 126 |
| 72 | João Eanes de Leão(?), mercador, morador na cidade do Porto, na rua Chã | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIV, 132-138 | 154 |
| 73 | João Eanes, sapateiro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. O., IX, 29 | 144 |
| 74 | João Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto na rua da Sepataria | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., LXXVI, 156-162 | 1214 |
| 75 | João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ferreiro | Mesteiral | L. S., LXXXIX, 7-12; L. S., LXXXVIII, 152-160 | 1079 |
| 76 | João Geraldes, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXVI, 156-162 | 1055 |
| 77 | João Geraldes de Oliveira, mercador, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 1052 |
| 78 | João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Corretor | Mercantil | L. S., LXXXII, 30-35 | 1198 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------------|---------------------|--|------|
| 79 | João Martins, almocreve, morador junto a Santildefonso que é a par da cidade do Porto | Porto | ? | M | Casado(a) | Laico(a) | Almocreve | Mercantil | L. S., LXXXII, 24-29v | 162 |
| 80 | João Martins, mercador cidadão do Porto ? | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIII, 32-36 | 172 |
| 81 | João Martins, tanoeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tanoeiro | Mesteiral | L. S., LXXXII, 30-35 | 180 |
| 82 | João Martins, tendeiro, [cidadão do Porto] | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. S., LXXIII, 150-153 | 170 |
| 83 | João Peres das Tendias, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tendas (das) | Mercantil | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 278-282 | 202 |
| 84 | João Peres, ferrador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Ferrador | Mesteiral | L. O., IX, 29 | 205 |
| 85 | João Pesado, advogado, vizinho da Cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Advogado | Profissões liberais | L. S., XC, 100-111v | 1100 |
| 86 | João Rodrigues, ourives, morador no Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Ourives | Mesteiral | L. S., LXXIII, 32-36, 154-157 | 1008 |
| 87 | João, cambeador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Cambeador | Mercantil | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93 | 964 |
| 88 | João, regateiro do pescado | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Regateiro do pescado | Mercantil | L. S., XCVII, 141-154 | 1945 |
| 89 | Jorge Gonçalves, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXVI, 156-162 | 1885 |
| 90 | Lourenço Abril, corretor | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Corretor | Mercantil | L. S., LXXVI, 156-162 | 252 |
| 91 | Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXVI, 156-162; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVIII, 195-201 | 249 |
| 92 | Lourenço Eanes, sapateiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., XCVI, 7-17v | 263 |
| 93 | Lourenço Gonçalves, tendeiro, mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 219 |
| 94 | Lourenço Pais, carreiro(?) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Carreiro(?) | Outros | L. S., LXXV, 164-168v | 256 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|-------------------------|-----------|---|------|
| 95 | Lourenço Vasques, pedreiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Pedreiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 152-160 | 259 |
| 96 | Margarida Domingues, forneira da rua Chã | Porto | 1376 - 1400 | F | | Laico(a) | Forneira | Mesteiral | L. S., LXXXII, 36-45v | 1748 |
| 97 | Marinha Peres a Colhereira | Porto | 1301 - 1325 | F | | Laico(a) | Colhereira | Fiscal | L. S., LXXX, 269-278 | 1096 |
| 98 | Martim de Lourenço, servedeiro(?) do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Serveideiro(?) do Porto | Outros | L. O., XXIII, 8 | 409 |
| 99 | Martim Domingues, carpinteiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Carpinteiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 310 |
| 100 | Martim Domingues, sapateiro, filho de Diogo Esteves (sapateiro) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Sapateiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 304 |
| 101 | Martim Esteves, tendeiro cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. S., XCVI, 204 - 224 | 289 |
| 102 | Martim Gonçalves, mercador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIV, 187-192 | 277 |
| 103 | Martim Louvado, ferreiro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Ferreiro | Mesteiral | L. S., LXXIX, 55-61v | 396 |
| 104 | Martim Martins, mercador | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. O., XXIV, 5 | 296 |
| 105 | Martim Martins, pescador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Pescador | Marítimo | L. S., LXXXIV, 37-40v | 292 |
| 106 | Martim Martins, tendeiro | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. O., XII, 51 | 295 |
| 107 | Martim Miguéis, tanoeiro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tanoeiro | Mesteiral | L. S., XCVII, 141-154 | 394 |
| 108 | Martim Peres, correio, cidadão do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Correio | Mesteiral | L. S., LXXX, 133-140 | 317 |
| 109 | Martim Vasques, ferralheiro, o Montesinho | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Ferralheiro | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 152-160 | 1917 |
| 110 | Martim Vicente Barreiros, mercador do Porto ? | Porto | 1326 - 1350 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v; L. S., XCVI, 25-30 | 374 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|--------------------|-----------|---|------|
| 111 Mercador na vila do Porto, já passado | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXIV, 187-192 | 1020 |
| 112 Nicolau Panos | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Panos (?) | Mesteiral | L. O., XXIV, 40 | 1615 |
| 113 Pedro da Ribeira, mercador | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XCI, 1-16 | 1117 |
| 114 Pedro das Botas | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Sapateiro(?) | Mesteiral | L. S., LXXXII, 36-45v | 1556 |
| 115 Pedro de Aveoso, mercador que foi no Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXII, 161-175 | 1581 |
| 116 Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. O., XXVII, 18 | 1540 |
| 117 Pedro Martins, alfaiate | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1480 |
| 118 Pedro Martins, canhador | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Canhador | Mesteiral | L. S., LXXX, 269-278 | 1430 |
| 119 Salvador Pivida, corretor, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Corretor | Mercantil | L. S., LXXXVIII, 278-282 | 1094 |
| 120 Salvos Martins, açagador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Açagador | Mesteiral | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1835 |
| 121 Vasco Domingues, tendeiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tendeiro-sapateiro | Mesteiral | L. O., XII, 51 | 1810 |
| 122 Vasco Palos, mercador | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCVII, 141-154 | 1803 |
| 123 Vasco Peixoto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXXI, 11-16v | 1497 |
| 124 Vasco Vicente, alfaiate | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Alfaiate | Mesteiral | L. S., LXXVI, 39-51v | 1801 |
| 125 Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., LXXVI, 156-162 | 1883 |
| 126 Vicente Domingues, tendeiro e morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tendeiro | Mercantil | L. O., XXIV, 40; L. S., LXXIV, 187-192 | 1881 |

Apêndice 42 – Colação prosopográfica dos indivíduos laicos associados a uma ocupação laboral (Porto, séc. XIV)

| Indivíduos | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ocupação Laboral | Sector | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|------------------|---------------------|--|------|
| 127 Vicente Eanes, camador, já passado | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Canhador | Mesterial | L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXXVIII, 218-224v | 1595 |
| 128 Vicente Martins, advogado | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Advogado | Profissões liberais | L. O., XXX, 32 | 1433 |
| 129 Vicente Martins, mercador, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. S., XC, 100-111v | 1431 |
| 130 Vicente Peres, mercador, morador que foi na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Mercador | Mercantil | L. O., XXIV, 40; L. S., XCVI, 204-224 | 1860 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------|-----|--|------|
| 1 | Afonso de Romães, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., XC, 100-111v, 148-154 | 1651 |
| 2 | Afonso Domingues de Freitas, juiz da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXV, 170-176v | 1669 |
| 3 | Afonso Domingues, escrivão de Domingos Domingues na audiência do bispo do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Escrivão | LI | L. S., XCVIII, 72-80v | 1666 |
| 4 | Afonso Domingues, escrivão jurado dado pelo rei | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., XCVI, 204- 224 | 1660 |
| 5 | Afonso Domingues, tabelião que foi da cidade do Porto já passado | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tabelião | VI | L. S., LXXXII, 67-72v | 1310 |
| 6 | Afonso Eanes, escrivão dos... ? | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. O., XXIV, 5 | 724 |
| 7 | Afonso Eanes, notário ? | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., LXXXI, 11-16v | 725 |
| 8 | Afonso Eanes, ouvidor | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Ouvidor | | L. S., XXXI, 570-573 | 711 |
| 9 | Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., IX, 29 L. O., XIV; L. O., XX, 28, 3; L. O., XXVI, 7; L. S., LXXIII, 14-18; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXIV, 94-97; L. S., CI, 346-353 | 715 |
| 10 | Afonso Lourenço, juiz | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXX, 279-282v | 1709 |
| 11 | Afonso Martins, tabelião ? | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXV, 8-12v | 70 |
| 12 | Afonso Martins, tabelião da cidade do Porto ? | Porto | ? | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 1 | 69 |
| 13 | Afonso Martins, tabelião da cidade do Porto ? | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 88-93 | 71 |
| 14 | Afonso Rodrigues, corregedor de novo do rei | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Corregedor | | L. S., LXXVI, 151-155 | 1704 |
| 15 | Afonso Rodrigues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXVIII, 1-5 | 1708 |
| 16 | Almoxarife (do) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Almoxarife | | L. S., XCVII, 141-154 | 1163 |
| 17 | Álvoro Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto e em seus termos | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 24-29v | 732 |
| 18 | Álvoro Sanches, tabelião geral do rei nos reinos de Portugal e do Algarve | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 30-35; L. S., LXXXVIII, 152-160 | 734 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|---|-----|---|------|
| 19 | André Peres, tabelião | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXV, 20v-22v; L. S., LXXXIV, 222-226; L. S., XCV, 120-124 | 1441 |
| 20 | Antoninho Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 126-130v; L. S., XCVIII, 54-57v; L. S., XCVI, 7-17v | 1915 |
| 21 | Antoninho Fernandes, escrivão do rei no Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXX, 133-140, 269-278 | 1319 |
| 22 | António Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1629 |
| 23 | António Esteves, tabelião do bispo D. Geraldo | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXIV, 49-55 | 1619 |
| 24 | Diogo Domingues, tabelião público da cidade do Porto? | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., VIII, 32; L. S., LXXV, 164-168v | 14 |
| 25 | Domingos Eanes, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v | 505 |
| 26 | Domingos Esteves, juiz | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXXII, 67-72v | 429 |
| 27 | Domingos Esteves, tabelião | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCVIII, 132-146v | 430 |
| 28 | Domingos Fernandes, [notário] jurado da audiência | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., XCVII, 189-196 | 598 |
| 29 | Domingos Gondomar, escrivão numerado na audiência da Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Escrivão numerado na audiência da Igreja do Porto | | L. S., LXXXII, 114-118v | 581 |
| 30 | Domingos Eanes, tabelião | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXI, 60-67 | 479 |
| 31 | Estêvão Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 67-72v | 658 |
| 32 | Fernão Peres, tabelião na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXI, 169-175 | 1284 |
| 33 | Francisco André, tabelião em outro tempo na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172, 230-235; L. S., XCV, 120-124 | 763 |
| 34 | Francisco Eanes, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XXX, 141-143v | 785 |
| 35 | Francisco Esteves, vizinho do Porto | Porto | 1301-1325 | M | | Laico(a) | Ex-almotacé pelo concelho do Porto | | L. S., LXXXI, 169-175 | 28 |
| 36 | Francisco Lourenço, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCVI, 204- 224 | 784 |
| 37 | Garcia Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCV, 15-20 | 1911 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|-----------------------------------|------------------|---|------|
| 38 | Geraldo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v | 1053 |
| 39 | Gil Gonçalves, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Juiz | Laico(a) | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v | 1361 |
| 40 | Gil Pais, procurador do Número do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Procurador do número do Porto | XLVII | L. S., LXXV, 170-176v | 1362 |
| 41 | Gil Vasques de Sousa, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | Juiz | Laico(a) | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., XCVIII, 54-57v | 1923 |
| 42 | Gonçalo Brandão, tabelião público do rei em Miragaia | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 218-224v | 854 |
| 43 | Gonçalo Caens, tabelião | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XC, 100-111v | 853 |
| 44 | Gonçalo Eanes, notário público e jurado do bispo | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., XCVIII, 72-80v | 810 |
| 45 | Gonçalo Eanes, tabelião | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | L. O., XVIII, 11 | | 833 |
| 46 | Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto (eu) | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 278-282; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCVI, 204-224 | 831 |
| 47 | Gonçalo Eanes, tabelião público do rei, na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 832 |
| 48 | Gonçalo Esteves, juiz do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., XCV, 15-20 | 847 |
| 49 | Gonçalo Fernandes, tabelião | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXI, 3 | 912 |
| 50 | Gonçalo Fernandes da Lagoa | Porto | 1351-1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 40 | 913 |
| 51 | Gonçalo Geraldes, pregoeiro da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Pregoeiro | | L. O., XXIV, 5 | 939 |
| 52 | Gonçalo Martins, escrivão jurado na audiência da Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXXII, 120-135 | 852 |
| 53 | Gonçalo Martins, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIII, 27; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 94-103 | 868 |
| 54 | Gonçalo Martins, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCV, 120-124; L. S., XCVII, 105-110 | 851 |
| 55 | Gonçalo Rodrigues, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XX, 23 | 869 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|---------------------------------|-------|---|------|
| 56 | Gonçalo Velho, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCVIII, 54-57v | 870 |
| 57 | João ..., juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. O., XXX, 32 | 1148 |
| 58 | João Afonso da Agrela, juiz que foi da cidade do Porto ? | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Juiz que foi da cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 82 |
| 59 | João Afonso, tabelião da cidade do Porto | Porto | ? | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 24-29v | 74 |
| 60 | João Colaço, tabelião em outro tempo cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172, 230-235; L. S., LXXV, 20v-22v | 974 |
| 61 | João de Lamego, porteiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Porteiro | | L. S., LXXXII, 36-45v | 1245 |
| 62 | João de Sousa, notário jurado na audiência e Bispo do Porto ? | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Notário | | L. O., XII, 51; L. O., XXIV, 1; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVIII, 88-93 | 40 |
| 63 | João de Sta. Maria, notário ? | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., XCI, 37-41 | 957 |
| 64 | João Domingues Navarro, notário público jurado na corte da Igreja do Porto ? | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., LXXXVI, 54-59; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 132-146v | 117 |
| 65 | João Domingues Santos, tabelião geral do reino de Portugal | Porto | 1376 - 1400 | M | Casado(a) | Laico(a) | Tabelião | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v | 127 |
| 66 | João Domingues, notário jurado da corte do bispo | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XC, 13-27v; L. S., XCVI, 37-42, 49-54, 183-197 | 118 |
| 67 | João Domingues, notário jurado na corte da Igreja do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v | 42 |
| 68 | João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXVI, 156-162; L. S., LXXXVIII, 94-103 | 125 |
| 69 | João Domingues, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXX, 133-140 | 972 |
| 70 | João Eanes Balulio, juiz do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Juiz do Porto | | L. S., LXXXI, 169-175 | 137 |
| 71 | João Eanes Melão, corregedor do rei D. Afonso d'Aquém Douro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Corregedor | | L. S., CI, 346-353 | 141 |
| 72 | João Eanes, tabelião | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 5 | 1167 |
| 73 | João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | XXXVI | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., XCVII, 8-19; L. S., XCVIII, 54-57v | 1169 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|--|-----|--|------|
| 74 | João Geraldes, escrivão dado pelo rei a Geraides Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXVI, 39-51v | 1054 |
| 75 | João Lourenço, escrivão do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXV, 170-176v | 1761 |
| 76 | João Mendes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 114-118v | 1009 |
| 77 | João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 40 | 208 |
| 78 | João Vasques, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCVIII, 54-57v | 962 |
| 79 | João Vicente, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1301-1325 | M | | Laico(a) | Ex-almotacé pelo concelho do Porto | | | 27 |
| 80 | João Vicente Pinto, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., CI, 346-353 | 31 |
| 81 | João Vicente, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32; L. S., LXXIII, 46-50; L. S., LXXIX, 55-61v; 203-216 | 7 |
| 82 | João Vicente, tabelião público do rei no Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXV, 164-168v | 34 |
| 83 | Juiz | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. O., XXIV, 5 | 1168 |
| 84 | Juizes | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. O., XVIII, 11 | 1951 |
| 85 | Lopo Fernandes, almoxarife do rei do Armazém na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Almoxarife | LX | L. S., LXXIX, 7-12; L. S., XXX, 144- 146v; 284-286v | 1914 |
| 86 | Lourenço Afonso, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXIV, 166-172 | 239 |
| 87 | Lourenço Esteves, tabelião público do rei no Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., LXXXIII, 83-86v; L. S., XCVII, 141- 154 | 226 |
| 88 | Martim Afonso, escrivão da Sé | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | | L. S., LXXXVII, 183-188 | 334 |
| 89 | Martim Afonso, tabelião que foi da cidade do Porto, já finado | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XII, 51; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXII, 36-45v; L. S., LXXXVII, 29v-33 | 337 |
| 90 | Martim da Maia, vedor da Fazenda do rei D. João I | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Vedor da Fazenda do rei D. João I | | L. S., XXX, 284-286v | 415 |
| 91 | Martim Álvares, tabelião na cidade do Porto? | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXX, 279-282v | 397 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------|-----|--|------|
| 92 | Martim Domingues, escrivão da Audiência | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. O., XX, 28 | 308 |
| 93 | Martim Domingues, notário público jurado do bispo | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., XCVIII, 72-80v | 311 |
| 94 | Martim Eanes, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXIV, 222-226 | 355 |
| 95 | Martim Gonçalves, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. O., XXIV, 40 | 276 |
| 96 | Martim Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 5; L. S., LXXXII, 24-29v; L. S., XC, 27v-29 | 271 |
| 97 | Martim Martins, tabelião do rei no Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 5; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., XCI, 37-41 | 293 |
| 98 | Martim Peres, juiz | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXX, 279-282v | 319 |
| 99 | Martim Vicente, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XVII, 11; L. O., XXX, 32; L. S., LXXI, 169-175 | 373 |
| 100 | Martim Viegas, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XVII, 11 | 392 |
| 101 | Martim Vieira, tabelião que foi da cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 390 |
| 102 | Mateus Domingues, escrivão jurado na audiência da Igreja do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXIII, 103-109v; L. S., LXXV, 32-38v | 1626 |
| 103 | Miguel Peres Perro, juiz do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | Casado(a) | Laico(a) | Juiz | | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXIX, 203-216; L. S., LXXXI, 169-175 | 1376 |
| 104 | Miguel Roxo(?), juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172 | 1900 |
| 105 | Nicolau Domingues, juiz na vila Chã e concelho | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | juiz | | L. S., LXXXVII, 90-96 | 1611 |
| 106 | Nicolau Martins, tabelião público na cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., XC, 100-111v, 161-166v | 1607 |
| 107 | Nicolau Pais, almoxarife do rei no Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Almoxarife | | L. S., LXXXII, 161-175 | 1321 |
| 108 | Pedro Afonso, escrivão jurado | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., LXXXVI, 148v-156v | 1402 |
| 109 | Pedro Afonso, notário na Igreja do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Notário | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVIII, 27-32 | 1368 |
| 110 | Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVII, 211-218v; L. S., XCI, 55-61v | 1554 |
| 111 | Pedro Eanes, porteiro | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Porteiro | | L. S., LXXXII, 67-72v | 1314 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|---|-----|--|------|
| 112 Pedro Eanes, pregoeiro | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Pregoeiro | | L. S., LXXXII, 67-72v | 1315 |
| 113 Pedro Eanes do Porto, tabelião da Feira | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXVI, 156-162 | 1524 |
| 114 Pedro Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCI, 55-61v | 1512 |
| 115 Pedro Fernandes, tabelião, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIV, 40 | 1548 |
| 116 Pedro Martins da Ribeira, tabelião | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXI, 169-175 | 1469 |
| 117 Pedro Martins Pimentel, escrivão jurado na audiência | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Escrivão jurado na audiência | | L. S., LXXIII, 103-109v | 1486 |
| 118 Pedro Martins, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXIII, 16; L. O., XXX, 32; L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXIV, 37-40v | 1159 |
| 119 Pedro Martins..., tabelião | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XXX, 32 | 1481 |
| 120 Rui Mendes, juiz do rei D. Dinis, na cidade do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Juiz do rei D. Dinis na cidade do Porto | | L. S., XXX, 141-143v; L. S., LXXX, 133-140, 269-278; L. S., XC, 100-111v | 1327 |
| 121 Salvador Eanes, tabelião da cidade do Porto | Porto | ? | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXII, 24-29v | 1372 |
| 122 Sobrinho de Domingos Peres, raçoeiro e juiz que foi do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXVI, 151-155 | 1705 |
| 123 Tabelião | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXVII, 90-96 | 1612 |
| 124 Tristão Viegas, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXXIV, 202-205 | 1870 |
| 125 Vasco Afonso, escrivão do Cabido do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Escrivão | | L. S., XCVI, 152-157; L. S., XCVII, 118-128 | 1766 |
| 126 Vasco Fernandes Ferrão, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., XCVII, 8-19 | 1797 |
| 127 Vasco Gil, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. O., XXIII, 16; L. S., LXXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., CI, 346-353 | 1332 |
| 128 Vasco Peres, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCVIII, 54-57v | 1499 |
| 129 Vasco Vicente, escrivão do biscoito do rei, morador na cidade do Porto na rua Chã, réu | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Escrivão | IX | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v | 1805 |
| 130 Vicente Domingues Pinsel, juiz da cidade do Porto | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Juiz | | L. S., LXXV, 170-176v | 1762 |

Apêndice 43 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados aos ofícios públicos (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|-----------|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------|-----|--|------|
| 131 | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. O., XVIII, 11; L. S., LXXIV, 166-172; L. S., LXXX, 279-282v | 1599 |
| 132 | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., XCV, 15-20 | 1603 |
| 133 | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Tabelião | | L. S., LXXIV, 219-224 | 1758 |
| 134 | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Almoxarife | | L. S., LXXIX, 203-216 | 1434 |

Apêndice 44 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados ao desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | Desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|---|--|-------|--|------|
| 1 Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto, procurador de D. Fernando (bispo da Igreja do Porto e regedor do Mosteiro) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido e do bispo e do prior de Paços de Sousa. | XLI | L. S., XCVI, 7-17v | 1838 |
| 2 António Eanes, procurador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. O., XIV, 3 | 1196 |
| 3 Aparício Domingues, procurador do concelho do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. S., XXXI, 409-417 | 1729 |
| 4 Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto | Porto | 1326 - 1350 | F | | Laico(a) | | Testamenteira de Branca Pais | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v | 451 |
| 5 Domingos da Carreira, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido da Igreja do Porto | | L. S., LXXXVI, 92-108v | 567 |
| 6 Domingos Lourenço, procurador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. O., XVIII, 11 | 563 |
| 7 Domingos Martins, procurador do Cabido | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 238-244 | 536 |
| 8 Domingos Peres do Casal, procurador de João Eanes (cônego do Porto) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador de João Eanes (cônego da Igreja do Porto) | XXVII | L. S., LXXXVII, 34-65 | 490 |
| 9 Estêvão Cavaco, procurador no concelho do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador no concelho do Porto | | L. O., XXX, 32 | 684 |
| 10 Estêvão Eanes, procurador do número na cidade do Porto, procurador geral do deão e Cabido da Sé | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Procurador do número na cidade do Porto | Procurador do do Porto e do Cabido da Igreja do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v; L. S., XCVII, 8-19; L. S., XCVIII, 54-57v | 663 |
| 11 Estêvão Francisco, cidadão do Porto (Mestre) | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | | Juiz árbitro | | L. S., LXXXVI, 92-108v | 679 |
| 12 Francisco Eanes, procurador | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. O., XVIII, 11; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172 | 788 |

Apêndice 44 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados ao desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | Desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------|--|-------|--|------|
| 13 Francisco Eanes, procurador no concelho do Porto | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. O., XXX, 32 | 786 |
| 14 Gil Peres, vizinho do concelho do Porto e seu procurador sobestabelecido de Aparício Domingues (procurador do concelho do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. S., XXXI, 409-417 | 1341 |
| 15 Gonçalo Domingues, homem e procurador de Gonçalo Domingues (cônego) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador de Gonçalo Domingues | XXIII | L. O., XVII, 11 | 817 |
| 16 João da Guarda, procurador do concelho [do Porto] | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 | 1067 |
| 17 João do Couto, criado de Domingos Geraldes | Porto | 1326 - 1350 | M | Clérigo | Laico(a) | | Procurador do deão e Cabido | XXV | L. S., XCIX, 15-20v | 1112 |
| 18 João Durães, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. ° XVIII, 11; L. S., LXXXI, 169-175 | 1083 |
| 19 João Eanes, pocurador do Cabido | Porto | 1326 – 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXIV, 42-48 | 149 |
| 20 João Eanes, procurador do Cabido | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v | 43 |
| 21 João Estêvão, procurador do Cabido | Porto | 1376 – 1400 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., XCVIII, 48-54 | 1247 |
| 22 João Esteves de Azevedo ? | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador no concelho do Porto (1329) | XIX | L. ° XXX, 32; L. S., LXXX, 269-278 | 966 |
| 23 João Peres de Sovereira, procurador de D. Fernando | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador de D. Fernando | | L. S., LXXX, 133-140 | 201 |
| 24 João Vicente, procurador do Cabido da igreja do Porto | Porto | 1351 – 1375 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., XCVII, 189-196 | 33 |
| 25 Martim Domingues, procurador | Porto | 1326 – 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. ° XVIII, 11 | 305 |
| 26 Martim Domingues, procurador do Concelho (dito) | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 269-278 | 384 |

Apêndice 44 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados ao desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Ofício Público | Desempenho de procurador de ou testamenteiro(a) de, tutor de ... | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|----------------|--|-------------|--|------|
| 27 Martim Eanes, procurador | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. S., XCVI, 204-224 | 354 |
| 28 Martim Esteves, procurador da Igreja do Porto | Porto | 1376 – 1400 | M | | Laico(a) | | Procurador da Igreja do Porto | | L. S., XC, 70-77 | 403 |
| 29 Pedro Bicos, procurador do concelho do Porto | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 | 1527 |
| 30 Pedro do Sem, homem de Martim Esteves (cônego do Porto) | Porto | 1326 – 1350 | M | Casado(a) | Laico(a) | | Procurador de Lourenço Peres, testamenteiro de João Eanes (cônego que foi do Porto) | XXVIII, XVI | L. ° XX, 23; L. ° XXVI, 7; L. S., LX XVI, 39-51v | 1575 |
| 31 Pedro Eanes da Parda Ponte de Vouga, procurador do deão e Cabido | Porto | 1326 – 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. ° XXI, 3; L. S., LXXIV, 166-172; L. S., Cl, 346-353 | 1516 |
| 32 Rodrigo Eanes, procurador do Bispado do Porto ? | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do bispado do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v | 16 |
| 33 Semhoo Domingues, procurador no concelho do Porto ? | Porto | 1326 – 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador no concelho do Porto | | L. ° XXX, 32 | 1872 |
| 34 Vasco Esteves, procurador do bispo D. Fernando | Porto | 1301 – 1325 | M | | Laico(a) | | Procurador do bispo D. Fernando | LII | L. S., LXXXI, 238-244 | 1775 |
| 35 Vasco Fernandes Ferraz, procurador do Cabido | Porto | 1376 – 1400 | M | | Laico(a) | | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 11-16v | 1764 |
| 36 Vasco Martins da Parada, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 – 1375 | M | | Laico(a) | | Tutor de João (1370). Testamenteiro de Afonso Domingues (tabelião que foi da cidade do Porto (1373)) | VI, V | L. S., LXXXII, 67-72v; L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1312 |
| 37 Vasco Martins, morador na cidade do Porto | Porto | 1376 – 1400 | M | | Laico(a) | | Procurador de Inês Afonso, criada de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido) | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 | 1784 |
| 38 Vicente Eanes, procurador | Porto | 1326 – 1350 | M | | Laico(a) | | Procurador | | L. S., LXXIV, 166-172 | 1597 |

Apêndice 45 – Colação prosopográfica dos indivíduos identificados, tendo como referência uma relação de dependência (homem de ou mancebo de) ou uma relação de proteção (criado de) (Porto, séc. XIV)

| | Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Participação nos documentos | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|-----------------------------|---------|---|------|
| 1 | Afonso Peres de Sousela, criado de Domingos Geraldês (cônego e procurador do Cabido do Porto) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXV | L. S., XCIX, 15-20v | 1677 |
| 2 | Álvaro Gil, homem de João Garcia (tabelião do rei) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVI | L. S., XCVII, 8-19 | 735 |
| 3 | Álvaro Pais do Porto, criado de João Afonso Aranha (cônego da Igreja do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVII | L. S., XCI, 55-61v | 746 |
| 4 | Arão Gonçalves, homem de Diogo Henriques (abade do Mosteiro de Cedofeita) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 | 1785 |
| 5 | Domingos, mancebo de Lourenço Peres (cônego do Porto, procurador do Cabido) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXVII | L. S., LXXIII, 103-109v | 524 |
| 6 | Estêvão Esteves, homem do dito Rui Vasques (cônego, procurador do Cabido da Igreja do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXII | L. O., XII, 51; L. S., LXXXVIII, 94-103 | 698 |
| 7 | Estêvão Martins, criado de Diogo Henriques (cônego na Igreja da cidade do Porto, abade do Mosteiro de Cedofeita) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 650 |
| 8 | Fernão Martins, criado de Vasco Peres (cônego da Sé do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XLIV | L. S., XCVI, 7-17v | 1293 |
| 9 | Fernão Martins, homem de D. Pedro Peres (deão) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | XLV | L. O., XVII, 11 | 1290 |
| 10 | Fernão Mateus, homem do dito mestre-escola | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Testemunha | XI | L. S., LXXIV, 187-192 | 1021 |
| 11 | Gil Martins, homem do dito Martim Peres (morador na cidade do Porto, sobrinho de Lourenço Domingues das Eiras, já passado) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Testemunha | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 1343 |
| 12 | Gonçalo Eanes, homem de Martim Lopes (juiz) | Porto | 1301 - 1326 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXI | L. O., XXVIII, 6 | 830 |
| 13 | Gonçalo Peres, criado de Afonso...elgado(?) (morador num 1/4 de casas situadas na rua dos Mercadores) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Nomeado | LIII | L. O., XXII, 4 | 892 |

Apêndice 45 – Colação prosopográfica dos indivíduos identificados, tendo como referência uma relação de dependência (homem de ou mancebo de) ou uma relação de protecção (criado de) (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Participação nos documentos | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|---|--------|----------------------|------|--------------|----------|-----------------------------|---------|--|------|
| 14 Gonçalo, homem de Vasco Martins (da Parada, morador na cidade do Porto) | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | Testemunha | VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 | 922 |
| 15 Gonçalo, natural de Guimarães, homem de Estêvão Eanes (procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na Rua das Eiras) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | II | L. S., LXXXVII, 211-218v | 944 |
| 16 Inês Afonso, criada de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | F | | Laico(a) | Nomeada | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 | 1640 |
| 17 João de Cristo, criado de Diogo Henriques (cônego da Igreja do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 1256 |
| 18 João Gonçalves do Rego, andante com o Senhor Bispo | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XLI | L. S., XCVI, 7-17v | 1188 |
| 19 João Martins, criado de Domingos Vasques (possuidor de umas casas situadas no Porto, junto à Rua Pública e vizinhas de umas casas emprazadas por D. Rodrigo Rodrigo Eanes, Chanite) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Nomeado | XLIII | L. O., XXIV, 4 | 181 |
| 20 João Martins, criado de Senhorinha Eanes (cidadã do Lourenço de Canaveses) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | IX | L. S., LXXXVIII, 126-130v | 182 |
| 21 João Vasques, primo de Senhorinha Eanes (criado de Senhorinha Eanes (cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Nomeado | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v | 960 |
| 22 Martim Mendes, homem do abade de Cedofeita | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Testemunha | | L. S., LXXV, 164-168v | 376 |
| 23 Martim Peres, homem do Cabido, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | Casado(a) | Laico(a) | Nomeado | XVI | L. O., XXIV, 1; B483; L. S., LXXXVIII, 88-93 | 324 |
| 24 Martim Peres, feigo, homem de Domingos Geraldes (cônego) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXV, IV | L. S., LXXIX, 49-53v | 321 |
| 25 Martinho, homem ... | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | II | L. S., LXXXVII, 211-218v | 1156 |
| 26 Pedro Domingues, homem do Almojarife | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | | L. S., XCVII, 141-154 | 1162 |

Apêndice 45 – Colação prosopográfica dos indivíduos identificados, tendo como referência uma relação de dependência (homem de ou mancebo de) ou uma relação de protecção (criado de) (Porto, séc. XIV)

| Indivíduo | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Participação nos documentos | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|-----------------------------|---------|----------------------------------|------|
| 27 Pedro Eanes, homem de Diogo Henriques, abade do Mosteiro de Cedofeita | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 | 1526 |
| 28 Pedro Fernandes, homem de Pedro Afonso (associado a Casas no Porto (entre o muro da Sapataria e o muro da cidade e a Feira) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Testemunha | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 | 1547 |
| 29 Pedro Geraldês, homem de Vasco Esteves (procurador do bispo D. Fernando) | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Testemunha | LII | L. S., XCVI, 204-224 | 1533 |
| 30 Vasco Domingues, criado de Clara Pais (mulher que foi de Aparício Domingues Borralho (falecido); doadora de um lugar situado em Maçarelos (termo) da cidade do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XII | L. S., XCI, 55-61v | 1812 |
| 31 Vasco Eanes, criado do mestre-escola | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | | L. S., XCVI, 7-17v | 707 |
| 32 Vasco Eanes, homem de Rui Vasques (cônego) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXII | L. S., LXXXII, 36-45v | 705 |
| 33 Vasco Gonçalves, criado de Diogo Henriques (abade do Mosteiro de Cedofeita) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 | 707 |
| 34 (...) do Fernão Peres | Porto | ? | M | | Laico(a) | Testemunha | | L. O., XXIV, 1 | 705 |
| 35 [...] homem de Rui Vasques (cônego da Sé da cidade do Porto) | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Testemunha | XXXII | L. O., XXIII, 27 | 1257 |

Apêndice 46 – Colação prosopográfica dos indivíduos associados a mais do que um vector sócio-profissional (mistos) (Porto, séc. XIV)

| | Nome | Espaço | Intervalos Temporais | Sexo | Estado Civil | Estado | Estatuto | Ocupação laboral | Ofício Público | Outro desempenho | Formação Cultural | CRI | Arquivo Distrital do Porto (ADP) | Id |
|----|--|--------|----------------------|------|--------------|----------|-----------------------------|--|---|---|--------------------------------|-------|---|------|
| 1 | Afonso Peres, bacharel em leis e em degredos, vassalo e sobrejuiz do rei | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Vassalo | | Sobrejuiz | | Bacharel em leis e em degredos | XXX | L. S., LXXV, 170-176v | 1680 |
| 2 | André Domingues, tabelião do Porto e curador de Margarida (filha de Domingos da Porta (que já é falecido)) | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | | | Tabelião | Curador de Margarida (filha de Domingos da Porta (que já é falecido)) | | XLIX | L. O., XVIII, 11; L. O., XXX, 32; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXVII, 119-126 | 985 |
| 3 | Bartolomeu Martins, bacharel em degredos vassalo e sobrejuiz do rei D. João I | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Vassalo | | Sobrejuiz | | Bacharel em degredos | | L. S., LXXV, 170-176v | 1763 |
| 4 | Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na rua das Eiras | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | | Mercador | | Procurador de Nuno Martins Vasques Mercador morador na rua das Eiras | | II | L. S., LXXXVII, 211-218v | 662 |
| 5 | Fernão Barvas, mercador, cidadão do Porto, procurador do bispo | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | | Mercador | | Procurador do Bispo | | | L. S., XC, 100-111v | 1286 |
| 6 | Fernão Eanes, advogado, cavaleiro | Porto | 1326 - 1350 | M | | Laico(a) | Cavaleiro | Advogado | | | | XXVI | L. O., XVII, 12; L. O., XX, 28; L. S., LXXXV, 178-183; L. S., LXXXVI, 39-51v | 1302 |
| 7 | João Domingues, banheiro, testamenteiro do dito Afonso Martins | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | | Banheiro | | Testamenteiro de Afonso Martins | | VIII | L. O., XXIV, 5 | 130 |
| 8 | Juiz o cavaleiro | Porto | 1301 - 1325 | M | | Laico(a) | Cavaleiro | | Juiz | | | | L. S., LXXXVI, 92-108v | 1854 |
| 9 | Luis Afonso, procurador do número na cidade do Porto e de João Rodrigues de Sá, cavaleiro | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | | | Procurador do número na cidade do Porto | Procurador de João Rodrigues de Sá (cavaleiro) | | XLVII | L. S., XCVIII, 48-57v | |
| 10 | Martim Geraldes, escolar, criado de Gonçalo Domingues de Sto. Antoninho da Praça | Porto | 1376 - 1400 | M | | Laico(a) | Criado de Gonçalo Domingues | | | | Escolar | | L. S., XCI, 55-61v | 821 |
| 11 | Rodrigo Afonso, jaspeiro das casas dos vinhos da cidade do Porto | Porto | 1351 - 1375 | M | | Laico(a) | | Jaspeiro das casas dos vinhos da cidade do Porto | | Cobrador da sisa das Casas dos Vinhos do Porto | | | L. S., XCV, 15-20 | 1912 |

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|-------------------|---|-----------|------------------------|-----------------------------------|------------------------------|-------|
| Açougues | Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os açougues | | 1390 | | Residência e posse de casas | XIII |
| | Afonso (sobrinho de Gil Martins das Tendas morador entre os açougues) | | 1390 | | Posse de casas | XIII |
| | Afonso Martins das Tendas | | 1390 | Posse de casas | Posse de casas | XIII |
| Rua da Bainharia | Domingas Soares, mãe de Diogo Domingues o Navarrada, abade de S. Julião de Parada (Arcebispado de Braga) | Porto | 1327 | | Posse de casas | |
| | Domingos Eanes Caldo Amarelo | Porto | 1327, 1329, 1331, 1341 | | Posse de casas | |
| | Estêvão Peres, açagador | Porto (?) | 1331 | Açagador | Posse de casas | |
| | Estêvão Eanes, esporeiro | Porto | 1370 | Esporeiro | Residência | |
| | João Esteves, morador na rua da Bainharia | Porto | 1389 | | Residência | |
| | Clara Martins, mulher de João Esteves (morador na Bainharia) | Porto | 1389 | | Residência | |
| | Cabeceiras, alfaiate | Porto | 1369, 1370 | Alfaiate | Residência | V |
| | Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1331 | | Posse de casas | LIV |
| | Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1331 | | Posse de casas | LIV |
| | Catarina Falcão, tia de [Clara Domingues irmã que foi da mãe de Clara Domigues] | Porto | 1331 | | Posse de casas | LIV |
| Rua Chã | Francisco Peres da rua Chã | Porto | 1386 | | Naturalidade e/ou residência | |
| | Martim | Porto | 1386 | | Residência | |
| | Vasco Vicente, escrivão do Biscoito do rei, morador na cidade do Porto na rua Chã, réu | Porto | 1386, 1394 | Escrivão do Biscoito do rei | Residência | IX |
| | Martim Barbom | Porto | 1386, 1397 | | Residência | |
| | Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadã da cidade do Porto | Posse de casas | IX, X |
| | Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadão do Porto | Posse de casas | X |
| | Margarida Domingues, forneira da rua Chã | Porto | 1390 | Forneira da Rua Chã | Actividade | XIII |
| | Diogo Peres, filho de Francisco Peres da rua Chã, morador na cidade do Porto | Porto | 1396 | | Naturalidade e/ou residência | |
| | Francisco Peres da rua Chã | Porto | 1396 | | Naturalidade e/ou residência | |
| | João Eanes de Leão(?), mercador, morador na cidade do Porto, na rua Chã | Porto | 1397 | Mercador | Residência | |
| | Senhorinha Lourenço, mulher de João Eanes de Leão (mercador) | Porto | 1397 | | Residência | |
| | Vasco Fernandes Ferrão, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1396 | Juiz ordinário da cidade do Porto | Residência | |
| | Ana Lourenço, freira de Sta. Clara de Coimbra | Porto | 1397 | Freira de Santa Clara de Coimbra | Posse de casas | |

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|-------------------------------------|---|-----------|------------------|---|--|---------|
| | João Ferraz | Porto | 1397 | Ferreiro (?) – possuidor de um forno na rua Chã | Posse de um forno | |
| | Clara do Sal, mulher que foi de Martim Barbo | Porto | 1397 | Sal (do) | Posse de casas | |
| | Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras | Porto | 1341 | Mercador | Posse de casas | III, IV |
| | Lourenço Peres Melacho, vizinho do Porto, morador na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | Porto | 1341 | Vizinho do Porto | Residência e posse de metade de um forno | IV |
| Rua de Cimo de Vila ¹⁶⁷⁷ | Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melacho], vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | Porto | 1341 | Vizinha do Porto | Residência e posse de metade de um forno | IV |
| | Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto | Porto | 1341 | Corretor, vizinho e morador no Porto | Posse de metade de um forno | IV |
| | Guimar Mendes, mulher de Gil Martins (corretor), vizinhos e moradores na cidade do Porto | Porto | 1341 | Vizinha do Porto | Posse de metade de um forno | IV |
| Rua das Eiras | Gueidoar | Porto | 1307, 1316, 1319 | | Posse de casas | |
| | Domingos Geraldês, cidadão do Porto | Porto | 1307 | Cidadão do Porto | Posse de casas | |
| | Joana Peres, mulher de Domingos Geraldês, cidadã do Porto | Porto | 1307 | Cidadã do Porto | Posse de casas | |
| | João Pais | Porto | 1307 | | Posse de casas | |
| | Pedro Durão, cônego do Porto, sobrinho de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto | 1307, 1312 | Cónego, sobrinho do chantre Vicente Domingues | Posse de casas | XVII |
| | Martim Domingues das Eiras, vizinho da cidade do Porto ? | Porto | 1316, 1320, 1331 | Vizinho da cidade do Porto | Naturalidade e/ou residência | |
| | Fernão Domingues das Eiras | Porto | 1319 | | Naturalidade e/ou residência | XIX |
| | Gonçalo Peres das Eiras | Porto (?) | 1319, 1336 | | Naturalidade e/ou residência | XIX |
| | Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto | Porto | 1332 | Cidadão do Porto | Naturalidade e/ou residência | XVII |
| | Gonçalo Peres, filho de Gonçalo Peres das Eiras | Porto (?) | 1336 | | Naturalidade e/ou residência | |
| | João Barreiros, filho que foi de Aldonça Eanes | Porto | 1339 | | Posse de casas | XI |
| | Aldonça Mateus, cidadã que foi da cidade do Porto | Porto | 1339, 1358 | Cidadã do Porto | Residência | XI |
| | João Cabraes, cidadão que foi da cidade do Porto | Porto | 1339, 1358 | Cidadão do Porto | Posse de casas | XI |
| | Aldonça Eanes, filha que foi de João Cabraes e de Aldonça Mateus (cidadãos que foram da cidade do Porto) | Porto | 1339, 1358 | | Posse de casas | XI |
| | João Redondo, cônego da Sé do Porto | Porto | 1339, 1358 | Cónego da Sé do Porto | Posse de casas | XI |
| | D. João Palmeiro mestre-escola de Lisboa e cônego da Sé do Porto | Porto | 1339, 1358 | Mestre-escola de Lisboa e cônego da Sé do Porto | Posse de casas | XI |
| | Pedro do Sem, homem de Martim Esteves (cónego do Porto) | Porto | 1340, 1364, 1379 | Homem de Martim Esteves (cónego do Porto) | Posse de casas | XXVIII |

¹⁶⁷⁷ Esta rua ou parte dela está associada aos ferreiros e situa-se nela, pelo menos um forno.

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|-------------------|---|---------------|------------------------------|--|---|--------------|
| | Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras | Porto | 1341 | Mercador | Naturalidade e/ou residência | III, IV |
| | Maior Domingues das Eiras | Porto | 1341, 1364, 1365 | | Naturalidade e/ou residência | III |
| | Mercador na vila do Porto, já passado | Porto | 1351 | | Posse de casas | |
| | João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | Porto | 1357, 1364 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | Residência | XXVIII, XXIX |
| | Maria Malha | Porto | 1358 | | Residência | XI |
| | Martim Gonçalves, mercador | Porto | 1358 | Mercador | Posse de casas e exido | XI |
| | Afonso Lourenço, cidadão e morador na cidade do Porto | Porto | 1362, 1369, 1370, 1428 | Cidadão e morador na cidade do Porto | Naturalidade e/ou residência | V, VI |
| | Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto | Porto | 1362, 1428 | Cidadã, moradora na cidade do Porto | Residência | V, VI |
| | Miguel Canz | Porto | 1364 | | Residência | |
| | Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto | Porto | 1364, 1365 | Mercador | Residência | III |
| | Maria Eanes, neta que foi de Maior Domingues das Eiras | Fora do Porto | 1364 | | Naturalidade e/ou residência | III |
| | Catarina Nicolai | Porto | 1364 | | Posse de casas | XXVIII |
| | Maria Eanes, mulher de João Afonso (filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto) | Porto | 1364 | | Posse de casas | XXVIII, XXIX |
| | Vasco Fernandes | Porto | 1364 | | Residência | XXVIII |
| | Vasco Lourenço de Lamego, prebendeiro que foi do Cabido do Porto | Porto | 1364 | Prebendeiro que foi do Cabido da Sé do Porto | Residência | XXVIII |
| | Constança Martins, mulher que foi de Pedro do Sem e [mãe de] Gil do Sem (doutor, seu filho) | Porto | 1364, 1379 | | Posse de casas | XXVIII |
| | Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto | Porto | 1365, 1367, 1368, 1369, 1370 | Mercador na cidade do Porto | Naturalidade e/ou residência; Posse de um pardieiro | V, VI e VII |
| | Martim Peres, morador na cidade do Porto, sobrinho de Lourenço Domingues das Eiras já passado | Porto | 1369, 1370 | | Naturalidade e/ou residência | V, VI |
| | Afonso Domingues, tabelião que foi da cidade do Porto já passado | Porto | 1373 | Tabelião da cidade do Porto | Residência | VI |
| | Branca Domingues, almuineira da dita almuinha | Porto | 1373 | Almuineira | Posse (prazo) almuinha | VI |
| | Fernão Barós | Porto | 1373 | | Residência | |
| | Inês Eanes, mulher de Afonso Domingues (tabelião) | Porto | 1373 | | Residência | VI |
| | Mulher que foi de Fernão Barós | Porto | 1373 | | Posse de casas | |
| | Domingos Peres das Eiras, avô de Rui Gonçalves (cónego) | Porto | 1392 | | Naturalidade e/ou residência | XLII |
| | Martim Vicente Barreiros, mercador do Porto | Porto | 1392 | Mercador | Posse de casas (?) | II |
| | Martim Eanes Fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto | Porto | 1392 | Fariseu | Residência | II |

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|-------------------|--|-----------|------------------|---|--|-------|
| | Joana Martins, moradora [...na rua das Eiras], mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros | Porto | 1392 | | Residência | II |
| | Margarida Afonso, sobrinha de Joana Martins, filha que foi de Afonso Alho (irmão de Joana Martins) | Porto (?) | 1392 | | Posse de casas | II |
| | Nuno Fernandes de Marões, escudeiro "teminho" da cidade do Porto | Porto (?) | 1392 | Escudeiro "teminho" da cidade do Porto | Posse de casas | II |
| | Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na rua das Eiras | Porto | 1392 | Procurador de Nuno Martins Vasques, mercador, morador na rua das Eiras. | Residência | II |
| | Luís Afonso | Porto | 1392 | | Posse de casas | II |
| | Maria Domingues a Forragoa (D.) | Porto | 1392 | | Posse decasas | II |
| | Afonso Alfoses | Porto | 1392 | | Posse de casas | II |
| | Codigo (D.) | Porto | 1392 | | Posse de casas | II |
| | João Gil | Porto | 1392 | | Posse de casas | XLII |
| | Domingos Eanes da Maia | Porto | 1392 | | Posse de casas | XLII |
| | João Gonçalves | Porto | 1392 | | Posse de casas | XLII |
| | Margarida Gil, mulher que foi de João Gil | Porto | 1392 | | Posse de casas | XLII |
| | Vicente Esteves | Porto | 1392 | | Posse de casas | XLII |
| | Gonçalo Eanes Belagua | Porto | 1373, 1393, 1404 | | | X |
| | Joana Domingues Amada | Porto | 1389, 1398, 1404 | | Residência | X, IX |
| | Martim Malha | Porto | 1398, 1404 | | | IX, X |
| Rua Escura | Álvaro Dias, criado de Diogo Henriques (cónego da Igreja do Porto) | Porto | 1404 | Criado de | Posse de casas | X |
| | João Lourenço de Guimarães | Porto | 1404 | | Posse de um exido de umas casas de pedra | X |
| | Clara Eanes, mulher de João Lourenço de Guimarães | Porto | 1404 | | Posse de um exido de umas casas de pedra | X |
| | Florencia Domingues, mulher que foi de Gonçalo Eanes Belagua, herdeira de Joana Domingues | Porto | 1404 | | Residência | X |
| Rua da Lada | Maria Martins, mulher de Vicente Domingues | Porto | 1315 | | Posse de casas (prazo) | |
| | Vicente Domingues | Porto | 1315 | | Posse de casas (prazo) | |
| | André Eanes | Porto | 1315 | | Posse de casas | |
| | Francisco Esteves, pescador | Porto | 1328 | Pescador | Residência | |
| | André da Maia | Porto | 1328 | | Residência | |
| | Branca Pais, mulher que foi de D. Ângelo | Porto | 1328 | | Posse de casas | XIV |

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|--------------------|---|---------------|------------------------------------|--------------------------------------|---|--------|
| | Ângelo (D.) | Porto (?) | 1328 | | Posse de casas sobradadas | XIV |
| | Gonçalo Aptor, vizinho e morador na cidade do Porto | Porto | 1328 | Vizinho do Porto | Posse de casas | XIV |
| | Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto | Porto | 1328 | Vizinha do Porto | Posse de casas | XIV |
| | Caseiro que morava em a dita casa (o) | Porto | 1328 | Pescador | Residência | |
| | Domingos do Porto, advogado que foi na rua dos mercadores ? | Porto | 1321, 1329, 1332, 1335, 1338, 1341 | Advogado | Residência e actividade | LVI |
| | João Afonso, morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | | Posse de casas (prazo) | LIII |
| Rua dos Mercadores | Guiomar Gonçalves esposa de João Afonso (morador na cidade do Porto) | Porto | 1387 | | Posse de casas (prazo) | LIII |
| | Catarina Cassães | Porto | 1387 | | Residência | LIII |
| | Vasco Esteves Saverrinho(?) | Porto | 1387 | | Residência | LIII |
| | Domingos Soares da Sapataria | Porto | 1301 | Sapateiro(?) | Posse de casa | |
| | Domingos Peres da Ribeira | Porto | 1319 | | Naturalidade e/ou residência | XIX |
| | Francisco Eanes, mercador, vizinho na cidade do Porto morador na Ribeira | Porto | 1329 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | Residência | V |
| | Maria Eanes, mulher de Francisco Eanes, vizinha da cidade do Porto, moradora na Ribeira | Porto | 1329 | Vizinha da cidade do Porto | Residência | V |
| Praça da Ribeira | Margarida Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto | 1362 | | Residência | V |
| | Maria Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto | 1362 | | Residência | V |
| | Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | Porto | 1390, 1398, 1402, 1404, 1410 | Abade, morador na cidade do Porto | Posse de pardieiro | IX, X |
| | Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadã da cidade do Porto | Posse de pardieiro | IX, X |
| | Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadão da cidade do Porto | Posse de pardieiro | IX |
| Rua da Sapataria | Domingos Soares da Sapataria | Porto (?) | 1301 | Sapateiro (?) | Naturalidade/residência/actividade (?) | |
| | Pedro Afonso | Porto | 1335 | | Posse de casas entre a feira, o muro da [Sapataria] e o muro da cidade. | XLVIII |
| | Pedro Peres, cónego que foi da Sé de Évora | Porto | 1335 | Cónego que foi da Sé de Évora | | XLVIII |
| | Gomes Peres, filho de Pedro Afonso | Porto | 1335 | | | XLVIII |
| | Clara Eanes, mulher de Reimão Fernandes (morador na terra da Maia) | Fora do Porto | 1367 | | Posse de casas | VII |
| | Reimão Fernandes, morador na terra da Maia | Fora do Porto | 1367 | | Posse de casas | VII |
| | Catarina Fernandes, mulher de Vicente Domingues do Souto (mercador, morador na cidade do Porto) | Porto | 1367 | | Posse de casas | VII |
| | Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1367, 1368 | Mercador | Posse casas | VII |

Apêndice 47 – Os espaços urbanos (ruas) e os indivíduos a eles associados (Porto, séc. XIV)

| Espaços da cidade | Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | Elo com a rua | CRI |
|-------------------|--|-----------|------------------|--|-----------------------------------|------|
| | Antoninho Martins, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1368 | Sapateiro | Residência | |
| | João Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto na rua da Sapataria | Porto | 1368 | Sapateiro | Residência | |
| | Afonso Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1368, 1369, 1387 | Sapateiro | Residência | |
| | Vasco Domingues, tendeiro | Porto | 1387 | Sapateiro (?) | Posse de casas (viela de Palhães) | |
| | Vicente ... | Porto | 1387 | | Posse de casas (viela de Palhães) | |
| | Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto | Porto | 1387 | Tendeiro, sapateiro (?) | | L |
| | Inês Francisca que foi mulher de [Gonçalo Martins] | Porto | 1387 | | | L |
| | Nicolau Miguéis, cidadão do Porto | Porto | 1319 | Cidadão da cidade do Porto | Posse de casas | XV |
| | Florença Domingues, mulher que foi em outro tempo de Nicolau Miguéis, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1319 | | Residência e posse de casas | XV |
| | Margarida Peres dita Cadernas, irmã e testamenteira do dito Estêvão Cadernas, vizinhos da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinha da cidade do Porto | Posse de casas | XV |
| | Estêvão Peres dito Cadernas, marido que foi noutro tempo da dita Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | Posse de casas | XV |
| | Maior Domingues, mulher do dito Afonso Rol e testamenteira de Estêvão Peres dito Cadernas, seu marido noutro tempo | Porto | 1319 | Vizinha da cidade do Porto | Posse de casas | XV |
| | Afonso Eanes dito Rol | Porto | 1319 | | Posse de casas | XV |
| | Gonçalo Barriga | Porto (?) | 1319 | | Posse de casas | XV |
| | Mulher que foi de Gonçalo Barriga | Porto | 1319 | | Posse de casas | |
| Rua do Souto | Martim Lopo | Porto (?) | 1319 | | Posse de casas | XV |
| | Mulher que foi de Martim Lopo | Porto | 1319 | | Posse de casas | |
| | Pedro do Souto, cidadão do Porto | Porto | 1329, 1336 | Cidadão do Porto | Naturalidade e/ou residência | |
| | Catarina Fernandes, mulher de Vicente Domingues do Souto (mercador, morador na cidade do Porto) | Porto | 1367 | | Naturalidade e/ou residência | VII |
| | Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1367, 1368 | Mercador | Naturalidade e/ou residência | VII |
| | João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto | Porto | 1390, 1397, 1405 | Clérigo da Igreja do Porto, abade da Igreja de Avanca. | Posse de casas (prazo) | |
| | João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila | Porto | 1387 | Corretor | Residência | |
| | Maria Afonso, mulher de João Gomes (corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros no Cimo de Vila) | Porto | 1387 | | Residência | |
| Rua dos Trapeiros | Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | Porto | 1390 | Mercador | Posse de casas | XIII |
| | Margarida Rodrigues, mulher de Gil Martins das Tendas (morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues) | Porto | 1390 | | Posse de casas | XIII |

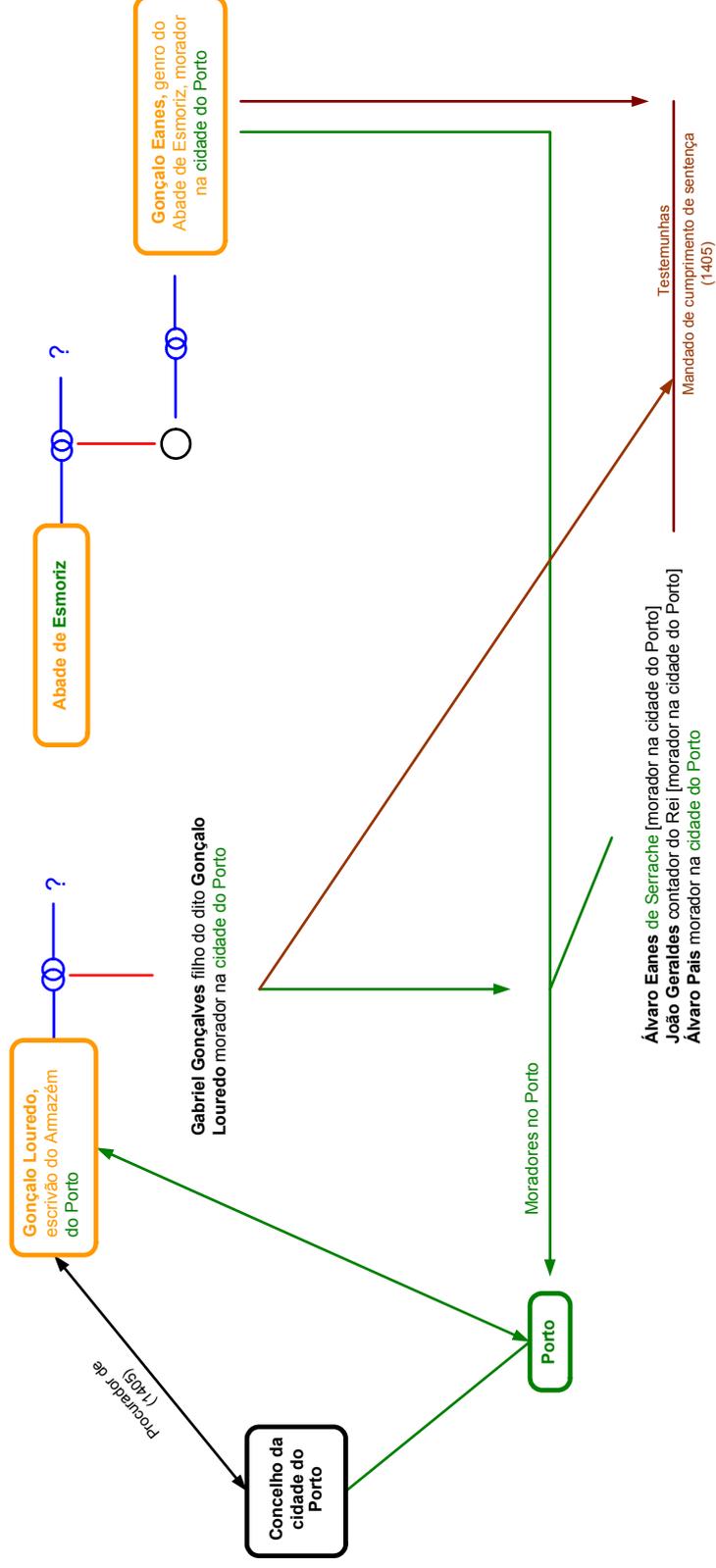
Apêndice 48 – Configurações Relacionais Interactivas (CRI) (Porto, 1301-1406).

LEGENDA

- 
Relação de tutoria ou de curadoria (tutor de..., curador de...)
 - 
Relação promovida pela preocupação com a morte e com a salvação da alma (ex: testamento) (testamenteiro de, testamentário...)
 - 
Relação de natureza económica, relacionada com a posse e gestão de bens (doações, actos de compra/venda, dívidas)
 - 
Relação de dependência e/ou de protecção e/ou de clientela (homem de, criado de, escudeiro de...)
 - 
Relação de aliança
 - 
Relação consanguínea
 - 
Relação de Conflito: contendedor, malfeitor
 - 
Relação com o Cabido (procurador do Cabido) ou com a participação no documento (testemunha...) ou de natureza jurídica/administrativa (procurador de..., provisor de...)
 - 
Relação geográfica
 - 
Relação tracedada
 - 
Indivíduos centrais da configuração
 - 
† (ano) —
- Falecimento. O ano que se regista ao lado da cruz corresponde apenas ao ano em que se tem notícia do falecimento do indivíduo.

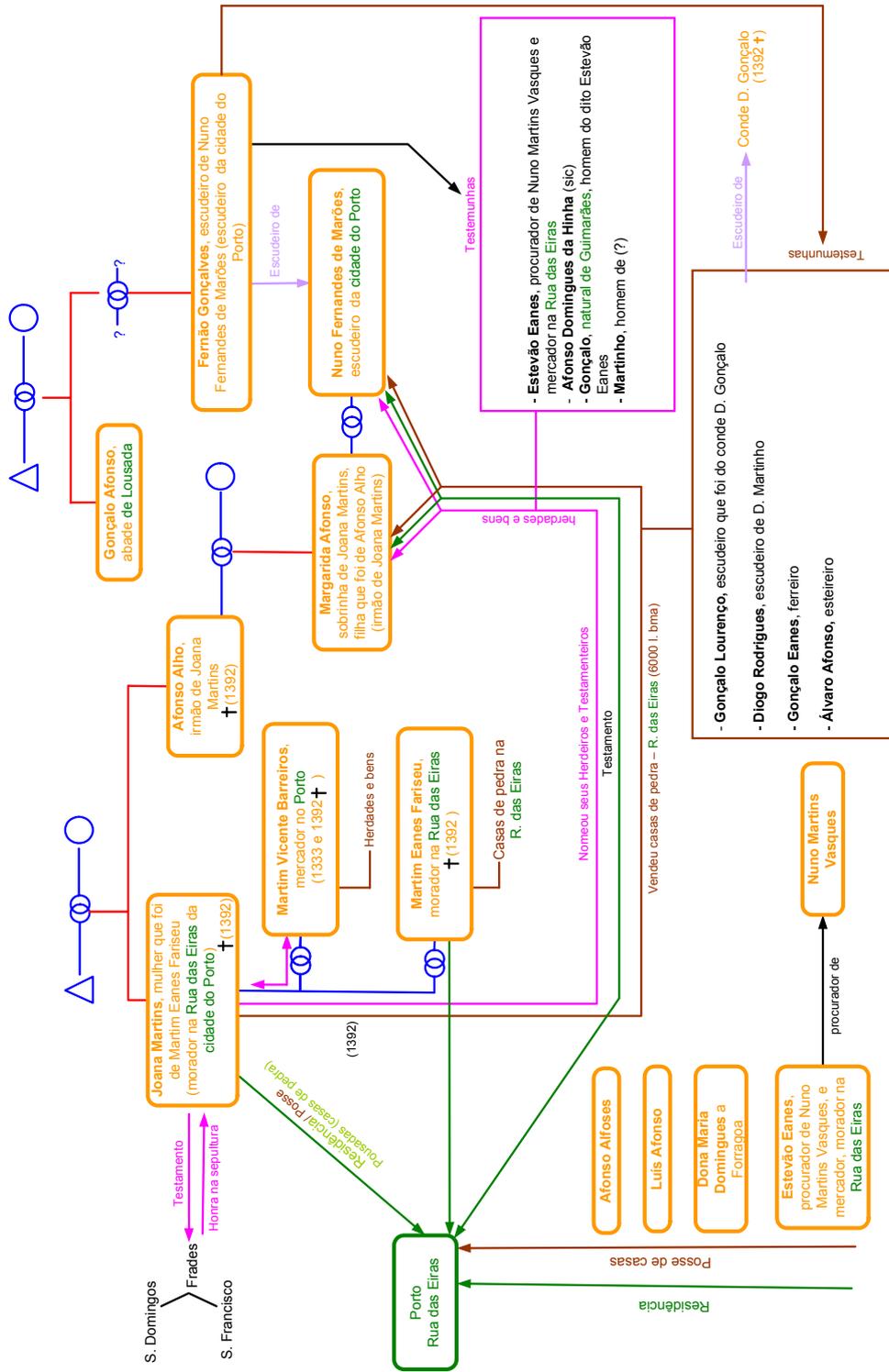
CR II

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXX, fls. 312-316.
Ano(s): 1405



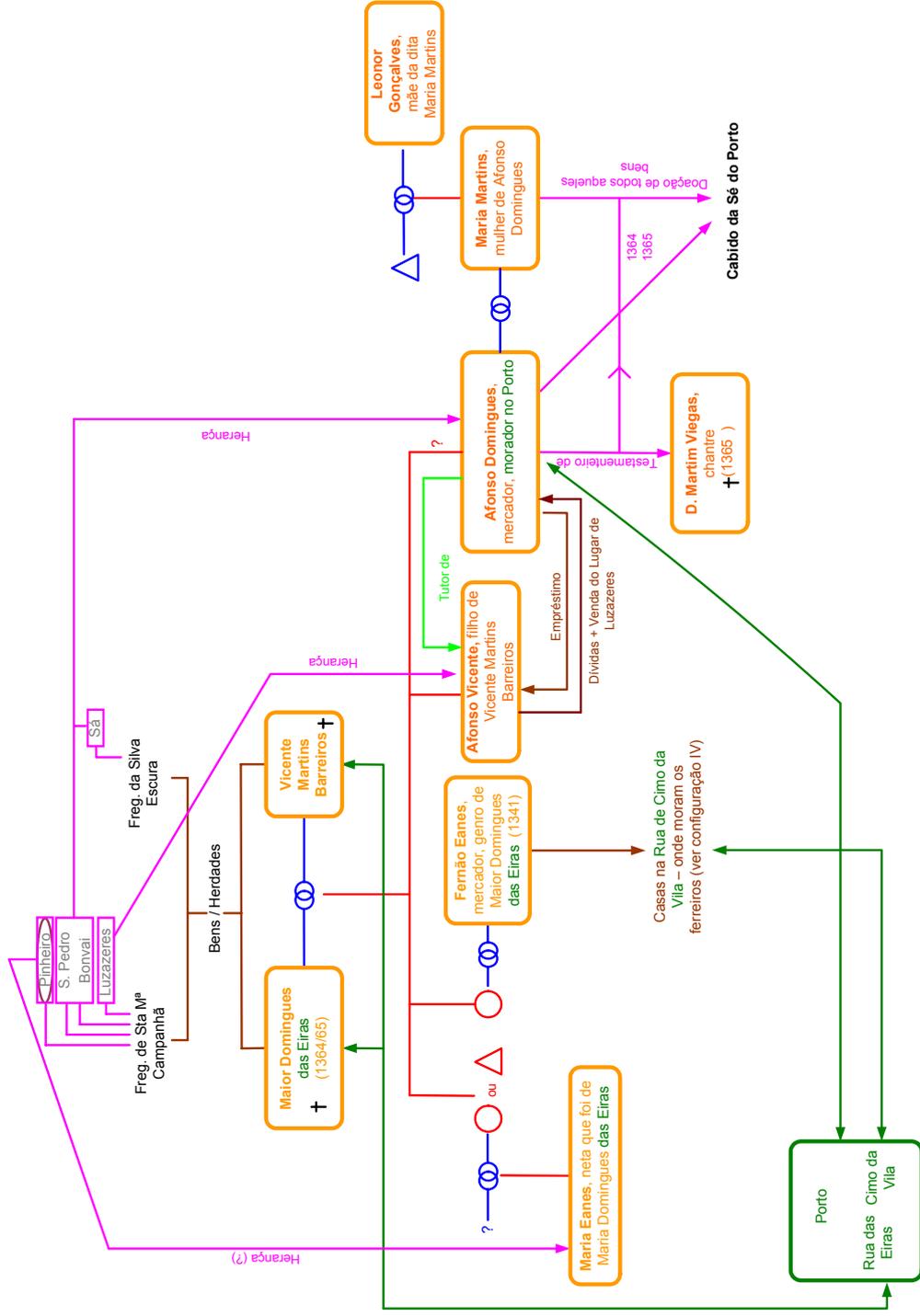
CRI II

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXIV, fls. 219-224; LXXXVII, fls. 211-218v; XCVI, fls. 25-30. Ano(s): 1333 e 1392



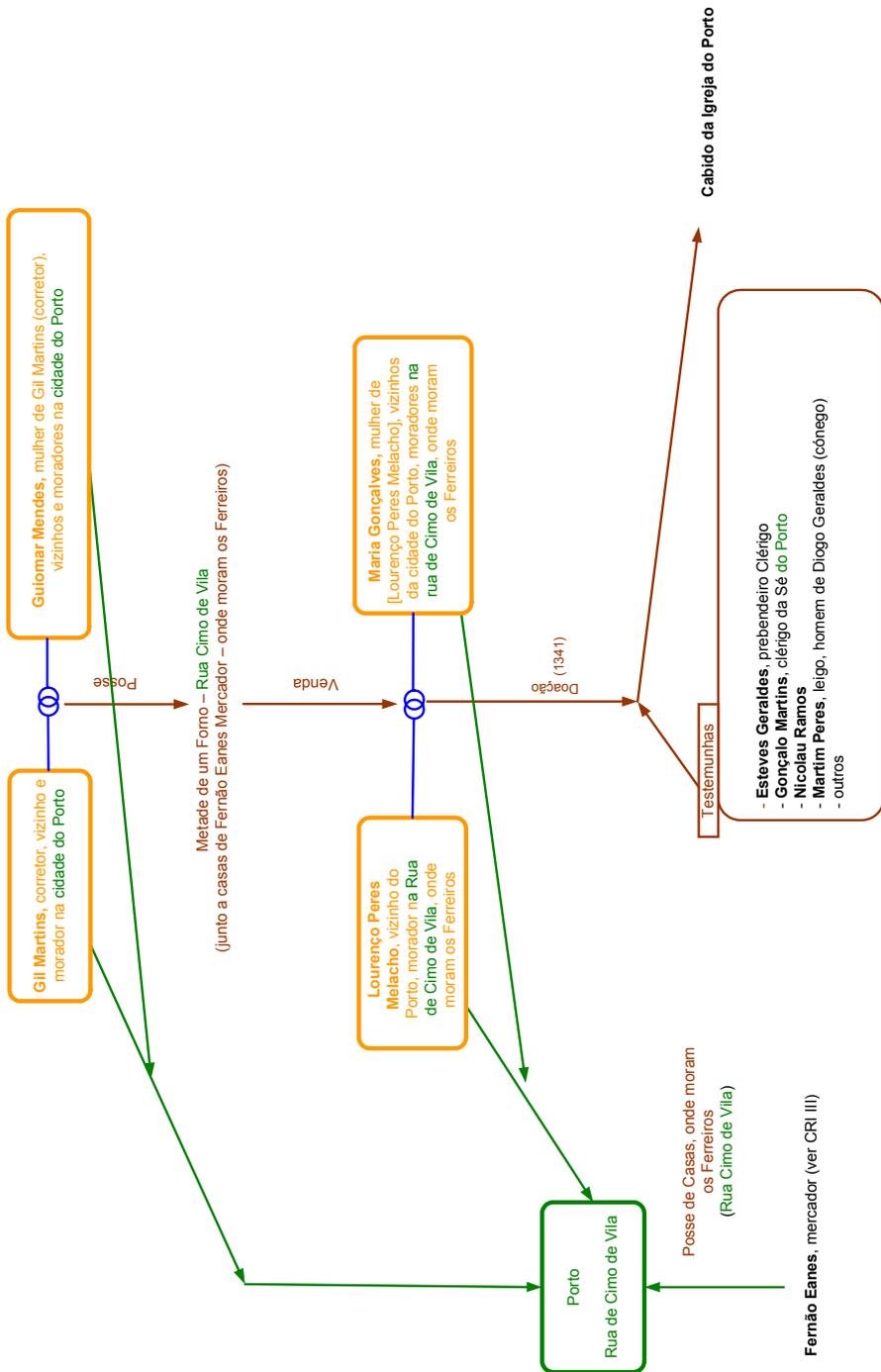
CRI III

Doc(s): ADP - Livro das Sentenças. LXXXII, fls. 161-175; XCVIII, fls. 72-80v.
 Ano(s): 1341, 1364, 1365
 Nota: ver CRI IV



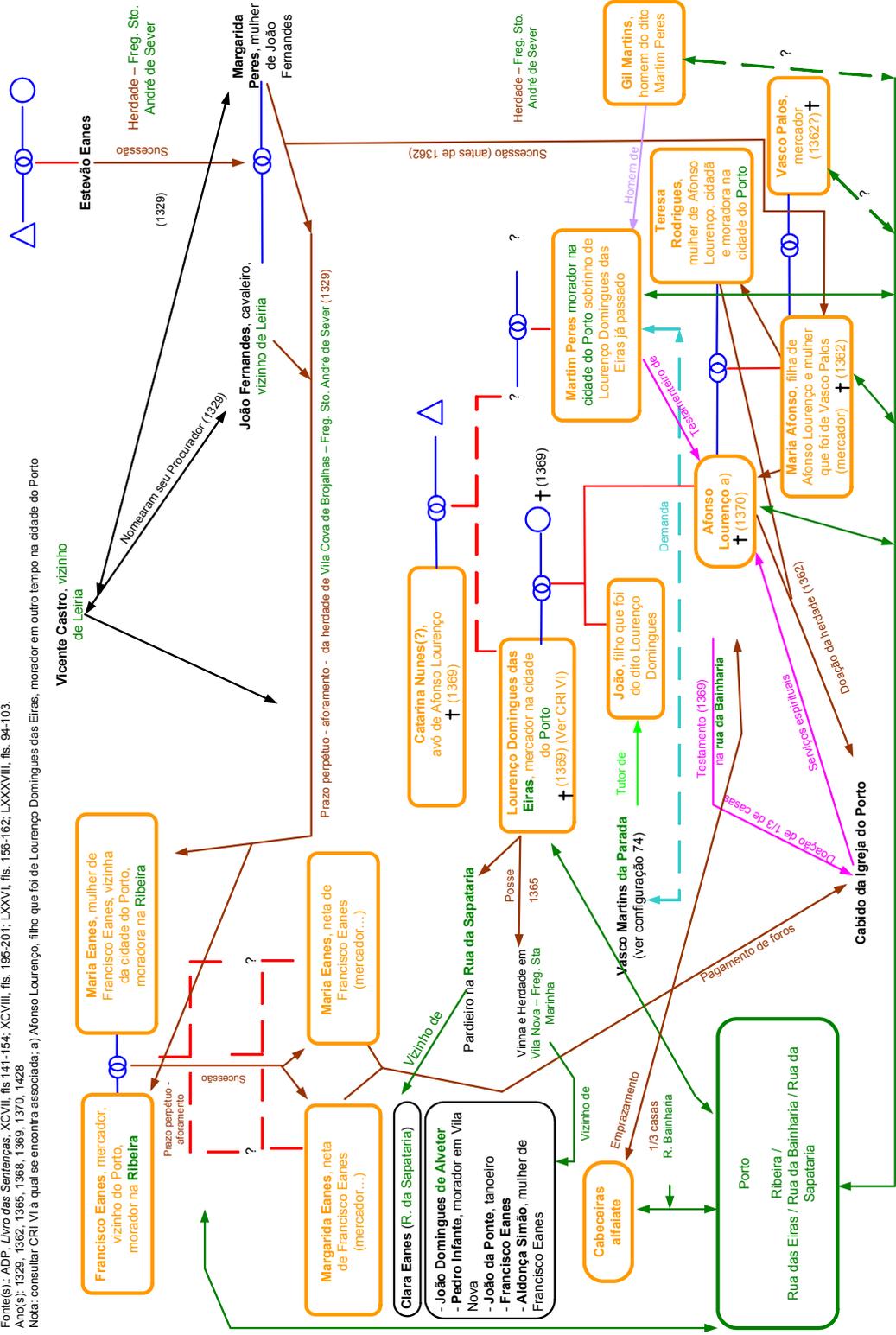
CRI IV

Doc(s): ADP - Livro das Sentenças, LXIX, fls. 49-53v.
Ano(s): 1341
Nota: ver CRI III



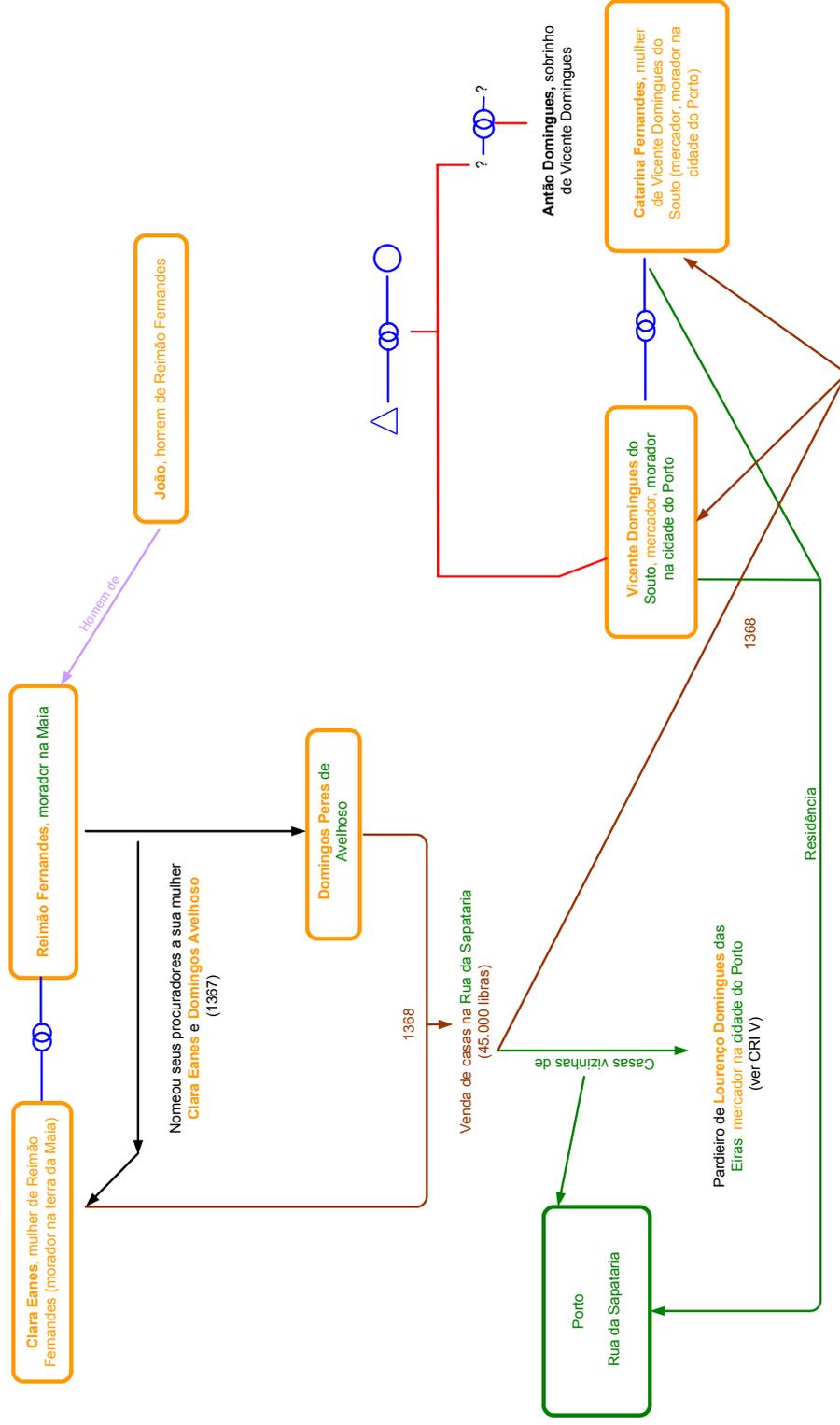
CRI V

Fonte(s) : ADP, Livro das Sentenças, XCVII, fls. 141-154; XCVIII, fls. 195-201; LXXVI, fls. 156-162; LXXXVIII, fls. 94-103. Anos: 1329, 1362, 1365, 1369, 1370, 1428. Nota: consultar CRI VI a qual se encontra associada; a) Afonso Lourenço, filho que foi de Lourenço Domingues das Eiras, morador em outro tempo na cidade do Porto



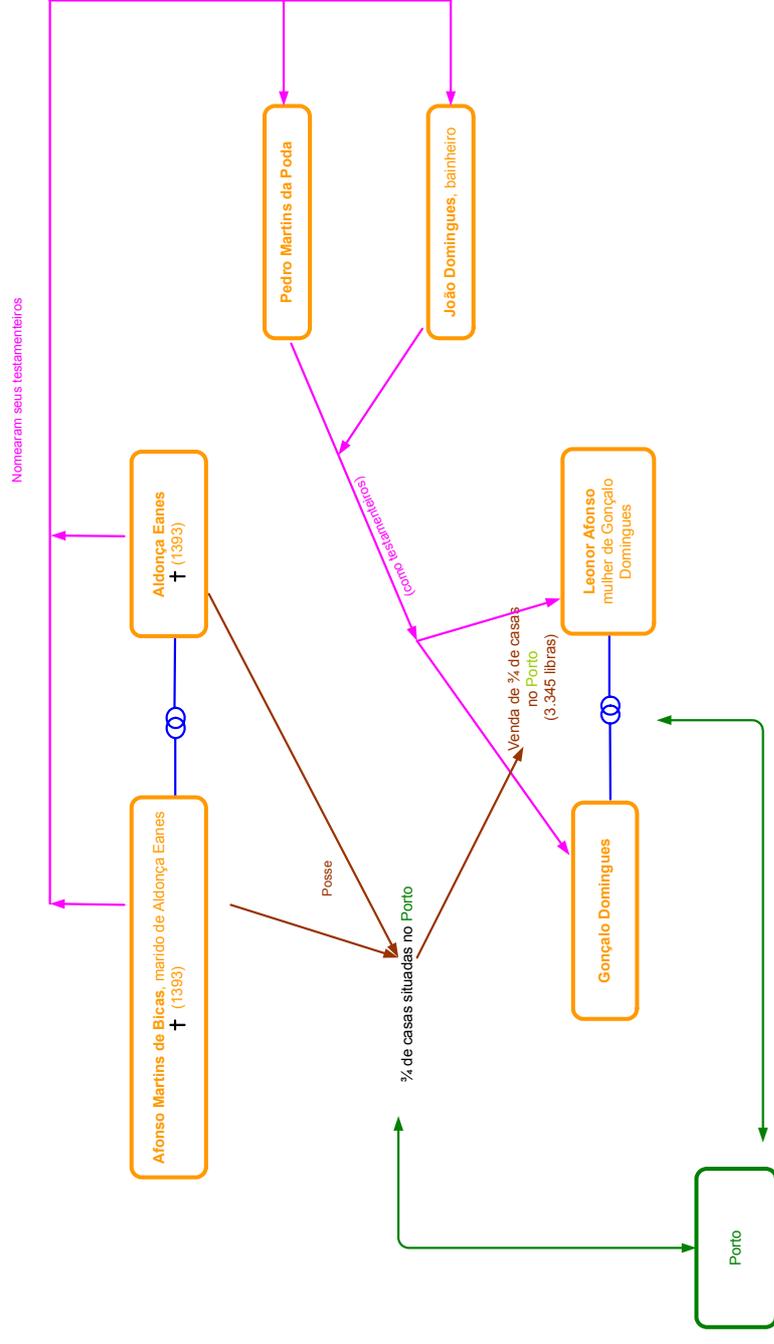
CRI VII

Fonte(s): ADP. Livro das Sentenças, LXXVI, fls 156-162.
 Ano(s): 1367, 1368
 Nota: consultar CRI V.



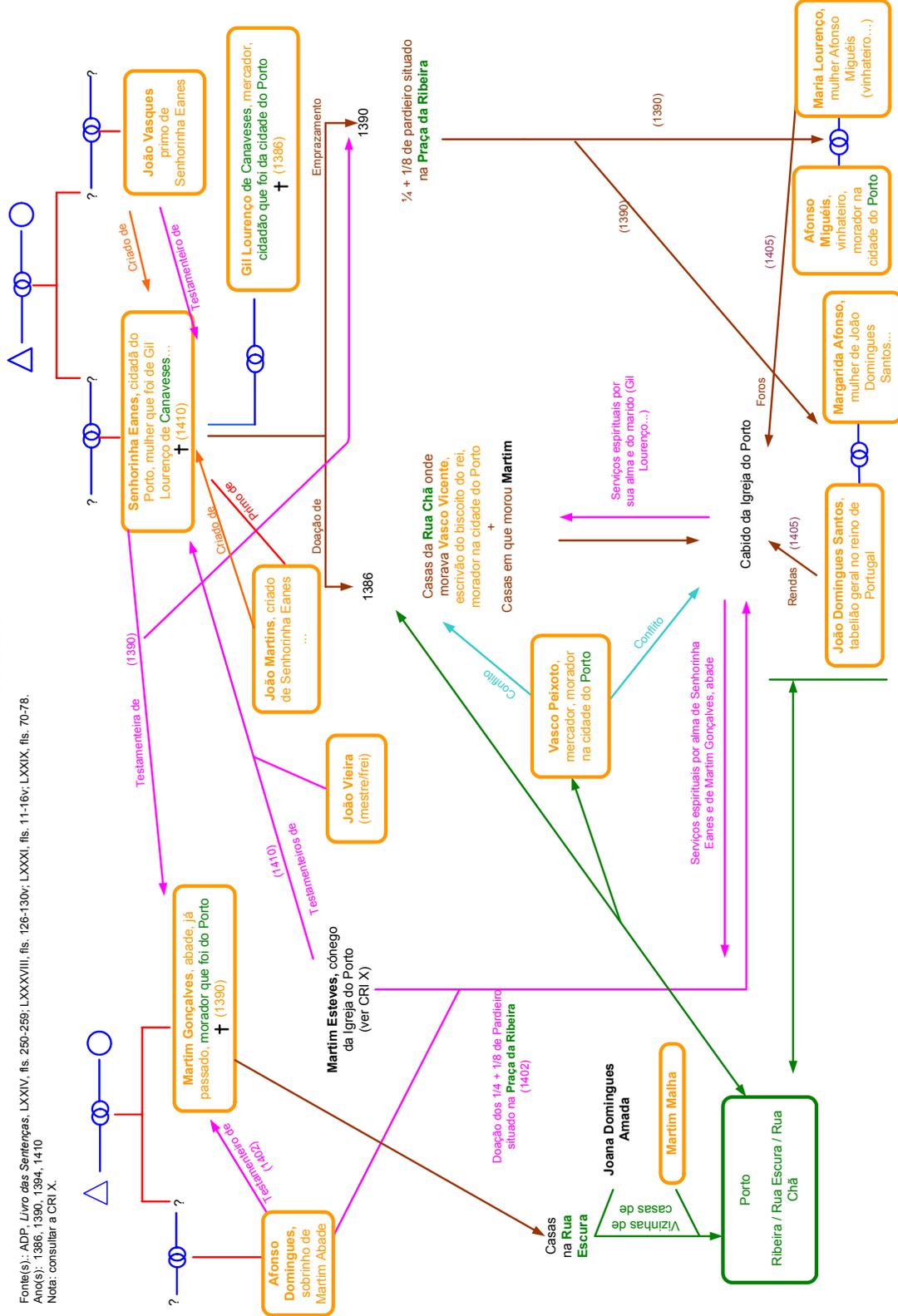
CRI VIII

Fonte(s): ADP, Livro dos Originais, XXIV, fls. 5.
Ano(s): 1383



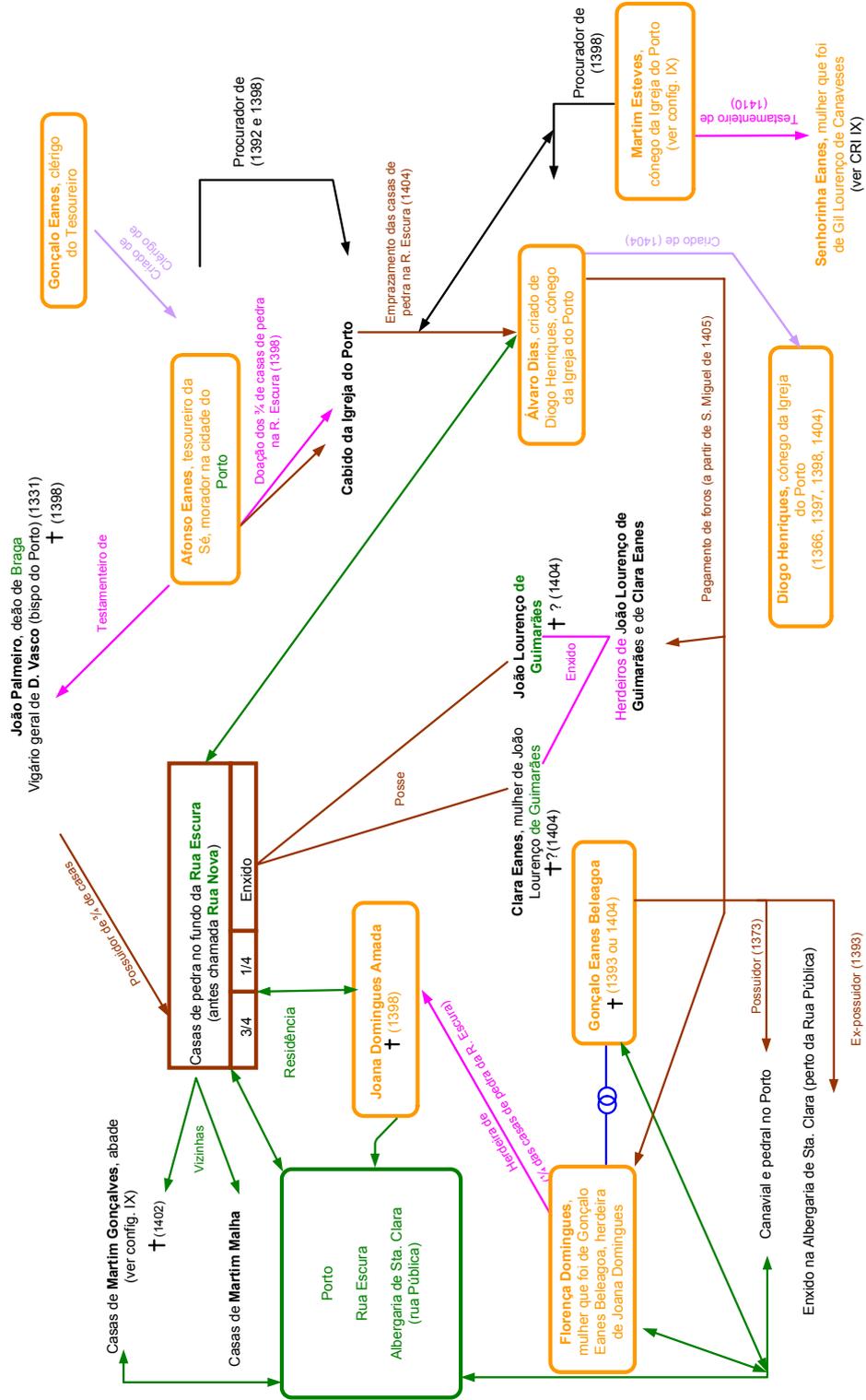
CRI IX

Fonte(s): ADP, Livro das Senteças, LXXIV, fls. 250-259; LXXXVIII, fls. 126-130v; LXXXI, fls. 11-16v; LXXIX, fls. 70-78.
 Ano(s): 1386, 1390, 1394, 1410
 Nota: consultar a CRI X.



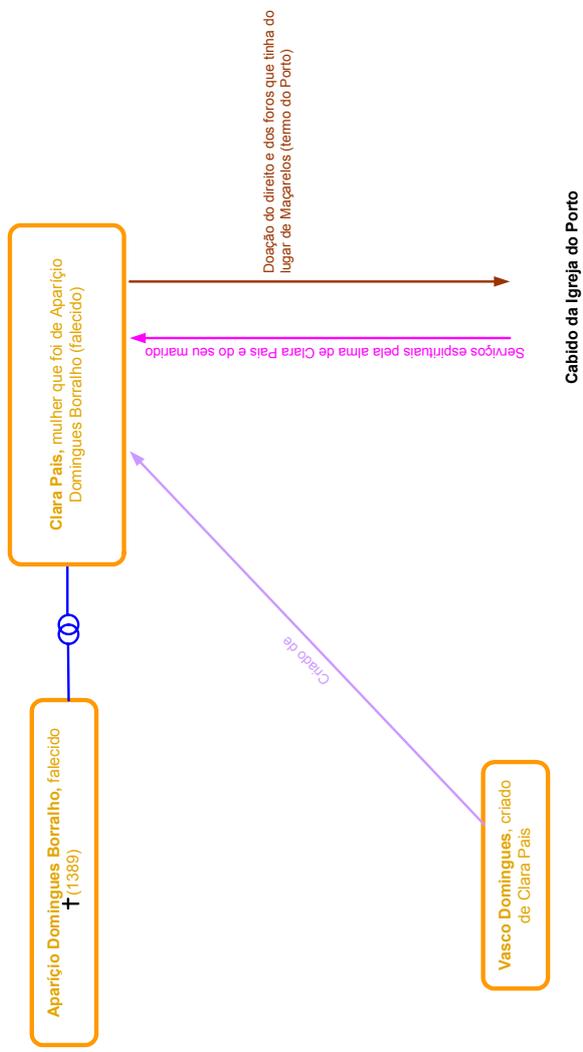
CRI X

Fonte(s): ADP - Livro das Sentenças, XCVIII, fls. 132-146v; LXXXII, fls. 67-72v; XXIV, fls. 5; LXXXVII, fls. 25-33; LXIV, fls. 132-138, 250-289; LXXXII, fls. 1-5; XCVI, fls. 7-17v; LXXXVIII, fls. 27-32; LXXIX, fls. 70-78 e Livro dos Originaes, XIV, fls. 53. Anos(s): 1366, 1373, 1389, 1392, 1393, 1398, 1404, 1410 e ?
 Nota: consultar a CRI IX.



CRI XII

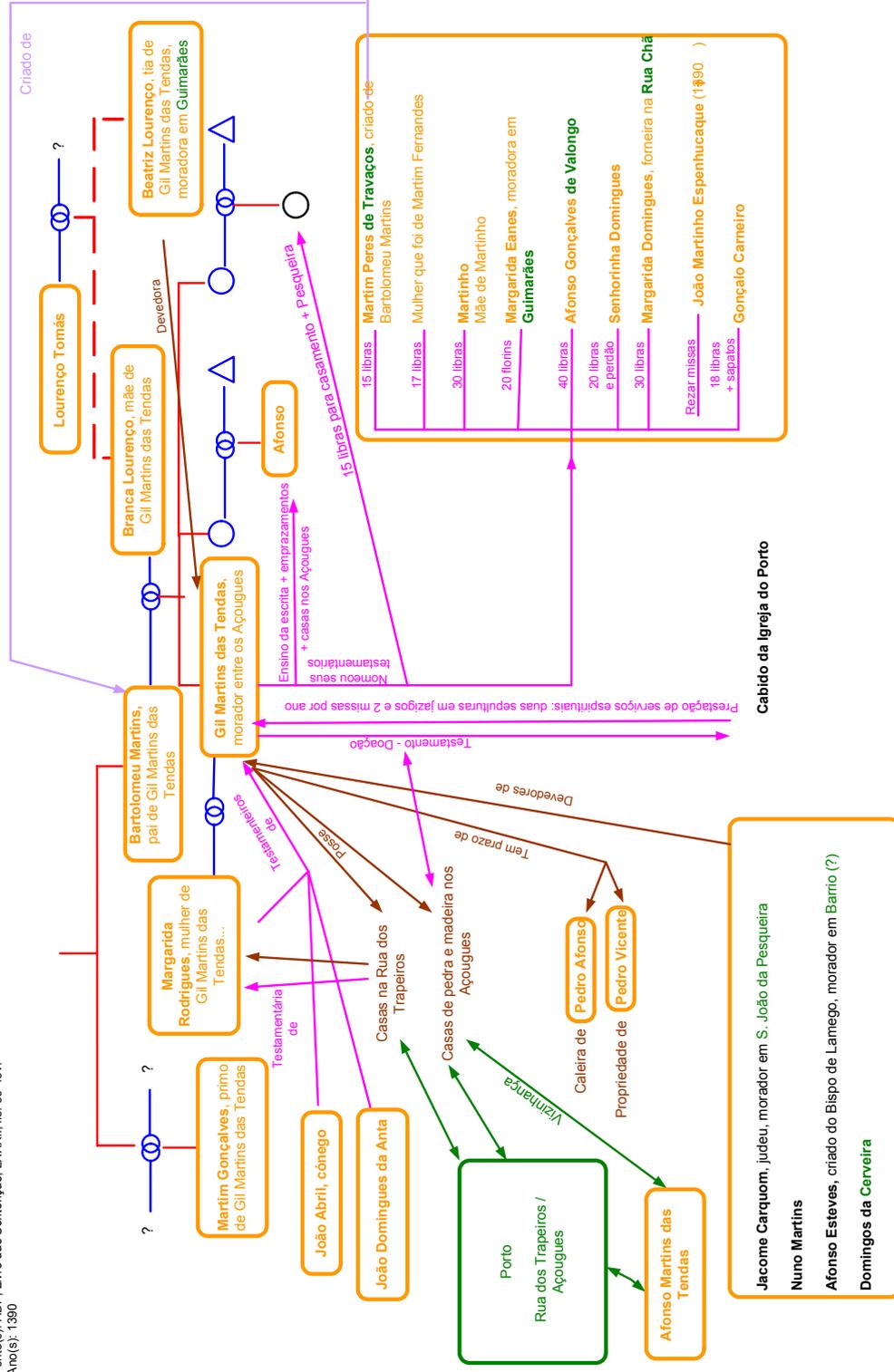
Fontes: ADP, Livro das Sentenças, XCI, fls. 55-61v
Ano(s): 1389



Porto ?

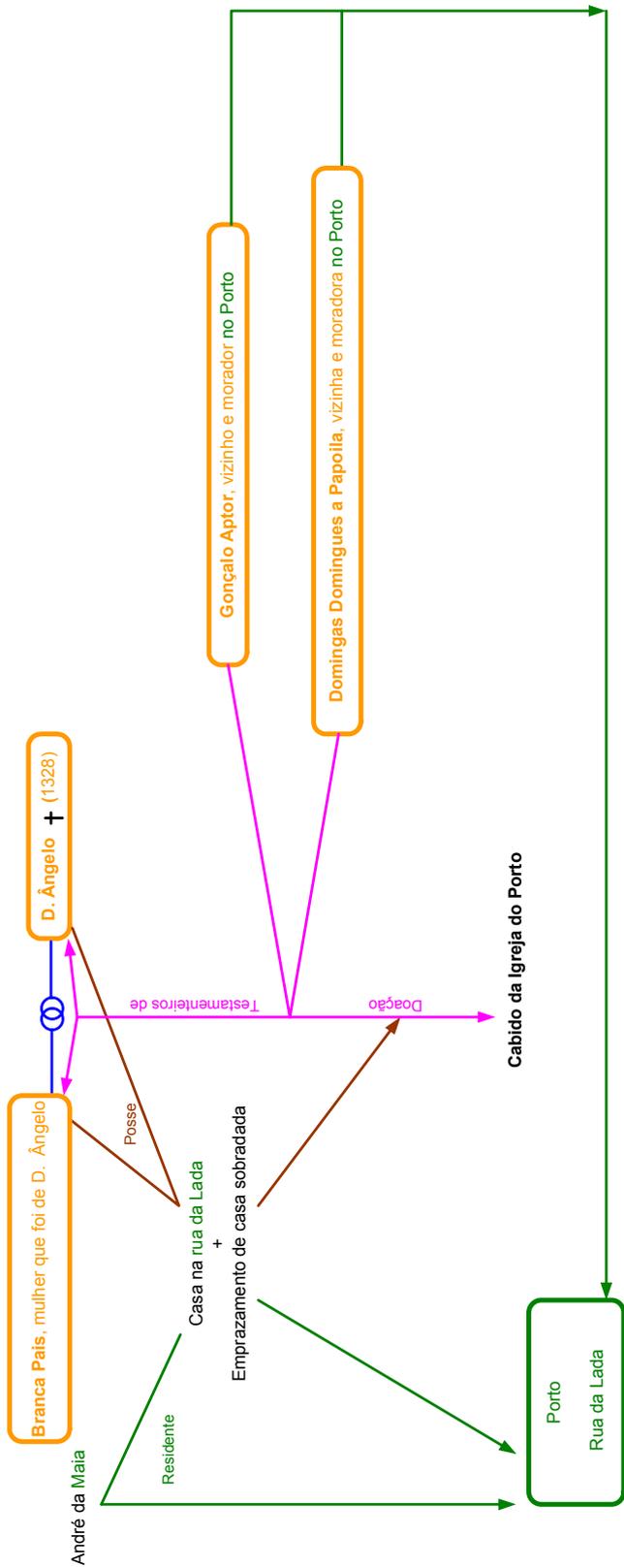
CRI XIII

Fonte(s): ADP. Livro das Sentenças, LXXXII, fls. 36-45v.
Ano(s): 1390



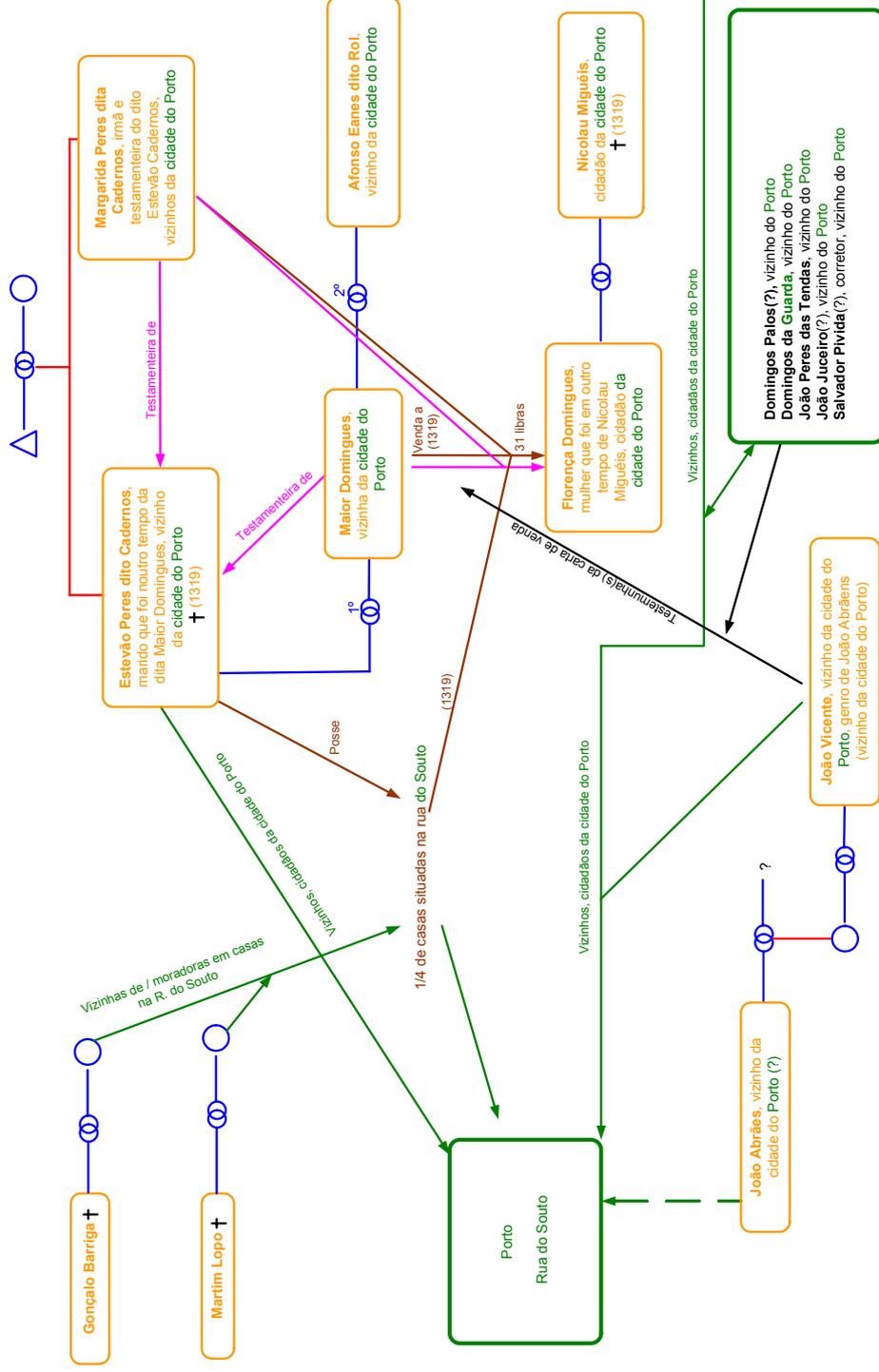
CRI XIV

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXXVIII, fls. 83-86v.
Anc(s): 1328



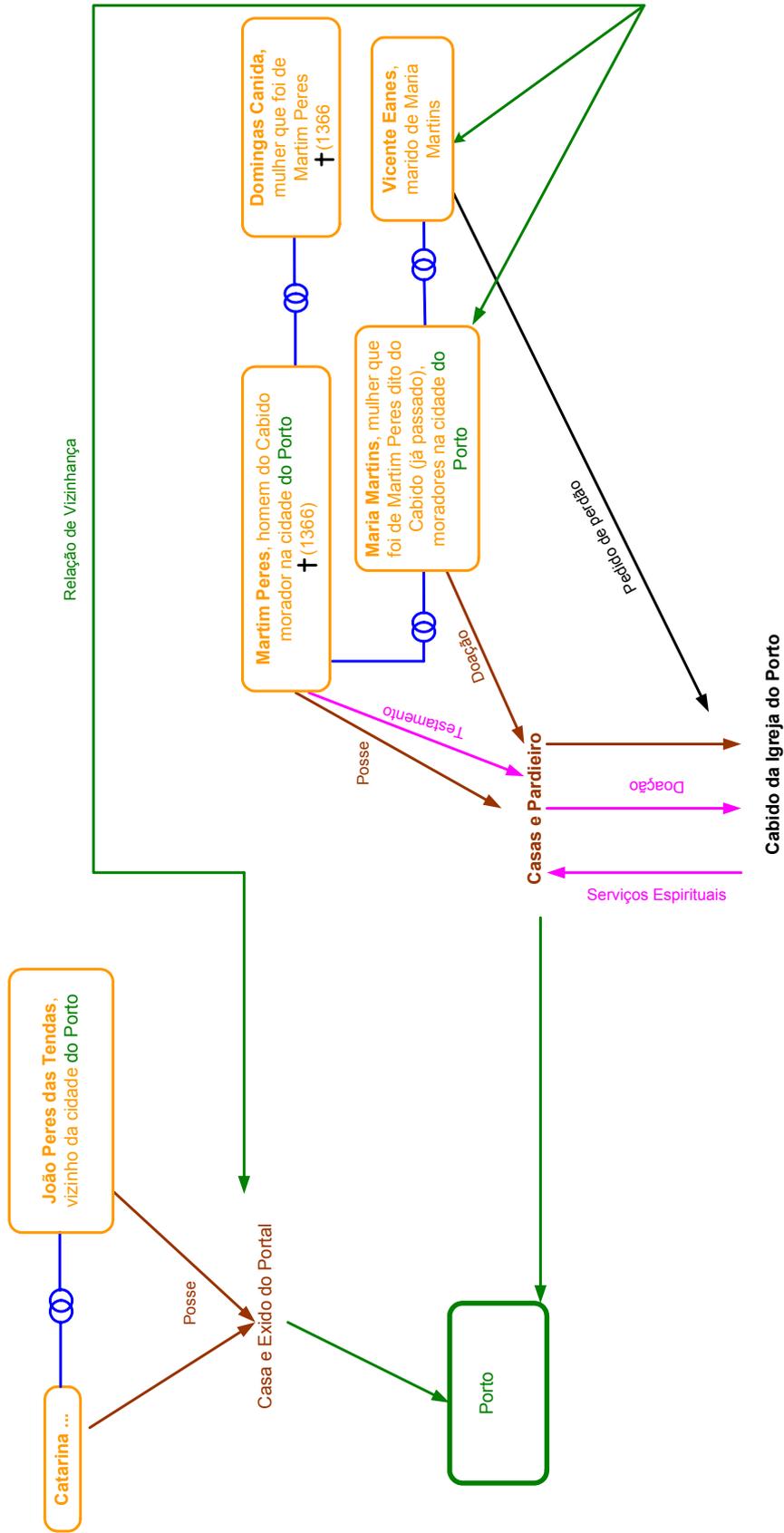
CRI XV

Fonte(s): ADF, Livro das Sentenças, LXXXVIII, fls. 278-282.
Ano(s): 1319



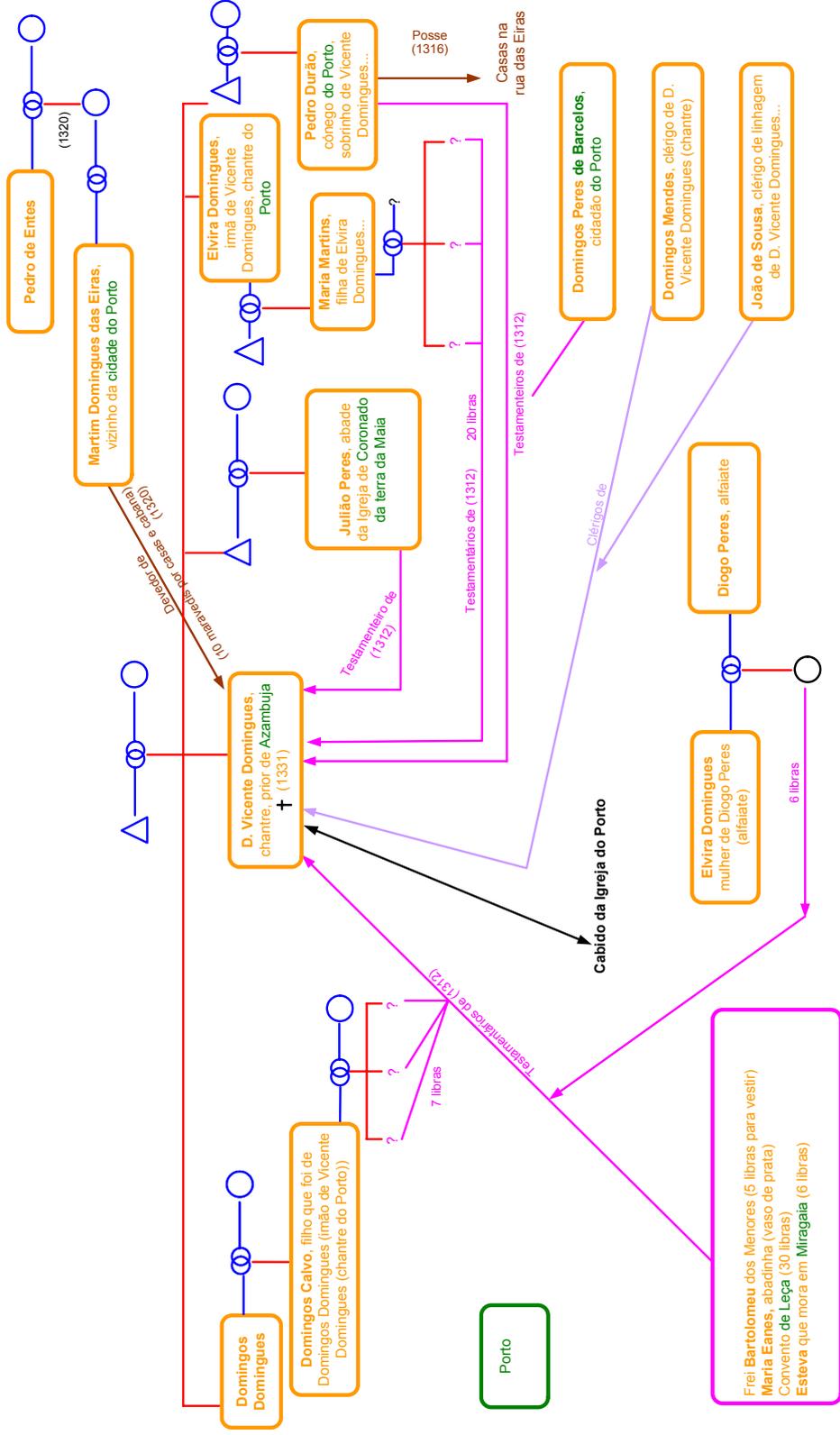
CRI XVI

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXXVIII, fs. 88-93 e Livro dos Originais, XXIV, fl. 1.
 Ano(s): 1366



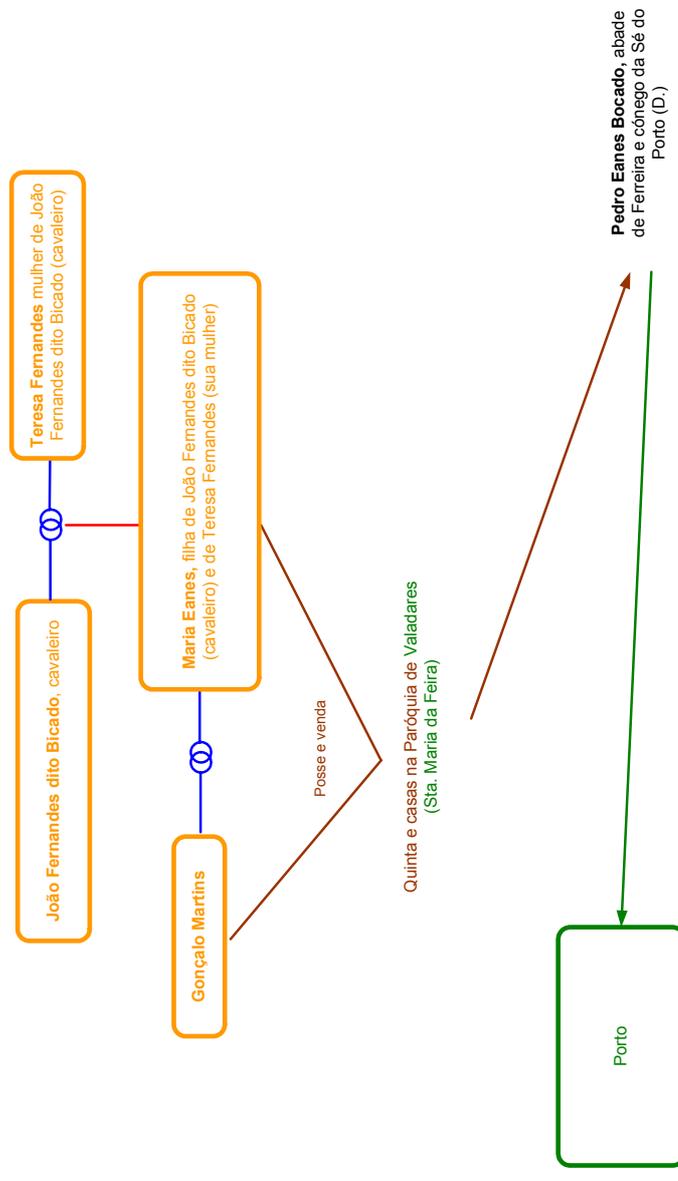
CRI XVII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXV, fls. 20v-22v; Livro LXXV, fls. 178-183; LXXIV, fls. 90-94v, 102-105, 166-172; XCV, fls. 120-124; LXXVI, fls. 39-51v e LXXV, fls. 178-183; LXXIV, fls. 144-153v e LXXXII, fls. 120-135; XC, fls. 100-111v; Livro das Originais, XXVIII, fl. 6; Livro LXXV, fls. 178-183; Ano(s): 1296, 1307, 1305, 1308; 1312, 1316, 1320, 1331, 1350
 Nota: consultar a CRI XLV



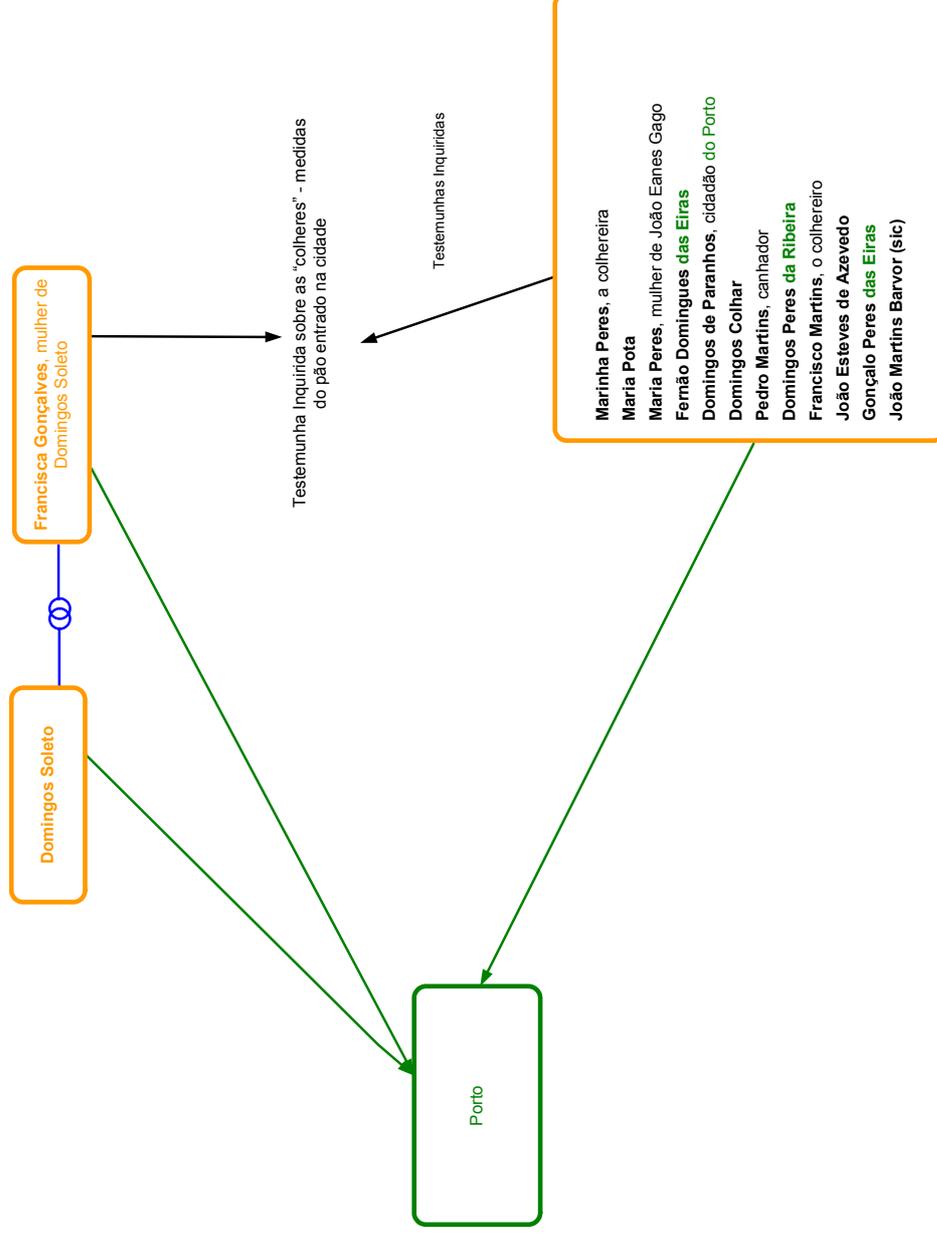
CRI XVIII

Fonte(s): ADF, Livro das Sentenças, XCVII, fls. 105-110.
Ano(s): 1317



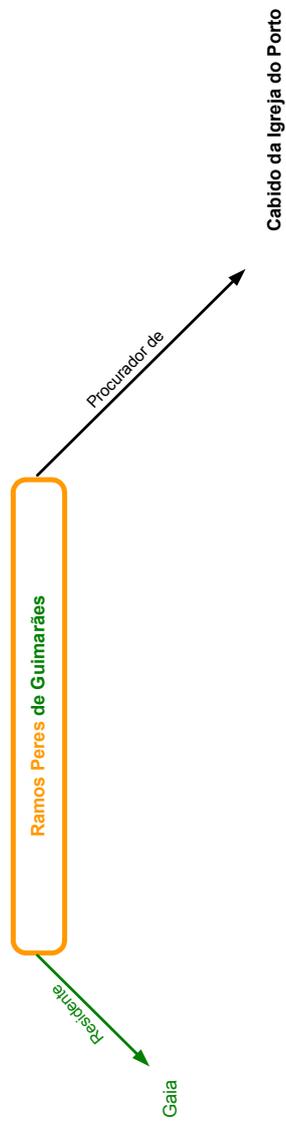
CRI XIX

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXX, fls. 269-278.
Ano(s): 1319



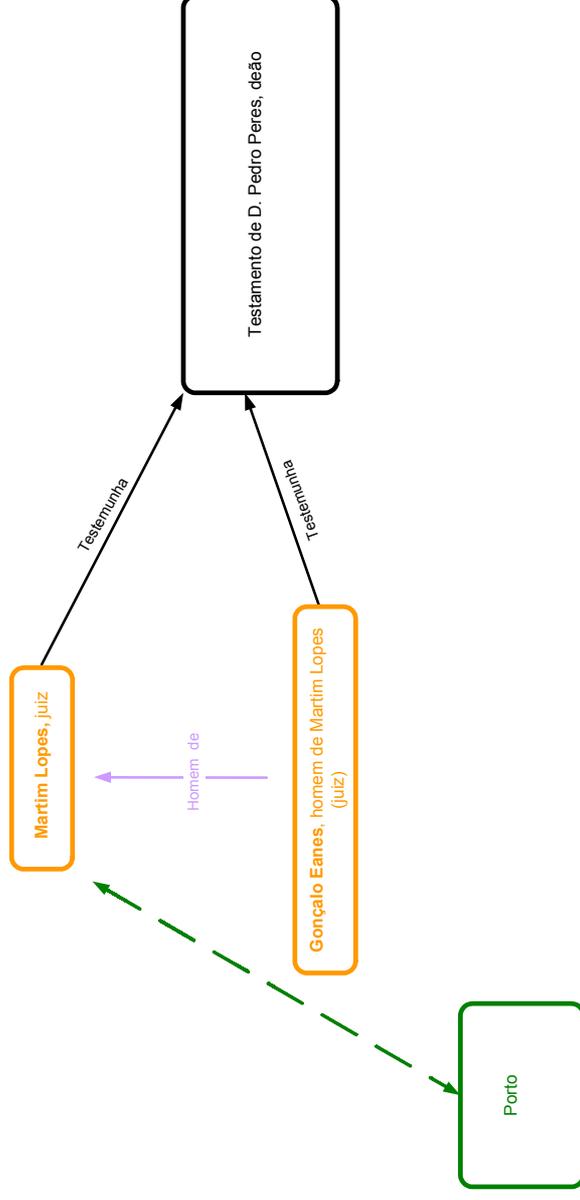
XX

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças LXXV, fls. 32-38v.
Ano(s): 1344



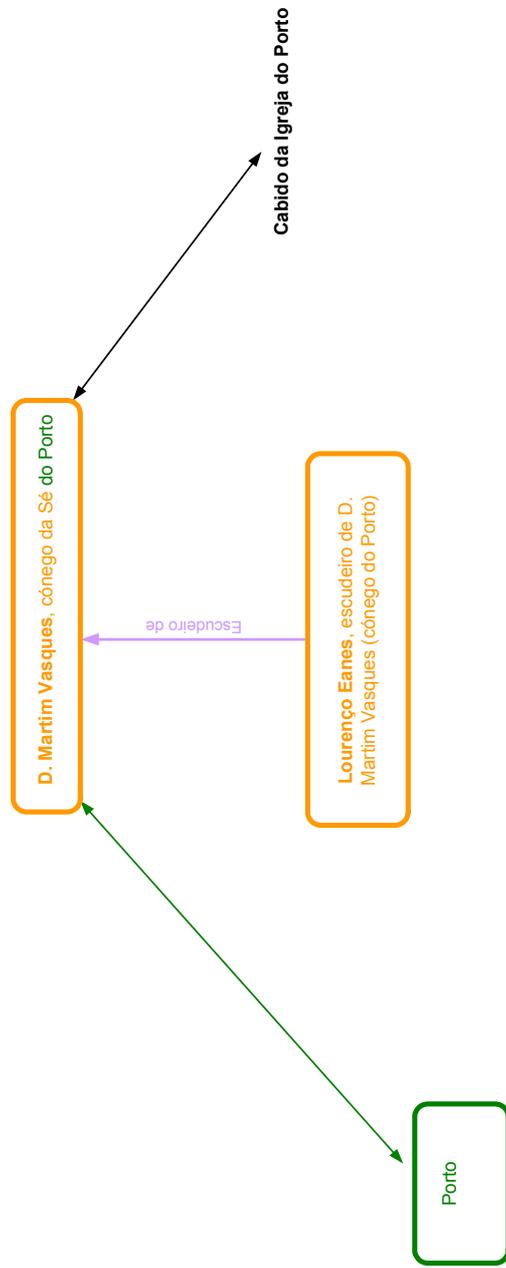
CRI XXI

Fonte(s): ADP, Livro dos Originais, XXVIII, fl. 6.
Ano(s): 1316.



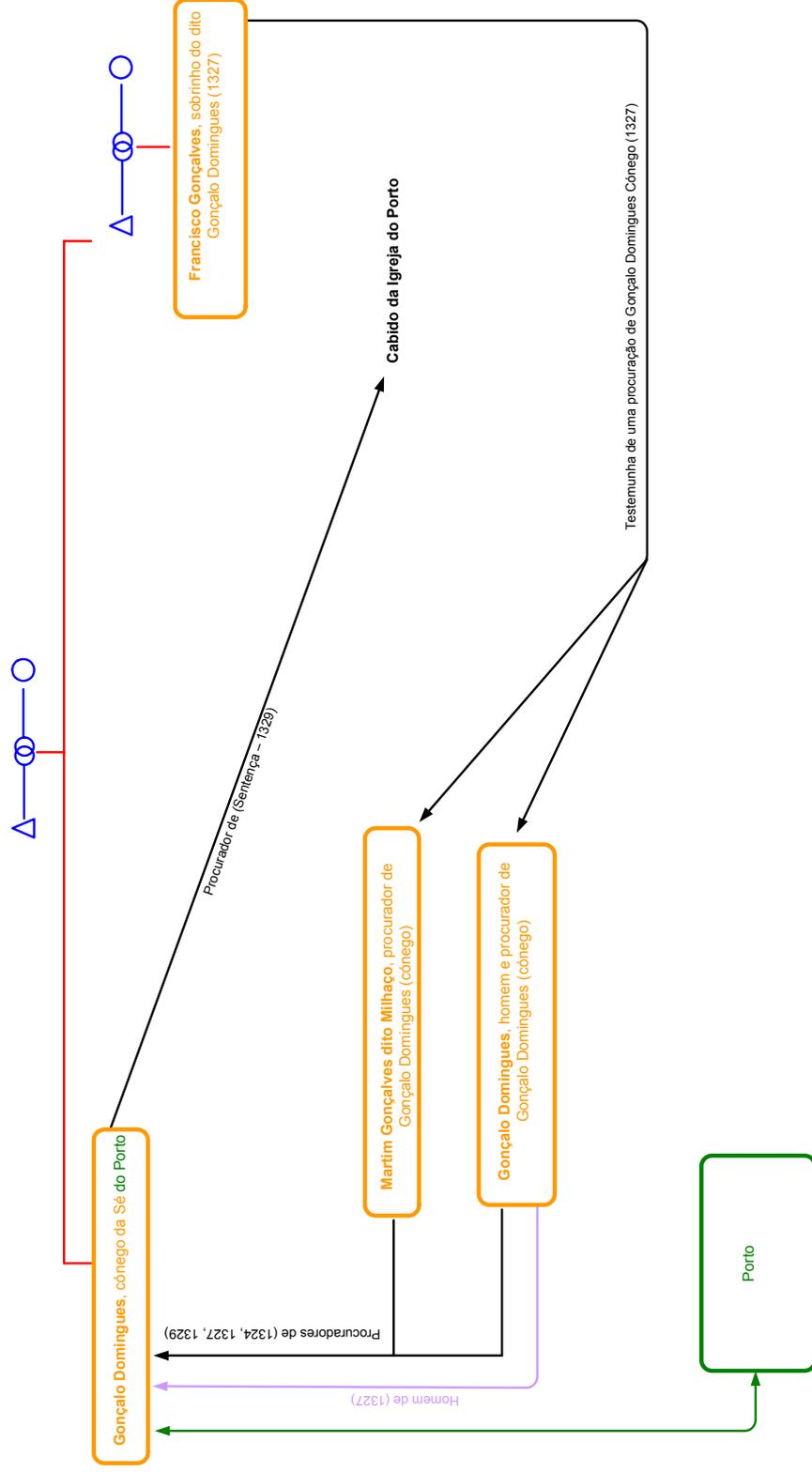
CRI XXII

Fonte(s): ADP, *Livro das Sentenças*, LXXX, fls. 133-140; LXXXVI, fls. 92-108v; XXX, fls. 141-143v.
Ano(s): 1316, 1321, 1322.



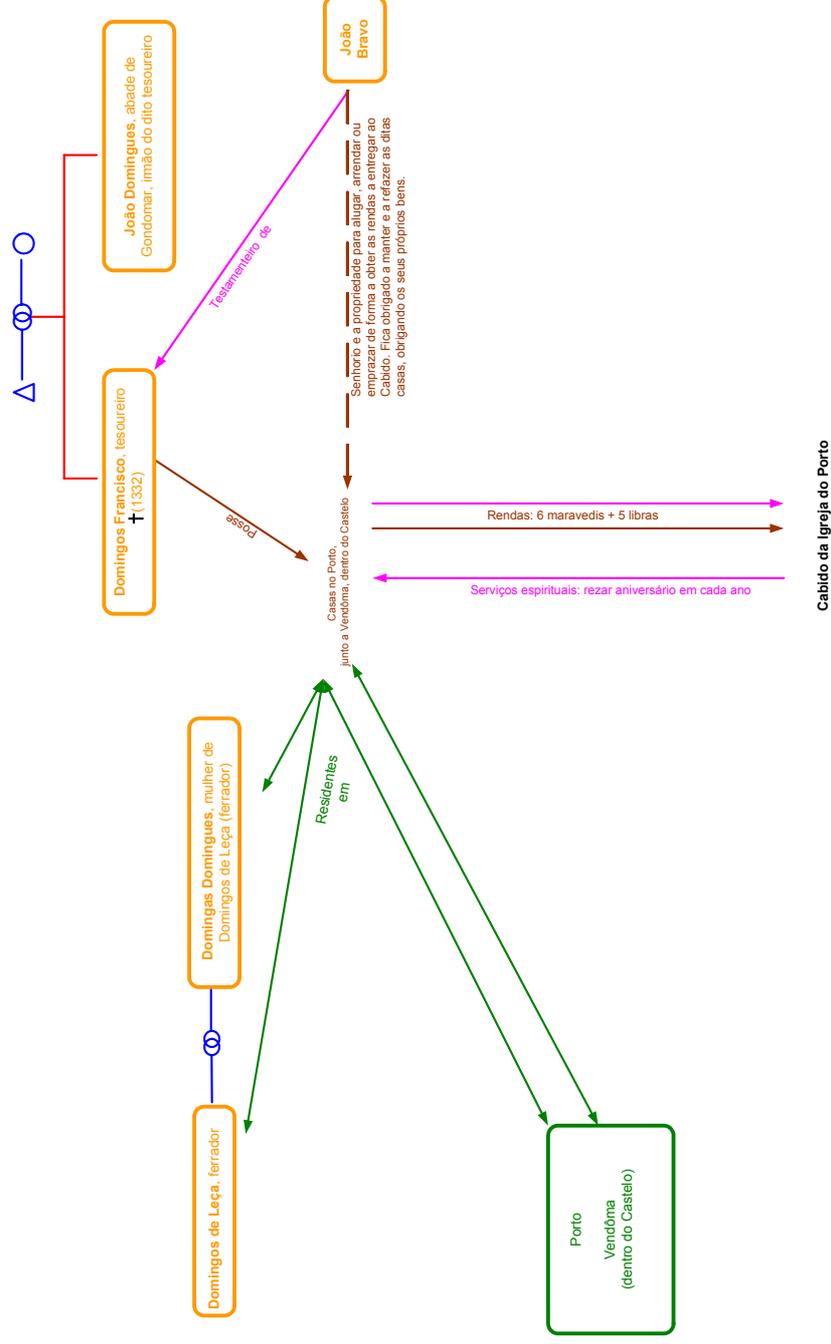
CRI XXIII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, Livro XXIV, fls. 37: LXXXVIII, fls. 226-230v; Livro dos Originais, XVII, fl. 11.
Ano(s): 1324, 1327, 1329.



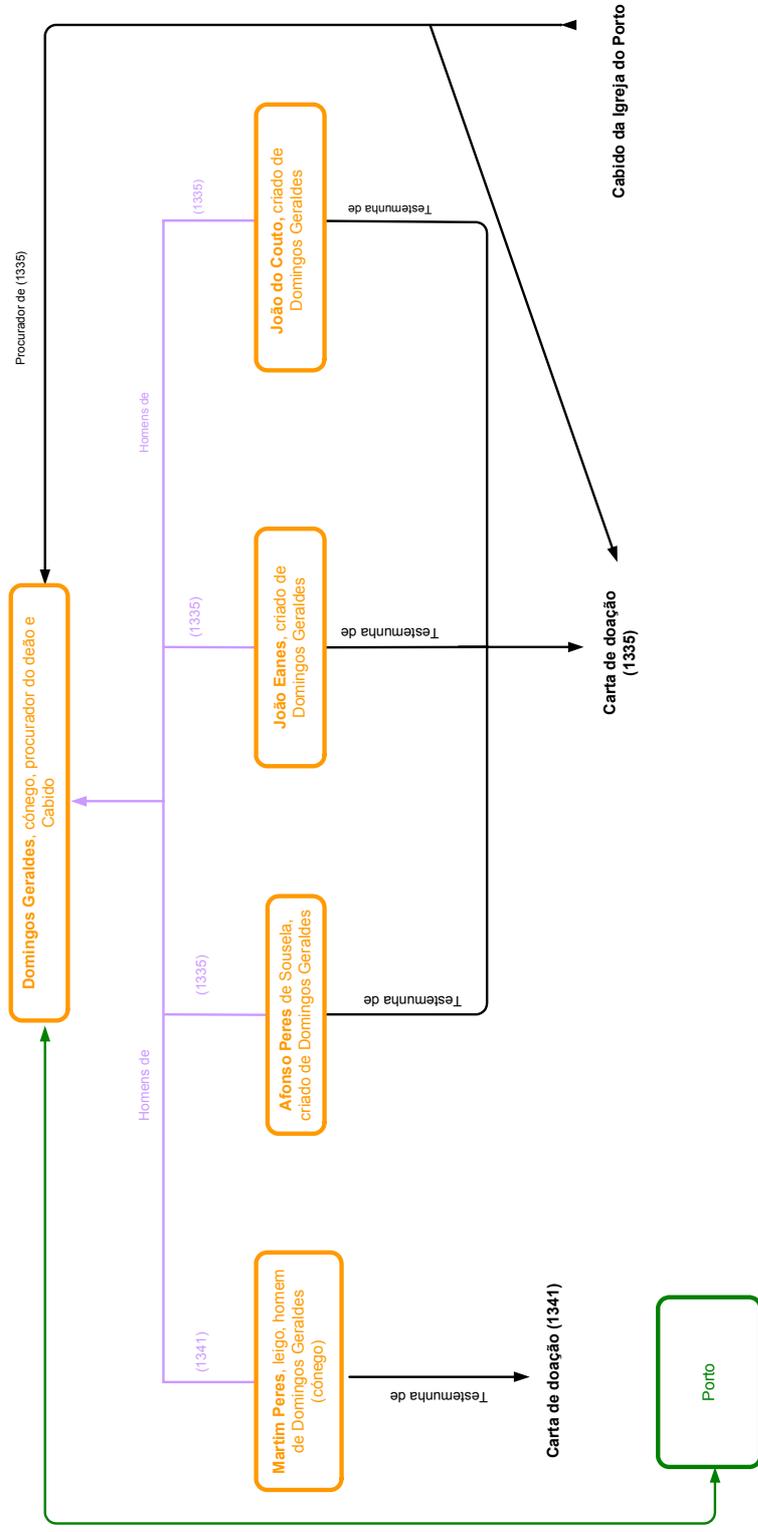
CRI XXIV

Fonte(s): ADP. Livro dos Originaes, IX, fls. 29.
Ano(s): 1332.



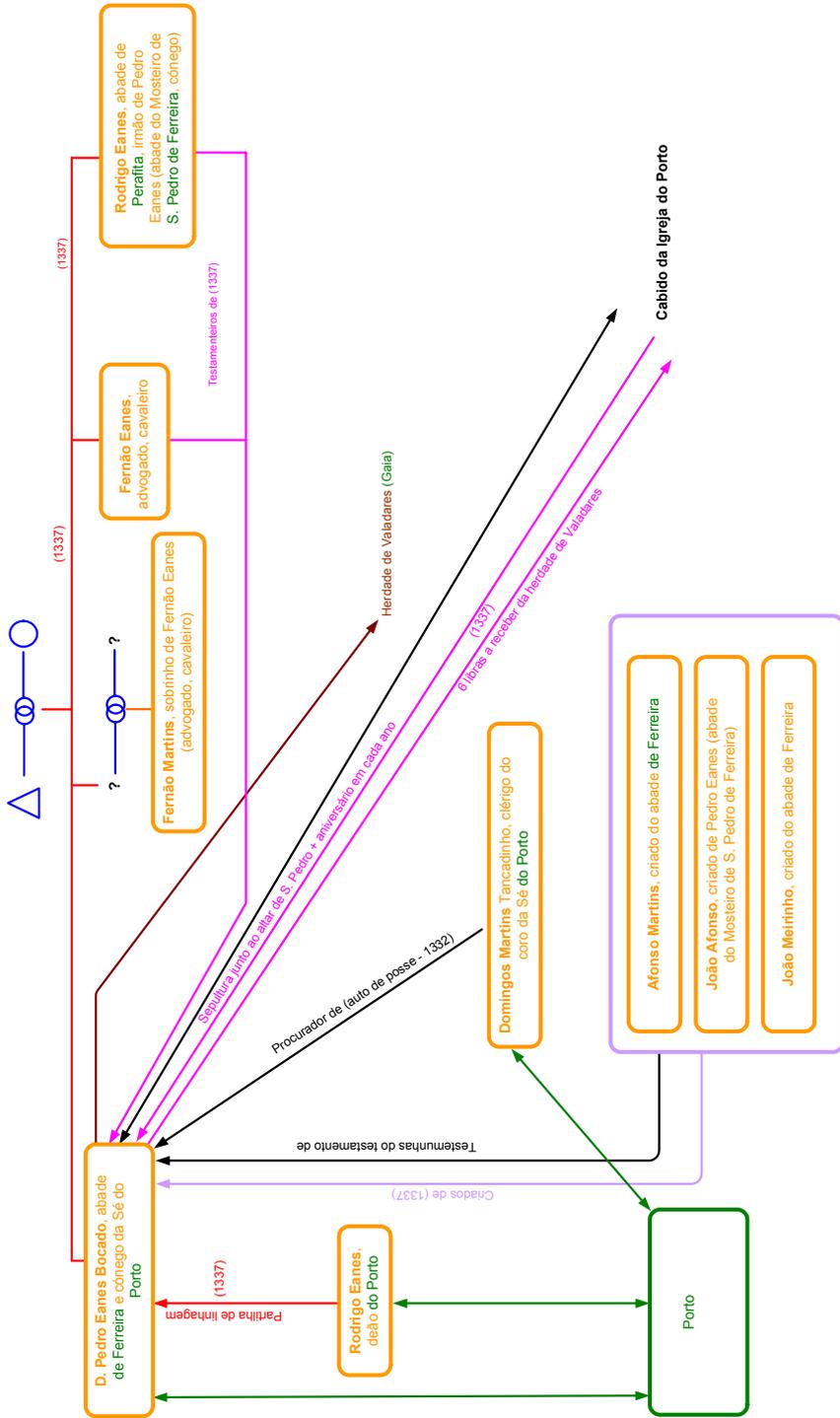
CRI XXV

Fonete(s): ADP- Livro das Sentenças, XCIX, fls. 15-20v e Livro dos Originais, XXI, fl. 3, Livro das Sentenças, LXIX, fls. 49-53v.
Ano(s): 1335, 1341.



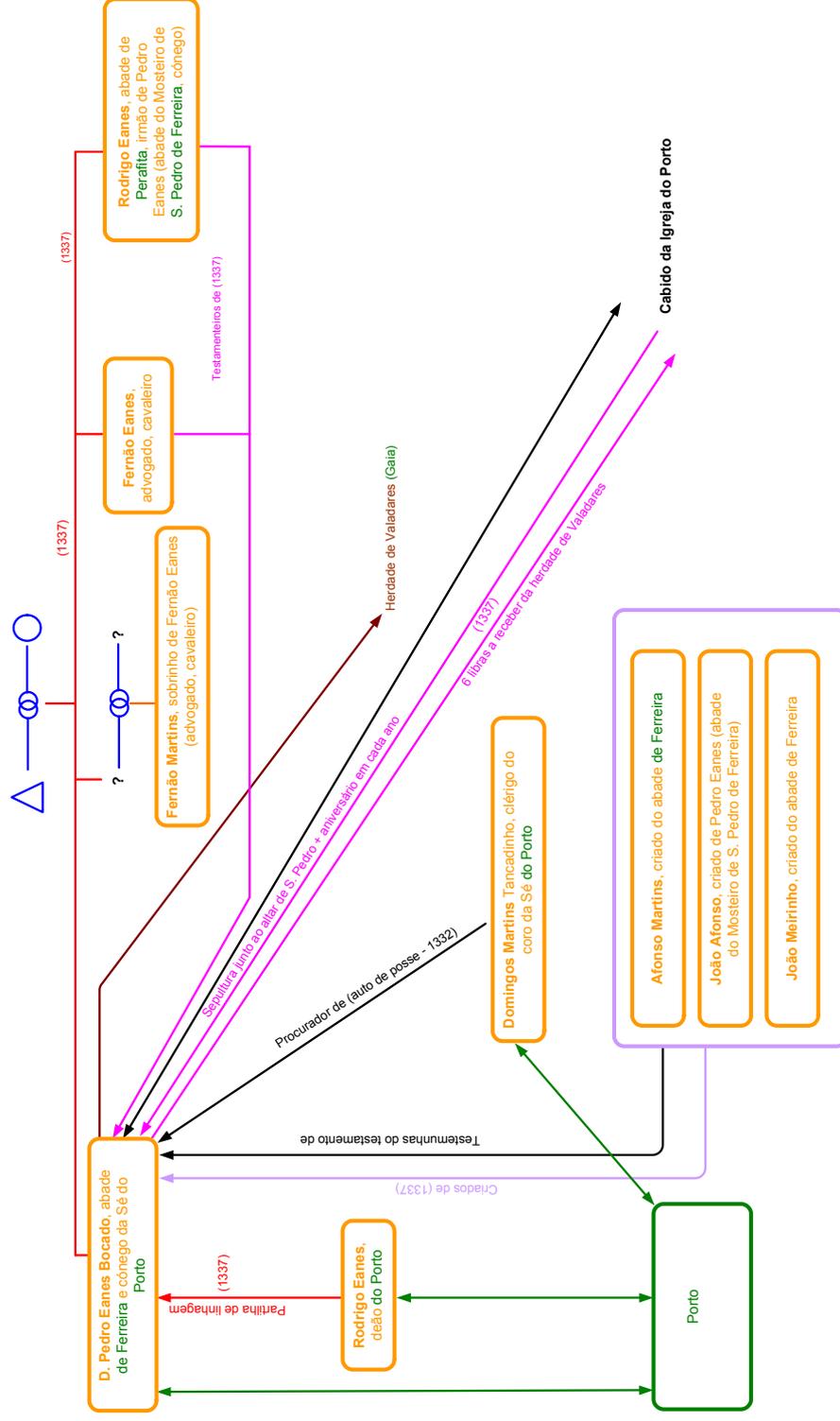
CRI XXVI

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXX, fls. 133-140; LXXXI, fls. 169-175; XCVII, fls. 105-110; LXXXI, fls. 238-244; LXXXVI, fls. 92-108v; LXXIX, fls. 55-61v e 203-216; LXXIII, fls. 154-157; LXXVI, fls. 151-155; Livro dos Originaes, XX, fl. 28. Ano(s): 1316, 1317, 1320, 1321, 1329, 1332, 1335, 1337.



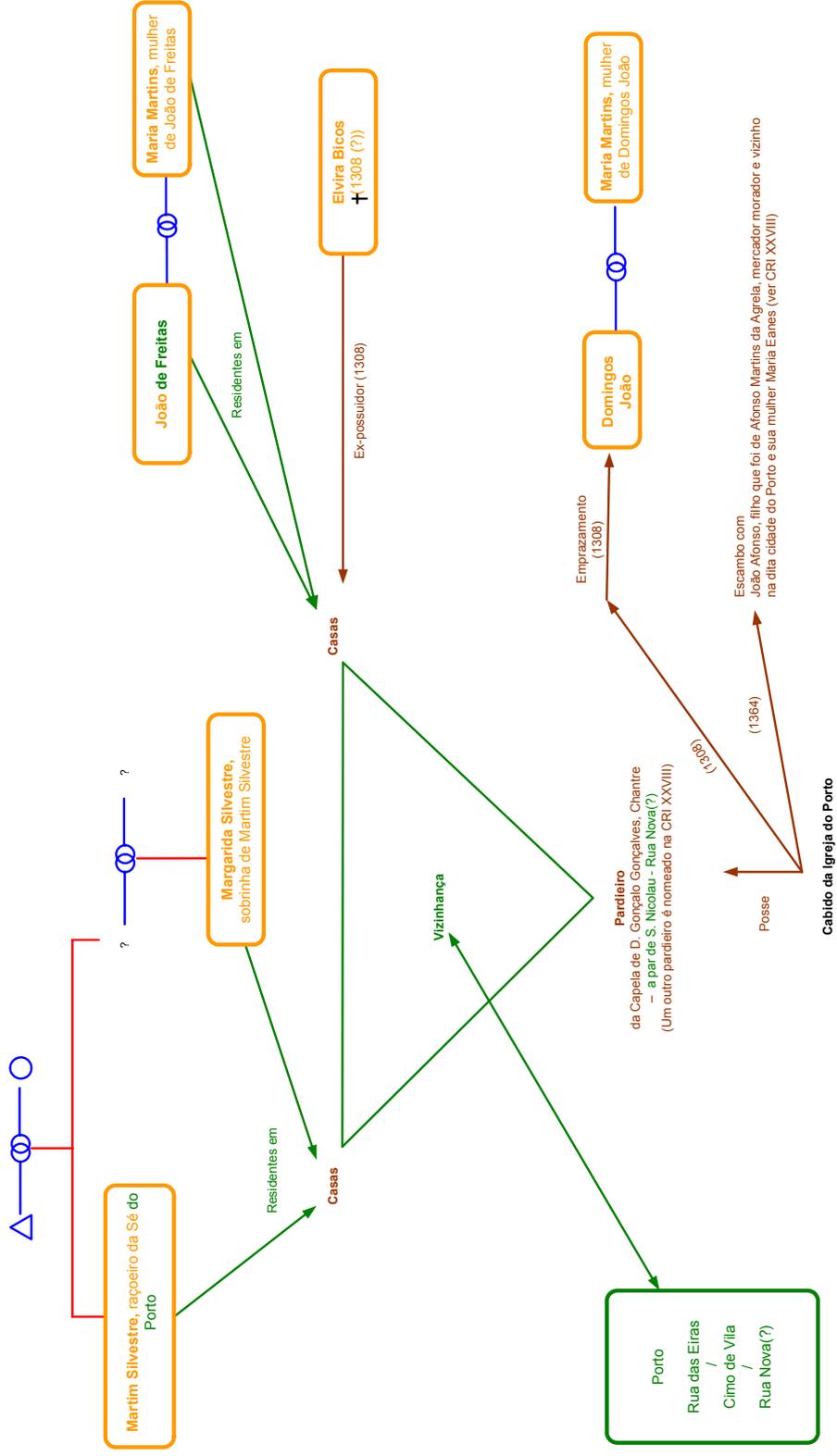
CRI XXVII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXX, fls. 133-140; LXXXI, fls. 105-110; LXXXII, fls. 238-244; LXXXVI, fls. 92-108v; LXXXIX, fls. 55-61v e 203-216; LXXXIII, fls. 154-157; LXXVI, fls. 151-155; Livro dos Originais, XX, fl. 28. Ano(s): 1316, 1317, 1320, 1321, 1329, 1332, 1335, 1337.



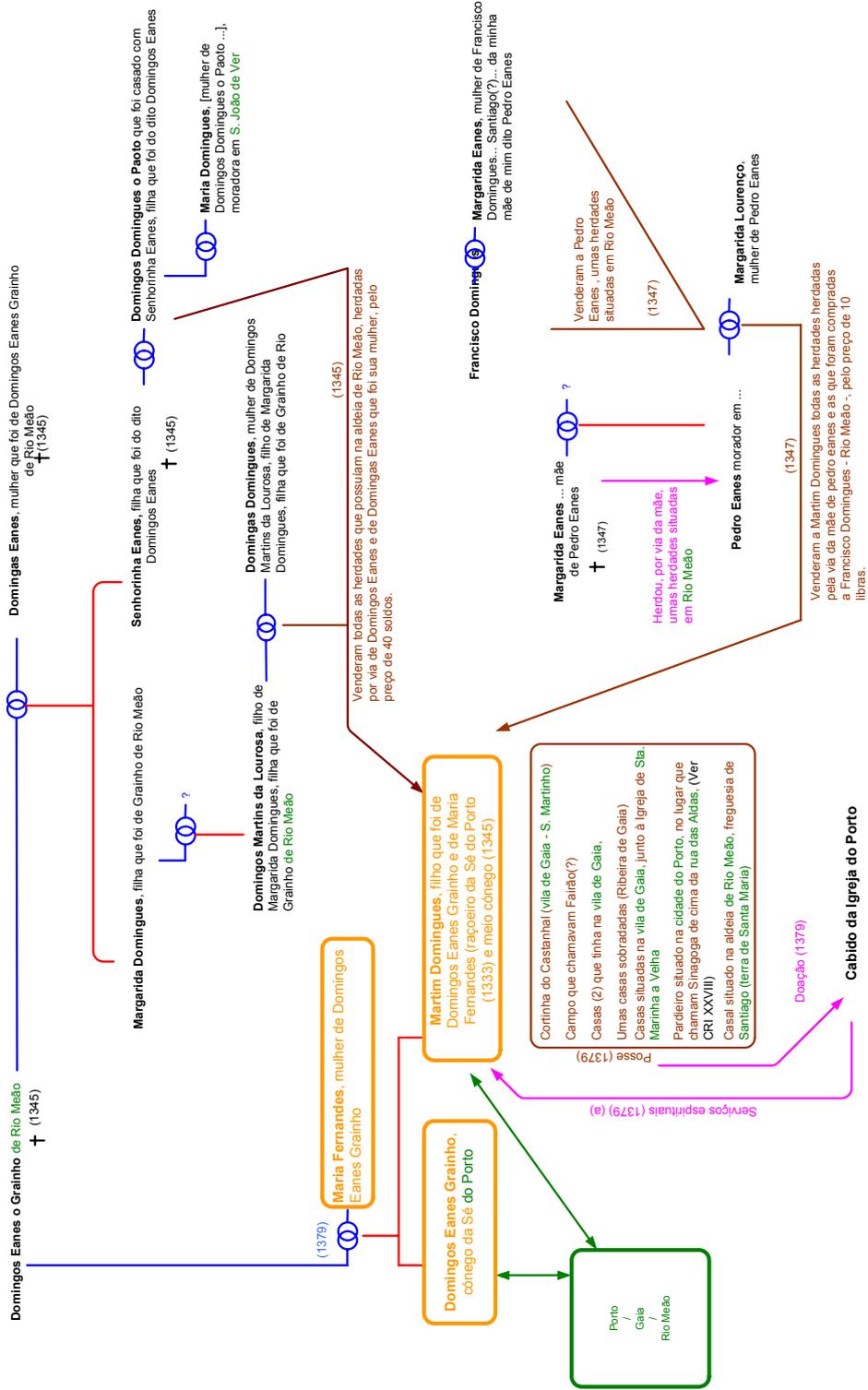
CRI XXIX

Fonte(s): ADP. Livro das Sentenças. XCV. fls. 120-124, LXXVI, fls. 39-51v e LXXV, fls. 178-183.
 Ano(s): 1305, 1308
 Nota: consultar a CRI XXXVIII.



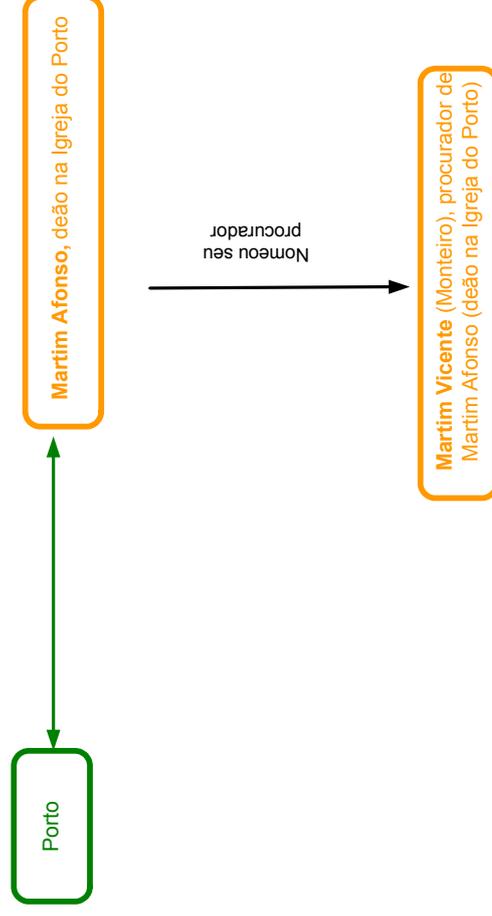
CRI XXX

Fonte(s): ADP. *Livro das Sentenças*, XCVI, fls. 25-30; *Livro das Originais*, XXIII, fls. 3, XXIII, fls. 8; XX, fl. 23. Ano(s): 1346, 1347, 1379. Nota: consultar a CRI XXVIII. (a) A doação é feita com a condição que o Cabido faça oração, em cada ano, com cruz e água benta, pela alma de Martim Soares, morador que foi na Vila de Gaia e que o Cabido faça também em cada ano, para sempre, oração, com cruz e água benta, pelo aniversário das almas de Domingos Eanes Grainho(?) e de Maria Fernandes, sua mulher, e dos ditos Martim Domingues e Domingos Eanes que foram seus filhos, junto às suas sepulturas.



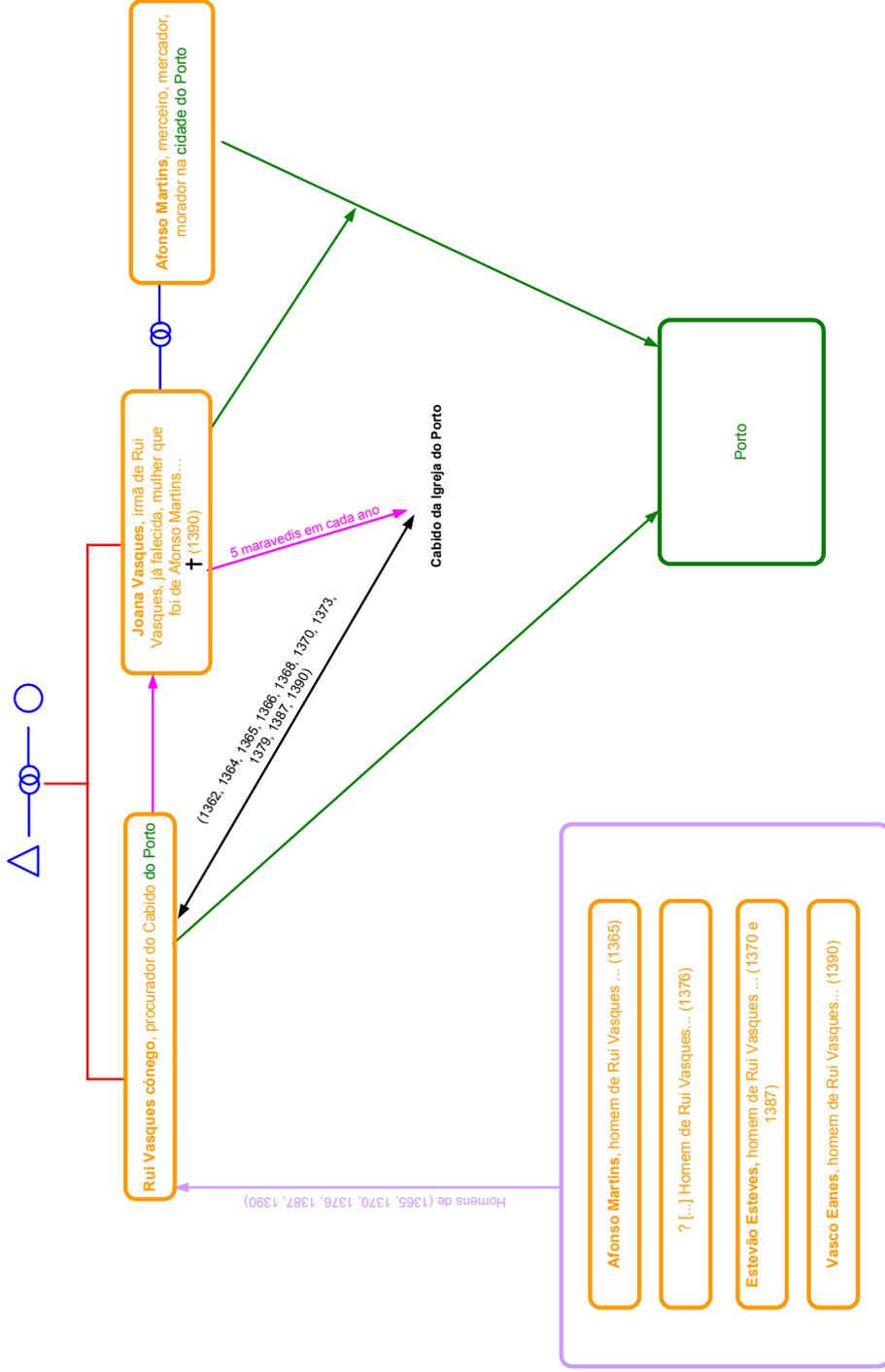
CRI XXXI

Fonte(s): ADP, Livro das Serlições, XC, fls. 18-27v; XC, fls. 13-18; LXXX, fls. 303-311v; LXXX, fls. 144-146v; XCVII, fls. 118-128.
Ano(s): 1402, 1403, 1417, 1420, 1431



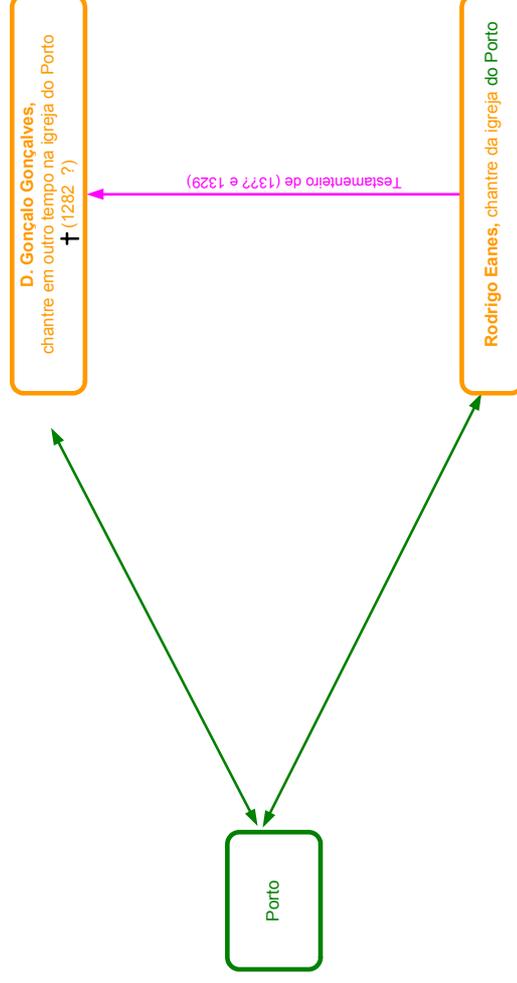
CRI XXXII

Fonte(s): ADP, *Livro das Sentenças*, XCVII, fls. 141-154 (1362); XCVIII, fls. 72-80v (1364); LXXXII, fls. 161-175 (1364, 1365); XCVIII, fls. 132-146v (1366); XXXI, fls. 409-417 (1368); LXXXVIII, fls. 94-103 (1370); LXXXII, fls. 67-72v (1373); LXXXII, fls. 36-45v (1390); XCI, fls. 37-41 (1391); e
Livro dos Originais, XXIII, fl. 27 (1376); XX, fl. 23 (1379); XII, fl. 51 (1387).
 Ano(s): 1362, 1364, 1365, 1366, 1368, 1370, 1373, 1376, 1379, 1387, 1390, 1391



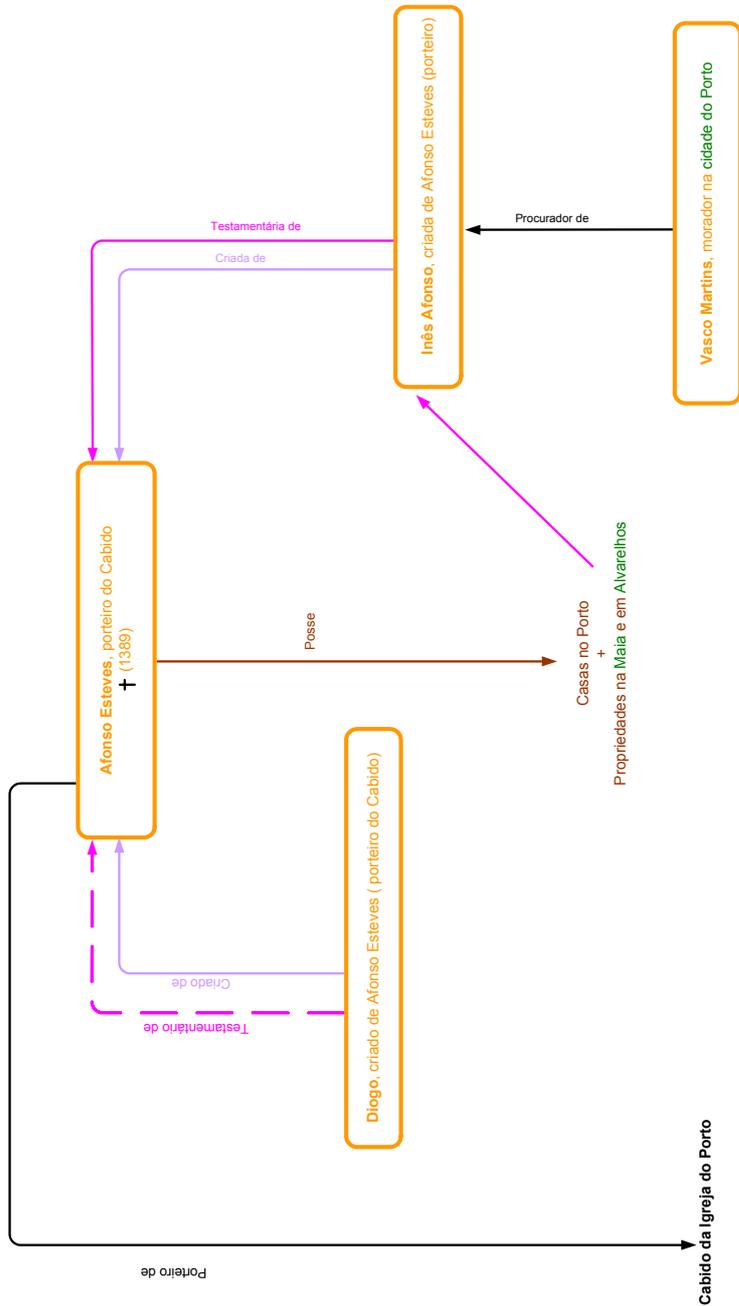
CRI XXXIII

Fonte(s) - ADP. Livro das Sentenças, LXXXI, fls. 169-175; LXXIX, fls. 203-216; LXXIII, fls. 46-50; LXXVI, fls. 39-51v; LXXV, fls. 178-183; LXXIX, fls. 203-216, e ADP. Livro das Originais, VIII, fl. 32; XXX, fl. 32. Ano(s), I - 137?, 1317, 1329, 1331 II - 1282, 137?, 1308, 1329



CRI XXXIV

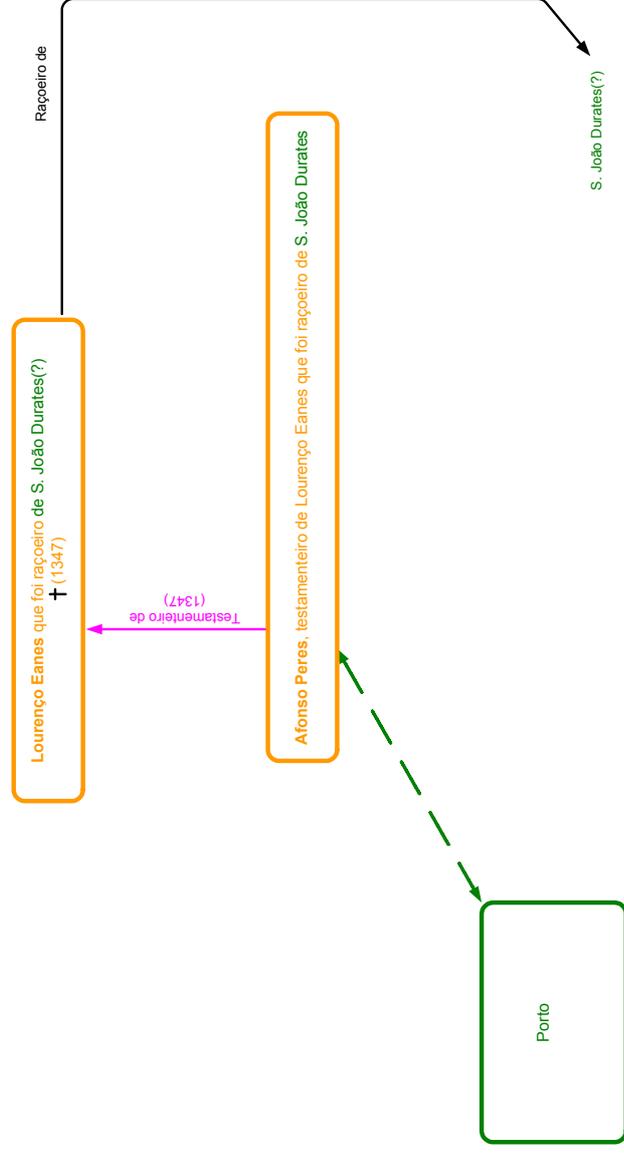
Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXXII, fls. 1-5.
 Ano(s): 1389



Nota: Inês Afonso deveria receber a posse das ditas propriedades de Afonso Esteves Porteiro do Cabido. Se Inês Afonso morresse sem filhos as mesmas propriedades deveriam ser herdadas pelo dito Diogo criado de Afonso Esteves Porteiro do Cabido.

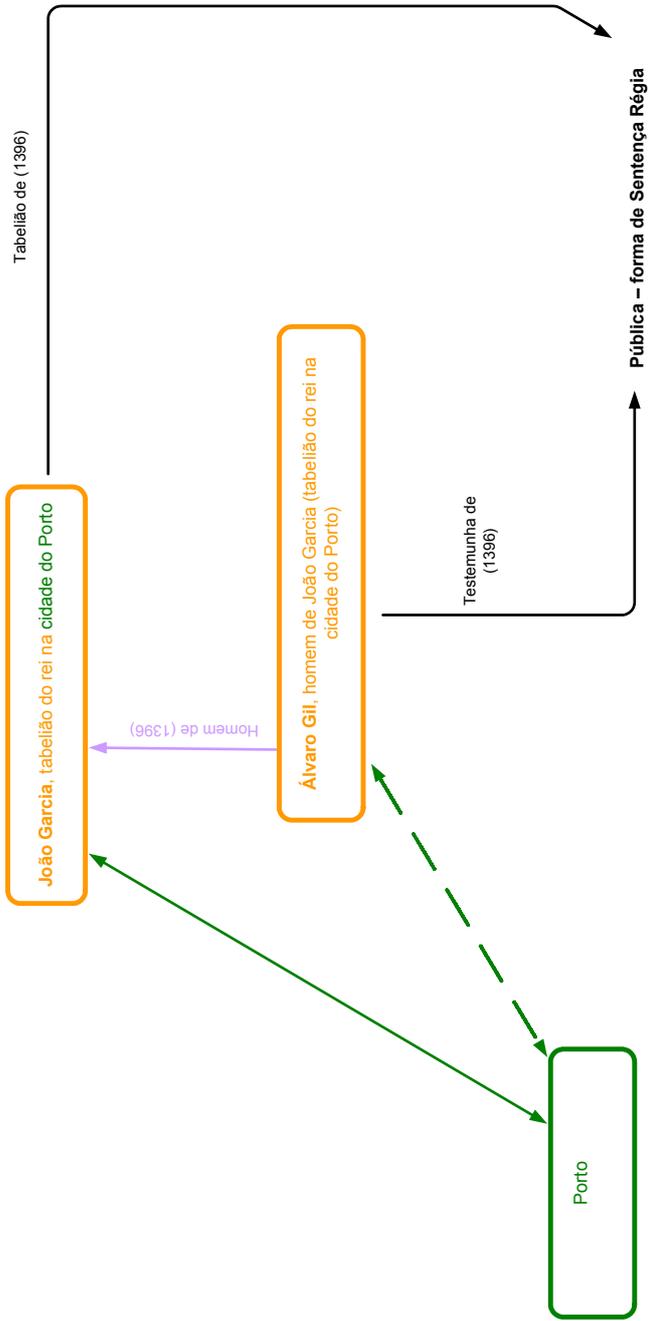
CRI XXXV

Fonte(s): ADP, ADP, Livro dos Originais, XII, fl. 33.
Anot(s): 1347



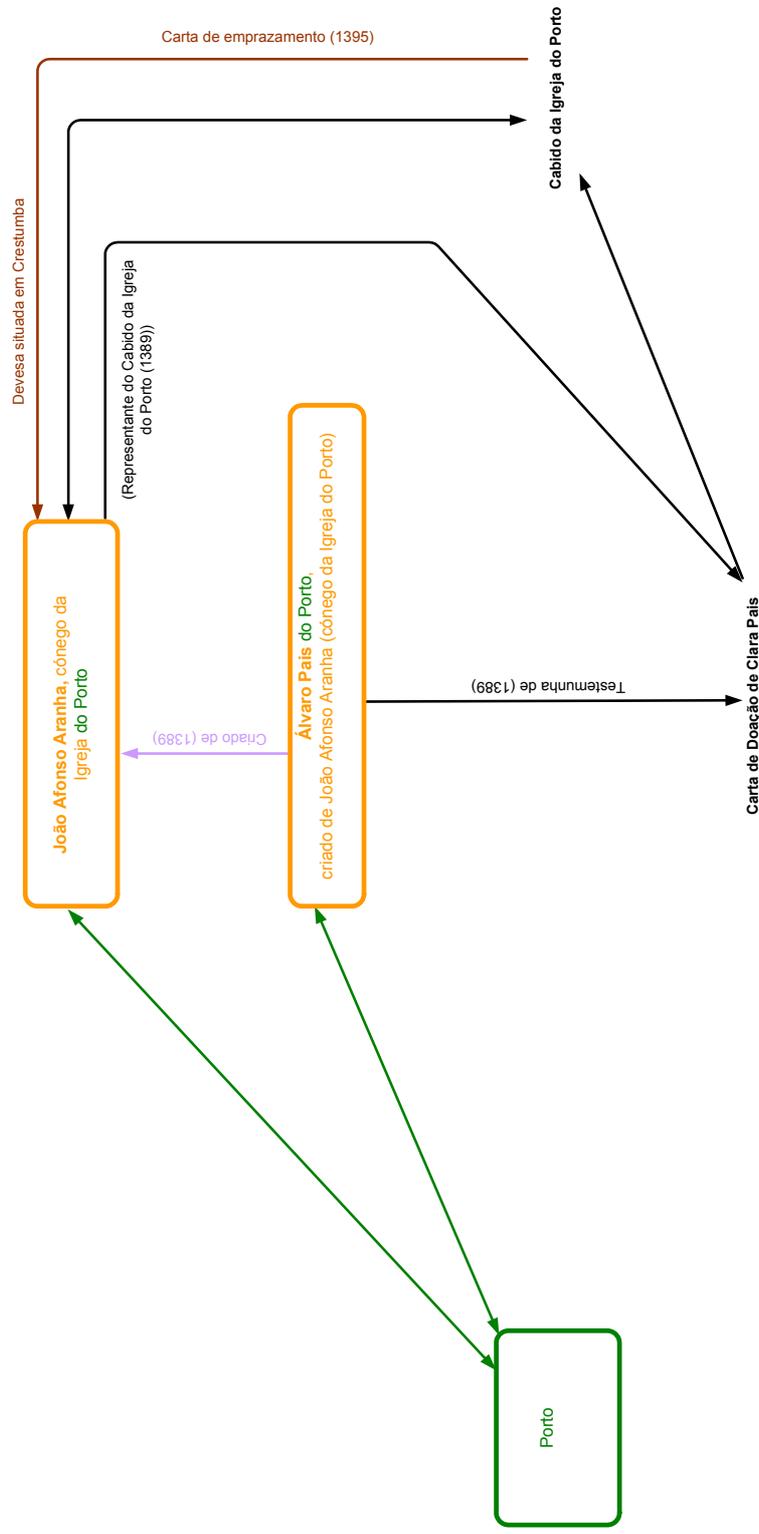
CRI XXXVI

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, XCVII, fls. 8-19; XCVIII, fls. 54-57v; XXX, fls. 303-311v; LXXIX, fls. 70-78; e Livro dos Originais, XXX, fl. 6.
Ano(s): 1396, 1405, 1410



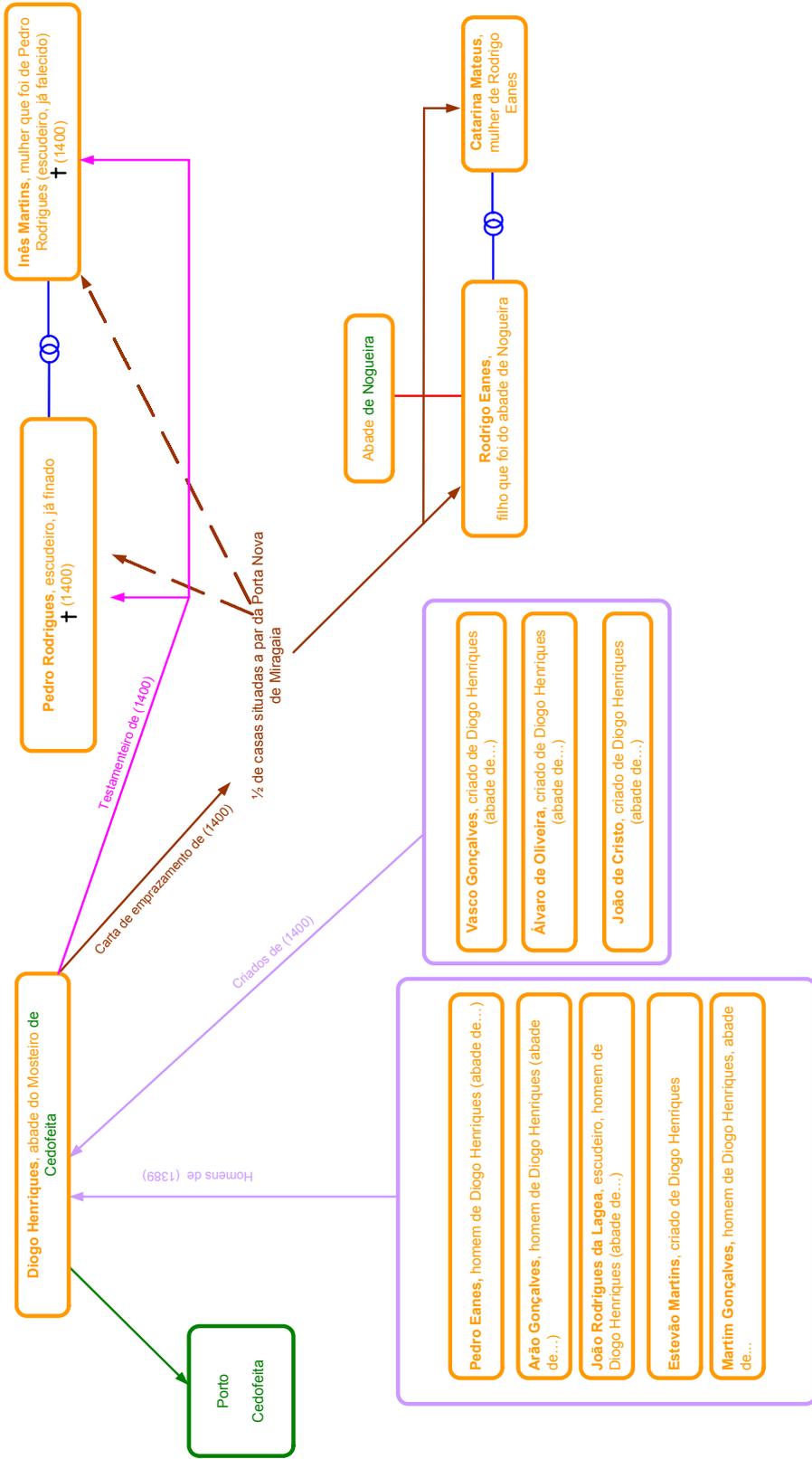
CRI XXXVII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, XCI, fls. 55-61v; XCVI, fls. 49-54.
Ano(s): 1389, 1395
Nota: consultar a CRI XXXVIII.



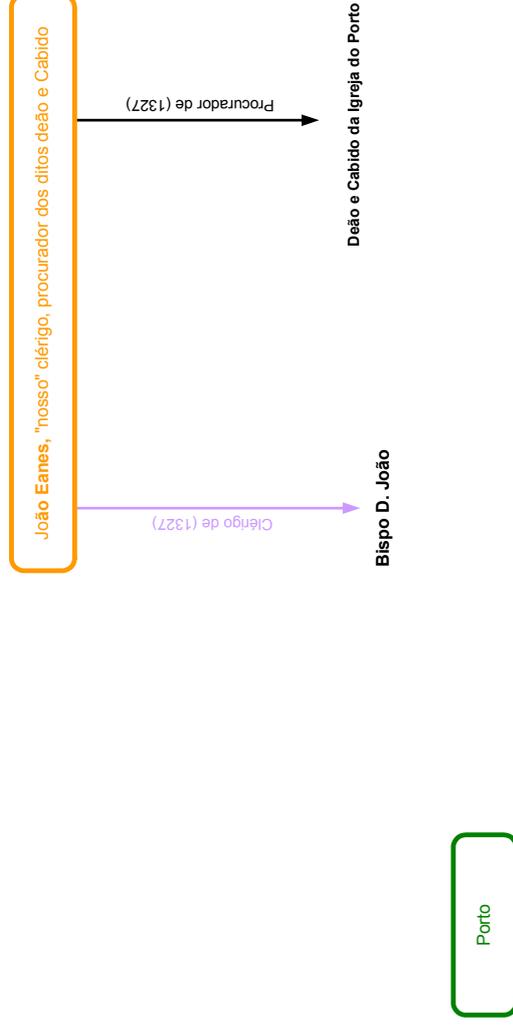
CRI XXXVIII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXII, fls. 1-5; LXXXVIII, fls. 1-5.
 Ano(s): 1389 e 1400
 Nota: consultar a CRI XXXVII



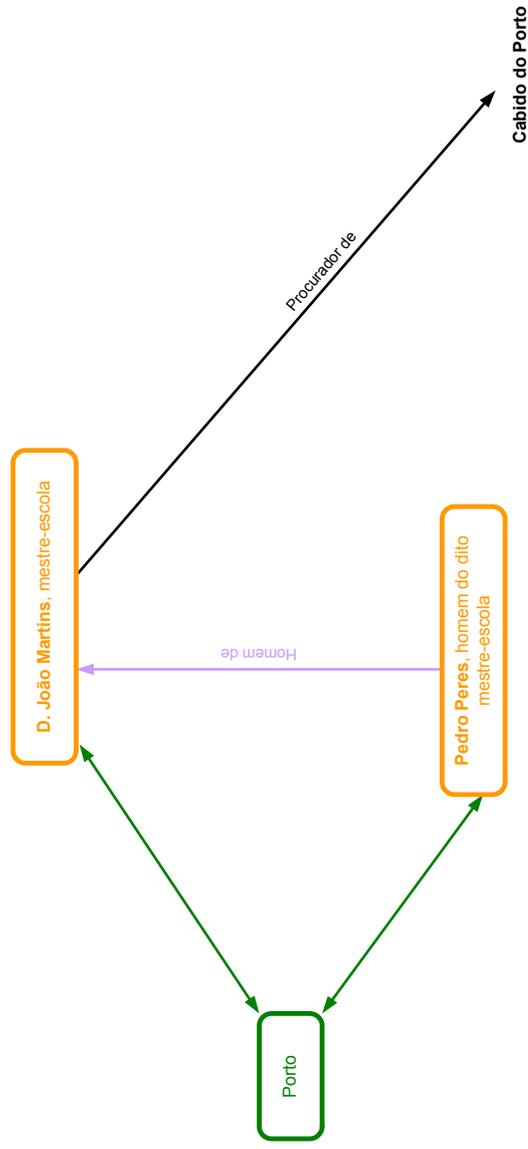
CRI XXXIX

Fonte(s): ADP, Livro dos Originais, Livro XII, fl. 48; XVII, fl. 6 e Livro das Sentenças, XCIX, fls. 15-20v.
Ano(s): 1327



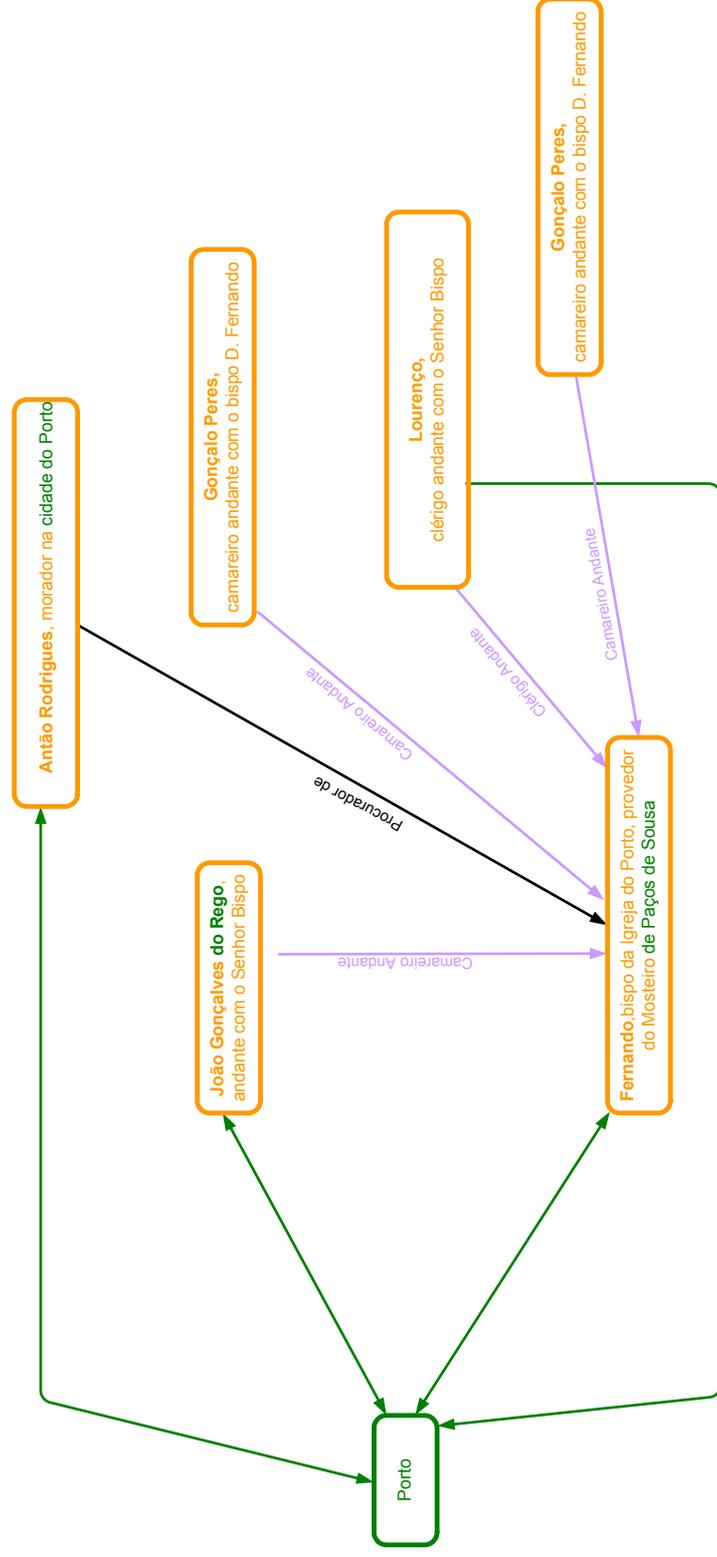
CRI XL

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXXVIII, fls. 126-130v
Ano(s): 1390



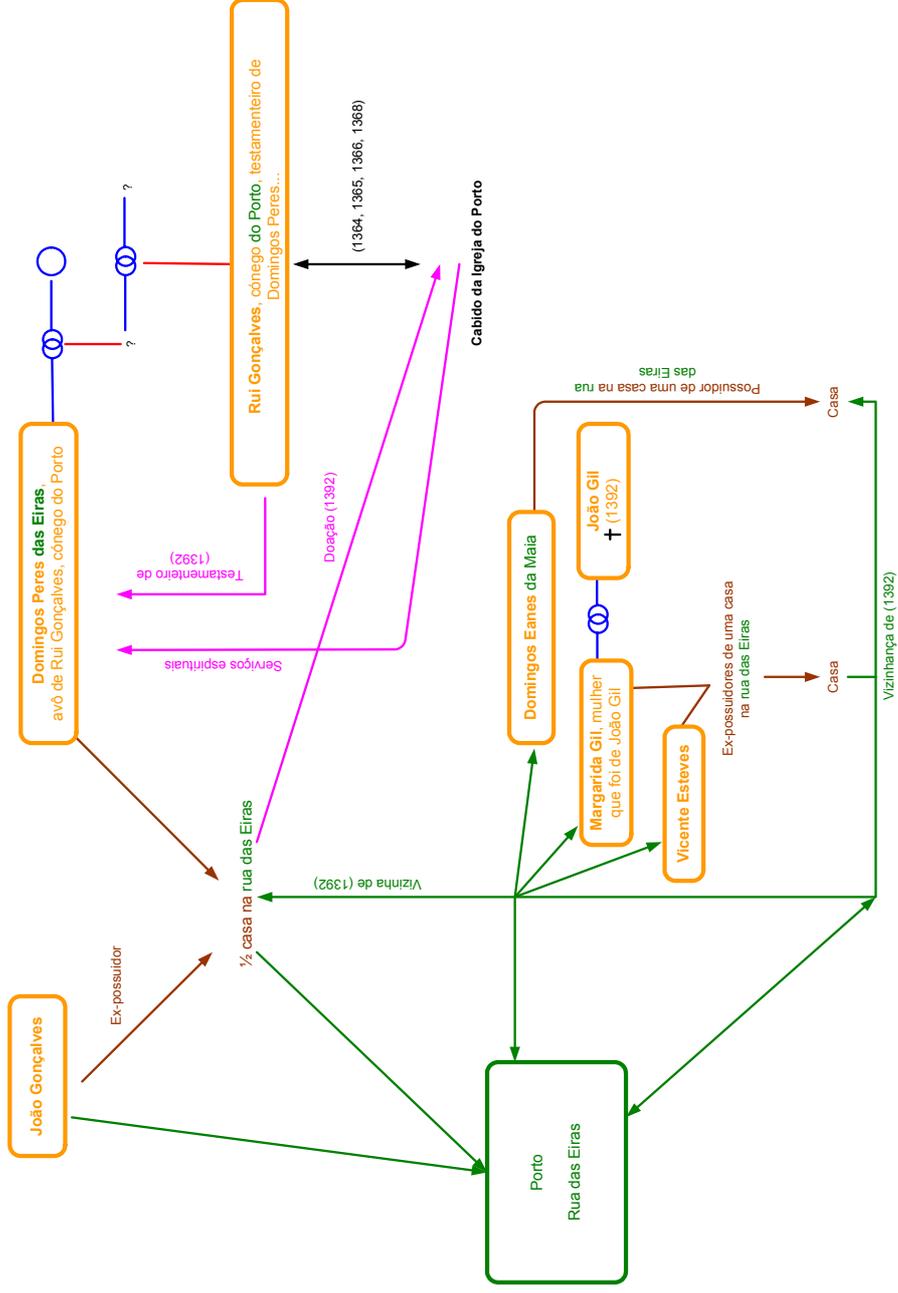
CRI XLI

Fontes: ADP, Livro das Sentenças, XCVI, fls. 7-17v
And(s): 1398



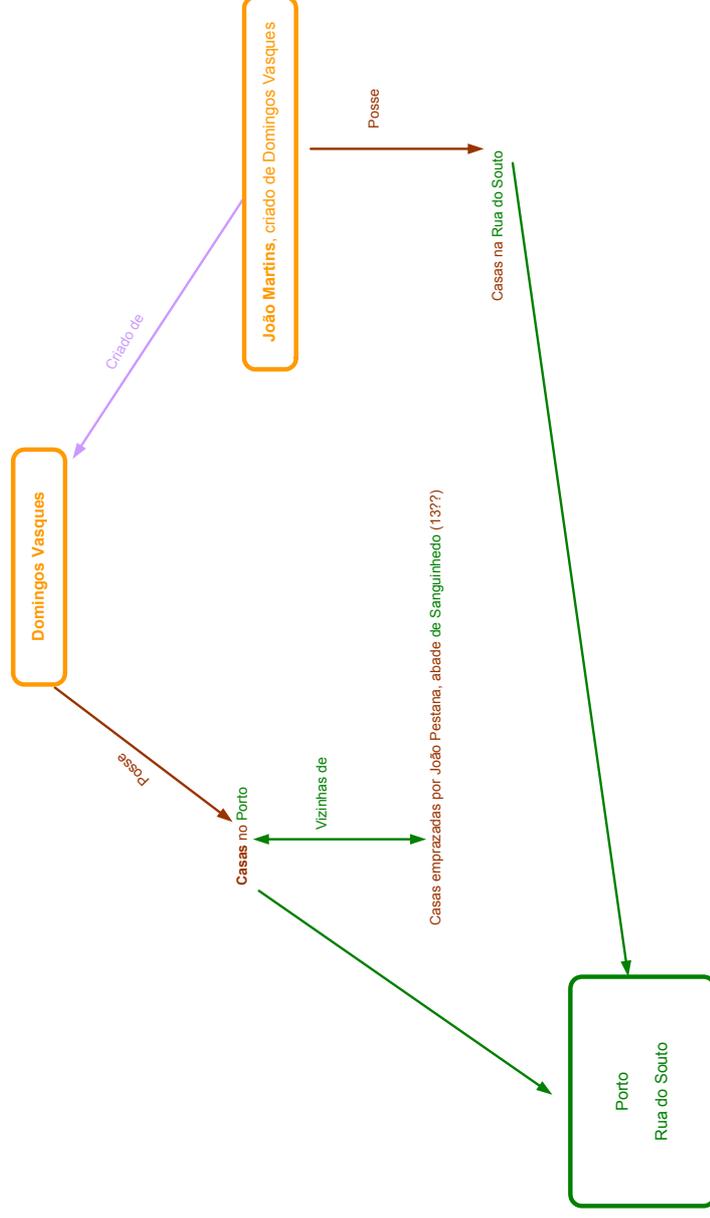
CRI XLII

Fonte(s): ADP. Livro das Sentenças, XCVIII, fts. 72-80v; LXXXII, fts. 161-175; XCVIII, fts. 132-146v; XXXI, fts. 409-417; LXXXVII, fts. 25-33v.
 Ano(s): 1364, 1365, 1366, 1368, 1392.



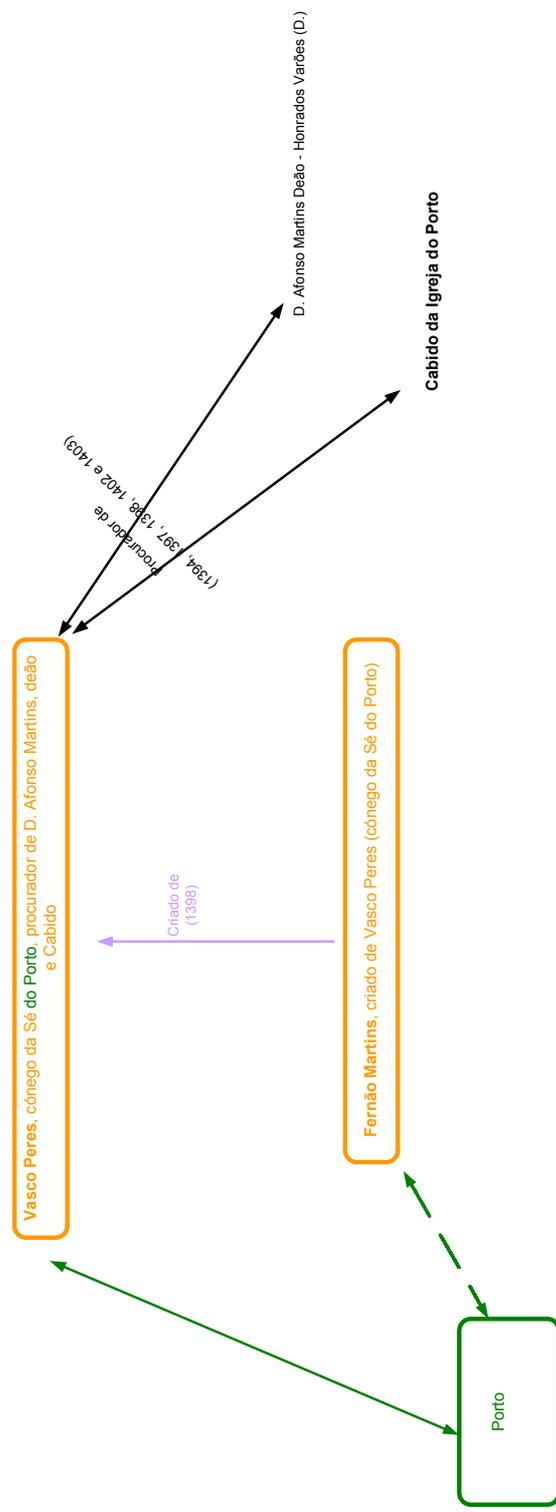
CRI XLIII

Fonte(s): ADP - Livro dos Originais, XXIV, fl. 4; VIII, fl. 32.
Anot(ões): 1389 e 1377?

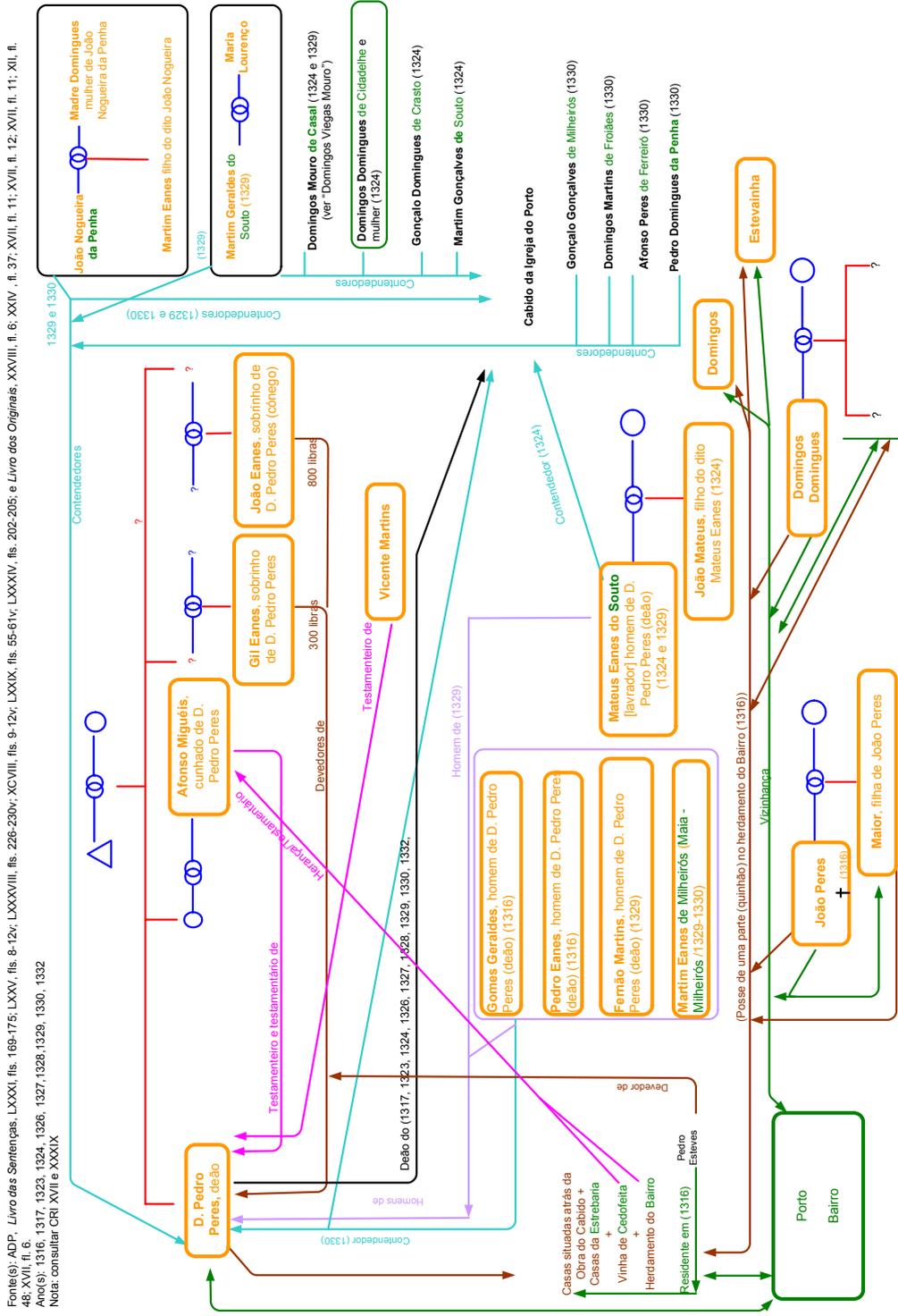


CRI XLIV

Fonte(s): ADP, *Livro das Sentenças*, LXXXI, fls. 11-16v, LXXIV, fls. 132-138; LXXXVIII, fls. 152-160, XCV, fls. 7-17v, XCVI, fls. 7-17v; XC, fls. 1327v. Anot(s): 1384, 1397, 1398, 1402, 1403



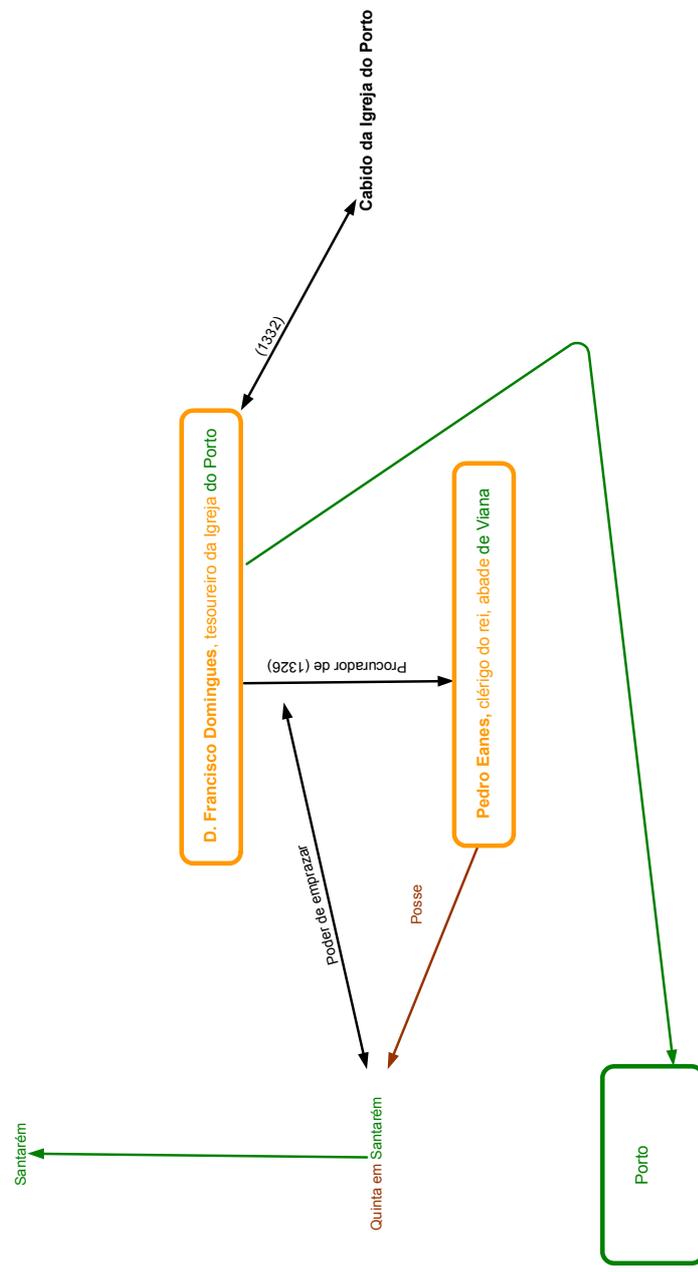
XLV



Fontes: ADP, Livro das Sentenças, LXXXI, fls. 169-175; LXXV, fls. 8-12v; LXXXVIII, fls. 226-230v; XCVIII, fls. 9-12v; LXXXIV, fls. 202-205; e Livro dos Originaes, XXVIII, fl. 6; XXIV, fl. 37; XVI, fl. 11; XVII, fl. 12; XVII, fl. 11; XII, fl. 48; XVII, fl. 6.
 Ane(s): 1316, 1317, 1323, 1324, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1332
 Nota: consultar ORI XVII e XXXIX

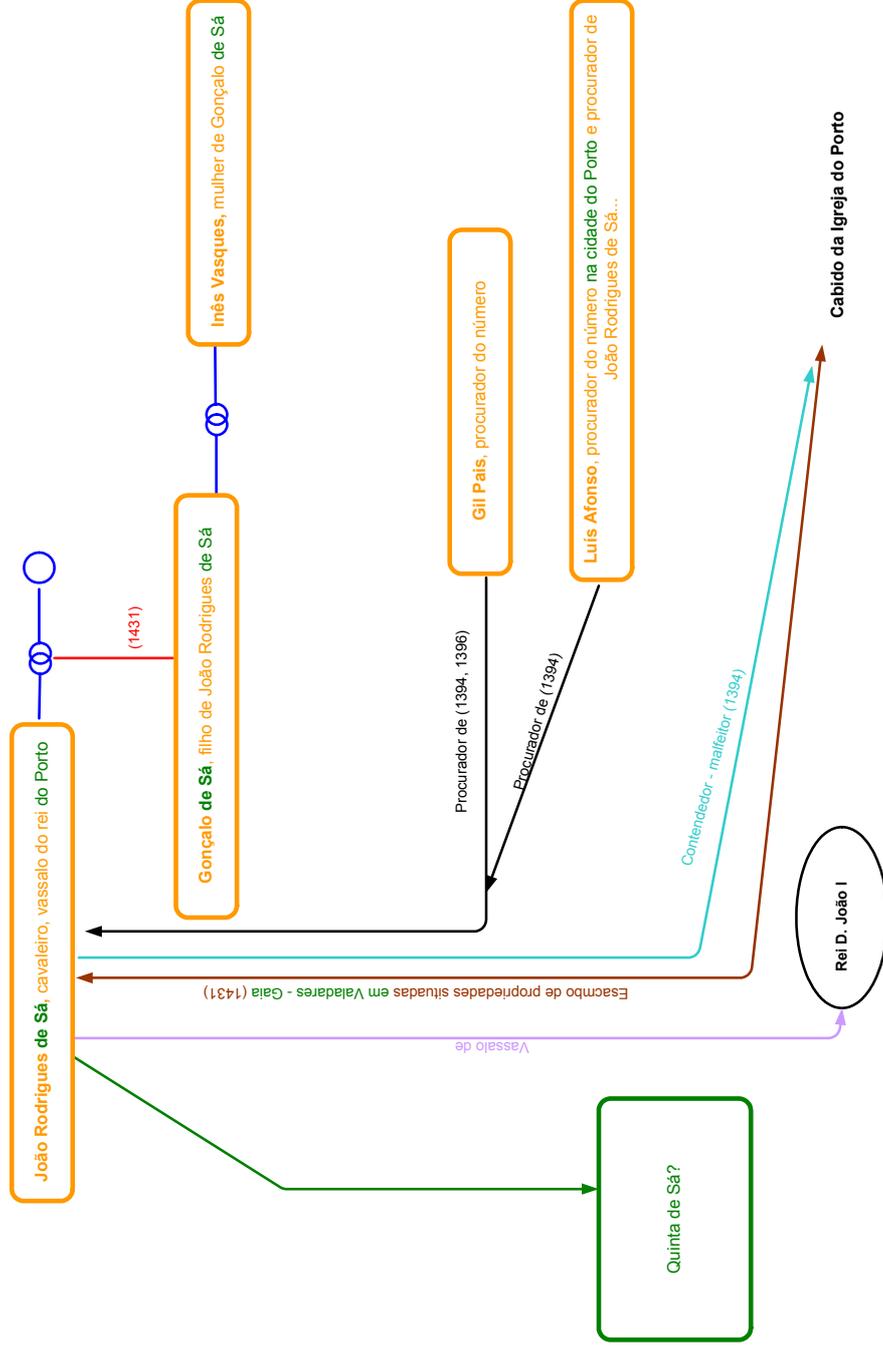
CRI XLVI

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXV, fls. 8-12v; LXXIX, fls. 55-61v.
Anot(ões): 7, 132b, 1332



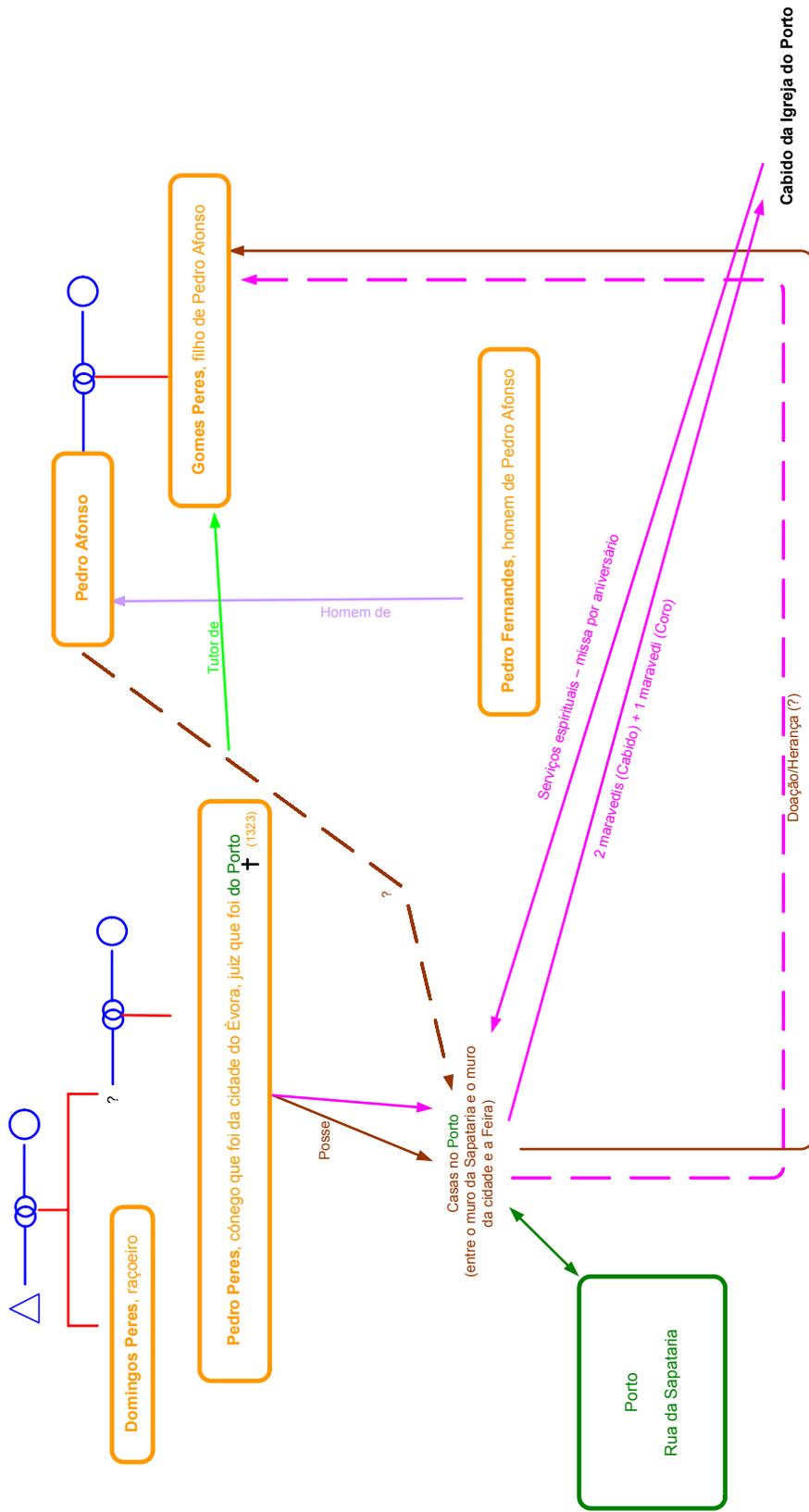
CRI XLVII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXV, fls. 170-176v; XCVIII, fls. 48-54; XCVIII, fls. 54-57v; XCVII, fls. 118-128.
Ano(s): 1394, 1396, 1431



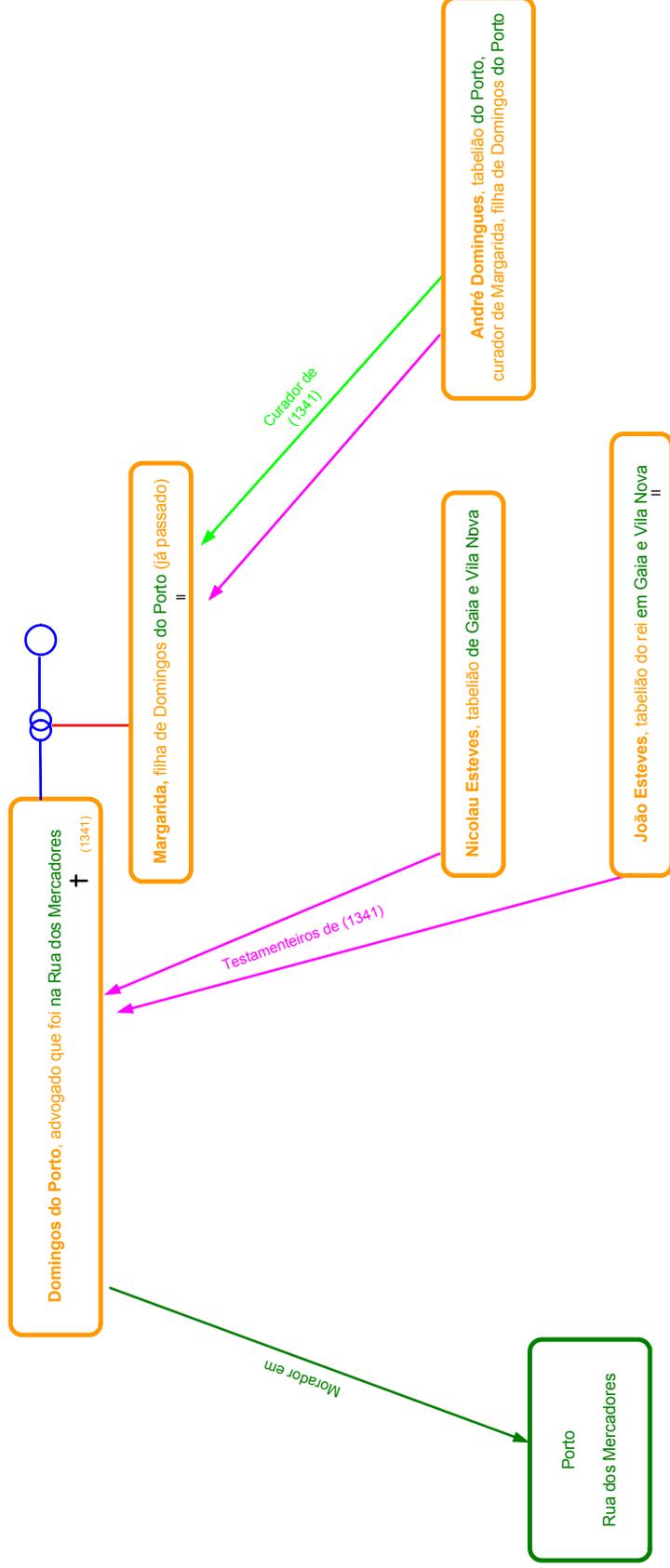
CRI XLVIII

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXXVI, fs. 151-155.
 Ano(s): 1335



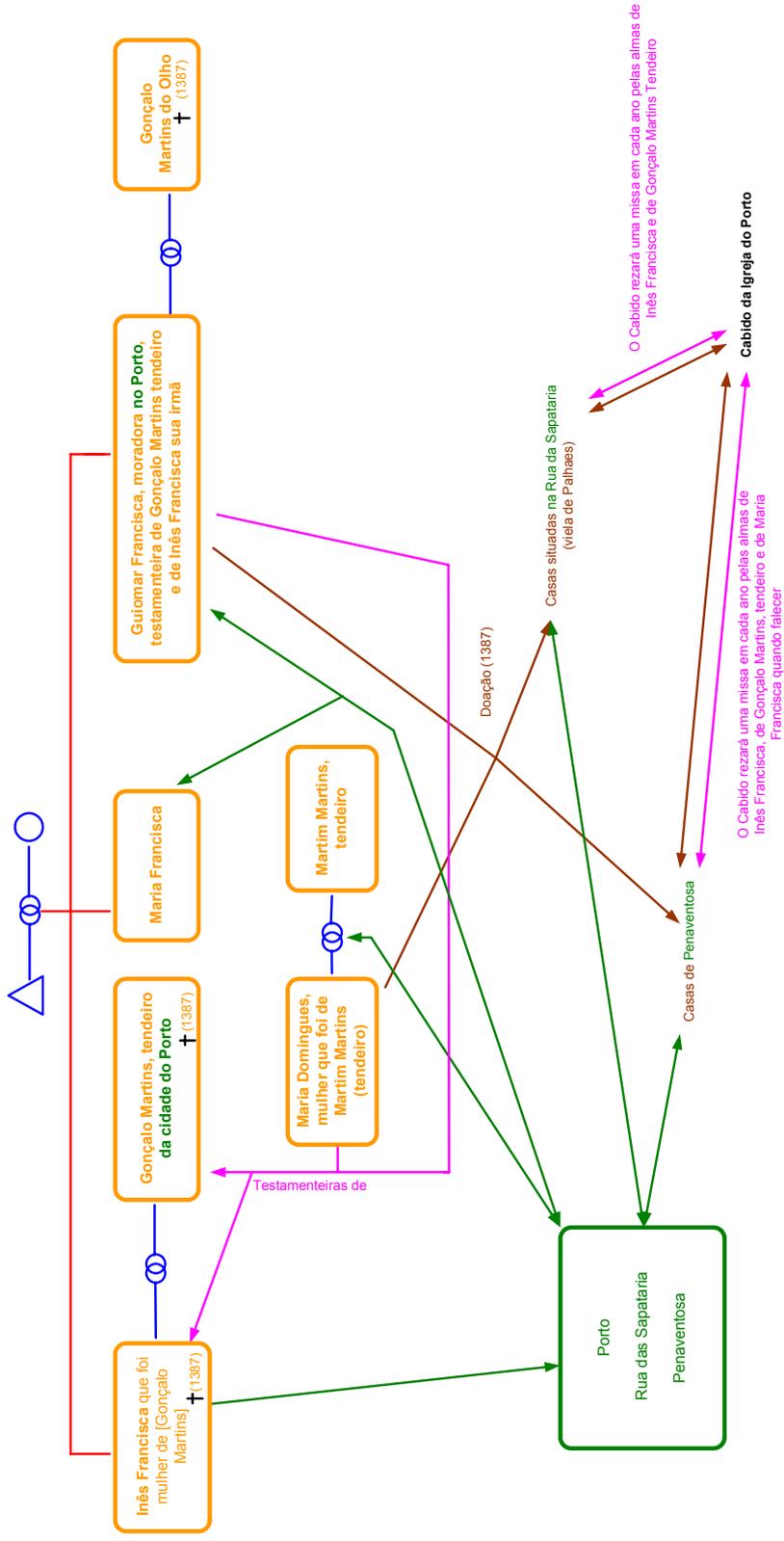
CRI XLIX

Fonte(s): I- ADP, Livro das Sentenças, XCVIII, fls. 172-177; LXXXI, fls. 238-244; LXXXVI, fls. 92-108v; LXXXVIII, fls. 218-224v. II- ADP, Livro das Sentenças, LXXV, fls. 32-38v; LXXXVII, fls. 119-126 III- ADP, Livro dos Originals, XXX, fl. 32; XVIII, fl. 11 e Livro das Sentenças, LXXXI, fls. 169-175; LXXX, fls. 279-282v.
Ane(s): I- 1318, 1320, 1321, 1327, 1342, II- 1341, 1344; III- 1317, 1329, 1332



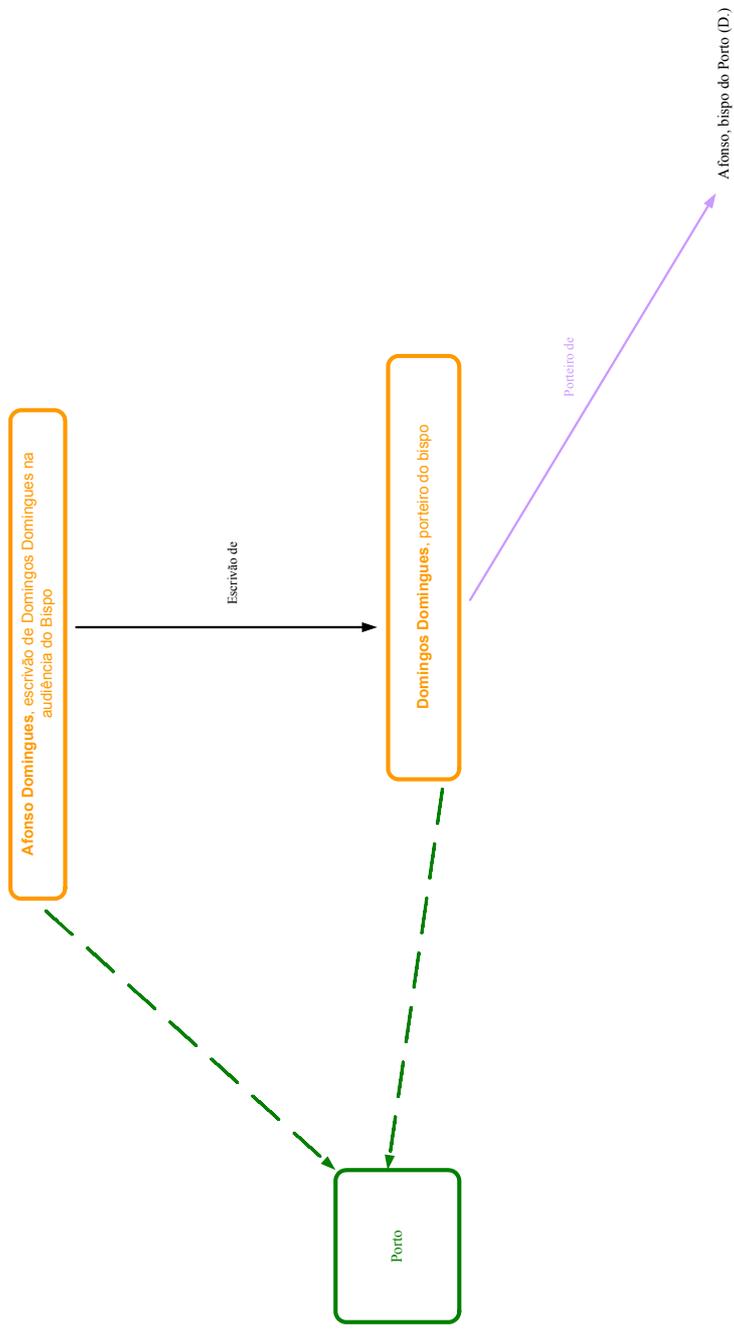
CRI L

Fonte(s): ADP, Livro dos Originais, XII, fl. 51.
Ano(s): 1387



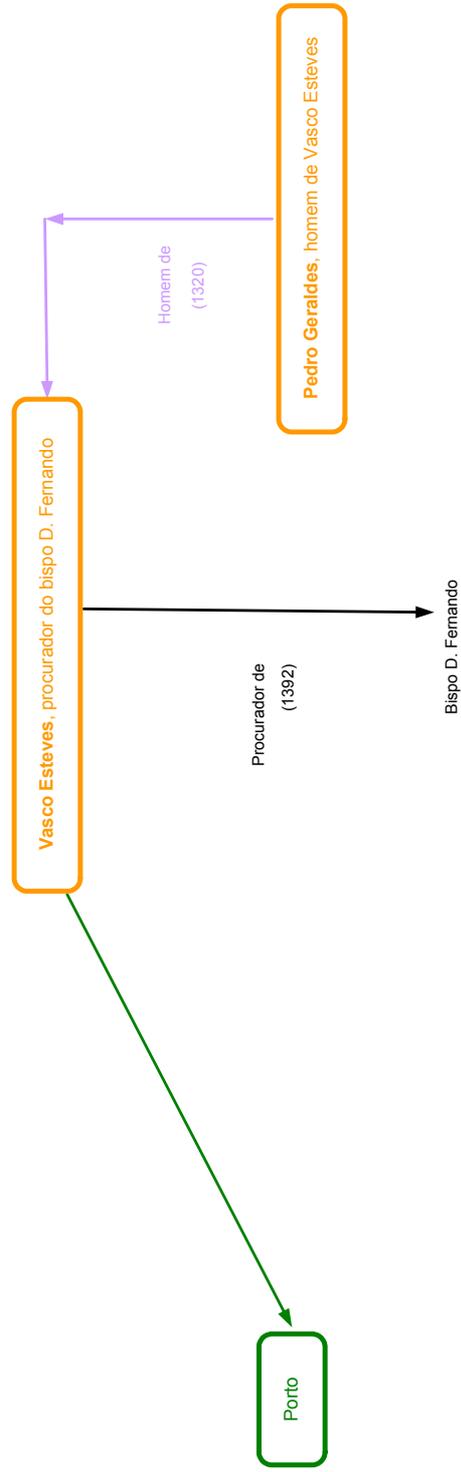
CRI LI

Fonte(s): ADF, Livro das Sentenças, XCVIII, fls. 72-80v.
Ano(s): 1364



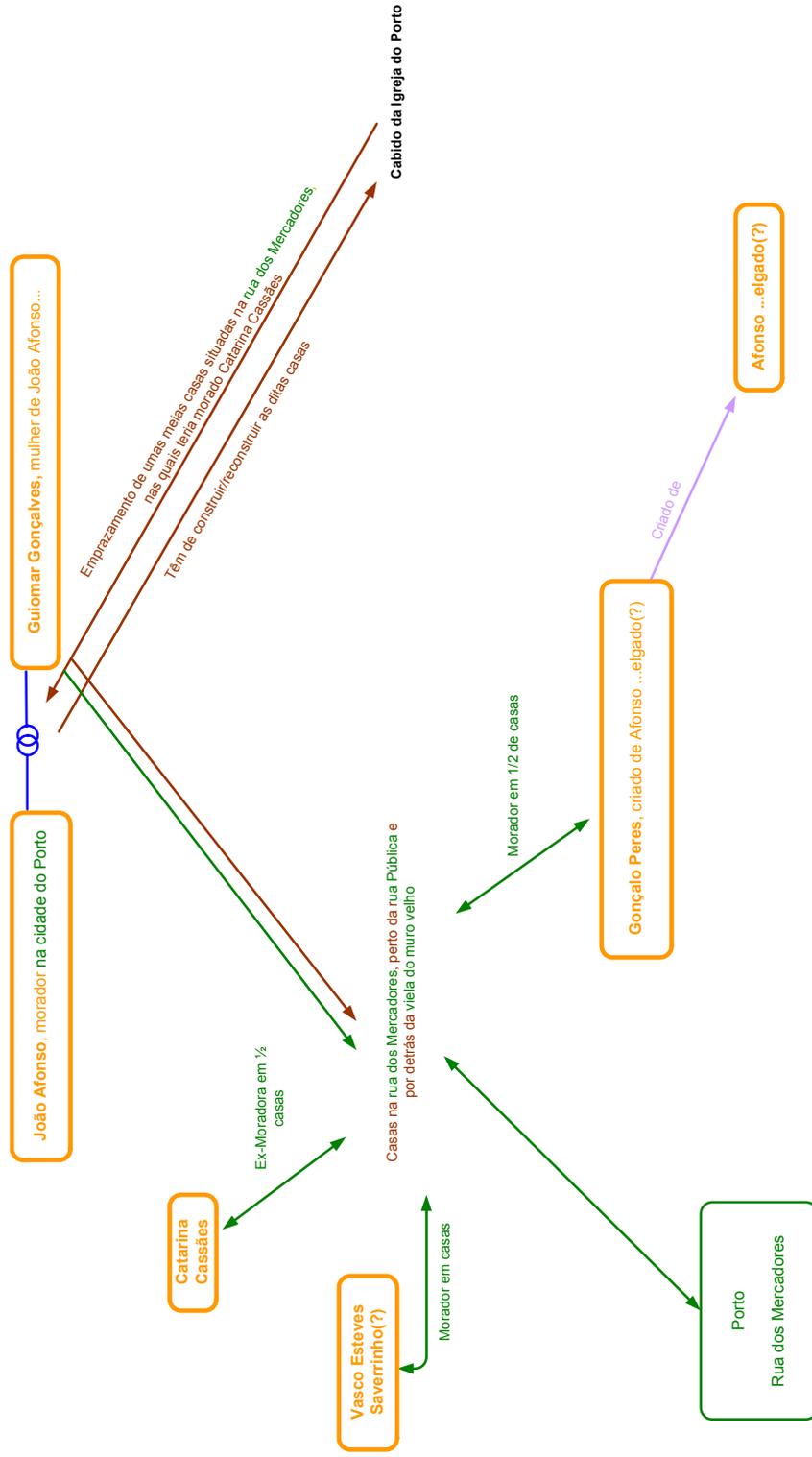
CRI LII

Fonte(s): ADF, Livro das Sentenças, LXXXI, fls. 238-244; XCVI, fls. 204- 224.
Ano(s): 1320



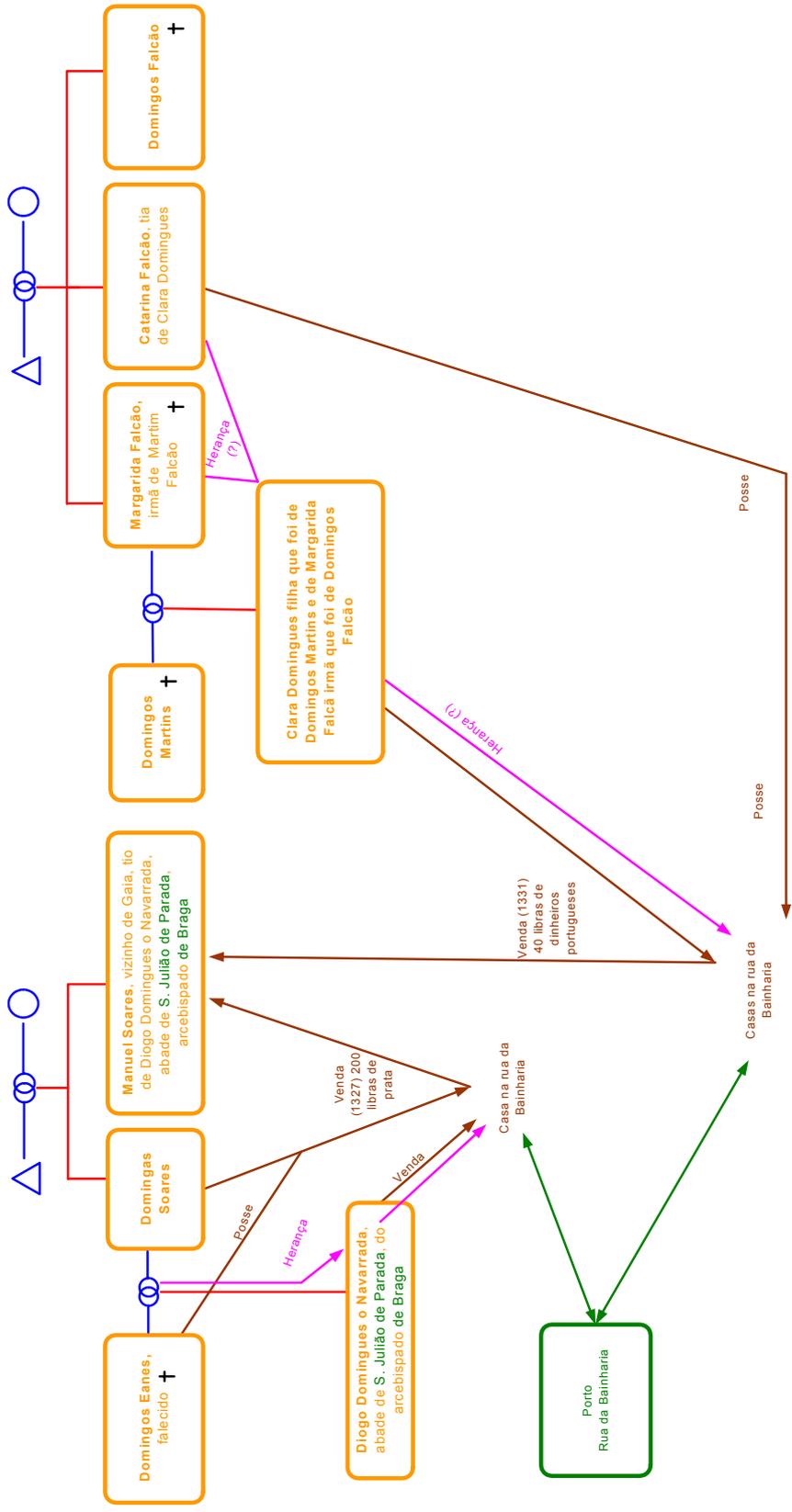
CRI LIII

Fonte(s): ADP, Livro dos Originais, XXII, fl. 4.
Ano(s): 1387



CRI LIV

Fonte(s): ADP, Livro das Sentenças, LXIII, fls. 243-245
 Ano(s): 1300



Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------|---|---------|---|
| (...) do Fernão Peres | Porto (?) | ? | | | L. O., XXIV, 1 |
| [...] clérigo, raçoeiro de Sta. Marinha | Fora do Porto | 1379 | Clérigo raçoeiro de Santa Marinha | | L. O., XX, 23 |
| [...] de Sousa, morador na cidade do Porto | Porto | 1409 | | | L. O., XXIX, 6 |
| [...] homem de Rui Vasques (cónego da Sé da cidade do Porto) | Porto (?) | 1376 | Homem de Rui Vasques, cónego da Sé da cidade do Porto | XXXII | L. O., XXIII, 27 |
| [...] Martins ...Pateiro | Porto (?) | 1393 | Pateiro (?) ou Sapateiro (?) | | L. O., XXIV, 5 |
| Abade de Esmoriz | Porto | 1405 | Abade de Esmoriz | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Abade de Nogueira | Fora do Porto | 1400 | Abade de Nogueira | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Abade de Parceiro | Porto | 1394 | Abade de Parceiro(?) | | L. S., XCVI, 152-157 |
| Abade de Silhães | Fora do Porto | 13?? | Abade [de] Silhães? | LXIV | L. O., VIII, 32 |
| Abrão Viru Judeu (mestre) | Fora do Porto | 1379 | Judeu | | L. O., XX, 23 |
| Abril Martins Permetos, mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1320 | Mercador | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Afonso | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso ...elgado? | Porto (?) | 1387 | Senhor de Gonçalo Peres | LIII | L. O., XXII, 4 |
| Afonso Alfoses | Porto | 1392 | | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Afonso Alho, irmão de Joana Martins | Porto (?) | 1392 | | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Afonso Aparício | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Afonso Bartolomeu, ourives | Porto (?) | 1339 | Ourives | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| Afonso da Mota, morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Afonso da Pipa | Fora do Porto | 1379 | | | L. O., XX, 23 |
| Afonso de Aveiro | Fora do Porto | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Afonso de Melres | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Afonso de Romães, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1316, 1319, 1320 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., XC, 100-111v, 148-154 |
| Afonso de Sousa, morador na cidade [do Porto] | Porto (?) | 1373 | | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Afonso do Porto (frei) | Porto | 1366 | Frei, procurador do M ^o de S. Francisco | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Afonso Domingues | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Afonso Domingues da Hirnha (sic) | Porto (?) | 1392 | | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Afonso Domingues de Avoim (sic), tabelião de Santarém(?) | Fora do Porto | 1339 | Tabelião de Santarém | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Afonso Domingues de Freitas, juiz da cidade do Porto | Porto | 1394 | Juiz do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Afonso Domingues de Vila Verde, juiz álviro | Fora do Porto | 1307, 1324 | Juiz álviro | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXI, 60-67; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Afonso Domingues, clérigo | Porto | 1332 | Clérigo | | L. O., IX, 29; L. S., LXXIII, 14-18 |
| Afonso Domingues, clérigo da Madalena | Fora do Porto | 1320 | Clérigo da Madalena | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Afonso Domingues, cónego | Porto | 1364 | Cónego | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Afonso Domingues, criado de Lamor (sic) Meiredo | Porto (?) | 1364 | Criado de Lamor (?) Meiredo | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Afonso Domingues, escrivão de Domingos Domingues na audiência do bispo do Porto | Porto | 1364 | Escrivão de Afonso Domingues Porteiro do bispo | LI | L. S., XCVIII, 72-80v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|--|--|-----|--|
| Afonso Domingues, escrivão jurado dado pelo rei | Porto (?) | 1321 | Escrivão jurado dado pelo rei | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Afonso Domingues, leigo | Porto (?) | 1332 | Leigo | | L. O., IX, 29 |
| Afonso Domingues, mercador morador na cidade do Porto | Porto | 1364, 1365 | Mercador | III | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v |
| Afonso Domingues, sobrinho de Martim abade (morador que foi na cidade do Porto, já finado) | Porto (?) | 1402, 1410 | | IX | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Afonso Domingues, sochantre, clérigo do coro | Porto | 1397, 1398 | Clérigo do coro – Sochantre | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 132-138 |
| Afonso Domingues, tabelião ? | Fora do Porto | 1319 | Tabelião | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Afonso Domingues, tabelião ? | Fora do Porto | 1329 | Tabelião | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Afonso Domingues, tabelião que foi da cidade do Porto já passado | Porto | 1373 | Tabelião da cidade do Porto | VI | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Afonso Domingues, vassalo do rei D. Fernando | Fora do Porto | 1368 | "Magister et Doctoris" | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Afonso Durange (sic) | Porto (?) | 1394 | | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Afonso Eanes | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Afonso Eanes | Porto (?) | 1324 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Afonso Eanes | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Afonso Eanes | Fora do Porto | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Afonso Eanes de Alenquer | Fora do Porto | 1351 | | | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Afonso Eanes dito Rol | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Afonso Eanes, almocreve, morador em Amarante | Fora do Porto | 1396 | Almocreve | | L. S., XCVII, 8-19 |
| Afonso Eanes, almuinheiro | Porto (?) | 1389 | Almuinheiro | | L. S., XCI, 55-61v |
| Afonso Eanes, capelão, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | Capelão | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v |
| Afonso Eanes, carpinteiro | Porto | 1405 | Carpinteiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Afonso Eanes, cidadão do Porto | Porto | 1300 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| Afonso Eanes, corregedor do rei no meirinhado da Beira | Fora do Porto | 1344 | Corregedor do rei no meirinhado da Beira | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Afonso Eanes, escrivão dos... ? | Porto (?) | 1393 | Escrivão dos | | L. O., XXIV, 5 |
| Afonso Eanes, filho de João Gomes de Freitas | Porto (?) | 1366 | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Afonso Eanes, frade | Porto (?) | 1387 | | | L. O., XII, 51 |
| Afonso Eanes, morador em Moldos, freguesia de Pinho, do Bispado de Viseu | Fora do Porto | 1306 | | | L. S., LXXXI, 95-100 |
| Afonso Eanes, notário ? | Porto (?) | 1394 | Notário | | L. S., LXXXI, 11-16v |
| Afonso Eanes, ouvidor | Porto (?) | 1304 | Ouvidor | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Afonso Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1368, 1369, 1387 | Sapateiro | | L. O., XII, 51, L. S., LXXVI, 156-162; L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Afonso Eanes, tabelião do rei em Gaia e Vila Nova | Fora do Porto | 1338, 1341 | Tabelião do rei em Gaia e Vila Nova | | L. S., LXXXVII, 119-126; L. S., XCVII, 183-188 |
| Afonso Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1329, 1332, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1350 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., IX, 29; L. O., XIV; L. O., XX, 28, 3; L. O., XXXVI, 7; L. S., LXXIII, 14-18; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXIV, 94-97; L. S., CI, 346-353 |
| Afonso Eanes, tabelião público do rei na Maia de Bouças | Fora do Porto | ?, 1324, 1326, 1329, 1330 | Tabelião público do rei na terra da Maia de Bouças | | L. O., XVII, 11-12; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXV, 8-12; L. S., LXXXVIII, 226-230v; L. S., XCVIII, 9- |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|--|--------|--|
| | | | | | 12v; |
| Afonso Eanes, tesoureiro da Sé, morador na cidade do Porto | Porto | 1386, 1392, 1398 | Cónego, tesoureiro da Sé do Porto | X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVII, 25-33; L. S., XCVI, 7-17v |
| Afonso Esteves d'Arcos | Fora do Porto | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso Esteves, chantre (D.) | Porto | 1379, 1380, 1382 | Chantre | | L. O., XX, 23; L. S., LXXVI, 125-128v; L. S., LXXIX, 166-174 |
| Afonso Esteves, clérigo | Porto (?) | 1339 | Clérigo | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Afonso Esteves, clérigo coreiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1379 | Clérigo coreiro da Sé da cidade do Porto | | L. O., XX, 23 |
| Afonso Esteves, companheiro de Estêvão Gomes Rodrigues | Porto (?) | 1332 | | | L. S., LXXXIV, 178-180v |
| Afonso Esteves, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1410 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Afonso Esteves, criado do bispo de Lamego, morador em Barrio | Fora do Porto | 1390 | Criado do bispo de Lamego | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso Esteves, morador em Lisboa | Fora do Porto | 1369 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Afonso Esteves, porteiro do Cabido | Porto | 1389 | Porteiro que foi do Cabido | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Afonso Esteves, reitor da Igreja de Canidelo | Fora do Porto | 1305 | Reitor da Ig ^a de Canidelo | | L. S., XCV, 120-124 |
| Afonso Esteves, sobrejuiz | Fora do Porto | 1331 | Juiz | | L. S., CI, 346-353 |
| Afonso Fernandes | Fora do Porto | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso Francisco, cuteleiro | Porto (?) | 1425 | Cuteleiro | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Afonso Gonçalves | Fora do Porto | 1431 | | | L. S., XCVII, 118-128 |
| Afonso Gonçalves de Valongo | Fora do Porto | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso Gonçalves, escudeiro, morador em Valadares | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCVII, 111-116v |
| Afonso Gonçalves, morador na freguesia de Sto. André de Canidelo | Porto | 1400 | | | L. S., XCVI, 183-188 |
| Afonso Gonçalves, tabelião de Gaia e de Vila Nova | Fora do Porto | 1318, 1320 | Tabelião do rei em Gaia e em Vila Nova | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., XCVIII, 172-177 |
| Afonso Lourenço, cidadão e morador na cidade do Porto | Porto | 1362, 1369, 1370, 1428 | Cidadão e morador na cidade do Porto | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVII, 141-154 |
| Afonso Lourenço, juiz | Porto (?) | 1329 | Juiz | | L. S., LXXX, 279-282v |
| Afonso Martinho | Fora do Porto | 1304 | Escrivão | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Afonso Martins | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Afonso Martins da Agrela | Porto | 1357, 1364 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Afonso Martins de Bicas, marido de Aldonça Eanes | Porto | 1393 | | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| Afonso Martins Monteiro | Porto (?) | 1400 | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Afonso Martins, abade de Ferreira, cónego, procurador do bispo | Porto | 1366 | Cónego, abade de Ferreira | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Afonso Martins, abade de Silva Escura | Porto | 1324, 1329 | Abade de Silva Escura, juiz | | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Afonso Martins, abade de Souto | Porto(?) | 1333 | Abade de Souto | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Afonso Martins, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1307 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 |
| Afonso Martins, cónego da Sé do Porto | Porto | 1364, 1397 | Cónego do Cabido do Porto | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., XCVIII, 72-80v |
| Afonso Martins, cónego do Porto | Porto | 1296 | Cónego da Sé do Porto | | L. S., LXXV, 20v-22v |
| Afonso Martins, criado do dito abade de Ferreira | Porto (?) | 1337 | Criado de Pedro Eanes, Abade de S. Pedro de Ferreira | XXVI | L. O., XX, 28 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|--|--|-------|---|
| Afonso Martins das Tendras | Porto | 1390 | [das Tendras] | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Afonso Martins, deão | Porto | 1306 | Deão da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v |
| Afonso Martins, deão | Porto | 1344 | Deão da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Afonso Martins, deão – honrados varões (D.) ? | Porto | 1379, 1380, 1387, 1389, 1390, 1392, 1393, 1394, 1395, 1397, 1398, 1409 | Deão da Ig ^a do Porto | XLIV | 14. L. O., XIX, 24; L. O., XX, 23; L. O., XXIX, 12; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVI, 54-59; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 70-77; L. S., XCVI, 7-17v, 49-54; L. S., XCVIII, 48-54 |
| Afonso Martins, homem de Rui Vasques | Porto (?) | 1365 | Homem de Rui Vasques, cônego (?) | XXXII | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Afonso Martins, mercador | Porto (?) | 1370 | Mercador | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Afonso Martins, merceiro, mercador e morador na cidade do Porto | Porto | 1391 | Mercador | XXXII | L. S., XCI, 37-41 |
| Afonso Martins, tabelião ? | Porto | 1326 | Tabelião | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Afonso Martins, tabelião da cidade do Porto ? | Porto | ? | Tabelião da cidade do Porto | | L. O., XXIV, 1 |
| Afonso Martins, tabelião da cidade do Porto ? | Porto | 1366 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Afonso Martins, tesoureiro da Sé | Porto | 1386 | Tesoureiro da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Afonso Mateus | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Afonso Miguéis, cunhado de D. Pedro Peres | Porto | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1390, 1410 | Vinhateiro | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Afonso Nourães | Fora do Porto | 1327 | | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Afonso Peres | Porto (?) | 1420 | | | L. S., LXXX, 144-146v |
| Afonso Peres de Ferreirós | Fora do Porto | 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 12 |
| Afonso Peres de Sousela, criado de Domingos Geraldês | Porto (?) | 1335 | Criado de Domingos Geraldês, cônego e procurador do Cabido | XXV | L. S., XCIX, 15-20v |
| Afonso Peres, bacharel em leis e em degredos, vassalo e sobrejuiz do rei | Porto (?) | 1394 | Bacharel em leis e em degredos e Vassalo e sobrejuiz do rei | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Afonso Peres, cidadão do Porto | Porto | 1329 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Afonso Peres, cônego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1329, 1332 | Cônego da Sé da cidade do Porto, procurador do Bispo D. Vasco | | L. O., IX, 29; L. S., LXXX, 279-282v |
| Afonso Peres, homem de frei João (prior de Vendoma) | Porto (?) | 1358 | Homem de Frei João, prior de Vendoma | | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Afonso Peres, juiz | Fora do Porto | 1324, 1334 | Juiz da Feira (terra de Sta. Maria) | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Afonso Peres, tabelião de Braga | Fora do Porto | 1324, 1346 | Tabelião de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Afonso Peres, testamenteiro de Lourenço Eanes que foi raçoeiro de S. João Durates(?) | Porto (?) | 1347 | Testamenteiro de Afonso Lourenço, raçoeiro da igreja de S. João Durates(?) | XXXV | L. O., XII, 33 |
| Afonso Reinho | Fora do Porto | 1300 | | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| Afonso Rodrigues Ribeiro | Fora do Porto | 1331, 1334 | Cavaleiro (fidalgo) | | L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; L. S., CI, 346-353 |
| Afonso Rodrigues, corregedor de novo do rei | Porto (?) | 1335 | Corregedor do rei Entre Douro e Minho | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Afonso Rodrigues, escudeiro, filho de Aldonça Esteves e de Afonso Rodrigues Ribeiro | Fora do Porto | 1324, 1331, 1334 | Escudeiro | | L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; L. S., CI, 346-353 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|---|---------|---|
| Afonso Rodrigues, juiz | Fora do Porto | 1334 | Juiz | | L. S., CI, 346-353 |
| Afonso Rodrigues, juiz | Fora do Porto | 1367 | Juiz | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Afonso Rodrigues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1398, 1400 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Afonso Sanches, tabelião | Fora do Porto | 1334 | Tabelião | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Afonso Soares, chantre | Porto | 1387 | Chantre | | L. O., XXII, 4 |
| Afonso Vasques | Porto | 1370 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Afonso Vasques da Cruz, couceiro | Fora do Porto | 1339 | Couceiro | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Afonso Vasques, porteiro | Porto | 1394 | Porteiro | | L. S., XCVI, 152-157 |
| Afonso Vasques, vizinho da Vila Nova | Fora do Porto | 1342 | Vizinho de Vila Nova | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Afonso Vicente, filho de Vicente Martins Barreiros | Porto | 1365 | | III | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Afonso, bispo de Lamego (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Lamego | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Afonso, bispo do Porto (D.) | Porto | 1364, 1366, 1367, 1370 | Bispo da cidade do Porto | LI | L. S., LXXXVIII, 88-103; L. S., XCVII, 189-196; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| Afonso, procurador de D. Álvaro Gonçalves (real do Hospital?) (frei) | Fora do Porto | 1333, 1350 | Freire na ordem do Hospital (?), procurador de D. Álvaro Gonçalves, real da ordem do Hospital em Leça do Bailio | | L. S., XC, 54-61; L. S., XCVI, 25-30 |
| Afonso... | Fora do Porto | 1347 | | | L. O., XXIII, 8 |
| Aires Eanes, contador na corte do rei | Porto (?) | 1394 | Contador da Corte do rei | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| Aires Eanes, ouvidor dos feitos de D. Afonso | Fora do Porto | 1331 | Ouvidor dos feitos do rei D. Afonso | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Aires Fernandes | Fora do Porto | 1331 | Escrivão | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Aires Lourenço, escolar | Porto (?) | 1329, 1362 | Escolar | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Aires Martins, abade de Canelas | Fora do Porto | 1326 | Abade de Canelas | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Aldonça Domingues | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Aldonça Eanes | Porto | 1393 | | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| Aldonça Eanes, filha de João Botelho e de D. Maria | Porto (?) | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Aldonça Eanes, filha que foi de João Cabraes e de Aldonça Mateus (cidadãos que foram da cidade do Porto) | Porto (?) | 1339, 1358 | Filha de cidadãos do Porto | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 |
| Aldonça Esteves, filha que foi de Estêvão Pais que foi de Estêvão de Trotem (D.) | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Aldonça Mateus, cidadã que foi da cidade do Porto | Porto | 1339, 1358 | Cidadã do Porto | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 |
| Aldonça Simão, mulher de Francisco Eanes | Fora do Porto | 1365 | | V | L. S., XCVIII, 195-201 |
| Almoxarife (do) | Porto | 1329 | | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Alvarinho de Golpilharinhos | Fora do Porto | 1344, 1376 | | | L. O., XXIII, 27; L. S., LXXV, 32-38v |
| Álvaro Afonso, esteireiro | Porto (?) | 1392 | Esteireiro | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Álvaro Afonso, tabelião do rei em terra de Mesão Frio e de Baião | Fora do Porto | 1320 | Tabelião do rei em terra de Mesão Frio e de Baião | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Álvaro de Oliveira, criado de Diogo Henriques | Fora do Porto | 1400 | Criado de Diogo Henriques, cónego da Abade de | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Álvaro Dias, criado de Diogo Henriques (cónego da Igreja do Porto) | Porto (?) | 1404 | Criado de Diogo Henriques, cónego da Ig ^a do Porto | X | L. S., LXXXVIII, 27-32 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|---|--------|---|
| Álvaro Dias, juiz ordinário | Porto | 1425 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Álvaro Domingues | Fora do Porto | 1431 | | | L. S., XCVII, 118-128 |
| Álvaro Eanes de Sernache, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Álvaro Esteves, ourives | Porto | 1390, 1410 | Ourives | | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Álvaro Fernandes | Porto (?) | 1420 | Escrivão | | L. S., LXXX, 144-146v |
| Álvaro Gil, homem de João Garcia (tabelião do rei) | Porto (?) | 1396 | Homem de João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto | XXXVI | L. S., XCVII, 8-19 |
| Álvaro Gonçalves ? | Porto (?) | 1388 | Escrivão do rei D. João I | | L. S., XXX, 284-286v |
| Álvaro Gonçalves Amuldosa (frei) | Fora do Porto | 1333 | Freire, real da Ordem do Hospital de Leça do Bailio | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Álvaro Gonçalves de Freitas, vedor da fazenda do rei D. João I | Fora do Porto | 1405 | Vedor da fazenda do rei | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v |
| Álvaro Gonçalves, cônego Sé do Porto | Porto | 1389 | Cónego da Sé do Porto | | L. S., XCI, 55-61v |
| Álvaro Gonçalves, escrivão ? | Porto (?) | 1405 | Escrivão | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Álvaro Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto e em seus termos | Porto | ?, 1393, 1425 | Tabelião do rei na cidade do Porto e termos | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Álvaro Gonçalves, vassalo e vedor da fazenda do rei D. Fernando ? | Porto (?) | 1380 | Vassalo do rei D. Fernando, vedor da fazenda [do rei D. Fernando] | | L. S., XXXI, 418-420 |
| Álvaro Martins, tenreiro | Porto (?) | 1357 | Tenreiro | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Álvaro Pais do Porto, criado de João Afonso Aranha | Porto | 1389 | Criado de João Afonso Aranha, cônego da Ig ^a do Porto | XXXVII | L. S., XCI, 55-61v |
| Álvaro Pais, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Álvaro Peres, cônego de Lisboa do desembargo do rei e juiz de seus feitos ? | Fora do Porto | 1396 | Cónego de Lisboa do desembargo de D. João I, juiz dos feitos do Rei | | L. S., XCIV, 98-104v |
| Álvaro Peres, cônego, vigário da Igreja do Porto | Porto | 1305, 1344, 1346 | Cónego do Cabido do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXV, 32-38v; L. S., XCI, 1-16; L. S., XCVII, 111-116v |
| Álvaro Rodrigues de Azeredo, escudeiro ... (?) do senhor duque de Bragança ... | Fora do Porto | 1409 | Escudeiro (?) do senhor duque de Bragança | | L. O., XXIX, 6 |
| Álvaro Sanches, tabelião geral do rei nos reinos de Portugal e do Algarve | Porto (?) | 1387, 1390, 1397 | Tabelião geral do rei nos reinos de Portugal e do Algarve | | L. S., LXXXII, 30-35; L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| Álvaro Vasques | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Álvaro Vicente, tendeiro do Porto | Porto | 1364 | Tendeiro do Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Amaro Soares | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Ana Lourenço, freira de Sta. Clara de Coimbra | Porto | 1397 | Freira de Santa Clara de Coimbra | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| Ana Miguéis, mulher de Pedro Afonso (laixeiro (sic) da freguesia de S. Bartolomeu) | Fora do Porto | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| André da Maia | Porto | 1328 | | | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| André Domingues de Figueira | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| André Domingues, tabelião do Porto e curador de Margarida (filha de Domingos da Porta (que já é falecido)) | Porto | 1317, 1329, 1332, 1341 | Tabelião da cidade do Porto | XLIX | L. O., XVIII, 11; L. O., XXX, 32; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXVII, 119-126 |
| André Eanes | Porto | 1315 | | | L. O., XXIX, 53 |
| André Eanes, ouvidor da Infante D. Branca | Fora do Porto | 1324 | Ouvidor da Infante D. Branca | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| André Geraldes, cônego na Igreja do Porto e ouvidor geral e vigário geral da Sé | Porto | 1389, 1390, 1394. | Cónego da Ig ^a do Porto e vigário geral da Sé, ouvidor geral no lugar de | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., XC. |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------|--|-----|--|
| | | 1398, 1403, 1406 | D. Afonso Martins deão; ouvidor de D. João, bispo do Porto | | L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v |
| André Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1409 | Tabelião da cidade do Porto | | L. O., XXIX, 6 |
| André Lourenço d'Anaes (sic) | Fora do Porto | 1375 | | | L. S., LXXV, 164-168v |
| André Pequeno | Porto | 1394 | Caseiro do Cabido, lavrador | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| André Peres | Porto (?) | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| André Peres, abade de Silvadi | Porto (?) | 1321 | Abade de Silvadi | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| André Peres, estudante, clérigo do Porto | Porto | 1326 | Estudante e clérigo do Porto | | L. S., LXXV, 8-12v |
| André Peres, tabelião | Porto (?) | 1296, 1305, 1321 | Tabelião | | L. S., LXXV, 20v-22v; L. S., LXXXIV, 222-226; L. S., XCV, 120-124 |
| Ângelo (D.) | Porto (?) | 1328 | | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Antão Domingues, sobrinho de Vicente Domingues | Fora do Porto | 1367 | Sobrinho de Vicente Domingues [comprador] | VII | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Antão Gonçalves (D.) | Porto | 1431 | Deão da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVII, 118-128 |
| Antão Rodrigues, morador na cidade do Porto, procurador de D. Fernando (bispo da Igreja do Porto e regedor do Mosteiro) | Porto | 1398 | Procurador do Cabido e do bispo e do prior do M ^o de Paços de Sousa | XLI | L. S., XCVI, 7-17v |
| Antão, bispo do Porto (D.) | Porto | 1428 | Bispo do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Antónia Peres, mulher de Vasco Martins | Fora do Porto | 1379 | | | L. O., XX, 23 |
| Antoninho | Fora do Porto | 1402 | | | L. S., XCVI, 37-42 |
| Antoninho Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1390, 1396, 1398 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 126-130v; L. S., XCVIII, 54-57v; L. S., XCVI, 7-17v |
| Antoninho Eanes de Gaia | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Antoninho Esteves, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1366 | Mercador | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Antoninho Fernandes, escrivão do rei no Porto | Porto (?) | 1316, 1319 | Escrivão do rei D. Dinis no Porto | | L. S., LXXX, 133-140, 269-278 |
| Antoninho Lourenço | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Antoninho Martins, sapateiro, morador na cidade do Porto, na rua da Sapataria | Porto | 1368 | Sapateiro | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Antoninho Peres | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| António da Ribeira, prior (frei) | Porto | 1366 | Frei e prior do M ^o de S. Domingos da ordem dos pregadores | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| António Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1370, 1398 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| António Domingues, tabelião do rei na terra da Maia | Fora do Porto | 1364, 1365 | Tabelião do rei na terra da Maia | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| António Eanes | Porto (?) | 1389 | Escrivão(?) | | L. S., LXXXII, 1-5 |
| António Eanes, procurador | Porto | 1339 | Procurador | | L. O., XIV, 3 |
| António Esteves, tabelião do bispo D. Geraldo | Porto (?) | 1302 | Tabelião do bispo D. Geraldo | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| António Geraldês | Porto (?) | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| António Gonçalves, escrivão jurado | Fora do Porto | 1347 | Escrivão jurado | | L. O., XII, 33 |
| António Lourenço, sapateiro, morador que foi na vila de Gaia, já falecido | Fora do Porto | 1379 | Sapateiro | | L. O., XX, 23 |
| António Martins, tabelião | Fora do Porto | 1334 | Tabelião | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| António Miguéis, clérigo do coro | Porto | 1344 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 32-38v |
| António Peres | Porto | 1389 | | | L. O., XXIV, 4 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|--|---------|---|
| Aparício Domingues Borrhalho, falecido | Porto | 1389 | | XII | L. S., XCI, 55-61v |
| Aparício Domingues, ouvidor | Fora do Porto | 1304 | Ouvidor | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Aparício Domingues, procurador do concelho do Porto | Porto | 1368 | Procurador do concelho do Porto | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Arão Gonçalves, homem de Diogo Henriques (abade do Mosteiro de Cedofeita) | Porto | 1389 | Homem de Diogo Henriques, abade do M ^o de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Bartolomeu Cadis, abade da Agrela clérigo | Fora do Porto | 1332 | Abade da Agrela | | L. S., LXXXIII, 14-18 |
| Bartolomeu da Costa | Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Bartolomeu de Canelas | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Bartolomeu Domingues, carniceiro | Porto | 1357 | | XXVIII | L. S., LXXXVI, 39-51v |
| Bartolomeu dos Menores (frei) | Porto (?) | 1312 | Frei da ordem dos menores | XVII | L. S., LXXXIV, 144-153v |
| Bartolomeu Eanes, abade da Agrela de S. Geraldês, porteiro do Cabido | Porto | 1329, 1336 | Abade da Agrela de S. Geraldês e porteiro do Cabido | | L. O., XVII, 11; L. S., LXXXIV, 94-97 |
| Bartolomeu Gomes | Fora do Porto | 1405, 1406 | Escrivão do rei D. João I | | L. S., XXX, 317-320; L. S., LXXIX, 7-12 |
| Bartolomeu Martins, bacharel em degredos vassalo e sobrejuiz do rei D. João I | Porto (?) | 1394 | Bacharel em degredos, vassalo e sobrejuiz do rei | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Bartolomeu Martins, pai de Gil Martins das Tendãs | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Bartolomeu Peres, juiz do rei | Fora do Porto | 1350 | Juiz do rei | | L. S., XC, 54-61 |
| Beatriz Lourenço, tia de Gil Martins das Tendãs, moradora em Guimarães | Fora do Porto | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Beatriz, filha do rei D. Sancho (Infante D.) | Fora do Porto | 1318 | | XIV | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Bento Peres, estalajadeiro | Porto (?) | 1425 | Estalajadeiro | XL | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Bernal Dias, mercador do Porto | Porto | 1360 | Mercador do Porto | | L. S., LXXXVI, 161-168 |
| Bispo de Lamego | Fora do Porto | 1390 | Bispo de Lamego | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Bispo João que foi da cidade do Porto e arcebispo da cidade de Lisboa (D.) | Porto | 1364, 1380, 1392, 1394, 1397, 1398, 1405, 1406 | Bispo do Porto, arcebispo de Lisboa | | L. S., LXXVI, 21-24; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 70-77; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v |
| Branca Domingues, almuinheira da dita almuinha | Porto | 1373 | Almuinheira | VI | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Branca Domingues, mulher de João Martins d'Elvas | Fora do Porto | 1409 | | | L. S., LXXXVI, 54-59 |
| Branca Lourenço, mãe de Gil Martins das Tendãs | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Branca Pais, mulher que foi de D. Ângelo | Porto | 1328 | | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Branca Peres | Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Branca, filha do Infante D. Pedro, filho do rei D. Sancho de Castela (Infante D.) | Fora do Porto | 1334 | Infante | | L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., CI, 346-353 |
| Brás Martins | Porto (?) | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Cabeceiras, alfaiate | Porto | 1369, 1370 | Alfaiate | V | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Caseiro que morava em a dita casa (o) | Porto | 1328 | Pescador | | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Catarina ... | Porto | ? | | XVI | L. O., XXIV, 1 |
| Catarina Cassães | Porto | 1387 | | LIII | L. O., XXII, 4 |
| Catarina Domingues, mulher de Manuel Mateus | Porto | 1359 | | | L. S., LXXXIII, 75-79v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------|---|-------------|---------------------------------------|
| Catarina Falcão, tia de [Clara Domingues, irmã que foi da mãe de Clara Domingues] | Porto | 1331 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Catarina Fernandes, mulher de Vicente Domingues do Souto (mercador, morador na cidade do Porto) | Porto | 1367 | Mulher de Vicente Domingues do Souto mercador | VII | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Catarina Lourenço, comadre de Maria Afonso | Porto (?) | 1387 | | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Catarina Mateus, mulher de Rodrigo Eanes (filho que foi do abade de Nogueira) | Porto | 1400 | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Catarina Nicolai | Porto | 1364 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Catarina Nunes(?), avó de Afonso Lourenço | Porto | 1369 | | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Catarina Peres, mulher de Pedro Domingues, vizinhos de Gaia | Fora do Porto | 1338 | Vizinha de Gaia | | L. S., XCVII, 183-188 |
| chante d'Évora, clérigo do rei D. Dinis | Fora do Porto | 1316 | Chante, clérigo do rei D. Dinis | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Clara do Sal, mulher que foi de Martim Barbo | Porto | 1397 | Sal (do) | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| Clara Domingues, filha que foi de Domingos Martins e de Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1331 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Clara Eanes, mulher de João Lourenço de Guimarães | Porto | 1404 | | X | L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Clara Eanes, mulher de Reimão Fernandes (morador na terra da Maia) | Fora do Porto | 1367 | | VII, V | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Clara Esteves, mulher de Domingos Jordão | Fora do Porto | 1351 | | | L. S., LXXXI, 109-113 |
| Clara Esteves, mulher de João Eanes (morador na freguesia do Paraíso) | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 189-197 |
| Clara Esteves, mulher que foi de Martim Martins (mercador) | Porto | 1393 | Viúva de Martim Martins, mercador | | L. O., XXIV, 5 |
| Clara Martins, mulher de João Esteves (morador na Bainharia) | Porto | 1389 | | | L. O., XXIV, 4 |
| Clara Pais, mulher que foi de Aparício Domingues Borralho (Falecido) | Porto | 1389 | | XII, XXXVII | L. S., XCI, 55-61v |
| Co... (D.) | Porto | 1392 | | | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Conde D. Gonçalo | Porto (?) | 1392 | Conde, D. | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Constança Eanes, filha de João Botelho (eu) | Fora do Porto | 1319, 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Constança Fernandes, mulher de Gonçalo Eanes Botelho (eu) | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Constança Martins, mulher que foi de Pedro do Sem e [mãe de] Gil do Sem (doutor, seu filho) | Porto | 1364, 1379 | | XXVIII | L. O., XX, 23; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Criada de Gonçalo Martins (abade de Pedorido) | Fora do Porto | 1403 | | | L. S., XC, 18-27v |
| Cristovão Esteves, clérigo de missa abade de Cabanões | Fora do Porto | 1334, 1340 | Clérigo de missa, abade de Cabanões | XXVII | L. O., XXVI, 7; L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Cunhado de Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Dias Henriques, cónego da Sé | Porto | 1379 | Cónego da Sé do Porto | | L. O., XX, 23 |
| Diogo Afonso, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1362 | Clérigo do coro da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Diogo Afonso, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1362 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Diogo da Braçada, deotaria (sic) | Porto (?) | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Diogo de Paranhos | Porto | 1312 | | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| Diogo Dias, mestre-escola na Sé do Porto | Porto | 1409 | Mestre-escola na Sé do Porto | | L. O., XXIX, 6 |
| Diogo Domingues dito Navarrada, abade de S. Julião de Parada do arcebispado de Braga | Fora do Porto | 1327 | Abade de S. Julião de Parada – Arcebispado de Braga | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|---------------------------------|---|---------|---|
| Diogo Domingues, tabelião público da cidade do Porto ? | Porto | 1377?, 1318, 1375 | Tabelião | | L. O., VIII, 32; L. S., LXXV, 164-168v |
| Diogo Eanes | Porto (?) | 1350 | | | L. S., LXXV, 178-183 |
| Diogo Eanes, escolar em direito canónico e vigário geral de D. Antão (bispo do Porto) | Porto | 1428 | Escolar em direito canónico, vigário geral de D Antão, bispo do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Diogo Esteves, sapateiro | Porto (?) | 1331 | Sapateiro | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Diogo Garcia, porteiro do Cabido | Porto | 1318 | Porteiro do Cabido | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Diogo Giães, morador na freguesia da Igreja de Golpelhares | Fora do Porto | 1394 | | | L. S., XCVI, 152-157 |
| Diogo Henriques, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1366, 1397, 1398, 1404 | Cónego da Igª do Porto | X | L. S., LXXXIV, 132-138; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XCVI, 7-17v; L. S., XCVIII, 132-146v |
| Diogo Henriques, cónego na Igreja da cidade do Porto, abade do Mosteiro de Cedofeita | Porto | 1389, 1400 | Cónego da Igª do Porto, abade do Mº de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Diogo Martins, criado de Domingues Eanes da Maia | Fora do Porto | 1392 | Criado de Domingues Eanes da Maia | | L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| Diogo Martins, juiz da dita terra de Vouga | Fora do Porto | 1335 | Juiz da terra de Vouga | | L. O., XXI, 3 |
| Diogo Martins, morador no Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Diogo Peres, alfaiate | Porto (?) | 1312 | Alfaiate | XVII | L. S., LXXXIV, 144-153v |
| Diogo Peres, filho de Francisco Peres da rua Chã, morador na cidade do Porto | Porto | 1396 | | | L. S., XCVII, 8-19 |
| Diogo Rodrigues, escudeiro de D. Martinho | Porto (?) | 1392 | Escudeiro de D. Martinho | II | L. S., LXXXIV, 219-224 |
| Diogo Sequeiros, clérigo do coro | Porto | 1318 | Clérigo do coro da Sé do Porto | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Diogo Soares de Degarei | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Diogo Soares, cónego do Cabido do Porto | Porto | 1300 | Cónego do Cabido do Porto | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| Diogo, criado de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido) | Porto (?) | 1389 | Criado de Afonso Esteves Porteiro que fo do Cabido | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Diogo, escudeiro, vizinho da Vila Nova | Fora do Porto | 1342 | Vizinho da Vila Nova | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingas Canida, mulher que foi de Martim Peres | Porto (?) | 1366 | | XVI | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Domingas Domingues a Papoila, vizinha e moradora na cidade do Porto | Porto | 1328 | Testamenteira de Branca Pais | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Domingas Domingues, mulher de Domingos de Leça (ferrador) | Porto | 1332 | | XXIV | L. O., IX, 29 |
| Domingas Domingues, mulher de Domingos Martins da Lourosa (filho de Margarida Domingues, filha que foi de Grainho de Rio Meão) | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Domingas Domingues, mulher que foi de Domingos Peres Neto | Fora do Porto | 1364, 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingas Eanes, mulher de Martim Geraldes | Fora do Porto | 1350 | | | L. O., XXIII, 34 |
| Domingas Eanes, mulher que foi de Domingos Eanes Grainho de Rio Meão | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Domingas Martins Seapa(?) | Porto (?) | 1389 | | | L. S., XCI, 55-61v |
| Domingas Mendes, mãe de Antoninho Peres | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Domingas Peres, mulher de João Alvarinho (filho que foi de Alvarinho de Golpilhares [...]), moradora em Francelos | Fora do Porto | 1376 | | | L. O., XXIII, 27 |
| Domingas Peres, mulher de Paio Martins dito Carneiro (cidadão do Porto) | Porto | 1301 | Mulher de Paio Martins Carneiro, cidadão do Porto | | L. S., LXXXIV, 230-235 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------------|--|------|--|
| Domingas Soares, mãe de Diogo Domingues o Navarrada, abade de S. Julião de Parada (Arcebispado de Braga) | Porto | 1327 | | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos | Porto (?) | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Domingos Alves, abade de Silva Escura | Fora do Porto | 1364, 1365 | Abade de Silva Escura | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingos álvídeos | Fora do Porto | 1329 | | | L. O., XVII, 11 |
| Domingos Amado, cónego | Porto | 1387 | Cónego (ou meio-cónego (?)) | | L. O., XII, 51 |
| Domingos Amberques | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Calvo, filho que foi de Domingos Domingues, irmão de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto (?) | 1312, 1316 | | XVII | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos clérigo | Porto | 1320 | Clérigo | | L. S., XC, 100-111v |
| Domingos Coelho | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Colhar | Porto (?) | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Domingos Couçeiro | Fora do Porto | 1321 | Couçeiro(?) Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos da Cadeira | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos da Carreira, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1321 | Procurador do Cabido da Igreja do Porto | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos da Cerveira que é a par de Lanhoso | Fora do Porto | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Domingos da Guarda, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Domingos de Leça, ferrador | Porto | 1332 | Ferrador | XXIV | L. O., IX, 29 |
| Domingos de Paranhos, cidadão do Porto | Porto | 1316, 1319 | Cidadão do Porto | XIX | L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos de Rorem Lage | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Domingos de Sta. Marinha | Fora do Porto | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Domingos Diogo, sobrinho de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Domingos do Porto, advogado que foi na rua dos mercadores ? | Porto | 1321, 1329, 1332, 1335, 1338, 1341 | Advogado | XLIX | L. O., XVIII, 11; L. O., XXI, 3; L. O., XXX, 32; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXVII, 119-126; L. S., XCVI, 204-224; L. S., XCVII, 141-154 |
| Domingos Domingues | Fora do Porto | 1312, 1316 | | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos Domingues | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Domingos Domingues de Canelas | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Domingues de Cidadelha | Fora do Porto | 1324 | Lavrador | XLV | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Domingos Domingues de Nogueira, juiz álvídro | Fora do Porto | 1324 | Juiz álvídro | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Domingos Domingues Jestaró, freguês da Igreja de Campanhã | Fora do Porto | 1343 | Freguês da Ig ^a de Sta. M ^a de Sta. M ^a de Campanhã | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Domingos Domingues o Codero, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1307 | Clérigo do coro da Sé do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 |
| Domingos Domingues o Paoto que foi casado com Senhorinha Eanes, filha que foi do dito Domingos Eanes | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Domingos Domingues parqueiro | Fora do Porto | 1332 | Parqueiro (?) | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Domingos Domingues, caseiro do Cabido | Fora do Porto | 1329 | | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Domingos Domingues, clérigo | Porto | 13?? | | | L. O., VIII, 32 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|--|-------------|--|
| Domingos Domingues, frade do Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1302 | Frade do M ^o de S. Pedro de Canedo | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Domingos Domingues, irmão de Vicente Domingues chantre do Porto | Porto (?) | 1312, 1316 | | | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos Domingues, juiz de Gondomar | Fora do Porto | 1321 | Juiz de Gondomar | | L. S., LXXIII, 158-161 |
| Domingos Domingues, mancebo de Maria Fernandes de Rio Meão | Fora do Porto | 1345 | Mancebo de Maria Fernandes de Rio Meão | | L. O., XXIII, 3 |
| Domingos Domingues, morador no lugar de Gontomil | Fora do Porto | 1331 | | | L. S., LXXIII, 46-50 |
| Domingos Domingues, porteiro do [...] senhor bispo | Porto | 1364, 1365 | Porteiro do bispo da Ig ^a do Porto, cônego | LI | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v |
| Domingos dos Olhos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Domingos Durão de Canelas | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Eanes | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Domingos Eanes | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Eanes | Porto | 1394, 1398 | Lavrador, caseiro do Cabido | | L. S., XCVI, 189-197; L. S., XCVIII, 48-54 |
| Domingos Eanes Caldo Amarelo | Porto | 1327, 1329, 1331, 1341 | | | L. S., LXXIX, 49-53v, 203-216; L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos Eanes da Maia ? | Fora do Porto | 1390, 1410 | | | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Domingos Eanes da Maia ? | Fora do Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Domingos Eanes de Hermesedi (sic) | Porto | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Domingos Eanes de Taipão | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos Eanes de Vermuim | Fora do Porto | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Domingos Eanes de Vila Viçosa | Fora do Porto | 1322 | Escrivão | | L. S., XXX, 141-143v |
| Domingos Eanes dito Neto de Pedrosinho | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Eanes do Casal | Fora do Porto | 1322 | | | L. S., LXXXVI, 148v-156v |
| Domingos Eanes Grainho, cônego da Sé do Porto | Porto | 1379 | Cônego da Sé da cidade do Porto | XXX, XXVIII | L. O., XX, 23 |
| Domingos Eanes o "Falitus", pai de Diogo Domingues o Navarrada (abade de S. Julião de Parada (arcebispado de Braga)) | Fora do Porto | 1327 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos Eanes o Grainho de Rio Meão | Fora do Porto | 1333, 1345, 1347, 1379 | | XXX, XXVIII | L. O., XX, 23; L. O., XXIII, 3, 8; L. S., XCVI, 25-30 |
| Domingos Eanes Sequeira, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1320 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 100-111v |
| Domingos Eanes, abade da Lagoa, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1351 | Abade da Lagoa, procurador de D. Martim Viegas, do chantre e do Cabido | | L. O., XXVII, 18 |
| Domingos Eanes, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1366 | Alfaiate | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Domingos Eanes, capelão | Porto | 1402 | Capelão que foi da Ig ^a do Porto | | L. S., XC, 13-18 |
| Domingos Eanes, clérigo | Porto (?) | 1340 | Clérigo | | L. O., XXVI, 7 |
| Domingos Eanes, clérigo de D. Dinis | Porto (?) | 1322 | Clérigo do rei D. Dinis | | L. S., XXX, 141-143v |
| Domingos Eanes, cônego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 | Cônego da Sé da cidade do Porto | | L. O., XXIII, 27 |
| Domingos Eanes, freguês da Igreja de Campanhã | Porto | 1343 | Freguês da Ig ^a de Sta. M ^a de Sta. M ^a de Campanhã | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Domingos Eanes, genro de João Barreiros | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------|--|------|---|
| Domingos Eanes, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1394 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Domingos Eanes, meio cónego do Porto | Porto | 1364, 1365 | Meio-cónego do Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingos Eanes, sapateiro morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | Sapateiro | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Domingos Eanes, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Domingos Escadeiro, alfaiate, vizinho de Gaia | Fora do Porto | 1338 | Vizinho de Gaia, alfaiate | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Domingos Esteves Borinto | Fora do Porto | 1332 | | | L. S., LXXIII, 154-157 |
| Domingos Esteves de Cristelo o Maior | Fora do Porto | 1335 | Maior (o) (?) | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Esteves Formoso | Porto (?) | 1335 | | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Esteves, capelão da Sé do Porto | Porto | 1301, 1337 | Capelão da Sé do Porto | | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXIV, 230-235 |
| Domingos Esteves, clérigo do coro | Porto (?) | 1336 | Clérigo do coro | | L. S., CI, 346-353 |
| Domingos Esteves, homem e vigário do deão em terra de Gondomar | Porto | 1300 | Homem e vigário do deão e Cabido em Gondomar | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| Domingos Esteves, juiz | Porto (?) | 1373 | Juiz | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Domingos Esteves, juiz de Gaia | Fora do Porto | 1321, 1344 | Juiz de Gaia | | L. S., LXXV, 32-38v; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Esteves, morador no lugar da Quinta | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Domingos Esteves, tabelião | Porto (?) | 1366 | Tabelião | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Domingos Fagundo | Fora do Porto | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Domingos Falcão | Porto | 1331 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos Fernandes, jurado da audiência | Porto | 1367 | [?] jurado da audiência | | L. S., XCVII, 189-196 |
| Domingos Fernandes, tanoeiro morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | Tanoeiro | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Domingos Francisco, tesoureiro | Porto | 1332 | Tesoureiro | XXIV | L. O., IX, 29 |
| Domingos Geraldês | Fora do Porto | 1343 | | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Domingos Geraldês, abade de Fermelão | Fora do Porto | 1321 | Abade de Fermelão, juiz árbitro | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Geraldês, cidadão do Porto ? | Porto | 1307, 1316, 1319 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172; L. S., LXXX, 133-140, 269-278 |
| Domingos Geraldês, clérigo | Porto | 1320 | Clérigo | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Domingos Geraldês, cónego, procurador do deão e Cabido | Porto | 1335 | Cónego, procurador do Deão e Cabido | XXV | L. O., XXI, 3; L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Gonçalves | Fora do Porto | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingos Gonçalves de Canedo | Fora do Porto | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Domingos Gondomar, escrivão numerado na audiência da Igreja do Porto | Porto | 1334 | Escrivão numerado na audiência da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| Domingos João | Porto (?) | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Domingos Jordão | Fora do Porto | 1351 | | | L. S., LXXXI, 109-113 |
| Domingos Lourenço do Casal | Fora do Porto | 1332 | | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Domingos Lourenço, procurador | Porto (?) | 1332 | Procurador | | L. O., XVIII, 11 |
| Domingos Martins | Porto | 1331 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos Martins | Fora do Porto | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Domingos Martins ? | Porto (?) | 1332 | | | L. S., LXXIII, 154-157 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------|---|-------|--|
| Domingos Martins da Ca, morador em Negrelos | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos Martins da Corniga | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXIII, 158-161 |
| Domingos Martins da Lourosa, filho de Margarida Domingues (filha que foi de Grainho de Rio Meão) | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Domingos Martins de Freitas | Porto | 1364 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Domingos Martins de Froiães | Fora do Porto | 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 12 |
| Domingos Martins de Galegos ("ecclesiarum rectores") | Porto (?) | 1321 | "ecclesiarum rectores" | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Domingos Martins de Tarouquela | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos Martins do Outeiro, morador em Negrelos (?) | Fora do Porto | 1320, 1321 | | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Martins o Almodão | Fora do Porto | 1322 | | | L. S., LXXXI, 176-179 |
| Domingos Martins Saldem(?) | Porto (?) | 1320 | | | L. S., XC, 100-111v |
| Domingos Martins Salvado, morador em Rio Meão | Fora do Porto | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Domingos Martins Tancadinho, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1332 | Clérigo do coro da Sé do Porto, procurador de Pedro Eanes Abade de Ferreira | XXVI | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Domingos Martins Vila Boa, abade do Vougado | Fora do Porto | 1337 | Abade do Vougado | | L. O., XX, 28 |
| Domingos Martins, clérigo | Porto (?) | 1340 | Clérigo | | L. O., XXVI, 7 |
| Domingos Martins, clérigo de Lourenço Peres cónego | Porto (?) | 1343 | Clérigo de Lourenço Peres, cónego da Sé do Porto | XXVII | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Domingos Martins, clérigo do coro ? | Porto (?) | 1344 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Domingos Martins, cónego da Sé do Porto ? | Porto | 1323 | Cónego da Sé do Porto, procurador do Cabido | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Domingos Martins, deão do Porto (D.) | Porto | 1332, 1334, 1335, 1336 | Deão do Porto, provisor do Bispo | XLIX | L. O., XXI, 3; L. S., LXXIII, 14-18, 32-36; L. S., LXXXII, 114-118v; L. S., LXXXIV, 94-97, 178-180v; L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Martins, homem [do Cabido], morador no casal de Negrelos [do Cabido] da freguesia de Canelas | Fora do Porto | 1344 | | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Domingos Martins, juiz do crime | Fora do Porto | 1324 | Juiz do crime | | L. S., XCI, 1-16 |
| Domingos Martins, morador em Almeirim | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Domingos Martins, morador em Valongo de Surão | Fora do Porto | 1316 | | | L. S., XC, 148-154 |
| Domingos Martins, morador no lugar de Gontomil | Fora do Porto | 1331 | | | L. S., LXXXIII, 46-50 |
| Domingos Martins, prior de Viana, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1332, 1334 | Prior de Viana, cónego da Sé do Porto | | L. O., IX, 29; L. S., LXXXII, 114-118v |
| Domingos Martins, procurador do Cabido | Porto (?) | 1320 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos Martins, raçoeiro | Porto (?) | 1316 | Raçoeiro | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Domingos Mendes, clérigo de Vicente Domingues (chantre do Porto) | Porto | 1312, 1316 | Clérigo do coro da Sé Clérigo de Vicente Domingues Chantre | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos Miguéis | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Domingos Miguéis da Figueira | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Ouriquito | Fora do Porto | 1335 | | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Pais | Porto (?) | 1312, 1316 | | | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------|---|--------|--|
| Domingos Pais, vizinho de Gaia e procurador de Martim Domingues (abade de Canedo) | Fora do Porto | 1302 | Vizinho de Gaia, procurador de Martim Domingues Abade de Canedo | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Domingos Palos (sic), vizinho da cidade do Porto | Porto (?) | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Domingos Peres | Fora do Porto | 1323 | Escrivão | | L. S., XCI, 1-16 |
| Domingos Peres | Fora do Porto | 1323 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Domingos Peres | Porto | 1394 | Lavrador, caseiro do Cabido | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| Domingos Peres da Figueira | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Peres da Ribeira | Porto | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Domingos Peres das Eiras, avô de Rui Gonçalves (cônego) | Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-33 |
| Domingos Peres de Alver | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXIII, 158-161 |
| Domingos Peres de Avelhoso | Fora do Porto | 1367 | Procurador de Reimão Fernandes, morador na Maia... | VII | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Domingos Peres de Barcelos, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto | XVII | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Domingos Peres de Sovereda | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Domingos Peres de Valadares | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Domingos Peres do Casal, procurador de João Eanes (cônego do Porto) | Porto | 1334 | Procurador de João Eanes, cônego da Ig ^a do Porto | XXVII | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Domingos Peres Neto | Fora do Porto | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingos Peres Repicalhas, clérigo do coro da Sé | Porto | 1316, 1332 | Clérigo de coro da Sé | | L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., XC, 148-154 |
| Domingos Peres, clérigo de Louxi | Fora do Porto | 1335 | Clérigo de Louxi(?) | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Domingos Peres, morador em Álvares | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Domingos Peres, morador no lugar de Gontomil | Fora do Porto | 1331 | | | L. S., LXXIII, 46-50 |
| Domingos Peres, pregoeiro da Vila Nova-Gaia | Fora do Porto | 1327 | Pregoeiro de Vila Nova - Gaia | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Domingos Peres, prior de Sta. Maria | Fora do Porto | 1347 | Prior de Santa Maria do lugar de Durates(?) | | L. O., XII, 33 |
| Domingos Peres, raçoeiro e juiz que foi do Porto | Porto | 1335 | Raçoeiro, juiz que foi do Porto | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Domingos Reperto, morador em Gondomar(?) | Fora do Porto | 1329 | | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Domingos Rodrigues, procurador de Maria Domingues | Fora do Porto | 1350 | Procurador de Maria Domingues | | L. S., XC, 54-61 |
| Domingos Soares da Sapataria | Porto (?) | 1301 | Sapateiro (?) | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Domingos Soares, meirinho do rei D. Dinis d'Aquém Douro | Fora do Porto | 1285 | Meirinho do rei D. Dinis d'Aquém Douro | | L. S., CI, 346-353 |
| Domingos Soletto | Porto (?) | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Domingos Teiga, testemunha jurado aos Santos Evangelhos | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Domingos Vasques ? | Porto | 13??, 1389 | | XLIII | L. O., VIII, 32; L. O., XXIV, 4 |
| Domingos Vicente, tendeiro do Porto | Porto | 1364 | Tendeiro do Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Domingos Viegas Moura | Fora do Porto | 1324, 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 12; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Domingos, freire na Balia de Rio Meão (Frei) | Fora do Porto | 1333 | Freire na ordem do Hospital (?) | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Domingos, mancebo de Lourenço Peres | Porto (?) | 1343 | Mancebo de Lourenço Peres [Cônego] | XXVII | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Domingues Álvares do Vale ? | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------|---------------------------------|----------|--|
| Domingues Eanes da Feira (procurador de Afonso Rodrigues) | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Domingues Eanes do Rego | Fora do Porto | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Domingues Eanes, tabelião | Porto (?) | 1307 | Tabelião | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Domingues Martins, procurador do abade de Ferreira | Fora do Porto | 1332 | Procurador do Abade de Ferreira | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Domingues, ferreiro | Porto (?) | 1301 | Ferreiro | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Dominginhos | Porto (?) | 1403 | | | L. S., XC, 18-27v |
| Dora, mulher de mestre Abraão Viru (Judeu) | Fora do Porto | 1379 | Judia | | L. O., XX, 23 |
| Dourado (mestre) | Porto | 1380 | Judeu | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Durão Lourenço de Pousades | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Durão Vicente (D. frei) | Porto (?) | 1312, 1316 | Frei | | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Egas Lourenço, cónego na Sé do Porto (D.) | Porto | 1320, 1321 | Cónego da cidade do Porto | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Egas, bispo de Viseu (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Viseu | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Elvira Bicos | Porto (?) | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Elvira Domingues, irmã de Vicente Domingues (chantre do Porto) | Porto (?) | 1312, 1316 | | XVII e a | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Elvira Domingues, mulher de Diogo Peres (alfaiate) | Porto (?) | 1312 | | XVII | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Elvira Martins | Fora do Porto | 1324 | | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Elvira Peres | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Elvira Peres, [mulher de Domingos Martins o Almodão] | Fora do Porto | 1322 | | | L. S., LXXXI, 176-179 |
| Estêvão que mora em Miragaia | Porto | 1312, 1316 | | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Estevainha | Porto (?) | 1316 | | | L. O., XXVIII, 6 |
| Estêvão Aires, vassalo do rei D. Dinis | Fora do Porto | 1319 | Vassalo do rei D. Dinis | | L. S., XC, 100-111v |
| Estêvão Amado, meio cónego | Porto | 1386 | Meio-cónego | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Estêvão André, morador no lugar de Degarei | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| Estêvão Cavaco que mora no casal do dito Pedro Domingues | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Estêvão Cavaco, procurador no concelho do Porto | Porto | 1329 | Procurador no concelho do Porto | | L. O., XXX, 32 |
| Estêvão Coelho | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Estêvão Coelho ? | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v, 182-187 |
| Estêvão da Guarda | Fora do Porto | 1316, 1323 | | | L. S., LXXX, 133-140; L. S., XCI, 1-16 |
| Estêvão de Lamego, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Estêvão de Mexide | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão de Pedroso, tabelião | Fora do Porto | 1321 | Tabelião | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão de Trotem (sic) | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Estêvão Domingues de Pedrosinho | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Estêvão Domingues, cónego do Porto | Porto | 1307 | Cónego do Porto | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Estêvão Domingues, genro de Maria Bugia | Porto (?) | 1329 | | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Estêvão Domingues, mercador | Porto (?) | 1365 | Mercador | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Estêvão Domingues, prior de Gouveia | Fora do Porto | 1347 | Prior de Gouveia | | L. O., XII, 33 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------|--|---------|--|
| Estêvão Domingues, tabelião do rei em Felgueiras e de Lousada | Fora do Porto | 1320 | Tabelião do rei na terra de Felgueiras e Lousada | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Estêvão Eanes | Fora do Porto | 1329 | | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Estêvão Eanes da Figueira | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão Eanes das Tendas, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto. Tendas (das) | | L. O., XXVIII, 6 |
| Estêvão Eanes Gostir (sic), mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1320 | Cidadão do Porto, mercador | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Estêvão Eanes Novelos (sic), clérigo do Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | Clérigo do M ^o de S. Pedro de Canedo | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Estêvão Eanes o meirinho | Fora do Porto | 1334 | Meirinho da Feira | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Estêvão Eanes Sagrar (sic) | Porto (?) | 1389 | | | L. S., XCI, 55-61v |
| Estêvão Eanes, clérigo | Porto (?) | 1340 | Clérigo | | L. O., XXVI, 7 |
| Estêvão Eanes, da andança do bispo | Porto | 1387 | Andança do bispo (da) | | L. O., XII, 51 |
| Estêvão Eanes, esporeiro | Porto | 1370 | Esporeiro | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Estêvão Eanes, homem de D. Maria | Fora do Porto | 1336 | Homem de D. Maria | | L. S., LXXXIV, 174-177 |
| Estêvão Eanes, ourives, morador na cidade do Porto | Porto | 1386 | Ourives | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins Vasques e mercador, morador na rua das Eiras | Porto | 1392 | Mercador, procurador de Nuno Martins Vasques, mercador, morador na rua das Eiras. | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Estêvão Eanes, procurador do número na cidade do Porto, procurador geral do deão e Cabido da Sé | Porto | 1394, 1396 | Procurador do número na cidade do Porto, procurador de mandado no Porto, procurador do Cabido da Igreja do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v; L. S., XCVII, 8-19; L. S., XCVIII, 54-57v |
| Estêvão Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1373 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Estêvão Esteves, homem do dito Rui Vasques | Porto (?) | 1370, 1387 | Homem de Rui Vasques, cónego | XXXII | L. O., XII, 51; L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Estêvão Francisco, cidadão do Porto (Mestre) | Porto | 1321 | Cidadão do Porto, juiz árbitro | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão Gerales, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo | | L. O., IX, 29 |
| Estêvão Gerales, criado de Pedro Eanes (abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira) | Fora do Porto | 1337 | Criado de Pedro Eanes Abade do M ^o de Ferreira | | L. O., XX, 28 |
| Estêvão Gerales, porteiro do Cabido | Porto | 1375 | Porteiro do Cabido do Porto | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Estêvão Gerales, prebendeiro do Cabido | Porto | 1336 | Prebendeiro do Cabido | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Estêvão Gomes Rodrigues | Porto (?) | 1332 | | | L. S., LXXXIV, 178-180v |
| Estêvão Gomes, cónego do Porto procurador do Cabido | Porto | 1344 | Cónego do Cabido do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Estêvão Gomes, olgo(?) e vedor da Chancelaria do rei D. Afonso | Fora do Porto | 1350 | Vedor da fazenda do rei | | L. S., XC, 54-61 |
| Estêvão Lourenço | Fora do Porto | 1323 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Estêvão Lourenço | Porto | 1373 | | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Estêvão Martins | Fora do Porto | 1326 | | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Estêvão Martins de Mota | Fora do Porto | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Estêvão Martins o Pequeno de Negrelos | Fora do Porto | 1320, 1321 | Herdador, homem bom jurado | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão Martins, buçaqueiro (sic), cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto, buçaqueiro (sic) | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Estêvão Martins, clérigo | Porto (?) | 1340 | Clérigo | | L. O., XXVI, 7 |
| Estêvão Martins, criado de Diogo Henriques | Porto (?) | 1400 | Criado de Diogo Henriques, cónego da Ig ^a do Porto, abade do M ^o de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------|---|-----------|---|
| Estêvão Martins, juiz ordinário na cidade de Braga e em seu couto | Fora do Porto | 1324 | Juiz ordinário na cidade de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Estêvão Martins, procurador no concelho | Fora do Porto | 1324 | Procurador do concelho de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Estêvão Mendes, raçoeiro | Porto (?) | 1316 | Raçoeiro | | L. S., LXXX, 133-140; L. S., XC, 148-154 |
| Estêvão Miguéis, juiz da Maia | Fora do Porto | 1307 | Juiz da Maia | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Estêvão Milheirós | Porto (?) | 1329 | | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Estêvão Nicolas | Porto (?) | 1389 | | | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Estêvão Pais que foi de Estêvão de Trotem (sic) | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Estêvão Peres de Meixide | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Estêvão Peres dito Cadernos, marido que foi noutro tempo da dita Maior Domingues, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Estêvão Peres Semendar, morador em Gondomar | Fora do Porto | 1329 | | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Estêvão Peres, açagador | Porto (?) | 1331 | Açagador | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Estêvão Peres, clérigo do Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | Clérigo do M ^o de S. Pedro de Canedo | | L. S., LXXXIV, 37-40v; 171 |
| Estêvão Peres, clérigo, sobrinho do marido de Maria Afonso – João Gomes (corretor, morador na rua dos Trapeiros no Cima) | Porto (?) | 1387 | Clérigo | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Estêvão Peres, ouvidor na corte de D. Dinis | Fora do Porto | 1285 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Estêvão Peres, porteiro da Infante D. Beatriz | Fora do Porto | 1318 | Porteiro e procurador da Infante D. Beatriz | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Estêvão Setuval, pregoeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1405, 1410 | Pregoeiro | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Estêvão Vasques | Porto (?) | 1394 | Escrivão | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Estêvão Vicente, meio cônego da Igreja do Porto | Porto | 1362 | Meio-cônego da Sé do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Estêvão, arcediago de Vouga "oficial" na Igreja de Coimbra, juiz | Fora do Porto | ? | Oficial na Ig ^a de Coimbra, Arcediago de Vouga – juiz | | L. S., LXXXIV, 117-137v |
| Estêvão, bispo da Guarda | Fora do Porto | 1347 | Bispo da Guarda | | L. O., XII, 33 |
| Estêvão, bispo de Coimbra, chanceler do rei (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Coimbra, chanceler do rei | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Estêvão, vigário geral do bispo do Porto (D.) | Porto | 1321 | Vigário geral do bispo do Porto | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Esteves Geraldes, prebendeiro, clérigo | Porto (?) | 1341 | Prebendeiro, clérigo | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Fernando Afonso, abade de Fornelos, vigário geral na Igreja do Porto, juiz | Porto | 1326 | Abade de Fornelos, vigário da Ig ^a do Porto e juiz | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Fernando Afonso, peliteiro, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1321 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Fernando Esteves, abade de Cabeceiras e vigário geral na Igreja do Porto | Porto | 1329 | Abade de Cabeceiras vigário geral da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXX, 279-282v |
| Fernando o bispo de Évora (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Évora | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Fernando, bispo da Igreja do Porto, provedor do Mosteiro de Paços de Sousa | Porto | 1398 | Bispo da Ig ^a do Porto, regedor e provedor do M ^o de Paços de Sousa | LVII, LII | L. S., XCVI, 7-17v |
| Fernando, bispo da vila do Porto (D.) | Porto | 1316, 1320, 1326 | Bispo do Porto | LII | L. O., XXIX, 33; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XC, 100-111v |
| Fernando, eleito de Estorga, confessor do rei (frei) | Porto (?) | 1392 | Frei Eleito da Ig ^a de Estorga Confessor do rei | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Fernando, filho de João Domingues Santos | Porto | 1390 | | | L. S., LXXXVIII, 126-130v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------|--|---------|--|
| Fernando, procurador do concelho de Gaia | Fora do Porto | 1367 | Procurador do concelho de Gaia | | L. S., XCVII, 189-196 |
| Fernando, sobrinho de Gonçalo Eanes, cavaleiro do Avelal | Fora do Porto | 1321 | Sobrinho de Gonçalo Eanes Escudeiro do Avelal | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Fernão Barvos ? | Porto | 1373 | | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Fernão Barvas, mercador, cidadão do Porto, procurador do bispo ? | Porto | 1320 | Cidadão do Porto, mercador, procurador do bispo | | L. S., XC, 100-111v |
| Fernão da câmara do rei D. João | Fora do Porto | 1417 | Camareiro do rei D. João | | L. S., LXXX, 303-311v |
| Fernão d'Aires, tabelião público de Braga | Fora do Porto | 1346 | Tabelião público de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Fernão Domingues das Eiras | Porto | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Fernão Domingues do Rego, clérigo raçoeiro da Sé do Porto ? | Porto | 1339 | Clérigo raçoeiro da Sé do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Fernão Domingues, raçoeiro da Sé do Porto | Porto (?) | 1318 | Raçoeiro da Sé do Porto | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Fernão Eanes, advogado, cavaleiro | Porto (?) | 1330, 1337 | Cavaleiro, advogado | XXVI | L. O., XVII, 12; L. O., XX, 28; L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Fernão Eanes, mercador, genro de Maior Domingues das Eiras | Porto | 1341 | Mercador | III, IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Fernão Eanes, notário | Porto (?) | 1417 | Notário | | L. S., LXXX, 303-311v |
| Fernão Eanes, tabelião do rei em terra de Lanhoso | Fora do Porto | 1336 | Tabelião do rei em terra de Lanhoso | | L. S., LXXXIV, 174-177 |
| Fernão Garcia, leigo, morador na cidade do Porto | Porto | 1362 | Leigo | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Fernão Gerales, banhador do Porto | Porto | 1328 | Banhador do Porto | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Fernão Gomadis, escudeiro Avelal | Fora do Porto | 1344 | Escudeiro audoal | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Fernão Gonçalves | Fora do Porto | 1323 | Escrivão do rei D. Dinis | | L. O., VI, 72-37 |
| Fernão Gonçalves, escudeiro de Nuno Fernandes de Marões (escudeiro da cidade do Porto)? | Porto (?) | 1392 | Escudeiro de Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Fernão Martins Canelas | Fora do Porto | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Fernão Martins de Vermuim | Fora do Porto | 1307, 1324, 1330 | | | L. O., XVII, 12; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXI, 60-67; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Fernão Martins, abade de S. Paio dos Casais | Fora do Porto | 1332, 1337 | Abade de S. Paio dos Casais | | L. O., XX, 28; L. S., LXXXIII, 32-36 |
| Fernão Martins, criado de Vasco Peres (cónego da Sé do Porto) | Porto (?) | 1398 | Criado de Vasco Peres, cónego da Sé do Porto | XLIV | L. S., XCVI, 7-17v |
| Fernão Martins, homem de D. Pedro Peres (deão) | Porto | 1329 | Homem de D. Pedro Peres Deão | XLV | L. O., XVII, 11 |
| Fernão Martins, sobrinho de Fernão Eanes (advogado, cavaleiro) | Porto (?) | 1337 | | XXVI | L. O., XX, 28 |
| Fernão Mateus, homem do dito mestre-escola | Porto (?) | 1358 | Homem de D. João Palmeira, mestre-escola de Lisboa | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Fernão Peres de Barvosa (D.) | Fora do Porto | 1304 | D. | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Fernão Peres, cónego do Porto, procurador do dicto Cabido ? | Porto | ?, 1366 | Cónego da cidade do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93; L. S., XCVIII, 132-146v |
| Fernão Peres, mestre-escola na Igreja do Porto, vigário geral de D. Afonso (bispo) ? | Porto | 1370 | Mestre-escola e vigário geral (de D. Afonso, bispo) na Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Fernão Peres, ourives | Porto (?) | 1320 | Ourives | | L. S., XC, 100-111v |
| Fernão Peres, tabelião do rei no Julgado de Penafiel | Fora do Porto | 1398 | Tabelião do rei no Julgado de Penafiel | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Fernão Peres, tabelião na cidade do Porto | Porto | 1317, 1329 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXI, 169-175 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------|--|------|--|
| Fernão Ramires que é bispo de Geem (sic) que então era bispo do Porto | Porto | 1323 | Bispo | | L. O., VI, 72-37 |
| Fernão Rodrigues Redondo | Fora do Porto | ?, 1323 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Filha que foi de Miguel Perro | Porto (?) | ? | | | L. O., XXIV, 1 |
| Filho de Domingos Calvo, filho de Domingos Domingues (irmão de Vicente Domingues, chantre do Porto) | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Filhos de Domingos Domingues | Porto (?) | 1316 | | | L. O., XXVIII, 6 |
| Filhos(as) de Maria Martins, filha de Elvira Domingues (irmã de Vicente Domingues, chantre) | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Florença Domingues, mulher que foi de Gonçalo Eanes Belagua (sic), herdeira de Joana Domingues | Porto (?) | 1404 | | X | L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Florença Domingues, mulher que foi em outro tempo de Nicolau Miguéis, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1319 | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Florença Eanes, mulher que foi de João Coelho | Porto | 1351 | | | L. O., XXVII, 18 |
| Fradeza (D.) | Fora do Porto | 1326 | Fradeza | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Francisca Gonçalves, mulher de Domingos Soletó | Porto | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Francisco [?] Geraldês, morador em Cristelo | Fora do Porto | 1335 | | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Francisco André Tabelião em outro tempo na cidade do Porto | Porto | 1301, 1305, 1307, 1312, 1338 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172, 230-235; L. S., XCV, 120-124 |
| Francisco da Guarda, mercador, cidadão do Porto | Porto | 1320 | Cidadão do Porto, mercador | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Francisco Domingues | Fora do Porto | 1318 | "Pivida" (?) | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Francisco Domingues | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Francisco Domingues | Fora do Porto | 1347 | | XXX | L. O., XXIII, 8 |
| Francisco Domingues, cônego do arcebispo de Braga e vigário geral | Fora do Porto | 1346 | Cônego, vigário geral de D. Gonçalo, arcebispo de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Francisco Domingues, tesoureiro da Igreja do Porto (D.) | Porto | 1326, 1332 | Cônego da Ig ^a do Porto, tesoureiro da Ig ^a do Porto | XLVI | L. S., LXXV, 8-12v; L. S., LXXIX, 55-61v |
| Francisco Eanes | Fora do Porto | 1365 | | V | L. S., XCVIII, 195-201 |
| Francisco Eanes das Tendas, morador na cidade do Porto | Porto | 1364 | | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Francisco Eanes dos Cerdos, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| Francisco Eanes, mercador, vizinho na cidade do Porto morador na Ribeira | Porto | 1329 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Francisco Eanes, morador na cidade do Porto | Porto | 1405, 1410 | | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Francisco Eanes, procurador | Porto (?) | 1332, 1338, 1339 | Procurador | | L. O., XVIII, 11; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172 |
| Francisco Eanes, procurador da abadessa do Mosteiro de Rio Tinto | Fora do Porto | 1329 | Procurador da Abadessa de Rio Tinto | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Francisco Eanes, procurador no concelho de Braga | Fora do Porto | 1324 | Procurador no concelho de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Francisco Eanes, procurador no concelho do Porto | Porto | 1329 | Procurador do Concelho do Porto | | L. O., XXX, 32 |
| Francisco Eanes, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1322 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., XXX, 141-143v |
| Francisco Esteves, pescador | Porto | 1328 | Pescador | | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Francisco Esteves, vizinho do Porto ? | Porto | 1317 | Vizinho da cidade do Porto, ex-almotaçé pelo concelho do Porto | | L. S., LXXXI, 169-175 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|---------------------------|--|-------|--|
| Francisco Fernandes Soeiro | Porto (?) | 1350 | | | L. S., LXXV, 178-183 |
| Francisco Ferreiro, vizinho de Gaia | Fora do Porto | 1338 | Vizinho de Gaia, ferreiro | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Francisco Gonçalves de Maçarelos | Fora do Porto | 1389 | | | L. S., XCI, 55-61v |
| Francisco Gonçalves, clérigo [de D. Gonçalo Pereira bispo de Lisboa] "porcionário" da Igreja de Sta. Cruz | Fora do Porto | ?, 1323 | Porcionário da Ig ^a de Sta. Cruz (Lisboa). Clérigo e procurador de D. Gonçalo bispo de Lisboa | | L. S., XCI, 1-16 |
| Francisco Gonçalves, sobrinho do dito Gonçalo Domingues | Porto (?) | 1327 | | XXIII | L. O., XVII, 11 |
| Francisco Lourenço Galo | Porto | 1394 | Contador | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Francisco Lourenço, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1321 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Francisco Martins Chuxarro (sic) | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Francisco Martins o colhereiro | Porto | 1319 | Colhereiro | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Francisco Martins o Ferro | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Francisco Martins, tabelião | Fora do Porto | 1320, 1323 | Tabelião | | L. S., XCI, 1-16; L. S., XCVI, 204-224 |
| Francisco Peixoto, marinheiro | Porto | 1321 | Marinheiro | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Francisco Penetas | Porto (?) | 1336 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Francisco Peres | Porto (?) | 1351 | | | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Francisco Peres da rua Chã | Porto | 1396 | | | L. S., XCVII, 8-19 |
| Francisco Peres da rua Chã | Porto | 1386 | | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Francisco Peres, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | ?, 1323, 1332, 1337, 1343 | Cónego da Sé do Porto, chantre (1332) | | L. O., IX, 29; L. O., XX, 28; L. S., LXXIII, 103-109v; L. S., LXXV, 8-12; L. S., LXXIX, 55-61v |
| Francisco Primidão | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Francisco Salvado | Porto (?) | 1326 | | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Francisco Silveiras, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| Frei Afonso, freire de Viade | Fora do Porto | 1346 | Freire | | L. S., XCI, 1-16 |
| Gabriel Eanes, abade da Igreja de Santiago da Forca, do arcebispado de Braga | Fora do Porto | 1346 | Abade da Ig ^a de Santiago da Forca do Arcebispado de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| Gabriel Gonçalves, filho do dito Gonçalo Louredo, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Gabriel Vicente, homem de Afonso Eanes (corregedor do rei no meirinhado da Beira) | Fora do Porto | 1344 | Homem de Afonso Eanes, corregedor do rei no Meirinhado da Beira | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Garcia Gonçalves, inquiridor ... da cidade do Porto | Porto | 1405 | Inquiridor ... do Porto | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v |
| Garcia Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1375 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., XCV, 15-20 |
| Garcia Martins, cónego de Coimbra | Fora do Porto | 1329 | Cónego de Coimbra | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| Geralda Eanes, mulher de Domingos Esteves de Cristelo o Maior | Fora do Porto | 1335 | | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Geralda Peres, mulher de Vicente Eanes (canhador), já passados | Porto | 1360 | | | L. S., LXXVI, 100-104 |
| Geraldão o Alvelo | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Geraldo Dinis, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo | | L. O., IX, 29 |
| Geraldo Domingues | Porto (?) | 1339 | | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| Geraldo Domingues | Fora do Porto | 1344 | | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Geraldo Domingues que foi obradeiro (sic) | Porto | 13?? | Obradeiro | | L. O., VIII, 32 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|---|--------|---|
| Geraldo Domingues, irmão de Domingos Domingues Parqueiro | Fora do Porto | 1332 | | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Geraldo Eanes, cidadão do Porto | Porto | 1331, 1332 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 32-36; L. S., LXXIII, 32-36, 154-157 |
| Geraldo Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1357, 1364 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Geraldo Eanes, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Geraldo Lamela | Porto | 1364 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Geraldo Martins, morador no lugar de Degarei | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| Geraldo Mourinho | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| Geraldo, bispo do Porto (D.) | Porto | 1304, 1316, 1319, 1336 | Bispo do Porto | | L. S., XXXI, 570-573; L. S., LXXX, 133-140, 269-278; L. S., LXXXIV, 94-97 |
| Geraldo, ferrador | Porto (?) | 1332 | Ferrador | | L. O., IX, 29 |
| Geraldo, morador na aldeia de Degarei | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gil Afonso, escudeiro, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1409 | Escudeiro, juiz ordinário na cidade do Porto | | L. O., XXIX, 6 |
| Gil das Leis, clérigo do rei D. Dinis (mestre) | Fora do Porto | 1319 | Mestre das Leis Clérigo do rei D. Dinis | | L. S., XC, 100-111v |
| Gil do Sem, doutor, filho de Constança Martins e de Pedro Sem | Porto (?) | 1379 | Doutor | XXVIII | L. O., XX, 23 |
| Gil Durães, abade de Sta. Cristina | Fora do Porto | 1337 | Abade de Sta. Cristina | | L. O., XXIII, 16 |
| Gil Eanes, sobrinho de D. Pedro Peres | Porto (?) | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Gil Eanes, vassalo do rei e corregedor na corte do rei | Fora do Porto | 1394, 1396 | Vassalo do rei D. João, corregedor na corte do rei | | L. S., XCVII, 8-19; L. S., XCVIII, 48-54 |
| Gil Garcia, meirinho do rei Entre Douro e Minho | Fora do Porto | 1327 | Meirinho do rei Entre Douro e Minho | | L. O., XII, 48 ; XVII, 6 |
| Gil Gonçalves, capelão, morador na cidade do Porto | Porto | 1386 | Capelão | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Gil Gonçalves, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1394 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Gil Lourenço de Canaveses, cidadão que foi da cidade do Porto, já passado | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadão do Porto, mercador | IX | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Gil Martins | Fora do Porto | 1368 | Escrivão do rei D. Fernando | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Gil Martins das Tendas, morador na cidade do Porto, na rua entre os Açougues | Porto | 1390 | Mercador (ver Observ.) | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Gil Martins de Pousades | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Gil Martins, abade de Cedofeita | Porto | 1301 | Abade de Cedofeita | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Gil Martins, corretor, vizinho e morador no Porto | Porto | 1341 | Corretor, vizinho do Porto | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Gil Martins, escudeiro | Porto (?) | 1320 | Escudeiro | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Gil Martins, homem do dito Martim Peres | Porto (?) | 1369 | Homem de Martim Peres | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Gil Mendes, tabelião | Fora do Porto | 1324 | Tabelião | | L. S., XCI, 1-16 |
| Gil Pais, procurador do Número do Porto | Porto | 1394 | Procurador do número do Porto | XLVII | L. S., LXXV, 170-176v |
| Gil Peres, abade da Igreja da Várzea de Ovelha, vigário geral de D. Afonso (bispo do Porto), juiz álviro | Porto | 1366, 1367, 1368 | Abade da Igreja da Várzea, vigário geral da Sé do Porto, do bispo do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. S., XXXI, 409-417; L. S., XCVII, 189-196; L. S., XCVIII, 132-146v |
| Gil Peres, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1364 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Gil Peres, mestre-escola do Porto (D.) | Porto | ?, 1365, 1366 | Mestre-escola do Porto | LXI | L. O., XXIV, 1; L. S., XCVIII, 132-146v, 195-201 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------------|--|--------|--|
| Gil Peres, vizinho do concelho do Porto e seu procurador sobestabelecido de Aparício Domingues (procurador do concelho do Porto) | Porto | 1368 | Vizinho da cidade do Porto, procurador do concelho do Porto | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Gil Vasques de Sousa, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1396 | Juiz ordinário da cidade do Porto | | L. S., XCVIII, 54-57v |
| Gil Vasques, abade de Sta. Locaia | Fora do Porto | 1337 | | | L. O., XXIII, 16 |
| Gil, bispo do Porto (D.) | Porto | 1402, 1403, 1404, 1405, 1409, 1417 | Bispo do Porto | | L. O., XXIX, 6; L. S., XXIX, 6; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXX, 303-311v, 312-316; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XC, 13-27v; L. S., XCV, 21-31v |
| Gil, cirurgião (mestre) | Porto | 1357, 1364 | Mestre cirurgião | XXVIII | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Gomes Aires | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Gomes Eanes, tabelião de Coimbra | Fora do Porto | 1392 | Tabelião de Coimbra | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Gomes Geraldês, homem do dito D. Pedro Peres | Porto (?) | 1316 | Homem do dito D. Pedro Peres | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Gomes Martins, meirinho mor do rei D. Dinis, Entre Douro e Minho | Fora do Porto | 1319 | Meirinho-mor do rei D. Dinis Entre Douro e Minho | | L. S., XC, 100-111v |
| Gomes Moniz, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Gomes Peres, filho do dito Pedro Afonso | Porto (?) | 1335 | | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Gonçalo Afonso, abade de Lousada | Fora do Porto | 1392 | | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Gonçalo Afonso, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1375 | Clérigo do coro da Ig ^a do Porto, procurador do Deão e Cabido | | L. S., XCV, 15-20 |
| Gonçalo Afonso, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1410 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Gonçalo Afonso, cónego de Cedofeita | Porto | 1402 | Cónego de Cedofeita | | L. S., XC, 13-18 |
| Gonçalo Afonso, cónego e notário jurado na Igreja do Porto | Porto | 1398, 1406 | Cónego, notário jurado no capítulo da Ig ^a do Porto | | L. S., XC, 70-77; B241L. S., XCV, 21-31v; |
| Gonçalo Apor, vizinho e morador na cidade do Porto | Porto | 1328 | Vizinho da cidade do Porto | XIV | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Gonçalo Barriga | Porto (?) | 1319 | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Gonçalo Brandão, tabelião público do rei em Miragaia | Porto | 1331, 1342 | Tabelião público do rei na cidade do Porto, em Miragaia | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Gonçalo Caens, tabelião | Porto (?) | 1320 | Tabelião | | L. S., XC, 100-111v |
| Gonçalo Caldeira, escrivão da câmara do rei D. João I e notário geral da sua corte | Fora do Porto | 1390, 1405, 1409, 1417 | Escrivão da câmara do rei D. João I e notário geral da sua Corte | | L. O., XXIX, 6; L. S., XXIX, 6; L. S., XXX, 144-146v; L. S., LXXX, 303-311v |
| Gonçalo Carneiro | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Gonçalo Carrazedo, alcaireiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1376 | Alcaireiro(?) da Sé da cidade do Porto | | L. O., XXIII, 27 |
| Gonçalo da Calçada, doutor (frei) | Porto | 1366 | Doutor | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Gonçalo de Sá, filho de João Rodrigues de Sá | Fora do Porto | 1431 | Cavaleiro (?) | XLVII | L. S., XCVII, 118-128 |
| Gonçalo Domingues | Porto | 1351 | | | L. O., XXVII, 18 |
| Gonçalo Domingues (dito) | Porto (?) | 1393 | | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| Gonçalo Domingues Alvíte(?), [morador no Mosteiro de Paços de Sousa] | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Gonçalo Domingues de Crasto | Fora do Porto | 1324 | Lavrador | XLV | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Gonçalo Domingues de Maufalim | Porto (?) | 1369 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Gonçalo Domingues de Negrelos | Fora do | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------|---|-------|--|
| | Porto | | | | |
| Gonçalo Domingues de Sto. Antoninho da Praça | Porto (?) | 1389 | | LXVI | L. S., XCI, 55-61v |
| Gonçalo Domingues, "nosso" clérigo, procurador da abadessa de Rio Tinto | Fora do Porto | 1327 | Clérigo e procurador da Abadessa de Rio Tinto | | L. O., XII, 48 |
| Gonçalo Domingues, abade da Aveleda | Fora do Porto | 1390 | Abade da Aveleda | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Gonçalo Domingues, almocreve | Porto (?) | ?, 1425 | Almocreve | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Gonçalo Domingues, capelão de D. Estêvão bispo da Guarda | Fora do Porto | 1347 | Capelão de D. Estêvão bispo da Guarda | | L. O., XII, 33 |
| Gonçalo Domingues, cónego da Sé do Porto | Porto | 1324, 1327, 1329 | Cónego da cidade do Porto | XXIII | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Gonçalo Domingues, homem e procurador de Gonçalo Domingues (cónego) | Porto (?) | 1327 | | XXIII | L. O., XVII, 11 |
| Gonçalo Domingues, tanoeiro | Porto | 1405 | Tanoeiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Gonçalo dos reis de Negrelos | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Gonçalo Dreeste, clérigo | Porto | 13?? | Clérigo | | L. O., VIII, 32 |
| Gonçalo Eanes Belagua (sic) | Porto (?) | 1373, 1393, 1404 | | X | L. O., XXIV, 5; L. S., LXXXII, 67-72v; L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Gonçalo Eanes Botelho, cavaleiro | Fora do Porto | 1319, 1320 | Cavaleiro | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Gonçalo Eanes de Moreira, escrivão do rei | Fora do Porto | 1305 | Escrivão do rei | | L. S., XCVII, 111-116v |
| Gonçalo Eanes que foi capelão do abade de Parceiro | Fora do Porto | 1394 | Capelão que foi do Abade de Parceiro(?) | | L. S., XCVI, 152-157 |
| Gonçalo Eanes, cavaleiro do Avelal | Fora do Porto | 1321 | Cavaleiro do Avelal | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Gonçalo Eanes, clérigo do tesoureiro morador na cidade do Porto | Porto | 1386, 1392 | Clérigo do tesoureiro | X | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| Gonçalo Eanes, escudeiro do deão | Porto (?) | 1334 | Escudeiro de D. Domingos Martins, deão | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| Gonçalo Eanes, ferreiro | Porto (?) | 1392 | Ferreiro | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Gonçalo Eanes, genro do abade de Esmoriz, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Gonçalo Eanes, homem de Martim Lopes (juiz) | Porto (?) | 1316 | Homem de Martim Lopes, juiz | XXI | L. O., XXVIII, 6 |
| Gonçalo Eanes, homem de Mateus de Portugal | Fora do Porto | 1331 | Homem de Mateus de Portugal | | L. S., LXXIII, 46-50 |
| Gonçalo Eanes, leigo | Porto (?) | 1336 | Leigo | | L. S., LXXXIV, 94-97 |
| Gonçalo Eanes, notário público e jurado do bispo | Porto | 1364 | Notário público jurado do bispo do Porto | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Gonçalo Eanes, prior de Alsanha | Fora do Porto | 1335 | Prior de Alsanha(?) | | L. O., XXI, 3 |
| Gonçalo Eanes, prior de S. João da Praça | Fora do Porto | 1389 | Prior de S. João da Praça | | L. S., XCI, 55-61v |
| Gonçalo Eanes, tabelião | Porto (?) | 1332 | Tabelião | | L. O., XVIII, 11 |
| Gonçalo Eanes, tabelião público da cidade do Porto (eu) | Porto | 1319, 1320, 1321 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 278-282; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCVI, 204- 224 |
| Gonçalo Eanes, tabelião público do rei, na cidade do Porto | Porto | 1328 | Tabelião público do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Gonçalo Eanes, tanoeiro | Porto | 1405 | Tanoeiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Gonçalo escolar ? | Porto | 1327 | Escolar | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Gonçalo escolar ? | Fora do Porto | 1342 | Escolar | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Gonçalo Esteves | Fora do Porto | 1300 | Escrivão do rei D. Dinis | | L. O., VI, 72-37 |
| Gonçalo Esteves, abade de Pereira | Fora do Porto | 1326 | Abade de Pereira | | L. O., XXIX, 33 |
| Gonçalo Esteves, capelão da Sé do Porto | Porto | 1327 | Capelão da Sé do Porto | | L. O., XVII, 11 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|--|--------------|--|
| Gonçalo Esteves, cidadão do Porto | Porto | 1329 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Gonçalo Esteves, juiz do rei na cidade do Porto | Porto | 1375 | Juiz do rei da cidade do Porto | | L. S., XCV, 15-20 |
| Gonçalo Esteves, ourives | Porto | 1390 | Ourives, morador em casas na Praça da Ribeira | | L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Gonçalo Esteves, tosador | Porto (?) | 1366 | Tosador | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Gonçalo Esteves, vigário de Morassa | Porto (?) | 1402 | Vigário | | L. S., XC, 13-18 |
| Gonçalo Esteves, vizinho de Guimarães | Fora do Porto | 1320 | Vizinho de Guimarães(?) | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Gonçalo Farazão, clérigo e procurador na Audiência | Porto | 1364 | Clérigo, procurador na audiência do bispo | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Gonçalo Fernandes da Lagoa, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| Gonçalo Fernandes, tabelião | Porto (?) | 1335 | Tabelião | | L. O., XXI, 3 |
| Gonçalo Gerales, criado de Pedro Eanes (abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira ?) | Fora do Porto | 1337 | Criado de Pedro Eanes Abade do M ^o de Ferreira | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gonçalo Gerales, porteiro do Cabido ? | Porto | 1337, 1339 | Porteiro do Cabido | | L. O., XIV, 3; L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gonçalo Gerales, pregoeiro da cidade do Porto | Porto | 1393 | Pregoeiro da cidade do Porto | | L. O., XXIV, 5 |
| Gonçalo Gomes, escudeiro | Fora do Porto | 1335 | Escudeiro | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Gonçalo Gonçalves | Fora do Porto | 1324 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Gonçalo Gonçalves Barbudo | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Gonçalo Gonçalves de Cimo de Vila | Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Gonçalo Gonçalves Milheirós | Fora do Porto | 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 12 |
| Gonçalo Gonçalves, chantre em outro tempo na Igreja do Porto (D.) | Porto | 1282, 137?, 1308, 1329 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto, chantre de Coimbra | XXXIII, XXIX | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32; L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXIX, 203-216 |
| Gonçalo Gonçalves, lavrador, morador em Miraflores | Fora do Porto | 1398 | Lavrador | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Gonçalo Gonçalves, sineiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | Sineiro | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Gonçalo Henriques, raçoeiro da Igreja do Porto | Porto | 1334 | Raçoeiro da Sé do Porto | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gonçalo homem de Vasco Martins | Porto (?) | 1370 | Homem de Vasco Martins | VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Gonçalo Louredo, escrivão do Armazém da cidade do Porto | Porto | 1405 | Escrivão de D. João I no Armazém do Porto, procurador do concelho do Porto | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| Gonçalo Lourenço, abade de S. Fins (sic) da Perdafeira (sic) | Fora do Porto | 1328 | Abade de Sam Fiiz (abreviatura) da Perdafeira(?) | | L. O., XVII, 11 |
| Gonçalo Lourenço, escudeiro que foi do Conde D. Gonçalo | Porto (?) | 1392 | Escudeiro que foi do conde D. Gonçalo | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Gonçalo Lourenço, sapateiro | Porto (?) | 1393 | Sapateiro | | L. O., XXIV, 5 |
| Gonçalo Lourenço..., morador na freguesia da Igreja de Sta. Maria de Campanhã | Fora do Porto | 1387 | | | L. O., XXIX, 12 |
| Gonçalo Martins | Fora do Porto | 1317 | | XVIII | L. S., XCVII, 105-110 |
| Gonçalo Martins | Fora do Porto | 1317 | Escrivão do rei D. Afonso | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| Gonçalo Martins ? | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Gonçalo Martins ? | Porto | 1329 | | | L. O., XVII, 11 |
| Gonçalo Martins Borges, escudeiro | Porto (?) | 1328 | Escudeiro | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Gonçalo Martins da Maia, vedor da Fazenda do rei | Fora do Porto | 1392 | Vedor da fazenda do rei | | L. S., LXXXVII, 25-29v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|---|--------|---|
| Gonçalo Martins de Almeara | Fora do Porto | 1335 | | | L. O., XXI, 3 |
| Gonçalo Martins do Olho | Porto | 1387 | | L | L. O., XII, 51 |
| Gonçalo Martins mestre-escola do Porto e Vigário Geral do Bispo D. Vasco (D.) | Porto | 1316, 1317, 1320, 1323, 1332, 1337, 1343, 1350, 1360 | Mestre-escola da Ig ^a do Porto, cônego, vigário geral do bispo D. Vasco (1337, 1350) | | L. O., IX, 29; L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXIII, 14-18, 73-109; L. S., LXXV, 8-12, 178-183; L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 169-175, 238-244 |
| Gonçalo Martins, abade de Pendorido Bispado de Lamego | Fora do Porto | 1403 | Abade de Pendorido | | L. S., XC, 18-27v |
| Gonçalo Martins, clérigo Carreiro | Porto (?) | 1375 | Clérigo, carreiro | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Gonçalo Martins, clérigo da Sé do Porto ? | Porto | 1327, 1339, 1341 | Clérigo da Sé do Porto | IV | L. O., XVII, 11; L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXIX, 49-53v |
| Gonçalo Martins, contador, dito corvoeiro, morador na cidade do Porto | Porto (?) | 1355, 1390, 1397 | Sapateiro, contador | | L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| Gonçalo Martins, escrivão jurado na Audiência da Igreja do Porto | Porto | 1331 | Escrivão jurado na audiência da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Gonçalo Martins, morador em Oliveira da Arda do Bispado de Lamego | Fora do Porto | 1403 | | | L. S., XC, 18-27v |
| Gonçalo Martins, procurador dos ditos Martim Gonçalves de Penha e do dito João Afonso | Fora do Porto | 1334 | Procurador do cavaleiro e escudeiros | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gonçalo Martins, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1370, 1376, 1389, 1402 | Tabelião na cidade do Porto | | L. O., XXIII, 27; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Gonçalo Martins, tabelião do rei em terra da Maia | Fora do Porto | 1330, 1364, 1365 | Tabelião do rei na terra da Maia | | L. O., XVII, 12; L. S., LXXXII, 161-175 |
| Gonçalo Martins, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1305, 1312, 1316, 1317, 1320, 1331 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCV, 120-124; L. S., XCVII, 105-110 |
| Gonçalo Martins, tendeiro na cidade do Porto | Porto | 1387 | Tendeiro, sapateiro (?) | L | L. O., XII, 51 |
| Gonçalo Mendes, filho de Afonso Domingues | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Gonçalo Miguéis | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Gonçalo Miguéis, pedreiro | Porto (?) | 1318 | Pedreiro | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Gonçalo Mourilhe, clérigo do abade de Ferreira | Fora do Porto | 1326, 1329 | Clérigo do Abade de Ferreira | | L. S., LXXIX, 203-216; L. S., XCVIII, 9-12v |
| Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa (D.) ? | Fora do Porto | 137?, 1323, 1324, 1334, 1346 | Bispo de Lisboa (1323), arcebispo de Braga (1324, 1334) | | L. S., LXXXII, 114-118v; L. S., XCI, 1-16 |
| Gonçalo Pereira, deão do Porto (honrado) (D.) | Porto | 1296, 1300, 1305, 1308, 1315, 1318, 1319, 1321, 1350 | Deão da Ig ^a do Porto | LXVIII | L. O., XXIX, 53; L. S., LXXIII, 243-245; L. S., LXXV, 20v-22v, 164-168v, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXIV, 222-226; L. S., XCV, 120-124 |
| Gonçalo Peres | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCVII, 111-116v |
| Gonçalo Peres | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Gonçalo Peres | Fora do Porto | 1380 | | | L. S., XXXI, 418-420 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------|--|-------|--|
| Gonçalo Peres Abadinho | Porto (?) | 1336 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Gonçalo Peres das Eiras | Porto (?) | 1319, 1336 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278; L. S., CI, 346-353 |
| Gonçalo Peres do Rego, clérigo do coro da Igreja do Porto | Porto | 1362 | Clérigo do coro da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Gonçalo Peres, abade de S. João de Pesqueira(?), cónego | Porto | 1364 | Cónego, abade de S. João de Pesqueira(?) | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Gonçalo Peres, abade de Sto. Tirso de Meinedo | Fora do Porto | 1369 | Abade de Sto. Tirso de Meinedo | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Gonçalo Peres, camareiro [andante com o Senhor bispo] | Porto | 1398 | Camareiro andante com D. Fernando, bispo do Porto | XLI | L. S., XCVI, 7-17v |
| Gonçalo Peres, criado de Afonso...elgado(?) | Porto | 1387 | Criado de Afonso...elgado(?) | LIII | L. O., XXII, 4 |
| Gonçalo Peres, escudeiro | Fora do Porto | 1329 | Escudeiro | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Gonçalo Peres, filho de Gonçalo Peres das Eiras | Porto (?) | 1336 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Gonçalo Rodrigues de Sanguinhedo | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Gonçalo Rodrigues, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1379 | Tabelião da cidade do Porto | | L. O., XX, 23 |
| Gonçalo Velho, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1396 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., XCVIII, 54-57v |
| Gonçalo Viegas | Fora do Porto | 1329 | | | L. O., XVII, 11 |
| Gonçalo, bispo do Porto (D.) | Porto | ?, 1302 | Bispo do Porto | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Gonçalo, natural de Guimarães, homem de Estêvão Eanes | Porto | 1392 | Homem de Estêvão Eanes, procurador de Nuno Martins | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Gonçalo, zenheiro, morador na azenha de Bomvai | Fora do Porto | 1365 | "Zenheiro" | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Gonzia Martins, irmã de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Graça Mendes, mulher de Martim Esteves (tendeiro), cidadãos do Porto | Porto | 1320 | Cidadã do Porto | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Gueidoar (sic) | Porto | 1307 | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 |
| Gueirão | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Guiomar Francisca, mulher que foi de Gonçalo Martins do Olho, moradora na cidade do Porto | Porto | 1387 | | L | L. O., XII, 51 |
| Guiomar Gonçalves, esposa de João Afonso (morador na cidade do Porto) | Porto | 1387 | | LIII | L. O., XXII, 4 |
| Guiomar Mendes, mulher de Gil Martins (corretor), vizinhos e moradores na cidade do Porto | Porto | 1341 | Vizinha da cidade do Porto | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Ildefonso Jacome | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Inês Afonso, criada de Afonso Esteves (porteiro que foi do Cabido do Porto) | Porto | 1389 | Criada de Afonso Esteves Porteiro que fo do Cabido | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Inês Afonso, esposa de Rui Peres | Fora do Porto | 1335 | | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Inês Eanes, mulher de Afonso Domingues (tabelião) | Porto | 1373 | | VI | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Inês Francisca que foi mulher de [Gonçalo Martins] | Porto | 1387 | | L | L. O., XII, 51 |
| Inês Martins, mulher de Miguel Peres dito Perro, cidadã da cidade do Porto | Porto | 1329 | Cidadã do Porto | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| Inês Martins, mulher que foi de Pedro Rodrigues, escudeiro, já falecido | Porto | 1400 | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Inês Vasques, mulher de Gonçalo de Sá (filho de João Rodrigues de Sá) | Fora do Porto | 1431 | | XLVII | L. S., XCVII, 118-128 |
| Irmã de Gil Martins das Tendas | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Irmãos de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Isaque Velhos, tesoureiro da Infante D. Beatriz | Fora do Porto | 1318 | Tesoureiro da Infante D. Beatriz | | L. S., XCVIII, 172-177 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------------|---|--------|--|
| Jacob (mestre) | Porto | 1380 | Judeu | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Jacome Carquom, judeu, morador em S. João da Pesqueira | Fora do Porto | 1390 | Judeu | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Janeiro de Prosende (sic) | Fora do Porto | 1339 | | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Joana Domingues | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Joana Domingues Amada | Porto | 1389, 1398, 1404 | | X, IX | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXII, 1-5; L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Joana Domingues, mulher de João Martins (morador em) | Fora do Porto | 1306 | | | L. S., LXXXI, 215-219v |
| Joana Gonçalves, mulher de Gonçalo Martins | Fora do Porto | 1403 | | | L. S., XC, 18-27v |
| Joana Martins, moradora [...na rua das Eiras], mulher que foi de Martim Vicente de Barreiros | Porto | 1392 | | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Joana Peres, mulher de Domingos Geraldes, cidadã do Porto | Porto | 1307 | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 |
| Joana Vasques, irmã de Rui Vasques, já falecida, mulher que foi de Afonso Martins (merceiro, mercador e morador na cidade do Porto) | Porto | 1391 | | XXXII | L. S., XCI, 37-41 |
| João ..., juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1329 | Juiz ordinário da cidade do Porto | | L. O., XXX, 32 |
| João Abrães, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| João Abril, cônego da cidade do Porto, procurador "dos sobreditos reos" ? | Porto | 1368, 1373, 1379, 1389, 1390, 1410 | Cónego da cidade do Porto, abade (1373 e 1389), vigário geral na Ig ^a do Porto (1391), Procurador [do Cabido]. | XIII | L. O., XX, 23; L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXII, 36-45v, 67-72v; L. S., LXXXVII, 25-29v; L. S., XCI, 37-41, 55-61v |
| João Afonso | Porto | 1387 | | | L. O., XII, 51 |
| João Afonso (Conde D.) | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João Afonso Alvos, morador na cidade do Porto | Porto | 1405, 1410 | | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| João Afonso Aranha, cônego da Igreja do Porto | Porto | 1389, 1395 | Cónego da Sé do Porto | XXXVII | L. S., XCI, 55-61v; L. S., XCVI, 49-54 |
| João Afonso Coelho | Porto (?) | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Afonso da Agrela, juiz que foi da cidade do Porto ? | Porto | 1370 | Juiz da cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João Afonso de Alenquer, vassalo do rei D. João I e vedor da sua Fazenda | Fora do Porto | 1405, 1406 | Vassalo de D. João I, vedor da fazenda do rei | | L. S., XXX, 317-320; L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Afonso de Freixo de Espada à Cinta | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| João Afonso de Guimarães, genro de Dominginhos | Fora do Porto | 1403 | Procurador de Joana Gonçalves | | L. S., XC, 18-27v |
| João Afonso de Guimarães, procurador do concelho do Porto | Porto | 1417 | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 303-311v |
| João Afonso Rodrigues, escudeiro filho de Afonso Rodrigues Ribeiro | Fora do Porto | 1324, 1331, 1334 | Escudeiro | | L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; L. S., CI, 346-353 |
| João Afonso, abade de S. Vicente do Pinheiro, cônego e procurador do Cabido | Porto (?) | 1389, 1391 | Abade de S. Vicente do Pinheiro | | L. S., LXXXII, 1-5; L. S., XCI, 37-41 |
| João Afonso, abade de Vermuim, da terra da Maia | Fora do Porto | 1364 | Abade de Vermuim | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| João Afonso, chantre e vigário geral do honrado padre e senhor D. João (bispo do Porto) ? | Porto | 1397, 1398, 1404, 1405, 1406, 1431 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto, vigário geral de D João, bispo do Porto (1397) e procurador do Cabido do Porto | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXVIII, 27-32, 152-160; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v; L. S., XCVII, 118-128 |
| João Afonso, criado de Pedro Eanes (abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira) | Porto (?) | 1337 | Criado de Pedro Eanes, Abade de S. Pedro de Ferreira | XXVI | L. O., XX, 28 |
| João Afonso, escudeiro do dito João Coelho ? | Fora do Porto | 1336 | Escudeiro de João Coelho | | L. S., LXXXIV, 42-48, 182-187 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------------|--|--------------|---|
| João Afonso, filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto | Porto | 1357, 1364 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | XXVIII, XXIX | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Afonso, licenciado em direito canónico, cónego e vigário geral do honrado padre e senhor D. Fernando, bispo do Porto | Porto | 1417 | Licenciado em direito canónico, cónego, vigário geral de D. Fernando, bispo do Porto | | L. S., LXXX, 303-311v |
| João Afonso, meio cónego, morador na cidade do Porto ? | Porto | 1403, 1404, 1405, 1410 | Meio-cónego | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XC, 27v-29 |
| João Afonso, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| João Afonso, morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | | LIII | L. O., XXII, 4 |
| João Afonso, tabelião da cidade do Porto | Porto | ? | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| João Afonso, vedor da Fazenda do rei D. João I | Porto (?) | 1405 | Vedor da fazenda do rei | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v |
| João Aias | Porto (?) | 1394 | Escrivão | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| João Aires, recebedor da Capela de S. João Durates(?) (dito) | Fora do Porto | 1347 | Recebedor da capela de S. João Durates(?) | | L. O., XII, 33 |
| João Alvarinho, filho que foi de Alvarinho de Golpilharinhos [...], morador em Francelos | Fora do Porto | 1376 | | | L. O., XXIII, 27 |
| João Alvo | Fora do Porto | 1364, 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v |
| João Amado, cónego na Igreja do Porto, "nosso companheiro" e procurador [...] | Porto | 1362, 1364, 1366, 1386, 1387, 1390 | Cónego | | L. O., XII, 51; L. O., XIV, 53; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| João Apartem (sic) | Porto (?) | 1329, 1362 | | | L. S., XCVII, 141-154 |
| João Arsénio | Fora do Porto | 1326 | | | L. S., LXXV, 8-12v |
| João Barreiros | Porto (?) | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| João Barreiros, filho que foi de Aldonça Eanes | Porto | 1358 | | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| João Bedens | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Bezerro Roquedo, cidadão do Porto ? | Porto | 1329 | | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| João Bezerro, advogado | Porto (?) | 1317, 1329, 1332 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| João Bicorro, notário, morador cidade do Porto | Porto | 1403 | Notário | | L. S., XC, 27v-29 |
| João Bicos | Porto (?) | 1370 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João Boi | Porto (?) | 1319 | | | L. S., LXXX, 269-278 |
| João Boleiro, alfaiate | Porto (?) | 1336 | Alfaiate | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| João Brás | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| João Bravo | Porto (?) | 1332 | | XXIV | L. O., IX, 29 |
| João Cabraes, cidadão que foi da cidade do Porto | Porto | 1339, 1358 | Cidadão do Porto | XI | L. S., LXXIV, 65-68; 187-192 |
| João Caledo | Porto (?) | 1319 | | | L. S., LXXX, 269-278 |
| João Coelho | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| João Coelho | Porto | 1351 | | | L. O., XXVII, 18 |
| João Coelho, cavaleiro, filho que foi de Estêvão Coelho | Fora do Porto | 1336 | Cavaleiro | | L. S., LXXXIV, 42-48, 174-177, 182-187 |
| João Colaço Tabelião em outro tempo cidade do Porto | Porto | 1296, 1301, 1307, 1312, | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172, 230-235, L. S., LXXV, 20v-22v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|---------------------|---|---------|---|
| | | 1338 | | | |
| João Cravato | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| João da Açoreira | Fora do Porto | 1316 | | | L. O., XXVIII, 6 |
| João da Cal | Fora do Porto | 1321 | Cal (da) (?) | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João da Guarda, procurador do concelho [do Porto] | Porto | 1316 | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 |
| João da Ponte, tanoeiro | Fora do Porto | 1365 | | V | L. S., XCVIII, 195-201 |
| João da Ribeira, marinheiro | Porto | 1320 | Marinheiro | | L. S., XC, 100-111v |
| João da Silva | Fora do Porto | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João de Ataíde de Guimarães | Fora do Porto | 1326 | | | L. S., LXXV, 8-12v |
| João de Azevedo | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| João de Barcelos | Fora do Porto | 1324, 1334, 1340 | Escrivão da Infante D. Branca | | L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., CI, 346-353 |
| João de Barcelos | Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| João de Burgos | Porto | 1420 | Almoxarife na cidade do Porto | | L. S., LXXX, 144-146v |
| João de Cristo, alfaiate | Porto (?) | 1329 | Alfaiate | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| João de Cristo, criado de Diogo Henriques | Porto (?) | 1400 | Criado de Diogo Henriques, cónego da Ig ^a do Porto | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| João de Escaura, homem de Gonçalo Peres (abade de Sto. Tirso de Meinedo) | Fora do Porto | 1369 | Homem de Gonçalo Peres, abade de Sto. Tirso de Meinedo | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João de Freitas | Porto (?) | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| João de Lamego, porteiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1390 | Porteiro | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João de Leiria, companheiro do eleito (frei) | Fora do Porto | 1392 | Frei, companheiro do frei Fernando eleito da Ig ^a de Estorga, confessor do rei | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| João de Lisboa | Fora do Porto | 1396 | | | L. S., XCIV, 98-104v |
| João de Mariz, marinheiro | Porto (?) | 1397 | Marinheiro | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| João de Matosinhos | Fora do Porto | 1332 | | | L. O., XVIII, 11 |
| João de Moura Monta, clérigo do coro | Porto | 1390 | Clérigo do coro da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João de Pinho, tabelião do rei na Vila da Feira | Fora do Porto | 1367 | Tabelião do rei na Vila da Feira | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| João de Ponte, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1362 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVII, 141-154 |
| João de Ribas | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 189-197 |
| João de Santarém, raçoeiro de Braga | Fora do Porto | 1346 | Raçoeiro de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| João de Sinhó | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João de Sousa, clérigo ? | Porto | 1331 | | XVII | L. S., LXXXII, 120-135 |
| João de Sousa, notário jurado na audiência e Bispado do Porto ? | Porto | 1366, 1387, 1390 | Notário jurado da audiência do bispo, escrivão da audiência do bispo | | L. O., XII, 51; L. O., XXIV, 1; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| João de Sta. Maria, clérigo, procurador do Cabido ? | Porto | ?, 1425, 1428, 1431 | Notário, cónego, bacharel, procurador do Cabido | | L. S., LXXXII, 24-29v; L. S., XCVII, 118-128, 141-154 |
| João de Sta. Maria, notário ? | Porto | 1391 | Notário | | L. S., XCI, 37-41 |
| João de Vila Sta. | Fora do Porto | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| João Dias, clérigo de D. Maria, mãe de João Coelho, morador no Mosteiro | Fora do Porto | 1336 | Clérigo de D. Maria Mendes | | L. S., LXXXIV, 182-187 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------|--|------|---|
| de Canedo | | | | | |
| João do Couto, criado de Domingos Geraldês | Porto | 1335 | Criado de Domingos Geraldês, cônego, procurador do Deão e Cabido | XXV | L. S., XCIX, 15-20v |
| João do Outeiro | Fora do Porto | 1376 | | | L. O., XXIII, 27 |
| João Domingues | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCV, 120-124 |
| João Domingues | Fora do Porto | 1321 | Homem bom – ancião | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Domingues | Porto | 1394 | Caseiro do Cabido, lavrador | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| João Domingues ? | Fora do Porto | 1345 | | | L. O., XXIII, 3 |
| João Domingues ? | Porto | 1357 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Domingues Barreiros | Fora do Porto | 1345 | | | L. O., XXIII, 3 |
| João Domingues d'Anta | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João Domingues de Alveter | Fora do Porto | 1365 | | V | L. S., XCVIII, 195-201 |
| João Domingues de Barrecães | Fora do Porto | 1321 | Homem bom – ancião | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Domingues de Valença | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Domingues do Carregal | Fora do Porto | 1321 | Homem bom – ancião | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Domingues do Couto | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXIII, 158-161 |
| João Domingues dos Contos | Porto | 1329 | | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| João Domingues Navarro, notário público jurado na corte da Igreja do Porto ? | Porto | 1362, 1366, 1370, 1409, 1428 | Notário público jurado da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXVI, 54-59; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 132-146v |
| João Domingues Santos, tabelião geral do reino de Portugal | Porto | 1390 | Tabelião geral do reino de Portugal | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| João Domingues Soeiro, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1320 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 100-111v |
| João Domingues, abade de Gondomar, irmão do dito tesoureiro | Porto (?) | 1332 | Abade de Gondomar | XXIV | L. O., IX, 29 |
| João Domingues, abade de Juvim | Porto (?) | 1398 | Abade de Juvim | | L. S., XC, 70-77 |
| João Domingues, abade de Paranhos, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo, abade de Paranhos | | L. S., LXXIII, 14-18 |
| João Domingues, abade de Penamaior, cônego | Porto | 1366 | Cônego da Sé do Porto, abade de Pena Maior | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| João Domingues, alfaiate | Porto (?) | 1331 | Alfaiate | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| João Domingues, bainheiro, testamenteiro do dito Afonso Martins | Porto (?) | 1393 | Bainheiro. Testamenteiro de Afonso Martins. | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| João Domingues, capelão | Porto (?) | 1312 | Capelão | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| João Domingues, clérigo de Valadares | Fora do Porto | 1320 | Clérigo de Valadares | | L. S., XCVI, 204-224 |
| João Domingues, cuteleiro, o que faz as adagas(?) | Porto (?) | 1390 | Cuteleiro (o que faz as adagas) | | L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| João Domingues, deão | Porto | 1356, 1359, 1362, 1366 | Deão da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIII, 75-79v; L. S., LXXXI, 156-162; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 132-146v |
| João Domingues, lavrador | Fora do Porto | 1364 | Lavrador | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| João Domingues, mercador | Porto | 1390 | Mercador | | L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| João Domingues, mestre-escola (D.) | Porto | 1364 | Mestre-escola da Ig ^a do Porto | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| João Domingues, notário jurado da corte do bispo | Porto | 1380, 1390, 1395, | Notário jurado da Corte do Senhor bispo | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 166-174; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|--|---|-------|---|
| | | 1398, 1400, 1402, 1403, 1404 | | | L. S., XC, 13-27v; L. S., XCVI, 37-42, 49-54, 183-197 |
| João Domingues, notário jurado na corte da Igreja do Porto | Porto | 1306 | Notário jurado na corte da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v |
| João Domingues, reitor da Igreja de Válega | Fora do Porto | 1285, 1334, 1340 | Abade de Válega | | L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., CI, 346-353 |
| João Domingues, sobrinho de D. Fradeza | Porto (?) | 1326 | Sobrinho de D. Fradeza | | L. S., LXXV, 8-12v |
| João Domingues, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1367, 1368, 1370 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXVI, 156-162; L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João Domingues, tabelião geral do rei | Porto (?) | 1329 | Tabelião geral do rei | | L. S., LXXX, 279-282v |
| João Domingues, tabelião público da cidade do Porto | Porto | 1316 | Tabelião público do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 |
| João Domingues, tabelião público de Santarém | Fora do Porto | ?, 1319, 1320, 1323, 1324 | Tabelião público de Santarém | | L. S., XCI, 1-16; L. S., XCVI, 204- 224 |
| João Domingues, tio de D. Maria Mendes | Fora do Porto | 1336 | Procurador de João Coelho filho de D. Maria Mendes | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| João Durães o Laico | Fora do Porto | 1327 | Laico (o) | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| João Durães, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1317, 1332 | | | L. O., XVIII, 11; L. S., LXXXI, 169-175 |
| João Eanes | Porto | 1335 | Tabelião na cidade do Porto | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| João Eanes | Porto (?) | 1364, 1375 | Escrivão | | L. S., XCV, 15-20 |
| João Eanes Balulo, juiz do Porto | Porto | 1317 | Juiz do Porto | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| João Eanes de Teiso (sic), mercador, morador na cidade do Porto, na rua Chã | Porto | 1397 | Mercador | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| João Eanes Descastes | Porto (?) | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João Eanes Gago | Porto (?) | 1319 | | | L. S., LXXX, 269-278 |
| João Eanes Melão, corregedor do rei D. Afonso d'Aquém Douro | Porto | 1331 | Corregedor do rei D. Afonso d'Aquém Douro | | L. S., CI, 346-353 |
| João Eanes, "nosso" clérigo, procurador dos ditos deão e Cabido | Porto | 1327 | Clérigo da Ig ^a do Porto – bispo D. João, procurador do deão e Cabido | LIV | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6 |
| João Eanes, abade de Paranhos, porteiro do Cabido ? | Porto | 1410 | Abade de Paranhos, porteiro do Cabido | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| João Eanes, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo | | L. O., IX, 29 |
| João Eanes, clérigo | Porto | 1392 | Clérigo | | L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| João Eanes, clérigo da Rainha | Porto | 1329 | Clérigo da Rainha | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| João Eanes, clérigo do coro | Porto | 1296 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 20v-22v |
| João Eanes, cónego da cidade do Porto | Porto | 1386 | Cónego da cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| João Eanes, cónego na Sé da cidade do Porto, abade da Igreja de Válega do Bispado do Porto ? | Porto | 1319, 1320, 1321, 1324, 1325, 1331, 1332, 1334, 1336, 1337, 1340 | Raçoieiro da Sé do Porto, abade da Ig ^a de Válega, Juiz Árbitro nomeado pelo Cabido da Igreja do Porto | XXVII | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. O., XXVI, 7; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXII, 114-118v; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., XC, 161-166v; L. S., CI, 346-353 |
| João Eanes, criado de Domingos Geraldês | Porto (?) | 1335 | Criado de Domingos Geraldês | XXV | L. S., XCIX, 15-20v |
| João Eanes, escrivão da Fazenda do rei | Fora do Porto | 1392 | Escrivão da Fazenda do rei | | L. S., LXXXVII, 25-29v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------|---|--------|--|
| João Eanes, filho de João Peres Pirrigoto da Ferraria | Porto (?) | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| João Eanes, juiz | Fora do Porto | 1331 | Juiz Sobrejuiz | | L. S., CI, 346-353 |
| João Eanes, lavrador | Porto (?) | 1302 | Lavrador | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| João Eanes, morador na freguesia do Paraíso, terra de Sta. Maria do julgado de Gaia | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 189-197 |
| João Eanes, pocurador do Cabido | Porto | 1336 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| João Eanes, porteiro ? | Porto | 1431 | | | L. S., XCVII, 118-128 |
| João Eanes, porteiro [Clérigo do Coro] ? | Porto | 1397, 1398 | Clérigo do coro, porteiro do Cabido do Porto | | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXIV, 132-138; L. S., XC, 70-77; L. S., XCVI, 7-17v |
| João Eanes, prior do Mosteiro de Paços de Sousa | Fora do Porto | 1398 | Prior do M ^o de Paços de Sousa | | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Eanes, procurador do Cabido | Porto | 1306 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v |
| João Eanes, sapateiro | Porto (?) | 1332 | Sapateiro | | L. O., IX, 29 |
| João Eanes, sapateiro, morador na cidade do Porto na rua da Sapataria | Porto | 1368 | Sapateiro | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| João Eanes, sobrinho de D. Pedro Peres (cónego) | Porto (?) | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| João Eanes, tabelião | Porto (?) | 1393 | Tabelião | | L. O., XXIV, 5 |
| João Eanes, tesoureiro | Porto | 1398 | Tesoureiro da Ig ^a do Porto | | L. O., XIV, 53 |
| João Egas, clérigo coreiro da Sé da cidade do Porto | Porto | 1379 | Clérigo coreiro da Sé do Porto | | L. O., XX, 23 |
| João Estêvão, procurador do Cabido | Porto | 1394 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| João Esteves | Porto (?) | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| João Esteves | Porto | 1394 | Lavrador, caseiro do Cabido do Porto | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| João Esteves da Agrela | Fora do Porto | 1364 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Esteves de Azevedo ? | Porto (?) | 1319, 1329 | Procurador no concelho do Porto (1329) | XIX | L. O., XXX, 32; L. S., LXXX, 269-278 |
| João Esteves do Couto de Cucujães | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| João Esteves Especoa, morador na cidade do Porto | Porto | 1364 | | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| João Esteves, abade da Igreja de Campanhã | Fora do Porto | 1305 | Abade da Ig ^a de Sta M ^a de Campanhã | | L. S., XCV, 120-124 |
| João Esteves, abade da Igreja de Sta. "Felícia", procurador do deão | Fora do Porto | 1321 | Abade de Sta. Felícia | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| João Esteves, abade de Rugura (sic) | Fora do Porto | 1365 | Abade de Rugura(?) | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| João Esteves, abade de Feijoses | Fora do Porto | 1321 | Abade de Feijoses | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Esteves, clérigo | Porto (?) | 1302 | Clérigo, procurador de Martim Domingues Abade de Canedo | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| João Esteves, clérigo, raçoeiro da Igreja de S. Lourenço de Santarém | Fora do Porto | 1339 | Clérigo raçoeiro da Ig ^a de S. Lourenço de Santarém(?) | | L. S., LXXV, 188-191 |
| João Esteves, escrivão e contador do rei na corte | Fora do Porto | 1350, 1368 | Escrivão e contador na corte do rei D. Afonso | | L. S., XXXI, 409-417; L. S., XC, 54-61 |
| João Esteves, genro que foi de Vicente Martins (almoxarife) | Porto (?) | 1329 | Genro de Vicente Martins Almoxarife | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| João Esteves, morador na rua da Bainharia | Porto | 1389 | | | L. O., XXIV, 4 |
| João Esteves, tabelião do rei em Gaia e Vila Nova | Porto (?) | 1341, 1344 | Tabelião do rei em Gaia e em Vila Nova | XLIX | L. S., LXXV, 32-38v; L. S., LXXXVII, 119-126 |
| João Esteves, tabelião público de Leiria | Fora do Porto | 1329 | Tabelião público de Leiria | | L. S., XCVII, 141-154 |
| João Fernandes dito Bicado, cavaleiro | Fora do Porto | 1317 | Cavaleiro | XVIII | L. S., XCVII, 105-110 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|--|-------|--|
| João Fernandes, cavaleiro, vizinho de Leiria | Fora do Porto | 1329 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| João Fernandes, corregedor do rei na correição Entre Douro e Minho | Fora do Porto | 1420 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | | L. S., LXXX, 144-146v |
| João Fernandes, ferreiro, morador na cidade do Porto, na rua do Souto | Porto | 1390, 1397, 1405 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | | L. S., LXXIX, 7-12; L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| João Fernandes, filho que foi de Fernando Afonso Peliteiro (mercador, morador na cidade do Porto) | Porto (?) | 1321 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| João Fernando | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Ferraz | Porto | 1397 | Ferreiro (?) – possuidor de um forno na rua Chã | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| João, filho que foi de Lourenço Domingues Irmão do dito Afonso Lourenço | Porto | 1370 | | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| João Francisco de Pusos | Porto (?) | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Galego | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Galego de Prevenda | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| João Garcia, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1396, 1405, 1410 | Tabelião do rei na cidade do Porto | XXXVI | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., XCVII, 8-19; L. S., XCVIII, 54-57v |
| João Gareis | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Gerales | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCV, 120-124 |
| João Gerales | Porto (?) | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| João Gerales de Oliveira, mercador, cidadão do Porto | Porto | 1320 | Cidadão do Porto, mercador | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| João Gerales, abade de Paranhos, clérigo, procurador do deão e Cabido | Porto | 1307, 1316, 1321, 1328, 1329, 1330, 1332 | Clérigo do coro da Sé, abade de Paranhos, procurador do Cabido do Porto | | L. O., XVII, 11-12; L. O., XVIII, 11; L. S., LXXIII, 150-153, 154-157; L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 60-67; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., XC, 148-154 |
| João Gerales, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1367 | Alfaiate | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| João Gerales, contador do rei, morador na cidade do Porto | Porto | 1405 | Contador do rei D. João I | I | L. S., LXXX, 312-316 |
| João Gerales, escrivão dado pelo rei a Gerales Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1357, 1364 | Escrivão jurado dado pelo rei a Geraldo Eanes Tabelião na cidade do Porto | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Gil | Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| João Gil, clérigo | Porto (?) | 1397 | Clérigo | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| João Gil, corregedor do rei | Porto (?) | 1334 | Corregedor do rei | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| João Gil, homem de Lourenço Peres | Fora do Porto | 1343 | Homem de Lourenço Peres, abade da Ig ^a de Sta. M ^a de Campanhã | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| João Gil, sobrinho de João Amado | Porto (?) | 1398 | Sobrinho de João Amado | | L. O., XIV, 53 |
| João Gomes de Freitas | Fora do Porto | 1366 | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| João Gomes, cónego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1339 | Cónego da Sé da cidade do Porto | | L. O., XIV, 3 |
| João Gomes, corretor, morador na cidade do Porto, na rua dos Trapeiros em Cimo de Vila | Porto | 1387 | Corretor | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| João Gonçalves | Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| João Gonçalves Belagua (sic) | Porto (?) | 1404 | | | L. S., LXXXVIII, 27-32 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------|--|-------|--|
| João Gonçalves d'Álvares, morador no julgado de Gaia | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| João Gonçalves do Rego, andante com o Senhor bispo | Porto (?) | 1398 | Camareiro andante com o senhor bispo | XLI | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Gordo, morador no Mosteiro de Paços de Sousa | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Jerodes [...] | Porto (?) | 1317 | | | L. S., XCVII, 105-110 |
| João Juceiro, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| João Leitão, morador no Mosteiro de Paços de Sousa | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Loureiro, clérigo | Fora do Porto | 1332 | Clérigo do Abade de Ferreira | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| João Lourenço | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Lourenço de Cidadelhe | Porto (?) | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| João Lourenço de Guimarães | Porto | 1404 | | X | L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| João Lourenço, corregedor do rei na Beira | Fora do Porto | 1350 | Corregedor do rei D Afonso IV na Beira | | L. S., XC, 54-61 |
| João Lourenço, escrivão do rei na cidade do Porto | Porto | 1394 | Escrivão do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v |
| João Lourenço, procurador no concelho | Fora do Porto | 1324 | Procurador no concelho de Braga | | L. S., XCI, 1-16 |
| João Marinho, clérigo | Fora do Porto | 1332 | Clérigo do Abade de Ferreira | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| João Martinho da Espenhucaque | Fora do Porto | 1390 | Abade de S. Pedro da Cova | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João Martins | Porto (?) | 1320 | | | L. S., XC, 100-111v |
| João Martins | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| João Martins | Porto | 1394 | Lavrador | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| João Martins (nosso senhor (D.)) | Porto (?) | 1393 | Senhor | | L. O., XIX, 24 |
| João Martins Barvor (sic) | Porto (?) | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| João Martins Botelho, pai do marido de Constança Fernandes | Fora do Porto | 1319, 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| João Martins de Canelas | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Martins de Meixide | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Martins d'Elvas | Fora do Porto | 1409 | | | L. S., LXXXVI, 54-59 |
| João Martins Moqueiros | Porto (?) | 1333 | Moqueiros(?) | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João Martins, [morador no lugar de Degareil] | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| João Martins, abade de Cabanões | Fora do Porto | 1333 | Abade de Cabanões | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João Martins, almocreve, morador junto a Santildefonso que é a par da cidade do Porto | Porto | ?, 1425 | Almocreve | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| João Martins, capelão da Sé do Porto | Porto | 1335 | Capelão da Sé do Porto | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| João Martins, chantre (D.) | Porto | 1339 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | | L. O., XIV, 3 |
| João Martins, cidadão do Porto ? | Porto | 1332 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 32-36, 154-157 |
| João Martins, criado de Domingos Vasques | Porto | 1389 | Criado de Diogo Vasques | XLIII | L. O., XXIV, 4 |
| João Martins, criado de Senhorinha Eanes | Porto (?) | 1390 | Criado de Senhorinha Eanes | IX | L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| João Martins, escolar em direito canónico, morador na cidade do Porto e juiz ordinário pelo senhor rei, na cidade do Porto | Porto | 1417, 1420, 1425 | Escolar em direito canónico (degredos), ouvidor na correição de Entre Douro e Minho; juiz na cidade do Porto | | L. S., LXXX, 144-146v, 303-311v; L. S., LXXXII, 24-29v |
| João Martins, filho de Nuno Martins | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|--|---|-------|--|
| João Martins, filho que foi de Martim Cabeça | Fora do Porto | 1356 | | | L. S., LXXXI, 156-162 |
| João Martins, juiz que foi de Gaia | Fora do Porto | 1305, 1305 | Juiz que foi de Gaia | | L. S., XCVII, 111-116v |
| João Martins, mercador cidadão do Porto ? | Porto | 1332 | Cidadão do Porto, mercador | | L. S., LXXXIII, 32-36 |
| João Martins, mestre-escola na dita Igreja do Porto, procurador do deão e Cabido ? | Porto | 1379, 1380, 1389, 1392, 1397, 1398, 1400, 1402, 1405, 1406, 1410, 1417 | Mestre-escola da Ig ^a do Porto, procurador do Deão e Cabido do Porto | XL | L. O., XIV, 53; L. O., XX, 23; L. O., XXIV, 4; L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78, 166-174; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXVII, 25-33; L. S., XC, 13-18; L. S., XCI, 55-61v; L. S., XCV, 21-31v; L. S., XCVI, 7-17v, 37-42, 183-197 |
| João Martins, morador em Negrelos | Fora do Porto | 1306 | | | L. S., LXXXI, 215-219v |
| João Martins, seleiro | Porto (?) | 1405 | Seleiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Martins, tabelião do rei no Julgado da Feira | Fora do Porto | ?, 1302 | Tabelião do rei no Julgado da Feira | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| João Martins, tanoeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1387 | Tanoeiro | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| João Martins, tendeiro, [cidadão do Porto] | Porto | 1329 | Cidadão do Porto, tendeiro | | L. S., LXXXIII, 150-153 |
| João Mateus, filho do dito Mateus Eanes | Fora do Porto | 1324 | Lavrador (?) | XLV | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| João Mateus, tabelião | Fora do Porto | 1335 | Tabelião | | L. O., XXI, 3 |
| João Meirinho, criado do dito abade de Ferreira | Porto (?) | 1337 | Criado de Pedro Eanes, Abade de S. Pedro de Ferreira | XXVI | L. O., XX, 28 |
| João Mendes | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| João Mendes de Briteiros | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João Mendes de Jovem | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXIII, 158-161 |
| João Mendes, juiz de Gondomar | Fora do Porto | 1332 | Juiz de Gondomar | | L. S., LXXXIII, 32-36, 154-157 |
| João Mendes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1334 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| João Miguéis | Fora do Porto | 1316 | Escrivão do rei D. Dinis | | L. S., LXXX, 133-140 |
| João Miguéis, alfaiate | Porto (?) | 1327 | Alfaiate | | L. O., XVII, 11 |
| João Miguéis, morador que foi em Enxurrões de terra de Riba Douro | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXIX, 49-53v |
| João Nogueira da Penha | Fora do Porto | 1329, 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 11-12 |
| João Pais | Porto | 1307 | | | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 166-172 |
| João Pais Galego, tanoeiro | Fora do Porto | 1318 | Tanoeiro | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| João Pais, prior crasteiro do Mosteiro de Grijó, seu procurador | Fora do Porto | 1305 | Prior Trasteiro(?) e procurador do M ^o de Grijó | | L. S., XCVII, 111-116v |
| João Pais, testemunha | Porto (?) | 1341 | | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| João Palmeiro, deão de Braga e vigário geral de D. Vasco (bispo do Porto) | Fora do Porto | 1324, 1331, 1370, 1398 | Deão de Braga, vigário geral do sr. D. Vasco, bispo do Porto (1331) | X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCI, 1-16 |
| João Palmeiro, mestre-escola de Lisboa e cónego da cidade de Lisboa e cónego do Porto (D.) | Porto | 1351, 1358 | Cónego da Ig ^a do Porto, mestre-escola de Lisboa | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| João Palos (sic), cónego da Igreja do Porto | Porto | 1364 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| João Pascoal, clérigo de João Eanes da Válega | Fora do Porto | 1321 | Clérigo de João Eanes da Válega | XXVII | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Pascoal, clérigo de missa | Porto | 1334 | Clérigo de missa | | L. S., LXXXVII, 34-65 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------|---|---------|---|
| João Pascoal, procurador do Mosteiro de Grijó ? | Fora do Porto | 1321 | Cónego, procurador do M ^o de Grijó | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Peixoteiro | Porto | 1405 | Peixoteiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| João Peres | Porto (?) | 1300 | | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| João Peres | Porto | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| João Peres da Figueira | Porto (?) | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| João Peres das Tendas, vizinho da cidade do Porto | Porto | ?, 1319 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | XVI, XV | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| João Peres de Sousa ? | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João Peres de Soverira, procurador de D. Fernando | Porto | 1316 | | | L. S., LXXX, 133-140 |
| João Peres Papoila, cidadão do Porto | Porto | 1307 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| João Peres Pirrigoto da Ferraria | Porto (?) | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| João Peres, abade da Igreja [...?], rendeiro da Igreja de Sta. Marinha de Gaia e de Vila Nova | Fora do Porto | 1341 | Abade e rendeiro de Sta. Marinha de Gaia e de Vila Nova | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| João Peres, abade de Gesta | Fora do Porto | 1365 | Abade de Gesta | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| João Peres, abade de Lubim | Porto (?) | 1405 | Abade de Lubim | | L. S., LXXX, 303-311v |
| João Peres, alfageme, morador cidade do Porto | Porto (?) | 1403 | Alfageme | | L. S., XC, 27v-29 |
| João Peres, clérigo da Igreja do Porto | Porto | 1398 | Clérigo da Ig ^a do Porto | | L. S., XC, 70-77 |
| João Peres, cozinheiro do Cabido | Porto | 1366 | Cozinheiro do Cabido | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| João Peres, distribuidor do Cabido | Porto (?) | 1405 | Distribuidor do Cabido | | L. S., LXXX, 303-311v |
| João Peres, ferrador | Porto | 1332 | Ferrador | | L. O., IX, 29 |
| João Peres, meirinho de D. Pedro Esteves ... Entre Cávado e Douro | Fora do Porto | 1307 | Meirinho entre Cávado e Douro de D Pedro Esteves | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| João Peres, morador no lugar de Degarei | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| João Peres, morador no lugar de Gontomil | Fora do Porto | 1331 | | | L. S., LXXIII, 46-50 |
| João Peres, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1354 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., XXIV, 40 |
| João Perro, morador na cidade do Porto | Porto | 1364 | | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| João Pesado, advogado, vizinho da Cidade do Porto | Porto | 1320 | Advogado, vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 100-111v |
| João Pestana, abade de Sanguinhedo | Porto | 137?, 1328 | Abade de Sanguinhedo (Ffanzeres) | XLIII | L. O., XVII, 11; L. O., VIII, 32 |
| João Pulos | Fora do Porto | 1350 | | | L. O., XXIII, 34 |
| João Ramalho | Porto | 1390, 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| João Redondo, cónego da cidade do Porto | Porto | 1327, 1328, 1329, 1332, 1339 | Cónego, procurador do deão e Cabido do Porto | XI | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 11; L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXXVIII, 83-86v; L. S., LXXIX, 55-61v |
| João Rodrigues da Lagea, escudeiro, homem de Diogo Henriques (abade do Mosteiro de Cedofeita) | Fora do Porto | 1389 | Escudeiro, homem de Diogo Henriques, abade do M ^o de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 |
| João Rodrigues de Briteiros (D.) | Fora do Porto | 1304 | D. | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João Rodrigues de Sá, cavaleiro, vassalo do rei do Porto | Fora do Porto | 1394, 1396, 1431 | Cavaleiro, vassalo do rei D. João I | XLVII | L. S., LXXV, 170-176v; L. S., XCVII, 118-128; L. S., XCVIII, 48-57v |
| João Rodrigues, clérigo do coro | Porto | 1398 | Clérigo do coro | | L. S., XCVI, 7-17v |
| João Rodrigues, ourives, morador no Porto | Porto | 1331, 1332 | Ourives | | L. S., LXXIII, 32-36, 154-157 |
| João Salvadores, clérigo e procurador do deão e Cabido | Porto | 1305 | Clérigo, procurador do deão e Cabido do Porto | | L. S., XCVII, 111-116v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|---|------|--|
| João Sanches, abade de Equifães, cónego da Sé do Porto | Porto | 1389 | Cónego da Sé do Porto, abade de Equifães | | L. S., XCI, 55-61v |
| João Sanches, estudante, clérigo do Porto | Porto | 1326 | Clérigo do Porto | | L. S., LXXV, 8-12v |
| João Santiago | Porto (?) | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João Sardão, morador em Negrelas | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| João Simões | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| João Soares | Porto | 1339 | | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| João Sousa | Porto | 13?? | | | L. O., VIII, 32 |
| João Vasques | Fora do Porto | 1319, 1320 | Procurador de Constança Eanes, filha de João Botelho | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| João Vasques, escudeiro Vassalo do dito [...(?)] | Porto (?) | 1393 | Escudeiro, vassalo do... (?) | | L. O., XXIV, 5 |
| João Vasques, primo de Senhorinha Eanes | Porto (?) | ?, 1390, 1410 | Criado de Senhorinha Eanes | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| João Vasques, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1396 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., XCVIII, 54-57v |
| João Vicente | Fora do Porto | 1285 | Escrivão da corte de D. Dinis (?) | | L. S., CI, 346-353 |
| João Vicente | Porto | 1319 | | | L. S., LXXX, 269-278 |
| João Vicente ? | Porto | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| João Vicente da Feira | Fora do Porto | 1345 | | | L. O., XXIII, 3 |
| João Vicente de Santra | Porto (?) | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| João Vicente Pinto, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1336 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., CI, 346-353 |
| João Vicente, genro de João Abrãens (vizinho da cidade do Porto) | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| João Vicente, procurador do Cabido da Igreja do Porto | Porto | 1367 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., XCVII, 189-196 |
| João Vicente, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 13??, 1329, 1331, 1332 | Tabelião público do rei na cidade do Porto | | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32; L. S., LXXIII, 46-50; L. S., LXXIX, 55-61v; 203-216 |
| João Vicente, tabelião público do rei no Porto | Porto | 1375 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXV, 164-168v |
| João Vicente, vizinho da cidade do Porto ? | Porto | 1317 | Vizinho da cidade do Porto, ex-almotaçé pelo concelho do Porto. | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| João Vieira (mestre, frei) | Porto (?) | ?, 1410 | Mestre frei | IX | L. S., LXXIX, 70-78 |
| João Vigor, morador na aldeia de Campanhã de Sobre Douro | Fora do Porto | 1359 | | | L. S., LXXIII, 75-79v |
| João, alfaiate de Águeda | Fora do Porto | 1335 | Alfaiate de Águeda | | L. O., XXI, 3 |
| João, bispo de Lisboa (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Lisboa | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João, bispo de Silves (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo de Silves | | L. S., XXXI, 570-573 |
| João, bispo do Porto (D.) | Porto | 1320, 1323, 1326, 1327 | Bispo do Porto | LIV | L. O., VI, 72-37; L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6; L. S., XC, 100-111v; L. S., XCVIII, 9-12v; 234 |
| João, cambeador (sic) | Porto | ?, 1366 | | | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| João, cordovaneiro, morador em S. João da Pesqueira | Fora do Porto | 1390 | Cordovaneiro, curtidor de peles de cabra | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| João, homem de Reimão Fernandes | Fora do Porto | 1367 | Homem de Reimão Fernandes | VII | L. S., LXXVI, 156-162 |
| João, pai de Maria Eanes | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| João, prior de Vendoma (frei) | Fora do Porto | 1358 | Frei prior de Vendoma(?) | XXXI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| João, regateiro do pescado | Porto (?) | 1329 | Regateiro do pescado | | L. S., XCVII, 141-154 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------|---|-------------|--|
| Jona, mulher de mestre Jacob (D.) | Porto | 1380 | Judia | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Jorge Eanes. morador na cidade do Porto | Porto | 1405, 1410 | | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Jorge Gonçalves, alfaiate, morador na cidade do Porto | Porto | 1367 | Alfaiate | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Juão ourives (mestre) | Fora do Porto | 1304 | Ourives (?) | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Juiz | Porto (?) | 1393 | Juiz | | L. O., XXIV, 5 |
| Juiz o cavaleiro | Porto (?) | 1321 | Juiz cavaleiro | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Juízes | Porto (?) | 1332 | Juiz | | L. O., XVIII, 11 |
| Julião Peres, abade da Igreja de coronado da terra da Maia | Porto | 1312, 1316, 1331 | Clérigo do coro da Sé, raçoeiro da Sé do Porto | XVII | L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Leonardo Eanes | Porto (?) | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| Leonor Afonso, mulher de Gonçalo Domingues | Porto | 1393 | | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| Leonor Gomes, abadessa (D.) | Fora do Porto | 1326, 1327 | Abadessa do M ^o de Rio Tinto | | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6; L. S., XCVIII, 9-12v |
| Leonor Gonçalves, mãe da dita Maria Martins, mulher do dito Afonso Domingues | Fora do Porto | 1364 | | III | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Lopo Afonso de Lisboa | Fora do Porto | 1369 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Lopo Esteves, procurador, morador na cidade do Porto | Porto | 1405, 1410 | Procurador | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Lopo Fernandes, almoxarife do rei do Armazém na cidade do Porto | Porto | 1388, 1390, 1405 | Almoxarife do rei D. João do Armazém do Porto | | L. S., LXXIX, 7-12; L. S., XXX, 144-146v, 284-286v |
| Lourenço | Fora do Porto | 1337 | | | L. O., XXIII, 16 |
| Lourenço Abril | Porto (?) | 1322 | | | L. S., XXX, 141-143v |
| Lourenço Abril, corretor | Porto (?) | 1367 | Corretor | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Lourenço Afonso, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1339 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 166-172 |
| Lourenço Afonso, raçoeiro | Porto | 1316 | Raçoeiro | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Lourenço Barrego, clérigo | Porto | 13?? | Clérigo | | L. O., VIII, 32 |
| Lourenço Domingos, coreiro, clérigo | Porto | 1321 | Coreiro, clérigo | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Lourenço Domingues | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Lourenço Domingues | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Lourenço Domingues das Eiras, mercador na cidade do Porto | Porto | 1365, 1367, 1368, 1369, 1370 | Mercador na cidade do Porto | V, VI e VII | L. S., LXXVI, 156-162; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCVIII, 195-201 |
| Lourenço Domingues, abade da Igreja de S. Pedro e ouvidor geral de D. Afonso (bispo do Porto) | Porto | 1366 | Abade da Ig ^o de S. Pedro e ouvidor geral de D. Afonso, bispo do Porto | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Lourenço Domingues, clérigo | Porto (?) | 1329 | Clérigo | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| Lourenço dos Pregadores (frei) | Porto (?) | 1312 | Frei dos pregadores | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| Lourenço Eanes de [...] | Fora do Porto | 1347 | | | L. O., XXIII, 8 |
| Lourenço Eanes de Cimo de Vila | Porto | 1396 | | | L. S., XCVII, 8-19 |
| Lourenço Eanes de Gondomarinho | Porto (?) | 1329 | | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Lourenço Eanes que foi raçoeiro de S. João Durates(?) | Porto (?) | 1347 | Raçoeiro da capela de S. João Durates (Guarda) | XXXV | L. O., XII, 33 |
| Lourenço Eanes, carpinteiro | Porto (?) | 1405 | Carpinteiro | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Lourenço Eanes, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1398, 1410 | Cónego da Sé | | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., XCVI, 7-17v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|--|---------------|--|
| Lourenço Eanes, escudeiro de D. Martim Vasques (cónego do Porto) | Porto (?) | 1321 | Escudeiro de D. Martim Vasques, cónego do Porto | XXII | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Lourenço Eanes, filho de Maria Gaga | Fora do Porto | 1347 | | | L. O., XII, 33 |
| Lourenço Eanes, sapateiro | Porto | 1398 | Sapateiro | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Lourenço Eanes, tabelião do sSenhor rei | Fora do Porto | 1347 | Tabelião do rei | | L. O., XII, 33 |
| Lourenço Eanes, vizinho da Vila Nova | Fora do Porto | 1342 | | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Lourenço Esteves, abade de Lauruia (sic) | Fora do Porto | 1337 | Abade de Lauruia (sic) | | L. O., XX, 28 |
| Lourenço Esteves, tabelião público do rei no Porto | Porto | 1328, 1329, 1341 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., LXXXVIII, 83-86v; L. S., XCVII, 141-154 |
| Lourenço Fernandes | Porto (?) | 1317 | | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| Lourenço Gonçalves, sobrejuiz do rei em Coimbra | Fora do Porto | 1360 | Sobre Juiz do rei em Coimbra | | L. S., LXXXVI, 161-168 |
| Lourenço Gonçalves, tendeiro, mercador, cidadão da cidade do Porto | Porto | 1320 | Tendeiro, mercador | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Lourenço João da Feira | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Lourenço Martins | Fora do Porto | 1339 | | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Lourenço Miguéis | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Lourenço Miguéis de Santarém | Fora do Porto | 1350 | | | L. S., XC, 54-61 |
| Lourenço Miguel, abade da Igreja de S. Cosmade | Fora do Porto | 1382 | Abade de S. Cosmade da terra de Gondomar | | L. S., LXXVI, 125-128v |
| Lourenço Pais, carreiro(?) | Porto (?) | 1375 | Carreiro | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Lourenço Parol | Fora do Porto | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Lourenço Peres de Vilar de D. Ema | Fora do Porto | 1375 | | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Lourenço Peres do Beque, morador na cidade do Porto | Porto | 1375 | | | L. S., XCV, 15-20 |
| Lourenço Peres Melacho, vizinho do Porto, morador na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | Porto | 1341 | Ferreiro (?) | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Lourenço Peres, cónego do Porto, procurador do Cabido ? | Porto (?) | 1335, 1336, 1337, 1339, 1340, 1343, 1344, 1350, 1375 | Cónego da Sé da cidade do Porto, procurador do Cabido da cidade do Porto | XXVII, XXVIII | L. O., XX, 28; L. O., XXXVI, 7; L. S., LXXIII, 103-109v; L. S., LXXIV, 94-97, 166-172; L. S., LXXV, 32-38v, 164-168v, 178-183; L. S., LXXVI, 151-155; L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Lourenço Peres, morador em Rio Meão | Fora do Porto | 1333 | | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Lourenço Rodrigues d'Afoncea, marido de Aldonça Eanes, procurador | Porto (?) | 1320 | Cavaleiro | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Lourenço Tomás | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Lourenço Vasques(?), prior da Feira | Fora do Porto | 1326 | Prior da Feira | | L. O., XXIX, 33 |
| Lourenço Vasques, almoxarife do rei na cidade do Porto e escrivão desse ofício | Porto | 1405, 1406 | Almoxarife do rei no Porto e escrivão desse ofício | | L. S., XXX, 317-320; L. S., LXXIX, 7-12; L. S., LXXX, 312-316 |
| Lourenço Vasques, morador na cidade do Porto | Porto | 1375 | | | L. S., XCV, 15-20 |
| Lourenço Vasques, pedreiro | Porto (?) | 1390 | Pedreiro | | L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| Lourenço Viegas, cónego da Sé | Porto | 1332 | Cónego da Sé do Porto | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Lourenço Viegas, raçoeiro | Porto | 1316 | Raçoeiro | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Lourenço, clérigo andante com o senhor bispo | Porto (?) | 1398 | Clérigo andante com o senhor bispo | XLI | L. S., XCVI, 7-17v |
| Luis Afonso | Porto | 1392 | | II | L. S., LXXIV, 219-224 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------|---|-------|---|
| Luís Afonso, procurador do número na cidade do Porto e de João Rodrigues de Sá, cavaleiro | Porto | 1394, 1396 | Procurador do número no Porto | XLVII | L. S., XCVIII, 48-57v |
| Luís Esteves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1405 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXX, 312-316 |
| Luís Geraldes, procurador de D. Gil (bispo da cidade do Porto) | Porto | 1405, 1406 | Procurador de D. Gil, bispo da cidade do Porto | | L. S., LXXX, 312-316; L. S., XCV, 21-31v |
| Luís Vasques, cônego | Porto | 1305 | Cônego da Ig ^a do Porto | | L. S., XCV, 120-124 |
| Luís, doutor de S. Francisco (frei) | Porto | 1386 | Frei e doutor de S. Francisco | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Madre Domingues, mulher de João Nogueira da Penha | Fora do Porto | 1329, 1330 | | XLV | L. O., XVII, 11-12 |
| Mãe de Martinho | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Mãe de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Maior Domingues das Eiras | Porto | 1341, 1364, 1365 | | III | L. S., LXXIX, 49-53v; L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v |
| Maior Domingues, mulher do dito Afonso Roi e testamenteira de Estêvão Peres dito Cadernos, seu marido noutra tempo | Porto | 1319 | Vizinha da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Maior Eanes, mãe de João Redondo (D.) | Porto | 1332, 1339 | D. | | L. S., LXXIV, 65-68; L. S., LXXIX, 55-61v |
| Maior, filha de João Peres | Porto (?) | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Manuel Mateus | Porto | 1359 | | | L. S., LXXXIII, 75-79v |
| Manuel Soares, vizinho de Gaia, tio de Diogo Domingues o Navarrada, abade de S. Julião de Parada, arcebispado de Braga | Fora do Porto | 1327, 1331, 1342 | Vizinho de Gaia | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Marão Branco, cavaleiro | Porto (?) | 1334 | Cavaleiro | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| Marão do Monte, chantre | Porto | 1322 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXI, 176-179 |
| Marão Geraldes, clérigo | Fora do Porto | 1323 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Marão Rodrigues, clérigo do mestre-escola do Porto | Porto | 1346 | Clérigo do mestre-escola do Porto | | L. S., XCI, 1-16 |
| Marão Vasques, arcediogo de Barroso | Fora do Porto | 1334 | Arcediogo de Barroso | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| Marcos Peres, tabelião do rei no julgado da Feira, terra de Sta. Maria ? | Fora do Porto | 1326 | Tabelião do rei na terra de Sta. Maria da Feira | | L. O., XXIX, 33 |
| Mareos (sic) Miguéis | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Margarida Afonso, mulher de João Domingues Santos (tabelião geral do reino de Portugal) | Porto | 1390 | | | L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Margarida Afonso, sobrinha de Joana Martins, filha que foi de Afonso Alho (irmão de Joana Martins) | Porto (?) | 1392 | | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Margarida Domingues, filha que foi de Grainho de Rio Meão | Fora do Porto | 1345 | | | L. O., XXIII, 3 |
| Margarida Domingues, forneira da rua Chã | Porto | 1390 | Forneira da Rua Chã | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Margarida Eanes, alfaiata, cantadeira das Bodas | Fora do Porto | 1379 | Alfaiata, cantadeira das bodas | | L. O., XX, 23 |
| Margarida Eanes, moradora em Guimarães | Fora do Porto | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Margarida Eanes, mulher de Francisco Domingues (... Santiago(?)),... da minha mãe de mim, dito Pedro Eanes) | Fora do Porto | 1347 | | XXX | L. O., XXIII, 8 |
| Margarida Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto (?) | 1362 | | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Margarida Falcão, irmã que foi de Domingos Falcão | Porto | 1331 | | LIV | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Margarida Fernandes, mulher que foi de Diogo Giães | Porto | 1394 | | | L. S., XCVI, 152-157 |
| Margarida Geraldes, mulher que foi | Porto | 1425 | | | L. S., LXXXII, 24-29v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------|--|--------------|--|
| de João Martins almocreve | | | | | |
| Margarida Gil, mulher que foi de João Gil | Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Margarida Gonçalves, mulher de Martim Eanes | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Margarida Lourenço, mulher de Pedro Eanes | Fora do Porto | 1347 | | XXX | L. O., XXIII, 8 |
| Margarida Peres dita Cadernos, irmã e testamenteira do dito Estêvão Cadernos, vizinhos da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinha da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Margarida Peres, mulher de João Fernandes | Fora do Porto | 1329 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Margarida Rodrigues, mulher de Gil Martins das Tendas (morador na cidade do Porto, na rua dos Açougues) | Porto | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Margarida Silvestre, sobrinha de Martim Silvestre | Porto (?) | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Margarida, filha de Domingos do Porto (já passado) | Porto (?) | 1341 | | XLIX | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Margarida, mulher de Bartolomeu Domingues (carniceiro) | Porto | 1357 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Maria (D.) | Porto (?) | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Maria Afonso, filha de Afonso Lourenço e mulher que foi de Vasco Palos (sic), mercador | Porto (?) | 1362 | | V, VI | L. S., XCVII, 141-154 |
| Maria Afonso, mulher de João Gomes (corretor, morador na rua dos Trapeiros, em Cimo de Vila) | Porto | 1387 | | | L. S., LXXXII, 30-35 |
| Maria Afonso, mulher de Vicente Peres, cidadã do Porto | Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Maria Amiga | Porto | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Maria Bugia (sic) | Porto (?) | 1329 | | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Maria Domingues a Forragoa (D.) | Porto | 1392 | | II | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Maria Domingues, [mulher de Domingos Domingues o Paoto ...], moradora em S. João de Ver | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Maria Domingues, moradora no Porto | Porto | 1350 | | | L. S., XC, 54-61 |
| Maria Domingues, mulher de Pedro Geraldês | Porto (?) | 1320 | | | L. S., XC, 100-111v |
| Maria Domingues, mulher que foi de Martim Martins (tendeiro), moradora na cidade do Porto | Porto | 1387 | | L | L. O., XII, 51 |
| Maria Eanes a Pequena | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Maria Eanes Abadinha | Porto (?) | 1316 | Abadinha | XVII | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Maria Eanes, filha de João Fernandes dito Bicado, cavaleiro, e de Teresa Fernandes (sua mulher) | Fora do Porto | 1317 | | XVIII | L. S., XCVII, 105-110 |
| Maria Eanes, mulher de Francisco Eanes, vizinha da cidade do Porto, moradora na Ribeira | Porto | 1329 | Vizinha na cidade do Porto | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Maria Eanes, mulher de João Afonso (filho que foi de Afonso Martins da Agrela, mercador, morador e vizinho na dita cidade do Porto) | Porto | 1364 | | XXVIII, XXIX | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Maria Eanes, mulher de João Cravato | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Maria Eanes, mulher do dito Domingos Gonçalves, lavrador | Fora do Porto | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Maria Eanes, neta de Francisco Eanes, mercador (morador que foi na Ribeira do Porto) | Porto (?) | 1362 | | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Maria Eanes, neta que foi de Maior Domingues das Eiras | Fora do Porto | 1364 | | III | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Maria Esteves, mulher de Gonçalo Lourenço, moradora na freguesia da | Fora do Porto | 1387 | | | L. O., XXIX, 12 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|---------------|----------------------------------|-------------|--|
| Igreja de Sta. Maria de Campanhã | | | | | |
| Maria Fernandes, mulher de Domingos Eanes Grainho | Fora do Porto | 1379 | | XXX, XXVIII | L. O., XX, 23 |
| Maria Francisca, irmã da dita Inês Francisca | Porto (?) | 1387 | | | L. O., XII, 51 |
| Maria Gaga | Porto (?) | 1347 | | | L. O., XII, 33 |
| Maria Gonçalves, mulher de [Lourenço Peres Melacho], vizinhos da cidade do Porto, moradores na rua de Cimo de Vila, onde moram os Ferreiros | Porto | 1341 | Vizinha da cidade do Porto | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Maria Lopes | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Maria Lourenço, mulher Afonso Miguéis, vinhateiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1390, 1410 | | IX | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Maria Lourenço, mulher de Martim Geraldês do Souto | Fora do Porto | 1329 | | XLV | L. O., XVII, 11 |
| Maria Malha | Porto | 1358 | | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Maria Martins, filha de Elvira Domingues, [irmã] de Vicente Domingues, chantre | Porto (?) | 1312, 1316 | | XVII | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Maria Martins, mulher de Afonso Domingues (mercador morador na cidade do Porto) | Porto (?) | 1364, 1365 | | III | L. S., LXXXII, 161-175; L. S., XCVIII, 72-80v |
| Maria Martins, mulher de Domingos João | Porto | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Maria Martins, mulher de Gonçalo Martins, corvoeiro, sapateiro | Porto | 1355 | | | L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| Maria Martins, mulher de João de Freitas | Porto | 1308 | | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Maria Martins, mulher de Vicente Domingues | Porto | 1315 | | | L. O., XXIX, 53 |
| Maria Martins, mulher do dito João Domingues, lavrador | Fora do Porto | 1364 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Maria Martins, mulher que foi de Martim Peres dito do Cabido (já passado), moradores na cidade do Porto | Porto | 1366 | | XVI | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Maria Mendes, mulher que foi em outro tempo de Estêvão Coelho (D.) | Fora do Porto | 1336 | Dona, procuradora de João Coelho | | L. S., LXXXIV, 37-40v, 42-48, 174-177, 182-187 |
| Maria Miguéis, filha que foi de Martim Gil Porto | Porto (?) | 1366 | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Maria Peres, mulher de Domingos Domingues, caseiros do Cabido | Porto (?) | 1329 | Caseira do Cabido | | L. S., LXXXIII, 150-153 |
| Maria Peres, mulher de Domingos Martins, moradora em Valongo de Santarém | Fora do Porto | 1316 | | | L. S., XC, 148-154 |
| Maria Peres, mulher de João Eanes Gago | Porto (?) | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Maior Peres, mulher de João Miguéis (morador que foi em Enxurrões de terra de Riba do Douro) | Fora do Porto | 1341 | | | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Maria Peres, mulher que foi de Geraldo Lamela | Porto | 1364 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Maria Peres, sobrinha de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Maria Pota | Porto | 1319 | | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Maria Soares, mulher de Domingos Eanes do Casal | Fora do Porto | 1322 | | | L. S., LXXXVI, 148v-156v |
| Maria Vegada | Porto | 1360 | | | L. S., LXXVI, 100-104 |
| Marinha Afonso, mulher que foi de Fernão Rodrigues Redondo (D.) | Fora do Porto | ?, 1323, 1324 | D. | | L. S., XCI, 1-16 |
| Marinha Peres a Colhereira | Porto | 1319 | Colhereira | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Marinha Sanches | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Martim | Porto | 1386 | | | L. S., LXXIV, 250-259 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------|---|------|--|
| Martim (bispo D.) | Porto (?) | 1312 | Bispo | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| Martim Afonso | Porto (?) | 1305 | | | L. S., XCV, 120-124 |
| Martim Afonso | Porto (?) | 1351 | Tabelião | | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Martim Afonso Dinis | Porto (?) | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Martim Afonso Tabelião que foi da cidade do Porto, já finado | Porto | 1387, 1390, 1392, 1405 | Tabelião público na cidade do Porto | | L. O., XII, 51; L. S., LXXX, 303-311v; L. S., LXXXII, 36-45v; L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| Martim Afonso, carpinteiro | Fora do Porto | 1329 | Carpinteiro | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Martim Afonso, clérigo | Fora do Porto | 1338 | Clérigo | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Martim Afonso, deão na Igreja do Porto | Porto | 1402, 1403, 1417, 1420, 1431 | Deão na Ig ^a do Porto | XXXI | L. S., LXXX, 144-146v, 303-311v; L. S., XC, 13-27v; L. S., XCVII, 118-128 |
| Martim Afonso, escrivão da Sé | Porto (?) | 1334 | Escrivão da Sé | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Martim Afonso, filho do ricomem(?), morador no Porto | Porto | 1334 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Martim Afonso, filho que foi de Afonso Martins ... | Porto (?) | 1400 | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Martim Afonso, raçoeiro da Sé do Porto | Porto | 1316, 1318, 1319, 1328, 1332 | Raçoeiro da Sé do Porto | | L. O., XVII, 11; L. S., LXXV, 164-168v; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., XC, 148-154, 161-166v |
| Martim Afonso, vigário | Porto | 1387 | Vigário | | L. O., XII, 51 |
| Martim Álvares Tabelião Cónego do Porto | Porto | 1317, 1338, 1339 | Tabelião público do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXI, 169-175 |
| Martim Álvares, tabelião na cidade do Porto ? | Porto | 1329 | Tabelião na cidade do Porto | | L. S., LXXX, 279-282v |
| Martim André, morador no lugar de Degarei | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| Martim Barbom | Porto | 1386, 1397 | | | L. S., LXXIV, 132-138, 250-259 |
| Martim Botelho [...], cónego | Porto (?) | 1326 | Cónego | | L. O., XXIX, 33 |
| Martim Cabeça | Fora do Porto | 1356 | | | L. S., LXXXI, 156-162 |
| Martim da Maia | Fora do Porto | 1392 | | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Martim da Maia, abade de Avanca | Fora do Porto | 1307 | Abade de Avanca | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Martim da Maia, Banheiro | Fora do Porto | 1301 | Banheiro | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Martim da Maia, clérigo do coro da Sé do Porto | Porto | 1307 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., XCV, 120-124 |
| Martim da Maia, vedor da fazenda do rei D. João I | Porto | 1388 | Vedor da fazenda do rei D. João I | | L. S., XXX, 284-286v |
| Martim da Mota, abade de Cavião | Fora do Porto | 1328 | Abade de Cavião | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Martim de Alfena | Fora do Porto | 1345 | | | L. O., XXIII, 3 |
| Martim de Livra, homem do abade Pedro Lourenço... | Porto (?) | 1343 | Homem do Abade Pedro Lourenço | | L. S., LXXXIII, 103-109v |
| Martim de Lourenço, servedeiro(?) do Porto | Porto | 1347 | Servedeiro do Porto | | L. O., XXIII, 8 |
| Martim de Madia (sic) de Avanca ("ecclesiarum rectores") | Fora do Porto | 1321 | "ecclesiarum rectores" | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Martim de Sousa, clérigo do coro | Porto | 1336 | Clérigo do coro | | L. S., LXXXIV, 94-97 |
| Martim do Monte, chantre (D.) | Porto | 1321, 1322 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXXVI, 92-108v, 148v-156v |
| Martim do Outeiro, clérigo do abade Silhães | Porto | 13?? | Clérigo do abade "silhaees" | | L. O., VIII, 32 |
| Martim Domingues das Eiras, cidadão do Porto ? | Porto | 1332 | Cidadão do Porto | XVII | L. S., LXXXIII, 32-36, 154-157 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------|---|--------------------|--|
| Martim Domingues das Eiras, vizinho da cidade do Porto ? | Porto | 1316, 1320, 1331 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 100-111v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Martim Domingues, abade de Vilar | Fora do Porto | 1334 | Abade de Vilar | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Martim Domingues, abade do Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | ?, 1302, 1321 | Abade do M ^o de S. Pedro de S. Pedro de Canedo | | L. S., LXXXIV, 49-55, 222-226 |
| Martim Domingues, carpinteiro | Porto | 1400 | Carpinteiro | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Martim Domingues, clérigo do coro da Sé | Porto | 1312 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| Martim Domingues, cônego da Sé do Porto | Porto | 1323 | Cônego da Sé do Porto, procurador do Cabido | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Martim Domingues, escrivão da Audiência | Porto (?) | 1337 | Escrivão da audiência | | L. O., XX, 28 |
| Martim Domingues, filho que foi de Domingos Eanes Grainho e de Maria Fernandes | Porto (?) | 1333, 1345, 1347, 1379 | Raçoeiro da Sé do Porto, meio-cônego da Sé da cidade do Porto | XXX, XVIII, XXVIII | L. O., XX, 23; L. O., XXIII, 3, 8; L. S., XCVI, 25-30 |
| Martim Domingues, notário público jurado do bispo | Porto | 1364 | Notário público jurado do bispo | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Martim Domingues, procurador | Porto (?) | 1332 | Procurador | | L. O., XVIII, 11 |
| Martim Domingues, procurador do concelho (dito) | Porto | 1319 | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 269-278 |
| Martim Domingues, sapateiro, filho de Diogo Esteves (sapateiro) | Porto (?) | 1331 | Sapateiro | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Martim Domingues, tabelião em terra de Gondomar | Fora do Porto | 1329, 1332 | Tabelião na terra de Gondomar | | L. S., LXXIII, 32-36, 150-153, 154-157 |
| Martim Domingues, tesoureiro ? | Porto | 1296, 137? | Mestre e tesoureiro | | L. O., VIII, 32; L. S., LXXV, 20v-22v |
| Martim Eanes | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Martim Eanes | Porto (?) | 1318 | | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Martim Eanes | Fora do Porto | 1325, 1331 | Escrivão do rei D. Afonso IV | | L. S., CI, 346-353 |
| Martim Eanes | Fora do Porto | 1326 | | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Martim Eanes | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Martim Eanes | Fora do Porto | 1409 | | | L. S., LXXXVI, 54-59 |
| Martim Eanes de Évora | Fora do Porto | 1334 | Escrivão | | L. S., CI, 346-353 |
| Martim Eanes de Godim, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Martim Eanes de Milheirós, homem de D. Pedro Peres (deão) | Fora do Porto | 1329, 1330 | Homem de D. Pedro Peres, deão | XLV | L. O., XVII, 11-12 |
| Martim Eanes de Negrelos | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Martim Eanes Fariseu, morador na rua das Eiras da cidade do Porto | Porto | 1392 | Fariseu | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Martim Eanes, braveador | Porto (?) | 1320 | Braveador | | L. S., XC, 100-111v |
| Martim Eanes, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo | | L. O., IX, 29; L. S., LXXIII, 14-18 |
| Martim Eanes, filho do dito João Nogueira | Fora do Porto | 1329 | Lavrador (?) | XLV | L. O., XVII, 11 |
| Martim Eanes, leigo | Porto (?) | 1332, 1336 | Leigo | | L. O., IX, 29; L. S., LXXXIV, 94-97 |
| Martim Eanes, procurador | Porto (?) | 1321 | Procurador | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Martim Eanes, tabelião público da cidade do Porto | Porto (?) | 1321 | Tabelião público da cidade do Porto (?) | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Martim Esteves | Porto (?) | 1312, 1316 | | | L. S., LXXIV, 144-153v; L. S., LXXXII, 120-135 |
| Martim Esteves Cônego da Sé do Porto procurador do Cabido ? | Porto | 1328, 1331, 1338, 1340 | Cônego da Ig ^a do Porto, procurador do Cabido | XXVIII | L. O., XXVI, 7; L. S., LXXIII, 46-50; L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172; L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Martim Esteves, clérigo | Porto (?) | 1317 | Clérigo | | L. S., XCVII, 105-110 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------|---|---------|--|
| Martim Esteves, clérigo do coro | Porto | 1397 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| Martim Esteves, cônego da Igreja do Porto, procurador de Álvaro Dias ? | Porto | ?, 1397, 1398, 1404, 1410 | Cónego da Sé do Porto | X, IX | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 27-32; L. S., XCVI, 7-17v |
| Martim Esteves, cônego da Sé da cidade do Porto | Porto | 1339 | Cónego da Sé da cidade do Porto | | L. O., XIV, 3 |
| Martim Esteves, meio cônego da Sé do Porto | Porto | 1398, 1403 | Meio-cónego da Ig ^a do Porto | | L. O., XIV, 53; L. S., XC, 27v-29 |
| Martim Esteves, procurador da Igreja do Porto | Porto | 1398 | Procurador da Ig ^a do Porto | | L. S., XC, 70-77 |
| Martim Esteves, tendeiro cidadão do Porto | Porto | 1320 | Cidadão do Porto | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Martim Farasão, tesoureiro | Porto | 1364, 1366 | Tesoureiro | | L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| Martim Fernandes | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Ferreira e Fragoso, clérigo do abade de Ferreira | Fora do Porto | 1335 | Clérigo do Abade de Ferreira | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Martim Geraldês | Porto (?) | 1317 | | | L. S., XCVII, 105-110 |
| Martim Geraldês | Fora do Porto | 1350 | | | L. O., XXIII, 34 |
| Martim Geraldês do Souto | Porto (?) | 1329 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 11 |
| Martim Geraldês, clérigo da abadessa de Rio Tinto | Fora do Porto | 1326 | Clérigo da Abadessa de Rio Tinto | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Martim Geraldês, escolar, criado de Gonçalo Domingues de Sto. Antoninho da Praça | Porto (?) | 1389 | Escolar, criado de Gonçalo Domingues | | L. S., XCI, 55-61v |
| Martim Germudes, clérigo do coro | Porto | 1312 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXIV, 144-153v |
| Martim Gil Alferes (D.) | Fora do Porto | 1304 | Alferes. (D.) | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Martim Gil Porto | Porto | 1366 | | | L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Martim Gonçalves, vassalo do rei D. Fernando | Fora do Porto | 1368 | Vassalo do rei D. Fernando | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Martim Gonçalves de Penha, cavaleiro, filho de Afonso Rodrigues Ribeiro | Fora do Porto | 1324, 1331, 1334 | Cavaleiro | | L. S., LXXXVII, 34-65, 183-188; L. S., CI, 346-353 |
| Martim Gonçalves de Souto | Porto (?) | 1324 | Lavrador | XLV | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Martim Gonçalves dito Milhaço, procurador de Gonçalo Domingues (cónego da Sé do Porto) | Porto (?) | 1324, 1327, 1329 | Procurador de Gonçalo Domingues, cónego | XXIII | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Martim Gonçalves Novo | Porto | 1382 | | | L. S., LXXVI, 125-128v |
| Martim Gonçalves, abade, já passado, morador que foi na cidade do Porto | Porto | 1390, 1398, 1402, 1404, 1410 | Abade | IX, X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 27-32, 126-130v |
| Martim Gonçalves, clérigo do coro | Porto | 1318 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Martim Gonçalves, cônego de Cedofeita, morador na cidade do Porto | Porto | 1390 | Cónego de Cedofeita | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Gonçalves, homem de Diogo Henriques (abade do Mosteiro de Cedofeita) | Porto (?) | 1389 | Homem do abade de Diogo Henriques, abade do M ^o de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Martim Gonçalves, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1354 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. O., XXIV, 40 |
| Martim Gonçalves, mercador | Porto | 1358 | Mercador | XI | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Martim Gonçalves, primo de Gil Martins das Tendas | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Gonçalves, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | ?, 1393, 1403 | Tabelião da cidade do Porto | | L. O., XXIV, 5; L. S., LXXXII, 24-29v; L. S., XC, 27v-29 |
| Martim Gonçalves, tabelião público do rei na cidade de Coimbra | Fora do Porto | ?, 1326 | Tabelião público do rei da cidade de Coimbra | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Martim Lobato de Aveoso | Fora do Porto | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------|--|---------|--|
| Martim Lopes, juiz | Porto (?) | 1316 | Juiz | XXI | L. O., XXVIII, 6 |
| Martim Lopo | Porto (?) | 1319 | | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Martim Loureiro, clérigo do coro | Porto | 1318 | Clérigo do coro | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Martim Lourenço | Fora do Porto | 1318 | Escrivão | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Martim Lourenço de S. João da Pesqueira | Porto | 1390 | Curtidor de peles (?) | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Lourenço, clérigo | Porto (?) | 1319 | Clérigo | | L. S., XC, 161-166v |
| Martim Lourenço, cunhado de Pedro das Botas | Fora do Porto | 1390 | Curtidor de peles (?) | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Louvado, ferreiro | Porto (?) | 1332 | Ferreiro | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Martim Machado, escudeiro ? | Fora do Porto | 1336 | Escudeiro | | L. S., LXXXIV, 174-177 |
| Martim Malha | Porto | 1398, 1404 | | IX, X | L. O., XIV, 53; L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Martim Manselinho | Porto (?) | 1316 | | | L. O., XXVIII, 6 |
| Martim Martins, clérigo do prior d'Azambuja | Fora do Porto | 1326 | Clérigo do Prior d'Azambuja | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Martim Martins, clérigo natural do Couto de EntreMingeiros de Crasto | Fora do Porto | 1324 | Clérigo | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Martim Martins, mercador | Porto | 1393 | Mercador | | L. O., XXIV, 5 |
| Martim Martins, pescador | Porto (?) | 1336 | Pescador | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| Martim Martins, tabelião do rei no Porto | Porto | 1386, 1391, 1393, 1394 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., XXIV, 5; L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., XCI, 37-41 |
| Martim Martins, tendeiro | Porto | 1387 | Tendeiro | L | L. O., XII, 51 |
| Martim Mendes, homem do abade de Cedofeita | Porto (?) | 1318 | Homem do Abade de Cedofeita | | L. S., LXXV, 164-168v |
| Martim Miguéis, tanoeiro | Porto (?) | 1329 | Tanoeiro | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Martim Nicolas | Porto (?) | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| Martim Peres | Porto (?) | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Martim Peres | Porto (?) | 1326 | | | L. O., XXIX, 33 |
| Martim Peres de Seitar | Fora do Porto | 1316 | | | L. O., XXVIII, 6 |
| Martim Peres de Travaços | Fora do Porto | 1390 | Criado de Bartolomeu Martins (pai de Gil Martins...) | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Peres de Traveões | Fora do Porto | 1390 | Curtidor de peles (?) | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martim Peres de Vila Cova | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Martim Peres Eanes, cónego da Igreja do Porto | Porto | 1364 | Cónego da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Martim Peres, cónego | Porto (?) | 1390 | Cónego | | L. S., LXXXIV, 250-259 |
| Martim Peres, correeiro, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto, correeiro | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Martim Peres, homem do Cabido, morador na cidade do Porto | Porto | 1366 | Homem do Cabido | XVI | L. O., XXIV, 1; B483; L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Martim Peres, juiz | Porto (?) | 1329 | Juiz | | L. S., LXXX, 279-282v |
| Martim Peres, juiz do couto do Rio Tinto ? | Fora do Porto | 1329 | Juiz do couto de rio Tinto | | L. S., LXXXIII, 150-153 |
| Martim Peres, leigo, homem de Domingos Geraldês (cónego) | Porto (?) | 1341 | Leigo, homem de Domingos Geraldês, cónego | XXV, IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Martim Peres, meio cónego do Porto | Porto | 1364, 1365 | Meio-cónego do Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Martim Peres, morador na cidade do Porto, sobrinho de Lourenço Domingues das Eiras já passado | Porto | 1369, 1370 | | V, VI | L. S., LXXXVIII, 94-103 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------------|--|------|--|
| Martim Pernil | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Martim Romeu Peixotas | Fora do Porto | 1319 | Procurador de Constança Eanes | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Martim Silvestre, raçoeiro da Sé do Porto | Porto | 1305, 1308 | Raçoeiro da Sé do Porto | XXIX | L. S., LXXV, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCV, 120-124 |
| Martim Soares, vizinho e morador na Vila de Gaia | Fora do Porto | 1318, 1337, 1338, 1341, 1376, 1379 | Vizinho de Gaia | | L. O., XX, 23; L. O., XXIII, 16, 27; L. S., LXXXVII, 119-126; L. S., XCVII, 183-188; L. S., XCVIII, 172-177 |
| Martim Sta. Marinha, clérigo de D. Maria (mãe de João Coelho), morador no Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | Clérigo do M ^o de S. Pedro de Canedo e de D. Maria, mãe de João Coelho, morador no M ^o de S. Pedro de Canedo | | L. S., LXXXIV, 42-48, 182-187 |
| Martim Vasques, arcediago de Barroso (D.) | Fora do Porto | 13?? | Arcediago de Barroso | | L. O., VIII, 32 |
| Martim Vasques, cónego da cidade do Porto | Porto | 1405 | Cónego da cidade do Porto, procurador do Cabido | | L. S., LXXX, 312-316 |
| Martim Vasques, cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1316, 1321, 1322 | Cónego da Sé do Porto | XXII | L. S., XXX, 141-143v; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Martim Vasques, ferralheiro, o Montesinho | Porto (?) | 1390 | Ferralheiro (ou serralheiro) | | L. S., LXXXVIII, 152-160 |
| Martim Vicente Barreiros, mercador do Porto ? | Porto | 1333, 1392 | Mercador do Porto | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v; L. S., XCVI, 25-30 |
| Martim Vicente, procurador de Martim Afonso (deão na Igreja do Porto) | Porto | 1403 | Procurador de Martim Afonso Deão do Porto | XXXI | L. S., XC, 18-27v |
| Martim Vicente, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto (?) | 1317, 1327, 1329 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., XVII, 11; L. O., XXX, 32; L. S., LXXXI, 169-175 |
| Martim Viegas, chantre que foi da Sé do Porto (D.) | Porto | 1350, 1351, 1355, 1360, 1362, 1364 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | III | L. O., XXIII, 34; L. O., XXVII, 18; L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXXI, 109-113; L. S., XCVIII, 72-80v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XCVII, 141-154 |
| Martim Viegas, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1328 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. O., XVII, 11 |
| Martim Vieira, tabelião que foi da cidade do Porto | Porto | 1328 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Martim, escudeiro | Fora do Porto | 1334 | Escudeiro | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Martinho | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Martinho (D.) | Porto (?) | 1392 | D. | XLI | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Martinho de Leça, superior e procurador do prior e Convento do Mosteiro de S. Domingos da Ordem dos Pregadores, da dita cidade do Porto (frei) | Porto | 1366 | Frei, superior e procurador do M ^o de S. Domingos da ordem dos pregadores | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Martinho Reis, clérigo do mestre-escola | Porto (?) | 1335 | Clérigo do mestre-escola | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Martinho, arcebispo de Braga (D.) | Fora do Porto | 1304 | Arcebispo de Braga | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Martinho, escolar | Porto (?) | 1339 | Escolar | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| Martinho, homem ... | Porto (?) | 1392 | Homem Donis, tabelião (?) | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Martinho, prior do Mosteiro de Grijó (D.) | Fora do Porto | 1321 | Prior Crasteiro e procurador do M ^o de Grijó | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Mateus | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCV, 120-124 |
| Mateus Domingues, escrivão jurado na audiência da Igreja do Porto | Porto | 1343, 1344 | Escrivão jurado na audiência da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIII, 103-109v; L. S., LXXV, 32-38v |
| Mateus Eanes do Souto, [homem do dito deão] | Fora do Porto | 1324, 1329 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 11; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|---------------|---------------------------------------|------|--|
| Mateus Eanes, clérigo | Fora do Porto | 1323 | Clérigo | | L. S., XCI, 1-16 |
| Mateus Eanes, clérigo | Fora do Porto | 1346 | Clérigo | | L. S., XCI, 1-16 |
| Mateus Geraldês | Fora do Porto | 1323 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Mateus Peres | Porto (?) | 1332 | | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Mateus Peres, irmão de Manuel Mateus (morador na aldeia de Campanhã de SobreDouro) | Porto | 1359 | | | L. S., LXXIII, 75-79v |
| Mendo Peres, oficial na Igreja de Coimbra, juiz | Fora do Porto | ? | Oficial na Ig ^a de Coimbra | | L. S., LXXXIV, 117-137v |
| Mendo Rodrigues (D.) | Fora do Porto | 1304 | D. | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Mercador na vila do Porto, já passado | Porto | 1351 | | | L. S., LXXIV, 187-192 |
| Mícia Peres do Avelal, mulher de Vasco Gonçalves (irmão de Afonso Gonçalves, escudeiro, morador em Valadares) | Fora do Porto | 1305 | | | L. S., XCVII, 111-116v |
| Miguel Canz | Porto | 1364 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Miguel Domingues | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Miguel Domingues, capelão de Canelas | Fora do Porto | 1320, 1321 | Capelão de Canelas | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Miguel Domingues, morador na aldeia de Degarei, filho de Diogo Soares de Degarei | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Miguel Domingues, morador na freguesia de Arcozelo, terra de Sta. Maria da Feira | Fora do Porto | 1402 | | | L. S., XCVI, 37-42 |
| Miguel Lourenço | Fora do Porto | 1326 | | | L. S., LXXV, 8-12v |
| Miguel Lourenço, tabelião público do rei em Coimbra | Fora do Porto | 1334 | Tabelião do rei em Coimbra | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Miguel Mendes, clérigo | Porto (?) | 1332 | Clérigo | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Miguel Peres Perro, juiz do Porto | Porto | ?, 1317, 1329 | Cidadão do Porto, juiz do Porto | | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXIX, 203-216; L. S., LXXXI, 169-175 |
| Miguel Roxo(?), juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1338 | Juiz ordinário da cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172 |
| Miguel Vivas, clérigo do rei D. Afonso | Fora do Porto | 1325 | Clérigo do rei D. Afonso | | L. S., CI, 346-353 |
| Mulher de Afonso Peres de Ferreiró | Fora do Porto | 1330 | | | L. O., XVII, 12 |
| Mulher de Domingos Domingues de Cidadelhe | Fora do Porto | 1324 | | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Mulher de Domingos Mouro de Casal | Fora do Porto | 1324, 1330 | | | L. O., XVII, 12; L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Mulher de Gonçalo de Milheirós | Fora do Porto | 1330 | | | L. O., XVII, 12 |
| Mulher de Lourenço Tomás | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Mulher de Martim de Froiães | Fora do Porto | 1330 | | | L. O., XVII, 12 |
| Mulher de Martim Eanes de Milheirós | Fora do Porto | 1330 | | | L. O., XVII, 12 |
| Mulher de Mateus Eanes do Souto | Fora do Porto | 1324 | | | L. O., XXIV, 37; L. S., LXXXVIII, 226-230v |
| Mulher de Pedro Domingues da Penha | Fora do Porto | 1330 | | | L. O., XVII, 12 |
| Mulher que foi de Afonso Eanes | Fora do Porto | 1365 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Mulher que foi de Fernão Barós | Porto | 1373 | | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Mulher que foi de Gonçalo Barriga | Porto | 1319 | | | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Mulher que foi de Martim Fernandes | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Mulher que foi de Martim Lopo | Porto | 1319 | | | L. S., LXXXVIII, 278-282 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------------|--|--------|---|
| Nicolau (cardeal D. frei) | Porto (?) | 1319, 1320 | Cardeal D. Frei | | L. O., XXVII, 18 |
| Nicolau Barreiros | Porto | 1364 | | | L. S., LXXVI, 21-24 |
| Nicolau de Negrelos | Fora do Porto | 1320, 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Nicolau de Vagens | Fora do Porto | 1364 | | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Nicolau Domingues Patrão | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Nicolau Domingues, juiz na vila Chã e concelho | Porto | 1327 | Juiz em Vila Chã e Concelho | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Nicolau Eanes, tabelião de Gaia e de Vila Nova | Fora do Porto | 1302 | Tabelião público de Gaia e de Vila Nova | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Nicolau Esteves, cónego | Porto | 1373 | Cónego da Sé do Porto | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Nicolau Esteves, tabelião de Gaia e de Vila Nova, testamenteiro de Domingos do Porto | Fora do Porto | 1318, 1320, 1321, 1327, 1341, 1342 | Tabelião de Gaia e de Vila Nova | XLIX | L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., LXXXVII, 119-126; L. S., LXXXVIII, 218-224v; L. S., XCVIII, 172-177 |
| Nicolau Francisco | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Nicolau Martins, clérigo do coro | Porto | 1296 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 20v-22v |
| Nicolau Martins, tabelião público na cidade do Porto | Porto (?) | 1319, 1320 | Tabelião público da cidade do Porto | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., XC, 100-111v, 161-166v |
| Nicolau Miguéis, cidadão do Porto | Porto | 1319 | Cidadão da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Nicolau Pais | Porto | 1339 | | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| Nicolau Pais, almoxarife do rei no Porto | Porto | 1316, 1319 | Almoxarife do rei D. Dinis no Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Nicolau Panos | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| Nicolau Ramos | Porto (?) | 1341 | | IV | L. S., LXXIX, 49-53v |
| Nicolau Soares | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Nuno Fernandes de Marões, escudeiro da cidade do Porto | Porto | 1392 | Escudeiro | II | L. S., LXXIV, 219-224; L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Nuno Martins | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Nuno Martins Vasques | Porto (?) | 1392 | | II | L. S., LXXXVII, 211-218v |
| Nuno Vegas, cavaleiro | Fora do Porto | 1336 | Cavaleiro | | L. S., LXXXIV, 174-177 |
| Nuno, custódio da custódia de Coimbra (frei) | Porto | 1366 | Frei da Custódia de Coimbra, procurador do convento do M ^o de S. Francisco. | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Pai de Afonso Gonçalves, morador na freguesia de Sto. André de Canidelo | Fora do Porto | 1400 | | | L. S., XCVI, 183-188 |
| Pai de Martinho | Porto (?) | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Pai de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto (?) | 1316 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Paio Martins Carneiro, cidadão do Porto | Porto | 1301 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Pais Esteves | Fora do Porto | 1351 | | | L. S., LXXXI, 109-113 |
| Palomba, mulher de Mestre Dourado (D.) | Porto | 1380 | Judia | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Pascoal Eanes | Porto | 1369 | | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Paulo Mendes o Preto | Fora do Porto | 1307 | | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Pedro ... | Porto | 1387 | | | L. O., XXIX, 12 |
| Pedro Afonso | Porto (?) | 1324 | | | L. S., XCI, 1-16 |
| Pedro Afonso | Porto | 1335 | | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|--|---|----------|--|
| Pedro Afonso | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Pedro Afonso | Porto | 1405 | | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Pedro Afonso de Valada | Fora do Porto | 1360 | | | L. S., LXXXVI, 161-168 |
| Pedro Afonso do Ribeiro | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Pedro Afonso, cidadão do Porto | Porto | 1316 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Pedro Afonso, corregedor do rei Entre Douro e Minho | Fora do Porto | 1351 | Corregedor do rei Entre Douro e Minho | | L. O., XXVII, 18 |
| Pedro Afonso, escrivão jurado | Porto (?) | 1322 | Escrivão jurado | | L. S., LXXXVI, 148v-156v |
| Pedro Afonso, genro de Mestre Gil (cirurgião) | Porto | 1357, 1364 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Pedro Afonso, juiz de Gondomar | Fora do Porto | 1329 | Juiz de Gondomar | | L. S., LXXIII, 150-153 |
| Pedro Afonso, laixeiro (sic) da freguesia de S. Bartolomeu | Fora do Porto | 1392 | Laixeiro(?) | | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Pedro Afonso, notário na Igreja do Porto | Porto | 1390, 1404 | Notário na Ig ^a do Porto | | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXVIII, 27-32 |
| Pedro Afonso, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1389, 1392, 1397, 1405, 1410 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVII, 211-218v; L. S., XCI, 55-61v |
| Pedro Alvelo, escudeiro | Porto (?) | 1328 | Escudeiro | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Pedro Amado | Porto (?) | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 37-40v |
| Pedro Barreiro, sobrinho de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Pedro Barreiros | Porto (?) | 1367 | | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Pedro Bicos, procurador do concelho do Porto | Porto | 1316 | Procurador do concelho do Porto | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Pedro Carneiro | Porto | 1390, 1410 | | | L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v |
| Pedro Carneiro, irmão de Paio Martins dito Carneiro, cidadão do Porto | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Pedro Carreiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1332 | | | L. S., LXXIX, 55-61v |
| Pedro Colaço | Porto (?) | 1302 | | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Pedro da Ribeira, mercador | Porto (?) | 1324 | Mercador | | L. S., XCI, 1-16 |
| Pedro das Botas | Porto (?) | 1390 | Sapateiro(?) | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Pedro de Anfrás | Porto (?) | 1332 | | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Pedro de Aveoso, mercador que foi no Porto | Porto | 1365 | Mercador que foi no Porto | | L. S., LXXXII, 161-175 |
| Pedro de Brito, meirinho | Fora do Porto | 1307 | Meirinho em terra da Maia | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Pedro de Entes | Fora do Porto | 1316, 1331 | | XVII | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Pedro de Sousa, prior das Donas do M ^o de S. Domingos | Porto | 1366 | Prior das Donas do M ^o de S. Domingos, procurador do M ^o de S. Domingos | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Pedro Deão do Porto (D.) ? | Porto | 1316, 1317, 1323, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1332 | Cónego do Cabido da Ig ^a do Porto, deão da Ig ^a do Porto | XLV, XXI | L. O., XII, 48; L. O., XVII, 6, 11-12; L. O., XXIV, 37; L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXV, 8-12v; L. S., LXXIX, 55-61v; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXIV, 188-194v, 202-205; L. S., LXXXVIII, 226-230v; L. S., XCVIII, 9-12v |
| Pedro do Porto, guardião do Mosteiro de S. Francisco da ordem dos Menores (frei) | Porto | 1366 | Guardião da ordem de S. Francisco | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Pedro do Rego, raçoeiro da Igreja do Porto | Porto | 1334 | Raçoeiro da Sé do Porto | | L. S., LXXXII, 114-118v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|---|---------------|--|
| Pedro do Sem, homem de Martim Esteves (cónego do Porto) | Porto | 1340, 1364, 1379 | Homem de Martim Esteves, cónego do Porto, procurador de Lourenço Peres e testamenteiro de João Eanes, cónego que foi do Porto | XXVIII, XXVII | L. O., XX, 23; L. O., XXXVI, 7; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Pedro do Souto, cidadão do Porto | Porto | 1329, 1336 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 150-153; L. S., CI, 346-353 |
| Pedro Domingues | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204 - 224 |
| Pedro Domingues da Penha | Fora do Porto | 1330 | Lavrador | XLV | L. O., XVII, 12 |
| Pedro Domingues de Ansiães | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXIII, 158-161 |
| Pedro Domingues, clérigo do Cabido, morador em Negrelos | Fora do Porto | 1320 | Clérigo do Cabido | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Pedro Domingues, homem do Almojarife | Porto (?) | 1329 | Homem do almojarife | | L. S., XCVII, 141-154 |
| Pedro Domingues, irmão de Lourenço Domingues | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Pedro Domingues, morador no lugar de Gontomil | Fora do Porto | 1331 | | | L. S., LXXIII, 46-50 |
| Pedro Domingues, morador no Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 182-187 |
| Pedro Domingues, tendeiro, morador na cidade do Porto | Porto | 1351 | Tendeiro | | L. O., XXVII, 18 |
| Pedro Domingues, vizinho de Gaia | Fora do Porto | 1338 | Vizinho de Gaia | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Pedro Durão, cónego do Porto, sobrinho de Vicente Domingues, chantre do Porto | Porto | 1307, 1312 | Cónego, sobrinho do chantre Vicente Domingues | XVII | L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172 |
| Pedro Eanes | Porto | 1329 | | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| Pedro Eanes (" Reverendi Patres" (D.)) ? | Porto | 1321 | " Reverendi Patres" | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Pedro Eanes Bocado, abade de Ferreira e cónego da Sé do Porto (D.) | Porto | 1316, 1317, 1320, 1321, 1329, 1332, 1335, 1337 | Cónego, abade do M ^o de S. Pedro de Ferreira | XXVI, XVIII | L. O., XX, 28; L. S., LXXIII, 154-157; L. S., LXXVI, 151-155; L. S., LXXIX, 55-61v, 203-216; L. S., LXXX, 133-140; L. S., LXXXI, 169-175, 238-244; L. S., LXXXVI, 92-108v; L. S., XCVII, 105-110 |
| Pedro Eanes da Parda Ponte de Vouga, procurador do deão e Cabido | Porto (?) | 1335, 1336, 1339 | Procurador | | L. O., XXI, 3; L. S., LXXIV, 166-172; L. S., CI, 346-353 |
| Pedro Eanes da Quintã | Fora do Porto | 1321, 1332 | | | L. S., LXXIII, 32-36, 154-157, 158-161 |
| Pedro Eanes do Porto, tabelião da Feira | Porto | 1367 | Tabelião da Feira | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Pedro Eanes do Vale, abade de Arcozelo | Porto | 1326, 1329 | Abade de Arcozelo e procurador de D. Vasco, bispo do Porto | | L. S., LXXX, 279-282v; L. S., XCVIII, 9-12v |
| Pedro Eanes Portel (D.) | Fora do Porto | 1304 | Portel (?) | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Pedro Eanes, abade de Valbom | Fora do Porto | 1332 | Abade de Valbom | | L. S., LXXIII, 154-157 |
| Pedro Eanes, clérigo do rei, abade de Viana | Fora do Porto | 1326 | Abade de Viana, clérigo do rei | XLVI | L. S., LXXV, 8-12v |
| Pedro Eanes, companheiro de Afonso Rodrigues (juiz) | Porto (?) | 1334 | Companheiro de Afonso Rodrigues, juiz. Juiz (?) | | L. S., CI, 346-353 |
| Pedro Eanes, cónego da cidade do Porto | Porto | 1397, 1398, 1403, 1410 | Cónego do Cabido do Porto | | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., XC, 27v-29; L. S., XCVI, 7-17v |
| Pedro Eanes, homem de Diogo Henriques, abade do Mosteiro de Cedofeita | Porto (?) | 1389 | Homem de Diogo Henriques, abade do M ^o de Cedofeita | XXXVIII | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Pedro Eanes, homem do dito D. Pedro Peres | Porto (?) | 1316 | Homem do dito D. Pedro Peres | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Pedro Eanes, morador em ... | Fora do Porto | 1347 | | XXX | L. O., XXIII, 8 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------------|---|--------|---|
| Pedro Eanes, morador no Mosteiro de Canedo | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 42-48 |
| Pedro Eanes, pescador em Santarém (criado de D. João Martins) | Fora do Porto | 1393 | Criado de D. João Martins. Pescador em Santarém | | L. O., XIX, 24 |
| Pedro Eanes, porteiro | Porto (?) | 1373 | Porteiro | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Pedro Eanes, pregoeiro | Porto | 1373 | Pregoeiro | | L. S., LXXXII, 67-72v |
| Pedro Eanes, tabelião da Infante D. Branca, na Vila da Feira, terra de Sta. Maria | Fora do Porto | 1333, 1334, 1336, 1340, 1345, 1347 | Tabelião do rei em Vila da Feira terra de Sta. Maria | | L. O., XXIII, 3, 8; L. O., XXVI, 7; L. S., LXXXIV, 42-48, 182-187; L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., XCVI, 25-30; |
| Pedro Eanes, tabelião de Gondomar | Fora do Porto | 1321 | Tabelião de Gondomar | | L. S., LXXIII, 158-161 |
| Pedro Eanes, tabelião do rei na cidade do Porto | Porto | 1389 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., XCI, 55-61v |
| Pedro Esteves | Porto | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Pedro Esteves | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Pedro Esteves | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Pedro Esteves | Porto (?) | 1364 | | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Pedro Esteves Ferraz, cônego da Sé do Porto | Porto | 1368 | Cônego da Sé do Porto, procurador do Cabido do Porto | | L. S., XXXI, 409-417 |
| Pedro Esteves, capelão do Mosteiro de Rio Tinto | Fora do Porto | 1326 | Capelão do M ^o de Rio Tinto | | L. S., XCVIII, 9-12v |
| Pedro Esteves, meirinho maior do rei Entre Douro e Minho (D.) | Fora do Porto | 1307 | Meirinho-maior do rei Entre Douro e Minho | | L. S., LXXXI, 60-67 |
| Pedro Esteves, prior da ordem de S. Domingos de frades pregadores (D. frei) | Porto | 1320 | Prior da ordem de S. Domingos de Frades pregadores | | L. S., XC, 100-111v |
| Pedro Feiteiro | Porto (?) | 1343 | | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Pedro Fernandes | Fora do Porto | 1339 | | | L. S., LXXV, 188-191 |
| Pedro Fernandes, cidadão do Porto | Porto | 1331, 1332 | Cidadão do Porto | | L. S., LXXIII, 32-36, 154-157 |
| Pedro Fernandes, clérigo | Fora do Porto | 1323 | Clérigo | | L. S., XCI, 1-16 |
| Pedro Fernandes, homem de Pedro Afonso | Porto (?) | 1335 | Homem de Pedro Afonso | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Pedro Fernandes, raçoeiro da Sé da Cidade do Porto | Porto | 1339 | Raçoeiro da Sé do Porto, procurador do Cabido | | L. O., XIV, 3 |
| Pedro Fernandes, tabelião, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | Tabelião | | L. O., XXIV, 40 |
| Pedro Francisco, homem do deão da cidade do Porto | Porto | 1300 | | | L. S., LXXIII, 243-245 |
| Pedro Galego, alfaiate de Gaia | Fora do Porto | 1318 | Alfaiate | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Pedro Garcia, capelão | Fora do Porto | 1302 | Capelão | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Pedro Geraldês, homem de Vasco Esteves | Porto | 1320 | Homem de Vasco Esteves | LII | L. S., XCVI, 204-224 |
| Pedro Geraldês, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1320 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 100-111v |
| Pedro Gomes | Fora do Porto | 1350 | | | L. S., XC, 54-61 |
| Pedro Gonçalves, morador na cidade do Porto | Porto | 1366 | | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Pedro Infante, morador em Vila Nova | Fora do Porto | 1365 | | V | L. S., XCVIII, 195-201 |
| Pedro João Gil, homem de Lourenço Peres | Fora do Porto | 1343 | Homem de Lourenço Peres abade da Ig ^a de Sta. M ^a de Campanhã | XXVII | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Pedro Lourenço | Porto (?) | 1339 | | | L. S., LXXIV, 65-68 |
| Pedro Lourenço, abade da Igreja de Campanhã | Fora do Porto | 1343 | Abade da Ig ^a de Sta. M ^a de Campanhã | LXIII | L. S., LXXIII, 103-109v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------------------|--|---------|--|
| Pedro Martins | Porto (?) | 1317 | | | L. S., XCVII, 105-110 |
| Pedro Martins da Poda, testamenteiro de Aldonça Eanes e do seu marido Afonso Martins de Bicas | Porto (?) | 1393 | | VIII | L. O., XXIV, 5 |
| Pedro Martins da Ribeira, tabelião | Porto | 1317 | Tabelião | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| Pedro Martins das Penas | Fora do Porto | 1321 | | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Pedro Martins de Braderim | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Pedro Martins de Lobão (“ecclesiarum rectores”) | Fora do Porto | 1321 | “ecclesiarum rectores” | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Pedro Martins de Valongo, trapeiro, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Pedro Martins o Cabaço, morador na aldeia de Degareí freguesia de Válega | Fora do Porto | 1334 | | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Pedro Martins o Trope, clérigo, procurador do Cabido do Porto | Porto | 1320 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., XC, 100-111v |
| Pedro Martins Pimentel, escrivão jurado na audiência | Porto | 1343 | Escrivão jurado | | L. S., LXXXIII, 103-109v |
| Pedro Martins, abade de Valongo(?) | Fora do Porto | ? | Clérigo de D. Gil Peres mestre-escola. Abade de Valongo | | L. O., XXIV, 1; L. S., XC, 161-166v |
| Pedro Martins, alfaiate | Porto (?) | 1327 | Alfaiate | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Pedro Martins, canhador | Porto (?) | 1319 | Canhador | XIX | L. S., LXXX, 269-278 |
| Pedro Martins, chantre oficial na Igreja de Coimbra, juiz | Fora do Porto | ? | Chantre, oficial na Ig ^a de Coimbra, juiz | | L. S., LXXXIV, 117-137v |
| Pedro Martins, clérigo | Porto | 1316 | Clérigo | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Pedro Martins, clérigo da Igreja do Porto, abade da Igreja de Avanca | Porto | 1317 | Clérigo da Ig ^a do Porto Abade da Ig ^a de Avanca, procurador do Cabido | | L. S., XCVII, 105-110 |
| Pedro Martins, clérigo de Fermude | Fora do Porto | 1335 | Clérigo de Fermude | | L. S., XCIX, 15-20v |
| Pedro Martins, filho de Susana Peres | Porto | 1375 | | | L. S., LXXXV, 164-168v |
| Pedro Martins, mancebo, [morador na Igreja de Válega] | Fora do Porto | 1334 | Mancebo da Ig ^a de Sta. M ^a de Válega | | L. S., LXXXVII, 34-65 |
| Pedro Martins, mestre-escola do deão e Cabido | Porto | 1296, 1300 | Mestre-escola do Deão e Cabido | | L. S., LXXXIII, 243-245. L. S., LXXXV, 20v-22v |
| Pedro Martins, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1317, 1319, 1329, 1336, 1337 | Tabelião público do rei na cidade do Porto | | L. O., XXIII, 16; L. O., XXX, 32; L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXI, 169-175; L. S., LXXXIV, 37-40v |
| Pedro Martins..., tabelião | Porto (?) | 1329 | Tabelião | | L. O., XXX, 32 |
| Pedro Mendes | Fora do Porto | 1332 | Escrivão do rei D. Afonso (?) | | L. S., LXXXIV, 178-180v |
| Pedro Neto de Braderim | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Pedro Pais, filho de Pais Esteves | Fora do Porto | 1351 | | | L. S., LXXXI, 109-113 |
| Pedro Peres, cónego que foi da Sé de Évora | Fora do Porto | 1335 | Cónego que foi da Sé de Évora | XLVIII | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Pedro Peres, ferreiro, testemunha Jurada | Fora do Porto | 1341 | Ferreiro | | L. S., LXXXVII, 119-126 |
| Pedro Peres, homem do dito mestre-escola | Porto (?) | 1397 | Homem de João Martins, mestre-escola do Porto | XL | L. S., LXXIV, 132-138 |
| Pedro Puto | Fora do Porto | 1336 | | | L. S., LXXXIV, 174-177 |
| Pedro Rodrigues, escudeiro, já finado | Porto | 1400 | Escudeiro | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Pedro Sanches, cónego da Sé | Porto | 1398 | Cónego da Sé do Porto | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Pedro Vicente | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Pedro Vicente, filho que fui de Vicente Eanes e de Geralda Peres (sua mulher) | Porto | 1360 | | | L. S., LXXVI, 100-104 |
| Pedro, filho do rei D. Sancho de Castela (muito honrado infante D.) | Fora do Porto | 1334 | Infante, filho do rei D. Sancho | | L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., CI, 346-353 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------|---|--------|---|
| prior de Alcaçova, clérigo do rei D. Dinis | Fora do Porto | 1316 | Prior de Alcaçova, clérigo do rei D. Dinis | | L. S., LXXX, 133-140 |
| Raimundo Eanes, morador na cidade do Porto | Porto | 1354 | | | L. O., XXIV, 40 |
| Ramos Peres de Guimarães | Fora do Porto | 1344 | Procurador do Cabido do Porto | XX | L. S., LXXV, 32-38v |
| Reimão Fernandes, morador na terra da Maia | Fora do Porto | 1367 | | | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Rodrigo Afonso, criado de Bento Peres (estalajadeiro) | Porto (?) | 1425 | Criado de Bento Peres Estalajadeiro | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Rodrigo Afonso, jaspeiro das casas dos vinhos da cidade do Porto | Porto | 1375 | Jaspeiro e cobrador da sisa das casas dos vinhos do Porto | | L. S., XCV, 15-20 |
| Rodrigo Eanes, abade de Perafita, irmão de Pedro Eanes (abade do Mosteiro de S. Pedro de Ferreira, cónego) | Porto | 1329, 1332, 1337 | Abade de Perafita | XXVI | L. O., XX, 28; L. S., LXXIII, 32-36, 154-157; L. S., LXXIX, 203-216 |
| Rodrigo Eanes, chantre (D.) | Porto | 1350 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | | L. S., LXXV, 178-183 |
| Rodrigo Eanes, chantre da Igreja do Porto (D.) | Porto | 137?, 1317, 1329, 1331 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto | XXXIII | L. O., VIII, 32; L. O., XXX, 32; L. S., LXXIII, 46-50; L. S., LXXIX, 203-216; L. S., LXXXI, 169-175 |
| Rodrigo Eanes, deão do Porto (D.) | Porto | 1328, 1329, 1337 | Deão da Ig ^a do Porto | XXVI | L. O., XX, 28; L. O., XXIII, 16; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXVIII, 83-86v |
| Rodrigo Eanes, filho que foi do abade de Nogueira | Porto | 1400 | | | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Rodrigo Eanes, procurador do Bispado do Porto ? | Porto | 1306 | Procurador do Bispado do Porto | | L. S., LXXXI, 95-100, 215-219v |
| Rodrigo, guardião do Mosteiro de S. Francisco Ordem dos Frades Menores (D. frei) | Porto | 1320 | Frei guardião da ordem de S. Francisco | | L. S., XC, 100-111v |
| Romão Peres | Porto | 1359 | | | L. S., LXXIII, 75-79v |
| Roque Martim Amado, irmão de João Amado cónego | Porto (?) | 1364 | | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Rui Cerveira, cónego do Cabido do Porto | Porto | 1362, 1364, 1366 | Cónego do Cabido do Porto | | L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| Rui Fafes, ouvidor da Infante D. Branca | Fora do Porto | 1334, 1340 | Ouvidor da Infante D. Branca | | L. S., LXXXVII, 34-65; L. S., CI, 346-353 |
| Rui Fernandes, deão de Braga e de Évora | Fora do Porto | 1304 | Deão de Braga e de Évora | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Rui Godelha | Fora do Porto | 1409 | | | L. S., LXXXVI, 54-59 |
| Rui Gomes de Azevedo | Fora do Porto | 1328 | | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Rui Gonçalves | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Rui Gonçalves, cavaleiro | Porto (?) | 1334 | Cavaleiro | | L. S., LXXXII, 114-118v |
| Rui Gonçalves, cónego do Cabido do Porto | Porto | 1364, 1365, 1366, 1368, 1392 | Cónego do Cabido do Porto | XLII | L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXXII, 161-175; L. S., LXXXVII, 29v-33; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| Rui Martins, procurador | Porto (?) | 1338, 1339 | Procurador | | L. S., LXXIV, 90-94v, 166-172 |
| Rui Mendes, juiz do rei D. Dinis, na cidade do Porto | Porto | 1316, 1319, 1320, 1322 | Juiz do rei D. Dinis na cidade do Porto | | L. S., XXX, 141-143v; L. S., LXXX, 133-140, 269-278; L. S., XC, 100-111v |
| Rui Nunes | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Rui Pais Bugalho (sic) | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Rui Peres do Avelal | Fora do Porto | 1335 | Escudeiro | | L. O., XXI, 3; L. S., XCIX, 15-20v |
| Rui Peres, tesoureiro do Porto | Porto | 1334 | Tesoureiro do Porto | | L. S., LXXXVII, 183-188 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|---|-------|---|
| Rui Teixeira, cônego | Porto | 1390 | Cônego | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Rui Vasques, cônego, procurador do Cabido da Igreja do Porto | Porto | 1362, 1364, 1365, 1366, 1368, 1370, 1373, 1376, 1379, 1387, 1390, 1391 | Cônego da Sé da cidade do Porto, procurador do Deão e Cabido do Porto | XXXII | L. O., XII, 51; L. O., XX, 23; L. O., XXIII, 27; L. O., XII, 51; L. S., XXXI, 409-417; L. S., LXXXII, 36-45v, 67-72v, 161-175; L. S., LXXXVIII, 94-103; L. S., XCI, 37-41; L. S., XCVII, 141-154; L. S., XCVIII, 72-80v, 132-146v |
| Salomão Baru | Porto | 1380 | Judeu | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Sol (D.) | Porto | 1380 | Judia | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Salvador Domingues | Porto (?) | 1301 | | | L. S., LXXIV, 230-235 |
| Salvador Eanes, tabelião da cidade do Porto | Porto | ? | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., LXXXII, 24-29v |
| Salvador Pivida, corretor, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Corretor, vizinho da cidade do Porto | XV | L. S., LXXXVIII, 278-282 |
| Salvos Martins, açagador | Porto (?) | 1331 | Açagador | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Sancha Eanes, mulher que foi de António Lourenço (sapateiro, morador em Vila de Gaia) | Fora do Porto | 1379 | | | L. O., XX, 23 |
| Sancha Nunes, mulher de Martim Gonçalves do Panho (cavaleiro) (D.) | Fora do Porto | 1334 | Fidalga (D.) | | L. S., LXXXVII, 183-188 |
| Sancha Peres, mulher de Pedro Martins, vizinha da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinha da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Sancho (bispo D.) | Fora do Porto | 1296, 1308 | Bispo | | L. S., LXXV, 20v-22v, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v |
| Sancho Domingues | Porto (?) | 1339 | Advogado | | L. S., LXXIV, 166-172 |
| Sante (sic) Peres | Fora do Porto | 1317 | | | L. S., LXXXI, 169-175 |
| Santos Eanes, advogado | Porto | 1405 | Advogado | | L. S., LXXIX, 7-12 |
| Semnhoo Domingues, procurador no concelho do Porto ? | Porto | 1329 | Procurador no concelho do Porto | | L. O., XXX, 32 |
| Senhorinha Domingues | Porto (?) | 1390 | | XIII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Senhorinha Domingues | Porto | 1351 | | | L. O., XXVII, 18 |
| Senhorinha Eanes, cidadã da cidade do Porto, mulher que foi de Gil Lourenço de Canaveses | Porto | 1386, 1390, 1394, 1410 | Cidadã da cidade do Porto | IX, X | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXIX, 70-78; L. S., LXXXVIII, 126-130v; L. S., LXXXI, 11-16v |
| Senhorinha Eanes, filha que foi do dito Domingos Eanes | Fora do Porto | 1345 | | XXX | L. O., XXIII, 3 |
| Senhorinha Lourenço, mulher de João Eanes de Teiso (sic) (mercador) | Porto | 1397 | | | L. S., LXXIV, 132-138 |
| Senhorinha Lourenço, mulher de Miguel Domingues, moradores na freguesia de Arcozelo, terra de Sta. Maria da Feira | Fora do Porto | 1402 | | | L. S., XCVI, 37-42 |
| Silvestra Martins, mulher de João Martins (filho que foi de Martim Cabeça) | Fora do Porto | 1356 | | | L. S., LXXXI, 156-162 |
| Silvestre João de Moura, clérigo | Porto | 1392 | Clérigo | | L. S., LXXXVII, 29v-33 |
| Silvestre Peres, tabelião público do rei em terra de Vouga | Fora do Porto | 1320, 1335, 1336 | Tabelião do rei em Terra de Vouga | | L. O., XXI, 3; L. S., LXXXI, 238-244; L. S., LXXXIV, 37-40v; L. S., XCIX, 15-20v |
| Simão Martins, tabelião em terra da Maia | Fora do Porto | 1307, 1333 | Tabelião em terra da Maia | | L. S., LXXXI, 60-67; L. S., XCVI, 25-30 |
| Sobrinha de D. Vicente Domingues (chantre da Igreja do Porto) | Porto (?) | 1331 | | | L. S., LXXXII, 120-135 |
| Sobrinha de Gil Martins das Tendras e filha da irmã de Gil Martins das Tendras | Porto | 1390 | | | L. S., LXXXII, 36-45v |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------|--|--------|--|
| Sobrinho de Domingos Peres, raçoeiro e juiz que foi do Porto | Porto | 1335 | Juiz que foi do Porto | | L. S., LXXVI, 151-155 |
| Soeiro Esteves | Fora do Porto | 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Soeiro Martins, ouvidor do Hospital | Fora do Porto | 1333 | Ouvidor da ordem do Hospital de Leça do Bailio | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Staes (sic) Lourenço, morador em Moldos, na freguesia de Pinho do Bispado de Viseu | Fora do Porto | 1306 | | | L. S., LXXXI, 95-100 |
| Susana Peres, mulher de Martim Eanes | Porto | 1318, 1375 | | | L. S., LXXV, 164-168v |
| tabelião | Porto (?) | 1327 | Tabelião | | L. S., LXXXVII, 90-96 |
| Teresa Fernandes, mulher de João Fernandes dito Bicado (cavaleiro) | Fora do Porto | 1317 | | XVIII | L. S., XCVII, 105-110 |
| Teresa Rodrigues, mulher de Afonso Lourenço, cidadã e moradora na cidade do Porto | Porto | 1362, 1428 | Cidadã, moradora na cidade do Porto | V, VI | L. S., XCVII, 141-154 |
| Tomé Eanes, clérigo do coro | Porto | 1302 | Clérigo do coro | | L. S., LXXXIV, 49-55 |
| Tomé Gonçalves, clérigo | Porto (?) | 1386 | Clérigo | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Tomé Martins, contador do rei D. João I | Porto (?) | 1406 | Contador do rei D. João I | | L. S., XXX, 317-320 |
| Tristão Viegas, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1328 | Tabelião do rei na cidade do Porto | | L. S., LXXXIV, 202-205 |
| Urraca Eanes, filha de Urraca Miguéis | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Urraca Miguéis, mulher [de Francisco Pivida] | Fora do Porto | 1318 | | | L. S., XCVIII, 172-177 |
| Vasco Afonso, clérigo do coro | Porto (?) | 1390 | Clérigo do coro | | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Vasco Afonso, escrivão do Cabido do Porto | Porto | 1394, 1431 | Escrivão do Cabido do Porto | | L. S., XCVI, 152-157; L. S., XCVII, 118-128 |
| Vasco Afonso, filho de Afonso ... | Fora do Porto | 1347 | | | L. O., XXIII, 8 |
| Vasco Domingues, criado de Clara Pais | Porto (?) | 1389 | Criado de Clara Pais | XII | L. S., XCI, 55-61v |
| Vasco Domingues, tendeiro | Porto | 1387 | Sapateiro (?) | | L. O., XII, 51 |
| Vasco Eanes, corregedor do rei Entre Douro e Minho | Fora do Porto | 1305, 1329 | Corregedor do rei Entre Douro e Minho | | L. S., LXXX, 279-282v; L. S., XCVII, 111-116v |
| Vasco Eanes, criado do mestre-escola | Porto (?) | 1398 | Criado do mestre-escola | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Vasco Eanes, escrivão da Rainha | Fora do Porto | 1394 | Escrivão da Rainha | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| Vasco Eanes, homem de Rui Vasques (cónego) | Porto (?) | 1390 | Homem de Rui Vasques, cónego | XXXII | L. S., LXXXII, 36-45v |
| Vasco Eanes, homem do abade de S. Demeão (sic) | Fora do Porto | 1410 | Homem do Abade de Demeão | | L. S., LXXIX, 70-78 |
| Vasco Eanes, meirinho da Feira | Fora do Porto | 1333 | Meirinho da Feira | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Vasco Esteves | Porto (?) | 1336 | | | L. S., CI, 346-353 |
| Vasco Esteves Saverrinho | Porto | 1387 | Mercador (?) | LIII | L. O., XXII, 4 |
| Vasco Esteves, procurador do bispo D. Fernando | Porto | 1320 | Procurador do bispo D. Fernando | LII | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Vasco Fernandes | Porto | 1364 | | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Vasco Fernandes Ferrão, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1396 | Juiz ordinário da cidade do Porto | | L. S., XCVII, 8-19 |
| Vasco Fernandes Ferraz, procurador do Cabido | Porto | 1394 | Procurador do Cabido do Porto | | L. S., LXXXI, 11-16v |
| Vasco Fernandes, clérigo do coro | Porto | 1344 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Vasco Fernandes, homem do abade Caleos | Porto (?) | 1332 | Homem do Abade Caleos(?) | | L. O., IX, 29 |
| Vasco Gil | Porto (?) | 1316 | | | L. S., XC, 148-154 |
| Vasco Gil de Pedoroso, escolar em leis do desembargo do rei D. João I | Fora do Porto | 1405 | Escolar em leis do desembargo do rei D. João I | | L. S., XXIX, 6; L. S., LXXX, 303-311v |
| Vasco Gil, juiz ordinário na cidade do Porto | Porto | 1336, 1338 | Juiz ordinário na cidade do Porto | | L. O., XXIII, 16; L. S., LXXIV, 90-94v. 166-172: |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|--|---------------|------------------------------|--|---------|--|
| | | | | | L. S., CI, 346-353 |
| Vasco Gonçalves Peixoto | Fora do Porto | 1319, 1320 | | | L. S., XCVI, 204-224 |
| Vasco Gonçalves, clérigo do coro | Porto | 1344 | Clérigo do coro da Sé | | L. S., LXXV, 32-38v |
| Vasco Gonçalves, criado de Diogo Henriques | Porto (?) | 1400 | Criado de Diogo Henriques, cónego da Ig ^a do Porto | XXXVIII | L. S., LXXXVIII, 1-5 |
| Vasco Gonçalves, irmão de Afonso Gonçalves, escudeiro, morador em Valadares | Fora do Porto | 1305, 1344 | | | L. S., LXXV, 32-38v; L. S., XCVII, 111-116v |
| Vasco Lourenço de Lamego, prebendeiro que foi do Cabido do Porto | Porto | 1364 | Prebendeiro que foi do Cabido da Sé do Porto | XXVIII | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Vasco Lourenço, tesoureiro do rei D. Fernando | Fora do Porto | 1380 | Tesoureiro [do rei D. Fernando] | | L. S., XXXI, 418-420 |
| Vasco Martins | Fora do Porto | 1379 | | | L. O., XX, 23 |
| Vasco Martins da Parada, morador na cidade do Porto | Porto | 1370, 1373 | Tutor de João (1370), testamenteiro de Afonso Domingues, tabelião que foi da cidade do Porto (1373) | VI, V | L. S., LXXXII, 67-72v; L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Vasco Martins, arcediogo de Covilhã | Fora do Porto | 1337 | Arcediogo de Covilhã | | L. O., XXIII, 16 |
| Vasco Martins, homem de Lopo Afonso de Lisboa | Porto (?) | 1369 | Homem de Lopo Afonso de Lisboa | | L. S., LXXXVIII, 94-103 |
| Vasco Martins, morador na cidade do Porto | Porto | 1389 | Procurador de Inês Afonso, criada de Afonso Esteves, porteiro que foi do Cabido | XXXIV | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Vasco Martins, procurador do frei Afonso | Fora do Porto | 1350 | Procurador de Frei Afonso, freire da ordem do Hospital | | L. S., XC, 54-61 |
| Vasco Martins, tabelião do rei em terra da Maia | Fora do Porto | 1327, 1330 | Tabelião do rei na terra da Maia | | L. O., XVII, 12, 48; L. O., XVII, 6 |
| Vasco Mota Cachelho do lugar de S. João de Durates(?) | Fora do Porto | 1347 | | | L. O., XII, 33 |
| Vasco Neto, tabelião de S. João Durates(?) | Fora do Porto | 1347 | Tabelião de S. João Durates(?) | | L. O., XII, 33 |
| Vasco Palos (sic), mercador | Porto | 1357, 1362 | | V, VI | L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., XCVII, 141-154 |
| Vasco Peixoto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1394 | Mercador | IX | L. S., LXXXI, 11-16v |
| Vasco Pereira | Fora do Porto | 1327 | | | L. O., XII, 48 ; XVII, 6 |
| Vasco Peres Froiães | Fora do Porto | 1304 | | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Vasco Peres, abade de Freixo | Fora do Porto | 1320 | Abade de Freixo | | L. S., XCVI, 204- 224 |
| Vasco Peres, cónego do Porto, procurador de D. Afonso Martins, deão e Cabido | Porto | 1394, 1397, 1398, 1402, 1403 | Cónego do Cabido do Porto, procurador do deão e Cabido do Porto, vigário geral de D. Gil bispo do Porto (1402) | XLIV | L. S., LXXIV, 132-138; L. S., LXXXI, 11-16v; L. S., LXXXVIII, 152-160; L. S., XC, 13-27v; L. S., XCVI, 7-17v |
| Vasco Peres, tabelião da cidade do Porto | Porto | 1396 | Tabelião da cidade do Porto | | L. S., XCVIII, 54-57v |
| Vasco Rodrigues, escrivão do armazém da cidade do Porto | Porto | 1405 | Escrivão do Armazém da cidade do Porto | | L. S., LXXIX, 7-12; L. S., LXXX, 312-316 |
| Vasco Soares de Paião(?) | Fora do Porto | 1338 | | | L. S., XCVII, 183-188 |
| Vasco Viana | Porto (?) | 1386 | | | L. S., LXXIV, 250-259 |
| Vasco Vicente, alfaiate | Porto (?) | 1357 | Alfaiate | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Vasco Vicente, escrivão do Biscoito do rei, morador na cidade do Porto na rua Chã, réu | Porto | 1386, 1394 | Escrivão do Biscoito do rei | IX | L. S., LXXIV, 250-259; L. S., LXXXI, 11-16v |
| Vasco, bispo da Guarda (D.) | Fora do Porto | 1304 | Bispo da Guarda | | L. S., XXXI, 570-573 |
| Vasco, bispo do Porto (D.) | Porto | 1329, 1331, 1337 | Bispo do Porto | | L. O., XXIII, 16; L. S., LXXX, 279-282v; L. S., LXXXII, 120-135 |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos *pergaminhos* do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|--|--|---------|--|
| Vasco, freire na Bailia de Rio Meão (frei) | Fora do Porto | 1333 | Freire na ordem do Hospital (?) | | L. S., XCVI, 25-30 |
| Veirianes | Porto | 1380 | Judeu | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Vicenta | Porto | 1380 | Judia (?) | | L. S., LXXIX, 166-174 |
| Vicente ... | Porto | 1387 | | | L. O., XII, 51 |
| Vicente de Negrelos | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Vicente do Crasto, vizinho de Leiria | Fora do Porto | 1329 | Vizinho de Leiria, procurador de João Fernandes e de Margarida Peres, vizinhos de Leiria | V | L. S., XCVII, 141-154 |
| Vicente Domingues | Porto | 1315 | | | L. O., XXIX, 53 |
| Vicente Domingues Caldo Amarelo | Porto (?) | 1327 | | | L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Vicente Domingues do Souto, mercador, morador na cidade do Porto | Porto | 1367, 1368 | Mercador | VII | L. S., LXXVI, 156-162 |
| Vicente Domingues Pinsel, juiz da cidade do Porto | Porto | 1394 | Juiz da cidade do Porto | | L. S., LXXV, 170-176v |
| Vicente Domingues, chantre do Cabido do Porto e prior da Igreja de Azambuja (D.) | Porto | 1296, 1305, 1307, 1308, 1312, 1316, 1331, 1350 | Chantre do Cabido da Ig ^a do Porto, prior da Igreja de Azambuja | XVII, a | L. O., XXVIII, 6; L. S., LXXIV, 90-94v, 102-105, 144-153v, 166-172; L. S., LXXV, 20v-22v, 178-183; L. S., LXXVI, 39-51v; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., XCV, 120-124 |
| Vicente Domingues, freguês da Igreja de Campanhã | Fora do Porto | 1343 | Freguês da Ig ^a de Sta. M ^a de Campanhã | | L. S., LXXIII, 103-109v |
| Vicente Domingues, morador na cidade do Porto | Porto | 1366 | | | L. S., XCVIII, 132-146v |
| Vicente Domingues, tabelião público do rei na cidade do Porto | Porto | 1329, 1332, 1339 | Tabelião na cidade do Porto | | L. O., XVIII, 11; L. S., LXXIV, 166-172; L. S., LXXX, 279-282v |
| Vicente Domingues, tendeiro e morador na cidade do Porto | Porto | 1354, 1358 | Tendeiro | | L. O., XXIV, 40; L. S., LXXIV, 187-192 |
| Vicente Durães, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1319 | Vizinho da cidade do Porto | | L. S., XC, 161-166v |
| Vicente Eanes | Porto | 1394 | Lavrador, caseiro do Cabido | | L. S., XCVIII, 48-54 |
| Vicente Eanes de Meixide | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Vicente Eanes de Pedrosinho | Fora do Porto | 1321 | Homem bom jurado | | L. S., LXXXVI, 92-108v |
| Vicente Eanes, canhador, já passado | Porto (?) | 1331, 1360 | Cambiador | | L. S., LXXVI, 100-104; L. S., LXXXVIII, 218-224v |
| Vicente Eanes, marido de Maria Martins | Porto | 1366 | | XVI | L. O., XXIV, 1; L. S., LXXXVIII, 88-93 |
| Vicente Eanes, morador em S. João Durates(?) | Fora do Porto | 1347 | Estanhador | | L. O., XII, 33 |
| Vicente Eanes, procurador | Porto (?) | 1339 | Procurador | | L. S., LXXIV, 166-172 |
| Vicente Eanes, tabelião | Porto (?) | 1375 | Tabelião | | L. S., XCV, 15-20 |
| Vicente Esteves | Porto | 1392 | | XLII | L. S., LXXXVII, 25-29v |
| Vicente Esteves, irmão de Gonçalo Esteves (abade de Pereira) | Porto (?) | 1326 | | | L. O., XXIX, 33 |
| Vicente Fernandes, tabelião do Porto | Porto | 1392 | Tabelião | | L. S., LXXIV, 219-224 |
| Vicente Gil, abade de Valbom | Fora do Porto | 1389 | Abade de Valbom | | L. S., LXXXII, 1-5 |
| Vicente Gonçalves, cónego da Igreja do Porto, vigário geral de D. Afonso (bispo do Porto) | Porto | 1364 | Cónego da Ig ^a do Porto, vigário geral do sr. D. Afonso, bispo do Porto | | L. S., LXXVI, 39-51v |
| Vicente Martins | Porto (?) | 1316 | | XLV | L. O., XXVIII, 6 |
| Vicente Martins | Porto (?) | 1319 | | | L. S., LXXX, 269-278 |
| Vicente Martins Barreiros | Fora do | 1364, | | III | L. S., LXXXII, 161-175; |

Apêndice 49 – Colação prosopográfica através dos pergaminhos do Cabido do Porto (1301-1406)

| Indivíduo | Espaço | Anos | Posicionamento social | CRI | ADP |
|---|---------------|------------------|---|-----|--|
| | Porto | 1365 | | | L. S., XCVIII, 72-80v |
| Vicente Martins de Golpilhares, abade ? | Fora do Porto | 1321 | Abade: "ecclesiarum rectores" | | L. S., LXXXIV, 222-226 |
| Vicente Martins, advogado | Porto (?) | 1329 | Advogado | | L. O., XXX, 32 |
| Vicente Martins, almoxarife | Porto | 1329 | Almoxarife | | L. S., LXXIX, 203-216 |
| Vicente Martins, mercador, vizinho da cidade do Porto | Porto | 1320 | Vizinho da cidade do Porto, mercador | | L. S., XC, 100-111v |
| Vicente Peres | Porto | 1321, 1354 | Mercador | | L. O., XXIV, 40; L. S., XCVI, 204- 224 |
| Vicente Peres | Fora do Porto | 1332 | Escrivão do rei D. Afonso (?) | | L. S., LXXXIV, 178-180v |
| Vicente Peres de Pinheiro | Fora do Porto | 1332 | | | L. S., LXXIII, 32-36 |
| Vicente Peres, filho que foi de Vicente Peres (mercador e morador que foi na cidade do Porto) | Porto | 1320, 1321 | Cidadão do Porto | | L. O., XXIV, 40; L. S., XCVI, 204- 224 |
| Vicente Simões, herdador | Fora do Porto | 1320 | Herdador | | L. S., LXXXI, 238-244 |
| Vicente, bispo do Porto (D.) | Porto | 1285, 1316, 1319 | Bispo do Porto | | L. S., LXXX, 269-278; L. S., LXXXII, 120-135; L. S., CI, 346-353 |
| Vicente, filho do dito João Peres, morador no lugar de Degarei | Fora do Porto | 1340 | | | L. O., XXVI, 7 |
| Vidal (cardeal D. frei) | Porto (?) | 1319 | Cardeal D. Frei | | L. S., XC, 100-111v |
| Vivor Carneiro, morador no Mosteiro de Paços de Sousa | Fora do Porto | 1398 | | | L. S., XCVI, 7-17v |
| Yhuda(?), responseiro e arrabi mor do rei D. Fernando | Fora do Porto | 1364 | Responseiro e "arrabi" mor do rei D. Fernando | | L. S., XCV, 15-20 |

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Distrital do Porto

Fundo diocesano

Cartório do Cabido da Sé do Porto

Livro dos Originais, LXXIX, fl. 6.

Livro dos Originais, IX, fls. 29.

Livro dos Originais, VI, fls. 72-38.

Livro dos Originais, VIII, fl. 32.

Livro dos Originais, XII, fls. 33, 48, 51.

Livro dos Originais, XIV, fls. 3, 53.

Livro dos Originais, XIX, fl. 24.

Livro dos Originais, XVII, fls. 6, 11-12.

Livro dos Originais, XVIII, fl. 11.

Livro dos Originais, XX, fls. 23, 28.

Livro dos Originais, XXI, fl. 3.

Livro dos Originais, XXII, fl. 4.

Livro dos Originais, XXIII, fls. 3, 8, 16, 27, 34.

Livro dos Originais, XXIV, fls. 1, 4-5, 40.

Livro dos Originais, XXIX, fls. 6, 12, 33, 53.

Livro dos Originais, XXVI, fl. 7.

Livro dos Originais, XXVII, fl. 18.

Livro dos Originais, XXVIII, fl. 6.

Livro dos Originais, XXX, fl. 32.

Livro dos Originais, XXIV, fls. 5, 37.

Livro das Sentenças, CI, fls. 346-353.

Livro das Sentenças, LXXIII, fls. 14-18, 32-36, 46-50; 75-79v, 103-109v, 150-161, 243-245.

Livro das Sentenças, LXXIV, fls. 65-68, 90-94v, 102-105, 132-138, 144-153v, 166-172, 187-192, 219-224, 230-235, 250-259.

Livro das Sentenças, LXXIX, fls. 7-12, 44-53v, 55-61v, 70-78, 166-174, 203-216.

Livro das Sentenças, LXXV, fls. 8-12v, 20v-22v, 32-38v, 164-168v, 170-176v, 178-183, 188-191.

Livro das Sentenças, LXXVI, fls. 21-24, 39-51v, 100-104, 125-128v, 151-162, 178-183.

Livro das Sentenças, LXXX, fls. 133-140, 144-146v, 269-282v, 303-316.

Livro das Sentenças, LXXXI, fls. 11-16v, 60-67, 95-100, 109-113, 156-162, 169-179, 215-219v, 238-244.

Livro das Sentenças, LXXXII, fls. 1-5, 24-29v, 30-45v, 67-72v, 114-118v, 120-135, 161-175.

Livro das Sentenças, LXXXIV, fls. 37-40, 42-55, 94-97, 117-137v, 147-167, 174-180v, 182-194v, 202-205, 222-226, 234-286.

Livro das Sentenças, LXXXVI, fls. 54-59, 92-108, 148v-156v, 161-168.

Livro das Sentenças, LXXXVII, fls. 25-65, 90-96, 119-126, 183-188, 211-218v.

Livro das Sentenças, LXXXVIII, fls. 1-5, 27-32, 83-86v, 88-103, 126-130v, 152-160, 218-224v, 226-230, 278-282.

Livro das Sentenças, XC, fls. 13-29, 54-61, 70-77, 100-111v, 148-154; 161-166v.

Livro das Sentenças, XCI, fls. 1-16, 37-41, 55-61.

Livro das Sentenças, XCIV, fls. 98-104v.

Livro das Sentenças, XCIX, fls. 5-9v, 15-20v.

Livro das Sentenças, XCV, fls. 15-31v, 79-87, 120-124.

Livro das Sentenças, XCVI, fls. 7-17v, 25-30, 37-42, 49-541, 52-157, 183-197, 204-224.

Livro das Sentenças, XCVII, fls. 1-19, 105-116v, 118-128, 141-154, 183-188.

Livro das Sentenças, XCVIII, fls. 9-12v, 48-57v, 72-80v, 132-146v, 172-177, 195-201.

Livro das Sentenças, XXX, fls. 141-146v, 284-286v, 303-311v, 317-320.

Livro das Sentenças, XXXI, fls. 409-420, 570-573.

Bibliografia

- Alexandre-Bidon, Danièle & Trefort, Cécile (dir.) (1993a). *A Réveiller les morts. La mort au quotidien dans l'Occident médiéval*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon et Association des amis des bibliothèques de Lyon.
- Alexandre-Bidon, Danièle (1993b). Apprendre à vivre: l'enseignement de la mort aux enfants. In Danièle Alexandre-Bidon et Cécile Trefort (dir.), *A Réveiller les morts. La mort au quotidien dans l'Occident médiéval* (pp. 31-41). Lyon: Presses Universitaires de Lyon et Association des amis des bibliothèques de Lyon.
- Almeida, José Gaspar de (1935). *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2002a). Açougueiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 269-270). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2002b). Carpinteiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 298-300). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2002c). Ferrador. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 312-314). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2002d). Forneiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 315-316). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2002e). Ferreiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 314-315). Oeiras: Celta Editora.
- Alves, Ana Maria (1983). Onomástica da Lisboa Quinhentista. Subsídios para um estudo de mentalidades na 2ª metade do século XVI. In *Estudos de História de Portugal, vol II – séculos XVI-XX, Homenagem a A. H. De Oliveira Marques* (pp. 119-144). Lisboa Editorial Estampa.
- Amaral, Luís Carlos & Duarte, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*. Sep. da Revista de História, 6. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto.
- Amaral, Luís Carlos (1987). Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª série, vol. 5/6*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Amaral, Luís Carlos (1994). *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Armas Castro, José (1992). Transformaciones sociales y relaciones de poder en una Villa de Señorío. Pontevedra, siglos XIV-XV. In Ermelindo Portela Pazos, *Poder y Sociedad en la Galicia medieval* (pp. 191-210). Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- Asenjo Gonzalez, M. (1994). Parentesco e sociedade en el oríxem de la nobreza urbana en Castilla. Siglos XII y XIII. In *Cultures et Civilisations Médiévales, XI, Villes et Sociétés Urbaines au Moyen-Âge* (pp. 141-148). Paris: Univ. Paris – Sorbonne.
- Barros, Amândio Jorge Morais (1998). As relações entre o Porto e a Galiza nos finais da Idade Média. (Perspectivas de Trabalho). *Revista da Faculdade de Letras – História – II série, Vol. XV-I*. Porto: Faculdade de Letras, 187-198.

- Barros, Amândio Jorge Morais (2003). O Porto: privilegiados e «devassos». In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (coord), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (vol. III, pp. 121-134). Civilização Editora, Porto, 2003.
- Barros, Henrique da Gama (1936). Comunas de judeus e comunas de mouros. *Revista Lusitana*, vol. XXXIV, pp. 165-165.
- Barthélemy, Dominique (1990). Le Système Anthroponymique en Vendômois (X^e-milieu XIII^e). In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^{er} et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 35-60). Tours: Université de Tours.
- Barthelemy, Dominique (1992). Éléments d'Anthroponymie Féminine d'Après le Cartulaire du Ronceray d'Angers (1028-1184 environ). In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 67-80). Tours: Université de Tours.
- Bassett, Steven (1992). *Death in towns: urban responses to the dying and of dead, 100-1600*. Leicester: Leicester University Press.
- Basto, Artur de Magalhães (1962-1965). Desenvolvimento topográfico da cidade – séculos XII a XV. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 116-158). Porto: Portucalense Editora.
- Bayard, Florence (1999). *L'art du bien mourir au XV^{ème} siècle. Étude sur les arts du bien mourir au bas Moyen Âge à la lumière d'un ars moriendi allemand du XV^{ème} siècle*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- Beck, Patrice (1990). Évolution des formes anthroponymiques en Bourgogne (900-1280). In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^{er} et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 61-85). Tours: Université de Tours.
- Beck, Patrice (1992a). Anthroponymie et désignation des clercs en Bourgogne (X^{ème}-XIV^{ème} siècles). In M. Bourin & P. Chareille (dir.) (1992a). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 99-104). Tours: Université de Tours.
- Beck, Patrice (1992b). Anthroponymie et Désignation des Femmes en Bourgogne au Moyen-Âge (X^{ème} – XIV^{ème} Siècles). In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 101-110). Tours: Université de Tours.
- Beck, Patrice (1995). De la transmission du nom et du surnom en Bourgogne à la fin du Moyen Âge (X^{ème}-XV^{ème} siècles). In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Étiquettes généalogiques et données prosopographiques* (pp. 123-141). Tours: Université de Tours.
- Beck, Patrice (1996). Anthroponymie et parenté. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 365-381). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Beck, Patrice (dir.) (1997a). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – IV – Discours sur le nom: normes, usages, imaginaire (VI^{ème} – XVI^{ème} siècles)*. Tours: Université de Tours.

- Beck, Patrice (dir.) (1997b). Discours littéraires sur l' anthroponymie (VI^{ème}-XVI^{ème} siècles). In P. Beck (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – IV – Discours sur le nom: normes, usages, imaginaire (VI^{ème} – XVI^{ème} siècles)* (pp. 121-161). Tours: Université de Tours.
- Beck, Patrice (2002). Personal Naming Among the Rural Populations. In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures* (pp. 143–156). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Becker, Peter (1996). Making Individuals: some remarks on the creation of a prosopographical catalogue with KLEIO. In J.-P. Genet; G. Lottes (org.), *L'état moderne et les élites, XIII^e – XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16 – 19 octobre 1991* (pp. 51-61). Paris: Publications de la Sorbonne.
- Beech, George T. (1996). La Dévolution des Noms et la Structure de la Famille: l'exemple Poitevin. In M. BOURIN, J.-M. MARTIN & F. MENANT (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 401-411). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Beech, George T.; Bourin, Monique & Chareille, Pascal (ed.) (2002). *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures*. Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Beirante, Maria Ângela Rocha (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Beirante, Maria Ângela (2003). Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas. In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (coord), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (vol. III, pp. 939-945). Civilização Editora, Porto, 2003.
- Beltran Suarez, M. S. (1991). Notas al Sistema Antroponimico Asturiano en los Siglos X al XII. *Asturiensia Medievalia*, 6, Oviedo.
- Billy, Pierre-Henri (1995). Nommer à Toulouse aux XI^{ème}-XIV^{ème} siècles. In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Etudes d'anthroponymie médiévale, V^e et VI^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1991-1993* (pp. 171-189). Tours: Université de Tours.
- Bois, Guy (2000). *La grande dépression médiévale XIV^{ème} et XV^{ème} siècles. Le précédent d'une crise systémique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bortolami, S. (1996). L'onomastica come documento di storia della spiritualità nel medioevo europeo. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 435-471). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Bourin, Monique (dir.) (1990a). *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron*, Tomo I. Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique, e Chevalier, B. (1990b). L'Enquête: Buts et Méthodes. In *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 7-12). Tours: Université de Tours.

- Bourin, Monique (1990c). Les Formes Anthroponymiques et leur Évolution d'Après les Données du Cartulaire du Chapitre Cathédral d'Agde (X^e Siècle – 1250). In *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 179-217). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique (1990d). Bilan de l'Enquête: de la Picardie au Portugal, l'Apparition du Système Anthroponymique à Deux Éléments et ses Nuances Régionales. In *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 233-246). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (dir.) (1992a). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990*. Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (dir.) (1992b). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990*. Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique (1992c). L'anthroponymie des clercs en Bas-Languedoc: le cartulaire du chapitre d'Agde. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 123-146). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique e Chareille, Pascal (1992d). Pour les clercs, un système de désignation différent, mais les mêmes noms. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 147-157). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique (1992e). Les difficultés d'une étude de la désignation des femmes. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 1-8). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique (1992f). Désignation et Anthroponymie des Femmes en Bas-Languedoc: l'Exemple du Cartulaire du Chapitre d'Agde. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 151-186). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (1992g). Conclusion: «Insignis Femina, Virilis Femina». In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 207-229). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (1992h). En forme de conclusion générale: bilans et projets. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989 – 1990* (pp. 301-321). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (dir.) (1995a). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Etudes d'anthroponymie médiévale, V^e et VI^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1991-1993*. Tours: Université de Tours.

- Bourin, Monique (1995b). Tel père, tel fils? L'Héritage du nom dans la noblesse languedocienne (XI^{ème}-XIII^{ème} siècles). In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Etudes d'anthroponymie médiévale, V^e et VI^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1991-1993* (pp. 191-209). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (1995c). Le choix anthroponymique: entre hasards individuels et nécessités familiales. In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Etudes d'anthroponymie médiévale, V^e et VI^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1991-1993* (pp. 219-241). Tours: Université de Tours.
- Bourin Monique; Martin, Jean-Marie & Menant, François (Eds.) (1996a). *L'Anthroponymie, Document de l'Histoire Sociale des Mondes Méditerranéens Médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)*. Roma: École Française de Rome.
- Bourin, Monique (1996b). France du Midi et France du Nord: deux systèmes anthroponymiques?. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 179-202). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Bourin, Monique (1997). Conclusion. De rares discours réflexifs sur le nom mais des signes évidents de choix de dénomination réfléchis. In P. Beck (dir.) (1997). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – IV – Discours sur le nom: normes, usages, imaginaire (VI^{ème} – XVI^{ème} siècles)* (pp. 239-252). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (dir.) (2002a). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – V – 1 – Intégration et exclusion sociale: lectures anthroponymiques. Serfs et dépendants au Moyen Âge (VII^{ème}-XII^{ème} siècle)*. Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (dir.) (2002b). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – V – 2 – Intégration et exclusion sociale: lectures anthroponymiques. Serfs et dépendants au Moyen Âge (Le «nouveau servage»)*. Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique & Chareille, Pascal (2002c). Conclusion: nuances serviles de l'anthroponymie médiévale. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – V – 2 – Intégration et exclusion sociale: lectures anthroponymiques. Serfs et dépendants au Moyen Âge (Le «nouveau servage»)* (pp. 189-212). Tours: Université de Tours.
- Bourin, Monique (2002d). How changes in naming reflect the evolution of familial structures in southern Europe (950-1250). In G. T. Beech, M. Bourin e P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures* (pp. 3-13). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications.
- Bourin, Monique & Menant, François (2004). Introduction. In *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale. Résumés des communications de la rencontre des 27-28 février 2004* (pp. 5-10). [consultado em 24/02/2005 em <http://www.histoire.ens.fr/colloques/disettes%20tous%20les%20r%20E9sum%E9s.pdf>].
- Bourlet, Caroline (1992). L'Anthroponymie à Paris à la Fin du XIII^{ème} Siècle d'Après les Rôles de la Taille du Règne de Philippe le Bel. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 9-44). Tours: Université de Tours.
- Braunstein, Philippe (1990). Abordagens da intimidade, séculos XIV-XV. In Georges Duby (dir.), *Da Europa feudal ao Renascimento, vol. II de Philippe Ariès & Georges Duby (dir.), História da vida privada*. Porto: Edições Afrontamento (pp. 526-619).

- Braunstein, Philippe (1997). Pour une histoire des élites urbaines: vocabulaire, réalités et représentations. In *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVIIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 29-38). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École française de Rome.
- Brito, Pedro de (1997). *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal do Porto – Arquivo Histórico.
- Brooke, Christopher N. L. (1994). *The Medieval Idea of Marriage*. Oxford: Clarendon Press.
- Bulst, N. & Genet, J.-P. (ed.) (1986). *Medieval Lives and the Historian – Studies in Medieval Prosopography*. Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications-Western Institute Publications.
- Bulst, N. (1996). Objet et Méthode de la Prosopographie. In J.-P. Genet & G. Lottes (ed.), *L'Etat Moderne et les Elites, XII^{ème} – XVII^{ème} siècles. Apports et Limites de la Methode Prosopographique. Actes du Colloque International CNRS – Paris I, 16-19 octobre 1991* (pp. 467-482). Paris: Publications de la Sorbonne.
- Cannon, Christopher (1999). The rights of medieval english women. Crime and issue of representation. In B. A. Hanawalt & D. Wallace (ed.), *Medieval crime and social control* (pp. 156-185). Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Carvalho, Amadeu Ferraz de (1927). *Da actual feição da antroponímia portuguesa. Proposta de um inquérito onomástico*. Coimbra, 1927.
- Carvalho, Amadeu Ferraz de (1950). Contribuição para o estudo da antroponímia portuguesa. Três épocas nos nomes de habitantes dum concelho da Beira – Besteiros, hoje Tondela. *Separata do Tomo VIII, 7^a Secção das Ciências Históricas e Filológicas*, Lisboa.
- Casagrande, Carla (1993). A mulher sob custódia. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 135-136). Porto: Edições Afrontamento.
- Chareille, Pascal (1992). Éléments pour un traitement statistique des données anthroponymiques. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 245-297). Tours: Université de Tours.
- Chedeville, André (1992). *L'Anthroponymie Bretonne*. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 9-40). Tours: Université de Tours.
- Cortesão, Jaime (1984). *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1990). *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XIV*. Vol. I – *Notas do Viver Social*. Vol. II – *Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1993). *A Feira de Coimbra no Contexto das Feiras Medievais Portuguesas*. Coimbra: Inatel.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1994). *Festa e sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: Inatel.

- Coelho, Maria Helena da Cruz & Homem, Armando Luís de Carvalho (coord.) (1996). Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV. Vol. III de J. Serrão & A. H. de O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Costa, Adelaide Lopes Pereira Millan da (1993). «Vereação» e «Vereadores». *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto – Arquivo Histórico.
- Costa, Alexandre de Carvalho (1982). *Antropónimos*, Braga: Gráf. de S. Vicente.
- Costa, Avelino de Jesus da (1996). A chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. In *Revista da Faculdade de Letras. História. Universidade do Porto. II série, vol. XIII*, 71-101.
- Costa, Avelino de Jesus (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (2ª ed. refundida e ampliada).
- Costa, Mário Júlio Brito de Almeida (1957). *Origem da enfiteuse no Direito Português*. Coimbra.
- Costa, Mário Júlio Brito de Almeida (1961). *Raízes do censo consignativo*. Coimbra:Atlântida.
- Costa, Paula Maria de Carvalho Pinto (2003). A cidade do Porto e o couto de Leça: enfrentamento de dois poderes medievais. In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (coord), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (vol. III, pp. 1223-1229). Civilização Editora, Porto, 2003.
- Crouzet-Pavan, Elizabeth (1997). Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie). In *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVIIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 9-28). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École française de Rome.
- Crouzet-Pavan, Elizabeth (2005). Introduction. In E. Lecuppre-Desjardin & A.-L. Van Bruaene (ed.), *Emotions in the heart of the city (14th-16th century). Les émotions au Coeur de la ville (XIV^{ème}-XVI^{ème} siècle)* (pp. 27-29). Turnhout: Brepols.
- Cruz, António (1943). *Os Mesteres do Porto – Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, vol. 1. Porto: Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdencial Social.
- Cruz, António (1953). *Velho Burgo – Alguns Aspectos, Figuras e Casos do Porto Antigo*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- Cruz, António (1962-1965). Os bispos senhores da cidade: II – de D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 184-248). Porto: Portucalense Editora.
- Cruz, António (1973). *Tempos e caminhos. Estudos de História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Cursente, Benoit (1990). Étude sur l'Évolution des Formes Anthroponymiques dans les Cartulaires du Chapitre Métropolitain de Sante Marie d'Auch (XI^e – XIII^e siècles). In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 143-178). Tours: Université de Tours.
- Cursente, Benoit (1992). Les Femmes de Gascogne et leur Nom d'Après le Cartulaire de Berdoues (milieu XII^{ème} Siècle – Milieu XIII^{ème} Siècle). In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 111-132). Tours: Université de Tours.
- Cursente, Benoit (1996). Aspects de la «Révolution Anthroponymique» dans le Midi de la France (début XI^{ème} – début XIII^{ème} siècle). In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S.*

- «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6 – 8 octobre 1994) (pp. 41-62). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Dalarun, Jacques (1993). Olhares de clérigos. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 29-63). Porto: Edições Afrontamento.
- Damáσιο, António (1998). *O erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*. 18ª edição. Lisboa: Publicações Europa América.
- Damáσιο, António (2001). *O sentimento de si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. 12ª edição. Lisboa: Publicações Europa América.
- Damáσιο, António (2003). *Ao encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do sentir*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Europa América.
- Dauzat, Albert (1946). *Les Noms de Personne. Origine et Evolution*. Paris: Delagrave.
- Deploige, Jeroen (2005). Studying emotions. The medievalist as human scientist. In E. Lecuppre-Desjardin & A. – L. Van Bruaene (ed.), *Emotions in the heart of the city (14th-16th century). Les émotions au Coeur de la ville (XIV^{ème}-XVI^{ème} siècle)* (pp. 3-24). Turnhout: Brepols.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho (2003). Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade. In Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média – Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (vol. I, pp. 425-440). Porto: Livraria Civilização Editora.
- Dias, João José Alves (1998). A população. In João José Alves Dias (coord.), *Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*, Vol. V de J. Serrão & A. H. de O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal* (pp. 11-52). Lisboa: Editorial Presença.
- Dronzek, Anna (2003). Gender roles and the marriage market in fifteenth-century England: ideals and practices. In I. Davis, M. Müller & S. R. Jones (ed.), *Love, marriage, and family ties in the Later Middle Ages* (pp. 63-76). Turnhout: Brepols Publishers.
- Duarte, Luís Miguel (1984). Prazos do Século e Prazos de Deus. Os aforamentos da Câmara e do Cabido da Sé do Porto no Último Quartel do século XV. In *Revista da Faculdade de Letras. História*. Universidade do Porto, II série, vol. I, 97-134.
- DuBruck, Edelgard E. (1999), Introduction. In Edelgard E. Dubruck e Barbara I. Gusick (ed.), *Death and Dying in the Middle Ages* New York: Peter Lang Publishing.
- Duby, Georges; Barthélemy, Dominique & La Roncière, Charles de la (1990). Quadros. In Georges Duby (dir.), *Da Europa feudal ao Renascimento, vol. II* de Philippe Ariés & Georges Duby (dir.), *História da vida privada* (pp. 47-309). Porto: Edições Afrontamento.
- Duby, Georges (1993). *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade 980-1420*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Durand, Robert (1982). *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Durand, Robert (1990). Données Anthroponymiques du Livro Preto de la Cathédrale de Coimbre. In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 219-232). Tours: Université de Tours.
- Durand, Robert (1995a). Le système anthroponymique portugais (région du Bas-Douro) du X^{ème} au XIII^{ème} siècle. In P. Martinez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-christianos en los siglos IX a XIII* (pp. 103-120). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.

- Durand, Robert (1995b). Trois Siècles de Dénomination Aristocratique Portugaise d'Après La Littérature Généalogique. In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques* (pp. 43-54). Tours: Université de Tours.
- Durand, Robert (1996). Surnoms et structures de la famille. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 413-420). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Durand, Robert (2002). Family memory and the durability of the *nomen paternum*. In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures* (pp. 77-86). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Dutour, Thierry (1997). La supériorité sociale à Dijon à la fin du Moyen Age (XIII^e-XIV^e – début XV^e siècles). In *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVIIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 305-318). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École française de Rome.
- Dutour, Thierry (org.) (2003). *La ville médiévale: Origines et triomphe de l'Europe urbaine*. Paris: Odile Jacob.
- Dyer, Christopher (2003). *Making a living in the Middle Ages. The people of Britain 850-1520*. Londres: Penguin Books.
- Ferreira, J. A. Pinto (1960). *Despesas efectuadas pelo Município Portuense por ocasião do Baptizado do Infante D. Henrique*. Porto. Sep. Bol. Cultural Câmara Municipal do Porto, 23.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão (1989). *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão (1993). *Gerir e Julgar em Guimarães no século XV. Subsídios para o estudo dos ofícios públicos*. Braga: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão (1997). *Guimarães: “duas vilas, um só povo”. Estudo de história urbana (1250-1389)*, III vols. [Tese de doutoramento policopiada]. Braga: Universidade do Minho.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão (2000). *Guimarães e Portucale, entre o passado e a memória*. Separata de Forum 28, Jul-Dez 2000. Braga: Conselho Cultural.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão & Grenville, Jane (2003). Urban vernacular housing in medieval northern Portugal and the usefulness of typologies. In C. Beattie, A. Maslakovic and S. R. Jones (ed.), *The Medieval Household in Christian Europe c. 850 – c. 1550. Managing Power, wealth, and the body* (pp. 359-389). Turnhout: Brepols Publishers.
- Ferro, Maria José Pimenta (1970). *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Fiévé, M.-C.; Bourin, Monique & Chareille, Pascal (1992). Désignations des clercs et des laïcs en Touraine: le cartulaire de Noyers. Étude d'anthroponymie comparative. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – I – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 55-85). Tours: Université de Tours.
- Fleming, Manuela (2003). *Dor sem nome. Pensar o sofrimento*. Edições Afrontamento, Porto.
- Fonseca, Luís Adão (1982). *O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental*. Porto. Sep. Rev. História, 3.

- Fossier, Robert (1981). *La société médiévale*. Paris: Armand Colin.
- Fourquin, Guy (1986). *História económica do Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70.
- Franco, Isabel (1995). *O couto de Sto. Tirso (1432 – 1516): antroponímia e sociabilidade*. Dissertação de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Dezembro de 1995. Porto (versão policopiada).
- Franco, Isabel & Amorim, Inês (2001). Pescador costeiro e do alto. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. II – As Pescas* (pp. 95-119). Oeiras: Celta Editora.
- Franco, Isabel (2002a). O couto de S. João da Foz (1449-1497): antroponímia. In *Congresso sobre a Diocese do Porto, Porto, 2002, Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão: actas. 2002* (Vol. II, pp. 121-144). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade Católica, Departamento de Ciências e Técnicas do Património.
- Franco, Isabel & Amaral, Luís (2002b). Boieiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (p. 148). Oeiras: Celta Editora.
- Franco, Isabel (2003a). As dinâmicas familiares e comunitárias no couto de S. João da Foz (1449-1497). In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média – Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (vol. II, pp. 519-538). Porto: Livraria Civilização Editora.
- Franco, Isabel (2003b). Les dynamiques familiales et sociales dans un village de pêcheurs des environs du Porto (1449-1497). In Cordelia Beattle, Anna Maslakovic and Sarah Rees Jones (ed.), *The Medieval Household in Christian Europe c. 850 – c. 1550. Managing power, wealth, and the body* (pp. 271-292). Turnhout: Brepols Publishers.
- Freitas, Eugénio da Cunha (1962-1965). Os bispos senhores da cidade: III – de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 249-297). Porto: Portucalense Editora.
- Gajano, Sofia Boesch (1999). Sainteté. In J. le Goff & J-C. Schmitt (dir.), *Dictionnaire raisonné de l'Occident Médiéval* (pp. 1023-1038). Librairie Arthème Fayard.
- García De Cortázar, J. A. (1991). Antroponímia en Navarra y Rioja en los Siglos X a XII. In AA.VV., *Estudios de Historia Medieval en Homenaje a Luis Suarez Fernandez* (pp. 283-296). Valladolid: Univ. de Valladolid.
- García De Cortazar, J. A.; Díez Herrera, C. & Peña Bocos, E. (1995a). Antroponímia y Sociedad del Cantabrico al Ebro en los siglos IX a XII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 205-230). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- García De Cortazar, J. A.; Díez Herrera, C. & Peña Bocos, E. (1995b). Antroponímia de Burgos y su alfoz en los siglos X al XII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 231-257). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- García de Cortázar, J.A., Martínez Sopena (pp., Laliena Corbera, Carlos (1995c). Conclusiones. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 395-404). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.

- Genet, Jean-Philippe & Lottes, Günther (org.) (1996). *L'état moderne et les élites, XIII^e - XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Geuenich, D.; Haubrichs, W. & Jarnut, J. (ed.) (1997). *Nomen et gens: Zur historischen Aussagekraft frühmittelalterlichen Personennamen*. Berlin-New York: Walter de Gruyter.
- Godoy Alcántara, D. José (1994). *Ensayo histórico etimológico filológico sobre los apellidos castellanos (reimpresión facsímil de la primera edición de 1871)*. Salamanca: Librería Cervantes.
- Goldeberg (pp. J. (pp. (1999). Masters and Men in Later Medieval England. In D. M. Hadley (ed.), *Masculinity in Medieval Europe* (pp. 56-70). London & New York: Longman.
- Goleman, Daniel (2005). *Inteligencia Emocional* (pp. 71). Barcelona: Editorial Kairós.
- Gonçalves, Iria (1974). *Onomástica Pessoal da Lisboa de Quinhentos*. Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, II série – N^o LXXIX-LXXX – 1973 / 1974.
- Gonçalves, Iria (1987). *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Câmara Municipal-Arquivo Histórico.
- Gonçalves, Iria (1988a). Amostra de Antroponímia Alentejana no Século XV. In *Imagens do Mundo Medieval* (pp. 69-97). Lisboa: Presença.
- Gonçalves, Iria (1988b). Antroponímia das Terras Alcobacences nos Fins da Idade Média. In *Imagens do Mundo Medieval* (pp. 105-128). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gonçalves, Iria (1989). *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Gonçalves, Iria (1996). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia.
- González Vásquez, M. & Pérez Rodríguez, F. J. (1995). El Sistema Antroponimico en Galicia. Tumbo del Monasterio de Samos. Siglos VIII al XII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 49-71). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Gribaudo, Maurizio (dir.) (1998). *Espaces, Temporalités, Stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris: École des Hautes Études En Sciences Sociales.
- Guichard, Pierre (1996). L'anthroponymie des zones de contact entre monde chrétien et monde musulman: de Palerme à Tolède. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 109-122). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Guyotjeannin, Olivier (1996). Les filles, Les femmes, Le Lignage. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 383-400). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Guyotjeannin, Olivier (1998). *Les sources de l'histoire médiévale*. Paris: Librairie Générale Française.
- Hayez, A.-M. (1985). Prosopographies avignonnaises du XIV^{ème} siècle: perspectives et problèmes d'informatisation. In H. Millet (org.), *Informatique et Prosopographie. Actes de la Table Ronde du CNRS Paris, 25-26 octobre 1984* (pp. 135-146). Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

- Hespanha, António Manuel; Araújo, Carla & Barreto, Ângela X. (1996). Les juristes portugais de "Ancien Regime". Une banque de données prosopographiques. In J.-P. Genet; G. Lottes (org.), *L'état moderne et les élites, XIII^e-XVIII^e siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991* (pp. 47-50). Paris: Publications de la Sorbonne.
- Homem, Armando Luís de Carvalho; Andrade, Amélia Aguiar & Amaral, Luís Carlos (1988). *Por onde vem o medievismo em Portugal?*. Porto. Separata da Revista de História Económica e Social, n^o 22.
- Homem, Armando Luís de Carvalho (1990). *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto.
- Homem, Armando Luís de Carvalho (1996). Prosopographie et histoire de l'Etat. La bureaucratie des rois portugais aux XIV^eme et XV^eme siècles: recherches faites, recherches à faire. In J.-P. Genet & G. Lottes (ed.), *L'Etat Moderne et les Elites, XII^eme-XVII^eme siècles. Apports et Limites de la Methode Prosopographique. Actes du Colloque International CNRS – Paris I, 16-19 octobre 1991* (pp. 29-37). Paris: Publications de la Sorbonne.
- Hubert, E. (1996). Structures Urbaines et Système Anthroponymique (à propos de l'Italie Centro-Septentrionale, X-XIII^eme siècle). In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 313-347). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Jansen, Philippe (1997). Elites urbaines, service de la commune et processus d'aristocratisation: le cas de Macerata aux XIV^e-XV^e siècles. In *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVII^e congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 201-226). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École française de Rome.
- Keats-Rohan, K. S. B. (1993). The Prosopography of post-conquest England: four case studies. *Medieval Prosopography, 14.1*, 1-52.
- Keats-Rohan, K. S. B. (1994). Two studies in North French Prosopography. *Journal of Medieval History, 20*, 3-37.
- Keats-Rohan, K. S. B. (1997a). Domesday Book and the Malets: Patrimony and the private histories of public lives. *Nottingham Medieval Studies, XII*, 13-56.
- Keats-Rohan, K. S. B. (ed.) (1997b). *Family Trees and the Roots of Politics – The Prosopography of Britain and France from the Tenth to the Twelfth Century*. Woodbridge: The Boydell Press.
- Keats-Rohan, K. S. B. & Thornton, D. E. (1997c). *Domesday Names: an index of latin personal and place names in Domesday Book*. Woodbridge: The Boydell Press.
- Keats-Rohan, K. S. B. & Thornton, D. E. (1999). *Domesday People: A Prosopography of Persons Occuring in English Documents 1066-1166*, vol. I. Woodbridge: The Boydell Press.
- Klapisch-Zuber, C. (1986). Quelques réflexions sur les rapports entre prosopographie et démographie historique. In N. Bulst & J.-P. Genet (ed.), *Medieval Lives and the Historian – Studies in Medieval Prosopography* (pp. 29-35). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications-Western Institute Publications.
- Klapisch-Zuber, Christiane (1989). A mulher e a família. In Jacques le Goff (dir.), *O Homem medieval* (pp. 193-194). Lisboa: Editorial Presença.
- Klapisch-Zuber, C. (1990). *La maison et le nom. Stratégies et rituels dans l'Italie de la Renaissance*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

- Klapisch-Zuber, Christiane (1993a). Introdução. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 16-20). Porto: Edições Afrontamento.
- Klapisch-Zuber, Christiane (1993b). As normas do controlo. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 27-28). Porto: Edições Afrontamento.
- Klapisch-Zuber, Christiane (1996). Quel Moyen Âge pour le Nom?. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 473-480). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Kremer, Dieter (1997), *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom) presentation d'un projet*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Kübler-Ross, Elisabeth (2000). *Sobre a Morte e o Morrer*. S. Paulo: Martins Fontes.
- Labarge, Margaret Wade (1989). *La mujer en la Edad Media*. Madrid: Editorial Nerea.
- Laliena Corbera, Carlos (1995). Los sistemas antroponimicos en Aragon durante los siglos XI y XII. In P. Martinez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 297-326). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Laliena Corbera, Carlos (2004). Las hambres y Carestías en Aragón y Navarra (1280-1347). In *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale. Résumés des communications de la rencontre des 27-28 février 2004* (pp. 14-25). [consultado em 24/02/2005 em <http://www.histoire.ens.fr/colloques/disettes%20tous%20les%20r%E9sum%E9s.pdf>].
- Lecuppre-Desjardin, Elodie & Bruaene, Anne-Laure Van (2005). *Emotions in the heart of the city (14th-16th century). Les emotions au Coeur de la ville (XIV^{ème}-XVI^{ème} siècle)*. Turnhout: Brepols.
- Le Goff, Jacques (1989). O Homem medieval. In Jacques le Goff (dir.), *O Homem medieval* (pp. 9-30). Lisboa: Editorial Presença.
- Le Goff, Jacques (1997). Tentative de conclusions. In *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVIIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 443-456). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École française de Rome.
- Le Goff, Jacques (1999a). La Naissance du Purgatoire. In *Un autre Moyen Âge* (pp. 771-1230). s.l.: Galimard.
- Le Goff, J. & Schmitt, J-C. (dir.) (1999b). *Dictionnaire raisonné de l'Occident Médiéval*. Librairie Arthème Fayard.
- Le Goff, Jacques (2003). *À la recherche du Moyen Âge* (avec la collaboration de Jean-Maurice de Montremy). Paris: Éditions Louis Audibert.
- Leguay, Jean-Pierre (1984). *La rue au Moyen Âge*. Rennes: Ouest-France.
- Lett, Didier (2000). *Famille et Parenté dans l'Occident médiéval V^e-XV^e siècle*. Paris: Hachette Livre.
- Leyser, Henrietta (1995). *Medieval Women. A Social History of Women in England 450-1500*. London: Phoenix Press.

- L’Hermite-Leclercq, Paulette (1993). A ordem feudal (sécs. XI-XII). In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 273-329). Porto: Edições Afrontamento.
- López Carreira, Anselmo (1999). *A cidade medieval galega*. Vigo: Edicións A Nosa Terra.
- Lorcín, Marie-Thérèse (1993). Le Testament. In Danièle Alexandre-Bidon et Cécile Trefort (dir.), *A Réveiller les morts. La mort au quotidien dans l'Occident médiéval* (pp. 143-286). Lyon: Presses Universitaires de Lyon et Association des amis des bibliothèques de Lyon.
- Luzzati, Michele (1985). La reconstruction nominative et prosopographique de la population d'une ville médiévale: projet de constitution d'une banque de données pour l'histoire de Pise au XV^{ème} siècle. In H. Millet (org.), *Informatique et Prosopographie. Actes de la Table Ronde du CNRS Paris, 25-26 octobre 1984* (pp. 147-152). Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Marques, A. H. de Oliveira (1978). *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Marques, A. H. de Oliveira (1981). *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Marques, A. H. de Oliveira (1984). Leis de Desamortização. In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (vol II, pp. 287-288). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Marques, A. H. de Oliveira (1985). *História de Portugal desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes. Manual para uso de estudantes e outros curiosos de assuntos do passado pátrio* (vol. I). Lisboa: Palas Editores.
- Marques, A. H. de Oliveira (1987). Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal* (vol. IV). Lisboa: Editorial Presença.
- Marques, A. H. de Oliveira (1994). Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^{ème}-XV^{ème} siècles). In AA.VV., *Villes et Sociétés Urbaines au Moyen Âge. Hommage à M. le Professeur Jacques Heers* (pp. 105-112). Paris: Presse de l'Université de Paris-Sorbonne.
- Marques, José (1988). *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Martin, Jean-Marie (1996). L'Italie Méridionale. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 29-39). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Martín Martín, José Luis (1996). El poblamiento de Portugal según «collectoriae» vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra. In *Revista da Faculdade de Letras. História. Universidade do Porto. II série, vol. XIII*, 123-148.
- Martinez Sopena, Pascual (dir.) (1995a). *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-christianos en los siglos IX a XIII*. Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Martínez Sopena, Pascual (1995b). La antroponímia leonesa. Un estudio del Archivo Catedral de León (876-1200). In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-christianos en los siglos IX a XIII* (pp. 155-180). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Martínez Sopena, Pascual (1996). L'anthroponymie de l'Espagne Chrétienne entre le IX^{ème} et le XII^{ème} siècle. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (Eds.), *L'Anthroponymie, Document de l'Histoire*

- Sociale des Mondes Méditerranéens Médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994) (pp. 63-85). Roma: École Française de Rome.*
- Martínez Sopena, Pascual (2002). Personal naming and Kinship in the spanish aristocracy. In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures, Studies in Medieval Culture XLIII* (pp. 67-76). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Martínez I Teixidó, Lydia (1991). *Les familles nobles del Pallars en els segles XI i XII*. Lleida.
- Martínez I Teixidó, Lydia (1995). La antroponimia nobiliaria del condado de Pallars en los siglos XI y XII. In Martínez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 327-350). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Martins, Conceição Andrade (2002a). Vinhateiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 124-126). Oeiras: Celta Editora.
- Martins, Conceição Andrade & Costa, Leonor Freire (2002b). Tanoeiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário* (pp. 339-342). Oeiras: Celta Editora.
- Mattoso, José (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol I – oposição. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, José (1987). *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, José (1992). *Portugal medieval – novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Melo, Arnaldo Rui Azevedo de (1995). *O couto de Sto. Tirso (1432-1516): espaço e economia*. Dissertação de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Dezembro de 1995, Porto (versão policopiada).
- Melo, Arnaldo; Polónia, Amélia & Durão, Susana (2001). Tosador. In Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I – A Indústria Têxtil* (pp. 126-130). Oeiras: Celta Editora.
- Melo, Arnaldo; Franco, Isabel & Amaral, Luís Carlos (2002). Artesãos e actividades no Porto nos finais da Idade Média, através dos *Livros de Vereações e do Cofre dos Bens do Concelho*. In I. Amorim (coord.), *Qualificações, memórias e identidades do trabalho* (pp. 191-228). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Melo, Arnaldo Sousa (2003). Women and work in the household economy: the social and linguistic evidence from Porto, c. 1340-1450. In Cordelia Beattie, Anna Maslakovic and Sarah Rees Jones (ed.), *The Medieval Household in Christian Europe c. 850 – c. 1550. Managing power, wealth, and the body* (pp. 249-269). Turnhout: Brepols Publishers.
- Menant, F. (1996a). L'Italie Centro-Sptentrionale. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994) (pp. 19-28). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.*
- Menant, François (1996). L'Anthroponymie du monde rural. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du*

- C.N.R.S. «*Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*» (Rome, 6-8 octobre 1994) (pp. 349-363). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Menant, François (2002). What were people called in communal Italy?. In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures, Studies in Medieval Culture XLIII* (pp. 97-108). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Merêa, Paulo (1936). Sobre a palavra manda. In *Separata da Biblos*. Vol. 12. Coimbra.
- Merêa, Paulo (1943). Emprazamento e aforamento. In *Boletim da Faculdade de Direito* (nº19). Coimbra.
- Merêa, Paulo (1948), Em torno da palavra « forum ». In *Revista Portuguesa de Filologia* (vol. I, t. III, pp. 485-494). Coimbra.
- Michaud-Frejaville, Françoise (1990). Le Système Anthroponymique en Berry et Nivernais d'après les Cartulaires de Vierzon et de St.Cyr de Nevers (X^e-XIII^e Siècles). In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 87-112). Tours: Université de Tours.
- Michaud-Frejaville, Françoise (1992a). Un cheminement divergent dans le centre de la France. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'anthroponymie des clercs. Etudes d'anthroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 87-98). Tours: Université de Tours.
- Michaud-Frejaville, Françoise (1992). "Ego Ansgardis"... Les Femmes et leur Désignation dans deux Cartulaires du Centre de la France. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 81-88). Tours: Université de Tours.
- Millet, Hélène (1997). Les «Fasti Ecclesiae Gallicanae»: des clés pour l'histoire des élites urbaines. In Claude Gauvard (org.), *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVII^e congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 319-333). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome.
- Mitterauer, Michael (1996). Une dénomination féodale? La dénomination, expression des relations de service et vassalité. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 295-311). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Moeglin, Jean-Marie (1997). Les élites urbaines et l'histoire de leur ville en Allemagne (XIV^e-XV^e siècles). In Claude Gauvard (org.), *Les élites urbaines au Moyen Âge [XXVII^e congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Rome, 1996)]* (pp. 351-383). Paris-Rome: Publications de la Sorbonne-École Française de Rome.
- Molénat, Jean Pierre (1996). L'onomastique tolédane entre le XII^{ème} et le XV^{ème} siècle. Du syst^{ème} onomastique arabe à la pratique espagnole moderne. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 167-178). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Monteiro, Nuno G. (2002). Foreiro. In Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. III – A Agricultura: Dicionário*(pp. 53-59). Oeiras: Celta Editora.

- Montenegro Valentín, Julia (1995). Antroponimia lebaniega en los siglos IX a XII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 181-203). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Moreno, Humberto Carlos Baquero (1985). Reflexos na Cidade do Porto da Entrada dos Conversos em Portugal nos Fins do Século XV. In *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença.
- Moreno, Humberto Carlos Baquero (1986). *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença.
- Moreno, Humberto Carlos Baquero (1995). A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho. In *Actas do Seminário Pescas e navegação na História de Portugal (século XII a XVIII), Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1992* (pp. 65-80). Lisboa: Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Moreu-Rey, Henri (1972-1973). «Martin». Problème Philologique et Historique. *Anuario de Estudios Medievales. Instituto de Historia Medieval de España*, 8, 35-68.
- Moreu-Rey, Henri (1991). *Antroponímia. Història Dels nostres Prenoms, Cognoms i Renoms*. Barcelona.
- Morsel, Joseph (1995). Changements Anthroponymiques et Sociogenèse de la Noblesse en Franconie à la fin du Moyen Âge. In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale V^e et VI^e Rencontres – Azay-le-Ferron, Tomo III – Enquêtes Généalogiques et Données Prosopographiques* (pp. 89-119). Tours: Publications de l'Université de Tours.
- Morsel, Joseph (2002). Personal Naming And Representations of Feminine Identity in Franconia in the Later Middle Ages. In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures, Studies in Medieval Culture XLIII* (pp. 157-180). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Müller, Miriam (2003). Conflict, strife, and cooperation: aspects of the Late Medieval family and household. In I. Davis, M. Müller & S. R. Jones (ed.), *Love, marriage, and family ties in the Later Middle Ages* (pp. 311-329). Turnhout: Brepols Publishers.
- Nef, Annliese (1996). Anthroponymie et Jarâ'id de Sicile: une approche renouvelée de la structure sociale des communautés arabo-musulmanes de l'Île sous les normands. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 123-142). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Neveux, François (1990). Le Système Anthroponymique en Normandie (d'Après le Cartulaire du Chapitre de Bayeux XI^e-XIII^e Siècles). In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^e et II^e Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 127-139). Tours: Université de Tours.
- Nigoul, Marie (1992). Désignation et Anthroponymie des Femmes dans le Lézadois. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 133-150). Tours: Université de Tours.
- Nunes, J. J. (1933). Os nomes de baptismo. Sua origem e significação. *Revista Lusitana*, vol. XXXI.
- Nunes, Naidea Nunes & Kremer, Dieter (1999). *Antroponímia primitiva da Madeira e repertório onomástico histórico da Madeira (sécs. XV e XVI)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

- Oliveira, Aurélio de (1986). *A crise de 1383/85 e os fundamentos económicos e sociais da expansão ultramarina portuguesa*. Separata da Revista da Faculdade de Letras, II série, vol III. Porto.
- Oliveira, José Amaro (1984). Peste Negra. In J. Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (vol. V., pp. 74-76). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Oliveira, Miguel (1962-1965). Os bispos senhores da cidade: I – de D. Hugo a D. Martinho Rodrigues. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 159-183). Porto: Portucalense Editora.
- Opitz, Claudia (1993). O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*. (pp. 353-435). Porto: Edições Afrontamento.
- Ornato, M. (1996). Quelques réflexions sur la représentation en synchronie d'un réseau de parenté médiévale. In J.-P. Genet & G. Lottes (ed.), *L'Etat Moderne et les Elites, XII^{ème}-XVII^{ème} siècles. Apports et Limites de la Methode Prosopographique. Actes du Colloque International CNRS – Paris I, 16-19 octobre 1991* (pp. 79-94). Paris: Publications de la Sorbonne
- Pallares Méndez, M. C. (1993). Las Mujeres en la Sociedad Galega Bajomedieval. In R. Pastor (org.), *Relaciones de Poder, de Producción y Parentesco en la Edad Media y Moderna*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Pallares Méndez, M. C. (1993a). *A vida das mulleres na Galicia medieval, 1100-1500*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.
- Pallares Méndez, M. del C. & Portela, E. (1993b). Aristocracia y sistema de parentesco en la Galicia de los siglos centrales de la Edad Media. El grupo de los Traba. *Hispania*, 185, 823-840.
- Pascaud, Norbert (1992a). L'antroponymie des clercs dans la région de Grenoble vers 1100». In M. Bourin & P. Chareille (dir.) (1992). *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 1 – Persistances du nom unique: le cas de la Bretagne, L'antroponymie des clercs. Etudes d'antroponymie médiévale, III^e et IV^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1989-1990* (pp. 105-121). Tours: Université de Tours.
- Pascaud, Norbert (1992b). Anthroponymie et Désignation des Femmes dans les Cartulaires de Grenoble. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'antroponymie* (pp. 89-100). Tours: Université de Tours.
- Peña Solar, J. Ignacio Ruiz de la (1995). La Antroponímia como indicador de fenomenos de movilidad geográfica: el ejemplo de las colonizaciones francas en el Oviedo medieval (1100-1230). In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 133-154). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Peres, Damião (1962-1965). O século XV: uma “república urbana”. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. II, pp. 5-141). Porto: Portucalense Editora.
- Pizarro, José Augusto (pp. de Sotto Mayor (1995) *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto Lda..
- Polónia, Amélia & Melo, Arnaldo (2001). Trapeiro. In Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I – A Indústria Têxtil* (pp. 225-227). Oeiras: Celta Editora.
- Portela Silva, Ermelindo & Pallares Mendez, M^a Carmen (1995). El sistema antroponímico en Galicia. Tumbos del monasterio de Sobrado. Siglos IX al XIII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y*

- sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 21-47). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Prevenier, Walter (2005). Conclusion. Methodological and historiographical footnotes on emotions in the Middle Ages and the Early Modern Period. In E. Lecuppre-Desjardin & A.-L. Van Bruaene (ed.), *Emotions in the heart of the city (14th-16th century). Les émotions au Coeur de la ville (XIV^{ème}-XVI^{ème} siècle)* (pp. 273-293). Turnhout: Brepols.
- Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) (1995). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- Rau, Virgínia (1982). *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Ed. Presença.
- Rau, Virgínia (1986). Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (Resultados e problemas de método). In *Estudos de História Medieval* (pp. 96-127). Lisboa: Editorial Presença.
- Régner-Bohler, Danielle (1990). Ficções. In Georges Duby (dir.), *Da Europa feudal ao Renascimento vol. II de Philippe Ariés & Georges Duby (dir.), História da vida privada* (pp. 311-391). Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, António Matos (1991). *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, Ana Maria Seabra de Almeida (1994). Les relations de clientélisme en milieu urbain. L'exemple d'une ville portugaise au XV^e siècle. In AA.VV., *Villes et Sociétés Urbaines au Moyen Âge. Hommage à M. le Professeur Jacques Heers* (pp. 149-161). Paris: Presse de l'Université de Paris-Sorbonne.
- Rodrigues, Ana Maria Seabra de Almeida (1995). *Torres Vedras – A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Rodríguez González, M^a C. & Durany Castrillo, M. (1995). El Sistema Antroponímico en el Bierzo. Tumbo de S. Pedro de Montes. Siglos IX al XIII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 73-102). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Rossiaud, Jacques (1989). O cidadão e a vida na cidade. In Jacques le Goff (dir.), *O Homem medieval* (pp. 99-122). Lisboa: Editorial Presença.
- Roux, Simone (1994). *Le monde des villes au Moyen Âge XI^{ème}-XV^{ème} siècle*. Paris: Hachette Livre.
- Sauvage, J.P. (1992). Formes Anthroponymiques Féminines à Blois d'Après une Liste d'Habitants de 1334. In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 45-66). Tours: Université de Tours.
- Serrão, J. & Marques, A. H. de O. (dir.) (1987). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Shatzmiller, Joseph (1996). Le monde juif. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 87-96). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- Sigal, Pierre André (1992). L'Anthroponymie Féminine en Provence d'Après le Livre des Miracles et le Procès de Canonisation de Saint Louis d'Anjou (fin XIII^{ème} – Début XIV^{ème} Siècle). In M. Bourin & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – II – 2 – Persistances du nom unique: Désignation et anthroponymie des femmes, Méthodes statistiques pour l'anthroponymie* (pp. 187-205). Tours: Université de Tours.

- Sigal, Pierre-André (1995). La transmission des patronymes dans quelques textes hagiographiques provençaux de la fin du XIII^{ème} et du XIV^{ème} siècle. In M. Bourin. & P. Chareille (dir.), *Genèse médiévale de l'Anthroponymie moderne – III – Enquêtes généalogiques et données prosopographiques. Etudes d'anthroponymie médiévale, V^e et VI^e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1991-1993* (pp. 211-215). Tours: Université de Tours.
- Silva, António de Morais (2002). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência/Livros Horizonte.
- Silva, Francisco Ribeiro da (1990). *A Alfândega do Porto e o despacho Aduaneiro*, Porto, Casa do Infante.
- Silva, Francisco Ribeiro da (1995). Tempos Modernos. In Luís A de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto* (pp. 255-375). Porto: Porto Editora.
- Soares, Torquato Brochado de Sousa (1962-1965a). Constituição do concelho e sua evolução até fim do século XIII. In Damião Peres & António Cruz (dir.). In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 305-333). Porto: Portucalense Editora.
- Soares, Torquato Brochado de Sousa (1962-1965b). Nova organização municipal da cidade. In Damião Peres & António Cruz (dir.), *História da Cidade do Porto* (vol. I, pp. 334-371). Porto: Portucalense Editora.
- Soares, Torquato Brochado de Sousa (1984). Concelhos. In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (vol VI, pp.137). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Soares, Torquato Brochado de Sousa (1989). *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*. [Barcelos, 1965] Edição fac-similada: Porto: Livraria Civilização.
- Sousa, Armindo de (1981). O Mosteiro de Santo Tirso no Século XV. In *Estudos Medievais*, 1, 95-156.
- Sousa, Armindo de (1983). Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do Século XV. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2^a série, vol. 1, 9-68.
- Sousa, Armindo de (1990). *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. 2 vols. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto.
- Sousa, Armindo de (1993). 1325-1480. In J. Mattoso (coord.), *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)* (vol. II, pp. 310-556). Editorial Estampa.
- Sousa, Armindo de (1995). Tempos Medievais. In L. A. O. Ramos (dir.), *História do Porto* (pp. 118-253). Porto: Porto Editora.
- Sousa de Lobão, Manoel d'Almeida e (1814). *Tractado pratico e critico de todo o Direito Emphiteutico*. Tomo I. Lisboa.
- Sousa de Lobão, Manoel d'Almeida e (1815). *Tractado pratico compendiario dos censos*. Lisboa.
- Suárez Beltrán, Soledad (1995). Notas al sistema antroponimico asturiano en los siglos X al XII. In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-christianos en los siglos IX a XIII* (pp. 121-132). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- Sublet, Jacqueline (1996). Nom et identité dans le monde musulman. In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 97-108). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.

- Teles, José Homem Correa (1851). *Questões e várias resoluções de Direito Emphiteutico* (obra póstuma). Coimbra.
- Thomasset, Claude (1993). Da natureza feminina. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 65-97). Porto: Edições Afrontamento.
- Thornton, D. E. (1997). Kings, Chronicles, and Genealogies: Reconstructing Mediaeval Celtic dynasties. In K. S. B. Keats-Rohan (ed.), *Family Trees and the Roots of Politics – The Prosopography of Britain and France from the Tenth to the Twelfth Century* (pp. 23-40). Woodbridge: Boydell Press.
- To Figueras, Lluís (1995). Antroponímia de los condados catalanes (Barcelona, Girona y Osona, siglos X-XII). In P. Martínez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII* (pp. 371-394). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.
- To Figueras, Lluís (1996). Anthroponymie et pratiques successorales (à propos de la Catalogne X-XII^{ème} siècle). In M. Bourin, J.-M. Martin & F. Menant (dir.), *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome avec le concours du GDR 955 du C.N.R.S. «Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne» (Rome, 6-8 octobre 1994)* (pp. 421-433). Roma: École Française de Rome, Palais Farnèse.
- To Figueras, Lluís (2002). Personal naming and Structures of Kinship in the Medieval Spanish Peasantry". In G. T. Beech, M. Bourin & P. Chareille (ed.), *Personal Names Studies of Medieval Europe – Social Identity and Familial Structures. Studies in Medieval Culture XLIII* (pp. 53-66). Kalamazoo, Michigan USA: Medieval Institute Publications, Western Michigan University.
- Torres, Ruy de Abreu (1984a). Direitoras, Miunças ou Foragens. In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (vol II, pp. 321). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Torres, Ruy de Abreu (1984b). Vizinhos. In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (vol VI, pp. 340-341). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Trottignon, Olivier (1990). Le Cartulaire de la Chapelaude: Données Anthroponymiques. In M. Bourin (dir.), *Genèse Médiévale de L'Anthroponymie Moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale I^o et II^o Rencontres – Azay-le-Ferron* (Tomo I, pp. 113-123). Tours: Université de Tours.
- Vasconcelos, Leite de (1923). *Preito filológico prestado a um insigne orador*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vasconcelos, Leite de (1928). *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa.
- Vechio, Silvana (1993). A boa esposa. In Christiane Klapisch-Zuber (dir.), *A Idade Média*, vol. II de Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente* (pp. 143-213). Porto: Edições Afrontamento.
- Vernier, Bernard (1999). *Le visage et le nom. Contribution à l'étude des systèmes de parenté*. Paris, PUF.
- Vovelle, Michel (1983) *La mort et l'Occident: De 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard.
- Werner, Karl Ferdinand (1997). L'apport de la prosopographie à l'histoire sociale des elites. In K. S. B. Keats-Rohan (ed.), *Family Trees and the Roots of Politics – The Prosopography of Britain and France from the Tenth to the Twelfth Century* (pp. 1-21). Woodbridge: The Boydell Press.
- Werner, Karl Ferdinand (1998). *Naissance de la noblesse. L'essor des élites politiques en Europe*. Paris: Fayard.

- Wilde, Peter M. de (1999). *Between Life and Death*. In Edelgard E. Dubruck e Barbara I. Gusick (ed.), *Death and Dying in the Middle Ages* (pp. 175-187). New York: Peter Lang Publishing.
- Wray, Shona Kelly (2003). *Women, family, and Inheritance in Bologna during the Black Death*. In I. Davis, M. Müller & S. R. Jones (ed.), *Love, marriage, and family ties in the Later Middle Ages* (pp. 205-215). Turnhout: Brepols Publishers.
- Zimmermann, Michel (1995). *Les débuts de la «Révolution Anthroponymique» en Catalogne (X^{ème}-XII^{ème} siècles)*. In P. Martinez Sopena (dir.), *Antroponímia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-christianos en los siglos IX a XIII* (pp. 355-356). Santiago de Compostela y Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid.

ÍNDICE ANALÍTICO

A

Abusos..... 66, 72
 Açagador 317
 Açougues..... 244, 247, 282, 295, 302, 303, 306, 314, 315, 319, 327
 Advogado 121, 162, 163, 206, 210, 253, 265, 300, 313, 316
 Afectos 246, 277, 279, 280, 283, 292, 293, 295, 296, 298, 303, 329
 Agde 132, 163, 235, 238
 Agrela..... 120, 121, 165, 222, 316
 Alcobaça 69, 132, 139, 141, 143, 144, 145, 149, 152, 216
 Alcinhas..... 36, 163, 167, 169
 Alemanha 25, 30, 34, 233
 Alenquer..... 55
 Alentejo 126, 141, 149, 152, 173, 216, 233
 Alfaiate 4, 131, 162, 164, 165, 208, 209, 256, 317
 Aliança 24, 28, 177, 226, 228, 229, 231, 233, 234, 246, 265, 267, 291, 293
 Alianças matrimoniais 305
 Almas 74, 76, 77, 80, 94, 279, 285, 294, 295, 297, 334
 Almocreve 257
 Almoxarife 257
 Almuinheiro(a)..... 230, 256
 Alvarás 67, 68
 Amizade 15, 28, 287, 310
 Análise(s) v. 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 68, 74, 75, 79, 81, 88, 91, 94, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 119, 123, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 146, 148, 150, 153, 158, 164, 166, 171, 172, 181, 183, 184, 187, 189, 190, 192, 201, 203, 204, 214, 215, 218, 226, 235, 236, 237, 248, 251, 252, 254, 259, 262, 263, 269, 270, 275, 276, 278, 281, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 306, 314, 317, 331, 406
 Ansiedade..... 77, 115, 294, 329
 Antiguidade greco-romana 29
 Antropologia..... 5, 37, 38, 97, 274, 275
 Antroponímia .. 1, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 47, 101, 119, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 154, 157, 159, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 184, 192, 193, 196, 199, 201, 202, 214, 215, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 240, 242, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 259, 260, 261, 263, 267, 269, 270, 289, 304, 307, 317, 333

Antropónimo 132, 133, 136, 137, 143, 145, 162, 200, 257, 317
 Apelidos.....21, 32, 119, 152, 153, 199, 245, 318
 Árabes23
 Aranha..... 165, 167, 248, 249
 Arcediagos 58
 Arcozelo.....90
 Armas brancas.....317
 Arouca... 118, 131, 134, 136, 151, 171, 216, 219
 Astúrias 136, 142, 152, 171, 233
 Áustria.....25, 30
 Autos de posse 75, 81, 82, 83, 114, 115, 186
 Avós.....226, 293, 302, 304, 307, 308, 333, 334
 Avuncular.....305
 Azay-le-Ferron..... 19, 21, 22, 33, 103, 122, 172, 234

B

Bacharel257, 542, 610, 614, 639
 Bainharia..... 79, 82, 88, 314, 316, 317, 324
 Banheiro.....256, 317
 Baixo Douro..... 133, 137, 161
 Baixo Languedoque 119, 134, 140, 143, 152, 153, 154, 155, 219, 223, 232, 248, 249, 250
 Banhos 314
 Barcelona 136
 Barcelos 165, 202
 Bases de dados 5, 6, 7, 15, 102
 Beira.....59, 70, 147
 Bens de raiz..... 74, 75, 82
 Bierzo.... 142, 152, 180, 196, 203, 216, 217, 222
 Bispo 2, 3, 55, 58, 67, 69, 71, 74, 80, 85, 88, 89, 94, 186, 218, 311, 325, 326
 Blois..... 131, 134, 143, 216, 223, 231, 232, 233
 Borgonha..... 119, 131, 138, 143, 199, 216, 232, 233, 237, 242
 Bretanha 136, 216, 222, 228, 238, 282
 Burgos.. 138, 139, 142, 152, 200, 216, 231, 233, 238
 Burguesia 327

C

Cabeceiras..... 131, 162
 Cabido..4, 37, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 97, 101, 102, 109, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 129, 138, 142, 167, 169, 181, 185, 187, 191, 199, 211, 217, 218, 219, 222, 223, 230, 233, 235, 236, 237, 283, 286, 287, 288, 294, 297, 300, 301, 309, 310, 311, 313, 316, 321, 322, 324, 325, 327, 331
 Cambeador..... 162, 257, 518, 647

- Campanhã..... 89, 90
 Canedo..... 90
 Canhador 312
 Cantábria 142, 152, 174, 180, 216, 222, 233
 Capacidade financeira 302
 Características físicas 21, 118, 131, 163, 167
 Cargo 9, 13, 165, 172, 174, 249, 301
 Caridade 114, 302
 Carniceiro 88, 165, 256, 359, 366, 483, 513, 614, 651
 Carpinteiro(s) .. 4, 165, 256, 518, 608, 648, 653, 654
 Carreiro..... 162
 Cartas de aforamento 67, 87, 89, 91, 93, 94, 293
 Cartas de avença 62, 65, 66, 70
 Carta(s) de emprazamento. 3, 47, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 67, 70, 77, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 114, 115, 129, 186, 219, 222, 224, 297, 302, 303, 313, 321, 323, 325
 Cartas de escambo 3, 62, 63, 83, 84, 85, 94, 323
 Cartas de partição 84
 Cartas de sentença 66, 69, 71, 72, 73, 83
 Cartas de venda 75, 78, 79, 80
 Casais 75, 79, 80, 82
 Casamento 280, 282, 283, 303
 Casas . 53, 55, 67, 68, 70, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 92, 224, 230, 235, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 289, 291, 295, 297, 301, 302, 303, 306, 312, 315, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325
 Casas de pedra 89, 280, 281, 286, 291, 297, 302, 320, 323, 324
 Catálogos 29
 Catalunha..... 25, 26, 143, 152, 194, 222, 231
 Categoria social 6, 180, 253, 254, 255, 262, 266
 Categorias sociais 252, 253, 255
 Cavaleiro(s) 76, 253, 255, 265, 327
 Censo *pro anima* 77, 82
 Cerveira 203
- Ch**
- Chancelaria régia 33
 Chantre 58, 85, 87, 88, 106, 121, 172, 224, 235, 249, 264
- C**
- Cidadão(s) do Porto 85, 121, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 201, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 230, 260, 261, 262, 287, 297, 313, 316, 318, 335
 Cidade 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 14, 41, 49, 53, 55, 56, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 101, 103, 105, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 173, 175, 176, 177, 181, 185, 187, 189, 191, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 238, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 260, 261, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 297, 298, 301, 302, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336
 Ciências Humanas..... 29, 37
 Cimo de Vila 78, 89, 90, 165, 202, 222, 315, 316, 321
 Cirurgião 162
 Clérigo(s) 4, 22, 78, 81, 121, 162, 164, 165, 167, 169, 199, 206, 238, 242, 247, 249, 250, 299, 309, 310
 Clientela(s) 3, 13, 37, 44, 61, 213, 243, 309, 310, 311, 334
 Coimbra 55, 86, 90, 113, 114, 117, 132, 136, 137, 139, 151, 157, 235, 296, 311
 Colhereiro(a) 312
 Comércio 163, 243, 252, 302
 Competência(s) 258, 270, 303, 333, 334, 335
 Comunidades cristãs 23
 Condutas 28
 Cónego(s) 3, 4, 58, 68, 78, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 113, 120, 129, 154, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 173, 208, 225, 226, 247, 249, 253, 265, 282, 286, 287, 288, 299, 310, 311, 316, 318, 322, 324, 325
 Confiança 61, 285, 287, 290, 301, 310, 318, 327, 330
 Configurações relacionais interactivas 14, 45, 244, 247, 275, 276, 278, 279, 288, 292, 299, 314, 320, 329, 334
 Consanguinidade.. 224, 229, 246, 267, 305, 306, 308
 Conservadorismo 140, 152, 193, 222, 334
 Construção civil 256
 Cordoeiros 4
 Corpo de Deus 92, 93
 Corregedor 257
 Corretor(es) 78, 163, 222, 257, 312, 316, 350, 399, 449, 459, 460, 478, 484, 500, 515, 517, 518, 520, 545, 550, 625, 630, 635, 643, 648, 651, 666
 Cortinhas 79, 80
 Couros 256, 302
 Credibilidade 313, 318
 Credor 299, 302
 Crestuma 90
 Criado de 254

Crianças 136, 150, 229, 277, 296, 298, 299, 300, 301, 303, 304
 Crise 112, 113, 114, 116
 Cristianização 21, 138, 141, 146
 Critérios... 3, 10, 13, 14, 43, 172, 213, 229, 234, 296
 Cultura 22, 24, 31
 Cumplicidade(s) . 1, 2, 178, 215, 278, 308, 309, 310, 312, 314, 317, 319, 323, 329, 330, 331, 334
 Curadores 277, 304, 334
 Cuteleiro 256

D

D. Afonso IV 3, 68, 69, 70, 71, 73, 112, 245, 296
 D. Dinis 68, 69, 70, 74, 76, 83, 218
 D. Fernando 70, 89, 90
 D. João I 2, 3, 70, 74, 89, 213, 254, 296, 311
 Dados 2, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 24, 27, 28, 34, 39, 42, 43, 44, 45, 52, 57, 58, 66, 68, 70, 97, 102, 103, 105, 110, 113, 116, 126, 133, 134, 137, 153, 155, 156, 158, 167, 172, 190, 201, 204, 210, 216, 226, 235, 255, 261, 265, 267, 269, 279, 281, 282, 285, 289, 290, 291, 294, 296, 305, 306, 313, 315, 316, 318, 319, 322, 331, 336
 Danzig 246
 Deão .. 58, 70, 77, 81, 85, 87, 88, 106, 173, 218, 249, 253, 310, 322, 324, 325
 Demografia 31, 112, 113
 Dependência(s).. 6, 89, 173, 174, 233, 282, 304, 305, 309, 310, 311, 323, 330, 334
 Desamortização 74, 76
 Desempenho profissional 257, 314
 Desenvolvimento urbano 25
 Designações complementares 119, 122, 123, 128, 129, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 196, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 225, 226, 227, 228, 233, 239, 247, 248, 249, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 305, 308, 332
 Destinos 114, 115, 213, 245, 247, 277, 278, 283, 284, 294, 301, 302, 304, 329, 330, 334, 335
 Diáconos 58
 Diferenciação sexual 182, 220, 221, 303, 304
 Dijon 164, 246
 Dinâmica profissional 317
 Direitos 26, 58, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 79, 81, 85, 94, 108, 114, 155, 185, 191, 211, 212, 214, 219, 236, 237, 243, 246, 269, 270, 282, 284, 293, 294, 296, 303, 312, 317, 321, 325, 327, 333
 Direitos de sucessão 26
 Discursos 52, 77
 Diversidade 25, 47, 48, 55, 56, 171, 317
 Dívidas 80, 114, 299, 302

Doação .3, 13, 52, 47, 53, 57, 61, 62, 63, 64, 74, 75, 76, 78, 77, 81, 82, 83, 95, 102, 109, 114, 129, 186, 219, 230, 235, 283, 287, 288, 294, 295, 297, 300, 310, 322, 338, 340, 347, 348, 349, 375, 403, 440, 441, 442, 445, 446, 447, 448, 450, 451, 452, 453, 455, 458, 460, 461, 464, 468
 Documento histórico 1, 19, 20, 21, 36, 307
 Documentos ... 1, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 25, 27, 31, 33, 34, 36, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 138, 142, 151, 167, 170, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 209, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 229, 232, 233, 235, 236, 237, 254, 256, 258, 259, 263, 267, 270, 273, 275, 276, 278, 287, 290, 296, 297, 299, 300, 301, 304, 305, 310, 313, 314, 324, 327, 329, 334
 Donativos 82, 83
 Dor 276, 277, 292, 293, 294, 296, 329, 334
 Dourado 131, 255
 Doutor 257

E

Eclesiásticos. 4, 74, 89, 119, 120, 136, 139, 140, 199, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 266, 269, 270, 332, 333, 334, 335
 Economias 31
 Eiras 78, 79, 81, 82
 Elite eclesiástica 78, 83
 Elites 2, 3, 23, 24, 58, 73, 77, 78, 83, 97, 143, 186, 208, 212, 213, 258, 280, 311
 Embargos 66, 72
 Emoções 2, 46, 273, 274, 275, 277, 279, 280, 292, 295, 298, 329
 Enfitetas 67, 73
 Entre-Douro-e-Minho 147
 Epidemia 113, 115, 298
 Escolar 257
 Escravos 27, 133
 Escrita 54, 59, 101, 168, 187, 303, 304, 330
 Escrivão 257
 Escrivão do biscoito 316, 325
 Escudeiro 87, 120, 121, 154, 174, 253, 254, 255, 290, 297, 305, 306, 309, 311
 Espaço social... 8, 14, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 101, 103, 106, 116, 129, 180, 181, 183, 184, 214, 196, 208, 215, 243, 245, 252, 255, 266, 267, 269, 335
 Espadas 317
 Espanha 25, 30, 32, 216, 250
 Especialização profissional 314, 315, 317

Esporeiro 256, 317
 Estado civil..... 6, 230
 Estados 30, 31
 Estatuto.... 9, 24, 38, 88, 91, 133, 162, 164, 165,
 169, 172, 173, 174, 186, 187, 206, 207, 208,
 210, 213, 230, 249, 250, 253, 266, 281, 286,
 287, 288, 291, 302, 303, 307, 311, 312, 323,
 324, 333, 334
 Esteireiro 256
 Estima social 212, 258, 301, 309, 310, 313
 Estratégias familiares 20, 244, 281, 284
 Europa 19, 21, 23, 24, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 77,
 97, 112, 116, 118, 122, 133, 135, 137, 143,
 199, 212, 220, 242, 245, 275
 Évora . 32, 55, 77, 113, 114, 126, 131, 139, 144,
 145, 203, 210, 212, 246, 277
 Exido 286

F

Facas..... 317
 Família(s) .. 1, 16, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 35, 40,
 78, 87, 91, 117, 119, 130, 133, 136, 143, 146,
 150, 152, 154, 162, 163, 166, 167, 169, 175,
 180, 201, 202, 203, 211, 222, 228, 229, 233,
 234, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 264, 265,
 266, 269, 279, 281, 282, 283, 291, 295, 299,
 300, 301, 304, 306, 307, 308, 318, 330, 333,
 335
 Fenómenos sociais..... 1, 40
 Ferrador 162, 256
 Ferrão 167
 Ferreiro(s). 4, 121, 162, 165, 208, 256, 311, 316
 Festas litúrgicas 93
 Fidalgos 3, 66, 72, 73, 212, 214
 Filhos... 1, 73, 87, 153, 155, 158, 159, 161, 226,
 228, 234, 243, 246, 269, 277, 278, 282, 286,
 288, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299,
 308, 330, 333, 334, 335
 Filologia 19, 26, 32
 Flandres 204
 Florença 124, 130, 131, 134, 135, 136, 141, 146,
 173, 228, 229, 243, 245, 284, 285, 286, 312,
 321, 325
 Fonética 27
 Fontes .. 4, 5, 26, 31, 36, 48, 105, 119, 181, 183,
 184, 234, 273, 336
 Foreiros..... 32, 33
 Forma(s) antroponímica(s) .. 5, 6, 11, 12, 13, 14,
 26, 33, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108,
 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119,
 120, 122, 124, 125, 126, 129, 142, 151, 164,
 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 178,
 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190,
 191, 192, 193, 194, 196, 198, 200, 201, 203,
 207, 209, 215, 222, 233, 238, 269, 335
 Forneira 230, 256, 316
 Forno(s) 75, 316

Fragilidade 71, 73, 278, 288, 293, 301
 França 24, 25, 26, 27, 30, 34, 118, 119, 130,
 134, 138, 143, 157, 163, 199, 219, 222, 223,
 233, 242, 250, 282
 Francelos..... 90
 Franconia 136
 Funcionários concelhios..... 67, 72

G

Gaia..... 85, 86, 89, 90
 Galiza..... 26, 113, 118, 142, 152, 191, 194, 196,
 198, 204, 211, 216, 217, 254
 Galo..... 167
 Gasconha..... 136, 137
 Géneros 52, 54, 92, 93, 172, 235
 Gestão v, 47, 48, 63, 83, 84, 85, 97, 108, 109,
 110, 114, 185, 219, 223, 236, 283, 284, 291,
 298, 299, 301, 303, 329, 334
 Golpilhares..... 90
 Gondomar 86, 90, 162, 202
 Grã-Bretanha..... 25, 30, 34
 Grécia..... 27
 Grijó 66, 118, 131, 134, 136, 151, 171, 216, 219
 Grupos sociais... 11, 22, 23, 26, 31, 34, 212, 277
 Guarda..... 121, 162, 203, 261, 312
 Guerras..... 77, 112, 116, 275
 Guimarães 11, 113, 173, 203, 206, 306, 325, 327

H

Herança 24, 26, 74, 76, 154, 155, 166, 243, 244,
 246, 269, 281, 286, 291, 295, 297, 299, 303,
 304, 325
 Herdeiro(s) ... 281, 290, 293, 297, 298, 302, 325,
 330
 Hereditariedade 91
 Heurística 41
 História Política 30, 34
 História Social..... 21, 30, 32
 Historiografia 1, 24, 30, 32, 33, 34, 112, 219,
 274
 Homem 1, 30, 117, 120, 173, 174, 203, 206,
 213, 280, 283, 294, 301, 309, 310, 311, 316,
 327
Homem de 417
 Homonímia 27, 156, 157, 179, 197

I

Idade infantil 294
 Identificação... 5, 7, 8, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24,
 27, 35, 36, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 81, 88, 89,
 91, 103, 105, 119, 120, 122, 123, 124, 126,
 127, 128, 129, 130, 132, 135, 136, 137, 139,
 140, 142, 146, 148, 150, 151, 153, 154, 155,

- 156, 157, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 209, 215, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 231, 232, 233, 238, 239, 240, 242, 246, 248, 249, 250, 251, 255, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 281, 291, 293, 305, 307, 315, 316, 317, 318, 320, 323, 324, 332, 334
- Igreja do Porto 55, 59, 68, 72, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 109, 129, 162, 173, 287, 299, 311, 324, 326, 327
- Igualdade 153, 211, 223, 241, 243, 269
- Independência económica 304
- Informática 31
- Inglaterra 31, 204, 279, 292, 296
- Inquietude 65, 77, 294
- Insegurança 77, 112, 288, 294
- Instituições 31, 65, 66, 67, 72, 73, 76, 113, 114, 115
- Irmãos.. 155, 166, 226, 243, 246, 289, 297, 299, 305, 306, 307, 333, 334
- Itália... 24, 25, 35, 117, 118, 124, 130, 136, 143, 229, 233, 251, 282
- J**
- Jaspeiro 257
- Jeiras 92
- Judeus 23, 254, 255
- Juiz 73, 120, 165, 167, 173, 206, 208, 257, 309, 316
- Justiça régia 73
- L**
- Laços . 2, 6, 8, 14, 29, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 55, 91, 151, 180, 186, 211, 225, 226, 230, 231, 233, 246, 252, 265, 269, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 304, 306, 307, 309, 315, 317, 318, 320, 321, 323, 324, 330, 333, 334, 335
- Laços familiares 2, 8, 91, 225, 226, 230, 252, 278, 283, 284, 290, 292, 295, 296, 299, 304, 307, 317, 333
- Laços sociais 293
- Laicos .. 4, 22, 89, 119, 120, 136, 139, 140, 163, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 266, 269, 270, 332, 333
- Lamego 162, 203, 316
- Lavradores 66, 71, 72, 73
- Leça 162, 202
- Leiras 79, 80
- Letrados 257
- Limites cronológicos 2, 10, 48, 56, 57, 101, 106, 107, 129, 336
- Linguística 12, 19, 26, 27, 32, 33, 203
- Linha sucessória 24, 290, 293
- Linhagens paternas 20
- Lisboa .. 55, 67, 68, 80, 113, 130, 148, 246, 286, 327
- Lutuosas 92
- M**
- Madeira 27, 33, 131, 133, 137, 145, 149, 150, 152, 156, 164, 165, 168, 200, 302, 315
- Maia . 89, 90, 121, 162, 202, 289, 299, 315, 321, 322, 327
- Malfeitorias 66, 72
- Mancebo de* 254
- Manchester 38, 39
- Marão 131
- Marcador social 26, 261
- Marido 16, 86, 89, 103, 120, 166, 222, 223, 225, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 244, 262, 265, 270, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 297, 304, 312, 325
- Marinheiro 165, 515, 516, 628, 638
- Marselha 131, 134, 140, 223, 228, 231, 233
- Matosinhos 71
- Matrimónio ... 230, 231, 265, 280, 283, 291, 297
- Maturidade 288, 292, 299
- Mecanismos generativos . 39, 41, 42, 44, 45, 317
- Melão 167
- Melres 90
- Mercador(es) 2, 4, 11, 44, 77, 88, 113, 120, 121, 129, 137, 155, 162, 164, 165, 166, 168, 173, 177, 187, 201, 208, 209, 222, 223, 224, 244, 248, 257, 258, 260, 261, 279, 280, 281, 287, 289, 291, 292, 293, 294, 297, 299, 301, 302, 307, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 325, 326, 327
- Mesteirais 214, 257, 258
- Mester 103, 315, 316, 317
- Mestre-escola ... 58, 85, 86, 87, 88, 89, 120, 165, 172, 249
- Metodologias 21, 23, 33, 43, 97, 103
- Migrações 25, 327
- Minoristas 58
- Miragaia 90
- Monchique 90
- Montemor-o-Novo 55, 74
- Montpellier 132
- Morador(a) na cidade do Porto 205, 207
- Morte.... 77, 78, 87, 94, 112, 113, 114, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 292, 293, 294, 296, 297, 299, 329, 334, 335
- Movimentos colonizadores 25
- Movimentos migratórios 22, 26, 36, 113, 116, 142, 200, 327, 335

Mudança 26, 115, 136, 154, 221, 277, 279, 283, 320, 329, 334
 Mulheres.... 1, 4, 22, 77, 78, 85, 86, 88, 89, 103, 117, 120, 121, 131, 133, 134, 141, 142, 143, 145, 162, 173, 174, 209, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 244, 246, 255, 262, 263, 265, 269, 270, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298, 303, 306, 311, 313, 315, 316, 319, 321, 324, 325, 332, 333, 334
 Município 303, 319, 326
 Mutações feudais 25

N

Nápoles 39, 132
 Nascimento 10, 29, 31, 36, 233, 296, 335
 Natal 92, 93, 147
 Navarra 25, 26, 118, 136, 137, 152, 201
 Netas 293, 302, 307, 308, 315, 334
 Neurologia 37, 97
 Nobreza ... 21, 22, 26, 30, 69, 73, 118, 229, 233, 143, 201, 233, 253, 254, 281, 304, 327
 Nomes de lugares 25, 199, 208
 Nomes principescos 133
 Nome(s) próprio(s) 21, 25, 32, 35, 116, 121, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 169, 179, 186, 201, 221, 232, 233, 234, 242, 257, 269, 285, 289, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 318, 332, 334
 Nomes religiosos 24
 Normandia 171, 204
 Norte de Portugal 137
 Notário 257

O

Objectivos.. 5, 13, 41, 42, 52, 64, 109, 110, 111, 184, 185, 187, 188
 Obradeiro 256
 Ocupação 2, 8, 165, 168, 202, 207, 230, 270, 312
 Oficiais públicos 73, 258, 259
 Ofícios públicos 2, 9, 11, 21, 118, 165, 169, 172, 173, 186, 213, 244, 276, 313, 316, 326, 335
 Oragos 146, 332
 Órfão(s) 277, 293, 299, 301, 302
 Originais 12, 50, 52, 59
 Ourense 113
 Ourives 256, 261
 Ourivesaria 314
 Ouvidor 257

P

Pai 121, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 243, 246, 264, 265, 269, 270, 293, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 312, 317, 333
 Pais 153, 158, 159, 161, 225, 226, 230, 278, 286, 292, 293, 294, 296, 298, 299, 300, 302, 305, 307, 308, 330, 334
 Panos 162, 256
 Papoila 167, 222, 230
 Paraíso 90
 Paranhos 162, 202, 209, 312
 Parcialidade 48, 58, 59, 72, 97
 Pardieiro 79, 80, 81
 Parentesco .. 1, 14, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 36, 44, 180, 211, 222, 224, 226, 233, 246, 277
 Paris .15, 39, 136, 138, 140, 141, 143, 165, 216, 223, 231, 233, 251, 256, 315
 Partilhas 113, 304, 307
 Páscoa 92, 93, 147
 Património.. 74, 75, 78, 82, 84, 94, 97, 115, 117, 125, 130, 184, 185, 187, 191, 219, 236, 237, 243, 284, 288, 293, 295, 298, 300, 304
 Patronímico(s) 21, 118, 120, 121, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 166, 169, 201, 221, 223, 224, 228, 232, 242, 243, 245, 246, 247, 250, 252, 269, 270, 285, 304, 305, 306, 307, 332, 333, 334
 Pedra 79, 278, 280, 281, 286, 287, 302, 315, 316, 323, 324
 Pedreiro(s) 4, 256
 Peles 163, 256, 302
 Península Ibérica 118, 157, 224, 243
 Perda 113, 115, 277, 279, 280, 282, 292, 293, 294, 296, 301, 329, 330, 334
 Pescador(es) 2, 4, 33, 256
 Pesquisa .1, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 102, 104, 120, 122, 172, 210, 275, 336
 Peste Negra 113, 115
 Poder espiritual 76, 298
 Poder municipal 2, 97, 212, 214
 Poder régio 59, 65, 70, 74, 97
 Política 3, 31, 35, 36, 48, 58, 213, 270, 319, 323
 Pontevedra 113
 Populações islâmicas 23
 Porto. 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 14, 15, 33, 37, 41, 42, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176,

- 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 189,
190, 191, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202,
203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211,
212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222,
223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231,
232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250,
253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 263,
264, 265, 266, 267, 269, 270, 273, 279, 280,
281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290,
292, 293, 294, 297, 299, 300, 301, 305, 306,
307, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317,
318, 319, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329,
331, 333, 335, 336
- Portugal 25, 32, 33, 34, 35, 36, 77, 92, 118, 137,
138, 147, 152, 154, 157, 218, 254, 296, 324
- Posicionamentos sociais 14, 103, 182, 187, 194,
210, 215, 225, 229, 254, 264, 270, 292, 304,
305, 307, 313, 316, 317, 323
- Povoadores 27, 133, 137, 152, 164, 200
- Praça da Ribeira..... 90, 202, 287, 297, 307, 315,
319, 323, 324, 327
- Práticas relacionais 14, 39, 40, 41, 42, 43, 45
- Práticas sociais 39
- Prazo perpétuo 293, 294, 302
- Prédios..... 8, 65, 68, 74, 81, 82, 85, 88, 89, 91,
110, 114, 301, 310, 319, 322, 323, 327, 330
- Presbíteros 58
- Privilégios..... v, 3, 47, 57, 58, 62, 65, 66, 67, 68,
72, 94, 97, 110, 211, 214, 280
- Procurações 51, 55, 60, 61, 63, 64
- Procurador 80, 81, 121, 129, 163, 167, 169, 203,
218, 249, 310, 311, 324, 325, 327
- Profissão 9, 21, 168, 257, 260, 270, 287, 292,
302, 307, 310, 314, 315, 316, 333
- Prosopografia ... 6, 7, 22, 25, 28, 29, 30, 31, 33,
34, 3653, 88, 91, 102, 130
- Protecção 95, 136, 146, 254, 255, 276, 277, 310,
389, 534
- Psicologia 37, 38, 274
- Públicas-formas ... 50, 51, 52, 57, 58, 59, 62, 63,
75, 84, 313
- Q**
- Questões 12, 14, 31, 67, 119, 122, 208, 294,
299, 300, 335
- Quintas 75, 79, 80
- R**
- Reacção 24, 114, 116, 276
- Redes sociais 34, 38, 292
- Regateiro 257
- Regeneração 277
- Rei 53, 67, 69, 70, 72, 73, 80, 86, 112, 120, 121,
167, 186, 208, 218, 279, 312, 325, 326
- Relação de aliança.....228, 229, 233, 293
- Relação horizontal 305
- Relação matrimonial 230, 231, 233, 252
- Relações 1, 6, 7, 9, 13, 14, 23, 26, 27, 28, 36,
37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 54, 55, 56, 59, 61,
85, 87, 89, 91, 103, 105, 130, 173, 174, 177,
203, 204, 216, 222, 224, 226, 227, 228, 230,
233, 234, 246, 264, 265, 266, 269, 277, 291,
293, 299, 305, 309, 310, 319, 320, 321, 322,
330, 333, 335
- Relações vicinais..... 319
- Rendas 66, 68, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 81, 92, 93,
94, 147, 288, 293, 325
- Renúncias..... 47, 74, 75, 76, 109
- Repertórios onomásticos 27
- Réseau egocêntrico 38, 40, 41
- Residência.. 6, 8, 9, 56, 87, 88, 89, 91, 103, 157,
162, 165, 173, 200, 201, 202, 205, 206, 207,
210, 212, 230, 262, 307, 317, 320, 321
- Ribeira..... 88, 162, 165, 169, 202, 293, 312, 315,
324
- Rio Tinto 66, 71
- Riqueza v, 3, 4, 5, 7, 9, 13, 24, 35, 42, 48, 74,
75, 77, 81, 97, 109, 126, 129, 173, 213, 215,
219, 243, 244, 277, 280, 286, 287, 295, 299,
300, 310, 323
- Rua 55, 70, 78, 79, 81, 82, 87, 89, 90, 103, 120,
162, 165, 166, 167, 168, 201, 202, 206, 209,
222, 223, 230, 235, 247, 261, 270, 280, 281,
282, 284, 285, 286, 289, 291, 292, 297, 300,
301, 302, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319,
320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 330, 334,
335
- Rua Chã 316, 319
- Rua da Bainharia..... 230, 301, 316
- Rua da Lada 82, 90, 322, 324, 327
- Rua da Sapataria 79, 81, 82, 315
- Rua das Eiras 167, 202, 223, 244, 247, 279, 280,
281, 286, 291, 292, 297, 300, 301, 311, 316,
317, 318, 320, 321, 323, 324, 327
- Rua das Tendas 302
- Rua de Cimo de Vila..... 90, 120, 166, 222, 316
- Rua do Souto..... 79, 90, 165, 201, 284, 285, 316,
318, 321, 324
- Rua dos Mercadores 90, 206, 280, 313, 316, 322
- Rua dos Trapeiros ... 78, 222, 282, 315, 316, 319
- Rua Escura 90, 286, 324
- Rua Nova 79, 90
- Rua pública 90
- S**
- S. Domingos..... 68
- S. Francisco..... 68
- S. João Baptista..... 92, 136, 146, 147
- S. João da Foz. 33, 133, 137, 149, 152, 233, 282
- S. João da Pesqueira..... 202, 428, 636, 647, 656
- S. Lucas..... 93
- S. Miguel..... 92, 93, 147, 148, 325
- S. Nicolau 90

| | | | |
|----------------------------------|---|---------------------------|---|
| S. Pedro do Sul..... | 90 | Souto..... | 81, 162, 165, 168, 177, 201, 202, 208, 285, 289, 315, 318, 321, 324 |
| Sabedoria..... | 299 | Sto. Estêvão | 92, 93, 148 |
| Sal..... | 162 | Sto. Tirso..... | 33, 133, 137, 144, 149, 152, 233 |
| Salamanca..... | 246 | Subdiáconos..... | 58 |
| Salvação .. | 74, 76, 77, 78, 82, 95, 114, 146, 279, 284, 288, 294, 298, 299 | Sucessão..... | 91 |
| Santa Maria da Várzea..... | 90 | Suiça | 30 |
| Santa Maria de Ventosa..... | 90 | | |
| Santa Marinha | 90 | T | |
| Santarém..... | 55, 81, 89, 90, 246, 327 | Tabelião ... | 49, 53, 120, 121, 163, 164, 165, 169, 173, 175, 191, 199, 206, 257, 296, 300, 301, 309, 311, 313, 318, 324, 326 |
| Sapataria | 81, 103, 209, 261, 289, 292, 301, 314, 315, 318, 319, 321, 324 | Tâmega | 151, 202, 203 |
| Sapateiro(s)..... | 103, 256, 261, 315 | Tanoeiro(s)..... | 4, 257, 261 |
| Senhorio régio | 2, 106, 326 | Tarouquela | 71 |
| Sentenças... 3, | 47, 49, 52, 53, 57, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 83, 94, 113, 115, 129, 185, 219, 230, 300, 311, 313 | Tendeiro..... | 88, 120, 121, 168, 174, 175, 206, 209, 222, 224, 230, 257, 260, 261, 315 |
| Sentenças régias | 65, 69, 70, 73 | Terceiro designativo..... | 164, 166, 170, 180, 261, 263, 302, 317, 318, 319 |
| Sentimento.... | 273, 277, 282, 292, 294, 296, 329, 334 | Terras alentejanas.. | 123, 134, 136, 141, 149, 172 |
| Sentimentos | 28, 46, 274, 275, 276, 277, 296, 310, 329 | Tesoureiro | 58, 106, 206, 208, 209, 238 |
| Serviços | 66, 67, 70 | Testador | 67, 78, 295, 300 |
| Servos..... | 22, 117 | Testamentário(s) | 186, 295, 299, 310 |
| Sexo. 6, | 132, 135, 136, 148, 157, 216, 218, 220, 223, 231, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 249, 250, 262, 263, 265, 266, 297, 333, 471 | Testamenteiro(s) | 67, 80, 87, 186, 287, 290, 297, 299, 300, 301, 304, 313, 318, 322, 324 |
| Siena..... | 133, 246 | Testamento. 3, | 47, 53, 57, 61, 62, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 94, 95, 109, 114, 186, 219, 225, 235, 278, 279, 281, 283, 282, 284, 290, 291, 295, 296, 297, 298, 302, 303, 304, 306, 310, 311, 322, 324, 343, 355, 372, 375, 382, 388, 389, 391, 392, 400, 401, 403 |
| Sistemas antroponímicos... 1, | 21, 22, 25, 33, 35, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 151, 157, 168, 171, 172, 180, 181, 184, 185, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 204, 205, 206, 220, 221, 222, 226, 227, 232, 233, 238, 239, 240, 241, 242, 247, 249, 250, 251, 255, 259, 260, 262, 263, 306, 319, 332 | Testemunhas | 52, 54, 55, 103, 110, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 217, 218, 236, 240, 241, 254, 258, 259, 260, 261, 270, 300, 310, 311, 312, 313, 315, 332 |
| Sistemas de espiritualidade..... | 24 | Tio..... | 224, 225, 226, 232, 277, 290, 303, 305, 306 |
| Sistemas sociais..... | 22, 24, 26, 32 | Títulos honoríficos..... | 172, 186, 249, 250 |
| Sobradadas | 323, 324 | Toledo | 155 |
| Sobrejuiz..... | 257 | Toponímia | 47, 12, 131, 162, 199, 200, 201, 202, 203, 314, 317, 324, 330 |
| Sobrenome(s) .. | 25, 32, 118, 120, 121, 124, 125, 127, 152, 153, 154, 157, 181, 186, 223, 228, 231, 232, 234, 242, 249, 250, 269, 285, 300, 305, 306, 307, 308, 318 | Torres Vedras..... | 77, 78, 92, 113, 256, 309, 310 |
| Sobrevivência..... | 277, 288, 294, 329, 334 | Tosador | 256 |
| Sobrinho(s) 1, | 89, 120, 173, 225, 226, 246, 265, 274, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 303, 304, 305, 330, 334, 335 | Toscânia..... | 35, 117, 118, 130 |
| Sociabilidade .. | 1, 5, 47, 48, 55, 59, 97, 331, 333 | Traslados..... | 51, 52, 59 |
| Sociedades..... | 2, 27, 28, 31, 36, 39, 40, 42, 218, 226, 229, 234 | Tunísia | 27 |
| Sociologia..... | 37, 38, 97, 274 | Tutoria..... | 6, 277, 299, 300, 301, 302, 304, 318, 334 |
| Sócio-profissionais | 33, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 198, 209, 227, 229, 230, 248, 249, 250, 251, 256, 257, 264, 265, 266, 273, 311, 312, 314, 330, 332 | U | |
| Solidão..... | 280, 282, 283, 292, 296, 329 | Universos referenciais.. | 174, 175, 178, 227, 248, 249, 266 |
| | | Urbanística..... | 48 |
| | | V | |
| | | Vale do Ebro | 113, 142 |

| | | | |
|------------------------|--|--------------------|--|
| Valongo | 88, 89, 90, 121, 147, 165, 168, 177, 202 | Viseu..... | 89, 90 |
| Vegetal | 163 | Viúva(s) . | 76, 229, 222, 224, 228, 231, 232, 233, 270, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 296, 319, 321, 322, 330, 333 |
| Venda .. | 3, 47, 52, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 74, 78, 79, 80, 102, 129, 186, 219, 225, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 297, 304, 320, 321, 323 | Viuvez.... | 280, 282, 283, 285, 288, 290, 291, 321 |
| Vendômois | 136, 171 | Vizinhaça . | 6, 13, 37, 44, 89, 91, 285, 302, 320, 321, 322, 324 |
| Veneza..... | 118 | Vizinho do Porto.. | 166, 201, 205, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 262, 312, 313, 335 |
| Viana | 203 | Vizinhos | 80, 81, 85, 88, 110, 120, 166, 209, 210, 211, 212, 214, 222, 244, 270, 283, 292, 293, 306, 307, 312, 320, 327 |
| Vila Nova | 85, 89, 90 | | |
| Vilar de Dona Ema..... | 71 | | |
| Vinhas..... | 302 | | |
| Vinhateiro..... | 88, 208, 209, 257, 324 | | |
| Violações..... | 66, 72 | | |